



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**ANAIS DA II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA**

BAHIA

2019



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Também disponível em: www.crp03.org.br.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M915

Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia (2.:2018: Vitória da Conquista, Ba).
Anais [recurso eletrônico]/ II Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia/ Organizado por: Jacinto, Pablo; Bonfim, Naira; Pereira, Muriel [et al.]- Vitória da Conquista-Ba: CRP-03, 2019.
E-book.

Mostra realizada nos dias 17 a 19 de outubro de 2018, com o tema: "Fazeres profissionais e resistência nos territórios."
ISBN: 978-85-65208-08-6

1. Psicologia. 2. Políticas Públicas. I. Jacinto, Pablo Mateus dos S., org. II. Bonfim, Naira., org. III. Pereira, Muriel. IV. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

CDU 159.9

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rosaline Otero, CRB-5/1762



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Naira dos Santos Bonfim
Muriel Marinho Pereira
Natani Evlin Lima Dias
Vanessa Souza
Giovanni Santos
Gabrielle de Almeida Dias
Glória Maria Machado Pimentel
Mailson Santos Pereira
Monaliza Cirino de Oliveira

COMISSÃO ORGANIZADORA DA II MOSTRA

CRP 03

Gabriela Bastos (Comissão de Comunicação)
Glória Maria Machado Pimentel (Conselheira do CREPOP)
Mailson dos Santos Pereira (Conselheiro do CREPOP)
Monaliza Cirino de Oliveira (Conselheira do CREPOP)
Natani Evlin Lima Dias (Técnica do CREPOP)
Pablo Mateus dos Santos Jacinto (Técnico do CREPOP)

Estagiárias/os CREPOP 03

Giovanni Santos
Luana Santos
Muriel Marinho
Naira Bonfim
Vanessa Souza

UESB

Carmem Virgínia Moraes da Silva
Lígia Portela
Regiane Lacerda Santos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



AVALIADORAS/ES

Adolfo Dourado Silva Filho
Aimara Celi Souza da Silva
Alessandra Santos de Almeida
Álvaro Pinto Júnior
Analine Cerqueira Oliveira Pinheiro
Anderson Fontes Passos Guimarães
Andressa Santana
Ariana Santana Souza Maturano
Bruno Pamponet
Bruno Vivas de Sá
Carla Andréa Ribeiro
Carmem Virgínia Moraes da Silva
Carmen Silvia Silva Camuso Barros
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Claudson Cerqueira Santana
Darlane Silva Vieira Andrade
Débora Ferraz de Oliveira
Denise Viana Silva
Djean Ribeiro
Elder Borges
Emmilla Di Paula Carvalho dos Santos
Francisco Cesar de Brito Santos
Gabriel Menezes Gonçalves
Giuliano Almeida Gallindo
Glória Maria Machado Pimentel
Iara Martins
Isabela Arruda Soares

Itamar de Almeida Carneiro
Ivana Patrícia Almeida Silva
Izabela Gaspar
Janaina Yasmim Lessa Silva Ramos
Joeder da Silva Messias
Kueyla de Andrade Bitencourt
Lara Araújo Roseira Cannone
Larissa Magalhães
Laura Augusta Barbosa de Almeida
Leandro Groba
Lorena Pires Guimarães
Mailson Santos Pereira
Maise Caroline Zucco
Marlene Alves da Silva
Miriam Carla
Monaliza Cirino de Oliveira
Natani Evlin Lima Dias
Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Priscila Barbosa Lins
Renan Vieira de Santana Rocha
Rodrigo Márcio Santana dos Santos
Silier Andrade Cardoso Borges
Thais Teixeira Cardoso
Tiago Ferreira da Silva
Valdineia Aragão dos Santos
Valter Mata Filho
Vanina Miranda da Cruz



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



XV PLENÁRIO (2016 – 2019)

Presidente:

Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/3642)

Vice-presidente:

Eric Gamaliel dos Santos Vieira (CRP-03/7146)

Tesoureira/o:

Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/3187)

Secretária:

Carmen Silvia Silva Camuso Barros (CRP-03/6712)

Demais Conselheiras/os:

Valter da Mata Filho (CRP-03/1990)

Glória Maria Machado Pimentel (CRP-03/8457)

José Costa dos Santos (CRP-03/7479)

Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621)

Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)

Márcia Regina Bento de Araújo (CRP-03/1438)

Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680)

Bruno Vivas de Sá (CRP-03/7197)

Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/IP12600)

Djean Ribeiro Gomes (CRP-03/IP13269)

Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210)

Itamar de Almeida Carneiro (CRP-03/IP12001)

Ivana Ventura da Silva (CRP-03/3494)

Mailson Santos Pereira (CRP-03/7767)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SUMÁRIO

	P.
Apresentação	46

SUMÁRIO DE RESUMOS

	P.
EIXO A - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POPULAÇÃO LGBT, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO	49
(DES) CONSTRUÇÃO DE GÊNERO: OS FATORES QUE INFLUENCIAM O PROCESSO DE TRANSIDENTIDADE <i>Márjorie Moreno Silva; Rafele Menezes Sousa</i>	50
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PSICÓLOGA, MULHER TRANS E NEGRA DENTRO DA UNIVERSIDADE. <i>Ariane Moreira de Senna</i>	50
FAMÍLIA E TRANSGENERIDADE: OS IMPASSES DA VIVÊNCIA FAMILIAR DE UM TRANSGÊNERO <i>Felipe da silva; Herbert Meira; Iara Souza; Manoel de Lima Acioli</i>	51
LUGARES DE DOR E EXISTÊNCIA: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVA JUVENIS <i>Rita Machado; Sandro Gomes Oliveira</i>	52
O <i>BULLYING</i> ESCOLAR NO BRASIL: REFLEXÕES GENDRADAS E A EMERGÊNCIA DE OLHARES INTERSECCIONAIS <i>Almerson Cerqueira Passos</i>	53
PERDAS SIMBÓLICAS E LITERAIS DA COMUNIDADE LGBTQ+ PROVENIENTES DO PRECONCEITO SOCIAL <i>Roberta Scaramussa da Silva; Fernanda Moreau de Almeida Soares; Marcelo Pereira da Silva; Nicole Barbosa Dutra; Vinicius Teixeira Bravim</i>	54



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



POPULAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: OS (NÃO) LUGARES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO 55

Kueyla de Andrade Bitencourt; Larissa Bahia Ribeiro

PSICOLOGIA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT – ACESSO AOS EQUIPAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 56

Kueyla de Andrade Bitencourt

RESOLUÇÃO CFP 01/2018: O QUE MUDOU? 57

Lara Araújo Roseira Cannone

TRANSEXUALIDADE E SEUS DESAFIOS 58

Carine Silva dos Santos; Flávia Gonçalves; Giovani da Silva Santos; Naídjias A. Barbosa dos Santos; Fernanda de Castro Correia

EIXO B - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 60

ARRANJOS DOMICILIARES, EXPECTATIVA DE CUIDADO E SUPORTE PERCEBIDO EM IDOSOS NEGROS. 61

Naylana Rute da Paixão Santos; Dóris Firmino Rabelo

ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA (O) NA POLÍTICA DE COMBATE AO RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. 62

Valter da Mata Filho; Caroline Ferreira da Cruz;

AUTOCONCEITO E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS. 63

Erik Cunha de Oliveira; Saulo Santos Menezes de Almeida

IDENTIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA TRANSIÇÃO CAPILAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO. 64

Aline Moreno Mendes; Ana Maria de Lima Carneiro; Joseane Macedo

MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS 65

Alexandre Soares dos Santos; Ana Paula Almeida dos Santos; Rafael Antonio Oiticica de Miranda; Sueli Santana

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O ESTADO DA “CRACOLÂNDIA”: POLÍTICAS PÚBLICAS NA ROTA DA 66
REDUÇÃO DE DANOS –

UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DA VIOLÊNCIA AOS
USUÁRIOS DE “CRACK” NO CENTRO DE SÃO PAULO.

*Jhonatas Santos da Silva; Jhessy Santos Inácio; Caroline da Cruz Martins; Gerald
Gomes Alves; Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Félix Almeida Bittencourt*

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A LUTA DE CLASSES: REFLEXÕES 68
ACERCA DE PUBLICAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Leonardo Jardim Oliveira; Thaís Teixeira Cardoso

POVOS INDÍGENAS E A PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL COMO 69
CONSEQUÊNCIA DAS INTERAÇÕES COM POVOS NÃO INDÍGENAS.

Caroline Santos Cardoso; Hosana Heitz Costa

PSICOLOGIA E O NEGRO: O EFEITO DO RACISMO NA CONSTRUÇÃO 70
DA IDENTIDADE NEGRA.

Rafael Lobo

SENTIDOS SUBJETIVOS SOBRE PRÁTICAS POLICIAIS E ESTRATÉGIAS 71
DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS NEGROS EM UMA CIDADE DA BAHIA.

Tiago Ferreira da Silva

VIÉS RACIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 72
ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO E ENCARCERAMENTO DA
POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.

Larissa Maria Magalhães Vieira Carneiro

EIXO C - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO 73

A ARTE COMO A CONTRAMOLA PARA AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO 74
PSI.

*Ana Gabriela Machado de Farias; Jéssica Fernandes Pinto; Michele de Freitas
Faria de Vasconcelos*

A ESCOLA E O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO 75
PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.

Claudineia Aparecida da Silva; Márcia Porto Mirante de oliveira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: 75
MEDIANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DE CARREIRA NA
ADOLESCÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE FEIRA DE SANTANA-
BA.

*Rafaela Marques de Araújo Silva; Claudson Cerqueira Santana; Daniele Santos
de Jesus; Lucas Silva Santos*

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO 77
PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Aline Moreno Mendes; Alane Pereira Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE LIBRAS NA GRADUAÇÃO DE 78
PSICOLOGIA: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS BILÍNGÜES.

Thalita Fernandes Santos

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO 79
INCLUSIVA.

Ana Cláudia Carvalho de Jesus; Thalita Fernandes Santos

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DA AVALIAÇÃO 80
PSICOLÓGICA COM ALUNOS DO FUNDAMENTAL II COM
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.

*Marianna Matos Santo; Adriel Áquila Santos Brito; Caroline de Cássia Lima dos
Santos Alves; Iara Souza; Jacson Cruz Santos; Leliany Taize de Assis Ladeia;
Leticia Oliveira Freitas*

A VALORIZAÇÃO DO EU, EM USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS 82
PSICOATIVAS. FEIRA DE SANTANA. FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA.

*Welber Lima Andrade; Carlos Augusto Paiva Brito; Flávia Batista Marques
Delvania Figueredo Pereira; Camila Carvalho Souza; Joelma Assis Araújo*

A VIVÊNCIA DA LICENCIATURA EM PSICOLOGIA : REFLETINDO 83
SOBRE A PRÁXIS.

*Andressa Rayana Rocha Neves; Vanessa Vieira Nunes; Carmem Virginia Moraes
da Silva*

ABRAÇANDO AS FAMÍLIAS DA APAE 85

Jucélia Pereira de Sousa; Mariza de Cássia Couto Pinto ; Miriã Lima

AÇÕES AFIRMATIVAS: INVESTIR EM ATIVIDADES 86



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EXTRACURRICULARES É IGUALDADE EM OPORTUNIDADES.

Adelmo dos Santos Filho

**ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE:
DIFICULDADES E EXPECTATIVAS ENTRE A SEGUNDA E
TERCEIRA FASE JUVENIL.**

87

Lílian Batista Santos

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO
DE CORDEIROS - BAHIA: SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO.**

88

Lívia Maria Santos Chaves

**ASPECTOS NEUROPSICOLÓGICOS DA EPILEPSIA: O NEUROPSICÓLOGO
CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR.**

90

Ana Paula Guilherme Cunha

**ASSEMBLEIAS ESCOLARES: UMA ESTRATÉGIA PARA RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS EM SALA DE AULA.**

90

*Dionis Souza; Kalena Elen dos Santos Ferraz; Laís Souto; Patrícia Carla Silva do
Vale Zucoloto*

**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.**

92

Edilene Magalhães Nunes; Gabriela Santos Souza Martins; Miriã Lima

**ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O ESCOLAR NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SÃO DESIDÉRIO, BA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES.**

93

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos

**ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL (PRAE) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE
DA BAHIA.**

95

Isabela Pinto Magno Martins

**PERCEPÇÃO DE CUIDADORES SOBRE BENEFÍCIOS DO ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO A CRIANÇAS COM TEA E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA.**

96

*Nayanne Diele Silva Neves Santos; Jucélia Pereira de Sousa; Anna Luísa Lélis L.
Badaró Castro; Juliana Vilas Boas L. Lima*



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAMINHOS DA AFETIVIDADE NA INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA E 97
COMUNIDADE NO ENSINO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO DA
ESCOLA OLAVO CLEMENTINO DOS SANTOS NA CIDADE DE BARRO
PRETO-BA.

Gilmara Santos Leite; Silvana Quadros

CEDUC E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PRODUZINDO 99
DIÁLOGOS, TENSIONAMENTOS E PARCERIAS.

Gabriel Menezes Gonçalves; Pablo Mateus dos Santos Jacinto

CONCEITUALIZANDO UMA ONG ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO 100
NÃO FORMAL: O CASO DO GAPA NA CIDADE DE ITABUNA-BA.

Gilmara Santos Leite; Eurisa Maria Santana

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL: 101
REVISÃO SISTEMÁTICA.

*Bianca Veiga Prates; Ellen Araújo Lima Feitosa; Paulo Souza Monteiro; Paulo
Coelho Castelo Branco*

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO PARA AS POLÍTICAS 102
PÚBLICAS EDUCACIONAIS.

Gabriel Menezes Gonçalves; Pablo Mateus dos Santos Jacinto

DIVERGÊNCIAS NAS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM PSICOLOGIA DE 104
DISCENTES CONCLUDENTES E CALOUROS.

*Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas; Bianca Veiga Prates; Luiz Humberto
Souza Júnior; Paulo Coelho Castelo Branco*

DROGAS: UM CURRÍCULO OCULTO NO AMBIENTE ESCOLAR. 105

Angela de Novais Santos; Raíssa Felix Almeida Bittencourt

EDUCAÇÃO “NA” OU “DA” PERIFERIA: O NÃO LUGAR DA ESCOLA E O 106
MOVIMENTO DE EXCLUSÃO.

Adelvan Alcantara Lima Filho; Ana Luiza de Oliveira Lopes; Francisleide Bastos

ESTÁGIO BÁSICO EM LUDICIDADE INFANTIL: CRECHE PEQUENO LAR. 107

Grasiele Moreira Xavier

EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM PSICOLOGIA SEGUNDO ESTUDANTES 108



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DE UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: ESTUDO FENOMENOLÓGICO.

Bianca Veiga Prates; Paulo Coelho Castelo Branco

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DE PSICÓLOGOS DOCENTES EM UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: ANÁLISE FENOMENOLÓGICA. 110

Bianca Oliveira Pinheiro; Paulo Coelho Castelo Branco

GRUPO DE APOIO A ANSIEDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA. 111

Camila Assis Guedes; Gabriella Oliveira Salles

Karolina Lima; Leandro Gaffo; Roberta Scaramussa; Vinicius Bravim

I ENCONTRO DE ÉTICA EM PSICOLOGIA DA FACITE: “CONSTRUINDO ÉTICA NA DIVERSIDADE”. 113

Eric Gamaliel Santos Vieira; Laediane Dourado Oliveira

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: A LEGITIMAÇÃO DE UMA PRÁTICA. 114

Joice Pereira dos Santos; Hortência Pessoa Pereira; Carmem Virgínia Moraes da Silva

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: BUSCA POR ESPAÇOS. 115

Lígia Fernandes Barbosa; Ivana dos Santos Souza; Carmem Virgínia Moraes da Silva

MEDICALIZAÇÃO E A PATOLOGIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA LEITURA PSICOLÓGICA. 117

Ângela Almeida Lopes Souza

MULTIPLICANDO PARA PREVENIR: PSICOEDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA ADOLESCENTES. 118

Angelica Louse Amorin; Ninália dos Santos de Almeida

O BRINCAR COM O MOVIMENTO COMO REFORÇO NA APRENDIZAGEM E NA SOCIALIZAÇÃO. 119

Edvaldo Joaquim de Santana Filho; Indira Vita; Tamyres Nunes

O CENTRO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. 120



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Carmem Virgínia; Fernanda Lima Lemos

O PAPEL DA(O) PSICÓLOG(A)O ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO: APONTAMENTOS A PARTIR DA PL 577/2013. 121

Fátima Nascimento Oliveira; Moane Carvalho Aguiar; Carmem Virgínia Moraes da Silva

OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS. 123

Loussanne Maia dos Santos; Caroline Santos de Souza; Claudia Clarissa de Paiva Mota

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS DO ENSINO MÉDIO – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. 124

Adamo Santana; Elzeni Damasceno; Graziella Rodrigues; Kelly Nogueira Gomes

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES SÓCIOEMOCIONAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. 125

Adelvan Alcantara Lima Filho

PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ALUNOS NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO NO FAZER. 126

Dara da Silva Santos; Felipe Santos Viana; Amanda Alves Cândida; Carmem Virgínia Moraes da Silva

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A BRINCADEIRA E A DISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR. 127

Elder Jeferson da Silva; Adriane de Oliveira Teixeira; Roberta Bolzan Jauris

P PERFIL DE DOCENTES HUMANISTAS, FENOMENOLÓGICOS E EXISTENCIAIS: ANÁLISE DE EDITAIS DE CONCURSOS. 128

A Gabriel Nery Matos; Paulo Coelho Castelo Branco; Tommy Akira Goto

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS. 129

Rafael Andrade de Souza

INFÂNCIA, DIREITOS, CIDADE E CIDADANIA: UM DEBATE NECESSÁRIO. 130



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Maria do Socorro Pereira Silva; Ana Cláudia Rodrigues Pina;

Fátima Nascimento Oliveira; Hortência Pessoa Pereira; Ana Lúcia Castilhano de Araújo

PROJETO DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL E INTERFACE COM OUTROS ATORES DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MAETINGA-BA. 132

Valdinéia Aragão dos Santos

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL: PRÁTICA DOCENTE DA PSICOLOGIA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, VITÓRIA DA CONQUISTA. 133

Flávia de Araújo Conceição; Aline Silva dos Anjos; Carmem Virgínia Moraes da Silva

PSICODRAMA COMO RACHADURA DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO COLETIVA. 134

Jéssica Fernandes Pinto; Ana Gabriela Machado

PSICOLOGIA E GESTÃO PÚBLICA: ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS DA BAHIA. 135

Erika Oliveira

PSICOLOGIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: *UM RELATO DE EXPERIÊNCIA*. 136

Brenda Luara dos Santos Souza; Ester Maria Figueiredo Souza

PSICOLOGIA ESCOLAR E SEU DESAFIO NUMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR BAIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 137

Ariel Dantas Barbosa

PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ARTICULAÇÃO ENTRE O SABER PSI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO. 138

Carlla Jamile Santos; Ingrid Dias; Jaqueline de Lima Braz Santos; Luana Souza



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE 139
GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM PSICÓLOGO
ESCOLAR/EDUCACIONAL.

Ícaro Macêdo

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DOCÊNCIA EM PSICOLOGIA EM UMA 140
ESCOLA DO SUDOESTE BAIANO.

Ana Luiza Ribas Carvalho; Milena Cordeiro Barbosa; Carmem Virgínia Moraes da Silva

OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A CONSTRUÇÃO DO 141
PROJETO DE VIDA DE ALUNOS SURDOS DO RECÔNCAVO BAIANO.

Náguila Lainy Oliveira Santos; Thays de Paula Botelho de Araújo; Mariana Leonesy da Silveira Barreto

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA SEGUNDO GESTORES 143
DE ESCOLAS PÚBLICAS.

Hétone Rodrigues Rocha; Igor Andrade Santos; Lígia Maria Portela da Silva; Walace Souza Cruz

SEXUALIDADE EM ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN NA 144
PERSPECTIVA DOS PAIS.

Karla Santos Meira; Larissa Meira Santana

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE OS DIAGNÓSTICOS NO PROCESSO DE 145
ESCOLARIZAÇÃO: UMA BREVE REFLEXÃO.

Agda Lopes Rodrigues

UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO 146
INFANTIL A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE GUANAMBI E CAETITÉ
BAHIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE
APRENDIZAGEM.

Andressa Laiane Santos Oliveira; Dalva Araújo de Jesus; Edilene Magalhães Nunes; Edith de Paula B. Matos; Keila Patrícia Souza Lacerda

UMA REVISÃO DA LITERATURA: O DISCURSO SOBRE A FORMAÇÃO 148
DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Cheslley Santos Quaresma



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO D - PSICOLOGIA E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) 150

(RE) PRODUZINDO CUIDADO: ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O JUNTO AOS FAMILIARES CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS. 151

Flávia dos Santos da Silva de Oliveira; Juliane dos Santos Almeida

“GENTE ESPELHO DA VIDA, DOCE MISTÉRIO”: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS EM SALVADOR – BA. 152

Candice Santana Souza de Oliveira; Paulo Henrique Cerqueira Gonzaga

A ARTICULAÇÃO ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO NA PRÁTICA DE ATENDIMENTO INFANTIL EM UMA CLÍNICA-ESCOLA. 153

Carmem Virgínia Moraes da Silva ; Ana Lúcia Castilhano de Araújo

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE DIREITOS DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA. 154

Ana Lucia Castilhano de Araujo; Otávio Ribeiro Lago

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM ESQUIZOFRENIA A PARTIR DE UMA VISÃO MULTIPROFISSIONAL. 155

Caroline de Cássia Lima dos Santos Alves; Marianna Matos Santos; Marília de Azevedo Alves Brito

AÇÕES PREVENTIVAS COMO ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. 156

Erik Cunha de Oliveira; Ariana Bahia Bittencourt

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO CAPS II (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL) DE GUANAMBI - BA 158

Nayanne Diele Silva Neves Santos; Elias de Souza Bizerra; Joscimar Souza Silva

CAMINHOS DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RAPS E A CORRESPONSABILIZAÇÃO ENTRE SERVIÇOS SAÚDE. 159

Danilo Conceição de Carvalho; Moacir Lira de Oliveira

CLÍNICA DE TERRITÓRIO E OUTROS ATRAVESSAMENTOS: 160



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- UMA PROPOSTA DE INVERSÃO METODOLÓGICA EM UM CAPS II. 161
Andressa Mayara Silva Souza; Rafael Coelho Rodrigues
- CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE AUTONOMIA E POLITIZAÇÃO: ENTRE 161
A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A SAÚDE MENTAL.
Rafaele Menezes Souza; Márjorie Moreno Silva; Fátima Inês Romão
- CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS CLÍNICAS E POLÍTICAS NA 162
COEXISTÊNCIA DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E CAPS AD NA
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.
Daphne Oliveira Soares
- DA SEMENTE AO FRUTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O 163
NÚCLEO DE ATENÇÃO À JUVENTUDE DO PROJETO PONTO DE
CIDADANIA (SALVADOR/BA).
Natália Machado Gonçalves
- DAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO DA 164
SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM
GRUPO DE PESQUISA.
*Marcela Roque; Brenda Guanais Santos Bernardes; Lorena Vieira;
Gabriel Calhau; Lívia Félix*
- DESINSTITUCIONALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA EM MUNICÍPIO DE 165
GRANDE PORTE DA BAHIA: O OLHAR DE GESTORES DA RAPS.
*Gabriela Silva; Antonio José Costa Cardoso; Caio Rudá de Oliveira; Daniela
Silva; Jaqueline Leu Santos; Renê Luís Moura Antunes; Samuel Branco*
- EDUCAÇÃO PERMANENTE, SAÚDE MENTAL E FORTALECIMENTO DA 167
RAPS: EXPERIÊNCIA INOVADORA COM OS PERCURSOS FORMATIVOS
EM EUNÁPOLIS/BA.
*Marília Martins de Araujo Reis; Edriano Alves da Silva; Aidenia Pereira Correa
Campos*
- ENTRE O IDEAL E REAL DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA 168
NO ESTÁGIO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.
Maria Gabrieli Gonçalves Souza; Eurisa Maria De Santana
- EXPLORANDO O ESPAÇO DE ATUAÇÃO ANTIMANICOMIAL: 169
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE ESTÁGIO EM UNIDADE DE ATENÇÃO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PSICOSSOCIAL.

*Maria Gabriely Gonçalves Souza; Eurisa Maria De Santana; Tirza Cainã
Cerqueira dos Santos*

GRUPO DE APOIO PSICOLÓGICO ÀS PESSOAS ENLUTADAS POR SUICÍDIO: REVISÃO DE LITERATURA. 170

Maria Solange de Santana Palmeira; Marlene Alves da Silva

GRUPO DE FAMÍLIA: DINÂMICA COMO TEMA DE REFLEXÃO 172

Cristiana Silva de Caires; Ariana Araujo Barreto; Isabela Arruda Soares

INTENSIFICAÇÃO DE CUIDADOS: 173

AFETOS E AFETAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

Lorena Pires Guimarães; Marlene Barreto Santos Miranda; Renan Vieira de Santana Rocha

NA ARTE O FORTALECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE ALAGOINHAS-BA. 174

Ariel Dantas Barbosa

O CUIDADO AO USUÁRIO DE CRACK NO BRASIL: AS MARCAS DOS ESTIGMAS NAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NO CAMPO DA SAÚDE. 175

Maria Eduarda Ribeiro Carneiro; Manoel de Lima Acioli

O DISPOSITIVO SUPERVISÃO EM ESTÁGIO NO CAPS II: A EXPERIMENTAÇÃO DA CLÍNICA DE TERRITÓRIO NOS DESTERRITORIALIZANDO. 176

Rafael Coelho Rodrigues

OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E SUA ATUAÇÃO NO CAPSad: UMA REVISÃO DE LITERATURA. 177

Etiene de Santana Pires; Pedro Henrique Soares dos Santos; Lorena Marquês de Almeida; Stefanie da Hora Silva; Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Félix Almeida Bittencourt

OS DESAFIOS DO CUIDADO COM O CUIDADOR EM SAÚDE MENTAL UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. 178

Thâmara Souza Andrade Cafezeiro; Jefferson Silva Paiva



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PERCEPÇÃO SOBRE A RAPS POR FAMILIARES DE USUÁRIOS EM SAÚDE MENTAL. 179

Myllena Curvelo; Rui Maia Diamantino

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA O USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: REDUÇÃO DE DANOS E SEUS DESDOBRAMENTOS. 180

Ninália dos Santos de Almeida

POR UM ENCONTRO DOS AFETOS: O BRINCAR LIVRE ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DA SUBJETIVIDADE. 181

Laelson Matos Ribeiro Junior; Carmem Virgínia Moraes da Silva

REFLETINDO SOBRE EXPECTATIVAS DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE COMPARTILHADAS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS USUÁRIOS DO CAPS ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES PARA A VIDA EM SOCIEDADE. 182

Lívia Guimarães Farias; Vanessa M. Barbosa; Jucelia P. Sousa; Simone S. Mamédio; Mônica F. Pinheiro; Maísa V. F. Oliveira; Sibele Aparecida S. Oliveira

SARAU POÉTICO DO CAPS ADIII: SINTO, FALO, ESCREVO E ME REINVENTO. 183

Suzi Keila Fiuza Andrade; Murilo Cordeiro

SAÚDE MENTAL E RACISMO À BRASILEIRA: ANÁLISE DE NARRATIVAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SALVADOR/BA. 185

Renan Vieira de Santana Rocha; Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté; Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIA DE MATRICIAMENTO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA. 186

Patrícia Rosângela Pereira da Costa

SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA. 187

Cheilla Cordeiro de Oliveira Brito; Nicélia Gonçalves Silva; Zâmia Aline Barros Ferreira

SOFRIMENTO PSÍQUICO, POTÊNCIA NARRATIVA E PROCESSO DE 188



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.

Milena Sarti; Beatriz Germana da Silva Cruz; Adhiria Moreno Barbosa; Victória Cruz; Danilo Sales

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: 189
CONSCIENTIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO COMUNITÁRIA.**

Márjorie Moreno Silva; Rafaela Menezes Sousa; Fátima Inês Romão

**USUÁRIAS DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: ESPECIFICIDADES 190
PELO OLHAR DE PROFISSION(Ó)S DE SAÚDE.**

Larissa Ribeiro Nogueira de Lima; Marilda Castelar

**EIXO E - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 192
(SUAS)**

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM 193
MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
A IMPORTÂNCIA DO APOIO EMOCIONAL PARA GESTANTES: SUAS E
INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS EM JOÃO DOURADO-BA.**

Denize Tavares Macedo

**A IMPORTÂNCIA DO APOIO EMOCIONAL PARA GESTANTES: SUAS E 194
INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS EM JOÃO DOURADO-BA.**

Ana Carolina Pereira Souza

**A PSICOLOGIA NA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE 195
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Eric Gamaliel Santos Oliveira ; Vandreia de Carvalho

**A PSICOLOGIA NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS 196
NA BAHIA.**

Monaliza Cirino de Oliveira; Naiane Gaspar Nunes; Cíntia Palma Bahia; Aila França Cabral; Mailson Santos Pereira

**A PSICOLOGIA NOS ESPAÇOS DE GESTÃO ESTADUAL DA POLÍTICA DE 197
ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BAHIA.**

Leísa Mendes de Souza; Naiane Gaspar Nunes



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CUIDADO À POPULAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES E DA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA. 198

Fátima Inês Romão

ABANDONO FAMILIAR: ATENÇÃO E CUIDADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS. 199

Jessica Menezes Mattos

ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS NA BAHIA. 200

Mailson Santos Pereira; Neila Tiara Santos Soledade

INTERFACES DA ATUAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NO CREAS NOVO OLHAR DE VITORIA DA CONQUISTA/BA. 202

Denize Tavares Macedo; Natilaane Brito santos

ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES NO SUAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA. 203

Aline Pereira Castro

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM CRAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE COMO NÃO TER RECEITAS PRONTAS. 204

Denise Viana Silva

CAMPANHAS: AÇÕES QUE EFETIVAM DIREITOS!?. 205

Eric Gamaliel Santos Vieira; Fredinara Aparecida Souza Leal Corado; Michelle do Nascimento Vieira; Vandreia Moreno mendes de Carvalho

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO GARANTIA DOS DIREITOS E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. 207

Itamar de Almeida Carneiro; Silvone Santa Bárbara da Silva

CRAS NA PRAÇA: DIVERSIDADE CULTURAL E PROTAGONISMO SOCIAL EM TREMEDAL-BA. 208

Grazielle Silva; Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso; Felipe do Amaral Carvalho; Grazielle Silva; Keren Albuquerque; Welza Silva dos Santos Pena

PSICOLOGIA, INTERIORIZAÇÃO E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO A COMISSÃO REGIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA 210



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SOCIAL.

Brenda Luara dos Santos de Souza

DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E 211
ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA- PAIF/CRAS EM UM MUNICÍPIO
DE PEQUENO PORTE: A PRÁTICA PELO OLHAR DO PSICÓLOGO.

Ailena Julie Silva Conceição; Aléxia Raiana Barbosa de Souza

EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE 212
ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTÁGIO EM UMA UNIDADE DE
ACOLHIMENTO.

Laryssa Soares Leite; Kueyla de Andrade Bittencourt

O CRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PERSPECTIVAS DE GESTORES, 213
EQUIPE TÉCNICA E COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

*Ovídio Ribeiro da Anunciação Júnior; Givanildo da Silva Nery; Danilo Conceição
Carvalho*

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE 214
ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Elaine Batista de Oliveira

PERSPECTIVAS DA MILITÂNCIA DA PSICOLOGIA BAIANA EM 215
ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO SINPSI BAHIA.

Marcelo Tourinho de Garcia Soares

PRIORIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA GESTÃO DO 216
XV PLENÁRIO DO CRP03.

*Mailson Santos Pereira; Glória Maria Machado Pimentel; Monaliza Cirino de
Oliveira*

PROJETO CEGONHA: ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES NO 217
PAIF/CRAS DE ACAJUTIBA-BA.

Thaís Maria Machado Silva

PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA USUÁRIOS DO 218
CADÚNICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.

Lucimario Palles Silva



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PSICÓLOGAS EM ESPAÇO DE CONTROLE SOCIAL. 219
Ana Caroline Moura Cabral; Brenda Luara dos Santos de Souza

PSICÓLOGA TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO BPC VIA SERVIÇO DE AÇÃO 221
CONTINUADA (PAIF) NO MUNICÍPIO DE COARACI.
Ana Caroline Moura Cabral

PSICOLOGIA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O 222
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).
Itamar de Almeida Carneiro

PSICOLOGIA E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA 223
NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.
Itamar de Almeida Carneiro

PSICOLOGIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE 224
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS: ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL E
INTERDISCIPLINAR.
Luziane de Oliveira Almeida

PSICOLOGIA NO CRAS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA? – RELATO DE 225
UMA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SALVADOR.
Suzana Maiara Costa

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO 227
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Aline Pereira Castro; Louise Diná Rodrigues Barbosa

RETRATOS DA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL OU FINANCEIRA CONTRA 228
IDOSOS.

Laédiane Dourado Oliveira; Erico Santos de Queiroz

SIGNIFICADOS E SENTIDOS NA INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO. 230
Elizângela de Moraes Santos; Valdinéia Aragão dos Santos

EIXO F- PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 232



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS NO HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA. 233

Isis Malta Cairo Fonsêca; Elder Jeferson da Silva

A IMPORTÂNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA EM UMA ESF SITUADA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO. 234

Gilvanete da Silva Souza; Maria de Lourdes Silva

A PSICOLOGIA E RELAÇÕES DE ESCUTA NOS TERRITÓRIOS: AMPLIANDO OS MODELOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO. 235

Washington Luan Gonçalves de Oliveira; Willian Tito Maia Santos; Lucivone Rodrigues Carneiro

ADESÃO AO TRATAMENTO DA PESSOA IDOSA COM DOENÇA CRÔNICA E O PAPEL DA PSICOLOGIA. 236

Mateus Vieira Soares; Naylana Rute da Paixão Santos; Isabela Cristina Silva Santos; Juliana Almeida Torres Brito; Tânia Maria de Oliva Menezes

AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO DE UMA FAMILIAR EM PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO. 237

Isis Malta Cairo Fonsêca; Paulo Coelho Castelo Branco

ATENÇÃO BÁSICA E TERAPIA COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIA DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DAS ESF E COMUNIDADE EUNAPOLITANA. 238

Marília Martins de Araujo Reis; Vanuza Vieira Muniz Rodrigues

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 239

Mateus Vieira Soares; Naylana Rute da Paixão Santos; Isabela Cristina Silva Santos; Juliana Almeida Torres Brito; Tânia Maria de Oliva Menezes

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES NO CUIDADO À SAÚDE DAS FAMÍLIAS. 240

Jarlan Miranda dos Santos; Kédma Teixeira Santos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O HOSPITALAR NUMA PERSPECTIVA PLURAL E DE GARANTIA DE DIREITOS: EXPERIÊNCIA EM BARREIRAS, BA. 241

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS VISITAS DOMICILIARES NA ATENÇÃO BÁSICA: O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL. 243

Maraline Alves Dos Santos

AUTO RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM UM PROGRAMA DE CESSAÇÃO DO TABAGISMO. 244

Isa Ramone Pereira Cavalcante

CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA RESIDENTE EM SAÚDE DA FAMÍLIA. MEMÓRIAS DA PSICÓLOGA, SANITARISTA E APOIADORA INSTITUCIONAL. 245

Louise Diná Rodrigues Barbosa

DOR CRÔNICA: COMPREENSÃO DO IDOSO ONCOLÓGICO HOSPITALIZADO E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO. 246

Naylana Rute da Paixão Santos; Martha Moreira Cavalcante Castro

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO NARRATIVA. 247

Itamar de Almeida Carneiro

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS E TECENDO CONHECIMENTO. 248

Caroline Lucindo Silva; Jarlan Miranda dos Santos

EDUCAÇÃO PERMANENTE, GRUPOS OPERATIVOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 249

Danilo Conceição de Carvalho; Moacir Lira de Oliveira

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA PELO PROGRAMA COTIDIANOSUS: REFLEXÕES DENTRO DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS. 250

Janaina Nery Celestino de Carvalho; Júlia Biasin Scopel



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO E DE CUIDADO ENTRE A 251
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Silier Andrade Cardoso Borges; Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos

EXTERNALIZANDO SENTIMENTOS NA INFÂNCIA ATRAVÉS DO 253
DESENHO.

Elizângela de Moraes Santos

FATORES ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE SUICÍDIO EM PACIENTES 254
ATENDIDOS EM UM HOSPITAL GERAL: ANÁLISE DOCUMENTAL.

Vanessa Rodrigues Sousa de Oliveira

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM AS RUAS: 255
UMA REVISÃO DE LITERATURA.

*Anna Carla Ribeiro Moreira; Lorena de Oliveira Rossoni; Nelma Dias Ribeiro;
Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Felix Almeida Bittencourt*

INTERVENÇÃO GRUPAL: CUIDADO DE PACIENTES COM PARKINSON, 256
SEUS FAMILIARES E CUIDADORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

Ana Carolina de Souza; Patricia Morales

MATRICIAMENTO COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE 257
SOBRE A DOENÇA DE ALZHEIMER NA CIDADE DE GUANAMBI-BA.

Marlúcia Malheiros Souza

MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA 258
SOBRE SALAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO
BÁSICA.

Emanuele Lopes da Silva

MÉTODOS DE INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES QUE 260
FAZEM USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

*Leticia Ferreira da Silva; Paola Damascena Possari; Carolina Ferreira Ferraz
Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Felix Almeida Bittencourt*

O CAMINHAR DA PSICOLOGIA NAS ESTRADAS DO AUTISMO: 261
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA EM AUTISMO NO ESTADO DA BAHIA.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Renan Vieira de Santana Rocha

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

262

Isis Gomes Biondi; Josiane Moreira Germano; Tatiana Almeida Couto

O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO PARA SAÚDE DA MULHER COMO FERRAMENTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MALFORMAÇÃO DO BEBÊ.

264

Ramon Pereira Lima; Jaqueline França de Almeida; Áquila Thalita Sampaio Costa

O PSICÓLOGO NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA.

265

Isis Gomes Biondi; Josiane Moreira Germano; Tatiana Almeida Couto

OFICINAS DE CONTAÇÃO DE ESTÓRIAS NA PEDIATRIA: PSICANÁLISE, FANTASIA E HOSPITALIZAÇÃO.

266

Daniela Rodrigues Goulart Gomes; Otávio Ribeiro Netto; Thamyres Lima Ribeiro

OLHARES SOBRE UMA UNIDADE ATENÇÃO SECUNDÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

267

Raquel Rocha

POLÍTICAS SOCIAIS E O PSICÓLOGO NA SAÚDE: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA PREVENÇÃO DE PARTOS PREMATUROS.

268

Maria de Lourdes Silva

PRÁTICAS INOVADORAS DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA: O ATO DE APRENDER NO COTIDIANO DO SERVIÇO.

270

Maria de Lourdes Silva

PROMOÇÃO DE SAÚDE EM PRÉ-PÚBERES E ADOLESCENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO INTERIOR DA BAHIA.

271

Daniele Silva Blêsa Novais; Elder Jeferson da Silva; Stefanie Marina Correia Cairo; Danielle Souto de Medeiros

PROPOSTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRÉ-NATAL PARA OS CUIDADOS À SAÚDE MENTAL DE GESTANTES ADOLESCENTES.

273

Lorilay Borges de Farias; Maria Antonieta Nascimento Araújo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PSICOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SUS: 273
RELATO DA EXPERIÊNCIA DO CORPO PEDAGÓGICO DE UMA
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA NA BAHIA.
*Renan Vieira de Santana Rocha; Carolina Pereira Lobato; Grace Fátima Souza
Rosa*

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO NASF DE 275
CACHOEIRA-BA.
Luciana Melo e Souza; Náguila Lainy Oliveira Santos; Tamiles Fróes

RELATO DE EXPERIÊNCIA: OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO 276
LUGAR DA PSICOLOGIA NO NASF.
Isadora Santos Oliveira Teixeira; Vlândia Jamile Santos Jucá

SIMULAÇÃO DE PERDAS E GANHOS DE RECURSOS FINANCEIROS 277
VINCULADOS AO PMAQ-AB NO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BAHIA.
Louise Diná Rodrigues Barbosa

TRANSDISCIPLINARIDADE, ARTE/ CULTURA E SAÚDE MENTAL: 278
FUNDAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE PRÁTICAS HÍBRIDAS NA
PROMOÇÃO DA SAÚDE
Marília Martins de Araujo Reis; Vanuza Vieira Muniz Rodrigues

TRIAGEM PSICOLÓGICA INFANTIL: ANÁLISE DO PERFIL DOS 279
ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA
*Hortênciã Pessoa Pereira; Roberta Bolzan Jauris; Carmem Virgínia Moraes da
Silva*

EIXO G - PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA 281

A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL EM CONSONÂNCIA COM 282
A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.
*Maria do Socorro Pereira Silva; Catarina Cabral Oliveira da Rocha;
Orientadora-Ana Mara Dutra Souza*

A DELEGACIA DA MULHER DIANTE DOS OBSTÁCULOS NA LUTA 283
CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.
Flávia Alves do Rosário; Luiz Humberto Souza Júnior; Camila Lima Silva;



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Daniela Rodrigues Goulart Gomes

A EXPERIÊNCIA DAS PRÁTICAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA. 284

Alba Lopes; Alessandra Santos; Joyce Santos

A PERCEPÇÃO DOS ADVOGADOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM PROCESSOS JURÍDICOS. 285

Débora da Silva Rodrigues; Camila de Freitas Freitas; Larissa Santos Lopes; Lelianny Taize de Assis Ladeia

A PERÍCIA PSICOLÓGICA E SUA APLICABILIDADE NA ÁREA JURÍDICA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO PERITO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA – COMARCA DE ENCRUZILHADA. 286

Lucimauro Palles Silva

A PSICOLOGIA EM UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. 287

Caio Dultra; Bianca Orrico Sertão

ACESSIBILIDADE À JUSTIÇA: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CEJUSC DE BRUMADO. 288

Francisca Soares Patez Araújo

ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CASO MENINO BERNARDO. 290

Lailane Aquino; Itamara Sant Ana Monteiro

ATRAVESSANDO DORES - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PSICÓLOGA ATUANDO NO SISTEMA DE JUSTIÇA. 290

Vanina Miranda da Cruz

ESTRESSE EM AGENTES PENITENCIÁRIOS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO. 292

Tainá Queirós de Queiroz; Soraia Silva Brito; Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torre; Leonor Santana Guimarães



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GRUPO OPERATIVO COM MULHERES EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. 293

Larissa Missias Teixeira; Flávia de Araújo Conceição; Odilza Lines de Almeida

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DO ESTADO DA BAHIA: PRÁTICA DE ESTÁGIO. 294

Myllena Curvelo; Bruna Cardoso; Claudia Torres

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL. 295

Anna Luiza do Sacramento; Joyce Jesus Brito; Thaís Diniz Santos Moreira

NOSSAS FÁBULAS: A UTILIZAÇÃO DO LÚDICO COMO ESTÍMULO DE CRIAÇÃO NO ENCARCERAMENTO. 296

Thaís Melo do Desterro Passos; Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres; Emerson Matos

O PSICÓLOGO NOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. 297

Washington Luan Gonçalves de Oliveira; Lucivone Rodrigues Carneiro

O USO DA CARTOGRAFIA EM MISTIFICAÇÕES E ABANDONO DE LOUCOS NO HCT. 299

Juliano dos Santos; Cláudia Vaz Torres

PERCEÇÃO DA SOCIEDADE ACERCA DE PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI. 300

Franciele Nogueira de Almeida; Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres; Diego Solci Toloy

POSSIBILIDADES E DIFICULDADES PARA DIAGNÓSTICO DO INIMPUTÁVEL: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGOS JURÍDICOS. 301

Quiane Bomfim Souza; Claudia Vaz Torres; Leonor Guimarães

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PSICOLOGIA JUNTO A UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS 302

Edilene Magalhães Nunes

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO PARA 303

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

EIXO H - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO 305

“INTERVENÇÕES URBANAS”: UMA PRÁTICA PROMOVIDA PELA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO. 306

Izabela Gaspar

AÇÃO EDUCATIVA EM EMPRESA DE ÔNIBUS NO INTERIOR DA BAHIA: MOTORISTA AMIGO DO CICLISTA. 307

Veronica Santana Souza; Marlene Alves da Silva

COMPORTAMENTO HUMANO NO TRÂNSITO: RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE E AGRESSIVIDADE. 307

Laíza dos Santos Farias; Marlene Alves da Silva

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO NA EDUCAÇÃO E COMPREENSÃO DO TRÂNSITO NA INFÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 309

Beatriz Rabelo Alves; Bruna Primeiro; Evelley Emmanuela Félix dos Santos

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA PROPOSTA PARA O SUDOESTE BAIANO. 310

Marlene Alves da Silva; Helena Rinaldi Rosa

ESTADO DA ARTE SOBRE A PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E EDUCAÇÃO. 311

Nayana Sepúlveda Suzart; Iara Nancy Rios; Caroline Almeida Azevedo

MOBILIDADE URBANA: A RELAÇÃO ENTRE AFFORDANCE E ATENÇÃO DE PEDESTRES EM UMA CIDADE DO SERTÃO BAIANO. 312

Taylane Kezia Gomes; Lidiane Bento Dourado Ribeiro; Ítalo de Jesus Wânia Deise Freita da Silva

POLÍTICAS DO CORPO NA CIDADE. 313

Nayara Lima Longo; Andressa Fragoso Pitombo; Julia Ataíde Fagundes; Nicole Samara do Nascimento Silva; Everton Dias Ferreira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



POLÍTICAS PÚBLICAS EM TRÂNSITO: PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO. 314
Eliete Ferreira Vilas Bôas; Marlene Alves da Silva

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E POLÍTICAS PÚBLICAS 315
Giovani Santos

EIXO I - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO 317

(RE)SIGNIFICAR É PRECISO: UM OLHAR PARA OS CATADORES 318
AUTÔNOMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA.
*Elder Jeferson da Silva; Adriane de Oliveira Teixeira; Daniele Silva Blêsa Novais
Fábio Heiji Horota; Gabriel Bomfim Cruz*

“SOZINHO/A ANDO BEM, MAS COM VOCÊS ANDO MELHOR”: 318
INTERVENÇÃO GRUPAL NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE
*Larissa Fonseca de Souza; Luciana Brito Marques; Maria Márcia de J.
Rodrigues; Marta A. dos S. Mamédio*

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE 320
DO TRABALHADOR (CEREST) EM VITÓRIA DA CONQUISTA.
Amanda Chaves Rocha

A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA DINÂMICA DE 321
PRAZER E SOFRIMENTO PSÍQUICO DE FEIRANTES DA FEIRA DE SÃO
JOAQUIM, SALVADOR-BA.
Pablo Mateus dos Santos Jacinto; Ana Lucia Pellegrini Pessoa Dos Reis

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE HOSPITALAR E O 322
ESTRESSE OCUPACIONAL.
*Edina Daiane Ramos; Zuneide Batista Paiva; Mirtes Santos Oliveira; Regiane
Lacerda Santos*

ANÁLISE ORGANIZACIONAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE 323
EXPERIÊNCIA.
*Celia de Jesus Santana Iriarte; Danielle Monteiro do Nascimento; Letícia Novais
Pereira Assunção; Moane de Carvalho Aguiar; Regiane Lacerda Santos
Silmara Nascimento da Silva; Simone de Oliveira Tigre*



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA - CASA DO ANDARILHO. 325

Catarina Cabral Oliveira da Rocha; Laísila Almeida Abade Santos; Raíssa Alves Gualberto; Regiane Lacerda Santos; Yane Cruz Silva

EQUIPE ACOLHE VIDA. 326

Laura Fernandes dos Reis Neta

ESTRESSE OCUPACIONAL ENTRE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. 328

Analice Viana da Silva; Jamília Brito Gomes; Kaio Alexandre Sena Santos Maiana Sousa Santos; Noelia Regiane Aguiar Fernandes; Ramon Pereira Oliveira

MODO DE GESTÃO E ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS. 329

Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis; Sonia Regina Pereira Fernandes

O EMPREENDIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO “DO LIXO AO LUXO”. 330

Gerald Gomes Alves; Ivoneide Mares; Marina Vinhas Santos; Pedro Henrique Soares Dos Santos; Roberta Scaramussa Da Silva

O PSICÓLOGO FRENTE ÀS DOENÇAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO PROVENIENTES DO TRABALHO. 331

Eliane Nunes dos Santos

PSICOLOGIA DO TRABALHO: UM OLHAR ALÉM DOS MUROS. 332

Ivana dos Santos Souza; Lígia Fernandes Barbosa; Ana Luíza Ribas Carvalho; Joice Pereira dos Santos; Milena Cordeiro Barbosa; Rebeca Silva Fernandes; Regiane Lacerda Santos

RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HGPV EM JEQUIÉ. 334

Aida Lomanto Couto

RELATÓRIO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL- PESQUISA DE CLIMA EM UMA EMPRESA DE UNIFORMES NO OESTE DA BAHIA: PRÁTICA DE ESTÁGIO. 335

Adryelle Teixeira Italiano Silva; Alessandra Moreira dos Santos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO J - PSICOLOGIA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS. 337

“ISSO EU NÃO QUERO PRA MIM”: REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E AUTONOMIA POR MULHERES QUE INTERROMPERAM GESTAÇÕES. 338
Paula Rita Barcellar Gonzaga

A PERMANÊNCIA DA MULHER EM UMA RELAÇÃO CONJUGAL VIOLENTA. 339
Rafaele Menezes Sousa; Fátima Inês Romão; Márjorie Moreno Silva

A PSICOLOGIA FEMINISTA E OS DESAFIOS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. 339
Ivana Patrícia Almeida Silva

AS PATOLOGIAS DECORRENTES DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL EM MULHERES ADULTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEU TRATAMENTO. 340
Ana Paula Almeida Santos; Rafael Antonio Oiticica de Miranda;

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA INFERTILIDADE EM CASAIS: UM ESTUDO PSICOLÓGICO. 341
Angel Alcantara ; Elzeni Damasceno de Souza;

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: DISPONIBILIDADE EMOCIONAL MATERNA. 343
Felipe da Silva

ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA. 344
Paola Damascena Possari; Paula Rita Bacellar Gonzaga

MULHERES E MATERNIDADE: LIVRE ESCOLHA. 345
Julia Ataide Fagundes

MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA. 346
Alessandra Almeida; Darlane Andrade; Helena Miranda; Vanina Cruz

O CUIDADO À CUIDADORA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA. 347



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ana Paula Almeida dos Santos

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NA INSERÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. 348

Stefane Cristina Pontes de Menezes Lima

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A NÃO-MATERNIDADE: PERCEPÇÕES DE UNIVERSITÁRIAS DA CIDADE DE GUANAMBI-BA. 349

Thayene Fraga Santos

POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS NO BRASIL USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL. 350

Rayane Santos Nascimento; Amanda Barros Bomfim; Saulo Ricardo Queiroz Vieira; Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Félix Almeida Bittencourt

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER POR UMA EQUIPE DE RESIDENTES MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA. 351

Rafael Magalhães de Melo; Thais Meireles Santana; Tássia Araújo do Nascimento França; Karinne Rebouças Mascarenhas Serra; Táilla Souza Santos

RECONFIGURANDO UM MODE DE VER O PARTO NA GRADUAÇÃO. 352

Ana Laís Pales Pereira

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA ACERCA DO ABORTO. 353

Angélica Barroso de Oliveira Rosa

SAÚDE REPRODUTIVA E PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE LITERATURA. 354

Leticia Ferreira da Silva; Paula Rita Bacellar Gonzaga

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: PREVENÇÃO E TRATAMENTO PSICOLÓGICO. 355

Luciana Ferreira Chagas; Maria Lívia Tourinho Moretto

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A SISTEMÁTICA DE APOIO À VÍTIMA EM 357



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



VITÓRIA DA CONQUISTA.

Raveni Silva

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A PARTIR DE VIVÊNCIAS DE MULHERES DA 358
CIDADE DE ITAMARAJU-BAHIA.

Jucimara Carvalho Pereira

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E GÊNERO: A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO 359
PSIQUISMO FEMININO.

Yasmine Karla Lima Silva Lopes



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SUMÁRIO DE TRABALHOS COMPLETOS

	P.
EIXO A - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POPULAÇÃO LGBT, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.	362
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PSICÓLOGA, MULHER TRANS E NEGRA DENTRO DA UNIVERSIDADE <i>Ariane Moreira de Senna</i>	363
POPULAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: OS (NÃO) LUGARES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO. <i>Larissa Bahia Ribeiro; Kueyla de Andrade Bitencourt.</i>	377
RESOLUÇÃO CFP 01/2018: O QUE MUDOU? <i>Lara Araújo Roseira Cannone</i>	387
EIXO B - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.	400
IDENTIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA TRANSIÇÃO CAPILAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO. <i>Aline Moreno Mendes; Ana Maria de Lima Carneiro; Joseane Macedo dos Anjos</i>	401
O ESTADO DA “CRACOLÂNDIA”: POLÍTICAS PÚBLICAS NA ROTA DA REDUÇÃO DE DANOS – UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DA VIOLÊNCIA AOS USUÁRIOS DE “CRACK” NO CENTRO DE SÃO PAULO. <i>Caroline da Cruz Martins; Jhonatas Santos da Silva; Jhessy Santos Inácio; Silier Andrade Cardoso Borges</i>	413
O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A LUTA DE CLASSES: REFLEXÕES ACERCA DE PUBLICAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA E	432

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Leonardo Jardim Oliveira; Thaís Teixeira Cardoso

PSICOLOGIA E O NEGRO: (o efeito do racismo na construção da identidade negra). 447

Rafael Pereira Lobo

EIXO C - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO. 460

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UESB. 461

Isabela Pinto Magno Martins

A ESCOLA E O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM. 476

Claudineia Aparecida da Silva; Márcia Porto Mirante de oliveira

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 482

Ana Cláudia Carvalho de Jesus; Thalita Fernandes Santos

A VALORIZAÇÃO DO EU, EM USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS. 502

Delvania de Figueredo Pereira; Camila Carvalho Souza; Carlos Augusto Paiva Brito; Flavia Batista Marques; Welber Lima de Andrade; Joelma Assis Araújo

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CORDEIROS - BAHIA: SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO. 511

Lívia Maria Santos Chaves

ASSEMBLEIAS ESCOLARES: UMA ESTRATÉGIA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM SALA DE AULA. 524



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dionis Soares de Souza; Kalena Ellen dos Santos Ferraz; Laís Souto; Patricia Carla Silva do Vale Zucoloto

ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SÃO DESIDÉRIO, BA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

539

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

552

Edilene Magalhães Nunes; Gabriela Santos Souza Martins; Miriã Lima.

GRUPO DE APOIO A ANSIEDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.

567

Roberta Scaramussa da Silva; Leandro Gaffo; Camila Assis Guedes; Caroline da Silva Meira; Gabriella Oliveira Salles; Vinícius Teixeira Bravim.

O BRINCAR COM O MOVIMENTO COMO REFORÇO NA APRENDIZAGEM E NA SOCIALIZAÇÃO.

585

Edvaldo Joaquim De Santana Filho; Tamyres Nunes Carvalho; Indira Vita Pessoa

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A BRINCADEIRA E A DISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR.

610

Elder Jeferson da Silva; Adriane de Oliveira Teixeira; Roberta Bolzan Jauris

PSICOLOGIA ESCOLAR E SEU DESAFIO NUMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR BAIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

632

Ariel Dantas Barbosa

PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ARTICULAÇÃO ENTRE O SABER PSI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.

645

Jaqueline de Lima Braz Santos; Carlla Jamile de Brito Santos; Ingrid Santana Dias; Luana Pimenta de Souza



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA SEGUNDO GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS. 659

Hétone Rodrigues Rocha; Wallace Sousa Cruz; Igor Andrade Santos; Lígia Maria Portela da Silva

SEXUALIDADE EM ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN NA PERSPECTIVA DOS PAIS. 673

Karla Santos Meira; Larissa Meira Santana

UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE GUANAMBI E CAETITÉ BAHIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE APRENDER. 690

Andressa Laiane Santos Oliveira; Dalva Araújo de Jesus; Edilene Magalhães Nunes; Edth de Paula Bonfim de Matos; Keila Patrícia de Souza Lacerda

EIXO D - PSICOLOGIA E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) 698

(RE) PRODUZINDO CUIDADO: ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O JUNTO AOS FAMILIARES CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS. 699

Flávia dos Santos da Silva de Oliveira; Juliane dos Santos Almeida

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA EM MUNICÍPIO DE GRANDE PORTE DA BAHIA: O OLHAR DE GESTORES DA RAPS. 716

Gabriela Andrade da Silva; Antonio José Costa Cardoso; Caio Rudá de Oliveira; Daniela Viana da Silva; Jaqueline Leu Santos; Laís Ferreira Soares; Renê Luís Moura Antunes; Samuel Martins de Jesus Branco

ENTRE O IDEAL E REAL DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ESTÁGIO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. 728

Maria Gabriely Souza; Eurisa Maria de Santana



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NA ARTE O FORTALECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE ALAGOINHAS-BA. 738

Ariel Dantas Barbosa

OS DESAFIOS DO CUIDADO COM O CUIDADOR EM SAÚDE MENTAL 750
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Thâmara Souza Andrade Cafezeiro; Jefferson Silva Paiva

POR UM ENCONTRO DOS AFETOS: O BRINCAR LIVRE ENQUANTO 760
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DA SUBJETIVIDADE.

Laelson Matos Ribeiro Júnior; Carmem Virgínia Moraes da Silva

REFLETINDO SOBRE EXPECTATIVAS DE COMPORTAMENTOS 774
SOCIALMENTE COMPARTILHADAS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS
USUÁRIOS DO CAPS ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES PARA A
VIDA EM SOCIEDADE.

*Lívia Guimarães Farias; Vanessa M. Barbosa; Jucelia P. Sousa; Simone S.
Mamédio; Mônica F. Pinheiro; Maísa V. F Oliveira; Sibebe Aparecida S.
Oliveira.*

SOFRIMENTO PSÍQUICO, POTÊNCIA NARRATIVA E PROCESSO DE 785
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA).

*Milena Maria Sarti; Beatriz Germana da Silva Cruz; Adhiria Moreno
Barbosa; Danilo Oliveira Sales; Victória Pereira da Cruz.*

**EIXO E - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA 801
SOCIAL (SUAS)**

ABANDONO FAMILIAR: ATENÇÃO E CUIDADO A CRIANÇAS E 802
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS.

Jéssica Menezes Mattos

DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E 817
ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF/CRAS EM UM
MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: A PRÁTICA PELO OLHAR DO
PSICÓLOGO.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ailena Julie Silva Conceição; Aléxia Raiana Barbosa de Souza.

O CRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PERSPECTIVAS DE GESTORES, EQUIPE TÉCNICA E COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 824

Ovídio Ribeiro da Anunciação Júnior; Givanildo da Silva Nery; Danilo Conceição Carvalho.

EIXO F - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 830

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS(AS) NO HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA. 831

Isis Malta Cairo Fonsêca; Elder Jeferson da Silva.

A IMPORTÂNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA EM UMA ESF SITUADA NA CIDADE DE GUANAMBI-BA. 844

Gilvanete da Silva Souza; Maria de Lourdes Silva.

AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO DE UMA FAMILIAR EM PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO. 851

Isis Malta Cairo Fonsêca; Paulo Coelho Castelo Branco.

ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O HOSPITALAR NUMA PERSPECTIVA PLURAL E DE GARANTIA DE DIREITOS: EXPERIÊNCIA EM BARREIRAS, BA. 867

Emmilla Di Paula Carvalho dos Santos

EDUCAÇÃO PERMANENTE, GRUPOS OPERATIVOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 884

Danilo Conceição de Carvalho; Moacir Lira de Oliveira.

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA PELO PROGRAMA COTIDIANO SUS: REFLEXÕES DENTRO DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS. 900



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Janaina Nery Celestino de Carvalho; Júlia Biasin Scopel.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM AS RUAS: 912
UMA REVISÃO DE LITERATURA.

*Anna Carla Ribeiro Moreira; Lorena de Oliveira Rossoni; Nelma Dias
Ribeiro; Silier Andrade Cardoso Borges; Raíssa Felix Almeida Bittencourt.*

INTERVENÇÃO GRUPAL: CUIDADO DE PACIENTES COM 920
PARKINSON, SEUS FAMILIARES E CUIDADORES E PROFISSIONAIS
DA SAÚDE.

*Ana Carolina de Souza; Patricia Morales Monteagudo; Karla Soares Pereira
Valviessa.*

O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO PARA SAÚDE DA MULHER COMO 932
FERRAMENTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MALFORMAÇÃO DO
BEBÊ.

*Ramon Pereira Lima; Áquila Thalita Sampaio Costa; Jaqueline França de
Almeida.*

OFICINAS DE CONTAÇÃO DE ESTÓRIAS NA PEDIATRIA: 948
PSICANÁLISE, FANTASIA E HOSPITALIZAÇÃO

*Otávio Ribeiro Lago Netto; Daniela Rodrigues Goulart Gomes; Thauany
Martins Viana*

OLHARES SOBRE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA DO 957
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Raquel Rocha; Eurisa Maria de Santana.

PROPOSTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRÉ-NATAL PARA OS 966
CUIDADOS À SAÚDE MENTAL DE GESTANTES ADOLESCENTES.

Lorilay Borges de Farias; Maria Antonieta Nascimento Araújo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: OS DESEFIOS E POTENCIALIDADES DO 981
LUGAR DO LUGAR DA PSICOLOGIA NO NASF.

Isadora Santos Oliveira Teixeira; Vlândia Jamile Santos Jucá.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



TRIAGEM PSICOLÓGICA: ANÁLISE DO PERFIL DOS ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA. 990

Hortênciã Pessoa Pereira; Roberta Bolzan Jauris; Carmem Virgínia Moraes da Silva.

EIXO G - PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA 1003

A PSICOLOGIA EM UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO *ON-LINE*: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. 1004

Caio Dultra; Bianca Orrico.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL. 1011

Anna Luiza do Sacramento; Joyce Jesus Brito; Thaís Díniz.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 1019

Pablo Mateus dos Santos Jacinto.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PSICOLOGIA JUNTO A UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS. 1027

Edilene Magalhães Nunes.

EIXO I - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO. 1035

“SOZINHO/A ANDO BEM, MAS COM VOCÊS ANDO MELHOR”: INTERVENÇÃO GRUPAL NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. 1036

Larissa Fonseca de Souza; Luciana Brito Marques; Maria Márcia de Jesus Rodrigues; Marta Aparecida dos Santos Mamédio.

A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA DINÂMICA DE PRAZER E SOFRIMENTO PSÍQUICO DE FEIRANTES DA FEIRA DE 1046

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SÃO JOAQUIM, SALVADOR-BA.

Pablo Mateus dos Santos Jacinto; Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTE HOSPITALAR E ESTRESSE OCUPACIONAL. 1052

Edina Daiane Ramos; Zuneide Batista Paiva; Mirtes Santos Oliveira; Regiane Lacerda Santos.

CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HGPV EM JEQUIÉ. 1065

Aida Lomanto Couto

EMPREENHIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO DO LIXO AO LUXO. 1079

Roberta Scaramussa da Silva; Mydiã Falcão Freitas.

ESTRESSE OCUPACIONAL ENTRE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. 1095

Jamília Brito Gomes; Maiana Sousa Santos; Noelia Regiane Aguiar Fernandes; Ramon Pereira Oliveira; Kaio Alexandre Sena Santos; Analice Viana da Silva.

MODO DE GESTÃO E ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS. 1108

Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis; Sônia Regina Pereira Fernandes.

EIXO J - PSICOLOGIA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS. 1124

“ISSO EU NÃO QUERO PRA MIM”: REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E AUTONOMIA POR MULHERES QUE INTERROMPERAM GESTAÇÕES. 1125

Paula Rita Bacellar Gonzaga.

ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA, UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA 1141



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Paola Damascena Possari; Paula Rita Bacellar Gonzaga

MULHERES E MATERNIDADE: LIVRE ESCOLHA.

1153

Júlia Ataíde Fagundes; Mariana Tomaz Canjerana; Catiana Nogueira dos Santos; Nátaly Ellen das Graças; Mega Ramos.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



APRESENTAÇÃO

Ao longo dos anos os campos de práticas em Psicologia vêm se ampliando e alcançando os mais variados âmbitos, principalmente se considerarmos os avanços das políticas sociais, bem como o atual quadro de retrocessos enfrentados na presente conjuntura de crise social e política que. Atualmente, as políticas públicas se configuram como o espaço de grande inserção desses profissionais, como discutido por Mandelbaum (2012¹) que vê o campo social como “território fértil”, um verdadeiro laboratório para a produção em Ciências Humanas, uma vez que cada vez mais o social e o psicológico são concebidos de modo indissociável.

Com o objetivo de visibilizar práticas ligadas à psicologia e políticas públicas, bem como de interiorizar e desse modo divulgar o que tem sido proposto e desenvolvido no estado baiano, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão operacional do Conselho Regional de Psicologia 3ª região (CRP-03), tem procurado construir espaços coletivos de discussão, convocando a categoria e os estudantes de Psicologia a repensarem seus papéis nas políticas públicas e assim potencializar os espaços de atuação em todas as suas instâncias.

Idealizamos a construção de uma mostra na qual psicólogas(os) e estudantes puderam apresentar relatos de experiências e reflexões teóricas emergentes da prática profissional principalmente no interior do território baiano. Esta ação do CRP-03 e CREPOP se propôs a oportunizar o momento de trocas que geraram reflexões teórico-práticas sobre a atuação da psicologia nas Políticas Públicas na Bahia. O momento, além de formativo, também foi um sinalizador que revelou, ao CRP-03, como a psicologia tem se capilarizado e como tem sido a inserção e atuação das(os) psicólogas(os) no território. Estes anais são a concretização de um retorno à categoria e demais interessadas(os) em conhecer e reconhecer as atuações da psicologia no interior e capital da Bahia.

¹ MANDELBAUM, B. Sobre o campo da Psicologia social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n.1, p.15-43, 2012.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RESUMOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**EIXO A - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POPULAÇÃO LGBT,
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(DES)CONSTRUÇÃO DE GÊNERO: OS FATORES QUE INFLUENCIAM O PROCESSO DE TRANSIDENTIDADE

Márjorie Moreno Silva
Rafaele Menezes Sousa

Todos os seres humanos podem ser classificados em termo de gênero, sendo cisgênero, as pessoas que se identificam com o gênero biológico, e transgênero, as que se identificam com o gênero oposto ao do nascimento. O termo trans agrega todas as formas de identidades que divergem ou afrontam o dispositivo binário de gênero. O processo de construção identitária não ocorre de forma isolada, pois sofre influência do contexto histórico, agregando valores e normas do grupo social. Esta população está suscetível, diariamente, a diversas formas de violências, visto que o Brasil apresenta um alto índice de agressões a travestis e transexuais, assumindo o primeiro lugar no ranking mundial com 868 homicídios contabilizados pela ONG Transgender Europe (TGEu), no ano de 2016. O seguinte artigo, objetiva compreender os fatores que influenciam o processo de transidentidade.

Palavras-chave: gênero; transsexualidade; psicologia.

A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PSICÓLOGA, MULHER TRANS E NEGRA DENTRO DA UNIVERSIDADE

Ariane Moreira de Senna

Este trabalho apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra e visa demonstrar os desafios da inclusão e sua permanência dentro do espaço acadêmico. A narrativa traz relatos vivenciados ainda no ensino médio quando conciliava a prostituição com os estudos, sobre o início da sua entrada na faculdade quando começou a estudar psicologia, com os primeiros embates para sua permanência como a rejeição do uso do nome, agressão física, a negação e repúdio sofrido pelo uso do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero e, vai até o seu ingresso na Universidade Federal da Bahia quando se insere em uma segunda graduação e na pós-graduação onde vivenciou piadas transfóbicas pelos funcionários da universidade bem como o tratamento desigual pelos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



espaços acadêmicos. Ressalva que ao falarmos de violência, não se deve centrar apenas nas que são físicas e psicológicas. Tem uma outra dimensão que pode causar tão prejuízos quanto as físicas ou até mais profundos que é a violência simbólica. Nesse sentido, é mencionado alguns tipos de violências que se expressam pelo descrédito a pessoa, a tentativa de apagamento da sua imagem, a subestimação da sua potencialidade, bem como aquelas cometidas por outras mulheres. Este trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras dentro dos espaços acadêmicos passem as mesmas situações, mas sim problematizar e trazer a reflexão sobre alguns desafios e obstáculos, procura-se trazer a reflexão sobre o como as práticas realizadas por docentes, discentes e funcionários podem contribuir como mecanismos de opressão que resulta na mulher trans, sentimentos de fraqueza e desencorajamento.

Palavras-chave: Mulher trans; Desafios; Inclusão; Permanência.

FAMÍLIA E TRANSGENERIDADE: OS IMPASSES DA VIVÊNCIA FAMILIAR DE UM TRANSGÊNERO

**Felipe da Silva
Herbert Meira
Iara Souza
Manoel de Lima Acioli**

O contexto macrossocial transpõe-se por uma ditadura paradigmática simbólica, permeada pela instituição de uma vitrine de códigos, que na verdade, explicita padrões convencionalizados socialmente e marginaliza tudo o que considera como a contracorrente vigente. Os padrões atribuídos aos gêneros na sociedade, acordados também no âmbito familiar, delimitam um absolutismo pautados em uma concepção binarista secular, sendo o transgênero considerado como uma classe subvergente dessa ideologia. A obrigação a especificidade característica e estereotipada do gênero é imputada desde a tenra infância, tornando com que a realidade de muitos indivíduos seja atravessada pela esfera da segregação, inexistência de representatividade e também de adoecimentos psíquicos. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como as interações familiares contribuíram para a formação da identidade transgênero, tendo como objetivos específicos, a análise do processo de formação da identidade transgênero no contexto familiar, a verificação da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



importância da família no processo de subjetivação em meio a representação sócio familiar, e por fim, a investigação de como se deu o processo de aceitação da identidade dentro do sistema familiar. O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio da pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, estabelecida em um estudo de caso realizado com um transexual e sua família nuclear, no município de Vitória da Conquista - Bahia, e abstraída através de uma entrevista semiestruturada analisada à luz da Análise Temática de Conteúdo de Bardin. No decorrer da pesquisa, nota-se que o processo de identidade do transexual entra em conflito ao sexo que lhe é atribuído ao nascimento, se identificando com o sexo oposto. O corpo é uma fase extremamente importante para a sua formação da identidade, sendo uma simbologia do seu ser, para uma auto aceitação. Os dados ainda esclarecem que ao estar inserido na estrutura familiar, o transgênero não se sente pertencente a tal ambiente, distanciando-se dos paradigmas existentes no núcleo familiar, divergindo do que lhe é pregado para determinado sexo biológico, e nunca se adentrando aos padrões definidos. O início dessa luta, parte inicialmente da auto aceitação e da criação da identidade individual auxiliados pelas interações familiares livres da repreensão.

Palavras-chave: Transgênero; Identidade; Representação Social; LGBTQ+; Família.

LUGARES DE DOR E EXISTÊNCIA: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVA JUVENIS

**Rita Machado
Sandro Gomes Oliveira**

O presente trabalho busca compreender os afetos traumáticos nas relações sociais juvenis homoafetiva, sob a ótica psicanalítica e, seus impactos nas crises identitárias, tomando por base os conceitos psicanalíticos de ato, corpo, pulsão e gozo. Nesse sentido, a pesquisa investiga a fase da adolescência como parte do desenvolvimento humano que marca a transição entre a infância e a idade adulta, e se inicia na puberdade, processo que leva à maturidade sexual e às transformações corporais. Contudo, não interessa apenas as mudanças fisiológicas, mas como estas mudanças tornam enigmática a questão do feminino e do masculino no nível psíquico. Sendo assim, torna-se pertinente refletir a crise que o adolescente enfrenta mediante atos de discriminação e sentimento de vergonha que muitos sentem advindos de um percurso sociocultural patriarcal. Essas incongruências, apagamentos e muitas vezes violências simbólicas praticadas contra o adolescente



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



homossexual, perpassam representações, cujo o discurso fragiliza o indivíduo, acarretando problemas de ordem psicológica, inclusive suicídio. De certo, discutir a homossexualidade juvenil na sociedade pós-moderna, torna-se pertinente, visto que, tais relações ainda desencadeiam conflitos e exclusões sociais. Essa realidade leva-nos a entender os traumas oriundos de atitudes discriminantes, bem como, as crises identitárias vertentes desse contexto patriarcal excludente e homofóbico que marginaliza, agride e mata os homossexuais. Portanto, essa pesquisa justifica-se, ao traçar a diáspora homoafetiva em uma perspectiva psicossocial, especialmente na fase da juventude, que possibilite cientificamente discussões teóricas e vivenciais que identifiquem os possíveis conflitos de gênero vivenciados no universo homossexual juvenil.

Palavras-chave: Homossexualidade; Adolescência; Psicanálise; Psicologia.

O BULLYING ESCOLAR NO BRASIL: REFLEXÕES GENDRADAS E A EMERGÊNCIA DE OLHARES INTERSECCIONAIS

Almerson Cerqueira Passos

Este artigo propõe reflexões acerca de como alguns estudos sobre bullying escolar e de identidades de gênero têm sido construído no Brasil, sob a perspectiva dos estudos feministas. O Bullying começou a ser estudado na Suécia, na década de 1970, sendo conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como humilhar, chutar, empurrar, apelidar, discriminar, isolar e excluir, ocorrendo de forma intencional e repetitiva. No Brasil, onde várias estruturas opressoras se articulam entre si, como o racismo, a homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia, machismo, feminicídio, dentre outras, lançar um olhar sobre qualquer tipo de violência sem essa proposta interseccional pode incidir na invisibilização dos sofrimentos psíquicos de estudantes que são diariamente atravessados por esses eixos de opressão, principalmente os jovens que possuem identidades de gênero e orientação sexual que não estão dentro das normas sociais estabelecidas. O interesse por esse estudo é uma tentativa de compreensão do fenômeno a partir de uma perspectiva gendrada e interseccional, questionando produções científicas nacionais que articulam os estudos sobre o bullying escolar e identidades de gênero, na sua maioria, ainda com uma lógica dicotômica entre meninos e meninas. Por isso, a necessidade de mais produções na área da Psicologia, Sociologia, Antropologia e construção de políticas públicas uma vez que o caráter de muitos estudos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



realizados não contemplam as diversas vozes. Se a escola tem responsabilidade na produção e desenvolvimento de novos cidadãos e cidadãs para a sociedade, trazendo no bojo dos seus planos pedagógicos a prioridade no combate às violências e o fomento da consciência e importância do respeito e da diferença, precisamos questionar qual o modelo de educação é viável para romper com as desigualdades e assimetrias de gênero, raça, sexualidade e outros marcadores identitários, assim como o papel da Psicologia no enfrentamento desta problemática.

Palavras-chave: Bullying escolar; Gênero; Interseccional; Raça; Sexualidade.

PERDAS SIMBÓLICAS E LITERAIS DA COMUNIDADE LGBTQ+ PROVENIENTES DO PRECONCEITO SOCIAL

Roberta Scaramussa da Silva
Fernanda Moreau de Almeida Soares
Marcelo Pereira da Silva
Nicole Barbosa Dutra
Vinicius Teixeira Bravim

A comunidade LGBTQ+ é uma população marginalizada devido à sua sexualidade e/ou identidade de gênero ser “desviante” ao padrão imposto pela sociedade (PEREIRA, 2016). Esse padrão, denominado heteronormatividade, exclui e oprime àqueles que não se enquadram na heterossexualidade, na definição sexo/gênero como homem-masculino e mulher-feminino, e nas expressões de gênero esperadas dessa definição. A heteronormatividade dá origem ao preconceito social, a LGBTfobia, que se enraíza em amplo espectro na sociedade, causando diversas perdas aos considerados desviantes da norma (PEREIRA, 2016). Essas perdas podem ser caracterizadas em literais – enquanto físicas e palpáveis (como a morte, proveniente de homicídios/feminicídios), e simbólicas – enquanto abstratas e de ordem psíquica (como vínculos familiares, segurança pública, por meio de agressões e atos discriminatórios). Em geral, a LGBTfobia transforma significativamente a vivência e subjetividade dessas pessoas, podendo gerar traumas e conflitos internos e/ou externos (GHORAYEB, 2012). O objetivo deste estudo é identificar as perdas literais e simbólicas vivenciadas pela comunidade LGBTQ+, e analisar as ligações diretas da LGBTfobia com o relatado pelos mesmos. Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, realizada através de um formulário eletrônico semiestruturado. Para

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



o levantamento de dados, elaborou-se 12 perguntas, sendo 4 de identificação/caracterização do sujeito (anônimo), e 8 referentes ao objeto temático do texto. Abriu-se também um espaço livre para que os participantes pudessem relatar experiências de vida ou contribuir com o estudo. Para a apresentação dos resultados nesse resumo, destaca-se aqueles considerados essenciais. O formulário foi respondido por 511 participantes, sendo 19,76% da cidade de Teixeira de Freitas - BA, totalizando 29,54% residentes na Bahia. Obteve-se 219 respostas de outros estados do Brasil e outros países. A faixa etária com maior prevalência foi entre 18 a 25 anos de idade, com 390 (76,32%) indivíduos. Quando abordados sobre identidade de gênero, cerca de 330 (64,57%) participantes definiram-se homens cisgênero e 158 mulheres cisgênero, 4 homens transgênero, 3 mulheres transgênero, 2 travestis, e 8 pessoas de gênero fluído. Sobre sexualidades, se identificaram como homossexuais – gays e lésbicas – 379 (74,16%), 109 bissexuais e 19 pansexuais. Acerca das perdas e violências sofridas, 319 (62,42%) afirmaram perder a segurança em locais públicos, 273 (53,42%) a possibilidade de expressar-se, 441 (86,3%) foram agredidos verbalmente, 279 (54,59%) receberam ordem para parar de “se expor” e 277 (54,2%) disseram sofrer preconceito e/ou repressão na família. Além disso, 63% alegaram ter conhecidos que já pensaram/tentaram suicídio devido à LGBTfobia e 40% disseram já ter passado por isso. Conclui-se que as pessoas com gênero e/ou sexualidade não normativas sofrem opressões e violências diretamente ligadas à sua identificação enquanto indivíduo LGBTQ+. Assim, estes resultados apontam para a necessidade da criação de espaços de acolhimento e escuta para auxiliar na promoção da saúde mental junto a essa população. E, para além disso, são necessárias práticas e políticas públicas que busquem combater o preconceito estrutural a fim de mudar essa realidade.

Palavras-chave: Perdas; LGBTQ+; LGBTfobia; gênero; sexualidade.

POPULAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: OS (NÃO) LUGARES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

**Kueyla de Andrade Bitencourt
Larissa Bahia Ribeiro**

Neste trabalho é descrito o processo de investigação sobre a maneira como as demandas advindas das pessoas trans - travestis e transexuais - relacionadas ao sofrimento psíquico

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



são percebidas pelos profissionais de saúde que compõem as equipes dos Programas de Saúde da Família (PSF) de uma cidade de médio porte do interior da Bahia, e como isso tem impactado no acesso aos serviços de saúde por parte do referido público. Pretendeu-se investigar se os profissionais conhecem o que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros) que versa sobre os direitos que essa população tem de acessar os dispositivos de saúde e utilizar seus serviços. A coleta de dados aconteceu através de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de nível superior, enfermeiros/as e médicos/as, das Unidades Básicas de Saúde da zona urbana. Pôde-se notar a partir dos resultados que os profissionais entrevistados não descrevem o que compreendem da Política Nacional de Saúde Integral; disseram que têm conhecimento, porém não se aprofundam sobre os conteúdos do documento. O mesmo se aplica à Portaria 1820/09, que versa sobre o direito à utilização do nome social pelas pessoas trans: não demonstraram aproximação com a normativa, bem como desconhecem a diferença conceitual entre os segmentos da sigla LGBT. A educação permanente, recomendação presente na Política Nacional de Atenção Básica, parece incipiente: ao serem perguntados se existe ou já existiu alguma capacitação para acolhimento e abordagem com a população trans, as respostas foram predominantemente negativas, refletindo o distanciamento dessa população dos serviços de saúde ocasionado justamente pelo desconhecimento que se traduz em estigmatização e desconsideração das demandas deste público - o que justifica a importância da realização de uma pesquisa neste sentido pois a universidade enquanto espaço de produção de conhecimento e ferramenta de articulação com a comunidade pode contribuir para mitigar determinadas práticas institucionais para com esses sujeitos que ainda aparentam ser práticas de estranhamento.

Palavras-chave: atenção primária; gênero; transsexualidade.

PSICOLOGIA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT – ACESSO AOS EQUIPAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Kueyla de Andrade Bitencourt

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – LGBT – devido à não adequação heteronormativa, tem seus direitos básicos feridos, e em grande parte dos casos se encontra em situação de vulnerabilidade, sendo que no âmbito da saúde encontram-se demandas específicas desta população que ainda não são atendidas nas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



políticas públicas, mesmo sendo as políticas de saúde as que mais se destacam quanto ao atendimento desse público, dentro das políticas públicas em geral. Esse trabalho é fruto de um projeto de pesquisa sobre Psicologia e população LGBT e busca investigar como se dá o acesso da população LGBT aos equipamentos de saúde, com ênfase para métodos e técnicas empregados pela psicologia, em um município de médio porte do interior da Bahia. Utiliza como referência teorias sobre sexualidade e gênero, a partir de Michael Foucault e Judith Butler e discussões teóricas sobre políticas públicas para a população LGBT no âmbito da saúde. Foram entrevistadas/os profissionais e gestoras/es dos níveis de atenção primária e secundária e a partir das análises conclui-se que a implementação da política nacional de saúde integral para a população LGBT é incipiente nessa região; há problemas com a formação dos profissionais de nível superior; a vigilância em saúde desconhece as demandas específicas desse público na localidade; as técnicas e procedimentos investigados nos serviços de saúde são inadequados, sendo que todas essas questões demandam maior articulação com os movimentos sociais LGBT e com a população LGBT, de um modo geral, para a implantação de políticas públicas direcionadas a esse público, incluindo o âmbito da saúde.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Saúde; População LGBT

RESOLUÇÃO CFP 01/2018: O QUE MUDOU?

Lara Araújo Roseira Cannone

A despatologização das identidades transexuais e travestis tem sido uma luta árdua e conta com a colaboração de diversos setores, como movimentos sociais e categorias profissionais. Atualmente conquistas consideráveis a esse respeito já podem ser identificadas, entre elas, a retirada da seção dos transtornos mentais na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), passando para condições relativas à saúde sexual. Também a psicologia tem assumido postura participativa a favor da diversidade de gênero, assim como das orientações sexuais. Neste contexto, o presente trabalho se estrutura em modelo de ensaio científico de cunho feminista que discorre sobre as reflexões acima e demais informações atualizadas sobre essa demanda aparente na psicologia, através do ponto de vista de uma psicóloga que está enquanto coordenadora de um grupo de trabalho a respeito da população LGBT no CRP 3ª região-BA e dos atuais debates do Sistema Conselhos na defesa dos Direitos Humanos. A exemplo, ações do Conselho Federal de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Psicologia, e seus respectivos regionais engajados nas causas LGBTs, vêm se intensificando para repensar paradigmas e enfrentar as disparidades sustentadas pela patologização da população transexual e travesti. Também contamos com a recente, e principal regulamento acerca das identidades de gênero, a Resolução Nº 01/2018 que estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação às pessoas trans. Entretanto, sabe-se que ainda é um longo caminho a ser percorrido para a superação de estigmas e impedimentos de cidadania que ultrapassa normativas. A própria Resolução já se apresenta como alvo de tentativas internas e externas de boicote, além do desconhecimento por grande parte da categoria. Haja vista que se trata de um campo ainda incipiente na profissão, torna-se útil visibilizar as atuações realizadas pelos órgãos representativos em prol de desenvolvimento da temática na psicologia como ciência e profissão.

Palavras-chave: Psicologia, Transexualidade, Resolução CFP.

TRANSEXUALIDADE E SEUS DESAFIOS

Carine Silva dos Santos

Flávia Gonçalves

Giovani da Silva Santos

Naídjas A. Barbosa dos Santos

Fernanda de Castro Correia

O presente trabalho tem por objetivo apresentar aspectos teóricos e práticos relacionados à construção de um seminário através de síntese dos conteúdos apresentados, descrições e discussões das atividades desenvolvidas em sala de aula, bem como a participação dos convidados e da classe. A discussão sobre o tema principal versará sobre as construções sociais tradicionais de gênero, ou seja, o binarismo, refletindo com a classe o lugar ocupado pelo masculino e feminino na nossa sociedade e a repercussão que está divisão traz para a saúde psíquica e físicas das pessoas Trans, pessoas que, segundo Berenice Bento (2011), subvertem a lógica binária, marcando a possibilidade de existência de uma nova forma de estar no mundo. Para Oliveira (2016), existe a lógica da violência, simbólica ou não sobre a diversidade do gênero, através do exercício da violência e mesmo do assassinato contra pessoas *queer* e trans. A partir daí Berenice descreve a situação do Brasil como “transfeminicídio”, ou seja, como uma política de erradicação intencional, disseminada e sistemática dessa população e que apresenta características distintas, como



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



as mortes ritualizadas, que ocorrem em diversos espaços públicos, em situação de total impunidade por parte do Estado. Tivemos um convidado Trans que compartilhou com o grupo a sua experiência como pessoa Trans numa sociedade heteronormativa e estigmatizadora. Com relação às referências utilizadas, optou-se por se utilizar como texto base a Cartilha do SUS (Sistema Único de Saúde), referente à saúde Trans, discutindo acerca da necessidade da existência de políticas públicas para esta população, tendo em vista a violação de direitos que são submetidos cotidianamente. Neste sentido, denuncia-se também as dificuldades de estabelecer o acesso destas pessoas ao Sistema Único de Saúde a partir de um diagnóstico pela lógica saúde/doença e que são destacadas por Arán (2006), que considera que a experiência da transexualidade não decorre apenas da percepção da pessoa transexual, mas sobretudo, da precariedade social proveniente da não aceitação dessa condição por parte da normatividade cultural vigente. A falta de respeito com a qual muitas vezes a pessoa trans é tratada, trazendo como consequência o esvaziamento dos serviços de saúde de atenção básica e a utilização clandestina de procedimentos estéticos, que inclusive podem levar a complicações, dentre elas, a morte.

Palavras-chave: Transexualidade, SUS, Transfemicídio, Violência.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**EIXO B - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ARRANJOS DOMICILIARES, EXPECTATIVA DE CUIDADO E SUPORTE PERCEBIDO EM IDOSOS NEGROS

Naylana Rute da Paixão Santos
Dóris Firmino Rabelo

Introdução: A partir do aumento da população idosa, da convivência intergeracional e das transformações nos papéis sociais dentro das famílias, observa-se a importância de estudar os arranjos domiciliares e à expectativa de suporte para o cuidado dirigido à pessoa idosa. A população idosa negra é um grupo específico cujas trajetórias e condições desiguais de vida, podem influenciar nestes aspectos. **Objetivo:** Investigar em idosos negros os arranjos domiciliares, a expectativa de cuidado e o suporte social percebido e as relações entre essas variáveis. **Método:** Participaram deste estudo, 92 idosos negros (pretos e pardos) de uma cidade do interior da Bahia, com uma média de 72 anos de idade, sendo a maioria do sexo feminino (77,2%). As variáveis consideradas neste estudo foram as características sociodemográficas, os arranjos de moradia, a expectativa de cuidado e o suporte social percebido (investigado através do ISEL Reduzido - Interpersonal Support Evaluation). Para análise dos dados, foi utilizado o SPSS (Statistical Package for Social Sciences), bem como tabelas de frequência, baseando-se nos testes Qui-quadrado e no Teste Exato de Fisher. **Resultados e discussão:** Quanto aos arranjos domiciliares, os resultados demonstraram que a maioria dos idosos negros (45,7%) mora com descendentes, e a minoria com cônjuge/companheiro (5,4%), corroborando o baixo padrão de conjugalidade da população negra. Quanto a expectativa do cuidado, 67,4% relacionava-se às filhas ou noras, reforçando o papel da mulher enquanto principal cuidadora na maioria das famílias; 7,6% tinha a expectativa de pagarem um profissional para exercer este cuidado, o que sugere as desigualdades financeiras entre a população branca e não branca. No que se refere ao suporte social, 37% percebia ter um alto suporte. **Considerações:** Os resultados deste estudo demonstram aspectos psicossociais relacionadas à população idosa negra, bem como chamam atenção para a importância da realização de políticas que considerem as especificidades desta população, uma vez que há poucos estudos que contemplem este grupo e considerando, também, a heterogeneidade das experiências de envelhecimento humano.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Idosos negros; arranjos domiciliares; expectativa de cuidado; suporte percebido.

ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NA POLÍTICA DE COMBATE AO RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Valter da Mata Filho
Caroline Ferreira da Cruz
Abreu Sales**

RESUMO: As questões raciais no Brasil se configuram enquanto um dos mais sofisticados enigmas ideológicos. Se na primeira metade do século XX os saberes psicológicos contribuíram para consolidar as ideias de superioridade física e psicológica da raça branca, a psicologia brasileira praticamente colocou em suspensão o assunto raça após o término da segunda grande guerra. Durante a segunda metade do século XX pouco se pesquisou e foi escrito sobre o tema. Ferreira (2000) relata a dificuldade em encontrar publicações sobre a questão racial em psicologia. Não foi encontrado nenhum livro no período entre 1987 e 1997, e analisando 3.862 artigos em 30 títulos de periódicos, 656 dissertações e 393 teses de psicologia, num total de 4.911 trabalhos analisados, ele encontrou doze que enfatizavam a temática. O presente trabalho apresenta uma experiência de estágio supervisionado em Psicologia no Centro de Referência de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa Nelson Mandela (CRNM), na cidade de Salvador - Bahia, que tem como objetivo acolher, acompanhar e encaminhar denúncias de discriminação racial e/ou intolerância religiosa ocorridas no estado da Bahia. Apresenta o Centro de Referência, os marcos lógicos e legais nos quais se fundamentam sua criação, os serviços prestados aos demandantes e as contribuições da Psicologia Social de base sócio-histórica (psicologia crítica) e a Psicologia Social Cognitiva (clássica) para as questões referentes a discriminação racial e/ou a intolerância religiosa, assim como a prática psicológica nesse espaço, atuando de forma multidisciplinar. Esse trabalho proporciona uma atuação efetiva das(os) profissionais de psicologia nas situações de discriminação racial e/ou intolerância religiosa e combate ao racismo, proporciona também um rico espaço para a formação de futuras(os) profissionais enquanto campo de estágio. Esse trabalho contempla também a divulgação da resolução CFP 18/2002 que orienta a atuação da(o) psicóloga(o) em relação

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



às situações de discriminação racial e o manual de referência de Psicologia e Relações Raciais publicado pelo CREPOP.

Palavras-chave: Racismo, Intolerância religiosa, Discriminação racial, Psicologia, Políticas Públicas.

Referências:

FERREIRA, Ricardo F. Afro-descendente: identidade em construção. São Paulo:EDUC; Rio de Janeiro:Pallas. 2000

AUTOCONCEITO E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS

Erik Cunha de Oliveira
Saulo Santos Menezes de Almeida

O desenvolvimento cognitivo social e moral na infância tem papel fundamental na construção do autoconceito, por atribuir significado às suas percepções e concepções diante dos ambientes socializadores. No decurso da construção do autoconceito, a compreensão dos movimentos sociais, gestos ou ações despertam nas crianças interesses em entender os sentidos dos comportamentos realizados por outras pessoas, e principalmente de como deduzimos esses comportamentos e ações nos grupos dos quais estamos inseridos, implicando na percepção da criança sobre si. O objetivo deste trabalho foi, portanto, analisar e identificar de como as crianças em processo de socialização são capazes de avaliar e atribuir traços e conteúdos estereotípicos a outras crianças por serem brancas ou negras. A amostra foi realizada na cidade de Feira de Santana – Bahia, sendo composta por crianças em idade escolar que se interessaram e aceitaram em participar da pesquisa, juntamente com a devida autorização dos responsáveis. Participaram desta pesquisa 20 crianças entre 8 a 11 anos de idade, e que realizaram a sua própria autotaxonomia, sendo de 10 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. A coleta de dados inicialmente utilizou-se de um questionário de identificação elaborado com a finalidade de se obter informações gerais sobre os participantes. Por conseguinte, as crianças foram entrevistadas utilizando um roteiro pré-estabelecido, onde elas eram solicitadas a apresentar traços e conteúdos estereotípicos atribuídos pela própria criança e por agentes socializadores a si mesmo e a outras crianças. Após a entrevista as crianças foram solicitadas a desenhar sua própria autoimagem (conhecimento que o indivíduo tem de si próprio, inglês ‘Self’) juntamente de uma criança branca e outra negra, e suas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



respectivas representações sociais. Os resultados encontrados sugerem que as crianças participantes apresentam crenças fundadas no processo de socialização diante de ambientes que a mesma costuma frequentar (escola, casa dos amigos) e manifestaram-se o quanto os agentes socializadores são e os fazem importantes no desenvolvimento do ser humano, na construção do seu autoconceito, uma vez que as crianças introjetam as normas sociais aprendidas em seu meio social. Verificou-se que as crianças tornam-se dependentes dos adultos com relação a sua própria construção social, nas quais os adultos interferem no desenvolvimento da criança com relação às suas necessidades de aprender particularmente com o seu contexto. Quanto a construção da autoimagem a partir de conteúdos estereotípicos, os dados analisados revelam que existe a relação entre a percepção dos aspectos sociais construídos ao longo da história sobre a imagem de desvalorização à pessoa de cor de pele negra e que estes aspectos ainda persistem na construção da identidade social e pessoal das crianças. Contudo, as crianças passam a aprender e respeitar as normas sociais elaboradas pelos próprios pais sem ao menos entender por si só suas próprias indagações ou dúvidas, tais normas são transmitidas pelos adultos, evidenciando de que elas já chegaram na vida adulta com regras já construídas, no entanto, não na capacidade de suas necessidades e interesses em entender o mundo com seus próprios questionamentos, pois, elas tendem sempre a buscar informações a seu alcance.

Palavras-chave: Autoconceito; Cognição Social; Desenvolvimento Cognitivo;

IDENTIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA TRANSIÇÃO CAPILAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Aline Moreno Mendes
Ana Maria de Lima Carneiro
Joseane Macedo

Ao longo da história, a Psicologia brasileira produziu conhecimentos que reforçaram estereótipos raciais, todavia, mesmo em dias atuais se mantém conivente com o racismo quando se silencia frente a esse tipo de desigualdade política, portanto, faz-se necessária a discussão da temática do racismo nas grades curriculares de psicologia, de modo a pensar a atuação do psicólogo, pautada nos princípios fundamentais do Código de Ética profissional, compreendendo os efeitos psicossociais do racismo, sob um olhar diferenciado para cada pessoa e diante de cada contexto (CFP, 2017), uma vez que o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



racismo tem efeitos diretos na saúde mental, no autoconceito, bem como na auto-estima do sujeito negro. No Brasil, durante muito tempo, os negros sofreram dominação política, econômica e cultural por parte dos brancos e o cabelo do negro reflete todo esse conflito racial, sendo considerado também como um sinal de pertencimento a um grupo, é um dos principais signos da identidade negra, que é constituída no processo que inclui o olhar para si, bem como a relação com o olhar do outro (GOMES, s.d.), visto que as experiências que uma pessoa tem com o seu cabelo ao longo da vida afetam diretamente o seu autoconceito (FAGUNDES, 2007). Com isso, essa pesquisa teve como objetivo verificar os efeitos da transição capilar na autoestima e no enfrentamento ao racismo. Constituiu-se como uma pesquisa etnográfica quanti qualitativa, com dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada, aplicados a 134 pessoas de dezoito estados brasileiros e uma dos Estados Unidos. Verificou-se que 59,7% dos entrevistados entendem a transição capilar como um protesto contra o racismo e que 79,9% disseram já ter sofrido preconceito com seu cabelo, sendo um dos principais alvos do preconceito racial (SANTOS, 2015). Nota-se que a valorização das características brancas, como o cabelo liso, reforça no sujeito a sensação de estar fora do padrão, corroborando para uma autoestima reduzida (FERRARI e ASSIS, 2017), esse efeito na autoestima é confirmado nesta pesquisa, visto que “antes da transição capilar” (44,8%) e “durante a transição” (36,6%) a autoestima foi considerada como “média”, todavia, “depois da transição capilar” a autoestima passa a ser considerada como “muito alta” (27,6%). Com base nos dados apresentados, concluiu-se que o racismo constitui-se como forma de promoção do sofrimento psicológico no sujeito negro, levando-o a não aceitar-se em seu próprio corpo, induzindo a buscar formas de embranquecimento para ser aceito no padrão social preestabelecido, deste modo, a transição capilar é apresentada como forma de enfrentamento ao racismo, através de uma ressignificação de sua identidade e aceitação de seus traços de origem. Nesse contexto, a psicologia enquanto ciência e profissão deve se atentar aos processos de subjetivação e os efeitos na autoestima provocados pelo racismo, de forma a pensar como o racismo atravessa a construção subjetiva do sujeito, inteirando-se, portanto, sobre os debates acerca da temática, de modo a posicionar-se pensando ações pautadas em um compromisso ético-político do fazer profissional da psicologia, prezando pela dignidade humana e a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Racismo, Transição Capilar, Autoestima, Psicologia.

MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Alexandre Soares dos Santos
Ana Paula Almeida dos Santos
Rafael Antonio Oiticica de Miranda
Sueli Santana

A conjuntura da população em situação de rua no Brasil é bastante precária. O problema maior vivenciado por esse grupo é a vulnerabilidade social a qual ficam expostos diariamente. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e a inexistência de espaço de moradia e de sustento convencional regular. Outro traço característico dessa população no país diz respeito a sua composição: a maior parte é de homens, jovens, que se autodeclararam pardos ou negros, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2007-2008), sendo a pesquisa considerada a mais abrangente e completa até 2017. Tal realidade traz como consequência a exclusão social, minimizada com a instalação de abrigos e programas implementados pelas Políticas Públicas, inclusive no âmbito das relações étnico-raciais. O projeto Ponto de Cidadania constituía-se como um desses dispositivos que, em parceria com universidades, oferecia aos graduandos a possibilidade de atuação em suas unidades. E a construção de conhecimentos e de novas tecnologias psicossociais para lidar com uma questão tão complexa e ainda sem respostas efetivas, no sentido da produção de novos direcionamentos de vida, com cidadania, para essa parcela da população. O objetivo deste artigo foi sistematizar a experiência realizada por um grupo de estudantes de Psicologia na disciplina Práticas Integrativas II, da Faculdade Social da Bahia. Trata-se de um relato de intervenção no projeto Ponto de Cidadania, unidade Pela Porco em Salvador-BA, que partiu da análise das representações sociais das pessoas usuárias de Substâncias Psicoativas atendidas pelo citado projeto, para implementar ações relacionadas à saúde, autocuidado e autoestima. E viabilizou a reflexão sobre a contribuição da (o) psicóloga (o) para tornar a vida desses moradores mais humanizada numa sociedade tão excludente.

Palavras-chave: População em situação de rua; Representação Social; Projeto Ponto de Cidadania; Relações étnico-raciais; Vulnerabilidade.

**O ESTADO DA “CRACOLÂNDIA”: POLÍTICAS PÚBLICAS NA ROTA DA
REDUÇÃO DE DANOS – Uma Revisão de Literatura Acerca da Violência Aos
Usuários de “Crack” no Centro de São Paulo**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Jhonatas Santos da Silva
Jhessy Santos Inácio
Caroline da Cruz Martins
Gerald Gomes Alves
Silier Andrade Cardoso Borges
Raíssa Félix Almeida Bittencourt

Este trabalho consiste em uma revisão crítica de literatura das políticas públicas adotadas pelo Município de São Paulo no cenário de uso e comércio de crack, popularmente chamado de “cracolândia”, na rota de ações adotadas pelo Estado na lógica da “Redução de Danos” (RD) e das garantias sociais à saúde previstas na Constituição Federal (CF/1988). A proposta desta pesquisa é sintetizar o que foi feito na cracolândia através do Estado. Todavia, esta obra não é exauriente, se ocupando de levantar ações da Prefeitura de São Paulo em seus principais programas entre 2010 e 2018 (“Programa Recomeço”, Decreto nº 59.164/2013 UF-SP; “Programa Braços Abertos”; “Programa Redenção”), através de bibliografia estruturada e análise de documentos. A discussão tem caráter qualitativo. São critérios de exclusão: artigos de revisão de literatura; jornais e revistas; materiais não relacionados à temática de estudo. As buscas foram realizadas no mês de agosto de 2018, usando os descritores “políticas públicas and cracolândia”; e “violência and cracolândia”. Foi adotada como fonte de pesquisa a Scientific Electronic Library Online – SciELO (scielo.br/SciELO), Palácio do Planalto (planalto.gov.br) e Google Acadêmico (scholar.google.com). Os critérios de inclusão foram leis, decretos e portarias pertinentes ao tema; trabalhos gratuitos completos e disponíveis em português; trabalhos publicados entre 2000 a 2018. Foram encontrados 22 textos, dos quais, a partir dos critérios estabelecidos, foram selecionados 6 artigos. Para análise, foram adotadas as perspectivas teórico-conceituais de Magalhães (2016), permitindo refletir a partir da Operação Sufoco (2012), divisor de águas para entender a dinâmica de reconfiguração dos dispositivos de controle que visam garantir a ordem na “cracolândia” como espaço urbano; Sakamoto (2015), evidenciando políticas de prevenção à gravidez adotadas para mulheres usuárias na região; Rui (2012), visibilizando em sua etnografia a relação dos corpos abjetos presentes nessa conjuntura, como produtores de gestão, territorialidades e alteridades; Menezes (2016), expondo a resistência dos usuários às políticas do Estado, às “ações de confinamento”, aos mecanismos de vigilância eletrônica e políticas de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



gentrificação. Ao levantar as políticas públicas no esteio do estado (verbo) do cenário investigado, verificou-se um movimento contra-fluxo entre políticas públicas equivocadas sob a lógica da periferização da pobreza, e o aumento da vulnerabilidade dos usuários de crack como resposta a esse erro do Estado (substantivo) na cracolândia. Em razão dessa atuação derrotada, há consenso na bibliografia sobreposta da necessidade de “humanização” dos tratamentos aos dependentes de substâncias psicoativas, em especial àqueles que se encontram em situação de rua e extrema vulnerabilidade social e programática. A despeito da implementação pontual de ações e programas de RD, bem como da mobilização e enfrentamento político de usuários e de profissionais ante a graves situações de violação de direitos, as práticas do Estado junto às cenas de uso permanecem amparadas em coerção e violência, maior evidenciado no retrocesso do “Programa Redenção”. Violações de direitos à dignidade, à saúde, à vida. Atacando, sobretudo, a população de baixa renda, negra, na manutenção das desigualdades sociais. **Palavras-chave:** cracolândia; redução de danos; políticas públicas.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A LUTA DE CLASSES: REFLEXÕES ACERCA DE PUBLICAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Leonardo Jardim Oliveira
Thaís Teixeira Cardoso

O racismo é um fenômeno presente no Brasil há mais de 500 anos e os seus impactos na vida dos sujeitos estão para muito além da vulnerabilidade social, da divisão de classes e da desleal distribuição de rendas que ele promove. O peso da violência racial que cotidianamente se manifesta na existência de inúmeros indivíduos, provoca diversos sofrimentos, dentre os quais se destacam o ódio inadvertido à figura do negro e a dor do sofrimento psíquico que ele vivencia. O presente estudo tem por objetivo a análise de publicações sobre psicologia e relações étnico-raciais no contexto das políticas públicas assistenciais desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, até o presente momento, ou seja, treze anos. Para materializarmos esse trabalho, utilizamos a modalidade de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e para a coleta de dados foi utilizada a base de dados do google acadêmico, dada a dificuldade de encontrar em outras plataformas de fins especificamente acadêmicos, ou mesmo, em algumas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



revistas específicas da Psicologia como Psicologia Ciência e Profissão ou Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil, artigos correlacionando o tema deste estudo. Assim, na pesquisa geral do google acadêmico, foram contemplados apenas documentos em língua portuguesa e no campo de busca foram utilizados os seguintes descritores: “psicologia” “racismo” e “políticas sociais” onde o resultado nos trouxe aproximadamente 401.000 itens. Entretanto, que contemplassem a proposta desse trabalho, apenas 3 foram artigos no seguimento almejado e que serviram de matéria prima para as discussões no mesmo. Os resultados revelam um nítido despreparo dos profissionais de psicologia, que em sua maioria, desconhecem aspectos históricos e sociais das relações étnico-raciais no Brasil e os efeitos psicossociais do racismo, assim como não possuem habilidades para lidar com demandas dessa ordem na rede de assistência social. Isto revela certa fragilidade nos cursos de graduação de psicologia nas universidades e faculdades brasileiras, pois ainda é dominante o modelo de formação voltado à clínica, herança do distanciamento de nossa categoria da população vulnerável social e economicamente. Por tudo isso, a reflexão possibilitada nesse estudo nos aponta para a necessidade de se investir mais nessa formação, bem como trazer para o centro, discussões sobre o tema das relações étnico-raciais e sua importância nas grades acadêmicas. **Palavras-chave:** Psicologia e Assistência Social. Políticas Públicas. Psicologia e relações étnico-raciais.

POVOS INDÍGENAS E A PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL COMO CONSEQUÊNCIA DAS INTERAÇÕES COM POVOS NÃO INDÍGENAS

**Caroline Santos Cardoso
Hosana Heitz Costa**

Sabemos que Psicologia está muito além das paredes clínicas. São muitas as suas áreas de atuação e, no caso dos indígenas, são diversas as possibilidades de contribuição. O presente trabalho possui como ponto de partida o questionamento de que forma as ciências Psicologia e Direito contribuem em assegurar os direitos humanos indígenas? Os principais direitos humanos desses povos são, direito à autodeterminação, a consulta prévia, propriedade cultural, intelectual e religiosa, educação dentro de seus territórios, posse e propriedade de suas terras, entre outros, e é dever do Estado a promoção de tais direitos. Existem leis que trazem essa garantia, entretanto, diariamente ocorrem violações a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



essas garantias. Assim, a presente pesquisa justifica-se pela a necessidade do olhar da psicologia para que, em conjunto com o direito, reúna atores sociais diante de futuros debates e fomenta pesquisas mais avançadas (em paralelo às já existentes) que possam auxiliar a compreensão da dinâmica social, com sua crítica e comprometimento com a justiça social. Nosso principal objetivo é romper o senso comum da sociedade e do meio acadêmico, que ainda insiste em destruir traços próprios das culturas desses povos, sob a forma, sobretudo, do estabelecimento de padrões de moralidade a partir da valorização das culturas dos povos dos países dominantes, que tentam adequar os indígenas, para assim não sermos mais um violador de direitos desses povos. Outrossim, erradicando estes pensamentos e comportamentos de uma parte da sociedade é que iremos demonstrar quais as consequências das interações entre povos indígenas e não indígenas, principalmente, no que tange, a perda da sua identidade cultural original. No que tange a metodologia, é de cunho qualiquantitativo, se deu através de pesquisa documental, com revisão de literatura, fichamentos, livros e relatos de experiência profissional. Vale ressaltar que o Direito e a Psicologia, desde os primórdios dos tempos vêm se relacionando e aprimorando as ferramentas individuais que, quando juntas, acabam por beneficiar as duas áreas. Por fim construir conhecimentos compartilhados para intervenções responsáveis, que não reproduzam, mais uma vez, relações de dominação cultural, em respeito a todos esses povos e à Constituição Federal.

Palavras-chave: Comunidades Indígenas. Direito. Identidade Cultural. Psicologia. Violações de Direitos.

PSICOLOGIA E O NEGRO: (o efeito do racismo na construção da identidade negra.)

Rafael Lobo

Partindo do princípio que racismo é um conjunto de teorias ou crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças e etnias. Com isso racismo é qualquer atitude de rejeição ou ofensa social vivida pelo sujeito. Normalmente, o racismo está ligado ao preconceito com relação à cor da pele, com tudo vai mais além do que essa dimensão. Falar sobre essa temática é de suma importância, trazê-la para o contexto a qual vivemos aqui no Brasil. Esse trabalho tem como objetivo de desconstrução do racismo, como forma de combater a discriminação racial. Daí surgem questões que ajudam a nortear esse entendimento: Como

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



a ideologia racista se difundiu no neste país? Como os negros eram tratados e visto na sociedade? E como hoje se encontra o país, com relação a essa questão? Somos frutos de uma colonização de caráter exploratório, marcado por uma ideologia eurocêntrica, discriminatória e altamente preconceituosa, na qual o negro era colocado em uma posição desfavorecida dentro da sociedade. Infelizmente esse cenário ainda se mostra presente nos dias atuais. Os conceitos e classificações de raça servem como representação, a trajetória que delineou o racismo um estigma em categorizar a cor negra, operacionalizando o pensamento racista. Dessa forma que o conceito de raça tem propagando para uma construção de hierarquização e dominação entre sujeitos, entendemos que o racismo é o efeito ideológico da existência de uma raça que se difere de outra. A proposta do complexo de inferioridade do negro e a crença na supremacia de um grupo sobre outro foram sustentadas pela ciência, o sentimento de inferioridade e não pertencimento de uma categoria humana, nefasto efeito do racismo são responsáveis pelo acontecimento à saúde psíquica da população negra.

Palavras-chave: Racismo, Negro, Psique, Identidade.

SENTIDOS SUBJETIVOS SOBRE PRÁTICAS POLICIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS NEGROS EM UMA CIDADE DA BAHIA

Tiago Ferreira da Silva

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, a qual tem como principal objetivo compreender os sentidos subjetivos de jovens negros residentes em comunidades periféricas relacionados às práticas policiais. A consolidação do mito que associa juventude negra e criminalidade, multiplica consequências desastrosas no cotidiano das práticas policiais, sendo que um dos componentes mais evidentes do racismo institucional praticado por essas organizações é a naturalização da relação entre pobreza e criminalidade, tendo a cor de pele como seu indicador visível. Nesse sentido, este estudo tem como pretensão contribuir com a produção de reflexões acerca das repercussões do racismo nas produções subjetivas de jovens negros, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações por parte de diferentes organizações que atuam no combate ao racismo, bem como com a criação de políticas públicas específicas para mitigar processos de exclusão social. À luz da Psicologia histórico-cultural, nos inspiramos na epistemologia qualitativa do teórico cubano Fernando Gonzalez Rey, na qual a pesquisa assume como principal



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



objetivo o conhecimento da produção e organização dos sentidos subjetivos nos diferentes espaços sociais que constituem a subjetividade social. Nessa direção, utilizamos oficinas e estudo de casos para a produção de informações, dentro de uma perspectiva construtivo-interpretativa. As oficinas foram realizadas na sede de um programa vinculado a secretaria de Justiça e Direitos Humanos em uma cidade da Bahia, tendo como temática central os aspectos jurídicos da abordagem policial, a fim de garantir a articulação entre o aspecto teórico-metodológico que envolve a pesquisa, levando em consideração as implicações ético-políticas assumidas pelo pesquisador no processo de construção do conhecimento. No tocante aos estudos de caso, estamos acompanhando dois jovens negros (22 e 29 anos), utilizando como instrumento para a produção dos dados a “dinâmica conversacional”, que conduz o participante a campos significativos de sua experiência pessoal. Embora os dados produzidos ainda estejam em processo de análise, destacamos as principais questões que nos chamaram a atenção até o presente momento, como os sentidos subjetivos associados aos sentimentos gerados nos encontros dos jovens com a polícia militar, aspectos de racialização implicados no modo como são tratados e as estratégias individuais de sobrevivência nos encontros e relações cotidianas que estabelecem com essa instituição. **Palavras-chave:** Psicologia Social, jovens negros, polícia militar, racismo institucional.

VIÉS RACIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO E ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Larissa Maria Magalhães Vieira Carneiro

Este estudo é parte da construção de uma dissertação de mestrado que pretende abordar a influência do viés racial na determinação de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. Trata-se, portanto, de uma revisão sistemática com o objetivo de analisar publicações brasileiras dos últimos cinco anos acerca da temática abordada, por meio de uma tentativa de metanálise que não se propôs a ser exaustiva, objetivando contribuir com o panorama de investigações na área. Os descritores utilizados na busca foram: sentença judicial, negros e brancos. Os critérios de inclusão foram: análises de sentenças judiciais sob a influência do viés racial, criminalização e encarceramento da população negra. Dentro desse perfil, foram identificados 105 artigos, sendo analisadas 27 produções, optando pelo critério de exclusão as publicações que não tinham o viés racial



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como embasamento para as análises. As categorias de análise foram: ano de publicação, área de concentração da pesquisa, local em que foi publicada, delineamento metodológico, tipo de pesquisa (TCC, dissertação, tese, artigo). Foram realizadas buscas através da análise temática dos conteúdos objetivando identificar aspectos mais relevantes que se destacaram nas pesquisas, no intuito da descrição final dos achados e conclusões, com vistas a apontar as possíveis lacunas e necessidades de pesquisas futuras. Os resultados apontam para um sistema de justiça seletivo, onde a população negra é tratada de forma injusta e desigual em comparação com os brancos, demonstrando o racismo implícito nas disparidades das sentenças judiciais. Conclui-se que, ainda que vários autores tenham apontado acerca da relação entre vieses raciais e o sistema de justiça penal brasileiro, pesquisas voltadas para a redução desses vieses ainda são escassas. **Palavras-chave:** sentença judicial, encarceramento, população negra.

EIXO C - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ARTE COMO A CONTRAMOLA PARA AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO PSI

Ana Gabriela Machado de Farias
Jéssica Fernandes Pinto
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

O trabalho tem o intuito de compartilhar a experiência de uma atividade de extensão, bem como suas reverberações, articulada entre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Centro de Educação Permanente em Saúde (CEPS) da Secretaria de Saúde de Aracaju. Tal ação foi organizada por alguns trabalhadores do CEPS, uma professora e duas mestrandas do Departamento de Psicologia. Teve como público alvo estudantes da graduação deste departamento e surgiu de uma demanda destes em pensar a arte na/da formação e atuação do psicólogo. Essa demanda emergiu a partir de uma intervenção desses trabalhadores do CEPS que atuam prioritariamente com arte em uma disciplina curricular de Dinâmicas de Grupo, facilitada pela professora citada. A extensão foi estruturada em um laboratório intitulado “A arte como fio condutor para ampliação da clínica”, pressupondo clínica e arte como ampliação da vida, produção de subjetividades, desvios e invenção de si e de mundos. Entendendo a aprendizagem como um processo que ocorre por inscrição corporal (POZZANA, 2013) [1], esse laboratório surgiu como possibilidade de uma construção coletiva de (des)caminhos para a formação de estudantes, profissionais e usuários do/no SUS. A atividade aconteceu durante dois dias, a princípio numa sala de práticas corporais do campus universitário, com a proposição das seguintes atividades: a composição coreográfica coletiva de dança por meio de objetos intermediários, sem o uso da voz; a utilização do canto para, por meio da repetição, fazer emergir questões a serem registradas num tecido conduzido em um cortejo; a discussão teórica articulando arte, clínica e loucura atravessada por uma intervenção musical; o sarau de processamento das vivências encerrando o evento. A atividade continuou por reverberar entre os estudantes de psicologia através de pichos, reuniões de estudantes, reunião departamental, reativação do diretório acadêmico com eleição da chapa e em um sarau artístico. De modo a enfatizar a potência da arte e do coletivo na produção de novas práticas, como nos versos entoados da canção, estes que tanto marcaram a extensão, inventou-se “no centro da própria engrenagem (...) a contramola que resiste” (JOÃO APOLINÁRIO e JOÃO RICARDO, 1976) [2].



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: psicologia; formação; arte; clínica; política.

A ESCOLA E O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

**Claudineia Aparecida da Silva
Márcia Porto Mirante de oliveira**

O presente trabalho objetivou refletir acerca do papel do psicólogo no espaço escolar, pois nos últimos anos o papel da psicologia na área educacional tem se tornado fundamental. As demandas são vistas diariamente nesses espaços fazendo com que a atuação do psicólogo seja essencial devido aos diferentes perfis do público atendido. O tema: A escola e o trabalho do profissional de psicologia no processo ensino aprendizagem, vem mostrar a atuação do profissional dentro desse espaço, concretizando ações junto à equipe institucional, superando os desafios encontrados cotidianamente, como: indisciplina, altas taxas de abandono, o fracasso escolar, falta de perspectivas, entre outras, principalmente na modalidade de jovens e adultos. Para isso, faz-se necessário a atuação do profissional em várias vertentes, seja no diagnóstico em dificuldades escolares à intervenção propriamente dita reclassificando todo um conceito antes dado, que era apenas o de detectar os alunos com dificuldades escolares ampliando assim, sua área de atuação para diversos contextos e níveis educativos, estruturando procedimentos diversificados que articula a continuação e o conhecimento dos envolvidos na realidade educacional. Portanto, a presença desse profissional na instituição escolar deve considerar a responsabilidade de um espaço democrático que vise o conhecimento das políticas públicas educacionais e à repercussão dessas políticas públicas na vida dos envolvidos. O referido processo acontecerá através de um diagnóstico do profissional, feitas através de questionários, palestras, testes vocacionais, atendimento individual e coletivo contemplando tanto professor, quanto o aluno sem contar com o trabalho de pesquisa constante de autores como: CORREIA; TANAMACHI; SAVIANI; BOCK; entre outros.

Palavras-chave: Psicologia-educação; Políticas públicas; Escola.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: MEDIANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DE CARREIRA NA ADOLESCÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE FEIRA DE SANTANA-BA



17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Rafaela Marques de Araújo Silva
Claudson Cerqueira Santana
Daniele Santos de Jesus
Lucas Silva Santos

Durante muito tempo a escolha profissional era determinada pela posição social do indivíduo ou pela família que o mesmo pertencia. Até o século XVIII, o conhecimento que direcionava a uma profissão era passado dos pais para os filhos, sendo este uma espécie de tradição familiar, o que servia também de manutenção das classes sociais. Devido ao grande processo de industrialização que ocorreu no final do século XIX, os pequenos produtores perderam espaço para a produção em larga escala já que não tinha força para competir com o setor industrial e tiveram que vender sua força de trabalho para as fábricas. Esse processo permitiu novas formas de trabalho, o que rompeu com o modelo de direcionamento profissional que havia antes, aparecendo novas profissões e ocupações. O surgimento da orientação profissional teve como maior objetivo fazer diagnósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo, desenvolvendo estratégias para contribuir no processo da escolha da profissão, o psicólogo desta área exerce um papel fundamental na vida do indivíduo que busca se encontrar em uma profissão e se colocar no mercado de trabalho. Foi realizada uma prática com 15 alunos do terceiro ano de um colégio público situado em Feira de Santana no formato de intervenção e avaliação psicológica durante o estágio em orientação profissional. O trabalho teve por objetivo desmistificar questões acerca das profissões, avaliar a influência da família no processo de escolha e conduzir o adolescente a uma escolha mais segura e racional através de técnicas como: intervenção grupal, discussão, testes de habilidades e interesses que foi de grande importância para escolha profissional dos participantes. A escolha da profissão tende a ser para muitos jovens, uma decisão muito difícil a ser tomada, trazendo assim muitas angústias e incertezas. O processo de avaliação consistiu em entrevista, a qual tinha como objetivo, levantar as características, interesses, habilidades, e interferências no processo de escolha da profissão. Foram realizadas algumas técnicas grupais, entre elas a técnica de autoconhecimento, técnica sobre a influência dos pais na escolha profissional, técnica com a temática voltada ao conhecimento das profissões e técnica de construção do projeto de vida, junto com aplicações de alguns testes como o EMEP que é Escala de Maturidade para a Escolha Profissional, o AIP que é Avaliação dos Interesses Profissionais e o BFP

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que é Bateria Fatorial de Personalidade. Com os resultados obtidos através das intervenções e dos testes, pode-se perceber a relevância e a necessidade da OP para os alunos que estão finalizando o ensino médio. Pois, devido à falta de informações sobre a grade curricular e questões relacionadas ao mercado de trabalho, é muito comum à ocorrência de evasão ou mudança de curso durante o ensino superior. Um ponto forte a ser trabalhado é a ampliação das fontes de informação sobre as profissões, sejam elas de nível superior ou técnico, podendo assim esclarecer as dúvidas que os estudantes apresentem. Ao final da prática foi entregue um laudo no qual apresentava sugestões de algumas profissões que mais se adequavam ao perfil individual do participante.

Palavras-chave: Adolescência, Orientação Profissional, Escolha Profissional, Psicologia.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

**Aline Moreno Mendes
Alane Pereira Mendes da Silva**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo a possibilitar e garantir acesso aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular. O AEE é um serviço da Educação Especial, cujo objetivo é complementar ou suplementar à formação dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), o atendimento perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem substituí-los. Este serviço configura-se em âmbito da política de inclusão como espaço de inserção do psicólogo na área educacional, buscando promover práticas educacionais que possibilitem a participação e aprendizado dos alunos, sendo considerados como peça fundamental para um desenvolvimento significativo de suas potencialidades (AUSEC, FORNAZARI E BASSETTO, 2011) superando enfoques individualistas e limitadores reproduzidos com base ao modelo médico da deficiência (MATTOS e NUERNBERG, 2010). Por conseguinte, no contexto das políticas públicas o desenvolvimento inclusivo da escola insere-se na organização das salas de recursos multifuncionais e no apoio pedagógico para o atendimento aos alunos contemplados na educação especial (BRASIL, 2010). Com isso, essa pesquisa teve como objetivo verificar a existência de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em um município

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



localizado no oeste baiano, bem como saber se estão sendo utilizadas para o atendimento. Constituiu-se como uma pesquisa quanti qualitativa, com dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada, aplicada às professoras e diretoras de oito das treze escolas da rede municipal de ensino, situadas na área urbana de um município do oeste do estado da Bahia. Verificou-se que dentre as oito escolas pesquisadas, quatro tem salas com recursos multifuncionais em efetivo funcionamento; duas têm sala para o AEE, porém não estavam em funcionamento, apesar de ter os recursos necessários; uma não tem a sala de AEE e outra que também não tem a sala, no entanto já conta com os materiais para ser montada. Concluiu-se assim, que a política de educação inclusiva no município estudado não acontece de forma a contemplar as necessidades dos sujeitos atendidos no âmbito do sistema municipal de educação, em consequência da lentidão dos processos de implantação adotados pela gestão do sistema, de forma que, as vagas existentes para o AEE não alcança a realidade do número de matriculados, por conseguinte, os sujeitos acabam sendo direcionados para outras escolas distantes de suas residências o que contraria o estabelecido pela legislação brasileira sobre o acesso a educação pública, já que é direito do aluno – inclusive o da educação especial, ser atendido em escolas próximas a sua residência.

Palavras-chave: Educação. Políticas educacionais inclusivas. Atendimento Educacional Especializado.

A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE LIBRAS NA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS BILÍNGUES

Thalita Fernandes Santos

Mais de 200 idiomas são falados no Brasil, e apesar do domínio da língua portuguesa, esta não é capaz de abarcar todas as necessidades de expressão da sociedade pluricultural brasileira. Assim, outras formas lingüísticas surgiram para representar diferentes grupos sociais, como a língua brasileira de sinais (libras) (LEVINO et al. 2013). A inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como disciplina nos cursos de formação de professores, de acordo com o Decreto Federal 5.626/05, é uma conquista para a comunidade surda. As Instituições que assumem uma perspectiva curricular de inclusão como no caso da Libras como disciplina, evidencia o conhecimento e reconhecimento

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pelos educadores, que irão atuar com crianças e adolescentes surdos no ensino regular, que dependem da qualidade no processo de ensino-aprendizagem implicitamente eficaz por meio da Libras (ROSSI, 2011), porém, cabe ressaltar a importância da inserção de uma disciplina de inclusão, para estudarmos as diversas deficiências (aqui trataremos da surdez). Ao ter acesso ao bilinguismo (Libras / Português), o surdo tem a seu alcance um leque amplo de recursos linguísticos, que favorecem o acesso a qualquer tipo de conceito e conhecimento existente (ROSSI, 2011). Conforme Ferrazza (2016), nas últimas décadas, observa-se o aumento de profissionais da Psicologia nos campos articulados às políticas públicas, uma vez que se percebe a necessidade de rever e reinventar possibilidades de atuação, o que poderá propiciar um novo olhar da Psicologia em relação aos compromissos com as políticas públicas e um acesso maior da população aos avanços da atividade. Esta pesquisa busca analisar a importância da inclusão de uma disciplina de Libras nos cursos de graduação em Psicologia, bem como promover, de forma ampliada, o acesso desse público aos serviços de psicologia; além de provocar uma discussão acerca da possibilidade de mudanças na grade Curricular dos cursos de Psicologia. A justificativa para escolha desse tema se deve a necessidade em estudar e pesquisar sobre a importância do Psicólogo Bilíngue LIBRAS/PORTUGUÊS e como este poderá contribuir para a inclusão de pessoas com deficiências auditivas – aqui trataremos dos surdos- na sociedade. O problema consiste em compreender e analisar como a inserção do curso de libras na graduação de psicologia poderá contribuir para aumentar a comunicação por meio da língua de sinais, tal como o esclarecimento sobre a inclusão. Como hipótese inicial, no contexto em que muito se discute a acessibilidade, o conhecimento sobre libras entre discentes do curso de psicologia, pode contribuir na formação de profissionais habilitados a compreender e auxiliar as necessidades das pessoas que utilizam a libras como língua materna. Vale lembrar que a pesquisa está em andamento. Para estudo da temática será feito um roteiro de entrevista semi-estruturada, em seguida, será analisado as respostas dadas por psicólogas, docentes e discentes de psicologia, a fim de correlacionar os dados coletados com o referencial teórico utilizado para o presente estudo.

Palavras-chave: Psicologia bilíngüe, educação inclusiva, políticas públicas, libras.

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**Ana Cláudia Carvalho de Jesus
Thalita Fernandes Santos**

Pensar a articulação entre Educação, Psicologia Escolar e Inclusão remete à consideração de diferentes entraves, dentre os quais, a adoção de uma ação profissional mais comprometida socialmente como elemento central no processo educacional, pois somente a partir dessa articulação, as diferentes e complexas representações que permeiam o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais poderão ser abordadas de uma perspectiva teórica consistente, que ampare novas zonas de inteligibilidade na compreensão do desenvolvimento humano e de relações escolares de fato inclusivas (GOMES E SOUSA, 2011). Esta pesquisa busca analisar a necessidade de psicólogos/as dentro do âmbito escolar, verificar como a Psicologia da Educação tem sido implantada nas escolas e as condições para atuação do psicólogo escolar, além de pesquisar sobre essa atuação do Profissional de Psicologia no âmbito da Educação Inclusiva. A justificativa para escolha desse tema se deve a necessidade em estudar e pesquisar sobre essa possibilidade de atuação do psicólogo nas políticas públicas no que tange a relevância da/o Psicóloga/o Educacional no processo de Educação inclusiva. O problema consiste em compreender e analisar como funciona a atuação da/o psicóloga/o dentro do contexto escolar e como esta/e pode contribuir para aumentar o esclarecimento sobre a inclusão. De acordo Gonçalves e Santos (2016), a atuação do psicólogo na instituição escolar favorece o aluno em questões de desenvolvimento e aprendizagem, minimizando de certa forma, a exclusão escolar. Diante disso hipotetizou-se que, a atuação da/o Psicóloga/o Institucional favorece a promoção do desenvolvimento e aprendizagem, da saúde e do bem-estar subjetivo dos estudantes. Vale lembrar que a pesquisa está em andamento. Para estudo da temática será feito uma entrevista semi-estruturada, em seguida analisaremos as respostas dadas pelas/os psicólogas/os escolares, a fim de correlacionar a prática como referencial teórico utilizado para o presente estudo. O trabalho será desenvolvido numa abordagem qualitativa, com cunho exploratório.

Palavras-chave: Psicólogo/a escolar, educação inclusiva, formas de atuação.

**A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DA AVALIAÇÃO
PSICOLÓGICA COM ALUNOS DO
FUNDAMENTAL II COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Marianna Matos Santos
Adriel Áquila Santos Brito
Caroline de Cássia Lima dos Santos Alves
Iara Souza
Jacson Cruz Santos
Leliany Taize de Assis Ladeia
Leticia Oliveira Freitas

A Avaliação Psicológica é um processo técnico científico de coleta de dados, que ao contrário do que se pensa, não se resume a aplicação de testes psicológicos, se configurando em um processo muito mais amplo (ALCHIERI, 2003). É uma atividade privativa ao psicólogo, tendo como um dos intuitos de diagnóstico e intervenção a avaliação de alunos com dificuldades de aprendizagem (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007). No contexto escolar, a Avaliação Psicológica tem sido bastante solicitada em casos de crianças com hipóteses diagnósticas de Dificuldades de Aprendizagem, possibilitando ao aluno um atendimento educacional mais especializado e direcionado ao seu ritmo de aprendizado e as suas potencialidades no processo de ensino-aprendizagem (SANTOS, 2014). O objetivo geral da pesquisa foi investigar a percepção dos professores acerca da avaliação psicológica com alunos do fundamental II com dificuldades de aprendizagem, tendo como objetivos específicos, a avaliação do conhecimento dos professores sobre a avaliação psicológica para alunos com dificuldade de aprendizagem, a investigação da percepção dos professores sobre a importância da avaliação psicológica para alunos com dificuldade de aprendizagem, e por fim, a investigação da existência da adaptação curricular para alunos com dificuldades de aprendizagem. O desenvolvimento se deu por meio da pesquisa de campo com abordagem quantitativa, descritiva e transversal. A amostra utilizada foi não probabilística por acessibilidade com 10 professores do município de Vitória da Conquista. Foi entregue questionário com questões sociodemográficas sobre a percepção dos professores acerca da avaliação psicológica com alunos do fundamental II com dificuldades de aprendizagem mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. No decorrer da pesquisa ficou evidente que dentro da sala de aula existe uma demanda considerável de alunos com dificuldade de aprendizagem. 90% dos professores entrevistados foram do sexo feminino. Os dados apresentaram unanimidade em relação ao conhecimento dos professores a respeito da avaliação psicológica, assim como, o fato de terem ou já terem



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tido alunos com dificuldades de aprendizagem. 90% dos professores já encaminharam ou sugeriram a avaliação psicológica para um aluno com hipótese de dificuldade de aprendizagem, e consideraram importante que este aluno seja submetido ao processo de avaliação. De acordo com CESCOP (2013), a avaliação psicológica pode servir como abertura para novas possibilidades, contribuindo para o fortalecimento das potencialidades e autonomia dos sujeitos, auxiliando no enfrentamento de suas dificuldades. Por fim, 100% professores já realizaram algum tipo de adaptação curricular para alunos com dificuldade de aprendizagem. Segundo Aranha (2002) adaptação curricular, se configura enquanto ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, respondendo às necessidades de cada aluno, favorecendo as condições necessárias para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivado ao máximo possível. Ao concluir a pesquisa, foi visível que a Avaliação Psicológica é de muita valia no processo de aprendizagem segundo os professores do Ensino Fundamental II, visto que, com um diagnóstico preciso e fidedigno o aluno com dificuldade de aprendizagem tem maior possibilidade de ter um acompanhamento escolar com base nas suas necessidades e conseqüentemente a melhora do rendimento escolar.
Palavras-chave: avaliação psicológica, dificuldades de aprendizagem, professores.

**A VALORIZAÇÃO DO EU, EM USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.
FEIRA DE SANTANA. FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA.**

**Welber Lima Andrade
Carlos Augusto Paiva Brito
Flávia Batista Marques
Delvania Figueredo Pereira
Camila Carvalho Souza
Joelma Assis Araújo**

Substâncias psicoativas sempre estiveram presentes na história da humanidade, contudo receberam significados diferentes em cada sociedade. A dependência química está diretamente relacionada a fatores biopsicossociais e espirituais. O presente estudo teve como objetivo Promover uma reflexão sobre a importância do “Eu”, levando-os à certeza do “Eu” enquanto ser, importante e especial, haja vista que valorizar-se articula com a melhoria da qualidade de vida, autoestima e bem-estar. Trata-se de um relato de estágio a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



partir de um projeto de intervenção que foi direcionado aos acolhidos do sexo masculino em tratamento da dependência química na comunidade terapêutica, não importando escolaridade ou classe social. Foi informado a não obrigatoriedade de participar, e para não gerar possíveis constrangimentos não foi feita perguntas direcionadas a pessoa específica. A realização das atividades foi autorizada pela direção da instituição e só aconteciam sob supervisão da psicóloga/preceptora do estágio. No primeiro contato foi identificado algumas demandas através dos relatos daqueles acolhidos, a mais frequente foi a ausência de interesse em dar continuidade ao tratamento e a autoestima fragilizada, no segundo encontro a atividade proposta foi disparar algumas questões sobre qualidades, defeitos, pontos positivos e negativos do pré tratamento e durante tratamento. A partir disso foi percebido o quanto as atividades pedagógicas realizadas pela pedagoga da instituição eram bem aceitas pelos acolhidos fazendo-os sentirem-se valorizado pela via da educação, aprendizagem e leitura, haja vista que a rotina de tratamento é isolado do convívio social e familiar e para finalizar a atividade em um terceiro momento foi realizado uma dinâmica em grupo com aderência de 100% dos indivíduos, na sequência foi aberto espaço para feedback sobre as mudanças que as atividades trouxeram. O primeiro relatou que as atividades resgataram o prazer da leitura que havia perdido desde que intensificou o uso de drogas, o segundo afirmou estar se sentindo importante por reaprender a escrita, que antes era complicado até mesmo rabiscar seu nome na lista de presença do CAPS ad, quando era acompanhado lá, dentre muitos relatos o acesso aos livros da biblioteca que a instituição possui não passou despercebido, assim como o interesse de outro acolhido em treinar a escrita para poder fazer a segunda via do documento e assinar de forma que quem lesse entendesse. Outro ponto positivo encontrado na época, foi a presença do projeto TOPA (Todos Pela Alfabetização) dentro da instituição. Em estudos realizados por Volpe (2003), o indivíduo motivado, autoconfiante busca conquistar o que almeja. Para tanto Libâneo (1990), afirma que autoestima é compreendida como um referencial motivador que compõe o repertório de adultos e a educação contribui para que visualize possibilidades emancipatórias e para Fonseca (2002, p.29) “não há como pensar em formação sem pensar em formação da identidade”.

Palavras-chave: Autoestima. Dependência química. Educação. Reflexão. Valorização

A VIVÊNCIA DA LICENCIATURA EM PSICOLOGIA : REFLETINDO SOBRE A PRÁXIS

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Andressa Rayana Rocha Neves
Vanessa Vieira Nunes
Carmem Virginia Moraes da Silva

O presente resumo trata-se de um relato de experiência acerca de uma atividade prática desenvolvida no componente curricular Estágio Específico Supervisionado IV formação complementar de Licenciatura em Psicologia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A Licenciatura em Psicologia apesar de ser indicada como obrigatória a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Psicologia a partir de 2011 não é uma prática difundida em nossa região. O estágio se deu no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira – CEEPS, no curso técnico de Segurança do Trabalho e foi planejado para acontecer em três etapas, a primeira se deu por meio da observação, a segunda atuando junto a professora, que é a co-participação e por ultimo a regência, na matéria Psicologia e Relações Humanas ministrada no período noturno. As turmas do noturno tem algumas especificidades, é um ensino para adultos, de idades diferentes a partir dos 18 anos, e na turma em que atuamos, em especial, as pessoas estão numa faixa etária dos 20 aos 55 anos, são trabalhadores, portanto já chegam na aula com o peso de uma jornada diária de trabalho, a maioria também já saiu do ensino médio há um tempo, e já não está mais inserido no mesmo ritmo de estudo. Todas essas questões foram levadas em consideração em nossa prática. O trabalho teve como objetivo contribuir com iniciativas que incorporem o exercício do Estágio de Licenciatura em Psicologia de maneira socialmente responsável, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição na formação e na sociedade, como exercício de cidadania. Propomos pensar a ação pedagógica do estágio em licenciatura enquanto ampliação do repertório para a docência e reflexão de uma práxis educativa que valorize as experiências, a autonomia e o repertório cultural dos sujeitos em formação. Consideramos que a trajetória percorrida na licenciatura em psicologia nos proporcionou refletir sobre um fazer docente que advenha de uma consciência crítica da realidade, dos referenciais teóricos que o professor discute e aprende durante a formação e sua ação de transformação da realidade, sendo assim temos o sentimento de que o objetivo foi alcançado durante o estágio, recebemos o feedback positivo dos alunos e da escola sobre nossa atuação e o compartilhamento de conhecimento específicos da Psicologia, um desses indicadores foi o interesse que eles demonstraram a cerca do tema, assim como a troca estabelecida com eles nesse processo foi de grande importância para nós de forma pessoal e para essa construção do tornar-se

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



professor.

Palavras-chave: Licenciatura em Psicologia, Formação Complementar, Estágio.

ABRAÇANDO AS FAMÍLIAS DA APAE

Jucélia Pereira de Sousa
Mariza de Cássia Couto Pinto
Miriã Lima

Este trabalho relata a Experiência de Estágio Básico III de Psicologia – UNIFG, realizado com um grupo de pais e responsáveis que acompanhavam os alunos durante a permanência dos mesmos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guanambi/Ba. A prática desenvolvida com os pais e responsáveis teve como objetivos: promover um espaço de acolhimento, através de atividades reflexivas e oficinas psicoeducativas, um ambiente onde os mesmos pudessem relatar suas experiências, angústias e medo. Os encontros foram semanais, com duração de duas horas cada, totalizando um número de 09 encontros. Participaram do grupo, os que demonstraram interesse, o número de participantes variava de 5 a 7 pais e responsáveis. A espera de um filho é marcada por uma diversidade de vivências e sentimentos, desde expectativas, idealizações, e inseguranças. A representação idealizada pelos pais, geralmente, é de um “bebê perfeito”. Quando o filho chega com uma deficiência, novas vivências passam a fazer parte da vida da família; Segundo (MESSA e FIAMENGGHI JR, (2007), a reação dos pais ao se depararem com o que não estava nos planos em ter um “bebê perfeito” pode variar, entre aceitação ou rejeição. As atividades realizadas nos encontros apontaram os seguintes resultados: pais e responsáveis apresentavam a anulação do “eu” para viver em função do filho, sentimentos de negação diante da deficiência, sentimentos de culpa e falta de apoio do parceiro. Foi possível verificar que os pais de crianças e adultos que apresentam deficiência intelectual ou cognitiva, na maioria dos casos não têm apoio e suporte da sociedade. Percebeu-se, também, a necessidade de haver um trabalho com profissionais capacitados para o acolhimento desses cuidadores, como um trabalho de psicoeducação e orientações sobre a deficiência do seu filho. Pais e responsáveis que participaram do grupo expressaram sentimentos de satisfação com as intervenções propostas, demonstrando sentirem-se cuidados e acolhidos. O trabalho possibilitou perceber a importância de se ter um espaço de acolhimento para essas mães, que carregam sentimentos de culpa, angústia e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sobrecarga. Observa-se que o apoio emocional pode funcionar como um instrumento de alívio e fortalecimento da identidade dessas mães e aceitação dos reais limites e possibilidades, como também esclarecimentos dos direitos previstos em leis para pessoas com deficiências. Observa-se a necessidade da divulgação das políticas públicas existentes, como também o empoderamento dos cuidadores para lutar em busca da efetivação dessas políticas. Embora a APAE, seja uma instituição filantrópica, ela contribui para a garantia dos direitos como acessibilidade, inclusão, reabilitação, e educação.

Palavras-chave: Família, deficiência intelectual, acolhimento, psicologia, APAE.

AÇÕES AFIRMATIVAS: INVESTIR EM ATIVIDADES EXTRACURRICULARES É IGUALDADE EM OPORTUNIDADES

Adelmo dos Santos Filho

Devido a forte pressão dos movimentos sociais, é que hoje podemos usufruir de diversas ações reparativas. As políticas de ações afirmativas também foram adotadas no meio universitário, se voltando para o acesso, permanência e conclusão de curso dos (as) estudantes socioeconomicamente vulneráveis. As Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem aos (as) estudantes, oportunidades de ascensão social, e as experiências extracurriculares, fora da sala de aula ou extramuros, se apresentam nessas oportunidades. As IES têm oferecido acesso e buscam a garantia de permanência, mas, o não investimento em estruturas, suportes ou inserções do (a) estudante, como grupos de estudos, ligas ou especializações, tornam tarde o curriculum do (a) estudante cotista, enquanto os (as) que possuem vantagem econômica, podem investir em especializações e outras experiências que garantirão maiores oportunidades no mercado de trabalho. O estudo exploratório, de natureza qualitativa, tem como intuito, analisar a importância de se investir em ações afirmativas no ambiente universitário, para que gerem benefícios pessoais e profissionais aos (as) estudantes cotistas, através das atividades extracurriculares. Alguns tópicos foram identificados, como: principais interesses, percepções, impactos na formação, dificuldades enfrentadas para participação e sugestões para investimentos e participações. Foram realizadas oito entrevistas com estudantes do Departamento de Educação (DEDC) do Campus I, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), dos cursos de Psicologia e Pedagogia, estando em diferentes semestres. Para a realização das entrevistas, foi

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



construído um roteiro semiestruturado, e a análise do conteúdo foi realizada de acordo com os métodos de Bardin (2009), seguindo os preceitos de análise proposicional do discurso, trabalhando com categorização por palavras. Fala-se das políticas de ações afirmativas, porque através delas pode-se discutir o acesso, permanência, conclusão e trajetória profissional e pessoal de estudantes cotistas, assim como, possibilita a experiência da vida universitária. Por isso, faz-se necessário um olhar mais atento para as políticas de assistência estudantil, pois, através delas, pode-se aproximar a uma garantia de oportunidades.

Palavras-chave: ações afirmativas; atividades extracurriculares; políticas públicas; cotistas.

**ADOLESCENTE NA CONTEMPORANEIDADE:
DIFICULDADES E EXPECTATIVAS ENTRE A SEGUNDA E
TERCEIRA FASE JUVENIL**

Lílian Batista Santos

Este projeto ocorreu na disciplina Projeto Integrador em Psicologia I da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC-Itabuna), em 2017.1, com graduandos do curso de Psicologia (2º, 9º e 10º semestres), sob a orientação da Profª. Suely de Souza Ribeiro, com foco no mundo do adolescente, na transição da segunda para a terceira fase, analisando como o adolescente contemporâneo, geração on-line, comporta-se diante da transição do seu desenvolvimento biopsicossocial e como essas mudanças afetam os fatores de julgamentos morais, a percepção de si e do outro, as questões que perpassam pela drogadição e as formas de se relacionar nas e com as redes sociais. Problema de pesquisa: quais são as dificuldades e expectativas dos adolescentes na contemporaneidade vivenciados entre a segunda e a terceira fase? Objetivo geral, compreender sobre as dificuldades e expectativas próprias dos adolescentes entre a segunda e terceira fase do desenvolvimento. E objetivos específicos: conhecer sobre o conceito de adolescência e identificá-lo como uma construção histórica que passou por transformações diversas; identificar o impacto das mudanças corporais no psiquismo dos adolescentes; demonstrar as diferentes formas de comunicação e impactos no comportamento dos adolescentes diante dos desafios futuros, entre eles a sexualidade, auto imagem, uso de substâncias psicoativas, relacionamento com os pais e escolha profissional. A metodologia aplicada foi a revisão de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



literatura sobre o tema, seguido da aplicação de um questionário elaborado de forma semelhante à uma “janela” de conversas do aplicativo WhatsApp, simbolizando uma conversa informal entre os jovens; através da coleta de dados de natureza quantitativa e qualitativa em duas escolas, pública e privada, do Ensino Médio no turno matutino, cuja faixa etária dos adolescentes de primeiro, segundo e terceiro ano variavam de 14 a 17 anos. Em resultados e discussões, o universo investigado, N= 245 alunos, sendo 129 alunos da rede pública de 116 alunos da rede privada, deste total 58,97% do sexo feminino fazem o uso moderado da internet; 66,67% do sexo masculino estão insatisfeitos com o próprio corpo e 64,10% das adolescentes estão satisfeitas com o próprio corpo; em relação as drogas foi identificado um percentual de reprovação maior entre as adolescentes 89,47%, e uma aceitação de 11,76% entre os adolescentes que disseram aprovar ou fazer o uso de alguma substância psicoativa. Em considerações finais destacamos, que mesmo com a diferença das condições sócio econômicas entre os jovens de diferentes faixas etárias existe uma forma de conduta social e moral semelhante revelada nas respostas coletadas nos questionários. Isso nos leva a acreditar que independente de classes sociais, etnias, diferenças entre faixas etárias, a adolescência vai ser sempre uma fase de transição onde dúvidas e mudanças acontecerão até a fase adulta. Ressaltamos ser a adolescência um período do desenvolvimento humano que merece muita atenção por parte dos pais e da Escola, a adoção de políticas públicas voltadas para a adolescência se faz necessário juntamente com a presença do (a) profissional de Psicologia nas escolas tem muito a contribuir para com uma adolescência mais saudável e feliz.

Palavras-chave: Adolescência, mudanças, comportamentos, desenvolvimento.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CORDEIROS - BAHIA: SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO

Lívia Maria Santos Chaves

O presente trabalho apresenta reflexões sobre os resultados de pesquisa realizada no desenvolvimento da disciplina Política Educacional I, do curso de Licenciatura em Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A mesma teve como objeto de investigação as perspectivas de garantia do direito de crianças e adolescentes de acesso ao sistema educacional de ensino fundamental do município de Cordeiros - Bahia na segunda década do terceiro milênio. A pesquisa objetivou investigar, à luz da legislação

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



educacional vigente no país e outros documentos dos quais o Brasil é signatário, como se estabelece as relações entre a garantia de direito à educação e as responsabilidades social e política do município em relação a mesma. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caráter qualitativo, realizado através de análise comparativa entre as determinações e indicativos da ordem normativa e as propostas e resultados de políticas públicas municipais estabelecidas e desenvolvidas pelo poder público do município de Cordeiros. Com a abordagem de articulação feita com o poder público responsável pela educação municipal, foram coletados dados referentes ao seu ensino fundamental. Ficando constatado que a educação no município de Cordeiros - Ba se mostra com índices positivos frente a precariedade da educação, particularmente na Bahia, apresentando políticas públicas próprias e integradas com demais unidades federativas de poder público, reconhecendo suas responsabilidades e atuando na perspectiva de sua realização. Tal constatação pode ser verificada frente à perspectiva de que são ofertadas vagas suficientes para demanda municipal na taxa de idade alvo estudada; atua em consonância com a duração de nove anos do ensino fundamental e carga horária mínima de 800 horas; há organização e supervisão dos estabelecimentos de ensino estipuladas na Lei das Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB); oferta de programas suplementares em integração à União e estado referidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); cumprimento de parâmetros de investimento de impostos estipulado pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e Constituição Federal; implementação de legislações presentes no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), como o Plano Municipal de Educação; assim como, médias acima da meta em índices avaliativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Contudo, informações específicas acerca do atendimento especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, educação na zona rural para ingressos no sistema de ensino público fundamental, assim como políticas e programas públicos direcionados a abordagem transversal de temas diversificados e práticas extras ao ensino não foram aprofundadas neste estudo. No tocante a alguns dos índices verificados, nota-se que se referem a dados do último censo 2010, criando, assim, a dificuldade de atualização de possíveis alterações, tanto como de trabalhos em andamento. Conclui-se que o município tem atuado de acordo com diversos pontos legitimados, agindo em consonância com o estado, as instituições educacionais e a sociedade na garantia dos direitos de crianças e adolescentes à educação básica obrigatória e gratuita. Atendendo demandas municipais em questões de oferta, assistência, manutenção e organização do ensino fundamental.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Cordeiros-Bahia. Ensino fundamental. Políticas públicas.

ASPECTOS NEUROPSICOLÓGICOS DA EPILEPSIA: O NEUROPSICÓLOGO CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Ana Paula Guilherme Cunha

Segundo a Organização Mundial de Saúde, aproximadamente 50 milhões de pessoas no mundo sofrem de epilepsia e, apesar disso, esta doença ainda enfrenta o desconhecimento e o preconceito da sociedade. A falta de informação é um dos fatores que mais contribui para o estigma desta patologia. Uma crise epiléptica de um aluno pode ser um episódio complexo e até mesmo assustador quando não se sabe como reagir, portanto, a apresentação deste tema à população é necessária, em especial no ambiente escolar. Este artigo buscou identificar o conhecimento prévio dos professores e funcionários de uma escola situada na zona rural do município de Planalto-BA sobre a Epilepsia, através de um questionário contendo 18 questões envolvendo diversos aspectos relacionados ao tema. Posteriormente à aplicação do questionário, realizou-se uma palestra sobre os aspectos neuropsicológicos da epilepsia e demonstração de condutas eficazes diante de uma crise epiléptica. Três semanas após palestra o questionário foi reaplicado com os professores e funcionários participantes, para averiguar o aprendizado destes quanto ao tema. Esta pesquisa seguiu a abordagem de pesquisa-ação e com base nos objetivos, tem caráter exploratório, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Na primeira fase houve acerto de 66% e na segunda fase, após a palestra, o índice de acerto foi de 83%. Observou-se então um aumento de 7,9% de uma fase para outra, o que significa que os professores e funcionários que participaram do projeto já possuíam informações prévias sobre o tema, mesmo que errôneas ou equivocadas, e que após a palestra puderam modificar e ampliar o conhecimento.

Palavras-chave: Educação, Epilepsia, Neuropsicologia.

ASSEMBLEIAS ESCOLARES: UMA ESTRATÉGIA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM SALA DE AULA

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dionis Souza
Kalena Elen dos Santos Ferraz
Laís Souto
Patrícia Carla Silva do Vale Zucoloto

O psicólogo escolar crítico tem como tarefa investigar a produção da queixa escolar e suas diferentes versões por parte de todos os envolvidos (alunos, professores, famílias e gestores da escola). Uma queixa recorrente nas escolas diz respeito à indisciplina de alunos e turmas, nas quais ocorrem conflitos. Os conflitos fazem parte da vida humana, nos deparamos constantemente com diferenças e semelhanças que nos obrigam a buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os outros. De acordo com Araújo (2008), o psicólogo escolar deve ser um mediador no processo de elaboração das condições necessárias para a transformação e ressignificação dos conflitos que surgem em ambiente escolar. Alinhado a essa perspectiva, este estudo tem como objetivo utilizar as assembleias escolares como uma estratégia metodológica para mediação de conflitos na escola. Como metodologia foram utilizadas as assembleias escolares em uma turma do ensino fundamental de uma escola pública, cuja queixa escolar era a indisciplina e que também apresentava histórico de constante troca de professoras durante ano letivo. O processo de construção de dados ocorreu em cinco momentos, cada momento em um encontro diferente com o intervalo de uma semana entre eles, coordenados da seguinte forma: 1) A apresentação da equipe de psicólogos para a turma; 2) A preparação para a assembleia, na qual a equipe conversou com a turma e pediu para que eles colocassem em uma caixa o que eles gostam da escola e em outra caixa o que eles não gostam da escola, individualmente; 3) O momento da assembleia em que a equipe de psicólogos junto com toda turma começou a ler e discutir sobre cada opinião escrita e possíveis soluções para os problemas apontados; 4) A equipe finaliza a leitura e discussão das opiniões que faltavam ser lidas; 5) Como fechamento das atividades dividiu-se a turma em quatro grupos, que ficaram responsáveis por produzir 3 listas e 1 carta, sendo elas: a) Lista da gratidão com aspectos que gostam na escola; b) Lista de combinados com o que não pode ser feito na escola e suas respectivas sugestões do que se pode fazer como solução; c) Lista de brincadeiras eleitas pelas crianças para o recreio; d) Uma carta confeccionada para a professora com o que a turma gostaria de dizer para ela. Após a confecção, cada grupo apresentou o que produziu e caso desejassem os alunos de outros grupos poderiam acrescentar algo também. O conjunto dos dados foi composto por três cartazes, cada um com uma das listas feitas e uma carta. Por fim, os resultados apontaram que o trabalho com



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



as assembleias escolares pode promover o desenvolvimento do diálogo e da não-violência, como também pode auxiliar na transformação das relações interpessoais no âmbito escolar e na capacidade dos alunos de ressignificar os conflitos entre eles, com a professora e com o ambiente escolar. Nesse sentido, a partir dos resultados levantados, pode-se considerar as assembleias escolares como um potencial instrumento de mediação de conflitos e como um recurso para o trabalho do psicólogo com a queixa escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar e educacional; assembleias escolares; resolução de conflitos.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

**Edilene Magalhães Nunes
Gabriela Santos Souza Martins
Miriã Lima**

A exclusão e segregação social são marcas na trajetória das pessoas com deficiência intelectual, embora tenham direitos assegurados de participação política, econômica e social. As distintas visões de mundo inerentes a cada época atravessam as dinâmicas culturais e ressoam diretamente sobre a realidade política, social e científica que orientam as práticas sociais. A American Association Mental Retardation, em 2006, relata algumas das terminologias usadas ao longo da história para se referir à pessoa com deficiência intelectual: “idiotas, imbecis, tontos, dementes, retardados mentais, inválidos, estúpidos, entre outras” (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p.171). A sociedade tende a ver o deficiente intelectual como alguém incapaz, desprovido de direitos, o que dificulta a inclusão e o acesso aos direitos. É importante ressaltar que inclusão não é apenas colocar alguém junto a outros, mas, sim, receber alguém e fazer com que este seja parte na sociedade (CRUZ; BARRETO, 2010). Observa-se no município em que o estudo foi realizado uma ausência de políticas públicas direcionadas a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, e um desconhecimento da instituição que os acolhe, o que reflete a marca da sua invisibilidade. Este trabalho buscou inserir os alunos da APAE, de um município do interior da Bahia, na busca da reivindicação de direitos junto à comunidade e adesão da comunidade nas políticas de inclusão. O projeto teve duração de 14 semanas. Foram realizadas as seguintes atividades: confecção de faixas e urnas através da arte, onde buscou deixar a marca das



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mãos dos alunos, objetivando dar a eles visibilidade e maior percepção de si mesmo. As urnas foram expostas com o slogan: Seja amigo da APAE, doe seu cupom fiscal! Ensaio da peça teatral “O Nariz” com os alunos, onde buscou trabalhar a expressão, autonomia e valorização das diferenças. Confecção de folders; divulgação do slogan do projeto e confecção de materiais artísticos para exposição. O projeto fechou com uma mobilização no centro da cidade com a presença de toda a instituição, onde foram expostos os materiais produzidos, apresentada a peça e dança. As atividades contribuíram na divulgação dos direitos de inserção da pessoa com deficiência intelectual. Os alunos, que permaneciam em uma posição de invisibilidade, começaram a tornarem-se protagonistas na luta pela garantia de seus direitos através do envolvimento nas atividades propostas. A partir dos recursos utilizados tivemos a finalidade de fazer com que estes demonstrassem suas capacidades e expressassem suas vivências, pois se percebe que a sociedade tende a ver o deficiente intelectual como alguém incapaz. Dá-se maior ênfase às suas limitações e desconsidera suas potencialidades (FERREIRA, 2003 *apud* SILVA, 2011). Conclui-se que a psicologia precisa estar engajada nas políticas e nos movimentos sociais voltados para a inclusão da pessoa com deficiência. A prática de estágio contribuiu para sensibilizar e mobilizar futuros profissionais na luta pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência intelectual e para mostrar que o estudante de psicologia pode tornar-se um agente transformador de si e do contexto em que está inserido.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; Políticas públicas; Inclusão.

ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SÃO DESIDÉRIO, BA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Emmilla Di Paula Carvalho dos Santos

Este é um relato de experiência sobre a atuação da/o psicóloga escolar no atendimento educacional especializado, objetiva refletir sobre a prática profissional, apontando desafios e possibilidades. Foi utilizada a abordagem qualitativa e tomados como instrumentos para coleta de dados, a observação, a análise documental e as vivências profissionais. Como referencial teórico foram utilizadas as concepções críticas em Psicologia Escolar. Na análise foram interpretadas as informações construídas a partir da inter-relação entre teoria e prática. O cenário de pesquisa foi o Centro Municipal de Atendimento Educacional

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Especializado de São Desidério, Bahia que atualmente possui 100 alunas/os matriculadas/os e 85 alunas/os frequentando. Minha inserção profissional no contexto do AEE se deu em meados de 2017, após frustração no plano de implementar um Núcleo de Atenção ao Processo Ensino-Aprendizagem focado na atuação da/o psicóloga/o escolar. Num cenário político de mudança de gestão fui direcionada para o AEE e toda a ânsia administrativa fincava-se na Psicologia Clínica. Tal direção não se coadunava com a formação de psicóloga escolar, assim foram elucidadas as devidas normativas e construído um plano de atuação que inseria como propostas: levantamento/construção de demandas, diagnóstico e intervenção, realização de visitas institucionais e domiciliares, oficinas com alunas/os e famílias e articulação em rede. O plano é implementado gradativamente, já foram realizadas 80 entrevistas familiares, visitas escolares às 35 escolas da rede municipal distribuídas num território de mais de 15.000 km², orientações e atendimentos, palestras, formação com a equipe, produção conjunta do Projeto Político Pedagógico e início dos diagnósticos individuais. Estes ainda estão em andamento, mas as ações já desenroladas permitiram a construção de conhecimento sobre a realidade da educação inclusiva municipal, e o levantamento de desafios e possibilidades para a atuação da/o psicóloga/o escolar. As reflexões apontam que um dos grandes desafios no âmbito da Psicologia Escolar é mostrar que a atuação nesse âmbito não é clínica, transcende esse espaço, exige realização de diagnósticos em múltiplos contextos e com diferentes sujeitos sociais. A quebra desse paradigma clínico é um desafio diário, ao ponto de as pessoas se incomodarem em a psicóloga não estar realizando atendimento individuais, mas construindo e aplicando projetos. Outro desafio trata-se da morosidade do serviço público em adquirir instrumentais de trabalho, como testes psicológicos, tão úteis aos diagnósticos individuais. Ainda aponto a difícil realidade da educação inclusiva, o pouco avanço das/os alunas/os nas questões da aprendizagem e a ausência de ações direcionadas. Unidos, os desafios fazem pensar nas possibilidades: a implementação do plano construído em todas as suas fases; a percepção do público sobre os impactos positivos das ações realizadas; a articulação que a psicóloga escolar expandiu entre as redes de educação, assistência social e saúde e, principalmente, a possibilidade de produções de pesquisas que permitam superar as lacunas mais profundas da inclusão escolar. Em suma, não há dúvidas de que a atuação no campo da Psicologia Escolar pode servir para modificar toda a forma de lidar com a/o aluna/o com deficiência, permitindo a garantia à aprendizagem e também a outros direitos sociais e humanos.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; atendimento educacional especializado; garantia de direitos.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PRAE) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Isabela Pinto Magno Martins

A atuação do Psicólogo no Programa de Assistência Estudantil (PRAE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia nos três *campi*: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, tem por objetivo prestar atendimento psicológico aos discentes habilitados e/ou bolsistas do setor com o intuito de acompanhá-los em suas dificuldades acadêmicas, melhorar a sua qualidade de vida e assim os ajudar em sua permanência na Universidade através da escuta e acolhimento e outras ações que venham contribuir neste processo de autoconhecimento, dando suporte aos discentes para que os mesmos possam superar as dificuldades que venham a surgir no decorrer de sua trajetória acadêmica, conforme está prevista na Resolução CONSU Nº 11/2008. Podemos verificar questões de nível pedagógico, como dificuldade de atenção / concentração e memória, dificuldade de organização de tempo, que são trabalhadas ao longo dos atendimentos a partir de atividades e exercícios que visam estimular estas habilidades nos discentes para que os mesmos possam obter maior rendimento acadêmico. Porém, ao se falar em Assistência Estudantil e em ferramentas para estimular e garantir a permanência dos discentes no ensino superior é importante salientar que ao longo dos atendimentos também foram verificadas questões pessoais que estariam interferindo no desenvolvimento acadêmico dos mesmos, como conflitos internos, conflitos familiares, sentimentos de inadequação, insegurança, autoestima frágil, dificuldades relacionais, ansiedade, estresse, situação de luto, falta de motivação, dependência emocional, intolerância a frustrações etc., que em sua maioria foram desencadeados por conta da pressão vivida dentro da universidade. Sabemos que o que faz muitos discentes abandonarem as Universidades vai além das dificuldades financeiras, mas perpassa pelas dificuldades e conflitos internos enfrentados ao longo de sua jornada acadêmica. Podemos perceber através dos dados coletados ao longo dos últimos 4 anos, que grande parte dos discentes atendidos tem sofrido pressão por diversos fatores, seja por pressão própria na intenção de obter bom desempenho acadêmico, pressão da família, dos professores, entre outros. Muitos deles estão longe de suas famílias, assumindo responsabilidades em que muitos ainda não estão preparados, entre outros fatores que contribuem para dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Devido isto durante os últimos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



anos foi percebido um alto índice de patologias ligadas à saúde mental. Sabemos que essa problemática não atinge somente a comunidade acadêmica, mas toda nossa sociedade que está cada vez mais adoecida, mas que de acordo com essa panorâmica percebe-se a necessidade de um trabalho contínuo que os ajude a lidar e enfrentar essa problemática.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Saúde Mental; Psicologia Educacional.

PERCEPÇÃO DE CUIDADORES SOBRE BENEFÍCIOS DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS COM TEA E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nayanne Diele Silva Neves Santos
Jucélia Pereira de Sousa
Anna Luísa Lélis L. Badaró Castro
Juliana Vilas Boas L. Lima

Este estudo teve como objetivo averiguar as perspectivas de familiares/cuidadores sobre os benefícios do atendimento psicológico a crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) atendidas no Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO) do município de Guanambi – BA. O CREIO é uma instituição de atendimento especializado para pessoas com necessidades educativas especiais, conforme prevê a Política Nacional de Educação Inclusiva, que visa constituir políticas públicas promotoras de educação. A referida instituição atende crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem, de socialização, comunicação e crianças com transtornos neurológicos também faz acompanhamento com os familiares/cuidadores, trabalha com inclusão dessas crianças nas escolas e sociedade, buscando romper com os preconceitos na busca de educação para todos sem exclusão. Entende-se que o diagnóstico de autismo traz conflitos na convivência familiar, devendo haver novos ajustes neste contexto, para benefício do desenvolvimento da criança autista. Assim, as intervenções em psicologia são de fundamental importância para o desenvolvimento de interesses e competências que poderão favorecer a qualidade de vida do atendido e familiares. No CREIO o psicólogo trabalha com as crianças desenvolvendo as habilidades motoras, afetivas, a autonomia, entre outras, com uso técnicas que buscam aperfeiçoar os comportamentos, juntamente com os familiares/cuidadores. Para a realização desta pesquisa foi feita, inicialmente uma revisão da literatura produzida sobre o Transtorno do Espectro Autista, procedida por uma



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pesquisa de opinião pública, de abordagem quantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário fechado. Foi realizado levantamento junto à psicóloga responsável pelos atendimentos de crianças e adolescentes com TEA no Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional, e foram identificados 12 pacientes que se enquadravam aos critérios de inclusão, que frequentaram a instituição regularmente e que estavam em acompanhamento psicológico há, pelo menos, seis meses. No encontro com os pais foram apresentados os objetivos desta pesquisa e o interesse em conhecer sua opinião sobre o atendimento psicológico prestado a crianças com TEA sob seus cuidados. No encontro estiveram presentes seis pais, porém apenas cinco concordaram em responder o questionário. Após responderem o questionário, foi realizado um levantamento dos dados referente aos aspectos do desenvolvimento da criança, modalidade(s) terapêutica(s) realizada pelas crianças/ e os medicamentos utilizados no tratamento. Na discussão dos dados coletados teve como complemento, revisão bibliográfica sobre o tema citado, através da leitura de artigos científicos, livros, revistas e manuais. Concluiu-se que os participantes observaram melhora significativa no desenvolvimento da socialização, afetividade, autoestima, habilidades motoras e autonomia de criança e adolescente com TEA. Afirmaram que a criança sob seus cuidados faz acompanhamento com outros profissionais, dentre os quais se destacam o fonoaudiólogo, psicopedagogo e psiquiatra. E apurou-se que 80% das crianças fazem uso de algum medicamento, destacando-se a risperidona. Tal pesquisa tem relevância ao promover um maior conhecimento tanto a respeito da opinião dos benefícios do atendimento psicológico de cuidadores de crianças com TEA, bem como suas contribuições para as políticas de públicas que promovem a educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Família. Psicologia. Educação Inclusiva.

**CAMINHOS DA AFETIVIDADE NA INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA E
COMUNIDADE NO ENSINO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA
OLAVO CLEMENTINO DOS SANTOS NA CIDADE DE BARRO PRETO-BA.**

**Gilmara Santos Leite
Silvana Quadros**

O presente texto tenta elucidar como a afetividade irá influenciar na integração da escola e da comunidade no ensino infantil, para se fazer isso escolheu-se a Escola Municipal Olavo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Clementino, situada na cidade de Barro Preto no extremo sul da Bahia. A pesquisa se estendeu durante o segundo semestre de 2017 e nos traz dados sobre a realidade da escola, mas que também podem ser observados noutros lugares do Brasil. Objetivou-se principalmente saber como as relações entre professores e alunos se estabeleciam; bem como esses professores se encontravam motivados e como os processos emocionais interviam nisto, também se esmiuçou as expectativas da sociedade e, por fim, buscamos respostas com os gestores municipais. Como instrumentos usamos a aplicação de questionários, a observação direta, a coleta de dados, fotografias, vídeos e recortes de jornal, todos com o intuito de redescobrir o histórico do local, os relacionamentos estabelecidos entre a identidade barropretense e a contemporaneidade, e as significações embutidas nesse processo. Para, além disso, os questionários visam à coleta específica de dados institucionais, a detecção de sentimentos nos docentes que possam interferir no processo de ensino-aprendizagem infantil (estresse, temor, desespero e desesperança) e o nível de adaptação as novas demandas contemporâneas implicados no processo. No dia 15 de setembro de 2017 se foi aplicado o primeiro questionário de ordem institucional com a secretária e pedagoga do colégio a senhora Eliane, posteriormente no dia 06 de setembro de 2017 retornou-se à instituição para esclarecermos algumas dúvidas com a vice-diretora a senhora Edna. A entrega dos protocolos de respostas dos professores ocorreu em 23 de outubro de 2017. A aplicação dos questionários na comunidade transcorreu em 10 de novembro de 2017. Na aplicação dos questionários na comunidade, no item referente à na integração escola e comunidade nos foi relatado pelos moradores da cidade que as atividades feitas para a integração da comunidade são realizadas nas datas festivas (natal, páscoa, festejos juninos etc) onde os pais e seus familiares são convidados para a culminância desses dias. Quando perguntamos para os moradores se esses acreditavam que a afetividade de pais e professores influi diretamente sobre a aprendizagem dos alunos as respostas foram afirmativas, em umas delas o entrevistado disse “(...) o fator emocional é importante no processo de aprendizagem, pois as emoções podem motivar ou desmotivar os alunos” numa dessas entrevistas encontrou-se algo relacionado a evasão escolar dessas crianças em anos posteriores “(...) e assim essas crianças não concluem o ensino médio por conta da falta de acompanhamento” enquanto outro reforçou “ (...) deve haver uma união entre pais e professores”. Na investigação dos estados emocionais dos professores encontramos sentimentos como frustração, alegria, euforia e angústia relatados, os sentimentos de frustração e alegria são relatados em todos os questionários; os professores também relatam que esses costumam aparecer com a frequência semestral ou diária e que tendem a serem estados muito persistentes; com relação as causas desses sentimentos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



encontramos como maioria absoluta queixas sobre a baixa valorização do trabalho enquanto professor, expectativas frustradas e conflitos com os alunos.

Palavras-chave: Educação, afetividade, comunidade, psicologia, escola.

CEDUC E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PRODUZINDO DIÁLOGOS, TENSIONAMENTOS E PARCERIAS

**Gabriel Menezes Gonçalves
Pablo Mateus dos Santos Jacinto**

A Comissão de Educação (CEDUC) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), atua em consonância as produções da Psicologia Escolar/Educacional em uma perspectiva crítica, no intuito de executar um projeto ético-político de atuação comprometido com a defesa dos Direitos Humanos, ressignificando a atuação da(o) psicóloga(o) que historicamente contribuiu para fomentação de processos excludentes nos espaços educacionais, através de concepções adaptacionistas, individualizantes e, portanto, reducionistas. Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e crítica, produz tensionamentos diante de movimentos conservadores que se consolidam no cenário educacional mediante a negação e opressão das diversidades. Por acreditar que a escola, enquanto instituição responsável pela disponibilização e transmissão dos saberes historicamente construídos pela humanidade, é um espaço crucial de transformação social, a CEDUC tem se mobilizado no sentido de ocupar espaços de controle social e, a partir de então, contribuir para efetivação de políticas mais congruentes com os pressupostos citados acima. Neste sentido, incumbida de representar os interesses da categoria, tal qual de promover espaços de orientação nos fazeres Psi na educação, assume um compromisso ético-político presente no Sistema Conselhos, mas que também contempla as especificidades regionais. Na Bahia, há um crescente debate em torno do projeto “Escola Sem Partido”, tanto na esfera estadual quanto no âmbito municipal; da proposta de ampliação do número de escolas militares no território baiano; da implementação da Base Nacional Comum Curricular e, ainda mais recente, o “Programa de Apoio e Assistência à Saúde do Professor e do Estudante” do Governo do Estado.

Este trabalho tem como foco elucidar os aspectos de aproximação com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, bem como apresentar as atuações da CEDUC nos espaços

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de construção, debate e apresentação das políticas públicas educacionais, explicitando nossas práticas e intervenções.

Palavras-chave: CEDUC; Políticas Públicas; Educação.

CONCEITUALIZANDO UMA ONG ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO NÃO FORMAL: O CASO DO GAPA NA CIDADE DE ITABUNA-BA.

**Gilmara Santos Leite
Eurisa Maria Santana**

Durante entrevista realizada no primeiro semestre de 2018 com a coordenadora da ONG em questão ficou-se evidenciado alguns pontos. Primeiramente o GAPA atua com educação por projetos para a prevenção, orientação e profilaxia nos casos de HIV, para isso segundo a coordenadora pratica-se atividades que orientam esses viventes à proteção e mesmo prevenção de aumento do número de casos na região. Trabalha-se principalmente com palestras e encontros, onde se ensina a maneira correta de usar-se preservativos, quais os comportamentos são ou não de risco, além, é claro de se distribuir esses preservativos. Essas atitudes podem ser caracterizadas como um modo de educar, por refletir principalmente no comportamento dessas pessoas, que mediante as orientações tomaram ciência da importância do ato preventivo, caracterizando assim uma mudança de comportamento importante. Desse modo, compreendemos que a passada de informações praticada no GAPA propicia a esses indivíduos novas funções mentais relacionadas diretamente com o aprendizado implicado dentro das imediações, sobre a educação em espaços de formação não formais cabe mencionais que a importância da valorização social e a inserção dessa sociedade nesse processo intensificam a aprendizagem. Quando estivemos nas imediações do GAPA a coordenadora também falou sobre a importância social daquela ONG, que ao acolher esses viventes acaba acarretando na sociedade a diminuição do preconceito em relação aquelas pessoas, e mesmo a desmistificação de alguns tabus sociais, também nos é relato que mesmo a família aumenta a sua carga de empatia e mesmo de aceitação sobre o processo do adoecer que acaba por acometer alguns usuários dos serviços. Nesse contexto destacamos que o indizível toma outro viés e começa a ser debatido e mesmo exemplificado nessa cidade, outras instituições como o CERPAT atuam em comunhão com o GAPA e ampliam os seus efeitos. Assim, mesmo quando não se está pautado em diretrizes específicas ou conteúdos, se é passível de ocorrer



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



educação, sobretudo, nesse público alvo que ao compartilhar de suas vivências com nossos viventes também propiciam conhecimentos e informações que, embora, possam parecer simplórios, às vezes não fazem parte do arcabouço daquela pessoa. Também se é importante destacar que esse público recebe orientações práticas sobre os seus direitos cívicos e sociais, fortalecendo-se assim a atuação deles em outros campos e amplificando esses conhecimentos para outras atmosferas, para além daquela onde se é realizada a reunião.

Palavras-chave: Educação, Ongs, Espaço não formal, Educação sexual.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA

**Bianca Veiga Prates
Ellen Araújo Lima Feitosa
Paulo Souza Monteiro
Paulo Coelho Castelo Branco**

As produções científicas condizem, em sua totalidade, em processos de caracterização e aperfeiçoamento de prévio conhecimento, além da investigação de novas conceituações e modificações que expandem os horizontes de um saber específico. Assim, a temática formação do psicólogo apresenta discussões que se desenvolvem nos âmbitos profissionais e científicos, enfatizando ocorrências referentes às condições necessárias para a formalização de competências do indivíduo e seus procedimentos destinados a aptidão. Percebe-se que atualmente tal tópico e suas sapiências se expõem sem delimitações conceituais sobre o seu objeto, o que suscita certa variedade de pesquisas que visam entender os fatores formativos profissionais da Psicologia. Com efeito, objetiva-se analisar o estado corrente de artigos científicos sobre a formação do psicólogo no Brasil. Para isso, procedeu-se de uma revisão sistemática nas bases SciELO e PePSIC, abrangendo a cronologia do início das publicações minutadas, do ano de 1996 até 2015. Utilizou-se 8 descritores referentes à formação do psicólogo. Obteve-se uma amostra bibliográfica final de 118 artigos analisados, conforme o ano de publicação, periódico, autoria, filiação, região, tipo de pesquisa, método empregado e tema de discussão. Referente ao ano de publicação se observou um aumento significativo de produções nos últimos 5 anos (crescimento de 174%), ocorrendo com proeminência na região sudeste do país. A tal

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



progresso infere-se a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais nos cursos de Psicologia e a maior oferta de programas de pós graduação durante o período de 1998 a 2011. Demonstrou-se dissipação quanto ao número de autores. Verificou-se a preponderância do uso da metodologia empírica em suas realizações, sendo principalmente utilizadas a análise documental (21,43%) e as entrevistas (17,35%). Percebeu-se a aglomeração de produções publicadas no periódico Psicologia: Ciência e Profissão. Ainda que periódicos da área educacional apresentem-se como segundo e terceiro veículos de divulgação das publicações sobre a formação do psicólogo, todavia a temática não apresentou dados significativos no âmbito da psicologia escolar e educacional. As principais temáticas discutidas se referem às questões formativas acadêmicas/científicas (26,27%), discussões curriculares (11,02%) e atuação na área da Saúde (15,25%) e da Clínica (11,02%). Segundo ajuizamos, com base nesses resultados, a maioria dos artigos examinados se direcionam para os questionamentos quanto a relação teórico/prática e sua influência no processo de inserção mercadológico. O tema da formação do psicólogo apresenta pluralidade em suas abordagens investigativas, implicando multifacetadas possibilidades de entendimentos teóricos. Ocasiona-se, portanto, relativa amplitude na quantidade de autores envolvidos com esses questionamentos, dado que esse objeto de estudo é versado por vários profissionais, não necessariamente pesquisadores especializados no assunto. Os estudos analisados estão voltadas ora para a aplicabilidade das concepções teóricas no mercado de trabalho, ora à análise das condições inerentes à formação, avaliadas como fundamentais ao desenvolvimento profissional adequado. Por fim, aponta-se a necessidade de discussões sobre a formação nos interiores brasileiros, que atualmente concentram a maioria de cursos e matrículas em Psicologia. Conclui-se que a amplitude no campo da formação do psicólogo apresenta a realidade da inexistência de uma teoria geral e unificada que fundamenta essa temática, o que vem a obstruir conversações entre autores.

Palavras-chave: formação do psicólogo; base de dados; revisão sistemática.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

**Gabriel Menezes Gonçalves
Pablo Mateus dos Santos Jacinto**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Psicologia, ao longo dos últimos anos, iniciou um movimento de crítica acerca de suas práticas nos cenários educacionais, objetivando construir novos referenciais que pautassem a atuação profissional. Através da perspectiva crítica em educação que visa romper com lógicas adaptacionistas, culpabilizantes e individuais, refutando-se a produzir intervenções que desconsideram questões de ordem social, política e econômica, o compromisso com as lutas por uma educação democrática e socialmente referenciada emerge enquanto princípio basilar nessas novas atuações. Simultaneamente a estas revisões, o acompanhamento de políticas públicas voltadas à educação passou a ser um fazer frequente em pesquisas e atividades de estágio no campo da Psicologia Escolar e/ou Educacional. Portanto, desenvolver pesquisas no cotidiano escolar analisando as relações ali construídas, as inferências históricas e culturais de suas produções, as estratégias de rompimento diante das imposições, constitui-se enquanto um fazer fundamental para a Psicologia, pois é neste espaço diverso que as políticas públicas de educação se concretizam. No que tange às construções dessas políticas, a Psicologia na Educação em uma perspectiva crítica tem respaldado as(os) profissionais que atuam diretamente na construção das mesmas ou participam, em diferentes instâncias, de espaços produtores, a exemplo das assembleias, audiências públicas e demais atividades com o intuito de apresentar, ampliar e fortalecer o debate com os conselhos profissionais e sociedade civil. Nestes espaços as concepções de sociedade, de sujeitos e, portanto, de coletividade, são postas à mesa. É um campo de disputa em que psicólogas(os) expõem posicionamentos e produzem diretrizes que afetarão, para além de suas atuações no campo escolar, novas configurações sociais. Para Souza (2010)[1], uma das contribuições da Psicologia Escolar está em explicitar os significados e consequências das políticas públicas para os sujeitos responsáveis por planejá-las, bem como de implementá-las no chão da escola. Por fim, este trabalho foi realizado em Julho de 2018 e visa identificar elementos da Psicologia na Educação em uma perspectiva crítica, através de uma revisão bibliográfica composta por livros, teses e artigos encontrados na base de dados SciELO, das autoras: Maria Helena Souza Patto; Adriana Marcondes Machado; Beatriz de Paula Souza; Raquel Souza Lobo Guzzo e Marisa Eugênia Melillo Meira, presentes nas práticas Psi voltadas à educação, bem como as contribuições destes para as políticas públicas educacionais. Aponta estratégias de rompimento com as concepções que desqualificam estudantes e suas familiares que vivem em situação de pobreza, tal qual atribui a estes sujeitos culpas por supostas inaptações a implementação das políticas. Em tempos de “Escola sem Partido”, “Reforma do Ensino Médio”, propostas direcionadas à Militarização das escolas públicas e, não menos grave, a implementação da Base Nacional Comum Curricular, faz-se necessário construir práticas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de enfrentamento e transformações diante de tantos avanços conservadores nas políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Psicologia Educacional; Políticas Públicas.

DIVERGÊNCIAS NAS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM PSICOLOGIA DE DISCENTES CONCLUDENTES E CALOUROS

Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas

Bianca Veiga Prates

Luiz Humberto Souza Júnior

Paulo Coelho Castelo Branco

Esta pesquisa propõe compreender as divergências entre as experiências do processo de formação em estudantes recém-ingressos e concluintes do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira (UFBA-IMS-CAT), em Vitória da Conquista, Bahia. A implementação do curso de Psicologia na UFBA-IMS-CAT é fruto da ação governamental do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esta pesquisa se torna relevante ao compor um conjunto de estudos sobre a formação do psicólogo no Brasil e pretende contribuir com uma descrição e reflexão sobre as especificidades da formação de psicólogos em um campus interiorizado viabilizado pelo REUNI. A amostra foi composta por 15 discentes, sendo 9 matriculados no primeiro semestre e 6 alunos do último semestre do curso de Psicologia do *campus* da UFBA-IMS-CAT, que aceitaram participar da pesquisa após serem instruídos pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes responderam a entrevistas semiestruturadas, que indagavam sobre as experiências ocorridas durante a formação, como: a entrada no curso, os desafios e potencialidades de se formar em uma universidade interiorizada, o ponto de vista sobre a matriz curricular, entre outras questões. Os dados coletados foram analisados através do método fenomenológico empírico cunhado por Amedeo Giorgi, seguindo as seguintes etapas de coleta e análise: (1) suspensão fenomenológica das experiências pessoais e teóricas do pesquisador para interrogar o fenômeno como se o acessasse pela primeira vez; (2) todo o material coletado foi transcrito; (3) retorno ao material transcrito, explorando suas partes temáticas e evidenciando suas unidades de sentido; (4) retoma-se tudo o que foi suspenso, formulando categorias temáticas relativas à experiência investigada. As

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**
Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



declarações dos alunos apontaram para um grande sentimento de realização pela entrada no curso, especialmente em razão de ser ofertado em uma Universidade Federal localizada próxima às suas cidades natais. A narrativa dos discentes do último período abordou conjuntamente a busca pelo curso no momento de escolha profissional e a interferência familiar durante este processo. O contato e convívio com maior proximidade entre os discentes e docentes foi uma realidade destacada tanto pelos alunos ingressantes, quanto pelos concludentes. Referente a matriz curricular, os estudantes do primeiro semestre se identificaram com o curso pelo fato da matriz estar mais voltada para a área de saúde e menos para a área de humanas; sendo apresentadas críticas, por ambos grupos entrevistados, ao baixo número de disciplinas optativas disponibilizadas. Conclui-se que os discentes do primeiro semestre de Psicologia da UFBA-IMS-CAT têm uma visão otimista sobre o curso, e que em conjunto com os estudantes que estão ao final do curso de formação, reconhecem as dificuldades oriundas do processo de interiorização, ainda que enxerguem um maior número de potencialidades no curso ofertado. Destarte, este trabalho reconhece a necessidade de um estudo de comparação com os discentes de uma instituição de ensino da capital, para abranger a compreensão da experiência de formação do psicólogo e verificar as semelhanças e divergências no processo formativo dessas localidades.

Palavras-chave: Formação do psicólogo, Discentes, Universidade interiorizada, Educação.

DROGAS: UM CURRÍCULO OCULTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Angela de Novais Santos
Raíssa Felix Almeida Bittencourt

Durante muito tempo a temática relacionada às drogas foi tratada como tabu ou trabalhada de forma superficial nas escolas brasileiras, mesmo estando presente como currículo oculto na realidade dos estudantes. A complexidade em lidar com tema e abordagem irregulares nas unidades escolares podem colaborar com a associação da relação da violência com o discente usuário e a marginalização do mesmo. Outro ponto que merece atenção é que a maioria dos projetos geralmente tem caráter de prevenção e não contemplam auxílios e apoio aos estudantes usuários de álcool ou drogas ilícitas, baseiam-se fortemente no paradigma da abstinência e desconsidera o universo sociocultural dos estudantes e os seus



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



saberes sobre as drogas. Através desta revisão de literatura, busca-se na produção científica propostas que colaborem na identificação da presença da temática das drogas no currículo oculto e desestigmatize os adolescentes que realizam uso de álcool e drogas ilícitas cujo são taxados de marginais e violentos no ambiente escolar. Para realizar esta revisão, utilizou-se a base de dados SciELO, artigos publicados entre 2008 a 2018 em Português, por meio das palavras chaves: *Drogas*, *Estigma*, *Currículo oculto*, *Ambiente escolar*, e *Proed* no qual foram selecionados seis artigos para nortear a pesquisa por, contemplar o objeto de estudo voltados ao ambiente escolar. Outro método utilizado foi o de busca de imagem que revelam a presença do tema no currículo nas unidades escolares tais como pichações, marcações em carteiras, muros e outros meios de comunicação midiáticos utilizados pelos discentes, esse método foi utilizado para explicar como o currículo oculto se apresenta e como os podem ser identificados pelos profissionais da escola. Observou-se que os métodos utilizados nos artigos analisados possui caráter preventivo e ligados a movimentos de segurança pública como Proed, causando a impressão que se deve combater e criminalizar. Não há a pretensão de desmerecer os projetos de caráter preventivo, porém pensar apenas nessa perspectiva pode não contemplar discentes em situação de vulnerabilidade no ambiente escolar. Revelando assim a necessidade de propostas mais efetivas na unidade escolar que desenvolva prática que visem acolher e sejam sensíveis ao currículo demandados pelos discentes. Faz-se necessário ações inclusivas que contemplem todos os estudantes independentemente se estes já experimentaram, já fizeram ou fazem algum uso de substâncias psicoativas e a discussão de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do abuso do uso de Drogas.

Palavras chave: Ambiente escolar; drogas; currículo oculto; estigma; Proerd.

EDUCAÇÃO “NA” OU “DA” PERIFERIA: O NÃO LUGAR DA ESCOLA E O MOVIMENTO DE EXCLUSÃO

Adelvan Alcantara Lima Filho

Ana luiza de Oliveira Lopes

Francisleide Bastos

Há associação entre segregação e escola em municípios de pequeno porte no Oeste da Bahia? Responder a esta pergunta é o objetivo dos estudos realizados pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicologia e Educação da Faculdade de Tecnologia, Ciências e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Educação da Bahia – NEPPE. Este artigo integra uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo mapear a lógica complexa da produção da geoc exclusão a partir do cotidiano de duas escolas que atende crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma situada na periferia da periferia e outra situada na região central da cidade de São Felix do Coribe no extremo Oeste do Estado da Bahia. Esta pesquisa insere-se no conjunto de estudos desenvolvidos pela área da Educação, abrangendo procedimentos metodológicos associados a pesquisas educacionais “do tipo etnográfico”, como formulado por Green e André. O trabalho de campo tem sido realizado ao longo do ano letivo de 2018, abrangendo observações, entrevistas com professores e gestores das instituições e a escrita de diário de campo. Do ponto de vista teórico, o estudo estabelece, prioritariamente, interlocução com conceitos vinculados ao pensamento de Zygmunt Bauman, Milton Santos e Marc Augé. A investigação realizada tem mostrado que, na Sociedade de Consumo Líquido-Moderna na qual vivemos, naquela periferia da periferia, a escola objeto de estudo tem se constituído em um não-lugar escolar, estando marcada por intensos processos excludentes, mesmo que, do ponto de vista legal, ali estejam alunos e professores “incluídos” no sistema educacional daquele município. Assim, naquele não-lugar escolar tem existido uma ruptura entre o que a Lei prevê para os estudantes brasileiros e àquilo que ocorre no “chão da escola”, com isso, o estudo até aqui empreendido tem possibilitado verificar o modus operandi da escola que atende crianças da periferia. Aprendemos com Bauman, que manter-se humano em condições desumanas é (quase) impossível. Daí que, incluir o outro em meio à própria exclusão também é improvável.

Palavras-chave: Cotidiano Escolar, Periferia da Periferia, Políticas Educacionais, Psicologia Escolar.

ESTÁGIO BÁSICO EM LUDICIDADE INFANTIL: CRECHE PEQUENO LAR

Grasiele Moreira Xavier

Este artigo descreve a vivência prática na educação infantil na Creche Pequeno Lar em Itabuna-BA, onde atende alunos de faixa etária de 2 a 4 anos de idade. O ambiente possui 7 salas de aula com capacidade máxima para 16 crianças por sala. Este estágio propõe-se a estimular através do lúdico o desenvolvimento dos alunos desde os anos iniciais de vida. A construção do desenvolvimento da criança ocorre em todas as esferas em que está inserido,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



no seio familiar, bem como em creches, escolas ou qualquer outro ambiente em que esteja em interação com o meio. As facilidades e dificuldades no desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo dependem da estimulação e outras variáveis, como: desvio fisiológico e condições hereditárias. É possível desenvolver o potencial através da ludicidade, o brincar estimula o imaginário, comportamento, autonomia e regras através do simbólico e interacionismo, impulsionando o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, afetivo e social. Durante o brincar a criança expande sua capacidade de simbolização de forma natural, constituindo-se socialmente, bem como incentivando a autonomia e potencialidades, como ressalta Vygotsky (1998). As intervenções realizadas tiveram intuito de favorecer a expansão da percepção rítmica, motora, oralidade, linguagem, percepções sensoriais, fantasia e interação de novas descobertas e conhecimento, convertendo o simples em elementos da realidade através da atividade das quatro estações do ano, caixa de imitação de animais, jogo da memória, massinha de modelar, cantigas de roda, circuitos, boliche, circuito de obstáculos, múltiplas brincadeiras utilizando a corda e peça teatral. Ficou evidente que cada criança tem seu próprio ritmo e tempo, mas o estímulo, exploração e incentivo resulta no aprendizado de forma gradativa. Vygotsky (1998) explica que a brincadeira ou faz de conta, auxilia no desenvolvimento da linguagem simbólica, envolvendo o imaginário e a imitação decorrente do material abstraído. Já é sabido e tema de vários estudos que a ludicidade proporciona conhecimento sendo forte ferramenta de trabalho para o aprender, colaborando para o desenvolvimento infantil. O lúdico acrescenta a interação do relacionamento interpessoal, afetividade, concentração, percepção, psicomotricidade e diversos aspectos como aprender a conviver em sociedade, ganhar e perder, esperar sua vez, respeitar o próximo, compartilhar e lidar com as frustrações, sendo estes, essenciais na construção do processo de ensino-aprendizagem. Pontos importantes e que devem ser reforçados com as crianças e que geram muito impacto no futuro é aprender a conviver em sociedade, ganhar e perder, esperar sua vez, a respeitar o próximo, compartilhar e lidar com as frustrações. O exercício desta prática auxilia de forma positiva para propiciar experiência ao estudante de psicologia, enfatizando a importância do estímulo durante a primeira infância.

Palavras-chave: criança, ludicidade, desenvolvimento.

**EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM PSICOLOGIA SEGUNDO ESTUDANTES DE
UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: ESTUDO FENOMENOLÓGICO**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Bianca Veiga Prates
Paulo Coelho Castelo Branco

O processo de formação do psicólogo apresentou ampliações advindas das condições de expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), realidade presente desde as ações empregadas pelo governo federal que datam de 1995 até o ano de 2010. Um dos modelos utilizados para a execução destas propostas foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visava o aumento no número de acessos e permanência nas instituições de ensino superior, por meio do comprometimento em crescer 20% às despesas de custeio e pessoal, possibilitando a criação de 14 novas universidades e 100 novos campi. Apresentou-se, pois, a necessidade de acompanhamento da realidade da experiência dos discentes que vivem as consequências desencadeadas por este sistema de implementação de novas possibilidades ao ingresso no ensino universitário, enfatizando-se a veracidade dessas ocorrências nos interiores. De tal modo, a pesquisa objetivou compreender a experiência de formação de psicólogos em uma universidade interiorizada. Visando essa ocorrência, utilizou-se do método fenomenológico empírico de Amedeo Giorgi como base para a coleta e análise dos dados, efetuando primeiramente uma suspensão fenomenológica (epoché) das concepções teóricas e pessoais do autor. Em seguida, realizaram-se entrevistas fenomenológicas semiestruturadas para a captação das experiências com quatro discentes concluintes do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com localização na cidade de Vitória da Conquista – BA, graduação implantada através do Reuni no ano de 2010. O material relatado foi transcrito para leitura por via de uma nova suspensão fenomenológica, com a sintetização geral ao final referente ao que foi percebido por parte do pesquisador. Sucedeu-se nova leitura para evidenciar as unidades de sentido seguida de exame pelo meio da técnica de variação livre e imaginária. Por fim, retoma-se o posicionamento teórico, desenvolvendo eixos temáticos relacionados com a temática abordada. A partir dos resultados observou-se que as experiências dos alunos abordaram suas aspirações quanto ao ingresso, exemplificadas por meio dos recursos prévios à formação e relacionadas com o processo da vivência intencional. Evidenciou-se também as experiências do processo formativo em Psicologia, por meio dos sentidos, questionamentos e implicações observadas durante o percurso dos entrevistados. Conjuntamente, foram apresentadas as potências e adversidades atribuídas ao processo de interiorização e que se fizeram presentes e influenciadoras de suas formações. Ao final, levantou-se o questionamento ao baixo número de produções que se direcionam a vivência

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos discentes e como os significados sobre as diferenças entre capital e interior expressos apontam para um viés de marginalização e centralidade entre os campus. Questionou-se assim, como as diferenças nos quesitos geográficos (capital e interior) implicam no processo formativo do profissional psicólogo ou se a origem dos empecilhos apresentados pelos entrevistados referem-se à realidade da instituição formativa ter iniciado suas atividades acadêmicas há apenas 11 anos atrás. Compreendeu-se de tal forma a necessidade de aplicação do roteiro de entrevista na UFBA em Salvador para realização de contraste entre as singularidades do processo formativo em Psicologia das duas instituições.

Palavras-chave: Educação Superior; Fenomenologia; Formação do psicólogo; Pesquisa Qualitativa; Universidades.

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DE PSICÓLOGOS DOCENTES EM UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: ANÁLISE FENOMENOLÓGICA

**Bianca Oliveira Pinheiro
Paulo Coelho Castelo Branco**

Discussões sobre a formação em Psicologia ocupam os debates desde a regulamentação para o exercício da profissão em 1962, ou até mesmo antes dela. Todavia são escassas as pesquisas que visam compreender as experiências decorridas desse processo formativo em universidades nos interiores do País. Somado a isso, a educação superior no Brasil tem passado por significativas transformações, com destaque para as ocorridas entre os anos de 1995 e 2010, cujo propósito era expandir a educação superior no Brasil. Dentre as tendências desse processo expansionista destaca-se a utilização do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o propósito de construção de *campus* em cidades do interior do país. Diante disso, essa investigação teve como objetivo averiguar o processo de formação do psicólogo em docentes de uma universidade interiorizada fruto dessa ação governamental. Utilizou-se como método qualitativo de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com quatro docentes do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior, situado na cidade de Vitória da Conquista-Bahia. Os dados foram analisados por meio do método fenomenológico empírico cunhado por Amedeo Giorgi. Este método tem como primeira etapa a suspensão fenomenológica (*epoché*), em que são tirados de cena os conhecimentos prévios quanto ao



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tema. Tem-se como segundo passo a coleta de dados com entrevistas semiestruturadas, método seguido para coleta de dados desse estudo, com perguntas, em sua maioria, iniciadas com a palavra “Como”, com o intuito de acessar as experiências dos docentes e estimular as falas. Em terceira etapa foi realizada transcrição dos dados, posterior leitura e síntese geral de cada entrevista. Seguida por destaque das unidades de sentido sob a técnica da variação livre e imaginária. A última etapa configurou-se pela reunião das unidades de sentido em eixos temáticos, esse estudo contou com um total de cinco. Os resultados apontam para uma formação em que se destacam os laços relacionais entre professores e alunos, a descontextualização da matriz curricular que não se coaduna as características do corpo docente, bem como uma docência exercida concomitantemente com práticas administrativas que elevam a carga horária de trabalho. A despeito disso, há comprometimento com a oferta de uma graduação de qualidade, que se destaca das demais. Conclui-se com o apontamento da necessidade de um estudo de contraste com o corpo docente de uma instituição de ensino não interiorizada, por meio do qual será possível a averiguação se a formação em Psicologia ofertada na cidade de Vitória da Conquista de fato possui características circunscritas apenas aos interiores. Faz-se necessário, também, uma análise documental do Projeto Político Pedagógico e da matriz curricular do curso pesquisado para melhor entendimento de como essa se configura, dado que não se pode ter claro nessa investigação.

Palavras-chave: formação do psicólogo; método fenomenológico empírico; docentes; interiorização.

**GRUPO DE APOIO A ANSIEDADE COMO ESTRATÉGIA DE
ENFRENTAMENTO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA.**

**Camila Assis Guedes
Gabriella Oliveira Salles
Karolina Lima
Leandro Gaffo
Roberta Scaramussa
Vinicius Bravim**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ansiedade é um efeito/produto do sofrimento psíquico que acomete cerca de 9% da população brasileira e pode levar a consequências danosas à qualidade de vida e saúde das pessoas (OMS, 2017). De acordo com estudos de Ferreira (et al, 2006) e Baldassin (et al, 2009) estudantes universitários são uma população suscetível a esse tipo de transtorno psíquico em função da situação mudanças sociais e de estresse a que se encontram submetidos, em especial estudantes da área da saúde. A Universidade Federal do Sul da Bahia adotou um modelo de ciclos na formação universitária. Sistema de progressão que promove afinilamento, notadamente para o curso de medicina, o que tem gerado mal estar e medicalização de estudantes e professores, conforme levantamentos realizados por docentes e discentes de iniciação científica da própria universidade. O Grupo de Apoio Mútuo à Ansiedade (GAMA) foi criado então, em 2016, com o objetivo de promover um espaço de acolhimento e promoção de saúde no âmbito universitário. Atualmente conta com dois professores coordenadores e onze estudantes (sendo uma bolsista de iniciação científica). O grupo é aberto a todas as pessoas que têm interesse em participar e se autodeclarem em sofrimento, ansiosas, angustiadas (com uma média de 20 participantes por encontro). Os encontros acontecem semanalmente com duração de uma a duas horas para a oferta da escuta atenta e sensível, que funciona como dispositivo para a criação de estratégias interventivas. Toma por base a ideia de ajuda mútua, conforme proposta por Kropotkin (2009), no sentido da interdependência relacional entre as pessoas e o princípio espinosano (1973) de afeto (ampliado por Deleuze), compreendido como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída” (Ética III, def. 3). A proposição é de uma clínica baseada no acolhimento, no cuidado e no tratamento de cada um pelo grupo todo, em consonância com Adriana Barin de Azevedo (2013), num processo de construção de redes. Paralelamente à extensão têm sido coletados dados para o relatório de pesquisa que visa investigar os possíveis desencadeadores de sofrimento psíquico no âmbito universitário, sua interface com o modelo acadêmico da UFSB e os efeitos de encontros grupais para promoção de saúde numa perspectiva ética, estética e política. Os dados coletados – em diários de campo - bem como os discursos, afetos produzidos nos encontros do GAMA são debatidos no grupo de estudo que também acontece semanalmente a fim de aprofundar questões teóricas relativas ao tema. Os relatos das pessoas participantes das sessões abertas, bem como as devolutivas dos servidores do setor de saúde do campus em Teixeira de Freitas (enfermeiro, assistente social e psicólogo), têm demonstrado que o GAMA tem se mostrado um importante dispositivo de promoção da saúde mental e qualidade de vida da comunidade universitária.

Palavras-chave: Saúde Mental, universidade, ansiedade, grupo de apoio

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



I ENCONTRO DE ÉTICA EM PSICOLOGIA DA FACITE: “CONSTRUINDO ÉTICA NA DIVERSIDADE”

Eric Gamaliel Santos Vieira
Laediane Dourado Oliveira

O I Encontro de Ética e Psicologia da FACITE – Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação foi promovido pelo Psicólogo e Professor da Disciplina de Ética em Psicologia, com apoio da Coordenação do Curso e em parceria com a Comissão de orientação Fiscalização do CRP03, bem como de profissionais que atuam no contexto das Políticas Públicas, principal campo de atuação de Psicólogos/os da Região da Bacia do Rio Corrente. O evento surge com a intencionalidade de aprofundar e compartilhar os conhecimentos construídos na disciplina e no fazer de psicóloga/os, na interface com temáticas que perpassem contextos diversos de atuação nesta seara. Durante o semestre a disciplina se propôs, em seu objetivo geral, a compreender os conceitos, normatizações e construções sociais da ética e sua aplicabilidade na teoria e prática da psicologia, como ciência e profissão. Para tanto, permeou três linhas: *Teórico-conceitual* – com o objetivo de apresentar os fundamentos e conceitos da ética, sua interface com outras ciências e suas implicações na organização social e profissional; *Normativa* – a fim de viabilizar a compreensão e aplicabilidade da ética na atuação da/o psicóloga, com vistas ao código de ética profissional e demais normativas da psicologia e; *Transversal*, na perspectiva de contextualizar as questões éticas com temas contemporâneos, em interface com o código de ética profissional, o comprometimento com os Direitos humanos e o compromisso social e a atuação nas políticas públicas. Neste percurso, as turmas tiveram acesso a importantes referenciais teóricos, com destaque para o Código de Ética e de outras normativas do Sistema Conselhos de Psicologia e com o auxílio de filmes temáticos que abordaram alguns problemas públicos, como violência de gênero, homofobia, racismo, pobreza, dentre outros, problematizando acerca dos contextos, temas e cenários atuais nos quais a psicologia precisa produzir um fazer que prime pela ética e garantia dos direitos humanos. A metodologia deste evento incluiu: 1 – Mostra das Produções da Disciplina de Ética em Psicologia – momento em que os alunos, em grupos, apresentaram painéis, panfletos, imagens, vídeos e demais produções informativas, acerca dos conteúdos trabalhados durante o semestre; 2 – Exibição e Debate do Filme “A cidade do Futuro”, que

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



aborda a diversidade sexual – com a presença dos Atores da trama e Orientadora Fiscal do CRP03, a fim de debaterem sobre fim de destacar as técnicas e posicionamentos éticos ante temáticas transversais e contemporâneas; 3 – Mesa redonda “Atuação ética: diversidades, contextos e perspectivas”, a qual foi composta por psicólogas/os que atuam em diferente áreas - Escolar, Social, Saúde Mental, e Clínica – os quais destacaram as questões (anti)éticas que permeiam estes contextos, tão plurais e diversos. Este momento configurou-se como uma possibilidade de debater sobre os desafios em se construir uma profissão que esteja eticamente comprometida com a categoria e com a diversidade do público que faz uso dos seus conhecimentos e serviços, sobretudo nas Políticas Públicas, configurando-se como um momento de formação acadêmica, orientação profissional e de educação popular.

Palavras-chave: Ensino, Ética, diversidade, Políticas Públicas, Psicologia.

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: A LEGITIMAÇÃO DE UMA PRÁTICA

**Joice Pereira dos Santos
Hortência Pessoa Pereira
Carmem Virgínia Moraes da Silva**

O presente trabalho traz para o debate a necessária ocupação dos espaços de docência pela(a) profissional de Psicologia, diante da obrigatoriedade estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (2011) de oferta da formação complementar de professor(a) de Psicologia, cuja atuação deve ocorrer no âmbito da construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, em cursos profissionalizantes, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal. Como cenário para essa reflexão apresentaremos a experiência no componente curricular Estágio Supervisionado IV do curso de Psicologia, formação em licenciatura, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus Vitória da Conquista-BA. O objetivo do estágio foi promover a vivência da prática docente de ensino em Psicologia no contexto educacional/social, bem como os demais processos envolvidos na construção do papel do docente: observar a prática docente no ensino médio, refletir acerca do ensino da Psicologia em contextos diversos e compreender o processo de docência, envolvendo planejamento, ensino e avaliação. Neste sentido, a atuação se deu no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira – CEEPS, nos cursos de Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho, em componentes



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



curriculares atribuídos à Psicologia. O estágio foi dividido em três momentos distintos e complementares: a observação, a coparticipação e a regência. Foi planejado um período de três semanas para o desenvolvimento de cada etapa, podendo haver alterações quanto à sequência e a duração das mesmas, atendendo ao dinamismo tão próprio do campo educacional. Para darmos início a prática, se fez necessário a realização de uma antecedente aproximação com a Escola e com os profissionais que compunham a equipe docente (que não possuíam formação em Psicologia), em especial, com a docente da disciplina na qual atuaríamos: Saúde Mental (curso Técnico em Enfermagem). Com isso, entendendo a importância da atuação neste campo ainda inexplorado para a nossa formação enquanto professoras(es), bem como a pertinente contribuição que a(o) docente licenciada(o) em Psicologia pode oferecer para a construção de saberes psicológicos presentes no currículo dos cursos técnicos, como por exemplo, ao que compete as disciplinas Saúde Mental e Relações Humanas. Ressaltamos a necessidade da presença da(o) professora licenciada(o) em Psicologia nestes espaços, pois é clara a relação entre a prática nos cursos técnicos e o saber psicológico. Em um contexto Social/Institucional onde não se exige profissionais licenciados em Psicologia para lecionar os conteúdos da área foi notável a dificuldade de encontrar campo para a execução de estágio. Também foi observada a necessidade dessa(e) profissional, visto que, a abordagem de temas, a exemplo de “Luto, morte e morrer no contexto clínico-hospitalar” (trabalhado com a turma do 4º ano de Técnico em Enfermagem), envolvem aspectos psicossociais e pode ser melhor aproveitada quando se tem a formação necessária para o manejo da mesma. Utilizar o espaço encontrado para vivenciar a relação de ensino aprendizagem enriqueceu o processo de formação de Licenciatura em Psicologia, com uma turma que acrescentou a todo o momento as suas experiências durante a regência.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação; Licenciatura em Psicologia.

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: BUSCA POR ESPAÇOS

**Lígia Fernandes Barbosa
Ivana dos Santos Souza
Carmem Virgínia Moraes da Silva**

O presente trabalho propõe discutir as contribuições da formação complementar de licenciatura para a formação da (o) profissional psicóloga (o), ao tempo que explicita a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ausência da efetivação de políticas públicas que garantam a atuação do professor de Psicologia. O elemento disparador deste escrito foi a experiência de estágio em licenciatura realizado no curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no ano letivo de 2017.2. O Estágio Específico Supervisionado IV é voltado para formação da prática docente, tendo três atividades basilares: observação, coparticipação e regência. O estágio foi realizado no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira (CEEPS) e contribuiu com os conhecimentos didáticos no quarto ano do curso Técnico de Enfermagem, mais especificamente na disciplina Saúde Mental. A prática possibilitou reflexões referentes à importância de disciplinas da área de Psicologia serem ministradas por psicólogos com formação em licenciatura, uma vez que estes têm sua formação embasada tanto na área da docência quanto do bacharel. A obrigatoriedade da oferta da formação complementar de licenciatura em Psicologia foi estabelecida em 2011, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Para atender tal determinação, a UESB, com reconhecida trajetória em cursos de licenciatura, oferece a formação complementar desde o ano de 2014. A complementação em licenciatura permitiu as discentes uma aproximação com a área da Educação, para além das disciplinas obrigatórias do curso, podendo considerar contribuições às discussões nos componentes curriculares que discutem as bases teóricas e filosóficas da educação, as políticas educacionais, as metodologias de ensino em Psicologia, a compreensão do projeto político pedagógico e relações interpessoais no ambiente escolar, entre outras. Destarte, é possível realçar que a formação em licenciatura tem provocado importantes movimentos na formação das (os) futuras psicólogas (os), possibilitando a compreensão e vivência do processo educacional de forma ampla, bem como o entendimento de que existem teorias que regem a atuação do professor e a apreensão de que para todas as ações em sala de aula é preciso planejamento, sendo necessário o levantamento de questões como: “Para quem? Como? Por quê?” Ou seja, a intencionalidade daquilo que você pretende abordar, e qual é a maneira mais viável para realizar tais ações de acordo com o perfil dos alunos. Além disso, é preciso ressaltar a importância de um olhar crítico sobre o papel da educação, da escola e do professor. Neste cenário das atividades de estágio é necessário registrar a ausência de professores com a formação em Psicologia. Em suma, as contribuições da formação como licenciadas (os) em Psicologia podem ser registradas com a mesma intensidade da ausência de políticas públicas que garantam espaços de atuação para o que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia.

Palavras-chave: Licenciatura em Psicologia. Psicologia e Educação. Estágio Específico.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MEDICALIZAÇÃO E A PATOLOGIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA LEITURA PSICOLÓGICA

Ângela Almeida Lopes Souza

Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso, no qual o tema escolhido é fruto do interesse em conhecer mais sobre a medicalização vinculada ao fracasso escolar, bem como o papel desenvolvido pelo profissional de psicologia nesse âmbito. As dificuldades de aprendizagem em alunos têm ocasionado explicações pautadas em concepções biologizantes de culpabilização e responsabilização de escolares, pautando-se em uma perspectiva unilateral. Com isso, percebe-se que a sociedade tem buscado explicações orgânicas para questões muitas vezes singulares, efeito de um contexto sócio- histórico e cultural que tem empoderado o modelo biomédico como detentor do saber, e conseqüentemente, favorecendo a medicalização no processo ensino-aprendizagem. A partir desse pressuposto, para alcançar uma discussão que contribua para literatura vigente sobre o assunto, foi utilizada pesquisa qualitativa com revisão de literatura sistemática para obtenção de dados, com objetivo de analisar a medicalização no contexto escolar. Desse modo a problemática discutida consiste em quais as possíveis conseqüências provocadas pela medicalização no processo ensino-aprendizagem. Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis completos publicados entre os anos de 2012 a 2017 em idioma português. Optou-se por publicações mais recentes, com propósito de ter material atualizado e assim possibilitar uma reflexão contemporânea sobre o tema. Os critérios de exclusão foram selecionados a partir dos mesmos pressupostos, sendo excluído material com mais de 05 anos de publicação, os de outros idiomas, artigos que não estavam disponíveis para pesquisa e os repetidos. Assim foram encontrados 40 artigos nas bases de dados indexados à BVS. Os artigos foram encontrados nas seguintes bases de dados: Lilacs, Medline, Index Psicologia. Após a seleção criteriosa dos artigos encontrados, foram utilizados 13 artigos para embasar a construção das discussões. Os resultados demonstraram que o processo de medicalização no âmbito escolar tem sido utilizado como ferramenta para o desenvolvimento de uma sociedade disciplinada, a partir de moldes que tem controlado o processo ensino-aprendizagem, utilizando-se de ferramentas como a medicalização para controle da sociedade. Nesse sentido, as concepções e representações sociais acerca do fracasso escolar estão sendo voltadas para aspectos individuais e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



isoladas. Com isso, encaminhamentos, diagnósticos e consequentemente medicalização estão se tornando cada vez mais frequentes. Os motivos encontrados concentram-se em queixas relacionadas a problemas de comportamentos e aprendizagem. Com isso diagnósticos como TDAH, TOD e Dislexia, estão se tornando cada vez mais comum nas instituições escolares. Deste modo, os efeitos negativos, desencadeados pela adoção de uma perspectiva unilateral da dificuldade no aprender tem ocasionado além dos sintomas orgânicos, implicações no desenvolvimento da identidade, bem como subjetividade dos alunos. Diante de tais considerações, a inserção do psicólogo nesse contexto se faz necessária para problematizar e romper com as práticas cristalizadas e estereotipadas no âmbito escolar, levando em consideração o sujeito a partir de uma visão ampliada, considerando seus aspectos biopsicossociais. Espera-se que este trabalho possa contribuir para ampliar e romper com a visão reprodutora de enquadramento e classificação no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: medicalização, patologização, psicologia, enquadramento.

MULTIPLICANDO PARA PREVENIR: PSICOEDUCAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS PARA ADOLESCENTES

**Angelica Louse Amorin
Ninália dos Santos de Almeida**

O álcool e outras drogas é tema discutido nos diversos campos sociais, tal tema é gerador de divergência, entretanto poucos são os indivíduos que possui conhecimento específico em relação ao tema. Desse modo o presente estudo apresenta uma pesquisa-ação Psicoeducativa sobre álcool e outras drogas desenvolvido com adolescentes entre os 16 e 18 anos de idade, de uma instituição pública de ensino do município de Vitória da Conquista na Bahia. O projeto em questão teve o objetivo de ampliar as informações técnicas/teóricas sobre álcool e outras drogas, contextualizando a história do álcool e outras drogas, explanando os efeitos e possíveis consequências das substâncias psicoativas, ressaltando a diferença entre uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas. O grupo denominado “Vamos Falar sobre Drogas?” foi composto por dezessete inscitos sendo que onze deram continuidade, os adolescentes receberam nas salas de aula informações sobre a proposta do grupo, a inscrição ocorreu de maneira voluntária, desenvolveu-se com seis encontros divididos em seis semanas, o grupo teve caráter informativo e educativo para tal

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



foi utilizado a pesquisa-ação enquanto metodologia que possibilita o crescimento conjunto de pesquisador e pesquisando e a mobilização do sujeito para questões sociais. Dentre os resultados encontrados conclui-se que através da Psicoeducação foi possível expandir informações sobre álcool e outras drogas e a partir deste conhecimento os participantes saberão lidar com possíveis situações relacionadas as substâncias psicoativas no seu cotidiano familiar, escolar, social. Foi perceptivo que a partir desse trabalho e da troca de conhecimentos realizada adentrou-se na prevenção. Identificou-se ainda o quão vasto é o campo da Psicologia, sobretudo há possibilidade de desenvolver atividades que busquem o crescimento pessoal e social do indivíduo.

Palavras-chave: Adolescência. Drogas. Psicoeducação.

O BRINCAR COM O MOVIMENTO COMO REFORÇO NA APRENDIZAGEM E NA SOCIALIZAÇÃO

Edvaldo Joaquim de Santana Filho

Indira Vita

Tamyres Nunes

Estudos ressaltam e o Ministério da Educação (MEC) determina que o papel da educação e do educador não é apenas transmitir conhecimento para produção e reprodução dos conteúdos aprendidos, mas sim trabalhar na formação integral do aluno. Para cumprir essa missão, a brincadeira e o lúdico no brincar com o movimento entram como uma ferramenta estratégica pelas possibilidades de atuação que carregam intrinsecamente em si, pois é através deles que a criança expressa suas habilidades e dificuldades de locomoção, interação, socialização, integração, assimilação, reprodução e aprendizagem e, assim, o professor pode mediar essas atividades extraclasse, ajudando o aluno a entender suas dificuldades físicas, emocionais e relacionais, favorecendo o encontro de meios para superá-las de forma prazerosa e divertida. A partir da ideia de que brinquedos podem ser construídos de forma criativa, simples e barata, aliada à intenção de propiciar aos alunos novas formas de brincar construindo seu próprio brinquedo e elaborando seu próprio circuito psicomotor, propõe-se a utilização de materiais recicláveis, favorecendo também a ideia de sustentabilidade a partir da utilização de componentes simples, de fácil acesso e de baixo custo, tais como: fita adesiva, giz, cinto, cordas, bambolês, tintas guache, caixas de papelão, massa de modelar, paletes de madeira, prego, elástico, entre outros. O foco do

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



presente trabalho concerne no reforço da aprendizagem escolar, tanto cognitiva quanto social e emocional, a partir da prática diária dos autores enquanto estagiários do programa de inclusão para alunos com necessidades especiais em duas Instituições de Ensino Público regular do Município de Itabuna-BA, tendo como amostra 36 crianças, de 4 a 11 anos, assistidas entre os turnos matutino e vespertino. Espera-se que a aplicação do presente projeto propicie o estabelecimento de vínculos e o desenvolvimento das mais diversas habilidades e conceitos, entre eles a superação de desafios, tolerância à frustração e assimilação de regras. Paralelamente, o aluno trabalha o desenvolvimento de processos psicológicos básicos, tais como atenção, memória e inteligência, os quais favorecerão a assimilação de conteúdos e elaboração das atividades em sala de aula, pois além de garantir a educação para todos, é também função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino no país.

Palavras-chave: Brincar, educação, inclusão, movimento, psicomotricidade.

O CENTRO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

**Carmem Virgínia
Fernanda Lima Lemos**

Os Movimentos Estudantis obtiveram papéis de destaque na história política e social do Brasil nas décadas passadas, principalmente nos anos do século XX, quando a União Nacional de Estudantes - UNE, maior entidade estudantil do país desde a sua criação, em 1937, atuou na defesa do petróleo brasileiro contra a exploração de empresas estrangeiras, ampliação do acesso da sociedade à educação superior, luta contra a ditadura e restauração da democracia, queda do presidente Fernando Collor de Melo. A partir da experiência de 2 anos à frente da coordenação do Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e entendendo a participação fundamental dos estudantes na luta pela democratização e melhoria da sociedade, este trabalho busca fazer a relação entre a participação de discentes nos Centros Acadêmicos e a construção na práxis das capacidades de pensamento político e social; para isso, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica de artigos e documentos que tratam sobre movimentos sociais/estudantis, educação como meio de modificação do sujeito, projetos para a educação superior, constituição, objetivos e funcionamento de diretórios estudantis. O

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Centro Acadêmico se constitui como movimento estudantil dentro das universidades. Os CA's, como são chamados, representam os discentes dos diversos cursos existentes na instituição e fazem a interlocução entre alunos, professores e demais instâncias. Além de introduzir a questão de como a educação de qualidade - fundamental ou superior -, pode auxiliar na construção do pensamento crítico, este estudo também discute o estudante como transindivíduo, ou seja, alguém que ocupa o espaço universitário e dispõe de diversas formas de aprendizagem, extrapolando os conteúdos definidos; com isso, o papel e o entendimento da universidade sobre a formação dos seus alunos é indispensável, porque, sendo assim, possibilitam ou não oportunidades complementares de desenvolvimento intelectual, político e social. Após as pesquisas, produção deste trabalho e análise das experiências vivenciadas no período de participação no Centro Acadêmico de Psicologia, destaca-se alguns pontos nas articulações pensadas entre participação no CA e desenvolvimento de pensamento político: os estudantes conseguem se organizar, discutir e se movimentarem mais claramente em direção a um objetivo comum – relacionado ao curso, à universidade ou a questões da sociedade em geral - quando apoiado pelo Centro Acadêmico do seu curso; o diálogo dos alunos com os professores e instâncias administrativas da faculdade é facilitado pelo CA; a mobilização constante de alunos é dificultada pela falta de interesse ou de tempo dos mesmos em participar de assembleias gerais; os Centros Acadêmicos carecem de recursos financeiros para promoverem determinadas atividades dentro e fora da instituição educacional, promovendo entre os membros dos CA's discussões sobre ideologias que sustentam o projeto da educação superior, as políticas de diminuição de recursos financeiros governamentais destinados às universidades, os consequentes déficits que isso gera nas organizações estudantis e as possibilidades de superação dessas adversidades. Tudo isso exige dos membros dos CA's as capacidades de leitura de conjuntura, mediação, assertividade, além de conhecimentos históricos, políticos, sociais e culturais da universidade em si, da cidade, estado e país onde ela está situada.

Palavras-chave: Movimentos Estudantis; Educação Superior Brasileira; Aluno Transindivíduo.

O PAPEL DA(O) PSICÓLOG(A)O ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO: APONTAMENTOS A PARTIR DA PL 577/2013

Fátima Nascimento Oliveira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Moane Carvalho Aguiar
Carmem Virgínia Moraes da Silva

A atuação da(o) psicóloga(o) na educação ocorre em nosso país, de forma mais efetiva, na esfera privada envolvendo os segmentos Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e, ainda, em cursinhos pré-vestibulares. Na esfera pública a atuação é pautada por políticas de ordem municipal e estadual, diante da ausência de uma política nacional que garanta a presença da Psicologia nas escolas. No Senado Federal está em trâmite o projeto de Lei nº 557/2013 que defende a atuação da(o) psicóloga(o) e do psicopedagogo nas instituições públicas de ensino. No projeto, chama a atenção a situação geral das escolas e a necessidade de auxílio de profissionais especializados para a solução de problemas que vêm sendo frequentes no âmbito escolar, tais como a evasão, o fracasso escolar e a pouca aprendizagem de grande número de estudantes. Muitas vezes, os profissionais que atuam dentro de escolas públicas não dão conta de lidar com as problemáticas ocorridas dentro da escola, bem como identificar e solucionar tais questões. Dessa forma, compreende-se que é essencial um debate junto àqueles que estão ligados à educação formal (professores, diretores, coordenadores escolares e alunos). Neste sentido, mediante uma pesquisa de cunho exploratório, fazendo uso de entrevistas, pretendeu-se neste estudo identificar como estes atores entendem a importância e a atuação do (a) profissional em psicologia nas escolas, além de estabelecer uma relação entre esses achados e o que está proposto no projeto de lei 577/2013. Foram entrevistados um total de 44 participantes em 4 escolas da rede municipal e estadual no município de Vitória da Conquista, entre professores, diretores, coordenadores escolares e alunos. Os resultados apontam que dentre os profissionais, 59% deles procuraram ajuda psicológica nos últimos 10 anos, sendo que 40% foi por alguma demanda de seu ofício, já dentre os estudantes 100% dos que já procuraram um psicólogo foi por motivos escolares. Quando indagados acerca do fazer do psicólogo(a) escolar, vimos que a visão que se tem é do Psicólogo Clínico, aquele que irá fazer uma escuta individual de demandas e resolver problemas conflituais entre professor e aluno, além das demandas emergenciais da equipe. Vê-se que o professor ainda tem a ideia do “aluno problema”. Para alguns alunos, o psicólogo poderia ser útil para trabalhar temáticas como bullying e suicídio. O projeto de lei não é de conhecimento da maioria dos entrevistados, no entanto, a maioria concorda que este profissional poderia auxiliar nas demandas escolares e concordam que o projeto seja aprovado como lei federal e é de comum acordo que a aprovação trará benefícios no que diz respeito à atuação da Psicologia no âmbito da escola.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Psicologia Educacional. Psicologia Escolar. Projeto de lei 557/2013.

OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Loussanne Maia dos Santos
Caroline Santos de Souza
Claudia Clarissa de Paiva Mota

As diretrizes curriculares nacionais para o curso de psicologia propostas na resolução 005/2011 estabelecem um projeto pedagógico complementar e diferenciado na formação de professores de Psicologia: voltar-se para atuação em diversos contextos comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva. Compreende também, em consequência, a aprendizagem e a construção dos saberes por meio de vivências e relações sociais, com finalidade agregadora de conhecimentos, valores em espaços formais e informais de educação. Desta forma contribui para a formação dos indivíduos. Ambientes não formais de aprendizagem podem direcionar o aluno no processo de sua constituição como sujeito atuante, bem como nas dimensões pedagógicas, sociais, políticas e culturais e promover a articulação entre os conteúdos curriculares obrigatórios. Este trabalho trata de experiência a partir da disciplina Estágio em Formação de Professores de Psicologia I, do curso de Psicologia em uma instituição privada do ensino superior no sul da Bahia. A metodologia da prática consistiu em observação de campo em três ambientes e eventos caracterizados como espaços não formais de ensino com o foco na inclusão e interação de crianças e adolescentes, o primeiro deles foi o V Jogos estudantis indígenas com a proposta de socialização e conexão entre os povos indígenas e a sociedade, também foi feita a visitação no GAAC Sulbahia onde acontecia a manhã literária com o foco de oferecer as crianças uma prática que no momento não era possível em detrimento do estado de saúde que as mesmas apresentavam e por último o local visitado foi o CEPEI (Centro Psicopedagógico da educação inclusiva) onde estava sendo oferecida às crianças de forma dinâmica uma palestra sobre a preservação do meio ambiente. A partir das experiências vivenciadas nesses espaços, foi possível observar a correspondência com os dispositivos e conteúdos teóricos-institucionais nas observações em campo, pode-se notar a importância do Psicólogo licenciado nesses locais, que transcende os espaços formais de ensino, oferecendo assim, amplo espaço em instituições não formais como as problematizações

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que emergem na interface Psicologia- educação. A Psicologia tem muito a contribuir com a educação, seja no papel de facilitador e mediador de conflitos, como Psicólogo escolar, ou como porta voz do conhecimento na prática docente.

Palavras-chave: Psicologia; Formação docente; Espaço não formal; Educação

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS DO ENSINO MÉDIO – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Adamo Santana
Elzeni Damasceno
Graziella Rodrigues
Kelly Nogueira Gomes**

Este trabalho trata-se de um relato de experiência no estágio supervisionado de Psicologia, no campo de atuação da Orientação Profissional para Jovens do Ensino Médio Público como uma prática do campo educacional. A Orientação Profissional auxilia as pessoas no momento da escolha ou redefinição da profissão. Ela não é direcionada apenas aos alunos do Ensino Fundamental e médio, mas também, para adultos que não estão satisfeitos com a profissão e pretendem investir numa nova carreira ou, mesmo satisfeitos, querem progredir na carreira. O objetivo do trabalho foi contribuir no processo de desenvolvimento pessoal, profissional e do autoconhecimento dos jovens. Desmistificar ideias de estereótipos positivos e negativos quanto às profissões. Orientar e preparar para que sejam capazes de fazer suas próprias escolhas profissionais de forma segura e consciente. Após elaboração, apresentação e aceite do projeto pela instituição escolar passaram-se a proposta para os alunos do segundo ano do Ensino Médio de um colégio estadual público na cidade de Jequié. Depois da reunião foram disponibilizadas as fichas de inscrições, a fim de que os interessados pudessem levar para casa e retornar no dia seguinte. Acompanhando a ficha de inscrição foram entregues termos de autorização para que os pais ou responsáveis estivessem cientes da participação de cada jovem inscrito no projeto, já que o período de execução do estágio aconteceu no turno oposto às aulas. A metodologia de trabalho se deu por meio de dinâmicas, discussão sobre a importância da postura ética e profissional, elaboração de currículos, palestras sobre maneiras de comportamento em entrevistas de trabalho, relatos de profissionais, dramatizações, debates, e apresentação da devolutiva.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Foram realizados 7 encontros no total, com duração de 2 horas cada, sendo um por semana entre os meses de abril e maio, com a participação média de 15 alunos por encontro.

As perspectivas em relação ao estágio foram atendidas de maneira em que foi possível alcançar tanto as necessidades dos jovens quanto ao objetivo proposto pelo trabalho. Promovendo o desenvolvimento reflexivo acerca do autoconhecimento e da carreira profissional ampliando suas visões quanto às profissões e o mercado de trabalho, desconstruindo algumas ideias estereotipadas sobre algumas profissões e reconstruindo outras acerca das mesmas, beneficiando assim para uma maior capacidade e competência no processo de escolha.

Palavras-chave: orientação profissional, ensino médio, psicologia escolar.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES SÓCIOEMOCIONAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Adelvan Alcantara Lima Filho

Este estudo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Parceria Público-Privada: implicações da formação continuada de professores para o trabalho docente” que tem como objetivo analisar as implicações da formação continuada realizada pelo Instituto Ayrton Senna em município do sudoeste da Bahia. Esse texto analisa a avaliação de competências sócioemocionais – Social and Emotional non-cognitive Nationwide assessment (SENNA), que desde o ano de 2014 vem sendo amplamente divulgada como consenso entre os profissionais da educação básica, utilizando como pano de fundo o discurso de inovação em educação para a política educacional brasileira, neste sentido busca-se explicitar as controvérsias desse fazer e problematizar a separação das dimensões cognitiva e emocional por meio da redução da personalidade a traços analisados separadamente. Diante do risco de segregação e estigmatização de alunos que não possuem as competências predeterminadas e diante do risco de padronização dos indivíduos nas turmas da educação básica, questiona-se a pertinência de assumir esse fazer como prática da política pública de educação em um contexto que perpassa processos socioculturais que culmina na subjetividade dos indivíduos alunos da rede pública de ensino dos municípios atendidos pela parceria com Instituto Ayrton Senna (IAS). Configurado como instituição beneficente de caráter filantrópico, o IAS vem desenvolvendo, implementando e executando políticas educacionais em 17 estados do Brasil, alcançando mais de 573



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



municípios, 1,5 milhão de alunos por ano e quase 50 mil educadores. Nesse sentido o movimento estabelecido pelas parcerias público-privada dentre elas o modelo do IAS tem instituído o projeto neoliberal nos países em desenvolvimento, configurando-se como estratégias para superação da crise do capital por meio da implementação da lógica do quase mercado na educação brasileira.

Palavras-chave: Psicologia, Política pública, Educação, Parceria público-privada.

PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ALUNOS NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO NO FAZER

**Dara da Silva Santos
Felipe Santos Viana
Amanda Alves Cândido
Carmem Virgínia Moraes da Silva**

O objetivo do presente trabalho é tecer considerações acerca da prática de orientação profissional com uma turma de nono ano de uma escola municipal de Vitória da Conquista – BA, Escola Municipal Bem-Querer. O trabalho buscou enfatizar a participação ativa do grupo de alunos ao longo de todo o processo. A prática é referente ao componente curricular da matéria Psicologia e Educação do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Buscamos fundamentação teórica em autores da Fenomenologia que discutem o posicionamento da pessoa em relação a suas escolhas, e na perspectiva sócio-histórica-cultural que discute a Psicologia no campo escolar e educacional. Foram realizados seis encontros que implicaram em: a) levantamento de dados acerca das profissões no imaginário dos alunos e como os mesmos conferem significados aos fenômenos a partir da temática profissional; b) intervenções nas quais apresentamos sugestões sobre as possibilidades existentes no ensino médio, ensino técnico e estágios na cidade vigente. Os encontros foram realizados em formato de roda de conversa e dinâmicas de grupo e o grupo de alunos tiveram participação efetiva no processo de planejamento de cada fase, assim como no desenvolvimento e avaliação das atividades propostas. Com o desejo de uma prática na qual a psicologia dialogue de forma eficaz, a elaboração da intervenção foi propor a conversa com os sujeitos mais do que para os sujeitos, suscitando e criando meios para a participação dos alunos. Não só compreendendo as expectativas ou falta delas, escutando de forma atenta e agindo sobre,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



bem como dispensando a realização de um roteiro pronto com intuito de efetuar a construção de um processo de orientação. Os resultados da prática evidenciaram a participação ativa dos alunos para além da especificidade da orientação, que foi atravessada pela construção de uma relação de afetividade entre integrantes do grupo de os alunos, bem como a importância da escuta desses atores sociais no seu processo de escolha, de modo geral.

Palavras-chave: Orientação. Psicologia Educacional. Relatos.

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A BRINCADEIRA E A DISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Elder Jeferson da Silva
Adriane de Oliveira Teixeira
Roberta Bolzan Jauris**

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar como a relação entre o brincar e as práticas disciplinares contribuem para o desenvolvimento de crianças nas instituições escolares. Os objetivos deste estudo visam entender porque o brincar fora da hora destinada é visto como indisciplina; entender de forma crítica e investigar se existe aprendizagem durante o brincar e por fim, refletir sobre as contribuições de políticas públicas para o brincar no ambiente escolar. Para a realização da pesquisa, recorreu-se aos pressupostos da abordagem qualitativa, partindo do princípio de que os participantes de uma determinada realidade educacional podem estar no centro da indagação, portanto, interlocutores privilegiados e sujeitos. A pesquisa foi realizada em uma instituição Municipal de Educação Infantil do município de Vitória da Conquista – Bahia, utilizando-se de observações de 26 crianças escolhidas aleatoriamente e entrevistas semiestruturadas com duas professoras e diretora. Para tratamento dos dados empregou-se o procedimento de análise de conteúdo, pois se pretendeu identificar os conteúdos manifestos que levassem a compreender o desenvolvimento infantil ou não das crianças no contexto escolar no que se refere ao brincar e a relação com as práticas disciplinares, para isto foram desenvolvidas as categorias: o brincar como aprendizagem, indisciplina e o brincar na visão das professoras. A pesquisa traz como problemática os limites impostos entre a disciplina e a brincadeira no ambiente escolar, utilizando inicialmente autores como Vygotsky (2007) e Michel Foucault (2014) para guiar as discussões, dentre outros. Buscou-se identificar o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



papel do brincar nos processos de desenvolvimento infantil, a partir da pergunta problema que conduziu o andamento da pesquisa: Como as brincadeiras nas instituições escolares interferem na aprendizagem das crianças? Diante disso, parte-se da hipótese que o brincar no ambiente escolar contribui para o aprendizado e desenvolvimento infantil. Assim, percebemos que o brincar pode se apresentar em qualquer momento na rotina da Educação Infantil e em qualquer lugar da instituição escolar. Na observação das crianças em ambiente escolar fica claro que as mesmas não diferenciam hora de brincar e hora de aprender. As professoras entrevistadas colocam em suas falas a importância do brincar para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, mas infelizmente estão imbuídas de ações impostas pelos planejamentos rígidos e uma concepção tradicional de currículo. A direção também mostra saber da importância do brincar, mas, não tem conhecimento das leis e referências da Educação Infantil. Conclui-se que o lúdico pode ser uma proposta efetiva para a aprendizagem, e permitir que os alunos se expressem durante essas atividades faz parte da construção desse conhecimento, portanto ficar refém de uma lógica disciplinar em que horários são estabelecidos podem interferir nesse processo.

Palavras-chaves: Brincar; Desenvolvimento infantil; Disciplina.

PERFIL DE DOCENTES HUMANISTAS, FENOMENOLÓGICOS E EXISTENCIAIS: ANÁLISE DE EDITAIS DE CONCURSOS

**Gabriel Nery Matos
Paulo Coelho Castelo Branco
Tommy Akira Goto**

Com base no argumento de que existe um mercado de trabalho acadêmico público que indica um perfil formativo para contratar profissionais para atuar no ensino superior, objetiva-se analisar quais conhecimentos circulam em editais de concurso para a área humanista fenomenológica e existencial. Inicialmente, situa-se que no Brasil é comum vincular as perspectivas humanistas, fenomenológicas e existenciais de Psicologia com a Filosofia Fenomenológica e Existencial. Em seguida, apresenta-se o plano de coleta e a análise dos dados conforme o método da análise de conteúdo. Foram compilados 24 editais, dos quais se extraíram 241 pontos de conhecimento cujas unidades de registro temáticas foram organizadas segundo seis eixos temáticos que remetem ao perfil formativo estudado. Este aponta para uma composição de conhecimentos relacionados aos seguintes

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



eixos: Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Filosóficos; Perspectivas Teórico-Conceituais; Perspectivas Clínicas; Perspectivas relacionadas ao campo da Saúde; Formação e Pesquisa; Tópicos Atuais. Cada eixo vem acompanhado de uma discussão com as inferências construídas. Desse modo, apresentou-se como pertinente ao perfil profissional aspectos ligados à demarcação das fundações da psicologia humanista, suas fronteiras, principalmente direcionadas à fenomenologia e ao existencialismo, tendo este sido o lugar mais hegemônico dos resultados, revelando a pertinência desse eixo para o perfil. Há também uma busca pelo conhecimento dos aspectos teóricos da atuação profissional, organizada a partir da influência das fundações epistêmicas para as propostas práticas desenvolvidas no contexto laboral, com um certo enfoque na clínica como via principal da construção da vertente de conhecimento humanista, como também de seu cenário profissional. Também se encontra nas discussões a busca pela capacidade de ocupar os novos dispositivos de saúde. A formação e a pesquisa aparecem no perfil como necessidade da construção de métodos com consistência e rigor ao paradigma epistêmico, este demonstrado como diferente ao preponderante em outras áreas; como também uma necessidade de abranger novos assuntos, em demonstração a uma atualização da área, visando responder questões da contemporaneidade. Conclui-se que esse perfil formativo é vasto, plural, complexo e difícil de ser atingido/dominado em sua totalidade, considerando as explicações, delimitações e implicações das perspectivas mencionadas na discussão. Outras áreas da psicologia, como a Psicanálise e o Behaviorismo, requerem a aquisição de um perfil mais homogêneo, claro e conciso. Desse modo, questiona-se o motivo dessa problemática e se lança outra possibilidade de pesquisa em instituições privadas.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo; Fenomenologia; Formação do Psicólogo; Psicologia Humanista;

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

Rafael Andrade de Souza

O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência de uma atividade desenvolvida durante a disciplina de Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EJA) II,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



componente optativo da licenciatura em psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e tem, como objetivo, refletir sobre as possíveis contribuições da Psicologia para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita dos estudantes da EJA. Para isso, como procedimento metodológico: primeiro, descrevemos as observações das aulas, das entrevistas semiestruturadas, realizadas numa escola da rede municipal da cidade de Vitória da Conquista/BA, com alguns estudantes sobre suas trajetórias escolares; depois, a partir dessa descrição, investigamos a aplicação dos conteúdos escolares no cotidiano dos estudantes, sobretudo em suas atividades laborais; em seguida, analisamos a partir das contribuições de Haddad e Di Pierro (2000) as especificidades dessa modalidade da educação brasileira; por fim, para realizar as possíveis transposições teóricas para a compreensão do desenvolvimento da escrita de pessoas adultas, nos ancoramos nos pressupostos de Kohl (2004) da psicologia do adulto e dos estudos de Kleiman e Signorini (2000) acerca da teoria da psicogênese da escrita, de Emília Ferreiro. A nível de resultados parciais, em nosso trabalho pudemos concluir acerca da importância dos conhecimentos psicológicos para a compreensão dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita dos estudantes da EJA, já que tais conhecimentos consideram as diferentes temporalidades da vida (juventude, adultez, envelhecimento humano), de modo a valorizar as singularidades de cada sujeito. Nesse sentido, pudemos ainda perceber a necessidade em se considerar tais aspectos do desenvolvimento humano ao se elaborar políticas públicas destinadas a essa modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Psicologia, Leitura e escrita.

INFÂNCIA, DIREITOS, CIDADE E CIDADANIA: UM DEBATE NECESSÁRIO

Maria do Socorro Pereira Silva
Ana Cláudia Rodrigues Pina
Fátima Nascimento Oliveira
Hortência Pessoa Pereira
Ana Lúcia Castilhano de Araújo

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho apresenta o relato de uma experiência desenvolvida como prática em uma disciplina intitulada Infância e Sociedade do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Vitória da Conquista. A atividade teve como objetivo promover rodas de conversa acerca das temáticas cidadania, direitos e cidade com 16 alunos do 5o ano de uma escola da rede privada de Vitória da Conquista. Tal iniciativa nos permitiu verificar e analisar a noção de cidade e suas possíveis relações com os direitos infantis a partir da percepção das crianças e adolescentes com idades entre 9 a 13 anos, sendo que nove foram do sexo feminino e sete do sexo masculino. Para isso, nos propusemos a escutá-los sobre o que consideravam importante em sua cidade, as mudanças que fariam ou entendiam como necessárias bem como os desejos, anseios, experiências e preocupações acerca dos seus direitos. Com a discussão, vimos que as crianças têm uma percepção realista da cidade em que vivem, tendo consciência de que são sujeitos de direitos e que devem ser assistidos e respeitados. Foram abordadas questões como preocupações com a violência, meio ambiente, gestão pública e crianças em condições vulneráveis e, no que se refere aos seus direitos, foi apontada a necessidade de maior abrangência e segurança nos espaços para suas brincadeiras. As crianças também questionaram direitos a uma educação igualitária e falaram da importância de serem escutadas pelos adultos. Ao serem indagadas sobre suas experiências na cidade, mais uma vez, a questão da violência urbana prevaleceu nos relatos. É válido ressaltar que desde os primórdios pela busca por garantias, legitimação e defesa de direitos e da cidadania, movimentos são historicamente ligados a intensas lutas e ações impulsionadas por grupos sociais no mundo todo. Dentre essas lutas, na década de 90 criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil e desde então, uma série de direitos foram assegurados a este público. No entanto, no que tange à infância e ao reconhecimento da criança como ser de direitos, a discussão ainda se dá de forma indireta e apenas uma limitada parte da população tem conhecimento e acesso aos pressupostos das leis. Dessa forma, é essencial que a sociedade civil tenha total acesso e entendimento sobre o Estatuto e a Constituição Federal de 1988 e ainda é importante que se comprometam a colocá-los em prática. Destarte, entendemos que a discussão sobre o que as crianças elencaram é algo pertinente em seu processo de formação. Considerar as crianças como sujeitos em desenvolvimento interessa à escola e à família como ponto de reflexão e educação, assim como, à sociedade e ao Estado no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para assegurar com prioridade o direito à vida em sua totalidade.

Palavras-chave: Infância; Políticas Públicas; Cidade; Cidadania.

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PROJETO DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL E
INTERFACE COM OUTROS ATORES DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE MAETINGA-BA**

Valdinéia Aragão dos Santos

A Educação, entendida como um espaço complexo no qual coexistem várias forças e estas são influenciadas pela forma como os atores do processo educacional se comportam, faz-se necessário a criação de espaços que favoreçam o diálogo e também a possibilidade de intervenções multidisciplinares, criando uma melhora na qualidade de ensino através de boas práticas de convivência entre todos que fazem parte do ambiente escolar. No município de Maetinga, como em todo país, os reflexos da modernidade líquida, conceito postulado por Bauman (2013), que aponta para a liquidez nas relações e também produz uma crise na educação contemporânea, porque, provavelmente pela primeira vez na história moderna, percebemos que as diferenças entre os seres humanos e a falta de um modelo universal em educação vieram para ficar. Bauman, propõe a interpretação da educação escolarizada como fábrica da ordem, destinada à produção de corpos dóceis, disciplinados e eficientes, e a analisa levando em conta a “transição” da modernidade sólida à líquida (passagem outrora caracterizada pela oposição entre modernidade e pós-modernidade). A conclusão a que chega, é que essa concepção da escola e da educação enfrenta uma grande crise desencadeada pela “falência” das instituições e da “filosofia” herdada da modernidade sólida. Nessa perspectiva, este trabalho sugere compreender as intensas crises que se multiplicam no campo da educação acerca das tendências pedagógicas na contemporaneidade são sentidos, em especial na conduta de alunos, que apresentam os mais diferentes traços comportamentais e necessitam de auxílio, assim como seus pais e professores que tem dificuldades no trato com esses alunos, criando um sistema de instabilidade no contexto educacional. Este Projeto de Intervenção é uma possibilidade que se abre no enfrentamento de tais dificuldades, sem excluir as ações até então desenvolvidas, porém com uma vertente que agregue novas perspectivas no fazer educativo, envolvendo as famílias como ponto de partida e a escola como ponto de chegada, para que seus desdobramentos alcancem todos os sujeitos envolvidos na tarefa complexa de ensinar e aprender lições para toda vida. Como objetivos temos: realizar uma ação interdisciplinar com vistas a reduzir situações que atentem contra os valores da vida e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dignidade da pessoa humana no contexto educacional do Município de Maetinga. Para tanto, é necessário a redução das ações de violência e conflitos no ambiente escolar; favorecimento da participação comunitária, em especial dos familiares de alunos; intervenções multiprofissionais para uma garantia de eficácia nas ações sob múltiplos olhares; realização de momentos dialógicos com os atores do processo educacional: familiares, professores, funcionários, alunos, profissionais, serviços e comunidade; contribuição na aproximação das famílias ao processo educacional com vistas a promoção de um cultura de paz nas escolas que seja extensível aos espaços domésticos; fortalecimento dos vínculos afetivos e melhora na qualidade de saúde mental dos atores envolvidos e no processo de ensino e aprendizagem; contribuição na melhora de comportamentos dos alunos através da disciplina e consequente aumento na aprendizagem dos conteúdos didáticos; sistematização do produto de reflexões através de estudos de caso que permitam vislumbrar possibilidades de intervenções multiprofissionais, articulando a rede municipal de serviços da assistência social, saúde e educação.

Palavras Chave: Psicologia Educacional, Aluno/Família, Educação Pública

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL: PRÁTICA DOCENTE DA PSICOLOGIA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, VITÓRIA DA CONQUISTA

Flávia de Araújo Conceição
Aline Silva dos Anjos
Carmem Virgínia Moraes da Silva

O presente trabalho tem enquanto objetivo partilhar a experiência de uma dupla de estagiárias em uma prática do componente curricular Estágio Específico Supervisionado IV, que faz parte do fluxograma da formação complementar de Licenciatura em Psicologia do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O Estágio teve enquanto proposta desenvolver uma prática docente, visando a vivência em todos os processos em que se constitui a prática profissional, buscando contribuir a partir da articulação dos saberes específicos da área de Psicologia, mais especificamente com os conteúdos em Saúde Mental e Relações Humanas discutidas em componentes curriculares como psicologia e educação; psicologia, saúde e ambiente escolar; e prevenção e promoção em saúde mental, com os conhecimentos didáticos e metodológicos discutidos nos componentes de estudos históricos em educação I e II, política educacional I e II e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



didática, assim como com a atuação na construção de políticas públicas de educação em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos. Iniciou-se com o período de observação da atuação do professor regente em sala de aula; em seguida houve a co-participação da dupla, em parceria com o professor, no manejo da aula; e finalizou-se com a regência. A participação ocorreu em uma turma do curso técnico de Segurança do Trabalho, noturno, que se encontrava no segundo semestre letivo do curso, do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira (CEEPS), em Vitória da Conquista no ano de 2018. Autores ligados ao movimento institucionalista foram utilizados, pois a intervenção visava problematizar alguns tabus que envolvem o assunto, disparando movimentos de inquietação e reflexão nos participantes, através de dinâmicas e rodas de conversa. Os Resultados apontam que a vivência dos dispositivos suscitou momentos de reflexão, de repensar mitos acerca dos transtornos mentais, problematizar e inventar novos modos de se fazer saúde mental, conduzindo à flexibilização das práticas no local.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Educacional; Prática Docente; Licenciatura em Psicologia.

PSICODRAMA COMO RACHADURA DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO COLETIVA

Jéssica Fernandes Pinto
Ana Gabriela Machado

Este trabalho pretende discorrer a respeito da experiência de estágio docência em uma disciplina de Psicodrama como o percurso de tomada do papel de professoras de duas mestrandas. A relevância deste relato está na rachadura que faz aparecer outros “pensares”, propondo uma aprendizagem que atravessa e ativa os corpos, assim como tensiona as relações de saber-poder tão presentes na lógica acadêmica. O conteúdo programático foi pensado e construído coletivamente por três integrantes: as duas mestrandas e a professora-orientadora. A experiência aconteceu na Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante o período de 2018.1 em uma sala de atividades corporais. A disciplina de psicodrama é optativa no currículo acadêmico da graduação de Psicologia e tem um caráter teórico-vivencial, tendo em vista a própria proposta do Psicodrama. Esta abordagem foi desenvolvida por Jacob Levy Moreno e compreende o sujeito como um ser relacional, constituído a partir dos papéis sociais que desempenha. Estes são mais saudáveis quanto

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mais espontâneo e criativo forem, e menos saudáveis quanto mais enrijecidos. O psicodrama é, então, um método de ação sobre as relações sociais o qual busca produzir novos caminhos para as conservas culturais e cristalizações dos papéis a partir do fomento dessa espontaneidade-criatividade. A partir desta perspectiva, a disciplina da graduação emergiu enquanto possibilidade de produção de novos modos de estar no mundo, por meio da aprendizagem e da clínica como ampliação da vida dos sujeitos implicados no processo formativo. O método de ação mencionado permitiu que professora, estagiárias e estudantes experimentassem a cocriação dos corpos e do espaço-tempo, abrindo possibilidades de transformar corpos disciplinados em transbordantes de potências de vida, de maneira a vivenciarem esses conceitos de espontaneidade e criatividade. O psicodrama, portanto, não foi só o conteúdo da disciplina, mas o próprio método de ensino, visto que as aulas aconteciam em aproximação às etapas do psicodrama. Iniciavam com um aquecimento inespecífico e um específico, em sua maioria conduzidos pelos estudantes, seguidos de um compartilhamento e de um processamento teórico com a discussão dos textos sugeridos previamente. Além disso, intercalava-se a essas aulas experiências de teatro espontâneo com psicodramatistas externos para a experimentação de outras formas de se fazer psicodrama. Produziu-se coletivamente, então, um movimento 'psicodramático' aos conceitos instituídos enquanto arcabouço teórico, encarnando-os. Foram eles: espontaneidade, criatividade, cocriação, papel social, papel psicodramático, conserva cultural, ego-auxiliar, diretor, protagonista, teatro espontâneo, encontro, tele. Desse modo, teoria e prática aparecem enquanto não dicotômicas, perpassando os corpos e multiplicando-se na formação, no tornar-se psicólogo - implicado no encontro com o outro.

Palavras-chave: psicodrama; corpo; formação; clínica; coletivo.

PSICOLOGIA E GESTÃO PÚBLICA: ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS DA BAHIA

Erika Andrade de Oliveira

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre o processo de atuação da (o) psicóloga (o) no campo da gestão do Projeto Escola de Conselhos da Bahia, levando em consideração os avanços e as dificuldades da prática nesse espaço. O Projeto visa capacitar 2.368 conselheiros de direitos e tutelares, realizando, nesta primeira etapa, 200 horas/aula,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



na modalidade presencial (160h) e EAD (40h), de forma descentralizada, abrangendo os 27 Territórios de Identidade e os 417 municípios, agrupados em seis (06) Polos de Formação: Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Itabuna, Vitória da Conquista e Barreiras. Neste sentido, a implementação da Escola de Conselhos reveste-se de efetiva relevância social, haja vista que as suas ações visam o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SDGCA), a partir da perspectiva da educação continuada, onde os (as) conselheiros (as) municipais dos direitos e os (as) conselheiros (as) tutelares vivenciarão a construção de um espaço sistemático e permanente de formação. Tal iniciativa busca o fortalecimento da rede de controle, de defesa e de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes frente ao constante cenário de vulnerabilidades e de violações, através da qualificação destes importantes atores do SGDC. Desta forma, a atuação da (o) profissional de psicologia tem se revelado estratégica nesse processo, como tem firmado um importante espaço de atuação da (o) profissional para além da execução terminal da política. Por outro lado, o estabelecimento dessa prática está permeado por dificuldades que vão desde os trâmites internos de funcionamento da Administração Pública, até a compreensão do lugar e das atribuições da (o) psicóloga (o) no campo da gestão pública.

Palavras-chave: Política da Criança e do Adolescente. Gestão Pública. Escola de Conselhos. Atuação da (o) psicóloga (o).

PSICOLOGIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: *UM RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Brenda Luara dos Santos Souza
Ester Maria Figueiredo Souza

Este relato é material que subsidia uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com a temática “educação e práticas educativas sócio-comunitárias”. Destarte, visa analisar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sobre a ótica da Educação Libertadora de Paulo Freire. Para Freire a educação é libertadora na medida em que o oprimido não busque ser um opressor e, para isso, é preciso devolver a palavra ao oprimido. Nesse sentido, o SCFV foi implementado como forma de superar os resquícios de clientelismo silenciador na assistência social, ao prezar a convivência para o vínculo, garante que o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ponto de partida de ação seja ouvir a comunidade. Essa experiência foi em um município circunvizinho, onde o diagnóstico sócio territorial ainda estava em desenvolvimento. Dessa forma, foi fundamental dividir com as crianças (ciclo de 10 à 12 anos) a autoria do projeto de ação, fomentando assim três momentos essenciais: 1) cada criança deveria escrever em um pedaço de papel uma pergunta ou um tema que tinha curiosidade, mas que não sabia como ou tinha receio de perguntar em outros espaços, ou até mesmo que já tenha tocado no assunto, mas a resposta não tenha sido satisfatória. O papel seria dobrado e depositado numa caixa de forma que ninguém saberia a autoria das perguntas; 2) uma cartolina foi utilizada como um painel onde foi exposto o contrato de convivência, ou seja, as regras para o grupo, criadas basicamente pelas crianças a partir de algumas provocações da facilitadora; 3) ao perceberem aquele espaço como de esclarecimento e trocas de opiniões, as usuárias pediram para que fossem colhidas novamente as perguntas. Saindo de temas gerais e comuns, para questionamentos mais intensos e próximos de cada uma. Dessa forma, no primeiro momento ainda havia a percepção daquele espaço como bancário, no qual alguém deposita conteúdos, para um espaço de troca (diálogo). O primeiro momento foi marcado por receio e pouca implicação, até o segundo momento, ao perceberem na *práxis* o diálogo, gerou-se uma implicação como resposta. De modo geral, para Freire é fundamental o papel da palavra como *práxis*, resultado da ação e reflexão humanas, na desconstrução do medo. A palavra era minha enquanto facilitadora e delas enquanto usuárias do SCFV e daquele momento. Com o vínculo, gerado na convivência, suas vontades foram se manifestando. A relevância desse relato está na compreensão de outras práticas de aprendizagens e em outra política pública. Reforçando a escuta não-terapêutica como um instrumento de trabalho essencial da psicologia comunitária, o que possibilitou entender as necessidades daquele grupo e o como as crianças a apreendem aquela comunidade. Ao se perceberem ouvidas, novos conteúdos foram se apresentando e o saber técnico, tão importante quanto o saber comunitário, se aprimorando numa perspectiva dialógica de aprendizagem e afirmação. De volta a Freire, a palavra não é privilégio de alguém, mas m direito de todos. E devolver a palavra, é oportunizar falar e garantir a escuta. Assim deve ser uma educação libertadora.

Palavras-chave: educação, comunidade, convivência, vínculo

**PSICOLOGIA ESCOLAR E SEU DESAFIO NUMA INSTITUIÇÃO DO
INTERIOR BAIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ariel Dantas Barbosa

A escola contemporânea ainda é estruturada para quem se enquadra dentro de um modelo sugerido por uma sociedade, que discrimina e repulsa tudo que é diferente dos padrões sociais hegemônicos. Nesse cenário de construção e desconstrução, imerso de identidades, subjetividades, apresenta-se como campo de atuação desafiadora para o psicólogo escolar, na medida em que este tem a tarefa de construir um mapa educacional para a escola de maneira mais humanizada, agindo sempre nos bastidores, com o intuito de agregar novos valores educacionais compreendendo a relação das subjetividades e práticas escolares com o objetivo de favorecer uma práxis pedagógica inclusiva. A pesquisa foi realizada através de uma experiência profissional, no ambiente escolar de uma instituição do interior da Bahia, compreendendo por sua observação direta as formas que são tratados os discentes e como os conteúdos de cunho social são abordados e as dificuldades dos professores em lidar com assuntos e situações, como homofobia, racismo e intolerância religiosa, observando e vivenciado esses comportamentos cotidianos. O trabalho então tem o objetivo de trazer reflexões sobre os desafios profissional ao que se refere a políticas públicas educacionais de assuntos ligados a questões de gênero, sexualidade e religião, em especial de matriz africana dentro da escola e as resistências dos professores em discutir esses temas na instituição e apresentar os métodos e estratégias utilizados enquanto profissional psicólogo para a inserções desses temas sociais, de relevante importância não só para a sociedade, mas para o próprio indivíduo e como o psicólogo pode auxiliar para a visibilidade e enfrentamentos dos mesmos, voltados à promoção de práticas educativas ancoradas nos pressupostos dos direitos humanos. Dessa forma a psicologia nesse cenário pode contribuir de maneira singular para um desfazer colonial, dialogando e fomentando novos saberes que emergem desses ambientes. Pensando e repensando essas práticas com objetivo de discutir processos que modifiquem a escola, tornando-a um ambiente saudável e de inclusão social.

Palavras-chave: Psicologia. Escola. Políticas Públicas. Desafios.

PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ARTICULAÇÃO ENTRE O SABER PSI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Carlla Jamile Santos
Ingrid Dias

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Jaqueline de Lima Braz Santos
Luana Souza

A escola é meio privilegiado da educação na atualidade. Nela emergem os fenômenos vividos na sociedade. Há muito tem se discutido sobre os profissionais que atuam nesta esfera. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) é função da Educação Básica aprimorar o educando como pessoa humana. A partir de tal determinação problematiza-se a formação dos professores para dar conta de aspectos subjetivos que escapam as referências de normalidades instituídas pela sociedade. O presente trabalho consiste em um relato de experiência do II Colóquio de Psicologia Escolar/Educacional, promovido pelo Grupo de Trabalho Psicologia e Educação de Salvador (GTPE/SSA), do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com o tema: A atuação psi na formação de professoras (os). O evento aconteceu em 19 de maio de 2018, com duração de 4 horas, e contou com mesa redonda com quatro convidados. O objetivo central foi trazer as contribuições da Psicologia na e para a formação de professores. Para colaborar com a temática o encontro contemplou diferentes atuações de psicólogos (os) do estado da Bahia e de fora do estado que trabalham com essa formação, a saber: cursos de licenciatura e pedagogia, pós-graduações, e processos formativos nas escolas. É sabido que as políticas públicas devem priorizar o combate às desigualdades sociais e a garantia de direitos. No que se refere à educação estão relacionadas à regulamentação e orientação dos sistemas de ensino. De acordo com o Plano Nacional de Educação (2014/2024): a União, os Estados e os Municípios devem assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior. Além de lhes garantir formação continuada e formação em nível de pós-graduação. O Colóquio colaborou para contemplação dessas metas e das Referências técnicas para atuação de Psicólogas (os) na educação básica (CREPOP, 2013), prevendo que juntos professores e psicólogos (os) devem contribuir para o entendimento das questões referentes às políticas educacionais e suas implicações no trabalho docente. Sua realização reafirma os objetivos do GTPE de: promover espaços de discussões coletivas para a difusão da referência técnica supracitada; promover articulação entre a Psicologia e as políticas públicas de educação; e garantir o debatido de forma que possibilite à categoria o acesso a eles.

Palavras-chave: políticas públicas; formação de professores; psicologia.

**REFLEXÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM PSICÓLOGO ESCOLAR/EDUCACIONAL**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ícaro Macêdo

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de intervenções de enfrentamento à desigualdade de gênero por um psicólogo atuante na Rede Municipal de Educação de Floresta Azul/BA, em uma escola pública de educação básica. O relato aqui desenvolvido retrata o compromisso do profissional de Psicologia em basear a sua prática profissional no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. As atividades desenvolvidas na escola objetivaram problematizar as concepções que alunas e alunos mantêm sobre ser Mulher e ser Homem na sociedade, conceito de Estereótipo e Gênero; pensar de forma crítica como esses elementos entrecruzam as interações humanas e trajetórias escolares, favorecendo o entendimento acerca dos abismos entre homens e mulheres e a realidade da desigualdade de gênero. A metodologia utilizada para os encontros foram baseadas na realização de oficina, leitura de livro e discussão coletiva, estratégias que exigiram a construção de um momento de desconstrução de ideias discriminatórias e estereotipadas, o que culminou na definição de um terceiro período no qual houve identificação e conhecimento por parte do alunado de profissionais da comunidade com o exercício de funções que questionam as barreiras de gênero, superando a cultura patriarcal e machista. Os resultados apontam no sentido de que ações relativas ao tema Sexualidade, Gênero e Afins devem estar presentes na formação e atuação da (o) profissional de Psicologia o que contribui para a defesa de uma educação menos discriminatória, acolhedora e inclusiva, favorecendo a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Psicologia, Escola, Igualdade de Gênero

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DOCÊNCIA EM PSICOLOGIA EM UMA ESCOLA DO SUDOESTE BAIANO

**Ana Luiza Ribas Carvalho
Milena Cordeiro Barbosa
Carmem Virgínia Moraes da Silva**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A docência no ensino médio e técnico como atuação da(o) profissional licenciada(o) em Psicologia no Brasil é uma prática emergente que envolve desafios e questionamentos, tanto da(os) psicólogas(os) quanto das instituições de ensino. Este trabalho trata-se do relato de experiência de estágio docente supervisionado, referente à Formação Complementar de Licenciatura do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, desenvolvido em um colégio de formação técnica na cidade de Vitória da Conquista – BA: o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira - CEEPS, com uma turma matriculada no período noturno, no curso técnico em Segurança do Trabalho. O estágio foi composto de três etapas, observação, coparticipação e regência, as quais ocorreram na disciplina de Relações Humanas. Foi percebido, desde o primeiro contato com a docente da disciplina, que haviam peculiaridades próprias dos estudantes que optavam por estudar à noite. Esta informação da professora se confirmou nas aulas acompanhadas, tratava-se de uma turma em que haviam 16 estudantes matriculados, sendo que frequentavam cerca de 10 deles. Além disso, observou-se que os alunos tinham mais de 18 anos e trabalhavam durante o dia, isto foi verificado no vestuário de alguns e na fala dos demais. Apesar da aparente dificuldade em leituras, notou-se bastante participação dos estudantes em sala de aula através de questionamentos e relatos de vivências pessoais. Diante desta experiência é possível afirmar que há diferenciais do profissional de Psicologia ministrando disciplinas no ensino técnico, pois, ao se ter um olhar psicossocial sobre a realidade, é possível desenvolver uma prática de ensino que leve os discentes a refletirem sobre si mesmos diante do seu processo formativo de técnico. Quanto às especificidades da disciplina de Relações Humanas, foi possível contribuir com as discussões que envolviam a conformidade nas relações, a Psicologia Social, as diferentes percepções dos sujeitos sobre si e sobre o outro e as relações intergrupais, considerando que tais conteúdos compõem o processo de formação da(o) bacharel em Psicologia. Neste sentido, é importante ressaltar que a instituição educacional não conta com licenciados em Psicologia no processo de docência das disciplinas que deveriam ser ministradas por profissional com essa formação. Assim, trata-se de um desafio a construção de políticas públicas que legalizem a prática aqui relatada.

Palavras-chave: Docência em Psicologia. Estágio Supervisionado. Formação Complementar.

**OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO
DE VIDA DE ALUNOS SURDOS DO RECÔNCAVO BAIANO**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Náguila Lainy Oliveira Santos
Thays de Paula Botelho de Araújo
Mariana Leonesy da Silveira Barreto

Há diferentes pesquisas que demonstram a importância em discutir sobre o processo de construção de identidade do indivíduo com deficiência auditiva, especialmente porque o surdo foi percebido de diferentes maneiras ao longo da história. Por muito tempo, o indivíduo com surdez sofreu preconceito e foi excluído do contexto escolar de modo que nem sempre eles eram atendidos em seu direito à educação. O processo de exclusão em relação ao indivíduo com deficiência auditiva é importante de ser discutido frente ao processo de atuação do psicólogo escolar, uma vez que nem sempre este indivíduo é atendido a partir da perspectiva da educação inclusiva. As políticas públicas relacionadas com a inclusão escolar começaram a ser veementemente debatidas a partir da Declaração de Salamanca (1994), a qual indicava a necessidade de incluir todos os indivíduos com deficiência na rede regular de ensino. Atualmente, ainda há um baixo índice de estudantes com deficiência auditiva que ingressam no ensino superior e estes indivíduos nem sempre estão conscientes dos seus direitos. Há um processo de exclusão social da criança surda de modo que os processos inclusivos são difíceis de serem alcançados. Levando esta realidade em consideração, o presente trabalho consiste em um relato de experiência que teve como objetivo contribuir para o processo de inclusão social de crianças surdas, a fim de sensibilizar os estudantes sobre os seus direitos de inclusão social e educacional, bem como, criar uma discussão sobre o projeto de vida destes estudantes e possibilidades de inserção profissional e acadêmica. Para a realização deste trabalho foram realizados quatro encontros com quinze atores sociais, sendo que 14 eram estudantes surdos e uma professora. A idade dos participantes variou entre 12 a 42 anos. Os encontros foram realizados tendo como meio de comunicação a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O primeiro encontro teve como objetivo conhecer a realidade de vida dos alunos, e promover a apresentação pessoal. O segundo encontro teve como finalidade promover o conhecimento de profissões através de recortes de revistas e da confecção de murais. Já no terceiro encontro foi realizada uma apresentação mais detalhada das profissões, tendo sido convidada uma aluna surda concluinte de um curso do ensino superior para compartilhar as experiências por ela vividas, bem como seus desafios e vitórias vivenciadas em seu processo de escolarização desde o ensino básico à conclusão do curso na faculdade. Nosso último encontro foi marcado por uma feira de profissões, em uma instituição de ensino



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



superior do Recôncavo Baiano, com o objetivo de fazer conhecidos, aos alunos surdos, aos familiares e aos professores, ambientes de trabalho de algumas das profissões apresentadas nos encontros anteriores. Como resultado, os alunos relataram estarem satisfeitos e gratos pelas atividades realizadas, e muito felizes por terem tido a oportunidade de conhecer os espaços profissionais da IES. É certo que ainda há muito que fazer para que a inserção desses alunos seja efetiva. Conclui-se, portanto, que a psicologia escolar pode, juntamente com as políticas públicas, desenvolver ações e práticas a fim de contribuir na construção do projeto de vida desses alunos.

Palavras-chave: Inclusão Social, Surdez e Projeto de vida.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA SEGUNDO GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS.

Hétone Rodrigues Rocha

Igor Andrade Santos

Lígia Maria Portela da Silva

Walace Souza Cruz

O presente trabalho é resultado de estudo e prática desenvolvidos em componente curricular do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por estudantes do terceiro semestre da referida graduação. Objetivou efetuar um levantamento das Representações Sociais (RS) sobre adolescentes e a adolescência, segundo gestores de cinco escolas públicas da cidade de Vitória da Conquista, Pradoso (distrito de Vitória da Conquista) e Iguai, municípios da região Sudoeste da Bahia. Os cinco sujeitos que compuseram a amostra desta pesquisa, sendo quatro diretores e uma coordenadora pedagógica, foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram transcritas e, posteriormente, analisadas sob pressupostos do método de Análise de Conteúdo de Bardin, de acordo com a discussão de Campos (2004). Desse modo, as categorias não apriorísticas correspondentes às RS encontradas foram alocadas em três subcategorias: *comportamento dos adolescentes*, *visão geral da adolescência* e *expectativa de futuro*. A discussão a respeito dos dados foi baseada nas considerações de autores como Erikson (1987), Sá (1993), Jodelet (1998), Arpini (2003), Moscovici (2003; 2012), entre outros. Concluiu-se que as RS sobre o comportamento adolescente e sobre a adolescência estão perpassadas por aspectos das ciências naturais e psicológicas, relacionados

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



principalmente às categorias nomeadas por *fase de mudança* e de *construção da identidade*, visões mais presentes no município de Iguai. Os ditos comportamentos inconstantes dos adolescentes foram relacionados à incompletude da maturação neural, bem como ao fato de os hormônios dos adolescentes estarem à flor da pele. Em Vitória da Conquista e no distrito de Pradoso as RS mais frequentes estão alinhadas às ideias de sujeitos *confusos* e *rebeldes*, respectivamente. Ademais, as *expectativas de futuro* projetadas sobre esses adolescentes, em Iguai, estão aliadas às ideias de futuro *brilhante e ético*, noções relacionadas ao âmbito profissional que esses alunos poderão seguir. Já em Vitória da Conquista, essa subcategoria foi preenchida pelas RS de *crescimento profissional* e *sucesso*, acompanhadas, contudo, pelo temor diante do avanço do crime organizado em relação aos muros escolares. Sendo assim, observa-se a importância das políticas públicas de educação no âmbito da educação básica e da participação do conhecimento psicológico em sua elaboração, implementação e acompanhamento. Tais políticas, atuando como promotoras de diálogo entre os sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar contribuirão para o desenvolvimento de relações sociais em sintonia com a promoção e garantia de direitos.

Palavras-chave: adolescência; educação; representações sociais, políticas públicas.

SEXUALIDADE EM ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN NA PERSPECTIVA DOS PAIS

**Karla Santos Meira
Larissa Meira Santana**

A sexualidade é algo que faz parte de todo ser humano independente se este possui necessidades especiais ou não, essa pesquisa se faz necessária pela complexidade dessa temática por estar associada com tabus que fazem parte da construção social do sujeito em geral. O objetivo geral da pesquisa foi analisar quais os significados que os pais atribuem à sexualidade dos seus filhos com Síndrome de Down, como objetivos específicos: Identificar as estratégias de abordagem dos pais em relação à sexualidade dos filhos com Síndrome de Down; Verificar como é vivenciada a sexualidade dos adolescentes com Síndrome de Down através da perspectiva dos pais; Examinar se os pais dos adolescentes com Síndrome de Down planejam um projeto de vida para seus filhos. A metodologia utilizada foi qualitativa, foram feitas entrevistas semiestruturadas com quatro pais que têm

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



filhos adolescentes com Síndrome de Downna faixa etária entre 13 a 18 anos. Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo de Bardim, foram estruturadas quatro categorias de análises, em que três contêm subcategorias, sendo a primeira categoria Transformações corporais e autonomia, trazendo como foi difícil esse processo para os pais das mudanças corporais de seus filhos e como ainda é limitada a autonomia desses adolescentes, a segunda Perspectivas dos pais sobre a sexualidade dos filhos, onde relataram as dificuldades em se ter um diálogo sobre o assunto com os filhos, a terceira categoria Vivência da sexualidade, a um corte desses pais em aceitar e permitir que esse adolescentes viva a sua sexualidade, e a última categoria Projeto de vida, maioria dos entrevistados relatam o desejo de seus filhos viver sua independência e ter sua própria autonomia de viver o que eles desejarem como qualquer outro cidadão. As considerações finais apontam que existe pouco conhecimento dos pais em relação à temática, dificuldade de falar do pouco que entendem, bem como auxiliar seus filhos de maneira que compreendem ser melhor para os mesmos, tendo como uma possibilidade uma proposta de pesquisa para trabalhar com esses pais questões psíquicas e emocionais de adolescentes com Síndrome de Down, para facilitar a compreensão desse sujeito.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Adolescência. Sexualidade.

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE OS DIAGNÓSTICOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: UMA BREVE REFLEXÃO.

Agda Lopes Rodrigues

Este artigo foi desenvolvido a partir de um trabalho interdisciplinar realizado no curso de graduação. Propondo uma breve reflexão sobre a classificação nosológica e suas possíveis consequências no campo da escolarização, bem como seus reflexos no processo de aprendizagem e socialização do sujeito. Mostrou-se relevante por ser um objeto de estudo que vêm sendo tratado no campo das ciências humanas, considerando ainda a preocupação que o mesmo têm levantado na contemporaneidade devido suas possíveis consequências vindouras. Estamos sendo convencidos de que a diferença, o questionar, o sonhar é um problema. Certamente quando se nega a existência da alteridade, a qual enfaticamente produz a ideia errônea, que alega os comparativos: os iguais ao sentido de normalidade e o que se opõem, se diferem, dizem respeito a não normalidade. Com tudo a relevância desse

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



trabalho justifica-se pela contribuição que oferece para uma reflexão de uma prática mais humanizada quanto ao processo de escolarização. Práticas que levam profissionais a patologizar os comportamentos que fogem da padronização e homogeneização estabelecida, que naturalizam o homem. É pautando-se numa visão crítica a respeito do uso de diagnósticos que objetivou-se reconhecer os aspectos que estão envolvidos no aumento da classificação nosológica, suas intervenções e consequências, bem como os fatores que influenciam seu uso nas relações psicossociais. Dessa maneira, foi realizada uma pesquisa metodológica de abordagem qualitativa, de estudo narrativo-descrito, como resultado de uma busca de artigos científicos que ocorreram mediante a investigação eletrônica em base de dados da LILACS, SCIELO, MEDLINE, BVS, livros, sites e revistas. Optou-se por publicações mais recentes, com propósito de ter material atualizado possibilitando uma reflexão contemporânea sobre o tema. Em suma, a problemática apresentada incide nas possíveis consequências desenvolvidas pelo uso da categorização diagnóstica no processo de escolarização. Como resultados das discussões realizados ao longo da pesquisa, concluiu-se que para uma compreensão da categorização como um desdobramento eminente do processo de patologização e classificação das dificuldades educacionais, exige um distanciamento de práticas excludentes, considerando um olhar crítico e intelectual para desenvolvimento de novos posicionamentos. Dessa forma, o papel do psicólogo é de fundamental importância, buscando, sobretudo, romper com essas práticas patologizantes, adotando uma visão ampliada e holística do sujeito, compreendendo-o a partir de uma visão biopsicossocial, reconhecendo que há uma necessidade de mudança, para uma adaptação da instituição educacional ao aluno e não o seu contrário. Exige, sobretudo, uma construção intelectual crítica para a ampliação de novos posicionamentos de educadores e profissionais da saúde em relação à sociedade, à educação e ao desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Atuação profissional; Escolarização; Diagnóstico.

UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE GUANAMBI E CAETITÉ BAHIA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

**Andressa Laiane Santos Oliveira
Dalva Araújo de Jesus
Edilene Magalhães Nunes**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Edith de Paula B. Matos
Keila Patrícia Souza Lacerda

A educação infantil de qualidade é um direito firmado na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para que esse direito seja efetivado, o Estado necessita desenvolver ações que se materializam por meio das políticas públicas. Tais políticas cumprem o papel de assegurar uma educação e desenvolvimento de qualidade às crianças, o que requer planejamento de infraestrutura, espaços, mobiliários, materiais apropriados, investimento na capacitação de profissionais, elaboração de planos curriculares, entre outros (BRITO, 2012). Barbosa e Souza (2012) defendem que o processo de aprendizagem é influenciado por uma multiplicidade de fatores intervenientes, tais como os citados por Brito (2012), de modo que, o “não aprender” está relacionado a toda uma produção do fracasso escolar, mas que recai em forma de queixa sobre o aluno que “não aprende”. Assim, a carência de suporte que corresponda com a proposta pedagógica influencia negativamente sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Partindo do ponto de que as políticas públicas para educação infantil visam oferecer as condições necessárias para a promoção de uma educação que facilite os processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil, o objetivo desse trabalho foi avaliar se as creches dos municípios de Guanambi-Ba e Caetité-Ba fornecem as condições estruturais necessárias, conforme o previsto na legislação. A pesquisa foi realizada em duas creches e nas Secretarias de Educação, em novembro de 2015. Foi utilizada a entrevista semiestruturada para a coleta de dados e, posteriormente, foi feita a análise dos dados apanhados. Utilizou-se a abordagem de cunho marxista que focaliza as instituições como ferramentas de transformação social e efetivação de direitos (RODRIGUES, 2013). Os resultados demonstram que embora as creches possuam local público e disponibilizado pela prefeitura, carecem de estrutura física adequada. Na cidade de Caetité-Ba a creche atende um número de 82/83 crianças, ao passo que em Guanambi, com quase o dobro da população, atende apenas 70/75 alunos, pois a estrutura não comporta um número maior. A mobiliária se mostrou defasada na creche de Guanambi-Ba, com poucas carteiras, quadro a giz e espaço insuficiente para armazenamento do pouco material didático possuído. Já na creche da cidade de Caetité-Ba, a mobiliária se mostrou adequada. Os recursos didáticos são escassos em ambas as instituições e não contemplam as necessidades dos alunos. O número de funcionários aparenta ser insuficiente em ambas, entretanto, são qualificados para os cargos exercidos. Os recursos financeiros se mostram insuficientes para a manutenção das creches, pois o Fundo Nacional de Educação repassa

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma quantia entre 2.000 a 2.700 reais (anual) em ambas as instituições. A partir dos dados levantados, percebe-se que não foram constatadas, em ambas as políticas, as condições necessárias descritas por Brito (2012) para uma educação de qualidade, que facilite o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Tais resultados corroboram com a ideia de Pereira (2012), segundo a qual o poder público tem negligenciado a efetivação do direito a uma educação infantil de qualidade, que promova um desenvolvimento e aprendizagem significativa, conforme previsto na legislação.

Palavras-chave: Políticas públicas; Creche; Educação; Aprendizagem.

UMA REVISÃO DA LITERATURA: O DISCURSO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Chesley Santos Quaresma

O presente trabalho propõe apresentar uma problematização acerca do processo de formação dos professores de licenciatura com relação ao tema educação especial, objetivando explorar os discursos que se tem produzido a esse respeito no campo das formações acadêmicas. Partindo do ponto de vista, de que a escola é o lugar de potencialização do indivíduo enquanto agente ativo em construção de sua realidade, se faz importante pensar quem são e como estão sendo instruídos esses outros agentes por trás desse processo potencializador. No caso o professor, aquele a quem é depositado o dever de instruir e educar formalmente os alunos para o futuro. Mas, será que eles estão sendo preparados para essa tarefa quando se trata de um público com necessidades educacionais diferenciada, ou seja, deficiências múltiplas, autismo, surdez, dentro outros? Entendendo que o número de matrículas desse público tende a crescer muito com os avanços gerados pelas leis existentes e quebra de alguns paradigmas sociais. É neste aspecto onde a pesquisa se depara com seu objeto e, tem o desafio de conseguir gerar algum conhecimento, ou pelo menos inquietação sobre a temática, que consiste em uma investigação qualitativa na modalidade revisão bibliográfica acerca dos discursos, nas produções acadêmica de artigos e/ou periódicos dos últimos nove anos, em revistas digitais de cunho educacional bem com no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES, que responda às perguntas: o que se produz sobre educação inclusiva quando se pensa a formação do profissional da educação nas licenciaturas, e como essa produção vem impactando sua atuação profissional? Entendendo que o último



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



disposto de lei de amparo e garantia de direitos às pessoas com deficiências e, que continua a pensar o acesso desses sujeitos ao contexto escolar através do princípio de uma escola inclusiva, deu-se em 2015 com a LEI Nº 13.146/15. Propõe-se então, averiguar o que tem sido trabalhado no âmbito da formação e capacitação dos professores em se tratando de educação inclusiva. Os resultados obtidos mostram que existe uma concordância em relação a importância de se debater as formas de se superar o quadro atual de desassistência ao processo de inclusão, que não se limita somente a garantia de acesso ao aluno de inclusão no ensino regular, mas fomentando cada vez mais dentro dos espaços acadêmicos em suas estruturas pedagógicas e curriculares a importância de se debruçar sobre o tema frente ao seu sucateamento. É possível concluir que apesar de haver um movimento de entendimento quanto à importância de se propor novas práticas, novas tecnologia de ensino que supere os velhos paradigmas educacionais, segregacionistas e excludentes, ainda há um movimento pequeno de produções a esse respeito.

Palavras-chave: Escola inclusiva. Formação de professores. Saberes na licenciatura.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO D - PSICOLOGIA E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(RE) PRODUZINDO CUIDADO: ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O JUNTO AOS FAMILIARES CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Flávia dos Santos da Silva de Oliveira
Juliane dos Santos Almeida

O presente trabalho teve como objetivo discutir sobre a atuação da psicologia no campo da saúde mental, mediante o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, a fim de compreender a família como cuidadora de pessoas com Transtornos Mentais. Desta forma, foi realizada uma busca minuciosa de artigos em sites específicos a partir de descritores relacionados com o tema proposto, como também a busca manual de livros e cartilhas referentes ao tema. Trata-se de um estudo narrativo-descritivo, com abordagem qualitativa. A revisão de literatura mostrou que com o processo da reforma psiquiátrica, muitos avanços foram conquistados no campo da saúde mental, como por exemplo, a inserção da família no processo de cuidado, que fez com que a Psicologia se inserisse neste cenário produzindo e desenvolvendo práticas e saberes que invista, cada vez mais, nos sujeitos e em seus recursos possíveis e não meramente como reprodução de modelos engessados e estereotipados. A atuação da/o psicóloga/o consiste em potencializar o grupo em suas reais capacidades, e auxiliá-los a encontrar a solução pela busca de recursos emocionais (PADUA; RODRIGUES, 2013; DOMINGUES; ALVES; CARMO; SILVA; GALVÃO; SILVA; TEXEIRA; SANTOS; BALDOINO, 2013), assim como, também orientar para os benefícios da divisão dos cuidados com os familiares, para a participação ativa de todos os membros de modo a não sobrecarregar apenas uma pessoa, propiciando um espaço para que papéis sociais e familiares sejam questionados e refletidos e assim, descristalizados (PADUA; RODRIGUES, 2013; AMARANTE, 2007). Desta forma Brasil (2004), ressalta sobre importância da expansão das práticas *psis* acrescentando atividades visando à promoção de saúde, de acordo com os objetivos de funcionamento das instituições em que estão inseridos, desempenhando atividades conforme as demandas da população, colaborando e adquirindo “saberes” de outros profissionais envolvidos na área. De forma que possa viabilizar a “reintegração” e a “ressocialização” dos usuários e das famílias por meio do cuidado contínuo. Com isto, espera-se que tais reflexões contribuam para o crescimento do debate acerca da psicologia no âmbito das políticas públicas de saúde,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



especialmente no campo da saúde mental. Ademais, tem o potencial de sugerir ideias fecundas em Psicologia para novos estudos e delineamentos metodológicos.

“GENTE ESPELHO DA VIDA, DOCE MISTÉRIO”: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS EM SALVADOR - BA

**Candice Santana Souza de Oliveira
Paulo Henrique Cerqueira Gonzaga**

O presente trabalho tem como objetivo identificar os entraves no acesso da população em situação de rua à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com base na atuação de 02 psicólogos/as em Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), localizados em diferentes territórios da cidade de Salvador-BA. A metodologia é fundamentada em relatos de experiência que visa o compartilhamento e articulação das vivências profissionais- ora distintas, considerando as trajetórias e territórios de atuação/circulação de cada um, ora semelhantes, considerando os princípios, ideais e os lugares que ocupam enquanto operadores de políticas públicas. É possível perceber que o acesso da população em situação de rua às políticas públicas de saúde ainda é um obstáculo para o cuidado dessa população que têm seus direitos negados e violados de forma sistemática. Apesar da Política Nacional para a População em Situação de Rua e a Constituição Brasileira garantirem o acesso deste grupo ao SUS, não é isso que podemos perceber na prática. O que pôde ser observado é que a população em situação de rua não goza de pleno acesso a grande parte das políticas públicas devido a aspectos de dimensões sociais, políticas, raciais, estruturais e de gestão pública. Esses aspectos estão ligados a dificuldade que vão desde o acesso para retirada de documentos, como o cartão SUS, por exemplo, a discriminação de acessar aos serviços que compõem a rede por conta do estigma em torno da pessoa em situação de rua, racismo institucional, sucateamento e falta de equipamentos da RAPS e a falta de estrutura do Centro POP para viabilizar a articulação com os equipamentos da rede. Desta forma, é possível inferir que as política pública de saúde, bem como a RAPS, não garantem o acesso universal à população. Faz-se necessário a construção de resistência popular em defesa das diretrizes fundamentais do SUS e SUAS, bem como o fortalecimento do controle social, através do acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: População em Situação de Rua, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Acesso.

A ARTICULAÇÃO ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO NA PRÁTICA DE ATENDIMENTO INFANTIL EM UMA CLÍNICA-ESCOLA

Carmem Virgínia Moraes da Silva (NUPPSI/UESB)

Ana Lúcia Castilhano de Araújo (NUPPSI/UESB)

O presente trabalho objetiva discutir uma proposta de articulação entre ensino/pesquisa/extensão desenvolvida em um projeto de atendimento clínico infantil realizado durante dois semestres letivos no Núcleo de Práticas Psicológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – NUPPSI/UESB, campus de Vitória da Conquista, espaço que integra a rede de atenção e defesa da criança e do adolescente do município. É importante sublinhar que a crescente procura por atendimento psicológico encontra como barreira a insuficiência das políticas públicas voltadas para o atendimento infantil. Assim, para atender uma demanda que constava na lista de espera por atendimento na clínica-escola do curso de Psicologia da UESB em busca de avaliação psicodiagnóstica e/ou acompanhamento psicoterápico, foram propostos dois projetos conjuntos de extensão, quais sejam: 1) Triage e Grupo de Apoio em Queixas Escolares com Foco em Orientação Psicopedagógica e 2) Triage e Grupo de Apoio em Queixas Escolares com Foco em Orientação Psicológica, sob coordenação e supervisão de duas professoras psicólogas, com a previsão de colaboração de 16 discentes de Psicologia oriundos das quatro instituições de educação superior da cidade, que ofertam o referido curso. Como critério de seleção dos discentes estabeleceu-se que tivessem cursado disciplinas que discutem o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, o processo de aprendizagem, as necessidades educacionais especiais e a interface Psicologia/Educação, na perspectiva de que tais componentes servissem como base de sustentação da prática. A metodologia proposta para o trabalho previa que os contatos com as crianças, famílias e escolas fossem realizados pelos discentes. Para isso, era necessário conhecimento anterior, assim como as leituras complementares sobre os temas centrais da intervenção (foco dos componentes curriculares estabelecidos como pré-requisitos) e serviriam como ancoragem teórico/metodológica da prática, a partir dos pressupostos da gestalt terapia e da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



abordagem sócio-histórica. Ao longo da prática, na medida em que os processos de conhecimento sobre as crianças eram constituídos, discutidos e analisados, constituíram-se como material de pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório que atenderam aos objetivos de: entender as queixas provenientes das crianças atendidas, relacionando-as às teorias da Psicologia do Desenvolvimento; identificar os arranjos familiares das crianças atendidas; apresentar as percepções e impressões de crianças sobre suas escolas; compreender a participação das crianças em seu processo terapêutico. É possível considerar que as ações que envolveram as práticas do projeto articularam de forma direta os diversos conteúdos dos componentes curriculares Psicologia do Desenvolvimento I e II, Teorias da Aprendizagem, Psicologia e Educação e Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais, além de articulações indiretas de outro grupo extenso de componentes curriculares. E, finalmente, ressaltamos a oportunidade para os discentes na obtenção de experiência com crianças oriundas da comunidade e seus contextos que, como dissemos anteriormente, é um serviço que ainda não está consolidado no município. A sistematização do conhecimento gerado por este trabalho sob a forma de pesquisa mostra uma atividade com caráter de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e pode ser considerada balizadora dos serviços do NUPPSI à comunidade, assim como fonte de pesquisa nas áreas de saúde e educação.

Palavras-chave: Atendimento infantil; Clínica-escola; Extensão; Pesquisa.

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE DIREITOS DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA

**Ana Lucia Castilhanho de Araujo
Otávio Ribeiro Lago**

Apresentamos neste resumo alguns resultados de pesquisa exploratória realizada em 2017 nas unidades da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente em Vitória da Conquista. Justifica-se este estudo diante da importância de fundamentar a discussão sobre direitos da criança no campo da psicologia, incluindo o conhecimento sobre a população assistida no SUAS e sobre as concepções que orientam o trabalho realizado. Parte da concepção que orienta o presente trabalho se ampara no pressuposto de que a psicologia necessita sair da ordem histórica elitista voltando-se para o trabalho com políticas públicas, em consonância com as reflexões de Bock (2015). A pesquisa objetivou investigar e analisar a concepção de profissionais da rede sobre o conceito de infância, a proteção e os

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



principais direitos das crianças que, em sua concepção, orientam o trabalho realizado. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, investigou-se por que a criança necessita de proteção e como a instituição realiza essa proteção. Apesar do estudo se dirigir às instituições, a abordagem foi focalizada nas falas dos profissionais, não sendo solicitada consulta a nenhum documento ou estatuto que definisse as questões propostas de forma oficial. A finalidade era perceber qual a concepção de infância, direito e proteção que orientava os profissionais. Foram feitas visitas às instituições governamentais e não-governamentais que compõem a rede de atenção à criança. Na segunda parte da pesquisa, os objetivos foram investigar a concepção e a atuação das unidades entrevistadas no campo dos direitos da criança, incluindo o trabalho junto às famílias para a garantia desses direitos. A análise foi baseada na metodologia da análise de conteúdo de Bardin (1977), e mostrou alguns pontos que merecem maior atenção a fim de apontar e discutir as repercussões das políticas públicas de proteção à infância como são efetivadas na base. Os resultados apontam para ambigüidade nos discursos em relação aos direitos apontados no ECA e a concepções presentes na sociedade ao longo do século XX. Em relação à proteção, é significativa a preocupação com o ajustamento e a adaptação das crianças às regras sociais. Apesar da posição de vanguarda trazida à sociedade pelo ECA, os ideais educacionais baseados em concepções corretivas em relação à infância ainda parecem orientar a visão de profissionais que lidam com crianças que, de alguma maneira, se encontram em risco ou em situação de vulnerabilidade social. A idéia de que o risco e vulnerabilidade podem gerar indivíduos desajustados e que estes oferecem risco à sociedade. Esta preocupação já orientava as ações educacionais e sociais no século XX (PASSETTI, 2015; BOTO, 2002). Além disso, no campo dos direitos, o conteúdo das respostas não revela abstração ou reflexão sobre a realidade das crianças ou o que lhe é garantido pela lei. Os resultados apontam para a necessidade de realizar investigações mais amplas na Rede, de fomentar a reflexão por parte dos profissionais que atuam na área da infância em termos dos direitos e das formas possíveis de garanti-los frente à realidade das crianças.

Palavras-chave: infância; direitos; proteção; políticas públicas.

**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES
DIAGNOSTICADOS COM ESQUIZOFRENIA A PARTIR DE UMA VISÃO
MULTIPROFISSIONAL**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Caroline de Cássia Lima dos Santos Alves
Marianna Matos Santos
Marília de Azevedo Alves Brito

No contexto histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil nota-se a participação ativa da família na busca de melhores condições de tratamento para o integrante da família que se encontrava em estado de sofrimento psíquico. Ao longo desse recorte histórico é perceptível que só os serviços de saúde mental não eram suficientes para suprir as necessidades do paciente e que a família poderia servir como via de auxílio no tratamento do integrante com esquizofrenia. Entendo que os laços familiares e afetivos se tornam precários, este artigo teve como objetivo investigar a importância da família no tratamento de pacientes diagnosticados com esquizofrenia a partir da experiência dos profissionais que trabalham na área da saúde mental. O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir do método qualitativo por meio da pesquisa fenomenológica com apuro epistemológico, que visa explorar as experiências dos profissionais acerca do tema proposto. Foram entrevistados 11 profissionais, dentre eles, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, porteiros, enfermeiros, selecionados por meio de uma amostra intencional. Em relação aos resultados obtidos durante a pesquisa, houve unanimidade no que se refere a melhora do quadro clínico do paciente quando há o engajamento e apoio da família no tratamento, tornando-se visível que a participação efetiva da família promove uma melhor adesão e continuidade do paciente ao tratamento. Dois pontos importantes que foram salientados durante a pesquisa foram, a relevância de serem disseminadas mais informações a respeito da saúde mental, da esquizofrenia e das formas de cuidado para auxílio da família no entendimento dessa nova realidade e a necessidade de cuidado também com a família em consequência do desgaste causado após o diagnóstico da esquizofrenia.

Palavras-chave: família, cuidado, esquizofrenia, tratamento.

AÇÕES PREVENTIVAS COMO ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Erik Cunha de Oliveira
Ariana Bahia Bittencourt

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A prevenção do uso indevido de drogas é, na verdade, toda e qualquer ação que contribua para que o indivíduo possa caminhar, fazendo escolhas mais conscientes, sem interromper sua jornada em decorrência do abuso de uma substância psicoativa. Estratégia preventiva é também qualquer ação que contribua para que o indivíduo consiga suportar conflitos sem precisar se anestesiá-lo através de um comportamento compulsivo ou impulsivo. O objetivo deste trabalho foi, portanto, proporcionar um espaço interativo entre os participantes, na busca de prevenir e/ou refletir sobre as escolhas do uso indevido de drogas. Os participantes receberam previamente um termo de consentimento livre esclarecido afim de serem informados sobre o tema da pesquisa. A pesquisa foi realizada na cidade de Feira de Santana – Bahia, juntamente a um programa que tem como objetivo promover cidadania e garantir direitos de pessoas que fazem uso abusivo de drogas em contextos de vulnerabilidade, ou que são afetadas por problemas relacionados a criminalização das drogas, baseado nas estratégias de redução de danos físicas e sociais. Para este estudo, fez-se necessária a participação de 15 adultos que frequentam e/ou acompanham o programa, com faixa etária entre 25 a 38 anos de idade, ambos os sexos. Foram utilizadas um questionário de identificação (nome, idade, profissão, gênero) e sessões de filmes afim de refletirem sobre o uso de drogas e seus efeitos. Os adultos participantes deste estudo demonstraram interesses em participar das atividades e apresentaram pontos positivos e negativos relacionadas as questões sobre as escolhas do uso de drogas, ou seja, os positivos estavam relacionados a redução do uso de drogas, os negativos estavam direcionados ao uso e/ou abuso de drogas, relatos de manterem o uso por serem ignorados por outras pessoas. A partir das sessões de filmes os mesmos refletiram e relataram serem indivíduos que se sentem excluídos da sociedade e que optaram pelo uso de drogas para eliminar barreiras que enfrentam no dia a dia, como a desvalorização do seu papel enquanto sujeito. Verificou-se que alguns tinham planos futuros para serem realizados, mais que não tinham apoio social/familiar e realizavam o uso de drogas por sentirem incapazes de realizar tais planos de vida. Alguns adultos participantes desta pesquisa relataram não saberem os efeitos de algumas drogas e que usavam por não possuírem conhecimento e/ou por não ter outra que a substituiu-se. A partir das discussões realizadas pós sessão fílmica, refletiam sobre as escolhas. Diante do objetivo proposto, tem visto que trabalhar prevenção a saúde de pessoas em situação de rua torna-se bastante importante, pois, oferece ao sujeito um espaço interativo e acolhedor para suas necessidades, uma escuta e/ou uma intervenção quando necessária. As ações que foram realizadas procuraram também evitar ou minimizar a ocorrência do contato com substâncias psicoativas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Prevenção; Redução de Danos; População em Situação de Rua

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO CAPS II (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL) DE GUANAMBI - BA

Nyanne Diele Silva Neves Santos
Elias de Souza Bizerra
Joscimar Souza Silva

Este estudo teve como objetivo compreender as Políticas Públicas na rede integrada de atenção à saúde mental, bem como a percepção dos profissionais quanto às atividades desenvolvidas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) do município de Guanambi-BA. Trata-se de um estudo exploratório descritivo com métodos qualitativos, teve como base teórica a abordagem incremental, revisão de literatura e entrevistas com um gestor e um funcionário. Tal pesquisa tem relevância para um maior conhecimento na área de políticas públicas, buscando entender os artifícios que levam a atuação das atividades no CAPS do município, as formas de administração da saúde mental, como os psicólogos trabalham para desenvolver os tratamentos e a ressocialização dos usuários, deste modo, contribuindo para a construção de profissionais na área de psicologia. Portando devemos buscar ampliar os dados para elaboração e avaliação crítica nos capacitando para melhor compreender as ações integradas de cuidado à saúde mental. Para a realização desse artigo foram feitos os estudos sobre políticas de saúde mental e políticas públicas a nível municipal, pesquisas e entrevistas semi-estruturada aos gestores e funcionários no Centro de Atenção Psicossocial (CAPSII) do município de Guanambi na Bahia. As entrevistas e análises da prática das políticas de saúde mental a partir do Centro de Atenção Psicossocial foram feitas entre os períodos de 16 a 23 de novembro 2015. A pesquisa buscou visualizar o funcionamento e as necessidades da instituição como um todo. Os resultados apontam para aspectos de investimentos públicos na saúde mental, relação família-comunidade-CAPS e aos escassos estudos na área. O primeiro grande desafio apontado é necessidade de ampliação nos recursos financeiros disponibilizados ao CAPS II e a política de saúde mental. Os entrevistados assinalam à necessidade de uma maior integração dos familiares com a instituição, pois essa relação facilita a proposta da Rede. Além disso, constatou-se que há literatura nacional uma quantidade vasta de artigos científicos publicados a respeito do CAPS. No entanto quando se busca voltados para os aspectos do município os estudos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tornam-se menos frequentes e mais difíceis de serem encontrados, enquanto as políticas públicas devem ser compreendidas em sua amplitude, levando em consideração as interferências do local.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial II, Desinstitucionalização, Políticas Públicas de Saúde Mental.

CAMINHOS DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RAPS E A CORRESPONSABILIZAÇÃO ENTRE SERVIÇOS SAÚDE

**Danilo Conceição de Carvalho
Moacir Lira de Oliveira**

INTRODUÇÃO: As Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) emergem no âmbito da reforma psiquiátrica brasileira como estratégia para promoção do cuidado integral da saúde de pessoas com transtornos mentais e com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool, crack e outras drogas convergindo com os princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde brasileiro à medida que envolve e responsabiliza serviços de diferentes níveis de complexidade para responder às diversas necessidades de saúde dos usuários para além dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Ao longo da vivência em um CAPS III de uma cidade da bahia de médio porte, campo de prática da Residência Multiprofissional em Saúde da Família, verificou-se a necessidade em se criarem estratégias de corresponsabilização do cuidado entre CAPS e demais serviços de saúde segundo os pressupostos da coordenação/integração das Redes de Atenção à Saúde. **OBJETIVOS:** Assim, o objetivo deste trabalho foi desenhar uma linha de cuidado como mecanismo para qualificar a coordenação e a integração da Rede de Atenção psicossocial a partir de identificação de pressupostos técnicos e éticos do Ministério da Saúde. **METODOLOGIA:** Inicialmente foi realizada busca de textos oficiais como leis, orientações técnicas e manuais norteadores da prática de cada serviço constante na composição da RAPS conforme descritas na portaria 3088/2011 e posterior levantamento de suas características e reponsabilidades de acordo com as necessidades dos usuários, estabelecendo os fluxos de encaminhamento e possibilidades de articulação entre os pontos de atenção; posteriormente foi criada representação gráfica dos serviços de saúde da RAPS existentes no município, distribuídos por nível de atenção em formato de mapa no qual as informações foram sintetizadas e os meios de articulação representados por setas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RESULTADOS E DISCUSSÕES: O desenho do mapa subsidiou um processo de descentralização da atenção à saúde mental, gerando espaços de tencionamentos e reflexões acerca do papel de cada componente da rede, quando se elucidaram as resistências dos profissionais de outros serviços de saúde ao cuidado das pessoas com transtornos mentais e ainda identificou-se a necessidade de planejamento estratégico da dinâmica desses serviços de saúde considerando a trajetória dos usuários ao longo da continuidade do cuidado, reconhecendo o papel da atenção básica como coordenadora do cuidado e do CAPS como ponto de referência especializada. **CONCLUSÃO:** A RAPS se configura como proposta recente no campo das políticas públicas de saúde e considerando um contexto no qual o estigma sobre a loucura e a fragmentação do cuidado ainda está por ser superado, o debate gerado entre profissionais de diversos pontos de atenção colabora para superação da ideia de CAPS como lugar da loucura reconhecendo a pessoa com transtornos mentais como cidadão usuário do SUS, portanto, responsabilidade de todos os serviços de saúde.

Palavras-chave: RAPS, linhas do cuidado, saúde mental, integralidade.

CLÍNICA DE TERRITÓRIO E OUTROS ATRAVESSAMENTOS: UMA PROPOSTA DE INVERSÃO METODOLÓGICA EM UM CAPS II

Andressa Mayara Silva Souza
Rafael Coelho Rodrigues

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de estágio supervisionado do curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), desenvolvida em um CAPS II. Tendo em vista a relevância do CAPS enquanto dispositivo fundamental nas práticas no campo da Saúde Mental, a proposta deste estágio foi a de transitar entre as ações que estavam sendo ofertadas neste serviço e acompanhar os efeitos destas nos usuários. Desse transitar, a inversão metodológica se deu através de uma outra forma de ocupar o espaço, de modo que as ações realizadas pelos estagiários deveriam apostar no efeito dos encontros com os usuários, e não no oposto, como comumente são realizadas as atividades nesses serviços – a exemplo das atividades que costumam ser propostas sem que tenham relação com os projetos terapêuticos singulares e/ou com as reais demandas dos usuários. Em oposição a isso, a prática se dava sem planejamentos prévios: os estagiários chegavam ao CAPS no início da manhã e acompanhavam o transitar dos usuários pelo

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviço e as atividades que aconteceriam no dia. Foi possível acompanhar todas as atividades ofertadas pelo serviço, entre os quais se destacam os grupos de acolhimento, oficinas artísticas e atividades esportivas. A depender da demanda de alguns casos, eram realizadas reuniões com o preceptor do estágio para discutir os casos e elaborar estratégias necessárias, além de visitas domiciliares e ações intersetoriais. Tomando o território como ponto principal de intervenção, uma outra modalidade de clínica se fez possível, de forma que os usuários puderam se vincular aos estagiários e construir posições mais autônomas frente às suas questões. Dessa forma, o próprio deslocamento realizado pelos estagiários fez com que os usuários pudessem atravessar e ocupar também o território através de um outro lugar. Transitando pelo serviço, foi possível produzir e perceber outros meios de produção de cuidado e, portanto, de produção subjetiva.

Palavras-chave: Saúde Mental, Clínica de Território, CAPS.

CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE AUTONOMIA E POLITIZAÇÃO: ENTRE A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A SAÚDE MENTAL.

**Rafaele Menezes Souza
Márjorie Moreno Silva
Fátima Inês Romão**

Apesar de sempre ter feito parte da história da humanidade, a assistência social somente ganhou corpo de organização institucional a partir da década de 1940, com medidas específicas de atuação pública. Ao entrar na comunidade, o psicólogo deve estar ciente que lidará com um sujeito concreto, inserido numa realidade sócio-histórica-cultural, tendo no cotidiano seu espaço vital, portanto, opta-se por se pensarem em uma metodologia cujos objetivos são definidos a posteriori e o trabalho pensado e formulado juntamente com a população. Nesse sentido, a pesquisa-ação tem se mostrado extremamente eficaz em intervir nessas condições. Essa estratégia metodológica permite analisar uma dada realidade, ao mesmo tempo em que intervém nesse espaço. Assim, essa pesquisa teve como finalidade conhecer e intervir na realidade desses sujeitos através da realização de grupos operativos por um período de um ano. Os resultados sugerem que as experiências propiciaram mobilizações subjetivas e transformação no modo de lidar com as adversidades vivenciadas pela situação de rua. É importante enfatizar que as responsabilidades e ações deverão ser compartilhadas entre o profissional e o grupo, pois

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



se espera proporcionar uma atividade humana de respeito ao outro, no qual as pessoas possam criar vínculos saudáveis, reconhecendo suas potencialidades de atuação. Por isso, esses preceitos necessitam ser enfatizados durante o processo, para que o grupo, com o tempo, comece a assumir integralmente as ações que vem sendo realizadas, buscando sua progressiva independência, que é positiva tanto para a equipe, que poderá se dedicar a outros projetos, quanto ao grupo, que estará mudando sua realidade.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Rede assistencial; Psicologia Comunitária; Autonomia.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS CLÍNICAS E POLÍTICAS NA COEXISTÊNCIA DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E CAPS AD NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Daphne Oliveira Soares

Este trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, que buscou investigar, a partir de revisão da literatura, convergências e divergências clínicas e políticas na coexistência de dois dispositivos distintos na rede de atenção psicossocial – comunidades terapêuticas e CAPS AD – diante da implementação da Portaria 3.088 de 2011, que insere as comunidades terapêuticas na rede de serviços para atenção ao uso de álcool e outras drogas. Constrói-se uma reflexão sobre o paradigma manicomial na atenção ao uso de álcool e outras drogas, e posteriormente, com o movimento da Reforma Psiquiátrica, insere-se o paradigma psicossocial, trazendo novas estratégias clínicas e políticas para as questões de saúde mental brasileira. A partir do levantamento de dados em artigos científicos, com datas posteriores à implantação da RAPS, em 2011, realizou-se análise de conteúdo no intuito de localizar convergências e divergências entre as comunidades terapêuticas e os CAPS AD. Conclui-se que, mesmo fazendo parte de uma mesma rede de atenção psicossocial, comunidades terapêuticas e CAPS AD mantêm funcionamentos distintos pelo próprio paradigma que os rege. As poucas publicações encontradas na realização desta pesquisa, apesar de produzidas após a implementação da RAPS, pouco situam uma interlocução entre as comunidades terapêuticas com os CAPS AD, demonstrando atuações isoladas ou com contatos pontuais, na maioria das vezes através dos encaminhamentos. Se considerará também, nesse contexto, a atuação do psicólogo,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



discutindo os aspectos ético-políticos e clínico-técnicos dessa atuação nos distintos dispositivos, considerando, por um lado, os paradigmas que os regem, e, por outro lado, as convergências e/ou divergências dessa atuação com as diretrizes, princípios e regulamentações referentes à profissão e às políticas públicas para o tema.

Palavras-chave: comunidades terapêuticas; RAPS; Reforma Psiquiátrica; CAPS AD.

**DA SEMENTE AO FRUTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O
NÚCLEO DE ATENÇÃO À JUVENTUDE DO PROJETO PONTO DE
CIDADANIA (SALVADOR/BA)**

Natália Machado Gonçalves

Este trabalho consiste no relato da história de uma maçã cultivada na cidade do Salvador. Por que uma maçã? Porque a maçã é símbolo do amor, da fertilidade, mas também da discórdia e até do conhecimento. Em qualquer uma de suas simbologias, ela inaugura processos. Ou seja, desestabilizando, maçãs abrem percursos e definem trajetórias; assim como o Ponto de Cidadania e, mais especificamente, o Núcleo de Atenção à Juventude, que atende a crianças e adolescentes inseridas no projeto. A partir da percepção de que este é um tema pouco explorado academicamente, além de possuir alta relevância social, verificou-se a necessidade de investir nesta escrita e, então, fomentar discussões a respeito de técnicas de manejo psicossocial in loco para com a infância e adolescência em situação de rua. Com este intuito, e utilizando-se de recursos artísticos e simbólicos, a autora narrou a trajetória da formação do Núcleo de Atenção à Juventude do Projeto Ponto de Cidadania - dispositivo que visa prestar atendimento à população em situação de rua na cidade do Salvador/BA. O Ponto de Cidadania, que consiste em um contêiner adaptado para conter um banheiro, um chuveiro e uma sala de atendimentos, carrega, enquanto pressuposto teórico e prático, a lógica da Redução de Riscos e Danos e da Reforma Psiquiátrica. Assim, a proposta de desinstitucionalizar o cuidado e considerar a rua enquanto espaço fértil de transformações e encontros se constitui enquanto importante estratégia de cuidado. Para isso, no entanto, faz-se necessária, também, a desinstitucionalização da equipe e do serviço, em si. Neste sentido, a “queda” das paredes físicas é elemento importante para compreensão das particularidades do trabalho territorial do Ponto de Cidadania. Estas particularidades correspondem, por exemplo, à possibilidade de maior “circulação” da equipe técnica, da necessidade de articulação com os demais equipamentos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



da rede, da convivência, e de atendimentos in loco. Neste sentido, o território e as suas nuances é um elemento indissociável ao trabalho a ser desenvolvido no dispositivo. A presença das crianças e adolescentes em situação de rua permeou a história do Ponto de Cidadania localizado na Praça das Mãos. O serviço, inicialmente, não fora pensado para atender à população jovem. No entanto, as características e particularidades deste espaço indicaram a necessidade de algumas reformulações. As crianças reivindicaram atenção. Assim, um espaço simbólico permanente de atenção às crianças e adolescentes foi desenvolvido dentro do serviço. O espaço físico era o mesmo. No entanto, a partir do esforço da equipe, construiu-se um espaço subjetivo de acolhimento, investimento e trocas com a juventude vulnerabilizada da Praça das Mãos. Para a escrita, optou-se por um relato de experiência carregado de metáforas e referências artísticas, com o objetivo de apresentar o desenvolvimento gradual, porém belo, do Núcleo, a partir de leituras e releituras do território e seus componentes. Visa-se, então, demonstrar a importância do desenvolvimento de espaços de atenção voltados à infância e adolescência em situação de rua enquanto estratégia potente de promoção e prevenção da saúde.

Palavras-chave: Ponto de Cidadania; Infância; Adolescência; Situação de Rua.

DAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE PESQUISA

**Marcela Roque
Brenda Guanais Santos Bernardes
Lorena Vieira
Gabriel Calhau
Lívia Félix**

O presente trabalho pretende relatar a experiência de estudantes de psicologia no projeto de pesquisa intitulado “Práticas de cuidado em saúde mental infantojuvenil no contexto do RAPS: uma análise psicossocial”. Essa pesquisa, de natureza qualitativa, objetiva compreender as representações sociais subjacentes às práticas de cuidado informal e formal em saúde mental infantojuvenil, tomando o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IA) de Vitória da Conquista - BA como lócus de pesquisa. A



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pesquisa de campo, ainda em andamento, prevê a realização de observação participante e entrevistas com profissionais e responsáveis e/ou familiares de usuários/as do serviço. As observações têm sido registradas em diário de campo, ao passo que as entrevistas áudio gravadas e transcritas integralmente. Além da sala de espera, espaço profícuo do serviço por concentrar crianças, adolescentes, responsáveis e profissionais em interação, tem sido permitido ao grupo participar amplamente, por meio do método observacional, de algumas das atividades desenvolvidas na instituição, dentre as quais: grupos terapêuticos, grupos de orientação de pais e acolhimento. Essa imersão tem favorecido ao grupo de pesquisa compreender as possibilidades de atuação da/o psicóloga/o no contexto do CAPS IA, especificamente, e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de um modo geral. No decorrer desse percurso, o grupo também tem se debruçado em reconhecer o campo da saúde mental infantojuvenil brasileiro, analisando a produção científica e de políticas públicas voltadas para esta área, assim como as potenciais contribuições que a Teoria das Representações Sociais tem a oferecer para o estudo desse fenômeno. Conclui-se que o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza apresenta alguns resultados potentes, a saber: desenvolver nos/as discentes competências e habilidades fundamentais à prática da pesquisa em suas diferentes etapas; aprimorar a formação de futuras/os psicólogas/os alicerçada nos princípios do SUS e da clínica ampliada; contribuir para a produção de conhecimento socioculturalmente pertinente ao campo da saúde mental infantojuvenil ao circunscrever uma realidade localregional. Finalmente, trata-se de um tipo de vivência que fortalece vínculos e parcerias interinstitucionais e possibilita à universidade cumprir sua função de compromisso social aliando ensino-pesquisa-extensão no desenvolvimento de suas práticas.

Palavras-chave: Psicologia, Saúde Mental Infantojuvenil, CAPS IA, RAPS.

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA EM MUNICÍPIO DE GRANDE PORTE DA BAHIA: O OLHAR DE GESTORES DA RAPS

**Gabriela Silva
Antonio José Costa Cardoso
Caio Rudá de Oliveira
Daniela Silva
Jaqueline Leu Santos
Renê Luís Moura Antunes**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Samuel Branco

Na Reforma Psiquiátrica brasileira, a desinstitucionalização de pessoas longamente internadas foi impulsionada pela expansão de serviços substitutivos – CAPS e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) – e pela criação do Programa de Volta para Casa (PVC), que visa à reintegração social de pessoas egressas de longas internações psiquiátricas por meio de um auxílio-reabilitação. Desinstitucionalização, nesse contexto, deve ser compreendida não apenas como desospitalização, mas como desconstrução de saberes e práticas da psiquiatria que tendem à patologização, ao modelo hospitalocêntrico e centrado na doença, para fazer emergir o sujeito, a pessoa que sofre. Trata-se, ainda, de promover uma transformação na forma como a sociedade lida com a loucura. Nesse cenário, é fundamental a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), essencialmente pública, de base comunitária e submetida a um controle social fiscalizador e gestor. O presente trabalho buscou compreender a percepção de gestores da RAPS de um município de grande porte do estado da Bahia sobre a desinstitucionalização psiquiátrica. O município apresenta uma RAPS bastante desenvolvida, contando com CAPS, SRTs, ambulatório de saúde mental, rede de atenção básica e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, mas ainda apresenta hospital psiquiátrico em funcionamento. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (CAAE 57627316.4.3001.0086, Parecer: 2.055.684). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três gestores da RAPS. As entrevistas foram audiogravadas, transcritas e submetidas a análise de conteúdo. Todos os entrevistados se mostraram favoráveis à desinstitucionalização, embora contrários ao fechamento do hospital psiquiátrico, justificando preocupações com a insuficiência da RAPS, tanto para acolher os egressos de internação, quanto para atendimento de crises. A desinstitucionalização, no discurso dos gestores, foi compreendida como sinônimo de desospitalização, isto é, desinternação psiquiátrica, mas nas práticas relatadas, observou-se incentivo à autonomia dos usuários. Essa autonomia é, em certa medida, limitada pela percepção de que eles precisam de cuidados, levando a equipe a fazer intervenções, como por exemplo: reter o dinheiro de benefícios (como o PVC) e repassar parte do valor semanalmente aos usuários; conversar com vizinhos, pastor ou dono de bar para mediar conflitos e situações que consideraram de vulnerabilidade; e apoio nas atividades do cotidiano, como cuidados pessoais, com a casa, transações bancárias e assistência à saúde. Observou-se, ainda, que embora houvesse um acompanhamento cuidadoso das pessoas que residiam nas SRTs, os gestores não souberam informar a situação dos usuários desinstitucionalizados que viviam com familiares. O CAPS, além de gerenciar os SRTs e o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dinheiro dos usuários, servia como referência para consultas psiquiátricas e medicação. Concluiu-se que a aparente contradição no relato dos gestores de que são favoráveis à desinstitucionalização, mas contrários ao fechamento do manicômio tem fundamento em uma perspectiva de cuidado ou zelo. Nas intervenções da equipe, as ações muitas vezes fundem – ou ainda, confundem – estratégias de cuidado e mecanismos de controle e vigilância do cotidiano. De toda forma, considerou-se que o trabalho da equipe tem sido bem sucedido em realizar a desinstitucionalização psiquiátrica, construindo juntamente aos sujeitos a autonomia, desde que compreendida na perspectiva de interdependência com a rede.

Palavras-chave: Desinstitucionalização, Reforma Psiquiátrica, Serviços Residenciais Terapêuticos, Programa de Volta para Casa.

**EDUCAÇÃO PERMANENTE, SAÚDE MENTAL E FORTALECIMENTO DA
RAPS: EXPERIÊNCIA INOVADORA COM O PERCURSOS FORMATIVOS EM
EUNÁPOLIS/BA**

**Marília Martins de Araujo Reis
Edriano Alves da Silva
Aidenia Pereira Correa Campos**

O Projeto Percursos Formativos na RAPS foi lançado através de uma chamada pública do Ministério da Saúde em novembro de 2013, proposto com os Princípios Norteadores do “Fazer Junto; Interação; Troca; Influência Mútua e Cooperação Horizontal”, contemplando apoio financeiro a noventa e seis municípios no Brasil para desenvolvimento de ações de Educação Permanente (EP) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), possibilitando a circulação de saberes em Saúde Mental. Com seis Linhas de Ação a serem trabalhadas, dentre elas, “Saúde Mental (SM) na Atenção Básica (AB)”, para a qual o Município de Eunápolis se inscreveu e foi o único do Estado da Bahia a ser contemplado, tendo como Rede Preceptora o Município de Embu das Artes/SP, que estaria recebendo e trabalhando com mais outros cinco Municípios de diferentes Estados. A RAPS do município identificou a demanda de um processo de Educação Permanente em Saúde, com vistas a qualificar as equipes dos pontos de atenção da Rede, promovendo a quebra de estigmas e preconceitos enraizados na cultura local; e trabalhando os temas da Saúde Coletiva, Reforma Psiquiátrica, Luta Antimanicomial, Política de Redução de Danos, a transdisciplinaridade

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



na atuação e o cuidado corresponsabilizado no Território, favorecendo a criação de mecanismos que possibilitassem o enriquecimento do cuidado e garantissem as parcerias, estimulando o desenvolvimento de estratégias de articulação entre a Saúde Mental e os demais pontos, especialmente os da AB em Saúde. E nessa perspectiva de trabalho da SM na AB, se buscou a implantação da estratégia do Apoio Matricial, compreendido como uma forma de produzir saúde de maneira compartilhada, colaborativa, dinâmica e horizontalizada. As ações desenvolvidas em todo o processo do Percursos Formativos tiveram duração de dois anos e meio, cujos impactos e resultados podem-se citar: entendimento ampliado de saúde e importância dos territórios; mudanças de paradigmas e perspectivas em relação à SM e aos usuários em direção ao fortalecimento do protagonismo, da liberdade, do exercício da cidadania e da participação social; maior sensibilização das equipes, pontos de atenção da RAPS e territórios, assim como maior e melhor visibilidade das demandas e políticas em saúde mental; articulação de redes – melhoria significativa na articulação de redes, com ampliação de intervenções conjuntas e trabalho multi e transdisciplinar; ampliação do cuidado e da resolubilidade dos casos – ampliação das possibilidades de cuidados nos territórios e do acolhimento de pessoas com demandas em SM através do acompanhamento mais continuado junto às Equipes de Saúde da Família (ESF), resultando em maior resolubilidade dos casos e no fortalecimento do vínculo entre as equipes envolvidas, propiciando melhor conhecimento do trabalho uma das outras.

Palavras-chave: Saúde Mental na Atenção Básica, Educação Permanente em Saúde, RAPS, Percursos Formativos.

ENTRE O IDEAL E REAL DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ESTÁGIO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Maria Gabriely Gonçalves Souza
Eurisa Maria De Santana

A Reforma Psiquiátrica Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS) trazem implicações críticas quanto a mudança de paradigmas no tratamento de pessoas envolvidas com o uso prejudicial de álcool e outras drogas. De legislação a práticas preconceituosas a novas instituições humanizadas, dotando-as de políticas e orientações do trabalho comprometidas com a cidadania e os direitos humanos. Tal contexto requer revisão das teorias e da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atuação do profissional de psicologia, que, envolvido com o atendimento aos usuários depara-se com a necessidade de intervir atentando à política e prática de redução de danos. Este trabalho visa a atuação do psicólogo a partir das observações realizadas em estágio no Centro de Assistência Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPSad) desenvolvido no período de julho e dezembro de 2017 em um município da Bahia. Apresenta uma breve exploração sobre pressupostos e atividades encontradas na literatura e articula-os às práticas e/ou intervenções psicológicas identificadas durante o estágio. Os dados derivam-se de observação participante, relatos dos usuários, registros dos prontuários, e analisados em associação com os princípios e diretrizes do SUS, da política e prática da redução de danos. Como resultado constatou-se que a unidade funciona sob forte interferência político-administrativa, tem equipe que atua de forma multi e não interdisciplinar; que na dinâmica de trabalho ainda reside no modelo tradicional de atenção (usuários institucionalizados, ação disciplinar com aplicação de punição) ainda que se tenham profissionais para que a mudança de paradigma possa ser efetivada; há normas que contrariam ao atendimento humanizado, ainda que haja discurso da compreensão e interesse na implantação da política de redução de danos; que o profissional de psicologia desenvolve suas ações de forma frágil em relação às recomendações do Ministério da Saúde, encontrando limitações para ampliá-la, bem como silencia face ao instituído. O lugar ideal para a atuação do psicólogo inserido nesse contexto de trabalho entra em contradição sob o que realmente é feito e pode ser realizado, chegando a colisão com a realidade observada, onde se apresentava de forma passiva e pouco atuante perante a gestão do CAPSad, frente aos usuários e ao ambiente e ausente a situações ocorridas. Destaca-se a importância de se ampliar estudos sobre os elementos que possam promover o conhecimento e compreensão da atuação do psicólogo no CAPSad, para que propicie a saída do papel secundário, exercendo, efetivamente, voz e atuação ativas no processo de redução de danos à população ali atendida.

Palavras-chave: CAPSad. Redução de Danos. Psicologia

**EXPLORANDO O ESPAÇO DE ATUAÇÃO ANTIMANICOMIAL:
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE ESTÁGIO EM UNIDADE DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL**

**Maria Gabriely Gonçalves Souza
Eurisa Maria De Santana**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Tirza Cainã Cerqueira dos Santos

O presente trabalho parte de vivência de estágio em um Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPSad) em um município no interior da Bahia, no período entre julho a dezembro de 2017. Teve como objetivo auxiliar os usuários do serviço a encontrar reforçadores positivos para se manter no tratamento, trabalhando sua motivação, prontidão, identificação e desenvolvimento de hábitos saudáveis sob a política de redução de danos. Essa abordagem volta-se ao trabalho quase sempre de forma complexa e gradativa, sendo necessário o entendimento em contextualização ética para que, dessa forma, seja possível realizar positivamente o trabalho proposto. Compreende que propostas de redução de danos, sem interferir na subjetividade do indivíduo que utiliza o serviço do centro, requerem respeito e atenção aos direitos humanos como diretriz, sendo resultantes de intervenção multi e interdisciplinar, no qual o dependente químico seja considerado no modelo biopsicossocial de saúde. Através de observação participante, escuta ativa, intervenção com atividades de grupo, entrevistas e reuniões com profissionais da unidade, consulta aos prontuários, foram realizadas coletas de informações, atividades e estudos correlatos ao escopo do estágio. O CAPSad apresenta um público, na sua maioria, de poli-usuários (pessoas que utilizam combinações de várias drogas simultaneamente ou dentro de um período curto de tempo). Constatou-se, na prática, referências ao modelo manicomial antes vigente, a existência do chamado "desejos de manicômio" encoberto pelo o que se deveria ser a proposta de redução de danos. Dentre os aspectos identificados, pode-se notar: oportunidades (demanda) forças (interesse da gestão de saúde mental, discurso da gestão da unidade, interesse de parcela dos profissionais) e fragilidades (nos âmbitos: humano/insuficiência de pessoal; técnico/qualificação; profissional/dedicação nos processos e procedimentos competentes ao trabalho em redução de danos; físico/acessibilidade e gestão/interferência política, liderança, organização do trabalho) para que haja efetivação à política determinante deste modelo.

Palavras-chave: CAPSad. RAPS. Atenção Psicossocial.

GRUPO DE APOIO PSICOLÓGICO ÀS PESSOAS ENLUTADAS POR SUICÍDIO: REVISÃO DE LITERATURA

**Maria Solange de Santana Palmeira
Marlene Alves da Silva**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O suicídio é um fenômeno complexo e bastante atual por ter um índice alto de prevalência no mundo e no Brasil, passando, portanto, a ser um problema de saúde pública desde 1999 pela ONU e, desde 2005 na agenda da política nacional em saúde no Brasil. Fenômeno que na pós-modernidade tem sido cada vez mais veiculado nas redes sociais, seja com a intenção da prevenção ou em outros casos, estigmatizando e banalizando. O suicídio já foi historicamente compreendido de várias formas: como possibilidade de liberdade de um corpo em sofrimento; como consequência de fraqueza moral e espiritual (pecado); como doença mental, e mais recentemente como dilema humano. Considerando o conceito de posvenção como a prevenção, uma das estratégias para o enfrentamento do suicídio é o acolhimento das pessoas enlutadas por suicídio (sobreviventes) por meio de grupos operativos e/ou terapêuticos na rede pública em saúde, permitindo que os preconceitos e estigmas possam ser desmistificados e que se abra espaço para o compartilhamento de sentimentos. Assim, o enlutado não se sentirá solitário, e sua narrativa poderá contribuir com as trocas que socialmente não acontecem e que podem ser viabilizadas no grupo, descortinando sentimentos como vergonha e culpa. Acredita-se que haverá um impasse para criar estes grupos numa sociedade em que falar de morte e suicídio é um tabu, o que implica numa dor negada, psíquica e socialmente, sendo mais fácil reproduzir um discurso e ação baseados na culpabilização do outro. Este estudo objetivou verificar publicações nacionais sobre o suicídio e grupo de apoio aos sobreviventes em que descrevem a atuação do psicólogo na área. Realizou-se busca nas bases de dados digitais BVS-Psicologia Brasil com os seguintes descritores: “suicídio” e “grupo de apoio”. Foram encontrados seis publicações no SciELO. Não foi encontrado estudo que relata grupo de apoio ou grupo operativo. Os resultados das pesquisas apontaram os seguintes objetivos: análise de casos de suicídios e tentativas em personagens idosos em filmografia de longa-metragem; a prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida em 120 adolescentes grávidas e as associações entre ideação suicida e variáveis psicossociais; o perfil de pessoas que cometeram homicídio, seguido de suicídio em Porto Alegre no período de julho/1996 a julho/2004; a depressão em clínica universitária (Hospital Geral), com os pacientes internados e de ambulatório e por fim, a visão teórica do suicídio na perspectiva de Freud e Jung. Conclui-se que existe uma lacuna na literatura que descreva a atuação do profissional de psicologia e que trate da questão de como fazer para diminuir este dilema, de possibilitar espaços subjetivos em que se trabalha a horizontalidade do grupo e a verticalidade num grupo, dando margens à catarse emocional, a singularidade de cada membro, as trocas intercambiáveis e a aprendizagem sobre o tema.

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Suicídio, grupo de apoio, atuação profissional.

GRUPO DE FAMÍLIA: DINÂMICA COMO TEMA DE REFLEXÃO

Cristiana Silva de Caires
Ariana Araujo Barreto
Isabela Arruda Soares

O processo de Reforma Psiquiátrica introduziu no Brasil uma série de modificações na política, na gestão e na organização da atenção na área de saúde mental. Neste sentido, a família passou a ter papel destacado na participação com o cuidado dos portadores de sofrimento psíquico, pois, conforme a Reforma preconiza, o cuidado deve acontecer em serviços abertos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que atuem em rede com os demais serviços públicos de saúde e sempre com a participação dos familiares. Assim, o presente trabalho é um relato de experiência vivenciada durante o estágio curricular do curso de Psicologia, com ênfase na Psicologia Social da Saúde, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), em um município do Sudoeste da Bahia, no exercício de ações focadas nos grupos de família. Em particular, este grupo é composto por mulheres, em sua grande maioria, mães, filhas, irmãs, entre a faixa etária dos 30 aos 60 anos de idade, mas também agregando os homens, cônjugues e pais, entre a faixa etária de 40 aos 60 anos de idade. Os componentes do grupo são oriundos de bairros da cidade, áreas periféricas e centrais. O grupo de família tem por objetivo oferecer um suporte aos familiares por todas as vias que se passa. Nesse sentido, e com base na experiência das autoras, destaca-se a relevância do cuidado com familiares a partir do grupo, uma vez que viabiliza momentos que permitem a eles compartilhar suas vivências, sendo o mesmo, parte integrante e eficaz suporte terapêutico no cuidado da pessoa com sofrimento mental grave e persistente. Essa experiência se fez durante os meses de junho a agosto no ano de 2018, ocorrendo semanalmente, totalizando doze encontros neste período, sendo estes encontros mediados por diversas dinâmicas grupais com função terapêutica. Permitiu-se constatar que as dinâmicas de grupo utilizadas foram um importante instrumento de acolhimento, proporcionando também momentos de descontração, possibilitando a fala e escuta. Essas atividades ofereceram um suporte aos familiares, tanto no sentido de ser um espaço para tirar dúvidas sobre o tratamento e o manejo com o usuário, como um momento para que o familiar cuidador possa desabafar, falar das suas angústias e de seu cansaço, mas também



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



falar de si mesmo enquanto pessoa, e não só como cuidador. Percebe-se com este grupo a necessidade de cuidado com o familiar para que ele possa lidar com o próprio desgaste emocional, físico, psíquico e social frente ao adoecimento familiar, isto é, permite uma relação que se volta para ouvir como esta pessoa se sente e como está sendo para ela cuidar e conviver numa família onde há sofrimento mental, além de trabalhar questões de como a família pode ajudar o seu ente no processo do cuidado. Tal experiência também foi relevante no processo de formação profissional frente aos trabalhos grupais, juntamente com o matriciamento familiar e o manejo que estes familiares cuidadores conduzem este adoecimento do outro e si próprio.

Palavras-chave: Saúde mental. Grupo de Família. CAPS.

**INTENSIFICAÇÃO DE CUIDADOS:
AFETOS E AFETAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE
MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

**Lorena Pires Guimarães
Marlene Barreto Santos Miranda
Renan Vieira de Santana Rocha**

A construção de cuidado a usuários de substâncias psicoativas a partir de uma lógica antimanicomial tornou-se um dos principais desafios dos trabalhadores da rede de saúde mental implicados com os pressupostos da reforma psiquiátrica brasileira. Em Junho de 2014, o Programa de Intensificação de Cuidados a Usuários Abusivos de Álcool e Outras Drogas (PIC-ad), do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), na cidade de Salvador/BA, recebeu um dos primeiros usuários assistidos pela equipe. Acompanhado há mais de uma década naquele serviço, o usuário foi encaminhado ao PIC-ad por ser considerado um paciente grave. Como foi possível construir com este usuário um trabalho a partir de um modelo de cuidado que se distanciasse da lógica tutelar e produzisse novas formas de subjetivação com alguém que por tanto tempo foi tomado como objeto de intervenções? Esse trabalho trata-se do relato desta experiência com o objetivo de apresentar a vivência da autora como psicóloga no PIC-ad, entre Junho de 2014 e Janeiro de 2015. O Programa se propôs a ofertar cuidados intensivos àqueles sujeitos com histórico de internação frequente e comprometimentos graves decorrentes do uso de SPAs, a fim de produzir cuidado a partir da intervenção no território onde esses

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sujeitos vivem. O relato é orientado principalmente pelas observações registradas em diário de campo, referentes ao acompanhamento de um usuário beneficiário do Programa, e é fundamentado teoricamente a partir do levantamento bibliográfico acerca do descritor “Intensificação de Cuidados”. Tendo em vista que a Intensificação de Cuidados ainda é uma estratégia de intervenção em saúde pouco explorada, ao compartilhar esta experiência voltada para a produção do cuidado integral ao usuário abusivo de álcool e outras drogas, este trabalho pretende contribuir para a reflexão e formação da prática dos trabalhadores do campo da Saúde Mental, sob a perspectiva da Atenção Psicossocial e da Clínica Ampliada, em consonância com os princípios do SUS e orientadas pela Política Nacional para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Conclui-se que a vivência dos afetos na construção do cuidado clínico em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, a partir da Intensificação de Cuidados, é promotora de um efetivo encontro entre usuário e intensificadores de cuidado, reverberando em importantes deslocamentos para todos os sujeitos envolvidos e em uma profunda ampliação das possibilidades terapêuticas junto ao usuário e sua rede de sociabilidade.

Palavras-chave: Intensificação de Cuidados; Reforma Psiquiátrica; Saúde Mental; Tecnologia Leve; Crise.

NA ARTE O FORTALECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE ALAGOINHAS-BA.

Ariel Dantas Barbosa

A Política Nacional de saúde Mental entende que as diretrizes são adotadas com o objetivo de da assistência as pessoas com necessidades de tratamento psicológico, nesse cenário apresenta-se as pessoas em Situação de rua, que começa nos tempos atuais a ganhar mais visibilidade nos meios acadêmicos, demonstrando uma preocupação ao que se refere a um grupo social que vive a margem da sociedade, fazendo o uso excessivo de substâncias psicoativas como válvulas de escape. O consumo de drogas lícitas e ilícitas é empregado como estratégias, destacando o seu uso como compensatório em relação às ruas. A utilização dessas substâncias ajuda no controle do medo que sentem em dormir em locais desprotegidos, na saciedade da fome e no preenchimento de um “vazio” físico e psicológico. O trabalho destina-se a refletir através de uma experiência enquanto pesquisador, os desafios e a carência de políticas públicas voltadas a população de rua da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



cidade de Alagoinhas-Ba, e a partir desses relato de experiência demonstrar como arte, ao qual trabalho com eles, como pinturas, rappes, textos, dança dentre outras, pode auxiliar num fortalecimento de vínculo e integração social para uma possível saída das ruas (ou não), com o propósito de diminuir o afastamento social, criando um espaço alternativo e solidário, já que todas as artes produzidas na rua aparecem como máquinas de expressão, que expressam significâncias, para aquelas pessoas, compreendendo que ali existe uma formação indenitária, subjetiva desses indivíduos e usar essas alternativas a seu favor e como elas podem ser de relevante importância como estratégias para a rede de atenção psicossocial (RAPS) A pesquisa tem abordagem qualitativa exploratória descritiva, uma vez sendo o mais adequado para que assim possa atingir os objetivos propostos, já que este permite uma análise intensiva expressando o sentido dos fenômenos sociais, dessa forma captando melhor as informações que se propõem obter na ida até o fenômeno pesquisado. Participaram da pesquisa 6 (seis) pessoas que vivem na rua de Alagoinhas-Ba. Sendo 4 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, tendo idades que variam de 23 à 40 anos. Foi possível perceber que dentro desse cenário a arte possibilitou diálogos e criatividade, gerando naquele “ceio” um empoderamento e possibilitando uma construção de assistencialismo que pode (ria) ser usada como uma estratégia para a RAPS, além de perceber a existência de uma carência assistencialista que essas pessoas sofrem por partes governamentais que geram nesses sujeitos sentimento de solidão e revolta. É importante salientar, que dentro da cidade não existem serviços do SUS, voltados para essa população demonstrando assim, um enfraquecimento do RAPS ao que refere-se a esse público. É necessário refletir sobre as formas de pensar e operar que são próprias das classes subalternas, da existência simultânea de concepção de mundo históricos sociais assim como o que ocorre nesse espaço fragilizado.

Palavras-chave: População de rua. Arte. RAPS. Estratégias.

O CUIDADO AO USUÁRIO DE CRACK NO BRASIL: AS MARCAS DOS ESTIGMAS NAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NO CAMPO DA SAÚDE

**Maria Eduarda Ribeiro Carneiro
Manoel de Lima Acioli**

Atualmente no Brasil, o uso de crack se relaciona com um duplo problema de ordem social: por um lado, estabelece uma espécie de pânico na sociedade em relação aos riscos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



associados ao consumo dessa droga; por outro, a partir do delineamento da figura desse usuário, constrói padrões de consumo e uma alteridade marcante circunscrita a uma repulsa desses sujeitos. Essa problemática se desenvolve por meio da objetivação da imagem do usuário dessa droga, processo que se configura na representação do indivíduo sem controle de suas ações e marcadamente associado à criminalidade. Dessa forma, as práticas de cuidado se encontram atreladas a essa delimitação ambivalente, em que as determinações do cuidado ficam alternadas entre a repressão e o cuidado. O objetivo desse estudo foi analisar as práticas de cuidado desenvolvidas por profissionais da saúde em relação aos usuários de crack e suas relações com as representações sociais dessa droga. Para isso, foram realizados grupos focais entre 15 usuários de crack e realizada análise temática de conteúdo das informações obtidas. Os resultados indicam que as práticas desenvolvidas se encontram fortemente associadas aos estigmas relativos ao uso e usuário de crack, surgindo negligências nas intervenções realizadas, seja pela crença em torno do caráter destrutivo da droga ou pela condição de exclusão social em que tais sujeitos se localizam. Esses resultados apontam para uma necessidade de articulação entre as políticas oficiais e os saberes populares, de modo a contemplar a partilha social dos saberes e sua eficácia simbólica no âmbito das ações de cuidado.

Palavras-chave: Crack; Cuidado; Representações Sociais.

O DISPOSITIVO SUPERVISÃO EM ESTÁGIO NO CAPS II: A EXPERIMENTAÇÃO DA CLÍNICA DE TERRITÓRIO NOS DESTERRITORIALIZANDO

Rafael Coelho Rodrigues

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de supervisão de estágio obrigatório de um curso de graduação em Psicologia no estado da Bahia. A proposta do estágio foi realizar o acompanhamento dos/as usuários/as de um CAPS II, entre atividades terapêuticas e momentos nos quais estas não ocorriam. A aposta é de ao compor com o/a usuário e estabelecer uma vinculação deste modo, uma outra clínica pode ser possível, opondo-se a clínica modelar, homogeneizante, ortopédica e disciplinar. Quando iniciamos o estágio, a equipe técnica havia acabado de ser contratada, após um período de nove meses sem equipe no serviço. Este hiato temporal e a entrada de profissionais sem experiência na área contribuíram para as dificuldades encontradas pelos/as estagiários no

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



campo de estágio. Soma-se a isso que, naquele momento, uma série de retrocessos em políticas públicas estavam (estão) em andamento, condizente com uma racionalidade neoliberal presente também em muito de nós, mesmo que não percebamos. Com isso, apostamos no estágio em colocar em análise o modo de estar com estas pessoas no serviço, buscando intensificar a produção de vinculação e o estabelecimento de uma relação na qual não havia uma meta a ser alcançada. Tal perspectiva produziu intensa angústia nas/os estagiárias/os, uma vez que estavam acostumadas a uma relação mediada pelas técnicas e metas a serem cumpridas. Ao colocarmos esta premissa em análise, o dispositivo supervisão foi fundamental ao funcionar como espaço de suporte e, também, de construção de uma atitude ética-estética-política que alicerçasse a aposta, tanto nos/as estagiários quanto no professor supervisor.

Palavras-chave: Saúde Mental, Clínica; Formação Psi.

OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E SUA ATUAÇÃO NO CAPSad: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Etiene de Santana Pires
Pedro Henrique Soares dos Santos
Lorena Marquês de Almeida
Stefanie da Hora Silva
Silier Andrade Cardoso Borges
Raíssa Félix Almeida Bittencourt

O presente estudo consiste em uma revisão de literatura da produção científica brasileira e objetiva analisar os contextos de formação dos profissionais atuantes nos Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) e a relação entre o percurso formativo e as práticas de trabalho. Adota-se neste trabalho como paradigma o campo ampliado da Reforma Psiquiátrica e da Reabilitação Psicossocial no Brasil, de modo a elucidar como se relacionam a formação profissional e os modelos de cuidado à saúde mental. Assim, discute-se sobre as práticas formativas que possibilitam a emergência de um fazer profissional que conduza à promoção da autonomia e de direitos sociais dos sujeitos acompanhados pelos serviços, por meio de práticas interdisciplinares e territoriais realizadas por equipes multiprofissionais, levando em conta o contexto sociocultural e comunitário em que o paciente se insere. Foi adotada a estratégia de revisão bibliográfica



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de caráter descritivo-qualitativa. Para tanto, foi realizada a busca em periódicos científicos por meio da plataforma Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Foi estabelecido como período para a busca 2001 a 2018, tendo em vista que o ano de 2001 marca a promulgação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, marco da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Adotou-se as seguintes **Palavras-chave** para a realização da busca: “*Formação and Saúde mental*”; “*Formação*” and “*Centro de Atenção Psicossocial*”; “*Formação*” and “*CAPS ad*”; “*Profissionais de saúde*” and “*CAPS*” and “*Saúde Mental*”. O resultado da pesquisa demonstra que mesmo após a realização da Reforma Psiquiátrica e a incorporação dos ideais por ela defendidos nos currículos acadêmicos dos profissionais, estes, as práticas não necessariamente coincidem com os princípios e valores que subjazem à construção das políticas de saúde mental. Nessa perspectiva, foi perceptível que estes profissionais, mesmo após formados, ainda mantém o fazer profissional amparado em procedimentos clínicos, em tecnologias leve-duras que se aproximariam das práticas assistenciais diagnósticas e terapêuticas subsidiadas no modelo biomédico. Assim, tais práticas, identificadas na literatura, podem conduzir ao não reconhecimento dos sujeitos como protagonistas do seu cuidado, distanciando-se dos contextos sociocultural e comunitário. Desta maneira, entende-se que a formação dos profissionais que irão trabalhar nos serviços de saúde mental, ainda que afirmam que incorpore os ideais da Reforma Psiquiátrica, mostra-se insuficiente para fazê-los atuarem de maneira a valorizar o psicossocial de cada sujeito, e por esse motivo, ainda existem grandes desafios a serem vencidos para que essa atuação supere todo pensamento que seja excessivamente biomédico e asilar.

Palavras-chave: Formação profissional. Saúde mental. Reforma Psiquiátrica. Profissionais de saúde. CAPSad.

OS DESAFIOS DO CUIDADO COM O CUIDADOR EM SAÚDE MENTAL UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Thâmara Souza Andrade Cafezeiro
Jefferson Silva Paiva**

Este estudo tem como objetivo principal discutir e investigar questões relacionadas aos cuidados necessários com o cuidador que trabalha na área de saúde mental e os desafios que são envolvidos nesse cuidado. Através de uma revisão bibliográfica podemos observar que já existem pesquisas e discussões em volta dessa temática e que esse cuidado não tem

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sido realizado atualmente como recomendado. Foi avaliado se o cuidado contribui ou não para a promoção da qualidade de vida no trabalho e saúde do cuidador em saúde mental, assim como também verificamos os prejuízos e adoecimento que a falta desse cuidado pode causar a esses profissionais. Alguns autores como Silva e Costa (2007 e 2008), por exemplo, já realizaram pesquisas voltadas para esse tema aqui no Brasil e discutem as angústias vivenciadas por esses profissionais e sobre os fazeres importantes que não acontecem e que causam adoecimento no profissional cuidador de saúde mental. As últimas conferências nacionais de saúde mental também vêm se debruçando nesse assunto e realizando orientações para a implantação desse cuidado. Percebe-se que esse assunto ainda é pouco discutido e que mais pesquisas-ação devem ser realizadas no intuito de colaborar com a qualidade de vida no trabalho e a saúde desse profissional cuidador e o que já vem sendo discutido deve ser transformado em intervenções práticas e políticas públicas para que o adoecimento e sofrimento desses profissionais possam ser minimizados e prevenidos, pois se sabe que um profissional qualificado, motivado, reconhecido e cuidado, reflete sem dúvida alguma essa positividade no modo em como exerce o seu trabalho.

Palavras-chave: Saúde mental. Cuidador. Adoecimento. Qualidade de Vida no Trabalho. CAPS AD.

PERCEPÇÃO SOBRE A RAPS POR FAMILIARES DE USUÁRIOS EM SAÚDE MENTAL

**Myllena Curvelo
Rui Maia Diamantino**

O Ministério da Saúde recentemente estabeleceu a Resolução CIT nº. 32/2017 e a Portaria nº. 3.588/2017, que propõem mudanças na Política Nacional de Saúde Mental, visando a superar os reconhecidos desafios e problemas existentes. Estudo atuais discutem sobre a desassistência por parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). É função da RAPS promover o tratamento integral do usuário e apoiar a família do mesmo por meio, por exemplo, da Clínica Ampliada. O presente estudo qualitativo, utilizou entrevistas semiestruturadas buscando obter a percepção de dez familiares de usuários de um hospital psiquiátrico público de Salvador, Bahia, acerca da RAPS. Isso porque, do atendimento prestado nesse hospital, surge a necessidade de conexões na rede. Das falas surgiram as

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



categorias empíricas: “experiência do familiar no tratamento”; “suporte aos familiares para o cuidado cotidiano”; “conhecimento dos direitos dos familiares quanto aos direitos na assistência ao doente mental”. Os resultados indicam: uma percepção positiva frente ao tratamento recebido no hospital psiquiátrico e o desconhecimento de alguns entrevistados sobre outras unidades da rede, logo, ocorre possíveis discontinuidades na atenção integral pela RAPS; que nas unidades conhecidas da rede não são identificadas outros apoios além da oferta de medicamentos, sendo aventada a necessidade da atenção psicológica ao usuário; que, nove entrevistas indicaram não serem obtidos esclarecimentos sobre os direitos dos usuários na atenção pela RAPS. Conclui-se que: apenas o serviço específico prestado no hospital psiquiátrico é percebido positivamente e que os demais pontos da RAPS ou não dispõem de serviços considerados suficientes, ou são desconhecidos pelos familiares. Tais resultados podem ocasionar uma percepção de desassistência relacionada ao atual modelo de atenção em saúde mental. Futuros estudos poderão discutir esses achados.

Palavras-chave: RAPS; Desassistência; Atenção Psicossocial.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA O USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: REDUÇÃO DE DANOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Ninália dos Santos de Almeida

O uso e abuso de álcool e outras drogas é tema de discussão no Brasil no campo social, nas políticas públicas e no âmbito acadêmico. A partir da amplitude dessa temática, o presente artigo tem por objetivo identificar as políticas públicas ligadas ao tema, conhecer práticas e diretrizes de redução de danos prevista na legislação brasileira, caracterizar as ações que utilizam a redução de danos no cotidiano dos serviços de saúde voltados para o público em uso ou abuso de álcool e outras drogas, entre outros objetivos. Trata-se de revisão bibliográfica de literatura, a qual possibilitou compreender as evoluções das políticas públicas ligadas à temática, assim como a estratégia da redução de danos, e a maneira como se aplica em serviços de saúde, e no meio social. Conclui-se que a redução de danos está cada vez mais consolidada dentro dos diversos serviços do SUS, é percebida como estratégia que aproxima o cuidado do sujeito que dele necessita, e possibilita a preservação da vida. Identifica-se o momento histórico em que Redução de Danos é introduzida na legislação brasileira. Apesar de ser tema presente entre as principais pautas de discussão

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



no Brasil desde o início dos anos dois mil, ainda é de grande relevância as discussões e as pesquisas associadas ao tema, considerando que o uso de álcool e outras drogas faz parte da dinâmica social é necessário abranger os conhecimentos. Percebeu-se ainda a necessidade de diferentes abordagens para lidar com os diferentes públicos que se encontram em uso e abuso, entre outros resultados.

Palavras-chave: Álcool e outras Drogas. Políticas Públicas. Redução de Danos.

POR UM ENCONTRO DOS AFETOS: O BRINCAR LIVRE ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DA SUBJETIVIDADE

Laelson Matos Ribeiro Junior
Carmem Virgínia Moraes da Silva

Nos propomos, neste escrito – com base nas experiências que tivemos ao trabalhar para a realização de um estágio específico na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória da Conquista (APAIE) em 2017, e tendo vivenciado a realidade de sua execução –, realizar a defesa de um brincar livre enquanto prática que pode ser entendida, no sentido foucaultiano do termo, como um movimento de resistência e um levante em prol da emergência de uma subjetividade. Para tanto, partimos de um referencial teórico que toma Vygotsky e Freud enquanto bases para a construção de um olhar ao encontro do outro na condição de forças ativas, pulsões desejanças; os contornos do nosso trabalho (na posição de sujeitos que realizam uma teoria-práxis a partir da Psicologia) delineiam-se justamente pela tentativa de conceder ao brincar uma dimensão que transcenda a pura função pedagógica que tanto é operada pelas mais diversas instituições. Propondo o brincar livre a partir de um olhar diferenciado possibilitado por uma Psicologia – tal como um ponto em que é possível ver a emergência de um sujeito –, observamos o aparecimento de um movimento de resistência em relação aos poderes institucionais que a todo instante promovem um apagamento da subjetividade, ao inseri-lo numa lógica generalista e universalizante dos diagnósticos; esta lógica massificadora não enxerga no ato de brincar uma função que não seja apenas um meio para uma finalidade de adequação a certas normas e o aprendizado de tarefas numa ordem técnico-funcionalista. Nossa experiência nos mostrou que embora as mudanças sejam lentas – e por vezes as dinâmicas institucionais apareçam como um empecilho em relação ao trabalho que direciona-se a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pensar as subjetividades e apreender o brincar enquanto expressão da força ativa dos desejos –, a lógica do encontro e dos afetos não só se sustenta, como também é capaz de mostrar sua força. O estudante ou profissional em Psicologia que se abre, lança-se nessa empreitada e busca uma vertente diferente do olhar, tanto afeta quanto é afetado; nesse jogo que se dá por uma clínica do encontro, algo marca, resiste, pulsa e faz barulho. Ali, no espaço do encontro, em que um olhar reconhece o outro enquanto potência de existência, pelo brincar, ao passo que afirma uma alteridade do eu, a criança pode demarcar seus contornos e despontar como singularidade que escapa ao tragar de um mero diagnóstico. Por mais lentos que possam ser os progressos, o esforço se valida, pois algo resiste, algo fica, algo permanece.

Palavras-chave: Brincar livre, Resistência, Subjetividade.

**REFLETINDO SOBRE EXPECTATIVAS DE COMPORTAMENTOS
SOCIALMENTE COMPARTILHADAS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS
USUÁRIOS DO CAPS ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES PARA A VIDA
EM SOCIEDADE**

Lívia Guimarães Farias

Vanessa M. Barbosa

Jucelia P. Sousa

Simone S. Mamédio

Mônica F. Pinheiro

Maísa V. F Oliveira

Sibele Aparecida S. Oliveira

Apresentamos relato de experiência em um estágio realizado no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), do tipo II, em uma cidade no interior da Bahia, que teve duração de 20 semanas. Para operacionalizarmos uma das propostas de trabalho dos CAPS – ressocializar e assistir pessoas que têm transtornos mentais –, no segundo semestre de 2017, em 8 encontros; realizamos grupo operativo com média de 15 usuários do serviço que não estavam em surto/crise naquele momento, objetivando discutir com estes sobre expectativas de comportamentos socialmente compartilhadas e a temática emoções. Os grupos operativos tiveram a finalidade de promover aprendizagem, partilha de experiências e trabalho em prol de um objetivo comum, por meio de identificações, trocas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de posições e de lugares, como também, por meio de participações criativas e críticas cujas reflexões propiciaram transformações pessoais e, conseqüentemente, na realidade. Para alcançarmos estes propósitos, trabalhamos as temáticas: projeto de vida, afetividade e expectativas de comportamentos socialmente compartilhadas por meio de técnicas de dinâmica de grupo. Entendemos, que naquele contexto, criar um grupo operativo e trabalha-lo por meio de técnicas de dinâmica de grupo foi uma iniciativa pertinente, tanto que os usuários aderiram a proposta e demonstraram interesse pelas temáticas. Todas as oficinas se estruturaram da seguinte forma: aquecimento, desenvolvimento e compartilhamento. Os usuários agiram de forma espontânea, colaborativa e crítica durante as discussões e atividades. Dentre as oficinas realizadas, destacamos as de expectativas de comportamentos socialmente compartilhadas, mais especificamente a que propomos um Role Play de entrevista de emprego e construção de currículo. Nesta, foi possível perceber o quanto eles têm interesse por este tema, o quanto a inserção no mercado de trabalho produtivo tem relevância para a vida deles, as formas como os estigmas e preconceitos relacionados às psicopatologias se expressam em suas vidas e como eles enfrentam as discriminações sofridas. Este estágio proporcionou efeitos expressivos não só nos usuários e na instituição, mas também na docente supervisora e nas discentes, pois vivemos momentos de aprendizagens, de descobertas, de desafios e a oportunidade de operacionalizar e perceber - na vida real - teorias e constructos que estudamos em muitos momentos do curso de Psicologia, tais como: acolhimento, empatia rapport, manejo e técnicas de trabalhos com grupos, preconceitos, discriminação, psicopatologias e outros. Entendemos que é por meio de vivências como estas que uma aprendizagem significativa acontece, que a academia interage com a comunidade e ainda evidência como os estagiários podem contribuir com o fazer de instituições como o CAPS, e por sua vez, como estes serviços contribuem com a formação humana e técnica dos estagiários e demais profissionais que atuam na unidade. Oportunidades como estas possibilitam reflexões sobre o sofrimento mental, mostrando para a sociedade e para os próprios usuários do CAPS que estes não são uma doença, mas sim que estes apresentam sinais e sintomas entendidos como patológicos, durante alguns períodos/momentos de suas vidas, logo que estes não definem estas pessoas.

Palavras-chave: CAPS; Expectativas de Comportamentos; Transtorno Mental.

**SARAU POÉTICO DO CAPS ADIII: SINTO, FALO, ESCREVO E
ME REINVENTO.**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Suzi Keila Fiuza Andrade
Murilo Cordeiro

Introdução: A Reforma Psiquiátrica representou um grande avanço na organização política de saúde mental no Brasil tendo como primazia a reorientação do modelo assistencial, assim o cuidado passa a ter uma perspectiva territorial baseado na clínica ampliada. Os Centros de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas (CAPS AD) são uns dos dispositivos de cuidado que compõe esta rede de saúde mental, sendo referência de tratamento para pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Estes equipamentos, por meio do Projeto Terapêutico Singular (PTS) oferecem aos usuários diversas formas de atendimento e atividades. O presente artigo é o relato de experiência de um sarau poético, realizado por e para usuários do CAPS AD III, situado no município de Vitória da Conquista/BA. **Objetivo:** Proporcionar espaços de expressão, construção e transformação subjetiva que favoreçam a construção de novas histórias de vida. **Metodologia:** O sarau foi “gestado” durante um percurso de intervenções terapêuticas em psicoterapia individual com M.C, usuário de substâncias psicoativas e também acometido de sofrimento pelo transtorno bipolar. A proposta de realização da oficina veio como recurso criativo e de valorização do potencial criativo de M.C, no intuito de dar voz e possibilidade de reescrever sua história, tendo como perspectiva teórica o recovery e a fundamentação clínica baseada na prática da psicologia narrativa/rebiografia. O primeiro sarau foi realizado em praça pública, em 18/05/2016, em comemoração à Luta Antimanicomial. Após esta data, em atendimento individual com M.C, foi planejada a agenda dos próximos saraus que teriam a participação dele como o direcionador e da psicóloga do CAPS ADIII como apoiadora. A oficina acontece de forma semanal, para quem desejar participar, e entre manifestações artísticas tais como músicas e poesias, encontra-se também o acróstico, uma composição escrita feita a partir das letras iniciais de palavras, que possibilita a cada um dos participantes sentir, pensar, falar e se reinventar subjetivamente, configurando-se como a principal marca da oficina. **Resultados e Discussões:** O resultado explícito do Sarau é um encontro de potências e reconstruções de narrativas. A fala entre “pares” promove pertença, favorece o recovery, a determinação para vencer a falta de oportunidades, as consequências do desemprego e dos sonhos que foram destruídos com o adoecimento psíquico e o uso de substâncias. Dessa forma, a possibilidade de reescrever suas histórias, tem proporcionado aos usuários melhora do equilíbrio emocional e minimização dos efeitos negativos do uso abusivo de drogas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



AFETO: A/amor à vida, F/Força para vencer, E/Esperança de dias melhores, T/ ternura, O/o melhor de mim.

Palavras-chave: Saúde Mental; "narrativas"; "produção de subjetividades".

SAÚDE MENTAL E RACISMO À BRASILEIRA: ANÁLISE DE NARRATIVAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SALVADOR/BA

Renan Vieira de Santana Rocha
Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté
Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

O presente estudo diz respeito a uma Dissertação de Mestrado, construída no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia (PPGSC/ISC/UFBA). Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, cujo objetivo geral é identificar quais as narrativas ligadas ao racismo construídas por parte dos profissionais de um determinado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Salvador/BA. Na continuidade, enquanto objetivos específicos, procura-se: (1) compreender as formas de manifestação e/ou manutenção do racismo nas práticas clínico-institucionais construídas pelos profissionais deste serviço; (2) compreender a relação destas práticas clínico-institucionais com a construção do processo de trabalho em Saúde Mental e Atenção Psicossocial dos profissionais deste serviço; e, por fim, (3) apresentar uma Revisão Sistemática de Literatura acerca dos principais Descritores em Saúde concernentes ao debate aqui proposto. Para alcançar estes objetivos, destacadamente o objetivo geral, lança-se mão do referencial teórico-metodológico da técnica de Entrevistas Narrativas, segundo o escopo da Análise de Narrativas de Fritz Schütze (1976; 2014), junto a uma equipe de Nível Superior atuante em um determinado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Salvador/BA. Logo, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos principais, a saber: (1) Da Fundamentação Teórica; (2) Do Método e do Locus de Pesquisa; (3) Da Revisão Sistemática de Literatura; (4) Da Análise das Narrativas Produzidas; e (5) Da Discussão das Narrativas Produzidas. Os resultados do estudo revelam que o fenômeno do racismo ainda é pouco debatido no campo da Saúde Mental, seja em nível acadêmico/científico, seja em nível profissional/clínico-institucional, e menos ainda trabalhado no âmbito das intervenções oferecidas no campo da Atenção Psicossocial, ainda que este seja identificado como questão patente de forma majoritária

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pelos profissionais entrevistados. Destarte, apontam-se possíveis elementos que contribuem para o silenciamento desta questão no fazer clínico-institucional aqui exposto, bem como procura-se indicar caminhos possíveis, teóricos e metodológicos, para a visibilização do debate sobre o racismo na Saúde Mental e para uma melhor abordagem do mesmo no cotidiano das equipes profissionais que atuam no campo da Atenção Psicossocial.

Palavras-chave: (1) Saúde Mental; (2) Serviços de Saúde Mental; (3) Racismo; (4) Relações Étnico-Raciais; (5) Entrevista Narrativa; (6) Análise de Narrativas.

SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIA DE MATRICIAMENTO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Patrícia Rosângela Pereira da Costa

O Matriciamento é definido como um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógica-terapêutica. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por sua vez, sugere um novo modelo de atenção em saúde mental, a partir do acesso e a promoção de direitos das pessoas, pautada na convivência dentro da sociedade. Além de mais acessível, a rede ainda tem como objetivo articular ações e serviços de saúde em variados níveis de complexidade. No ano de 2014, o Projeto Percursos Formativos da RAPS - Intercâmbio entre Experiências e Rede em Formação, idealizado e promovido pelo Ministério da Saúde, contava com uma rede receptora localizada em São Paulo – SP, que recebeu durante cerca de um ano profissionais que atuavam na rede pública de saúde de cinco Estados para visita aos equipamentos de saúde mental na zona leste da capital paulista, assim como troca de experiências entre os visitantes e a rede receptora. Após essa vivência foi iniciado Projeto Piloto de Matriciamento em Saúde Mental na Atenção Básica, especificamente na Unidade de Saúde Pedrinhas em Vitória da Conquista, na Bahia, em 2016. Este projeto propunha inicialmente promover ampliação de conteúdos de saúde mental por meio da formação das equipes que compunham aquela unidade de saúde, a ser realizada por profissionais do CAPS II. Posteriormente os ACS – Agentes Comunitários de Saúde localizaram no território pessoas com sofrimento mental para participarem dos encontros que aconteceram com a presença das equipes de saúde da unidade, a equipe do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família, bem como com a psicóloga e psiquiatra do



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAPS II. As ações se estruturaram em dois momentos, inicialmente foi realizado o Grupo de Acolhimento, com escuta e discussão dos casos pelos profissionais, com retorno aos usuários por meio de orientações, prescrição medicamentosa e encaminhamentos para a rede. Paralelamente era realizado o Grupo de Acompanhamento, com foco na manutenção do cuidado. Com o desenvolvimento do projeto piloto foi possível perceber que este modelo de cuidado é eficiente, por acontecer em esfera territorial, por facilitar o acesso aos cuidados em saúde mental, e efetivo, por viabilizar outras formas de cuidado aos que não tinham demanda da ordem da saúde mental, por meio de orientações e encaminhamentos para outros serviços que compõem a rede local de cuidados.

Palavras-chave: Matriciamento, RAPS, saúde mental, atenção básica.

SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

**Cheilla Cordeiro de Oliveira Brito
Nicélia Gonçalves Silva
Zâmia Aline Barros Ferreira**

As expectativas e as concepções dos estudantes no centro universitário acerca do curso é um assunto pouco abordado, principalmente nos cursos de psicologia, assim como o sofrimento e o adoecimento que podem acompanhá-lo por muito tempo, trazendo prejuízos que refletirá na sua vida acadêmica e profissional. Este artigo aponta dados de uma pesquisa, cujo objetivo foi o levantamento da relação, entre sofrimento, adoecimento psíquico e a vida acadêmica dos estudantes de psicologia de um centro universitário particular de Vitória da Conquista - BA. Trata-se de uma pesquisa qualitativo-descritiva. Na coleta de dados foi feita a entrevista, utilizando um questionário semiestruturado para nortear a mesma, com perguntas que traçava o perfil do participante e compreendia sua qualidade de vida, a ansiedade dentro da faculdade, a opinião sobre o curso, a causa de maior ansiedade e tensão e o que geralmente fazem para aliviar o estresse, para poder ter uma vida saudável, que foi respondido por 3 alunos de semestres variados, 1º, 5º e 10º, ambos do curso de psicologia. O resultado, após ser submetido à análise de conteúdo, permitiu verificar que os participantes apresentaram sofrimento e adoecimento psíquico acerca das vivências acadêmicas exigidas pela faculdade. A partir desses dados, nota-se a necessidade de atenção e ações tanto por parte dos gestores das instituições de Ensino

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Superior de formação de psicólogos. Desta forma, qual a relação entre sofrimento psíquico e a vida acadêmica dos estudantes de psicologia? Este estudo tem como objetivo geral analisar os fatores relevantes, o sofrimento, adoecimento e a saúde mental dos estudantes de psicologia, bem como os objetivos específicos investigar quais as expectativas esperadas por esses estudantes no processo de construção profissional, identificar as concepções e as vivências de sofrimento psíquico no decorrer da formação, verificar estratégias defensivas e de suporte nos casos de sofrimento psíquico dos estudantes do curso de psicologia de um centro universitário particular de Vitória da Conquista - BA.

Palavras-chave: Adoecimento Psíquico; Sofrimento Psíquico; Estudantes de Psicologia; Formação do Psicólogo

SOFRIMENTO PSÍQUICO, POTÊNCIA NARRATIVA E PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

**Milena Sarti
Beatriz Germana da Silva Cruz
Adhiria Moreno Barbosa
Victória Cruz
Danilo Sales**

A conjuntura da Reforma Psiquiátrica (RP) e sua proposta de substituição e desconstrução progressiva do modelo manicomial e hospitalocêntrico por um modelo comunitário e psicossocial vem se concretizando amplamente no território nacional através da implementação de uma rede de serviços articulados, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Na cidade de Vitória da Conquista-Bahia, assistimos recentemente ao fechamento do Hospital Afrânio Peixoto como parte desse processo de desinstitucionalização da loucura e, conseqüentemente, à ampliação da demanda direcionada à RAPS. Dentre os serviços que a compõem, destacamos o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como uma das principais referências com relação ao acolhimento e cuidado de pessoas em sofrimento psíquico, logo, como uma referência concreta do deslocamento do foco na doença mental para a produção e cuidado em saúde mental. Com efeito, o objetivo desse trabalho é discutir como um projeto de extensão realizado no Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (IMS-UFBA) do mesmo município pode contribuir com o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



fortalecimento desse deslocamento através do estudo e potencialização da dimensão narrativa do sofrimento psíquico. O projeto “Entre falar e sofrer: outros (dis) cursos para o sofrimento psíquico” propôs-se a politizar o campo discursivo sobre o sofrimento psíquico através do resgate ao direito do sujeito de habitar a linguagem, narrando sua experiência a partir dos significantes próprios à sua história. Nesse sentido, procurou reforçar o processo de desinstitucionalização através de duas metodologias dialógicas que articularam ações educativas, científicas e artístico-culturais: o Grupo de Estudos Chiaroscuro e as intervenções urbanas (Tendas Narrativas). O Chiaroscuro foi formado por 24 integrantes, dentre eles, técnicas do CAPS. À luz da psicanálise, foi problematizado que, operando como um Outro, a hegemonia do (dis)curso medicalizante sobre o sofrimento psíquico (re)produz a inscrição dessas experiências em uma rede de prescrições e modulações que desafiam o processo de desinstitucionalização preconizado pela RP e materializado em serviços como o CAPS. Já as Tendas Narrativas consistiram em intervenções urbanas com registros audiovisuais de narrativas sobre o sofrimento psíquico daqueles que transitavam pela cidade e aceitaram participar de forma voluntária, com assinatura de termo de concessão. Nesse contexto, propusemos a construção de ações teórico-práticas que dessem visibilidade à fala do sujeito sobre seu próprio sofrimento, colocando-o como protagonista de sua história. Por fim, pudemos articular que, em contraponto à alienação aos significantes normativos do campo biomédico, a potência narrativa dos sujeitos de transcrever o que sentem como sofrimento pode emergir à medida do dispositivo de escuta que a ela se dedique. Isso convoca os novos dispositivos de escuta, cuidado e produção de saúde mental a relevarem em sua atuação essa dimensão narrativa, já que a legitimação de lugares de linguagem e escuta que visem o direito ao trabalho simbólico do sujeito de subjetivar o sofrimento, potencializa a produção de outros (dis) cursos singulares à essas experiências, de forma ao sofrimento ser nomeado/narrado/vivido para além (ou aquém) do constrangimento a destinos dados pelo Outro da medicalização, fortalecendo o movimento de desinstitucionalização.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico; Narrativas; Desinstitucionalização; Saúde Mental; Psicanálise

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:
CONSCIENTIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO COMUNITÁRIA.**

Márjorie Moreno Silva

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Rafaele Menezes Sousa
Fátima Inês Romão

O Brasil não possui indicadores precisos sobre o contingente populacional de pessoas que vivem nas ruas. Essa ausência de informações prejudica um levantamento adequado das demandas dessa população, além de indicar um cenário de invisibilidade a esse público. Dessa forma, tornam-se precárias as condições de constituição de políticas públicas adequadas para atender ao quadro de precariedade social em que se encontram. Apesar dessa situação, esse público se depara com inúmeras vulnerabilidades sociais. Torna-se essencial construir intervenções que direcionem essa população em direção a outra condição social. As pessoas em situação de rua, além de viverem com todas essas mazelas sociais, ainda se encontram associadas a uma classe perigosa. A imagem constituída socialmente em relação a esse público se objetiva no indivíduo sem controle de suas ações e marcadamente associado à criminalidade. Nesse sentido, a pesquisa-ação tem se mostrado extremamente eficaz em intervir nessas condições. Essa estratégia metodológica permite analisar uma dada realidade, ao mesmo tempo em que intervém nesse espaço. Assim, essa pesquisa teve como finalidade conhecer e intervir na realidade desses sujeitos através da realização de grupos operativos por um período de um ano. Os grupos tinham como finalidade resgatar temas que produzissem inquietações nos sujeitos participantes, de modo a produzir um processo de politização em seus cotidianos, além de proporcionar escutas sistematizadas e dinâmicas que provocassem uma desconstrução dos estigmas sociais já enraizados. Através da análise das narrativas, os resultados sugerem que as experiências propiciaram mobilizações subjetivas e transformação no modo de lidar com as adversidades vivenciadas pela situação de rua. Essas ações se tornam imprescindíveis na consolidação de políticas públicas que dialoguem com a partilha social de saberes. É fundamental a articulação entre os saberes populares para que intervenções a esse público adquiram eficácia simbólica.

Palavras-chave: Situação de rua; Pesquisa-ação; Exclusão social.

USUÁRIAS DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: ESPECIFICIDADES PELO OLHAR DE PROFISSIO(NÓS) DE SAÚDE.

Larissa Ribeiro Nogueira de Lima
Marilda Castelar



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O presente trabalho discute como demandas do gênero feminino, abarcando também raça e classe social, atravessam o cotidiano dos serviços de saúde mental, considerando a aproximação dos Movimentos Sociais como possibilidade para garantia de direitos e inovação das práticas profissionais nesse campo. Visa analisar a compreensão de profissionais de saúde acerca das especificidades das mulheres usuárias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Consiste em uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Participaram cinco profissionais de saúde, militantes, atuantes na RAPS em Salvador-BA. Utilizou-se procedimentos da História Oral e entrevistas com roteiro semiestruturado contendo perguntas acerca do tema, a partir da dialética entre teoria e prática. Estas foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas em seu conteúdo. As interlocutoras compreendem gênero como fator específico e distinto para homens e mulheres, com vulnerabilidades e opressões intensificadas para mulheres negras e pobres. As profissionais revelaram aspectos relacionados à formação e atuação, assim como a influência e importância da militância para a práxis; especificidades das mulheres; medicalização e o “ser mulher”; relação entre o capitalismo, patriarcado, racismo (“nó”) e os sofrimentos das mulheres. Portanto, torna-se fundamental estimular a sensibilização e conscientização pessoal, profissional e política de profissionais de saúde na consideração das especificidades de gênero, particularmente das mulheres, na sua prática. Há necessidade de fortalecimento da RAPS como dispositivo de cuidado e efetivação de políticas públicas que articulem gênero, raça e saúde mental; além de demarcar a importância dos Movimentos Sociais, autonomia e organização coletiva das mulheres para transformações sociais concretas.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Profissionais de Saúde; Saúde Mental.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO E - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Denize Tavares Macedo

Este trabalho visa analisar a intervenção profissional do psicólogo junto aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Novo Olhar, no município de Vitória da Conquista na Bahia. O método escolhido aqui é o cartográfico, os relatos expostos foram frutos de anotações realizadas em um diário de campo durante os momentos de experimentação junto aos jovens e a equipe. O CREAS Novo olhar atende adolescentes/jovens de 12 aos 21 anos incompletos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude para cumprimento de medidas em meio aberto e suas famílias. Tem como objetivo garantir os direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, conforme preconizam as normativas legais, atuando de modo pedagógico com intuito de auxiliar os educandos na construção de um projeto de vida legalmente aceito e contribuindo para a ressignificação da vivência infracional, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares. A psicóloga realiza atendimentos psicossociais individuais ao adolescente e seu responsável; atendimento em grupo, no formato operativo ao adolescente; grupo de famílias em parceria com a assistente social, além de visita domiciliar e estudos de caso com a equipe e com a rede socioassistencial quando necessário. Desde os primeiros contatos com os jovens ficou evidente para a psicóloga que seria um desafio o desenvolvimento de um vínculo positivo, pois os jovens ali estavam por imposição e não por desejo, além de trazerem consigo expectativas quanto ao que iriam encontrar na instituição, o que levava muitas vezes ao estabelecimento de estratégias de resistência às atividades, aos socioeducadores e a própria instituição. Logo, verificou-se que é necessário que esse encontro com a equipe de socioeducadores se dê de modo positivo, estabelecendo um vínculo de amizade (Política da amizade de Foucault) que favoreça a potencialização das relações. A prática psicológica nasce do encontro e é dele que surgem alterações, visto que é a partir dos encontros que as afetações acontecem. Quando o profissional se permite ir ao encontro da diferença,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



abandonando a sua identidade e experimentando identidades múltiplas, dá o primeiro passo para o início de uma longa viagem de experimentação da vida e do outro. Entende-se que quando o profissional se despe de seus preconceitos e de seu lugar de suposto dono do saber, momentos de partilha e de aprendizado coletivo acontecem como um exercício intenso e constante que leva à invenção/construção de uma clínica – clínica múltipla em constante movimento que se inventa e reinventa a cada experimentação. Esse trabalho foi inspirado pela esquizoanálise proposta por Deleuze e Guatarri, sendo embasado por escritos de Jacques Derrida, Francisco Ortega, Luiz Fuganti, Regina Benevides e outros.

Palavras-chave: adolescência, cartografia, socioeducação, psicologia

A IMPORTÂNCIA DO APOIO EMOCIONAL PARA GESTANTES: SUAS E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS EM JOÃO DOURADO-BA

Ana Carolina Pereira Souza

Intervenções grupais e individuais, como grupo de acolhimento e pré-natal psicológico, são atividades utilizadas para a promoção da saúde de mulheres grávidas, propiciando um espaço de compartilhamento de vivências e informações acerca das transformações pelas quais as gestantes atravessam neste período. O presente trabalho tem como objetivo identificar a importância do acompanhamento psicológico de gestantes, o qual é desenvolvido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social Laura Araujo, da cidade de João Dourado-BA, enquanto estratégia do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), para promover o enfrentamento de situações de vulnerabilidades e risco social nas quais algumas gestantes estão inseridas. Buscou-se verificar se tal ferramenta contaria como uma estratégia articulação diante de tais impasses e uma intervenção possível junto às políticas públicas no território baiano. Para a construção deste trabalho foi utilizada a observação, com a finalidade de verificar como práticas de Psicologia e políticas públicas podem auxiliar na promoção do bem-estar e saúde das gestantes do grupo “Amor de Mãe”. Este trabalho desenvolveu-se com base em observação autoetnográfica, estudos bibliográficos e consultas a artigos, acessados eletronicamente em sites relacionados à área. A partir dos estudos, foi possível perceber que houve identificação entre as gestantes participantes do grupo, compartilhamento de sentimentos e apoio mútuo, estratégias essas que funcionaram como suporte social e emocional diante das sucessivas mudanças passadas neste período.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Concluiu-se que, o grupo compôs uma importante estratégia interventiva de cunho psicológico, à medida que articulou e promoveu saúde clínica e mental das participantes.

Palavras-chave: Gestantes, Políticas Públicas, SUAS, Apoio.

A PSICOLOGIA NA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eric Gamaliel Santos Oliveira
Vandrea Moreno Mendes de Carvalho

A Psicologia tem contribuído significativamente para a consolidação da Política de Assistência Social no Brasil, sobretudo com a atuação de Psicólogas/os que compõem as Equipes de Referências nos diferentes níveis de proteção social previstos nesta política. Concomitantemente, crescem os referenciais teóricos para embasar o fazer dos profissionais que hoje representam parte significativa das/os trabalhadoras/se do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, destacando as normativas desta política, bem como produções específicas do campo da Psicologia Social, como do CREPOP – Centro de Referência de Políticas Públicas do Sistema Conselhos, os quais possibilitam reflexões e orientações para a atuação destas/es profissionais. No entanto, percebe-se ainda a ausência de debates e referenciais teóricos acerca da atuação de Psicólogas/os nos espaços de Gestão da Política de Assistência Social, seja nas Coordenações de Equipamentos que ofertam serviços, programas, projetos e serviços, seja na instância máxima de gestão da Política Municipal de Assistência Social: as Secretarias e/ou Departamentos/Diretorias e afins. Ocorre que, com a inserção da Psicologia nesta seara, faz-se necessário refletir: quais as contribuições possíveis da Psicologia para a Gestão da Política de Assistência Social? Quais perspectivas teóricas podem orientar o trabalho de Psicólogas/os que atuam nesta seara? Quais os desafios para a Psicologia na Gestão do SUAS nos municípios. Tais questões surgem a partir da experiência das/os autores na atuação no Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social no Município de São Desidério, interior da Bahia, bem como da observação e diálogo com psicólogas/os que atuam em outras instâncias de gestão desta política em municípios circunvizinhos. Utilizando-se de referenciais teóricos do campo da Psicologia Social, Comunitária, do Trabalho, dentre outras, bem como de normativas, legislação e diretrizes que orientam a efetivação do SUAS, este estudo pretende problematizar o debate acerca do fazer da Psicologia neste espaço, bem como

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



fomentar a elaboração de referências teóricas e técnicas que embasem um fazer ético e político neste contexto de trabalho e promoção de direitos.

Palavras-chave: Assistência Social, Psicologia, Gestão.

A PSICOLOGIA NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS NA BAHIA

Monaliza Cirino de Oliveira

Naiane Gaspar Nunes

Cíntia Palma Bahia

Aila França Cabral

Mailson Santos Pereira

O processo de consolidação da assistência social como política pública de direito para quem dela necessitar e sua materialização através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é fato recente na história da garantia dos direitos no Brasil. Para a efetivação dessa política e para a garantia dos direitos por ela afiançados à população, o principal instrumento de sua operacionalidade são as/os trabalhadoras/es desse Sistema que figuram a força de trabalho e os próprios meios de produção dos direitos socioassistenciais às famílias. A formação e qualificação das/os trabalhadoras/es do SUAS tem sido tema recorrente nas diversas discussões e deliberações das conferências nacionais de assistência social, como também, nos espaços formativos das categorias que compõem o rol de profissionais descrito na Resolução CNAS n. 17/2011, principalmente, pela novidade da política, sua constante atualização e ausência ou incipiência de tais conteúdos nas grades curriculares dos cursos de graduação. No âmbito da política de assistência social, em 2012, foi criado o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) e em 2013, a Política Nacional de Educação Permanente - PNEP no SUAS. Na Bahia, a efetivação da PNEP tem perpassado por algumas plataformas, a saber: pela execução do CapacitaSUAS I, II e III; pela criação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS da Bahia – NUEP-SUAS-BA; e pela elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS da Bahia. A psicologia tem estado presente nesse espaço, seja através da técnica estadual responsável pela gestão do trabalho, por acompanhar o NUEP-SUAS-BA e a execução do CapacitaSUAS; seja através da representação do CRP03, do FETSUAS-BA e do CEAS-BA no referido Núcleo; seja como docente no CapacitaSUAS. Busca-se nesse relato de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



experiência sistematizar essa participação da psicologia e refletir sobre a importância do saber e fazer psicológico para a educação permanente no SUAS na Bahia. Observa-se que a psicologia tem sido protagonista, juntamente com outras categorias profissionais, no desenvolvimento desse processo na Bahia e aponta-se como desafios a construção do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS que seja condizente com as demandas das/os profissionais que atuam nessa política, assim como, do desenvolvimento de estratégias para se pensar as/os profissionais de nível fundamental e médio incluídas/os no SUAS.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Educação Permanente, Psicologia.

A PSICOLOGIA NOS ESPAÇOS DE GESTÃO ESTADUAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA BAHIA

Leísa Mendes de Souza
Naiane Gaspar Nunes

O presente relato de experiência visa sistematizar a participação da psicologia nos espaços de gestão da política de assistência social na Bahia, necessariamente, no âmbito da gestão estadual. Parte-se aqui do paradigma da gestão democrática participativa e, para tanto, parte-se do fazer das profissionais de psicologia que estão com cargos na estrutura da Superintendência de Assistência Social-SAS (Superintendente e técnica da Gestão do Trabalho). A inclusão da psicologia na Assistência Social ganhou maior expressão após a instituição do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, ao materializar a Política Nacional de Assistência Social, de 2004. Essa inserção se ratifica com a aprovação da Resolução n. 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelece o profissional de psicologia nas equipes de referência das unidades de atendimento do SUAS, reforçando assim a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/SUAS, de 2006. Tais regulamentações indicam também a atuação de psicólogas/os nas equipes de gestão do SUAS. Estes marcos legais vão ao encontro do compromisso social que a psicologia assumiu como ciência e profissão, dispondo-se a servir à sociedade transformando e construindo, em suas intervenções, o fortalecimento daqueles que necessitam de proteção e defesa social, compreendendo-as/os como “sujeitos de direitos”. Em nível de gestão estadual, o saber da psicologia pode contribuir para o fortalecimento de uma gestão democrática, garantindo espaço para a expressão de saberes e conhecimentos a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviço da população; oferecendo uma escuta qualificada às/aos trabalhadoras/es que compõem a equipe gestora; além da aplicação da avaliação do grau de satisfação de cada profissional que integra a equipe. No processo de trabalho é constante a busca pela garantia de espaços de supervisão, estudo e planejamento, visando ordenar a execução de cargos, funções e tarefas através da análise das habilidades e competências, como também do estímulo à participação social, através de fóruns, encontros, redes, entre outros. Ao contribuir com o fortalecimento da Gestão do Trabalho, local do cuidado com o trabalho e trabalhador, vem sendo priorizado a implementação de ferramentas de qualificação do trabalho, colaborando com a implantação de sistemas de informação, capacitações e estratégias para a oferta de apoio técnico, buscando qualificar o trabalho e as/os trabalhadoras/es que atuam em âmbito estadual e municipal. Na perspectiva de ampliar as ofertas que fortaleçam a prática profissional daqueles que atuam na execução direta de serviços, tem-se privilegiado conteúdos sobre o trabalho social com famílias, qualificando o acompanhamento familiar. Neste contexto de inserção da psicologia no SUAS, não só se comemora o engajamento social desta profissão através da sua prática, em seus diferentes níveis de gestão, assim como a sua abertura para posturas reflexivas e contributivas para o desenvolvimento de um exercício profissional cada vez mais implicado com os direitos humanos e socioassistenciais, compreendendo que as intervenções da psicologia devem acontecer em uma perspectiva crítica, potencializando fazeres e posicionamentos ético-políticos, refletindo uma concepção de garantia de direitos, colaborando para ressignificar a vivência de sofrimento psíquico daquelas que vivem expostas a riscos e à vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Gestão do SUAS, Psicologia.

A REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CUIDADO À POPULAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES E DA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA.

Fátima Inês Romão

Desde a década de 1990 tem crescido a quantidade de pessoas nos centros das grandes metrópoles brasileiras e nas periferias delas. Todavia, apenas em 2008 o Governo Federal apresentou à sociedade brasileira um documento contendo as diretrizes da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, com fins de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento social,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos. A Cartilha do CREPOP explica que o psicólogo, no âmbito da Assistência Social, deve objetivar o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e proporcionar a consolidação das políticas públicas. A população em situação de rua, presente em várias cidades do mundo, é um fenômeno multifacetado e multidimensional. Todavia, esta comporta características peculiares comuns. Nesse âmbito, o propósito desse estudo foi analisar a organização da rede assistencial destinada a esse público em uma cidade do sudoeste baiano e as dificuldades no funcionamento dos serviços ofertados. Observou-se que nesses serviços são desenvolvidas atividades de grupo e encontros. São também espaços onde os indivíduos podem cuidar da própria higiene pessoal, descansar e receber alimentação. Contudo, encontram-se lacunas no desenvolvimento de práticas mais adequadas ao perfil desses sujeitos, considerando suas singularidades e especificidades culturais. Nesse sentido, os serviços necessitam de maior eficácia na execução de suas ações, pois ainda não se mostram suficientemente implementados, com práticas residuais e desarticuladas com a cultura particular desses sujeitos. O processo de implementação das políticas e aparatos normativo-legais não é linear, mas um jogo dinâmico, contínuo e, em grande parte, conflitivo, que envolve uma pluralidade de atores, contextos, concepções e interesses, perpassada por questões que se encontram além da própria natureza desses mecanismos.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Rede assistencial; Psicologia Comunitária; Autonomia.

ABANDONO FAMILIAR: ATENÇÃO E CUIDADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS.

Jessica Menezes Mattos

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil carrega consigo uma história de longos anos, que durante este percurso passou por várias modificações, tanto no conceito quanto em suas práticas, ampliando assim, a discussão sobre o papel da família como instituição primordial de proteção a criança e adolescente, assim como os benefícios e/ou prejuízos que podem acarretar no desenvolvimento humano e na vivência institucionalizada. Perante este fato, a institucionalização apresenta-se como uma das possíveis alternativas para garantir a sobrevivência dos filhos de muitas famílias. É importante destacar a compreensão de família que tratamos nesse artigo, a partir de um

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



contexto ampliado, e não somente da família tradicional patriarcal - composta por pai, mãe, filhos e filhas - mas na medida em que busca abranger e envolver as diferentes relações entre os seus membros. Para elaboração deste trabalho utilizou-se revisão de literatura narrativo-descritiva, com abordagem qualitativa. Pesquisou-se artigos indexados no Google Acadêmico e na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Onde foram encontrados artigos que expuseram o abandono familiar e a institucionalização como uma das possíveis alternativas para garantir a sobrevivência dos filhos de muitas famílias. A partir do exposto, insere-se a/o Psicóloga/o no acompanhamento de crianças e adolescentes institucionalizados de modo a ofertar um ambiente para que os abrigados possam expressar seus sentimentos e desenvolver seu autoconhecimento, levando-o a diminuição das angústias e sofrimentos do sujeito, bem como ajudar na compreensão do processo de institucionalização e de abandono. O presente artigo tem como objetivo proporcionar uma discussão a acerca das significações do abandono familiar em crianças e adolescentes institucionalizados, bem como problematizar os possíveis conflitos no desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos, tendo em vista a problemática de como as crianças e adolescentes vivenciam o abandono familiar. Além de discutir o papel da/o psicóloga/o no contexto de abandono familiar. Desta forma, a revisão de literatura mostrou que a separação ou privação da criança do seu convívio familiar e posteriormente a sua institucionalização, podem estar relacionados a prejuízos no seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico e social, e a descontinuidade dos vínculos relaciona-se a falta de uma figura de base que contribui para uma possível formação insegura dos padrões de apego, podendo levar a danos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais. Diante disso, entende-se que o trabalho da/o psicóloga/o inserido nesse contexto deve ultrapassar a atuação individualizante, com ações participativas, integradas, políticas públicas e sociais, onde a visão seja voltada para o sujeito biopsicossocial e espiritual as suas vivências (STEGANI, 2015). E não mais o de técnico que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, mas sim de um profissional inserido na atenção e proteção integral, considerando a criança e o adolescente sujeito de sua própria história e como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Criança; Institucionalização; Brasil; Abandono Familiar; Psicologia.

ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS NA BAHIA

Mailson Santos Pereira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Neila Tiara Santos Soledade

O presente relato de experiência visa sistematizar o processo de acompanhamento de políticas públicas, necessariamente, da política de assistência social na Bahia, através da pauta da primeira infância no âmbito do SUAS. Para tanto, parte-se da atuação dos autores, seja no âmbito da psicologia, enquanto representação das/os trabalhadoras/es no espaço do controle social da política de assistência social na Bahia: o Conselho Estadual de Assistência Social; seja da atuação do serviço social, enquanto técnica da proteção social básica estadual, responsável pelo Programa Primeira Infância no SUAS, necessariamente, através das reflexões desenvolvidas nas reuniões do GT do CEAS de acompanhamento deste Programa. O processo de adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS na Bahia foi marcado de tensões e enfrentamentos por parte da sociedade civil do CEAS-BA, no entanto, com a aprovação do aceite do estado, em reunião ordinária do Conselho Estadual, por maioria simples, a representação das/os trabalhadoras/es indicou a necessidade da criação de um Grupo de Trabalho do CEAS para realizar o processo de monitoramento e acompanhamento da implementação desse Programa na Bahia. A atuação interdisciplinar das duas categorias profissionais, agregada ao saber da pedagogia, a partir da outra técnica da proteção social básica do estado, bem como, de outros olhares do serviço social e da psicologia, (pela representação do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social da Bahia no GT do CEAS e de convidadas do Conselho Regional de Psicologia da Bahia para acompanhar as reuniões do GT), permitiu problematizar as orientações nacionais repassadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, considerando as ressalvas do aceite na Bahia apontadas pelo CEAS e os elementos do Programa que não se adequavam à política de assistência social, ensaiando o desenvolvimento de estratégias que permitissem o referido acompanhamento desse Programa, a saber: adaptação da capacitação CDC e do formato das visitas domiciliares, como também, acréscimos dos temas da Política Nacional de Assistência Social, em específico, as questões referentes à territorialidade. O processo de desenvolvimento do Programa na Bahia apresenta diversos níveis de implementação, devido às dez rodadas de adesão para os municípios, ofertadas pelo MDS, o que se configura como um desafio maior para o processo de acompanhamento e monitoramento deste Programa. Em âmbito estadual, conta-se atualmente com uma equipe responsável pelo capacitação e acompanhamento dos municípios, tendo sido realizado às capacitações iniciais para todos os municípios aderidos e sendo iniciado o processo mais sistemático de monitoramento remoto e in loco destes municípios. Aponta-se que as questões e tensões que o Programa



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



gerou na própria estrutura da Coordenação da Proteção Social Básica, com a desvinculação e revinculação de técnicas da proteção social básica do estado no desenvolvimento das ações do Programa e questões burocráticas da gestão do SUAS no estado retardaram o processo de redesenho da entrega que o Governo do Estado da Bahia pretende fazer a esse Programa, sendo este redesenho iniciado apenas recentemente, com a criação da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite, em maio de 2018 e a instalação da mesma, em agosto do mesmo ano.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Programa Primeira Infância no SUAS, Monitoramento.

INTERFACES DA ATUAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NO CREAS NOVO OLHAR DE VITORIA DA CONQUISTA/BA

**Denize Tavares Macedo
Natilaane Brito santos**

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência da parceria na execução de atividades entre psicóloga e assistente social, no acompanhamento em grupo das famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Novo Olhar, que faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política de Assistência Social no município de Vitória da Conquista-BA. A metodologia utilizada pautou-se no método qualitativo exploratório. Desse modo, a coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental, em fontes primárias, através de documentos institucionais, onde foram analisados os relatórios dos grupos de famílias, que são elaborados a partir da execução dos encontros do grupo, que além de trazer todo o desenvolvimento das atividades, também constam as avaliações dos encontros a partir dos objetivos previamente estabelecidos. O CREAS Novo Olhar atende adolescentes/jovens de 12 aos 21 anos incompletos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude para cumprimento de Medida Socioeducativas em meio aberto e suas respectivas famílias. A medida tem por finalidade garantir o acesso aos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, atuando de modo pedagógico com intuito de auxiliar os educandos na construção de um projeto de vida

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



legalmente aceito, contribuindo para a resignificação da vivência infracional. Outro forte objetivo da Medida é o fortalecimento dos vínculos familiares, por entender-se que a família deve fazer parte de todo o processo socioeducativo. Os adolescentes que são considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são fortemente influenciados pelos vínculos familiares e comunitários e pelas relações estabelecidas nesse contexto. Sendo assim, a família tem papel fundamental na sobrevivência, cuidado e proteção dos seus membros. Para tanto, faz-se necessário promover a reflexão acerca dos direitos das famílias, desenvolvendo a autonomia, o protagonismo e incentivando o empoderamento. Neste sentido, os encontros do grupo de família acontecem mensalmente, com no máximo 30 participantes. Seguem o formato operativo, sendo trabalhados diversos temas de interesse dos familiares, cada encontro com duração de uma hora e trinta minutos. Observou-se que os encontros em grupo favorecem o processo de aprendizagem por meio da partilha das vivências de cada participante, que passa a olhar com criticidade a sua realidade dando novos significados as suas experiências. Contribuindo dessa forma para o fortalecimento da relação entre o educando e a família, que é de extrema importância para o desenvolvimento do socioeducando junto ao Plano Individual de Atendimento – PIA. O desenvolvimento dessas atividades integrando a psicologia e o serviço social permitem ampliar o modo de perceber e conduzir o grupo, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança dos familiares, que se apropriam dos seus direitos, tornando-se protagonistas de sua própria história, capazes de buscar resolução para seus conflitos e problemáticas.

Palavras-chave: famílias

ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES NO SUAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline Pereira Castro

Este trabalho tem como objetivo descrever a minha trajetória de intervenção na área de Emergências e Desastres durante a minha experiência no SUAS- Sistema Único de Assistência Social. Sou ex membro do Grupo de Trabalho Psicologia em situações de Emergências e Desastres - GTPED que foi instituído em 2009 no CRP-03 vinculado à Comissão de Psicologia e Políticas Públicas buscando responder à demanda contemporânea de discutir os impactos dos desastres e mudanças climáticas na

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



subjetividade, assim como a relação das pessoas com o meio ambiente e seu território. Ao longo dos anos essa área da Psicologia vem tendo maior abrangência, pois entendemos que a Psicologia vai além das emergências e desastres. Podemos estar na prevenção, na preparação, durante o desastre e na recuperação pós desastre, no planejamento e gestão de riscos. Com isso é relevante maior construção de espaços de discussão e reflexões de temáticas transversais da Psicologia em Emergência e Desastres. O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as ações e intervenções realizadas nesse processo, dentre as atividades a serem relatadas estão o atendimento psicossocial, diagnóstico de campo, atendimento domiciliar, realização de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, atendimento ao PAIF (Proteção de Atendimento Integral a Família) E PAEF, atividades comunitárias, orientação e encaminhamentos e atendimento individual e intervenções sociais. Dentro desse percurso profissional vou relatar a vivência Município- Macururé Localizado no sertão da Bahia que estava em situação de emergência, decorrente do período de grande estiagem (seca) , no qual atuei como psicóloga do CRAS- Centro de Referência da Assistência social, passando por outro município baiano- Lajedinho no qual atuei no período de desastre ambiental, onde ocorreram 17 mortes e teve repercussão nacional , dado um impacto da tragédia .Irei apresentar as frentes de trabalho e ingerências durante minha estadia com um grupo de mais 11 psicólogos pioneiros nessa intervenção em um Município baiano em parceria com a Defesa Civil Nacional, Defesa civil Municipal, Secretaria de Assistência Social, SEDES (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza) ,CREPOP- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; ABRAPEDE – Associação Brasileira de Psicologia das Emergências e Desastres;, vigilância sanitária e outros. Pretendo assim compartilhar ideias e inquietações entre os interessados no campo, pois há uma grande relevância e crescimento da área, em especial na Bahia que é acometida por diversos tipos de desastres e demanda assim ações articuladas da Psicologia.

Palavras chave: Psicologia ; SUAS; Emergências; Desastres

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM CRAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE COMO NÃO TER RECEITAS PRONTAS

Denise Viana Silva

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Após alguns anos de prática com pesquisa em Políticas Públicas e atuação em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), uma pergunta comum recebida de colegas de profissão provocou a escrita do presente relato de experiência: - “Estou trabalhando em um CRAS, o que devo fazer?”. As tentativas de respostas a recorrente questão se amparam nos estudos do campo da Psicologia Social e Comunitária, nas referências do Sistema Conselhos de Psicologia sobre a atuação da Psicologia em Políticas Públicas, nas legislações que delineiam sobre os serviços de atenção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da própria experiência enquanto psicóloga técnica de um CRAS em uma cidade do interior da Bahia. O presente relato não se debruça no julgamento das razões que provocam o tal questionamento, seu objetivo pretende discutir a respeito dos documentos legais, técnicos e acadêmicos sobre a atuação de psicólogos(os) em CRAS e apresentar como tem sido a experiência de uma profissional nesse campo. Um dos primeiros pontos necessários a abordar com aqueles que apresentam dúvidas sobre o trabalho da Psicologia no CRAS é entender do que se trata esse serviço. A partir da compreensão de que trata-se de uma unidade pública estatal, responsável pela oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do SUAS para indivíduos e famílias em situação(ões) de vulnerabilidade e risco social dos municípios, a trajetória do que buscar de conhecimentos e recursos para a atuação profissional nesse local começa a ser desenhada. Além das principais legislações do campo, outras Leis voltadas aos direitos dos sujeitos atendidos (crianças e adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, pessoas portadoras de necessidades especiais, entre outros), compuseram a literatura básica para compreensão do trabalho no CRAS. Pesquisas e produções acadêmicas e do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foram também fontes fundamentais de contínuo estudo. A partir das referências, mais de três anos com distintas (re)configurações de fazeres técnicos possibilitaram uma série de ações que interviam individual, coletiva e comunitariamente no trabalho realizado, além de uma salutar relação de parceria e diálogo entre a equipe do CRAS. A apresentação da experiência se divide em três períodos: A chegada ao equipamento e a repetição de práticas antigas; O início de capacitações e investimento em novos métodos; e Construções coletivas e resultados de novas práticas. Foi possível nesse período aproximar bastante a teoria da prática, claro, não sem dificuldades e dilemas. Esse relato promove um debate acerca do fazer da psicologia no CRAS, sua atuação interdisciplinar, a elaboração de documentos, a (re)criação de estratégias de ações, a importância do planejamento e a interface com a rede de Políticas Públicas. A(o) psicóloga(o) pode apresentar efetivo papel nas equipes que compõem os serviços socioassistenciais, contudo, não há receitas prontas para isso. O código de ética e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



demais legislações que norteiam a profissão e a Política são ingredientes básicos, porém, a disposição para ouvir e (re)inventar práticas são temperos que fazem a diferença na atuação em territórios com os mais diversos paladares e variadas necessidades.

Palavras-chave: CRAS, Psicologia, Relato de experiência.

CAMPANHAS: AÇÕES QUE EFETIVAM DIREITOS!?

Eric Gamaliel Santos Vieira
Fredinara Aparecida Souza Leal Corado
Michelle do Nascimento Vieira
Vandreia Moreno mendes de Carvalho

A atuação da/o Psicóloga/o nas Políticas Públicas, sobretudo na Política de Assistência Social, precisa estar imbrincada no olhar para as especificidades das/os sujeitos atendidos nos diferentes equipamentos, níveis de proteção e lugares de (com)vivência, os quais estejam em situação de risco e vulnerabilidade social. Isso requer, portanto, a desconstrução de preconceitos, estereótipos e convicções que possam perpetuar o lugar de opressão destas/es indivíduos. Atualmente, um dos grandes mecanismos utilizados pelas equipes multiprofissionais dos serviços públicos para combater situações de violação de direitos, violência e promover a garantia de direitos tem sido as Campanhas Municipais, com temáticas e público-alvo diversos, as quais seguem, quase sempre, motes nacionais, estaduais e se refazem nos contextos urbanos e rurais no intuito de efetivar ações que primem pela qualidade de vida das pessoas que carecem de informações, formações, orientações, ou mesmo de canais para denúncia e enfrentamento às inúmeras mazelas que vivenciam, com especial atenção para aquelas populações que historicamente foram alocadas em espaços sociais de abjeção, seja por questões relacionadas a renda, a orientação sexual, a identidade de gênero, a cor/raça ou à etnicidade, entre outros marcadores que delegam uma enorme parcela da população brasileira a vivência de situações de violência, violações, preconceito e estigmas. Ora, há que se refletir se as Campanhas de Mobilização, as quais alcançam grande público e tornam-se midiáticas conseguem, de fato, alcançar o público que carece ser atingido por tais ações. Assim, este trabalho pretende trazer reflexões acerca de campanhas Nacionais, Estaduais e Municipais realizadas na Cidade de São Desidério – BA, as quais tem como principais articuladores/organizadores, Psicólogas/os e Assistentes Sociais, especialmente aquelas/es



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que atuam na Política de Assistência Social, os quais encapam estas lutas em parceria com instituições de ensino, sociedade civil, conselhos de direitos e tantos outros mobilizadores que compõem a Rede proteção Social. Destacam-se, para tanto, as seguintes campanhas – “mulheres lindas, forte e livres”; Campanha Municipal de Combate à LGBTfobia – “Respeito é bom... e eu gosto”; Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – “Faça Bonito”; Dia Nacional da Luta Antimanicomial – “Loucos uns pelos outros”; Festivais da Juventude – “I - Tempos Modernos e II – Participação e Protagonismo Juvenil – nenhum direito a menos”; Semana da Consciência Negra; dentre outras. A partir deste cenário de tantas bandeiras, lutas e ações que compõem cronogramas das campanhas supracitadas, busca-se destacar a atuação de Psicóloga/os, em parceria com outros profissionais que compõem as Equipes de Referência dos Serviços, ou mesmo que contribuem com a Gestão Municipal, tem contribuído para um novo formato na elaboração e execução de Projetos que fundamentem tais campanhas, com metodologias mais aplicadas ao demandatários dos serviços, de modo que a Psicologia, inserida nestas campanhas, contribua para que tais intervenções não se limitem a reprodução de lemas e motes publicitários, mas que seja uma ferramenta para a construção, efetiva, de ações voltadas para o público acessar direitos sociais e humanos.

Palavras-chave: Campanhas, Mobilização, Psicologia, Interdisciplinariedade, Direitos.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO GARANTIA DOS DIREITOS E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

**Itamar de Almeida Carneiro
Silvone Santa Bárbara da Silva**

Este trabalho pretende relatar as contribuições da psicologia a partir da experiência na atuação em situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários além do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. Trata-se de uma experiência em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em uma comunidade rural da Bahia que buscou realizar uma intervenção da psicologia cujo foco foi o descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). A inserção da psicologia na Política Nacional da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Assistência Social (PNAS) e a implementação de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, convoca a psicologia para o desenvolvimento de intervenções importantes aos usuários (as) com o objetivo de garantia dos direitos e superação das desigualdades sociais. Esse campo de atuação traz para o psicólogo alguns desafios, dentre eles a orientação pelos princípios éticos que devem nortear a intervenção dos profissionais da Assistência Social, conforme proposto na NOB–RH/SUAS que visa a defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, o compromisso em garantir atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para a autonomia e sustentabilidade, o reconhecimento do direito dos usuários a terem acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social, dentre outros. Os encontros fizeram parte do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e foram planejados previamente e organizado a partir de um grupo formado por famílias que estavam em descumprimento de condicionalidades. Tais atividades possibilitaram um melhor entendimento da família sobre o PBF a partir de rodas de conversas e experiências das famílias e histórias de superação, bem como fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os encontros permitiram reflexões acerca da função de cada membro na família, bem como os atravessamentos de gênero no contexto familiar e comunitário. A aposta em trabalhar com as famílias em condição de descumprimento das condicionalidades do PBF atravessa a concepção de que elas sejam agentes ativos e participantes na construção de projetos de vida e de recursos para superação de suas dificuldades. Foi possível observar que para além dos descumprimentos, as famílias relataram fragilização dos vínculos e dificuldades na educação dos filhos e na relação parental. O resultado do cumprimento das condicionalidades do PBF está além do recebimento do recurso monetário, da melhoria nos níveis de educação e saúde, mas implica no reconhecimento dos direitos sociais por parte das famílias beneficiárias. Foi possível evidenciar que as famílias não entendem o recebimento do recurso como elemento principal, mas, apresenta-se como um caminho para a cidadania, fonte de autonomia e saída para a dominação de gênero. Finalmente, cabe destacar a necessidade de maiores produções teórico-científicas que apresentem subsídios para a atuação do psicólogo no SUAS com vistas a contribuição e qualificação do exercício profissional comprometido com a garantia dos direitos e da cidadania.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Programa Bolsa Família.

**CRAS NA PRAÇA: DIVERSIDADE CULTURAL E PROTAGONISMO SOCIAL
EM TREMEDAL-BA**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Grazielle Silva

Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso

Felipe do Amaral Carvalho

Keren Albuquerque

Welza Silva dos Santos Pena

Este texto tem por objetivo refletir sobre os impactos do Projeto CRAS na Praça, realizado em Tremedal Bahia analisando se a proposta auxilia no fortalecimento de vínculos comunitários e identificando a importância da atuação do psicólogo neste contexto. O projeto consiste em intensificar a interação da comunidade local (urbana e rural) com as políticas públicas sociais, apresentando atividades que objetivem tratar da diversidade cultural, de prestar orientações sobre os programas sociais (PAIF, CADÚnico, SCFV, Criança Feliz, dentre outros), além de promover espaços de lazer e protagonismo social. O trabalho é apoiado pela Prefeitura de Tremedal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e realizado pela equipe do CRAS, seja pelo Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), Criança Feliz e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O CRAS na Praça teve início no mês de abril, acontecendo sempre às quintas-feiras, em período noturno, com estrutura montada na praça da cidade e nos distritos da zona rural. Nas quatro edições já realizadas do projeto, foram abordados temas e atividades que retratam a cultura local, direitos de cidadania e militância social, a saber: **1ª Edição:** Apresentação do Filme “De Cabrobó a Sun Paulo”, história de dois assaltantes que roubam o museu Ipiranga e buscam se esconder no sertão nordestino. Muitas cenas desse longa-metragem foram gravadas no município, há mais vinte anos, e contaram com a participação de moradores locais. **2ª Edição:** Destaque ao período das festas juninas: Stands expositivos com material do SCFV, apresentação do Cordel Histórico sobre Tremedal pelo Professor Marcolino Ferraz, realização de quadrilha junina improvisada, apresentações dos artistas locais que animaram a noite tocando forró tradicionais. **3ª Edição:** Homenagem ao mês dos Avós com stands expositivos, apresentação das crianças e adolescentes do SCFV e jovens da comunidade aos avós, desfile dos idosos e momento dançante com músicas dos anos 60. **4ª Edição:** Noite Cultural no Povoado do Agreste. Stands expositivos com material do SCFV, orientações dos técnicos do CRAS, apresentação de atividades culturais: danças urbanas, carimbó, maculelê, capoeira, samba de roda, canto acompanhado por teclado protagonizado pelos jovens da comunidade. Cada edição contou com 150 participantes aproximadamente. Cabe

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



salientar que, mediante análise qualitativa dos resultados, foi observado alguns desafios existentes, no que se refere a grande extensão territorial e no estudo cultural mais intenso do município exigindo da equipe organizadora, dentre eles o psicólogo, a importante função de integrar os sujeitos, promover acesso ao direito de cidadania e efetivar espaços de convivência social, condição evidenciada no desenvolver do projeto. O público mostrou-se motivado pelos conteúdos históricos que revelaram o cotidiano e o resgate identitário da comunidade, além da valorização dos artistas locais na exposição de seus talentos e o fortalecimento da convivência dos grupos intergeracionais que expuseram suas habilidades, muitas delas desenvolvidas e potencializadas em meio as políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Comunidade, Participação Social e Identidade cultural.

PSICOLOGIA, INTERIORIZAÇÃO E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO A COMISSÃO REGIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Brenda Luara dos Santos de Souza

Este trabalho aborda um relato de experiência sobre a atuação do Grupo de Trabalho Psicologia e Políticas de Assistência Social (GTPPAS) junto a Comissão Regional de Psicologia na Assistência Social (COREPAS) nos espaços de discussão, construção e avaliação da política socioassistencial em Vitória da Conquista. O ano de 2017 registra o maior número de ações e discussões do GTPPAS, e essas ações propiciaram uma afirmação da psicologia baiana com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no interior do estado e com uma atuação ética comprometida com melhores condições de oferta dos serviços, bem como de trabalho para a categoria. Nesse contexto, destacam-se entre as ações: 1) a participação na fundação do Fórum Municipal de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS onde as discussões do plenário de lançamento possibilitou um alinhamento entre as dificuldades de atuação percebidas pelas categorias e a importância das ações conjunta no enfrentamento as precarizações; 2) participação no seminário *A Psicologia baiana nas Conferências de Assistência Social: principais demandas e bandeiras* – com transmissão ao vivo para toda Bahia, promovido pela COREPAS na sede do CRP, em parceria com o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Social do Estado da Bahia que recomendou a liberação das/os profissionais e disponibilização do equipamento durante o expediente, orientando sobre as demandas estaduais de forma integral e sem prejuízo as demandas municipais [e que inspirou a]; 3) convocação da reunião ampliada *A Psicologia em Defesa do SUAS* pelo GTPPAS [que levou a criação da]; 4) Carta Aberta as/aos trabalhadoras/es do SUAS distribuída na Conferência Municipal de Assistência Social - versando sobre as necessidades da defesa dos interesses das/os usuárias/os e das/os trabalhadoras/es enquanto pautas relacionadas estruturalmente pela efetividade ao acesso e oferta do SUAS no âmbito municipal, Estadual e Nacional. De modo geral, todas essas ações e participações levou a uma atuação coesa entre as categorias trabalhadoras e as/os usuárias/os na Conferência Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista. O GTPPAS possibilitou uma mediação entre sede e subsede, gestão profissional e categoria profissional de forma integralizada e também democrática. Inspirando e apoiando as ações do interior na defesa de suas próprias necessidades, reforçando uma psicologia comprometida com uma construção e execução democrática do SUAS. Todavia, apesar de pautas importantes perdidas na votação do plenário da Conferência, foi registrada os problemas da organização que contribuiu com o esvaziamento da sociedade civil em momentos importantes da Conferência. Mas pautas relevantes e necessárias também foram aprovadas, para as categorias e usuárias/os, devido à organização em torno do enfrentamento.

Palavras-chave: Psicologia, Política Socioassistencial, Interiorização, SUAS

DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF/CRAS EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: A PRÁTICA PELO OLHAR DO PSICÓLOGO

**Ailena Julie Silva Conceição
Aléxia Raiana Barbosa de Souza**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o Centro de Referência da Assistência Social (A.S) – CRAS, que é a unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, a porta de entrada da A.S, em um município de pequeno porte do Litoral Sul da Bahia, (Maraú). Como também, elencar alguns desafios presentes nas intervenções do profissional de Psicologia em relação à efetivação das diretrizes estabelecidas para a oferta do Serviço do Programa de Atendimento Integral a Família –



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PAIF, no acompanhamento das que são cadastradas no CRAS. Este trabalho é fruto das reflexões e vivências acerca das dificuldades do Psicólogo nas práticas do trabalho social com famílias, destacando alguns aspectos que envolvem a participação das mesmas no serviço, frente as mais variadas configurações familiares, seus aspectos políticos, econômicos, étnicos e culturais. Sem esquecer da escassez de recursos, humanos, financeiros e materiais que dificultam o acesso a essa política pública. Além de listar fatores que são entraves na realização do acompanhamento familiar, marcado pela grande demanda apresentada no cotidiano do CRAS e baixo número de pessoal na equipe técnica, fator que se tornando obstáculo para a concretização de muitas ações com qualidade, já que faltam os já citados recursos em quantidade e qualidade necessária para a resolutividade das situações de vulnerabilidade social. Lembrando, da questão da grande fragmentação do trabalho em rede, fator relevante, que acaba sendo um entrave significativo para o bom andamento das atividades no alcance do empoderamento e protagonismo social dos usuários. Protagonismo este, essencial a participação e empenho dos agentes dos equipamentos e serviços ofertados no ambiente em que essa família está inserida.

Palavras-chave: Política Pública, PAIF, Assistência Social, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Acompanhamento Familiar, SUAS.

EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTÁGIO EM UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO

**Laryssa Soares Leite
Kueyla de Andrade Bittencourt**

O presente trabalho busca relatar minhas percepções sobre o Estágio Profissionalizante em Psicologia e Políticas Públicas que teve como proposta aprofundar-se no estudo de temas relacionados às políticas públicas através de uma abordagem psicossocial salientando a proteção especial da Assistência Social e foi uma oferta do curso de Psicologia do Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia – Campus Anísio Teixeira (UFBA/IMS-CAT), entre os anos de 2017 e 2018. A atuação foi realizada num serviço de alta complexidade por se tratar de uma unidade de acolhimento 24 horas, na qual nos foi proporcionado um intenso contato com crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, a exemplo do abandono, violência física, psicológica ou sexual; através de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



acompanhamento das atividades diárias do local e da atuação do profissional psicólogo responsável, através de atendimentos, visitas domiciliares, audiências de reintegração familiar com a Promotoria da Infância, atividades de cunho individual e as que foram propostas durante o estágio no formato de grupo. Ao longo desse relato de experiência, busco trazer aspectos do referencial teórico acerca das Políticas Públicas de Assistência Social abarcando os avanços e os retrocessos nas garantias de direitos fundamentais desde a Promulgação da Constituição Federal de 1988, que apontam uma discussão já recorrente do quanto o sistema econômico capitalista e o conjunto de ideias políticas e econômicas neoliberais colaboram tanto para um modo de viver como para uma atuação profissional baseadas em pouco questionamento das ações e na reprodução de técnicas e saberes sem reflexão crítica, fator esse que corrobora para as práticas individualizantes e responsabilizadoras do sujeito. Por outro lado, percebe-se a importância da/o psicóloga/o nesses contextos por dispormos de conhecimentos variados acerca do desenvolvimento humano e importância da família nesse aspecto, teorias de apego seguro, além de um olhar sensível às particularidades de cada sujeito e uma escuta especializada em atendimentos tanto individuais quanto grupais. Aspectos estes que me fizeram perceber o quanto a Psicologia é uma área que ainda apresenta muitas dificuldades e desafios em demonstrar sua relevância nesses dispositivos e como a rede de proteção especial possui singularidades e tem muito que caminhar para sua maior efetivação.

Palavras-chave: Assistência Social. Psicologia. Políticas Públicas.

O CRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PERSPECTIVAS DE GESTORES, EQUIPE TÉCNICA E COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Ovídio Ribeiro da Anunciação Júnior
Givanildo da Silva Nery
Danilo Conceição Carvalho

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto dispositivo de efetivação da Política de Assistência Social articulado as Políticas Públicas locais e intersetorializadas permite a efetivação do estado democrático de direito e garantia da cidadania e protagonismo social, permitindo por essas razões o compartilhamento de visões e perspectivas diversas de diferentes atores sociais. OBJETIVO: Nesse sentido o objetivo desse trabalho foi observar como são compreendidas as políticas e os serviços de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



assistência na perspectiva de gestores, profissionais e comunidade atendida pelo CRAS de um município de pequeno porte. **METODOLOGIA:** O trabalho é resultado de uma experiência de sete meses de estágio no CRAS, considerando a participação crítica em reuniões, visitas e atendimento junto a gestores, equipe técnica de referência e comunidade atendida por este serviço. **RESULTADO:** Foi possível observar neste período uma dificuldade de alinhamento entre a política e as práticas compartilhadas entre os atores (gestores, técnicos de referência e comunidade) manifestado entre o conflito da equipe técnica que busca materializar as prerrogativas legais e técnicas, gestores que buscam objetivar o fortalecimento do clientelismo e comunidade de usuários que carecem do despertar crítico para que estejam comprometidos com sua própria realização política, econômica e social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim ressalta-se a efetividade da emancipação e protagonismo social dos indivíduos assistidos pelo serviço de proteção social básica como desafios e contraponto ao controle social e sua ineficácia parcial atribuída aos notórios conflitos de caráter político, intersetorial e relacionado aos atores envolvidos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Serviços, Assistência.

O PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elaine Batista de Oliveira

Com a implantação da Política de assistência Social houveram grandes avanços na garantia dos direitos sociais, tal feito foi possível através da Constituição Federal de 1988 que colocou a referida política no rol da Seguridade Social juntamente com a Previdência Social e a Saúde. Tal feito firma a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, deixando para trás a ideia de assistencialismo e clientelismo. Nesse processo de implantação e implementação da assistência social nasceu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, visando a organização de serviços e benefícios socioassistenciais em todo Brasil. E é nesse cenário que o profissional de Psicologia começa sua inserção no âmbito social, trazendo suas limitações teóricas e metodológicas, visto que a Psicologia no Brasil tem sua construção histórica na área da saúde mais especificamente no espaço clínico, trabalhando com o indivíduo, com intervenções individualistas sem enfoque no coletivo. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo principal discutir sobre a inserção da (o)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Psicóloga (o) no SUAS. As discussões neste artigo tentaram responder a questão norteadora que foi quais as contribuições do profissional de Psicologia no SUAS desde sua inserção? Compreendemos que a política de assistência social é um dos espaços de maior empregabilidade na área da Psicologia, assim este trabalho possui extrema relevância para ampliarmos as discussões das dificuldades e avanços das (os) Psicólogas (os) nessa campo de atuação. O método utilizado foi uma revisão bibliográfica narrativa, os bancos de dados foram dos periódicos Scielo e do BVSPsi. Ressaltamos que, a (o) Psicóloga (o) vem contribuindo de forma singular dentro da política de assistência social, seja nas discussões interdisciplinares e intersetoriais, como também com um olhar diferenciado sobre a história de vida do usuário que chega nos CRAS e CREAS, levando em conta que na sua maioria essas pessoas são seres históricos, com condicionantes sociais, econômicos, biológicos e psicológicos. Destacamos que, ainda encontramos poucos estudos sobre a atuação do profissional de Psicologia no SUAS.

Palavras-chave: Assistência Social, SUAS, Psicologia, Psicólogo;

PESPECTIVAS DA MILITÂNCIA DA PSICOLOGIA BAIANA EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO SINPSI BAHIA

Marcelo Tourinho de Garcia Soares

Este relato apresenta elementos e experiências de participação da psicologia de forma militante, ética e profissional nos espaços de organização de trabalhadores/as e controle social da política de assistência social na Bahia, a saber: nos conselhos, nas conferências de assistência social, e nos fóruns de trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, enquanto espaços de defesa da política pública e de organização do conjunto da classe trabalhadora. Relatando sua atuação nos conselhos estadual e municipais em que o SINPSI-BA tem representação, se constituindo como espaços estratégicos para colocar em pauta as condições e relações de trabalho das/os trabalhadoras/es e estabelecer diálogo prioritário com o segmento das/os usuárias/os que utilizam esta política pública. Espaço de disputa de posições onde a contribuição sindical da psicologia se coloca na defesa e efetivação do SUAS, resistindo a propostas de desmonte e enfraquecimento. Discorre também sua participação no processo de mobilização, organização e articulação de conferências nos diversos âmbitos, possibilitando reunir sujeitos políticos da sociedade civil e do poder público na construção

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de propostas, prioridades e avaliações do funcionamento e realidade desta política pública, o que auxilia no processo de organização da própria categoria profissional e na articulação com toda a sociedade civil. Aborda ainda sobre a constituição dos Fóruns estadual, regionais e municipais enquanto espaços de convergência de trabalhadoras/es de nível médio, fundamental e superior, os quais se configuram com um ambiente fértil, organizativo e provocador ao protagonismo dos/as trabalhadores/as do SUAS em todo o território baiano. Como ponto de partida, traz a experiência vivenciada pelo Sindicato das/os Psicólogas/os no Estado da Bahia - SINPSI-BA, e sua representatividade no segmento de trabalhadoras/es do SUAS, no exercício do controle social da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e na mobilização da categoria e usuárias/os do SUAS da Bahia, na capital e no interior, considerando a territorialidade. Aponta-se a importância da organização e articulação diante dos diversos contextos e a necessidade da unidade das/os trabalhadora/es como possibilidade de transformação.

Palavras-chave: SUAS, trabalhadores/as, controle social, sinpsi

PRIORIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA GESTÃO DO XV PLENÁRIO DO CRP03

**Mailson Santos Pereira
Glória Maria Machado Pimentel
Monaliza Cirino de Oliveira**

No exercício profissional da psicologia nos deparamos com uma forma de atuação que, necessariamente, não é visibilizada entre as práticas profissionais, a saber, a gestão do órgão de classe das/os psicólogas/os (os conselhos regionais e federal de psicologia). O presente trabalho visa sistematizar essa atuação profissional no espaço de gestão do Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP03, no que tange à pauta da política de assistência social. Com a gestão do XV Plenário, pelo Coletivo Psicologias em Movimento, a partir de setembro de 2016 e devido a atuação profissional e militante de algumas conselheiras e alguns conselheiros dessa gestão, no âmbito do SUAS, bem como, por causa do quantitativo significativo de psicólogas/os atuantes nessa política pública foi criado, no âmbito do CRP03 a Comissão Regional de Psicologia na Assistência Social - COREPAS, em março de 2017. Para tanto, aproveitou-se o debate que já vinha sendo feito no âmbito do CRP03 pelo Grupo de Trabalho do Sistema Único de Assistência Social - GTSUAS de Salvador acerca da atuação profissional interdisciplinar; e os diálogos com

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



outros conselhos de classe e com a Superintendência de Assistência Social da Bahia. A retomada do Grupo de Trabalho de Psicologia e Política de Assistência Social - GTPPAS de Vitória da Conquista foi outro elemento que influenciou a estruturação de uma comissão específica para a política de assistência social no âmbito do CRP03. A COREPAS vem sendo composta por conselheiras/o e por psicólogas/os que atuam nessa política pública e vem atuando na orientação da categoria que atua nesta política; no fortalecimento e na defesa da política de assistência social; desenvolvendo articulação com as/os trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; nos processos de educação permanente; e na criação de grupos de trabalhos dessa pauta, a exemplo do Grupo de Trabalho Psicologia e SUAS – GTPSUAS em Itabuna. Durante o ano de 2017 as ações da Comissão estiveram voltadas para o estímulo e a participação das/os profissionais de psicologia na XI Conferência Estadual de Assistência Social e para os diálogos institucionais. Para o ano de 2018 definiu-se algumas prioridades, a partir do que já havia sendo trabalhado pela Comissão e das demandas apresentadas pelos grupos de trabalho. Os desafios da atuação profissional no espaço de gestão do CRP03 com foco na política de assistência social giram em torno dos diálogos e articulações institucionais, dos fluxos internos da própria autarquia e do desenvolvimento de ações que contemplem as demandas da categoria.

Palavras-chave: Conselho Regional de Psicologia da Bahia; Gestão; Política de Assistência Social

PROJETO CEGONHA: ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES NO PAIF/CRAS DE ACAJUTIBA-BA

Thaís Maria Machado Silva

Este estudo objetiva refletir sobre o desenvolvimento do Projeto Cegonha no CRAS de Acajutiba, Bahia, analisando os impactos positivos na vida das participantes, bem como sua consonância com as propostas do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e a importância da atuação da/o psicóloga/o nesse contexto. A Política de Assistência Social é responsável pela garantia de direitos, e objetiva prevenir situações de risco, protegendo indivíduos e famílias em situações diversas de vulnerabilidade, utilizando para tanto recursos da Proteção Social Básica através de programas, projetos,

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviços e benefícios. O trabalho no CRAS deve acontecer numa perspectiva interdisciplinar e busca a construção conjunta de propósitos e vivências, criando condições para o resgate da identidade, autoestima e sentimento de pertencimento social. A contribuição da Psicologia nesse contexto procura ir além dos atendimentos emergenciais que ainda permeiam a cultura da Assistência Social, realizando de modo integrado, em especial na interface entre a Psicologia e o Serviço Social, a interação e a complementação de saberes e práticas, com vistas a uma intervenção na vida das pessoas. O Trabalho Social com Famílias promove o acesso aos direitos, bens e serviços, de maneira inclusiva e participativa. O Projeto Cegonha busca ofertar atenção especial às gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família. Trata-se de trabalho em grupo, com o objetivo de promover um espaço de acolhimento e apoio, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, tratando questões psicossociais relevantes nesse período de suas vidas. Os encontros são quinzenais, em ciclos de mulheres a partir do sétimo mês de gestação. Nesse ano, já foram assistidas 44 mulheres, a partir dos 16 anos. As gestantes acessam o CRAS principalmente por demanda espontânea e através de busca ativa realizada pela equipe do CRAS em parceria com as Unidades de Estratégia de Saúde da Família. Inicialmente é realizado o referenciamento da família, caso já não tenha. Em seguida, além da inserção no grupo, podem ser realizados: atendimento particularizado, familiar e visitas domiciliares. São realizadas atividades de orientação, reflexão e autoconhecimento, através de palestras, atividades lúdicas e dinâmicas de grupo, além de oficinas de trabalhos manuais, gerando o desenvolvimento de habilidades, potencialidades e protagonismo social, para que possam conhecer direitos, enfrentar situações adversas, construir autonomia, e lutar pelos interesses individuais e coletivos. Alguns temas trabalhados são: relações familiares, conjugais e sociais, direitos sociais e acesso à documentação civil, autoimagem e transformações emocionais na gravidez, entre outros. Ainda através deste CRAS é ofertado o acesso ao Benefício Eventual de Natalidade, onde se faz a aquisição material de itens de vestuário e higiene para o bebê, concedido em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho do município. Pode-se avaliar que através da participação no Projeto, é possível minimizar as vulnerabilidades identificadas, além de perceber o processo de desenvolvimento pessoal a cada encontro. As usuárias que participam do projeto se renovam a cada ciclo, de acordo com o seu período gestacional, podendo participar de outras atividades, assim como permanecer em acompanhamento familiar caso seja identificada a necessidade pela equipe técnica da unidade.

Palavras-chave: Assistência Social, Psicologia, Gestantes, Benefício Eventual.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA USUÁRIOS DO CADÚNICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Lucimario Palles Silva

A orientação vocacional/profissional busca oferecer ao usuário a compreensão dos múltiplos fatores implicados no processo de escolha da profissão. O orientando é aquele que busca uma identidade ocupacional e isso envolve: ideal de ego, imagem de si e esquema corporal. A orientação tem a função de ampliar a compreensão de si como um meio de autodescoberta e auxiliar na compreensão dos fatores envolvidos com a mesma. A Orientação Profissional refere-se a atividades que incluem um enfoque interdisciplinar, fundamentalmente pedagógico e psicológico. Existe uma insegurança natural diante de escolhas que se agravam quando se trata da questão profissional. Essa insegurança se acentuará medida que profissões surgem, rapidamente, enquanto outras tornam-se ultrapassadas na mesma rapidez. Acreditando que a cultura do diálogo seja um dos caminhos, um processo efetivo, de libertação pessoal e de mudanças socioculturais, faz-se esta proposição como alternativa viável de intervenção psicossocial no contexto do ACESSUAS TRABALHO / PROGREDIR da Coordenação de Renda e Cidadania da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista para ser desenvolvido em espaços pactuados no território (Centro de Referência e Assistência Social, Escolas da Rede Pública de Ensino, Programas e Projetos Sociais) que atendem usuários do Programa Bolsa Família. Durante os encontros será utilizada uma metodologia que leve a todos a compreensão de que cada escolha tem um sentido, ao mesmo tempo que a realidade circundante (amigos, família, instituições, mercado de trabalho, crenças, aspirações e valores pessoais) exerce relevante influência sobre os(as) usuários(as) independente da faixa etária, estes desenvolvem um considerável esforço de construção da singularidade, por intermédio das escolhas pessoais, do autoconhecimento e do estudo sobre o mercado de trabalho e as profissões, materiais importantes para a elaboração do PROJETO DE VIDA. Em tais encontros, serão evidenciados a necessidade de se ampliar e aprofundar a presença da Orientação Profissional uma vez que não é acessível a todos (as) os/as estudantes, em especial, no contexto da escola pública e quando tem acesso consideram superficial para a facilitação da escolha. Para realização deste Projeto serão observados os seguintes critérios: formação de grupos que funcionarão nas dependências dos espaços pactuados em dias e horários a serem agendados com as equipes, encerrando



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



com um Festival de Empregabilidade (integração dos grupos); Os encontros com duração média de duas horas com a seguinte dinâmica: técnica motivacional sobre o tema a ser trabalhado, um texto de aprofundamento, profissão do dia, mercado de trabalho e momento X da questão (enigmas); No primeiro momento será aplicado um instrumento de habilidades profissionais com todos os membros de forma coletiva o que facilitará as atividades a serem desenvolvidas; Os usuários terão oportunidades de conhecer os espaços acadêmicos universitários bem como espaços onde as suas profissões pretendidas estão em execução.

Palavras-chave: Bolsa Família, Orientação Profissional, Projeto de Vida

PSICÓLOGAS EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL

**Ana Caroline Moura Cabral
Brenda Luara dos Santos de Souza**

A participação nas formulações de diretrizes para políticas públicas emanam da população e dos profissionais por meio dos espaços de controle social a exemplo do conselho de diretos que é um dispositivo deliberativo, participativo, paritário e mediador dos interesses e necessidades da sociedade civil e do poder executivo. Os conselhos configuram como uma espécie de ferramenta capaz de mobilizar a sociedade e alterar o instituído por meio das discussões e encaminhamentos para os órgãos competentes e as instâncias deliberativas (nas esferas municipal, estadual e nacional). O presente relato de experiência, Psicóloga em espaço de participação, retrata a gestão do profissional de psicologia presidindo o Conselho Municipal do Idoso no município de Coaraci, eleito pelo membros do próprio conselho em reunião de eleição de diretoria, por duas vezes consecutivos nos períodos de 2011-2013 e 2013-2015. A escuta, o diálogo, as reuniões periódicas, o planejamento, a avaliação das propostas e a comunicação são instrumentos escolhidos para gerir as demandas que se apresentavam ao presente Conselho Municipal do Idoso. Encaminhamento das denúncias, articulação com a rede de serviços setoriais e institucionais, reunião ampliada, visitas em estabelecimentos e conferências são atividades realizadas. A concepção da garantia do Estatuto do idoso como uma conquista para uma sociedade que valoriza e empodera idosos, no cumprimento da lei e ao mesmo tempo, analisando criticamente as construção dessa “lei” tem relação com os princípios éticos do Código de Ética do profissional de psicologia que orienta a posição das/os psicólogas/os.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Desse modo, cabe ao profissional de psicólogo/o a defesa aos direitos humanos, por convivência em sociedade a partir da equidade, onde os laços vulneráveis e rompidos pelas violações de direitos merecem retratação e ‘corte’ no ciclo de reprodução naturalizado. As orientações éticas do profissional de psicologia que elucidam o exercício profissional baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na postura de profissionais ativos contra maus-tratos e outras manifestações de violências vivenciada por uma pessoa, grupos e comunidades. As atividades do Conselho do Idoso estavam vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual, a psicóloga representava na composição dos membros. Essas ações, mantiveram uma discussão do compromisso social, onde possibilitou a fala do sujeito idoso, construção de estratégias de valorização considerando a história da realidade brasileira, que há décadas e atualmente, negam os valores do cidadão adulto idoso. O Conselho Municipal do Idoso oportunizou espaços, realizou orientações, fiscalizou, deliberou e com esses movimentos, conquistou uma dinâmica de uma sociedade que insistiam em não enxergar a pessoa idosa.

Palavras-chave: Psicólogo/o; Controle Social; Gestão; Psicologia Social; Políticas Públicas.

PSICÓLOGA TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO BPC VIA SERVIÇO DE AÇÃO CONTINUADA (PAIF) NO MUNICÍPIO DE COARACI

Ana Caroline Moura Cabral

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 203, garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e a pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. A operacionalização desse direito encontrará regulamentação na Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993 e, mais tarde, com a criação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, o acompanhamento das famílias beneficiárias desse direito se alocou no rol das ações das equipes de referência da Proteção Social Básica (PSB). A partir desse novo contexto de políticas públicas no Brasil, o idoso com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade, com renda *per capita* inferior ¼ do salário mínimo e a pessoa com deficiência que a incapacita para a vida independente, não só tem direito ao benefício, mas a todo atendimento assistencial que lhe garanta os mínimos sociais para uma vida digna.

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nessa perspectiva, o presente relato de experiência – “Psicóloga técnica de referência do Benefício de Prestação Continuada via serviço de ação continuada (PAIF) no município de Coaraci” descreve as atividades realizadas no período de 2014 até 2016, ao planejar as ações do PAIF inclui-se o atendimento ao BPC não mais como atendimento pontual e sim configurando parte do serviço do PAIF articulado com as demandas de atividades locais do CRAS em questão, esse trabalho busca afiançar as seguranças de acolhida, de convivência comunitária e desenvolvimento da autonomia prevista no PAIF. Para isso, foram promovido o atendimento e acompanhamento dos beneficiários e potenciais requerentes do BPC e seus familiares através do Serviço do PAIF. Por meio de atendimento aos usuários, encaminhamento deles e demais membros da família para serviços, programas e outros benefícios, como também nas realização de campanhas informativas a exemplo, do “BPC no centro da Seguridade Social” e monitoramento beneficiários. É pertinente informar que de acordo regulamentação do SUAS, a/o psicóloga/o compõe a equipe de referência com demais técnicos, é de competência dos profissionais de psicologia e serviço social a execução do PAIF, esse serviço é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para o território de abrangência. Por meio do relatório anual, podemos destacar os dados referente ao ano de 2016 para demonstração de resultados. São cerca de mais de 200 atendimentos/ano com demanda que envolve encaminhamento para o INSS, CAPS e outros dispositivos da rede de serviços. Além de serem prioridade para encaminhamento na Rede Socioassistencial como por exemplo, o SCFV. Dos atendimentos realizados com objetivo de solicitação do BPC por motivo da idade foram 29%, 63% por doença/deficiência e outras demandas somaram 8%. Das patologias apresentadas nos laudos o diagnóstico de esquizofrenia é a doença com maior prevalência, em seguida, Epilepsia e Retardo mental. O perfil do atendimento no território revela que 86% são da população da zona urbana e 14% da zona rural, sendo os bairros da Colina e Bela Vista correspondem apenas 5% na demanda de atendimento. Quanto ao monitoramento, das visitas realizadas nos bairros Bela Vista, Maria Gabriela, Jóia do Almada e Centro apenas 10% dos beneficiários do BPC foram encontrados. Das informações dos endereços não encontrados: Não conhecem; Era morador, mudou e não sabem informar o novo endereço. Não sabem informar; Contratou um advogado para resolver a aquisição do BPC. Das informações dos endereços encontrados: Na maioria dos casos, o uso do benefício é utilizado para alimentação, despesas de abastecimento de água e energia elétrica. Em alguns casos, compra de fraldas e roupas e em 3% dos casos, houve aquisição de algum eletrodoméstico ou reforma das condições de moradia.

Palavras-chave: Psicóloga/o; BPC; SUAS; Psicologia Social; Políticas Públicas.s

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PSICOLOGIA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO CENRO DE REFERRÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Itamar de Almeida Carneiro

O presente ensaio tem como objetivo relatar a experiência do processo de trabalho do (a) Psicólogo (a) nas Políticas Públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sistematizar algumas reflexões acerca do fazer da psicologia neste campo de atuação. O relato tem como base a experiência do autor no campo das políticas públicas utilizando metodologia participativa para alcance dos objetivos. A psicologia vem ampliando seu campo de intervenção e atuando em espaços anteriormente pouco ocupados pelos profissionais. Nesse contexto pode-se destacar o campo das políticas públicas, que vem se expandindo de maneira significativa como é o caso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em que a psicologia deverá atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário além de promover um diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição de ações. A oficina priorizou a participação e mobilização social das famílias acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV/CRAS) como uma das estratégias para levantar os principais problemas que existem na comunidade e conquistar melhores condições de vida. A Oficina de Futuro foi uma atividade proposta como uma técnica participativa utilizada para o levantamento de problemas e potencialidades de uma comunidade rural do interior da Bahia. Concebida e desenvolvida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, essa oficina teve a finalidade de sensibilizar e envolver a população em processos de resolução de problemas e tomada de decisões. A partir da experiência, foi possível evidenciar os problemas enfrentados pela comunidade dentro do tema proposto a saber, a falta de lazer e segurança pública, conflitos envolvendo o uso de drogas na adolescência e a evasão escolar, por outro lado, a comunidade discutiu e apontou soluções desejadas ao plantar sua “Árvore dos Sonhos”. Essa segunda parte da oficina Árvore dos Sonhos é uma estratégia que teve sua origem no início da Eco 92, quando pessoas do mundo todo escreveram seus sonhos de futuro em papéis em forma de folhas. Após a montagem da Árvore, os participantes foram

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estimulados a imaginar com gostariam que fosse a comunidade e os sonhos foram escritos, desenhados e/ou pintados e se transformam na árvore dos sonhos, montada coletivamente. As folhas foram penduradas nos galhos de uma árvore gigante, que foi instalada no meio da Associação Comunitária, onde foi desenvolvida a atividade como símbolo da transformação desejada por todos. Os resultados dessa atividade ensejam expressões organizadas em torno de interesses comuns, quais sejam, um olhar mais sensível dos gestores desse município para a garantia dos direitos sociais e de cidadania.

Palavras-chave: Psicologia, Metodologia participativa, mobilização social.

PSICOLOGIA E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Itamar de Almeida Carneiro

O presente ensaio tem como objetivo problematizar a dimensão ético-política da atuação do Psicólogo junto a População em Situação de Rua. Pretende-se relatar a experiência da inserção da Psicologia em um Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e sistematizar algumas reflexões acerca do fazer desse profissional a partir de projetos e ações com o protagonismo de diversos atores sociais para que se alcance o que está preconizado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS) através do incentivo ao diálogo e comunicação com outros atores do sistema de garantia de direitos para o exercício da cidadania. A Psicologia enquanto ciência e profissão deve atuar no sentido de garantir direitos sociais e de saúde para População em Situação de Rua (PSR) através de um cuidado equânime, integral e participativo, atuando de forma itinerante e intersetorial e deve realizar intervenções na rua através da escuta sensível - dentro da lógica de redução de danos - e encaminhamentos para a rede, atentando para a expressão da questão social especificamente no que se refere ao novo setting terapêutico e uma clínica política que objetiva garantir a proteção social. Desse modo, observa-se que a atuação da(o) Psicóloga(o) no contexto das vulnerabilidades sociais deve ser atravessado pelo componente ético-político, outrossim, o fazer profissional deve estar pautado nas diretrizes das políticas e do sistema de garantia de direitos que compreenda a PSR como um cidadão de direitos através da sua emancipação como sujeitos autônomos.

Palavras-chave: Psicologia, Políticas públicas, População em Situação de Rua (PSR)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PSICOLOGIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS: ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL E
INTERDISCIPLINAR**

Luziane de Oliveira Almeida

O presente trabalho é um relato de experiência vivenciada durante o estágio extracurricular do curso de Psicologia, com ênfase na Psicologia Social, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), numa cidade do interior da Bahia, que teve duração de quatro meses. Dentro deste espaço acompanhamos o profissional de psicologia nas visitas domiciliares, nos acolhimentos, e participamos de algumas reuniões tanto com a equipe do CREAS, assim como, juntamente com as equipes de outros serviços. Por meio destas observações, deste acompanhamento que permeia a prática, pudemos constatar a dinâmica dessa atuação multidisciplinar dentro deste espaço. O CREAS é um serviço de atuação/proteção especial, voltado para famílias e sujeitos em situações de risco e direitos violados, no qual o atendimento deve pautar-se na ética e no respeito mútuo, realizando acolhimento e escuta qualificada por parte dos técnicos, visitas domiciliares (investigação e averiguação), acompanhamento da família/sujeito(s), e encaminhamentos para outros serviços. Este trabalho tem por objetivo, com base no que foi observado e na experiência das autoras, enfatizar a importância da atuação multiprofissional, uma vez que proporciona momentos nos quais permitem a troca de conhecimento, podendo olhar para o(s) caso(s) a partir de vários saberes, assim, tendo uma percepção mais ampla e eficácia sobre os mesmos, entendendo que cada profissional exerce um papel fundamental dentro deste espaço de atuação, que beneficia a equipe e o usuário; e os desafios que permeiam essa prática. Uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar se faz necessária para maior compreensão do caso, percebendo as especificidades dos mesmos, possíveis intervenções, e maior agilidade nos resultados. A experiência permitiu constatar a importância dessa atuação em equipe, como também, os desafios relacionados a esse fazer. No serviço CREAS existe um conjunto de profissionais com papel, função e atribuição junto à equipe, o desafio se faz exatamente nessa atuação multidisciplinar, isto por parte de alguns técnicos. Dentro da experiência vivenciada foi possível perceber que havia essa troca, essa relação multidisciplinar por parte de alguns técnicos, porém, em alguns casos esta inter-relação não ocorria, como por exemplo, disponibilidade para discutir sobre o caso(s) nas reuniões, algo que deve ser feito por todos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



os membros da equipe; existia uma troca, no sentido de esclarecimento, quando se fazia necessário alguma informação sobre o(s) caso(s), mas, essa participação efetiva nas discussões nem sempre ocorria por parte de alguns profissionais. De acordo a essas interfases salientamos os impactos negativos que esses comportamentos podem trazer afetando não só o trabalho e relação da equipe, mas assim como, no atendimento e no cuidar do usuário que busca ser acolhido nesse serviço. A equipe tem como desafio entender que a atuação conjunta é importante para o processo, sendo essencial a troca de saberes de seus membros, proporcionando um trabalho multidisciplinar do fazer com o outro.

Palavras-chave: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, equipe multiprofissional, interdisciplinar.

PSICOLOGIA NO CRAS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA? – RELATO DE UMA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM SALVADOR

Suzana Maiara Costa

Este trabalho pretende relatar uma intervenção psicossocial do Grupo de Trabalho em Atenção Básica do Núcleo de Estudos e Formação em Saúde (NEFES) em um CRAS de Salvador. O NEFES nasce com o propósito de aproximar os seus integrantes – estudantes e profissionais de Psicologia – dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como do olhar crítico e ampliado para a saúde numa perspectiva comprometida e integrada com as questões sociais e políticas. Criado em 2015 no Centro Universitário UniRuy, o NEFES está organizado em Grupos de Trabalhos – GT's: Psicologia e Atenção Básica, Psicologia Hospitalar, Saúde Mental e Controle Social. O GT de Atenção Básica preocupa-se com a formação voltada a atenção primária à saúde, propondo-se a estudar e intervir junto à rede e a dispositivos relacionados aos Determinantes Sociais em Saúde. A parceria entre o NEFES e o CRAS iniciou-se através da construção conjunta de uma intervenção num modelo de oficina com o tema 'Violência sexual', trazido pelas técnicas do serviço enquanto demanda das usuárias. Tendo em vista o êxito atingido no primeiro encontro formulou-se a proposta de encontros mensais com os objetivos de: criar e fortalecer vínculos comunitários; oportunizar espaço de fala e escuta; e discutir temáticas concernentes à saúde. Pensando em atingir esses objetivos a partir de uma metodologia pautada na Educação Popular em Saúde, orientada pelos princípios da dialogicidade,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



emancipação, e construção compartilhada do conhecimento, formou-se um grupo de mulheres adultas, cujo perfil é majoritariamente de negras, da região periférica de Salvador. Até o presente momento houve quatro encontros, utilizando aquecimentos corporais, dinâmicas de apresentação, rodas de compartilhamento, intervenções musicais, atentando-se às contribuições, demandas e recursos do grupo. A partir das apreciações junto às mulheres, técnicas do CRAS e dos membros do GT é possível perceber como resultados: estabelecimentos de novos vínculos comunitários; compartilhamentos de vivências sobre ‘família e conflitos familiares’, ‘violência doméstica’, ‘gestação’, ‘uso abusivo de álcool e outras drogas’. Acredita-se que o GT vem contribuindo com a prática da psicologia na saúde, numa perspectiva intersetorial, em interface com a política de assistência social, à medida que engendra um espaço de construção coletiva preconizando a subjetividade dos sujeitos, para além de sua condição de sujeito-cidadão. Observa-se que valorizando as verdades dos sujeitos, as vivências assumem caráter mais significativo, portanto, de maior teor socioeducativo. O estabelecimento dessas práticas apresenta desafios, como: rotatividade de profissionais do serviço; estrutura física da unidade; inconstância das participantes no grupo; articulação entre os objetivos do GT e da equipe técnica; adaptação do espaço para a recepção das crianças, filhos/filhas das usuárias. O trabalho do GT associado aos pressupostos do SUAS vem se mostrando enriquecedor e desafiador. Pautado no compromisso ético-político, e na construção coletiva do conhecimento vem somando à expressão da subjetividade das pessoas, para além, mas sem prescindir, de seu caráter de sujeito-cidadão detentor de direitos. Assim, as práticas no CRAS fortaleceram a construção da integralidade do cuidado, a partir de tecnologias leves, relacionais. O encontro entre facilitadores e as mulheres é o disparador para valer o direito à escuta.

Palavras-chave: Subjetividade; Educação Popular em Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Psicologia; Intervenção Psicossocial.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aline Pereira Castro
Louise Diná Rodrigues Barbosa

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho trata-se de um relato de experiência de duas profissionais Psicólogas que atuaram nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Juntas descreveram suas vivências de trabalho entre os anos de 2013 e 2016 no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Equipe Volante do CRAS, CREAS (Centro Especializado de Assistência Social) e na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Este produto apresenta como uma importante temática a ser debatida pelos estudantes e profissionais de Psicologia que atuam no SUAS ou aos que ainda desejam atuar na área. A Psicologia construiu seu compromisso junto com a participação de vários profissionais ao redor do País, valorizando a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana, através de diferentes experiências que possibilitaram a divulgação de um conjunto de práticas direcionadas aos problemas sociais brasileiros, práticas que apontavam alternativas para o fortalecimento de populações em situação de vulnerabilidade social, assim como para o fortalecimento dos recursos subjetivos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade, ampliando as ações governamentais acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas. Com isso, este relato de experiência pretende mostrar que o trabalho realizado pelas profissionais na área das Políticas Públicas, em especial da Assistência Social vem ganhando importância pelo trabalho através principalmente da articulação intersetorial, e atuação de equipes multiprofissionais. Iremos explicar sobre as principais atividades realizadas pelas Psicólogas atuantes como técnicas de referência, no que concerne ao trabalho multiprofissional realizado junto com Assistentes Sociais, Educadores Sociais e Oficineiros, nos diversos equipamentos da Assistência Social. As profissionais irão relatar suas vivências ocorridas em 06 cidades do estado da Bahia, sendo elas: Salvador, Belmonte, Porto Seguro, Subauma, Macururé e Saubara. Serão também apresentados a relevância das principais atividades desenvolvidas pelas profissionais, desde a acolhida, estudo social, visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos, grupos de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas socioeducativas e informativas, defesa de direitos, cadastramento socioeconômico em programas de benefícios socioassistenciais, atendimento psicossocial em conjunto com profissional de Serviço Social, entre outras atividades inerentes. Como conclusão, obteve-se que as atividades dos profissionais são de extrema importância para o SUAS, proporcionando aos usuários maiores acessibilidades na garantia de direitos proposta pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), bem como pela Lei da Constituição Federal de 1988. Com isso, a existência e desenvolvimento desta profissão na

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



área da Assistência Social, está associada à sua capacidade de tornar-se necessária e imprescindíveis ao desenvolvimento das populações que dela necessitam.

Palavras chave: Psicologia Social, SUAS, atendimento psicossocial, equipe Multidisciplinar.

RETRATOS DA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL OU FINANCEIRA CONTRA IDOSOS.

Laédiane Dourado Oliveira
Erico Santos de Queiroz

Este trabalho descreve a experiência de atendimento à violência patrimonial ou financeira aos idosos realizado num Centro de Assistência Social Especializado- CREAS no município de Santana/Bahia. Trata-se de um retrato de experiência que vem sendo desenvolvida desde Julho de 2017 quando ingresse à equipe do CREAS como psicóloga concursada neste município. Objetivo deste trabalho é estudar as características da violência patrimonial ou financeira dos casos atendidos pelo CREAS no município através das demandas que são apresentadas espontaneamente ou encaminhadas pela rede ao equipamento. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social/Creas é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. (BRASIL, 2004). Infelizmente, a realidade traz dados entristecedores, devido ao elevado índice de violência contra o idoso, que nos mostram seus direitos sendo desrespeitados de diversas formas. Segundo Minayo (2010), as violências contra idosos se manifestam de várias formas e uma delas é: Abuso financeiro e econômico consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar. A violência financeira ou patrimonial em idosos que consiste em uma exploração inapropriada ou ilegal do uso de seus recursos financeiros e patrimônios sem o consentimento do idoso. Em muitos casos os próprios familiares induzem o idoso a realizar empréstimos, financiar casas e automóveis, entre outros. Quando a violência é no ambiente familiar (exemplo a violência financeira) ela se torna bastante complexa e delicada, sendo extremamente difícil penetrar no silêncio das famílias dos idosos violentados. A insegurança, o medo de represálias oriundos do



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conflito da consanguinidade, da proximidade, do afeto, do amor, do instinto de proteção em defesa do agressor são alguns exemplos de justificativas para a omissão dos idosos, quando violentados por seus familiares. (MENEZES, 1999). O CREAS de Santana tem atualmente 63 casos em acompanhamento sendo 36 casos de violência patrimonial contra idosos. Destes 12 casos foram cadastrados de julho de 2017 a julho de 2018 (7 da zona rural e 5 zona urbana). E os resultados deste tipo de violência incluem ruína financeira, perda de independência e segurança, declínio na qualidade de vida, diminuição de recursos para a saúde, depressão, suicídio, aumento nos atendimentos de emergência e internações hospitalares. Neste âmbito que a equipe do CREAS procura atuar para amenizar e evitar esse tipo de violência e outras possam continuar prejudicando a qualidade de vida da pessoa idosa. No CREAS de Santana estamos tendo resultado atuando juntamente como Ministério Público e rede de saúde aonde sentamos para desenvolver planos de ações para a pessoa acometida por essa violência. Segundo Minayo (2006), é preciso estabelecer mecanismos de proteção e investir na formação de cuidadores tanto familiar quanto profissional, com políticas públicas específicas, preventivas e de atenção, sendo que mais de 95% dos idosos estão nos lares e um percentual deles necessita de auxílio para o desempenho das atividades básicas.

Palavras-chave: CREAS, Violência Patrimonial e Pessoa Idosa.

SIGNIFICADOS E SENTIDOS NA INFÂNCIA: um estudo de caso.

**Elizângela de Moraes Santos.
Valdinéia Aragão dos Santos.**

Atualmente muitos são os trabalhos direcionados a infância e as suas particularidades, devido à importância que a sociedade atribui às crianças. No entanto, esta não é uma garantia de um tratamento respeitoso aos direitos básicos do indivíduo desta faixa etária. Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo compreender o significado da instituição familiar para uma criança que sofreu violência intrafamiliar. Visto que, o indivíduo ao nascer encontra um ambiente com características culturais que foram historicamente construídas, mas que não são imutáveis e ao ter contato com as peculiaridades do meio o ser humano ressignifica, de maneira singular tais características. Então Oliveira (2004) afirma que a consciência, aspecto estreitamente humano, é constituída nas relações estabelecidas em sociedade. Em relação ao processo de significação Mesquita (2004) ressalta que “Esse processo de significação implica,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



necessariamente, uma relação com o meio social. O que quer dizer que a significação não é um fenômeno intrínseco e natural do homem, mas, sim, que é construído socialmente”. Participou deste estudo uma criança de 10 anos, do sexo masculino, que foi atendida por uma equipe multiprofissional de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A criança sofreu violência doméstica tendo como agente o padrasto, sendo a mesma abandonada pela mãe. Para coleta de dados, realizou-se 08 atendimentos, buscando a utilização do lúdico como recurso para que a criança expressasse suas angústias. A partir da análise dos dados pôde-se construir 6 unidades temáticas que foram: 1- Saudades da mãe: a sociedade cultiva a idealização de uma mãe afetuosa, carinhosa e cuidadosa, no entanto no discurso da criança percebe-se a ausência desta segurança na figura materna. 2- Sonho de ter uma família normal: fica claro que o significado de uma família normal é aquela composta por pai, mãe e filhos, emergindo assim o sentimento de família Ideal, que seria para ele a tradicional. 3- Necessidade de se sentir aceito: ao definir o comportamento a criança demonstrou ser importante ter comportamentos socialmente aceitáveis. 4-Sonho de ter uma casa, casar e trabalhar: ao pensar no futuro a criança deseja aspectos relacionados à construção de uma família como se casar, possuir uma moradia e trabalho para dar o sustento a família. Pode-se concluir que a criança demonstra conflitos em relação ao significado da instituição familiar, possivelmente devido ao fato de ter nascido em uma sociedade que reconstrói o sentimento de que uma família ideal e, no entanto, a criança em questão não vivência esta realidade. Mas segundo seu discurso é a família composta por mãe, pai e filhos que está nos seus sonhos.

Palavras-chave: infância, família, sociedade.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO F - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS NO HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

**Isis Malta Cairo Fonsêca
Elder Jeferson da Silva**

As mudanças contemporâneas do mercado de trabalho exigem do profissional cada vez mais flexibilidade cognitiva e habilidades sociais distintas. Porém obter essas qualidades é um grande desafio para estudantes universitários, pois, hoje, os grandes centros acadêmicos estão focados cada vez mais em formações generalistas. Assim pensar a construção da identidade profissional do jovem em formação, é pensar toda a complexidade que está em volta tanto da formação da identidade individual quanto profissional. Partimos do pressuposto de que a identidade é então, um estado de constantes transformações que afeta o sujeito em formação tanto em nível individual quanto social, recebendo influência e influenciando outras identidades. Desta forma, o presente artigo objetiva explorar as percepções dos estagiários acerca da atuação do Psicólogo num hospital de Urgência e Emergência do município de Vitória da Conquista, Bahia, visando trazer contribuições às práticas de assistência à saúde e aos saberes construídos a partir dessas práticas, em especial em dispositivos da atenção terciária. O método utilizado na construção deste trabalho é o relato de experiência, onde as vivências e as diferentes perspectivas dos estagiários serão exploradas e relacionadas com a teoria, a saber, estudos que abordam o tema da atuação do Psicólogo Hospitalar e a epistemologia da Psicologia da Saúde, utilizando como fundamentação teórica os estudos de Ayres (2007) Castro e Bornfoldt (2004), Peduzzi (2001) entre outros, e estudos que contemplam a construção da identidade e identidade profissional, onde podemos elencar os seguintes autores: Bendassolli & Gondim (2013), Gondim, Bendassolli, Peixoto (2014), Hall, S. (2006), visando fazer a interlocução com as práticas desenvolvidas. Foi possível observar, como resultado da vivência em ambiente Hospitalar, a crescente familiarização com os papéis atribuídos ao Psicólogo Hospitalar e como a inserção neste espaço contribuiu para a mudança da percepção de dois estudante munidos de bagagem teórica e expectativas sem nenhuma experiência para a percepção de dois estagiários articulando dia após dia o saber adquirido em sala de aula com o saber adquirido na prática profissional, acerca de rotina, atribuições desafios e potencialidades da atuação do psicólogo neste contexto, implicando na construção de uma identidade perpassada por frustrações, sentimentos de pertencimento



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e valorização/desvalorização da classe Psicológica dentro do Hospital Geral. Diante do exposto, conclui-se que a atividade de estágio teve grande importância no processo de construção da identidade dos sujeitos do presente estudo, entendendo esta atividade como uma oportunidade de contato com a práxis da Psicologia Hospitalar desenvolvendo uma identidade profissional a partir do processo de socialização promovido pela atividade, onde emergiu, nos estagiários, vínculos afetivos e profissionais onde puderam compartilhar saberes e experiências entre eles e entre os funcionários do Hospital Geral.

Palavras-chave: Relato de Experiência, Psicologia Hospitalar, Hospital Geral, Psicologia da Saúde.

A IMPORTÂNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA EM UMA ESF SITUADA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

**Gilvanete da Silva Souza
Maria de Lourdes Silva**

O plantão psicológico foi criado inicialmente com o intuito de promover uma diminuição nas filas de espera do SUS, no qual teve como premissa de atendimento o modelo do aconselhamento psicológico elaborado por Carl Rogers, no intuito de acolher o sofrimento e a queixa emergencial do paciente. A implementação do plantão na atenção primária não visa substituir uma psicoterapia, mas sim ajudar a população e acolhê-la no momento da procura pelo atendimento psicológico. Durante a experiência de atendimento no plantão psicológico em uma ESF (Estratégia da saúde da família) situada no semiárido nordestino, no período de estágio obrigatório, a importância desse acolhimento foi notória. No primeiro atendimento a paciente se apresentou chorosa, com a queixa de não estar conseguindo se controlar e agredindo fisicamente os filhos. Relatou também que se mantém em um relacionamento abusivo onde a violência física e verbal eram constantes, ocorrendo também a alienação parental por parte do companheiro, já no segundo encontro disse estar se sentindo mais leve, fisicamente aparentava mais vaidosa, sorridente e agradecida, disse também ter conseguido desde o último atendimento se controlar diante dos filhos. Segundo a mesma, não havia procurado o plantão antes por achar que psicólogo era para pessoas loucas, mas que hoje percebe a diferença que os atendimentos fizeram em sua vida. Em suas palavras, deixou claro que precisava tomar algumas atitudes para que seu relacionamento com os filhos melhorassem. O plantão se baseia na escuta empática evitando que uma crise pontual, se “transforme em uma desordem psíquica ou doença



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



crônica”. O profissional tem o papel de facilitador, se adequando aos novos modelos de atendimentos, focalizando no paciente ao invés do problema, se doando a escuta e estando aberto para o outro. Com a expansão do campo de atuação do psicólogo, possibilita diminuição da barreira existente com relação a utilização desse serviço, no qual muitos não se permitem procurar esse profissional devido o preconceito existente sobre essa profissão. Através do atendimento no plantão, pode-se observar que um número relevante de pessoas tiveram suas demandas esclarecidas, sem a necessidade de postergar sua dor em uma fila de espera em unidade de atenção secundária, no qual é necessário uma “maior urgência” para ser atendida.

Palavras-chave: Acolhimento, ESF (Estratégia de Saúde da Família), Plantão Psicológico, Sofrimento, Psicólogo.

A PSICOLOGIA E RELAÇÕES DE ESCUTA NOS TERRITÓRIOS: AMPLIANDO OS MODELOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO

Washington Luan Gonçalves de Oliveira

Willian Tito Maia Santos

Lucivone Rodrigues Carneiro

Introdução: O psicólogo que atua na Atenção Básica nota a necessidade de quebrar alguns paradigmas em relação à atuação profissional psicológica, primeiro ampliando o conceito de saúde e o de clínica, além disso, fazendo do usuário um sujeito ativo e protagonista de sua saúde, considerando sua singularidade e totalidade. Esse campo de atuação é caracterizado por mudanças nas concepções de saúde e doença e nos modelos de atendimento à população que demanda cuidados à saúde. **Justificativa:** O presente estudo justifica-se como uma potente ampliação das práticas do profissional psicólogo no campo da saúde mental e do Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** As discussões aqui apresentadas têm como propósito demonstrar o trabalho desenvolvido em um estágio realizado na Unidade de Saúde da Família (USF), situada na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. **Método:** As bases teóricas e metodológicas para o presente trabalho foram as experiências de práticas de psicólogos(as) sobre a atuação desses profissionais na atenção básica, os princípios e diretrizes do SUS, o apoio matricial na saúde mental e a teoria humanista de Carl Rogers. **Resultados e Discussão:** A noção de campo utilizada no

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



presente relato de experiência parte da premissa de que este encontra-se permanentemente sendo construído nas negociações entre a sociedade civil e o Estado, e no interjogo relacional de uma diversidade de organizações, pessoas, materialidades e socialidades que constituem uma matriz. No caso da Psicologia, o acesso a esses recursos é um questionamento dos modos tradicionais de atuar no campo. Nas visitas domiciliares ficou notório o quanto é importante, nesta prática profissional, uma atuação com base nos princípios de uma clínica ampliada, como forma não apenas de reconfigurar o que seja a atuação clínica na saúde coletiva, como também para garantir a autonomia dos usuários nos processos de cuidado em saúde. Considerações Finais: A prática da Psicologia na Atenção Básica pode ser um elemento potente na ampliação da cidadania, pensando em uma atuação profissional a serviço de todos e para todos, se transformando, assim, em um dispositivo de produção e emancipação de subjetividades. Atuar a partir da perspectiva de uma Clínica Ampliada faz toda diferença nos serviços de saúde mental na saúde pública e principalmente na Atenção Básica.

Palavras-chave: sus; psicologia; clínica ampliada; saúde coletiva.

ADESÃO AO TRATAMENTO DA PESSOA IDOSA COM DOENÇA CRÔNICA E O PAPEL DA PSICOLOGIA

Mateus Vieira Soares
Naylana Rute da Paixão Santos
Isabela Cristina Silva Santos
Juliana Almeida Torres Brito
Tânia Maria de Oliva Menezes

Introdução: O aumento da expectativa de vida vem acompanhado da transição epidemiológica no mundo, portanto, a incidência de infecções e enfermidades agudas estão sendo substituídas pelo adoecimento crônico. Essas mudanças demográficas e epidemiológicas impactam diretamente na prática da psicóloga (o), visto o paradigma que emerge no cuidado, onde o mesmo deixa de ser pautado na cura e passará a objetivar a promoção de saúde, qualidade de vida e bem-estar, mesmo no curso de uma doença incurável. **Objetivos:** Discutir a atuação profissional da psicóloga (o) e as repercussões do adoecimento crônico em idosos hospitalizados. **Método:** Relato da experiência de psicólogas (os) em uma unidade de internação para pacientes crônicos de um Centro



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Geriátrico na cidade de Salvador-BA. Participaram do estudo 8 (oito) sujeitos com idades que variaram de 60 a 87 anos. Os participantes tinham como principais adoecimentos crônicos a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus, Insuficiência Venosa Periférica e lesões em membros inferiores de etiologias diversas. Resultados: Na atuação com usuários portadores de doenças crônicas, foi possível perceber que o adoecimento crônico trazia impactos importantes no curso de vida dos mesmos, estando associados a repercussões emocionais e influenciando na funcionalidade e no contexto sociofamiliar. Foi identificado também que, muitos idosos, mesmo compreendendo as características do seu adoecimento, tinham dificuldades em aderir às condutas recomendadas pela equipe de saúde, desde a prescrição medicamentosa até as orientações nutricionais. Outros mantinham a esperança de uma possível cura e a dificuldade em compreender e aceitar a cronicidade da doença. Para aqueles que apresentavam lesões em membros inferiores, as repercussões negativas eram relacionadas à autoestima, autoimagem e devido ao comprometimento para realização das atividades de vida diária. Nesse contexto, foram utilizados como recurso terapêutico o atendimento psicológico individual, atividades em grupo e o trabalho com familiares, visando desvelar a vivência da pessoa idosa com o adoecimento crônico, contribuindo para uma elaboração mais funcional e para o desenvolvimento de recursos pessoais e familiares. As intervenções psicológicas favoreceram o fortalecimento de estratégias de enfrentamento funcionais dos participantes do estudo e corroboraram para o protagonismo dos envolvidos no seu no processo de saúde-doença.

Palavras-chave: Doença crônica, Pessoa idosa, Psicologia

AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO DE UMA FAMILIAR EM PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

**Isis Malta Cairo Fonsêca
Paulo Coelho Castelo Branco**

Este artigo objetiva descrever o processo terapêutico de uma acompanhante, a saber, genitora da paciente em ala pediátrica do Hospital Geral de Vitória da Conquista, Bahia, à luz das 12 (doze) fases características do processo terapêutico presentes no livro *Psicoterapia e Consulta Psicológica*, de Carl Rogers (1974), que aludem à chegada do cliente procurando por ajuda, perpassando as mudanças de percepção e tomada de consciência acerca dos sentimentos positivos e negativos, culminando, na maioria dos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



casos, em um aprofundamento da autocompreensão e restabelecimento da autonomia, sendo assim, desnecessária a continuidade do atendimento psicológico, relacionando prática e teoria e apontando suas aproximações e distanciamentos, em vista das especificidades do contexto Hospitalar e suas diferenças em relação à clínica, *setting* utilizado por Rogers para atuar e desenvolver suas pesquisas. O método adotado para alcançar este objetivo foi o estudo de caso, de caráter qualitativo visando ampliar a compreensão sobre o fenômeno observado, amplo e complexo, sem possibilidade de ser observado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Foi possível identificar, a partir da análise realizada, que, em diferentes contextos, como o Hospitalar, é presente tanto quanto na clínica o movimento terapêutico em sua totalidade apresentada por Rogers, visto que se observou no sujeito da pesquisa a presença de todas as fases, de forma fluída porém perceptível, mesmo que adaptada ao contexto. Constatou-se a importância em trazer para a Abordagem Centrada na Pessoa saberes que são construídos além do *setting* clínico habitual, onde esses saberes possam tratar da população que utiliza os dispositivos de saúde como o Serviço Único de Saúde (SUS) e se encontram desamparados no que concerne à sua Saúde Mental, entendo que o trabalho do Psicólogo Hospitalar é, entre outros, fomentar a Pesquisa diante da realidade que vivencia diariamente.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar, Abordagem Centrada na Pessoa, Carl Rogers, Processo Psicoterapêutico

ATENÇÃO BÁSICA E TERAPIA COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIA DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DAS ESF E COMUNIDADE EUNAPOLITANA

Marilia Martins de Araujo Reis
Vanuza Vieira Muniz Rodrigues

A demanda em Saúde Mental (SM) permeia todo o ambiente da Saúde, seja em referência aos usuários, ou às equipes de trabalho. A lida diária com a doença e o doente, na esfera biopsicossocial, torna vulneráveis as Equipes de Saúde da Família (ESF), onde cuidadores precisam atentar à contínua prevenção e promoção à saúde física e mental, tanto de si, como dos usuários. A promoção da saúde dos participantes do Sistema Único de Saúde (SUS) é viabilizada através da ótica da Saúde Coletiva, pois o cuidado compartilhado facilita a integração em rede e melhorias nos atendimentos da Atenção Básica (AB). O trabalho transdisciplinar e a visão integral do sujeito são desafios constantes. Os Núcleos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de Apoio à Saúde da Família (NASF) surgem para ampliar o diálogo e ações intersetoriais, ampliando o acesso, a melhoria da resolutividade das ESF no território e viabilizando estratégias de cuidado com as ESF e com usuários, apesar das resistências cotidianas de ordens diversas. Neste contexto, psicóloga e demais integrantes da equipe NASF, SM e ESF construíram Projeto Aplicativo com a proposta da Terapia Comunitária Integrativa (TCI), que concilia a simplicidade e acessibilidade de cuidado em SM, como momento de apoio e reestruturação para os participantes. A TCI possui visão de cuidados em saúde mental na coletividade, reconhecendo que a sociedade tem problemas e recursos para solucioná-los. O projeto encaixou-se nesta terapêutica, que foi aplicada às ESF e aos usuários, evidenciando resultados animadores, como o surgimento de espaço de escuta compartilhada regular e cuidado com o cuidador em Saúde, antes inexistente, novos caminhos na resolução de conflitos das ESF e a promoção da visão de integralidade do sujeito, desfragmentando a atuação profissional. Também foi observada a redução dos encaminhamentos para os CAPS através do aumento de participação na TCI, ações de matriciamento, resolubilidade dos casos em rede, desenvolvimento de micro regulação, além da oportunidade de diminuição do estresse e prevenção para não surgimento e agravamento de doenças mentais na comunidade.

Palavras-chave: Saúde Mental na Atenção Básica, Psicologia e Políticas Públicas, NASF, Terapia Comunitária.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mateus Vieira Soares
Naylana Rute da Paixão Santos
Isabela Cristina Silva Santos
Juliana Almeida Torres Brito
Tânia Maria de Oliva Menezes

Introdução: A Residência Multiprofissional em Saúde foi criada no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como objetivo primordial formar profissionais para atuar de forma crítica e alinhada aos seus princípios e diretrizes. A proposta pedagógica se baseia em uma formação que acontece em regime de sessenta horas semanais, englobando atividades teóricas e práticas. As áreas da saúde que compõem o Programa supracitado



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



são: Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia. Os residentes eram acompanhados por preceptores no campo de prática e a nível teórico, docentes especializados na área de saúde da pessoa idosa o acompanhavam. **Objetivos:** Explicitar a vivência, atuação e percepção da prática de psicólogos (os) residentes de um Programa de Residência em Saúde. **Método:** Trata-se de um relato da experiência de quatro psicólogos (os) residentes de um programa de Residência Multiprofissional, vinculado ao Ministério da Saúde. **Resultados:** As psicólogas (os) do presente estudo, no cenário da residência multiprofissional, foram convocadas (os) a atuar de forma multiprofissional e em lugares contra hegemônicos, comparado ao lugar historicamente ocupado pela Psicologia nos consultórios individuais e particulares. Atuar em uma equipe multiprofissional apresentou desafios, tendo em vista a necessidade de desconstruir a representação que os demais profissionais tinham sobre o fazer da Psicologia associada apenas ao atendimento clínico individual, todavia mostrou-se potente ao contribuir para um olhar ampliado sobre os usuários do serviço em seu processo saúde-doença-cuidado. Outro ponto que se mostrou com uma característica de sobrecarga no trabalho, diz respeito à carga horária atribuída ao residente semanalmente. Discutir sobre essa escala de trabalho é um ato político por se tratar de um fator aversivo que impacta na saúde e qualidade de vida daqueles que se propõem a cursar um programa de residência no contexto hospitalar. Um aspecto positivo dessa experiência foi a construção do saber genuinamente coletivo e ampliado, onde ao se debruçar sobre determinados processos de saúde-doença a partir do prisma ampliado de diversas áreas do saber, corroborava para intervenções mais eficientes e que enxergava o sujeito em um prisma biopsicossocial e espiritual.

Palavras-chave: Residência Multiprofissional; Psicologia; SUS

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES NO CUIDADO À SAÚDE DAS FAMÍLIAS

Jarlan Miranda dos Santos
Kédma Teixeira Santos

O trabalho no âmbito da atenção básica em saúde demanda do profissional uma compreensão ampliada do processo saúde-doença-cuidado e do contexto sociocultural do usuário e de sua família. Destarte, a psicologia se apresenta como parceira da Estratégia de Saúde da Família (ESF) ao se colocar como mediadora e facilitadora da promoção da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



saúde e da qualidade de vida. Entretanto, esta interlocução entre a psicologia e a saúde da família ainda tem sido incipiente nos espaços da prática e no campo teórico. Impulsionado por esse desafio, foi estruturada uma prática de estágio no curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia (Estágio Básico Supervisionado), que visa a interseção entre a psicologia e a atenção básica/saúde da família, com um trabalho direcionado para as ações na perspectiva da prevenção e promoção em saúde. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de um grupo de estagiárias de psicologia, o qual buscou oferecer retaguarda assistencial e suporte técnico-pedagógico à equipe de uma Unidade de Saúde da Família (USF). As ações foram registradas em diários de campo para posterior análise, sendo base para o presente trabalho. As atividades do estágio se iniciaram com nossa inserção no contexto das práticas de cuidado realizadas pelos profissionais da USF, de modo a possibilitar um maior conhecimento das necessidades e demandas daquele território e pudesse orientar a realização das nossas ações. Assim, foi proposto a realização de visitas domiciliares com os profissionais do serviço, seguido pelo levantamento e discussão de casos clínicos e práticas de intervenção direcionadas às necessidades dos referidos usuários. Após apreciação e aceitação da referida proposta, essas ações se realizaram por um período de 7 meses, com a presença das estagiárias na USF duas vezes por semana. De modo a garantir um espaço específico de reflexão, problematização e aprendizado com toda a equipe da USF, foi proposto também um grupo de educação permanente em saúde. Esta ação se realizou no último mês de atividades do referido grupo de estágio na USF, em um encontro de 2 horas, com toda a equipe da unidade. Momento em que foi possível refletir sobre o significado do trabalho em saúde para os profissionais do serviço e acerca dos fatores que os motivam à realização de suas práticas. Julga-se que essa prática, ao ser estruturada em uma nova postura profissional da psicologia – na interseção com a saúde da família – possibilitou a promoção de experiências interdisciplinares, a qualificação do cuidado e a construção coletiva de conhecimentos e tecnologias na perspectiva da prevenção e promoção em saúde.

Palavras-chave: Atenção Básica em Saúde; Psicologia e Saúde da Família; Promoção em Saúde.

**ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O HOSPITALAR NUMA PERSPECTIVA
PLURAL E DE GARANTIA DE DIREITOS: EXPERIÊNCIA EM BARREIRAS,
BA**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Emmilla Di Paula Carvalho dos Santos

Apresenta-se um relato de experiência sobre intervenção da/o psicóloga hospitalar num caso específico, objetivando refletir sobre a necessidade de intervenções psicológicas no hospital numa perspectiva plural, que diminua o sofrimento provocado pelo estabelecimento da doença e alcance a garantia de direitos, minimizando as possibilidades de novas internações. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo a observação e a análise documental como técnicas de coleta de dados. A análise foi construída a partir da interpretação das informações na relação entre as teorizações e a prática. O arcabouço teórico foi a Psicologia Hospitalar crítica, tendo Angerami-Camon como grande expoente brasileiro, além das teorizações em Psicologia Social. A experiência ocorreu no Hospital Municipal Eurico Dutra, em Barreiras, Bahia. O hospital oferece atendimento em pronto socorro, internações hospitalares, alguns atendimentos ambulatoriais e realização de cirurgias eletivas. Nosso sujeito principal de pesquisa foi um senhor, sexo e identidade de gênero masculino, 51 anos, a quem chamaremos S.N.S, pessoa em situação de rua devido ao rompimento dos vínculos familiares com parentes consanguíneos e por afinidade. Senhor S.N.S. era alcoolista, possuía diagnóstico de tuberculose com tratamento interrompido, apresentava-se emagrecido e desnutrido, não deambulava. Psicologicamente tinha padrão comportamental rígido e opositivo, apresentava humor irritado, mas mantinha a estabilidade das funções cognitivas e psicológicas superiores. Inicialmente se estabeleceu bom vínculo, não se contaminando pelas percepções da equipe que já possuía resistência em relação ao sujeito devido às recorrentes internações e ao padrão comportamental. As intervenções psicológicas iniciais, incluindo mediações com a equipe, levaram à gradativa estabilização do humor e à modificação no padrão comportamental. Seguiu-se a intervenção imergindo na história de vida, percebendo-se que as problemáticas sociais e familiares eram o problema central do enredo. Porém, ante sua estabilização nutricional e do quadro de tuberculose, mas ainda sem possibilidade de desenvolvimento da marcha, S.N.S. recebeu alta médica. As intervenções da Psicologia voltaram-se ao cenário social, a rede de assistência social foi acionada, após debates a alta médica foi revogada. O trabalho focava o fortalecimento psíquico, enquanto as unidades da Assistência Social, com debates e sugestões do serviço de Psicologia Hospitalar, regularizavam documentações e tentavam rearticular vínculos familiares. Foi emitido relatório médico e desenvolvido relatório de acompanhamento hospitalar psicológico para requerimento do Benefício de Prestação Continuada, o qual foi deferido. Após o deferimento do benefício e intervenções psicológicas constantes para reorientar ações, buscar modificação de comportamentos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



negativos, reflexão sobre responsabilidades compartilhadas no ambiente familiar, juntamente com as ações da rede de assistência social, senhor S.N.S retornou para próximo da residência da irmã, onde passou a ter suporte familiar e continuou sendo acompanhado pelo CRAS. O serviço de Psicologia Hospitalar ainda acompanha o caso, senhor S.N.S. saiu da situação de rua, mantém-se sóbrio, tratou a tuberculose e segue recuperando a saúde de modo geral. Percebe-se a importância de que a atuação da/o psicóloga/o hospitalar esteja voltada não somente à resolução das problemáticas de saúde, mas seja plural analisando a história de vida, buscando a resolução de problemas externos e a garantia de direitos, concretizando a cidadania plena e modificando a saúde pública brasileira.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar; saúde pública; garantia de direitos

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS VISITAS DOMICILIARES NA ATENÇÃO BÁSICA: O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Maraline Alves Dos Santos

A Atenção Básica tem desenvolvido papel importante na prevenção e na promoção da saúde dos usuários e comunidade, onde a prática profissional se faz presente, incluindo a atuação do psicólogo com a equipe de saúde, usuário e comunidade. Como fazer da prática da psicologia este profissional faz parte das Visitas Domiciliares, para alcançar o usuário e sua família, em sua subjetividade. Tendo um olhar diferencial, onde nas visitas domiciliares encontram o sujeito em sua cultura, crenças, valores e suas relações afetivas. Este trabalho objetiva relatar a importância e necessidade da prática do profissional de psicologia no âmbito das Visitas Domiciliares na Atenção Básica, um cuidado aos usuários, famílias como ações de prevenção e promoção a saúde mental. Este trabalho é fruto da prática de estágio na Atenção Básica, onde houve observação participante nas visitas domiciliares acompanhadas pelo(a) Agente Comunitário de Saúde (ACS), e uma produção dos diários de campo. As visitas domiciliares eram realizadas nos territórios da unidade juntamente com ACS, onde havia um contato pessoal com as pessoas, um olhar diferencial para cada família que apresentavam seus problemas e muitos casos de sofrimento mental, casos como depressão, ansiedade, esquizofrenia, entre outros. Em casos específicos os pais falavam pelos filhos sobre seu adoecimento e como estavam o tratamento. Os casos foram apresentados para a Psicóloga da unidade, alguns dos visitados



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



eram usuários do CAPS, e haviam deixado de frequentar. Muitos da terceira idade não tinham condições de saúde física para o deslocamento de sua residência para a unidade. Ficou notável como este instrumento da Visita Domiciliar é tão rico em benefícios para o usuário e seus familiares, laços afetivos são construídos e uma relação de confiança entre sujeito e profissional, é oferecido uma escuta qualificada, aconselhamento, acolhimento, e acompanhamento no tratamento. Desta forma, esta prática possibilitou qualificar as ações da equipe de saúde incluindo os ACS, houve benefícios para a sua prática como agentes que promovem a saúde da comunidade e famílias, havendo troca de saberes, conhecimentos e compartilhamentos dos casos que eles acompanhavam nos territórios. Possibilitou para minha formação profissional um olhar diferencial para a prática da psicologia no campo da atenção básica, onde o profissional na Visita Domiciliar vai de encontro ao sujeito em seu mundo e onde está inserido, onde é construído uma relação terapêutica e novas possibilidades para prevenção e tratamento, onde a saúde do usuário envolve seus laços familiares e seu contexto de vida. Um prática de estágio onde ampliou minha compreensão sobre os desafios e fazeres da prática da psicologia no campo profissional e de fundamental importância o preparo e conhecimento no ambiente acadêmico, para futuros desafios e na construção de novos saberes.

Palavras-chave: Atenção Básica, Psicologia, Saúde Mental, Visita Domiciliar.

AUTO RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM UM PROGRAMA DE CESSAÇÃO DO TABAGISMO

Isa Ramone Pereira Cavalcante

Trata-se de um auto relato de experiência, cujo objetivo é descrever a experiência do Programa Nacional de Controle do Tabagismo “Deixando de Fumar sem Mistério”, do Ministério da Saúde, na rede pública de saúde no município de Ibitiara, no estado da Bahia, evidenciando as contribuições da Psicologia. Foram selecionadas 20 pessoas, que apresentavam o desejo de abandonar o vício do cigarro, sendo 9 mulheres e 11 homens, com idades entre 26 e 63 anos. A seleção ocorreu através de triagem realizada pelas Equipes de Estratégia Saúde da Família. O Grupo foi coordenado por uma Psicóloga e uma Farmacêutica da atenção básica do município, no período de abril à julho de 2018, e se estruturava a partir das sessões apresentadas pelo Programa. Era utilizada uma abordagem ativa e pragmática, intervenção cognitivo comportamental, associada à reposição de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



nicotina e à bupropiona. A intervenção psicológica pôde aumentar a prontidão para mudança e a motivação do paciente, ao passo que a utilização de técnicas cognitivas e de modificação do comportamento procurou auxiliar o fumante a identificar os gatilhos relacionados ao desejo e ao ato de fumar, além de auxiliar o manejo dos sintomas de síndrome de abstinência. Durante o período vigente do programa, o grupo apresentou 7 desistentes de ambos os sexos. Resultados: o grupo demonstrou boa eficácia, já que dos 13 fumantes que participaram até a finalização da programação, 12 atingiram a abstinência e 1 reduziu o consumo. Assim, constata-se que a colaboração das práticas psicológicas no grupo de tratamento de fumantes é essencial, uma vez que possibilitou maior reflexão sobre a necessidade de cessar o fumo, recursos e estratégias que apoiaram o comportamento de parar de fumar.

Palavras-chave: tabagismo, tratamento, psicologia, terapia cognitivo-comportamental

**CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA RESIDENTE EM SAÚDE DA FAMÍLIA.
MEMÓRIAS DA PSICÓLOGA, SANITARISTA E APOIADORA
INSTITUCIONAL**

Louise Diná Rodrigues Barbosa

Este trabalho, escrito em forma de memorial profissional é um texto analítico narrativo, interpretativo, e científico que descreve as lembranças, memórias, vivências culturais, acadêmicas e profissionais daquela que escreve. Este produto foi realizado para a Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, onde a autora atuou durante 02 anos como Psicóloga Sanitarista na Gestão do Departamento de Atenção Básica de um município da Região Metropolitana de Salvador. A escolha do memorial se deu na tentativa de realizar uma escrita livre sem perder a cientificidade do produto, uma vez que relata-se, sobre as percepções, vivências, angústias e reflexões vivenciadas durante o processo de formação, com a proposta de poder escrever um pouco sobre a trajetória profissional de forma autobiográfica, contendo aspectos reflexivos e narrativos, em diversos capítulos que tratam desde a minha trajetória de vida antes de entrar no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, até a capítulos que abordam sobre o trabalho do Apoio Institucional, o papel dos Preceptores e Tutores do Programa, a questão do planejamento de ações no Departamento de Atenção Básica, e nas Unidades de Saúde da Família, a vivência em uma USF, a vida de “Estagiária” enquanto profissional, e a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conclusão do processo de trabalho e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Como metodologia adotada, foi utilizada a minha vida, meus momentos, minhas angústias e subjetividades vivenciadas e aprendidas. Neste trabalho, e nesta vivência, tive muito a falar sobre esses diferentes e inovadores métodos que utilizei nos dois anos de Formação como Sanitarista em Saúde da Família. Através da memória semântica também trago passagens de reuniões, de tensões, de conquistas, de “problematizações” de diálogos, matriciamentos, as discussões, as preceptorias, as rodas pedagógicas, as lutas pelos direitos e as assembleias dos residentes e da coordenação, enfim, os aprendizados, a/da vida. Nesta apresentação de Comunicação Oral a Esquete deste trabalho será apresentada aos ouvintes.

Palavras-chave: Psicologia no SUS, Psicóloga Sanitarista, Apoio Institucional

DOR CRÔNICA: COMPREENSÃO DO IDOSO ONCOLÓGICO HOSPITALIZADO E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Naylana Rute da Paixão Santos
Martha Moreira Cavalcante Castro

A dor é uma experiência multidimensional que gera desconforto físico e desencadeia muitas respostas afetivas e emocionais. Na população idosa a prevalência de dor é elevada, e dentro da oncologia a dor é o sintoma mais frequente e de difícil controle, aumentando, assim, as demandas de atendimento no âmbito do Sistema único de Saúde. Considerando que a dor crônica na população geriátrica evidencia-se enquanto uma situação estressora, e há uma grande variabilidade na forma de enfrentar tais situações, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção do idoso oncológico hospitalizado e as estratégias de enfrentamento utilizadas por este diante da dor crônica. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa e descritiva, através do qual foi realizado estudo de caso com cinco participantes internados num hospital de usuários da rede SUS na Bahia. Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada e a análise dos dados foi realizada segundo o método de Análise de Conteúdo de Bardin. Tal pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da referida instituição hospitalar. Os resultados destacaram que os participantes significam a experiência de dor como uma vivência negativa, gerando e intensificando o isolamento e sentimentos de irritação, bem como evidenciaram a religiosidade e a espiritualidade enquanto principais estratégias para minimizar os impactos negativos advindos do adoecimento e tratamentos contínuos. O entendimento da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



maneira de enfrentamento da dor pode auxiliar profissionais de saúde no âmbito do SUS, na análise de fatores que influenciam na mesma, assim como na adequação de possíveis estratégias de enfrentamento disfuncionais no contexto de saúde, auxiliando o idoso no tratamento e em sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Dor Crônica; Idoso Oncológico; Estratégias de Enfrentamento; Sistema Único de Saúde

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Itamar de Almeida Carneiro

No que se refere ao cuidado em saúde mental, no Brasil especificamente, as últimas décadas têm sido marcadas por mudanças importantes no paradigma assistencial advindo da Reforma Psiquiátrica com a Lei 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e, redireciona o modelo assistencial em saúde mental, apontando para extinção progressiva dos manicômios no país. Essa revisão bibliográfica do tipo narrativa e abordagem qualitativa, selecionou artigos publicados no Brasil, no período de 2007 a 2017, que discutem educação permanente como estratégia de formação para o desenvolvimento de práticas de cuidado em saúde mental. Foi utilizada como fonte de dados a Base de dados — Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com as seguintes **Palavras-chave:** ‘Educação Permanente’ AND ‘Saúde Mental’ AND ‘Formação em Saúde’. Foram selecionados cinco trabalhos que contemplavam os critérios de inclusão, os quais foram analisados, identificando-se as categorias temáticas acerca da formação de profissionais de saúde, segundo os objetivos da Reforma Psiquiátrica, alinhados aos princípios e diretrizes do SUS como orientadores da formação. Os resultados corroboram a importância da formação em saúde mental como operadora essencial das mudanças na prática dos trabalhadores de saúde mental, por meio da Educação Permanente, sendo necessário o fortalecimento dos dispositivos de reorientação da formação em saúde. A análise dos achados sugeriu que a educação permanente pode possibilitar uma reorientação da formação nos processos de trabalho voltados à saúde mental, sendo necessário um fortalecimento dos pilares entre o ensino, o serviço de saúde e a comunidade como possibilidade de explorar os espaços potenciais através da troca de conhecimentos.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: Educação permanente. Serviços de saúde mental. Gestão em saúde. Formação em saúde. Saúde mental.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS E TECENDO CONHECIMENTO

Caroline Lucindo Silva
Jarlan Miranda dos Santos

Esse trabalho é fruto da experiência do estágio básico supervisionado do curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia, e buscou fazer dialogar as interfaces saúde e educação nas práticas desenvolvidas na atenção básica em saúde. A Saúde da Família se constitui como estratégia principal de mudança do modelo centrado na medicina curativa, tendo como referência os atendimentos individuais clínicos, para um modelo situado no usuário, na família e na equipe de trabalho, com práticas individuais e coletivas direcionadas para a reabilitação, prevenção e promoção de saúde. Tal mudança pode ser favorecida por meio da educação permanente em saúde (EPS), a qual visa a horizontalização do conhecimento e das relações de poder, ao valorizar os saberes dos sujeitos envolvidos no cotidiano dos serviços de saúde. Para isso, esse processo deve priorizar o ensino-aprendizagem por meio de reflexões/discussões acerca das necessidades e problemas presentes no cotidiano dos serviços de saúde. Priorizou-se nesse estágio um fazer que permitisse uma problematização das práticas realizadas e a aquisição de habilidades para 'aprender a aprender' por meio da reflexão de suas próprias atuações. Neste sentido, esse trabalho tem por objetivo apresentar a experiência das práticas de estágio desenvolvidas em uma Unidade de Saúde da Família (USF), especificamente das ações desenvolvida na perspectiva da educação permanente em saúde. A estratégia metodológica utilizada foi a observação participante com o registro em diários de campo, sendo este base de análise do presente trabalho. Logo de início, a inserção no contexto da unidade de saúde possibilitou constatar a inexistência de espaços de problematização, reflexão e aprendizagem das práticas desenvolvidas no cotidiano do serviço. Como ação do estágio, foi proposta à equipe da unidade a realização de atividades de educação permanente em saúde, com momentos de reflexão/discussão e aprendizagem com o profissional ou profissionais diretamente envolvidos com as atividades em cada dia de trabalho, e um outro espaço coletivo com toda a equipe da unidade de saúde. Com a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



coordenação da USF e os agentes comunitários de saúde (ACS), foi construído um plano de trabalho, que constou de visitas domiciliares e momentos de reflexão/aprendizagem das visitas realizadas. Já o espaço coletivo com todos os profissionais da USF, se realizou no último mês de atividades do estágio, em um encontro de 2 horas, com toda a equipe da unidade. Ao dirigir a atenção e ação para a educação permanente em saúde, a prática desenvolvida permitiu a construção coletiva do trabalho e a elaboração conjunta dos conhecimentos. Ao estruturar ações que facilitaram aos profissionais problematizarem a si e as suas práticas nos serviços públicos de saúde e experimentarem um novo espaço de aprendizagem, o cotidiano dos serviços de saúde, por meio do reconhecimento do saber do outro, do exercício democrático e coletivo.

Palavras-chave: Atenção Básica em Saúde; Educação Permanente em Saúde; Psicologia e Saúde da Família.

EDUCAÇÃO PERMANENTE, GRUPOS OPERATIVOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danilo Conceição de Carvalho
Moacir Lira de Oliveira

INTRODUÇÃO: Com a mudança do modelo de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde a partir da atenção Básica, a Estratégia de Saúde da Família tornou-se a principal proposta, que fundamentada na Promoção da Saúde, prevenção de doenças e reabilitação, reorganiza os serviços e reorienta as práticas profissionais a partir dos princípios da Vigilância à Saúde. Na perspectiva de ampliar a capacidade da Atenção Básica de responder à maioria dos problemas de saúde, o ministério da saúde, através da portaria 154/2008, criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) que inclui o profissional psicólogo como integrante de equipe multiprofissional apoiadora. **OBJETIVOS:** Assim, este trabalho teve como objetivo desenvolver oficinas de Educação Permanente junto à equipe NASF e profissionais de uma Equipe de Saúde da Família (ESF) de um município da Bahia, fundamentando-se na teoria dos Grupos Operativos. **METODOLOGIA:** Esta proposta nasce da experiência enquanto residente em Saúde da Família. Foram realizados ao todo sete encontros, três com profissionais da equipe NASF e quatro com Equipe de Saúde da Família, após prévia contratualização para definir frequência, duração e dias das atividades. Os encontros com equipe NASF tiveram como eixos temáticos: estratégias de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



matriciamento, estratégias para trabalho em Grupos e Educação Permanente; já com ESF, os encontros foram conduzidos de forma aberta de modo a problematizar e construir alternativas para desafios inerentes ao processo de trabalho das próprias equipes, após os encontros foi construído calendário de encontros para continuidade do processo de educação permanente. **RESULTADOS:** Verificou-se que os encontros possibilitaram o compartilhamento de angústias entre os profissionais quanto aos do trabalho no território, fator que contribui para emergência de resistências ao desenvolvimento de práticas da promoção da saúde e tem gerado desgastes nas relações entre os profissionais, deste modo o envolvimento dos participantes foi alcançado gradativamente a cada encontro, à partir das reflexões, com estímulo à escuta e à construção coletiva de alternativas às questões significativas para a equipe. **CONCLUSÃO:** A experiência corrobora uma concepção da Educação Permanente em Saúde como processo no qual o cotidiano do trabalho é colocado em análise utilizando-se de ferramentas reflexivas sobre as práticas dos serviços ao passo que produz mudanças nas relações de trabalho. Os resultados podem ser efetivos se norteados por posturas teóricas que viabilizem a escuta, a construção compartilhada e a problematização de circunstâncias reais para desenvolvimentos de alternativas concretas sem pressupostos de sobre como a equipe deve ser ou agir.

Palavras-chave: Educação Permanente, ESF, Grupos Operativos, Promoção da Saúde

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA PELO PROGRAMA COTIDIANOSUS: REFLEXÕES DENTRO DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Janaina Nery Celestino de Carvalho

Júlia Biasin Scopel

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência de estágio realizado dentro de um Centro de Referência Especializado na cidade de Salvador, Bahia. O estágio estava inserido dentro do Programa de Estágio não Obrigatório CotidianoSUS promovido pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia (SESAB) e mediada pela Escola Estadual de Saúde Pública (ESPBA), tendo duração de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por meio de termo aditivo. A proposta dessa prática é aproximar os graduandos da realidade do SUS o compreendendo enquanto espaço político e de produção de conhecimento, bem como prepará-los para uma futura inserção nesse ambiente de trabalho.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O CotidianoSUS tem como uma de suas bases a Política Nacional de Humanização (PNH) e a Lei Orgânica de Saúde (LOS), com foco na busca por garantir os princípios estabelecidos no SUS e no intuito de fortalecer a comunicação entre gestão e assistência, aprimorando os modos de gerir e cuidar. Neste sentido, tem-se como objetivo central do trabalho apresentar a Pesquisa de Satisfação do Usuário dentro de um Centro de Referência Especializado como instrumento de avaliação e de garantia de informação e participação dos usuários na construção e melhoria dos serviços de saúde pública. Propôs-se também fazer uma reflexão das práticas de trabalho e ensino concebidos na referida Unidade, referentes à pesquisa bem como o olhar da Psicologia frente às demandas percebidas, suas possíveis contribuições e as interfaces da prática com as PNH e a LOS. Por metodologia para a construção do trabalho utilizou-se a revisão de literatura, diário de campo construído a partir da vivência, tendo como referências documentos oficiais disponibilizados pela Unidade e revistas científicas disponíveis em seus respectivos endereços eletrônicos. Por fim, são apresentadas as mudanças significativas percebidas dentro da Unidade, e a relação com os usuários no que tange a autonomia, participação e conscientização sobre o seu papel enquanto construtores do SUS, considerando-se também a pesquisa como instrumento de acolhimento. Ademais, refletiu-se a dinâmica da prática profissional interdisciplinar e os desafios enfrentados pela instituição, considerando suas especificidades, e, reafirmando-se a necessidade de fortalecimento dos programas de estágios como potencializadores do diálogo entre Gestão e Atenção.

Palavras-chave: pesquisa de satisfação, Psicologia, saúde, CotidianoSUS, PNH

EXPERIÊNCIAS DE SOFRIMENTO E DE CUIDADO ENTRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Silier Andrade Cardoso Borges
Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos

Este trabalho integra a discussão presente no aporte teórico de um projeto de tese em desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa se interroga: como as experiências de sofrimento das pessoas em situação de rua se relacionam a um conjunto de aspectos sociais e contextuais? Como essas experiências de sofrimento se relacionam com os modos pelos quais essas pessoas buscam cuidar de sua própria saúde ou aplacar sua aflição (itinerários terapêuticos)? Quais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



as práticas de cuidado exercidas pelos profissionais de instituições de Saúde e Assistência Social junto à população em situação de rua? Quais os sentidos que esses profissionais conferem ao sofrimento e aos itinerários das pessoas que acompanham? Assim, objetiva promover a discussão de um quadro teórico-conceitual que dê conta dessas questões, compreendendo as experiências de sofrimento (*illness*) de pessoas em situação de rua, bem como seus itinerários terapêuticos, estratégias que empreendem à procura de cuidado às suas aflições. Serão adotados os conceitos de itinerários terapêuticos, sofrimento social, vulnerabilidade, cuidado e agência política. Para analisar a busca por ajuda no campo da saúde, Kleinman (1978) divide os sistemas de cuidado em profissional, *folk* e popular. Este modelo entende que os caminhos percorridos pelos indivíduos na tentativa de solucionar suas aflições não se reduzem à oferta de cuidado restrita à rede de serviços, se ampliando em diferentes direções. O reconhecimento da existência de outros subsistemas de cuidado se relaciona ao conceito de itinerários terapêuticos e de agência política, este último compreendido a partir de sujeitos que protagonizam a produção de sua própria história, por meio de laços de solidariedade e mobilização pela conquista de direitos (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Esta relação se dá à medida em que os conceitos de modelo explicativo, de itinerários terapêuticos e de agência política valorizam campos não especializados de tratamento e cura para além da medicina e reconhecem o protagonismo com que os indivíduos se engajam no processo de escolha terapêutica e de cuidado dentro de um campo de possibilidades, relacionando as biografias individuais ao conjunto de crenças compartilhadas em um mundo sociocultural. Cabe aqui fazer a ressalva do conceito de cuidado como categoria reconstrutiva, em um duplo plano de análise que envolve as práticas assistenciais e a dimensão dos projetos de felicidade dos sujeitos (AYRES, 2004). Uma segunda ressalva consiste na compreensão da categoria sofrimento social, que encontra lócus no indivíduo por meio de sentimentos como humilhação e culpa, mas que se produz por condições concretas como perdas do trabalho, saúde, sonhos e vínculos (WERLANG, 2013). Assim, os processos sociais devem ser articulados às suas narrativas, considerando seus modos de levar a vida e interpretar suas aflições. Acreditamos que esses referenciais possibilitariam superar perspectivas totalizantes de um “sujeito sem estrutura” ou de uma “estrutura sem sujeito” (MINAYO, 2001), na medida em que reconhece que as práticas de cuidado e os itinerários dessas pessoas não devem ser analisadas apenas como produto de processos de marginalização pelos efeitos do capital, mas que envolve a agência das pessoas em busca do alívio do sofrimento, por meio do resgate daquilo que Ayres (2004) chamou de “sabedoria prática”.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Palavras-chave: itinerários terapêuticos; sofrimento social; vulnerabilidade; agência política, pessoa em situação de rua

EXTERNALIZANDO SENTIMENTOS NA INFÂNCIA ATRAVÉS DO DESENHO

Elizângela de Moraes Santos

O presente trabalho descreve um relato de experiência realizado em uma instituição escolar e sua concretização está embasada na compreensão da infância como um período que pode ter consequências na vida adulta, como ser acometido por transtornos mentais devido a experiências negativas quando criança, e acreditando na importância das atividades lúdicas para expressar livremente aspectos interiorizados, externalizando alegrias e angústias. Pois, de acordo com Froebel (1912 apud KISHIMOTO 2002, p.68) “brincar é a fase mais importante da infância- do desenvolvimento humano neste período- por ser a auto-ativa representação de necessidades e impulsos internos”. Dessa forma, as atividades lúdicas no espaço escolar podem amenizar o sofrimento mental infantil, assim como contextualizar esse sofrimento, buscando as causas sociais que podem causar comportamentos escolares “não desejáveis”, e que, não raras vezes, tem como consequência a medicalização, deslocando para o âmbito biológico problemas advindos do meio em que a criança está inserida. A atividade teve como objetivo proporcionar às crianças um momento lúdico em que tenham a oportunidade de representar sentimentos através de um desenho. Sendo assim, a experiência utilizou uma abordagem gestáltica, utilizando uma técnica, denominada A Roseira, que segundo Oaklander (1980) envolve a fantasia em conjunto com o desenho. As crianças foram incentivadas a fechar os olhos, se imaginarem uma roseira e suas características, em seguida representarem através do desenho. Tendo como público alvo 23 crianças na faixa etária de 9 a 12 anos. O espaço utilizado foi o ambiente escolar da instituição educacional Alice Veloso. Após a realização dos desenhos as crianças foram indagadas sobre o que produziram. Das 23 crianças, 14 representaram aspectos relacionados à dinâmica familiar que vivenciam, é importante ressaltar que emergiram configurações familiares diversas. Em relação às questões de proteção, as crianças ilustraram alguma imagem que no discurso afirmaram ser para a sua proteção. Exemplificando, um dos participantes desenhou uma cerca e afirmou que seria para sua proteção. Das 23 crianças que participaram, 2 representaram o aspecto amizade. Apenas 2 crianças não conseguiram representar. A partir dos discursos foi possível

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



perceber sentimentos relacionados à realidade familiar e a necessidade de proteção, emergindo sentimentos negativos e positivos como: amor, proteção, família, medo, família desestruturada e insegurança.

Palavras-chave: lúdico, infância, criança.

FATORES ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE SUICÍDIO EM PACIENTES ATENDIDOS EM UM HOSPITAL GERAL: ANÁLISE DOCUMENTAL

Vanessa Rodrigues Sousa de Oliveira

O suicídio é o ato de tirar a própria vida de forma consciente e proposital, não importando a causa ou forma de concretização deste ato (BOTEGA, 2014). É um fenômeno antigo e que em 2014, com o número chegando a 1 caso a cada 40 segundos, passou a ser considerado epidemia mundial (OMS, 2014). Tendo causas multifatoriais, onde o viés psicossocial incide diretamente sobre o sujeito (BOTEGA, 2014), no Brasil, é a terceira maior causa de mortes por fatores externos sendo: 36,4% de homicídios, mortes por causas relacionadas ao trânsito 29,3% e suicídio 6,8% (BRASIL, 2014). As mais recentes pesquisas mostram que o transtorno mental é um fator importante para o comportamento suicida. Bessa (2010) associa a Síndrome de Abuso de Substâncias Psicoativas a um maior risco de suicídio. Já Cassorla (2010), traz os Transtornos de Personalidade Borderline e Narcisista como de maior importância no comportamento suicida. Os transtornos de humor como o Bipolar (Botega, 2014) e a Depressão Maior (LL Braga; Dell'Aglio, 2013) também figuram como os mais associados a tentativas de suicídio. Objetivos: analisar os fatores psicossociais associados ao fenômeno da tentativa de suicídio em pacientes atendidos em um hospital geral de grande porte do interior da Bahia e levantar os dados sociodemográficos associados à sua incidência. Metodologia: pesquisa documental quantitativa, de corte transversal, de caráter analítico e exploratório. A coleta de dados será através de levantamento dos prontuários de pacientes que tentaram suicídio entre junho de 2017 e junho de 2018 e que tenham sido atendidos na instituição, no setor de emergência e que ficam arquivados no Serviço de Arquivamento Médico e Estatístico (SAME), a fim de verificar dados como: idade, gênero, escolaridade, renda, religião, etnia, histórico de adoecimento mental e biológico, estado civil e método utilizado na tentativa de suicídio. Os resultados devem corroborar com os dados nacionais que dizem que os sujeitos que mais tentam suicídio são mulheres (65,9%), com ensino fundamental incompleto (23%),

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



brancas (49,6%), tinham entre 10 e 39 anos (74,4%) e 19,6% tinham algum transtorno mental diagnosticado (BRASIL, 2013). A contribuição da pesquisa para a unidade hospitalar será em forma de material informativo ou projeto de intervenção com os resultados da pesquisa direcionando-o para os profissionais de saúde que trabalham na unidade.

Palavras-chave: suicídio, fatores associados, análise documental, saúde coletiva, psicossocial

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM AS RUAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anna Carla Ribeiro Moreira
Lorena de Oliveira Rossoni
Nelma Dias Ribeiro
Silier Andrade Cardoso Borges
Raíssa Felix Almeida Bittencourt

A Portaria nº 569, de 1 de Junho de 2000, estabelece que toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério. No entanto, as adolescentes grávidas em situação de rua não raro encontram dificuldades em acessar esses direitos, mesmo a gravidez precoce sendo considerada situação que apresenta risco tanto para o bebê quanto para as mães. Através dessa revisão de literatura, objetiva-se descrever sobre as adolescentes em período gestacional e a relação que as mesmas possuem com a rua. Para a produção dessa revisão de literatura, foi utilizado o banco de dado eletrônico Scientific Electronic Library Online – SciELO e a análise se deu durante o período do mês de junho à agosto de 2018. Os critérios de inclusão foram os artigos que apresentavam pesquisas tanto sobre gravidez na adolescência, quanto sobre adolescentes grávidas em situação de rua, de modo a possibilitar análise comparativa. A busca foi conduzida a partir das seguintes **Palavras-chaves:** *Adolescência; Gravidez; Situação de Rua*. Foram selecionados apenas os artigos selecionados após 1990, ano em que foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990). Foram incluídas obras completas como livros e manuais disponíveis em artigos publicados em português, dada a sua relevância à temática de estudo. Os critérios de exclusão foram: teses e dissertações; material não publicado em revista científica; e artigos não relacionados ao tema de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pesquisa. Foram encontrados 17 artigos, desses 7 foram excluídos após primeira análise com base nos critérios de exclusão. Desse modo, apenas 10 artigos foram selecionados. Constata-se, na maior parte dos casos, com base na leitura dos artigos, que são diferentes os fatores causais da condição de situação de rua, dentre os quais estão a violência doméstica (física e/ou sexual); as condições precárias de subsistência; envolvimento com substâncias psicoativas; ruptura de vínculos familiares, entre outros. Outro fato que chama atenção é que, de acordo com os artigos levantados, a gravidez na adolescência é vista como uma situação de risco para a Saúde Pública, sendo representada pela mídia como um fenômeno negativo a ser contido. Houve uma queda na fecundidade de adolescentes entre 10 a 19 anos que se encontra em situação de vulnerabilidade, devido à ampliação dos programas Saúde da Família e Saúde na Escola e em função da elaboração das políticas públicas de saúde para a População em situação de Rua (PSR), amparadas na perspectiva da Redução de Danos (RD), bem como às estratégias empreendidas pelos profissionais para garantia de acesso dessa população aos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No caso específico das adolescentes gestantes em situação de rua, a produção científica ressalta o trabalho que se dá por meio do acompanhamento destas mulheres pelas equipes de Consultório na Rua, que promove cuidado à saúde, promoção de direitos humanos e inclusão social. Conclui-se que há poucos estudos que relacionam a gravidez na adolescência às ruas e como isso influencia na vida delas, resultando na invisibilização dessas mulheres também na produção científica.

Palavras-chave: Adolescência; Gravidez; Situação de Rua.

INTERVENÇÃO GRUPAL: CUIDADO DE PACIENTES COM PARKINSON, SEUS FAMILIARES E CUIDADORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE

**Ana Carolina de Souza
Patricia Morales**

Este trabalho diz respeito a uma atuação clínico-grupal realizada por estagiários de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em um Ambulatório de Fisioterapia no Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC). A atividade psicoterápica ocorre a partir de estudos sobre a Análise Institucional Francesa e tem por objetivo, assim como os demais atendimentos do ambulatório, propor intervenções que visem melhorar a qualidade de vida dos pacientes com Doença de Parkinson (DP), bem como de seus

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



familiares e cuidadores e também humanizar o trabalho dos profissionais da Saúde. O trabalho da equipe de psicologia consiste em cartografar o campo, mapeando os territórios existenciais e as relações de força presentes, percebendo, então, as principais demandas e a partir daí pensando estratégias que possibilitem o enfrentamento de uma doença crônica e degenerativa. Para além do cuidado com o paciente, entende-se que o peso do diagnóstico e a vivência dos impactos causados pela doença é compartilhado com aqueles que estão ao redor, seja algum membro familiar ou seja algum profissional cuidador. O terceiro pilar do trabalho é destinado a práticas de cuidado com os diversos profissionais e acadêmicos que também atuam no hospital, visando uma humanização da área da saúde. Considerando as características do Parkinson, a segunda doença neurodegenerativa mais comum, e as particularidades desse Ambulatório, em um primeiro momento precisou-se trabalhar principalmente a questão da aceitação da doença. Já em um segundo momento, unidos enquanto grupo de pessoas que se fortalecem em experiências semelhantes e se multiplicam em suas diferenças, o foco passou a ser atividades que desenvolvam uma potência de vida, enunciem seus afetos e seus sofrimentos através de práticas artísticas, onde os aspectos éticos, estéticos e políticos se entrelaçam. Dessa forma, o que tem se observado é a afirmação de um espaço que crie redes de afetos entre os envolvidos na Doença de Parkinson. Os dispositivos utilizados até então têm corroborado para uma autonomia e empoderamento do paciente quanto a sua própria vida, uma possibilidade de acolhimento ao cuidador e também uma autogestão de uma equipe multidisciplinar.

Palavras-chave: Doença de Parkinson, Equipe Multiprofissional, Artes.

MATRICIAMENTO COM OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE A DOENÇA DE ALZHEIMER NA CIDADE DE GUANAMBI-BA

Marlúcia Malheiros Souza

INTRODUÇÃO: Com o crescente envelhecimento da população, se tem um aumento significativo da expectativa de vida, que contribui para uma prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. Nesta fase, pessoas mais idosas podem apresentar doenças específicas relacionadas ao envelhecimento, dentre elas temos as demências, que de acordo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV (2005) caracteriza-se pelo desenvolvimento de múltiplos déficits cognitivos. Segundo a Associação Brasileira de Alzheimer (2015), é uma doença mental caracterizada por prejuízo cognitivo que pode

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



incluir alterações de memória, desorientação em relação ao tempo e ao espaço, raciocínio, concentração, aprendizado, realização de tarefas complexas, julgamento, linguagem e habilidades visuais-espaciais. Nesse contexto, a estratégia em saúde da família pode exercer papel importante. Os agentes comunitários de saúde devido o maior vínculo com a comunidade pode auxiliar na compreensão da doença, seu diagnóstico precoce e como lidar com essa condição. **OBJETIVO:** Matriciar os profissionais ACS para o conhecimento do processo da doença, suas contingências e tratamento. **METODOLOGIA:** Realizado três momentos conduzidos pelo enfermeiro da UBS do PSF Vomitamel e a Psicóloga Residente do PERMUSF. O primeiro encontro ocorreu apresentação e discussão sobre a temática numa abordagem dialogada sobre o processo da doença de Alzheimer. No segundo desenvolveu-se uma oficina com discussão de casos e levantamentos de dados locais. No terceiro encontro foram realizados trabalhos sobre a construção de estratégias para manejo e criação de uma agenda para ações direcionadas ao processo de envelhecimento, demências e a doença de Alzheimer e avaliação do projeto de intervenção. **RESULTADOS:** Os encontros foram avaliados como positivos por todos os envolvidos. Os Agentes Comunitários de Saúde apresentaram participativos durante as atividades e buscaram desenvolver estratégias para melhorar sua percepção da problemática no campo. Na avaliação escrita relatam as mudanças de sua percepção sobre o processo a doença de Alzheimer e suas contingências. **CONCLUSÃO:** A realização de momentos de matriciamento, com abordagem ativa proporciona uma maior compreensão e envolvimento dos participantes. Os profissionais perceberam sua importância no acompanhamento das famílias sobre a ótica do envelhecimento e suas consequências, com olhar atento para as mudanças de comportamentos e possíveis diagnósticos precoce da doença de Alzheimer e orientações para as pessoas que já convivem com a mesma e situações similares, aumentando seu conhecimento técnico para intervenções para melhorar qualidade de vida das pessoas que convivem com essa questão.

Palavras-chave: Alzheimer, Agentes Comunitários de Saúde, Matriciamento

**MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE
SALAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA**

Emanuele Lopes da Silva



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este artigo objetiva apresentar experiências relevantes no campo do matriciamento em saúde mental no contexto da Atenção Primária à Saúde, a partir do trabalho desenvolvido pela Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF-AB) no município de Tomar do Geru/SE. As Salas de Cuidado em Saúde Mental surgiram a partir da necessidade de ampliar as ações de saúde mental no território, haja vista a expressiva incidência de usuários identificados com transtornos mentais ou iniciando algum processo de adoecimento psíquico. Nesse sentido, a proposta resultou das reuniões de matriciamento de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) cujo foco era o debate sobre saúde mental no território e as possibilidades de intervenção. Com olhar para a prevenção e promoção, a proposta teve por objetivo mobilizar a comunidade para encontros mensais abordando temas alusivos ao cuidado em saúde mental, sobretudo, para a efetivação da autonomia e cidadania dos sujeitos. Como objetivos específicos, buscou-se o fortalecimento dos vínculos entre usuários, familiares, equipe de saúde da família e equipe NASF- AB e a ampliação da capacidade assistencial, potencializando a integralidade no cuidado. Assim, os encontros considerados transformadores pelos usuários e profissionais, possibilitaram o descobrimento de caminhos colaborativos no processo de cuidado que envolve a tríade usuário- família – equipe de saúde, ampliando a (co)responsabilização na gestão do cuidado. Constatou-se que a troca de experiências ao longo dos encontros construiu um importante espaço de apoio social aos participantes das Salas de Cuidado. Observou-se ampliação da percepção sobre as patologias por parte dos usuários e seus familiares e a construção de enfrentamento aos dilemas cotidianos, além do desenvolvimento das noções de direitos e deveres. Melhorias na comunicação e no vínculo entre usuários, familiares e equipe também foram percebidas, bem como ampliação do diálogo interdisciplinar com a participação efetiva da equipe NASF-AB na operacionalização dos encontros, construindo espaços de ampliação da clínica. O conjunto de saberes, ferramentas e reflexões resultantes, foi considerado significativo para a construção de modelos de cuidado cada vez mais colaborativos e resolutivos. Frente ao impacto positivo da proposta, as Salas de Cuidado em Saúde Mental, passaram a ser incorporadas no processo de trabalho das demais Estratégias de Saúde da Família, e continuam sendo realizadas em caráter mensal, tendo expandido para as comunidades rurais do município. Cabe destacar que, assim como preconiza a proposta do matriciamento, são realizadas colaborativamente avaliações por parte da equipe e dos participantes, de modo a eleger os temas pertinentes no processo de cuidado para compor os diálogos. O saber e o fazer da Psicologia mostram-se essenciais em tal processo, tendo em vista que a Psicóloga(o) é considerada um(a) profissional de referência no trabalho desenvolvido pela equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(NASF-AB), sobretudo, por potencializar relações mais colaborativas entre os profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Matriciamento, Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF-AB), Saúde Mental e Psicologia.

MÉTODOS DE INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES QUE FAZEM USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Leticia Ferreira da Silva
Paola Damascena Possari
Carolina Ferreira Ferraz
Silier Andrade Cardoso Borges
Raíssa Felix Almeida Bittencourt**

A Política Nacional do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas (2003) considera que a intervenção de saúde dirigidas que utiliza álcool e outras drogas de modo problemático deve ser direcionada à qualidade de vida do sujeito, considerando suas especificidades, compreendendo saúde em sua perspectiva ampliada e se utilizando de medidas preventivas e protetivas como educação, informação e aconselhamento, articuladas à rede intersetorial. Através desta revisão de literatura, buscase identificar, na produção científica brasileira, propostas de intervenção com adolescentes que realizam uso prejudicial de álcool e outras drogas. Espera-se compreender as estratégias, as tecnologias de cuidado e as modalidades terapêuticas coletivas e individuais utilizadas nas práticas assistenciais junto aos adolescentes após a vigência da Portaria MS nº 1.028, de 1º de julho de 2005, que regulamenta as ações de redução de danos sociais e a saúde como estratégia prioritária de cuidado junto às pessoas que realizam uso prejudicial de substâncias psicoativas. Desta maneira, objetiva-se sistematizar a produção do conhecimento científico acerca das intervenções realizadas com adolescentes que realizam uso prejudicial de substâncias psicoativas, bem como analisar os métodos adotados para essas intervenções. Para realizar esta revisão, utilizou-se a base de dados SciELO, por meio das **Palavras-chave:** *adolescentes, métodos de intervenção e substâncias psicoativas*, com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos originais publicados no Brasil; língua portuguesa; artigos publicados a partir de 2005. Este último critério de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



inclusão foi estabelecido com base no ano de publicação da supracitada portaria. Foram descartados artigos de revisão; artigos não relacionados ao objetivo deste trabalho; relatórios, resenhas, teses e dissertações; bem como publicações fora do período adotado para essa pesquisa. Foram encontrados 41 artigos. Destes, apenas nove foram selecionados por atenderem os critérios de inclusão. Observou-se que os métodos utilizados nos artigos analisados permanecem relacionados ao combate às drogas/proibicionismo, através de discursos que associam uso de drogas à criminalidade e não necessariamente às ações que visem minimizar os danos causados pelo consumo e abuso de álcool e outras drogas. Outro ponto que merece destaque, é o fato de que muitos dos espaços de intervenções não são pautados na troca de saberes entre profissionais da saúde e usuários e, em alguns casos, os projetos são executados em formatos que reafirmam a hierarquia de saber-poder destes profissionais, não permitindo que os usuários saiam do lugar de público alvo/paciente e se tornem agentes do processo de construção do saber, distanciando-se da Portaria. Destaca-se a necessidade de ações mais efetivas de cuidado à saúde e que dialoguem com o que preconiza a política pública, de modo a conciliar a prática educativa com a realidade/subjetividade dos sujeitos. Para garantir a efetividade de tais ações, faz-se ainda necessária também a promoção de ações de educação em saúde não verticalizadas, produzindo sujeitos ativos, conscientes e autônomos no lidar com as substâncias, respeitando o universo sociocultural e os interesses dos adolescentes, preservando suas identidades e reconhecendo sua especificidade etária, por meio da garantia à liberdade de decisão, em consonância com os princípios da educação popular.

Palavras-chave: métodos de intervenção; redução de danos; adolescentes; substâncias psicoativas.

**O CAMINHAR DA PSICOLOGIA NAS ESTRADAS DO AUTISMO:
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA EM AUTISMO NO ESTADO DA BAHIA**

Renan Vieira de Santana Rocha

A atuação psicológica no campo da Saúde Mental é ampla e diversa, sendo os seus contextos passíveis de intervenção os mais variados (AMARANTE, 2007). Dentre estes, encontramos a Saúde Mental Infantojuvenil, lócus onde o processo de trabalho voltado para pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possui ampla

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



relevância, e vem crescendo tanto em termos das práticas de cuidado ofertadas quanto em termos das pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre o tema, nacional e internacionalmente (BRASIL, 2015; OLIVEIRA et al, 2017). É no bojo destes processos que surge, no estado da Bahia, a experiência pioneira de criação de um Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – o CRETEA/BA – vinculado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e à Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil (LABCMI). Neste serviço, composto por uma perspectiva essencialmente interdisciplinar e multiprofissional, operam-se diferentes práticas profissionais que se articulam na tentativa de promover saúde e qualidade de vida em família a todas e todos os usuários e seus cuidadores, a partir de evidências científicas e de referenciais que dialoguem com as noções de Clínica Ampliada, Matriciamento, Apoio Matricial, Articulação de Rede, Atenção Psicossocial, Reabilitação Psicossocial, entre outros (PITTA, 2001). Nessa diretiva, com fins do presente trabalho, objetiva-se apresentar, no formato de Relato de Experiência, como tem se dado a atuação psicológica no presente serviço, compreendendo o mesmo como um símbolo representativo de esforços, no campo das Políticas Públicas, para a oferta de cuidados psicológicos baseados em evidências científicas, contextualizados com a atualidade do campo do saber-fazer psicológico, e em diálogo com as principais abordagens, métodos e técnicas que têm sido ponderados na produção de cuidados voltados para a clínica do Transtorno do Espectro Autista (TEA) – a exemplo do Treinamento de Habilidades Sociais (THS), do *Applied Behavior Analysis* (ABA), do *Picture Exchange Communication System* (PECS) e do *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children* (TEACCH) (KWEI; SAMPAIO; ATHERINO, 2009; MIZAEI; AIELLO, 2013; FERNANDES; AMATO, 2013). Intenta-se, ao final, correlacionar a experiência apresentada com o que tem sido discutido e produzido academicamente sobre a Saúde Mental Infantojuvenil direcionada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, bem como refletir sobre os atuais “sopros de liberdade”, desafios, entraves e contradições que se apresentam ao processo de trabalho de psicólogas e psicólogos baianos e brasileiros, operadores das Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: (1) Psicologia; (2) Autismo; (3) Transtorno do Espectro Autista; (4) Saúde Mental Infantojuvenil; (5) Atenção Psicossocial.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**Isis Gomes Biondi
Josiane Moreira Germano
Tatiana Almeida Couto**

A Atenção Primária à Saúde (APS) é um espaço de confluência entre usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e profissionais de saúde. Sendo que diante da inserção da psicologia como área de atuação na APS, percebemos como necessário, discutir as possibilidades de atuação juntamente com equipes de Saúde da Família. Assim, o objetivo deste estudo é refletir, a partir da prática profissional, o lugar do psicólogo na APS. Partimos da abordagem qualitativa para discorrer sobre a experiência de uma psicóloga que atuou no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF – AB), no período de 2013 a 2018, em um município da região sul da Bahia. As expectativas dos profissionais da APS com a chegada da psicóloga na equipe eram compostas por certo imediatismo na resolutividade para as práticas de atenção à saúde para além das curativistas. Nesta perspectiva, a psicóloga então deveria ser uma apoiadora das ações das equipes desenvolvendo estratégias individuais e coletivas que mobilizassem a comunidade e a equipe utilizando o apoio matricial como dispositivo capaz de promover a articulação de vínculo entre equipes e comunidade, possibilitando a longitudinalidade dos cuidados ofertados. Dessa forma, levantamos as seguintes questões: como conseguir modificar a perspectiva tradicional de atuação inserindo dispositivos como: Clínica Ampliada, Educação em Saúde, Educação Permanente quando a própria formação em psicologia é generalista, estruturada sob um olhar clínico, prescritivo, individual, normalizador e patologizante? Como estabelecer mudanças de paradigma num contexto de saúde pública no qual a própria população valida os atendimentos individuais como único lugar possível de restabelecimento e “cura”? Ressaltamos que a organização a qual a APS está disposta não possibilita a interlocução com outros atores sociais que poderiam (des)construir a lógica de encaminhamentos a serviços especializados, visto que a Rede de Atenção à Saúde encontra-se descaracterizada, pois os espaços não permitem rupturas em seus modos de produção de cuidado. Diante do exposto, torna-se fundamental problematizarmos e refletirmos acerca do lugar que a Psicologia ocupa na APS, a(s) possibilidade(s) de atuação do profissional Psicólogo a fim de alterar os paradigmas existentes do seu aporte teórico-técnico, bem como os momentos de sofrimento visto a complexidade do ideal e real no cotidiano. Sendo assim, torna-se necessário que a prática do psicólogo dê vazão a novos olhares sobre o(s) outro(s) e suas subjetividades, tendo em vista que os usuários e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



profissionais encontram-se sujeitados aos condicionantes de um modelo de cuidado em saúde excludente e biologicista.

Palavras-chave: Psicólogo, Atenção Primária à Saúde, Psicologia, Sistema Único de Saúde, Núcleo Ampliado de Saúde da Família.

O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO PARA SAÚDE DA MULHER COMO FERRAMENTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MALFORMAÇÃO DO BEBÊ

Ramon Pereira Lima
Jaqueline França de Almeida
Áquila Thalita Sampaio Costa

A gravidez é um período de transição, em que a mulher passa por mudanças biopsicossociais, a percepção da mulher, diante da gravidez, é de interpretar o filho como uma extensão sua tornando possível que a mesma seja imortalizada. Com a notícia de uma malformação, há um rompimento desse processo, pois a criança pode não contemplar a imortalização ou o preenchimento de lacunas da mãe, além disso, no processo gravídico é formado o bebê ideal, com o diagnóstico de uma malformação ocorre à perda desse bebê. A mãe, nesse período, precisa elaborar o luto do bebê desejado, pois existe a perda de um objeto querido, diante desse quadro, sem informações, a mãe pode desenvolver um adoecimento psíquico. Concomitante a esse processo, a mãe precisa aceitar a criança real, malformada, e, ainda, se preparar para cuidar de uma criança que, na maioria dos casos, precisa de atenção e cuidados diferenciados a partir da malformação apresentada. Sendo assim, a logística de saúde enfatiza no cuidado com a criança e “descuida” da saúde da mãe. Pensando em uma assistência para as mães, se tem o Pré-Natal Psicológico (PNP), que possui um caráter de intervenção psíquica, com o objetivo de oferecer apoio emocional frente às demandas que surgem no período gravídico, oferecendo informações e orientações, para que as mesmas saibam lidar com a realidade que se encontra o filho. O apoio psicológico, oferecido pelo PNP no período gravídico não deve substituir o pré-natal tradicional, pelo contrário, deve complementar o mesmo acrescentando ao seu caráter de cuidado biológico da mulher e da criança, essa é uma prática pouco utilizada no Brasil, necessitando de mais atenção. Sendo assim, contempla as Estratégias Saúde da Família, pois, o PNP promove à saúde mental com a viabilização de medidas integrativas para a saúde da mulher. Diante disso, os objetivos principais desse artigo foram de entender a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



importância do pré-natal psicológico para a saúde da mulher em casos de malformação do filho e as possíveis possibilidades de utilização do PNP na atenção básica à saúde. Assim, os principais resultados apresentados na pesquisa, demonstram que a saúde da mulher é negligenciada no período gravídico-puerperal, além de que a mãe não recebe informações suficientes e nem apoio da família nesse processo. Outro ponto importante faz referência à forma que o diagnóstico de malformação é passado, pois esse reverbera no luto que será sentido pela mãe, além disso, a mãe, diante desse processo, passa ter previsões futuras de cunho negativo que perpassa a realidade da criança malformada. Dessa maneira, o PNP pode oferecer suporte para as demandas discutidas no artigo, a partir de diversos segmentos. O método corresponde a uma revisão sistemática de literatura, utilizando uma pesquisa bibliográfica, sendo essa exploratória e descritiva, com caráter qualitativo.

Palavras-chave: Gravidez; Pré-Natal Psicológico; SUS.

O PSICÓLOGO NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA

**Isis Gomes Biondi
Josiane Moreira Germano
Tatiana Almeida Couto**

A Psicologia é uma das especialidades que podem compor as equipes dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), a fim de ampliar e garantir resolubilidade das ações da Estratégia Saúde da Família (ESF). Assim, o objetivo deste estudo é refletir, a partir da prática profissional, o lugar do Psicólogo no NASF-AB. Trata-se de um trabalho qualitativo, do tipo relato de experiência, de uma Psicóloga que atuou no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica no período de 2013 a 2018, em um município da região sul da Bahia. O Psicólogo no NASF-AB tem o desafio de incluir em sua práxis dispositivos como: Apoio Matricial, fortalecendo a dimensão técnico-pedagógica com vistas à Clínica Ampliada, a fim de superar a cristalização dos processos de trabalho tais como encaminhamentos verticalizados e atendimentos meramente individuais, que tendem a fortalecer a cultura da fragmentação do cuidado e a fragilização do vínculo entre pares. Salienta-se que o NASF – AB apresenta objetivos definidos, porém, o exercício das práticas setoriais e intersetoriais divergem dos princípios pelos quais a atenção básica deveria se pautar, assim, evidencia-se também, o déficit de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conhecimento por parte das equipes da rede de saúde, bem como o não comprometimento da gestão na busca por novas formas de diálogo, sobretudo no reconhecimento do protagonismo e potência da comunidade local. Assim, as equipes da ESF permeiam o ideal de que o NASF – AB pudesse suprir toda uma demanda de atendimentos em contexto clínico individualizado, sob o discurso de que os profissionais dispunham de “tempo livre” e “menos atribuições”, reforçando o desconhecimento da proposta da atuação do NASF-AB, assim como o reforço à prática do modelo biomédico, reduzindo o fazer do NASF-AB apenas na dimensão ambulatorial. Para tanto, elenca-se as seguintes indagações: como o psicólogo nesta composição pode superar a fragmentação de sua produção na atenção básica? Como proporcionar refazimento do pensamento a partir da proposta do matriciamento? O psicólogo se coloca no lugar de problematizar o cenário, mas como integrar a(s) equipes para compreensão do processo de trabalho? Para tanto, o que se percebe são (in) tensões na constituição do trabalho que perpetuam o discurso e postura de fazer saúde a partir dos planos hegemônicos, esvaziados de sentidos, ou seja, praticando a clínica dura, tradicionalista, descontextualizada com os movimentos de vida e de adoecimento das coletividades. Sendo assim, a psicóloga passou a questionar-se sobre qual a sua real função e o lugar que a Psicologia deveria ocupar num cenário de divergência de práticas, cujos olhares não se encontravam. Portanto, percebe-se que a vivência relatada evidencia distanciamentos entre reflexão e ação, visto que os dispositivos de cuidado eliminaram a perspectiva da manifestação das subjetividades intrínsecos da natureza humana.

Palavras-chave: Psicólogo, Núcleo Ampliado de Saúde da Família, Estratégia Saúde da Família.

OFICINAS DE CONTAÇÃO DE ESTÓRIAS NA PEDIATRIA: PSICANÁLISE, FANTASIA E HOSPITALIZAÇÃO

Daniela Rodrigues Goulart Gomes
Otávio Ribeiro Netto
Thamyres Lima Ribeiro

Este trabalho é fruto de investigação no âmbito de um projeto de extensão com oficinas de contação de histórias e escuta analítica em pediatria no Hospital Geral de Vitória da Conquista, no Brasil, interior do Estado Bahia. Propõe-se discutir a fantasia na narrativa

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



das crianças frente à hospitalização e as implicações dessa fantasia na relação da criança com o adoecimento. A partir dos relatos de experiência dos alunos em supervisão grupal, analisamos a narrativa das crianças para compreender as possíveis relações entre fantasia, hospitalização e processos de saúde/doença. São 6 alunos graduandos em psicologia vindos de diversas instituições que realizam a contação de histórias e escuta analítica através de técnica de associação livre e atenção flutuante às crianças internadas na enfermaria pediátrica do hospital. Os dados são analisados mediante referencial teórico da Psicanálise, especialmente pelo método indiciário e interpretativo, permitindo aos investigadores circular entre os sentidos dos enunciados. As narrativas das crianças apontam para ressignificação da enfermidade e retomada das relações afetivas. Novas fantasias são produzidas para dar potencialidade ao corpo enfermo, para sustentar o sujeito diante da contingência. Para tal, é preciso vivificar a fantasia, tão desqualificada no mundo das quantificações. É ela, a fantasia, o romance escuso que encena no psiquismo. Deste modo, o sujeito ao fantasiar oscila entre registros conscientes e inconscientes na fala, na escrita, na imagem pictórica. Os resultados obtidos a partir da análise qualitativa dos relatos inova ao potencializar a inserção de elementos inconscientes no plano fantasístico pela verbalização (endereçamento) e escuta (acolhimento da demanda). Ao escapar do automatismo e repetição, as oficinas ofertam a possibilidade de instaurar novos lugares psíquicos frente às mesmas situações de sofrimento e de dor.

Palavras-chave: hospitalização, psicanálise, narração, fantasia, escuta.

OLHARES SOBRE UMA UNIDADE ATENÇÃO SECUNDÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Raquel Rocha

Trata-se de relato de experiência de estágio básico em Psicologia que teve como objetivo a prática da observação como método conhecimento da realidade. Foi realizado em unidade de nível secundário do sistema único de saúde, em município no interior da Bahia. Entende a observação como fator primário à psicologia como ciência, sendo anterior aos objetivos de explicação, previsão e controle, basilares à profissão. Trata-se de estudo exploratório, a partir da observação assistemática, descrição narrativa, ou registro de amostra, ou ainda registro corrido, sobre o ambiente e comportamentos apresentados pelos sujeitos, usuários e funcionários. Também foi utilizada a entrevista para obtenção de dados sobre a unidade,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



categorização dos sujeitos. Teve como quadro teórico de suporte ao estudo os pressupostos sobre a observação, como processo de compreensão da realidade; sistema único de saúde e gestão da saúde pública no Brasil, como dinamizador e contexto dos comportamentos e contribuições da psicologia social para a saúde coletiva. Como resultado, foi possível organizar eventos e articular sua descrição às referências das diretrizes da política e humanização da saúde na unidade, cujo ambiente aberto favorece contato entre usuários, entre usuário e equipe, e entre os membros da equipe; atuação humanizada, havendo proximidade física e cordial, com semblantes e gestos acolhedores, compreendidos no sentido de minimizar o sofrimento do sujeito em processo de incapacitação, com espaço para estabelecimento de relações e diálogo com os pacientes. De acordo com o PNH, todo profissional que trabalha com saúde deve procurar contribuir para maior bem estar do paciente percebe-se acolhido e escutado, possibilitado de compreender e ressignificar seu adoecimento e suas implicações, o que também traz a compreensão da psicologia social em relação à ressignificação do sintoma no contexto da saúde coletiva. Ainda em relação ao sistema único de saúde, constataram-se práticas desta unidade em consonância com os princípios organizativos (regionalização e hierarquização); com princípios básicos: universalização, equidade e integralidade, com as diretrizes do HumanizaSUS: acolhimento, gestão participativa, ambiência, clínica ampliada e compartilhada, defesa dos direitos dos usuários e com Princípios do HumanizaSUS: transversalidade, indissociabilidade entre atenção e gestão, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos, consoantes à Política Nacional de Humanização (PNH) de 2003 do Ministério da Saúde, de incentivar trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários no cotidiano das práticas de atenção e gestão. Por outro lado, foram observadas fragilidades na gestão do ambiente físico que podem por em saúde do usuário, dos cuidadores e usuários: higienização, insalubridade (mofo, umidade elevada), manutenção precária dos equipamentos, descarte inadequado de perfurocortantes. Ainda quanto aos pressupostos basilares à prática, diante da amplitude de sujeitos e comportamentos situados no ambiente, eventos podem não ter recebido a atenção do observador. Destaca-se possibilidade de repetição da prática para trabalho comparativo bem como de estudos aprofundados voltados para a Psicologia na média complexidade, considerando limitações do conhecimento da Psicologia ciência e profissão neste cenário.

Palavras-chave: Psicologia. Atenção Secundária à Saúde. Humanização.

**POLÍTICAS SOCIAIS E O PSICÓLOGO NA SAÚDE: ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO NA PREVENÇÃO DE PARTOS PREMATUROS**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Maria de Lourdes Silva

O presente estudo buscou entender a relação entre a atuação do psicólogo na atenção básica de saúde e a prevenção de partos prematuros, considerando a carência de procedimentos rotineiros e básicos na assistência à gestante com acompanhamentos pré-natais. O intuito deste trabalho foi ampliar os conhecimentos em políticas públicas para gestantes e com isso colaborar para a criação de estratégias em políticas de saúde que possam auxiliar na diminuição da incidência de partos prematuros, não obstante, colaborando para que a Psicologia possa desenvolver melhor o seu papel no âmbito da saúde pública, promovendo a escuta e acolhimento para a redução da angústia da saúde mental, assegurando a importância da atuação psicológica no pré-natal. Para isso, foi realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e transversal, através da análise de conteúdo de entrevista semi-estruturada com as duas únicas psicólogas que atuam no NASF referente a atenção básica em saúde pública no município. Para análise das entrevistas com as psicólogas, as mesmas foram lançadas no software TagCrowd, e como resultado obteve-se uma (1) nuvem de palavra, e como resultado pôde-se dividir em cinco (5) categorias. A primeira categoria diz respeito as palavras que faziam referência a estrutura das políticas públicas no país, ao qual foi relatado o trabalho de redes que é desenvolvido através dos encaminhamentos e da relação que o NASF tem para com os princípios, diretrizes e objetivos preconizados pelo SUS. A composição das equipes da atenção básica refere-se à segunda categoria, que foi constatado nas falas a articulação de todos os profissionais envolvidos, tendo como objetivo a busca pelo compartilhamento de responsabilidades e práticas a partir de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, com o propósito final de promoção do bem-estar dos pacientes/usuários. As competências desenvolvidas fazem parte da terceira categoria, que trouxe o acolhimento dos usuários como uma das palavras chaves da atuação do psicólogo na Atenção Básica, dando ênfase ao estado fragilizado ao qual muitos procuram o serviço, além da importância desse psicólogo como gestor de relações entre os outros profissionais envolvidos com o sistema e entre equipe/usuários. A quarta categoria diz respeito à gestação, que faz alusão ao período da vida da mulher que acarretará em inúmeras mudanças biopsicossociais, transformações estas tanto biológicas, quanto do seu bem-estar, e com isso alterando sua estrutura psíquica bem como o seu papel social e familiar. A última categoria refere-se à subjetividade apresentada pelas entrevistadas, remetendo a sua individualidade, o seu

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



intrapssíquico no ato da entrevista. Conclui-se portanto, que de acordo com a análise do referido estudo ficou evidente a necessidade e a carência da atuação do psicólogo na Atenção Básica guanambiense, pois nos foi apresentado as limitações acerca do atendimento, intervenções estas pontuais e de pouca abrangência por parte das psicólogas do NASF e uma produção muito grande de demanda de pacientes para a POLIMEG, gerando um fluxo no qual os dois únicos psicólogos que atuam na instituição não conseguem dar conta de todo encaminhamento da cidade.
Palavras-chave: Atenção Básica de Saúde; Psicólogo; Prematuridade.

PRÁTICAS INOVADORAS DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA: O ATO DE APRENDER NO COTIDIANO DO SERVIÇO

Maria de Lourdes Silva

Em sua trajetória de desenvolvimento a psicologia, constituída como área de conhecimento e profissão, produziu compreensões e práticas muitas vezes marcadas por concepções limitadas e descontextualizadas do sujeito e do mundo. Desse modo, especificamente no âmbito da saúde, se constitui um desafio a este profissional tecer uma compreensão ampliada do processo saúde-doença-cuidado e, por conseguinte, realizar práticas na perspectiva da integralidade. Destarte, requerendo do psicólogo uma reelaboração de muitas das suas noções teóricas e conceituais e de uma ação permanente de reflexão e crítica das suas próprias ações profissionais, de modo a fazer do cotidiano de suas práticas um espaço potente de aprendizado e produção de novos conhecimentos em saúde. Desafio que se amplia, especialmente, com a atual transição epidemiológica em nosso país e a predominância das doenças crônico-degenerativas, exigindo assim dos profissionais, sobretudo os que estão inseridos na atenção básica em saúde (ABS), uma necessária compreensão dos modos de vida, hábitos alimentares e comportamentos de riscos dos sujeitos, bem como das dinâmicas socioculturais onde os sujeitos e suas famílias estão inseridos. Impulsionado por esses desafios e, sobretudo, pela possibilidade de contribuir com a produção de práticas inovadoras da psicologia no contexto da ABS, que este trabalho foi pensado e, neste sentido, se desenvolveu. Sendo assim, tem como objetivo descrever como se realizou o cuidado às pessoas com hipertensão, através da experiência das práticas de estágio básico supervisionado, realizado em uma Unidade de Saúde da Família (USF). As ações realizadas foram registradas em diários de campo para posterior



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



análise, sendo base para o presente trabalho. Na USF, as práticas de cuidado às pessoas com hipertensão se restringiam, basicamente, as prescrições medicamentosas, viabilizadas mediante atendimento clínico individual. Após identificação destas práticas e, sobretudo, diante da possibilidade de ampliação e qualificação do cuidado destinado a estes usuários, foi proposto uma ação conjunta entre a estagiária de psicologia, os profissionais da USF, especificamente os agentes comunitários de saúde (ACS) e os profissionais do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Após apresentação da proposta e pactuação entres os profissionais responsáveis, ficou definido a realização de atividades de educação em saúde aos usuários hipertensos e seus familiares, abordando a temática da hipertensão, seus fatores determinantes e cuidados necessários; a realização de atividades físicas com os referidos usuários; e a realização de atividades de educação permanente em saúde (EPS) com os ACS, de modo que as próprias práticas profissionais se constituíssem enquanto instrumentos de aprendizagem. As atividades de educação em saúde ficaram sobre a coordenação dos ACS, as atividades físicas foram coordenadas pelos profissionais do NASF e as ações de EPS foram coordenadas pela estagiária de psicologia. As atividades se realizaram, neste formato, por 4 meses, quando as práticas do estágio foram encerradas. Consideramos que essa prática permitiu o planejamento, a realização coletiva do trabalho e a construção conjunta do conhecimento, de modo a possibilitar a promoção de experiências interdisciplinares, o fortalecimento do trabalho em redes de cuidado e a qualificação do cuidado direcionado às pessoas com hipertensão.

Palavras-chaves: Atenção Básica em Saúde; Núcleo de Apoio a Saúde da Família; Psicologia da Saúde; Hipertensão Arterial.

PROMOÇÃO DE SAÚDE EM PRÉ-PÚBERES E ADOLESCENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO INTERIOR DA BAHIA

**Daniele Silva Blêsa Novais
Elder Jeferson da Silva
Stefanie Marina Correia Cairo
Danielle Souto de Medeiros**

Com a ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), grupos sociais, outrora circunscritos à margem deste sistema, passaram a ter acesso à saúde tais como: sujeitos que vivem em



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



situação de rua, índios(as), ribeirinhos(as) e quilombolas. Frente a isto, os profissionais da área da saúde, são desafiados a (re)construir novas práticas e novos saberes no tocante à formação para atuação nestas comunidades. Pensando nessas mudanças no campo da saúde pública foi criado na Universidade Federal da Bahia, *campus* Anísio Teixeira o projeto Educação Popular na Estratégia de Saúde da Família sendo caracterizado por um conjunto de atividades que proporciona a interação da população, associando o saber popular junto ao científico, com o objetivo de superar as desigualdades sociais e contribuir para a promoção da saúde dentro de uma comunidade quilombola, situada no município de Vitória da Conquista, Bahia. Para isto, utilizamos a Educação Popular em Saúde (EPS) como uma metodologia para trabalhar a promoção de saúde, em que os saberes científicos e populares se articulam diminuindo as distâncias entre a academia e a comunidade. Assim, o grupo teve por objetivo trabalhar a EPS com adolescentes rurais de uma comunidade quilombola. Ao total foram planejados e desenvolvidos cerca de vinte e dois encontros, sendo esses encontros divididos em dois momentos, os primeiros era marcado por atividades formativas (oficinas, rodas de conversas e debates) e o segundo momento por atividades desportivas (futsal). Durante a formação dos adolescentes percebemos que alguns temas que surgiam dentro do grupo eram tratados como tabu a exemplos das questões de identidade quilombola, sexualidade, bullying e o preconceito de gênero. Assim houve-se a necessidade de trabalhar estas questões utilizando-se da mais variadas metodologias tais como: exibições de filmes, dinâmicas de grupo e atividades lúdicas, tendo como finalidade estimular reflexões dos adolescentes sobre saúde, desenvolvimento pessoal, empoderamento, autonomia e integração dentro e fora da comunidade de forma que essas atividades futuramente pudessem ser assumidas pelos participantes de forma que estes despertassem uma consciência crítica desenvolvendo nesses sujeitos aptidões de combate à exclusão social e de acesso à saúde seja em qualquer esfera pública. Concluímos que a EPS como uma ferramenta de promoção de saúde gerou e pode gerar estímulos aos adolescentes, proporcionando assim o desenvolvimento psicomotor, prevenção do uso e abuso de álcool e outras drogas, criação de espaços para discussões sobre sexualidade e gênero e a inserção de pessoas com desenvolvimento atípico contribui para a formação de multiplicadores em Educação em Saúde, como também contribui para a formação de multiplicadores em Educação em Saúde.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde, Saúde da População Rural, Atenção Primária à Saúde



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PROPOSTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRÉ-NATAL PARA OS CUIDADOS À SAÚDE MENTAL DE GESTANTES ADOLESCENTES

**Lorilay Borges de Farias
Maria Antonieta Nascimento Araújo**

A saúde mental é um campo de conhecimento e de atuação técnica no âmbito das políticas públicas de saúde e o atendimento pré-natal de adolescentes grávidas configura-se como momento favorável para a conjugação de esforços nesse sentido. Neste estudo o objetivo foi analisar as ações realizadas no atendimento pré-natal de adolescentes gestantes, nas propostas das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), identificando em que medida elas contemplam em seu planejamento, os aspectos psicológicos desta população, promovendo-lhes a saúde mental. O interesse no estudo esteve motivado pela aproximação com o trabalho de campo, como bolsista FAPESB de Iniciação Científica, principalmente pelo contato com a realidade de saúde da população a ser estudada. Quanto ao método, trata-se de um estudo documental, de cunho exploratório, com análise temática do conteúdo de documentos oficiais que norteiam, através de orientação técnica, as práticas de cuidado pré-natal. As ações de atenção a aspectos psicológicos, psiquiátricos e/ou psicossociais e a ênfase ao cuidado específico no período da adolescência foram categorizadas e analisadas quanto ao tipo de cuidado. Como resultado houve a análise dos documentos e as ações foram categorizadas em assistência, acolhimento e considerações para orientação dos profissionais, destacando os aspectos relacionados à saúde mental das gestantes adolescentes. Conclui-se que os documentos analisados apresentam práticas e informações que favorecem a saúde mental dessa população, mas não estruturam e organizam ações específicas de cuidado à mesma, principalmente quando comparadas aos cuidados biomédicos colocados de forma estruturada e obrigatória visando diminuir os riscos médicos da gestante e do neonato.

Palavras-chave: Gestação na adolescência. Atendimento Pré-natal. Saúde Mental. Políticas Públicas.

**PSICOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SUS:
RELATO DA EXPERIÊNCIA DO CORPO PEDAGÓGICO DE UMA
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA NA BAHIA**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Renan Vieira de Santana Rocha

Carolina Pereira Lobato

Grace Fátima Souza Rosa

O processo de formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) envolve diferentes estratégias pedagógicas, que visam possibilitar aos profissionais, especialmente os recém-formados, experiências de imersão em campo e de atuação mais qualificada frente às diferentes políticas públicas que estruturam o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta diretiva, surgem as Residências Multiprofissionais, como espaços profícuos de aprendizagem em ato, mediados pela perspectiva do que hoje se convencionou chamar de “Educação pelo Trabalho em Saúde”. As Residências Multiprofissionais possibilitam aos profissionais uma maior vivência em serviços de saúde que correlacionam o trabalho vivo em ato, como preconizado por Emerson Elias Merhy, com a reflexão cotidiana sobre este mesmo trabalho realizado, produzindo uma práxis sanitária muito mais comprometida com a produção de um saber-fazer efetivamente implicado com os dramas cotidianos do serviço, de seus usuários, da comunidade onde o mesmo está inserido, etc. Por estes motivos, o presente trabalho trata-se de um Relato de Experiência, onde se deseja ponderar sobre a vivência de um psicólogo e Apoiador Pedagógico Matricial (APM/Tutor) de uma determinada Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Região Metropolitana de Salvador/BA. A atuação se dá junto a profissionais de Psicologia, mas também de outros núcleos profissionais, e ocorre orientada tanto pelas perspectivas de núcleo profissional quanto pelas perspectivas de campo de práticas, sendo os principais campos aqui analisados os da Saúde da Família, da Saúde Mental e da Saúde da Mulher – lócus de inserção da experiência do profissional aqui analisada. Assim, deseja-se observar como esta experiência potencializa a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) – inclusive para psicólogas e psicólogos –, quais os principais avanços e entraves encontrados, e quais as contribuições que o saber-fazer psicológico agrega a estes espaços, seja enquanto operadores diretos de políticas públicas, seja enquanto mediadores do processo de aprendizagem dos profissionais residentes em formação. Ao final, deseja-se também sugerir estratégias de avanços na execução de programas deste perfil, no sentido do seu aprimoramento e do apontamento de como estes podem contribuir com a garantia de um Sistema Único de Saúde (SUS) público, gratuito e de qualidade, inclusive no encontro com os programas de Residências Médicas em Medicina de Família e Comunidade, dentre outros.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**
Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PALAVRAS-CHAVE:(1) Saúde da Família; (2) Formação em Saúde; (3) Recursos Humanos em Saúde; (4) Educação pelo Trabalho em Saúde; (5) Residências Multiprofissionais.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO NASF DE CACHOEIRA-BA

Brenda Luara dos Santos de Souza
Ester Maria de Figueiredo Souza

Dentre as políticas de saúde do SUS, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) é considerado uma política privilegiadora dos campos de prática do profissional de Psicologia, o que possibilita a articulação do que nos propomos apresentar: a atuação do psicólogo no NASF. Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade. Sendo uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das Equipes Saúde da Família, das Equipes de Atenção Básica para populações específicas, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade destas equipes. O NASF de Cachoeira conta com duas equipes composta, cada uma, por: um psicólogo, 1 nutricionista, 2 fisioterapeutas, 1 educador físico e 1 assistente social. Tendo, ao total, 13 unidades atendidas no município, com 100% de cobertura. O objetivo do trabalho é apresentar uma experiência de estágio supervisionado em Psicologia no NASF da cidade de Cachoeira-BA, discutindo sobre a relevância dessa experiência para a formação profissional. Este trabalho é um relato de experiência de estágio, sendo os dados coletados através de diário de campo, onde foram registradas as atividades realizadas no estágio, servindo de base também para as discussões em supervisão semanal e articulações teóricas. As práticas desenvolvidas foram: salas de espera, trabalhando temas pertinentes da saúde mental; discussão de casos; Projeto Saúde do Trabalhador “Cuidar de quem cuida”, realizado com equipes de Agentes Comunitários de Saúde, enfermeiros e funcionários das UBS; acolhimento individual nas UBS; visitas domiciliares; grupos e apoio ao PSE – Programa Saúde na Escola, onde são realizadas conversações sobre temáticas diversas a fim de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. Para que essas práticas sejam reais, são

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



indispensáveis que sejam desconstruídas as tradicionais formas de atuação a fim de promover modelos mais ampliados de atuação, reconhecendo que o psicólogo é um profissional da saúde e que precisa estar interessado no bem-estar da população. Portanto, considera-se que as práticas desenvolvidas nos estágios são essenciais para a formação acadêmica do profissional, além, ainda, do aporte teórico que norteia esse fazer prático. É importante ressaltar, também, que o profissional precisa ter uma formação continuada como forma de estar se atualizando e desenvolvendo suporte à carreira profissional.

Palavras-chave: Psicologia, Atenção Primária, NASF.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO LUGAR DA PSICOLOGIA NO NASF

Isadora Santos Oliveira Teixeira
Vlândia Jamile Santos Jucá

A partir da criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), a Psicologia passa a ter um lugar diferente na Atenção Básica, sendo relançado o desafio de construir a atuação psicológica neste cenário. O objetivo do presente trabalho é falar sobre a experiência de atuação da Psicologia no NASF em um município de pequeno porte no interior da Bahia, a partir das questões oriundas da prática. Atuar como psicóloga do NASF faz surgir desafios e gera possibilidades para a prática, bem como demanda a constante necessidade de se pensar o fazer da Psicologia no espaço da Atenção Básica dentro do Sistema Único de Saúde, o SUS. O desafio central para a Psicologia no NASF tem sido o tensionamento de conciliar a crescente demanda de atendimento individual e a necessidade de implementar práticas coletivas de prevenção e promoção da saúde. Tal questão está interligada a dois outros aspectos: o modelo biomédico como lógica dominante que rege a assistência na Atenção Básica e a dificuldade apresentada pelas equipes para compreenderem o papel da psicologia no NASF para além da lógica individual. O apoio matricial, o cuidado compartilhado e a clínica ampliada emergem como um suporte teórico e prático para auxiliar no processo de construir o fazer da Psicologia no âmbito do NASF e Atenção Básica. A partir desse suporte, as ações coletivas, como por exemplo a construção de grupos, o matriciamento e o Programa Saúde na Escola (PSE) surgem como estratégias potencializadoras nessa construção. Tais estratégias tem se mostrado de grande relevância na construção do fazer da Psicologia dentro da equipe do NASF, por permitirem romper

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



com a lógica dominante do modelo biomédico do atendimento individual e por possibilitarem redimensionar as demandas individuais, revelando novas formas de fazer a psicologia no âmbito da Atenção Básica, na direção da prevenção e da promoção da saúde com reverberações na assistência.

Palavras-chave: Psicologia, NASF, Clínica Ampliada, Apoio Matricial.

SIMULAÇÃO DE PERDAS E GANHOS DE RECURSOS FINANCEIROS VINCULADOS AO PMAQ-AB NO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BAHIA.

Louise Diná Rodrigues Barbosa

O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) surgiu como uma estratégia da Política Nacional de Atenção Básica de mobilização para a qualificação e aumento de recursos financeiros para a Atenção Básica (AB), através do aceite, adesão dos trabalhadores e das unidades. O programa promove mudanças no processo de trabalho e negociações, produzindo transformações na realidade com o impacto no melhor acesso e qualidade dos serviços. Como resultados positivos do Programa, houve um aumento na marcação de consultas, melhoria nas formas de acesso e integração a outros serviços da rede de atenção a saúde. Como desafios da AB: tem-se pouca atuação na produção em saúde, gestão inadequada e baixo investimento nos trabalhadores. Este trabalho teve como objetivo a busca através de simulações de perdas e ganhos de recursos financeiros vinculados ao 3º Ciclo do PMAQ no Município de Camaçari/Bahia. Procurou-se obter uma análise crítica dos estudos, para que sugestões de mudanças fossem realizadas, além disso, com os resultados obtidos, poder motivar a adesão das equipes ausentes no 3º Ciclo do PMAQ para a participação no possível e futuro 4º Ciclo do PMAQ. O interesse em realizar este produto se deu através da imersão no estágio eletivo de uma Psicóloga Sanitarista residente em Saúde da Família, no Ministério da Saúde/Departamento de Atenção Básica em Brasília. Neste sentido, como Apoiadora Institucional no Município de Camaçari, houve a curiosidade em busca dos resultados simulados referentes aos valores financeiros deixados de receber relacionados com a não adesão e consequente não certificação de 21 Equipes de Atenção Básica ao 3º Ciclo do PMAQ. Os dados foram coletados através de pesquisas em artigos, sites de informações públicas, como o site do Fundo Nacional de Saúde, Portal do DAB, Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde. Com período de buscas entre Setembro de 2016 a Agosto de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



2017, limitando em 01 ano os dados obtidos. Além de pesquisas em Manuais instrutivos do PMAQ-AB, bem como a busca por Portarias orientadoras, como a Portaria nº 1.658, de 12 de setembro de 2016, e a portaria GM/MS nº 1.645, de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre o PMAQ. Estas pesquisas permitiram o acesso à fonte de dados, como número de equipes cadastradas e implantadas, recursos financeiros disponibilizados aos municípios, sendo estes os elementos necessários para obter os resultados simulados. Como conclusão, a não adesão e não recontractualização das equipes de AB, claramente fizeram com que o município deixasse de ganhar valores financeiros para custeio de importantes melhorias da AB, que poderiam ser investidos para ampliar e aperfeiçoar diversos pontos do sistema como melhoras na qualidade dos serviços e acesso, maior recurso para a compra de insumos e equipamentos ou reformas, além do melhor e mais adequado financiamento para a AB. Por fim, foi indispensável sugerir que no 4º Ciclo do PMAQ todas as equipes de AB, Saúde Bucal e NASF possam recontractualizar, bem como aderir ao Programa, a fim de que modificações positivas de resolutividade e aperfeiçoamento do processo de trabalho possam ocorrer.

Palavras chave: PMAQ, Apoio Institucional, Departamento de Atenção Básica, Ministério da Saúde

TRANSDISCIPLINARIDADE, ARTE/ CULTURA E SAÚDE MENTAL: FUNDAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE PRÁTICAS HÍBRIDAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Marilia Martins de Araujo Reis
Vanuza Vieira Muniz Rodrigues

A prevenção e promoção da saúde mental apresenta desafios cotidianos no que se refere à adesão e ao aprendizado em saúde por parte dos usuários dos serviços da Atenção Básica. As ações que envolvem a arte/ cultura – práticas híbridas, podem ser consideradas estratégias para fortalecimento de vínculos entre Atenção Básica – Equipes de Saúde da Família (ESF)- Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)- comunidade, Saúde Mental, Cultura e território, ampliando o cuidado em rede, e promovendo alívio ao sofrimento psíquico. Em 2015-2016, foi realizada observação das Unidades Básicas de Saúde pelo NASF e estudo documental pela profissional psicóloga para fundamentar a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



relação Arte/cultura e Saúde Mental (SM), baseado na: Portaria nº 3.088, de 23/ 12/ 2011, sobre o funcionamento da RAPS; Cadernos de Atenção Básica n.34– SM- (2013) e n.39 – NASF– Vol.1 (2014) e Caderno Humaniza SUS, Vol.5– SM (2015), todos publicados pelo Ministério da Saúde. O estudo confirmou a relação entre arte/ cultura e saúde mental, variando o grau de relevância nos documentos, o que serviu como base para a implementação de ações inovadoras com práticas híbridas em grupos terapêuticos do NASF. Houve retornos significativos como melhorias nos resultados terapêuticos dos grupos do NASF nas UBS em que foram inseridas as práticas híbridas, como maior adesão e aprendizado; a ampliação de cuidados em saúde mental no território; alívio do sofrimento psíquico e melhora da autoestima dos participantes, bem como a abertura de caminhos para práticas inovadoras que favoreçam o trabalho em rede ampliando parcerias transdisciplinares no território e ações intersetoriais entre Saúde– Cultura.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade, Arte/ Cultura, Promoção da saúde, Saúde Mental na Atenção Básica, Pesquisa Documental.

TRIAGEM PSICOLÓGICA INFANTIL: ANÁLISE DO PERFIL DOS ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA

**Hortência Pessoa Pereira
Roberta Bolzan Jauris
Carmem Virgínia Moraes da Silva**

Este estudo foi realizado a partir do levantamento de dados obtidos por meio dos registros/formulários das triagens ocorridas no período de agosto e dezembro de 2017 na clínica-escola Núcleo de Práticas Psicológicas – NUPPSI vinculada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *campus* Vitória da Conquista – BA. A clínica-escola é a instância, dentro de um curso de Psicologia, que norteia uma gama de serviços que devem ser prestados à Comunidade. Atualmente, o NUPPSI conta com diversas modalidades de atendimentos e projetos desenvolvidos que são prestados em turno integral à população do município de forma gratuita, sendo oferecidos serviços como: triagem, plantão psicológico, psicoterapia, psicodiagnóstico, sala de espera infantil, atendimento psicológico para estudantes de Psicologia atendimento psiquiátrico (em parceria com o Programa de Residência Médica em Psiquiatria da Prefeitura Municipal), atendimento psicológico para a Polícia Militar, entre outros, podendo assim ser considerado como um



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



núcleo de atendimento que participa e colabora com a rede de Atenção Psicossocial promovendo ações afirmativas de saúde mental. Deste modo, a triagem é a porta de entrada dos serviços oferecidos, sendo procedimento competente ao acolhimento inicial, bem como à investigação prévia acerca da queixa apresentada dentro de uma inserção contextual correspondente, compreendendo os âmbitos biológico, afetivo, familiar, social, acadêmico/escolar, entre outros aspectos relevantes. Tendo como base de dados os registros de 90 triagens psicológicas com o público infantil (0 a 12 anos), realizadas por discentes do curso de Psicologia sob supervisão, entre o período de agosto à dezembro de 2017, foi possível constatar que a maioria das demandas de atendimentos foram em decorrência das queixas escolares (31%), seguida pela queixa de comportamento agressivo (11%), dificuldade de atenção (10%) e hiperatividade (10%); as crianças, em maioria, são do sexo masculino (72%), com idades entre 5 a 11 anos (79%), estando no período escolar infantil II (4 a 5 anos de idade) ao 3º ano (64%); foi percebido também que a maior fonte de encaminhamentos ao núcleo corresponde à procura espontânea de caráter familiar (51%), acompanhado em seguida pelas indicações de fonte escolar (24%). Neste sentido, vale ressaltar que a caracterização do perfil dos triados no serviço subsidia a elaboração de políticas afirmativas, projetos de extensão, propostas interventivas e de promoção de saúde específicas para o público apontado.

Palavras-chave: Triagem Psicológica, Clínica-Escola, Infância.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO G - PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL EM CONSONÂNCIA COM A VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

**Maria do Socorro Pereira Silva
Catarina Cabral Oliveira da Rocha
Orientadora-Ana Mara Dutra Souza**

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada em um Presídio situado na cidade de Vitória da Conquista, sendo uma atividade prática da disciplina Psicologia e Vulnerabilidade do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus Vitória da Conquista. O objetivo principal foi investigar as vertentes que configuram a população carcerária como sendo uma população vulnerável. Os dados foram colhidos através de entrevistas realizadas com 6 (seis) internos todos do sexo masculino com idade entre 21 a 40 anos que estavam em cumprimento da pena ou aguardavam por julgamento. As estruturas das perguntas apresentavam tanto caráter objetivo quanto subjetivo e abordavam questões acerca da vida do interno antes da reclusão, sua opinião sobre o local e seus planos para o futuro. Todas as entrevistas foram feitas por contato direto com os internos na sala de atendimento psicológico existente no presídio; durante as entrevistas a supervisão foi feita por uma das psicólogas responsáveis pelos atendimentos aos internos que solicitam o serviço. Pretendia-se com perguntas compreender: a) ação que levou a infração, b) o sentimento de revolta ou conformismo dentro da penitenciária, c) as expectativas ou falta delas em relação a própria vida e qual a responsabilidade que cada entrevistado tinha com pessoas intimamente ligadas a eles. Os resultados apontaram que os negros representam a maioria dos detentos e estes pertencem a classe baixa; sobre as condições básicas e a estrutura do presídio todos os entrevistados reclamaram da alimentação e consideram os atendimentos médicos insuficientes. A insatisfação com o tempo de duração das visitas dos familiares foi unânime, pois, apontaram que além de ser um tempo curto ainda há um grande intervalo entre uma visita e outra. Entre os entrevistados, mais da metade demonstraram preocupação no que quesito “segurança na cela” afirmando sensação de desproteção e vulnerabilidade e também se declaram arrependidos pelos atos que os levaram à prisão. Entende-se por Vulnerabilidade Social todo grupo ou pessoa independente de sua raça, cor, sexo ou condição socioeconômica, que se encontra suscetível a qualquer tipo de assédio ou

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



constrangimento. Através da análise dos resultados, observação direta e discussões acerca do assunto, foi concluído que o público pesquisado encontra-se socialmente vulnerável, visto que, a negação dos direitos que lhes são inerentes repercutiram de forma negativa e verticalizada no desconhecimento de sua integralidade quanto Ser “Biopsicosociohistóricocultural”.

Palavras- chaves: População carcerária, vulnerabilidade, Direitos.

A DELEGACIA DA MULHER DIANTE DOS OBSTÁCULOS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Flávia Alves do Rosário
Luiz Humberto Souza Júnior
Camila Lima Silva
Daniela Rodrigues Goulart Gomes**

Esse trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Projeto Integrado de Trabalho III (PIT III), com o objetivo de compreender como as comunidades se organizam, as instituições que as formam e quais são os princípios norteadores de suas práticas. A parte prática do trabalho foi realizada na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) de Vitória da Conquista, que está inserida no Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP). No que se refere a confecção do trabalho, foram utilizadas as teorias sobre instituições e movimento institucionalista de Barenblitt (1992) e de Berger & Luckmann (2012) para analisar a relação entre instituição e sujeito. Além de uma revisão da Norma Técnica das DEAMs e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tecendo comparações críticas sobre como o direito da mulher deve operar nessa instituição e como ele se dá de fato. Para tratar sobre a relação de dominação/submissão da mulher pelo homem utilizou-se escritos de Heleieth Saffioti (1982), assim compondo historicamente o percurso da violência doméstica. Os dados foram obtidos por meio de observações sistemáticas e entrevistas individuais com os funcionários da instituição, a fim de compreender o papel funcional e social desse serviço na realidade em que está inserido. Com a análise de todo material que foi coletado em campo pode-se perceber como a DEAM carrega em sua história institucional um lugar de militância dos direitos da mulher, figurando um papel muito importante na promoção e aplicação desses direitos na sociedade. Porém, todo o sistema em que funciona esse órgão acaba inviabilizando a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



execução da missão da delegacia em sua totalidade; a inoperância do serviço em rede para o cuidado dessa vítima que chega fragilizada na delegacia acaba se tornando o principal fator de frustração dos funcionários da instituição, sendo também, a principal razão para a desistência dos processos por parte daqueles que solicitam o boletim de ocorrência. Além disso, o atendimento às vítimas fragilizadas cabe a profissionais que não tem capacitação para dar conta de tamanho sofrimento, fazendo-se necessário um acompanhamento profissional, não só para a vítima, mas para as penosas divagações que esses afetos geram naqueles que acolhem a denúncia. Por fim, apesar de toda sobrecarga laboral e emocional, devido a falta de funcionários e de uma melhor qualificação dos que já trabalham na instituição, essa ainda é a maneira com que o Estado opera na luta da mulher contra os preceitos patriarcais.

Palavras-chave: Instituição, delegacia da mulher, violência doméstica.

A EXPERIÊNCIA DAS PRÁTICAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

**Alba Lopes
Alessandra Santos
Joyce Santos**

Este trabalho consiste em um relato de experiência que descreve aspectos vivenciados por estudantes de Psicologia da Universidade Salvador. Trata-se de práticas psicológicas voltadas para pessoas com transtornos mentais por meio da disciplina Estágio Básico II (Vulnerabilidade Social e Violência) que ocorreu durante o período de agosto a dezembro de 2017 tendo como local de prática o Hospital de Custódia e Tratamento localizado em Salvador-BA. Tendo por objetivo compreender a relação entre saúde mental e vulnerabilidade social, o fazer psicológico no campo da justiça e saúde mental, além de elaborar um plano de ação para proporcionar melhorias na rotina de assistência ao interno, visando minimizar os danos provocados pelas condições de internamento. Para a experiência aqui apresentada a turma foi subdividida em trios e foi estabelecido um cronograma de visitas no local para, triagem, acolhimento, oficinas expressivas de música, registro dos relatos de prática e discussão dos casos sob a supervisão da preceptora. O contato com a prática profissional contribuiu para uma formação crítica e comprometida com as demandas sociais, além de despertar um novo olhar acerca da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



desinstitucionalização, a partir de novas possibilidades de reinserção social, visando à desconstrução manicomial baseado em novas práticas de cuidado em saúde mental. A experiência permitiu contemplar práticas contextualizadas na produção do cuidado, tendo em vista a resolutividade das demandas dos internos. Conclui-se que o estágio como um mecanismo de formação curricular permitiu uma visão acerca da vulnerabilidade social e saúde mental, (des) construindo saberes, agregando conhecimentos e valores às práticas de saúde mental ao desenvolvermos ações de cuidados baseados nas necessidades das pessoas com transtornos mentais, garantindo o acesso e qualidade do serviço e através desse diálogo contribuir para a efetivação da Política Nacional de Saúde Mental.

Palavras-chave: desinstitucionalização; saúde mental; cuidado.

A PERCEPÇÃO DOS ADVOGADOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM PROCESSOS JURÍDICOS

**Débora da Silva Rodrigues
Camila de Freitas Freitas
Larissa Santos Lopes
Lelianny Taize de Assis Ladeia**

A psicologia jurídica é uma área emergente e possui uma interface com o direito, resultando encontros e desencontros epistemológicos e conceituais que permitam a atuação do psicólogo (França, 2004). A avaliação psicológica é uma das atividades que pode ser desenvolvida neste campo de atuação, e é compreendida como um amplo processo de investigação, no qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada do psicólogo (CFP 2013). O objetivo geral do presente trabalho foi investigar a percepção dos advogados sobre a importância da avaliação psicológica no contexto Jurídico, e como objetivo específico, avaliar a percepção dos advogados sobre a contribuição da avaliação psicológica o âmbito jurídico, verificar em quais processos jurídicos os advogados consideram que a avaliação psicológica se faz necessária, e averiguar a frequência que a avaliação psicológica é uma ferramenta solicitada em processos Jurídicos. Essa pesquisa de campo teve abordagem quantitativa de caráter descritivo e transversal. A amostra foi não probabilística por acessibilidade, com 33 participantes, realizada no município de Vitória da Conquista - BA, no mês de maio. O instrumento utilizado foi um questionário com questões sociodemográficas e questões

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



relacionadas à percepção dos advogados sobre a avaliação psicológica no contexto Jurídico. No tratamento estatístico foi utilizada estatística descritiva, através do programa Word. Foi entregue o TCLE para cada candidato. Analisando os resultados, a maioria dos participantes foram do sexo masculino 58,34%, com idade média de 37 anos de idade, predominantemente pós graduados. No que se refere à avaliação psicológica 62,55% consideram bastante importante na tomada de decisão judicial, 66,66% consideram demasiadamente importante a avaliação nos processos de adoção, 54,54% nos processos de interdição e 57,57% em processos de disputa de guarda. 48,48% afirma ser bastante necessária a repetição dessa avaliação e 57,57% já solicitou avaliação psicológica em processos judiciais. Segundo Silva (2003) no âmbito judicial, a psicologia jurídica e a avaliação psicológica têm caminhado juntas, se aperfeiçoando ao longo do tempo para acompanhar as demandas da justiça. A testagem pode ser um passo importante do processo, mas constitui apenas um dos recursos de avaliação (Cunha, 2000). Por fim, tivemos a percepção de que nosso trabalho foi de suma importância para que percebamos o quanto o psicodiagnóstico contribuiu/contribui para o âmbito jurídico. Desta forma cabe ao psicólogo nas avaliações, as escolhas de métodos e técnicas mais apropriadas para guiar todo o processo, que precisará ser pautado sempre em padrões éticos.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Percepção; Âmbito Jurídico Psicologia; Testes.

A PERÍCIA PSICOLÓGICA E SUA APLICABILIDADE NA ÁREA JURÍDICA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO PERITO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA – COMARCA DE ENCRUZILHADA

Lucimauro Palles Silva

Esta pesquisa irá apresentar um relato de experiência como Psicólogo Perito na Comarca de Encruzilhada - Bahia - junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, conforme demanda. A psicologia estabelece sua inter-relação com o campo do Direito por meio da realização da Perícia Psicológica. É por meio dessa avaliação que o psicólogo, junto com uma equipe multidisciplinar, irá investigar e avaliar fatos e pessoas, para subsidiar questões legais. Assim, este artigo tem por objetivo dar ênfase a três áreas do Direito, sendo elas: o Direito penal, Direito de família e na área de Avaliação de Danos Psíquicos para Ressarcimento, ressaltando ainda, os limites éticos encontrados pelo profissional da psicologia, bem como a importância do domínio técnico-científico devido à responsabilidade da demanda

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



solicitada. É importante também adaptar-se às legislações vigentes e às terminologias da ciência jurídica, podendo, dessa forma, fornecer um laudo pericial adequado. Contudo, por meio das colaborações provenientes da psicologia nesses diversos setores fica evidente que a mesma é imprescindível diante das tomadas de decisões judiciais. Destaca-se ainda, que em cada área, a atuação do psicólogo se dá de maneira distinta. Assim, teve-se também como objetivo ressaltar a atuação do psicólogo frente à demanda que solicita seus conhecimentos técnico-científicos junto ao procedimento da perícia psicológica, sendo seu trabalho adequado ao público avaliado e a problemática em questão. Desse modo, foi possível expressar a atuação do psicólogo como muito importante no contexto jurídico, seu trabalho na área pericial auxilia o magistrado na avaliação dos quadros psicológicos nas diversas searas do Direito, sendo imprescindível para solução de questões jurídicas determinantes dentro do processo judicial. A atuação do psicólogo é de grande importância no contexto jurídico, seu trabalho na área pericial auxilia o magistrado na avaliação dos quadros psicológicos nas diversas searas do Direito, sendo imprescindível para solução de questões jurídicas determinantes dentro do processo judicial. Dessa forma, pode-se afirmar que a sua atuação é essencial ao funcionamento e à administração do poder judiciário. Apesar de diversos desafios éticos contidos na área jurídica, o psicólogo com sua competência profissional, busca métodos para manejar as situações adversas que por ventura podem surgir. Isso caracteriza a responsabilidade e integridade que a profissão requer. A psicologia como ciência, independentemente da área de atuação, busca refletir e compreender o comportamento humano como resultado de sua interação com o mundo externo, e não seria diferente no campo jurídico. Contudo, para além de conhecimentos meramente psicológicos, a psicologia forense requer outros conhecimentos técnico-legais fundamentais para subsidiar as perícias psicológicas.

Palavras-chave: Perícia Judicial, Psicologia, Limites Éticos

A PSICOLOGIA EM UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA ON-LINE: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

**Caio Dultra
Bianca Orrico Sertão**

Na sociedade contemporânea, a Internet se tornou uma ferramenta de grande importância em diferentes segmentos sociais, com especial relevância no que se refere ao acesso a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



informação, interatividade, construção identitária, dentre outros benefícios. Entretanto, assim como qualquer espaço público, a rede também começou a ser utilizada para a prática de crimes em diferentes serviços, o que gerou a necessidade de buscar políticas públicas e alternativas para minimizar riscos e orientar internautas sobre como utilizar este espaço de forma segura, ética e responsável. Neste sentido, surge na Bahia a SaferNet Brasil, “uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 2005 por um grupo de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito, a organização surgiu para materializar ações concebidas ao longo de 2004 e 2005, quando os fundadores desenvolveram pesquisas e projetos sociais voltados para o combate à pornografia infantil na Internet brasileira”. Inicialmente, a SaferNet Brasil focou a atuação na área de combate aos crimes contra os Direitos Humanos na Internet, por meio da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (www.denuncie.org.br). A experiência e os avanços nessa linha permitiram expandir os esforços para priorizar também o trabalho de prevenção aos perigos on-line. Uma dessas medidas para trabalhar através da prevenção foi desenvolver um serviço gratuito e de utilidade pública em 2012, sendo este um canal de orientação on-line denominado de HelpLine Brasil (www.canaldeajuda.org.br). O HelpLine é um canal on-line gratuito de informação e orientação para crianças, adolescentes pais e educadores sobre formas de proteção e situações de risco que ocorrem na Internet, a exemplo de intimidação, humilhações (Ciberbullying), troca e divulgação de mensagens íntimas que geram constrangimento (Sexting), encontro forçado ou exposição forçada com amigos pela Internet, uso excessivo de jogos e demais formas de uso violento e/ou danoso da Internet. O canal oferece orientação via Chat e via e-mail. As orientações são mantidas em sigilo. Além disso, são indicadas informações sobre como proceder em relação a crimes cometidos na rede, bem como endereços de instituições da rede de serviços de saúde e socioassistenciais para auxiliar em casos que necessitem de atendimento presencial o mais próximo possível da cidade/região da vítima. Neste sentido, este trabalho pretende apresentar a prática da Psicologia em um serviço de orientação virtual e como esta fortalece as políticas públicas na área de Direitos Humanos no Brasil.

Palavras-chave: Orientação, Internet, Direitos Humanos.

ACESSIBILIDADE À JUSTIÇA: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CEJUSC DE BRUMADO

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Francisca Soares Patez Araújo

O direito de acesso à Justiça é garantido por lei aos cidadãos brasileiros e visa que suas demandas encontrem uma via de resolução efetiva. A partir do grande número de processos e conseqüente lentidão na execução processual houve a implantação de políticas públicas de acessibilidade à Justiça e, através do Sistema Multiportas, sistema que visa à promoção de ofertas de métodos adequados a cada tipo de conflito, os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC) passaram a proporcionar acesso a esses métodos de forma autocompositiva, ou seja, ofertando à população possibilidades de resolverem seus conflitos de modo célere e com a presença de um terceiro facilitador de um possível consenso ou acordo. Dentre os profissionais que atuam como facilitadores desse processo encontram-se psicólogos, advogados, assistentes sociais ou outros profissionais. Foram levantadas como hipóteses iniciais a facilitação de acesso da população frente à Justiça a partir do funcionamento do CEJUSC de Brumado; a efetividade na execução dos métodos adequados de solução de conflitos assim como a importância da presença do psicólogo na composição da equipe profissional que atua no setor analisado. A partir dessa percepção, surgiu a indagação referente ao problema de como se dá o acesso à Justiça em seus métodos adequados de solução de conflitos e a atuação do psicólogo no CEJUSC de Brumado? O propósito desse estudo é analisar se existe uma facilitação quanto ao acesso da população à Justiça por meio do CEJUSC de Brumado, verificar como os métodos adequados de solução de conflitos são executados nesse CEJUSC e analisar a relevância do psicólogo nesse espaço. O presente trabalho tem por justificativa a experiência pessoal como atuante em Mediação de Conflitos no CEJUSC de Brumado onde os métodos autocompositivos realizados no local tendem a trazer maior facilidade de acesso populacional, visando dentre alguns aspectos a celeridade dos processos e a pacificação social. A partir da percepção de escassez em publicações que referendem ao tema, principalmente no campo da psicologia, faz-se relevante a exortação quanto à pesquisa na área, tendo em vista a importância do papel do psicólogo no CEJUSC como promotor dessa acessibilidade na região. A pesquisa em andamento será realizada através de Estudo de Caso, na busca por melhor detalhamento. Visando uma compreensão mais ampla dos processos investigados, se dará pela via exploratória a partir de entrevistas semi-estruturadas abarcando a totalidade de profissionais atuantes no local investigado. A coleta de dados será, portanto, possibilitada por meio desse acesso tendo início no mês de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



julho de 2018, possibilitando que os dados sejam analisados mediante Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Acessibilidade, Políticas Públicas, CEJUSC

ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ESTUDO SOBRE O CASO MENINO BERNARDO

**Lailane Aquino
Itamara Sant Ana Monteiro**

A alienação parental atinge diversas famílias no Brasil e no mundo, com o rompimento do vínculo conjugal, todos os membros da família precisam se adaptar a uma nova situação estrutural, com a frustração do relacionamento em alguns casos os filhos são utilizados para atingir o genitor alvo com o objetivo de cortar laços afetivos com um dos lados e em casos mais graves são manipulados pelo genitor alienante, devido a maior porcentagem de posse da guarda a mãe tem uma maior tendência de manipular a criança contra o pai e parentes paternos da criança, os motivos variam de posse da guarda, falta de pagamento de pensão alimentícia, ciúmes do novo cônjuge e outros. A síndrome por sua vez é a doença que se verifica psicologicamente causada pela campanha denegritória contra o genitor alienado os sintomas das vítimas podem se manifestar de formas diversas como doenças psicossomáticas, transtornos de identidade e imagem, ansiedade, comportamento hostil, dupla personalidade, agressividade, bloqueios na aprendizagem e depressão transformando a identidade, a segurança e a saúde emocional do menor de saudável para uma anomia causada pela violência psicológica. Este trabalho tem por base o estudo de caso sobre a alienação parental em seu enfoque jurídico e as consequências psicológicas na criança, realizando um estudo breve do caso emblemático do menino Bernardo que possibilitou grandes discussões sobre alienação parental no Brasil. Se faz necessário o estudo sobre esta temática visto que a interferência na formação psicológica da criança induzida por um dos genitores põe em risco a saúde emocional e o seu desenvolvimento psicológico.

Palavras-chave: alienação parental, violência psicológica, criança, ética

ATRAVESSANDO DORES - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PSICÓLOGA ATUANDO NO SISTEMA DE JUSTIÇA



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Vanina Miranda da Cruz

A atuação da Psicologia em interface com a justiça apresenta-se como um desafio que nos impele a rever constantemente nossas práticas bem como se constitui necessário revermos nossos arcabouços teóricos e metodológicos no fazer. Esse espaço de atuação possibilita à/ao profissional de psicologia o contato com questões mais urgentes na nossa sociedade, a exemplo do complexo fenômeno da violência contra mulheres, caracterizado como violência de gênero que se manifesta atingindo mulheres de diversas idades, raças e contextos sociais, onde o acesso à justiça tem sido uma possibilidade na luta por garantia e consolidação de direitos. A atuação também perpassa por reflexões que demandam da/do profissional não apenas aperfeiçoamento, bem como um autocuidado no sentido de compreensão de como e de que formas essas violências nos atingem. Nesse contexto, o trabalho apresenta o relato de experiência de uma psicóloga que coordena o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia da Bahia que, em 2018 completou dez anos de existência e que atua diretamente com mulheres em situação de violência na Defensoria Pública do Estado da Bahia. A aproximação com o Grupo de Trabalho foi uma demanda percebida pela profissional que percebeu a necessidade de um arcabouço teórico mais próximo da realidade dessas mulheres de modo que a atuação em interface com o sistema de justiça incentive a uma Psicologia atenta e preparada, munida de bases epistemológicas capazes de produzir um real efeito na vida dessas mulheres que lutam por direitos violados.

Se cotidianamente nos vimos impelidas a suscitar o debate sobre relações de gênero e os impactos vivenciados por mulheres, por outro lado, percebe-se uma demanda de atendimentos qualificados a mulheres em situação de violência, onde destacamos além de uma alta incidência nos quantitativos dos atendimentos, uma diversidade de perfis seja em termos de classe, raça e de violências vivenciadas, o que nos leva a importância de pautar constantemente diversos marcadores sociais.

Assim, esse trabalho pretende refletir sobre a experiência profissional de atendimento à mulher em situação de violência no âmbito da Psicologia Jurídica, a partir de atendimentos realizados na Defensoria Pública do Estado da Bahia no período de setembro de 2015 a agosto de 2018, onde percebe-se como desafios a limitação teórica relacionada à violência contra a mulher no âmbito da Psicologia, a dificuldade de delimitarmos uma atuação que apresente resultados emancipatórios, a importância de interseccionarmos os marcadores



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sociais gênero, classe e raça nos atendimentos, a busca da identidade da Psicologia ao agir interdisciplinarmente com a área Jurídica, bem como a importância de discutirmos o auto-Objetiva também, discutir sobre o cotidiano de nossas atividades, onde constantemente, no agir profissional somos impelidas a atravessar diversas dores, partindo dessa experiência por ser além de uma profissional, também mulher imersa numa sociedade repleta de opressões.

Palavras-chave: Psicologia; Justiça; Direitos Humanos.

ESTRESSE EM AGENTES PENITENCIÁRIOS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO

Tainá Queirós de Queiroz

Soraia Silva Brito

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torre

Leonor Santana Guimarães

O objetivo do estudo foi investigar a presença do estresse e as fases em que se encontram em agentes penitenciários de um Hospital de Custódia e Tratamento, instituição vinculada ao sistema prisional que atende pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. O estresse caracteriza o estado emocional, comportamental e físico gerado em resposta a percepção que cada sujeito tem de eventos e estímulos ambientais podendo ter sentido positivo, quando este se encontra em sua fase inicial, ou negativo, quando o sujeito vai além de seus limites e capacidade de adaptação. A metodologia empregada neste estudo que se desenvolveu no período do estágio, alicerçou-se nos procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para coleta de dados foi utilizado o Inventário de Stresse para Adultos de Lipp com um grupo de dez agentes com idade entre 26 e 64 anos. A base teórica do trabalho centrou-se em Lipp (2014), Molina e Calvo (2009), Bonez, Moro e Sehnem (2013). Os resultados evidenciaram que para todos os agentes penitenciários o trabalho é bastante estressante, entretanto os agentes se encontram com boas condições de saúde mental, sabendo lidar com as adversidades do ambiente laboral, porém 30% dos participantes indicaram nível de estresse, enquanto que outros 30% apresentaram números elevados, ficando no limiar do diagnóstico do estresse, com base no Inventário. Quando se trata da sintomatologia predominante, foi percebido que 10% apresentou sintomas predominantemente físicos, enquanto 20% apresentou sintomatologia



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



predominantemente psicológica. Cada pessoa tem sua subjetividade e resposta única para o estresse, portanto não existe um método que sirva a todos e para qualquer situação, porém é possível que estratégias sejam pensadas a fim de se prevenir e evitar o agravamento do mesmo. Levando em consideração as dados apresentados, foi realizada uma devolutiva individual com os agentes, alertando sobre o assunto, dando sugestões de como minimizar o estresse, bem como locais de atendimento psicológico, afim de contribuir para minimizar o sofrimento destes colaboradores.

Palavras-chave: Hospital de Custódia e Tratamento; Agentes penitenciários; Estresse, Saúde Mental.

GRUPO OPERATIVO COM MULHERES EM UMA UNIDADE PRISIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

**Larissa Missias Teixeira
Flávia de Araújo Conceição
Odilza Lines de Almeida**

O presente trabalho tem enquanto objetivo partilhar a experiência de uma dupla de estagiárias em uma prática do componente curricular Estágio Supervisionado III, que faz parte do fluxograma da formação do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A atividade prática teve enquanto proposta a elaboração de reflexões críticas no ambiente prisional, visando abarcar as mulheres em situação de privação de liberdade em um Presídio localizado na cidade de Vitória da Conquista – BA, no ano de 2018. Buscou-se compreender as relações interpessoais e o ambiente prisional, por meio de uma análise das falas que ocorreram através de um grupo operativo, realizado com internas do módulo feminino, e em articulação com conhecimentos discutidos em componentes curriculares como o de Psicologia forense e criminal, Estágio supervisionado II, e Psicologia e vulnerabilidade social. Foi possível problematizar alguns tabus que envolvem a prisão, provocando movimentos de inquietação e reflexão nas participantes. O grupo operativo ocorreu semanalmente em uma sala da instituição e foi aberto para as internas que quiseram participar. Nos encontros foram utilizados textos, dinâmicas, músicas e dramatizações como elementos disparadores das discussões. Os assuntos abordados pelas internas fizeram referência ao cotidiano prisional, a maternidade/relações familiares, ao estigma social, aos preconceitos, as vivências amorosas internas/externas e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



as relações de gênero. Os resultados apontam que os dispositivos suscitaram a elaboração de estratégias individuais e coletivas para vivência na prisão, assim como possibilitaram planejamentos de vida para quando estiverem em liberdade. O desenvolvimento dessa prática em uma instituição prisional proporcionou a apresentação da psicologia a partir de um outro viés, além de desmistificar ideias errôneas sobre a área de atuação e sobre o referido ambiente.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Jurídica; Presídio; Mulheres no Cárcere.

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DO ESTADO DA BAHIA: PRÁTICA DE ESTÁGIO

**Myllena Curvelo
Bruna Cardoso
Claudia Torres**

A prática de estágio teve enquanto campo de prática o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado da Bahia (HCTP), situado na cidade de Salvador. Através de atendimentos individuais, oficinas terapêuticas e busca ativa, a vivência contou com a participação dos internos da instituição citada, sujeitos estes acometidos por um adoecimento psíquico, os quais, em determinados momentos de suas trajetórias pessoais, cometeram delitos, passando então a temporariamente viver em contexto de privação de liberdade a fim de realizar a avaliação psicológica e de cumprir a medida de segurança determinada pela justiça. O estágio objetivou proporcionar a compreensão do campo da saúde mental e as implicações do fazer psicológico no mesmo, partindo do desenvolvimento de um plano de intervenção direcionado aos cuidados e a promoção de saúde em articulação com a instituição referida e as ações no território. Para isso, foi necessário depreender acerca do HCTP e seu funcionamento, assim como das demais organizações que atendem ao público-alvo em questão, além de identificar as possíveis estratégias de intervenção psicossocial para os usuários do serviço e seus familiares. Suscitou também a atuação na equipe multidisciplinar de uma entidade jurídica, possibilitando a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos no que se refere, inclusive, a realização de avaliações psicológicas, levantamento de hipóteses diagnósticas e relatórios psicossociais. Retratadas como instrumentos, recursos ou ferramentas, as oficinas terapêuticas são atividades em grupo desenvolvidas com intuito de proporcionar ao



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



público-alvo da terapia uma alternativa lúdica e dinâmica de exteriorização, de modo a valorizar a exploração das variadas formas de expressão do ser humano. Destarte, torna-se possível ampliar a perspectiva comunicacional da fala restrita, na maioria das vezes, a modalidade verbal, passando, então, a trabalhar por meio de diversas concepções do falar: desenho, pintura, canto, encenação, poema, artesanato, entre muitas outras configurações possíveis de expressão. As atividades desenvolvidas durante o estágio obtiveram como resultado a legitimação da perspectiva plural da expressão dos sentimentos e pensamentos dos sujeitos internados neste referido hospital de custódia, de forma qual viabilizou a aproximação dos participantes com os demais serviços da ciência psicológica, como, por exemplo, atendimento individual. Além disso, houve uma melhora quanto à interação entre os sujeitos participantes das oficinas. Foi alcançada também, por meio do oferecimento de um espaço de escuta e do acolhimento, a realização de encaminhamentos de variadas demandas dos internos, e houve a efetuação da busca ativa para com os seus respectivos familiares, a fim de restabelecer o laço familiar tão necessário para a melhoria no quadro destes internos, bem como encontrar um local de moradia em caso de alta hospitalar.

Palavras-chave: Saúde Mental; Hospital; Custódia; Tratamento; Estágio.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

**Anna Luiza do Sacramento
Joyce Jesus Brito
Thaís Diniz Santos Moreira**

A justiça restaurativa surge em uma contraposição à justiça tradicional punitiva retributiva que, no sistema brasileiro consegue se organizar de tal forma que o senso comum, por questões socioeconômicas e culturais, insiste que o método de punição através da privação da liberdade, como o sistema carcerário se dispõe a fazer, é o suficiente e eficaz para resolver alguns dos problemas sociais existentes. O tema abordado é fruto de uma atividade acadêmica da disciplina de psicologia jurídica da Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana com objetivo de conhecer a interface entre psicologia e justiça restaurativa, expondo seu surgimento, funcionamento e implicações psicológicas de ambas as partes nesse processo. A justiça restaurativa é um processo onde ambas as partes (vítima e ofensor) possam ter uma oportunidade resolver um determinado conflito de forma

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conjunta propondo uma solução adequada para as partes. A justiça restaurativa visa justamente o contrário da justiça tradicional, não há a ideia de marginalização e exclusão social, ela promove o encontro entre vítima e ofensor juntamente com a presença de um mediador para essa conversa. A justiça restaurativa tem como proposta não tirar a culpa do indivíduo, mas sim, fazer com que ele tenha consciência da dimensão dos danos que causou e dessa forma possa reparar isso, além de compreender que não o deve fazer porque sua conduta gera consequências negativas, e não porque tem medo de ser preso. Desta forma a psicologia vem fazendo essa sensibilização da melhor forma de se relacionar com o outro de forma que não exija desgaste psicológico, até porque é fácil entender como um dano pode afetar a vida do indivíduo fazendo com que ele venha a ter um sofrimento psíquico, onde no atual sistema não é reconhecido esse lado do adoecer psicologicamente. O papel do psicólogo jurídico é de grande importância por seu papel mediador de conseguir trabalhar com reintegração social, de demonstrar que o seu trabalho precisa ser reconhecido e praticado, pois ele pode ajudar na reestruturação de significados sociais, quebrando paradigmas de exclusão, marginalização e individualismo. Na área da psicologia esse tema ainda não possui muita visibilidade justamente por falta de fé nessa nova forma de justiça e do senso comum, de percepções sociais e a forma que dão significado a essas experiências no dia a dia, e por isso há uma necessidade de trabalhar e pesquisar essa nova forma de justiça junto a psicologia para que as relações possam ser mais flexíveis.

Palavras-chave: justiça, justiça restaurativa, culpabilidade, psicologia, humanização

NOSSAS FÁBULAS: A UTILIZAÇÃO DO LÚDICO COMO ESTÍMULO DE CRIAÇÃO NO ENCARCERAMENTO

Thaís Melo do Desterro Passos
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Emerson Matos

Este trabalho tenciona apresentar o projeto de oficinas de leitura, interpretação, criação e ilustração de fábulas, desenvolvido com um grupo de mulheres internas do Hospital de Custódia e Tratamento Bahia (HCTBA), assim como discutir sobre o processo das atividades consumado com a compilação do material produzido em um livro. Considerando, sobretudo a importância da leitura para o desenvolvimento humano e a arte



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como estratégia terapêutica produtiva, teceu-se o espaço para desenvolver o projeto, evidenciando a ludicidade como estímulo para o enfrentamento da condição de encarceramento. O estudo emergiu do estágio em Psicologia e constituiu-se por meio de relatos sobre o trabalho de campo e bibliográfico. A produção de fatores conscientes e inconscientes emergentes das oficinas terapêuticas, como interações interpessoais, troca de vivências e criação de vínculo, agregou-se a um contexto validador que minimizou a situação vulnerável do encarceramento e alcançou a clarificação de valores pessoais e coletivos. Pelas características literárias, que permitem uma interpretação subjetiva antepôs a utilização de fábulas, narrativas que através da ficção sugerem uma verdade ou reflexão moral, representada por pessoas, animais e/ou outras entidades. Previamente selecionadas e ilustradas, cópias das Fábulas de Esopo tornaram-se ferramentas didáticas e disparadoras de discussões, percepções e construções nas oficinas realizadas com internas do HCT. O projeto foi dividido em três encontros semanais em forma de oficinas. A primeira oficina propôs a leitura e interpretação de três das fábulas de Esopo (quantidade definida de acordo com o interesse das internas) envolvendo temáticas sobre altruísmo, relacionamentos interpessoais e autoimagem. Posteriormente, as participantes imbuídas de inspiração auxiliaram na criação de narrativas baseadas em experiências próprias. A segunda oficina se deu pela ilustração das narrativas criadas, onde foram ofertados materiais de desenho e pintura sugerindo que a execução da tarefa se desse por expressão livre. Foi possível constatar valores e significados atribuídos pelas mulheres aos momentos destinados para o desenvolvimento das oficinas, exprimindo reações definidas positivas por se tratar de momentos onde sucediam reflexões e recontextualizações verbais de suas experiências subjetivas ofertando sentido e validação para o repertório de cada uma. O projeto foi desenvolvido para obtenção de retornos desde materiais físicos a emocionais para as participantes, pretendendo que a colaboração e produção pudessem ser vistas, sentidas e tocadas. Assim, impeliu-se a proposta para que o trabalho resultasse em um livro em que através de construção colaborativa e argumentativa foi intitulado: NOSSAS FÁBULAS EM NOSSO MUNDO DE PAZ. Destarte, a terceira oficina foi conduzida para compilação do material produzido e confecção do livro que foi entregue as mulheres para que consultassem em momentos vindouros e recordassem o afluente de sua construção.

Palavras-chave: Fábulas, Oficinas, Hospital de Custódia e Tratamento.

**O PSICÓLOGO NOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Washington Luan Gonçalves de Oliveira
Lucivone Rodrigues Carneiro

Os direitos humanos estão nas práticas dos profissionais psicólogos. A psicologia hoje assume um papel de atuante em diversas áreas que vão além da clínica. A psicologia no campo jurídico surgiu principalmente através da elaboração de laudos periciais. Sua prática foi por muito tempo, marcada pela realização de diagnósticos solicitados por juízes, com ampla utilização de testes psicológicos. As práticas da psicologia na Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE) estão em um modelo de suporte psicossocial no trabalho interdisciplinar com profissionais do direito com foco em mediações e conciliações de conflitos familiares. A mediação pode ser definida como uma negociação facilitada ou conduzida por um terceiro. Existem outras definições mais completas sugerindo que a mediação é um processo autocompositivo, segundo o qual as partes em disputa são auxiliadas por uma terceira parte, neutra ao conflito ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para se chegar a uma acordo. A conciliação parece muito com a definição de mediação, mas pode ser definida como um processo autocompositivo que difere por ser mais breve, na qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, ou da mesma forma, por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo. O objetivo do presente trabalho é demonstrar atividades inovadoras que acontece na 6ª regional da Defensoria pública. O método consiste em relato de experiência através de atividades de extensão e práticas de mediação e conciliação no núcleo das famílias. Os resultados alcançados foram maior qualidade nos processos de conciliação através de mediações, diminuição das filas no judiciário, satisfação entre as partes envolvidas. O psicólogo na DPE visa uma atenção integral as demandas dos clientes da instituição, além disso, faz os encaminhamentos para as redes de saúde e assistência quando necessário. As atividades desenvolvidas são em mediações de divórcio, guarda, divisão de bens, fixação de alimentos, revisão de alimentos e execução de alimentos. Por fim, vale destacar que o psicólogo amplia sua atuação para núcleos das famílias e esses se tornam lugar de práticas e práticas a serem pensadas. Entender que os espaços de conflitos judiciais geram fenômenos subjetivos e que são lugares que precisam ser demarcados como território de atuação de profissionais da psicologia e a atenção integral as necessidades do cliente do serviço público.

Palavras-chave: psicologia jurídica; mediação de conflitos; defensoria pública.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O USO DA CARTOGRAFIA EM MISTIFICAÇÕES E ABANDONO DE LOUCOS NO HCT

**Juliano dos Santos
Cláudia Vaz Torres**

O presente estudo tem por finalidade analisar os discursos de internos de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, acerca do abandono e mistificações da loucura. Simultaneamente suscitar críticas sobre um tema embora já discorrido, porém silenciado por enunciações como o da reforma psiquiátrica. O estudo se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica em consonância com o método cartográfico apresentado por Foucault (1984) e Deleuze (2005). A dinâmica de abandono de internos do HCT, em geral é decorrente dos pensamentos naturalizados sobre a loucura (Wanderley, 2002), expressados na sociedade através de procedimentos reforçados por representações, crenças e estigmas que naturaliza discursos, conduzindo aquele subjugado como louco ao isolamento social. Bader (2002) relata ainda que estes discursos repercutem em todas as esferas da vida, entretanto, sobressai nas necessidades e anseios pessoais de cada sujeito, seja por sentimentos, significados e ações subjetivas. A cartografia mapeia subjetivações, relações de poder, discursos, entre outras facetas. Não se trata de um método que propõe regras ou protocolos, mas sim de uma estratégia de análise crítica que apontam rupturas, resistências e fugas, nas ações ou discursos dos sujeitos. Deste modo, o estudo baseou-se de um relato de prática construído durante o estágio e que utilizou como instrumento a observação participativa, onde ao mesmo tempo que ocorriam observações do campo, relatos expressados pelos internos eram capturados, totalizando 5. Todos os internos do sexo masculino, com a faixa etária entre 30 e 45 anos. Os resultados apontam que se tratam de vozes que possuem objetivos, medos, sentimentos e dores, ultrapassando os discursos higienistas de que todo louco só apresenta conteúdo desconexo ou delirante. Os internos destacaram as dificuldades de permanência na unidade e as expectativas de retorno a vida social. Expressaram nos seus discursos, os pensamentos já naturalizados que terminam conduzindo-os ao abandono por parte dos familiares. Alguns até voltam ao âmbito familiar, porém como não são mais aceitos na sociedade, acabam retornando ao HCT. Para a sociedade, de modo geral, o seu lugar é com os loucos.

Palavras-chave: criminalidade; loucura; hospital de custódia.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE ACERCA DE PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

**Franciele Nogueira de Almeida
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Diego Solci Toloy**

O objetivo deste artigo é analisar como os loucos infratores são vistos socialmente, não só pelo seu transtorno psicológico mas também pelos seus atos infracionais. Para alcançar o objetivo deste estudo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e de campo que utilizou como instrumento a observação participante em um Hospital de Custódia e Tratamento e questionário. Os dados quantitativos foram obtidos através de um questionário disponibilizado nas redes sociais (Facebook e WhatsApp) que ficou disponível pelo período de dois dias, e foi respondido por sessenta participantes da cidade de Salvador. A base teórica do estudo centra-se em autores que abordam as representações sociais como Jodelet (2001) e Moscovici (2003). A análise dos resultados foi realizada através de categorias para sistematização dos dados, evidenciadas em gráficos e sustentadas com referencial teórico sobre o assunto e pela realidade vivida pelos custodiados do HCT. Os resultados apontam que a maioria dos participantes tem conhecimento do que é um HCT, porém a maioria não conhece pessoas que já esteve internada em um Hospital de Custódia, evidenciou também que os participantes ao terem contato com portadores de transtorno mental sentem medo porém não se afastam, diferente de quando o contato é com os portadores de transtorno mental em conflito com a lei, os resultados mostram que os participantes sentem medo e se afastam. Os dados evidenciaram que apesar dos participantes concordarem que os custodiados merecem uma chance de reinsertão social através da oportunidade de emprego, a maioria que respondeu não daria esta oportunidade. Concluimos assim que na sociedade existe um grande preconceito com as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. As representações sociais, têm papéis importantes na vida das pessoas uma vez que guiam no modo de nomear e definir os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se em relação a eles de forma defensiva. As representações, por meio de várias significações, expressam aqueles indivíduos ou grupos que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por ela representado. As definições compartilhadas pelos membros de um grupo constroem uma visão consensual da realidade

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



para esse grupo, podendo entrar em conflito com a de outros grupos, mas é um guia para ações e trocas cotidianas. Nessa perspectiva, as práticas de assistência em saúde mental são importantes no determinismo da doença mental, dirigindo ou modificando o seu curso. Essas práticas têm uma repercussão comprovada no plano social e podem ampliar as segregações, os estigmas, os preconceitos e, por conseguinte a exclusão social.

Palavra-Chave: Conflito com a lei; Hospital de Custódia; Transtorno Mental

POSSIBILIDADES E DIFICULDADES PARA DIAGNÓSTICO DO INIMPUTÁVEL: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGOS JURÍDICOS

**Quiane Bomfim Souza
Claudia Vaz Torres
Leonor Guimarães**

O objetivo do estudo foi avaliar as percepções de psicólogos jurídicos referente as possibilidades e dificuldades para diagnóstico do inimputável. A metodologia aplicada constituiu-se numa pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e pesquisa de campo. Utilizou-se instrumentos como a observação participante e entrevista semiestruturada com psicólogos que trabalham no Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia e unidades prisionais. A atuação do psicólogo jurídico demanda responsabilidades éticas no uso de seu instrumental teórico e técnico de trabalho, neste sentido, este estudo buscou discorrer a respeito da inimputabilidade por transtorno mental, intentado evidenciar as maiores dificuldades e possibilidades enfrentadas pelo profissional de psicologia no processo de perícia, para isto foi necessário discorrer sobre a história da avaliação psicológica, instrumento dos psicólogos para elaboração de laudo. A base teórica do estudo centrou-se em Serafim, Saffi (2014), Bitencourt (2012) e Cunha (2003). Neste estudo foi utilizado como instrumento empírico uma entrevista com cinco psicólogos atuantes na área da psicologia jurídica. Verificou-se que os profissionais entrevistados atuam de acordo as resoluções e atribuições estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia. A análise foi dividida em categorias que evidenciaram multiplicidade de percepções sobre a atuação do profissional de psicologia com indivíduos portadores de transtorno mental em conflito com a lei. As dificuldades mais citadas pelos profissionais em relação ao processo de avaliação psicológica nas circunstâncias supracitadas foi referente ao pouco preparo dos psicólogos para este trabalho, segundo alguns entrevistados existem lacunas na formação do profissional. Outra dificuldade apontada foi a carência em relação a instrumentação



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



avaliativa, um profissional destacou que existem poucos testes psicológicos para o profissional atuante neste contexto e que além de serem poucos uns estão em processo de validação ou suspensos, dois entrevistados evidenciaram que existem testes variados e que não enxergam carência deles e sim uma deficiência na formação dos profissionais que não sabem aplicá-los. Baseando-se nas respostas obtidas, dois psicólogos demonstraram serem indiferentes aos testes psicológicos e revelaram não usá-los como instrumento de trabalho enquanto outro profissional enfatizou que os testes dão subsídios para o diagnóstico e fez uma crítica aos profissionais de psicologia que não se apropriam do instrumental técnico alegando que os mesmos rotulam os sujeitos. Todos os profissionais de psicologia submetidos a entrevista, expuseram que o psicólogo tem capacidade de participar da elaboração do exame de responsabilidade penal e elucidaram a importância de uma equipe multidisciplinar durante a elaboração do exame de responsabilidade penal. Foi apontado que uma possibilidade, ou seja, um auxílio para o profissional atuante neste contexto também é a formação deste. O estudo apontou que os psicólogos devem reexaminar o seu papel na elaboração de laudos para o magistrado, uma vez que nenhum outro profissional possui o instrumental teórico e técnico para avaliar e diagnosticar tão rico e embasado como os testes psicológicos.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Psicólogo Jurídico; Inimputável.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PSICOLOGIA JUNTO A UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Edilene Magalhães Nunes

Este trabalho é fruto de uma experiência de estágio não obrigatório realizado no Serviço de Psicologia Jurídica (SPJ) junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) de um centro universitário do interior da Bahia, entre o período de fevereiro de 2017 a outubro de 2018. O NPJ tem como objetivo oferecer assistência jurídica à comunidade que não dispõe de recursos financeiros para custear as despesas processuais. O estágio foi realizado entre fevereiro de 2017 a outubro de 2018, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais. Durante este período foram realizadas as seguintes atividades: acolhimento a pessoas que se encontravam fragilizadas em decorrência de demandas jurídicas e processuais, atendimento psicológico na modalidade de psicoterapia para adolescentes filhos de pais divorciados, cujas relações familiares estavam estremecidas e para mulheres vítimas de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



violência doméstica. Foram realizadas também mediações de conflitos familiares, onde as demandas variaram entre pensão alimentícia, divórcio, dissolução de união estável, guarda e regulamentação de visita. A prática de estágio no referido contexto contribuiu para o entendimento sobre a necessária participação do psicólogo no âmbito da justiça, especialmente nas demandas relativas ao Direito de família, além de possibilitar a capacitação de futuros profissionais de Psicologia para atuar frente às demandas deste campo de atuação. A cooperação entre a área da Psicologia e do Direito se faz necessária a fim de proporcionar uma compreensão holística sobre as demandas que chegam ao sistema da justiça, objetivando uma intervenção mais qualificada e mais humanizada. Embora a Psicologia Jurídica não seja um campo novo de atuação, apenas recentemente vem ganhando destaque no contexto brasileiro, evidenciando a necessidade de trabalhos que possam divulgar práticas exitosas a fim de fortalecer esta área de atuação, especialmente no que tange à participação da psicologia no processo de mediação, que ainda é um campo em construção.

Palavras-chave: Psicologia jurídica; práticas em psicologia; relato de experiência.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

A atuação do profissional de psicologia em interface com a justiça inicia-se a partir da demanda pericial e de avaliação psicológica (LAGO, 2009). Paulatinamente, com a evolução das políticas públicas que perpassam questões judiciais, essa atuação se expande. O trabalho na área da infância e adolescência no Brasil se configura, atualmente, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este define diretrizes que devem ser seguidas pelo Estado, família e sociedade no intuito de garantir a proteção integral às crianças e adolescentes no país (BRASIL, 1990). A psicologia se insere nos diversos dispositivos criados para garantir a efetivação do ECA. Este trabalho parte de uma experiência em uma instituição de abrigo no estado da Bahia. Busca-se aqui, dialogar acerca da construção do serviço psicológico da instituição. O ECA refere a necessidade de acompanhamento psicológico a crianças e adolescentes institucionalizados. Portanto, tanto o documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009a), quanto a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) apontam a necessidade da atuação da psicologia neste contexto. O abrigo que gerou esta reflexão é de cunho filantrópico. Na prática, observa-se que este é um espaço de trânsito constante de voluntários e estudantes que executam trabalhos pontuais pautados nas características do serviço. Observou-se, entretanto, a necessidade de regulamentar este fluxo no intuito de produzir resultados mais perenes e registros que permitissem efetivo diálogo com o sistema de justiça. Na construção do projeto do serviço de psicologia da instituição, buscou-se considerar os aspectos apontados pelas legislações e orientações oficiais aqui citadas, bem como as normativas específicas da psicologia (em especial, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução 007/2003). Foi fundamental delinear um trabalho que tivesse como foco a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos na instituição com base nos marcos legais. Dada a diversa possibilidade de configuração da atuação da psicologia, não há uma orientação padrão para a estruturação dos serviços. Buscou-se, entretanto, adequar este serviço às orientações apontadas pela Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola, no que tange aos aspectos estruturais e éticos. O diálogo com as universidades é fundamental em um serviço não governamental, já que uma atuação conjunta e supervisionada pode suprir a necessidade de atendimento e produção de documentos demandada pelo sistema de justiça. Portanto, foi relevante demarcar esta possibilidade de trabalho. Houve uma preocupação, na definição das metodologias de trabalho, em garantir uma liberdade profissional para elencar metodologias com as quais este se sente confortável sem com isso ferir os objetivos da política e desconsiderar a especificidade do público. Finalizando, o profissional de psicologia, em diálogo com a coordenação da instituição, entra em contato com o Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Bahia no intuito de registrar a instituição como local onde ocorre a prática da psicologia.

Palavras-chave: Abrigamento, Serviço de psicologia, Justiça.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**EIXO H - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, MOBILIDADE HUMANA E
TRÂNSITO**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“INTERVENÇÕES URBANAS”: UMA PRÁTICA PROMOVIDA PELA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO

Izabela Gaspar

Este trabalho apresenta de maneira contextualizada uma discussão sobre como a psicologia do trânsito pode ter seu campo de atuação ampliado através do projeto denominado “intervenções urbanas” que busca desmistificar algumas questões sobre a prática do profissional de psicologia que se especializa em trânsito. O projeto utiliza como fundamento nesse sentido, a Lei Federal nº 12.587, de 2012, que definiu mobilidade urbana como a “condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano”, considerando que para o desenvolvimento do ambiente urbano o homem se faz o elemento mais complexo e importante, surge assim a necessidade de inclusão do profissional de psicologia especializado em trânsito nas medidas que possam ser estabelecidas para o crescimento e desenvolvimento dos ambientes urbanos. Questões referentes ao impacto na subjetividade do sujeito: como desenvolvimento das áreas urbanas, a restrição dos espaços físicos nas moradias e a oferta de espaços externos maiores com um conforto aparente que visa até a limitação de contato social e a busca constante de segurança com o objetivo de obter mobilidade. Um dos principais problemas no Brasil, atualmente é referente as questões de mobilidade urbana, devido ao crescimento da indústria automobilística, precarização dos transportes públicos e ausência de investimentos em infraestrutura para o planejamento urbano, esses fatos caracterização dados macros a respeito do coletivo e sobre as questões humanas e específicas de cada constituinte desse sistema, quem analisa ou pontua como importante? Com base nos dados levantadas acima, buscamos através de análise qualitativa embasa o projeto com as contribuições obtidas através da revisão bibliográfica e de dados secundários foi possível buscar informações organizadas de estudos e pesquisas com o objetivo de adotar uma postura crítica ao ler as informações referentes ao tema. O psicólogo do trânsito inserido nesse contexto tem como objetivo promover o desenvolvimento do cidadão para interagir com a sociedade e assim tornar o fenômeno trânsito algo que possa se tornar um investimento de políticas públicas.

Palavras-chave: Mobilidade. Psicologia do trânsito. Políticas públicas. Trânsito

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



AÇÃO EDUCATIVA EM EMPRESA DE ÔNIBUS NO INTERIOR DA BAHIA: MOTORISTA AMIGO DO CICLISTA

Veronica Santana Souza
Marlene Alves da Silva

É lícito afirmar que, o ciclista tem o seu direito garantido, no Código Nacional de Trânsito, de trafegar pelas ruas e rodovias do nosso país. No entanto, a segurança para essa mobilidade urbana é uma questão que exige esforços da engenharia e principalmente do fator humano. As vias não oferecem segurança e os motoristas motorizados não respeitam esse veículo de propulsão humana, como também, existem ciclistas despreparados sobre as leis de trânsito, nesse sentido, há necessidade de uma mudança cultural, educacional e de infra-estrutura das vias. Segundo fontes do Ministério da Saúde, atualizados em fevereiro de 2018, foram 37.306 óbitos e 204.000 ciclistas feridos e hospitalizados em 2015, e o seguro DPVAT informa que em 2017, houveram 41.150 indenizações por morte e 284.190 por invalidez. Esta ação educativa é fruto de uma queixa de um ciclista à uma empresa de ônibus na cidade de Eunápolis – Bahia. Essa empresa dispõe de serviços de ouvidoria, onde recebe elogios, queixas e sugestões. Nesse caso, apenas uma ocorrência foi identificada então a necessidade de se realizar um plano de ação. Formou-se então uma comissão, com a técnica de segurança, os instrutores de motoristas e onde a presidente estava sendo representada por uma Psicóloga da empresa, e a mesma, com um olhar diferenciado da Psicologia, desenvolveu esse projeto. O objetivo foi conscientizar e educar não só os motoristas, como também os ciclistas, para uma convivência harmoniosa no trânsito. O público alvo foram os motoristas de ônibus e os ciclistas. O método foi: discussão da questão com a associação de ciclistas e comunidade, confecção de panfletos e distribuição dos mesmos em vias públicas. Com o empenho e profissionalismo dos instrutores de motoristas, técnico de segurança do trabalho e Psicóloga, foi então realizada uma campanha educativa, interna e externa. A avaliação foi a redução de queixas em relação aos motoristas rodoviários e até mesmo a redução de ocorrências envolvendo os motoristas da empresa e os ciclistas da região em que atua. Contribuindo assim, com um ambiente no trânsito mais harmonioso e saudável, para todos que trafegam nessa região

Palavras-chave: Educação, Trânsito, Motorista e Ciclista

COMPORTAMENTO HUMANO NO TRÂNSITO: RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



E AGRESSIVIDADE

Laíza dos Santos Farias
Marlene Alves da Silva

O trânsito pode ser visto como um espaço favorável a expressão de sentimentos, sendo assim, o estado de humor do motorista pode influenciar diretamente na forma como o mesmo conduz o seu veículo. Uma das causas de mudança de humor pode ser o estresse, definido como uma reação do organismo quando surge a necessidade de uma nova adaptação, o que poderá causar atos agressivos. Com o objetivo de verificar a relação entre estresse e agressividade e de oferecer uma proposta de intervenção foi realizada busca nas bases de dados digitais scielo.br (Scientific Electronic Library Online) e pepsic.bvsalud.org (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e no Google acadêmico com os seguintes descritores: “trânsito”, “estresse” e “Comportamento agressivo”. Os critérios de inclusão utilizados neste trabalho foram: artigos científicos, dissertações e teses em português. Na base de dados Pepsic foi encontrada uma referência para os índices “Estresse”, “Comportamento agressivo” e “Trânsito”, já com os índices “estresse” e “trânsito” foram encontradas três referências. Para os índices “comportamento agressivo” e “trânsito” foi encontrada a mesma referência da primeira pesquisa. Já na ferramenta de pesquisa Google Acadêmico foram encontradas cerca de doze referências que abarcam o tema em questão. Além disso, foram usados livros considerados referências na temática a fim de aprofundar a análise. Os autores citados ao longo do trabalho apontam grandes indícios desta relação já que os estressores da vida cotidiana têm aumentado visivelmente. O trânsito é apenas mais um ambiente do qual o ser humano se apropria para manifestar seus instintos fazendo com que na maioria das vezes o condutor e o veículo acabem se tornando um só elemento. O estresse pode desencadear reações de risco no comportamento, em específico a agressividade, que no trânsito pode ser expressa na forma de manobras perigosas, ultrapassagens indevidas atrapalhando outros motoristas e assim por diante. Mediante esses achados, e, por Vitória da Conquista ser considerada o território da terceira cidade baiana e de mobilidade humana, se sugere aqui investigar por meio de observação e entrevista estruturada o terminal rodoviário urbano localizado no centro da cidade, para com base em pesquisa propor políticas públicas na área de mobilidade urbana e humana. O arremate é pela importância de estudar os fatores externos e internos dos comportamentos humanos e da mobilidade pelo espaço público para buscar soluções



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adequadas e subsidiadas por políticas públicas municipais com o intuito de manter o direito de ir e vir do cidadão com segurança.

Palavras-chave: Psicologia do trânsito, comportamento humano, estresse, agressividade.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO NA EDUCAÇÃO E COMPREENSÃO DO TRÂNSITO NA INFÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Rabelo Alves

Bruna Primeiro

Evelley Emmanuela Félix dos Santos

A Psicologia do trânsito configurou-se como uma das primeiras áreas de atuação do psicólogo desde o início do reconhecimento da Psicologia no país. Diante das suas várias áreas de atuação nasce a Psicologia do trânsito, que consolidou sua participação no processo de habilitação, e expandiu-se por meio de suas intervenções que estavam voltadas apenas para o motorista, aprofundando nas políticas públicas, embora ainda a passos lentos. O presente artigo foi desenvolvido com intuito de demonstrar a importância da educação e os aspectos psicológicos na infância dentro do contexto do trânsito, buscando informar questões básicas que são importantes a todos os cidadãos. Salientando que, cada indivíduo atua neste espaço de acordo com seus interesses, expectativas e meios, mas suas ações influem, diretamente, nas ações dos outros participantes, de forma problemática ou não. Este trabalho foi realizado com quatro turmas, sendo duas - quinto e oitavo ano - da escola pública e duas - quinto e nono ano - da escola privada numa cidade do oeste baiano, levantando pontos específicos como: o que é o trânsito e seus aspectos? Em que momento os indivíduos são inseridos neste contexto? Como acontece a minha participação no trânsito? Entre outros. Os resultados obtidos demonstram que, de maneira geral, o objetivo do trabalho desenvolvido foi alcançado tanto na escola pública como na escola privada, mas ressalta-se que, levando em conta a faixa etária dos participantes, há um conhecimento ainda insuficiente sobre a temática por parte dos alunos, que traziam falas de aspectos básicos, apesar, de algumas turmas mostrarem um pequeno conhecimento sobre o tema. Deste modo torna-se perceptível a necessidade da inserção da educação no trânsito, desde a infância até a fase adulta, pois o trânsito não é uma questão de individualidade, mas de responsabilidade coletiva. Por fim, mostra-se à necessidade de desenvolver mais estudos na área que possam contribuir em questões ainda não abordadas, desenvolver ações

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



eficientes de educação para o trânsito, conscientizando os indivíduos acerca da importância de estudar fatores psicológicos neste contexto e o quanto estes estão presentes cotidianamente.

Palavras-chave: Trânsito; Psicologia; Educação

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA PROPOSTA PARA O SUDOESTE BAIANO.

**Marlene Alves da Silva
Helena Rinaldi Rosa**

A educação para o trânsito é direito de todos e dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme determina a Lei 9.503/1997 – Código do Trânsito Brasileiro (CTB) e a Lei 12.006/2009, em seus 11 artigos e, assegurado os recursos financeiros pela Resolução DENATRAN nº 638/2016. Ainda, a Lei nº 13.614/2018 que criou o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). A educação para o trânsito deve ser promovida desde a pré-escola até o terceiro grau por meio das veiculações de publicidades em canais de comunicação social; conforme planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação. Dentre os programas do DENATRAN, está o programa “Educa” que têm o objetivo de incluir na organização curricular das escolas brasileiras do ensino fundamental, de acordo com as disciplinas e áreas de conhecimento, a abordagem de temas relacionados à mobilidade humana, com especial destaque à educação para o trânsito; para tanto, disponibiliza materiais didáticos, para alunos e professores. Com o objetivo de propor uma ação verificou a produção acadêmica de educação para o trânsito na Psicologia do Trânsito, utilizando os descritores “educação para o trânsito e psicologia do trânsito”. A busca foi realizada, em agosto/2018, nas bases de dados digitais scielo.br (Scientific Electronic Library Online) e pepsic.bvsalud.org (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia). Foram encontrados três artigos. Desses, apenas um estudo refere-se a educação para o trânsito para universitários, publicado em 2012, a Universidade Federal do Paraná por meio de um projeto de extensão do Núcleo de Psicologia do Trânsito, descreve o Projeto Transformando o Trânsito, cujo objetivo foi oferecer uma ferramenta para solucionar a educação para a segurança no trânsito. Os outros dois estudos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



encontrados, um de 2000, refere ao 37º Congresso de Psicologia de Trânsito em Braunschweig (Alemanha) em setembro de 1998 e o outro, publicado em 2002, apresentou numa perspectiva interdisciplinar qualitativa, o problema de acidentes de trânsito no Município de Campinas – São Paulo. Mediante a falta de ações e pesquisas nessa área sugere-se a realização de investigações nas escolas municipais do sudoeste baiano com o intuito de verificar se o tema transversal de educação para o trânsito é aplicado pelos professores, pois ao educar crianças e jovens constroi-se uma sociedade democrática, responsável e se contribui para uma conscientização da necessidade de redução de acidentes de trânsito e diminuição de suas causas e efeitos. Conclui-se que apesar de respaldado pelo CTB, são poucas as ações realizadas pelo profissional da psicologia, pois a educação para o trânsito é uma atividade direcionada à formação do cidadão como usuário do espaço público e da mobilidade humana.

Palavras-chave: Psicologia do Trânsito, Educação para o Trânsito, Segurança no Trânsito.

ESTADO DA ARTE SOBRE A PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E EDUCAÇÃO

Nayana Sepúlveda Suzart
Iara Nancy Rios
Caroline Almeida Azevedo

A prática contemporânea da Psicologia no contexto do trânsito brasileiro assume uma perspectiva interdisciplinar. Parte-se da ideia que o trânsito é um fenômeno social, assim sendo, a elaboração de métodos preventivos contra acidentes de trânsito deve levar em consideração os valores culturais envolvidos. Buscou-se analisar e discutir a produção acadêmica no campo da Psicologia do Trânsito e da Educação, publicados nas bases de dados digitais scielo.br (Scientific Electronic Library Online) e pepsic.bvsalud.org (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia). A partir de levantamento nas referidas bases de dados, utilizando os descritores “psicologia”, “trânsito” e “educação” foram encontrados quatro artigos no scielo.br e cinco artigos no pepsic.bvsalud.org. Os estudos foram analisados e refletidos segundo os critérios: data de publicação, autoria, filiação institucional, objeto de estudo, enfoques teórico/metodológico e conclusões. Optou-se pela metodologia do Estado da Arte, a fim de verificar o crescimento e a atualização da produção científica, de suas características e lacunas, além de socializar o conhecimento

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



produzido através das pesquisas já publicadas. Por meio da análise dos artigos, percebeu-se que apesar da pesquisa ter sido realizada no ano de 2018, os artigos foram publicados no período de 1986 a 2015. Os autores concebem que a prática educativa relacionada a Psicologia deve levar em consideração o trânsito como uma questão social (ROZESTRATEN, 1986; ROZESTRATEN, 2000; BIANCHI, 2007; SOARES; THIELEN, 2007; QUEIROZ; OLIVEIRA, 2012; BRAVO, 2015), destacam a importância de as práticas psicológicas dialogarem com outras áreas de conhecimento (BIANCHI, 2007; QUEIROZ; OLIVEIRA, 2012; BRAVO, 2015) e apresentam a necessidade implementação de políticas públicas que envolvam a educação para redução de acidentes no trânsito (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2002; SOARES; THIELEN, 2007). A presente pesquisa foi realizada em duas importantes bases de dados, por isso considera-se um quantitativo restrito sobre o tema. Sobre a abordagem metodológica, apenas dois estudos não são revisão de literatura, assim alerta para a necessidade de desenvolver pesquisas empíricas que possam avaliar a importância, os tipos de estratégias e o progresso das práticas educativas que devem ser implementadas ou que já foram desenvolvidas. Foi notório que pouco se tem produzido com o foco na esfera da educação básica, ou no público infantil. Contudo, conclui-se que para a realização de ações educativas que possam envolver a população desde da infância, de forma contínua e sem interrupção, até a fase adulta é necessário que haja implementação de política nos níveis federal, estadual e municipal. Por fim, sugere que a Psicologia oferece subsídio para a compreensão dos aspectos sociais, culturais e subjetivos envolvidos na inter-relação homem e trânsito.

Palavras-chave: Psicologia, Trânsito, Educação.

MOBILIDADE URBANA: A RELAÇÃO ENTRE AFFORDANCE E ATENÇÃO DE PEDESTRES EM UMA CIDADE DO SERTÃO BAIANO

Taylane Kezia Gomes
Lidiane Bento Dourado Ribeiro
Ítalo de Jesus
Wânia Deise Freita da Silva

A mobilidade urbana é definida como a facilidade de deslocamento das pessoas e bens na cidade, tendo em vista a complexidade das atividades econômicas e sociais nele desenvolvidas (SEMOB, 2005) e tem sua importância reconhecida ao considerarmos a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



interrelação entre o ambiente de trânsito e o comportamento de pedestres. Com base nisso, foram utilizados conceitos importantes da Psicologia Ambiental e de Processos Psicológicos Básicos, tais como Meio Ambiente, Ambiente Urbano, Affordance, Atenção e Percepção, para fundamentar o estudo do comportamento humano no contexto do trânsito. Para esta pesquisa foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo, através de observação, registro de comportamento e análise dos dados. Foram observadas três faixas de pedestres em ruas do centro da cidade de Irecê – BA em horários alternados, constando um total de 404 (quatrocentos e quatro) pessoas observadas. Para o registro da observação foi utilizado em caderno, lápis e cronômetro, sendo analisadas as ações e quantidade de pedestres que atravessavam ou não as faixas, considerando ou não a presença de semáforos. No resultado foi percebido que apenas 19,3% dos indivíduos de ambos os sexos observados atravessaram a faixa e consideraram o semáforo simultaneamente, levando em conta que um dos três semáforos não estava funcionando normalmente, sendo 80,7% referente aos que ou atravessaram a faixa sem olhar o semáforo, ou atravessaram fora da faixa. Foi possível perceber que, dentre estes, o gênero feminino foi mais preponderante. Acerca da mobilidade dos indivíduos, diversos estímulos externos (faixas e semáforos) e internos (alterações emocionais ou de percepção), podem ocasionar acidentes de trânsito, fazendo necessária a intervenção e reconhecimento de que é preciso um trabalho em conjunto com os diversos profissionais envolvidos nas questões de mobilidade, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas, tanto nas mudanças estruturais ou físicas, quanto nas percepções desses estímulos ambientais, sensibilizando a população acerca da importância de atravessar na faixa visando a própria segurança e a segurança dos condutores de veículos.

Palavras-chave: Trânsito, Mobilidade Urbana, Faixa de Pedestres, Bahia.

POLÍTICAS DO CORPO NA CIDADE

Nayara Lima Longo
Andressa Fragoso Pitombo
Julia Ataíde Fagundes
Nicole Samara do Nascimento Silva
Everton Dias Ferreira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho, em processo de investigação/experimentação pelo grupo de pesquisa em psicologia social da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Bahia - FACITE/ SAMAVI, procura disparar/compartilhar elementos que produzam conexões entre corpo, arte e políticas de subjetivação na cidade. Entende-se o espaço da cidade como produtor de políticas de subjetivação, ou seja, como constituinte de formas de existência, de modos de agir, viver, pensar, encontrar. É desde esta perspectiva que este procurará dar passagem a experiências que permitam cartografar os processos de subjetivação nos territórios da bacia do Rio Corrente, especificamente nas cidades de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Tomando o pensamento de Michel Foucault como ferramenta, considera-se importante a investigação das especificidades dos processos de urbanização desta região, destacando suas singularidades a partir da problematização de suas linhas de força, sejam as linhas de poder que organizam, disciplinam e normatizam modos de vida, sejam as linhas de abertura que dão passagem a invenção de novos territórios. A aposta passa, sobretudo, pelo investimento em dispositivos: fragmentos/ resquícios, pistas apontadas por Walter Benjamin. A noção de fragmentos, em uma acepção benjaminiana, se afina enquanto dispositivo metodológico se atendo não nas grandes linhas ou continuidades que constituem modos de representação hegemônica da realidade, mas sim nas fissuras, nas descontinuidades, e nos micro-fazeres que espraíam outros mundos possíveis. Espera-se, portanto, através de experimentações sensíveis e corporais que, utilizando-se da arte, como metodologia de trabalho, possam disparar interferências políticas no cotidiano que emergem no tecido da cidade, permitindo a invenção de outras linhas de subjetivação e composição.

Palavras-chave: Corpo; Política; Cidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TRÂNSITO: PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO

Eliéte Ferreira Vilas Bôas
Marlene Alves da Silva

O Brasil, em resposta aos desafios da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Década de Ações pela Segurança no Trânsito 2011 – 2020, aderiu ao Projeto Vida no Trânsito (PVT) voltado para a vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito e promoção da saúde. O PVT tem como foco ações de intervenção em dois fatores de risco: dirigir após o consumo de bebida alcoólica e velocidade excessiva e/ou inadequada, além



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de outros fatores ou grupos de vítimas identificados localmente a partir das análises dos dados, notadamente acidentes de transporte terrestre envolvendo motociclistas. O projeto é coordenado pelo Ministério da Saúde, acompanhado por uma Comissão Interministerial instituída pela Portaria de nº 2.268, de 10 de agosto de 2010 em parceria com a Organização Pan Americana da Saúde (Opas). O PVT foi lançado em 2010 como parte da iniciativa internacional denominada Road Safety in Ten Countries (RS 10) sob a coordenação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e formado por um consórcio de instituições, como: Association for Safe Internacional Road Travel (ASIRT); Centers for Sustainable Transport (EMBARQ); Global Road Safety Partnership (GRSP); Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health (JHU) e World Bank Global Road Safety Facility (GRSF) e implantado, inicialmente, nas cidades de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Palmas/TO e Teresina/PI. Em 2013 foi expandido para todas as capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes. Em Salvador, o Comitê Gestor do Projeto Vida no Trânsito é composto por órgãos municipais, estaduais e federais. Nesse esforço conjunto, a cidade de Salvador atualmente se destaca no cenário nacional, conforme as palavras da consultora técnica da área de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde “Vimos Salvador fazer a diferença na infraestrutura e no comportamento, ocupando as principais manchetes do Brasil. Isso foi possível devido à prioridade dada à questão pela gestão, mostrando para todo o país que é possível colocar e manter tais ações na agenda prioritária de governo”. Ainda, que é possível investir para possibilitar maior aderência aos diversos modais de mobilidade, para além do foco no veículo individual, investir em políticas públicas, aumentar em quantidade e qualidade os transportes coletivos, investir em infraestrutura, no redesenho das cidades para favorecer ao cidadão. Nesse sentido, a/o psicóloga/o precisa ser inserido em programas que visem a segurança no trânsito, visto que este profissional muito tem a contribuir nesse processo que visa, em última instância devolver a cidade aos cidadãos, priorizando-os, encurtando seus caminhos para que cheguem ao seu destino - casa, trabalho, lazer – com dignidade, favorecendo sua qualidade de vida, sua saúde.

Palavras-chave: Psicologia do Trânsito, Políticas Públicas, Qualidade de Vida.

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Giovani Santos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Psicologia tem levantado questões históricas sobre o fenômeno do trânsito e as possíveis atuações do psicólogo frente às necessidades da sociedade partindo do ponto da defesa irrestrita dos direitos e da promoção de saúde destes indivíduos. É relevante considerar que como perspectivas de atuação a segurança pública talvez seja a que mais se evidencie na Psicologia do Trânsito tendo em vista pela relação em pesquisas, dados estatísticos ou do próprio conhecimento aplicado. Segundo dados recentemente divulgados pelo Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (2018) nos últimos seis meses foram contabilizados aproximadamente 19 mil mortes e mais de 20 mil casos de invalidez permanente no Brasil ligado ao trânsito. Dentre estes as principais vítimas são homens com idade entre 18 a 65 anos, tendo como destaque causas como a falta de educação no trânsito, o desrespeito às leis, excesso de velocidade, ingestão de álcool além do uso do celular. É importante considerar que para reduzir os acidentes de trânsito precisamos discutir sobre a educação psicológica para condutores e pedestres a fim de desenvolver ações de conscientização, além da adoção de comportamentos saudáveis, como uma das formas de se evitar ações de violência no trânsito. O psicólogo do trânsito poderá também atuar em um contexto multidisciplinar, fortalecendo parcerias entre os profissionais além de criar laboratórios de pesquisa que possibilitem o desenvolvimento do trânsito. De acordo com Elvik (2011) a contribuição da Psicologia do Trânsito pode ocorrer de maneira significativa, no desenvolvimento de metas para diferentes políticas públicas em seu período de planejamento, desta forma os psicólogos do trânsito estariam qualificados para contribuir com a implementação destas políticas. Podemos concluir que a produção científica tem o objetivo de apropriar-se da realidade para melhor analisá-la, acreditamos que este tema seja muito importante ao meio acadêmico de modo que possa provocar debates sobre prevenção no trânsito e a ampliação do papel do psicólogo nesta área. Neste contexto, a maior produção de estudos sobre os principais desafios enfrentados pelos psicólogos na área da Psicologia do Trânsito, pode ser o início de um processo de discussão, que promova impactos positivos na realidade social e no desenvolvimento de políticas públicas.

Palavras-chave: Psicologia do Trânsito, Educação, Prevenção.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO I - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**(RE)SIGNIFICAR É PRECISO: UM OLHAR PARA OS CATADORES
AUTÔNOMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA**

**Elder Jeferson da Silva
Adriane de Oliveira Teixeira
Daniele Silva Blêsa Novais
Fábio Heiji Horota
Gabriel Bomfim Cruz**

O presente trabalho teve como objetivo principal identificar as percepções sobre os Direitos Humanos de trabalhadores de materiais recicláveis de Vitória da Conquista, Bahia. Para alcançar o objetivo geral e os específicos desta investigação, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa para coleta e interpretação dos dados, por meio de entrevistas semiestruturadas. Dentro do contexto em que esses trabalhadores estão inseridos, foram abordados os temas relacionados à diferença entre o trabalho dos catadores autônomos e dos cooperados, a invisibilidade desses sujeitos, os direitos humanos, o trabalho informal versus o trabalho formal e o preconceito vivido por esses trabalhadores. Concluiu-se que a informalidade desse trabalho contribuiu para marginalização dos indivíduos além de violação de leis trabalhistas e dos Direitos Humanos, esses ainda lidam também com o preconceito por trabalharem com materiais que vão para o lixo.

**“SOZINHO/A ANDO BEM, MAS COM VOCÊS ANDO MELHOR”:
INTERVENÇÃO GRUPAL NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**

**Larissa Fonseca de Souza
Luciana Brito Marques
Maria Márcia de J. Rodrigues
Marta A. dos S. Mamédio**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Psicologia Comunitária é uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social que busca explicitação de um compromisso social e político. Dessa forma, compreendemos a importância de uma Psicologia Comunitária dentro do movimento social, no Levante Popular da Juventude, que é uma organização composta por sujeitos jovens, negros, mulheres, LGBTs, periféricos, camponeses, estudantes, jovens esses que acreditam nos mesmos valores e ideais. Ao considerar o público que compõe a militância, além das atividades que estão sobre eles, somam-se as opressões diárias sofridas pelos mesmos, que vêm afetando a saúde mental. O presente trabalho teve como foco principal trabalhar a saúde mental dos membros da organização, ancorados pela base teórica da Psicologia Comunitária, uma vez que as demandas individuais podem refletir no trabalho grupal. Então, abriu-se o espaço para que pudessem falar de suas demandas e assim procurar minimizar o sofrimento através da fala e encontrar possíveis formas de soluções juntos, estreitando as relações entre os membros. Tivemos a pretensão de melhorar as relações estabelecidas dentro desta organização ouvindo as demandas individuais dos integrantes, deixando-os livres para falar de suas questões. A intervenção tem como finalidade avaliar os problemas, buscar possíveis soluções, a articulação entre os membros do grupo e, estes são nossos objetivos no nosso projeto, para buscar alcançar a finalidade do referido movimento social sem maiores e futuros danos para os militantes. A intervenção nesse grupo se constrói no sentido de se pensar os problemas como de ordem coletivas e não apenas individual, assim construindo um espaço onde essas questões também possam tentar ser resolvidas de forma coletiva, ou acolhida no coletivo, construindo assim uma espécie de terapia em grupo, um grupo de autoajuda, onde se possa ter um cuidado mútuo dentro do grupo. Este estudo teve como base uma pesquisa qualitativa, realizada no movimento social Levante Popular da Juventude. A intervenção contou com a participação de mulheres e homens entre faixa etária de 18 anos 26 anos. A mesma foi estruturada partir de três passos. Buscou-se a escuta empática visando fortalecer os vínculos entre os militantes e buscando saídas no coletivo sobre questões para além dessa comunidade, assim como, as que infligiam o corpo da militância de forma individual, ou seja, suas demandas familiares e queixas subjetivas. Podemos afirmar a importância do trabalho aqui descrito como divisor de águas dentro da comunidade em que foi realizada a intervenção. Uma que vez, como o Levante Popular da Juventude se posiciona frente a interesses comuns entre os jovens que compartilham do mesmo espaço buscando reivindicar uma vida em sociedade igualitária, reservar algum tempo para que a subjetividade e singularidade de seus membros fossem ouvidas e recepcionadas por seus

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



integrantes, obteve resultados favoráveis e positivos no que diz respeito ao bem estar físico e mental dos envolvidos.

Palavras-chave: Psicologia comunitária; Movimentos sociais; Juventude.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST) EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Amanda Chaves Rocha

Este trabalho tem por objetivo geral apresentar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST de Vitória da Conquista, dando ênfase à atuação do profissional psicólogo. O CEREST é um serviço vinculado à Secretaria de Saúde do município e compõe a sua Rede de Atenção à Saúde. De abrangência regional, é um órgão especializado no atendimento às demandas de sofrimento relacionadas ao trabalho. Presta assistência aos trabalhadores acometidos por doenças e acidentes relacionados ao trabalho, realiza ações para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador por meio do diagnóstico (identificação de doença provocada ou agravada pelo trabalho), da prevenção (ações educativas para trabalhadores em geral e profissionais de saúde) e da vigilância (cadastramento de empresas por ramo de atividade, mapeamento de risco, inspeções em ambiente e processos de trabalho, investigação de acidentes com óbito, etc). São atendidos trabalhadores encaminhados pela rede básica de saúde, trabalhadores formais dos setores públicos e privados de Vitória da Conquista e região, trabalhadores autônomos e informais, trabalhadores desempregados acometidos por doenças relacionadas ao trabalho. O CEREST conta com uma equipe multiprofissional composta por médico, enfermeiras, fisioterapeuta, assistente social e psicóloga. A atuação do psicólogo no CEREST visa a promoção da saúde e a prevenção de agravos, voltando-se para os aspectos subjetivos que compõem as relações de trabalho e que impactam a saúde do trabalhador. A prática do psicólogo no serviço envolve a identificação dos elementos causadores ou agravantes ao sofrimento vivenciado pelo trabalhador; o acompanhamento psicológico à pessoa acometida por sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, através da modalidade da psicoterapia breve (5 a 8 sessões, em média); a emissão dos documentos necessários para que o trabalhador busque as instâncias competentes para resolução das suas demandas trabalhistas. Por sua especificidade e pela retaguarda técnica que fornece ao SUS através das suas ações, trata-se de um serviço relevante, mas ainda pouco conhecido

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pela população em geral, sendo importante a sua divulgação.
Palavras-chave: Saúde mental, saúde do trabalhador, psicologia do trabalho.

**A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA DINÂMICA DE
PRAZER E SOFRIMENTO PSÍQUICO DE FEIRANTES DA FEIRA DE SÃO
JOAQUIM, SALVADOR-BA**

**Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Ana Lucia Pellegrini Pessoa Dos Reis**

As feiras livres ocupam uma posição de importância comercial na maioria das cidades brasileiras. É nestes espaços que serviços são ofertados e as mercadorias produzidas nas regiões próximas são comercializadas. Dentre os atores da feira, destaca-se o feirante. Profissional já reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas que ainda sofre com as questões estruturais presentes em uma ocupação informal: falta de regularização dos espaços de trabalho, das jornadas de trabalho e dos salários (GONDIM, 2006). Todos estes aspectos, estando relacionados com o trabalho, impactam na saúde física e psíquica destes trabalhadores. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de conclusão de curso. Elegeu-se a abordagem qualitativa, pautada no referencial teórico-metodológico da psicodinâmica do trabalho. O local de pesquisa foi a Feira de São Joaquim, na cidade de Salvador. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme indicado por Dejours (1991), com oito feirantes, as quais foram posteriormente gravadas e transcritas. Foi também elaborado um diário de campo para registro das impressões do pesquisador durante sua inserção na feira. A interpretação dos dados foi feita com base no processo de análise do núcleo dos sentidos (Mendes 2007). Os dados obtidos tornaram possível a investigação das seguintes temáticas, que são centrais dentro da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho: a) organização do trabalho expressa pelos trabalhadores; b) sentimentos relacionados ao trabalho, incluindo fatores de prazer e sofrimento; c) modos de enfrentamento à organização do trabalho, estratégias para superar/transformar o sofrimento. Foram identificados conteúdos acerca dos sentimentos do feirante relacionados ao trabalho, envolvendo prazer e sofrimento psíquico, assim como estratégias de defesa individuais e coletivas utilizadas por estes trabalhadores para lidar com as vivências de sofrimento no trabalho. Os feirantes relataram conteúdos de sofrimento relacionados à organização do trabalho que executam. Foi de fato identificado que essa organização não é totalmente



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



livre, apesar de estes trabalhadores serem classificados como autônomos. Os feirantes carregam aspectos de precarização presentes no contexto informal de trabalho. Há também instituições que regulam o funcionamento básico do trabalho dos feirantes, apesar da autonomia possível dentro desta atividade. Entretanto, também foi possível identificar que o feirante de São Joaquim experimenta sentimentos positivos no seu cotidiano de trabalho, e muitos se valem destes aspectos de modo a conseguir motivação e reafirmação identitária enquanto trabalhadores. Adotam então maneiras de enfrentar as situações aversivas presentes no trabalho real, objetivando sustentarem-se psiquicamente diante do inusitado e do gerador de sofrimento. O resultado foi apresentado ao Sindicato dos Vendedores Ambulantes e da Feira de São Joaquim de modo a subsidiar ações a este público. Sugere-se um maior diálogo entre as entidades sindicais e o poder público que regulamenta o trabalho do feirante de modo a garantir um trabalho mais digno e respaldado nas políticas públicas de saúde, assistência, educação e trabalho. **Palavras-chave:** Organização do trabalho; Psicodinâmica do trabalho; Feirantes; Prazer e sofrimento psíquico.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTE HOSPITALAR E O ESTRESSE OCUPACIONAL

**Edina Daiane Ramos
Zuneide Batista Paiva
Mirtes Santos Oliveira
Regiane Lacerda Santos**

O estresse é uma reação do organismo diante uma exigência do ambiente em que o indivíduo está inserido, no qual, exige um processo de adaptação a novos contextos. Segundo Lentine, Sonoda, e Biazin o estresse pode ser definido como uma resposta fisiológica, psicológica e comportamental de uma pessoa, visando adaptação a mudanças ou situações novas, geradas por pressões externas ou internas. Na qual o organismo vai reagir quando aparecer a necessidade de se adaptar a novos contextos. Assim, tendo o ambiente hospitalar como campo de interesse e estudo, procuramos compreender quais são os agentes estressores que os trabalhadores desta área da saúde estão expostos, levando em consideração a presença constata da relação dual entre vida e morte do paciente. O estudo foi realizado no Hospital Geral de Vitória da Conquista no estado da Bahia - HRGVC-BA

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e corresponde a atividade prática da disciplina curricular Psicologia das Organizações e do Trabalho do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. As metodologias utilizadas foram: a) Observação participante, que consiste em uma participação ativa do observador, dessa forma, a observação participante é uma abordagem de observação na qual o pesquisador participa ativamente nas atividades de recolha de dados, sendo requerida a capacidade de adaptações as situações; b) Aplicação do QDO (Questionário de Diagnóstico Organizacional) com análise qualitativa dos dados, de funcionários de diferentes setores. Através das visitas de observação e coleta de dados por meio de questionários e análises destes resultados foi possível identificar alguns fatores estressores na unidade pesquisada, foram considerados como fatores estressantes a falta de funcionários, a quantidade de demandas, sobrecarga de trabalho, precariedade nas relações de trabalho, falta de perspectiva de melhorias, ou mudanças devido ao modelo de administração estatal. A partir da identificação das necessidades e dos fatores estressores, foi possível planejar um modelo de intervenção, inicialmente, com a produção de uma cartilha de orientação sobre os sinais e sintomas do estresse, como também com endereços de onde encontrar auxílio. Assim sendo, o presente trabalho foi desenvolvido devido a necessidade de se estudar como o estresse pode se tornar um dos agentes que mais acometem os profissionais que trabalham em um ambiente hospitalar. Logo, as atividades ocorreram levando em consideração especificidades do ambiente hospitalar, as imprevisibilidades da assistência, como também a ética profissional e o pouco tempo disponível dos trabalhadores.

Palavras-chave: Ambiente Hospitalar; Estresse; Diagnóstico organizacional; Profissional da área de saúde

ANÁLISE ORGANIZACIONAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Celia de Jesus Santana Iriarte
Danielle Monteiro do Nascimento
Letícia Novais Pereira Assunção
Moane de Carvalho Aguiar
Regiane Lacerda Santos
Silmara Nascimento da Silva
Simone de Oliveira Tigre**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho consiste em um relato de experiência referente a prática da disciplina Psicologia das Organizações e do Trabalho, do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, caracterizada como estudo exploratório na área do trabalho e da organização. Dentre as intensas transformações no mundo do trabalho, um fenômeno que se configura como uma alternativa de geração de trabalho e renda, que assegura a inserção de trabalhadores informais no programa de desenvolvimento econômico do país, baseado na democracia e na cooperação, chamado Economia Solidária. Discutir sobre economia solidária possibilita rever a lógica de consumo do capitalismo moderno, considerando a forma como as pessoas produzem e consomem a partir do novo modelo de desenvolvimento econômico, sendo de grande relevância para a implementação de um modelo autossustentável. Por conseguinte, analisando o contexto do Grupo de Economia Popular - GEP, de Vitória da Conquista-BA, especificamente o clima e a cultura organizacional deste órgão, realizou-se uma pesquisa com os integrantes do grupo entre setembro e outubro de 2017. Os dados foram obtidos por meio do Questionário de Diagnóstico Organizacional (QDO) (adaptado de: MANZINI, 2013?), instrumento de pesquisa-feedback com fins de reunir dados sobre o movimento organizacional, através das percepções dos trabalhadores quanto a sete variáveis: objetivos, estrutura, relacionamento, recompensas, liderança, mecanismos úteis e propensão a mudanças. Instrumento este, respondido por 10 membros do grupo. As informações acerca da instituição quanto aos princípios, normas e contexto histórico, foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada respondida pela coordenadora. A partir da análise do QDO os resultados apontam que os objetivos quanto às regras e princípios da organização são claros para os trabalhadores, entretanto, alguns tentam outros meios para garantir a comercialização dos seus produtos. Quanto à estrutura física do ambiente de trabalho, houve algumas queixas referentes à localização, sendo considerada um espaço de pouca visibilidade; na área de relacionamentos interpessoais, os resultados mostram a existência de uma efetiva relação entre os integrantes, bem como, com a coordenação; o retorno financeiro das atividades desenvolvidas não atende as expectativas dos integrantes havendo uma disparidade entre investimento e lucro, gerando um impacto negativo na motivação do grupo, pois os rendimentos obtidos são apenas para a sobrevivência. Desse modo, a análise do instrumento aponta expectativa em relação ao crescimento da organização, contudo, suas percepções quanto às mudanças estão pautadas na espera de ações providas dos órgãos públicos, assim, não se implicam nesse processo de melhoria do funcionamento da organização. Com efeito, os resultados asseguram sobre uma

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



proposta de intervenção que objetive a motivação e integração dos grupos, ressaltando os valores, visões e ideais da organização, onde a produtividade, assertividade e motivação entre todos os envolvidos estejam presentes.

Palavras-chave: Trabalho. Economia Popular. Desenvolvimento Econômico.

DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTO LIBERTA - CASA DO ANDARILHO

Catarina Cabral Oliveira da Rocha
Laísia Almeida Abade Santos
Raíssa Alves Gualberto
Regiane Lacerda Santos
Yane Cruz Silva

Mais de quatrocentos anos depois da fundação da primeira Santa Casa de Misericórdia, o Terceiro Setor ainda representa um desafio nos dias atuais, com atenção aos países em desenvolvimento, onde abarcar as demandas de toda uma população em situação de vulnerabilidade deixa de estar no locus de “boa vontade” para uma aspiração desafiadora, onde se mata “um leão por dia” para que o assistencialismo não sucumba às dificuldades. O objetivo do presente artigo foi fazer um levantamento de ordem estrutural e analisar as relações de trabalho entre os funcionários de uma ONG em Vitória da Conquista, através do Questionário de Diagnóstico Organizacional – QDO e identificar as dificuldades encontradas pelos colaboradores em executar suas tarefas e como o ambiente de trabalho interfere nessa realidade. À partir dos dados levantados identificamos uma equipe sobrecarregada e despreparada que presta serviços à ONG não apenas pela remuneração, mas por vínculos afetivos que a maioria tem com a mesma, onde a inexistência de uma divisão coordenada de tarefas dá lugar a uma flexibilidade que promove a exaustão de uma equipe que trabalha movida às necessidades iminentes dos assistidos. Ao analisar a fala de um dos colaboradores: “Já fazemos tudo o que podemos com o pouco que temos e no momento é tudo o que se pode ser feito” é necessário pensar em aspectos outros que foram observados durante a pesquisa de campo: 1.14 dos 15 indivíduos institucionalizados são acometidos por esquizofrenia e todos eles têm quadro de diabetes e/ou pressão alta, sem contar as necessidades próprias da idade que não são assistidas de maneira apropriada. 2. Esses mesmos institucionalizados ficam no mesmo ambiente da população flutuante,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ocupando um lugar ainda mais vulnerável. 3. A diretoria fica fora do espaço da Instituição dificultando o contato dos colaboradores com a mesma. 4. Os voluntários nem sempre se comprometem com as tarefas que se disponibilizaram a realizar deixando a cargo dos efetivos ainda mais uma demanda a ser realizada. Frente a essas demandas, após a conclusão do trabalho foi pensada uma possibilidade de revitalização da casa bem como a utilização voluntária da mão de obra flutuante para o bom andamento da casa, visto que, os usuários do serviço passam até 7 dias na Casa sendo assistidos com alimentação, higiene, moradia, transporte e até emissão de documentos caso não tenha identificação. Essa “contribuição voluntária” seria acordada no momento da triagem sendo uma condição para utilizar o serviço da Instituição, sendo restrito apenas a usuários que utilizem os serviços da ONG por motivo de saúde incapacitante. Essa possibilidade colaborativa poderia amenizar o impacto da sobrecarga dos colaboradores efetivos, ajudando na manutenção de serviços básicos da casa.

Palavras-chave: ONG, Vulnerabilidade, Relações de Trabalho, Voluntariado.

Equipe Acolhe Vida

Laura Fernandes dos Reis Neta

Considerando o índice de servidores afastados com problemas de saúde e a necessidade de oferecer uma escuta diferenciada e de humanizar o atendimento ao servidor público, no ano de 2014 a superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Seguro idealizou a equipe Acolhe Vida, composta por Assistente Social, Fonoaudióloga e Terapeuta Reikiana, Médico do Trabalho, Psicóloga e Técnica Administrativa. Desde então a demanda recebida (principalmente para desenvolvimento de trabalhos com servidores já adoecidos) é crescente. Há o atendimento, acompanhamento e orientação dos servidores que apresentam demandas de saúde (em seu aspecto integral), sociais, psíquicas, administrativas, familiares, etc. Ainda dentre as atividades estão visitas domiciliares, ao ambiente de trabalho; encaminhamentos dos servidores e familiares para os serviços da rede pública; acompanhamento dos que estão em readaptação funcional; relatórios técnicos; constituição de grupos de apoio terapêutico; oficinas terapêuticas; atendimentos/acolhimentos; palestras; encontros de sensibilização; atendimento fonoaudiológico; reiki e atendimentos com o médico do trabalho. Os usuários do serviço destacam constantemente a necessidade de mais palestras, capacitações e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



espaços de escuta especializados, nos quais haja o reconhecimento do trabalhador dentro da sua integralidade, pois, por vezes, sentem-se desvalorizados, o que gera desmotivação e baixo rendimento nas atividades laborativas. Após o acompanhamento com a equipe – seja em grupo ou individual – os feedbacks trazidos pelos chefes imediatos são, em sua grande maioria, satisfatórios. Com o suporte emocional e ressignificação de experiências é possível que se inicie um processo de reconstrução de situações inacabadas, aprendendo novos repertórios de atuação para enfrentar situações cotidianas e de conflitos que não deixarão de existir, mas poderão ser enfrentadas de novas formas e a partir de novos olhares. Tomando como base a definição de saúde a partir da OMS, “o completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de enfermidade”, consideramos importante desmedicalizar o sofrimento dos trabalhadores municipais, que deita raízes em berço histórico. A equipe objetiva a visão integral do servidor, considerando o sujeito como ser único, complexo em sua formação biopsicossocial e cultural. “A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora.” (DEJOURS, 1987). A superação dessa dor passa pela valorização desses sujeitos enquanto trabalhadores, com melhores condições de trabalho, promoção e qualidade de vida, enfoque na saúde física e psíquica do servidor, prevenção de doenças desencadeadas a partir das problemáticas que os envolvem e o contexto no qual estão inseridos, considerando que é de responsabilidade do Município fornecer qualidade na vida funcional de seus colaboradores e que é imprescindível a humanização no atendimento destes. A forma de produção do sintoma da doença também pode ser produção de saúde, “[...] o fato demonstra que os mecanismos mentais que produzem os sintomas de doença estão igualmente presentes na vida mental normal, que a mesma lei uniforme abrange tanto o normal quanto o anormal [...]” (FREUD, 1923/1996). Canguilhem defende esse ponto de vista uma vez que o estabelecimento de novas formas é tanto da norma da saúde quanto da norma da doença. O limiar entre saúde e doença é tênue na medida em que os mecanismos utilizados são os mesmos, em medidas diferentes. “Quem gostaria de sustentar, em matéria de psiquismo humano, que o anormal não obedece às normas? Ele talvez seja anormal porque obedece demais” (CANGUILHEM, 1985, p. apud FRANCO, 2007). Sendo assim, a equipe se atenta ao dito anormal, ao sintoma, à doença, pois o sintoma é a possibilidade de dizer algo, de se expressar, consistindo na maioria dos casos também numa tentativa de cura. Objetiva-se não tamponar a doença, mas escutá-la.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Objetivos: Promoção da qualidade de vida do servidor público do município de Porto Seguro; Traçar e desenvolver estratégias de cuidado a saúde do trabalhador; ofertar espaço de escuta qualificada e desmedicalizada; compartilhar saberes da saúde mental para potencializar e empoderar os servidores municipais.
Palavras-chave: Saúde do trabalhador; humanização; desmedicalização; prevenção do adoecimento mental.

ESTRESSE OCUPACIONAL ENTRE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Analice Viana da Silva
Jamília Brito Gomes
Kaio Alexandre Sena Santos
Maiana Sousa Santos
Noelia Regiane Aguiar Fernandes
Ramon Pereira Oliveira

Estresse pode ser entendido como uma demanda individual ou social, no contexto industrial essa patologia é o principal agente causador de enfermidades. As doenças ocupacionais são uma realidade cada vez mais presente na vida do trabalhador atual, causadas pelo esforço físico e psicológico que lhe são exigidos ao assumirem responsabilidades e obrigações provenientes de cada profissão. O ritmo acelerado e o nível de exigência a que essas pessoas são submetidas podem gerar doenças e transtornos. Nesta perspectiva, dentre as várias patologias procedentes das atividades profissionais, o estresse é o problema mais comum entre as distintas classes de trabalhadores da indústria. É possível então compreender que o estresse em si é uma experiência do ser humano que está ligada à existência de cada sujeito em suas relações profissionais, sociais, pessoais e histórica. Quanto à realidade do trabalhador da indústria é possível que viva a experiência do estresse como rotina e que pode desencadear uma série de outras doenças dado as exigências a que são submetidos. Nesta perspectiva, é necessário analisar o que tem apontado a literatura sobre estresse ocupacional, os principais sintomas e as políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores que atuam na indústria. Tendo em vista a importância do tema, o presente trabalho se propõe a explicar os modelos teóricos sobre estresse ocupacional e fatores psicossociais. Avaliando as possíveis



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



causas que desencadeiam características da patologia e propor métodos de prevenção à saúde ocupacional do trabalhador industrial. Após realizar uma busca em bases de dados científicos da plataforma Scielo e periódicos, foram selecionados cinco artigos, sendo que a análise dos dados extraídos foi obtida de maneira descritiva, utilizou-se os seguintes descritores: estresse, indústria, doenças ocupacionais, saúde mental e física. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos últimos dez anos, artigos em português e trabalhos que retratam a temática escolhida. As principais causas detectadas foram sobrecarga de trabalho, falta de recursos humanos, condição laboral inadequada, causando aos trabalhadores a diminuição de produtividade e redução da qualidade de vida. Portanto, após a leitura dos trabalhos, destacou-se a necessidade da criação e implantação de políticas públicas voltadas para organização como também para o trabalhador e medidas socioeducativas que levem para os espaços industrial oferecendo melhores estruturas e ações que promovam a qualidade de vida para os trabalhadores, atividades que enfoquem o desenvolvimento profissional, reduzindo o impacto de riscos existentes a realização de intervenções que envolvam as relações interpessoais, oferecimento de apoio social, promoção de integração entre os trabalhadores, ambiente de conforto, lazer e bem-estar aos trabalhadores a despeito do estresse que esses indivíduos enfrentam e que podem gerar transtornos e prejuízos para o empregado e o trabalhador, assim como a sugestão de atividades que propiciem o lazer e bem-estar aos trabalhadores fora do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Estresse, Doenças ocupacionais, Trabalho, Indústria.

MODO DE GESTÃO E ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

**Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis
Sonia Regina Pereira Fernandes**

Este estudo analisou as repercussões dos Modelos de Gestão Contemporânea, conforme denominado por Chanlat (1995), na saúde do trabalhador. De forma específica, buscou-se identificar os fatores psicossociais associados aos novos modelos de gestão e avaliar a associação entre estes fatores e a produção do estresse psíquico. Ainda que em tese os novos modelos de gestão apresentem características positivas como mudanças nas condições e organização do trabalho para a saúde do trabalhador, há que considerar os



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



impactos negativos para a saúde dos trabalhadores. Esta investigação descritiva foi realizada em uma empresa do segmento de serviços na Bahia e desenvolvida em duas etapas interligadas, na qual participaram 101 trabalhadores. Na primeira etapa, foi realizado o levantamento de dados para caracterização da empresa e do seu modelo de gestão. Na segunda etapa, optou-se pela abordagem de natureza quantitativa, por meio de um estudo descritivo, transversal para avaliar a relação dos fatores psicossociais no trabalho com o estresse psíquico. Foi adotada neste estudo a concepção de estresse ocupacional do NIOSH (2003), que incorpora aspectos das abordagens psicossociais do estresse denominadas modelo demanda-controle (KARASEK, 1979); modelo demanda controle-apoio socia (THEORELL, 1998); modelo do desequilíbrio esforço-recompensa (SIEGRIST, 1998) e modelo ecológico (LEVI, 1997). Os instrumentos utilizados foram o Copenhagem Psycosocial Questionnaire (COPSOQ) e o General Health Questionnaire (QSG), na sua versão reduzida, validado no Brasil por Pasquali et al. (1996). Na análise de dados coletados, utilizou-se o Statistical Package for Social Science (SPSS). Os resultados apontaram que as altas/ médias exigências no trabalho (demandas quantitativa, cognitiva, emocional, demandas para supressão de emoções e sensorial) tanto entre as mulheres (alta demanda quantitativa, cognitiva, emocional, para supressão de emoções e indicação de nível médio de demanda sensorial) quanto entre os homens (altas demandas quantitativas e emocionais, médias demandas cognitivas, para supressão de emoções e sensorial) estão associadas à ocorrência de estresse psíquico. Quanto ao controle no trabalho, avaliado neste estudo pelas dimensões, possibilidades de desenvolvimento e influência no trabalho, observou -se que a indicação pelos trabalhadores de haver médio/baixo nível em pelo menos uma destas dimensões no contexto de trabalho, está associado à ocorrência de estresse psíquico. Finalmente, considerando os resultados e limites desta investigação, sugere-se uma nova agenda de estudos para sua ampliação e reavaliação.

Palavras-chave: Saúde Psíquica; Gestão do Trabalho; Estresse Ocupacional

O EMPREENDIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO “DO LIXO AO LUXO”

Gerald Gomes Alves

Ivoneide Mares

Marina Vinhas Santos

Pedro Henrique Soares Dos Santos

Roberta Scaramussa Da Silva

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Psicologia Social Comunitária atua tendo como referência, a construção de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel como agentes transformadores da realidade em que vivem, deste modo, entende-se que os fundamentos de Economia Solidária e a prática do consumo ético, consciente e sustentável são ferramentas fundamentais para agenciamento de novos modos de ser e estar no mundo e apontam para uma alternativa possível à hegemonia de práticas de exploração descontroladas do meio ambiente em função de uma lógica de consumo pautada em valores capitalistas. Com base nisso, foi idealizado o empreendimento social solidário intitulado “Do lixo ao Luxo”, realizado no Campus Paulo Freire, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Teixeira de Freitas/BA, que tem por objetivo, incentivar o consumo de base comunitária com responsabilidade ambiental e ética, utilizando materiais descartáveis como moeda de troca, de forma a ampliar o acesso à bens de consumo e incluir indivíduos que, porventura, estejam excluídos desse processo. Além disso, o projeto visa consolidar espaços empreendedores solidários, imbuindo no pensamento social a sensibilização da comunidade acadêmica da UFSB acerca da responsabilidade com o lixo por ela produzido. Dessa forma, o projeto se dará, inicialmente, com a captação de roupas, sapatos e acessórios usados para serem tratados, customizados e transformados novamente em objeto de desejo e consumo. Para adquirir tais objetos, é necessário a entrega de materiais recicláveis, que serão convertidos em pontos e contabilizados em um Banco Social, um sistema integrado desenvolvido em parceria com docentes e discentes da área de tecnologia da informação para cadastro dos participantes e registro dos pontos adquiridos. Em seguida, será lançado o Bazar do Lixo ao Luxo, onde serão disponibilizados os objetos para troca de acordo com os pontos contabilizados em cartão social individual. Por fim, o material reciclável recolhido será encaminhado à Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social da UFSB para descarte adequado. Com o desenvolvimento do projeto, espera-se que ocorra a sensibilização da comunidade acadêmica da UFSB em relação ao desenvolvimento de uma prática comunitária e solidária capaz de contrapor as práticas hegemônicas de consumo, a fins de impulsionar a criação de uma rede de pessoas e organizações que efetivamente consomem de maneira consciente e sustentável.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Sustentabilidade; Consumo consciente.

O PSICÓLOGO FRENTE ÀS DOENÇAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO PROVENIENTES DO TRABALHO.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Eliane Nunes dos Santos

Atualmente as doenças psíquicas ocupam o terceiro lugar no ranking das causas de afastamento previdenciário no país. Essa condição acarreta inúmeros prejuízos, tanto em âmbito individual quanto coletivo e convoca a um posicionamento da psicologia enquanto campo do conhecimento, que tem como missão o tratamento das doenças psíquicas em busca da saúde mental. O presente artigo apresenta uma discussão sobre a atuação do psicólogo dentro das organizações. Especificamente, frente às condições de adoecimento psíquico em busca da identificação do nexos causal para a implementação de ações que possam neutralizar ou minimizar as condições de adoecimento. Este texto também apresenta uma breve contextualização histórica acerca da inserção da psicologia no contexto organizacional e como ela está vinculada as práticas no espaço organizacional nos dias atuais. Discute-se que a psicologia ocupa um espaço extremamente reduzido se comparado às possibilidades de atuação que seu arcabouço teórico oferece. Atualmente as práticas do setor de RH se resumem basicamente em ações com o objetivo de melhorar a produtividade adaptando, desenvolvendo capacidades, medindo aptidões para colocar “a pessoa certa no lugar certo”. É necessária uma mudança de perspectiva. Existe uma demanda coletiva de adoecimento mental relacionado ao trabalho em escala nacional que não somente justifica, mas impõe a necessidade do enfrentamento pela psicologia conforme preconiza o seu código de ética. É necessário um movimento que promova uma Norma Regulamentadora por força de lei, para o desenvolvimento de suas funções em parceria com o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) para que a atuação do psicólogo do trabalho seja no sentido de uma antecipação preventiva e de tratamento dos riscos psíquicos existentes no ambiente do organizacional.

Palavras-chave: Nexos causal, adoecimento psíquico, trabalho, organização, SESMT.

PSICOLOGIA DO TRABALHO: UM OLHAR ALÉM DOS MUROS

**Ivana dos Santos Souza
Lígia Fernandes Barbosa
Ana Luiza Ribas Carvalho
Joice Pereira dos Santos**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Milena Cordeiro Barbosa
Rebeca Silva Fernandes
Regiane Lacerda Santos

O presente trabalho é um relato de experiência de uma pesquisa-ação realizada na Central de Abastecimento (CEASA) Edmundo Flores no município de Vitória da Conquista – BA, tendo as(os) trabalhadoras(es) feirantes como sujeito-objeto da pesquisa e a temática saúde do trabalhador como foco norteador. A pesquisa-ação foi desenvolvida como atividade prática da disciplina Psicologia das Organizações e do Trabalho do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cursada pelas discentes no período letivo 2017.1. Pensar a Psicologia Organizacional e do Trabalho fora dos muros e das instituições privadas foi crucial para traçar a trajetória da pesquisa, bem como, para construção do pensamento crítico em relação ao trabalho das(os) feirantes. Teve-se como principal objetivo descrever e analisar as principais demandas, físicas e psicológicas, das(os) trabalhadores da feira livre. Foram utilizados três métodos para coleta de dados, sendo eles: observação, questionário e entrevista semiestruturada e um método para intervenção, sendo ele: produção de material informativo sobre saúde do trabalhador. Os principais pontos investigados foram: saúde mental e física, bem-estar, condições de trabalho, aspectos psicossociais e dados sócio econômico. O questionário foi aplicado com 40 trabalhadoras(es) com amostragem por acessibilidade e 02 trabalhadoras(os) foram entrevistadas(os) com amostragem intencional, sendo escolhidas(os) as(os) trabalhadoras(es) com mais tempo exercendo a função. Percebeu-se que o trabalho realizado nas feiras-livres, é diferente da maioria das instituições e possui uma dinâmica organizacional específica, que muitas vezes pode ocasionar adoecimento ocupacional tanto mental quanto o físico. Notou-se também, a partir dos dados obtidos, que em sua maioria, o público alcançado pela pesquisa foi majoritariamente composto por mulheres jovens, adultas e idosas, dando visibilidade a questões de gênero. Dessa forma, tornam-se possíveis também intervenções sobre a saúde da mulher e violências das mais diversas formas sofridas por este público. Vale ressaltar a necessidade de uma atenção maior no que concerne a doenças ocupacionais, considerando o trabalhador como um ser integral que precisa ter suas necessidades básicas asseguradas de forma que evite este adoecimento. Sendo assim, conclui-se que este é um espaço pouco observado pela Psicologia, que requer esse olhar diferenciado, podendo ser um espaço de intervenções e práticas sociais.

Palavras-chave: Trabalho das(os) feirantes. Saúde do trabalhador. Psicologia do Trabalho.

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HGPV EM JEQUIÉ

Aida Lomanto Couto

O presente trabalho foi elaborado a partir da experiência da aluna do curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) de Jequié, com o estágio supervisionado no Hospital Geral Prado Valadares sediado no Município de Jequié, no período de março a junho de 2018. A área específica de atuação do estágio referido é a Saúde Ocupacional do HGPV. Tendo como objetivos: - descrever as atividades do estágio supervisionado no curso de Psicologia, com ênfase na área de Saúde Ocupacional; - traçar estratégias para a promoção à saúde mental do trabalhador; - acolher o trabalhador em suas questões subjetivas que causam sofrimento psíquico no contexto do trabalho através do Plantão Psicológico. Para este ambiente de trabalho é proposto como intervenção à implantação do Plantão Psicológico destinado exclusivamente aos servidores efetivos e terceirizados do HGPV, atendimento disponibilizado na própria instituição na sala do serviço de psicologia do hospital, local este reservado para que não houvesse nenhum tipo de constrangimento ao servidor e preservando o sigilo desse atendimento. O Plantão Psicológico exclusivo para os servidores do HGPV foi sugerido e aceito como intervenção psicológica inédita à instituição como estratégia na promoção ao cuidado à saúde do trabalhador. O serviço foi apresentado através do estágio supervisionado por uma equipe de seis alunos do curso de Psicologia com uma escala de plantões semanais com horários e dias já determinados para cada plantonista, visando um melhor atendimento aos servidores da instituição. Tratando-se de ambientes hospitalares, os funcionários estão constantemente sob pressão, além da grande responsabilidade que o próprio ofício inclui, existem também fatores como longas jornadas de trabalho, horários pouco flexíveis, trabalharem sob pressão, problemas de relacionamento interpessoal dentro da equipe dos profissionais da saúde, mudanças ocasionadas pelo clima organizacional devido à expansão do Hospital, dentre outros. O plantão psicológico é uma alternativa à psicoterapia (embora não a substitua), de caráter emergencial, que visa proporcionar um espaço de escuta e acolhimento ao servidor. Sendo uma modalidade de curta duração, não se propõe ao aprofundamento das questões trazidas pela pessoa, como ocorre com a psicoterapia, e sim a fornecer um ambiente que permita ao usuário ser ouvido e compreendido e, assim, gerar clarificação e ampliação da consciência.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No PP foram atendidos e acolhidos servidores com sofrimento de ordem psicossomática, como a fibromialgia, com doença autoimune (esclerose), com depressão, crise de ansiedade e fobia social. A experiência do estágio supervisionado nos levou a reflexão que o serviço de Plantão Psicológico no Ambiente de Trabalho pode contribuir para uma significativa melhora na qualidade de vida dos trabalhadores, visto que possibilita um espaço de escuta e acolhimento em que os servidores podem sentir aceitos para expressar seus sentimentos vivenciados tanto dentro quanto fora do mundo social do trabalho.

Palavras-chave: Saúde mental do trabalhador, Plantão Psicológico e Hospital.

RELATÓRIO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL - PESQUISA DE CLIMA EM UMA EMPRESA DE UNIFORMES NO OESTE DA BAHIA: PRÁTICA DE ESTÁGIO.

**Adryelle Teixeira Italiano Silva
Alessandra Moreira dos Santos**

Um dos principais desafios na área de Psicologia Organizacional é compreender como interagem os múltiplos aspectos que integram a vida das pessoas, grupos e organizações em um mundo em constante transformação, de modo a propor formas de promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida e o bem-estar (Zanelli & Bastos, 2004). O propósito do presente trabalho é descrever uma prática de estágio em uma empresa de produção de uniformes, localizada em uma cidade do extremo Oeste da Bahia, cujo instrumento utilizado foi um roteiro de Pesquisa de Clima Organizacional. Trata-se de um instrumento que possibilita conhecer o parecer dos colaboradores a respeito do clima da organização e permite identificar necessidades para, posteriormente, trabalhá-las. O estudo foi quanti-qualitativo e contou com a participação de 31 colaboradores dos diversos setores da empresa cujos resultados foram analisados pelo método de análise do conteúdo. Com a aplicação da pesquisa de clima organizacional, notaram-se algumas situações que carecem de intervenção dentro da respectiva organização, não somente para benefício da empresa através da produtividade e lucratividade geradas pelo trabalhador, mas, também, aprimorar as condições de trabalho tendo como consequência a qualidade de vida destes. As situações identificadas de maior relevância foram: relacionamento interpessoal e comunicação, fatores que apresentaram um percentual elevado de insatisfação, sendo possível trabalhar de forma que ambos sejam aperfeiçoados, entendendo que, se o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



relacionamento entre os colaboradores da empresa está insatisfatório, a comunicação também está prejudicada, uma vez que os relacionamentos ocorrem por meio da comunicação. Outro fator foi o reconhecimento, não somente financeiro, mas, também, a omissão de reconhecimento quando há um bom desempenho de tarefas. Tais pontos identificados através da pesquisa necessitam ser treinados, visando promover um melhor relacionamento, satisfação, bem-estar e qualidade de vida, entendendo a produtividade como consequência da melhora destes aspectos. Por meio dos elementos apresentados e analisados, notou-se a importância do trabalho de Psicologia Organizacional na referida organização, por apresentar demandas cujo trabalho torna-se indispensável para a empresa e colaboradores e trouxe maior contato teórico/prático para as estagiárias enquanto conhecimento necessário para a futura atuação. O resultado deste trabalho servirá de subsídio para gestores e colaboradores obterem um desempenho acentuado em suas práticas diárias dentro da organização e permite não somente o levantamento de demandas, mas a possibilidade de um trabalho atuante em políticas públicas de saúde do trabalhador, que visa a garantia dos direitos básicos, bem como a assegurar sua saúde física e mental.

Palavras-chave: Pesquisa de clima; Psicologia Organizacional; Colaborador.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO J - PSICOLOGIA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“ISSO EU NÃO QUERO PRA MIM”: REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E AUTONOMIA POR MULHERES QUE INTERROMPERAM GESTAÇÕES

Paula Rita Barcellar Gonzaga

Desde o marco civilizatório da colonialidade, a maternidade tem sido imposta às mulheres latinoamericanas como um aspecto simbiótico da feminilidade e da experiência plena de ser mulher. Aspectos oriundos do discurso cristão marianista ainda reverberam nas produções dos discursos disciplinares como o da biomedicina e da psicologia naturalizando a procriação como um fenômeno estritamente corpóreo, inevitável e fundamental para a completude das mulheres, muitas vezes invisibilizando e patologizando aquelas que centram suas vidas em si e não numa possível prole. Considerando esses aspectos, esse trabalho visa aprofundar o debate sobre as experiências de mulheres que optaram pela não maternidade e que em momentos distintos de suas histórias interromperam gestações como meio de privilegiar outros âmbitos de suas vidas. Essas análises se originam de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador” defendida pela autora dessa proposta no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo onde foram produzidas narrativas sobre contracepção, maternidade, abortamento a partir de 12 interlocutoras que vivenciaram itinerários abortivos. A partir das reflexões dessas mulheres propomos uma análise sobre maternidade e autonomia, tendo como base teórica autoras do feminismo descolonial latino-americano e da psicologia social brasileira. Para isso concebemos a proposta de Maria Lugones de sistema de gênero moderno/colonial como marco civilizatório na produção de discursos e institucionalização dos corpos femininos e de sua potencialidade reprodutiva, assim como reflexões de Claudia Mayorga sobre o aborto como um campo para o qual se dirige a cólera social contra a possibilidade de autonomia sexual das mulheres. Destacamos nessa proposta às narrativas de Sarasvati, Zarina e Kali, que optaram pela centralidade de outros aspectos de suas vidas que não a maternagem, como base para propor uma revisão do que tem sido produzido no campo da psicologia e que por muitas vezes segue universalizando a maternidade como aspecto inerente da formação subjetiva das mulheres ignorando os aspectos estruturais das relações desiguais de gênero, geração, raça e classe que marcam essas narrativas. Desse modo considera-se que urge às psicólogas, acadêmicas e estudantes

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



reposicionarem seus saberes sobre a maternidade do campo das certezas para o campo das possibilidades.

Palavras-chave: não-maternidade voluntária, feminismo descolonial, psicologia descolonial, itinerários abortivos.

A PERMANÊNCIA DA MULHER EM UMA RELAÇÃO CONJUGAL VIOLENTA

Rafaele Menezes Sousa
Fátima Inês Romão
Márjorie Moreno Silva

A Violência Doméstica é um problema de saúde pública, considerando que o Brasil, frente ao ranking Mundial, assume a colocação de quinto lugar como o país onde mais matam mulheres, de acordo as taxas de homicídios femininos. As expressões de desigualdade frente às condições de gênero, na qual é considerada um fator sócio-histórico-cultural, envolvem um processo de educação familiar sobre as relações e protótipos hierárquicos, são fatores que induzem a violência. Apesar de a temática ser de conhecimento social, ainda existe pouca compreensão acerca da subjetividade dos envolvidos e dos fatores que exercem influência nesse contexto violento. O seguinte artigo tem como objetivo investigar os possíveis motivos da permanência da mulher em uma relação conjugal violenta, analisando sua trajetória de vida e os tipos de agressões mais frequentes. O estudo baseou-se em uma pesquisa de campo e o seu procedimento foi realizado através das histórias de vidas de três referenciadas, de um centro de referência para a mulher, localizado na cidade de Vitória da Conquista – Bahia. A pesquisa é qualitativa com cunho exploratório e os dados foram colhidos a partir de entrevistas semiestruturadas. A partir dos resultados pode-se concluir que vários motivos influenciam a permanência das mulheres entrevistadas no relacionamento conjugal violento, como, por exemplo, a dependência econômica, o medo devido às diversas violências sofridas, a religião, o vínculo afetivo e o julgamento social. Mediante o estudo, nota-se que é de suma importância possibilitar intervenções que provoquem visibilidade para o tema e que proporcionem debates para alcançar uma conscientização crítica social acerca da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência doméstica, violência de gênero, relação conjugal, mulher.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A PSICOLOGIA FEMINISTA E OS DESAFIOS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Ivana Patrícia Almeida Silva

A psicologia é uma das principais categorias profissionais que atuam na execução das políticas públicas de atenção às mulheres em situação de violência, por meio do atendimento, acolhimento e acompanhamento direto às demandas das vítimas vinculadas à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Apesar da intrínseca relação dos estudos de gênero e psicologia, no que tange ao efetivo desempenho técnico das políticas públicas para as mulheres, são recentes e poucas as pesquisas que relacionam estes campos do saber. Esta é uma pesquisa qualitativa que utiliza como ferramenta metodológica entrevista a profissionais da psicologia, vinculados às políticas públicas sociais e que atuam no atendimento direto a mulheres vítimas de violência doméstica. Tal estudo visa contribuir com análises sobre a promoção das Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil e seus desafios, com um olhar especial à formação técnica e curricular dos profissionais da psicologia para atuação em tais políticas. Tendo em vista a importância das epistemologias feministas sobre os estudos e desenvolvimento de tecnologias para o enfrentamento à violência contra a mulher, o debate entre Gênero e Psicologia será viabilizado pela abordagem da Psicologia Feminista, campo que concatena os estudos psicológicos com as epistemologias feministas e, apesar de sua relevância, é pouco conhecida pela comunidade de profissionais da Psicologia, invisibilidade que sinaliza a utilização de abordagens individualistas e Tradicionais, com técnicas e perspectivas teóricas pouco efetivas no manejo do trabalho psicoterapêutico com mulheres em situação de violência de gênero.

Palavras-chave: Psicologia Feminista, Políticas Públicas para as Mulheres, violência de gênero.

AS PATOLOGIAS DECORRENTES DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL EM MULHERES ADULTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEU TRATAMENTO

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ana Paula Almeida Santos
Rafael Antonio Oiticica de Miranda

O consumo de álcool em nossa sociedade é bem aceito e estimulado nas rodas de conversas, encontros de negócios e nas reuniões familiares. Ele é utilizado como um lubrificante social para muitas pessoas, porém quando esse consumo se torna abusivo o álcool se torna uma problemática tanto para a/o sujeita/o quanto para quem faz parte do seu convívio. O alcoolismo também representa um grande problema de saúde pública (RANGÉ; MARLATT, 2008) e os principais danos orgânicos associados ao uso crônico de álcool são gastrite, aumento de pressão arterial, pancreatite, miocardite, hepatite e cirrose alcoólica, distúrbios neurológicos graves, alterações da memória e lesões no sistema nervoso central (DEA et al, 2004). Para o público feminino, a situação é mais complexa. Além da ingestão do álcool entre elas, nos dias atuais, estarem relacionados à dupla jornada que a sociedade exige delas, e de fatores como a situação sociodemográfica, diversos tipos de violências sofridas e escolaridade, ainda é preciso um olhar mais apurado já que necessitam de mais atenção que o homem em relação ao álcool, pois seus efeitos são mais rápidos já que possui maior proporção de tecido gorduroso, variações no decorrer do ciclo menstrual e diferenças na concentração gástrica do metabolismo do álcool (LIMA; COELHO; ANDRADE, 2017). Como formas de tratamento, pode-se citar a redução de danos, que segundo a Cartilha de Redução de Danos para Agentes Comunitários de Saúde (2011), é uma estratégia de Saúde Pública que busca minimizar as consequências adversas do consumo de drogas sem, necessariamente, reduzir seu consumo, como por exemplo intervir através do uso protegido, da substituição por substâncias menos agressivas, da própria diminuição do uso, dentre outras formas. Dessa forma, o presente trabalho visa identificar as patologias decorrentes do uso abusivo do álcool em mulheres adultas e as políticas públicas a elas destinadas.

Palavras-chave: Alcoolismo, Mulheres, Políticas Públicas e Patologias

**ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA INFERTILIDADE EM CASAIS: UM ESTUDO
PSICOLÓGICO**

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Angel Alcantara
Elzeni Dasmaceno de Souza

A infertilidade é caracterizada como tentativas para a concepção por mais de um ano consecutivo, sem uso de algum método contraceptivo que a evite em casais na idade reprodutiva, e sexualmente ativa (OMS, 2002). **OBJETIVOS:** Analisar os aspectos psicossociais relacionados à infertilidade e as possibilidades da intervenção psicológica para o casal. **MÉTODOS:** Para realização desse trabalho foi feita uma revisão sistemática da literatura, que se constitui como uma técnica de pesquisa com rigor metodológico. Trata-se de uma pesquisa na abordagem qualitativa, e busca corresponder um espaço mais profundo das relações entre os fenômenos. De caráter exploratório, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Procurando identificar quais são os aspectos psicossociais que estão relacionados a casais inférteis, foi realizada uma busca criteriosa de artigos a partir de palavras - chave relacionadas com o tema em questão. A pesquisa foi feita por meio das bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS e Google Acadêmico – onde se deu, também, a coleta de dados a partir de artigos indexados em suas bases de dados entre 2004 e 2017. **RESULTADOS:** Foram obtidos 12 artigos, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão. Obteve-se no Google Acadêmico 6 artigos. Com as combinações “estratégias de enfrentamento” and “casais inférteis” 2 artigos; “intervenção psicológica” and “casais inférteis” 2 artigos, e “ aspectos psicossociais” and “infertilidade” 2 artigos. Foram excluídos 3 artigos por não contemplarem o tema, permanecendo 3 artigos no Google Acadêmico para serem analisados. Nas bases de dados indexadas na BVS foram encontrados 46 artigos, com a combinação: casais inférteis and psicologia 6 artigos; infertilidade and casais, 15 artigos; infertilidade and psicologia, 25 artigos. Houve repetição de 16 artigos, e após leitura dos resumos foram excluídos 24 por não contemplarem o tema, pois estavam relacionados com as técnicas de reprodução humana que não era o foco do trabalho, perfazendo um total de 9 artigos na BVS. **DISCUSSÕES:** Os dados da pesquisa indicam que no decorrer dos tempos houve transformações nas famílias tradicionais, no exercício da sexualidade e nas práticas reprodutivas, ocasionando uma redução das taxas de fecundidade. Também apontam que a infertilidade conjugal pode provocar inúmeros problemas e alterações emocionais, desde aspectos físicos ao psicossocial. Porém, a intervenção psicoterápica, com formação de grupos terapêuticos em que partilham das mesmas vivências, propõe reflexões acerca dos seus problemas dentro do contextobiopsicossocial, voltadas ao bem-estar dos sujeitos. **CONCLUSÃO:** A infertilidade e os tratamentos que os casais são



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



submetidos constituem um longo processo, no qual podem emergir diversos sentimentos e comportamentos. Sendo assim, o psicólogo é indicado na equipe de reprodução humana, e também na atenção secundária em saúde, mesmo que o direito dos casais inférteis a tratamento especializado na Reprodução Humana Assistida não é assegurado pelo Sistema Único de Saúde, porém os profissionais podem ajudá-los promovendo a autonomia, de forma que reconheçam as suas possibilidades dentro do processo.

Palavras-chave: Casais inférteis; Psicologia; Infertilidade; Estratégias de Enfrentamento; Aspectos Psicossociais.

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: DISPONIBILIDADE EMOCIONAL MATERNA

Felipe da Silva

O puerpério caracteriza-se por se apresentar como uma fase de profundas alterações no âmbito social, psicológico e físico da mulher (SANTOS, 1997). De acordo com KITZINGER apud MALDONADO (1997)), este é um período que se inicia após o parto com duração de aproximadamente três meses. No caso de mulheres primíparas, esta fase pode estender-se, uma vez que a inexperiência associada a sentimentos de ansiedade, medo, esperança, uma somatização e produção de um quadro de instabilidade ainda maior do que o natural. Sob esta ótica, é essencial a possibilidade de mudanças psíquicas, pois o estágio do pós-parto propicia uma sensibilidade emocional à mulher, predispondo-a ao aparecimento de transtornos emocionais e psíquicos, como aponta Bordignon (2013). Zanotti *et al* (2003) afirma que na fase puerperal a mulher encontra-se exposta a maiores riscos de aparecimento de transtornos mentais em relação a outras fases da vida, uma vez que as suas defesas tanto físicas quanto psicossociais são direcionadas à proteção e vulnerabilidade do bebê. Nesta perspectiva, o período do puerpério merece ser compreendido e estudado, para que seja possível apreender o conhecimento que foi oriundo do senso comum acerca da vivência materna. O objetivo geral deste estudo foi compreender como a disponibilidade emocional materna é afetada pela Depressão Pós-Parto no período puerperal a partir das vivências de duas mães que foram diagnosticadas com depressão pós-parto em cidades do sudoeste baiano (Brumado-BA e Cândido Sales-BA). Para este trabalho foi utilizada o método fenomenológico a fim entender as vivências dessas mães no mundo em que vivem, além de compreender como esses pacientes percebem o mundo a sua volta. A partir da pesquisa realizada encontrou-se falta de apoio

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



social, fatores de vulnerabilidade social e o não apoio do parceiro e familiares. Dessa forma, compreende-se que a gestação e o puerpério são períodos da vida da mulher que precisam ser vistos com especial atenção, pois envolvem inúmeras alterações físicas, hormonais, psíquicas e de inserção social, que podem refletir diretamente na saúde mental dessas mulheres (Camacho et al., 2006). Diante disso a assistência pré-natal é indispensável para uma gravidez com qualidade de vida que refletirá em um pós-parto saudável. De acordo com o manual Técnico de Assistência Pré Natal (BRASIL, 2000) é preciso acolher a mulher desde o início de sua gravidez, período de mudanças físicas e emocionais que cada gestante vivencia de forma distinta. Essas transformações podem gerar medos, dúvidas, angústias e fantasias. O medo, as angústias, as fantasias e as dúvidas podem contribuir para que a depressão pós-parto se instale.

Palavras-chave: MULHERES; DEPRESSÃO PÓS-PARTO; PUERPÉRIO.

ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA

**Paola Damascena Possari
Paula Rita Bacellar Gonzaga**

Através desta revisão bibliográfica, busca-se localizar nas produções científicas brasileiras discussões acerca da esterilização compulsória em mulheres em situação de rua. Espera-se mapear os discursos que pressupõem e autoriza a incapacidade dessas mulheres de escolha. Entendendo que de acordo com a Lei 9.263/1996, referente ao planejamento familiar o Estado brasileiro prevê a autonomia dos indivíduos de escolha a composição familiar. Onde estipula penalização de dois a oito anos, e multa, se a prática não constitui crime mais grave, e a pena é aumentada um terço se a esterilização for praticada. Desta maneira, o interesse dessa proposta é sistematizar a produção acadêmica sobre esterilização compulsória no Brasil e na Psicologia mapeando como as desigualdades de gênero, raça e classe transversalizam essa problemática e como o saber psicológico tem se debruçado sobre isso. Para realizar esta revisão, utilizou-se a base de dados SciELO, por meio das

Palavras-chave: mulheres em situação de rua, esterilização compulsória e violência ginecológica, com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos originais publicados no Brasil; língua portuguesa; artigos publicados até os últimos 10 anos. Foram descartados artigos de revisão; artigos não relacionados ao objetivo deste trabalho; relatórios, resenhas,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



teses e dissertações; bem como publicações fora do período adotado para essa pesquisa. Foram encontrados Aproximadamente 278 artigos e destes, apenas 17 foram selecionados por atenderem os critérios de inclusão. Tem crescido os números de esterilização feminina, e embora, o indicativo é que boa parte foram solicitados pelas próprias, é importante reconhecer que muitas das decisões perpassam as possibilidades objetivas e subjetivas dessas mulheres, entendendo a cultura na qual são inseridas, isso significa dizer que no contexto brasileiro, mulheres são lidas como naturalmente responsáveis pela contracepção e pela criação dos filhos, onde muitas vezes se opera uma perversa redução da conduta moral a conduta sexual. O discurso da incapacidade nesse sentido tem recorte de gênero, raça, e classe socioeconômica, perpassando questões morais. Assim, mulheres em situação de rua são consideradas incapazes moralmente. Nesse sentido, a Psicologia deve se debruçar sobre instâncias decisórias, não cabendo apenas a produção sobre o tema, mas ser capaz de compreender o sofrimento mental que procedimentos referentes à violação dos direitos reprodutivos podem produzir. Importante pontuar que a falta de legislação no Brasil para a violência obstétrica, além de dificultar as denúncias, ratifica a condição de impotência da mulher perante o saber-poder biomédico. Como foi o caso de Janaína Aparecida que mesmo sem consentir teve sua esterilização autorizada judicialmente, compreendida como “hipossuficiente”, histórias como esta inspiraram campanhas tais como “De quem é este bebê?” com o tema “Por mais saúde e menos abrigamentos em BH” onde 359 mulheres perderam a guarda dos filhos por serem usuárias de substâncias psicoativas, e/ou em situação de rua, sem defesa perante a justiça, em prol da saúde, ratificam a subalternização da mulher, tornando-se um corpo público, sendo propriedade tanto do estado quanto da sociedade. Portanto, cabe a psicologia enquanto ciência e profissão, um compromisso social e político em sua prática, na garantia da saúde integral das mulheres.

Palavras chaves: Mulheres em situação de rua, Esterilização compulsória, Violência ginecológica, e psicologia decolonial

MULHERES E MATERNIDADE: LIVRE ESCOLHA

Julia Ataíde Fagundes

Este estudo tem como objetivo apresentar os pensamentos das mulheres que se tornaram mães e de como estes se modificaram nos últimos vinte anos no que se refere à

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



maternidade. A pesquisa discute gênero, afetividade e sexualidade e em como faz se necessário repensar o papel que a mulher ocupa na sociedade contemporânea através de cidades de grande e pequeno porte que perpassa pelo debate entre escolha e condição, através dos moldes da estrutura patriarcal e seu poder sobre o corpo feminino. O presente trabalho é um relato de experiência construído por alunas do 2º semestre na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento I, que compreende estudos relacionados ao ciclo de vida, da gestação a primeira infância, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Bahia, cidade de Santa Maria da Vitória, localizada na região oeste da Bahia, através de revisão bibliográfica de artigos e livros e cabe dizer que a sustentação teórica está ancorada pelos estudos de Rappaport, Fiori, Herzeberg, Bezerra, Rocha-Coutinho, Bee, Boyd e Badinter e entre outros autores que estudam a temática que será apresentada nesta pesquisa. Aproximando as estudantes do conhecimento teórico científico e através dos saberes na sala de aula fundamental para a formação e atuação do profissional de Psicologia na contemporaneidade, onde as mudanças ocorridas na sociedade, principalmente no que refere à condição da mulher, tem sofrido intensas transformações - fruto da luta feminista, no sentido de libertar o feminino do domínio machista enraizado pelo modelo patriarcal que deseja a todo tempo manter o pensamento hegemônico de dominação dos corpos sem considerar a subjetividade e a identidade do sujeito feminino.

Palavras-chave: mulheres mães, maternidade, corpo feminino, afetividade e gênero.

MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA

Alessandra Almeida
Darlane Andrade
Helena Miranda
Vanina Cruz

Esta comunicação visa apresentar ações realizadas no Conselho Regional de Psicologia da Bahia, através do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), da Comissão de Direitos Humanos, no que se refere à participação e diálogo com movimentos sociais para colaborar na implementação e defesa das políticas públicas voltadas para as mulheres na Bahia. Constituído em 2008, este grupo de trabalho vem fomentando ações que visem levar a discussão de gênero para a Psicologia, desde uma perspectiva feminista

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e interseccional, colaborando para orientar a categoria de profissionais da Psicologia para uma atuação comprometida com os direitos humanos, em especial os direitos das mulheres, e que vise combater todas as formas de violência de gênero. Compreendendo a importância dos movimentos sociais na implementação de políticas públicas, o grupo tece articulações com o movimento feminista, movimento de mulheres negras, movimento de usuárias de serviço de saúde mental, movimento de mulheres em situação de rua e de mulheres sem teto em Salvador. Integrantes do grupo também representam o Conselho Regional de Psicologia da Bahia na rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Salvador e no Conselho Municipal da Mulher na mesma cidade, acompanhando, junto aos movimentos sociais, a implementação de políticas públicas para as mulheres na Bahia. Nesta comunicação serão apresentadas as ações desenvolvidas ao longo dos dez anos de existência do grupo e tecidas reflexões sobre a importância do investimento em formação, ações de orientação para uma prática profissional comprometida com as discussões de gênero e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: psicologia, gênero, mulheres, movimentos sociais, políticas públicas

O CUIDADO À CUIDADORA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Ana Paula Almeida dos Santos

A qualidade de vida das cuidadoras de pessoas com deficiências é algo que preocupa, pois afeta diretamente a qualidade de vida do indivíduo dependente desses cuidados (BRACCIALLI, 2012). O presente trabalho tem como objetivo oferecer uma escuta qualificada que possibilite possíveis encaminhamentos de demandas, e foi desenvolvido em uma instituição pública de educação especial – atendimento educacional especializado situada na cidade de Salvador, tendo início como um projeto piloto num contexto de sala de espera no estágio básico III e IV pelos estagiários de Psicologia da FSBA. Neste espaço de educação podemos perceber a importância da atuação da psicologia e como se deve atuar nesses espaços. A análise das situações foram com base nas teorias de gênero, considerando-se o papel da mulher como cuidadora universal e como essa atuação feminina impacta na vida dessas mães, além da representação que a sociedade tem sobre elas. Desses processos, resulta um conjunto de experiências e sentimentos diferenciados que as mobilizam e paralisam. Nesse sentido, é possível observar, ainda que em menores

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



proporções, mães que buscam alternativas para enfrentar tais questões e outras que se isolam socialmente, o que fortalece o ciclo de invisibilidade (BIELER, 2003) do seu ser como mãe de seu/sua filho/a com deficiência. A função de cuidadora não permite muitas das vezes dessas mães se colocarem como prioridade, e quando se colocam são sempre vistas com maus olhos pela sociedade, causando em grande parte delas um sentimento de não se cuidar, pois existe outra pessoa que necessita de mais cuidados. Para o desenvolvimento dos trabalhos foram realizadas rodas de conversa, oficinas entre outras atividades realizadas duas vezes por semana, no período da manhã e tarde, durante o ano letivo de 2017.

Palavras-chave: Cuidadoras, Papeis de gênero, Pessoa com deficiência

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NA INSERÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Stefane Cristina Pontes de Menezes Lima

A ocupação da mulher no mercado de trabalho vem sendo modificada ao longo dos anos. Através de movimentos feministas, e, por conseguinte, a criação de políticas públicas de gênero e para mulheres, que em meio às desigualdades ainda existentes, vêm exercendo um papel na valorização do trabalho pago feminino. Através desta pesquisa, procurou-se identificar qual o papel das políticas públicas de gênero e das políticas públicas para mulheres, na inserção da mulher no mercado de trabalho e a melhoria da qualidade do trabalho pago feminino. O trabalho foi feito através de uma revisão literatura com base em artigos produzidos de 2013 a 2018, encontrados nas plataformas digitais do SciELO e Lilacs. Foram usados os seguintes descritores: “Políticas públicas para mulheres e mercado de trabalho” e “Políticas públicas de gênero e mercado de trabalho”. Os dados encontrados foram analisados através do método quali-quantitativo de pesquisa. Na Lilacs com o descrito “Políticas públicas para mulheres e mercado de trabalho” foram encontrados 3 artigos, onde apenas 2 couberam no tema proposto. Com o descritor “Políticas públicas de gênero e mercado de trabalho” foram encontrados 10 artigos, no entanto, apenas 1 se encaixou, mas foi excluído por critério de repetição. Na plataforma SciELO, com o descritor “Políticas públicas de gênero e mercado de trabalho” foram encontrados 4 artigos, onde 4 estavam dentro do tema proposto. Foram encontrados 8 artigos com o uso do descritor “Políticas públicas para mulheres e mercado de trabalho”,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



onde, somente 2 estavam dentro do tema e 4 foram excluídos por critério de repetição. Houve uma luta histórica e política para que a mulher brasileira pudesse deixar de limitar-se apenas ao âmbito doméstico e maternal, passando, dessa forma, a desempenhar outros papéis na sociedade. Tais lutas tinham como principais autores grupos feministas que, através de pertinentes reivindicações, feitas com um posicionamento crítico, conseguiram que o Estado elaborasse políticas públicas específicas para as necessidades das mulheres e que visavam a igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, a mulher brasileira ainda sofre com as muitas desigualdades que são alimentadas por interesses econômicos, principalmente pelo modelo capitalista de produção, e pelo modelo patriarcal da sociedade ainda vigente, que delimita o espaço feminino a uma posição de inferioridade.

Palavras-chave: mulheres brasileiras, políticas públicas, mercado de trabalho, desigualdades de gênero.

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A NÃO-MATERNIDADE: PERCEPÇÕES DE UNIVERSITÁRIAS DA CIDADE DE GUANAMBI - BA

Thayene Fraga Santos

Por séculos as mulheres ocuparam, no cenário social e político, um lugar de inferioridade em relação aos homens, no qual, as únicas funções sociais atribuídas à elas eram as de cuidadora do lar e responsável pela educação dos filhos. Após várias mudanças estruturais (política, econômica e tecnológica) e lutas por direitos igualitários, deu-se, dentre outros aspectos, a inserção no mercado de trabalho, a participação política e a conquista dos direitos reprodutivos (e conseqüente a difusão dos métodos contraceptivos). A partir dessa nova conjuntura social, as mulheres puderam então decidir com mais autonomia sobre o seu corpo, se desejam ou não a maternidade, entendendo que este não é mais o único lugar social possível de ser ocupado. Este trabalho tem como principais objetivos compreender e evidenciar as opiniões acerca da maternidade e da não maternidade, bem como identificar os avanços e desafios enfrentados nas relações sociais pelas mulheres na atualidade. O presente estudo trata-se de um artigo de opinião pública, com coleta de dados realizada por meio da aplicação de questionário estruturado, tendo como público-alvo estudantes universitárias acima de 18 anos, matriculadas em duas instituições de ensino superior (uma pública e uma privada) na cidade de Guanambi - BA, foram aplicados ao total 161 questionários. Os dados foram analisados e correlacionados segundo a Psicologia Social. A

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pesquisa evidenciou que ainda existe fortemente presente o discurso de associação da não maternidade com o vazio, a vida solitária ou a infelicidade, onde é exposto que essa mulher que opta pela não maternidade terá uma vida sem companheirismo e não conhecerá o “verdadeiro amor”. Mostrando também o atravessamento da moral religiosa sobre a noção de maternidade, pois a mesma é compreendida por algumas como um “dom divino”, a maternidade como sendo um “presente de Deus” que não deve ser recusado. Além disto, a imposição social determinista aparece em alguns questionários, com a ideia de que a mulher nasce para ser mãe e a associação de mulheres que optam pela não maternidade com o adjetivo egoísmo. Há por outro lado uma parcela do público-alvo que vê a mulher que opta pela não maternidade como empoderada, com muita autonomia e corajosa, e acredita ainda, que o corpo da mulher é somente dela, então cabe a ela tecer escolhas sobre o mesmo, afirmam também, que essa mulher sofre repressões e preconceitos, pois existe presente na atualidade uma imposição social acerca da maternidade.

Palavras-chaves: Mulheres Universitárias. Não maternidade. Pesquisa de opinião.

POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS NO BRASIL USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Rayane Santos Nascimento
Amanda Barros Bomfim
Saulo Ricardo Queiroz Vieira
Silier Andrade Cardoso Borges
Raíssa Félix Almeida Bittencourt

Considerando que existem fatores de riscos que contribuem para o desenvolvimento da dependência ou abuso de substâncias psicoativas (SPAS), e que as mulheres usuárias possuem necessidades particulares que devem ser consideradas pelas políticas de Redução de Danos (RD), o presente estudo objetivou analisar o uso de substâncias psicoativas e a efetividade das práticas de redução de danos voltadas a uma perspectiva de gênero. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura com caráter descritivo e abordagem qualitativa. Foi utilizada como fonte de pesquisa a base de dados virtual *Scientific Electronic Library Online* –SciELO. Para realização do trabalho em questão, foram selecionados artigos no período entre 2008 a 2018, com o intuito de priorizar a atualidade das informações. Foram usados os descritores: “substâncias psicoativas e mulher”, “redução de danos e gênero”,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“drogas e práticas de redução de danos”. A busca de dados foi realizada em agosto de 2018. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos originais publicados no Brasil; língua portuguesa; artigos publicados a partir de 2008. Foram descartados artigos não relacionados ao objetivo deste trabalho; relatórios, resenhas, teses e artigos repetidos; bem como publicações fora do período adotado para essa pesquisa. Foram encontrados 288 artigos, destes, 22 foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão. A RD trata-se de um conjunto de políticas, programas e práticas que tem como objetivo a diminuição dos danos, sejam eles primários ou secundários, provocados pelo uso de SPAS sem necessariamente implicar na redução do uso da substância, caso a usuária de SPAS não queira ou não se sinta pronta/o para interromper o uso. A partir desta revisão, constatou-se que a produção científica se fixou na identificação das SPA, revelando maior incidência do uso de tabaco e álcool, em detrimento de outras substâncias como maconha, cocaína e crack, entre as mulheres brasileiras. Contudo, identificou-se que o recorte presente na produção científica desconsiderava os modos de uso, as causas do consumo das drogas, enfatizando tão-somente a relação das mulheres gestantes com o crack. Nota-se que a abordagem da literatura científica negligenciou, no período investigado, o consumo de álcool e tabaco entre mulheres, SPA mais consumidas no Brasil. As políticas voltadas às mulheres se restringiram a intervenções de caráter preventiva e generalista, através de dispositivos da Atenção Primária à Saúde (APS) e serviços da Proteção Social Básica e Especial do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Sua formulação, como política de redução de danos, ignora a interligação dos marcadores étnico-raciais, de classe e de gênero, fundamental para se pensar a RD a partir das individualidades e do dinamismo pelos quais estes fatores se conectam. Logo, é preciso que haja uma ampliação das práticas de cuidado à saúde na perspectiva interseccional, para a efetivação de práticas e políticas de RD de forma a considerar as múltiplas especificidades dessas mulheres.

Palavras-chave: substâncias psicoativas; redução de danos; gênero; mulher.

**PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
POR UMA EQUIPE DE RESIDENTES MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA
FAMÍLIA.**

**Rafael Magalhães de Melo
Thais Meireles Santana
Tássia Araújo do Nascimento França**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Karinne Rebouças Mascarenhas Serra
Táilla Souza Santos

O presente trabalho propõe uma discussão acerca da experiência desenvolvida em um projeto de intervenção por uma equipe multiprofissional de residentes em saúde da família. O projeto favoreceu encontros com profissionais e usuárias da rede assistencial de um município do Baixo Sul da Bahia levando a discussão da temática violência contra mulher, visto que é um problema de saúde pública e requer atenção especializada e abrangente. Essa intervenção justifica-se a partir da identificação do número elevado de mulheres violentadas no município feita pelos residentes e outros profissionais do município, assim como pelo fato do combate a violência de gênero ser objeto de intervenção da programação municipal anual de saúde de 2017. Este estudo trata-se de um relato de experiência em que se utilizou da observação e diários cartográficos como técnicas para coleta de dados. Foram realizadas oficinas e rodas de conversas com usuárias, equipes de Saúde da Família (eSF) e outros setores como: CREAS, CRAS e Conselhos municipais de Saúde e da Mulher. Considerando a multiplicidade de fatores que implicam na violência contra a mulher, o projeto desenvolveu ações destinadas a prevenção da violência contra a mulher e a promoção da saúde dessa população a partir da discussão do tema, ludicidade e práticas integrativas em saúde. Contudo, apesar da adesão ao projeto observa-se ainda uma resistência, sobretudo de profissionais, em reconhecer o fenômeno da violência contra mulher como um problema de saúde pública e sua relevância social. Dessa forma, desenvolvemos ações que visaram aproximar os profissionais do município a temática e que visem diminuir a cultura e o índice de violência contra mulher no município. Qualificando, portanto, o atendimento e acolhimento às mulheres que acessam os serviços da rede assistencial do município.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Saúde da Família; Residência Multiprofissional.

RECONFIGURANDO UM MODO DE VER O PARTO NA GRADUAÇÃO

Ana Laís Pales Pereira



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho objetiva apresentar os impactos de um projeto de extensão sobre a visão das(os) alunas(os) acerca da assistência humanizada ao parto baseada em evidências. O projeto iniciou em julho de 2016, coordenado por professoras de Psicologia e Medicina, com 20 estudantes de Psicologia, Medicina, Direito e Enfermagem e realizou estudos sobre: Fisiologia do Parto; Psicologia da Gravidez e Parto; Recepção Humanizada ao bebê; Amamentação; Mídia, Sexualidade; Participação do homem e Doula; Parto Domiciliar Planejado; Plano de Parto e outros. 8 dos 20 participantes responderam a 11 questões, com o objetivo de analisar os resultados do projeto. Os dados indicam que: Todos mudaram a visão inicial sobre parto ao longo do processo. 7 em 8 consideram a relação entre violência obstétrica e machismo. De 0 a 10, 8 atribuíram 10 ou 9, a relevância do parto humanizado; quanto a importância da autonomia da mulher durante o parto, 6 atribuíram 10; quanto a escolha do ambiente, 7 atribuíram o valor entre 8 e 10 ; 7 em 8 pessoas atribuíram 10 a importância do conhecimento do próprio corpo no parto; quanto a presença da doula, 7 pessoas consideram benéfica com nota 10 ou 9; quanto o impacto da violência obstétrica no desenvolvimento do bebê, 7 pessoas atribuíram valor entre 8 e 10 e uma não soube responder; quanto ao risco de uma violência obstétrica ter impacto negativo sobre a saúde mental da mulher, 7 creditam valor 10 e apenas uma de valor 9. Percebe-se que esta experiência produziu impactos entre as(os) estudantes reconfigurando o modo de ver o parto, sua assistência e repercussões na vida das mulheres. Indica a urgência em debater estas questões nestes cursos, com o objetivo de, no futuro, termos profissionais mais humanizados, somando à luta por uma melhor saúde pública e maior equidade de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Humanização do parto; Protagonismo da mulher; Violência obstétrica, Medicina baseada em evidências.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA ACERCA DO ABORTO

Angélica Barroso de Oliveira Rosa

A problemática do aborto jamais poderá alhear-se das questões éticas e morais que a envolvem, dado que o aborto implica inevitavelmente a morte de “alguém” em detrimento de “outro alguém” ou de determinada situação/circunstâncias. Trata-se, portanto de uma questão que urge refletir. Daqui decorre a importância deste trabalho, enquanto momento



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de reflexão, que deve orientar a nossa ação. Este trabalho tem como objetivo analisar a Representação Social de mulheres estudantes do ensino superior acerca do aborto. Como método de pesquisa foi utilizado a pesquisa qualitativa, e para responder ao objetivo proposto foram entrevistadas 23 alunas do curso de Psicologia, que estão matriculadas no primeiro e no décimo semestre. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário sócio demográfico e um questionário de associação livre de palavras, foi realizado também a análise do discurso. Para a análise das respostas foi utilizado o método de Análise do Conteúdo (AC) de Laurence Bardin (1997), sendo dividido em categorias temáticas, e possuindo três etapas: 1º) Pré-análise: a fase de organização, onde são criadas hipóteses, objetivos e a fundamentação para a interpretação; 2º) Exploração do material: os dados são separados do texto como todo; 3º) Tratamento dos resultados e interpretação: fase de categorização, onde os elementos vão ser separados por suas semelhanças ou diferenças. Após coleta de dados, foram criadas 5 categorias que são: direito, crime, vida, sociedade e abandono. Através da análise categorial das palavras evocadas, pôde-se inferir que a população pesquisada como um todo de egressos e ingressos compreende que, a representação social frente ao aborto é considerada como negativa, visto que a categoria “Crime” obteve uma porcentagem significativamente maior que “Vida”, sendo as palavras “Dor” e “Morte”, as mais citadas em número de frequência comparando com “Vida”, palavra mais citada na segunda categoria demonstrando um grande distanciamento entre essas duas.

Palavras-chave: Aborto; Mulher; Psicologia; Representação Social

SAÚDE REPRODUTIVA E PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE LITERATURA

**Leticia Ferreira da Silva
Paula Rita Bacellar Gonzaga**

A interrupção voluntária da gravidez é uma realidade da experiência reprodutiva. No Brasil, a criminalização do aborto provoca riscos condizentes com o contexto de clandestinidade, acirrados pelas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, agravando-se quando se trata de mulheres negras, indígenas e pobres que procuram os serviços público de saúde devido a complicações decorrentes de procedimentos inseguros e insalubres. Dessa forma a criminalização do aborto se configura como um problema de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



saúde pública de grande magnitude. A Psicologia como campo disciplinar, está inclusa na norma técnica de atenção humanizada ao abortamento do Ministério da Saúde, devendo, portanto, considerar os efeitos dos discursos repressivos direcionados às mulheres que abortam, e assim, deter-se sobre a problemática da criminalização do aborto e seus efeitos na saúde psicológica destas. A metodologia se deu através de levantamento bibliográfico, utilizando-se a base SciELO e tendo como critério de inclusão artigos originais publicados entre os anos de 2000-2018, textos completos, publicados em português e espanhol e que estivessem alinhados ao tema da pesquisa. Como critérios de exclusão, foram descartados os artigos de revisão, que não abordassem diretamente o tema de pesquisa ou estivessem fora do período estipulado. Utilizou-se os indexadores: saúde reprodutiva, abortamento e pós abortamento, foram identificados 192 artigos e destes 31 foram aproveitados por atenderem aos critérios de inclusão. Com base nas análises da literatura, buscou-se identificar como ocorrem os atendimentos e o perfil das mulheres, considerando raça, geração e classe social, a fim de problematizar essas práticas profissionais e contribuir com o diálogo acerca do tema, tendo em vista a saúde física e psicológica das usuárias desses serviços, principalmente quando são considerados os significados atribuídos às mulheres que provocam o abortamento. Partindo dessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar a situação de saúde reprodutiva, bem como identificar a atuação dos e das profissionais de Psicologia, a partir da divulgação de produções científicas publicadas em periódicos. Nota-se, através dos artigos analisados, que o serviço público de saúde não está devidamente preparado para realizar os devidos cuidados em caso de abortamento, o que produz uma escala de violências nas experiências dessas mulheres. Outro ponto que merece destaque é o caso de profissionais da saúde que apresentam valores morais, religiosos e a criminalização do aborto propriamente, como parte do atendimento, resultando no negligenciamento, e por conseguinte, produzindo riscos à saúde mental dessas pacientes. Em concordância, os procedimentos que são realizados em clínicas particulares não garantem o atendimento humanizado ou ausência da violência institucional. No que tange a Psicologia os dados são periclitantes: apenas 3 dos artigos encontrados estão publicados em revistas da área e nenhum tem como primeira autora uma psicóloga, o que reforça a necessidade da discussão sobre aborto na formação e nas práticas da Psicologia. Concluiu-se a existência da desqualificação sobre os cuidados à saúde das mulheres em situação de abortamento e a urgência do diálogo sobre o tema, principalmente no que tange a produção de conhecimento da Psicologia, bem como a qualificação dos e das profissionais de saúde nos processos pré e pós-abortamento.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: PREVENÇÃO E TRATAMENTO PSICOLÓGICO

**Luciana Ferreira Chagas
Maria Livia Tourinho Moretto**

A violência contra a mulher, tema atual no Brasil e no mundo, vêm sendo bastante discutida pela mídia e por pesquisadores científicos, bem como pela população em geral. Tanto pesquisas acadêmicas, como as Políticas Públicas Nacionais a respeito da “violência contra a mulher”, vêm apontando o chamado “ciclo da violência”, que aparece nesse contexto como um problema de difícil resolução, indicando que essa questão, deixa de ser um problema privado e passa a ser um problema público. Percebemos também em nossa clínica a frequência do segredo nessa temática. Nossas pesquisas anteriores nos apontaram que o segredo não é propriamente o segredo da violência, mas talvez um ponto nodal da questão “segredo” que ao ser revelado poderá desvelar consigo o modo de uma criança – futuramente uma mulher – em lidar com sua demanda de amor, um modo singular de laço afetivo, evidenciando a relevância da escuta cuidadosa dessa “escolha” pelo segredo para que mulheres sejam tratadas. Assim, nos fazemos com frequência, perguntas como: “O que leva uma mulher a sofrer em silêncio e se manter numa relação violenta?” Pesquisadores e profissionais da rede de atenção à mulher têm colaborado e demonstrado imenso esforço no sentido do aprimoramento dos serviços, oferecendo às mulheres espaços onde possam ser acolhidas e assistidas. Apesar da dificuldade apresentada por essas mulheres em mudarem o seu padrão de comportamento e saírem desse ciclo, as Políticas Públicas vêm propondo o serviço de atendimento psicológico baseado na conscientização e empoderamento, acreditando na resolubilidade por meio da “promoção da autoestima”, “fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania”. Nossas pesquisas nos consentiu concluir também que a escuta clínica permite não apenas a possibilidade de compartilhar o segredo, corroborando para remissão de sintomas, mas que a qualidade da assistência psicológica oferecida a essas mulheres está diretamente relacionada com a compreensão clínica da função do segredo. Logo, inicialmente apresentaremos o percurso de nossa pesquisa de mestrado, evidenciando o método clínico psicanalítico utilizado nos atendimentos. Nosso objetivo aqui é mostrar que a intervenção clínica merece atenção especial na tática ao enfrentamento, apontando nossa hipótese atual de pesquisa, onde defendemos que esse “ciclo da violência” precisa ser escutado como possível direção para um tratamento: a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



repetição como dado clínico. Assim, cientes da relevância desse problema, apontaremos alguns resultados parciais e discussão inicial da nossa pesquisa de doutorado (em andamento), para trazer ao debate a questão da qualidade da assistência psicológica oferecida, estratégias de prevenção, entre outras. Visando a contribuição como pesquisadores, em estudos sistematizados e de grande seriedade científica, discutiremos nossa hipótese de que talvez, onde vemos hoje um problema que nos ocupa, a psicanálise possa oferecer uma tentativa diferente, um novo caminho a partir do seu conceito próprio de repetição, para que os serviços públicos de assistência psicológica ao enfrentamento da violência contra a mulher possam tratar o “ciclo da violência”. Assim, talvez possamos pensar em recursos efetivos de tratamento, tanto do sofrimento atual de pessoas que tenham vivido essa experiência da violência, como para o desenvolvimento de projetos de prevenção.

Palavras-chave: “violência contra a mulher”, “políticas públicas”, “psicanálise”, “tratamento”, “prevenção”.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A SISTEMÁTICA DE APOIO À VÍTIMA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Raveni Silva

Este artigo aborda os conceitos de violência, violência contra a mulher, violência de gênero e a sistemática de atenção à vítima desse tipo de violência tendo por base referências bibliográficas e entrevistas em órgãos competentes na cidade de Vitória da Conquista, duas entre as mais de cinquenta instituições que fazem parte da rede de acolhimento e auxílio às vítimas de violência doméstica e familiar. Também procura-se constatar, por meio de entrevistas, como o profissional de psicologia atua e sua importância dentro dos serviços. Torna-se claro como estes se mostram bastante eficazes, ao menos dentro de suas limitações, no atendimento a sua demanda. A violência de gênero se tornou uma questão alarmante quando se percebeu que as mulheres tinham sérias desvantagem sociais, evidenciadas na ascensão escolar e no mercado de trabalho o que a tiravam no ambiente doméstico e a faziam interagir e denunciar as situações de violência vividas no contexto doméstico, por vezes caladas ou ignoradas. A visibilidade dada a esta questão pelos movimento feministas, principalmente na última década do século passado, permitiu a criação de leis e de políticas de amparo aquelas que sofrem violência de pessoas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



próximas. Este artigo tem por finalidade expor um breve resumo sobre o que é a violência de gênero, exemplificando seus conceitos e situações através de citações bibliográficas e constatar a percepção de eficiência em dois serviços do município de Vitória da Conquista por funcionários dos mesmos, além de evidenciar a presença e importância do profissional em psicologia no contexto de escuta, auxílio e constatação da violência sofrida pelas vítimas como parte da sistemática de apoio à mulher vítima de violência, desde sua denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em sua passagem no Centro de Referência da Mulher e no atendimento jurídico dispensado pela Vara de Violência Doméstica.

Palavras-chave: violência de gênero; violência doméstica; psicologia.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A PARTIR DE VIVÊNCIAS DE MULHERES DA CIDADE DE ITAMARAJU-BAHIA

Jucimara Carvalho Pereira

Destaca a violência obstétrica no município de Itamaraju-Bahia, a partir das experiências de mulheres que vivenciaram essa prática no período gestacional, no pré parto e no parto, incluindo a pesquisadora como interlocutora dessa investigação. Partindo do pressuposto de Patrícia Hill Collins de que às mulheres negras possuem um olhar sociológico privilegiado, valho-me da minha situação historicamente paradoxal (mulher negra de classe popular no interior do extremo sul/universitária e produtora de conhecimento) para interpelar o saber médico e as naturalizações do senso comum sobre maternidade e parto e para construir essa proposta que tem como objetivo a análise de elementos que envolvem a violência obstétrica neste município, e como esta violência repercute na vida dessas mulheres. A partir da realização de revisão de literatura foi construído um roteiro de entrevista semiestruturada, realizado junto a cinco mulheres moradoras do município, entre os meses de abril e maio de 2018. No aspecto racial, três se autodeclararam negras, e duas pardas, sendo todas moradoras de regiões periféricas da cidade, ou seja, mulheres de classe popular. Com idades entre 17 e 29 anos, correspondentes ao período gestacional aferido neste trabalho. No que se refere ao pré natal, todas afirmaram terem recebido um bom atendimento das(os) enfermeiras(os), nas Unidades Básicas de Saúde. Das cinco mulheres entrevistadas, quatro relataram ter tido parto vaginal, e uma delas passou por parto cesárea, e que dos quatro partos vaginais, três passaram por episiotomia, sem que houvesse



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



consulta. Sobre a atenção recebida no dia do parto por parte dos profissionais de saúde, as entrevistadas relataram que sofreram agressões físicas e verbais por parte dos médicos e enfermeiras(os). A partir da revisão bibliográfica e das informações produzidas nas entrevistas, foi constatado que fatores como gênero, raça, e condição social, são agentes determinantes para o modo como se dá o atendimento no dia do parto, vindo a ser mais recorrente o uso de violências contra mulheres negras e pobres, diferenciando-se dos atendimentos no pré natal, realizados nas Unidades Básicas de Saúde, que demonstraram haver cuidados e uma formação de vínculo das gestantes com as(os) enfermeiras(os). Notou-se ainda que há um desconhecimento por parte das mulheres, quanto a violência obstétrica no que concerne procedimentos realizados em seus corpos no momento do parto. Consta-se que a partir dessas violências, essas mulheres passaram a ter sentimentos de raiva, tristeza e mágoa, e comportamentos de desconfiança, que culminou em afastamentos de alguns serviços de saúde. Dentre os relatos, em sua maioria, nota-se que não houve acompanhamento na etapa do pré parto e acolhimento psicológico nas etapas que seguem a gestação, dificultando acesso a um acolhimento psicossocial qualificado e que poderia contribuir para a diminuição de sentimentos de angústia e medo que são vivenciados de modo ambíguo com a possível alegria da chegada do filho, reverberando muitas vezes em sofrimento psíquico para essas mulheres. Assim ratifica-se a necessidade da profissional da Psicologia nesses serviços, fomentando à atenção às mulheres que vivenciam práticas desumanizadoras nesses momentos de grande representatividade em suas vidas.

Palavras-chave: Vivências, Violência Obstétrica, Raça, Psicologia.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E GÊNERO: A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO PSIQUISMO FEMININO

Yasmine Karla Lima Silva Lopes

Ao longo dos tempos, a chamada padronização do corpo tido como perfeito, tem se tornado cada vez mais difícil de ser alcançada e em muitos momentos, inatingível de fato, logo, há de considerar-se que os discursos de supervalorização corpórea, em muito interferem no aspecto psicológico feminino, principalmente devido a sua forte imposição na sociedade. Nesse viés, o presente trabalho visa analisar tais discursos, por meio de revisão bibliográfica e coleta de dados via internet; dando ênfase na influência midiática, enquanto instrumento de controle social, da manutenção do dito *status quo*, do discurso



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dominante- opressor, e, portanto, capaz de repercutir negativamente na saúde física e mental das mais variadas mulheres, perpetuando a violência de gênero. Assim, trabalhar-se-á considerando o peso da violência simbólica, aqui tida como a mola propulsora das mais variadas violências, enraizada através do discurso imperante no meio social, respaldando-se em Bourdieu, Passeron, Sardenberg entre outros. Ademais, no artigo em questão, pretende-se trazer à baila o papel da psicologia, bem como a sua legitimação, enquanto terreno viável para discutir acerca de tal relação de poder; dada a relevância e importância do debate em torno das relações de gênero. Principalmente dentro do aspecto preventivo e equitativo das políticas públicas, como a de atenção básica, do o sistema único de saúde. Destarte, com base nos resultados iniciais da presente pesquisa, ainda em curso, entende-se que: há por parte da mídia, quer seja a televisiva, impressa, ou mesmo, e principalmente, a mídia digital, um forte poderio, capaz de gerar inúmeros danos na psique feminina. Tais como: depressão, complexos e transtornos de imagem, que por sua vez, acabam influenciando na busca por procedimentos estéticos e cirúrgicos como alternativas para conseguir inserir-se dentro daquilo tido como padrão de beleza instituído.

Palavras-chave: gênero, violência, mídia, psicologia.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



TRABALHOS COMPLETOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**EIXO A - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POPULAÇÃO LGBT,
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PSICÓLOGA, MULHER TRANS E NEGRA DENTRO DA UNIVERSIDADE

Ariane Moreira de Senna

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra e visa examinar os desafios da inclusão e permanência dentro do espaço acadêmico. Para tanto, trago uma auto-reflexão sobre eventos por mim vivenciados ainda no ensino médio quando conciliava a prostituição com os estudos, a entrada na faculdade quando comecei a estudar psicologia, os primeiros embates para minha permanência com a rejeição do uso de meu nome social, acompanhados de agressão física, a negação e, o repúdio sofrido pelo uso do banheiro de acordo com minha identidade de gênero. Minha pesquisa é baseada em larga medida na auto etnografia, entendida aqui como um método de escrita capaz de estudar a experiência pessoal do pesquisador que não suprime as suas subjetividades e se opõe aos discursos hegemônicos e dominantes em que excluem as experiências de si pautando-se na ótica de pesquisador-objeto e seu distanciamento.

Dessa maneira, escrevo aspectos pessoais da minha vida não apenas com o intuito de visibilizar a minha trajetória, mas também de politizar essas vivências e chamar atenção para aspectos que poderão passar por despercebidos e/ou maquiados por outras histórias que poderão ser contadas pelas pessoas cisgêneras².

² São todas as pessoas que não são trans. São as pessoas que nascem biologicamente com um determinado sexo e se identifica com ele, o que não tem ligação direta com a orientação sexual. Ver em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 14/08/2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



METODOLOGIA

De acordo com Versiani (2002), fazer autoetnografia substitui noções de representação por noções de construtividade e comunicação, mas não retira o potencial transformador ativo e político dos textos; muito pelo contrário, é uma perspectiva englobada por uma política transformadora que traz uma potencialidade do processo comunicativo com as singularidades, trajetórias e pertença, construída a partir de um processo de interação e negociação entre o eu do pesquisador e o eu do outro.

A autora aponta que essa política na escrita se baseia na versão construtivista e não na de representação que entende que, para que o discurso do indivíduo seja legítimo, terá que estar estático abandonando as suas singularidades, por isso buscar afirmar o eu mutável, plural, que possui uma trajetória e pessoal, mas que interage com outras. Dessa forma, JONES et al, (2013, p.1339) afirmam que:

O método da autoetnografia propõe a pesquisa social numa prática ainda menos alienadora, em que o pesquisador não precisa suprimir sua subjetividade, pois pode “refletir nas consequências do [seu] trabalho, não só para os outros, mas para [si] mesmo também, e onde todas as partes – emocional, espiritual, intelectual, corporal, e moral – podem ter voz e serem integradas” (p. 53).

Segundo Versiani (2013) buscar estratégias alternativas de construções de leituras de textos e construção do eu se torna necessário na medida em que se amplia o interesse teórico e político de visibilizar as subjetividades associadas a grupos minoritários. Dessa forma, consigo escrever sobre mim, sem perder o viés científico exigido e sem perder a credibilidade da leitura e escrita que por vezes poderá ser vista como “nada acadêmico”.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficos a construção de subjetividades *marginais* (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (VERSIANI, 2013, p.59)

Escrevo este trabalho também a partir dessa perspectiva construtivista em que Versiani (2013) explica que é uma percepção sobre os discursos por uma mesma pessoa (monologismo) ou correlacionado com outros discursos (dialogismo) estabelecidos pelo próprio teórico e crítico que ela (e) mesma (o) considera produtivos para sustentar e reconhecer a sua própria escrita, o que a autora chama de *políticas de leitura*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo ao ser expulsa de casa aos treze anos de idade e ter que passar obrigatoriamente pela prostituição, abandonar os estudos nunca foi uma opção para mim. Passei a conciliar a prostituição com o ensino médio. Durante a noite ia para as ruas onde ficava até a madrugada, enquanto descansava pelas manhãs e estudava as tardes. Foi no ensino médio ainda sem conhecer sobre os meus direitos, que vivenciei a primeira agressão física ligada diretamente a minha identidade de gênero. Anteriormente, ainda no ginásio, sofri também algumas agressões físicas como chutes na barriga e tapas na cara por moradores perto da escola e, mesmo que ainda não tinha transicionado em termos de feminização (hormônios, cirurgias, cabelo, roupas e adereços), consigo hoje entender aquele evento como ligados ao repúdio ao feminino uma vez que, sempre fui uma criança afeminada portanto, também foram violências transfóbicas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No primeiro ano do ensino médio, já com o corpo modificado através de injeções de anticoncepcionais e com cabelos longos com a utilização de apliques e mega-hair, eu já externalizava a mulher que sempre vi em mim e isso me levou a utilizar o banheiro feminino do colégio. Ao entrar no banheiro masculino (porque ainda não me dava conta dos meus direitos e de fato ainda não havia leis, projetos de leis e portarias dentro das escolas que me dessem o direito de entrar nos femininos) fui surpreendida por três alunos que me prenderam dentro da cabine do banheiro e como se faz com uma peteca, me jogavam para um e outro me agredindo com a tampa do vaso sanitário seguindo de palavras como *“você não é mulher? Não aguenta macho? Toma viado!”* Daquele lugar só foi possível sair com a presença do auxiliar de limpeza que logo percebeu a movimentação e pediu que todos saíssem, nos levando a diretoria da escola.

Frente à direção, eu não conseguia dizer uma palavra, pois tinha medo do pior acontecer, tal como os agressores haviam me prometido se eu contasse algo. No fim da história, eu saí com uma advertência de que teria que entrar na escola apenas na semana seguinte acompanhada com meus pais. Após isso, tive a certeza que o banheiro masculino não era o meu lugar, mas como o feminino também não era por permissão da direção, eu passava a esperar o fim do turno em que todos tinham ido embora ou pedia as amigas com deficiência para utilizar o banheiro que era reservado para elas.

Buscando sair da prostituição e trabalhar em um emprego formal, foi onde eu encontrei uma promotora de ações de uma universidade particular que me convidou para que eu me inscrevesse no vestibular. Me inscrevi mesmo sem acreditar que poderia passar, pois o sentimento de baixa autoestima era algo que muito me afetava no ano de 2011. Passei, cursei psicologia durante cinco anos, ganhei na formatura o certificado de honra de melhor aluna por mérito de melhores notas e me tornei a primeira mulher transexual psicóloga da cidade de Salvador. O que procuro mostrar aqui é que dentro desse percurso foram vários obstáculos encontrados que perpassam as práticas discentes e docentes associadas à lógica da competição e pensamentos, atitudes e comportamentos machistas,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sexistas e transfóbicos. Para entender os processos pelos quais passei, busco trazer ainda uma reflexão sobre a minha entrada na universidade quando comecei a estudar psicologia, com os primeiros embates para minha inclusão e permanência perpassando pelo meu ingresso na Universidade Federal da Bahia quando me inserir em uma segunda graduação e na pós-graduação onde estou atualmente.

Entrar na faculdade há sete anos em um contexto em que eu era muito mais reprimida e envergonhada da minha própria imagem possibilitou que inicialmente eu nem mesmo exigisse o direito do uso do nome social e assim aceitava ser chamada inicialmente pelo nome do registro de nascimento. Com os diálogos em rodas e eventos de mulheres e LGBTs³ eu passei a me conscientizar dos meus direitos não apenas sobre o nome, mas também sobre a utilização dos banheiros de acordo com minha identidade de gênero, a classe e a raça que trago demarcado em meu corpo e, que me faz passar por mais de uma opressão. Estando em uma faculdade particular em que maioria dos discentes eram adultos, trabalhadores e “pais de família”, me deparei com muitos religiosos e ditos “tradicionais” que diziam não conseguir enxergar a minha condição como “normal” por mais que tentassem, e se recusavam me chamar pelo nome de Ariane, preferindo chamar-me por Ari.

Durante os cinco anos de estudos em psicologia foram vários os desafios encontrados para minha permanência naquele espaço. Ainda nos primeiros dias de aula vivenciei conversas de que um homem estava usando o banheiro feminino, fato que levou a criação de um abaixo-assinado que foi levado a diretoria e/ou coordenação do curso para que fosse proibida a minha entrada naqueles espaços considerados inadequados a minha identidade sexual e de gênero. Outro evento marcante em minha trajetória foi a agressão sofrida com bolinhas de papel atiradas por estudantes de Educação Física quando eu passava pelos corredores de um andar que reunia alunos de psicologia com alunos do curso em licenciatura em Educação Física. Levei o caso para a ouvidoria e a situação foi contida.

³ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para além disso, dentro da própria sala de aula, eu tinha a sensação muitas vezes em estar em um campo de batalhas. Vivenciava exclusões de reuniões e rodas de entretenimento combinada pelos discentes bem como discursos de ódio que se baseavam sempre em justificativas de ser “apenas uma opinião”. Sofria também com a lógica de competição entre as alunas (os) da sala de aula por ser não apenas uma mulher trans, mas uma mulher que mesmo trabalhando sempre sozinha, tirava as melhores notas nas avaliações e realizava ótimas apresentações nas avaliações orais.

Certa vez, em discussão que provoquei em sala de aula sobre psicologia e a população LGBTQ, chamando a atenção para o nosso papel de psicólogas (os) frente às questões e direitos dessa população, ouvi de uma aluna que passava dos cinquenta anos de idade o seguinte: “ *não é questão de preconceito eu não querer lidar com essas pessoas, mas sim uma questão de reconhecer limites em que nós psicólogas e psicólogos aprendemos a reconhecer*”. Abismada com o ódio velado no discurso eu questionei: “ *estamos formando para que? Para quem? Lidar com humanos! E travestis e transexuais assim como toda a população LGBT são humanos, portanto não tem como buscar reconhecer um limite para com isso*”. Finalizando a minha fala, sugeri outros campos de estudos como o Direito e outros cursos que se propõem mais a pensar e decidir sobre o outro. A partir disso, experienciei um processo de exclusão ainda maior, dessa vez com o argumento de que somos uma população que “vive muito na defensiva”, o que pareceu ser de concordância também com alguns docentes.

Essas e outras questões do tipo me deram uma inquietação de buscar agregar um embasamento para além da academia para dialogar e me inserir na psicologia que ainda demonstrou ser para mim, durante esses cinco anos, ainda muito ortodoxa, branca e elitizada. Isso me levou a trilhar os caminhos no movimento social, a participar de encontros, seminários e congressos sobre gênero, mulheres e feminismo, e assim iniciei minha graduação em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia. Participei da seleção, passei e iniciei o curso de bacharelado que faz parte do Núcleo de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA. Inspirada com um novo ambiente acadêmico, com a presença de pessoas trans e gays afeminados, de negras e negros, e um público bem diversificado em termo de aparência, magra, alta, baixa, gorda etc. imaginei que ali os meus problemas teriam acabado e que finalmente havia conquistado o tão sonhado direito a permanência na universidade. No entanto, não demorou muito para vivenciar e perceber os novos desafios que me colocavam frente a diversas situações transfóbicas.

Na primeira semana de aula na Universidade Federal ocorreu o primeiro ato transfóbico na portaria pelos próprios agentes de segurança do local, quando estes ficavam zombando e me violentando verbalmente através de piadas e gargalhadas. Este caso precisou chegar até o reitor da Universidade para que fosse resolvido. Meses depois, dentro do restaurante universitário, os olhares constrangedores dos funcionários não foram os piores da situação. Ocorria que diariamente recebia menos porções de comida e até ausência de algum item sem justificativa alguma, fato que ocorreu até o momento em que registrei queixa na administração do restaurante juntamente a pró-reitoria de ações afirmativas. Semanas depois tudo foi normalizado. Outra situação ocorreu no ponto de ônibus do transporte escolar da universidade, onde ao tentar pegar o ônibus pedi uma informação ao motorista sobre o percurso a ser seguido e ele, como resposta, disse que eu buscasse ler os cartazes dos roteiros que estavam colados no ônibus, após o que tentei entrar no ônibus e o motorista arrastou o veículo sem que eu conseguisse entrar. Registre o caso por e-mail também para a pró-reitora de ações afirmativas.

Mais ao falarmos de violência, não podemos nos centrar apenas nas que são físicas. Tem outra dimensão que pode causar tantos prejuízos quanto às físicas e psicológicas ou até mais profundos que é a dimensão da violência simbólica. A violência física chama mais atenção devido aos “atos violentos, nos quais se faz o uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo” (MASCARENHAS,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



et al. 2012, p.2333). Já a violência psicológica se caracteriza como “toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender as necessidades psíquicas de outrem”. (MASCARENHAS, et al. 2012, p.2333). Mas a simbólica tem um potencial de eliminar o sujeito de todas as formas.

De acordo com Lostada (2016) a lógica da dominação simbólica não ocorre apenas entre a pressão e consentimento, mas também através de esquemas de perceber avaliar e agir que são obscuros a própria pessoa que sofre por acontecer sem qualquer coação física, agindo como uma “magia” através do amor, admiração, respeito e que resulta na timidez, vergonha, ansiedade e culpa de maneira a ser mais aceita e justificada como “nada demais” sob o outro, como Bordieu afirma:

Ao tomar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. (BORDIEU, 2002, p.46)

Dessa forma,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BORDIEU, 2002, p.47)

Ao me propor pesquisar a solidão da mulher trans, negra e periférica, lido com pessoas dentro da academia, principalmente docentes que levam o tema e o assunto com zombaria representada por expressões por “um ar de peninha”, coisa que já percebo conscientemente, um constrangimento e um sentimento de desvaler a mim mesma por ver que o que me proponho a escrever não é tido por um doutor como interessante e científico. Do mesmo modo, acontece com as apresentações que exponho nas minhas atividades extracurriculares e do ativismo social em que por aproveitar o espaço para falar mais de onde sou, o que penso e exemplificar com a minha realidade, isso passa a ser visto por muitas e muitos organizadores de eventos como algo que seja pouco informal ou vitimizador, o que recai ainda mais como um desencorajamento.

Essas questões me levam a pensar sobre as exclusões de espaços que sempre acreditei serem acolhedores e de encorajamento, assim como alguns movimentos feministas. No entanto, como Mello (2008) aponta sobre a inclusão de mulheres trans em encontros feministas, a transexualidade tem sido uma nova questão para o feminismo, que se soma às questões antigas dentro do próprio movimento como a questão da diferença sexual.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As feministas negavam a ideia de “diferença sexual” como resposta à exclusão da participação política das mulheres. Entretanto, ao agir em nome das mulheres, invocavam a mesma diferença que pretendiam negar (sendo a ideia de “diferença sexual” parte desses mesmos discursos), um paradoxo que desafia a tradição, acentua suas contradições, sem, contudo, abalar as crenças ortodoxas. (MELLO, 2008, p. 557).

Segundo Mello (2008), essa contradição dentro do movimento se dá pela mesma questão das discussões sobre igualdade e diferença em que se problematiza se as mulheres são iguais aos homens e por isso devem reivindicar os mesmos direitos ou se são diferentes e por essas diferenças que exigem os mesmos direitos? Pensamento que define uma única possibilidade de ser “A consequência desse raciocínio é que, mais uma vez, a diferença sexual é percebida como um fenômeno da natureza (reconhecível, mas mutável) quando, no entanto, é mais um fenômeno indeterminado, como etnia, cujo significado está sempre em discussão”. (MELLO, 2008, p.558)

Além disto, apesar das semelhanças de identidade e de raça com relação às mulheres negras cis, há também muitas diferenças no que tange a outros eixos de identidade, como sexualidade e cor da pele. Dessa forma, outra violência simbólica que observo são aquelas cometidas pelas próprias mulheres cis e negras. Tentam-me desqualificar em algum passo dado, julgam que esses passos que caminho não merecem reconhecimento por eu ser uma negra de pele clara e ter tantos privilégios, mas pior do que isso foi ser mesmo questionada sobre minha raça e ouvir de uma mulher preta de que não “sou tão negra assim” e em outras vezes que sou branca. No contexto de configuração racial brasileira em que os tons da pele têm um papel importante na posição do indivíduo na estrutura social “... o mestiço tem um tom de pele mais clara do que o negro, sendo aceito com mais facilidade na sociedade, mesmo assim, vivem o dilema da construção de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sua própria identidade: aceitar a cultura negra ou a branca” (ALVES, 2017, p.2). Dessa forma, a mesma discussão identitária no feminismo, se dá aqui também no movimento negro onde a minha posição de mulher trans negra de pele clara continua a me levar a esse não lugar.

A questão que levanto não é contradizer a existência das diferenças e privilégios que eu carrego por ter a pele mais clara, mas sim chamar a atenção para a discussão sobre o conceito de colorismo sem perdermos a percepção de que:

a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos.” (TELLES, 2003, p.231)

Portanto, esse é mais um problema que vivencio, problema este não diretamente comigo mas sobre mim que se dá a partir das experiências vivenciadas no Brasil em que o preconceito racial é de marca “quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque” (NOGUEIRA, 2017, p.292). Isto acontece em oposição a outros sistemas de relações raciais como, por exemplo, dos Estados Unidos, em que o preconceito é de origem, ou seja, “quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito. (NOGUEIRA, 2017, p.292).

Além disso, tenho encontrado também algumas falas de uma dessas mulheres negras dentro da academia que utilizam o discurso da legitimidade por terem vários marcadores sociais como ser negra, gorda, candomblecista e etc. enquanto eu teria, segundo elas, apenas um (aqui me faz sempre refletir o movimento de luta dentro do próprio movimento). E, à medida que dou mais passos e conquistas que me levam a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adentrar outros espaços, surge também um estranhamento dessas mulheres que passam a se comportar com ambivalência em minha presença, o que pode ser notado através de suas expressões faciais não agradáveis, sem justificativas fundamentadas em algo concreto.

É por esses e outros motivos que me proponho a escrever sobre solidão, por identificar que ser travesti ou transexual, que se auto identifica como negra mas que tem a pele clara, poderá na maioria das vezes nos levar a sermos vistas como o bode expiatório da situação que nos deixa em uma situação de vigilância perversa.

CONCLUSÕES

Escrever sobre solidão então não tem nada diretamente ligado com a ausência de um cônjuge, é escrever sobre todo esse processo de socialização em que se encontra as pessoas trans, as que estão na marginalização e as que tentam adentrar nos espaços e por isso acaba encontrando ainda mais barreiras. Tais barreiras são utilizadas como instrumentos para baixo auto estima e um desencorajamento para a escrita da mulher trans e que na maioria das vezes poderá resultar em uma auto exclusão. Nesse sentido, este trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras dentro dos espaços acadêmicos passem as mesmas situações, mas sim problematizar e trazer a reflexão sobre alguns desafios e obstáculos a partir de minha vivência na academia, e fora dela, como forma de provocar ainda mais discussões sobre o tema. Pretende também chamar a atenção para o papel dos movimentos acadêmicos, e para além destes, que se propõem a lutar por uma universidade com mais acesso de pessoas trans, e mais do que isso, lutar pela garantia de sua permanência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eloisa de Souza, et al. *Racismo e inserção do negro no mercado de trabalho*. XV **jornada científica dos Campos Gerais**. Ponta Grossa. 2017. Disponível em: <

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/157/91> > Acesso em: 13/08/2018.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160p. Disponível em: < file://fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina%20(4).pdf >. Acesso em: 13/08/2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos**. Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: < https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989 >. Acesso em: 14/08/2018.

JONES, SH. Et al. **Handbook of autoethnography**. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736p. (Coleção queer). Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1339.pdf> >. Acesso em: 13/08/2018.

LOSTADA, Lauro Roberto. Ethos: *a dominação masculina na formação do sujeito*. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v.17, n.33, 144- 161p, jan./abr.2016. Disponível em: < file://fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/6322-25594-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em: 13/08/2018.

MASCARENHAS, Márcio. etal. *Violência Contra a Pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor da saúde*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.9, p.2331-2341, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a14v17n9.pdf> >. Acesso em: 13/08/2018.

MELO, Érica. *Feminismo: Velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott*. **Cad.Pagu**, Campinas, n.31, p.552-564. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a24.pdf> >. Acesso em: 13/08/2018.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**, v.19, n.1, 287-308p. 2017. Disponível em: < <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/842401/course/section/252001/Oracy%20Nogueira%20-%20Preconceito%20de%20Marca.pdf> >. Acesso em: 13/08/2018.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Ruleme Dumará, 2003.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Autoetnografia: uma alternativa conceitual*. **Letras de hoje**, v.37, n.4, 2013. Disponível em: <

file:///fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/14258-54645-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

VERSIANI, Daniela. *Autoetnografias: Conceitos alternativos em construção: Tese de doutoramento*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2002. Disponível em: <

https://drive.google.com/file/d/0B1E8WeisMfbpc0dleTg5QUJwbk0/view?usp=drive_web>. Acesso em: 13/08/2018.

POPULAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: OS (NÃO) LUGARES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

Larissa Bahia Ribeiro
Graduação em Psicologia
Universidade Federal da Bahia
larissa-bahia1@hotmail.com



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Kueyla de Andrade Bitencourt

Doutoranda do programa de pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

kueyla@gmail.com

INTRODUÇÃO

As noções de sexualidade, gênero e identidade são algumas das dimensões que compõem a subjetividade humana e estão conectadas de muitas maneiras. Juízos e valores acerca destas noções foram construídos de diferentes modos nas várias configurações culturais da sociedade e a transexualidade enquanto uma vivência dissidente da sexualidade, que diverge da lógica dominante pautada no binarismo, traz à tona algumas questões relacionadas ao *modus operandi* da heteronormatividade e amplia as possibilidades de existência.

A transexualidade está relacionada à questão da identidade de gênero, diferentemente dos outros segmentos da sopa de letrinhas LGBT, relativos à orientação sexual, por exemplo. Tanto um conceito, quanto o outro, são criados a partir das forças sociais circunscritas a determinado tempo e espaço, e por não se tratar de uma categoria delimitada e aquiescente, como acontece com as pessoas que se identificam como cisgênero, as pessoas trans⁴ muitas vezes passam por situações de estigmatização e preconceito traduzidas em atitudes de violência física e/ou simbólica, que limitam e até mesmo impossibilitam seu acesso a serviços públicos considerados essenciais como a saúde, por exemplo.

De acordo com Grazielle Tagliamento (2013, p. 61) o gênero é uma construção “dramática e contingente de sentido”. Assim, as pessoas compartilham as mesmas normas

⁴ O termo trans no artigo refere-se às pessoas transexuais e travestis.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e as performam no cenário social para serem inteligíveis, isto é, para serem compreendidas. É neste sentido que as pessoas trans extrapolam o aparato cultural através da crítica: não se trata apenas de uma inclusão no que já existe, é “uma transformação do que existe pela inclusão crítica do que é excluído” (TAGLIAMENTO, 2013, p. 62). As políticas públicas, como a Atenção Primária por exemplo, enquanto práticas que produzem possibilidades para o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde devem ser questionadas no sentido de saber quais possibilidades são essas, e de que forma facilitam (ou não) o acesso delas à saúde integral.

O objetivo inicial da pesquisa descrita neste artigo era investigar de que modo os profissionais de saúde (médicas/os e enfermeiras/os) que atuam nas unidades do Programa de Saúde da Família (PSF) percebem as demandas de sofrimento psíquico da população trans. Entretanto, no decorrer do processo, a inexistência de atendimento à essa população nos serviços fez com que o foco se modificasse, passando então à investigação dos conhecimentos demonstrados pelas/os entrevistadas/os sobre o que versam a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e a Portaria 1820/09 referente, entre outras coisas, ao direito de uso do nome social nos serviços de saúde.

A luta pelos direitos humanos está relacionada à desigual distribuição do poder pelas classes dominantes. As pressões sociais vindas de diferentes movimentos sociais conseguiram uma construção apenas irregular, feita de avanços e recuos (FRASER & HONNETH *apud* LIMA, 2014, p. 03). Contudo, produtos como os documentos supracitados devem ser reconhecidos como conquistas da luta dos movimentos sociais, pois talvez não existissem de outra maneira. Estes movimentos aparecem nos cenários a partir de 1960 com as ações de contracultura em diversos campos artísticos e as crescentes discussões sobre os modelos hegemônicos da sociedade com destaque para a revolução sexual que teve início nesta década.

No Brasil, a repressão suscitada pelo Regime Militar refreou algumas ações de fortalecimento da comunidade LGBT; entretanto a partir da década de 1970 houve o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



aumento do número de movimentos sociais e jornais alternativos que criticavam abertamente o regime, o que favoreceu uma articulação política da comunidade, fortalecida posteriormente com os movimentos de redemocratização do país no final da década de 1980 – período no qual surgiu também o Sistema Único de Saúde (SUS), importante conquista das lutas sociais.

O SUS enquanto via de acesso pública à produção de cuidado é orientado por princípios e diretrizes para sua operacionalização; expressa concepções sobre saúde e doença, direitos sociais, gestão e as relações entre as esferas de governo do país. Entre outras ações, compreende a chamada Estratégia de Saúde da Família (ESF) pensada principalmente para atuar com a prevenção mais do que com a cura, utilizando-se de uma forma de atuação integrada que deve ir de encontro ao modelo assistencialista há tanto tempo utilizado. Esta é uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, porta de entrada para a população que utiliza os serviços de saúde (BRASIL, 2000).

No que se refere à população trans, as duas grandes linhas de cuidado disponíveis no sistema de saúde brasileiro dizem respeito à prevenção e controle do HIV/AIDS e às chamadas transformações corporais, como as cirurgias de redesignação sexual e terapias hormonais. Sabe-se, porém, que esta é uma população que não tem demandas restritas a estes âmbitos, o que faz com que estratégias de cuidado em saúde que trabalhem a integralidade precisem ser pensadas para fazer com que as portarias e documentos referentes ao atendimento a essa população funcionem efetivamente. Ademais, não se trata apenas de cumprir o que está garantido por lei; trata-se de mudar a concepção negativa que as pessoas têm do que é a diferença. Ela pode ser celebrada e enfatizada de modo positivo, no sentido de minimizar ou mesmo extirpar atitudes de discriminação e preconceito. A partir dessa discussão, a pesquisa funcionou como instrumento de investigação dos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



diferentes modos como questões aparecem no cotidiano das unidades de saúde da Atenção Primária.

MÉTODO

A pesquisa contou com uma bolsista ligada a um projeto fruto da iniciativa de Ações Afirmativas de uma universidade localizada em uma cidade de médio porte do interior da Bahia sob a orientação de uma docente do curso de Psicologia que, além deste projeto, conduzia também um grupo de estudos sobre sexualidade e gênero. Após contato inicial com o Pólo Municipal de Educação em saúde para avaliação do projeto e posterior autorização tanto desta instância quanto do Comitê de Ética, foram selecionadas as unidades de saúde do Programa de Saúde da Família em que seriam feitas as entrevistas.

A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de nível superior (enfermeiras/os e médicas/os) das Unidades Básicas de Saúde da zona urbana, além do uso do diário de campo como método de registro.

Pretendeu-se investigar se os profissionais conhecem o que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral LGBT que versa sobre os direitos que essa população tem de acessar os dispositivos de saúde, e a Portaria 1820/09, sobre o uso do nome social. Foram sete profissionais médicas/os e onze enfermeiras/os entrevistadas/os, e os dados coletados e transcritos, mediante consentimento manifestado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

ATENÇÃO PRIMÁRIA À POPULAÇÃO TRANS

Ao serem perguntados se sabiam sobre o que se tratava a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a maioria das/os profissionais entrevistadas/os afirmou conhecer por terem ouvido falar, porém não discorreram sobre quais aspectos chamaram a atenção ou sobre os principais pontos da Política, por exemplo. Isso permite salientar o distanciamento destes profissionais para com o público T apesar de existirem normativas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



esclarecendo a necessidade de constante atualização dos conhecimentos que o profissional de saúde deve ter a fim de melhorar sua atuação, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), principal normativa que regulamenta e orienta a prática do profissional de saúde que atua nas unidades de saúde.

A PNAB discorre ainda sobre o processo de educação permanente, visto que a produção e promoção da saúde estão em constante processo e atualização, já que as demandas também o estão; neste sentido

A educação permanente deve embasar-se num processo pedagógico que contemple desde a aquisição/atualização de conhecimentos e habilidades até o aprendizado que parte dos problemas e desafios enfrentados no processo de trabalho, envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimento, valores, relações de poder, planejamento e organização do trabalho etc.) e que considerem elementos que façam sentido para os atores envolvidos (aprendizagem significativa). (2012, p. 39)

Um serviço de saúde é composto por uma equipe que atua desde o momento da visita do agente comunitário de saúde nos bairros, da chegada do usuário na unidade quando ele realiza o cadastro no SAME⁵, até o momento em que passa por consulta especializada com o profissional solicitado. Para que estes atores possam produzir o cuidado, são outras prerrogativas da PNAB a realização de atividades de educação em saúde para conectar população e unidade de saúde, além de capacitações para os profissionais.

⁵ SAME - Serviço de Atendimento Médico Especializado. É onde são feitos cadastros e são registrados os prontuários dos usuários daquela unidade de saúde do Programa de Saúde da Família.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ao serem questionados sobre uma possível capacitação relacionada às demandas do público trans, alguns contrapontos foram percebidos nas falas das/os entrevistadas/os. Se por um lado a necessidade se faz urgente na fala do enfermeiro Carlos⁶, que diz

Com certeza, isso é muito válido, porque o que vemos na televisão vemos de uma forma muito superficial. Valeria sim a pena com os profissionais médicos, de enfermagem, do administrativo, todos, entende? Muito importante, porque valoriza e quebra o preconceito de quem não entende, quem não sabe. E aprender é sempre válido, acho que a capacitação nessa área já está devendo, está na hora de fazer. (Carlos)

Para a profissional médica uma capacitação com essa temática talvez não fizesse sentido, pois para ela *“Tá todo mundo aberto, não vejo uma necessidade de capacitação, não vejo não; tem outras demandas mais importantes, outras doenças mais importantes do que isso.”* (Marta)

Pode-se inferir a partir do exposto que existe uma crença de que o profissional médico, talvez por passar mais tempo na graduação, não precise de novas qualificações já que encontra-se munido de conhecimento suficiente. Percebe-se também que a discussão sobre conceitos como identidade de gênero, corpo e sexualidade não aparecem no dia a dia dos profissionais de saúde, como se a atuação se restringisse à dimensão técnica e não tivesse também implicações sociais. Entretanto, não se trata de omitir os debates sobre as dimensões da sexualidade; os debates existem, porém circunscritos a modelos sexuais normativos, relegando as sexualidades consideradas abjetas a lugares de discriminação e rejeição. O que é interessante perceber é que *“(...) a discriminação e a conotação patologizante que recai sobre transexuais foram apresentadas como central para o segmento, demandando iniciativas que primem pela humanização do atendimento e pela*

⁶ Os nomes aqui utilizados são fictícios.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



viabilização e qualificação do acesso dessas pessoas ao sistema de saúde.” (ARÁN *et al.*, 2009, p. 1146)

Além disso, o fato de que a formação acadêmica ainda hoje se pauta em especialismos faz com que o futuro profissional muitas vezes não tenha discussões acerca da dimensão política de sua atuação, o que se justifica pelos métodos acadêmicos tradicionais que conduzem “... ao estudo fragmentado dos problemas de saúde das pessoas e das sociedades, levando à formação de especialistas que não conseguem lidar com as totalidades ou realidades complexas, como são encontradas na ESF” (CARDOSO, 2005, p. 430).

Outra temática abordada nas entrevistas foi o conhecimento sobre o direito que o usuário tem de usar o nome social nos serviços de saúde – e o mesmo resultado acerca das perguntas sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT se aplica quanto à Portaria 1820/09: afirmaram conhecer, porém apenas superficialmente. Sem respostas detalhadas sobre quais são os pontos relevantes ou que suscitam discussão.

O nome social constitui uma ferramenta de legitimação da identidade que a pessoa trans busca inscrever e afirmar socialmente; por isso é importante que seja considerado e respeitado nos serviços não só de saúde, mas em quaisquer outros solicitados pelo público trans.

Outros mecanismos também atuam como ferramentas de legitimação, como por exemplo a realização das cirurgias de transgenitalização, autorizadas no Brasil pela Resolução nº 1482 do Conselho Federal de Medicina; o campo médico de saber, além de regulamentar a realização das cirurgias, reivindica para si a possibilidade do diagnóstico da identidade trans.

Além deste, o campo psiquiátrico também tece discursos que demonstram uma visão patologizante da pessoa trans. A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) por exemplo, amplamente utilizado por psicólogos/os e psiquiatras, traz uma nova denominação diagnóstica considerada, controversamente, como



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



menos estigmatizante: a disforia de gênero, tida como uma multicategoria, pois engloba disforia em crianças, adolescentes e adultos. (DSM V, 2013, p. 42)

A chamada denominação diagnóstica “menos estigmatizante” ainda traz consigo a noção de que o sujeito deveria necessariamente manter em acordo seu gênero socialmente designado e o sexo biológico com o qual nasceu. Mas outras vias podem ser consideradas. A noção de normatividade, apresentada por Canguilhem como característica essencial à saúde, é apresentada da seguinte forma: “a saúde não diz respeito à adaptação às normas sociais vigentes, mas sim à possibilidade de criar novas normas de vida” (CANGUILHEM, 1990). Considerando outros modos de perceber essas vivências pode-se começar a caminhar numa direção diferente da que propõe a lógica da heterossexualidade compulsória⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de saúde preconizam ações de promoção e prevenção pois entende-se que a partir da construção coletiva, a saúde se produz de forma eficiente e acessível a todos. “A promoção da saúde compreende a ação individual, a ação da comunidade e a ação e o compromisso dos governos na busca de uma vida mais saudável para todos e para cada um.” (BRASIL, 2002, p. 07) Ações como visitas domiciliares por agentes comunitários, organização de palestras ou atividades em grupo para educação em saúde da população, entre outras são exemplos de ações de prevenção e promoção preconizadas na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que devem ser observadas nas unidades que compõem o Programa de Saúde da Família, outra estratégia componente do Sistema Único de Saúde.

⁷ Conceito criado por Adrienne Rich (2010) segundo o qual a heterossexualidade é “... uma instituição que diminui o poder das mulheres, em sociedades identificadamente masculinas. A heterossexualidade aparece como imposição institucionalizada (e naturalizada) que assegura modos de exploração, constituindo a feminilidade como subalterna.” (RICH *apud* PEREIRA, 2015, p. 153).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A despeito disso, o preconceito e discriminação ainda presentes em algumas práticas institucionais nos permite apontar também o dever dos profissionais de não apenas esperar que a população trans chegue até a unidade de saúde, mas realizar ações de promoção à saúde como as supracitadas a fim de que essas pessoas reconheçam que esse espaço pode ser acessado por elas. Deve ser uma relação pautada na ética e no respeito à alteridade por parte dos profissionais, para ao invés de manter a lógica hierárquica que o saber-poder institui, trabalhar uma relação horizontalizada.

Para que a eficácia das estratégias de saúde aumente é necessário considerar a intolerância e o desprezo para com aqueles que divergem da norma heterossexual que representam obstáculos ao acesso da população LGBT aos serviços de saúde. Além disso, destaca-se a importância do profissional de saúde entender e acolher a diversidade entre as pessoas. A tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais é, além de reconhecer sua existência legalmente, lutar para que eles se tornem efetivos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, Ago, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Políticas da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Documento para Discussão. Brasília: MS; 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e conquistas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1943/1990.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CARDOSO, I. M.; MURAD, A. G.; BOF, S. M. S. A institucionalização da educação permanente no programa de saúde da família: uma experiência municipal inovadora. **Trabalho, educação e saúde**, v. 3, n. 2, p. 429-440, 2005.

LIMA, A. M. Um recorte histórico sobre a política de direitos LGBT no Brasil e em Portugal. **Vozes dos Vales**, Minas Gerais, ano III, n. 6, p. 1-18, 2014.

PEREIRA, C. A. M. Heterossexualidade compulsória: uma análise de modos de subalternização na revista *Jornal das Moças*. **História, Histórias**, Universidade de Brasília, v. 3, n. 5, 2015.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **A arte dos (des)encontros**: mulheres trans e a saúde integral. Rio de Janeiro: Multifoco – Plural, 2013.

RESOLUÇÃO CFP 01/2018: O QUE MUDOU?

Lara Araújo Roseira Cannone

Psicóloga



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Mestranda (PPGNEIM/UFBA)

laracannone@gmail.com

1. Disputas epistemológicas em questão

A ciência começa a desenvolver produções sobre pessoas trans a partir de meados do século XX e as referências para o assunto, por muito tempo, se restringiram aos saberes médicos e psis (psicologia, psicanálise e psiquiatria). Aliados à lógica da patologia, não dialogavam com perspectivas plurais e críticas, como as que surgiriam algumas décadas depois, a exemplo dos estudos *queer* - traduzidos por Berenice Bento (2014) como estudos transviados. Atualmente, o conhecimento produzido acerca de gênero e sexualidades prossegue sendo uma área de intensa disputa.

Ao longo da história, praticamente tudo que se conhece sobre a população trans é produto do conhecimento médico, jurídico e moral. Associados à loucura e delinquência, frequentemente eram direcionados (as) ao tratamento ou encarceramento, sendo incisivamente vetado o protagonismo do próprio corpo. Um exemplo ilustrativo dessa ocasião é o período higienista brasileiro, o qual a internação compulsória era o destino de pessoas dissidentes da norma: prostitutas, dependentes químicos, pessoas em situação de rua, mulheres subversivas, LGBTs.

A nomenclatura transexual se dá nos anos 1920, enquanto cisgênero surge com o atraso de setenta anos desde essa data (RODOVALHO, 2017). Um fato contraditório é que as terminologias pioneiras do escopo da sexualidade e gênero vêm da área da saúde, por profissionais psi (SOUSA e CAVALCANTI, 2016), e só posteriormente são resignificadas e aprimoradas pelas ciências sociais que reclamavam um olhar desassociado do estigma da anormalidade.

Nesse sentido, a ciência sempre silenciou transexuais e travestis, definindo suas existências por eles e elas. Pessoas cisgêneras, que nunca precisaram se afirmar enquanto

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



cis, têm sua existência assegurada; já aqueles corpos que carregam o rótulo de trans são postos à dúvida a todo o tempo. Nomear o cis é identificar esse lugar que define tudo, menos a si mesmo, o lugar que origina o entendimento das coisas ao se colocar como referência.

À medida que os estudos sobre a transexualidade foram crescendo, no século XX, os saberes psis acompanharam em prol de “construir protocolos e produzir diagnósticos diferenciais da transexualidade em relação às homossexualidades” (BENTO, 2014, p.49). A autora denomina esse veículo como dispositivo da transexualidade, que colocar o fenômeno em linguagem científica imersa em definições parciais e contaminadas de valores, porém sem essa confissão.

É preciso lembrar que, até 1973, a homossexualidade fazia parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) enquanto homossexualismo. Esse termo que prosseguiu sendo utilizado, inclusive equivocadamente por muitos até os dias atuais, e só teve sua retirada total na década de 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sousa e Cavalcanti (2016) consideram outro marco o reconhecimento do Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1985, da homossexualidade como expressão humana que não indica doença.

O momento histórico citado acima que se mostra um avanço em relação às orientações sexuais, paradoxalmente insere em período próximo a categoria de transtorno de identidade de gênero (TIG), posteriormente disforia de gênero, nos códigos de doenças e manuais de transtornos mentais. No entanto, nunca se constatou as causas e origens que justificariam a patologia na transgeneridade (SOUSA e CAVALCANTI, 2016).

A transexualidade começa a ser conceituada por Harry Benjamin, médico britânico, em 1953 na perspectiva da psicopatologia. Contemporâneo a essas investigações estão os estudos de John Money, inspirados em Benjamin. A ciência se debruça nas definições em 1969 e o atestado de disforia vem em 1977 com a Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association. Benjamin, assim como os congressos e associações filiados,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



contribuíram para os tratamentos e inserção nos manuais psiquiátricos (MATTOS e CIDADE, 2016).

As autoras ainda atentam que é “Importante mencionar que esse diagnóstico foi, inicialmente, produzido a partir de um estudo clínico efetivado por Harry Benjamin com dez sujeitos transexuais, um número bastante reduzido” (MATTOS e CIDADE, p.138, 2016).

Transitando entre “identidades pervertidas, transtornadas, disfóricas e psicóticas” (BENTO, 2014, p.53), a única opção que não se considera é a pluralidade da existência humana, inclusive na forma de experienciar a transgeneridade. Os estudos transviados emergem, assim, com novos paradigmas:

Nos estudos transviados os discursos médicos passam a ser analisados como engrenagens discursivas que limitam a existência da diversidade dos desejos, dos gêneros, das sexualidades ao âmbito das estruturas fixas corpóreas. E assim se estabelece uma disputa epistemológica onde o corpo passa a ser um significante com múltiplos significados, uma estrutura estruturante em permanente processo de transformação (BENTO, 2014, p.49).

Conceber a existência do gênero original e cópia é um retorno ao essencialismo, à ideia de normal e patológico, do legítimo e do ilegítimo. Essa conduta é conivente com o silenciamento de pessoas trans, contraria a saúde mental e a escuta de suas narrativas pela via direta, ao invés do olhar do outro.

A medicina foi a primeira categoria profissional a se posicionar no que concerne à saúde de pessoas trans. A título de curiosidade, esse processo só se inicia por conta da cassação do médico Roberto Farina que, na década de 1970, polemizou os ideais da época ao realizar a primeira cirurgia em uma paciente transexual, chamada Waldirene. Após



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



acusações de infração ética e um período deveras conturbado, o CFM passa a reconhecer a relevância cirúrgica para a ressocialização humana.

A resolução do CFM, publicada em 1997 e identificada por nº 1.482/97, versava acerca das cirurgias de redesignação sexual e modificações corporais. Nesse momento, se atesta a descriminalização das transformações corporais e define pessoas trans enquanto “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-extermínio” (CFM, 1997).

O que se observa fortemente é a perspectiva de adequação genital ao psiquismo, marcando o desconforto e necessidade de mudança como característica central da experiência trans. A Resolução sofre duas alterações, em 2002, e a atualmente em voga nº 1955/2010, sendo mais criteriosa nos aspectos éticos e técnicos, avançando para caracteres secundários, ampliando os procedimentos para hospitais públicos e privados, e destacando a liberdade de escolha do indivíduo sem discriminação. Todavia, pode-se perceber a relação estrita de ajustar o sexo ao gênero, ainda sem grande superação dos preceitos cisheteronormativos.

2. Os saberes subversivos emergem

O processo de apagamento histórico das existências trans, alinhadas ao sexismo, omitiu proposital e violentamente até a tomada de força dos movimentos sociais, como o feminismo que tornou pública a discussão acerca da desnaturalização do corpo e papéis sociais (RODOVALHO, 2017).

Uma vez que se entende o processo como natural e binário do sexo-gênero, as identidades trans representam um conflito estrutural para as normas de gênero. O desequilíbrio no que se entende enquanto imutável, lei absoluta do funcionamento humano, reflete no desrespeito, tentativa de controle e patologização desses corpos. A naturalização de diferenças sexuais e determinação da existência pela via biológica é posta



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em questão como nunca feito pela ciência hegemônica, considerando o corpo como uma esfera política e complexa.

A concorrência da cultura com a natureza, gênero e corpo, se desmistifica ao referir que é impossível separar as duas vertentes ao tempo que uma se molda em relação à outra, é um processo simultâneo e inseparável.

O gênero é um elemento fundamental na cultura ocidental, mas a autodeterminação depende da inteligibilidade do coletivo. Nesse sentido, a “reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana.” (BENTO, 2014, p.51). Não basta se auto-identificar, visto que somos sujeitos relacionais que, para viver em harmonia, precisamos da colaboração dos demais (RODOVALHO, 2017).

Ainda impera um esforço, muito no nível inconsciente, em corresponder ao que se concebe característico do seu gênero. A chamada performance de gênero se desenvolve na prática, na repetição, assim o gênero se torna real; desse modo, não existe um gênero original, verdadeiro.

Os saberes subversivos dizem respeito a um projeto emancipatório que rompe completamente com as hierarquias do conhecimento, onde os saberes são vistos como situados, não universais e parciais. Dessa forma, a ciência universal, objetiva e neutra é contestada e abre margem para um agregado de perspectivas.

O transfeminismo também se apresenta como uma manifestação de vozes marginais. O transfeminismo brasileiro emerge nos anos 1980, baseado no feminismo negro, na interseccionalidade e no pós-estruturalismo. Pautam o lugar de fala, as narrativas, o protagonismo de saberes sobre si - rompendo com a objetificação (MATTOS e CIDADE, 2016).

“Ativistas e pesquisadoras transfeministas têm apontado esse ponto cego na produção do conhecimento das ciências humanas e de saúde.” (MATTOS e CIDADE, p. 134, 2016). Com isso, as transfeministas apontam a função regulatória da cisnormatividade

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e suas consequências nocivas. Criticam a forma que o conhecimento sobre pessoas trans é produzido a partir da objetificação e fetichização.

As autoras acreditam que a interlocução com o transfeminismo é fundamental para transformar paradigmas, se comprometer com a ética, a política e romper com a cisgenderidade compulsória inerente ao positivismo. Também é uma crítica da tendência essencialista de alguns feminismos, que contribui para um direcionamento segregado do que se entende por mulher (MATTOS e CIDADE, 2016).

Outro movimento, iniciado na Espanha desde 2009, é a Rede Internacional pela Despatologização Trans, do inglês *Stop Trans Pathologization - STP*, que se articulou no intuito de reclamar direitos fundamentais segundo a autodeterminação grupal. Abrangendo a população trans e intersex, em 2015 a STP já constava de 397 coletivos pelo mundo em mais de 45 cidades (STP, 2012).

A página oficial da Rede consta de 7 pautas principais: erradicação classificatória enquanto doença; retificação dos documentos sem aval médico/psicológico; poder decidir livremente acerca de procedimentos corporais sem acompanhamento compulsório; veto às cirurgias prematuras em pessoas intersex; acesso digno ao mercado de trabalho, segurança e saúde; políticas de acolhimento às pessoas trans imigrantes; reconhecimento institucional, combate e notificação dos efeitos da transfobia.

No âmbito da saúde, neste ano de 2018 nos deparamos com a mais recente mudança diagnóstica da transexualidade na Classificação Internacional de Doenças, a CID-11, que entrará em vigor em 2022. Para a transfeminista Beatriz Bagagli (2018), a transferência para a categoria de condições relacionadas à saúde sexual é uma conquista importante, mesmo que com controvérsias, para assegurar a assistência à pessoas trans sem o viés patológico.

3. A pauta trans* na Psicologia hoje

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Muito se fala atualmente de pessoas trans, mas a mesma ênfase e peso de nomenclatura não se emprega às pessoas cis (RODOVALHO, 2017). Enquanto as pessoas trans sofrem de apagamento na sociedade, as mesmas sempre existiram para a psicologia, psiquiatria e medicina nos consultórios e manicômios. A loucura era a única via, mas pouco se fala da parcela social e cultural deste adoecimento.

Não raro a prática e ciência psicológica atestam os interesses normativos, colaborando para sua perpetuação nos aparelhos do Estado, a exemplo da perspectiva empregada nos laudos destinados à pessoas trans (MATTOS e CIDADE, 2016).

Em meio a tanto sofrimento e quadro temeroso, alguns avanços são notados e não uma possibilidade perdê-los. Se antes os (as) trans não eram conhecidos pela maior parte da população, eram fadados a viver no silêncio; hoje a transexualidade é um assunto em alta e, por ser de conhecimento público, sofre ataques diretos de diversos setores.

Após muitas reivindicações e atuações militantes nos órgãos deliberativos, os últimos anos trouxeram conquistas inestimáveis, por exemplo: ambulatórios cirúrgicos e garantia do uso do nome social no SUS, luta internacional; retirada da categoria de transtornos mentais do CID; cotas em programas de mestrado e doutorados de universidades públicas; retificação de nome no registro civil sem necessidade de laudo psicológico.

No âmbito da saúde pública, o Ministério da Saúde implementa a Portaria relativa ao Processo Transexualizador em 2008, desde então a psicologia fica entendida pelo SUS e pelo CFM como parte importante no atendimento e cuidado de pessoas trans, integrando a equipe do Processo Transexualizador.

Concomitante a esse movimento, a partir de 2011 e 2012 o CFP começa a se mobilizar em prol de regulamentar e orientar a referida prática. As primeiras considerações e orientações constam de 2013, na *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans* (CFP, 2013).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A nota técnica se divide em 5 considerações e 8 orientações para a categoria. As considerações enfatizam a despatologização, assim como o respeito e garantia de acompanhamento de qualidade, outro ponto a se destacar é que o atendimento não se restringe a casos de mudanças corporais, e sim às demandas psicossociais do sujeito.

As orientações dialogam com as premissas apresentadas acima, e importam muito no sentido da posição que profissionais de psicologia devem adotar no seu trabalho com pessoas transexuais e travestis. Se reitera o rompimento patologizante, o incentivo da autonomia, projeto terapêutico singular e flexível, responsabilidade com sua prática durante todo o processo.

Destaca-se para essa discussão a 5ª orientação: “A(o) psicóloga(o) deverá valer-se de pesquisas e estudos culturais na área de gênero e sexualidade na tentativa de buscar um respaldo teórico para entendimento desse contexto social para superação da heteronormatividade.” (CFP, p.3, 2013).

A Psicologia brasileira se coloca deliberadamente a favor das diversidades, tendo dois marcos no que concerne à orientação sexual e identidade de gênero: a Resolução nº 01/1999 e a Resolução nº 01/2018. Desde 2011 (SOUSA e CAVALCANTI, 2016), ações a favor da despatologização das identidades trans fazem parte da agenda do CFP através da Comissão de Direitos Humanos.

Vale a pena comentar brevemente a Resolução nº 01/1999 a título de diferenciar seu propósito, embora também seja caro à profissão. Lançada em março de 1999, a mesma se refere à atuação de psicólogas/os no que concerne à sexualidade, sobretudo à orientação sexual. Essa resolução também serviu como modelo internacional, inclusive para a APA.

Nesse momento, se considera as questões ligadas à sexualidade como presentes nos mais variados contextos de atuação da psicologia, mesmo que não seja de forma direta. Ademais, a homossexualidade é dissociada da ideia de doença, distúrbio e perversão. Desse modo, se estabelece o papel da psicologia em combater discriminações, preconceitos e estigmatizações.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A mais recente, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre o atendimento às pessoas travestis e transexuais. Baseada na Constituição de 1988, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Política Nacional de Saúde Integral LGBT e demais referências a favor da diversidade e contra a patologização de identidades de gênero e orientação sexual.

A Resolução inova ao trazer terminologias atualizadas e que dialogam com o campo interdisciplinar dos estudos de gênero, assim como documentos oficiais de referência nacional e internacional. Conceitos como cisnormatividade, heteronormatividade, padrões ocidentais, autonomia e autodeterminação são colocados criticamente para a valorização das expressões de gênero, seja qual for. Esse direcionamento, por exemplo, não se encontra na Resolução N° 01/1999.

Através de 9 artigos, o Conselho Federal de Psicologia explicita o papel da/o psicóloga/o em não corroborar para a transfobia, sendo agente ativo de transformação social. É importante frisar que não se trata apenas de não ser conivente na própria prática e de terceiros, mas de combater e se posicionar contra todo e qualquer evento transfóbico. Isso se destina às instituições, demais profissionais, pronunciamentos, recursos virtuais, técnicas, atitudes.

Com a Resolução n° 01/2018 a categoria profissional é orientada a acolher a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis, e explicitamente se proíbe em qualquer hipótese terapias de reversão de identidade de gênero. O combate à transfobia é deslocado da luta individual para o dever do coletivo.

Em menos de um ano de vigência, a resolução já recebeu dois processos, sendo o primeiro datado de três meses após a publicação. As tentativas de boicote se mostram incessantes sob alegação de ilegalidade e autoritarismo, mesmo com as vitórias judiciais. Não podemos esquecer que situação similar ocorre com a Resolução n° 01/1999 sob a justificativa de ferir a autonomia profissional.

O “abrigo da transfobia” não deve se destinar apenas a quem condiz com a passabilidade. A identidade não é decidida por decreto. A autora explicita:

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ninguém tem culpa, ninguém escolhe. É necessário entender mais de aquisição da linguagem, de psicanálise, se quisermos compreender o que significa esse “sentir-se mulher” que mulheres trans alegam, esse “sentir-se homem” que homens trans alegam. Isso é o que sabem dizer, as palavras que temos à disposição, que nos ensinaram. É necessário saber ler para além da superfície dessas palavras. RODOVALHO, 2017, p.371

É preciso romper com a perspectiva de pânico moral e julgamento de valor sobre a sexualidade e gênero. Acolher as demandas da população trans para além da associação compulsória à ISTs, HIV/AIDS, ou a laudos para modificações corporais. Praticar não só ouvir, mas escutar (são processos simbolicamente distintos) o que elas têm a dizer.

Além disso, conceber que os discursos científicos da psicologia se estendem à vida cotidiana das pessoas, visto que se trata de um campo que incide diretamente nos comportamentos, pensamentos e costumes. É um mecanismo de referência para as relações humanas, para políticas, formas de cuidado institucionais, educação das crianças e adolescentes.

Algumas concepções da psicologia sobre a socialização apresentam riscos até mesmo para o feminismo, no sentido de que algumas correntes enfatizam a diferença de socialização como fundamental para desconfiar das identidades trans. Essa noção da socialização de gênero também obedece a uma lógica científica que bebe da cisnormatividade.

O sofrimento psíquico é uma esfera pouco explorada no que se refere às identidades trans. Não raro é associado, com extremo simplismo, como causa da transgeneridade e suas consecutivas modificações corporais (BAGAGLI, 2018). Isso também significa que a questão é resumida à imagem corporal, padronizada, e é

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



negligenciado o sofrimento psíquico que se manifesta por outros fatores. Por isso defende que:

É preciso que o sofrimento psíquico de uma pessoa seja reconhecido socialmente. É preciso que a voz de uma pessoa que sofre seja ouvida e que seu sofrimento ganhe inteligibilidade. Quando o sofrimento é compreendido (ou melhor: acolhido) intersubjetivamente, socialmente e institucionalmente a própria existência da pessoa que sofre ganha sentido. Dai essa pessoa vai poder existir para além das cercas limitantes do seu sofrimento.

A questão do sofrimento é muito delicada nesse caso, pois pode desonestamente ser utilizado como justificativa para critérios diagnósticos. É algo que pode acarretar, por exemplo, na ideia da transgeneridade legítima, ou na generalização do sofrimento psíquico que silencia as histórias singulares.

As psicólogas Amana Mattos e Maria Luiza Cidade advertem: “É urgente que, ao nos situarmos no campo da produção em psicologia, dialoguemos com esses diferentes lugares de fala, refazendo-nos desde nossas referências e matrizes epistêmicas até nossas práticas profissionais.” (p.149, 2016).

Não basta instituir normativas se os hábitos continuam a se reproduzir, se não houver interesse individual e das categorias em se revisitar. Ainda se trata de um campo incipiente, o qual necessariamente requer aprendizagem e refinamento na prática, no contato com os desafios que vão emergindo das situações que fogem do programado. A grande questão não é se deparar com o desconhecido, é não carregar consigo a abertura para investir no vínculo e construção com o outro.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Referências:

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A Retirada Da Transexualidade Da Classificação De Doenças E O Sofrimento Psíquico. Disponível no link (acessado dia 20/09/2018): <https://transfeminismo.com/a-retirada-da-transexualidade-da-classificacao-de-doencas-e-o-sofrimento-psiquico/>.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Rev. Florestan. Ano 1, n.2, UFSCAR: São Paulo, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1955/2010. CFM: Brasília, 2010. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ação contra Resolução CFP 01/2018 é extinta novamente pela justiça. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/justica-reafirma-competencia-normativa-do-conselho-federal-de-psicologia/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Despatologização das identidades trans. Acesso em 09 de agosto de 2018. Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Brasília, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 01/1999. CFP: Brasília, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 01/2018. CFP: Brasília, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

MATTOS, Amana R.; CIDADE, Maria L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Salvador: Rev. Periódicus, n.5, v.1, maio-out, p.132-153, 2016.

REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS (Stop Trans Pathologization - STP). Manifesto. Disponível em: <https://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, Apr. 2017.

SOUSA, Diogo; CAVALCANTI, Céu. Entre normas e tutelas - pensando (im)possibilidades da Psicologia em interface com transgeneridades. In: *Gênero na psicologia: saberes e práticas/ orgs: Alessa Denega; Darlane S. V. Andrade e Helena M. dos Santos.* - Salvador: CRP-03, 2016, pp.126-139.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**EIXO B - PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**IDENTIDADE E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA
TRANSIÇÃO CAPILAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

Aline Moreno Mendes

Psicóloga. Especialista em Docência Universitária.

Ana Maria de Lima Carneiro

Acadêmica do 6º semestre do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia

da Bahia – FACITE

FACITE

anamariadelimacarneiro@gmail.com

Joseane Macedo dos Anjos

Acadêmica do 6º semestre do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia

da Bahia – FACITE

FACITE

joseanemacedo43@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, a psicologia surgiu reforçando o preconceito utilizando teorias racistas que colocavam o negro como inferior. Somente a partir dos anos 2000, com a contribuição de psicólogas negras, a psicologia voltou-se mais intensamente ao tema do racismo, todavia, muitas vezes é conivente com o racismo, quando se silencia frente à ele, quando o psicólogo não reflete sobre os seus efeitos, quando não pensa formas de atuação voltadas ao tema, quando finge que isso não existe no Brasil. A psicologia tem uma grande



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



bagagem de conhecimentos que pode ajudar no enfrentamento ao racismo e não utilizá-la é um descompromisso social (CFP, 2017).

Tendo em vista, a importância de uma práxis voltada pra o compromisso ético-político da psicologia frente a temas como o racismo, é importante pensar a prática profissional pautada no Código de Ética Profissional do Psicólogo, e a respeito dessa temática destacamos os princípios fundamentais II e III:

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural

(CFP, 2005, p. 7).

Nesse sentido pode-se considerar que a formação no curso de psicologia é importante para a construção dos futuros profissionais, para que consigam ter uma visão crítica acerca da realidade em suas atuações. Mas é raro encontrar o tema do racismo em disciplinas obrigatórias nas grades de psicologia do Brasil, é um tema em que não é dada muita atenção durante o curso. Isso é um problema, pois o profissional irá se atentar às coisas que ele teve acesso no curso, assim, muitos profissionais saem da formação sem uma visão crítica acerca dessa realidade. Dessa forma, é necessário que se aborde cada vez mais sobre esse assunto nas grades curriculares de psicologia, incluindo disciplinas como História da África e Relações Raciais. Também é importante que se trabalhe as identidades raciais negras de forma positivada, mostrando quais atuações podem ser feitas para contribuir na desconstrução dos preconceitos e práticas discriminatórias; entendendo que

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



os psicólogos como formadores de opinião, precisam discutir sobre a temática para contribuir para uma sociedade menos desigual (CFP, 2017).

Historicamente, encontramos diversos fatos racistas ocorridos no Brasil (além do período de escravidão). Entre os anos 1930 e 70, ocorreu no Brasil uma ideologia da mestiçagem; Nina Rodrigues, legista baiano, defendia que a raça negra tinha uma capacidade cognitiva menor que a dos brancos, por isso as pessoas brancas deveriam estar no poder, para ele não deveriam haver cruzamentos inter-raciais. Já Silvio Romero e Oliveira Vianna acreditavam que a partir dessas misturas de raças, depois de um tempo as características brancas se sobressairiam. Essas discussões continuaram ao longo desse período. Os discursos políticos apresentavam ideias nacionalistas, o Brasil era um país de misturas de raças, onde não havia diferenciação entre raças, havia a chamada - brasilidade, mas na prática ainda acontecia uma hierarquia entre as raças, assim, o que acontecia era o mito da democracia racial, um mito que de certa forma se estende até os dias atuais (COSTA, 2001).

Atualmente, muitas mulheres alisam os cabelos para parecerem com as mulheres de cabelos lisos naturais e assim obter aceitação das outras pessoas e adquirir espaços nos grupos sociais, inclusive para conquistar uma vaga de emprego (KING, 2015). Se alisar significa se enquadrar em um padrão para a aceitação social, então não alisar seria contestar o que está posto. Desta forma, pode-se considerar que quando se assume o cabelo de origem, se está tendo um ato de resistência étnica.

Nesse sentido o movimento que denomina tal atitude frente aos cabelos é chamado na atualidade como “transição capilar” (grifo nosso), e pode ser compreendido como um processo que consiste em parar de alisar os cabelos, o deixando crescer; durante esse período, o cabelo fica com a raiz ondulada, cacheada ou crespa e com o restante liso, assim, a pessoa corta de uma vez ou aos poucos as pontas lisas, deixando o seu cabelo totalmente natural (SANTOS, 2015).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Vale destacar que a transição capilar envolve o processo de se reconhecer enquanto sujeito, e essa construção não se faz de forma individual, mas se dá nas relações sociais. Visto que, as experiências que uma pessoa tem com o seu cabelo ao longo da vida influenciam a forma como ela percebe o cabelo e os traços que demonstram sua origem africana (FAGUNDES, 2007). A identidade negra se constrói num processo que inclui o olhar para si e também a relação com o olhar do outro, essa construção se dá em um contexto histórico de uma sociedade racista (GOMES, s.d.). Nesse sentido Ciampa (1997), aponta que nossa identidade se constrói por meio dos grupos que participamos, desta forma as identidades são afetadas pelas realidades sociais e também afetam essa realidade, conservando-a ou modificando-a. Para Stuart Hall (2006), a identidade é uma "celebração móvel", formada e transformada continuamente em consequência das formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas de cultura que nos rodeiam.

Deste modo, tendo em vista que o processo da construção da identidade do sujeito negro, perpassa questões culturais e históricas de uma sociedade e como essa atravessa o processo de subjetivação do sujeito, é importante pensar que nesse processo o sujeito negro não se identifica em seu próprio corpo, traços e tonalidades, e tal ruptura requer um movimento de empoderamento e ressignificação de sua autoestima. Para Julio (2011), assim como as pessoas se constroem em um processo contínuo, a autoestima também é construída a partir das relações sociais que cada um estabelece. D'Adesky define a autoestima como "a aspiração de ser reconhecido como ser humano" (D'ADESKY, 1997, p. 167). Segundo ele, é a autoestima que faz com que os negros queiram se ver livres dos preconceitos raciais, promovendo uma não aceitação do lugar de inferioridade que muitas vezes a sociedade os coloca.

Para Rogers (1954 apud RAFAEL, 2000) a autoestima é algo que todo ser humano necessita para se sentir bem e confiante, sendo assim, para obtê-la é preciso que seja feita sua construção a partir da infância, dando continuidade ao longo da vida. Quando o bebê, é acolhido por afeto e comportamentos que lhe demonstram compreensão, é integrada à ele

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma autoestima (HALL & LINDZEY, 1984 *apud* RAFAEL, 2000). Na construção do auto-conceito, a pessoa tem algo que almeja ser (self ideal) e o que se percebe sendo (self real), uma diferença muito grande entre esses dois pode ocasionar um adoecimento (ROGERS, 1954 *apud* RAFAEL, 2000). Neste sentido, a constituição desse auto-conceito em uma situação dominada pelo racismo pode acabar se tornando um fator de adoecimento psíquico.

A partir da consciência crítica do seu pertencimento racial, como um ato político, os negros poderão transformar a realidade. É com a criticidade que eles constroem sua identidade e sua autoestima. Por meio do pertencimento racial pode-se trazer novos conceitos do que é ser negro, trazer a igualdade entre as pessoas ressaltando os direitos de todos (JULIO, 2011).

Nesse sentido, considerando a importância da psicologia voltar-se para a compreensão do processo de subjetivação do negro, bem como compreender o adoecimento psíquico deste, essa pesquisa objetivou-se por verificar os efeitos da transição capilar na autoestima e no enfrentamento ao racismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa netnográfica exploratória de natureza quantiquantitativa que utilizou de questionário que foi analisado por estatística descritiva. Foi utilizada a entrevista semiestruturada por meio do questionário que contou com 26 questões objetivas e de respostas curtas. O questionário foi empregado à pessoas de 18 estados brasileiros e uma pessoa de Morristown, New Jersey, EUA. O critério para inclusão foi estar passando pela transição capilar ou já ter passado. A aplicação ocorreu via internet por meio do formulário do Google e se deu mediante a divulgações em WhatsApp e redes sociais e indicação de uma para outra pessoa. A amostra foi de 134 pessoas que participaram do dia 24 à 28 de outubro de 2017; destas pessoas, 79 já passaram pela transição capilar e 55

REALIZAÇÃO:



APOIO:

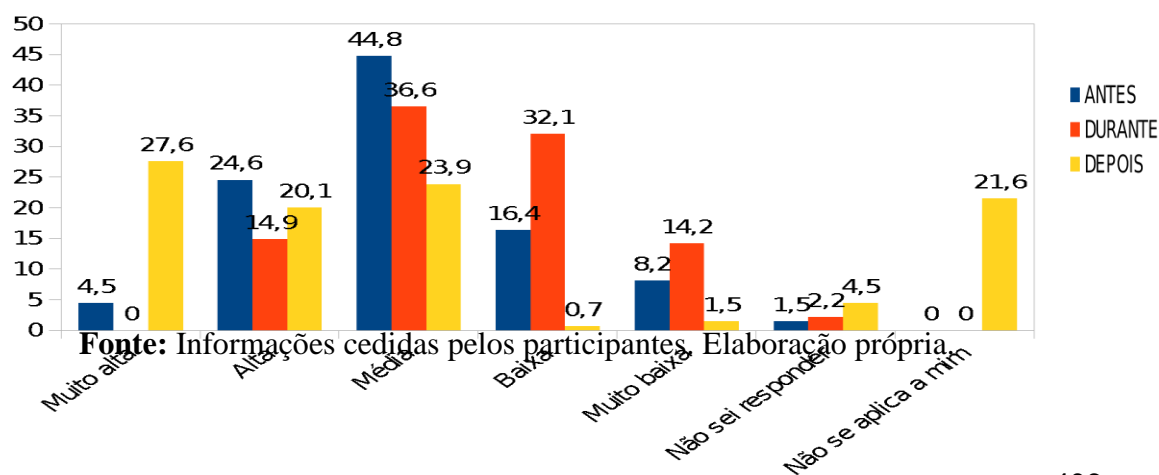


peças ainda estavam passando pelo processo. 133 pessoas são do gênero feminino e 1 pessoa do gênero masculino; 51 pessoas se consideram negras, 50 pardas, 31 brancas e 2 amarelas. Como o questionário foi enviado via internet, não foi estimado um limite para a idade dos participantes, deixamos aberto. A respeito dos cuidados éticos, foi disponibilizado, no início do formulário, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo, em que a pessoa poderia assinalar se aceitava ou não participar da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionário aplicado, a temática da autoestima foi dividida em três questões (ver figura 1): autoestima antes da transição capilar, durante a transição e depois. A alternativa mais marcada na questão sobre antes da transição capilar, foi média (44,8%); na questão sobre durante, a mais marcada também foi média (36,6%); e na questão sobre depois, foi marcada a opção muito alta (27,6%). Para Schultheisz e Aprile (2013), a autoestima está relacionada aos eventos que acontecem de forma positiva ou negativa na vida das pessoas, sendo assim, a respeito da pesquisa, a transição capilar é um evento que ocasiona a mudança de autoestima.

Figura 1 – Autoestima antes, durante e depois da transição capilar.





17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Relacionando ao resultado da questão sobre antes da transição, de acordo com Ferrari e Assis (2017) muitas mulheres que decidiram alisar os cabelos, passaram por preconceitos desde a infância por conta do cabelo, recebendo várias críticas como “cabelo ruim” e “cabelo duro”. Segundo eles, a mídia as influenciava a desejar o padrão de cabelo liso, nesse processo ocorria-se a perda da autoestima, as mulheres passavam a ter uma autoimagem relacionada a estereótipos preconceituosos.

Em relação aos resultados sobre a autoestima durante a transição capilar, segundo Matos (2016) durante a transição capilar, as duas texturas diferentes de cabelo afetam diretamente a autoestima, e assim, as mulheres passam a se sentir feias.

De acordo com os resultados, depois da transição capilar a autoestima aumenta. Podemos relacionar isso com o que Julio (2011) traz, que a partir da consciência crítica do seu pertencimento racial, como um ato político, os negros poderão transformar a realidade. É com a criticidade que eles constroem sua identidade e sua autoestima.

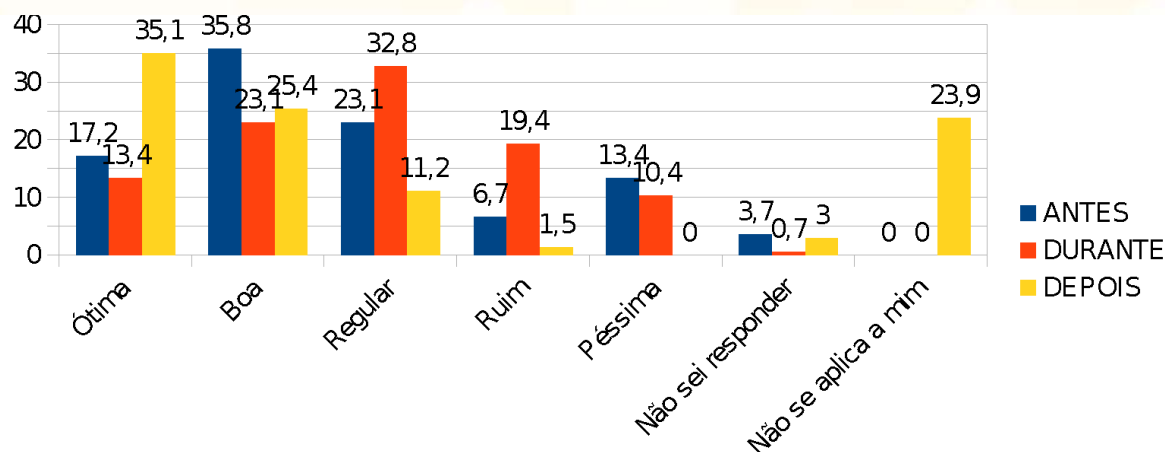
A respeito da relação com os comentários dos outros sobre o cabelo, no questionário foram feitas três questões: sobre antes da transição capilar, durante e depois da transição (ver figura 2).

Figura 2 – Relação com o comentário dos outros sobre o cabelo.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

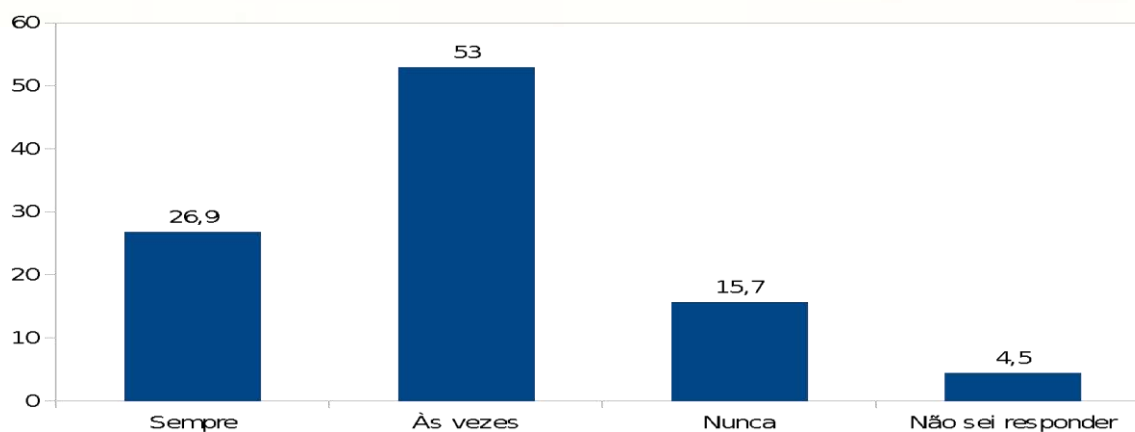


Fonte: Informações cedidas pelos participantes. Elaboração própria.

Na questão sobre antes da transição capilar, a alternativa mais marcada foi boa (35,8%); na questão sobre durante a transição, foi regular (32,8%); e sobre depois, a mais marcada foi ótima (35,1%). De acordo com esses resultados, percebe-se que a relação com o comentário dos outros sobre o cabelo melhora consideravelmente depois da transição capilar. Segundo D'Adesky (1997) é através da autoestima que se desenvolve uma criticidade a respeito dos julgamentos dos outros. Relacionando a perspectiva desse autor com os dados obtidos em nossa pesquisa, possivelmente com o aumento da autoestima depois da transição, também veio uma melhor relação com os comentários dos outros sobre o cabelo. Para Gomes (s.d.), a identidade é constituída a partir do olhar para si e da relação com o olhar dos outros. Assim, com os resultados mostrados acima, percebemos que a transição capilar contribui para melhorar a relação com os comentários dos outros sobre o cabelo, isto faz com que haja uma interferência e uma reafirmação da identidade.

Das pessoas que participaram da pesquisa, 53% disseram que sofreram preconceito por conta do cabelo às vezes, 26,9% sempre, 15,7% nunca e 4,5% não souberam responder (Figura 3).

Figura 3 – Preconceito relacionado ao cabelo.



Fonte: Informações cedidas pelos participantes. Elaboração própria.

Corroborando com esses dados, de acordo com Gomes (s.d.) no Brasil durante muito tempo, os negros sofreram (e ainda sofrem) dominação política, econômica e cultural por parte dos brancos. O cabelo do negro reflete todo esse conflito racial; podemos perceber as desigualdades quando o cabelo do negro é tido como “ruim” e o do branco é tido como “bom”. O seu cabelo também é um sinal de pertença a um grupo e é um dos principais signos da identidade negra. Santos (2015) também traz que o cabelo ainda é o principal alvo do preconceito racial no Brasil.

Na questão “Você entende a transição capilar como um protesto contra o racismo?”, 59,7% dos entrevistados disseram que sim, 35,1% que não e 5,2% disseram não saber responder. Esses resultados nos remetem à King (2015), que diz que quando se assume o cabelo natural, além de assumir a si mesmo, também se assume a coragem de tantas pessoas negras que lutaram contra o racismo e foram vítimas do preconceito. Para Gomes (s.d.) o estilo de cabelo pode representar o reconhecimento das raízes africanas como uma forma de resistência, de protesto contra o racismo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, concluiu-se que o racismo constitui-se como forma de promoção do sofrimento psicológico no sujeito negro, levando-o a não aceitar-se em seu próprio corpo, induzindo a buscar formas de embranquecimento para ser aceito no padrão social preestabelecido, deste modo, a transição capilar é apresentada como forma de enfrentamento ao racismo, através de uma ressignificação de sua identidade e aceitação de seus traços de origem.

Nesse contexto, a psicologia enquanto ciência e profissão deve se atentar aos processos de subjetivação e os efeitos na autoestima provocados pelo racismo, de forma a pensar como o racismo atravessa a construção subjetiva do sujeito, inteirando-se, portanto, sobre os debates acerca da temática, de modo a posicionar-se pensando ações pautadas em um compromisso ético-político do fazer profissional da psicologia, prezando pela dignidade humana e a promoção da saúde mental.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, CFP, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. In: LANE, S. M. T.; CODO, W. G. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 1997. Disponível em: <<https://psico48.files.wordpress.com/2012/04/ciampa-a-identidade.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(1): 143-158, maio de 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12354>>. Acesso em: 15 set. 2017.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. *Afro-Ásia*, [S.l.], n. 19/20, p. 165-182. 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20952/13555>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FAGUNDES, Raphaela M., **Penteado afro: cultura, identidade e profissão**, 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Penteado-Afro-Cultura-Identidade-e-Profiss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 7, set 2017.

FERRARI, Érica; ASSIS, Juliana. A dimensão informacional da transição capilar: identidade e empoderamento nas mídias sociais. **REBECIN – Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v.4, n.1, p.74-95, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/recebi>>. Acesso em: 17 set. 2017.

GOMES, Nilma Lino, **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**, s.d.. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%Admbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 7, set 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução: tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

JULIO, Ana Luiza. Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 24, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/79>>. Acesso em: 15, set 2017.

KING, Ananda Melo. **Os cabelos como fruto do que brota de nossas cabeças**, 2015. Disponível em: <<<http://thinkolga.com/2015/>>> Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

MATOS, Lídia De Oliveira. **“Não é só cabelo, é também identidade”: transição capilar, luta política e construções de sentido em torno do cabelo afro**. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, ago. 2016.

RAFAEL, Maria da Graça Ferreira. **A Relação de Ajuda e a Ação Social: Uma**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Abordagem Rogeriana. 2000. 141 f. Dissertação (Pós-Graduação em Relação de Ajuda)– Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/M%20Gra%C3%A7a%20Rafael.pdf>>. Acesso em: 15, set 2017.

SANTOS, Nádia Regina Braga dos. **Do black power ao cabelo crespo: a construção da identidade negra através do cabelo**, 2015, 35 p., monografia, especialização em mídia, informação e cultura, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/artigo_nadia.pdf>. Acesso em: 7, set 2017.

SCHULTHEISZ, Thais Sisti De Vincenzo; APRILE, Maria Rita. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. **Revista Equilíbrio Corporal e Saúde**, São Paulo, SP, 5(1), p. 36-48, 2013.

SILVA, Paula Camilla Soares; BRAGA, Ângela Márcia da Silva. **Transição Capilar: O cabelo como instrumento de política e libertação através da identidade e suas influências**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Uberlândia - MG, jun. 2015.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**O ESTADO DA “CRACOLÂNDIA”: POLÍTICAS PÚBLICAS NA ROTA DA
REDUÇÃO DE DANOS – Uma Revisão de Literatura Acerca da Violência Aos
Usuários de “Crack” no Centro de São Paulo**

Jhonatas Santos da Silva

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal do Sul
da Bahia (UFSB) - jhonatasss@gmail.com

Jhessy Santos Inácio

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal do Sul
da Bahia (UFSB) - inaciojhessy@gmail.com

Caroline da Cruz Martins

Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal do Sul
da Bahia (UFSB) - caroline13martins@gmail.com

Silier Andrade Cardoso Borges

Psicólogo (CRP-03/11913), Professor Assistente da Universidade Federal do Sul da Bahia
(UFSB) - silier@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Superado o liberalismo clássico⁸ no século XX do pós Guerra, os países do Ocidente passam a enxergar o Estado como um agente importante – até mesmo protagonizando

⁸ Trata-se de período da formação dos estados-nação, cuja função dos Direitos Humanos – e, consequentemente o papel do Estado frente aos sujeitos – se baseava na autonomia das relações civis, e na abstinência de intervenções sociais. Constituída a partir do Iluminismo, teve como precursores Adam Smith e John Looke. Nessa conjuntura, o Estado deveria se abster de interagir na composição dos problemas sociais,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



certos aspectos – da composição dos problemas sociais. A adoção do Bem Estar Social (*Well Fare State*) como máxima constitucional passa a figurar além de um direito, mas uma garantia. Não só uma garantia, mas uma garantia baseada na prestação (“prestacionista”), na formulação, desenvolvimento e gestão de ações para exercê-los com eficiência (ao contrário da abstenção liberal).

Como resultado, o Brasil promulga (CRFB/1988) relevante destaque aos direitos sociais, reservando um capítulo específico da constituição (“Capítulo II”), garantindo à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

Não satisfeito, o legislador de primeiro grau estabeleceu critérios específicos da proteção à saúde, garantindo como um direito de todos e dever do Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nessa ótica, surgem as políticas públicas como uma ferramenta da administração pública (direta e indireta) a cumprir os ditames legais. O mote é atender as necessidades da coletividade, respeitando o ordenamento jurídico e o orçamento público.

Destarte, analisando a conjuntura do espaço que pejorativamente ficou conhecido por “Cracolândia”⁹, e no tempo de 2010 à 2018 – cooptando as legislaturas do Município de São Paulo nesse ínterim –, é possível extrair com maior notoriedade e destinação de recursos três ações (políticas públicas) do governo municipal a fim de resolver problemas sociais nessa região.

oportunizando às entidades civis (igrejas, família, associações, pequenas comunidades, corporações, e os próprios “indivíduos”) o protagonismo dessas composições. O “indivíduo” no centro dos problemas sociais. (MORAIS, 2000.)

⁹ Localizada na zona central da cidade de São Paulo (Estado de São Paulo, Brasil), nos arredores das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga e Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá, Estação Júlio Prestes, Alameda Dino Bueno, e da Praça Princesa Isabel. (MADRUGA, 2018).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



São eles: 1) “Programa Recomeço”, instituído pelo Decreto nº 59.164/2013 do Governo do Estado numa estratégia de colaboração com o município de São Paulo; 2) “Programa Braços Abertos”, instituído no mandato do prefeito Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), em seu mandato de 2012 à 2016; 3) e, o “Programa Redenção” do prefeito João Dória Júnior do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

1.1 METODOLOGIA

O trabalho se baseia na revisão crítica de literatura, através de bibliografia estruturada e análise de documentos. Para tanto, foram incluídas as: 1) normas pertinentes entre os anos de 2000 - 2018; 2) artigos disponíveis em português; 3) textos completos disponíveis em portais eletrônicos de forma gratuita; 4) literatura pertinente, observada a área da Psicologia, Sociologia, Direito e Políticas Públicas.

A proposta tem viés qualitativo, excluindo: 1) outros artigos de revisão; 2) artigos que não abordam diretamente o tema de pesquisa; 3) material de caráter duvidoso ou manifestamente partidário; 4) jornais e revistas de baixa credibilidade.

As buscas foram realizadas no mês de agosto de 2018, usando os descritores 1) Políticas Públicas na Cracolândia; 2) Cracolândia. As pesquisas se deram nas páginas: 1) SciELO (scielo.br/SciELO); 2) Planalto (planalto.gov.br); 3) Google Acadêmico. Foram encontrados 22 textos, dos quais, a partir dos critérios estabelecidos foram escolhidos cinco:

1) MAGALHÃES, Tais Rodrigues Pereira. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da Cracolândia Paulistana (2016).

A presente pesquisa tem como objetivo reconstruir os acontecimentos em torno da Operação Integrada Centro Legal



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(mais conhecida como Operação Sufoco), deflagrada na região central de São Paulo conhecida como cracolândia, em janeiro de 2012. Trata-se de uma intervenção policial que parece evidenciar o que todo um campo de pesquisas vem flagrando em outras cidades do Brasil e do mundo como uma lógica securitária nas formas de gestão e produção do espaço urbano. Além disso, dentro do contexto da cracolândia, essa operação pode ser tida como um ponto de virada na forma como o Estado intervém atualmente nesse território, que passou a ser foco de políticas das três esferas de governo nos últimos três anos. A hipótese que orienta a análise da operação, seus efeitos e a configuração atual da região da cracolândia é a de que as inovações nas formas de gerir esse território observadas recentemente podem ser entendidas tendo como referência as limitações e resistências geradas 5 pelos campos de disputa que surgiram em torno desta ação policial. A partir da análise da atuação judicial de defensores e promotores públicos com vistas a fazer cessar a operação na região, são apresentados neste trabalho alguns dos conflitos e disputas que se processaram em torno da "cracolândia" e das formas de gerir esse espaço, por exemplo, sobre qual o papel que as forças repressivas deveriam ter (ou não) no trato da questão do crack, o embate entre o direito de ir, vir e permanecer dos usuários de crack e o direito à segurança, e as disputas entre diferentes saberes médicos sobre as formas de tratamento de usuários e dependentes químicos. [...].

2) RUI, Taniele et al. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesta tese, parte-se da figura do nória, apreendida por mim como uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa apenas um segmento muito particular dos usuários de crack: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático, sanitário e moral. Portanto, é o corpo do nória que radicaliza a alteridade, na medida em que materializa um tipo social fundado a partir da exclusão. Uma vez nessa condição, evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais, bem como impulsiona a criação de gestões assistenciais e policiaiscas que visam tanto recuperá-lo quanto eliminá-lo. Considerando a permeabilidade das fronteiras corporais e suas conexões com processos sociais e simbólicos, o objetivo central da tese é, portanto, mostrar empiricamente (a partir da etnografia realizada entre os anos de 2008-2010 nas cidades de Campinas e de São Paulo) a potencialidade deste definimento corporal e da produção desses corpos abjetos. [...].

3) SAKAMOTO, Luís Carlos et al. Prevenção de gestações não planejadas com implante subdérmico em mulheres da Cracolândia, 2015.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Entre as mulheres usuárias de drogas que fizeram a inserção do implante 41,6% usam o crack como droga de preferência e 48,5% fazem associação com álcool e 85,2% com o tabaco. Em relação à contracepção 36,7% das mulheres não usam qualquer método contraceptivo. Houve aumento na morbidade gestacional, 16,1% delas tiveram aborto e 20,6% filhos prematuros. O implante subdérmico de etonogestrel é indicação precisa para a prevenção de gravidez não planejada entre mulheres usuárias de drogas, reduz o risco de morbidade gestacional e neonatal, além de promover redução no dano social.

4) FASSON, Karina; PUCCINELLI, Bruno. Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização, 2010.

Tendo como base os desdobramentos relacionados ao uso do crack na cidade de São Paulo, estruturamos esse trabalho em três momentos. Primeiramente, propomo-nos a expor alguns estudos na área da saúde pública acerca da droga que, desde o princípio, apontam para dimensões significativas relacionadas ao uso do crack que vão além de seu âmbito, com destaque para a dimensão social ligada à marginalização do usuário, relacionada ao efeito da droga descrito por essa literatura como fissura. Em seguida, nos focaremos na questão da Cracolândia em São Paulo, a partir de um balanço das intervenções públicas realizadas na região nos últimos anos, e retomando pesquisas pioneiras sobre o tema que tratam a questão da droga levando em conta o espaço e os diferentes atores em jogo. A seguir, realizaremos uma análise do material de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



imprensa virtual coletado no que diz respeito aos acontecimentos na região, com especial atenção ao mês de julho de 2009 por conta da quantidade imensa de matérias que foram veiculadas à época e da diversidade de enfoques e definições acerca da região denominada Cracolândia, dos usuários de droga, moradores de rua, moradores do bairro e comerciantes. [...].

5) MENEZES, Leticia Ferreira. Entre a saúde e a repressão-políticas públicas na região da Cracolândia\SP. 2016.

Um território, uma substância e três Políticas Públicas atuando sobre uma mesma população. O trabalho tem como objetivo oferecer uma análise das Políticas Públicas para usuários de Crack instaladas no território da "Cracolândia" paulista, localizado no Bairro da Luz (São Paulo-SP). A criação do Programa Crack É Possível Vencer em 2010, articulada à emergência de discursos que especulavam sobre uma possível epidemia e crescente interesse dos meios de comunicação sobre a população usuária, abriu a possibilidade de criação de espaços institucionais para que o Estado interviesse sobre os usuários de crack. Dentro desse contexto, e articuladas a esse Programa do Governo Federal, surgem duas Políticas Públicas: Programa Recomeço de gestão Estadual e Programa De Braços Abertos de gestão Municipal. As ações dessas duas políticas durante os anos 2014 e 2015 constituem o foco do recorte empírico do presente trabalho. O esforço de pesquisa foi no sentido de investigar como as novas Políticas Públicas que se propunham a operar no campo da Saúde Pública e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



do cuidado iriam se materializar no território, como o discurso institucional iria se traduzir enquanto práticas. Em especial, interessava observar se as novas ações iriam inibir o movimento histórico de higienização do território e expulsão dos usuários. [...].

Ainda, em razão de fazer parte do quadro de leituras recomendadas do Grupo de Pesquisa - de onde erige esse trabalho, o GESPOP -, busca-se tecer considerações na perspectiva da redução de danos (RD) no controle dos problemas ocasionados pelo uso de substâncias psicoativas que causam dependência.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, o uso de drogas, lícitas ou ilícitas, é um problema social que nunca sai de pauta. Nessa conjuntura emerge o crack, droga mais consumida por populações vulneráveis e hipossuficientes devido ao seu (relativo) baixo custo em relação aos outros opioides. E pior, em decorrência da marginalização e estigmatização desse nicho de usuários, o uso acontece de modo precário e em completa omissão do Estado.

Pesquisa realizada pela Agência Brasil, em consultoria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em junho de afirma que a atual área da “Cracolândia” cresceu 160% em relação ao ano de 2016.

A mesma pesquisa aponta que entre os dependentes da região, 66,4% nunca esteve em situação de rua antes de usar drogas. Ainda, 42% disseram não ter com quem contar em situação de emergência e, dos que têm, 57,6% apontaram só poder contar com a própria família.

Nesse contexto de desamparo, e de flagrante sofrimento dos usuários, é preciso interpelar o Estado sobre suas responsabilidades constitucionais. Deste modo, tratar de políticas públicas associadas a Cracolândia é de grande relevância e pertinência para

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sociedade em geral, auxiliando a repensar as políticas criminais e de saúde adotadas nesse espaço. O estudo ainda aborda a perspectiva da Redução de Danos como um filtro, o que coloca os Direitos Humanos e a humanização dos tratamentos como enfoque deste trabalho.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são tudo que é planejado e efetivado pelo Poder Executivo, em busca de satisfazer o público, implementando determinado programa com ações voltadas ao atendimento dos anseios sociais, ou seja, são todas as decisões políticas que interferem e influenciam na vida da sociedade (Dias,2012). Trata-se, portanto, de implementações que visam atender necessidades sociais, mas, em alguns casos acabam sendo restritos a determinados grupos.

Segundo Brancaleon et al. (2015) o papel da política pública pode ser enfatizado na solução de problemas:

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública.

As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Esse bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela própria beneficiária. Isso ocorre porque ela não se expressa de forma integral. Faz solicitações, pedidos, para seus representantes e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, para que atendam as



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



demandas (SEBRAE/MG, 2008). As solicitações são realizadas e o Estado irá decidir sobre o que fazer e como fazer, segundo eles tendo em vista o melhor para a sociedade, porém as opiniões dos principais envolvidos nem sempre são levadas em consideração.

Como afirma Souza (2017), no que tange os usuários de crack, as políticas públicas são recentes, até a década de 20 não se tinha legislação sobre o assunto. Em 1938, foi lançado o Decreto-Lei 891 que classifica o uso de drogas como doença compulsória, tendo que ser tratada em locais especializados. Mas somente na metade da década de 80 que deu início a criação de políticas públicas que atendessem aos usuários e passou a ser percebida como problema de saúde pública.

Para que as políticas públicas ocorram de forma eficaz é necessário conhecer a realidade do usuário de forma que elas possam visar o bem-estar e melhores condições aos beneficiários. Costa, Garcia e Assumpção (2012), afirmam que:

(...) para que as ações sejam realizadas de maneira mais eficientes e eficazes faz-se necessário que sejam produzidos mais e melhores diagnósticos acerca da situação do consumo de crack no país, dado que ainda são poucas as iniciativas que visam conhecer a situação do consumo de crack nos municípios brasileiros.

Compreende-se a existência da Cracolândia como sendo resultado de um fenômeno maior, reflexo de políticas públicas, ao objetivarem a periferização da pobreza, atingiram como resposta tardia, em um movimento contra-fluxo, a formação de um grande contingente de pessoas habitando ou circulando pelas ruas centrais, em busca de alternativas para a precariedade da vida nas periferias e zonas rurais (RAUPP e ADORNO, 2010)

As falhas nas políticas públicas geraram um grave problema na área conhecida pejorativamente como Cracolândia, resultando assim em um acúmulo de pessoas em

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



situações precárias, aumentando a exposição a situações de risco e a doenças em decorrência do uso de substâncias psicoativas.

A ação pública na Cracolândia não está amadurecida o suficiente para dar respostas efetivas aos grupos que existem na região, pois cada um precisa então de tratamentos diversos, assim como a mobilização de setores governamentais distintos (FUND, 2012).

A administração pública não objetivou resolver os problemas ali presentes tendo em vista os seres humanos daquela localidade, todos foram reduzidos a mera categoria de criminosos, com pleno objetivo de apenas reduzir a criminalidade, sem pensar efetivamente em maneiras de como oferecer a essas pessoas condições que possibilitasse saída daquelas situações, muitas vezes precárias e de risco.

2.1 PROGRAMA RECOMEÇO

Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack - Programa Recomeço foi instituído pelo decreto nº 59.164/2013 no governo de Geraldo Alckmin, médico e político brasileiro associado ao PSDB, para assistir, sobretudo, os usuários de crack, disponibilizando atendimento e acompanhamento multiprofissional ao usuário e aos seus familiares.

Desde 2013, o programa é referência nacional no combate à dependência química e chega a atender mais de 3 mil pessoas por dia em todo Estado de São Paulo. A partir dele, são estabelecidas as formas de tratamento mais adequadas ao perfil do usuário de droga. Um dos sistemas voltados para reinserção deste paciente se dá através do ingresso voluntário às Comunidades Terapêuticas. No total, o Estado possui mais de 50 unidades compostas por uma equipe multidisciplinar que atua de acordo com referências teóricas e evidências científicas (EVENTO... 2018).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Esse programa tem por objetivo promover ações preventivas relacionados ao uso indevido de substâncias psicoativas, tráfico de drogas e disponibilizar tratamento médico, aos usuários, seus familiares e a comunidade, proporcionando uma recuperação e reinserção social.

No ano de 2015 foi instituído um novo decreto de nº 61.674 que reorganizou esse plano, denominando-o Programa Estadual de Políticas sobre Drogas - Programa Recomeço: uma vida sem drogas.

Segundo o site do portal do governo do Estado de São Paulo, o programa recomeço funcionava tendo como objetivo inicial criar um vínculo do paciente com os familiares. Faziam uso da técnica de gerenciamento de caso no tratamento, com o intuito de ajudá-los a identificar suas próprias necessidades em prol da obtenção de benefícios sociais. A proposta era dar autonomia para as pessoas e viabilizar os meios para que vivessem com seus próprios recursos.

2.2 PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS

O programa De Braços Abertos foi instituído durante o governo de Fernando Haddad (2013-2016), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), com o intuito de combater o uso de drogas na cidade de São Paulo, foi:

Lançado em janeiro de 2014, (...) foi uma iniciativa sem precedentes na história das políticas para a Cracolândia e sua população. Ao invés de uma intervenção exclusivamente policial e focada na repressão ao consumo e venda da substância, as autoridades municipais basearam-se em preceitos da redução de danos ao oferecer moradia, trabalho, assistência social e de saúde a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



essas pessoas como forma de resposta ao problema urbano da Cracolândia e ao da população usuária de crack (NASSER, 2018).

A iniciativa foi baseada na política de redução de danos, que visa orientar e ajudar os usuários a diminuir os danos e sofrimentos causados pelo uso de substâncias psicoativas, com o objetivo de oferecer as pessoas moradia, trabalho e assistência.

Esse programa previa, segundo Figueiredo (2017), a hospedagem em hotéis na região da Cracolândia para dependentes em situação de rua, além de uma bolsa de R\$ 15 por dia para os que trabalhassem por quatro horas diárias no serviço de limpeza de ruas. Foram gastos por usuário R\$ 1.320 por mês, totalizando um gasto de 12 milhões anualmente.

Foi realizado:

Um estudo mostra que o De Braços Abertos foi eficaz na diminuição do uso de crack entre os atendidos. Uma pesquisa de avaliação do programa De Braços Abertos feita pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas em 2016 mostra que 67% dos beneficiários da ação afirmam ter reduzido o uso de crack após ingressar no programa. O levantamento, realizado por assistentes sociais, indica que o número médio de pedras consumidas pelos atendidos caiu de 42 para 17 por semana, uma redução de 60%. Não há como saber, no entanto, qual foi o efeito do programa sobre o fluxo de usuários na Cracolândia. Sabe-se apenas que houve aumento do fluxo enquanto a iniciativa estava em curso. (FIGUEIREDO, 2017).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Inicialmente ele foi bem aceito, mas segundo uma nota publicada pela Prefeitura do Estado de São Paulo houve falhas quanto a segurança e higiene dos hotéis e da política de concessão de bolsas resultantes de alguns trabalhos realizados, o modelo gestor anterior mostrou-se totalmente incongruente com a reabilitação dos dependentes químicos, que não pararam de frequentar o fluxo.

Diante dessas falhas foi realizado, segundo Figueiredo (2017), um levantamento pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social em parceria com a PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), uma pesquisa que apontou que teriam aumentado o fluxo de frequentadores na região da cracolândia em 160%, dado esse oposto ao informado por um ex- funcionário da prefeitura do Estado de São Paulo, que informou ter se mantido o fluxo de usuários na região em até 500 por dia até o final de 2016.

Em decorrência do mau planejamento, em alguns aspectos, o programa ficou conhecido, por alguns, pejorativamente como “bolsa crack”. Durante a noite os usuários frequentavam os hotéis, mas de dia faziam o uso do crack naquela região, assim como afirma Azevedo (2014), “Na prática, o prefeito declarou o Centro da cidade uma área livre para o consumo, com patrocínio público”.

Ele funcionava da seguinte forma:

Para que saíssem de lá, a administração decidiu oferecer compensações: além do dinheiro, moradia gratuita em hotéis e três refeições por dia. Há só uma pequena exigência: que trabalhem (...) quatro horas por dia. Terão ainda a chance de duas horas diárias de curso de requalificação — mas essa parte é volitiva. Podem recusar (AZEVEDO, 2014).

O programa teve algumas falhas, mas apesar delas tornou-se referência quanto a aplicação da política de redução de danos, mais de 500 pessoas receberam moradia através



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



do programa e 95% dos participantes obtiveram impacto positivo ou muito positivo em suas vidas, 67% dos participantes reduziram o uso de crack, 73% passaram a trabalhar e 53% retomaram contato com suas famílias (RUI, FIORE, TÓFOLI 2016).

3. PROGRAMA REDENÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa redenção foi instituído durante o governo de João Doria, ele afirma que "O Programa Redenção é o mais amplo programa de atendimento às pessoas dependentes e no combate ao tráfico de entorpecentes em uma região metropolitana do país.", em uma matéria publicada na Agência Brasil (2017).

Esse programa tem algumas diretrizes que tem por objetivo tratar o paciente de forma integral com ações intersecretarial, relacionadas a saúde (Medicinal), divulgadas pelo portal da prefeitura do Estado São Paulo (2017), são elas:

CADASTRAMENTO: abordagem contínua, de caráter não impositivo. **PRESENÇA E PRONTIDÃO:** disponibilidade de equipes de saúde no território, 24 horas. **ATENDIMENTO INTEGRAL:** tratar o paciente em sua integralidade, durante e após a desintoxicação. **INTERNAÇÃO:** disponibilizar vagas para desintoxicação; promover a regulação de leitos em conjunto com o Governo do Estado. **CONTINUIDADE:** seguimento via prontuário eletrônico na abordagem e nos atendimentos ambulatoriais, hospitalares e residenciais. **SINGULARIDADE:** cada paciente abordado em Projeto Assistencial Singular; tratamento de acordo com as especificidades da fisiopatologia de cada indivíduo, por meio de política de redução de danos e/ou promoção de abstinência. **EFETIVIDADE DE RESULTADOS:** medição regular



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos resultados das ações. **PREVENÇÃO:** campanhas de prevenção através da mídia e em escolas, além de treinamento na rede de UBS para orientar famílias a tratar a drogadição ainda no início.

Essas diretrizes são vinculadas a algumas ações programáticas com viés de capacitar as equipes, aumentar o número de vagas e leitos de internação e realizar a transferência das pessoas que faziam o uso dos hotéis do programa DBA (De Braços Abertos) para a nova ação de atendimento.

Segundo o gestor do projeto, já haviam sido inseridos no mercado de trabalho 1.500 pessoas que foram retiradas das ruas, porém, ele apresentava algumas falhas, como a inexistência de alternativas para a internação, uma vez que o tratamento oferecido partia da política de abstenção, contrária a política de redução de danos.

O promotor de saúde Arthur Pinto Filho relatou em uma entrevista divulgada ao jornal Folha de São Paulo (2017) que a operação realizada na cracolândia era: “Como uma tragédia. Um equívoco do começo ao fim”, afirmou também o projeto ser pouco civilizatório.

De acordo Velleda (2017) o prefeito João Doria solicitou à Justiça autorização para que fossem realizadas internações compulsórias, porém seu pedido foi negado, a prefeitura afirmou, em nota, não perceber oposição entre as políticas de redução de danos e promoção da abstinência.

4. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL (Ed.). **São Paulo: MP, Defensoria e entidades dizem que Programa Redenção é ineficaz.** São Paulo, 2017. Edição: Fábio Massalli. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/sao-paulo-mp-defensoria-e-entidades-dizem-que-programa-redencao-e>>. Acesso em: ago., 2018.

AGÊNCIA BRASIL (Ed.). **Número de usuários na Cracolândia cresce 160% no último ano, mostra pesquisa.** São Paulo, 2017. Edição: Fábio Massalli. Disponível em:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/quantidade-de-usuarios-na-cracolandia-cresce-160-no-ultimo-ano-mostra-pesquisa>>. Acesso em: ago., 2018.

AGÊNCIA BRASIL (Ed.). **Governo federal repassa R\$ 12,9 milhões ao Programa Redenção em São Paulo**. São Paulo, 2017. Edição: Davi Oliveira. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/governo-federal-repassa-r-129-milhoes-ao-programa-redencao-em-sao-paulo>>. Acesso em: ago., 2018.

ALMEIDA, Camila Souza; LUIS, Margarita Antônia Villar. **Políticas públicas e usuário de crack em tratamento**. Revista de enfermagem fo Centro-Oeste Mineiro, v.7, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/1447/1571>>. Acesso em: set., 2018.

AZEVEDO, Reinaldo (Ed.). **A declaração absurda de Haddad sobre a Cracolândia**. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-declaracao-absurda-de-haddad-sobre-a-cracolandia/>>. Acesso em: ago., 2018.

AZEVEDO, Reinaldo. **Fernando Haddad e o “Bolsa Crack”: de “Braços Abertos” para o vício e o tráfico, agora estatizados**. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/fernando-haddad-e-o-bolsa-crack-de-bracos-abertos-para-o-vicio-e-o-trafico-agora-estatizados/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRANCALEON, Brigida Batista et al. **Políticas públicas princípios básicos**. 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=politicas+p%C3%BAblicas+princ%C3%ADpios+b%C3%A1sicos&btnG=>>. Acesso em: 09 set. 2018.

COSTA, Caio César de Medeiros; GARCIA, Joice Godoi; ASSUMPÇÃO, André. **Políticas Públicas e Consumo de Crack: Uma Análise sobre os Municípios do Estado de Minas Gerais**. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB2526.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

DECRETO Nº 61.674, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, 2015. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61674-02.12.2015.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DIAS, Maria Angélica Beltrani. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE ÀS DROGAS NO BRASIL**. 2012. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc->



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



0635f6ff3a902553a60464031931a8fe.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **Operação na cracolândia foi selvageria sem paralelo, diz promotor da saúde.** São Paulo, 2017. Elaborado por Artur Rodrigues. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotifiano/2017/05/1886815-operacao-na-cracolandia-foi-selvageria-sem-paralelo-diz-promotor-da-saude.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FUND, Rev Latinoam Psicopat. **Cracolândia, por diretrizes convergentes.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 15, n. 1, p. 11-13, 2012.

FIOTEC FIOCRUZ (Ed.). **A realidade das drogas no Brasil.** 2017. Elaborado por Janaina Campos. Disponível em: <<http://www.fiotec.fiocruz.br/noticias/projetos/4035-a-realidade-das-drogas-no-brasil>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Haddad elogia programa na Cracolândia, mas omite contexto:** Fluxo de usuários diminuiu após primeiro ano do De Braços Abertos, mas levantamento feito dois anos depois registrou aumento de 160%. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/06/truco-haddad-elogia-programa-na-cracolandia-mas-omite-contexto/>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

NASSER, Marina Mattar Soukef. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, n. 50, p. 243-270, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100009> < Acesso em: ago., 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Saiba mais sobre o Programa Redenção:** Diretrizes do programa têm o objetivo de tratar o paciente de forma integral com ações intersecretarial. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/programas/index.php?p=239138>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas:** Série Políticas Públicas Volume 7. 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2018.

RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens de C. F.. **Uso de crack na cidade de São Paulo / Brasil.** Toxicodependências [online]. 2010, vol.16, n.2, pp.29-37. ISSN 0874-4890.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. “Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

VELLEDA, Luciano. **Na apresentação do Programa Redenção, coordenador diz se sentir 'solitário' no governo Doria**, 2017. Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/11/na-apresentacao-do-programa-redencao-coodenador-de-doria-diz-se-sentir-solitario-no-governo>>. Acesso em: 11 out. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A LUTA DE CLASSES: REFLEXÕES
ACERCA DE PUBLICAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Leonardo Jardim Oliveira

Especialista em Atenção Psicossocial SUS e SUAS

UNIGRAD Pós Graduação e Extensão

leonardojardym@gmail.com

Thaís Teixeira Cardoso

Especialista em Saúde Mental

UESC Universidade Estadual Santa Cruz

thaiscardosopsiyahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões e análises acerca do estabelecimento do capitalismo enquanto modelo econômico ensejou estudos científicos sobre a luta de classes decorrentes deste sistema. Nesse sentido, tem-se em Karl Marx uma das maiores referências no campo filosófico, político, econômico e social que perdura até a atualidade. Assim, o presente estudo visa compreender como a psicologia tem discutido sobre as relações étnico-raciais no âmbito das políticas públicas de assistência social.

A escravidão é antiga na humanidade, sendo seu início datado na América há cinco mil anos e, no Brasil, no século XVI no período colonial, durando mais de trezentos anos. Este período é notadamente marcado pela resistência dos trabalhadores a exploração escravista em busca de viver a sua vida de forma livre, para tal, muitos desistiram da própria vida, fugiram, aquilombaram-se, ou mesmo, “aceitaram” a condição de escravo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(FIABANI, 2012). Após este período, com o advento da Revolução Industrial, uma nova lógica de exploração da força de trabalho desenhava-se. Este movimento representou a consagração da divisão de classes sociais através da exploração de mão-de-obra barata e assalariada além de redesenhar a forma de vida material e as relações sociais no decurso do tempo (RIBEIRO, 2015).

Para materializar esse ensejo, na primeira etapa do presente estudo fora realizada uma retrospectiva sócio-histórica pontuando os quatro momentos cruciais, isto é, as leis que antecederam o momento exato da abolição da escravatura em nosso país. Esse percurso abrangeu desde o Brasil colonial até o presente momento de modo que fosse possível expor, ainda que de forma resumida, uma visão longitudinal do problema e para isso, adotamos um referencial teórico sobre escravidão e luta de classes, abarcando teóricos de diversas áreas do conhecimento com autoridade para falar deste complexo tema. Em seguida, foi realizado o estado da arte garimpando publicações científicas que abordassem o tema associado à Psicologia ao longo de treze anos de existência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Brasil (BRASIL, 2004, 2005).

2 DESENVOLVIMENTO

A discussão acerca de questões étnico-raciais e luta de classes, nasce a partir do equívoco que é pensar a existência prática de uma democracia racial, quando até mesmo o conceito de democracia por si só, é possível tratá-lo sob a mesma perspectiva de questionamento. Visando dar seguimento à referida discussão, fora realizada uma breve incursão na história do Brasil desde a sua organização colonial pontuando quatro leis específicas e suas consequências até o instante atual.

Foi em 4 de setembro de 1850 que iniciou legalmente o processo de abolição da escravatura no Brasil colonial, quando por meio da lei nº. 581, chamada lei Eusébio

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Queirós, foi estabelecida a proibição do tráfico e comércio de escravos trazidos da África para o Brasil, porém essa medida não surtiu efeitos imediatos, pelo contrário, fora gradualmente desenvolvendo-se. Em 28 de setembro de 1871, era assinada pela Princesa Isabel a lei Ventre Livre ou Lei Rio Branco que considerava livres, filhos de mulheres escravas a partir da data da referida lei. Fausto (2013), afirma que os senhores donos dos escravos possuíam o direito sobre esses indivíduos até os oito anos de idade, quando então esses senhores poderiam ou receber indenização do Estado, ou explorar a mão de obra do indivíduo até os vinte anos de idade. Todavia, na prática a eficácia dessa lei foi nula ou ineficiente, uma vez que poucos desses escravos foram encaminhados ao poder público, como era de se esperar, desse modo, esses senhores continuavam explorando a sua força de trabalho (FAUSTO, 2013).

A lei dos Sexagenários ou Saraiva – Cotegipe, assinada em 28 de setembro de 1885, prevê liberdade aos indivíduos escravizados que tivessem mais de sessenta anos, entretanto ela também não representa ruptura com a escravidão, no máximo, mais um passo em direção a isso, já que poucos foram os escravos que conseguiam viver até essa idade, em detrimento da vida castigada, permeada por constantes maus tratos. Nesse contexto, rebeliões e manifestações por parte dos escravos foram se tornando mais recorrentes, bem como fugas, embates, protestos e assim a escravidão perdia solidez e legitimidade (FAUSTO, 2013).

Na medida em que o fenômeno da escravidão fora diminuindo, surgiram sociedades abolicionistas que ganhavam força e como um desdobramento claro de muitas lutas no âmbito político e social, tardiamente em 1888, no dia 13 de maio, por meio da lei Áurea, novamente assinada pela princesa imperial Isabel, é que a escravidão foi extinta no Brasil. A lei marca o fim da monarquia e um novo tempo no país, porém para os escravos recém libertos, não houve nenhum tipo de amparo por parte do império, restando-lhes uma dura realidade de miséria e ausências e sem nenhuma perspectiva, esses indivíduos não



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mais escravos, porém exilados, migraram para os grandes centros urbanos que com o passar do tempo tornaram-se suas comunidades africanas, o que deu origem às atuais favelas (FAUSTO, 2013).

Não é consenso entre intelectuais e estudantes desse tema, a ideia de erradicação definitiva da escravidão no Brasil quando analisada apenas através de sua abolição formal, conforme demonstra o percurso breve que acabamos de fazer acima. Dentre as heranças negativas da escravidão no Brasil colonial, o ódio ao escravo parece o mais danoso. Esse mesmo ódio se legitima em tempos atuais através do ódio ao pobre, que por sua vez, está intimamente ligado à negritude. A mesma luta pela reprodução de privilégios e perpetuação da miséria resiste e persiste com o decurso do tempo.

Portanto, nesse sentido, impõe-se a necessidade do amparo da Psicologia uma vez que essa camada vulnerável da sociedade é aquela que necessitará da rede de serviços sócio-assistenciais ofertados no âmbito desta Política, tais como os referendados na Proteção Social Básica através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Proteção Social Especial, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). (BRASIL, 2004, 2009, 2011).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo visa analisar através da literatura, como a Psicologia tem discutido acerca das relações étnico-raciais no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social nos últimos treze anos. A delimitação desse tempo se deu devido ao fato de que esse é o tempo de implementação e existência do Sistema Único de Assistência Social que fora previsto desde a Constituição Federativa da República (1988), pela Política Nacional de Assistência Social (2004) e pela Norma Operacional Básica (2005) que operacionalizou a referida política.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, cujo intuito é refletir acerca daquilo que foi publicado sobre o assunto em questão, desde o tempo de existência do SUAS até o presente momento. A abordagem qualitativa é aquela que representa uma boa oportunidade de se explorar o fenômeno envolvendo os seres humanos em suas diferentes relações sociais que se estabelecem em vários ambientes e contextos (GODOY, 1995).

Sobre a modalidade de pesquisa bibliográfica ou documental, Gil (2002) afirma que ela se desenvolve a partir de material previamente elaborado, seja livros ou artigos científicos. Os livros se configuram fontes de referência bibliográfica por excelência podendo eles ser de diversos gêneros literários. Já os artigos científicos ou publicações periódicas, de acordo esse autor, são aqueles elaborados com colaboração de vários autores, podendo tratar diversos assuntos, apresentando objetivos mais ou menos delimitados. A grande vantagem na pesquisa bibliográfica é que ela permite ao investigador o acesso a uma gama de fenômenos mais ampla do que se poderia ter caso esse mesmo pesquisador fosse fazê-lo diretamente (GIL, 2002).

De posse desses conhecimentos, para desenhar o percurso metodológico de nossa pesquisa no que tange à coleta de dados, foi utilizada a base de dados do *google acadêmico*, uma vez que não se encontra em outras plataformas de fins especificamente acadêmicos, ou mesmo, em algumas revistas específicas da Psicologia como Psicologia Ciência e Profissão ou Biblioteca Virtual em Saúde, Psicologia Brasil, artigos correlacionando o tema desse estudo. Portanto, devido à escassez se justifica a escolha. Assim, na pesquisa geral do *google acadêmico*, foram contemplados apenas documentos em língua portuguesa e produzidos no Brasil, para tal foram utilizados os seguintes descritores: “psicologia” “racismo” e “políticas sociais” onde o resultado nos trouxe aproximadamente 401.000 itens. Entretanto, que contemplassem a proposta desse trabalho, apenas 3 foram os artigos encontrados no seguimento supracitado e que serviram de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



matéria prima para as discussões subsequentes. Faz-se necessário destacar que a intenção à priori seria apenas utilizar os descritores: Psicologia, relações étnico-raciais e Assistência Social, no entanto, o resultado desta pesquisa aponta que há apenas um registro de um único artigo que consta na amostra delineada abaixo quando se utiliza os descritores já supracitados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro trabalho analisado tem por título: “Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da Scielo e Lilacs” e ele reflete como essas relações foram tratadas pela Psicologia na primeira década do século XXI. Trata-se de um estudo bibliográfico, onde foram investigados 41 artigos, posteriormente categorizados e analisados conforme a natureza específica de seus conteúdos que se mostraram relevantes na compreensão do tema associados à Psicologia, trazendo-nos um panorama dessa área do conhecimento no tema das relações étnico-raciais (MARTINS, 2013).

A compreensão que tivemos desse estudo é que ele além de nos indicar as características gerais de investigação da Psicologia no que diz respeito ao tema das relações étnico raciais, pela sua multiplicidade de direções, ele pode nos trazer conhecimentos capazes de pensar a formulação de Políticas Públicas de Assistência Social. Ao explorarmos o estudo, foi possível notar a crescente valorização e entendimento da noção de cidadania com a diversidade bem como a luta pela promoção da igualdade racial e a reflexão crucial sobre as determinantes da desigualdade no Brasil.

Embora o artigo não discuta especificamente a contribuição da Psicologia correlacionando relações étnico-raciais na rede de Assistência Social em nosso país, no percurso de análise destes 41 trabalhos, a produção científica da Psicologia mostrou-se de grande relevância para compreensão dessas relações quando nos apontou sobre violência



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicológica provocada pelo preconceito racial e do racismo, a persistência do discurso do branqueamento e seus efeitos sobre a comunidade negra e o monitoramento dos efeitos causados em sujeitos não pertencentes à população negra, das políticas de igualdade e ações afirmativas. Por fim, o texto salienta o quão grande é o desafio da Psicologia na busca por exercer um papel que de algum modo colabore para a superação das desigualdades no Brasil, em decorrência de tudo que acabamos de discutir (MARTINS, 2013).

O segundo artigo analisado é intitulado “O papel do Psicólogo numa Política Pública de combate a práticas racistas” e nele é apresentado o papel do Psicólogo no Centro de Referência de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa Nelson Mandela (CRNM) que tem por finalidade receber, atender, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação racial e intolerância religiosa na cidade Salvador – BA, contando com profissionais especializados em Psicologia, Assistência Social e Direito para trabalhar nos casos com essas demandas (MATA, 2015).

Depreende-se do texto de Mata (2015), a conclusão de que a presença da Psicologia numa política criada para atender demandas de pessoas vítimas de discriminação racial se justifique porque no Brasil as relações raciais sempre foram desarmônicas. Nessa lógica, certos de que cotidianamente pessoas são atingidas e afetadas pelo racismo e suas diversas sequelas, é razoável a expectativa que no âmbito da Psicologia se avolumem gradativamente o número de produções acadêmicas abordando o tema, bem como Políticas de Assistência Social, ações afirmativas e manifestações de toda ordem que vise trazer para o centro, essa discussão há muito esquecida.

O que acompanhamos ao refletir o texto de Mata (2015), é que a Psicologia contribuiu para certa categorização, servindo aos interesses das elites. Ao responsabilizar apenas o homem pela sua condição, desconsiderando as variáveis sociais, étnico-raciais, a intolerância religiosa, xenofobia, distribuição de renda, entre outros fatores, a Psicologia



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



acaba distanciando a população negra do usufruto dos direitos que outras populações já o portam.

O terceiro e último artigo analisado chama-se “As relações étnico-raciais no cotidiano de Psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo” que em síntese, analisa como Psicólogos colaboradores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são interpelados pelo tema das relações étnico-raciais no contexto de sua prática profissional. O estudo apontou que a prática do Psicólogo no contexto do SUAS carece de bagagem, seja teórica ou de habilidades práticas, para lidar com as demandas étnico-raciais que surgem nesse espaço (MAIA, 2017). Vale destacar que este é o único artigo encontrado em diversas bases de dados que contempla a discussão ampla acerca das Políticas de Assistência Social existentes no Brasil.

O caminho para a discussão deste estudo nos conduziu até a indagação do por que se mostrou tão frágil as habilidades e competências do Psicólogo no trato de indivíduos em sofrimentos dessa natureza e tudo aquilo que diz respeito às questões étnico-raciais. Esse foi um aspecto comum aos três artigos, tendo nesse terceiro uma amplitude ainda maior. Portanto, esse caminho nos levou a perceber que se existem muitos Psicólogos esbarrando em seus limites quando se deparam diante do fenômeno da discriminação e violência racial, devemos pensar a gênese do problema, isto é, a formação desses profissionais.

Até aqui, não nos foi informado na trajetória acadêmica que o racismo é fortemente presente em nossa sociedade e afeta de maneira determinante a maneira com a qual compreendemos o mundo. Se o racismo é um fenômeno presente no Brasil atingindo cotidianamente pessoas a partir da cor de sua pele, é primordial que o Psicólogo compreenda como o racismo atravessa sua compreensão de ser e agir no mundo, sua subjetividade, dores e inadequações. Na contramão disso, o que se percebe é um completo despreparo em perceber a violência racial em ressonância com todo sofrimento psíquico

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dele advindo e ainda menor é o conhecimento acerca das Políticas de Assistência Social disponíveis nos territórios.

Sobre o seguimento da Psicologia que fosse capaz de nos alertar sobre esses problemas, Jaco-Vilela & cols. (2016) alertam para o surgimento de uma abordagem na Psicologia com um olhar sensível do contexto ao seu redor (e que mais tarde viria a se consagrar como Psicologia Social) que inicialmente teve seu desenvolvimento científico permeado por influências estrangeiras, pois durante muito tempo as teorias utilizadas por diversos profissionais da Psicologia eram oriundas dos Estados Unidos ou européias, que além de muito voltadas para a clínica, oferecia uma universalização sobre o desenvolvimento humano. Esse posicionamento exclui completamente o legado cultural de um indivíduo negro, afro descendente ou indígena, por exemplo. Fatores como tais não podem ser desconsiderados, uma vez que indicam determinantes cruciais ao entendimento do sofrimento psíquico em decorrência do “apartheid” social e toda dor que o racismo promove.

Dito isso, podemos avançar a discussão do artigo cujos autores postulam como “muito recente” o trabalho dos Psicólogos no campo do SUAS e que este implica muitos desafios. Desafios esses admitidos pelos próprios Psicólogos que atuam no SUAS, pois os mesmos salientam a falta de aporte durante a graduação para o trabalho na esfera da Assistência Social. Como não atentar-se para isso se no Brasil, quem partirá em busca dos serviços de Assistência são por excelência as camadas sociais menos favorecidas economicamente, quase sempre em situação de vulnerabilidade social e que são, em sua maioria de origem negra? Nas palavras de Maia (2017, p.37) “*o racismo direcionado a essa população produz, como efeitos psicossociais, o preconceito e a discriminação, favorecendo a violação de seus direitos e a ampliação de seus contextos de vulnerabilidade social*”.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Refletindo os resultados das entrevistas individuais realizadas com 7 Psicólogos do gênero masculino e feminino, nas faixas etárias entre 25 até 55 anos e de raça/etnias auto declaradas, ocorrendo as definições: branca, parda e negra, eles também atentam para a ausência do debate sobre as questões étnico-raciais ao longo da graduação (MAIA, 2017). Dentre os objetivos das entrevistas, constavam a interpelação sobre a incidência desse tema ao longo do curso de graduação; o processo de branqueamento; desigualdades em detrimento do racismo; privilégios quase sempre dominados pela população de pele branca e etc.

A pertinência do estudo de Maia (2017) encontra-se no fato que ele denuncia abundantemente a pouca formação sobre as relações étnico-raciais a que estão submetidos os estudantes de Psicologia e futuros Psicólogos. Segundo o autor, tamanha é a incompreensão dos entrevistados, que não conseguem diferenciar conceitualmente termos como, preconceito e discriminação étnico-racial, pensando eles equivocadamente que tudo é uma coisa só. É importante diferenciá-los:

Preconceito étnico racial refere-se a atitudes e juízos pré-concebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada raça-etnia e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária. Já a discriminação étnico-racial refere-se a toda distinção, exclusão ou restrição baseada na raça-etnia e capaz de pôr em risco as liberdades fundamentais e os direitos em quaisquer esferas (MAIA, 2017, p.45).

Outro problema identificado foi o fato do atendimento desses profissionais no âmbito do SUAS ocorrerem de forma majoritariamente material, centrado no sentido de solucionar problemas específicos de um indivíduo ou seu núcleo familiar. Todavia, em questões para além desses desígnios, esses profissionais não promovem espaço dentro da rede do SUAS para outras discussões (MAIA, 2017).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Analisando desveladamente esses três artigos, refletindo-os à luz da ciência e apoiando-nos em outros teóricos que versam sobre o tema e que nos dão maior abrangência na investigação, notamos que a contribuição da Psicologia é precária no que se refere ao atendimento prestado à população vulnerável que precisará ser assistida pela rede de Assistência Social. Seja nas contribuições acadêmicas materializadas sob a forma de publicações em periódicos, seja no campo de atuação prática, uma vez que foi constatado nas entrevistas dos três artigos analisados que até mesmo uma profissional colaboradora do SUAS assumiu postura racista quando negou benefício a um usuário negro concedendo-o a outro usuário branco, baseada em mitos e noções pessoais um tanto preconceituosas.

Soma-se a isso o fato de que a inserção de disciplinas voltadas para as Políticas Públicas é algo recente em nossa formação, pois é também em decorrência da escassez dessas matérias na grade de formação que foi se desenvolvendo uma geração de Psicólogos despreparados para lidar com a complexidade deste problema que inevitavelmente incidirá na rotina deste profissional inserido nas Políticas Públicas de Assistência Social, e que inclusive, costumam ocorrer ser nessas instituições a primeira oportunidade de trabalho após o recebimento do título de Psicólogo.

De fato são muitos os problemas que brotam das questões étnico-raciais e a Psicologia brasileira necessita urgentemente caminhar na rota de abarcar a diversidade de demandas que a sociedade atual demanda. A dificuldade no garimpo de publicações em Psicologia correlacionando relações étnico-raciais dentro das Políticas Públicas de Assistência Social, por si só já revela fragilidade justamente pela pouca implicação nessa seara, conforme atesta o presente estudo. É oportuno refletir aqui o que Dimenstein (2000) aponta quando diz que a Psicologia enquanto ciência e profissão se estabeleceu em diversos espaços na sociedade, a exemplo da multiplicidade de abordagens e subseguintes dentro dela. Contudo, ainda assim não conseguiu promover transformações



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



eficazes nas ideologias dominantes em nossa sociedade, no que se refere às questões étnico-raciais aqui problematizadas.

Salientamos ainda para outro aspecto de suma importância que é a formação da identidade e autoestima do negro no Brasil. Diante deste racismo e preconceito tão presente, a autoestima da comunidade negra aqui é, em sua grande maioria, baixa e/ou fragilizada. Merton (2003) sociólogo norte americano, cunhou o termo “role models” que numa tradução mais fiel à sua intenção no idioma de origem, significa “modelos de papéis sociais”. De acordo esse autor, é na medida em que um jovem negro percebe outro negro ocupando cargos e posições de importância, ele enxerga a possibilidade de também poder atingi-la. No Brasil não é comum ver médicos, advogados, magistrados e políticos negros, porém é bastante comum perceber negros ocupando cargos mal remunerados e sem nenhum prestígio social.

Se por um lado a história registra a lei que assegura a abolição, é fato que a mentalidade escravocrata permaneceu em nós, porque o racismo é mais do que uma rejeição dessa ou daquela raça, mais do que a crença na supremacia de uma raça considerada pura ou superior que abarca maior inteligência, senso moral mais avançado e a beleza ideal, já que tem-se no ideário popular a cor negra associada aquilo que é ruim e negativo e o inverso à cor branca. Refiro-me ao racismo que é, sobretudo, uma ideologia que serve para eternizar a distância da classe negra e pobre das demais classes brasileiras, que serve para exercer soberania e dominação a essa população há tanto tempo desprivilegiada.

5 CONSIDERAÇÕES QUE ESPERAMOS QUE NÃO SEJAM FINAIS

Um desafio enorme que está posto diante de nós Psicólogos é perceber os impactos que o racismo causa e que estes vão muito além de subtrair inúmeros direitos e perpetuar a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



desigualdade inquestionável que se estabeleceu desde os primórdios da colonização deste país, fortemente presentes ainda na atualidade. Se a desigualdade social e a discriminação racial normalmente se entrecruzam, há um potencial de sofrimento psíquico em virtude da violência causada pelo preconceito. Embora existam leis que atentem para a relevância desse problema, a exemplo da lei federal 11.645/08 que alerta para a obrigatoriedade de ensino sobre história da África, cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino: público ou particular, ainda é muito austera sua verificação prática e é também pouca ou inexistente a abordagem desse tema nas discussões centrais, nas pautas das Políticas nacionais, enfim é um problema desprivilegiado, tal qual a população de pele negra (BRASIL, 2008).

A reflexão possibilitada por meio desse estudo aponta que também a grade de formação em Psicologia é precária, pois prevalece uma formação voltada à clínica, herança do distanciamento de nossa categoria da população vulnerável social e economicamente. É relevante romper com essas “amarras” que conduzem à imagem estereotipada do Psicólogo voltado para o atendimento clínico individual e limita a práxis nas Políticas de Assistência Social.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. - (Série textos básicos, n. 25).

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena". República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

_____. **Orientações Técnicas**: Revista CREAS: Centro de Referência de Assistência Social. -- Ano 2, n. 1, 2008. – Brasília: MDS, 2009.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

_____, Decreto n. 12435, de 06 de jul. de 2011. **Organização da Assistência Social**, Brasília, DF, jul 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigo_etica>. Acesso em: 29 ago. 2018.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2000000100006&lng=enrm=iso>. Acesso em: 29 Ago. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



JACO-VILELA, Ana Maria; DEGANI-CARNEIRO, Filipe; OLIVEIRA, Dayse de Marie. A FORMAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 28, n. 3, p. 526-536, Dec. 2016

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822016000300526&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

MAIA, Rodolfo Luis Almeida; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SANTOS, Marcelo Jardim dos; "As Relações Étnico- Raciais no Cotidiano de Psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da Cidade de São Paulo", p. 33 -50. In: LERNER, Rogério. **Atualidades na Investigação em Psicologia e Psicanálise**. São Paulo: Blucher, 2017.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. teor.prat.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872013000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

MATA, Valdisia Pereira da; SANTOS, Djean Ribeiro dos. O papel do psicólogo numa política pública de combate a práticas racistas. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 02 (núm. esp.) p. 39-51, 2015. Disponível em <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2015/12/Mata-Santos-2015-O-papel-do-psic%C3%B3logo-numa-pol%C3%ADtica-p%C3%ABblica-de-combate-a-pr%C3%A1ticas-racistas.pdf>>. Acesso em: 04 de Ago. 2018.

MERTON, Robert K. **Versatile sociologist and father of the focus group, dies at 92**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2003/02/24/nyregion/robert-k-merton-versatile-sociologist-and-father-of-the-focus-group-dies-at-92.html>>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Revolução industrial e seus desdobramentos**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/revolucao-industrial-seus-desdobramentos.htm>>. Acesso em: 11 Jul. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PSICOLOGIA E O NEGRO: (o efeito do racismo na construção da identidade negra.)

Rafael Pereira Lobo

Graduando em Psicologia

rafalobopereira@hotmail.com

Introdução

Partido da realidade presente no cotidiano entre o homem de cor e o homem branco, várias áreas do conhecimento, principalmente na área da psicologia estão produzindo a respeito. Produções estas que têm potencializando um caráter investigativo, de promoção e integração do negro na sociedade.

A Palavra raça é utilizado para explica a diferente característica típica da espécie humana. Porém, estudos genéticos contemporâneos, provaram a não existência de marcadores biológicos entre sujeitos da espécie humana. O termo raça não existe, esse conceito é invenção social (MUNANGA, 2004).

Porque então classificar a diversidade humana em raça de diferentes? A variabilidade humana é um fator empírico indubitável, que não podemos contestar, requer uma busca explicativa científica do fenômeno.

Os conceitos e classificações de raça servem como representação, da trajetória que delineou o racismo um estigma em categorizar a cor negra, operacionalizando o pensamento racista. Dessa forma que o conceito de raça tem propagando para uma construção de hierarquização e dominação entre sujeitos, entendemos que o racismo é o efeito ideológico da existência de uma raça que se difere de outra.

Ainda no Brasil, raça é utilizada para demarcar categoria que diferencia um grupo. Conjunto de característica fenotípicas de uma espécie, que hierarquiza e polariza entre um ser de outro. (SCHUCMANA, et al., 2017) A cor da pele, o formato dos lábios e do nariz,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



a textura e a forma do cabelo são alguns dos atributos físicos utilizados para diferenciar e hierarquizar os grupos raciais.

O racismo foi criado em 1920, enquanto conceito, e realidade já passou por várias leituras e interpretações. Já recebeu muitas definições que nem sempre se ouve um significado em comum. Quando utilizado no cotidiana nem sempre contém o mesmo conteúdo etimológico, há uma dificuldade de solucionar o racismo, com isso o racismo é qualquer atitude de rejeição ou ofensa social (MUNANGA,2004).

A construção de raça e racismo é o ponto de partida que viabiliza a violência vivida pelo povo brasileiro. Permeiam o modo como se constitui a subjetivação e socialização do negro, dentre mais variáveis espaço de ocupação, educação, segurança, lazer, trabalho, moradia, etc. Com isso não se vê em nossa sociedade o negro ocupando o lugar de destaque onde realmente ele deseja estar, esse não é seu lugar, pois sempre que ele tenta, outras pessoas de condições favoráveis ocupam seu lugar.

Os brancos que livremente conseguem ocupam os lugares que, de maneira geral, usufruem das situações mais privilegiadas. Com isso constrói uma relação de biopoder, onde uma raça se coloca superior a outra, a ponto dominância exercendo superioridade.

O Brasil encontra-se entre as maiores economias do mundo e foi considerado, ao longo de várias décadas, o país da “democracia racial”. Entretanto, embora nunca tenha se consolidado no país um regime de segregação racial legal e formal, a realidade brasileira é outra (SANTOS, 2009).

As Distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo. A literatura é pródiga em trabalhos que demonstram, ao longo de décadas, a presença e a persistência das desigualdades raciais a da situação subalterna do negro na sociedade brasileira (FERNANDES, 2008).

Objetivo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Objeto com esse trabalho é discutir relação étnica/racial, como essa relação constrói subjetividades, como isso afeta no processo de construção da identidade da população negra. Pensar Políticas de inclusão, verificar como as práticas mantêm e fortalecem o racismo.

Metodologia

Partido de uma perspectiva sócio histórica, que permite compreender o fenômeno social do racismo, foi realizado uma investigação minuciosa de revisão bibliográfica, que embasam a temática étnica/racial.

Justificativa

Ter um posicionamento crítico, que diminua os discurso e discriminação racial, produzir um conhecimento científico, que despolarize as relações em o negro e braço, para mudança de paradigma do pensamento hegemônicos, garantindo os direitos, privilégio e inclusão. Que contribua para valorização e saúde mental do negro. Partido dos efeitos psicossociais do racismo uma proposta mais ampla que visa à elaboração do racismo introjetado através de uma perspectiva sócio histórica, com vistas a favorecer o estabelecimento de novos parâmetros de convivência.

Discussão

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite (RODRIGUES,1957 apud PINTO,2014; p-5).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Essa frase dita por Rodrigues retrata a forma como é tratado o negro, na realidade contemporânea a respeito da questão racial no Brasil. Esse é um fato presente do país, não apresentar uma política segregacionista entre brancos e negros, tais como ocorreu em outros países, como Estados Unidos e África do Sul, considera-se que a crença no Brasil todas as raças convivem de forma amistosa e respeitosa.

Dessa é o que se houve esse discurso o racismo não este que todo tem direito iguais, que o racismo é vitimismo dos negros. Se existe discriminação racial no nosso país, as pessoas tendem a acreditar que é algo pontual e no âmbito do privado, não na esfera pública. Portanto, falar de raça no Brasil não faz sentido para a maioria das pessoas, pois não faz parte da boa linguagem e nem é considerado educado. No entanto, o racismo no Brasil é um fenômeno complexo, velado, difícil de ser compreendido e enfrentado (PINTO; FERREIRA, 2014).

É uma realidade que a sociedade é marcada por desigualdades e discriminação racial, que muitas das vezes encontram de forma velada. O racismo está presente nas formas como a sociedade organiza-se socialmente na contemporaneidade.

Nossa análise partir dessa perspectiva, podemos considerar que a cidadania e o consequente processo democrático advindo de tal norte ideológico, foram posta como produto desenvolvido a partir da formação e consolidação de uma visão liberal na sociedade.

Esse fenômeno é o resultado que evidencia os embates políticos, produzidos como consequências, que refletir sobre os espaços social, a partir desse momento, seria visto também como campo de conflito, tensão e um cenário de evidenciação da dicotomização de classe, que hoje se configura como uma dominação de classe superiores, conjuntamente com opressão em relação a camadas inferiores, com isso possibilita a ainda mais a desigualdade, que teve como consequência principal a separação produzida entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado (SEMMET, 1988).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Como um elemento estrutural da relação dicotômicas indivíduo e sociedade, que pavimentam o caminho da desigualdade e exclusão social. Analisando o modo como o sistema representa e compartilha suas práticas sociais, eles acabam sendo bases reguladoras para o convívio hostil e opressor, ocasionando mortes violentas, com mais da metade da população brasileira.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, de pressuposto biológica e cultural, entre as três raças originárias, que atravessa o profundo imaginário da sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, mantendo o padrão dominante. Permitindo às elites dissimular as desigualdades e impedindo o homem de cor se conscientizar acerca dos aspectos culturais, que teria contribuído para a construção e expressão de uma identidade do negro. Essas características são “dominadas” e convertidas em símbolos nacionais pelas elites opressoras (MUNANGA, 1988).

Pensa em uma democracia racial na modernidade é refletir nesse processo, como um produto da relação entre uma liberdade política, sendo uma capacidade de exercer seus direitos, e uma igualdade social que é a capacidade de desfrutar do mesmo direito e privilégio, como todos os cidadãos (PINTO; FERREIRA, 2014).

São direitos de qualquer pessoa, independente de raça, gênero ou classe, que por obrigação pertencem ao sujeito, direitos estes que, devem ser assegurados e mantidos. A situação da pessoa negra em relação a sua valorização, reconhecimento, direito, inclusão social e educacional como muitos outros aspectos presentes, são maneiras de ascensão social do indivíduo, existem várias formas de expressão de valorização que o negro busca afirmar. A negação de tais direitos, indica a forma como as minorias são tratadas, dessa maneira demonstra que o sujeito não se encontra classificado com pertencente a raça humana, pois seus direitos foram retirados violentamente desumanizado, com isso seu impede seu exercício de cidadania, anulando a identidade negra (VILHENA, 2006).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Portanto, segundo Ferreira (2002), A população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca. Em decorrência, a construção de uma identidade positivamente afirmada, requisito necessário para as pessoas se engajarem em políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais, torna-se um processo dificultado (p. 71).

É importante a compreensão do saber da Psicologia, sobre as dimensões racial, para democratização das práticas sociais, que envolva uma concepção de cidadania democrática brasileira.

O negro na sociedade escravocrata e no período republicano brasileiro, histórico que compreende a expansão marítima europeia, no século XV, a Europa era considerada o centro de uma divisão continental do mundo. Os outros continentes dessa conjuntura eram a América e a África. Esses continentes participavam como território de exploração, o primeiro de recursos naturais e proventos mercantis, o último da mão de obra escrava (CHIAVENATO,1980). Dessa forma, a saída de homens e mulheres negros do continente africano e sua chegada à costa brasileira foram no intuito de servir como mão de obra escrava, naquele momento em que o Brasil passava por um processo de povoamento e exploração por sua metrópole, Portugal.

Na escravidão, o africano ocupava lugar central no processo produtivo. As relações econômicas de grande e médio porte, internas e com outros países, dependiam da força de trabalho escravo para se desenvolver. Por mais de três séculos o escravo foi considerado uma mercadoria no Brasil. Ele podia servir de moeda de troca e, ao mesmo tempo, era a principal força do sistema econômico (PINSKY,2000). De acordo com Santo (2009), o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



total de africanos desembarcados no Brasil na época da escravidão foram cerca entre 3,5 milhões e 4 milhões de escravos.

Nesse período a representação social que se cria do negro é de objeto de exploração, mercadoria e lucro, não possui autonomia sobre sua própria vida, um ser inútil para o convívio em sociedade, os europeus dominaram os nativos violentamente, colonizaram retirados deles crenças, costumes, obras primas, imporão o eurocêntrico, nas práticas. O processo de colonização foi uma forma de controle sobre o negro e indígenas que não tinham como se proteger dos colonos.

A Dimensão parte dessa lógica inferiorizam-te, o negro e sua cultura passam a ser referidos como parte desqualificada do tecido social, em termos das formas sociais de inexistência antes mencionadas: o negro é visto como ignorante, residual, inferior, improdutivo, indolente.

Partir dessa perspectiva perceber que o racismo é uma violência ao corpo, em relação da subjetivação do negro. Com isso a identidade negra, foi forjada no momento que se deu o tráfico interno de negro, onde tanto seus nomes, quanto as condições de vidas oferecidas, levaram a se perceberem objeto pertencentes ao colonizador (JOAQUIM,2001).

Construção identidade Negra

Escola de Nina Rodrigues, do final do século XVIII, ao início do século XIX, defendendo uma diferenciação entre raças, segundo Nina Rodrigue o negro está predisposto biologicamente a degenerar. O discurso racial presente em sua obra, foi definidor de um padrão de normalização da sociedade a manutenção classificatória de hierarquias, que foi posteriormente seria substituído por um modelo de mestiçagem menos pessimista e mais viável para um país ainda em construção e desenvolvimento, cujo propósito era produzir um discurso mais eficaz, de controle, sobre esse “elemento negro”. O que vai se produzir é uma espécie de passagem de um modelo racial para um modelo

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



culturalista.

Isso marca, no entanto, menos a mudança do “objeto” de análise que a continuidade de práticas de controle social, isto é, a determinação das positivities e/ou negatividades desse “objeto”. Um exemplo desse exercício foi a tentativa empreendida por Arthur Ramos em “atualizar” o discurso de Nina Rodrigues a partir de seu projeto culturalista, tomado emprestado do campo da antropologia. Com a inserção desse estudo o negro é tido com o mal da sociedade, ao degenerado era atribuído todos tipo de causas, de criminalidade, doenças, já que ele era o degenerado, em sua implementação pelo fato das raças negra, que consideramos que as questões levantadas e as respostas produzidas em torno da interface entre os saberes psicológicos e a questão racial, que vão produzir uma mudança na forma de pensar o papel e o lugar social de determinados grupo sociais.

Perspectiva históricas nas quais demonstrarei um enfoque psicologizante, legitimando o racismo científico, em torno da questão racial, que até atrás marcas que influenciou a construção da percepção do negro na sociedade.

Portanto, a partir daí as produções da Psicologia e principalmente da Psicologia Social, passam a pensar o fenômeno do racismo do ponto de vista psicossocial e não psicologizante, pois não localizam no sujeito discriminado a responsabilidade pela discriminação racial, mas nos aspectos psicológicos que afeta o sujeito discriminada.

O imaginário do negro construí um complexo de inferioridade a crença na supremacia de um grupo sobre outro, foram sustentadas pela ciência do século XIX, como intuito de justificar a escravização de negros. O período escravagista foi marcado pela forma animalizada e coisificada da forma como o homem de cor foi tratado, uma estratégia que resultou na construção de uma imagem desumanizada do negro, e na desconstrução de sua identidade. O sentimento de inferioridade de não pertencente a uma categoria de humanos é o real sentido deixado pelas marcas do racismo. (SILVA, 2008).

A trazer em pauta questões sobre a identidade, principalmente à identidade da pessoa negra, é muito comum as pessoas categorizarem os indivíduos quanto às suas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



características raciais de maneira reducionista, baseando-se exclusivamente na cor da pele – classificando os em negros ou brancos. Para compreendermos a problemática da pessoa negra, o conhecimento de como ela se constitui no mundo, construindo a sua autoestima, autoimagem e sua maneira de existir, é fundamental que compreendamos a categoria identidade (SILVA, 2000).

A categoria identidade é efetivamente importante para compreendermos como o indivíduo se constitui. A identidade não é algo inato. É construída a partir do momento que o sujeito entra em contato com o contexto modificando o mesmo e sendo modificado. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação, estabelecimentos de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços que são compartilhados e expressam através de práticas (GOMES, 2005; p.41).

Dessa forma, busca-se inquirir o que os sujeitos dizem, pensam e atuam acerca dos sentidos que constituem o mundo, e, de modos diversos, o próprio sujeito. Os discursos, as relações de poder e o contexto histórico na construção das identidades sociais e culturais são considerados fatores essenciais, na medida em que a produção de sentidos consiste em um deslocamento para o significado.

O primeiro, destacando a interdependência entre os indivíduos, como sujeito ativo atuante no mundo, porém encontra-se estabelecido por relações constituídas de poder, reflete na construção da identidade de um indivíduo a partir do momento que este assume seu envolvimento e pertencimento a um determinado grupo social.

Para Joaquim (2001, p. 54), explica a noção de identidade, dizendo que “consiste num fenômeno derivado da dialética entre um indivíduo e a sociedade”. (JOAQUIM, 2001, p. 54), identidade social é vista como algo que está relacionada aquilo que o indivíduo atribui, de forma positiva, a um grupo de referência, com o qual partilha satisfatoriamente valores e tradições.

Já que nenhuma identidade é construída, e não no isolamento, mas a partir das nossas relações, da cultura que possuímos, da história que carregamos e dos lugares sociais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e políticos que ocupamos, sendo assim formada ao longo de toda a vida.

Partindo do pressuposto de que a identidade é um processo de construção social, verificamos assim, que a identidade negra recebeu uma carga de interpretação social negativa, ressaltando o lugar de subalternidade deste grupo social. Porém, esta identidade precisa ser trabalhada de forma positiva, visto que a solidificação da ideia pejorativa e marginalizada, leva muitos afrodescendentes à autonegação (SILVA,2000).

Pois, o descrédito atribuído a um grupo que é inferiorizado atinge todas as pessoas que se identificam neste grupo, por ter seus direitos negados, com isso o negro internalizar o complexo de inferioridade.

Desta forma, o processo de construção das identidades sempre se refere a um “outro”, ou seja, “eu sou algo a partir daquilo que eu não sou”, ou “eu não sou o que o outro é”. As pessoas constroem suas identidades a partir das diferenças do que “eles e elas não são” e do que “eles e elas não possuem” (HALL, 2000; SILVA, 2000). Ao negro foi retirado seu privilégio, e imposto o padrão eurocêntrico como referência, isso o negro era busca se igualar ao homem braço.

Em construção de sua identidade, os grupos desfavorecidos economicamente, politicamente e socialmente, lutam por políticas públicas de afirmação para que possam ser reconhecidos e valorizados por sua identidade e dignos de obter os mesmos direitos sociais. Para Joaquim (2001), saber-se negro é viver a experiência de ter sua identidade negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade. Essa identidade daí emergente é necessária, por ser historicamente formada em uma sociedade ambígua e multifacetada. Uma identidade, ao mesmo tempo, étnica e política, não somente individual, mas também coletiva.

Não existe na população um respaldo educacional, como referência para o negro, processo civilizador da construção da identidade negra se faz presente na escola no momento em que é desconsiderada uma educação que valoriza as diferenças, escola é um lugar que produz e reproduz as contradições sociais.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Segundo Fanon (2008), o processo de construção de identidade do homem de cor é através do homem brancos, para ele a única referência que o negro tem é a supremacia do branco, sempre se encontra em condições de privilégios e autoridade. A subjetividade do negro é marcada por uma neurose capaz de gerar uma alienação da sua condição de sujeito negro, levando-o por vezes a se pensar no mundo dos brancos. Ressaltamos que esta situação não é fruto de algo inerente ao negro, mas consequência histórica do processo complexo de construção indenitária em que se estabelece essa referência ambivalente – a de pensar-se socialmente no mundo dos brancos.

O complexo de inferioridade do colonizado deve-se ao sepultamento de sua originalidade cultural, faz parte do processo de dominação colonial desconsiderar que o negro possui cultura, civilização e um longo passado histórico (GUIMARÃES, 2008).

Por outro lado, a valorização superestimada da cultura europeia, se fortalece na desvalorização das culturas dos negros, ou simplesmente, na total destituição cultural do colonizado, ou seja, na indicação de que há ausência de civilização entre os povos colonizados (ROCHA, 2015).

Fanon (2008) nos mostra o complexo de inferioridade introjetado na psique de um negro ou uma negra pode influenciar na escolha do cônjuge privilegiando o branco ou a branca como parceiros ideais, tanto pela questão estética, que em sociedades racistas define-se o padrão de beleza branco como o belo por excelência, quanto pela questão material, pois, nestas mesmas sociedades a cor também se torna um marcador da distribuição de privilégios colocando os brancos no topo da pirâmide.

Considerações finais

Historicamente reivindicações tem sido feita por grupo negros brasileiros que por sua vez tem se posicionado diante de tanta opressão. Com essas reivindicações preocupação de olhar significativo para o racismo e as relações raciais, tem diminuído a desigualdade, sendo o negro tornou-se objeto de estudo, pesquisas e artigos são forma de visibilizar a realidade racial. Ainda que falte muitas coisas para poder alcançar.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Desta forma, a construção das identidades se processa através de diferentes atravessamentos, o que implica dizer que as identidades são históricas, fluidas e não fixas. Dessa forma, diferentes sentidos são produzidos em diferentes momentos e contextos e podem ser entendidos como formas de resistência ou tentativas de transformação de práticas hegemônicas, Psicologia é convocada a pensar nas desigualdades sociais, políticas e raciais de nosso país e com isso promover sua desnaturalização.

Referências

FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba.

CHIAVENATO, J. J. (1980). *O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense.

FERNANDES, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca: v.1. Ensaios de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo.

FERREIRA, R. F. (2002). *O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente*. Psicologia & Sociedade, p-71.

HALL, S. (2000). *Quem precisa da identidade?* Em SILVA, T.T. (Ed.), *Identidade e Diferença* (pp. 103-133). Petrópolis: Vozes.

GOMES, N. L. (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão*. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade).

GUIMARÃES, A. S. A. (2008). *“A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra.”* In: *Novos Estudos*. 8 de julho de 2008.

JOAQUIM, M. S. (2001). *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio Grande do Sul: Pallas; São Paulo: Educ.

MUNANGA, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Em André Augusto P. Brandão. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MUNANGA, K. (1988). *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo, Editora Autêntica.

PINTO, M.C.C.; FERREIRA, R. F. (2014). *Relações Raciais No Brasil e a Construção da identidade da Pessoa Negra*. Pesquisa e Práticas Psicossociais-ppp-São Joao del-rei.

PINSKY, J. (2000). *A escravidão no Brasil*. São Paulo.

ROCHA, G. S. (2015). *Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon*. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VIII, No XV. FAPESP.

SANTOS, G. (2009). *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.

SENNET, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

SILVA, A. M. (2008). *Psique e negritude: o efeito psicossocial do racismo*. Instituto AMMA psique e negritude. Imprensa oficial- são Paulo.

SILVA, T.T. (2000). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes.

SILVEIRA, R. (2008). "Nota do tradutor." In: FANON, Frantz, *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia, Edufba.

SCHUCMANA, L. V. et al., (2017). *A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes*. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia (IPUSP). São Paulo, SP, Brasil b Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Itajubá, MG, Brasil.

VILHENA, J. (2006). *Violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância*. Revista Psicologia Política.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO C - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UESB.

Isabela Pinto Magno Martins

Psicóloga

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

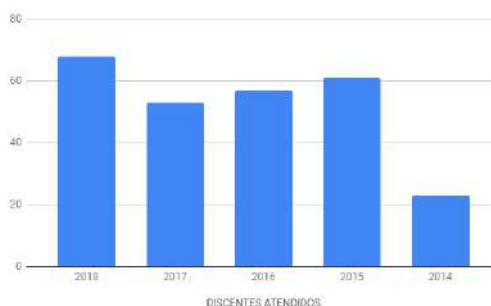
isabelapmagnomartins@gmail.com

PERFIL DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO CAMPUS DE JEQUIÉ NO ANO DE 2018:

1º) QUANTIDADE DE DISCENTES ATENDIDOS:

68 Discentes.

Nota-se um aumento na quantidade de discentes atendidos pelo serviço de psicologia em relação aos anos anteriores. É importante salientar que o aumento no número de discentes atendidos deveria ter sido bem maior, pois houve um crescimento significativo na lista de espera de discentes que manifestaram interesse em ser atendidos que não puderam ser agendados por falta de horário disponível para atendimento, pela falta de uma sala de atendimento própria para os atendimentos psicológicos e de mais profissionais para acolher esta demanda.



17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

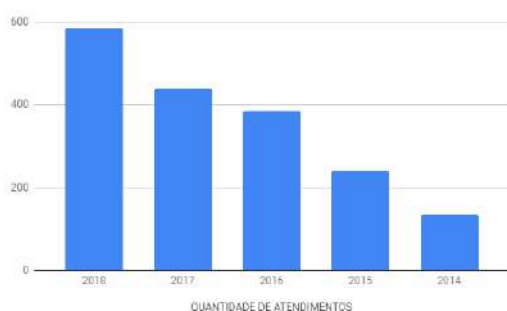


2º) QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS:

587 atendimentos

Nota-se um aumento significativo na necessidade de acompanhamento continuado, apresentando uma média de 8,6 atendimentos por discente, mesmo entendendo a necessidade da otimização do tempo para poder oferecer o serviço a mais alunos que precisam do serviço.

Este fato se deu pela gravidade de alguns sintomas apresentados e pela dificuldade de encaminhamento para acompanhamento psicológico clínico gratuito na cidade de Jequié. Sendo que para não ficarem desassistidos alguns discente precisaram passar por acompanhamento mais longo no próprio PRAE.



3º) PROCURA DO SERVIÇO:

- **Espontânea: 67,65%** dos discentes atendidos procuraram o atendimento psicológico por conta própria, por compreender que precisavam de orientação ou aconselhamento por alguma questão ou sintoma apresentado.

- **Colegas: 16,17%** dos discentes atendidos procuraram o setor acompanhados ou orientados por amigos ou colegas que perceberam que estes precisavam de ajuda.

- **Professores / Colegiados: 5,88%** dos discentes atendidos foram encaminhados

17, 18 e 19
 Outubro de 2018
UESB
 Vitória da Conquista

**II MOSTRA
 DE PRÁTICAS EM
 PSICOLOGIA E POLÍTICAS
 PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
 e resistência nos
 territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

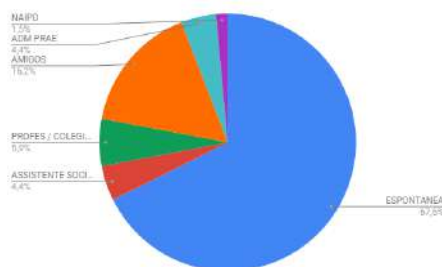


por professores ou pelo colegiado que entrou em contato diretamente com o setor de psicologia do PRAE solicitando atendimento para o aluno que apresentava algum sintoma que pôde ser percebido em sala de aula.

- **Assistente Social: 4,42%** dos discentes atendidos foram encaminhados pela Assistente social do setor após a entrevista sócio-econômica ao perceber a necessidade de uma escuta especializada.

- **Administrativo PRAE: 4,41%** dos discentes atendidos foram encaminhados pelo administrativo do setor ao perceber algum sintoma que necessitava de acolhimento e orientação.

- **NAIPD (Núcleo de ações inclusivas para pessoas com deficiência): 1,47%** dos discentes atendidos que precisavam de escuta especializada e acolhimento e orientação.



4º) DISCENTES ATENDIDOS X CURSOS:

- Ciências Biológicas (17,64%)
- Fisioterapia (16,17%)
- Enfermagem (13,23%)
- Farmácia (11,76%)
- Odontologia (10,29%)
- Letras (10,29%)
- Química (7,35%)

17, 18 e 19
 Outubro de 2018
UESB
 Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
 e resistência nos
 territórios

REALIZAÇÃO:

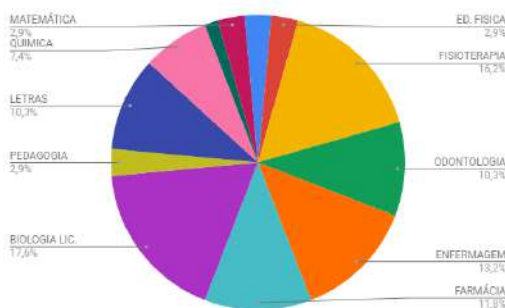


APOIO:



- Educação Física (2,94%)
- Pedagogia (2,94%)
- Matemática (2,94%)
- Medicina (1,46%)
- Sistemas de Informação (1,46%)
- Teatro (1,46%)

No ano de 2018 houve um crescimento na procura de atendimento psicológico por parte de discentes dos cursos de ciências da saúde com carga aulas em período integral como nos cursos de Ciências Biológicas, Fisioterapia e Enfermagem. Uma das principais queixas destes discentes relacionadas aos cursos é a carga horária extensa e a pressão de muitas disciplinas que acaba por esgotar física e mentalmente os discentes que apresentam dificuldades no gerenciamento do tempo livre para se organizarem para estudar para todas as disciplinas.



5º) PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

- Sim: (2,94%)
- Não: (97,05%)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE: 1 apresentava deficiência visual e 1 apresenta deficiência física.

6º) ESCOLHA DO CURSO:

- Aptidões Pessoais: (73,52%)
- Influência da Família: (11,76%)
- Retorno Financeiro: (8,83%)
- Única Opção dentro da UESB / Cidade: (5,88%)

Grande parte dos discentes atendidos escolheram o curso em que estão por aptidões pessoais após obter informações sobre as disciplinas cursadas e a carreira profissional e se sentirem motivados a escolher determinada área específica. Porém ainda temos vários estudantes que foram influenciados pela família, pensaram apenas no retorno financeiro ou escolheram o curso por falta de opção dentro da cidade. Pôde ser observado que estes discentes apresentam mais problema para adaptação às situações adversas, que pensam em abandonar o curso devido à pressão sofrida.

7º) O QUE IMAGINAVA DA PROFISSÃO:

- Realização Pessoal: (72,05%)
- Retorno Financeiro: (27,94%)

8º) JÁ REPETIU DISCIPLINA:

- Sim: (69,11%)
- Não: (30,88%)

Pôde ser observado a partir dos atendimentos que mesmo os discentes que estão regulares no curso por não terem repetido nenhuma disciplina e que estão se mantendo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



com boas notas na vida universitária apresentam sintomas ansiosos relativos à cobrança demasiada deles mesmos, da família e dos professores para que se dediquem cada vez mais à universidade em detrimento de suas vidas pessoal.

9º) DISCIPLINAS COM MAIS AFINIDADE:

- Exatas / Cálculos: (7,36%)
- Humanas / Filosóficos: (25%)
- Biológicas: (67,65%)

10º) DISCIPLINAS COM MENOS AFINIDADE:

- Exatas / Cálculos: (79,41%) 54
- Humanas / Filosóficos: (16,17%) 11
- Biológicas: (4,41%) 3

11º) SITUAÇÕES DA VIDA COTIDIANA QUE PODEM INFLUENCIAR NO ADOECIMENTO MENTAL DOS DISCENTES:

- **Carga horária excessiva – 88,23%** dos discentes atendidos se queixam que a carga horária das disciplinas em sala de aula e a quantidade de atividades que os professores passam para serem feitas em casa, além de provas e atividades avaliativas feitas em grande frequência causam um nível de estresse e ansiedade muito alto e os prejudica mesmo no tempo em que teoricamente teriam livres, pois ao invés de aproveitar para descansar ou se dedicar a atividades de lazer eles sofrem uma cobrança interna para que concluam as atividades ou estudem mais do que já o fazem para não deixar as disciplinas se acumularem.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- **Relacionamento social / interpessoal** – **85,29%** dos discentes atendidos relatam que seus problemas interpessoais dentro e fora da sala de aula acabam influenciando no seu rendimento dentro da universidade. **16% destes discentes se queixam que as atividades em grupo** são causa de ansiedade e estresse e relatam que a vida universitária seria mais tranquila se não tivessem que fazer tantas atividades em grupo. A maior parte das queixas estão relacionadas a sentimento de não serem aceitos por questões socioeconômicas, de diferença de idade ou de opiniões.

- **Relacionamento Familiar** - **73,53%** dos discentes atendidos informam que seus problemas familiares acabam influenciando no seu rendimento na UESB. **39,70% destes discentes moram na mesma casa de seus familiares** e relatam que preferem passar o dia inteiro na Universidade, mesmo no período em que não estão em aula, com o intuito de evitar estar em casa e fugir das brigas domésticas e **34,37%** dos discente que relatam problemas familiares **mesmo estando afastados fisicamente da família** vivendo em repúblicas ou sozinhos ainda sentem a influência dos problemas domésticos mesmo afastados do seio família.

- **Dificuldade Financeira** – **72,06%** dos discentes atendidos relatam que as dificuldades financeiras atrapalham seu rendimento na Universidade. Algum destes discentes relatam que precisariam estar trabalhando para se manter na Universidade mas muitos não podem pela carga horária extensa de aulas e atividades. **54,4%** dos discentes atendidos estão sendo beneficiados com **algum auxílio financeiro socioassistencial** no caso das bolsas do PRAE ou Bolsa Permanência do Programa Mais Futuro.

- **Dificuldade de adaptação à novas situações** - **70,59%** dos discentes atendidos relatam dificuldades de adaptação à vida Universitária. Grande parte dos discentes atendidos são de outros municípios ou estados e tiveram que se mudar para estudar na UESB. A adaptação à nova cidade, a separação da família e amigos e as mudanças percebidas entre a metodologia de ensino do ensino médio para o ensino superior tem sido queixas constantes nos discentes que procuram atendimento psicológico.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- **Relacionamento Amoroso / conjugal** – **66,18%** dos discentes atendidos relatam que a sobrecarga em relação à demanda da Universidade interfere diretamente em seus relacionamentos amorosos e que os problemas de relacionamento influenciam diretamente em problemas de atenção e refletem no rendimento na Universidade.

- **Conflitos Religiosos** – **33,82%** dos discentes atendidos relatam terem sido criados no seio familiar em determinada religião e ao adentrarem no ambiente universitário começaram a questionar suas crenças. A maioria destes ao se verem longe da família acabaram por se afastar da prática religiosa o que em grande parte acabou trazendo conflitos familiares que de acordo com os mesmos estavam prejudicando seu rendimento na Universidade.

12º) PRINCIPAIS SINTOMAS APRESENTADOS:

- **Ansiedade** – **97,05%** dos discentes atendidos procuraram auxílio psicológico por conta de sintomas de ansiedade que estavam influenciando sua vida acadêmica e pessoal. Estes discentes relataram sofrer com constante tensão ou nervosismo, sensação constante de que algo ruim vai acontecer, problemas de concentração, pensamento constante em relação à determinada preocupação, dentre outros.

- **Dificuldade de Gerenciamento de Tempo** – **85,29%** dos discentes atendidos informaram que têm dificuldade em gerenciar o tempo para cumprir com a demanda acadêmica e pessoal e administrar seu tempo livre. A maioria destes relata que acabam estudando em cima da hora por falta de organização. Durante o atendimento psicológico tivemos a oportunidade de montar uma planilha de estudos e organização do tempo junto com estes discentes para otimização do tempo.

- **Dificuldade de Atenção** – **88,23%** dos discentes atendidos relatam que têm problemas para focar a atenção em sala de aula e durante o estudo em casa. **41,17%** destes

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



discentes relataram acreditar terem **problemas de ordem biológica** que as impede de aprender no mesmo ritmo dos outros discentes que não apresentam este problema como um **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH**, porém **37% destes conseguem focar sua atenção quando se trata de algo não relacionado à universidade** o que demonstraria que o problema não é neurológico e sim relacionado à forma de abordagem do tema em sala de aula e no método de estudo escolhido em casa.

- **Dificuldades de Memória – 88,23%** dos discentes atendidos relatam terem dificuldade para fixar os assuntos aprendidos em sala de aula e estudados em casa. Durante o atendimento psicológico foram trabalhadas técnica de estudo que facilitam a memorização para ajudá-los a superar esta dificuldade.

- **Insônia – 75%** dos discentes atendidos relatam que passaram a apresentar algum problema relacionado ao padrão de sono durante o último semestre como falta de sono, dificuldade prolongada e anormal para adormecer e incapacidade de dormir adequadamente.

- **Sintomas Depressivos – 67,94%** dos discentes atendidos relatam sensação persistente de tristeza ou perda de interesse, pensamentos automáticos, sentimento de desesperança e pessimismo, diminuição na energia ou fadiga, perda de interesse e prazer pela vida, inquietação, dentre outros e procuraram ajuda com medo de estarem entrando e depressão.

- **Medo / Pânico – 61,76%** dos discentes atendidos relatam já terem sofrido uma crise de pânico desde sua entrada na Universidade. Os mesmos relatam sensação de perigo iminente, medo de perder o controle, sentimento de indiferença, sensação de estar fora da realidade, palpitação, taquicardia, falta de ar, dentre outros sintomas. a grande maioria destes informaram que já precisaram ser atendidos pelo Serviço de enfermagem da universidade para controle dos sintomas ou procuraram ajuda médica fora da universidade.

- **Pensamentos Suicidas – 39,70%** dos discentes atendidos que relataram sintomas depressivos informaram que já apresentaram pensamentos suicidas, com ou sem intenção



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de colocar em prática, em algum momento do último ano letivo. a maioria relata que a pressão sofrida imposta por eles mesmo, família e professores agravam estes sintomas juntamente com os sintomas depressivos e ansiosos já apresentados pelos mesmos.

Destes discentes que relataram apresentar pensamentos suicidas **6,82%** chegaram a realmente colocar em prática e **tentar efetivamente o suicídio**, sendo que entre eles 1 discente atentou contra a própria vida dentro das dependências da UESB sendo que os outros 3 tentaram dentro de suas próprias casas.

- **Automutilação** – **16,17%** dos discentes atendidos relatam que em algum momento no último ano letivo se infligiram cortes propositalmente em algum momento para aliviar a pressão sofrida na vida acadêmica ou pessoal. de acordo com eles a dor física causada pelo corte seria capaz de minimizar a dor emocional sofrida.

- **Timidez excessiva** – **32,35%** dos discentes atendidos relatam que por conta de timidez excessiva acabam se prejudicando nas apresentações de trabalho e por não se sentirem à vontade para tirar dúvidas com os professores e colegas e por isso acabam se isolando.

- **Uso exagerado de álcool** – **20,59%** dos discentes atendidos relatam ingerirem bebidas alcoólicas com mais frequência do que o considerado normal pelos mesmos para fugir e esquecer os problemas relacionados à vida acadêmica e pessoal e **13,23%** relatam o **Uso de substâncias não lícitas** para o mesmo fim.

- **Problemas alimentares (Anorexia / Bulimia / Compulsão alimentar)** – **17,64%** dos discentes atendidos relatam que passaram a apresentar problemas relacionados à alimentação após a entrada na Universidade.

17, 18 e 19
 Outubro de 2018
UESB
 Vitória da Conquista

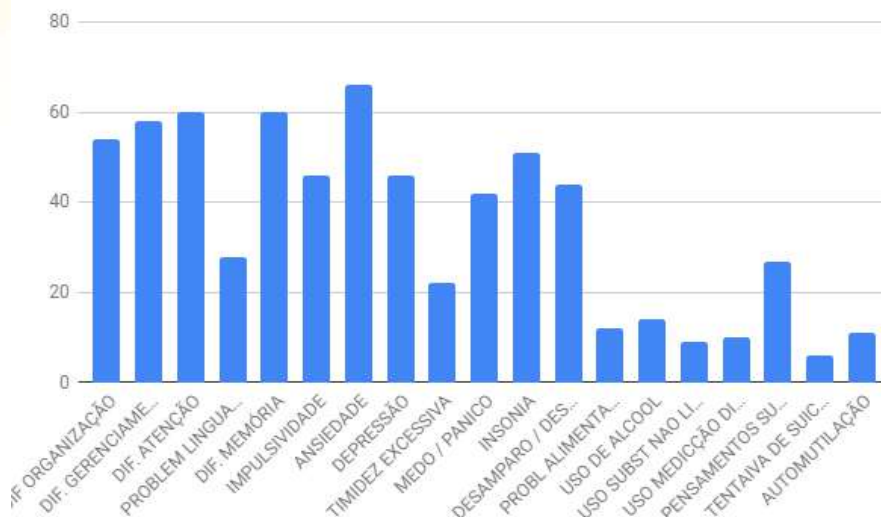
**II MOSTRA
 DE PRÁTICAS EM
 PSICOLOGIA E POLÍTICAS
 PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
 e resistência nos
 territórios

REALIZAÇÃO:

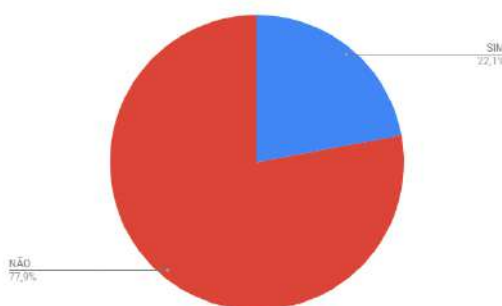


APOIO:



13º) JÁ PROCUROU ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ANTES DE ENTRAR NA UESB:

- Sim: 22,06%
- Não: 77,94%



De acordo com o que foi relatado pelos discentes atendidos pelo serviço de psicologia no ano de 2018, **77,94% destes discentes nunca haviam passado por atendimento psicológico até a entrada na Universidade.**

14º) JÁ PROCUROU ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ANTES DE ENTRAR NA UESB:

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

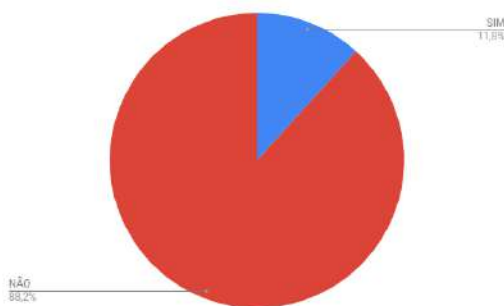
REALIZAÇÃO:



APOIO:



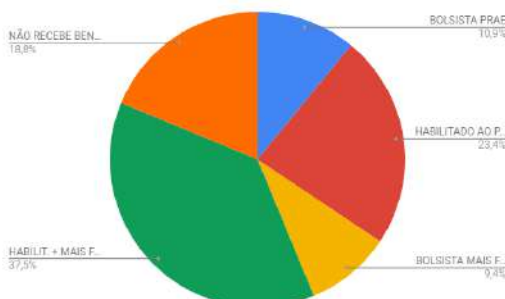
- Sim: 11,76%
- Não: 88,24%



De acordo com o que foi relatado pelos discentes atendidos pelo serviço de psicologia no ano de 2018, **88,24% destes discentes nunca haviam passado por atendimento psiquiátrico até a entrada na Universidade.**

15º) BENEFÍCIOS SÓCIO ASSISTENCIAIS OFERECIDOS PELO PRAE:

- Bolsista do PRAE: 10,29%
- Habilitado ao PRAE: 22,06%
- Bolsista do Programa Mais Futuro: 8,82%
- Bolsista do Programa Mais Futuro + Habilitado ao PRAE: 35,29%
- Não recebe benefícios do setor: 17,65% (Não habilitados).



Dos 72,6% dos discentes que foram atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que relataram que os problemas financeiros estavam influenciando diretamente em seu rendimento na Universidade, **54,4% estão recebendo auxílio financeiro no formato de bolsa** do PRAE ou o Auxílio Permanência do Programa Mais Futuro.

Além destes discentes que recebem um benefício em dinheiro, **22,06% dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia estão habilitados ao PRAE** tendo portanto acesso à cota de Xerox, material odontológico (para os estudantes de Odontologia) e uso de notebooks.

Sendo que apenas 17,65% dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia não está recebendo nenhuma forma de benefício dentro da Universidade.

16º) ENCAMINHAMENTOS:

- **Atendimento Psicológico Clínico: 70,59%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE apresentaram demandas para atendimento psicológico clínico tendo sido encaminhados para o Serviço de psicologia da UESB vinculado à Prefeitura de Campus. Devido à grande demanda deste serviço e à dificuldade de agendamento para atendimento psicológico clínico gratuito na cidade de Jequié, vários destes casos foram absorvidos pelo próprio setor de psicologia do PRAE que manteve os atendimentos para que estes discentes não ficassem desassistidos.

- **Atendimento Psiquiátrico: 32,36%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados para atendimento psiquiátrico por conta dos sintomas apresentados para obterem diagnóstico e tratamento no Posto de Saúde Júlia Magalhães (próximo ao Campus da UESB) ou para o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

- **Serviço Social: 8,82%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados para atendimento com a assistente social do setor devido a dificuldades financeiras.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

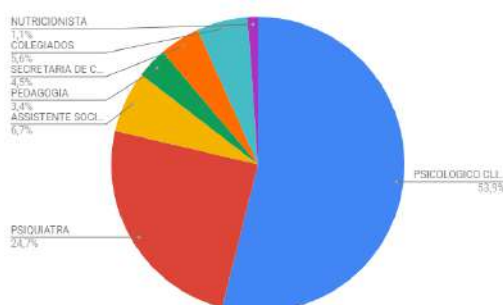


- **Pedagogia: 4,41%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados à pedagoga do setor devido à dificuldades de aprendizagem.

- **Secretaria de Cursos: 5,88%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados para a Secretaria de Cursos para solicitação de trancamento de disciplina ou de curso devido ao nível de estresse e ansiedade causados pela carga horária excessiva.

- **Colegiados: 7,36%** dos casos dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados para conhecimento do colegiado para tomada de providências cabíveis junto aos professores.

- **Nutricionista: 2,94%** dos discentes atendidos pelo serviço de psicologia do PRAE foram encaminhados para nutricionista por conta de problemas alimentares.



17º) CONCLUSÃO:

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo Saúde Mental seria referente a um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade. Assim sendo, falar sobre saúde mental de alguém não é falar exclusivamente de transtornos psicológicos ou deficiências, sendo determinada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos e ambientais. A Saúde mental e bem estar são fundamentais para nossa capacidade coletiva e individual como seres humanos, para pensar, nos emocionarmos, interagir uns com os outros, fazer uso de nossas habilidades e aproveitar a vida.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Através do levantamento de dados coletados a partir dos atendimentos psicológicos podemos perceber o adoecimento mental de muitos estudantes devido ao afastamento do núcleo familiar; adaptação à uma nova realidade de cidade e amigos; adaptação à diferença de metodologia de ensino entre segundo grau e nível universitário; problemas familiares e de relacionamento e constante pressão deles mesmos para cumprirem com suas expectativas, da família e dos professores para que os trabalhos sejam entregues no prazo, centenas de páginas para serem lidas, estudadas e memorizadas e noites gastas estudando para provas em que grande parte da turma tira notas baixas.

Somando-se a isto, o fato de alguns professores terem a idéia de que um estudante universitário deve se dedicar apenas ao seu curso ignorando o fato de que muitos precisam trabalhar, cuidam de casa e da família, tendo por vezes suas reclamações silenciada são algumas das causas do adoecimento mental dos Universitários.

Nota-se cada vez mais a necessidade de conversar abertamente sobre estresse, ansiedade e sintomas depressivos com os universitários, não minimizando o que eles sentem, para que os mesmos aprendam a trabalhar com estes sintomas a fim de evitar o agravamento dos mesmos, através de **rodas de conversa, visitas às salas de aula, workshops e atividades em grupo além dos atendimentos individuais**, onde sejam abordados os principais temas trazidos por eles como causas e sintomas do adoecimento mental dentro da universidade.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ESCOLA E O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Claudineia Aparecida da Silva
Pós-graduação em Psicopedagogia
kausmulher@hotmail.com

Márcia Porto Mirante de oliveira
Psicóloga CRP: 03/IP14336
marciapmo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por grandes dificuldades em diversos setores, dentre eles a educação. A educação sempre foi uma grande aliada no desenvolvimento da sociedade perpassando todas as esferas seja social, educacional, política ou cultural, etc tendo papel fundamental na formação de cidadãos comprometidos e protagonistas dentro da história humana.

Trabalhar essa temática se torna relevante por entender a importância de se discutir educação no âmbito social que estamos hoje, onde os profissionais se veem perdidos em meio a tantas demandas e frustrações.

Nesse contexto pela psicologia dispor de diversas ferramentas que podem auxiliar no combate à eventuais problemas relacionados à indisciplina, evasão escolar, falta de perspectiva muito presente nos Jovens e adolescentes, que se vê necessário a atuação desse profissional dentro desse espaço tão carente.

Com esse profissional é possível planejar, direcionar e avaliar as ações propostas enfrentando e corrigindo quando necessário juntamente com os profissionais das

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



instituições envolvidas. O discurso de que a educação muda a sociedade deve ser aprimorado e essa transformação não ocorre apenas na escola, mas em conjunto com diferentes parceiros, dentre eles, o psicólogo que ajudará a impulsionar a tomada de consciência provocando esse processo de transformação social. Demerval Saviani sinaliza que:

[...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo (SAVIANI, 1992, p.15).

Nesse sentido, é preciso entender que as parcerias são essenciais, mesmo não sendo o solucionador de todos os problemas. Como o psicólogo compreende os processos de desenvolvimento da pessoa, conhece a essência da aprendizagem e entende as diferenças individuais, esse processo impulsionará a criação de um sistema de educação mais moderno, desenvolvendo ações mais conscientes e consistentes, contribuindo para que os indivíduos sejam mais independentes e adquiram maturidade em todos os aspectos.

ESCOLA X REALIDADE

A inserção da Psicologia nas escolas foi marcada por objetivos fortemente adaptacionistas, nos quais predominava a necessidade de corrigir e adaptar, à escola, o aluno portador de um problema de aprendizagem (CORREIA ; CAMPOS, 2004; TANAMACHI, 2000).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sabe-se que fazer educação consiste em um processo dinâmico, criativo e contínuo. E entende-se que ela não se faz sozinha. A psicologia educacional é um grande trunfo para o sucesso do projeto educacional atual e uma grande parceira. As instituições educacionais nesse sentido podem contar com um psicólogo para juntos observar, analisar e criar meios para atuar nas demandas encontradas, onde não é ou não seria mais apenas o de detectar aluno com dificuldade de aprendizagem ou comportamental.

Fazer um diagnóstico da realidade com as Secretarias Municipais de Educação, orientadores pedagógicos e professores que são os que realmente estão envolvidos no processo, sem dúvida mudaria o cenário da educação atual, mudando também o perfil do psicólogo, pois o profissional que tem formação em psicologia contribuiria com o processo ensino-aprendizagem por participar do processo, por entender da razão e da importância dos profissionais atuando com a gestão e com professores dentro das instituições e trazendo para si um papel muito maior que mero detector de problemas de aprendizagem.

“Este cenário deixa claro que a escola precisa se aproximar da realidade dos alunos, entender as suas expectativas e anseios e envolvê-los nas questões escolares de forma a adequar melhor os projetos pedagógicos às necessidades.

Pensando nisso, se faz necessário um trabalho de conscientização dos alunos, funcionários de toda rede municipal com palestras e atividades diferenciadas, onde o público atendido seja motivado para que os resultados possam ser positivos e contemple o desejo que se espera.

Nesse contexto escolar deve oferecer aos alunos atividades interessantes, curiosas, dinâmicas e atuais. Tornando assim necessário a aplicação de projetos interdisciplinares e contextualizados (projeto sobre drogas lícitas e ilícitas, gravidez na adolescência, teste vocacional/estudo das profissionais) e metodologias diferenciadas que vise o interesse do público beneficiado.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As constantes dificuldades enfrentadas pela maioria das escolas do país estão inclusas além das que foram ditas anteriormente, também acrescentamos os problemas sociais como a violência, baixa renda obrigando muitos alunos a desistirem de estudar para trabalhar e manter a subsistência da família.

E com essa problemática encontrada nos deparamos com a falta de perspectivas dos jovens e adolescentes que ao desistirem de estudar cria-se uma quantidade de aluno em distorção-idade série. Fazendo com que muitos, quando retorna ao ambiente escolar sintam-se desolado pois as idades das turmas são inferiores à deles, criando um atrito de idade, pois esses alunos não se sentem à vontade para estar naquele espaço.

É nesse momento que a ajuda de um psicólogo se torna importante, pois é nesse instante que o profissional irá analisar, refletir e agir sobre o contexto apresentado juntamente com a gestão escolar.

A proposta é de um ciclo de palestras e oficinas para professores, pais, alunos, comunidade, e uma intervenção de psicologia escolar todas com objetivo de entender esse contexto vivido pelos nossos jovens, os desafios enfrentados pelos pais ou responsáveis e o papel do professor em sala de aula.

A parceria entre as secretarias é fundamental, pois os profissionais podem atuar nesses ciclos contribuindo de forma efetiva de acordo suas habilidades e necessidades do público a ser atendido,mas é necessário outros instrumentos.

DISCUSSÕES NECESSÁRIAS ACERCA DO NOVO CENÁRIO EDUCACIONAL

A escola não consegue mais atrair o adolescente e jovem para as metodologias antigas de aprendizagens fazendo com que muitos iniciem e desistam no meio do processo. Os estudantes desejam atividades mais práticas e dinâmicas e que estejam associadas ao sua prática diária. Pois muitos associam que alguns conteúdos não têm nada a ver com o que precisarão no futuro, não há uma utilidade em seu fim.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A desmotivação em sua maioria está nessa prática tradicional onde os alunos são ouvintes e o professor é o emissor. Além da falta de perspectiva, alia-se também a indisciplina tão questionada pelos professores.

A proposta de atividades diferenciadas vem justamente para sanar alguns problemas existentes e proporcionar aos nossos alunos conhecimentos mais significativos e indagações que os mesmos poderão buscar respostas, colaborar e expandir para outros que por ventura não estiver tendo a mesma oportunidade que ele.

Assim, acredito que o significado de aprendizagem terá um novo olhar dos nossos estudantes e grandes desafios que estávamos tendo deixaremos de ter por tornar nossos alunos mais comprometidos, responsáveis e críticos na propagação de suas ações.

A ATUAÇÃO E OS RESULTADOS

Durante o processo os alunos poderão fazer um diário de experiências, onde ao final do processo será avaliado pelos professores e atribuído nota e premiando “os alunos destaques”, chamando atenção além da escrita dos diários, estes deverão apresentar um programa de rádio (Radio escola) para a comunidade escolar sob a orientação dos docentes contando as experiências adquiridas durante do processo vivido e gravar um vídeo em forma de filme com temática voltada ao que mais chamou atenção, nesse momento o trabalho coletivo será fundamental ,pois é hora de criar para entreter o público contemplado, no caso toda a comunidade.

Cada vídeo poderá ter no máximo 10 minutos. Outro fator que poderá contribuir positivamente com esse trabalho é o uso direcionado e consciente das tecnologias, onde os alunos poderão criar links para serem lançados nas redes sociais convencendo a comunidade em ouvir (programa de rádio), ver (produção de filme) as atividades feitas por eles. .



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Após a exibição em rede as publicações mais vistas poderão ser premiadas como se fosse o próprio “OSCAR ESCOLAR” seguindo todos os critérios de melhores atores, trilhas sonoras, etc. É necessário organizar um ambiente para essa premiação tudo para valorizar o aluno e todo o trabalho que foi feito.

O período de realização da intervenção seria de mínimo de 06 meses e ao final todos os alunos receberiam um certificado contabilizando carga horária e nota de desempenho.

Espera-se com esse trabalho impulsionar os desejos de nossos alunos de forma positiva mostrando novos horizontes e várias possibilidades de inserção na sociedade elevando a autoestima, autonomia e o protagonismo diante de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende mostrar as possibilidades de fazer intervenções em diferentes áreas e demandas e com diversos profissionais tendo como foco o estudante. Diante de todo trabalho é possível perceber que um elo forte entre as diversas instituições sendo autores e coautores do processo, consequentemente os resultados serão positivos tanto em rendimento numérico quanto em formação de cidadãos conscientes e propagadores do que foi apreendido.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, M.; CAMPOS, H. R. Psicologia Escolar: histórias, tendências e possibilidades. In: YAMAMOTO, O. H.; NETO, A. C. (Orgs.). **O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar**. Natal: EDUFRN, 2004. p. 137-185. Acesso em 04/09/2018.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992, 2003. Acesso em 04/09/2018.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Cláudia Carvalho de Jesus

Graduanda em Psicologia

Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC

claudiacarvalho91@hotmail.com

Thalita Fernandes Santos

Graduanda em Psicologia

Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC

thalitafernandessantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário, inclusão é o ato ou efeito de incluir (-se). No Brasil, a Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015, institui em seu 1º parágrafo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania.

A Lei trouxe inovações que tiveram alcance em áreas como saúde, educação, assistência social, esporte, providência e transporte. A também, garantiu às pessoas com deficiência o direito de casar ou construir união estável e exercer direitos sexuais e reprodutivos em igualdade de condições com as demais pessoas, criou benefício assistencial para a pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado de trabalho, estabeleceu pena de um a três anos de reclusão, mais multa, para quem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Além disso, foi garantido às pessoas com



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



deficiência a restituição do Imposto de Renda para os que contribuem e ainda, a oferta obrigatória do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidade de ensino (BRASIL, 2015).

Vale lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça dispositivos legais ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (BRASIL, 2007).

1. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

A Psicologia é uma Ciência muito mais ampla, que contribui não apenas com a área da Saúde, mas também com outras esferas de nossa vida, como a Educação, o Trabalho, os Esportes, a Sociedade e a Política, entre outras possibilidades. No entanto, a Educação é um campo muito especial para a Psicologia, já que envolve temas muito importantes para a Ciência Psicológica, como, por exemplo, a aprendizagem, o desenvolvimento, a mente, o cérebro, a cognição, a motivação, a memória, os relacionamentos interpessoais, dentre outros.

A Psicologia da Educação não se ocupa só da aprendizagem que ocorre nas escolas, mas também toda e qualquer aprendizagem e ensino fora este contexto, como por exemplo, a Educação familiar. Com isso, utilizando um método científico, podem-se beneficiar significativamente os processos educativos, ou seja, a aplicação coerente dos princípios psicológicos pode ser altamente benéfica para a educação e o ensino. Contudo, com o passar dos anos, foi-se percebendo que os fenômenos educativos são muito mais complexos e demandam abordagens multidisciplinares, não podendo ser esgotados apenas por uma Disciplina científica.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



3. O PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo MANTOAN (1998):

“A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção: o aluno com deficiência física, os que têm comprometimento mental, os superdotados, todas as minorias e a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro.”

A inclusão por sua vez implica mudança do paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo (MANTOAN, 2003). Diante dessa perspectiva, o ideal de inclusão é dirigido a todos, independentemente das diferenças e desigualdades que possuam.

Desta forma, pensar a articulação entre Educação, Psicologia Escolar e Inclusão remete à consideração de diferentes entraves, dentre os quais, a adoção de uma ação profissional mais comprometida socialmente como elemento central no processo educacional.

No âmbito nacional, a discussão da proposta educacional inclusiva se deu pela aprovação, em 1993, e pela promulgação, em 1996, da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seus artigos firma a necessidade de equidade ao atendimento educacional no ensino regular a todos os educandos. Deixam claro, em seu Art. 3º (inciso I, II e IV), que os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência, com respeito à liberdade e apreço à tolerância, deverão ser as bases e princípios da Educação (BRASIL, 1996). Esta compreensão é reafirmada na forma de lei, pelo Decreto nº 6.571, promulgado em 17 de setembro de 2008, que busca avançar nas discussões da inclusão

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



escolar ao regulamentar a possibilidade de atendimentos educacionais especializados aos alunos em processo de inclusão decorrentes de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008).

Como vimos, muitas são as políticas públicas direcionadas a pessoas com necessidades especiais no Brasil. No entanto, o que se observa é que têm assumido relevância no cenário atual as políticas voltadas para a inclusão escolar.

A Psicologia da Educação constituiu-se, no início do século, como uma área de conhecimentos que se propunha a estudar questões importantes que interessavam à educação escolar, e, só na década de 1940, tornou-se uma prática profissional, o que propiciou o surgimento do psicólogo escolar, cuja função seria a de resolver problemas escolares (ANTUNES; MEIRA, 2003). Ainda de acordo os autores supracitados, a educação tem se constituído no campo profissional para uma parcela considerável de psicólogos, porém, isso não significa que já tenhamos reunido elementos teórico-metodológicos suficientes e adequados à consolidação de práticas profissionais competentes.

Segundo Andaló (1984) o psicólogo tem a opção de atuar dentro da instituição-escola como agente de mudanças, onde funcionaria como um elemento catalizador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição. Com isso, nota-se que precisamos de um profissional experimentado, com preparo amplo e diversificado, uma vez que a Psicologia escolar é então encarada como uma área de intersecção entre a Psicologia clínica e a Psicologia organizacional.

O psicólogo, atuando na escola, deve buscar novas formas de levar em conta os processos de avaliação, deixando de tratar a queixa escolar como um fato em si mesmo e passando a buscar a compreensão da história escolar como um processo. Isso exige uma compreensão mais rigorosa do funcionamento das relações e do contexto no qual ocorre a produção de um motivo para o encaminhamento de alunos para o atendimento (GUZZO,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



2001B; MACHADO, 1994; MEIRA, 2000 APUD DAZZANI, 2010).

4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INCLUSÃO ESCOLAR

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Esta por sua vez, objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2007).

Com isso, na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2007).

Os princípios definidos na atual política são ratificados pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que no documento final salientam:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008).

Cabe lembrar que, diversos são os documentos oriundos de demandas dos sistemas de ensinos e sociedade em geral e, estes por sua vez, estão organizados em cadernos para auxiliar e subsidiar as discussões, ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

5. METODOLOGIA

5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa. Para Gil (2002), o pesquisador que opta por essa abordagem busca compreender o que estuda, centralizando as atenções no específico, no peculiar, no individual, a fim de compreender e não explicar o fenômeno estudado.

A pesquisa realizada foi de abordagem descritiva, tendo como objetivo a descrição das características de determinada população. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis GIL, 2002, p. 42).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



5.2 CONTEXTO DA PESQUISA: Universo e Sujeito

Esta pesquisa foi desenvolvida com base na análise de narrativas de psicólogas que trabalham com a Educação Inclusiva, uma na rede pública e outra na rede privada em cidades do interior da Bahia.

5.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada. Com o objetivo de obter informações sobre a atuação do Profissional no âmbito da Educação Inclusiva. Segundo Manzini (1990/1991, p.154) a entrevista semiestruturada pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O instrumento que utilizado foi um roteiro com perguntas preestabelecidas.

5.4 ASPECTOS ÉTICOS

Foi entregue e lido para os participantes da pesquisa, um termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo 1). Que segundo o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), é um documento de muita importância, pois assegura que os direitos dos participantes serão respeitados. Ele conterà todas as informações dos participantes e será escrita em uma linguagem clara e compreensível. No decorrer dessa pesquisa, todas as participantes receberam nomes fictícios, para preservar a sua imagem. A pesquisa estará de acordo com a Resolução n 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), homologada pelo Ministro da saúde, onde são tratadas as especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras áreas que utilizam metodologias próprias dessas áreas (Resolução CHS). No artigo três (3) são princípios éticos das



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pesquisas em Ciências Humanas e Sociais; são elencados pontos como: reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica; garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações; defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa, etc.

5.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados que foram coletados por entrevistas semiestruturadas, teve como objetivo compreender a importância do psicólogo escolar na educação inclusiva. Para tanto, procurou-se as participantes que tem experiência nesse campo de atuação, uma atua na educação privada e outra no ensino público. A pesquisa contou com duas participantes, ambas do sexo feminino, que terão nessa análise nomes fictícios de Carol e Rita.

Para abarcar todos os pontos para análise, dividiu-a nas seguintes categorias: 1) educação inclusiva; 2) a importância do diálogo entre a equipe multidisciplinar; 3) a psicologia na efetivação da inclusão escolar e o papel da escola e da família na inclusão de alunos especiais.

1- Educação inclusiva

Levando em consideração os termos Educação e Inclusão, o dicionário Aurélio conceitua-os da seguinte forma, respectivamente: adquirir os dotes físicos, morais e intelectuais que dá a educação; inserir num ou fazer parte de um grupo.

Pensando em colocar em prática uma educação inclusiva, deve-se basear nessa articulação existente, ou seja, pensar na inserção do aluno no grupo pertencente a ele, buscar meios para que sua educação e seus conhecimentos sejam assegurados.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“Eu entendo o processo educacional como algo em construção, se nós formos pensar as raízes da educação brasileira, ela já começa de forma desigual, então quem tinha acesso à educação eram os ricos, hoje a educação é um direito de todos e todos os cidadãos tem direito de estudar por que a educação ela é assegurada pelo Estado.” (Carol)

Quando questionadas sobre o que era para elas uma educação inclusiva, as participantes tiveram concepções que se assemelhavam.

“Educação inclusiva é a via adequada para que todos os cidadãos, todos eles tenham direito, uma educação e uma educação de qualidade. É a possibilidade que se tem de pensar em educação para pessoas que tem necessidades especiais, para que elas possam frequentar as escolas regulares e não ser tratadas de formas diferentes, mas, serem tratadas de formas a se levar em consideração as suas singularidades.” (Carol)

“A educação inclusiva é esses alunos estarem juntos, fazendo parte da educação regular, na escola regular juntos com os outros, e a escola fazendo as devidas adaptações para que os esses alunos possam acompanhar, se não, não é inclusão.” (Rita)

Para Carol, os alunos, independente de terem necessidades especiais ou não, devem ser entendidos como sujeitos únicos que aprendem e se desenvolvem de forma diferente, só a partir dessa visão é que se pode pensar em uma educação que seja realmente inclusiva. Em conformidade com Carol, Rita acrescenta, as palavras educação inclusiva, de certa forma já dizem tudo, é uma educação que inclui, inclui todos aqueles que não conseguem estar no ensino regular por ter alguma dificuldade, algum transtorno ou alguma limitação.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



2- A Psicologia na efetivação da inclusão escolar, dialogando com a equipe multidisciplinar.

A Psicologia de certo tem um papel muito importante no que se refere a efetivação da inclusão escolar, ela é o elo necessário para que se compreenda a importância em incluir os alunos dentro dos diversos contextos existentes, e do entendimento da capacidade de cada aluno. Pensando sobre quais são as formas de ação do psicólogo nesse contexto de inclusão, ela é fundamental, visto que, a escuta sistematizada, o olhar atento e a empatia, são características que fazem parte de sua atuação profissional.

“O profissional de Psicologia é esse profissional que consegue perceber essas questões de uma forma mais assertiva, esse profissional obviamente vai pensar formas de encaminhar esse aluno para o diagnóstico, por que quando você tem um diagnóstico que é um diagnóstico claro, daquilo que o aluno apresenta ou de um transtorno ou de uma patologia ai sim você consegue trabalhar com esse aluno, de uma forma mais específica, se o aluno já tem o diagnóstico é o profissional de Psicologia quem vai esclarecer essa questão para os professores, para o corpo docente, e sempre numa perspectiva de explicar qual é a potencialidade desse aluno, e também trabalhar com essa família e com esse próprio aluno, até por que uma questão como essa, envolve várias outras questões principalmente questões psíquicas e conseqüentemente questões emocionais.” (Carol)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sabe-se que o trabalho do psicólogo não acontece de maneira isolada, dessa forma ela deverá sensibilizar e estimular a equipe para que possam trabalhar juntos na busca da inclusão. Contudo, a equipe multiprofissional fecha um círculo capaz de compreender e possibilitar o suprimento das necessidades dos indivíduos para que ocorra o desenvolvimento saudável e harmonioso no ambiente escolar (BORTOLLI; VOLSI, 2016).

Sendo assim, o psicólogo buscará sempre o diálogo com essa equipe, como afirma as participantes:

“O diálogo ele acontece, mas uma coisa que eu vejo que faz diferença, não necessariamente a formação acadêmica dos profissionais que atuam na educação, mas a disponibilidade que eles têm para aprender e a disponibilidade que eles têm para lidar com aquilo que é diferente a eles.” (Carol)

“O diálogo, como a gente trabalha em equipe, tudo é feito pela equipe, tudo é em conjunto, acredito que é o melhor possível, a gente fala a mesma língua, a gente dialoga, a gente respeita o trabalho do outro, acredito que existe uma integração muito boa.” (Rita)

3- O papel da escola e da família na inclusão de alunos especiais.

Família e escola são duas instituições que para efetivação da inclusão escolar, devem estar a todo tempo de mãos dadas. É contemplação para o aluno, na eficácia do trabalho.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“Família e escola são instituições distintas e que nesse mundo pós-moderno, parece que muitas vezes ambas as instituições não têm clareza do seu papel. A família é aquela instituição que é responsável pela socialização primária dessa criança e é ela quem vai realmente buscar e assegurar os direitos da criança, a escola é esse espaço onde esses direitos são materializados, ambos têm papéis distintos, mas se eles complementam, quando você tem uma família que consegue estabelecer uma diálogo próximo com a escola, quando você tem uma escola que é acolhedora e sensível e entende que a inclusão não é assistencialismo, mas que a inclusão é direito, quando esses dois espaços conseguem conversar entre si e eles juntamente trabalham para que o desenvolvimento dessa criança aconteça, com certeza a probabilidade do aluno aprender mais, é maior.” (Carol)

“Em relação a escola acredito ter respondido nas questões anteriores. Quanto a família, é aquele trabalho mesmo de orientação a família, de conscientização, de mostrar para família qual é a potencialidade do aluno até onde ele pode ir, o que a família pode fazer para contribuir, trabalhar a questão do preconceito também, de aceitar a criança como ela é. As vezes tem família que não aceita as dificuldades dos alunos, chega para a gente e fala que o aluno tem condições de acompanhar a turma, quando o professor vai trabalhar com o aluno vem e sinaliza para nós que a criança está com muita dificuldade. Mas a família não consegue enxergar, não consegue olhar para isso.” (Rita)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Haja vista, percebe-se que a ligação da família com a escola potencializa o processo de ensino e aprendizagem do educando, na etapa educacional. A escola complementa as ações da família e vice-versa (SILVA, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que muitos são os avanços conquistados em decorrência da criação e vigência da Lei de inclusão. No entanto, é evidente também que muito ainda precisa ser feito para que os direitos determinados por ela, tragam para as pessoas com deficiência efeitos reais, garantindo a efetividade desses direitos e colocando em prática o que está estabelecido na teoria. Pois, embora tenham diversas legislações que defendem as pessoas com deficiência, ainda hoje as barreiras que são impostas dificultam a inserção dessas pessoas na sociedade. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2007). Outro aspecto importante que deveria ser bastante abordado, são as campanhas de conscientização sobre a Lei de Inclusão, essas devem ser mais efetivas, com intuito de buscar a empatia e consciência na condição do outro, além obviamente, do respeito mútuo. Haja vista, pode-se afirmar que, de fato o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2015).

7. REFERÊNCIAS

ANDALÓ, Carmem. **O papel do psicólogo escolar. Psicologia, ciência e profissão**, v. 4, n. 1, 1984.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANTUNES, Mitsuko; MEIRA, Maria (org.). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. 1ª edição ed. Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192>.

Acessado em: 15 de setembro de 2018, às 17h.

BRASIL, Ministério da Educação. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação: documento final**. Disponível em:

<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/doc_%20final_coneb_sl.pdf>.

Acesso em 14 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em: 15 de setembro de 2018, às 14:40h.

BRASIL, Ministério da Educação. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

BRASIL, DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. **Atendimento educacional especializado**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

BORGES, Maria Célia; PEREIRA, Helena; AQUINO, Orlando. **Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente**. Disponível em:

<<https://rieoei.org/historico/deloslectores/4394Borges.pdf>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BORTOLLI, Morgana Clara Rosa; VOLSI, Maria Eunice. **Equipe multiprofissional no ambiente escolar: perspectivas e contribuições para o desenvolvimento dos alunos.**

Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uem_morganaclararosabortolli.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

CAVALCANTE, Meire. **Educação inclusiva: marcos políticos e legais.** Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwwpob_page.show?_docname=2566626.PDF>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

DAZZANI, Maria Virgínia. **A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica.** Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200011>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

Dicionário do Aurélio. **Significado de Inclusão.** Disponível em:

<<https://dicionariodoaurelio.com/inclusao>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

Dicionário do Aurélio. **Significado de Educação.** Disponível em:

<<https://dicionariodoaurelio.com/educacao>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia. **Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação de professores.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300006>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

MANTOAN, Maria Tereza. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª edição ed. Moderna, 2003. Disponível em:

<<https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>>. Acessado em: 15 de setembro de 2018, às 10h.

MANTOAN, Maria Tereza. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: a Formação do Professor tal como Concebemos e Realizamos,** São Paulo: UNICAMP, Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência – LEPED, 1998.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise De Objetivos E De Roteiros.** Disponível em:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_ent revista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

PEREIRA, Maria Célia; AQUINO, Orlando. **Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente.** Disponível em: <<file:///C:/Users/vitor/Downloads/4394Borges.pdf>>. Acessado em: 15 de setembro de 2018, às 9:40h.

SILVA, Taiane. **Inclusão escolar: relação família-escola.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS EM PESQUISA CLÍNICA – SBPPC. **O que é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?** Disponível em: <http://www.sbppc.org.br/portal/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=20>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**, 5 ed., São Paulo: Atlas, 2009. 175p

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados pessoais

1. Nome:

2. Formação:

Perguntas relacionadas à Psicologia Inclusiva e experiências na área:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



3. Em sua opinião, o que é educação inclusiva?

4. A escola em que você atua possui uma equipe multidisciplinar? Se sim, como ocorre o diálogo e a relação entre você e essa equipe dentro da instituição?

5. Para você, o que ainda precisa ser feito para que a inclusão não seja tratada de forma simplista, artificial e preconceituosa?

6. De que forma você enquanto Profissional de Psicologia contribui para a efetivação da inclusão escolar? Quais as mudanças almejadas no âmbito da inclusão?

7. Em sua opinião, qual o papel da escola na inclusão de alunos especiais? E da família?

ANEXO I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

	<i>Faculdade de Tecnologia e Ciências</i> <i>Curso de Psicologia</i>
--	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ANA CLÁUDIA CARVALHO DE JESUS THALITA FERNANDES SANTOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



INSTITUIÇÃO

Faculdade de Tecnologia e Ciências

APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa que tem como finalidade principal (**Compreender a atuação do Profissional de Psicologia no âmbito da Educação Inclusiva**). Você está sendo convidado a responder (**um questionário**) “a uma entrevista proposta pelo pesquisador, que será gravada sob sua autorização e transcrita posteriormente, para fins de análise, com a garantia de que apenas as pesquisadoras terão acesso à íntegra das transcrições”. Esta pesquisa tem caráter voluntário de participação, durante a realização da entrevista caso sinta-se desconfortável poderá solicitar ao pesquisador que a entrevista seja paralisada ou encerrada.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Os resultados da pesquisa poderão (**trazer conhecimento e esclarecimento do tema proposto para toda sociedade**)

Como possíveis riscos, no momento da entrevista poderão ocorrer algum desconforto ou conflito para o participante, os quais as entrevistadoras tentarão minimizar. Caso seja necessário, as pesquisadoras poderão recorrer a pesquisadores auxiliares. A equipe de pesquisa garantirá a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

COMPROMISSOS

As pesquisadoras comprometem-se a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



os procedimentos da pesquisa. Fornecerá todas as informações necessárias para que o participante possa decidir conscientemente sobre sua participação na referida pesquisa. Comprometem-se em manter o sigilo, de forma que os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa jamais serão revelados em possíveis publicações ou apresentações do trabalho. O participante poderá ainda desistir de sua participação a qualquer momento. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada. Por fim, a participação na pesquisa não implicará absolutamente nenhum custo, nem recompensa financeira para os participantes. O contato para qualquer esclarecimento de que necessite poderá ser realizado com as pesquisadoras responsáveis: **Ana Cláudia Carvalho de Jesus e Thalita Fernandes Santos**, pelo endereço: **Rua Ubaldino Figueira, 200, recreio, Vitória da Conquista. e-mail:claudiacarvalho91@hotmail.com**. O participante poderá contatar ainda o Comitê de Ética da FTC para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, pelo endereço: Rua Ubaldino Figueira, 200, recreio, Vitória da Conquista.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONSENTIMENTO

Eu, _____,

fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las,
concordo em participar desta pesquisa.

A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Vitória da Conquista, ____ de _____ de 2018.

Participante

Pesquisadoras

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A VALORIZAÇÃO DO EU, EM USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Delvania de Figueredo Pereira;

Camila Carvalho Souza;

Carlos Augusto Paiva Brito;

Flavia Batista Marques;

Welber Lima de Andrade;

Joelma Assis Araújo

Faculdade Anísio Teixeira

INTRODUÇÃO

A literatura descreve a dependência química como um fenômeno prejudicial à saúde que pode estar associada a prejuízos na autoestima de pessoas que usam substâncias psicoativas. Devido a essas demandas de saúde pública, há uma necessidade de ampliação das atividades efetivas que visem orientar as pessoas para a importância do autocuidado. Tais reflexões sugerem a implementação de intervenções que promovam mais segurança ao sujeito que necessita de apoio, na medida em que ele se sinta acolhido e enxergue possibilidades emancipatórias através da ajuda profissional (WOERNER, 2015).

O Ministério da Saúde também coloca como modelo para o tratamento de usuários de droga os Centros de Atenção Psicossociais e as Redes de Assistências, assim sendo, estes dispositivos estão distribuídos por todo o Brasil (BRASIL, 2013). Contudo, mesmo existindo discussões sobre as Comunidades Terapêuticas e acerca das políticas públicas, ainda assim, de acordo com a portaria 1.482, as CT, foram incluídas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), algumas Comunidades Terapêuticas que ofertam um excelente trabalho principalmente de cunho social.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Pesquisas apontam que o uso de substâncias psicoativas repercute na autoestima contribuindo em experiências complexas nas sociedades contemporâneas. Os autores Andrade, Souza, Minayo (2009) mencionam que a autoestima pode ser explicada como o indivíduo nomeia seus limites dentro das diversas práticas individuais vividas. A autoestima está profundamente relacionada, a uma possível instabilidade e acarreta na vida interpessoal desse sujeito principalmente se ele tiver uma visão distorcida de si mesmo (ROGERS, KINGGET, 2009).

Segundo os autores Colossi e Paz (2013), para que haja fortalecimento e busca de estratégias de enfrentamento da problemática, o apoio familiar é imprescindível, pois minimiza os impactos trazidos pelos rótulos propostos pela sociedade, segundo eles, os indivíduos que não contam com esse apoio, pois os vínculos familiares encontram-se fragilizados ou adoecidos, logo eles estão mais propensos a desistir do tratamento.

Assim a expectativa foi que eles participassem da roda de conversa sem medo ou vergonha, sentindo-se verdadeiramente acolhidos. Com o objetivo foi induzi-los a reverberação dos seus valores, princípios e o desejo de cuidar de si. Nossa expectativa foi que esse projeto de intervenção servisse principalmente para encorajá-los para lutar, vencer as fases do tratamento e resgatar-se enquanto sujeito. E assim aconteceu, depois de uma dinâmica para quebrar o gelo, os acolhidos aderiram a atividade, trouxeram relatos sobre as suas experiência durante o uso da substância no qual havia se tornado dependente e como estava sendo a convivência no espaço de tratamento.

Muitos se mostravam tão fragilizados com vínculos familiares rompidos ou abalados, mas relatavam seus sentimentos de esperança, de alegria pelo início ao tratamento. Alguns haviam perdido documentos e o serviço social da instituição resolvia os trâmites para os acolhidos refazerem seus documentos, dentre outros benefícios que a instituição buscava para ajuda-los. Havia pessoas que desejavam retomar os estudos e visado viabilizar dava aulas para aqueles que tinham interesse, além do acervo de livros a biblioteca que eles podem usufruir.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os internos são tratados com muito respeito e atenção por todos da instituição, lá não acontece; maus-tratos, desrespeito ou preconceito por parte dos funcionários. Tivemos acesso ao manual de conduta, nele contém as regras da instituição. A pessoa que opta por fazer o internamento na Comunidade Terapêutica toma conhecimento de todas as regras e assina um termo concordando em cumpri-las, caso haja o descumprimento de alguma regra implica em algumas penalidades a exemplo do desligamento/interrupção do tratamento.

Libâneo (1990), afirma que autoestima é compreendida como um referencial motivador que compõe o repertório de adultos e a educação contribui para que visualize possibilidades emancipatórias. Segundo Fonseca (2002, p.29) “a principal porta de entrada na melhoria de qualidade de vida é a formação do cidadão”. Neste sentido não há como pensar em formação sem pensar em formação da identidade. As atividades desenvolvidas com os acolhidos são diversas: reuniões de grupo, palestras, oficinas, além disso, eles contam com acompanhamento, psicológico, social e de saúde, além de voluntários contribuem nessa luta de resistência às drogas, reabilitação e ressignificação do sujeito.

Nesse sentido é importante a atuação da equipe multiprofissional, pois assim essa equipe trabalha numa perspectiva voltada para atender as diversas demandas dos usuários desse dispositivo que possibilita deixar de ser um usuário abusivo, se reencontrar, ressignificar sua vida e fortalecer os vínculos familiares, afetivos e sociais. Na comunidade terapêutica alguns internos chegam com muita vontade de ficar e sair de lá reabilitado do vício, mas apenas um percentual consegue se reabilitar totalmente, outros conseguem ficar e atender a demanda do tratamento.

Atualmente, segundo o SENAD (2011), “existe a legislação que caracteriza no que diz respeito à atenção a dependência química, um quesito que se faz presente em diferentes políticas sociais setoriais, tais como a assistência social, a saúde e a educação”.

As propostas e formas de atendimento terapêutico variam de acordo com a visão de mundo e perspectiva política, ideológica e religiosa dos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



diferentes grupos e instituições, governamentais e não governamentais atuantes nesta área. Da abstinência total à redução de danos, do internamento ao atendimento ambulatorial, dos grupos de ajuda ao tratamento medicamentoso, de programas governamentais a comunidades terapêuticas, o usuário substâncias psicoativas, que deseja ou necessita de tratamento, tem uma variedade de alternativas, optando por aquela mais adequada ao seu perfil e/ou suas necessidades (SENAD, 2011)

Com todos os desafios foi possível identificar que essas mudanças trouxeram consigo múltiplos avanços, ambos beneficiaram e transformaram a vida dos usuários e de suas famílias. A dependência química seja em álcool ou em qualquer outra substância tóxica, lícita ou ilícita, é uma verdadeira destruição ao sujeito, que passa a ser segregado, ocasionando lhe profundo sentimento de tristeza, desamparo, frustração, desajuste social, isso dificulta seu empoderamento para restaurar-se enquanto sujeito (CAMPOS, 2012).

JUSTIFICATIVA

A relevância deste trabalho propôs que os resultados obtidos podem contribuir para ampliar o olhar do profissional frente a essas particularidades, visando minimizar os impactos na autoestima dos sujeitos que fazem uso de drogas, além de poder fortalecer os fatores de proteção e minimizando os impactos apresentados pelos fatores de risco. Outro ponto que é válido salientar é que a educação precisa se fazer presente nos espaços de tratamento, pois pode trazer benefícios como conhecimento e empoderamento, mais informação acerca da dependência, descoberta de prazeres e educação, e leitura. Esses pontos foram identificados nos acolhidos da CT que estavam em tratamento.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



OBJETIVOS

- Promover uma reflexão sobre a importância do “Eu”, levando-os à certeza do “Eu” enquanto ser, importante e especial.
- Compreender como a educação/escolarização contribui para melhorar a autoestima de pessoas acolhidas em comunidades terapêuticas.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de estudo qualitativa, um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, sendo muito utilizada para realizar um estudo preliminar a partir do projeto de intervenção que foi direcionado aos acolhidos do sexo masculino em tratamento da dependência química em uma comunidade terapêutica em Feira de Santana.

- A realização das atividades foi autorizada pela direção da instituição e só aconteciam sob supervisão da psicóloga/preceptora do estágio.
- No primeiro contato foi identificado algumas demandas através dos relatos daqueles acolhidos, a mais frequente foi a ausência de interesse em dar continuidade ao tratamento e a autoestima fragilizada;
- No segundo encontro a atividade proposta foi disparar algumas questões sobre qualidades, defeitos, pontos positivos e negativos do pré tratamento e durante tratamento.
- A partir disso foi percebido o quanto as atividades pedagógicas realizadas pela pedagoga da instituição eram bem aceitas pelos acolhidos fazendo-os sentirem-se



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



valorizado pela via da educação, aprendizagem e leitura, haja vista que a rotina de tratamento é isolada do convívio social e familiar.

- Em um terceiro momento foi realizado uma dinâmica em grupo com aderência de 100% dos indivíduos, na sequência foi aberto espaço para feedback sobre as mudanças que as atividades trouxeram.

Foi informado a não obrigatoriedade de participar, e para não gerar possíveis constrangimentos não foi feita perguntas direcionadas a pessoa específica. A realização das atividades foi autorizada pela direção da instituição e só aconteciam sob supervisão da psicóloga/preceptora do estágio. No primeiro contato foi identificado algumas demandas através dos relatos daqueles acolhidos, a mais frequente foi a ausência de interesse em dar continuidade ao tratamento e a autoestima fragilizada, no segundo encontro a atividade proposta foi disparar algumas questões sobre qualidades, defeitos, pontos positivos e negativos do pré tratamento e durante tratamento.

RESULTADOS

O primeiro acolhido relatou que as atividades resgataram o prazer da leitura que havia perdido desde que intensificou o uso de drogas, o segundo afirmou estar se sentindo importante por reaprender a escrita, que antes era complicado até mesmo rabiscar seu nome na lista de presença do CAPS ad, quando era acompanhado lá, dentre muitos relatos o acesso aos livros da biblioteca que a instituição possui não passou despercebido, assim como o interesse de outro acolhido em treinar a escrita para poder fazer a segunda via do documento e assinar de forma que quem lesse entendesse.

Outro ponto positivo encontrado na época foi a presença do projeto TOPA (Todos Pela Alfabetização) dentro da instituição. indivíduo motivado, autoconfiante busca conquistar o que almeja. Para tanto Libâneo (1990), afirma que autoestima é compreendida

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como um referencial motivador que compõe o repertório de adultos e a educação contribui para que estes visualizem possibilidades emancipatórias e para Fonseca (2002, p.29) “não há como pensar em formação sem pensar em formação da identidade”.

Com inúmeros desafios é gratificante ver o acolhido dizer: - *Eu quero ficar, eu consigo ficar, eu cheguei aqui barbudo desnortado, quis voltar logo da recepção, após 15 dias aqui fiz a barba, me olhei no espelho e vi que ainda sou bonito, eu já não me reconhecia e hoje consigo me ver melhor, consigo refletir sobre as coisas que fiz enquanto estava em êxtase pelo uso exagerado de cocaína, álcool e outras drogas (Sic).*

Existem múltiplos fatores que conduzem uma pessoa para o universo da dependência química, mas essas razões não podem ser pré-requisito para esse sujeito não ser acolhido. Os estigmas e a ausência de empatia corroboram para esses indivíduos fragilizados perderem a esperança no futuro, desistirem de si, não procurarem ajuda, além de intensificar o uso na tentativa de fuga da realidade. Colossi e Paz (2013) apontam que é preciso minimizar os impactos trazidos pela problemática para que o dependente consiga ter autonomia e ressignificar a sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o projeto “A valorização do Eu, em usuários de substâncias psicoativas”, através dos trabalhos realizados em grupo, respeitando as opiniões e promovendo o diálogo, foi muito significativo para eles. Isso foi notório, nos sorrisos, nas conversas extensas, nos relatos, na postura solícita em continuar na roda de conversa e principalmente quando o tempo determinado para estarmos ali era ultrapassado.

Tudo era muito agradável, eles se mostravam muito a vontade com a nossa presença, traziam relatos pessoais, falavam como se sentiam após o tratamento na CT, e nos relatos víamos o quão importante era o suporte psicológico, o tratamento humanizado,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



o acolhimento e a empatia faziam a diferença no dia a dia daquelas pessoas, que tanto sofreram e tanto foram estigmatizadas ao longo do processo de uso abusivo. São pessoas que precisam que seja levado em consideração também suas características emocionais, pois inclui também sua história de vida e contexto ambiental ao qual o indivíduo sempre esteve inserido. Assim fazê-los sentirem se valorizados, empoderados e capazes de retomar seus projetos é um passo imprescindível no contexto da dependência química.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional Antidrogas**. Resolução n.º 3/GSIPR/CH/ CONAD, de 27 de outubro de 2005. Aprova a Política Nacional Antidrogas. In: Legislação e políticas públicas sobre drogas. Brasília, DF: SENAD, 2011.

BRASIL. Eixo Políticas e Fundamentos. Pesquisas sobre o Consumo de Drogas no Brasil. **Revista Aberta**. Brasília, 2013.

CAMPOS, E. A. **Nosso remédio é palavra: notas sobre o modelo terapêutico dos Alcoólicos Anônimos**. In: CANESQUI, A.M. (Org.). **Olhares socioantropológicos sobre os adoecidos crônicos**. São Paulo: Hucitec, 2012.

FONSECA, J. SARAIVA, J. **Metodologia e Trabalho Interdisciplinar no Contexto social**: Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO/HUCITEC, 1992. RUDIO, F.V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAZ, F. M. and COLOSSI, P. M. **Aspectos da dinâmica da família com dependência química**. Estud. psicol. Natal. vol.18. 2013.

ROGERS, C. R. & KINGET, G. M. **Psicoterapia e relações humanas** (vol. I). (M. L. Bizzotto, Trad.). Belo Horizonte: Inter livros. (Originalmente publicado em 1965) 2005.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



WOERNER, C. B. **Serviço Social e Saúde Mental: atuação do assistente social em comunidade terapêutica** / Social Work and Mental Health. Textos & Contextos (porto Alegre), 2015.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CORDEIROS - BAHIA: SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO

Lívia Maria Santos Chaves

Graduanda em Psicologia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

liviamaria0915@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma análise de como o município de Cordeiros - Bahia (BA) se propõe a desempenhar políticas públicas de qualidade, como previsto em lei, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito educacional neste tempo histórico ingressados no ensino fundamental público municipal. Sendo, o mesmo, resultado de estudo realizado no período do primeiro semestre do ano de 2017, entre os meses de março e junho, incluso em estudos da disciplina Política Educacional I, do curso de licenciatura em Psicologia.

Ressaltando a importância da educação como direito de todos os cidadãos, garantido constitucionalmente (BRASIL, 1988), é de conhecimento geral no Brasil de hoje (segunda década do terceiro milênio) o dever das diversas unidades federativas e do Estado brasileiro à garantia de tais direitos. Entre os diversos direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) a serem garantidos, está disposto no art. 26 o direito à educação. Sendo dever da União, do Estado, do Distrito Federal e dos municípios, previsto no art. 211 da Constituição Federal, a “organização em regime de colaboração de seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988, p.124).

Como nos traz Santos, Borowski e Dias,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



a educação sempre foi vista como um dos principais vetores de mudanças e melhorias sociais e se mostra, cada vez mais, passível de ser utilizada como prática libertária, que auxilia na construção das diversas visões de mundo de cada indivíduo, os preparando para agir em sociedade. Mas para ampliar as potencialidades deste processo é necessária uma conjuntura favorável, com ações e políticas públicas adequadas (SANTOS; BOROWSKI; DIAS, 2013, p.73).

Contudo, observa-se que no Brasil, especificamente em alguns municípios baianos, tais direitos estão em situação precária, não atendendo aos compromissos e determinações legais assumidos pelo país, em convenções e acordos dos quais este é signatário, e à própria legislação nacional. Como o fato demonstrado no estudo realizado por Santos, Borowski e Dias (2013, p.78) de que “em todo o Brasil, das cinco piores notas no IDEB [nas séries iniciais do ensino básico], seis municípios são baianos”. Outro exemplo pode ser obtido diretamente através dos índices e notas mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), presentes no site oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), (2016). No qual a Bahia não atingiu a meta definida nos anos finais do ensino fundamental, no ano de 2015, apresentando nota 0.4 abaixo da meta projetada para o ano. A importância do IDEB é, então, entendida como:

[...] um dos índices criados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para compor o sistema avaliativo da qualidade da educação brasileira [...] calculado a cada dois anos, a partir dos dados de aprovação escolar

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e de taxas de aprovação em exames do próprio INEP, como a Prova Brasil. (SANTOS; BOROWSKI; DIAS, 2013, p.73).

Logo, o presente estudo objetivou investigar, à luz da legislação educacional vigente no país e outros documentos dos quais o Brasil é signatário, como se estabelecem as relações entre a garantia de direito à educação e as responsabilidades social e política frente a garantia dos referidos direitos no município de Cordeiros. Este, localizado no nordeste brasileiro, no estado da Bahia, acerca de 662 quilômetros da capital Salvador, no qual a sua população, no censo de 2010, era de 8.168 habitantes (IBGE, 2016). Dentre a população, em torno de 1.486 destes indivíduos estaria na faixa etária de 5 a 14 anos de idade (IBGE, 2016), dentro da qual se encontram indivíduos que estão na faixa etária correspondente ao ensino fundamental.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caráter qualitativo, sendo feita uma revisão literária da legislação brasileira e demais documentos dos quais o país é signatário, que tratem dos deveres e direitos à educação, especificamente ao que se refere ao ensino fundamental e às incumbências municipais. Com base nos conhecimentos extraídos foram levantados os pontos principais expostos em partes desta legislação referentes ao dever dos municípios na garantia de tais direitos. Sendo, posteriormente, feita uma abordagem de articulação com o poder público responsável pela educação do município. E, por fim, realizada uma análise comparativa entre as determinações e indicativos da ordem normativa e as propostas e resultados de políticas públicas municipais estabelecidas e desenvolvidas pelo poder público do município de Cordeiros.

DEVERES LEGISLATIVOS MUNICIPAIS DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO

Dentre a vasta legislação vigente em nosso país, observa-se que a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) em seu art. 205; o art. 53 da Lei Federal nº 8.069/90



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990); a Lei nº 9.394/96, Lei das Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), em seu art. 2º; e a Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (UNESCO, 1993) estão em comum acordo ao afirmarem como sendo direito de crianças e jovens o acesso à educação, visando o desenvolvimento pessoal, preparo para exercer a cidadania e qualificação para exercer algum trabalho. Sendo dever do Estado e da família a garantia aos mesmos.

Ainda segundo a Constituição Federal Brasileira, art. 211, §2º “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil.” (BRASIL, 1988, p.124). De acordo com o art. 32 da LDB (1996), o ensino fundamental deve ter uma duração mínima de nove anos (1º ao 9º ano de ensino) sendo obrigatório e gratuito em escola pública com o objetivo da formação básica do indivíduo, visando o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão dos vários âmbitos do meio em que vive, entre outros. Este, junto à educação infantil e ao ensino médio, compõe o nível educacional referente a educação básica, sendo definido no art. 22, da LDB, a finalidade da mesma em “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996).

Também a Lei nº 9.394/96 (BRASIL,1996) em seu art. 11, incumbe aos municípios a organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos e instituições de ensino do seu sistema, integrando-os ao estabelecido pelas políticas superiores do país, incluindo a apresentação de planos complementares ao seu sistema educacional e agindo de forma redistributiva para suas instituições, assim como é o responsável pelo licenciamento e supervisão das instituições de ensino e pelo transporte dos estudantes da rede municipal. Com incumbência na oferta da educação infantil e ensino fundamental.

A importância do papel e autonomia municipal frente à educação é ressaltada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), o qual assinala que:

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



os Sistemas Municipais de Ensino [...] pressupõem uma estrutura institucional, composta, necessariamente, das unidades escolares, de um órgão executivo e de um órgão normativo. Como eles têm autonomia para elaborar normas complementares às normas nacionais e para adaptá-las ao contexto local, em geral a organização desses sistemas dá agilidade às decisões do município, que não precisam ser submetidas ao Conselho Estadual de Educação ou a outras instâncias deliberativas. (MEC apud. SANTOS; BOROWSKI; DIAS, 2013, p. 81).

Demonstrando, assim, como esta autonomia é um dos fundamentais aspectos para um melhor desenvolvimento educacional. Porém, também dependente de redes integradas que facilitem algumas práticas, já que fatores de planejamento, princípios pedagógicos e unidades escolares influenciam diretamente a educação (SANTOS; BOROWSKI; DIAS, 2013).

À respeito da interação entre município e demais unidades federativas, a Lei nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2015), dispõe, em seu decorrer, diversos pontos acerca de atuações do município em colaboração a estas instâncias. Como em seu art. 7º que visa a colaboração da União, Distrito Federal e municípios para alcance das metas do PNE, incumbindo aos gestores municipais adoção de medidas necessárias para tal fim. O art. 8º da mesma prevê a elaboração ou adequação de planos de educação próprios em consonância com o PNE, cumprindo o prazo de um ano a partir da publicação do mesmo. Já em seu art. 9º é definido a aprovação ou adequação de leis específicas para os seus sistemas de ensino municipais, disciplinando a gestão democrática da educação pública, em um prazo de dois anos a partir da publicação da lei. E ainda, no art. 11, o PNE dispõe sobre a avaliação da educação básica com colaboração

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos municípios na construção de informações para avaliação e orientação de política públicas direcionadas à educação básica, apontando o IDEB como um destes indicadores.

Em resumo, no que demanda a ordenação normativa acima referida, é de responsabilidade do poder público do município, no que se refere ao ensino fundamental: a oferta de vagas para todas crianças e adolescentes da faixa etária de 6 a 14 anos do município em sua rede pública, assim como para aqueles que se encontram irregulares frente a idade ideal para este nível, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito; o acesso ao transporte para aqueles que necessitem de deslocamento até a unidade escolar; a fomentação à qualificação de seus profissionais de educação; a adequação e/ou elaboração de políticas e planos educacionais consonantes às diretrizes e planos nacionais e estaduais; o adequado investimento em suas unidades educacionais; a organização, manutenção, supervisão e desenvolvimento de seus sistemas de ensino; construção e compartilhamento de informações acerca da educação municipal.

CORDEIROS – BA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Com a abordagem de articulação feita com o poder público responsável pela educação municipal de Cordeiros-BA foram coletados dados referentes ao seu ensino fundamental. Este apontava manter um total de 9 escolas em localidades municipais, atendendo a 1.078 crianças e adolescentes em nível de ensino fundamental, com duração de 9 anos, sendo a matrícula permitida a partir dos 6 anos de idade. Essa etapa é dividida entre anos iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, e anos finais, do 6º ao 9º ano. No caso dos anos iniciais há uma subdivisão, em algumas das escolas, entre o 1º a 3º anos, chamado de ciclo da alfabetização, e o 4º e 5º anos. Cada ano dessa etapa compreende um mínimo de 800 horas anuais, as quais se organizam nos períodos matutino entre 8:00 e 12:00 horas e vespertino entre 13:00 e 17:00 horas, sendo que para o turno noturno há falta de demanda da população para que se montem turmas. O poder público elabora propostas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de calendário e faz consulta junto aos professores nas escolas. Em seguida, encaminha as propostas ao Conselho Municipal de Educação para aprovação.

No estabelecimento do currículo educacional do ensino fundamental o município tem como referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove anos, trabalhando na construção de diretrizes municipais para definição dos currículos e ciclos de ensino fundamental de nove anos. No entanto, este trabalho está na etapa inicial de conceituação do ciclo da alfabetização, dispondo do Núcleo Municipal de Alfabetização e Letramento (NALFA), o Programa Estadual de Alfabetização na Idade Certa (PACTO) e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), contando com a base das diretrizes nacionais para o ensino fundamental de nove anos.

O município de Cordeiros realiza a manutenção e supervisão dos estabelecimentos de ensino do seu município através da Coordenação Geral Pedagógica e supervisores escolares ligados à Secretaria Municipal de Educação. Este promove, também, uma autoavaliação das escolas municipais por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas. Destacando-se a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática. Também com apoio técnico e financeiro às escolas municipais com a participação da comunidade escolar na gestão, planejamento e aplicação dos recursos. Já a contratação dos profissionais da educação ocorre por meio de concurso público e, quando necessário, por meio de contratos emergenciais. O poder público afirmou, assim, o investimento de não menos do que 25% da arrecadação de impostos na área da educação.

O município conta com políticas públicas em parceria com o governo na oferta de programas suplementares para o atendimento ao ensino fundamental, com programas de material didático, transporte, alimentação e saúde. Citando programas como: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), este destinado aos estudantes

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



matriculados em escolas públicas e residentes na zona rural para que possam se locomover até a escola na zona urbana; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual há oferta de refeições nutritivas aos estudantes durante o período em que permanecem na escola, desenvolvendo hábitos saudáveis de alimentação e contribuindo para o rendimento escolar; o Programa Saúde na Escola (PSE) para que haja integração e articulação da educação e da saúde por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde; e o Programa Dinheiro Direto na Escola, com recursos destinados às escolas municipais com a finalidade de subsidiar a aquisição de material didático, produtos de limpeza, realização de pequenos reparos e diversas outras ações. Estabelece-se uma relação de parceria com o estado, também pela existência do convênio de cooperação entre ambos e adesão do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PACTO/BA), o qual objetiva a alfabetização de estudantes em idade pré-estabelecida.

Ao que se refere à oferta de práticas extras ao ensino, algumas escolas do ensino fundamental contam com atividades do Programa Mais Educação realizado na zona urbana da cidade. Pelo qual os estudantes têm acesso a atividades no contraturno escolar, em áreas diferenciadas como cultura, esporte, lazer e acompanhamento pedagógico.

O município implementou, no ano de 2015, o Plano Municipal de Educação, buscando estabelecer normas municipais para educação. Tendo como autores os representantes da sociedade do próprio município e a equipe técnica do poder público responsável pela educação municipal, com a realização de audiências públicas.

CONSTATAÇÕES

A educação no município de Cordeiros-BA, no que se refere à educação fundamental da rede pública de ensino, se mostra com índices positivos, apresentando políticas públicas próprias e integradas com demais unidades federativas de poder público, reconhecendo suas responsabilidades e atuando na perspectiva de sua realização.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



São ofertadas vagas suficientes para demanda municipal, atendendo a taxa de escolarização de 98% para a faixa etária de 6 a 14 anos em 2010, ano de realização do último censo (IBGE, 2016), assegurando também a oferta de ensino no turno noturno, quando há demanda. Considerando que os dados do último censo demográfico realizado no Brasil se referem há sete anos, a população estimada neste levantamento não corresponde efetivamente ao número de indivíduos atual.

O ensino fundamental em Cordeiros atua com duração de 9 anos, compreendendo o mínimo 200 dias letivos e 800 horas anuais, além de práticas extras ao ensino realizadas na zona urbana. Atuando como a LDB dispõe no art. 23 (BRASIL, 1996), acerca da organização da educação básica, estabelecendo que a mesma poderá organizar-se tanto em séries anuais, semestrais, ou de outras formas diversas, levando em conta a aprendizagem. Enquanto o calendário escolar deve se adequar às condições locais, contanto que obedeça ao art. 24 da mesma, o qual estabelece normas comuns, como a obrigatoriedade da carga horária mínima de 800 horas anuais, distribuídas em um mínimo de 200 dias letivos. Já o art. 26, seguinte da mesma (BRASIL, 1996), estabelece a organização do currículo em uma base nacional comum, podendo ser complementado por partes diversificadas às características regional e local.

O referente município organiza e supervisiona os estabelecimentos e instituições de ensino de seu sistema, de acordo com o art. 11 da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), com a Coordenação Geral Pedagógica e seus supervisores escolares. No que se refere aos demais pontos presentes neste mesmo artigo, o poder público municipal integra seus sistemas à União e ao estado através de programas suplementares de material didático, alimentação e saúde ao atendimento no ensino fundamental, já exemplificados anteriormente, os quais também atendem o dever da oferta de programas suplementares para o atendimento ao ensino fundamental, presente no art.54 do ECA (BRASIL, 1990). No que se refere ao transporte, legislativamente constando na LDB como de responsabilidade do município

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(BRASIL, 1996), é oferecido a população a partir de programa financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC.

De acordo com o Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (FNDE, 2008), o município investe mais que 25% da arrecadação de impostos na área da educação. Seguindo, então, os parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) (2017), e obedecendo ao art. 212 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 125).

Com a implementação do Plano Municipal de Educação, em 2015, o município atende ao art. 8º do PNE (BRASIL, 2015). No qual estão presentes estratégias que visam, por exemplo, a universalização do atendimento aos estudantes de 6 a 14 anos no ensino fundamental, com duração de 9 anos e o fomento a qualidade da educação básica. Cumprindo, assim, o prazo de um ano para elaboração a partir da publicação do PNE, em 2014. De acordo com a meta 15 do PNE, o poder público de Cordeiros oferece serviços de apoio aos professores de suas instituições visando à formação continuada dos mesmos.

O município cordeirense possui média acima da meta em todos os anos analisados, de acordo com o site oficial do INEP (2016), possuindo médias de 5.2 e 4.8 para os anos finais do ensino fundamental I e II, respectivamente, em 2015, no qual as metas estabelecidas foram de, respectivamente, 4.1 e 4.0. A taxa de escolarização em 2010 situava o município na posição 121º de 417 dentre as cidades do estado e na posição de número 2.065 das 5.570 cidades do Brasil (IGBE, 2016). Porém, estes são dados do último censo realizado em 2010, o que deixa em aberto alterações nos índices desde então. É observado, também, que o município constrói e favorece o compartilhamento de informações acerca da educação municipal, o que permitiu a realização do estudo.

Não foram coletadas informações acerca do atendimento especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ingressadas no sistema de ensino público fundamental, também garantido na ordem normativa. Assim como da dicotomia entre a educação oferecida à população

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



urbana e rural residente no município, pois mesmo que tenham instituições de ensino em ambas as zonas, questões de deslocamento e atendimento se fazem pertinentes neste campo. Outras questões que se referem às políticas e programas públicos direcionados a abordagem de temas pertinentes à educação nas escolas públicas, como questões de gênero, sexualidade, preconceito, respeito, entre muitos outros, também não foram levantadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comparativo feito entre a ordenação normativa estudada e a abordagem ao poder público responsável pela educação municipal sugere que o município tem atuado de acordo com diversos pontos legitimados, agindo em consonância com o Estado, as instituições educacionais e a sociedade na garantia dos direitos de crianças e adolescentes à educação básica obrigatória e gratuita. Atendendo, portanto, a demanda municipal em questões de oferta, assistência, manutenção e organização de ensino fundamental.

O município mostra-se uma exceção no que se refere a precariedade da educação municipal no estado da Bahia, mesmo que diversas demandas ainda necessitem de um olhar mais específico. Este busca desempenhar seu papel na garantia dos direitos educacionais das crianças e adolescentes através de diversas iniciativas e políticas públicas próprias e de integração com o estado e demais unidades federativas.

É ressaltado, portanto, a importância de serem feitos tais estudos, assim como é válido assinalar a necessidade de novos estudos neste e demais municípios baianos, incorporando diversos outros pontos para análise, visando complementar e até mesmo modificar o conhecimento até aqui adquirido. Pois, a partir destes, podem ser pensados e elaborados programas e políticas públicas para melhoria do processo educacional e escolar. Estes vistos como importantes alicerces do desenvolvimento humano e áreas de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atuação da psicologia, tanto no que se refere ao desenvolvimento, à educação e/ou às políticas públicas.

Espera-se que o presente estudo possa agregar conhecimento e subsidiar informações, a quem possa interessar, acerca da situação legislativa e municipal no âmbito educacional no tempo histórico no qual fora construído, mais especificamente, do ensino fundamental do município cordeirense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 123-126.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO - FNDE. **Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE**. 2008. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do?acao=PESQUISAR&anoPaginacao=2016&paginacao=%2B&pag=result&cod_uf=29&municipios=290900>. Acesso em 17 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/cordeiros/panorama>>. Acesso em: 28 abr. 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **IDEB - Resultados e Metas**. 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso: 25 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. v. 16, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. **A Declaração de Nova Delhi sobre Educação Para Todos**, Nova Delhi- Índia: Unesco, 1993. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SANTOS, Leandro; BOROWSKI, Lara; DIAS, Clímaco. Análise socio-espacial sobre alguns indicadores da educação pública no ensino fundamental do estado da Bahia. **Geografia ensino & pesquisa**: revista do departamento de Geociências e programa de pós-graduação em Geografia e Geociências da UFSM, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 72-87, mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/10773>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

TRIBUNAL de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Prestação de contas do município. 2017. Disponível em: <<http://www.tcm.ba.gov.br/municipio-post/cordeiros/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**ASSEMBLEIAS ESCOLARES: UMA ESTRATÉGIA PARA RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS EM SALA DE AULA**

Dionis Soares de Souza
Doutorando em Psicologia
PPGPSI/UFBA
dio.ssoares@gmail.com

Kalena Ellen dos Santos Ferraz
Bacharela em Humanidades
Graduanda em Psicologia/UFBA
kalenaferraz18@gmail.com

Laís Souto
Mestranda em Psicologia
PPGPSI/UFBA
lais.nsouto@gmail.com

Patricia Carla Silva do Vale Zucoloto
Pós-doutoranda
PPGPSI/UFBA
patriciavalezuc@gmail.com

Introdução

Crianças e adolescentes são constantemente encaminhados para realizarem acompanhamento em serviços de psicologia, psiquiatria, ambulatórios e postos de saúde



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(RODRIGUES, CAMPOS & FERNANDES, 2012). Os encaminhamentos são majoritariamente elaborados pelas instituições educacionais, a partir de queixas ou demandas que surgem sobre o baixo desempenho ou o comportamento dos estudantes desde o ambiente dentro de sala de aula até os comportamentos no espaço mais amplo da escola (FRELLER, 2001). Os professores são os atores mais responsáveis pela produção da queixa escolar devido à maior convivência com os estudantes na escola e por avaliarem o desempenho escolar destes (GOMES & PEDRERO, 2015).

As queixas escolares são frequentemente localizadas no indivíduo, ou seja, considera-se que as causas envolvem problemas emocionais, ou rebaixamento intelectual, ou ainda questões como a vulnerabilidade social do estudante e descaso da família com relação à criança ou adolescente (SOUZA M. P. R., 2007). A obra “A produção do fracasso escolar”, de PATTO (2015), é um dos trabalhos mais importantes nos estudos sobre o tema, investiga historicamente as origens das explicações que culpabilizam o indivíduo sobre suas dificuldades no processo de escolarização. Essa autora analisou que as teorias raciais, vigentes no final do século XIX e início do XX no Brasil e no mundo, buscaram afirmar a inferioridade de pobres e não brancos por pertencerem a uma determinada raça. Através da psicologia diferencial o fracasso escolar tem sido justificado a partir da determinação hereditária. Por fim, a teoria da carência cultural, tenta assegurar a concepção de que existe um atraso cultural nos grupos sociais não dominantes e, devido a isso, os estudantes não apresentam bom desempenho em sua trajetória escolar.

A Psicologia Escolar e Educacional se desenvolve alicerçada nas releituras críticas sobre a atuação do psicólogo na escola. Assim, para essa perspectiva, culpabilizar os estudantes sobre os problemas experienciados durante a escolarização é desconsiderar um conjunto de relações históricas, sociais e culturais de exclusão social. É ignorar o papel e responsabilidade das relações hierárquicas entre a instituição escolar, as políticas públicas para educação e as leis e diretrizes norteadoras do projeto de educação do país.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nessa direção, SAWAYA (2002) propõe compreender as dimensões das seguintes relações para atuar na escola e intervir em suas dificuldades: relações entre a escola e o Estado, como as legislações; entre a escola e clientela, abarca as representações da equipe pedagógica sobre os estudantes e seus responsáveis; a dimensão da prática educacional, envolve, por exemplo, práticas pedagógicas e critérios de qualificação dos estudantes e professores; e qualidade das relações entre os professores e estudantes que são atravessadas por preconceitos e percepções negativas dos professores com relação aos alunos das classes populares.

Desse modo, este artigo assume a compreensão crítica sobre a atuação profissional do psicólogo escolar educacional. Tem como objetivo relatar uma experiência de intervenção utilizando a estratégia metodológica das assembleias escolares para ouvir as crianças e adolescentes no contexto de uma turma do 5º ano do ensino fundamental I (cinco séries iniciais) de uma escola da rede municipal de Salvador.

Atuação do psicólogo frente a queixa escolar

A revisão crítica sobre a compreensão do contexto escolar e suas dificuldades teve como consequência à discussão sobre as intervenções realizadas pelos psicólogos nas instituições escolares. Apesar dessa releitura ter se iniciado por volta da década de 1980, as práticas profissionais e pesquisas no campo ainda reverberam uma atuação que responsabiliza o indivíduo pelos obstáculos vividos no processo de escolarização (LEONARDO et al., 2015, PEZZI & MARIN, 2017). Essa perspectiva de atuação exclui, estigmatiza e promove a desigualdade social, permitindo que estudantes com alguma queixa escolar sejam abandonados pela escola em sua trajetória escolar (SOUZA M.P. R., 2007, SOUZA B.P., 2007). A partir disso, houve um movimento de publicações com relação às alternativas de intervenções e sobre análises de como a psicologia tem atuado frente à queixa escolar (BULHÕES, 2018, LIMA et al., 2014, SARAIVA, 2018).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As possibilidades de atuação diante da queixa escolar são variadas por corresponderem às necessidades e demandas de cada instituição, turma ou de cada sujeito (SOUZA, 2000). Nesse sentido, as intervenções do psicólogo escolar, devem se fundamentar em propostas que incluam esses sujeitos envolvidos na queixa, não só os alunos, mas também os familiares e a escola; como também conhecer a dinâmica diária da escola; informar-se sobre o histórico da turma ou do estudante; e pensar a intervenção em diálogo com os atores envolvidos (ANGELUCCI, 2007).

Retomar o direito à fala dos atores contextualizados na produção da queixa escolar é um argumento fortalecedor da dimensão complexa que compõe este fenômeno, por não responsabilizar apenas a criança ou o adolescente. Esse movimento, favorece a implicação de cada um dos envolvidos, promovendo a emergência de frentes de intervenção, não reproduzindo a lógica individualizante (ANGELUCCI, 2007).

Além disso, estratégias de mediação do psicólogo que propiciem a escuta dos estudantes revelam especificidades das relações presentes na instituição, bem como cria espaço de reflexão com relação à experiência do próprio estudante sobre os desafios na trajetória escolar (COSTA, 2010, DUTRA, PEIXOTO et al., 2014). Desse modo, a intervenção escolhida das assembleias escolares favorece a escuta de crianças e adolescentes a respeito da queixa formulada pela escola, qual seja a indisciplina.

Indisciplina e intervenção com assembleias escolares

Frequentemente as escolas se queixam da indisciplina e comportamento que foge ao esperado pela instituição, por parte de estudantes e turmas, tornando-os assim alunos-problema ou classes-problema e convocando psicólogos para agirem e resolver aquilo que a instituição não dá conta. A tarefa do psicólogo escolar é justamente levar a escola e seus atores a refletirem sobre o que consideram indisciplina, bem como mediar situações de conflito e promover o diálogo entre os personagens – estudante, escola e família – para

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



assim pensar coletivamente em ações que contribuam para o processo de desenvolvimento e sucesso escola.

Foi realizada por Reis e Zanella (2008) uma intervenção psicológica em uma turma do 4º ano de uma escola pública federal com queixa de indisciplina. Elas investigaram qual era o significado de indisciplina para aquela instituição, levando em consideração o fato de que há entendimentos diferentes acerca dessa palavra. Neste caso, a professora da turma indicou como sendo conversas excessivas e agressões verbais. A intervenção se constituiu por um período de observação, o relato dessas observações e pontuações acerca do que foi observado. Após isso, foram feitas algumas oficinas envolvendo os estudantes e a professora, para refletir sobre os aspectos observados: a organização das falas, a negociação do silêncio em momentos importantes e os apelidos pejorativos utilizados entre os colegas de turma. Por fim, foi dado um momento para que os estudantes e a professora expressassem seus sentimentos acerca da experiência. Duas semanas após a intervenção a equipe retornou à escola para avaliar os efeitos do trabalho, que teve um retorno positivo, apesar de alguns comportamentos ainda persistirem, entendendo que existe um processo e que o fazer psicológico não possui caráter imediatista.

Intervir no contexto escolar significa sempre convocar os atores escolares para entender a queixa e assim desenvolver um trabalho que envolva todos, deixando de manter uma perspectiva clínica individual que localize no estudante a responsabilidade pela queixa. Freller (2001) ao explanar sobre seu doutorado, contou que fez uma pesquisa-ação em duas escolas públicas de São Paulo. Inicialmente foi convocada para trabalhar com as famílias a indisciplina dos estudantes. Nesse sentido, ela atendeu à demanda da escola, mas sem deixar de atuar no contexto escolar como um todo, propondo reflexões e incluindo outros personagens que não apenas os pais e estudantes dos quais a escola se queixava. Ficou definido que somente após as discussões acerca dos problemas citados que se poderiam definir estratégias para enfrentamento dos mesmos. Foi investigado o significado de indisciplina para estudantes, professores e família. Concluiu-se que ambos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pensavam de forma parecida, considerando indisciplina como aquilo que perturba a ordem estabelecida, que rompe com a homogeneidade e harmonia na escola. As intervenções ocorrem em grupo e individualmente, incluindo a participação nas reuniões de professores e de pais e mestres. Em todos esses momentos foi dado um espaço para que todos pudessem falar livremente sobre o que quisessem. Apesar de não apresentar os resultados neste artigo, a autora aposta no trabalho do psicólogo para permitir que as vozes sejam escutadas e que haja uma transformação nesses ambientes aos quais o psicólogo se propõe a estar, não para diagnosticar e indicar tratamentos, mas para pensar e agir juntos.

O ambiente escolar não é um espaço fechado, ele é um sistema aberto, constituído por pessoas, e o conflito é parte natural da vida humana. Nesse sentido, as ações educadoras devem apoiar a diversidade e promover o diálogo entre todos nas decisões e acordos, dando destaque ao protagonismo dos alunos no enfrentamento aos conflitos vividos (Mesquita, 2010). Novos paradigmas fundamentados na promoção de diálogos e práticas discursivas vêm ganhando espaço e substituindo práticas psicológicas tradicionais. Sob essa perspectiva, a educação baseada na resolução de conflitos aparece como proposta metodológica para essa problemática (Schnitman, 2000).

O modelo das assembleias é o modelo da democracia participativa, que busca alcançar no espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, respeitando as diferenças entre os membros participantes. Com o objetivo de estabelecer a democracia escolar, o protagonismo e a participação das crianças na transformação das relações interpessoais, as assembleias escolares se revelaram uma ferramenta com potencial socioeducativo para atuação psicológica no contexto escolar (Araújo, 2004).

Metodologia

Chegamos à escola no intuito de conversar sobre as queixas escolares, tal como no ano anterior havia a queixa referente à indisciplina de uma turma (atual 5o ano) e propomos a utilização da metodologia da assembleia para promover a criação de um

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



espaço de fala e reflexão, entre e com os alunos, para uma construção coletiva das regras de convivência em sala.

No primeiro dia de contato com a escola, contávamos com uma equipe de dois psicólogos e uma estudante de psicologia de 8º semestre, estando uma psicóloga ausente. Fomos bem recebidos e conversamos com o diretor, a vice-diretora, a coordenadora e a professora da referida turma.

A queixa era relativa à indisciplina de alunos vindos de outra escola. A equipe escolar relatou que, tal qual ao ano anterior (4º ano), a turma já estava com a terceira professora e que esta cogitava sair, devido às dificuldades de lidar com o comportamento da turma. Foi proposto como intervenção as assembleias escolares. A equipe pedagógica da escola achou interessante a proposta e foi feito junto com ela um cronograma. Acordou-se que a intervenção com a turma do 5º ano, atualmente com 21 alunos, ocorreria a partir de encontros semanais. O primeiro encontro para a preparação da assembleia, o segundo e terceiro encontro respectivamente com a assembleia, o quarto encontro para o fechamento e o quinto encontro para o encerramento das atividades e devolutiva.

Resultados e discussão

No primeiro encontro ocorreu a preparação para o trabalho com as assembleias. A equipe de psicólogos se apresentou à turma de alunos e também explicou as atividades que se dariam ao longo dos próximos encontros. Em função da experiência com a assembleia no ano anterior, a maioria dos estudantes da turma já conheciam um pouco sobre as regras e etapas das atividades. A preparação consistiu em entregar dois papéis a cada aluno da turma, eles escreveriam em um papel o que *gostam* e no outro o que *não gostam* em relação à escola. Em seguida, eles colocariam os papéis em duas caixas que foram confeccionadas pela equipe. Uma caixa tinha inscrito “gosto” e a outra “não gosto”. De acordo com as regras combinadas, cada aluno só poderia escrever em seu próprio papel, não deveria se identificar com o nome nem nomear outras pessoas, mas poderia se referir a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



coisas, comportamentos e acontecimentos, e por fim, não deveria escrever xingamentos ou ofensas aos colegas e professores/funcionários.

Durante o processo de escrita, a equipe de psicólogos se colocou à disposição para auxiliar os estudantes que precisassem, contudo a maioria fez sem auxílio. Aos que solicitaram, foram ajudados e conseguiram concluir a atividade. Ficou acordado com a turma que, na semana seguinte, os psicólogos leriam os papéis confeccionados por eles conjuntamente com os estudantes.

A assembleia

O momento da assembleia é aquele designado à leitura dos papéis escritos pela turma, com a discussão dos pontos negativos (*não gosto*) e positivos (*gosto*) referentes à escola. Ao ler o que foi escrito, a turma teve oportunidade de debater sobre o tópico levantado, com o objetivo de refletir sobre possibilidades para a resolução dos problemas enfrentados por eles. As situações de debate e interação com os pares se mostram necessárias para a aprendizagem de estratégias para resolução do conflito pela via não violenta, pelo diálogo (VINHA & TOGNETTA, 2009).

No momento da assembleia as crianças sentavam-se no chão em círculo e os psicólogos se distribuíram entre elas. A assembleia ocorreu em dois encontros. No primeiro encontro, foram lidos dezessete papéis sobre o *gosto* e sete papéis referentes ao que *não gosto* na escola. Nesse primeiro dia surgiram algumas expressões que indicaram o gostar: da professora (quatro), da merenda (seis), da merendeira (três) e de amigas (duas). Alguns estudantes disseram também gostar da escola e de fazer dever (dois). Para MULLER (2008), os afetos envolvidos nas relações que as crianças estabelecem com os adultos e com os colegas condicionam e revelam suas formas de gostar ou de não gostar da escola.

Nesse dia, no item “não gosto”, ocorreram queixas referentes: à merenda “não gosto da merenda” e “eu não gosto de que sirvam mingau queimando a língua”, à bagunça



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



na sala de aula “não gosto de bagunça na sala de aula, não gosto de conversar muito, não gosto de briga” e à problemas de relacionamento entre colegas “pessoas que atrapalham a aula”; “não gosto quando pegam minhas coisas”. Além disso, ocorreu também uma reclamação referente ao tempo relativo ao recreio: “tem recreio que só dá para comer, não brincamos de corrida, de futebol, brincamos de dominó”.

No segundo encontro da assembleia foram lidos três papéis sobre o que os alunos mais gostavam e treze papéis sobre o que não gostavam na escola. Esse dia foi marcado por uma forte participação da turma. O “não gosto” foi atravessado por reclamações e denúncias sobre bagunças na sala e problemas de relacionamento entre alguns alunos. Tais como: “eu não gosto de pessoas que ficam brigando na hora da saída”; “eu não gosto de ficar xingando nem de ficar jogando bolinha de papel”; “não gosto de ser maltratada todos os dias pelos meus colegas e ser excluída todos os dias, dói muito, quando chego em casa choro muito”; “falta de educação”.

Nesse segundo dia de assembleia, questionou-se aos alunos como eles próprios poderiam resolver alguns dos problemas abordados. Então, um estudante fez sugestões do que eles precisavam melhorar: 1) Não brigar por besteira; 2) Cuidar dos materiais; 3) Fazer as atividades; 4) Respeitar os professores; 5) Não xingar.

Com relação à fala da aluna que se sentia maltratada pelos colegas todos os dias, nós trabalhamos com eles a questão de como ela se sentia para que eles desenvolvessem empatia e prestassem atenção nos sentimentos dos outros diante de determinadas atitudes, que poderiam parecer inofensivas, mas que magoavam.

No quarto encontro ocorreu o fechamento da assembleia, que se deu através da produção de uma carta para a professora e da confecção de três cartazes. Cada cartaz correspondente a uma temática: lista da gratidão contendo os pontos positivos e agradecimentos à escola, lista de combinados com o que pode e não se pode fazer na escola e lista de brincadeiras preferidas para o recreio e fora da sala de aula.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A partir de um sorteio realizado pelos psicólogos, a turma foi dividida em quatro grupos. Cada membro da equipe de psicologia se responsabilizou pelo desenvolvimento de uma das atividades com um grupo de estudantes. As temáticas para cada equipe também foram sorteadas. Por fim, cada uma delas apresentou sua confecção para toda a turma, de modo que todos vissem o que tinha sido feito e, também, caso algum aluno desejasse contribuir. Após a apresentação, a turma decidiu colocar os cartazes na parede da sala.

O psicólogo solicitou ao grupo responsável pela confecção da carta que escrevesse uma carta com tema livre, para a professora da turma, que se encontrava ausente. Nesse ponto, um importante aspecto deve ser salientado. Foi relatado uma recente briga entre os alunos na sala de aula, durante a qual a professora se exaltou e sentiu-se mal, sendo esse problema de saúde o motivador do seu afastamento da sala de aula. Diante disso, o grupo decidiu que a carta seria um pedido de desculpas. Foram disponibilizadas folhas de ofício coloridas, lápis, caneta e giz de cera. O grupo se organizou e dividiu as tarefas. Um dos alunos ficou responsável por confeccionar o desenho para a capa, outro por escrever a carta e os outros dois os auxiliavam na atividade, dando ideias e sugestões. Todas as ações resultaram de decisões coletivas.

O grupo responsável pela lista das brincadeiras preferidas deu ao cartaz o título “brincadeiras especiais”. Os alunos elaboraram a seguinte lista de brincadeiras: pega-pega, jogar bola, chicotinho queimado, bandeirola, cobra-cega, “baliô”, esconde-esconde e pula corda. Para escrever a lista, o grupo elegeu uma menina que dizia que tinha uma letra bonita. Eles preferiram que apenas essa menina escrevesse. No final, outro menino também quis escrever e foi criticado por alguns membros, mas o grupo o deixou escrever. Eles eram bem críticos em relação a letra e ao desenho que era feito no cartaz. Queriam que ficasse bonito. Trabalharam bem e sem brigas ou divergências.

O grupo que ficou responsável pela lista de combinados foi integrado por três meninas e dois meninos. A psicóloga explicou que, a lista de combinados se referia às questões acerca do que se pode ou não fazer na escola. Por decisão em grupo, optou-se por



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dividir a lista em duas colunas. Na coluna da esquerda, foram escritos os comportamentos que não poderiam ocorrer, esta coluna foi intitulada como “o que não pode fazer”. Em contraponto, na coluna da direita foram escritas às alternativas viáveis às problemáticas da coluna esquerda, sendo nomeada como “o que pode”. Assim, os combinados foram listados, ao lado do seu par oposto. Para o “não bagunçar a sala”, a recomendação de “ficar quieto”; para o “não brigar” o “não provocar os outros”; para o “não botar apelido nos outros” a sugestão de “chamar pelo nome”; para o “não correr nas escadas” o “subir com educação”; para o “não xingar”, “ter respeito pelos outros”; para o “não pegar o material do outro”, “pedir com educação”; para o “não atrapalhar o outro” a sugestão de “ficar quieto no seu lugar”; para o “não ter preconceito” a alternativa de “respeitar as diferenças”.

A lista da gratidão foi confeccionada pela equipe responsável, composta por três meninas e dois meninos. A estudante de psicologia, com a função de orientar o grupo, indicou que a ideia da lista era falar sobre o que mais gostavam na escola e agradecer por isso. No dividir das tarefas, as meninas se preocuparam em desenhar e decorar a lista com árvore, flores e corações, enquanto os meninos se incumbiram de fazer e pintar as bordas do cartaz. Interessante que, em alguns momentos, a lista era utilizada pelos alunos como um espaço para denunciar algumas situações vivenciadas pelos mesmos em ambiente escolar. As palavras escritas na lista foram as seguintes: 1. Professora; 2. Amor; 3. Recreio; 4. Merenda; 5. Atividades; 6. Amigo; 7. Amizade; 8. Frutas; 9. Educação; 10. Regras; 11. “Estuda”; 12. Lenda; 13. Respeito; 14. Participação; 15. Paz. Por fim, ao final do cartaz as crianças escreveram: “O respeito começa com a participação de todos e todas”.

Ao final deste último encontro, foi combinado com a turma uma festa de encerramento das atividades, que serviria também como boas-vindas à professora que retornaria em breve. Os alunos concordaram. A equipe de psicólogos então se encarregaria dos lanches e a turma seria responsável por fazer uma faixa de boas-vindas para a professora.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Encerramento e devolutiva

Ao chegarmos à sala, os alunos já haviam se organizado. A professora estava presente e eles iniciaram o movimento de confeccionar o cartaz de boas-vindas para ela. Pedimos aos alunos que se reunissem com o grupo que confeccionaram os cartazes e os apresentassem para a professora. O cartaz da lista de combinados, com aquilo que pode e aquilo que não pode fazer na escola, havia desaparecido e ninguém soube informar o que houve. Esse acontecimento gerou reflexão pela equipe, como poderia ser incômodo ter uma lista de ações proibidas ou não recomendadas na parede da sala de aula.

Por fim, as crianças leram a carta à professora, que ficou contente em recebê-la e ressaltou o quanto gostava dos alunos e que, mesmo ausente das suas atividades por motivos de saúde ela sentia-se na sala de aula com eles. O intuito dessa atividade era evidenciar para a professora o quão afetuosa os alunos são com ela e, de certo modo, mantê-la vinculada a essa turma, marcada pela rotatividade de professoras. Por fim, agradecemos à turma e à professora e encerramos o encontro com o lanche.

Após um mês, voltamos à escola para conversar com o diretor e a professora sobre o trabalho realizado com as assembleias. Tanto o diretor quanto a professora informaram que a turma estava bem e que já conseguiam se comportar durante as aulas. A professora disse que agora a turma dela não era mais considerada a pior da escola. Como prosseguimento do trabalho, planejamos ainda, voltar à escola e ouvir os alunos para sabermos como eles avaliaram essa atividade e como estão após a realização das assembleias.

Considerações Finais

O psicólogo escolar crítico considera que o trabalho com a queixa escolar deve ir no sentido de investigar a produção da mesma, ouvindo os diversos atores da instituição escola, sua versão sobre os problemas enfrentados. No caso da indisciplina, é necessário



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ouvir o que significa indisciplina para os professores, alunos, gestores e coordenação, assim como problematizar essas concepções. Para tanto, é importante que o psicólogo proponha espaços de fala, escuta e reflexão, onde haja possibilidade de pensar coletivamente soluções para os problemas enfrentados.

No trabalho realizado nessa escola, ficou evidente que os alunos se beneficiaram desse espaço de expressão de suas vozes, tão comumente silenciadas, porque a indisciplina era tratada como assunto que deveria ser resolvido na direção, com uma conversa mais diretiva do que deve ser o comportamento do aluno, às vezes, seguida da punição de ter que levar bilhete para casa para os pais e ter que levar o pai ou o responsável para conversar com a escola.

A equipe de psicólogos, nesse trabalho com a queixa escolar de indisciplina, percebeu a necessidade de que a professora regente da turma estivesse envolvida, que pudéssemos conversar mais vezes com esta, o que infelizmente não foi possível, porque a professora adoeceu e ficou afastada justamente nas semanas em que ocorreram as assembleias, só retornando no último dia, o do encerramento. Mesmo com o afastamento, a professora relatou que notou mudanças para melhor no comportamento de seus alunos.

A escola é lugar de convivência entre diferentes pessoas e os conflitos surgem onde convivem pessoas. As assembleias escolares podem se constituir num recurso para trabalhar os conflitos, tanto por parte dos psicólogos escolares, quanto por parte dos professores, quando eles se apropriam desse instrumento de promoção de diálogo e reflexão coletiva

Referências

ANGELUCCI, Carla. Por uma clínica da queixa escolar que não reproduza a lógica patologizante. In: SOUZA, B.P. (org). **Orientação à queixa escolar**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. cap. 14, p. 353-378.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ARAUJO, Ulisses. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos.** Moderna. São Paulo, 2004.

BULHOES, Larissa. A construção de práticas críticas em espaços de formação do/a psicólogo/a escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 1, 2018. p. 211-213,

DUTRA, Nathalia., PEIXOTO, Karitas., SILVA, Dener. ALBERGARIA, Maria. Oficinas lúdicas e o resgate do sucesso escolar. **Ciência e Extensão**, São Paulo, v. 10, n. 2, 2014.

FRELLER, Cintia. **Trabalhando com os Pais sobre Indisciplina Escolar.** IPUSP. 2001 [online] Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2001t.pdf>. acessos em 26 Fev. 2019

GOMES, Claudia, PEDRERO, Jennifer. Queixa escolar: encaminhamentos e atuação profissional em um município do interior paulista. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, 2015. p. 1239-1256.

LEONARDO, Nilza, LEAL, Zaíra, ROSSANATO, Solange. A naturalização das queixas escolares em periódicos científicos: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 1, 2015. p. 163-171.

LIMA, Cárita, PRADO, Marina, SOUZA, Beatriz. Orientação quanto à queixa escolar relativa a adolescentes: especificidades. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 1, 2014.

MESQUITA, Afonso. Os conceitos de atividade e necessidade para a Escola Nova e suas implicações para a formação de professores. **Editora UNESP.** São Paulo, 2010.

MÜLLER, Fernanda. Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. **Revista Educar**, Vol. 32, 2008, p. 123-141.

PATTO, Maria. Helena. **A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.** 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEZZI, Fernanda, MARIN, Angela. Fracasso escolar na educação básica: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, 2017. p. 1-15,

REIS, Alice Casanova dos; ZANELLA, Andréa Vieira. Indisciplina e intervenção psicológica em sala de aula: relato de experiência. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 7, n. 12, 2008.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RODRIGUES, Marisa, CAMPOS, Ana, FERNANDES, Isabela. Caracterização da queixa escolar no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 29, n. 2, 2012. p. 241-252.

SANTOS, Ana. Construindo modos de conversar com crianças sobre suas produções escolares. In: SOUZA, M. P. R. (orgs). **Ouvindo crianças na escola**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SAWAYA, Sandra. Novas Perspectivas Sobre o Sucesso e o Fracasso Escolar. In: OLIVEIRA M. K., SOUZA, D. T. R., & REGO, T. C. (orgs), **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002. cap 9. p.197-214.

SOUZA, Marilene. A Queixa Escolar na Formação de Psicólogos: Desafios e Perspectivas. In: TANAMACHI, E. R., PROENÇA, M., & ROCHA, M. L. (orgs), **Psicologia e Educação: Desafios Teórico-Práticos**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SCHINITMAN, Dora. Novos paradigmas na resolução de conflitos. **Artes Médicas**. Porto Alegre, 2000.

SOUZA, Beatriz. Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. In: Souza, B. P. (Org), Orientação à Queixa Escolar. Orientação à queixa escolar. 1. ed. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2007. cap. 4, p. 97-118.

SOUZA, Marilene. Prontuários revelando os bastidores: do atendimento psicológico à queixa escolar. In: Souza, B. P. (Org), Orientação à Queixa Escolar. S1. ed. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2007. cap. 1, p. 27-58.

TULESKI, Silvana C. et al . Voltando o olhar para o professor: a psicologia e pedagogia caminhando juntas. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói, v. 17, n. 1, 2005. p. 129-137.

VINHA, Telma. TOGNETTA, Luciene. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, 2009.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SÃO DESIDÉRIO, BA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos ¹⁰

Introdução

A atuação da/o psicóloga/o na educação possui acentuada relevância para qualificar o processo ensino-aprendizagem em seus mais diversificados aspectos, no entanto trata-se de uma atuação que deve ocorrer no âmbito da Psicologia Escolar como campo de atuação e área de conhecimento, a qual apresenta uma grande diversidade de materiais teóricos e atuação prática para promover uma atuação comprometida, ética e desvinculada da clínica.

Entretanto, a busca pela atuação clínica ainda é recorrente em diferentes cenários e no âmbito da educação é ainda mais presente. No contexto da educação inclusiva percebe-

¹⁰ Psicóloga CRP03/5427, especialista em Psicopedagogia (FIJ), especialista em Psicologia Social (título profissional CFP), mestra em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, ênfase em Processos Educativos e Psicologia Escolar (UnB). Dez anos de experiência profissional atuando nos âmbitos da assistência social, educação, judiciário e saúde. Atualmente é psicóloga hospitalar do Hospital Municipal Eurico Dutra em Barreiras Bahia, psicóloga escolar do Centro de Atendimento Educacional Especializado de São Desidério, Bahia, e psicóloga jurídica do Centro Judicial de Solução e Conciliação de Conflitos em Barreiras, Bahia.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



se as similaridades entre as demandas encontradas neste cenário e o no universo de alunas/os que apresentam problemas de escolarização e dificuldades de aprendizagem, independente de diagnóstico de deficiência.

Os estudos da Psicologia Escolar já têm buscado há quase três décadas quebrar a ideia do modelo médico-psicológico na interpretação e intervenção nessas situações, promovendo a importância de que a Psicologia Escolar atue de modo a compreender os determinantes histórico-sociais e culturais em que se constituem, de modo multideterminado, os fenômenos escolares. Pensar pela ótica do modelo médico-psicológico biologizante e patologizante é focar os problemas nas/os alunas/os e famílias, quando em realidade o que deveria ocorrer era a busca em compreender a fundo as complexidades envolvidas no processo ensino-aprendizagem, incluindo as dinâmicas de socialização junto a uma sociedade que historicamente segrega quem se diferencia dos padrões de normalidade impostos de maneira unilateral.

Com a perspectiva da construção de uma atuação crítica no âmbito da Psicologia Escolar junto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi produzido este relato de experiência com o objetivo de refletir sobre a prática profissional no campo supra, apontando desafios e possibilidades. Para conseguir trazer um relato que possa servir à/ao leitora/or utilizo uma explanação que se inicia com breves pontuações teóricas sobre o tema, seguindo-se à metodologia, à descrição da condução interventiva e, por fim, à análise crítica do quadro. Espero que o relato possa contribuir na medida em que desnudar dificuldades que precisam ser superadas neste âmbito e também especificar as possibilidades que podem qualificar a prática profissional.

Breves explicações teóricas

A relação entre Psicologia e educação data de muito tempo atrás, inclusive o primeiro espaço prático de atuação da/o psicóloga/o foi o escolar, mas essa relação encontrou cenários complexos para o seu desenvolvimento e, de imediato, esteve



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



vinculada a visões segregacionistas, categorizadoras e de controle (Carvalho-Santos, 2014). Segundo Barbosa (2012), Bock (2003), Marinho-Araújo & Almeida (2010) e Patto (2003) essa visão naturalizava os diversos fenômenos presentes nas realidades educacionais, com uma visão determinista, adaptacionista e um entendimento liberal do ser humano.

De acordo com Carvalho-Santos (2014), somente com o passar do tempo a Psicologia Escolar passou a comprometer-se de maneira crítica com o cenário educacional, buscando desenvolver uma prática contextualizada, fincada no entendimento da multideterminação dos fenômenos escolares. Dessa perspectiva crítica a Psicologia Escolar é entendida

Como área de estudo da Psicologia e de atuação/formação profissional do psicólogo, que tem no contexto educacional – escolar ou extra-escolar, mas a ele relacionado – o foco de sua atenção, e na revisão crítica dos conhecimentos acumulados pela Psicologia como ciência, pela Pedagogia e pela Filosofia da educação, a possibilidade de contribuir para a superação das indefinições teórico-práticas que ainda se colocam nas relações entre Psicologia e Educação. (Tanamachi, 2002, p. 85).

Assumir uma atuação crítica no âmbito da Psicologia Escolar implica em romper com a naturalização dos fenômenos humanos e sociais, onde se inserem os fenômenos escolares, deixando de lado análises superficiais, especialmente aquelas que, geralmente, culpabilizam a/o aluna/o e a família por qualquer problemática apresentada na realidade escolar e educacional. Implica em ter uma “compreensão dialética da relação entre o indivíduo, enquanto sujeito de sua história, e o contexto sociocultural, bem como a reflexão sobre seu próprio desenvolvimento e sua história” (Marinho Araújo, 2010, p. 17).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Com essa compreensão fica mais fácil que a/o psicóloga/o escolar adentre os diferentes espaços educacionais de modo fundamentado. O Atendimento Educacional Especializado é um desses espaços, o qual se torna extremamente frutífero para novas teorizações e práticas. Atuar no âmbito do AEE significa entrelaçar-se, comprometer-se com o processo de inclusão, participando do “necessário debate sobre a inclusão escolar no seu sentido mais abrangente e a contribuir para uma escola que seja capaz de dar, cada vez em maior medida, resposta às necessidades educacionais de todos os alunos” (Martínez, 2005, p. 97).

Para Martínez (2005) a busca do comprometimento da Psicologia Escolar com a educação inclusiva apresenta três grandes desafios: as mudanças de representações e concepções, o trabalho em relação à subjetividade social da escola e o compromisso social. O primeiro desafio consiste nas mudanças de concepções como já pontuado anteriormente, com a adoção de teorizações e práticas críticas. O segundo desafio solicita o entendimento, pela/o psicóloga/o escolar, da subjetividade social da escola, a qual “se expressa na configuração das concepções, sentidos, crenças e valores que caracterizam a escola como espaço social, guardando uma articulada inter-relação com as subjetividades individuais dos indivíduos que constituem esse espaço” (Martínez, 2005, p. 106). O terceiro desafio exige da/o psicóloga/o uma atuação que rompa com o i e vislumbre o compromisso social.

Não há dúvidas que a atuação no âmbito da Psicologia Escolar junto ao AEE exige uma série de conhecimentos que permita tanto analisar o contexto das deficiências no âmbito da saúde, rompendo com o modelo médico biologizante e patologizante, lutando contra a medicalização da educação e da sociedade, quanto atuar numa perspectiva crítica, comprometida com as diversas necessidades do alunado, sua família e das/os profissionais da educação.

Metodologia



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para a apresentação do relato pautei-me numa metodologia qualitativa, isso porque esse tipo de pesquisa “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (Flick, 2009, p. 20). Como nossa análise visa exatamente estudar o cenário de uma perspectiva crítica, um tipo de pesquisa que não a qualitativa não nos serviria.

Como técnica de construção das informações de pesquisa foi utilizada a análise documental. Por tratar-se de pesquisa desenvolvida com base em fenômenos que surgiram espontaneamente na prática profissional, não se configurando como uma pesquisa previamente planejada; pautando-se na resolução CNS 510/2016 não foi necessária submissão da pesquisa ao comitê de ética e pesquisa.

A análise documental foi utilizada como técnica da pesquisa, considerando que “os documentos representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos (...) devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre os eventos” (Flick, 2009, p. 234). A opção por essa técnica também ocorreu por tratar-se de um relato de experiência que se pensou em produzir durante a produção e após a consolidação o plano interventivo, não podendo ser pensadas técnicas prévias. Não obstante, para desenvolvimento da intervenção foram utilizadas diferentes técnicas no âmbito da ciência psicológica, tais como: observação, entrevistas e escuta psicológica. Os documentos analisados foram: planos de ação anual, Projeto Político Pedagógico do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado e relatórios diversos de trabalho. A análise da pesquisa foi construída a partir da interpretação das informações obtidas no documento, em sua relação com as teorizações e a prática desenvolvida.

Descrição das especificidades do caso e da condução interventiva

Inicialmente é importante caracterizar o espaço institucional onde ocorreu a intervenção. Tratou-se do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



São Desidério, município do extremo oeste baiano. O referido núcleo realiza ações de AEE com alunas/os das redes públicas e privada municipal. É uma instituição pública que atende tanto alunas/os da zona urbana quanto da zona rural, estando sob sua responsabilidade o AEE com alunas/os das trinta e cinco (35) escolas da rede pública e, ainda, alunas/os provenientes de duas escolas da rede privada, localizadas na sede do município.

Outro ponto importante a ser compreendido no cenário refere-se à minha inserção no NAAE, a qual ocorreu num momento de mudança de gestão política, de forma que a atuação clínica era constantemente exigida, sendo necessário envidar esforços para conscientizar a gestão sobre as diferenciações entre a atuação nos campos da Psicologia Clínica e da Psicologia Escolar. Como a inserção se deu de modo descontextualizado foi necessário direcionar a intervenção rapidamente, tendo utilizado a observação e a experiência profissional como subsidiárias ao desenvolvimento de um plano de ação.

Para a produção do plano, inicialmente foram percebidas as dificuldades gerais relacionados ao âmbito de intervenção dentre as quais se destacaram: a ausência de um Projeto Político-Pedagógico no NAAE, a busca pela atuação em Psicologia Clínica, a ausência de dados quantitativos e qualitativos sobre o trabalho, a necessidade de formação continuada.

Uma dos momentos principais da intervenção foi o desenvolvimento do plano de ação que elencou caminhos possíveis, no âmbito da Psicologia Escolar, a fim de tentar minimizar as problemáticas iniciais para, posteriormente, levar a novas estruturas. Por conseguinte foi produzido um plano que previa: levantamento de dados, suporte na produção do PPP, visitas às escolas, entrevistas familiares, formação com as equipes, avaliação psicológica com alunas/os e realização de grupos com famílias e professoras/es.

Cada ação teria um objetivo definido para o posterior desenvolvimento de novas ações. O levantamento de dados tencionava subsidiar o suporte na produção do PPP; este vislumbrava levar à construção de diretrizes indispensáveis à atuação crítica e ao



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



direcionamento contextualizados com fulcro na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; as visitas escolares buscavam conhecer as escolas para além de sua estrutura, mas aprofundar as concepções de profissionais da educação em relação à prática da educação inclusiva; as entrevistas familiares tencionavam conhecer as realidades de vida do alunado abarcando compreensões sobre a história pregressa, relações familiares, necessidades de assistência social, educação e saúde; as formações com a equipe objetivavam capacitar melhor a equipe do NAEE para direcionar as ações também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; as avaliações psicológicas tencionavam compreender a realidade individual de cada aluna/o com foco principal no direcionamento de ações futuras; por fim os grupos vislumbravam construir espaços de convivências debates e articulações em relação à educação inclusiva.

O plano de ação vem sendo implementado gradativamente e diferentes ações já foram desenvolvidas tendo sido contemplados: o levantamento de dados; a produção do PPP; as visitas escolares às 35 (trinta e cinco) escolas públicas da rede municipal; distribuídas num território de mais de 15 mil quilômetros quadrados; as entrevistas domiciliares e uma formação com a equipe. Diante da concretização dessas ações é importante analisar criticamente seus impactos.

Análise crítica: compreendendo dificuldades e possibilidades

Analisando criticamente o contexto da intervenção é possível pontuar que um dos pontos principais da proposta é realizar um diagnóstico da realidade da educação inclusiva municipal. O plano se relaciona com o que Martínez (2005) pontuou sobre os desafios da atuação da/o psicóloga/o escolar no contexto da educação inclusiva. De imediato, adotando um posicionamento crítico em Psicologia, compreendendo a educação “em sua relação com a sociedade e com as diversas áreas de conhecimento, a partir de uma perspectiva dialética e contraditória, em que os conflitos e rupturas fornecem férteis espaços de transformações” (Marinho-Araújo, 2019, p. 16), iniciei uma atuação contextualizada,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estimulando a mudança de concepções naturalistas dos diversos fenômenos e adotando a perspectiva crítica apontada por Martínez (2005) como o primeiro desafio da atuação da/o psicóloga/o escolar junto à educação inclusiva.

Manter essa postura crítica é obrigatoriedade em minha prática profissional, na qual busco não aceitar o *status quo*, mas construir possibilidades diversas para a superação das vulnerabilidades. No contexto educacional essa busca tem sido constantemente marcada pelas recorrentes tentativas de compreender a multideterminação dos fenômenos humanos e sociais, adotando uma perspectiva crítica que entenda o desenvolvimento humano e o processo ensino aprendizagem como forjados dentro de uma realidade histórico-cultural que deve ser compreendida profundamente. Une-se a isso a luta contra a culpabilização da família, da aluna/o e contra a medicalização da educação e da sociedade.

O investimento no diagnóstico da realidade municipal permitiu compreender o que apontado como objetivo deste relato: dificuldades e possibilidades. Porém não apenas no âmbito da Psicologia Escolar, mas também, no caso em tela, da configuração da educação inclusiva como um todo.

Dentro da perspectiva do diagnóstico geral da realidade da educação inclusiva em São Desidério se incluíram as ações de levantamento de dados, visitas às escolas, entrevistas familiares e avaliação psicológica. O levantamento de dados e as visitas escolares possibilitaram conhecer melhor o segundo desafio enfatizado por Martinez (2003), qual seja o entendimento inicial da subjetividade social das unidades escolares. As visitas escolares foram direcionadas com aplicação de entrevistas e levaram ao entendimento sobre concepções de profissionais da educação, as quais estimularão ações futuras.

As entrevistas familiares possibilitaram a compreensão de dinâmicas familiares, escolares, sociais e intrapsíquicas da perspectiva das famílias, configurando-se como material indispensável para a fase de avaliação psicológica, a qual está por vir.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A produção do PPP, juntamente com a realização de uma formação com a equipe do NAE, desenvolvida com o objetivo de promover reflexões sobre o processo de inclusão escolar, a partir do viés a Psicologia Escolar e de suas contribuições no que se refere ao desenvolvimento humano e à construção do processo ensino-aprendizagem, permitiram trabalhar concepções básicas e construir um cenário ideal para a transformação das formas de atuação.

Apesar do que foi alcançado, não nos limitamos a isso, no processo foram encontrados percalços que, inclusive, dificultaram a concretização de todas as atividades previstas no plano de ação. Isso permitiu a análise de algumas dificuldades encontradas na prática da Psicologia Escolar junto ao AEE. É possível apontar como primeiro grande desafio a necessidade mostrar que a atuação nesse âmbito não é clínica, transcende esse espaço, exige realização de diagnósticos em múltiplos contextos e com diferentes sujeitos sociais. A quebra desse paradigma clínico é um desafio diário, ao ponto de as pessoas se incomodarem em a psicóloga não estar realizando atendimento individuais, mas construindo e aplicando projetos.

Viana (2016) pontua como ainda é presente a vinculação, até mesmo por parte de psicóloga/os, entre a atuação na educação e a Psicologia Clínica. Luz (2016), por sua vez, dispõe sobre a necessidade de se dialogar com gestões buscando desconstruir a ideia da Psicologia Clínica na escola. O relato aqui trazido demonstra que essa dificuldade é real e que a busca por essa desconstrução deve ser constante e só pode ser exitosa por meio da prática comprometida que consiga mostrar o que realmente a Psicologia Escolar pode construir, como ela é capaz de oferecer resultados ainda mais efetivos que a atuação clínica, pois permite o trabalho direto com todos os sujeitos que constroem e dinamizam a realidade educacional.

Outro desafio percebido foi a morosidade do serviço público em adquirir instrumentais de trabalho, como testes psicológicos, tão úteis aos diagnósticos individuais. Apesar de atuação no campo da Psicologia Escolar não ser clínica, ações de avaliação



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicológica, principalmente no trabalho com alunas/os com deficiência, bem como realizações de escutas e outras intervenções individuais, tornam-se necessárias em diferentes momentos. Atualmente, a necessidade desses instrumentais é ponto nevrálgico para o desenvolvimento de ações futuras e a não disponibilização de tais recursos tem impedido o andamento dos trabalhos.

Ainda aponto como barreiras a difícil realidade da educação inclusiva, o pouco avanço das/os alunas/os nas questões da aprendizagem e a ausência de ações direcionadas. Com o diagnóstico inicial foi percebido que ainda persiste a ideia de que a educação inclusiva “caiu de paraquedas” na escola. Não foram desenvolvidas ações efetivas para subsidiar as equipes em sua prática e a maior parte das ações tem ocorrido sem direcionamento, suporte ou planejamentos específicos. Equipes sentem falta do amparo, dos conhecimentos específicos e de ações contextualizadas.

A Psicologia Escolar pode oferecer contribuições significativas nesse contexto, mas no cenário interventivo pensado isso não será possível sem realização de avaliação psicológica integrada. Isso porque é viável, por exemplo, uma formação geral com professoras/es, no entanto, o que se percebe premente é a necessidade de direcionamentos que possam levar ao entendimento não só de questões gerais sobre a educação inclusiva, mas de particularidades sobre as idiossincrasias do alunado, incluindo seu comportamento, personalidade, habilidades, limitações e aprendizagem.

Unidos, os desafios fazem pensar nas possibilidades, quais sejam: a implementação do plano construído em todas as suas fases; a percepção do público sobre os impactos positivos das ações realizadas; a articulação que a psicóloga escolar expandiu entre as redes de educação, assistência social e saúde e, principalmente, a possibilidade de produções de pesquisas que permitam superar as lacunas mais profundas da inclusão escolar.

Sobre a implementação do plano atualmente encontra-se travado pela falta de instrumentais para continuar as avaliações que subsidiarão todas as ações futuras,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



incluindo formação, suporte continuado, orientações familiares e formação dos grupos. No que concerne aos impactos positivos inicialmente relatados por membros da equipe, da gestão e famílias com as quais pude ter contato mais próximo, vislumbra-se uma ótima possibilidade de, definitivamente, mostrar como a Psicologia Escolar pode contribuir com o processo ensino-aprendizagem rompendo de uma vez por todas com a tal requerida prática clínica.

Referente à articulação de rede, mesmo que nessa fase inicial, já foi possível alcançar ações exitosas com resolução de situações de vulnerabilidade de alunas/os do AEE, por intermédio direito da atuação como psicóloga escolar. A articulação em rede trata-se de uma das mais frutíferas possibilidades de trabalho, pois permite a consolidação real do compromisso social, terceiro desafio apontado por Martínez (2005), trabalhando as vulnerabilidades e construindo uma ação pluralista, um todo coeso que trabalhe as realidades intrapsíquica, familiar, social e institucional, incluindo as especificidades de saúde, educação e assistência social.

Considerações finais

O relato de experiência aqui trazido deixa evidenciadas as possibilidades de intervenções críticas no âmbito da Psicologia Escolar, demonstrando a necessidade de rompimento com a perspectiva clínica e de desenvolvimento de uma prática contextualizada.

A experiência permite asseverar que a melhor forma de direcionar a intervenção prática é pautar-se em teorizações críticas, buscando construir planos contextualizados que visem dar conta das problemáticas. A realização de diagnóstico sobre os contextos, abordando os cenários individuais, coletivos, familiares, sociais e institucionais é indispensável e a partir dele podem se desembocar novas ações.

Perceber as dificuldades é de extrema importância para poder trabalhá-las e redescobri-las tendo como foco a qualificação do processo ensino-aprendizagem coma

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



resolução de problemas e garantia de direitos. A atuação da/o psicóloga escolar em qualquer âmbito não pode prescindir dessa reflexão e junto ao AEE deve forjar de forma ainda mais contundente a manifestação de concepções críticas e adoção de uma postura que lute contra a culpabilização da/o aluna/o e da família, buscando desconstruir conceitos equivocados e promover a real inclusão escolar e social.

As buscas também não podem ser suplantadas pelas dificuldades sendo indispensável que se atente às possibilidades construídas para efetivar ações que realmente contribuíssem para o desenvolvimento teórico-prático da Psicologia Escolar. Como ponto de análise apontamos exatamente a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre ações exitosas referentes à atuação da/o psicóloga/o escolar junto ao AEE, ações essas que permitam ressignificar os caminhos da educação inclusiva no Brasil pelo viés da Psicologia. Espero que esse relato seja tão inicial quanto o plano produzido e implementado por partes e que num futuro próximo seja possível compartilhar a concretização do projeto inicialmente construído, demonstrando que a Psicologia Escolar pode desencadear mudanças profundas na realidade educacional brasileira.

Referências

Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da psicologia educacional e escolar no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32, 104-123.

Bock, A. M. B. (2003). Psicologia da educação: Cumplicidade ideológica. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Eds.), *Psicologia escolar: Teorias críticas* (pp.79-104). São Paulo: Casa do psicólogo.

Carvalho-Santos, E. Di P. (2014). Entraves na construção da leitura e escrita: subsídios à psicologia escolar. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16159>>

Flick, U. (2009). *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Luz, A. B. (2016) Psicologia na educação inclusiva em Paracatu no Ceará: um processo de desconstruções e construções. In: Viana, M. N. & Francischini, R. (orgs.). *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* Brasília: Conselho Federal de Psicologia, pp. 74-81.

Marinho-Araújo, C. M. & Almeida, S. F. C. (2010). *Psicologia escolar: Construção e consolidação da identidade profissional* (3ª ed.). Campinas: Alínea.

Martínez, A. M. (2005). Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In: Martínez, A. M. (org.). *Psicologia Escolar e o compromisso social*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Patto, M. H. S. (2003). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia* (4ª ed.). São Paulo: Casa do psicólogo.

Tanamachi, E. R. (2002). Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. In: Tanamachi, E. R., Proença, R. S. e Rocha, M. L. (orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. 2ª ed. São Paulo: Casa do psicólogo, pp. 73-103.

Viana, M. N. (2016) Interfaces entre a psicologia e a educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: Viana, M. N. & Francischini, R. (orgs.). *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* Brasília: Conselho Federal de Psicologia, pp. 74-81.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Edilene Magalhães Nunes

Graduanda em Psicologia

Centro Universitário FG – UNIFG

E-mail: edilenenunespsi@hotmail.com

Gabriela Santos Souza Martins

Graduanda em Psicologia

Centro Universitário FG – UNIFG

E-mail: gabriela0013@outlook.com

Miriã Lima

Graduação em Psicologia, Especialização em Saúde Mental e Substâncias Psicoativas

Centro Universitário FG – UNIFG

mirialima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O estágio em Psicologia tem como objetivo possibilitar ao estudante fazer uma articulação entre os elementos teóricos da sua profissão, aqueles conteúdos que são estudados ao longo da sua formação, e a componente prática. Proporciona também a possibilidade do aluno entrar em contato e conhecer um pouco da prática do psicólogo, sobretudo com relação à ética profissional, e a partir de então começar a construir o seu próprio estilo de atuação. (BOLHÃO, 2013)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Este trabalho relata uma experiência de estágio de intervenção no contexto da APAE de Guanambi-Ba, realizada entre o período de Fevereiro a Junho de 2016, referente à disciplina Estágio Básico I do curso de Psicologia.

Criada em 11 de novembro de 1954, no Rio de Janeiro, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma organização social que visa promover uma atenção especial à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A instituição se constitui em uma grande rede formada por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras, sejam públicas ou privadas, na busca da promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, assim como sua inclusão social. (FENAPAES, 2015).

Atualmente, existem cerca de duas mil cento e quarenta e três APAEs distribuídas em todo o País, que atendem cerca de 250.000 pessoas com deficiência, tendo como missão a articulação de ações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a representação do movimento diante dos organismos nacionais e internacionais afim de garantir a melhoria da qualidade dos serviços ofertados (FENAPAES, 2015).

A partir das observações realizadas no contexto da APAE de Guanambi-Ba identificou-se que os discursos e representações sociais que norteiam as práticas frente à pessoa com deficiência intelectual ainda permanecem carregadas de significados depreciativos. A sociedade de um modo geral tende a ver o deficiente intelectual conforme certos padrões estabelecidos socialmente, como alguém incapaz, incompleto, como um sujeito desprovido de direitos. Assim, a exclusão e a segregação social são marcas na trajetória de vida destes sujeitos. Identificou-se também certo distanciamento e desconhecimento por parte da sociedade e da própria instituição que os acolhe com relação ao seu trabalho e função social. Observou-se também uma ausência de políticas públicas direcionadas a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, o que reflete uma marca da invisibilidade da pessoa com deficiência intelectual.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dado isso, percebeu-se a necessidade de se promover uma sensibilização e conscientização da sociedade com relação ao trabalho e importância da APAE, visando uma maior visibilidade e inclusão do deficiente intelectual. Buscou-se também conscientizar a própria instituição, bem como os alunos para que estes saiam desta posição de invisibilidade e assumam uma posição de protagonistas na busca pela efetivação dos seus direitos. Buscamos também a adesão da comunidade nas políticas de inclusão social da pessoa com deficiência intelectual.

REFERENCIAL TEÓRICO

As distintas visões de mundo inerentes a cada época atravessam as dinâmicas das culturas e ressoam diretamente sobre a realidade política, social e científica que orientam as práticas sociais. Assim, a deficiência intelectual foi alvo, ao longo da história, de significações distintas, carregadas de aspectos negativos e estigmatizantes, sustentadas pelas abordagens normativas do desenvolvimento humano. (DIAS; OLIVEIRA, 2013)

A American Association on Mental Retardation, em 2006, relata algumas das terminologias usadas ao longo da história para se referir à pessoa com deficiência intelectual, tais como: “ídiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, estúpidos, amentes, entre outras”. (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p.171). Fica evidente que tais expressões não são meras definições, mas trazem consigo visões de mundo carregadas de significados depreciativos. Significados estes que são expressos cotidianamente nas práticas em relação à pessoa com deficiência intelectual.

A compreensão da deficiência intelectual com base no modelo médico favoreceu a sua aproximação semântica com a doença mental. Ao fim do século XIX, Philippe Pinel, psiquiatra francês, utilizou-se da terminologia idiotismo para se referir a “um tipo de alienação mental de base orgânica, caracterizado pela falta de desenvolvimento das



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



faculdades intelectuais; entretanto, não deixou claro o que a diferenciava da demência.” (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p.172).

Posteriormente, Jean Etienne Esquirol, discípulo de Pinel, alterou o termo idiotismo para idiota e definiu o quadro pela existência de uma carência ou déficit intelectual generalizado e definitivo, de origem inata. Para ele, a idiotia não era uma doença, mas sim uma condição mental que incapacitava o sujeito de desenvolver suas habilidades cognitivas e, portanto, de ter acesso à educação formal. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

No fim do século XIX destacou-se a concepção do psiquiatra Jaspers Kreapelin, que sugeriu um sistema classificatório para a deficiência intelectual que levaria a diferentes graus de deterioração do desenvolvimento mental. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Atualmente a deficiência intelectual tem sido definida pela medicina conforme os critérios da Classificação Internacional de Doenças e (CID 10) e do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-IV) que levam em consideração os aspectos físicos, mentais e a etiologia da deficiência. No Brasil, especialmente, é constatado a predomínio deste modelo. Devido a isso a prática de inclusão social tem sido pouco eficaz. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Já a Classificação Internacional das Funcionalidades (CIF) propôs um modelo que leve em conta a deficiência intelectual em sua dimensão biopsicossocial, a fim de promover uma mudança no paradigma vigente. Nesta perspectiva a deficiência intelectual é entendida também como resultado do ambiente social, das diferentes percepções culturais e práticas frente à pessoa com deficiência intelectual, da disponibilidade dos serviços ofertados, bem como da legislação. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Numa tentativa de minimizar a ênfase exagerada no diagnóstico e na patologização, a psiquiatria humanista evidenciou a possibilidade da educação para as crianças com necessidades especiais, desde que inseridas em programas de reabilitação. A partir de então deu-se início a novas práticas educativas. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Todavia, a perspectiva educacional, ancorada nos saberes da psicomетria, associou-se ao imperativo do diagnóstico e à necessidade de se medir o desempenho intelectual dos estudantes, a fim de adaptá-los ao sistema educacional. Produziu, a partir de então, uma categorização dos indivíduos, entre aqueles que aprendem e os que não aprendem. Criou-se a noção do deficiente intelectual sujeita às exigências do capitalismo, como ineficaz, improdutivo, uma pessoa inteiramente desacreditada frente aos seus potenciais. (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Segundo as ideias de Goffman, autor referenciado quando se trata de estereótipos e categorização dos indivíduos, a sociedade estabelece meios de rotular as pessoas bem como os atributos considerados comuns e naturais para os seus membros. O termo estigma, cunhado pelo próprio autor, faz referência a um atributo profundamente depreciativo. Entretanto, o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (GOFFMAN, 1978).

As pessoas tendem a ver o diferente conforme certos padrões estabelecidos socialmente. No caso do deficiente intelectual, como alguém incompleto, incapaz, reduzindo-o à sua diferença. Dá-se maior ênfase às suas limitações e desconsidera suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, as pessoas com deficiência são vistas de forma depreciativa, são desacreditadas pela sociedade. (FERREIRA, 2003 *apud* SILVA, 2011).

Goffman define o estigma como sendo uma marca atribuída à identidade dos indivíduos ou grupos aos quais ele se relaciona. Os estigmas dependem da visibilidade do “defeito” do indivíduo e do seu significado pejorativo. Alguns são mais fáceis de serem percebidos e outros podem ser ocultados. As pessoas com deficiência, por exemplo, são mais difíceis de ocultar suas limitações, em consequência disso são mais estigmatizadas que outras. (SILVA, 2011).

O estigma ofusca todas as qualidades do indivíduo, e este é identificado apenas pelo seu atributo diferencial. Ele passa a ser reduzido à sua deficiência. Ocorre também uma auto contaminação, uma vez que sua imperfeição original se “espalha” para toda a sua

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



identidade, produzindo nele uma expectativa de fracasso e uma atitude depreciativa com relação a si mesmo (SILVA, 2011).

Desta forma, ao longo da história surgiram movimentos importantes na busca dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência intelectual. A partir de então, o processo da inclusão passou a ser visto com um olhar dinâmico e multidimensional. A origem do termo inclusão se deu a partir da palavra integração. Para esta não ser usada de forma incorreta, é imprescindível destacar que a inclusão não é apenas colocar alguém junto a outros, ou colocá-lo em um grupo de pessoas. Inclusão vai além, é receber alguém e fazer com que essa pessoa seja vista e parte importante na sociedade, participando de tudo que ocorre em seu cotidiano (CRUZ; BARRETO, 2010).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência surgiu como uma das formas de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, como uma forma de compreender que a diversidade é traço que não se pode separar, mas uni-las em um sentimento de identidade e pertencimento. (BRASIL, 2015).

Neste sentido, a psicologia deve assumir seu espaço como um dos alicerces da educação e da prática pedagógica, colaborando para a inclusão do deficiente intelectual no processo educativo a partir de mediações teóricas, com garantia de estabelecimento de relação entre teoria e prática pedagógica. Deve também proporcionar o entendimento do educando a partir da perspectiva de classe e em suas situações concretas de vida, qualidade necessária para se estabelecer uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva e transformadora (ANTUNES, 2008).

Com isso vale ressaltar a importância do profissional de psicologia com um olhar para os variados aspectos que envolvem o sujeito, dado que a expansão do pensamento teórico em relação á atividade prática é a chave que possibilita ultrapassar a sua cotidianidade, adaptando-se o conhecimento decorrente de sua atividade com o propósito de influenciar fatores socialmente elaborados (SANTOS; FREITAS; AMORIM, 2009).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Portanto, o trabalho do profissional de psicologia na APAE deve estar retornado para a inclusão dos sujeitos excepcionais, para além do acolhimento, proporcionando os meios necessários (e possíveis) para que os mesmos possam frequentar e inter-relacionar-se em sociedade (SANTOS; FREITAS; AMORIM, 2009).

METODOLOGIA

De início foram realizadas observações participantes, em grupo, assistemáticas e naturalísticas na APAE, semanalmente, às quintas-feiras, das 13h00min às 15h00min horas. Foram feitas também entrevistas com as professoras da instituição, visando conhecer melhor o seu funcionamento interno e possíveis colaborações que nós enquanto estagiárias de psicologia poderíamos está trazendo. Buscou-se através disso reconhecer demandas implícitas e explícitas da instituição. Diante das demandas emergidas identificou-se a necessidade de se promover uma sensibilização e conscientização da sociedade com relação ao trabalho e importância da APAE, visando uma maior visibilidade e inclusão do deficiente intelectual. Objetivou-se também conscientizar a própria instituição, bem como os alunos para que estes saiam desta posição de invisibilidade e assumam uma posição de protagonistas na busca pela efetivação dos seus direitos.

O projeto foi desenvolvido todas as quintas-feiras, tendo a duração de 2 horas, sendo o público alvo os alunos da APAE. Para a execução do mesmo, na primeira semana de intervenção, no dia 28/04, foi realizada a apresentação do projeto para a instituição com uma palestra com o tema Inclusão: Eu também faço parte! Buscamos através desta, conscientizá-la sobre o seu trabalho e importância na sociedade. Foram propostas algumas atividades de preparação dos alunos da APAE para se tornarem protagonistas na busca da garantia de seus direitos e de uma maior visibilidade da instituição.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Na segunda semana no dia 05/05, foi realizada com os alunos a confecção das caixas para arrecadar cupons fiscais para a instituição e a confecção das faixas. Foram utilizados para essas confecções tintas guache, pincéis e uma faixa de TNT. Neste mesmo local foram reunidos os alunos para que fosse dado início à atividade. Logo depois, foram espalhadas tintas nas palmas das mãos dos alunos, para que fossem colocadas sobre a faixa de TNT. Terminado esse primeiro momento, ficamos aguardando a faixa secar e logo depois, forramos as caixas com a mesma. A nossa intenção foi a de fazer com que todos os alunos participassem de cada etapa da preparação do projeto.

Na semana no dia 12/05 foram trabalhadas confecções de materiais artísticos com todos os alunos, onde pedimos aos mesmos que realizassem desenhos, estimulando suas criatividade. Para tanto, foram distribuídos para cada um dos alunos folhas A4, caixas de lápis de cor, tintas guaches e pincéis.

No quarto encontro no dia 19/05, foi realizado o ensaio da peça “O Nariz” com alguns alunos, na qual ressaltou a importância da valorização das diferenças. Os ensaios foram realizados em uma das salas da instituição.

Na quinta semana, no dia 26/05, pela manhã, foi divulgado na Faculdade Guanambi um slogan sobre o projeto e foram colocadas as duas urnas confeccionadas na recepção da mesma, para o depósito de cupons fiscais no intuito de arrecadá-los para a APAE. Nesse mesmo dia, por volta das 14:00 horas, houve novamente o ensaio da peça “ O Nariz” com os alunos.

No sexto encontro, realizado numa quarta-feira, dia 01/06, um dia anterior ao evento, foram realizadas as confecções das faixas, e realizado o último ensaio da peça “O nariz” com os alunos e houve também a organização dos preparativos do evento, pois o mesmo foi realizado no dia seguinte.

Por fim, no sétimo encontro, foi realizado no dia 02 de junho um evento na Praça Gercino Coelho, no centro da cidade de Guanambi-Ba com a presença dos alunos, professores e funcionários da APAE. Neste evento todos os alunos estavam vestidos com



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



seus uniformes, e as estagiárias, supervisora e os funcionários da APAE estavam usando uma camiseta personalizada do projeto. Buscamos, desta forma, captar a atenção e o olhar da comunidade para o trabalho desenvolvido pela instituição. Neste evento foi realizada a peça “O Nariz” e foram expostos os materiais artísticos produzidos, através de varais feitos nas árvores do próprio local, assim como faixas que buscaram uma sensibilização e aproximação da sociedade, bem como tornar os alunos protagonistas na busca pela garantia dos seus direitos sociais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir das observações realizadas em campo entre os dias 18 de fevereiro de 2016 e 14 de abril de 2016, bem como o estabelecimento de correlação teórico-prática, foi executado o projeto de intervenção Inclusão: eu também faço parte! Este projeto teve como objetivo promover uma sensibilização e conscientização da sociedade com relação ao trabalho e importância da APAE, visando uma maior visibilidade e inclusão do deficiente intelectual. Buscou-se também conscientizar a própria instituição, bem como os alunos para que estes saiam desta posição de invisibilidade e assumam uma posição de protagonistas na busca pela efetivação dos seus direitos.

Num primeiro momento houve a apresentação do projeto à instituição, que contou com a participação de todos os alunos, professores, funcionários e demais estagiárias. Buscamos através desta, despertar o interesse dos mesmos, especialmente dos alunos, para a causa social em questão. Percebemos que no decorrer da apresentação, todos permaneciam atentos, demonstrando interesse ao que estava sendo apresentado, e quando perguntamos quem iria participar do evento todos afirmaram querer participar, o que demonstrou implicação por parte dos mesmos. Tivemos ainda a colaboração da diretora da instituição que ressaltou a importância de se alcançar o objetivo ali propostos, dado que a instituição realmente carece de uma maior visibilidade e apoio.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No segundo momento partimos para a parte prática! Buscamos patrocínios dos materiais necessários para a execução do projeto e neste momento deparamos com uma certa dificuldade, pois poucas pessoas se dispuseram a ajudar. Neste mesmo dia confeccionamos as caixas e as faixas de TNT. Buscamos a adesão de todos os alunos para a execução desta atividade, assim como de todas as outras. Pois um de nossos objetivos foi justamente o de fazer com que eles participassem de todo o processo e percebessem a importância de sair desta posição de invisibilidade, de marginalização que a sociedade os impõe e se tornarem protagonistas na busca de seus direitos.

Alguns alunos tiveram mais adesão a esta atividade que outros. Contudo, aos poucos fomos conversando com eles, conscientizando-os da sua finalidade e por fim todos acabaram participando. Uma das professoras também participou colocando sua marca na faixa, assim como as estagiárias e a supervisora.

No terceiro encontro levamos os materiais para que os alunos pudessem produzir desenhos livres. Enquanto eles desenhavam, ficamos ali observando, e conversando com a professora acerca da produção de materiais artísticos. Neste dia, essa mesma professora ressaltou a importância e a contribuição que os estagiários de psicologia estavam proporcionando para instituição, sendo uma troca de experiências relevante. Os alunos demonstraram interesse pela atividade, se dedicaram em produzir desenhos com detalhes e alguns até fizeram mais de um desenho.

No quarto encontro selecionamos os alunos para o ensaio da peça que teve como tema a valorização das diferenças individuais. Todos ficaram animados com a ideia e logo se dispuseram para ensaiar. Dividimos os papéis de cada um, e explicamos a eles o que cada personagem iria fazer e/ou falar.

A finalidade destas atividades foi a de fazer com que os alunos demonstrassem suas capacidades e expressassem suas vivências através do desenho livre e da dramatização. Pois percebe-se que a sociedade de um modo geral tende a ver o deficiente intelectual conforme certos padrões estabelecidos socialmente, como alguém incapaz, incompleto,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



reduzindo-o à sua diferença. Dá-se maior ênfase às suas limitações e desconsidera suas possibilidades. Deste modo, o deficiente intelectual é desacreditado (FERREIRA, 2003 *apud* SILVA, 2011).

Neste ponto, Silva (2011) afirma que tais estereótipos ofuscam todas as qualidades do indivíduo, e este é identificado apenas pelo seu atributo diferencial. Ele passa a ser reduzido à sua deficiência. Assim, nossas atividades práticas buscaram sempre dar visibilidade às capacidades dos alunos e os resultados se mostraram excelentes.

No quinto encontro, pela manhã, foi exposto o slogan do evento na Faculdade Guanambi e foram colocadas as urnas na recepção da mesma, afim de que todos se sensibilizassem com a causa em questão e buscassem conhecer melhor o trabalho da APAE e contribuir com a instituição.

À tarde, na APAE, foram confeccionados materiais para o evento na praça, enquanto algumas estagiárias foram propor a confecção das camisetas para os funcionários já que não conseguimos patrocínio. Todos aderiram à ideia e aceitaram a confecção das camisetas. Após isso, os alunos participantes da peça nos procuravam para o ensaio, demonstrando bastante interesse em participar. Tais resultados demonstram que conseguimos fazer com que a instituição como um todo percebesse importância de sua contribuição e responsabilização pela busca de um maior reconhecimento do seu trabalho e importância.

No sexto encontro de intervenção, realizado no dia anterior ao evento na praça, fomos organizar os últimos preparativos. Realizamos a entrega das camisetas aos funcionários, e logo após, fomos novamente realizar o ensaio da peça com os alunos. Estes, já demonstravam melhor desempenho em seus papéis, o que no início estava mais difícil. Por fim, conferimos os últimos detalhes para a realização do evento.

No sétimo encontro, enfim, ocorreu a realização do evento na Praça Gercino Coelho. Foram levados os materiais artísticos produzidos pelos alunos ao longo das intervenções e também vários outros produzidos com o auxílio das professoras. Todos eles



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



foram expostos na praça em mesas e varais feitos nas árvores. Colocamos alguns alunos com uma professora e estagiárias segurando uma das faixas no semáforo. Outros distribuíaam os folders para os motoristas, comerciantes e pessoas que por ali passavam. Uma das estagiárias iniciou o evento, ressaltando a importância do projeto e qual objetivo de estarmos ali. Logo, houve a apresentação da peça, e em seguida, a professora de dança que estava presente, juntamente com os alunos, apresentaram a coreografia ensaiada. Ao término das apresentações, a professora de dança ainda ofereceu uma aula de zumba aberta a todos que queriam participar. Por fim, a diretora da APAE, fez os agradecimentos e assim encerramos o evento.

Percebemos durante a realização deste evento uma certa inquietação por parte dos que ali passavam. Todos demonstraram curiosidade em saber o que estava acontecendo e ficaram atentos, alguns se aproximavam, outros ficavam de longe, mas observando.

Ao longo da história surgiram movimentos importantes na busca dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência intelectual. A partir de então, o processo da inclusão passou a ser visto com um olhar diferenciado. A origem do termo inclusão se deu a partir da palavra integração. Mas é importante ressaltar que a inclusão não é apenas colocar alguém junto a outros, ou colocá-lo em um grupo de pessoas. Inclusão vai além, é receber alguém e fazer com que essa pessoa seja vista e parte importante na sociedade (CRUZ; BARRETO, 2010).

Segundo Pereira et al (2011) o contato social das pessoas com deficiência intelectual é extremamente escasso, ou até inexistente. Desta forma, a imagem que se forma socialmente a respeito das mesmas não corresponde, muitas vezes, à realidade vivida.

O projeto “Inclusão: eu também faço parte!” teve a finalidade de buscar uma maior inclusão do deficiente intelectual, visto que os discursos e representações sociais que norteiam as práticas frente à pessoa com deficiência intelectual ainda permanecem carregadas de significados depreciativos. Apesar das lutas e conquistas alcançadas, a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sociedade ainda tende a ver o deficiente intelectual conforme certos padrões estabelecidos socialmente, como alguém incapaz, incompleto, como um sujeito desprovido de direitos. Assim, a exclusão e a segregação social são marcas na trajetória de vida destes sujeitos.

Buscamos sensibilizar a sociedade, de modo que esta possa rever seus conceitos e práticas frente à pessoa com deficiência. Buscamos também uma aproximação da sociedade com relação ao trabalho da APAE, visto que esta instituição se encontra relegada ao esquecimento. É preciso que a sociedade se conscientize de que todos fazem parte desta luta, caso contrário não será possível alcançar uma verdadeira inclusão no sentido da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da execução deste projeto, percebemos que havia realmente um distanciamento entre a sociedade e a instituição. Os alunos, que permaneciam em uma posição de invisibilidade e incapacidade, começaram a tornar-se protagonistas na luta pela garantia de seus direitos e tal comportamento se deu através do envolvimento nas atividades propostas. Durante a realização do trabalho de campo, assumimos o desafio de buscar o envolvimento dos alunos, professores, direção e toda a comunidade para ressaltar a importância da inclusão social.

Este trabalho teve como objetivo principal buscar uma sensibilização da comunidade em relação ao trabalho e importância da APAE, bem como conscientizar a própria instituição com relação ao seu trabalho e importância. Através dos recursos utilizados na metodologia, demonstrou-se um destaque da instituição em meio à sociedade. Desta forma, os objetivos deste trabalho foram satisfatoriamente alcançados, o que nos possibilitou deixar na instituição a nossa contribuição enquanto estudantes do curso de psicologia.

REFERÊNCIAS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, 2008, p. 469-475.

BOLHÃO, Ana Filipa de Jesus. Contribuição do estágio curricular para a formação académica e profissional dos estagiários: Estudo de caso numa instituição de ensino superior. **Instituto Superior Miguel Torga**, Coimbra: 2013.

CRUZ, Luciana Riemer da; BARRETO, Sidirley de Jesus. A Importância do Lazer na Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência Mental na Sociedade. (Curso de Especialização em Psicopedagogia). **Associação Educacional Leonardo da Vinci**. [S.I: s.n.] 2010.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural: Contribuições ao Estudo do Desenvolvimento Adulto. **Revista Brasileira de Educação especial**, v. 19, n. 2, 2013, p. 169-182.

FENAPAES. **Federação Nacional das Apaes**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/#/> Acesso em: 08/04/2016.

FERREIRA, Vinícius Renato Thomé; MOUSQUER, Denise Nunes. Observação em psicologia clínica. **Revista de psicologia da Unc**, v. 2, n. 1, 2004, p. 54-61.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

BRASIL. Presidência da Republica. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2016.

PEREIRA, Olga.; MONTEIRO, Inês.; PEREIRA, Ana Luísa. A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos media impressos. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXII, 2011, pág. 199-217.

SANTOS, Mônica Valéria Araújo dos; FREITAS, Katarina Nascimento de; AMORIM, Betânia Maria Oliveira de. A Atuação do Psicólogo Escolar no Contexto da Educação Inclusiva na APAE de Campina Grande. **II Congresso Nacional de Educação**, 2009.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SILVA, Elisabeth de Lima. Eu Existo e Quero Ser Visto: a inclusão da criança com síndrome de Down no lócus pedagógico. **Revista Magistro**, v. 2, n. 1, 2011, 125-129.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**GRUPO DE APOIO A ANSIEDADE COMO ESTRATÉGIA DE
ENFRENTAMENTO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA**

Roberta Scaramussa da Silva

Mestre em Psicologia

Universidade Federal do Sul da Bahia

roberta.scaramussa@ufsb.edu.br

Leandro Gaffo

Doutor em Ciências da Religião

Universidade Federal do Sul da Bahia

mafagaffos@gmail.com

Camila Assis Guedes

Graduandos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia

gamaufsb@gmail.com

Caroline da Silva Meira

Graduandos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia

gamaufsb@gmail.com

Gabriella Oliveira Salles

Graduandos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



gamaufsb@gmail.com

Vinícius Teixeira Bravim

Graduandos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia

gamaufsb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um novo paradigma em Saúde Pública, construído a partir dos movimentos da Reforma Sanitária na década de 1970, veio ao encontro das necessidades advindas do movimento da Reforma Psiquiátrica. Esse movimento criou as bases para a produção de um novo olhar sobre o Campo da Saúde Mental, buscando abandonar o modelo biomédico voltado para o entendimento de saúde reduzido à ausência de doenças. A Reforma Psiquiátrica é, então, compreendida como uma forma de desconstrução desse paradigma asilar, visando a criação de novas possibilidades de atenção em saúde mental, uma criação de práticas fundamentadas em um cuidar solidário, criativo e interdisciplinar (OLIVEIRA, 2009).

Nesse contexto, a ansiedade, por exemplo, pode ser tomada em sua forma normal ou patológica. Na primeira, a ansiedade é uma reação de alerta do organismo diante de um conflito interno, já em sua forma patológica, o DSM-5 caracteriza como Transtorno de Ansiedade Generalizada a “ansiedade e preocupação persistentes e excessivas acerca de vários domínios, incluindo desempenho no trabalho e escolar, que o indivíduo encontra dificuldade em controlar”. Além disso, são experimentados sintomas físicos, incluindo inquietação ou sensação de nervos à flor da pele; fadigabilidade; dificuldade de concentração ou ter brancos; irritabilidade; tensão muscular; e perturbação do sono (DSM V, p. 190).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para análise mais profunda desses dados é importante ampliar o olhar para o campo da saúde mental não reduzindo-o ao modelo biomédico patologizante e medicalizante. A ansiedade, nessa perspectiva deve ser pensada como um fenômeno produzido dentro de um contexto histórico e social, visto que tem aumentado expressivamente na população humana no último século, sobretudo, devido às profundas transformações ocorridas no âmbito econômico, social e cultural (FERREIRA et al, 2009 p. 974). Essas mudanças acabaram por exigir que a população se adaptasse a um novo ritmo de vida, tornando o século XX conhecido como a era da ansiedade. Desde então, esta sensação tem sido investigada e relacionada diretamente à situação vivenciada pelos indivíduos em seu cotidiano e às exigências decorrentes dela (FERREIRA et al, 2009 p. 974).

Se tomarmos como instrumento de análise a Educação em nossa sociedade ocidental contemporânea, veremos que foi capturada por uma moral dominante que tem como objetivo responder às necessidades capitalistas de produtividade, capacitação e especialização. Nessa lógica, os indivíduos são avaliados em função de uma suposta normalidade, herança platônica responsável pela supervalorização das semelhanças em detrimento das diferenças (KASTRUP, 1997). Nas escolas, esses procedimentos disciplinares funcionam como mecanismos de ajustamentos e também como operadores atendendo à demanda dos valores capitalistas, por meio do encaminhamento de alunos para a Universidade e daí para o mercado profissional. Esse modelo, centrado na competição, na excelência e na velocidade das informações conforma subjetividades anestesiadas ou adoecidas (HECKERT, 2000).

Seguindo essa lógica, pesquisas na área apontam uma alta incidência de ansiedade em estudantes universitários. De acordo com Baldassin, Martins e Andrade (2006) discentes do curso de medicina apresentaram alto índice de ansiedade no início do curso e especialmente em etapas que antecederam experiências práticas como estágios e residência. Outro estudo (FERREIRA et al, 2009) realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte concluiu que a ansiedade foi mais prevalente em estudantes dos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



curso da área biomédica e afirmou que as etapas iniciais de formação em todas as áreas eram maiores geradoras de ansiedade. Os estudos constaram que é necessário levar em consideração a organização curricular dos cursos, os projetos pedagógicos, os processos históricos e sociais que constituem cada área de formação bem como as histórias pessoais de cada estudante e os modos como lidam com os desafios.

A Universidade Federal do Sul da Bahia, instituída a partir de um Plano Orientador inovador em sua perspectiva pedagógica e em sua organização curricular, possui uma estrutura esquematizada a partir de Ciclos de Formação com modularidade progressiva. O primeiro ciclo é constituído pelos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares e o segundo ciclo compreende os cursos profissionais propriamente ditos. O critério estabelecido para a progressão do primeiro ao segundo ciclo é o coeficiente de rendimento acadêmico que, em cursos como o de medicina, acirra a competitividade entre os discentes e afeta diretamente a relação dos mesmos com o processo ensino-aprendizagem. Alguns dos efeitos descritos pelos discentes tem sido a crescente queixa de sintomas de ansiedade, depressão e mal estar psicológico. Foi no encontro de discentes e docentes desta universidade com tais queixas, que se construiu a proposta do Grupo de Apoio Mútuo para a Ansiedade como um projeto de pesquisa-intervenção. Desse modo, objetivou-se promover espaços de encontro coletivo para enfrentamento de sintomas da ansiedade e sofrimento psíquico entre estudantes universitários da Universidade Federal do Sul da Bahia e compreender seus processos de produção dentro de uma perspectiva histórica e social. De modo mais específico buscou-se: a) construir coletivamente estratégias para enfrentamento dos sintomas da ansiedade e sofrimento psíquico em estudantes da UFSB; b) analisar as possíveis relações entre sofrimento psíquico e o contexto universitário; c) investigar os prováveis desencadeadores de sofrimento psíquico no âmbito universitário e suas possíveis interfaces com o modelo acadêmico da UFSB; d) compreender os possíveis efeitos dos encontros coletivos para promoção de saúde numa perspectiva ética, estética e política.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa-intervenção, com abordagem qualitativa, realizada através das análises, registros e observações dos encontros do Grupo de Apoio Mútuo para Ansiedade (GAMA). O GAMA foi criado através da necessidade da existência de um espaço de acolhimento e de promoção da saúde no âmbito universitário e atualmente conta com dois professores coordenadores (um com formação em psicologia) e quatro estudantes, sendo um deles bolsista de iniciação científica.

O grupo é aberto a todas as pessoas que possuem interesse na temática e/ou se autodeclararem ansiosas, em sofrimento e/ou angustiadas. Os encontros do GAMA aconteceram comumente a cada 15 dias com duração de uma a duas horas e adesão de em média 20 participantes por encontro. A maioria destes encontros foi realizada no Campus Paulo Freire da UFSB em Teixeira de Freitas/BA sendo um encontro realizado no Colégio Universitário (CUNI) da UFSB em Itamaraju/BA. Ao fim, totalizaram-se sete encontros abertos e dez encontros para supervisão acadêmica. Além disso, o GAMA também desenvolveu ações de promoção da saúde mental em eventos promovidos pela universidade, como a II Tenda Paulo Freire e o Setembro Amarelo: Dispositivo para refletir sobre a Saúde Mental no âmbito universitário.

O GAMA busca estimular essa coletividade e as várias formas de ajuda mútua entre seus participantes de forma a criar uma relação de envolvimento e produção de afetos no sentido espinosano (1974) de criação de potência de ação e vida. De tal sorte, grupo propõe alternativa de promoção de saúde mental por meio da aprendizagem da cada participante em relação à condição humana e suas formas de associação e reconhecimento.

Realizou-se a oferta da escuta atenta e sensível, que funciona como dispositivo para a criação de estratégias interventivas. Tomando-se por base a ideia de ajuda mútua, conforme proposta por Kropotkin (2009), no sentido da interdependência relacional entre

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



as pessoas e o princípio espinosano (1974) de afeto (ampliado por Deleuze), compreendido como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída” (Ética III, def. 3). A proposição é de uma clínica baseada no acolhimento, no cuidado e no tratamento de cada um pelo grupo todo, em consonância com Adriana Barin de Azevedo (2013), num processo de construção de redes.

Os encontros foram registrados pelos integrantes da pesquisa em um Diário de Bordo construído a partir das verificações observadas nos encontros. Os dados coletados foram debatidos no grupo de estudo, objetivando o aprofundamento das questões teóricas relativas ao tema.

Ademais, os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos foram observados e o projeto de investigação foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da UFSB mediante CAAE nº 04621718.7.0000.8467.

Os registros produzidos pelos pesquisadores nos Diários de Campo foram tomados como discursos dentro de uma perspectiva foucaultiana. Nesse sentido proceder à Análise do Discurso como proposta por Foucault significa que “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no Jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2005, p. 28-31). Assim, ao optarmos pela Análise do Discurso, não estamos buscando um a priori identificável na fala dos entrevistados; também não nos referimos à busca de algo oculto que será revelado mediante a interpretação do autor.

A partir dessa leitura os objetivos específicos desta pesquisa-intervenção foram divididos em dois blocos temáticos - as relações entre o sofrimento psíquico e o contexto universitário e a criação coletiva de estratégias e promoção de saúde no âmbito universitário a partir de uma perspectiva ética, estética e política.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As possíveis relações entre sofrimento psíquico e o contexto universitário

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A contemporaneidade em seu processo incessante de globalização e avanços tecnológicos têm produzidos intensos desafios ao campo da Saúde Mental. Para Rolnik (1997), a desestabilização provocada pela falta de certezas, por um fluxo permanente de mudanças produzem uma busca por uma referência identitária, muitas vezes, inatingível.

Tais experiências tendem então a ser aterrorizadoras: as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça de fracasso, despersonalização, enlouquecimento ou até de morte. As forças, ao invés de serem produtivas, ganham um caráter diabólico; o desassossego trazido pela desestabilização torna-se traumático (ROLNIK, 1997, p.2).

Pensar a saúde neste contexto implica em tomá-la como processo histórico e social e não apenas como ausência de doença. Ao tratarmos de sofrimento psíquico no âmbito universitário estamos tratando justamente dos efeitos que essas transformações operam no contexto educacional universitário e conseqüentemente na constituição subjetiva dos discentes, docentes e demais atores sociais.

Muro alto, cerca elétrica, arame farpado, sistema de segurança moderno... Casa feita pra evitar a entrada de pessoas. É o que somos, estamos ou nos tornamos. Quem é que sabe? Inacessíveis em universos particulares somos máquinas de alto rendimento. Somos ou parecemos? A engrenagem não pode parar! Feito Charles Chaplin em Tempos Modernos, precisamos manter o ritmo de produção. Qual a razão de produzir tanto? Aonde encontra-se o sentido de números ditarem o ritmo de nossas vidas?



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Máquinas não quebram? Pessoas são máquinas? Sobre felicidade não se conversa mais. (Diário de Bordo GAMA)

O mesmo mal-estar é representado diante da performance “A Bailarina Fuleira” apresentada na II Tenda Paulo Freire:

Quando a Tatá [performer] se posicionou já haviam várias pessoas aglomeradas em volta. Ao fundo passava-se uma música grave, que particularmente achei meio agonizante. A Tatá estava com blocos de construção civil a todo momento os organizando e colocando braços, pernas e pés dentro dos espaços existentes nesses blocos. Além disso, ela também os carregou e os reposicionou várias vezes e nessas novas posições tentava se encaixar de uma dolorosa para o telespectador, pois como os blocos são de acabamento “bruto” percebíamos muitas vezes como a pele dela se arranhava pelo bloco, a sua expressão facial era muito marcante. Em alguns momentos ela deitou no chão e colocou todos os blocos em cima de si. Então comecei a pensar sobre todos os problemas que nós criamos, carregamos e tentamos nos encaixar neles dolorosamente, dia após dia, como aqueles blocos. Também pensei nos padrões sociais impostos que buscamos nos encaixar durante toda vida, a beleza das capas de revista, o emprego perfeito, o relacionamento perfeito mostrado nas redes sociais, o consumismo empregado pelo capitalismo. Diversas vezes tentamos nos encaixar nesses padrões e essas tentativas nos frustram, são dolorosos, causam ansiedade,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



consumismo, depressão e muitas cobranças. (Diário de Bordo GAMA)

Nessa perspectiva o mal-estar contemporâneo que tem levado ao sofrimento psíquico é refletido também no âmbito universitário. Os discursos produzidos nos grupos de apoio mútuo sobre o modelo educacional proposto pela UFSB em seu Plano Orientador apontam para uma visão de como tal modelo, ainda que se proponha inovador, é sentido, vivenciado numa racionalidade capitalista que prima pela produtividade, competência, individualismo e competitividade. Palavras de ordem que também se inscrevem no que podemos chamar de mercado dos saberes. Rocha e Rocha (2004) consideram a predominância dessas características no meio acadêmico como resultantes de uma “cultura avaliativa”. Essa cultura reflete-se nas cobranças cada vez maiores em relação à produtividade dos cursos de graduação, engendrando modos de subjetivação que afetam diretamente o processo e as relações nas instituições de ensino e conseqüentemente a saúde mental dos atores envolvidos. Isso se agrava no modelo da UFSB, pois o objeto a ser conquistado é uma vaga para o curso de Medicina, profissão historicamente e economicamente valorizada em nossa sociedade.

Grande parte dos relatos foram sobre a pressão gerada pela competição entre os colegas no âmbito dos Bacharelados Interdisciplinares, sobretudo, na UFSB, sobretudo, o de saúde. Outras questões de tensão são o regime quadrimestral, a carga intensa de trabalhos e a insensibilidade de alguns docentes frente às subjetividades dos discentes. Somado a isso, muito foi dito acerca do distanciamento familiar pela distância física, pela falta de tempo decorrente da carga intensa de estudos e pela cobrança dos familiares por rendimento estudantil de excelência que

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



garanta a progressão ao segundo ciclo. Em função disso, a falta de rede de apoio é motivo de muito sofrimento entre os discentes, assim como a busca incessante para se manter um Coeficiente de Rendimento (CR) o mais próximo de dez possível. (Diário de Bordo GAMA)

Rocha e Rocha (2004) refletem, justamente, sobre a perda dos espaços coletivos, dos espaços de encontro, das redes sociais de apoio – fruto da instantaneidade e da aceleração ao qual o cotidiano acadêmico está submetido – que impede a efetivação de encontros realmente produtivos:

Com efeito, a subtração do espaço do público comum a todos inviabiliza um campo de complexidade, de intensificação de relações e de experiências fundamentais para o desenvolvimento ético-político, e o coletivo passa a ser visto como ameaça e perda de tempo, já que ‘tempo é dinheiro’ (ROCHA e ROCHA, 2004, p.22).

Segundo os autores, o tempo necessário para a produção de conhecimento é incompatível com a lógica de aceleração e instantaneidade. O exercício de pensamento reflexivo exige aprofundamento e trocas entre diferentes campos de saber, sendo inconciliável com o modo de produção hegemônico. Para Foucault (2002) o saber adquirido na formação acadêmica é uma verdade alimentada em um certo momento histórico, já o poder opera por meio de discursos produzindo e reproduzindo essas verdades. Essa relação saber/poder sustenta a moral dominante em nossa sociedade atendendo as necessidades capitalistas de produtividade, capacitação e especialização. Observa-se que mesmo numa tentativa de promover um ensino de caráter inovador a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



UESB, a partir dos discursos produzidos pelos estudantes, também opera, contribuindo para reprodução do modo de subjetivação hegemônico em especial no que se refere aos modelos de seleção para o ingresso no curso de Medicina.

Assim como a maioria das rodas de conversas do GAMA inicia-se com os discentes relatando sobre a pressão sofrida por eles devido ao modelo de progressão instituído na UFSB, no CUNI não foi diferente. Alguns alunos relataram a ansiedade e a cobrança de si mesmo e pela família de alcançar as melhores notas, de manter o coeficiente de rendimento (CR) sempre alto e a dificuldade de se ver feliz dentro desse modelo. (Diário de Bordo GAMA)

Infelizmente um colega do Campus Jorge Amado da UFSB cometeu suicídio e muito pouco sabemos sobre isso. A UFSB lançou uma pequena nota no site lamentando o acontecido, porém, a comunidade acadêmica, como um todo, pouco comentou ou conversou a respeito da perda do estudante. Quais teriam sido suas motivações? Não sabemos! A vivência universitária desse jovem pode ter contribuído para tamanho sofrimento psíquico? Talvez sim. Talvez não. Uma turma do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) do Campus Freire ficou extremamente tocada e, em um grupo de conversão online, muitos alunos questionaram a possibilidade da universidade ter sido uma das possíveis causas de adoecimento psíquico a ponto de levar alguém a um fato extremo, a fim de interromper tamanho sofrimento. Eles disseram que o modelo da universidade em ciclos de formação gera muita angústia, ansiedade, estresse e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



competição e que isso prejudica tanto o rendimento acadêmico quanto a saúde dos universitários. (Diário de Bordo GAMA)

A patologização do sofrimento psíquico e do mal estar causados pelas vivências universitárias apresentam-se de forma intensa no Diário de Bordo e norteiam grande parte dos discursos produzidos nos encontros do GAMA: ansiedade, depressão, pânico, estresse. Isso reflete o modelo biomédico de se pensar os processos de produção saúde-doença hegemônicos em nossa sociedade. Reflete também um processo de psicologização que reduz o sofrimento psíquico a fatores internos ao sujeito. Neste estudo a análise que se opera é justamente de compreender tais processos a partir de seus determinantes históricos e sociais e seus efeitos na constituição subjetiva capazes de acionar processos de saúde ou de adoecimento. Em pesquisa sobre o sofrimento psíquico entre universitários Gomes, Comonian e Araújo (2018) apontam a importância de não se reduzir o mal-estar psicológico a fatores individualizantes e destacam a necessidade de um olhar ampliado sobre a instituição educação e seus efeitos nos modos de funcionamento da universidade:

Dessa forma, faz-se necessária, a problematização de elementos institucionais, curriculares, e, sobretudo relacionais vivenciados pelos discentes e docentes para a realização de uma análise das questões que permeiam a educação superior frente à evidência do sofrimento psíquico do aluno. Desvelar essas condições é uma demanda urgente para a compreensão do fenômeno do sofrimento psíquico para além da leitura individual, diagnóstica e culpabilizadora de docentes e discentes, pois favorece a análise e revisão das condições materiais de vida acadêmica universitária e possibilitam estratégias e ações efetivas de promoção de saúde (GOMES, COMONIAN, ARAÚJO, 2018, p.264).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Construção coletiva de estratégias e promoção de saúde no âmbito universitário a partir de uma perspectiva ética, estética e política.

Suely Rolnik no artigo “Toxicômanos de identidade” (1997) afirma que as estratégias de enfrentamento ao mal-estar contemporâneo tem sido anestesiar os afetos pela via do consumo de todo tipo de drogas oferecidas pelo mercado que vendem a ilusão de perfeição tão idealizada. A autora destaca que em meio a essa tentativa de captura das subjetividades é ainda possível resistir pela via da criação e dos processos de singularização.

Desse modo ainda que os encontros do GAMA tenham sido marcados por intensas queixas aos processos de ensino-aprendizagem e, em especial ao perverso processo de ingresso no curso de medicina, existiram também discursos emancipatórios que apontavam para as estratégias de enfrentamento ao modelo instituído. Isso fica evidenciado no discurso produzido a partir da performance “A bailarina Fuleira”:

Só que no decorrer da performance, mais para o final, a Tatá começa a quebrar os blocos um a um, até que no fim todos são quebrados. Essa desconstrução nos faz refletir a importância de romper com esses problemas que nós mesmos criamos e com os formatos sociais impostos, o que foi muito bem demarcado por uma bailarina totalmente desconstruída, que não traz em sua apresentação a forma angelical esperada quando se ouve a palavra bailarina. (Diário de Bordo GAMA)

No evento Setembro Amarelo: dispositivo para promoção de Saúde Mental foi possível construir um espaço de trocas entre especialistas convidados, estudantes

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



universitários e comunidade. O trecho abaixo aponta para a possibilidade de encontrar desvios à norma estabelecida. Como proposto por Canguilhem (2002) saúde seria a capacidade de ser normativo, ou seja, a capacidade de criar novas normas de existir a partir das adversidades que se impõem.

*Foi quando perguntei aos participantes se alguém estudava em uma universidade promotora de saúde é que veio a minha surpresa. Sim, respondeu uma estudante. E eu prontamente questionei: qual universidade você estuda? Na UFSB respondeu ela. Confesso que diante de tantas queixas em relação ao modelo da universidade e por estar tão tomada por esse discurso fiquei realmente curiosa, como assim? Ela relatou como experiências na UFSB mudaram sua vida. Projetos com professores maravilhosos, aulas inovadoras, conhecimentos nunca vistos. Enxergar a UFSB com esses olhos foi transformador para mim como docente (**Diário de Bordo - GAMA**).*

Diante das queixas de isolamento social, distanciamento da família e falta de uma rede apoio local os próprios estudantes construíram formas de acolhimento mútuo que extrapolaram os espaços propostos pelo GAMA:

Um estudante, inclusive, relatou estar passando por um momento delicado, visto que pensa em tirar a própria vida diariamente para acabar com a dor que sente. Os demais participantes do grupo, de imediato, prestaram apoio ao amigo, demonstraram solidariedade, disseram de suas disponibilidades para conversar a qualquer momento, incentivaram-no a buscar ajuda profissional, alguns

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



inclusive mandaram mensagem privada para dar força e apoio e o encaminharam para conversar com a professora orientadora do GAMA que se mostrou preocupada com a situação e disponível para realizar o acolhimento do estudante. Esse grupo de integrantes do BIS criaram uma hashtag (#nenhumamenos) e tomaram a iniciativa de organizar um picnic coletivo a ser realizado na própria universidade com o intuito de trocar afetos, sendo toda a universidade convidada, a levar alguma bebida ou comida para o evento, por meio de arte gráfica divulgada virtualmente. O picnic, então, aconteceu após o encontro do GAMA no campo de futebol e todos os participantes do encontro foram convidados para participarem da confraternização que contou com muita alegria, abraços, sorrisos e comida boa. (Diário de Bordo GAMA).

De acordo com Gomes, Comonian e Araújo (20018) seria extremamente importante que as universidades revissem seus posicionamentos institucionais diante da produção de conhecimento e da compreensão sobre o processo formativo:

A universidade deve ainda, oferecer atividades e envolver os discentes em ações que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e psicológico do estudante. É fundamental possibilitar ao sujeito espaços de diálogo, de escuta, onde as pessoas tenham a oportunidade de falar, de expressar, refletir sobre suas condições, para que possam realizar movimentos de ressignificação de si, do outro e de seu contexto, para a construção

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de novos modos de subjetivação, novos sentidos para a sua existência (GOMES, COMONIAN, ARAÚJO, 2018, p. 264).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, observou-se que o GAMA se propõe a ser e a promover espaços de encontro coletivo, sendo sempre pautados no diálogo, na ética, na ajuda mútua (KROPOTKIN, 2009) e na produção de afeto (ESPINOSA, 1974) como instrumentos de promoção da saúde no enfrentamento de sintomas da ansiedade e sofrimento psíquico entre estudantes universitários da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Verificou-se que as estratégias construídas coletivamente para o combate à ansiedade buscaram romper com os padrões impostos pela sociedade que reduzem o sofrimento psicológico a questões orgânicas numa perspectiva patologizante e medicalizante. Nesse sentido, o GAMA afirma seu compromisso com os princípios da Saúde Coletiva ao assumir uma perspectiva de saúde ampliada, compreendendo-a como efeito de um contexto histórico e social. As ações do GAMA também buscaram romper uma perspectiva clínica psicologizantes tentando atuar a partir de uma perspectiva ética, estética e política que proporcionasse espaço de criação de novos modos de subjetivação a partir da invenção de novos modos ser estudante, de ser professor, de ser terapeuta, apostando em outros modos de vir a ser.

Por fim, os discursos produzidos GAMA a partir dos Diários de Bordo confirmam um emaranhado de sensações, sentimentos, sentidos, afetos, percepções que tornam inseparáveis aquilo que é da ordem do pesquisador e aquilo que é da ordem do sujeito pesquisado. Os discursos produzidos apontaram que ainda predomina -mesmo numa universidade inovadora- uma lógica educativa comprometida com a perspectiva capitalista para atender as exigências do mercado de trabalho. Contudo, apontou, também, para

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



perspectivas emancipatórias que tentam romper com tais tradições, afirmar singularidades e potencializar a diferença.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRICK ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 992 p., 2014.

BALDASSIN, S.; MARTINS, L.C.; ANDRADE, A.G. **Traços de ansiedade entre estudantes de medicina**. Arq Med ABC. 2006.

CANGUILHEM, G. **O normal e o Patológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

FERREIRA, Camomila Lira et al. Universidade, contexto ansiogênico? Avaliação de traço e estado de ansiedade em estudantes do ciclo básico. **Ciência e Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 973-981, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000300033>.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7. ed. 2005.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, jan./abr. 2007.

HECKERT, A. L. C. Os desafios da Educação na Contemporaneidade. In: BARROS, M. E. B. de; ARAÚJO, A. de. (Org.). **Psicopedagogia: alguns hibridismos possíveis**. UFES, Vitória, 2000. p. 11-18.

KASTRUP, V. **As políticas de cognição e o problema de aprendizagem**. In: SEMANA DE PSICOLOGIA DA UFES. Mesa-redonda Práticas Educacionais. Vitória, set. 1997.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/09/Ajuda-M%C3%BAtua-um-fator-de-evolu%C3%A7%C3%A3o-Piotr-Kropotkin.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

OLIVEIRA, L. R. C., **Pesquisas em vs. Pesquisa com Seres Humanos**. Série Antropologia; Departamento de antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, DF., 2003. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie336empdf.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2018.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia e ciência**. prof., Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-8932003000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>.

ROCHA, M. L. da.; ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 1, n.16, p.13-36, 2004.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v.1, n. 2, 1993.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org). **Cultura e Subjetividade**. Campinas: Saberes Nômades, pp.19-24, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and Other Common Mental Disorders Global Health Estimates**. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 abril 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O BRINCAR COM O MOVIMENTO COMO REFORÇO NA APRENDIZAGEM E NA SOCIALIZAÇÃO

Edvaldo Joaquim De Santana Filho

Tamyres Nunes Carvalho

Indira Vita Pessoa

1 INTRODUÇÃO

Foi colocado à disposição dos alunos matriculados nas Escolas Municipais Prof. Maria Raimunda de Oliveira e escola municipal Esperança, recursos extraclasse que conforme os estudos que aqui serão citados, afirmam ser de crucial importância nessa fase do desenvolvimento da criança em período escolar. Procuramos dar uma atenção especial à psicomotricidade nesse processo, devido a sua influência no desenvolvimento integral do indivíduo.

O foco do presente trabalho concerne ao reforço na aprendizagem escolar tanto cognitiva, quanto social e emocional com ênfase nas atividades que promovam socialização, inclusão e integração através de ações coordenadas com as práticas pedagógicas ministradas pelas professoras em sala de aula, partindo do lúdico ao físico-motor, trabalhando as mais diversas habilidades entre elas a atenção, concentração, superação de desafios, frustração, o imaginário, expressão corporal, noção de corporalidade, valores, assimilação de regras, desenvolver pensamento crítico muitos outros conceitos. Além de poder ajudar na prevenção da depressão infantil e suas consequências no processo de ensino-aprendizagem que podem levar ao êxodo escolar.

Durante as práticas diárias de nossas atividades como estagiários do programa de inclusão para alunos com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Público regular do Município de Itabuna-BA, na Escola Municipal professora Raimunda de Oliveira

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



situada na rua Belém s/n, Bairro, Santo Antônio, assim como na Escola municipal Esperança, situada na rua Catarina Alves, n/ 130 Bairro Santo Antônio, aliado aos conteúdos ministrados na academia e as nossas experiências e competências pessoais adquiridas ao longo da vida e estudos de pesquisar relacionadas ao tema, surgiu a ideia de proporcionar atividades psicomotoras ampla e fina extraclasse que reforce os conteúdos dados em sala de aula.

1.1 – Aprendizagem:

A aprendizagem é de fundamental importância para o desenvolvimento psíquico, físico e social é também necessária na adaptação e readaptação do indivíduo ao meio e nas relações que estabelece com os estímulos presentes nos ambientes em que este se desenvolve. Devido à importância da aprendizagem no desenvolvimento integral da criança, citaremos vários autores, mas iniciaremos citando Jean Piaget, que foi e ainda é considerado um dos maiores teóricos da aprendizagem, contribuindo com seu trabalho para compreendermos os processos de construção do conhecimento.

Piaget (1969, p.14) sobre o desenvolvimento mental e sobre o processo de construção do conhecimento, que são **adaptação, assimilação e acomodação**. Esse ciclo adaptativo é constituído por dois sub processos: **assimilação e acomodação**.

A inteligência desempenha uma função adaptativa, pois é através dela que o indivíduo coleta as informações do meio e as reorganiza, de forma a compreender melhor a realidade em que vive, nela age, transformando. Para PIAGET(1969, p.38)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse caso as experiências vividas, na escola, podem auxiliar na aquisição de construtos para adaptação e reorganização na interação do sujeito com o meio na construção da sua realidade, com a introdução de atividades que estimulem as crianças a lidarem com resolução de situações problemas, dando opções e alternativas de ensino que propiciem uma aprendizagem significativa, que possa estimular o desenvolvimento cognitivo, bem como a criatividade, personalidade e pensamento crítico do aluno.

“Aproveitar o potencial que o indivíduo traz e valorizar a curiosidade natural da criança são princípios que devem ser observados pelo educador” (BRUNER, 1991, p. 122).

[...] a vivência do cotidiano escolar nos tem evidenciado situações bastante questionáveis neste sentido. Percebe-se, de início, que os objetivos educacionais propostos nos currículos dos cursos apresentam confusos e desvinculados da realidade social. Os conteúdos a serem trabalhados, por sua vez, são definidos de forma autoritária, pois os professores, via de regra, não participam dessa tarefa. Nessas condições, tendem a mostrar-se sem elos significativos com as experiências de vida dos alunos, seus interesses e necessidades (LOPES, 2000, p. 41).

Uma maior atenção e interação dos professores ao que as crianças trazem de suas vivências se integrando aos objetivos educacionais, podem favorecer o processo de aprendizagem e enriquecer os métodos de ensino; valorizando e muito o desenvolvimento desses alunos em sua totalidade.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O Art. 29. da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira assegura em seu texto que: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** em seu Capítulo IV, sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, no Art. 53: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Sendo assim vê-se que a falta de estrutura tanto física quanto humana das instituições de ensino “escola” se esbarra, pois não faz parte do quadro de profissionais atuantes nas escolas públicas os profissionais necessários para assegurar que se cumpra o que dizem esses artigos e seja praticado, além da falta de treinamento específico dos profissionais que já atuam na rede para dar os cuidados necessários na atuação das práticas que a lei determina.

Segundo Vygosty (1989), o ato de brincar pode ser considerado como atividade dominante na infância em que através dela a criança cria, imagina e expressa sentimentos sendo esta parte



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



essencial na formação e desenvolvimento do indivíduo em sociedade.

Entendemos que a aprendizagem se dá em qualquer situação que o indivíduo venha experiências ou no pensar dessa experiência ao longo da vida, a fim de adaptá-lo ao meio.

Nesse processo de adaptação a criança pode ter contato com situações que exijam uma postura que ela não tenha construído que favoreçam. Com isso pode desenvolver ideias irracionais sob a situação vivida e acabar internalizando essas ideias podendo desenvolver quadros depressivos, tendo como resultado a queda no rendimento escolar e com isso acarretar outros problemas.

Segundo Miller (2003) a queda do rendimento escolar é um dos sintomas da depressão infantil que causam maiores prejuízos à vida da criança, pois, em decorrência da depressão, tanto o desempenho acadêmico como o funcionamento social podem ser comprometidos.

A depressão infantil no ambiente escolar pode se manifestar por diferentes sintomas: tristeza persistente, diminuição de atividades psicocorporal, diminuição no rendimento escolar, fracasso em terminar as suas atividades escolares, isolamento social, agressividade ou verbalizações como “Eu não posso fazer isso” (LIVINGSTON, 1985).

Marcelli (1998) explica que o desinteresse escolar pode acontecer após um histórico de fracassos que contrasta com um bom nível de eficiência. Em razão das particularidades desta etapa de desenvolvimento humano, devemos propiciar atividades



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que contribuam para desenvolver a personalidade, a linguagem, criticidade; reforçando a socialização com brincadeiras, desenhos, dança, música, histórias e faz de conta e jogos; não nos esquecendo das histórias de vida que esse aluno traz, também são recomendados por vários autores que pesquisam essas práticas na escola.

1.2 – **Psicomotricidade**

Percebe-se que o principal objetivo da educação não é somente a transmissão de conhecimento e, que a educação psicomotora não se restringe ao conhecimento da pessoa sobre a imagem do seu corpo, ela não se prende apenas ao conteúdo, mas auxilia na descoberta estrutural da relação entre as partes e a totalidade do corpo, formando uma unidade organizada, instrumento da relação com a realidade e, nessa relação do corpo, com o meio, a aprendizagem se constitui, atrelado à construção e maturação e dos mecanismos necessários à adaptação do indivíduo ao ambiente.

O objetivo central da educação pelo movimento é contribuir para o desenvolvimento psicomotor da criança, da qual depende, ao mesmo tempo, a evolução de sua personalidade e o sucesso escolar (LE BOULCH, 1984, p. 24).

Para Negrine (1986, p. 20) um dos argumentos que justificam a educação psicomotora na educação básica durante a fase pré-escolar é a evidência sobre seu papel na prevenção das dificuldades de aprendizagem. Pois, é durante esse período que a personalidade de cada indivíduo vai sendo moldada.

A introdução de atividades que favoreça o amadurecimento psicomotor na rotina escolar pode ser das mais diversas modalidades, tais como elaboração de circuitos com

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



obstáculos que possibilite a criança a encontrar uma postura mais adequada para lidar com situações que exijam essas mudanças, com isso poder tentar buscar o equilíbrio necessário para superá-los de forma mais satisfatória com uma aprendizagem mais significativa da experiência.

São também atributos da educação psicomotora a prevenção, esse é o argumentado de Fonseca (1995, p. 10):

A educação psicomotora pode ser vista como preventiva, na medida em que dá condições à criança desenvolver melhor em seu ambiente. É vista também como reeducativa quando trata de indivíduos que apresentam desde o mais leve retardo motor até problemas mais sérios. É um meio de imprevisíveis recursos para combater a inadaptação escolar (FONSECA, 1995, p. 10).

Na infância as experiências passam ser mais significativas quando acompanhada de uma mediação que favoreça a construção da autoimagem da criança e sua postura diante dos estímulos presente no ambiente.

A educação psicomotora na idade escolar deve ser, antes de tudo, uma experiência ativa de confrontação com o meio. Dessa maneira, esse ensino segue uma perspectiva de uma verdadeira preparação para a vida que se deve inscrever no papel de escola, e os métodos pedagógicos renovados devem, por conseguinte, tender a ajudar a criança a desenvolver-se da melhor maneira possível, a tirar o melhor partido de todos os seus recursos, preparando para a vida social. (LE BOULCH, 1987).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A educação psicomotora tem sido enfatizada em várias instituições escolares, aplicada principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fase em que as crianças estão descobrindo a si mesmo e o mundo em que vive (ROSSI, 2012)

A psicomotricidade vem como um fundamental e inegável apoio na construção total do indivíduo em todo seu ciclo de vida tanto na aprendizagem como na formação da personalidade, mas seu casamento com a educação, se torna essencial para a um melhor aproveitamento experiencial dos alunos.

O indivíduo que encontra o equilíbrio de seu corpo tende a tomar uma nova postura mais adequada diante das situações que à exige. Com essa reestruturação da postura transpassa a situação gerando um reforço no aprendizado para novas estruturas.

4.3 A importância do brincar

O brincar é importante para todas as áreas do conhecimento, assim se torna fundamental a inserção de espaços e equipamentos que promovam as atividades de movimento da criança. Diversos estudiosos como Levi Vigotsky, Piaget, Wallon, dentre outros, que contribuíram para o reconhecimento da importância do brincar para o desenvolvimento e conhecimento na criança.

As brincadeiras ajudam o desenvolvimento nas interações sociais, propiciando a criança um mundo desconhecido, novo, e que estas podem estar desenvolvendo o autoconhecimento cognitivo e disposição corporal em diversas situações da vida, como se comunicar mais facilmente com as outras pessoas e crianças, trabalhar em grupo, respeitar regras; é na brincadeira que a criança aprende como lidar com o contexto social em que vive.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998.p.21).

TIZUKO MORCHIDA KISHIMOTO (Portal MEC, 2010), afirma que, para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver. [...] é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz a relacionamentos grupais; o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1971,p.63).

Entender a importância do brincar faz com que as práticas tornem-se mais estimulantes; ao saber no resultado que promove cada brincadeira seja ela de socialização, comunicação, orientação dentre outros.

A brincadeira de faz de conta, também conhecida como simbólica, de representação de papéis ou sociodramática, é a que deixa mais evidente a presença da situação imaginária. Ela surge com o aparecimento da representação e da linguagem, em torno 2/3 anos, quando a criança começa a alterar o significado dos objetos, dos eventos, a expressar seus sonhos e fantasias e a assumir papéis presentes no contexto social. (KISHIMOTO, 2003, p.39). "... consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira, e revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo-os, compensando-os, ou seja, completando a realidade através da ficção (Piaget, 1973, p.29).

A partir dos três anos de idade, a criança se encontra na fase do faz de conta segundo Piaget, onde o imaginário toma conta da realidade e ela se encontra em um papel que se faz de conta ser alguém, ou algo, que expressa a sua vontade assim gerando aprendizagem do próprio contexto vivenciado.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Observando a necessidade do brincar, se faz necessário a inserção de espaços e equipamentos que promovam as atividades de movimento da criança, hoje em dia algumas brincadeiras de movimento que auxiliam na progressão do aluno no seu desenvolvimento psicomotor amplo, estão caindo no esquecimento, como pular corda, pique esconde, elástico, entre outros; assim as crianças estão aprendendo outras formas de brincar e isso ocorre cada vez mais.

Segundo Carvalho (2007, p.3): As culturas infantis são constituídas por um conjunto de formas, significados, objetos, artefatos que conferem modos de compreensão simbólica sobre o mundo. Ou seja, brinquedos, brincadeiras, músicas e histórias que expressam o olhar infantil, olhar construído no processo histórico de diferenciação do adulto. Os brinquedos e brincadeiras elaborados e vivenciados pelas crianças ao longo da história da humanidade são, portanto, objeto de estudo que surgem à medida que entendemos a infância como categoria geracional sociologicamente instituída e produtora de uma cultura própria.

Os cuidadores são os primordiais mediadores da relação de interação sociocultural da criança, entre eles mesmos, entre outras crianças e a sociedade de forma geral. Quando estes brincam com seus filhos estão estimulando a criança a se envolver e socializar, assim sendo mediador do processo de desenvolvimento da criança.

O adulto batizou de brincadeira todos os comportamentos de descoberta da criança. Os adultos brincam com as crianças e é ele inicialmente o brinquedo, o expectador ativo e depois o real parceiro. Ela aprende, a compreender, dominar e depois produzir

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma situação específica distinta de outras situações (WALLON, 2004.p.98).

A Lei 8069/90 Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente inciso IV -diz que a criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se; No entanto essas práticas são pouco desenvolvidas ao que se refere as escolas de educação infantil vistas na contemporaneidade, Como menciona MORCHIDA, “O Brasil estar alguns anos atrasados na forma de educar, investindo ensino, onde se deve apenas educar.”

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29).

Segundo Grando (2006, p. 44) “Atualmente, com a evolução dos estudos sobre o desenvolvimento infantil, sabe-se que o jogo é fundamental para a construção do pensamento da criança e para a aquisição da leitura, escrita e do raciocínio lógico-matemático”.

As crianças na pré-escola, tem o direito de aprender brincando, sendo assim todas as ações culturais vistas em seu ciclo de desenvolvimento neste período, é de suma importância para o seu desenvolvimento psicomotor.

Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos de brinquedo. (VYGOTSKY, 2007, p.108).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesta fase, pedagogos e profissionais que trabalham com crianças na pré-escola, tem por objetivo entender as variáveis que formam a educação, promovendo o conhecimento de símbolos e assim gerindo associações, abrangendo as crianças da noção de espacialidade, corporalidade, lateralidade e outros, através de brincadeiras objetivadas e de livre escolha. Assim se esclarece a necessidade que há, da promoção de espaços que envolvam essas atividades. A ideia é transformar a sala de aula e envolver todo o espaço físico da instituição escolar, enfatizando a importância da brincadeira para a educação infantil, fazendo uso de todos os meios de produção possíveis para o aprendizado de forma dinamizada e integrativa.

4.4 Psicomotricidade como estratégia de intervenção

A psicomotricidade está para o indivíduo assim como o indivíduo está para o mundo, pois é através da ação motriz que este se direciona a um objeto ou uma ação, que corresponde a uma relação. E nessas constantes e dicotômicas relações entre o sujeito, os estímulos e a resposta do ambiente, é que o sujeito sente e pensa sobre o que sente, assim se constrói a subjetividade desse indivíduo, mediante a aprendizagem gerada diante do que pensa e sente a partir das experiências que vive nas relações que tem com o meio.

A psicomotricidade sofreu ao longo dos anos, no seu trajeto de consolidação, diversas influências científicas de diferentes campos do conhecimento, e por esta razão, surgiram algumas práticas e teorias com o intuito de se trabalhar e compreender o corpo. Essas disparidades teóricas provocaram alguns conflitos em relação ao olhar e o como trabalhar o aspecto corporal dos indivíduos (Machado & Tavares, 2010).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A intervenção psicomotora auxilia a integração da criança no meio sociocultural em que vive, possibilitando um melhor desenvolvimento relacional e funcional nas práticas vivenciadas do dia-a-dia.

A intervenção psicomotora é unificadora no sentido em que vincula os laços entre o corpo e a mente, o real e o imaginário, o espaço e o tempo, promovendo o potencial adaptativo do indivíduo no seu envolvimento, isto é, as possibilidades de interação entre o indivíduo e o envolvimento (Martins, 2001).

Abrangendo e explorando as condições adaptativas e não adaptativas da criança para um melhor direcionamento motor, intelectual ou relacional.

Molinari e Sens (2002, cit. in Giancaterino, 2011) defendem que a intervenção psicomotora nos primeiros anos do ensino fundamental atua preventivamente. Com o intuito de evitar vários problemas, tais como: falta de concentração, confusão no reconhecimento de palavras, confusão com letras e sílabas e outras dificuldades relacionadas à aprendizagem.

O trabalho de intervenção psicomotora advém da necessidade de cada um enquanto as dificuldades apresentadas na coordenação ou relação de envolvimento em as tarefas; Martins, afirma dois componentes de intervenção psicomotora, o primeiro é a psico-afetiva (psicomotricidade relacional) e a segunda é um componente instrumental.

No que se refere à primeira componente, esta emergiu das teorias psicodinâmicas, onde privilegiam a relação mãe-bebê. Envolve a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



gestão da problemática da identidade, possibilitando a expressão pulsional do indivíduo e garantindo a sua interação com o envolvimento (Martins, 2001).

A segunda componente está mais relacionada com os objetos e as características espaciais e temporais do envolvimento, visando, através da exploração sensório-motora, promover o desenvolvimento da atividade perceptiva, simbólica e conceptual. Valoriza a intencionalidade e a consciencialização da ação e explora todas as formas de expressão (motora, gráfica, verbal, sonora, plástica, entre outras) (Martins, 2001).

As atividades recreativas ordenadas ou de livre escolha, em geral clareiam as ideias da criança no que se diz respeito a sensações e sentimentos, assim a criança tende a externar suas emoções através de jogos simbólicos ou jogos funcionais.

Neste âmbito, utiliza-se o jogo espontâneo, situações lúdicas e dinâmicas, a comunicação não-verbal, onde, através do movimento, são induzidas situações que provocam sentimentos inconscientemente que são posteriormente traduzidos em emoções e finalmente consciencializados (Vieira, 2009).

(Silva & Cavalari, 2010) acrescentam que, a intervenção psicomotora proporciona aos alunos uma vivência corporal, desenvolvendo aspectos cognitivos e afetivos para a aprendizagem e que, através de atividades lúdicas, permite a socialização,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



exercita o intelecto, desenvolve as aptidões, ensina o esforço, promove a criatividade e renova energias.

Com o exercício da psicomotricidade, a criança desenvolve autonomia e independência, melhora suas capacidades sensoriais, apresenta uma melhor compreensão de seu convívio com outras pessoas, aprende a respeitar regras, também a se auto-organizar, a melhorar e desenvolver suas aptidões, como coordenação motora, equilíbrio, orientação espacial e temporal.

A intervenção psicomotora (educação psicomotora) é a base fundamental para o processo de desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem da criança (Silva & Cavallari, 2010; Sarmiento & Lima, 2012). Fomenta a aprendizagem; promove o desenvolvimento da noção corporal, da lateralidade, da estruturação espaço-temporal, a adquirir habitualmente a coordenação de seus gestos e movimentos (Sarmiento & Lima, 2012).

Segundo Cavallari e Garcia (2010), o principal objetivo da intervenção é desenvolver o potencial dos alunos, respeitando suas capacidades dentro do processo de ensino aprendizagem, proporcionando atividades que possam servir de ferramenta de ação no apoio ao desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, as principais finalidades da intervenção são o desenvolvimento global da personalidade e a adaptabilidade do processamento de informação (íntegra a comunicação; a criação,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como capacidade de ação transformadora; o acesso a um pensamento operatório; e a harmonização e maximização do potencial motor, cognitivo e afectivo-relacional (Aucouturier, Darrault e Empinet 1986, cit. in Martins, 2001).

Em suma, o movimento faz parte da aprendizagem sobre os outros e o envolvimento, de modo que, educar por meio da ação psicomotora permite a criança possibilidades de abranger problemas de aprendizagem, equilíbrio afetivo e social sobre o ambiente externo (Vieira, 2004).

Torna-se de imensa relevância a postura dos profissionais da educação infantil, no entendimento sobre a necessidade dessas estratégias de intervenção psicomotora para o melhor desenvolvimento da criança.

A psicomotricidade precisa ser vista com bons olhos pelo profissional da educação, pois ela vem auxiliar o desenvolvimento motor e intelectual do aluno, sendo que o corpo e a mente são elementos integrados da sua formação (LIMA, 2014, s/p).

O movimento executado conscientemente pode ser realizado por meio de atividades psicomotoras, auxiliando a criança na comunicação com o mundo através da ação, por meio do movimento e dos gestos, favorecendo o desenvolvimento e as aprendizagens. As conclusões apontam para a relevância do movimento, posto que é através deste que a criança explora o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mundo exterior. Se a criança não tiver esse contato com o concreto poderá desencadear problemas sociais, levando ao isolamento e ao bloqueio por toda a vida (MORAIS,2014, s/p).

Com base no que foi visto, enfatiza-se que as estratégias de intervenção são de suma importância para o desenvolvimento da educação infantil, e é evidente que as práticas intervindas na infância promovem um sujeito de maior desenvoltura postural e relacional na vida adulta.

5.0- Fundamentos teóricos:

Temos que levar em conta que uma criança pode se angustiar diante das dificuldades que a vida pode lhe proporcionar e com isso desenvolver sofrimento psíquico existencial e sem os constructos necessários para lidar com essa angústia.

Uma criança para se movimentar precisa de equilíbrio, precisa coordenar seu corpo, ter intencionalidade no espaço o movimento humano é um ato de liberdade.

Segundo Meyer: “ O movimento é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre seu meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, para que possam agir com cada vez mais intencionalidade”.

A psicomotricidade é o elo de ligação entre o pensamento e a ação, envolve as emoções. Através de ações que abrangem toda aprendizagem da criança de forma individual ou em grupo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A partir daí coletar dados referente aos resultados apresentados com as práticas no âmbito escolar e familiar tanto dos alunos quanto dos demais envolvidos através de feedbacks como avaliação por parte dos nossos professores avaliadores e monitores, aplicaremos questionários com perguntas estruturadas a todos os participantes além de observação direta.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos utilizados para o desenvolvimento deste projeto partiram da observação direta em ambiente escolar, associada a pesquisa bibliográfica referentes aos temas desenvolvimento humano, psicomotricidade, políticas públicas na educação básica aprendizagem, educação, a importância do brincar na educação. Além da experiência em treinamento militar.

As atividades propostas têm como mostra os alunos de duas escolas da rede municipal de educação da cidade de Itabuna-BA. Aplicadas nos turnos matutino e vespertino, uma vez na semana durante todo ano letivo.

Além disso, esteve a disposição vários artigos, para leitura complementares, como o artigo que trata da Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social por Gohn (2009), que nos diz que "a educação não-formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não vêem e não tratam como educação porque não são processos escolarizáveis."

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Afim de, nos experienciar de forma mais próximo das práticas Pedagógicas Educacionais, nos foram apresentadas nesse projeto, obras de grandes pensadores que discutem o como se fazer da educação, para assim desenvolver em nós e nos instruídos a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



capacidade de elaboração de um pensar crítico, estruturado e consciente da necessidade de mudança, para o fortalecimento do sistema educacional em nosso País. Como o papel da escola, segundo a concepção do prof. José Carlos Libâneo no livro Educação Escolar: políticas, estrutura e organização, nos traz momentos de reflexão ao pensar a escola com as mais diversas temáticas tais como, a educação escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea.

Além de nos trazer a ideia de pensar e repensar a Revolução tecnológica, seus impactos e perspectivas. Assim também, como se dá a seu ver uma Educação escolar pública e democrática no contexto atual: um desafio fundamental. Deste modo, vimos nas práticas de observação em sala de aula, que desafios são esses que o educador tem que superar para atingir os objetivos do seu fazer e os impactos deste na construção do saber fazer de seus instruendos, além da importância deste em sua vida.

Sendo assim, reforça o que traz na introdução

“... não basta, pois, ao professor contentar-se bem em desenvolver saberes e competências para sair-se bem nas aulas; é preciso que enxergue mais longe, para tomar consciência das intenções do sistema escolar na conformação de sujeitos-professores e de sujeitos-alunos.” diz também que devemos ter “...em vista a análise crítico-compreensiva dos contextos em que os professores exercem sua atividade e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de conhecimentos e competências para uma ação transformadora do seu local de trabalho.” Libâneo,(2008) pag.32.

Isso nos traz a reflexão de que o educador deve ser mais que um professor, precisa se transformar no sujeito que detém o domínio das técnicas pedagógicas e também se

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



embebede em outras fontes do saber do homem sobre o ser humano, para com isso buscar transformar as formas, formais de educação.

Sendo assim, compreendemos após observação no ambiente formal de educação e reflexão acerca do exposto, que se faz necessário o uso dos conhecimentos de outras área do saber, como reforço para entender e respeitar a singularidade do sujeito, pois cada indivíduo, passa por fases do desenvolvimento temporal, que podem ser levadas em consideração nesse processo de construção, pois sabendo-se que cada idade corresponde ao período de aquisição de algum dos mecanismos necessários ao sujeito a sua adaptação ao meio em que está inserido. Como por exemplo os mecanismos necessários para que se desenvolva a aprendizagem, para que este consiga elaborar seu entendimento de si, do outro e do mundo, e os efeitos das suas relações com estes.

Em síntese, pode-se acreditar que um professor que leve esses aspectos e outros em consideração, em suas atividades laborais, poder ajudar esse sujeito, a aprender como se aprende e, com isso, quem sabe, desenvolver sua autoaprendizagem. Entendemos que negligenciar esses aspectos no processo de ensino aprendizagem pode não gerar resultados satisfatórios.

Desta forma entende-se que a educação não-formal abrange as mais diversas áreas da vida humana, para isso se justifica a necessidade de formalização dos conhecimentos gerados e aprendidos nesse importante ambiente de aprendizagem, onde o foco concerne nos direitos dos indivíduos, assim como para os grupos. Tendo em vista a capacitação do sujeito por meio do estímulo ao desenvolvimento de habilidades com aprendizagem significativa, para com isso possibilitar o desenvolvimento das potencialidades desse sujeito. Dessa forma pode-se ver a aprendizagem como um exercício de inúmeras práticas e aplicabilidade, que podem por sua vez capacitar as pessoas a se organizarem na busca de objetivos comuns a si e aos outros.

Paralelamente a isso, pode-se entender que as práticas da educação não-formal se desenvolvem extramuros escolares, no seio das organizações sociais e Ong's, nas lutas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



contra exclusão social e as desigualdades, também está nos programas de inclusão social, especialmente no campo das Artes, Educação e Cultura, buscando o empoderar das classes negligenciadas pelo poder público, na busca por uma sociedade mais consciente e livre para poder manifestar suas possibilidades.

Após contato com a ideia de ambiente formal e não formal de educação, pode-se entender que tanto a educação formal quanto a não formal tem seus desafios e suas problemáticas, mesmo assim, ambas lutam para supera-los, além do que o ambiente não-formal de educação, vem se mostrando eficaz em relação aos trabalhos de empoderamento social, pois a ideia de uma sociedade bem informada, conhecedora dos seus direitos e conscientizada dos seus deveres, tende a ser uma sociedade mais justa e igualitária.

Para que haja essa transformação se faz necessário a presença do Educador Social, que é algo como um agente de cultura, sendo assim, para que esse educador tenha um papel ativo e participativo, ele pode buscar desafios ao grupo e aos participantes individualmente, para instigar o despertar do interesse nas possibilidades de descobertas dos contextos em que vivem e assim poderem ser atores da transformação da sua realidade e da realidade de outros. Para isso as atividades psicomotoras ampla e fina, se mostram bastante eficazes como reforço para o desenvolvimento dessas habilidades. Sendo assim os Educadores Sociais se mostram importantes, para dinamizarem e ajudarem a construírem o processo sócio-participativo com qualidade.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Paralelamente a isso, pôde ser visto nesse projeto como se dá o processo de ensino e aprendizagem, seja em ambiente formal, não-formal ou informal de educação e, assim entender as estratégias usadas por ambas, na busca pela construção integral do sujeito, num meio turbulento e conflituoso. Desta maneira compreender porque se faz necessário a inserção de um profissional com conhecimentos em psicologia para lidar com as problemáticas apresentadas nas demandas da escola.

Com isso, de forma surpreendente esse projeto oportuniza aos alunos ser estranhado e, se estranhar num ambiente totalmente estranho, mas muito familiar... e com isso agregar valor as habilidades e, competências necessárias ao desenvolvimento integral do sujeito, através da didática e das dinâmicas das práticas e das aulas teóricas, pois é através desse contato com o aprender fazer, com a pesquisa, com o levantar hipóteses, através de análise de dados e o trabalho em grupo, que desperta a visão da necessidade que temos em adquirir mais experiências.

Contudo, conclui-se que nesse projeto, todos os alunos, tem a oportunidade de experienciar-se, em como proceder diante das adversidades que o campo Pedagógico Educacional formal ou não-formal, tem a oferecer, além do cuidado que se deve ter, ao diagnosticar alguma força ou fraqueza no funcionamento psicológico de algum membro da escola.

7 CONCLUSÃO

Partindo do princípio, de que é nas atividades práticas individual e grupal que o indivíduo tem a possibilidade de se experienciar, diante das situações em que se exijam colaboração mútua e participação ativa dos seus membros, na elaboração das possibilidades disponíveis, para resolução de uma determinada situação problema.

As atividades extraclasse, como brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento psicomotor e com isso as estruturas necessárias para que a aprendizagem se desenvolva de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



forma mais satisfatória, além de promover socialização, se mostrou uma ferramenta muito útil, que possibilita aos instruendos, a oportunidade de viver momentos únicos, que pode favorecer a busca da formação integral do aluno para construção de um cidadão apto a aprender e entender para conviver com as normas sociais estabelecidas.

Sendo assim, pode-se pensar que a partir da disponibilização de atividades que promovam situações onde os instruendos possam divergir, para no fim encontrarem meio de ligar os pontos, para uma compreensão mútua das atividades propostas. E com isso poder estabelecer os elos necessários para resolução da ação.

Para assim, poder chegar a uma conclusão satisfatória, do que pode ser mais próximo da ideia de uma educação ideal. Contudo, participar dessa experiência onde observar, trocar informações, expor opiniões e sintetizar os resultados, pode ser muito gratificante e construtivo, pois possibilita momentos de muita reflexão acerca do “que tipo de educação a nossa educação precisa para se tornar na prática a educação que vemos nos manuais de políticas públicas em educação básica”.

Paralelamente a isso, pôde-se também levar em consideração a ideia de estar na escola que temos e assim poder pensar e refletir na escola que queremos. Ou seja, uma escola que promova meios para uma aprendizagem igualitária de forma divertida. Com essa reflexão diante do quadro funcional da escola e as problemáticas exaustivamente manifestadas por várias pesquisas acadêmicas, adicionada a qualidade do resultado final do produto produzido pela mesma, o que se vê é inquestionável, ver-se que se faz necessário a presença do profissional de psicologia compondo uma equipe multidisciplinar no ambiente escolar.

Em síntese o observado com a aplicação do projeto o brincar com o movimento como reforço na aprendizagem e na socialização contribui e muito na formação e capacitação dos alunos, principalmente no quesito experiência, pois essa se mostra essencial para qualquer prática laboral, sendo assim o que se ver é que, tanto as atividades em circuitos disponibilizados no pátio que visam promover a psicomotricidade ampla,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tanto quanto as brincadeiras elaboradas em sala de aula, promovendo psicomotricidade fina se mostra eficiente diante das demandas ofertadas pela escola, fortalecendo assim a ideia de políticas públicas em educação.

8 REFERÊNCIAS

CAMPOS, O.; Avaliação Psicomotora a luz da psicologia e da psicopedagogia. Ed. 12ª Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013

CAMPOS, O.; Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Ed. 19ª. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997

FONSECA, V.; Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Ed. 1 Porto Alegre, RS: Editora: Artmed, 2008

LIBANEO, J.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M.; Educação escolar: Políticas, estrutura e organização. Ed. 6ª São Paulo, SP: Editora Cortez editora, 2003

PAPALIA, D.; WENDKOS, S.; DUSKIN, R. Desenvolvimento Humano. Ed. 8ª São Paulo: Editora Artmed, 2006

SÁNCHEZ, P; MARTINEZ, M; PENÁLVER, I.; A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2003



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A
BRINCADEIRA E A DISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Elder Jeferson da Silva

Especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação

Universidade Federal da Bahia

elderjs08@gmail.com

Adriane de Oliveira Teixeira

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal da Bahia

dri.teixeira46@gmail.com

Roberta Bolzan Jauris

Mestre em Educação e Contemporaneidade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

robertajauris@gmail.com

INTRODUÇÃO

Percebemos que a preocupação entre o normal e patológico é um tema recorrente das disciplinas do campo da psicologia (TEIXEIRA ET AL, 2017), entretanto, as escolas, espaços institucionais especializados na formação e socialização de novos indivíduos, veem continuamente se apropriando do discurso “psi” para enquadrar os sujeitos em formação.

Entendemos que, “o brincar é a principal atividade da infância, porque é a forma de viver da criança” (CARDOSO, 2008, p.5), dessa forma o brincar e a ludicidade vem sendo estudada como um elemento importante no desenvolvimento infantil, tanto no



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



âmbito da psicologia evolutiva como da pedagogia, sobretudo sobre sua aplicabilidade educacional e a atuação docente. Assim, compreendemos que, tanto as políticas públicas, quanto o saber interdisciplinar podem contribuir no desenvolvimento científico e profissional de psicólogos que atuam nestes espaços, beneficiando assim esse público infantil.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar como a relação entre o brincar e as práticas disciplinares contribuem para o desenvolvimento de crianças nas instituições escolares. Os objetivos deste estudo visam entender porque o brincar fora da hora destinada é visto como indisciplina; entender de forma crítica e investigar se existe aprendizagem durante o brincar e por fim, refletir sobre as contribuições de políticas públicas para o brincar no ambiente escolar.

A ludicidade é um aspecto que está presente na vida das crianças e explorá-la, sobretudo no ambiente escolar fornece um emaranhado de elementos que estão ligados ao desenvolvimento das crianças, tanto nas suas relações interpessoais quanto nas relações com o meio que está inserido, uma vez que o brincar da criança está inteiramente ligado à sua maneira de agir, sentir e pensar.

Acreditamos nas apostas de propostas pedagógicas ou currículos que promovam o debate entre os autores da instituição: as crianças, as famílias, os profissionais de educação, e contemplem princípios orientadores, tais como: a popularidade de idéias, a gestão democrática, a solidariedade, o compromisso com a diversidade (de gênero, raça, etnia e classe social). O registro, desses elementos, marca a perspectiva de recusa à posição monolítica de currículo, ou seja, de um molde de currículo nacional, único para todos e enquadrador da falsa política de “qualidade pedagógica nacional”. Muitas críticas já foram feitas no Brasil e em outros



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



países sobre a proposta de “currículo nacional”. (CONCEIÇÃO, 2004, p.32)

Apesar da brincadeira ser uma atividade prazerosa para as crianças, existe todo um imaginário social compartilhado de que este comportamento é apenas uma diversão, desassociada das práticas educativas e, que portanto, este deve acontecer em horários e lugares previamente determinado. Porém, professores e demais profissionais da educação infantil desconhecem ou não discutem essa prática.

Cardoso et al. (2017, p. 2) ao discutir sobre a importância do brincar para o desenvolvimento de crianças em idade escolar aponta para a existência de leis e decretos que defendem o lugar da brincadeira como um espaço também de aprendizagem estando inclusive nas Diretrizes Curriculares Nacionais e continuam,

ainda que timidamente, o direito de brincar é reconhecido, tanto na Constituição Federal (1988), artigo 227, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), artigos 4o e 16. Outros direitos e princípios do ECA guardam direta relação com o brincar, dentre os quais destacamos, direito ao lazer (art. 4o), direito à liberdade e à participação (art. 16), “brincar, praticar esportes e divertir-se”, peculiar condição de pessoa em desenvolvimento (art.71). (CARDOSO et al. 2017, p. 2-3)

Assim, a escola é vista como uma das instituições que a criança tem acesso para obter uma educação formal e se constituir como cidadão: para ser educado, para cumprir regras e horários socialmente estabelecidos. Mas, quando isso não acontece o seu comportamento logo é visto como indisciplina para o restante da instituição de ensino.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O lúdico pode ser uma proposta efetiva para a aprendizagem e permitir que os alunos se expressem durante essas atividades, faz parte da construção desse conhecimento, portanto ficar refém de uma lógica disciplinar em que o cumprimento de horários estabelecidos seja sempre a prioridade, podem interferir nesse processo de aprendizagem. Para Pimentel (2008, p. 9) a aprendizagem através do brincar é,

A força motriz da ludicidade, o que a faz tão importante no complexo processo de apropriação de conhecimentos é a combinação paradoxal de liberdade e controle. Ao mesmo tempo em que os horizontes se ampliam conforme os rumos da imaginação, o cenário lúdico se emoldura segundo limites que os próprios jogadores se impõem, subordinando-se mutuamente às regras que conduzem a atividade lúdica.

Nesse sentido, a pesquisa traz como problemática os limites impostos entre a disciplina e a brincadeira no ambiente escolar, utilizando inicialmente autores como Vygotsky (2007) e Michel Foucault (2014) para guiar as discussões, dentre outros. Buscou-se identificar o papel do brincar nos processos de desenvolvimento infantil, a partir da pergunta problema que conduziu o andamento da pesquisa: Como as brincadeiras nas instituições escolares interferem na aprendizagem das crianças? Diante disso, parte-se da hipótese que o brincar no ambiente escolar contribui para o aprendizado e desenvolvimento infantil.

LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma instituição municipal de Educação Infantil conveniada com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista - Bahia, localizada em um bairro periférico. A instituição possui 170 alunos, atendendo crianças de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



01 a 05 anos, funcionando no turno matutino e vespertino. No quadro de funcionários podemos elencar: 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretária, 1 professora, 12 monitoras, 1 cuidadora, 4 manipuladoras de alimentos, 3 apoios e 1 vigilante. Participaram da pesquisa crianças da sala de aula de 4 anos de idade, totalizando 26 discentes, 2 professoras e a diretora.

MÉTODO

O mundo do faz de conta está relacionado com a realidade da criança, atentar para o que elas trazem através das brincadeiras é essencial para o processo de aprendizagem já que a brincadeira vai proporcionar a elas compreensão do mundo e das suas relações com o ambiente e com o outro.

Nesse sentido, este trabalho é fundamentado na teoria do desenvolvimento da criança de L. S. Vygotsky (2007). Para a coleta e interpretação dos dados foi utilizada a pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório para analisar e interpretar os dados após a coleta em campo.

A pesquisa qualitativa, segundo Flick (2009) busca entender o mundo externo, descrevendo e explicando fenômenos a partir da experiência analisada de indivíduos ou grupos, além de se caracterizar pela análise das suas interações e comunicações com base em observações e registros realizados, sobretudo, através da análise de documentos.

A pesquisa de campo possibilita de acordo com Gunther (2006) uma observação *in loco* do desenvolvimento da criança relacionando o ambiente escolar, as práticas docentes e a própria instituição. Desta forma, pudemos ter um contato direto e prolongado com o ambiente escolar analisando as práticas relacionadas ao brincar que são desenvolvidas na instituição. Utilizamos como instrumentos a observação assistemática e sistemática, além de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados.

A observação assistemática, para Costa, (2006, p. 111) “é realizada sem planejamento e sem controle anteriormente elaborados [...]”, dessa forma o objetivo é

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conhecer o ambiente escolar tanto em sua estrutura física quanto pedagógica. Em seguida a observação sistemática foi o método utilizado, segundo Costa (2006, p.111) “realiza-se em condições controladas para responder a propósitos o que foram definidos previamente”, ou seja, está possibilitou conhecer a relação existente entre professor/aluno e como estes se relacionam com o brincar dentro da instituição.

As observações foram realizadas na sala da pré-escola e no momento do recreio de forma direta numa creche-escola do município de Vitória da Conquista - Bahia, sendo esta conveniada a prefeitura.

Para complementar as observações, foram realizadas três entrevistas. A entrevista semiestruturada foi utilizada como uma forma de obter informações de forma mais ampla, pois ela “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” Triviños (1987, p. 152). Foi feita a gravação de áudio com os profissionais da instituição, o questionário apresenta questões como: Como as brincadeiras das crianças são desenvolvidas no ambiente escolar? De que maneira as brincadeiras auxiliam no desenvolvimento infantil? Qual a rotina de trabalho com as crianças? Porque as brincadeiras que acontecem fora do horário determinado são visto como indisciplina pelos professores?

As participantes da entrevista foi um público docente, que compõe uma amostra representativa de três profissionais: duas professoras e a diretora da instituição de ensino. O critério utilizado para a escolha dos sujeitos pesquisados se baseia na relação estabelecida entre alunos e professores na educação infantil

O espaço do ambiente escolar observado foi em uma sala de aula composta por uma amostra representativa de 26 crianças, com uma idade média de quatro anos, bem como, o pátio escolar, local de recreação das crianças. Elas estavam matriculadas na pré-escola e permanecia apenas um turno na escola, as atividades lúdicas destas crianças foi o nosso principal objeto de observação. O principal critério para a escolha desse público foi à idade apresentada por elas, já que nessa faixa etária o processo lúdico fica mais evidente.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Observamos em campo as rotinas das crianças, principalmente as brincadeiras realizadas por elas e também a conduta das professoras em relação ao lúdico, analisamos através de registros de campo se elas possuíam uma postura disciplinar perante o brincar das crianças.

Após essa etapa, as falas foram transcritas para obter uma melhor fidedignidade durante a análise dos dados colhidos em campo. A análise de conteúdo (BARDIN, 2008) constituiu o método escolhido para guiar nossa análise. Segundo Bauer (2002, p.189) este tipo de análise, “[...] permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades.”.

Após a transformação dos conteúdos colhidos em unidades seguimos a seguintes etapas da análise de conteúdo, a saber: 1) pré-análise (leitura flutuante, preparação documental e identificação de unidades de categorização); 2) exploração do material (codificação); 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2006), em resumo foi feita a categorização e codificação para organização e interpretação dos dados. Das categorias, nomeamos as seguintes: o brincar como aprendizagem; indisciplina e o brincar na visão das professoras.

Deve-se ressaltar que a pesquisa obedeceu aos parâmetros e itens que regem a Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, a qual regulamenta pesquisa com seres humanos. Vale ressaltar que um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em conformidade com a referida resolução garantindo, assim, os princípios da bioética: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça.

O brincar e as práticas disciplinares em uma instituição de educação infantil

Os momentos lúdicos tão característico da infância estão presentes nas mais diversas culturas. A brincadeira é para as crianças um período de distração e diversão, mas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



além do entretenimento, também deve ser vista como um momento de aprendizagem em que conhecimentos fundamentais estão sendo construídos para o desenvolvimento infantil.

O termo ludicidade tem sua origem no latim *Ludus*, que significa jogo ou brincadeira, e segundo Broügere (2003, p. 2) que analisou o jogo em diversas culturas e em diferentes épocas “o jogo é um meio para se chegar a aprendizagens específicas e contribuir para o desenvolvimento humano.”

Neste trabalho iremos nos referir a palavra jogo como o momento lúdico das crianças, pois como afirma Cardoso (2008, p.59) “no espaço infantil a palavra jogo nos remete a inúmeras concepções: o jogo recreativo, os jogos tradicionais, os jogos livres onde as crianças se auto organizam, os jogos com conteúdo de disciplina, jogos educativos, jogos imaginários e tantos outros”.

Sabe-se que a brincadeira é uma atividade muito presente no mundo infantil e é através dela que as crianças iniciam sua interação com o mundo social, experimentam sentimentos de alegria, tristeza, frustração, ou seja, a brincadeira permite que a criança simule eventos que posteriormente irão enfrentar no mundo concreto, ou seja, fora do campo subjetivo e imaginativo.

O processo de formação do indivíduo não acontece de maneira isolada, o que parece individual é na verdade resultados da relação com o outro e com o ambiente. É durante essas interações que novos conhecimentos vão sendo formados, como afirma Vygotsky (1998), em sua teoria sobre as funções psicológicas do desenvolvimento humano, para ele, o homem se constitui enquanto um ser social e histórico, por isso necessita do outro para se desenvolver, portanto o ato de brincar proporciona ao indivíduo inúmeras formas de aprendizado.

É fundamental não basear o desenvolvimento da criança no que ela já aprendeu, mas sim em o que ela está aprendendo. Por isso os processos lúdicos são tão importantes para o seu desenvolvimento e compreensão do mundo, pois é nesse momento que acontece a estimulação do pensamento e da linguagem proporcionando assim o aprendizado.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Vygotsky (1998) afirma, que o brincar é uma peça fundamental para estabelecimento da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDPs) para que por conseguinte conhecimento alcancem níveis de amadurecimento real.

O conceito de ZDPs, foi desenvolvido por Vygotsky (1998) para compreender a aprendizagem humana. Ele organizou os conhecimentos em informações que o indivíduo já possui, que é a zona de desenvolvimento real; informações que ele conseguiu com a ajuda de outros indivíduos, que se denominou zona de desenvolvimento proximal. A medida que relações são estabelecidas conhecimentos que estão na zona de desenvolvimento proximal migram para a zona de desenvolvimento real e conforme isso vai ocorrendo aprendizados que estavam fora dessas zonas passam a fazer parte da zona proximal do indivíduo.

O comportamento indisciplinado das crianças nas escolas é quase sempre as principais queixas de profissionais que trabalham nessas instituições. As brincadeiras fora do momento proposto são vistas por eles como uma indisciplina, no entanto um aspecto a considerar é que esse momento lúdico pode desencadear aprendizagens que contribuem e reforçam o desenvolvimento das crianças.

Segundo Foucault (2014, p.167) “A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.” Essa “fabricação de indivíduos” se inicia cedo, ainda na primeira infância com seus familiares mais próximos.

Na educação infantil, por exemplo, pode-se encontrar vestígios dessas normas disciplinares em comportamentos simples do dia a dia da criança como, por exemplo, ir ao banheiro, a forma “correta” de sentar na cadeira ou a hora do intervalo, todas essas condutas possuem uma maneira certa de acontecer, sendo esses comportamentos vigiados e controlados, fazendo-se com que se cumpra os horários e regras institucionais.

Essas práticas disciplinares atravessam as práticas escolares, inclusive as atividades de professores e profissionais da educação, possuindo assim um poder sobre os alunos. O

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



controle do tempo e a hierarquia são dois fatores muito presentes nesse exercício disciplinar e é nítido como o principal objetivo dessa otimização do tempo é o de exercer uma eficácia e rapidez nas atividades propostas, pois assim tudo o que foi planejado é efetuado e não escapa das normas da instituição.

Entretanto, essas regras impostas: a hora de falar, de sentar, hora de ir ao banheiro ou de se alimentar enquadra o indivíduo em padrões institucionais não levando em consideração as suas subjetividades e identidades. Sobretudo, na educação infantil em que as crianças possuem mais dependências de seus cuidadores para a realização de suas atividades, é nessa interação criança-criança, criança-cuidador, criança-meio ou criança-professor que se estabelece os aprendizados. Mas, a partir do momento em que profissionais inseridos nessa lógica institucional, tentam impedir determinados comportamentos das crianças, podem estes estar impedindo também que elas desenvolvam um novo aprendizado.

Com isso, é importante salientar que as interações entre os sujeitos em processos de aprendizagem são importantes para os desenvolvimentos destes e interromper esses acontecimentos abruptamente podem limitar inúmeros processos no seu desenvolvimento.

Das leis e políticas públicas que versam sobre o espaço do lúdico nas instituições de ensino no Brasil: um breve apanhado

Ao fazer uma breve análise histórica da educação no Brasil numa perspectiva social e política, podemos chegar a conclusão de que estas se constituíram em nossas frágeis constituições e se transformou a partir de interesses privados bem definido dentro de nossa sociedade, tanto para o controle como para a coesão de seus cidadãos, e isto de diferentes formas e meios, seja no ensino ou na transmissão do conhecimento por parte de quem detinha esse poder. Nesta perspectiva, somente aos poucos a ludicidade passou a ganhar espaço dentro do ambiente educacional, nas discussões e teorias curriculares.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os direitos das crianças e adolescentes há tempos passaram a ser defendidos por lutas da sociedade civil organizada, intelectuais e políticas públicas, estas concretizadas em documentos oficiais dentro e fora do país; aos poucos, estas lutas, formaram a base intelectual, social, política e jurídica desses sujeitos. No campo da defesa do brincar e da ludicidade ao redor do mundo podemos citar os seguintes marcos históricos:

Sucintamente, recordamos os marcos mais destacáveis: 1919 - Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Comité de Proteção da Infância; 1924 - Declaração dos Direitos da Criança (Genebra) pela Sociedade das Nações; 1946 - UNICEF ou Fundo das Nações Unidas para a Infância; 1949 - Convenções de Genebra; 1959 - Declaração Universal dos Direitos da Criança, pela ONU, instituindo os princípios fundamentais em que os Estados se devem basear na sua relação com os menores; 1979 - Ano Internacional da Criança, proclamado pela ONU; 1989 - Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que reconhecendo a individualidade e personalidade de cada criança, e os direitos de provisão e proteção presentes nos documentos anteriores, destaca agora também o direito de participar com a sua opinião (informada, livre e protegida) nos assuntos que lhe dizem respeito (SOARES, 2005); 1991 - Comité dos Direitos da Criança, da ONU, obrigando à divulgação de relatórios, de 5 em 5 anos, por cada Estado Parte. (AMADO, J.; ALMEIDA, A.C. 2017, p.104)

No Brasil podemos destacar

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



à Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que se prendem as normas básicas das políticas públicas para a infância. Tal como em outros países, também aqui a legislação se foi desenvolvendo e aperfeiçoando, devendo referir-se, ainda, como marcos importantes o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - lei n.8069, de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394, de 1996), refletindo sempre inovações nos domínios educativos e da proteção integral da criança (OLIVA; KAUCHAKJE, 2009; UJIIE; PAULA, 2007 citado por AMADO, J.; ALMEIDA, A.C. 2017, p.105).

Dessa forma, ao pensar sobre o papel das instituições de ensino para a garantia de um espaço que possa educar e acolher crianças de até 6 anos de idade, como determina a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), destacamos também o documento: Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, lançado em 2009, elenca elementos básicos dos quais as instituições de ensino devem dispor para garantia de uma educação infantil de qualidade e equânime. Neste documento o brincar aparece da seguinte forma:

Os brinquedos estão disponíveis às crianças em todos os momentos

- Os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças
- Os brinquedos são guardados com carinho, de forma organizada
- As rotinas da creche são flexíveis e reservam períodos longos para as brincadeiras livres das crianças
- As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil
- Ajudamos as crianças a aprender a guardar os brinquedos nos lugares apropriados
- As salas onde as

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



crianças ficam estão arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas • Ajudamos as crianças a aprender a usar brinquedos novos • Os adultos também propõem brincadeiras às crianças • Os espaços externos permitem as brincadeiras das crianças • As crianças maiores podem organizar os seus jogos de bola, inclusive futebol • As meninas também participam de jogos que desenvolvem os movimentos amplos: correr, jogar, pular • Demonstramos o valor que damos às brincadeiras infantis participando delas sempre que as crianças pedem • Os adultos também acatam as brincadeiras propostas pelas crianças. (CAMPOS, 2009, p.13)

Poderíamos aqui continuar elencando uma série de Leis, Diretrizes e políticas educacionais existentes no Brasil e no mundo, porém, o que percebemos na prática, e isto por diversos fatores, alguns que serão destacados adiante, é que a criança, no ambiente educacional em sua maioria é marcada por práticas educativas alicerçadas na falta de diálogo, limitação dos espaços de brincadeira, restrição de espaços físicos e por fim políticas públicas “que só existem no papel” impedindo assim seu desenvolvimento psíquico, social, moral e cultural. Notamos então, que “[...] a escrita no papel não tem a mesma força ordenatória ou salvadora que tem a palavra expressa pela fala. [...] precisamos abrir espaços de comunicação com nossos alunos, permeada pela fala e pela escuta.” (BARBA; RODRIGUES, 2004. p.3). Percebemos que o brincar é lugar essencial para a construção de comunicação entre os adultos e as crianças.

ANÁLISE DOS DADOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Com base nas observações realizadas até o presente momento, é importante salientar que, apesar da formalidade estrutural envolvida em instituições escolares, as relações espontâneas das crianças não são, em alguns momentos, excluídas desse processo de desenvolvimento. Ficou evidente durante as observações como cada conhecimento lecionado no local em questão era aprendido de forma grupal, ou a criança repetia o dito para outra, ou o relaciona com algo de sua breve vivência, sempre compartilhando com o colega.

Quando as crianças da creche respondiam a um desenho animado exibido em sala durante uma de nossas observações, elas estavam concretizando em suas cognições conceitos importantes para suas vidas curriculares, desde dizer nome de cores de objetos ou contar em inglês. Percebemos que durante esse processo elas não o faziam porque sabiam que ao responder estariam fortalecendo as redes neurais desse conhecimento em si, faziam porque era divertido.

Vygotsky (2007) afirma que é através da imaginação e da representação de papéis que a criança começa a entender que algumas de suas vontades não podem se realizar no momento em que ela deseja, até então as crianças em idade pré-escolar não conseguem fazer planejamentos a longo prazo. Assim, em uma das falas das professoras durante a entrevista constatou-se que essa representação de papéis esteve presente na sua própria infância e esse mesmo aspecto é observado no dia a dia das crianças da creche (Professora 01) [...] *elas fazem com as bonecas o que fazem com elas, então é uma maneira de aprendizado, toda brincadeira é um aprendizado. A gente brincava assim quando era pequena, brincava de cozinhando, de arrumar uma casa, pegava as bonecas mais velhas para serem empregadas [...] risos, era assim que se fazia. Todo mundo brinca, na brincadeira aprende.*”

É nesse momento que a criança desenvolve o “faz de conta” e realiza um entendimento de regras implicadas na própria brincadeira. Um exemplo, que foi observado é quando duas crianças, na sala de aula brincava com um jogo de montar, ela faz de conta

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que as peças sobrepostas é um celular e passam a se comunicar uma com a outra narrando uma história. A partir disso pode-se constatar que os comportamentos delas passam a serem regidos pelas ideias e pelas regras criadas por elas e não pelo significado real do objeto.

Neste sentido, é consenso entre a maioria dos autores que a brincadeira proporciona aprendizagem, isto desde Vygotsky até autores mais recente, Amado e Almeida (2017, p.106) destacam estudos “[...] na dimensão motora, jogar e brincar (FROST; WORTHAM; REIFEL, 2008), [...] na dimensão afetiva e emocional [...], na dimensão cognitiva (ALONSO, 2015; LAVEGA, 2015) [...] e na dimensão sociocultural (ANDREWS, 2015)”. Estas dimensões foram pontos em comum que emergiram nas falas das três profissionais entrevistadas. Segundo relatos, o brincar é uma ferramenta que pode ser utilizada no ambiente de educação infantil para elaborar novos conhecimentos.

Uma das professoras entrevistadas expõe um episódio em que através de jogos, um de seus alunos aprendeu a reconhecer e identificar o seu próprio nome, aprendizado que atravessou os limites da instituição escolar já que, segundo relato da professora, a criança comunicou com o pai sobre o que aprendeu. (Professora 01) *“Ele chegou... nós agora temos uma rodinha de chamada que cantamos e chamamos o menino que tem que pegar a letra do seu primeiro nome na roda, aí ele ficava parado, daí perguntávamos, qual é seu nome? Ele falava bebê! Bebê! Aí nós falávamos, hoje temos nossa rodinha, vamos brincar de rodinha, vamos brincar de cantar, de pegar o nomezinhohoje ele já pega, aí o pai dele foi pegar e falou: vem cá bebê, e a criança respondeu, não, meu nome não é bebê a professora falou, e aí ele falou o nome dele e completinho como eu faço na chamada.”* A partir dessa situação é evidente como as relações estabelecidas durante as brincadeiras possibilitam às crianças a criarem novas redes de conhecimentos a partir da interação com o outro, ou seja, quando surgem as Zonas de Desenvolvimento Proximal.

Constatamos assim, que o mundo do faz de conta está relacionado com a realidade da criança e atentar para o que elas trazem através das brincadeiras é essencial para o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



processo de aprendizagem já que a brincadeira proporciona compreensão do mundo e das suas relações com o ambiente e com o outro. É dessa maneira que uma das professoras descrevem situações em que as crianças constroem novos conhecimentos a partir do lúdico (Professora 01) “[...] e eles falam ... olha não joga lixo no chão, minha tia disse que é pra colocar dentro do saquinho e levar pra casa. A gente faz as dramatizações e eles explicam aos pais, não nem ensinar em si... oh papai faz isso, minha mãe ... pró disse que é assim ... eu fiz na sala assim.”

Entendemos a partir destes relatos que o brincar é uma linguagem que precisa ser compreendida e não apenas vista como um lazer ou como indisciplina. Em algumas falas registradas foi possível verificar o quanto as normas institucionais em relação aos horários, por exemplo, colaboram para que as brincadeiras infantis que ocorrem fora do tempo permitido sejam interrompidas para não fugir da norma vigente, isto se evidencia na seguinte fala: (Professora 2) “As brincadeiras fora do horário, não deve ocorrer por conta da rotina, porque se você condiciona a criança a ter uma rotina, por exemplo, a hora de brincar, de beber água ... não tem sentido a criança está com brinquedo na mão na hora de beber água. porque ela tem que entender que aquele momento é o horário dela sentar para beber água e depois brincar.”

Observamos que as práticas exercidas por profissionais no ambiente escolar, partem de uma lógica disciplinar, Foucault (2014) apontam para espaços de controle no ambiente educacional onde o tempo e a hierarquia marcam a maneira como as crianças deverão se comportar. É nesse momento que o brincar fora desse tempo estabelecido é podado, já que no imaginário social esse momento está relacionado ao descanso e/ou distração das crianças. (Professora 2) “[...]O brincar sempre tem uma hora certa porque tem que seguir uma rotina [...]” (Professora 1) “E, quando a gente deixa a criança solta, [...] ela vai acabar se perdendo, vai acabar fazendo bagunça. Na cabeça dela, ela estar brincando, sem a direção, para a gente é bagunça. [...] é por isso que se fala da necessidade do intervalo ser dirigido.”

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Notamos então que o conjunto de ideias em torno da escola acontece porque o poder disciplinar, inserido em diversas instituições, está também presente nos corpos e discursos de seus profissionais. Com o objetivo de promover uma educação que prepare o indivíduo para a sociedade, a maioria das escolas prezam pelas normas disciplinares como uma forma de educar suas crianças, visando como produto final a educação formal, este tipo de educação é a que Paulo Freire chamaria de educação bancária e ao contrário desta, entendemos que a atuação do educador(a) na escola deve partir do princípio que

ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto - alguma coisa- e um objeto indireto - alguém. (FREIRE, 1996, p.12)

Por outro lado, constatamos que a brincadeira na escola faz bem não só ao educando e ao seu desenvolvimento, mas também ao educador e podemos constatar alguns desses benefícios no relato a seguir (Professora 02) “[...] o brincar, essas questões assim, essa fantasia, esse mundo colorido me encanta, aí assim, a gente já vive num mundo tão cheio de regras, de responsabilidades, de péssimas notícias e quando vamos pra lá, o mundo deles é isso, de fantasia, de cores, de formas, tudo é brincadeira, tudo é lúdico, aí você acaba entrando sem nem perceber”. Severino e Tavares (2016, p. 26) pontuam que “A convivência com as crianças também nos educa, também nos humaniza. Ela ajuda a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



nos libertar da insignificância, da indiferença, da crueldade. Desperta o desejo de respiros armos livremente.”

Verificamos através das falas das profissionais o desconhecimento de políticas públicas (Diretora) “*eu realmente não conheço nenhuma, deveria, mas não conheço... nem aqui no município nem em outro*”. Porém identificamos nas literaturas elencadas ao longo do trabalho que quando as instituições de ensino estão alinhadas com os compromissos firmados em convenções, documentos oficiais e políticas públicas o processo de ensino e aprendizagem se concretiza. Diante disso, as atividades lúdicas passam a ser respeitadas e praticadas de fato no ambiente educacional respeitando a criança enquanto sujeito de direito e levando-se em conta o seu processo formativo.

No tocante ao papel do psicólogo na educação o Conselho Federal de Psicologia (2013, p. 53) aponta que o psicólogo “ [...] ao participar do cotidiano do processo educativo, estará junto às equipes colaborando para que conhecimentos e práticas possam resultar em experiências enriquecedoras para a formação do coletivo, no qual ele está incluído.”

Nesse sentido o psicólogo aparece como um importante profissional que pode atuar na implementação de tais políticas públicas, pois espera-se que este traga em seu repertório formativo uma criticidade que possibilite incluir os conhecimentos “psi” juntamente com as leis e diretrizes que podem ser desenvolvidas no ambiente educacional em conjunto com os demais profissionais.

Em resumo o Conselho Federal de Psicologia (2013), orienta que a atuação do psicólogo no cenário educativo busca desenvolver atividades que contribuam para uma compreensão do processo ensino aprendizagem envolvendo dimensões subjetivas e objetivas; no enfrentamento de situações naturais do contexto escolar e também contribuir através da mediação entre professores e familiares para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho refletimos que o brincar pode se apresentar em qualquer momento na rotina da Educação Infantil e em qualquer lugar da instituição escolar. Na observação das crianças em ambiente escolar fica claro que as mesmas não diferenciam hora de brincar e hora de aprender, sempre atentas ao comparecimento do brincar nas formas mais tênues que o adulto em grande parte não percebe o envolvimento deste brincar com o aprendizado do currículo apresentado naquele momento. Mesmo a brincadeira se fazendo presente nos momentos observados das relações entre as crianças, existe pela parte da instituição os momentos específicos para que tal aconteça.

O brincar pode ser vivenciado nos diversos contextos, e especificamente o escolar, através das experiências interativas com os diversos tipos de trocas entre os sujeitos que compõem este espaço, no caso, as professoras e as crianças. Sendo estas experiências oportunizadoras de vivenciar conflitos, fazer escolhas e tomar decisões e vivenciar o lúdico passando por momentos por reflexão, consequentemente, aprendizagem.

As professoras entrevistadas colocam em suas falas a importância do brincar para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, mas infelizmente estão imbuídas de ações impostas pelos planejamentos rígidos e uma concepção tradicional de currículo. A direção também mostra saber da importância do brincar, mas, não tem conhecimento das leis e referências da Educação Infantil para melhor desenvolver e oportunizar o brincar na instituição, ainda fortemente influenciado pelas práticas disciplinares.

Diante disso, verifica-se que o brincar no ambiente escolar contribui para o aprendizado e desenvolvimento infantil. Conclui-se que o lúdico pode ser uma proposta efetiva para a aprendizagem e permitir que os alunos se expressem durante essas atividades faz parte da construção desse conhecimento, portanto ficar refém de uma lógica disciplinar em que horários são estabelecidos podem interferir nesse processo, e as instituições de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Educação Infantil devem ainda melhor compreender a íntima relação entre brincar e a aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2008). **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977) .

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. anciaGuaresc), 2002.

BARBA, H, de Clarides; RODRIGUES.S.C, Rosângela. Filosofia da Educação: novas e velhas narrativas. In.: **Primeira Versão**, Ano II, Nº 138, Março, Porto Velho, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.Seção I, p. 27834-27841.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CAMPOS, Maria Malta. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p. : il. ISBN 978-85-7783-019-0

CARDOSO, M. C. **Baú de memórias**: representações de ludicidade de professores de educação infantil /Programa Pós-Graduação- Mestrado em Educação/FACED/UFBA. – 2008.170 f. 19.

COSTA, Arlindo. **Metodologia da pesquisa Científica**. Mafra-SC-Edição, 2006.

CONCEIÇÃO, Ana Paula Silva da. O lúdico no currículo da educação infantil : debates e proposições contemporâneos / Ana Paula Silva da Conceição. - 2004. 103 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2004.

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15421/1/Ana%20Paula%20Silva%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf>, acesso em: 10 de Agosto de 2018



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Conselho Federal de Psicologia Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 58 p. ISBN: 978-85-89208-57-4. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>, acesso em: 10 de Agosto de 2018

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acessado em: 20 de Junho de 2016.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PIMENTEL, Alessandra. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 26, p. 109-133, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jul. 2018.

TEIXEIRA, A.O. et al. Encontro Nacional de Educação e Ludicidade - ENELUD, Encontro Internacional de Educação e Ludicidade. *Bianual, Volume 1, Número 1*. Salvador: UFBA, 2017. **Qual a hora de brincar: Limites entre a disciplina e a brincadeira no ambiente escolar**. ISSN 2594-8652. Disponível em: <http://www.enelud.faced.ufba.br/>. Acesso: 20 de agosto de 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SEVERINO, A; TAVARES, K. Poética da Infância. In: Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças. *Mapa da Infância Brasileira*, p.25-31, 2016. Disponível em:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



https://docs.wixstatic.com/ugd/27072f_6c92d7e7261f4d15afe44946143d05b8.pdf

Acessado em: 01 de Agosto de 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PSICOLOGIA ESCOLAR E SEU DESAFIO NUMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR BAIANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ariel Dantas Barbosa,
PPG\UNEB, Pós Crítica.
Ariel Danttas@hotmail.com

O ambiente escolar é caracterizado por reflexões, relações sociais que envolvem, pais, filhos, professores, comunidade e é nesse contexto que a socialização e promoção da cidadania acontecem, podendo ser positiva ou negativa. Sendo considerada um “locus” privilegiado de valorização da sociedade.

Quando estamos numa escola, seja ela qual for, creche, pré- escola, ou escola, uma das primeiras coisas que logo notamos é o espaço, ambiente escolar, colorido, pinturas, organizado, desorganizado e é a partir desse olhar, que conseguimos pistas valiosa sobre o ambiente. “O espaço está impregnados de signos, símbolos, e marcas de quem o produz, organiza e nele convive, por isso tem significações afetivas e culturais” (RIBEIRO, 2004. P.103).

Nesse cenário de construção e desconstrução, imerso de subjetividades, apresenta-se como campo de atuação fascinante para o psicólogo escolar, na medida em que este tem a tarefa de construir um mapa educacional para a escola de maneira mais humanizada, agindo sempre nos bastidores, com o intuito de agregar novos valores educacionais compreendendo a relação das subjetividades e práticas escolares com o objetivo de favorecer uma prática pedagógica descolonizante, descolonialidade que “[...] representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24). Sendo assim, uma prática que visa auxiliar essa

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mudança com o intuito da desconstrução, construções e reconstruções de alguns fatores que impliquem no contexto.

A escola ainda está estruturada para quem se enquadra dentro de uma norma padrão sugerida por uma sociedade que discrimina e repulsa tudo que for diferente e ao mesmo tempo utiliza-se dos que são colocados a margem para sustentar essa “normalidade” ou padrão do aluno comportado, que sempre está de acordo com o que diz o professor ou a escola, sendo a violência a principal forma de expressão.

Baseando-se nos princípios supracitados, esse artigo visa fazer um diálogo entre psicologia escolar e direitos Humanos através de uma experiência vivida pelo profissional psicólogo e a partir disso discutir processos de subjetividades que podem modificar a vida do aluno e sua percepção crítica frente ao mundo (DELEUZE E GUATTARI, 1996) refere-se a elementos singulares, potências que cada indivíduo possui, frutos de suas histórias. Dessa forma se destina pensar no problema cotidiano escolar e de restituir, (ré) significar práticas e seus modos de produzir e operar numa teoria crítica Cultural.

A base empírica desse artigo é uma pesquisa de cunho exploratória (autobiográfica) e de natureza qualitativa, já que esse nos permite uma análise intensiva expressando o sentido dos fenômenos no ambiente escolar analisado, localizado no interior da Bahia. “O estudo autobiográfico pode significar um recurso metodológico valioso para investigações no campo psicológico, especialmente ao que se refere a constituição da subjetividade por expressar um conjunto de significados construídos culturalmente pelo sujeito” (SOUZA, 2006, p.272).

A pesquisa qualitativa do tipo exploratória onde na exploratória o pesquisador tem maior conhecimento sobre os dados investigados para que assim tornem-se público. “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. (GIL, 2002, p. 41).

A Pesquisa foi realizada através de uma experiência profissional (autor) que trabalhou durante um ano no ambiente escolar de uma instituição privada em que nesse

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



meio tempo frequentava as aulas como aluno do programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (PPG/ UNEB) e junto a isso foi percebendo e formulando inquietações trazidas das aulas para esse contexto, criando ideias e discussões que visassem uma escola mais descolonizante e menos pragmáticas.

Compreendendo o estudo por sua observação direta e das formas que são tratados os discentes e seus conteúdos e como são abordados os assuntos sociais e de como a instituição lida com essas situações, estudando preponderantemente os níveis de percepção e comportamento cotidiano, observando e vivenciando como se dão os modos de produção e subjetividades que relacionam-se com sua trajetória e que se exprime na sala de aula e no dia-a-dia.

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e de qual é parte devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas (GODOY,1995, P.02).

A pesquisa visa analisar as dificuldades enfrentadas na escola relacionadas a sexualidade, raça, gênero e indiferenças com o mau comportamento dos discentes proveniente da falta de estudos, e de como o psicólogo e a crítica cultural pode auxiliar para a visibilidade e enfrentamentos dos mesmos, bem como para delimitar pressupostos teórico-metodológicos voltados à promoção de práticas educativas ancoradas nos pressupostos dos direitos humanos.

BULLYING E SUAS FACES



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Como já salientado, a escola se constitui como ambiente formador de opiniões, seja ela pela classe discente, docente ou demais funcionários, mas a princípio vamos falar da relação que nos interessa, a relação, professor- aluno em especial sobre o *bullying* em relação a raça, cor, sexualidades, que precisam ser compreendidas com uma visão mais ampla, fazendo um recorte histórico cultural sobre os dois temas supracitados.

Dentre muitos assuntos a serem tratados numa instituição escolar, o *bullying* está sempre em pauta, de diversas formas, considerados um dos temas mais debatidos no Brasil (TREVISOL, CAMPOS, 2016). “A palavra *bullying* possui origem inglesa, *bully* que significa valentão e é utilizada para dar nome ao desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e coloca-la sobre tensão” (FONTE, PEDRA, 2008, p,41), ou seja refere-se ao maltrato dentro do contexto escolar visando sempre o outro, mais fraco, padronizado pela sociedade, mídia, como diferente e sendo sempre alvo de descaso, pois desde cedo essas crianças são formadas a pensar extremamente de forma colonialista acarretando cada vez mais índices de violência escolar.

É a partir desses problemas que o psicólogo emerge, como ferramenta de “reconstrução” auxiliando a classe docente em alguns aspectos e conversando com os pais, no entanto o problema torna-se mais sério, quando os mesmos acham os comportamentos dos seus filhos normais e quando o psicólogo é negro, gay e descolonialista, chegando a ouvir, “ o problema é que você vê coisa demais onde não tem, seu papel não é esse aqui .” foi a partir dessa frase que realmente me perguntei qual o meu verdadeiro papel nesse lugar e quais ferramentas usaria para reverter tal situação, e notei quão desafiadora seria minha prática.

A prática psicológica no contexto escolar configura-se como desafio, a princípios são dois, o primeiro é a família, esse núcleo de subjetividades, em que a criança é aquilo que vê e ouve dos seus pais, agindo pelo processo de reprodução “ A crise ou a ausência de modelos educativos, baseados em valores humanos podem caracterizar-se como as possíveis causas de ocorrência do *bullying* (TREVISOL, CAMPOS, 2016, p 278) sendo

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sempre dessa maneira que ocorrem, os filhos são modelos daquilo que vivem no seu dia a dia, a prática colonialista começa no lar, esse lugar que acreditamos ser sagrado, mas é dentro dele que começam os comportamentos de gordofóbicos, racistas, LGBTfóbicos dentre outros passando do sagrado ao profano.

O segundo núcleo desafiador para a prática é a própria escola, que engessa seus valores ditando as regras, dizendo o que deve ser feito. (FOCAULT 1987, p.189) já nos salienta que “A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente, essa exigência se traduz de várias maneiras”. Em resumo a escola sempre define o que pode e deve ser feito, não podendo ou dando a oportunidade de um fazer diferente, visando sempre o que para ela é essencial, esquecendo que ali é um contexto de subjetividades diferentes e que precisam ter sua devida importância, a prática descolonial, o fazer descolonial neste contexto é visivelmente desafiadora.

Sendo assim o *bullying* é entendido ainda como uma prática colonialista daqueles que se diferenciam do padrão intitulado “normal” seja ele negro, gordo, gay, transexual, magro demais, distúrbios psicológico, e etc. inferiorizando o sujeito e causando danos psíquicos. A escola, os pais, precisam estar atentos e compreender-se como formadores e responsáveis desse “Corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, e se torna hábil , cujas forças se manipulam” (FOCAULT, 1987, p.163), é pensar nas políticas de inclusão de indivíduos de grupos historicamente excluídos com o objetivo de alcançar a coesão social. É nesse contexto que o psicólogo é o profissional apto para a realização de um trabalho de orientação, com o objetivo de prevenir maiores danos e obter um ambiente mais saudável.

UM CASO DE RACISMO E O POSSÍVEL DIÁLOGO NA ESCOLA

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O racismo na escola, foi por muito tempo invisibilizado, mas de alguns anos para cá, essa questão tem-se mostrado diferente mas não solucionada, a seguir será abordado um caso de racismo (*bullying*) que aconteceu na escola a qual atuei.

Em um trabalho que seria realizado em grupo, um aluno recusa-se a sentar com “aquela neguinha que é macumbeira” sendo a mesma filha de pais negros e de religião de matriz africana, no momento a professora em questão, mandou o agressor calar-se, mudando-o de grupo e calando-se, trazendo essas questões em uma roda de conversa dias depois do caso ocorrido, nesse mesmo momento comecei a dialogar com a professora e então dias depois, junto a diretora e os professores decidimos trabalhar questões sociais na escola a exemplo do caso de racismo, que seria o primeiro tema, no entanto houveram professores que se expressaram da seguinte forma “mas o dia da consciência negra é 20 de novembro”, nesse momento perguntei se alguém ali presente conhecia a lei de número 10.639 de 2003 que estabelece obrigatoriedade da inclusão da história do povo negro, história da África e cultura afro Brasileira assim como suas lutas (REIS, CRUZ, 2013), como imaginado, para a maioria uma surpresa, afinal nunca levaram a sério o assunto.

A escola durante anos foi e é um ambiente colonizador, e vindo de um ambiente ao qual me refiro (escola privada) essas questões são latentes. Os discursos embranquecidos são sempre a pauta dos professores, não havendo oportunidades de em dias de aulas “normais” a possibilidade de falar da cultura Africana, do negro, tendo consequência a reprodução de estereótipos. Essas questões só são discutidas na escola quando o fato é efetivado. São dessas formas que a escola contribui para a formação de uma cultura colonizada que inferioriza o negro e o índio dando procedência ao racismo, Lima (2015) nos alerta:

Dessa maneira a cultura afro-Brasileira se torna um suplemento do currículo escolar, encenadas em datas comemorativas, a exemplo do dia da consciência negra, dia do folclore, trabalha em atividades

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pontuais, onde o negro é retratado como exótico, distante (LIMA, 2015, p.23).

Como supracitado, sugerir criarmos um dia na semana para falar sobre problemas sociais com o intuito de discutir questões importantes do cotidiano, através de discursos, ideias, valores, que os próprios estudantes iriam elaborar, valorizando seu diálogo e trazendo para a escola um ambiente enriquecedor, compreendendo e valorizando os múltiplos conhecimentos, desconstruindo estigmas e valorizando saberes, podendo mudar as formas de conviver, ser, e está no mundo, fazendo com que as subjetividades desses alunos pudessem ser expressadas, fomentando e alavancando novos saberes. Dessa forma a ideia foi aprovada e tivemos melhoria em muitas situações problemas vivenciadas no ambiente escolar:

Assim uma educação não excludente, mas inclusiva, de nossas referências, éticas- raciais é uma necessidade e, mais que isso, uma oportunidade de reflexão da comunidade escolar, sobre o que é ensinar\ aprender, para além do que acontece na escola. (LIMA, 2015, p,25)

Lima, nos sugere uma educação flexível, que atinja e favoreça a todos e é exatamente o papel do psicólogo dentro da escola, é mostrar aos pais, professores e alunos, que essas questões são importantes, racismo é causador de doenças mentais e nós somos responsáveis por essas situações, e como responsáveis, temos o dever de amenizar esse tipo de *bullying*:

Muitas vezes essas crianças se percebem desvencilhadas e até mesmo eliminadas no sistema oficial de ensino, uma vez que seus

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conhecimentos e suas experiências são rejeitadas pela escola tirando assim a identidade própria dessa criança negra e ainda a afirmação existencial e social do contingente negro ao qual a integra. (REIS, CRUZ, 2013, p, 179)

O racismo institucional está presente também nas escolas, na educação, afinal quando percebemos que os mesmos ainda são afetados, com menos direitos, com estigmas que os inferiorizam sua referência cultural e que isso se implica em fracasso sobre eles. Por fim, conseguimos notar, as “leis” não se aplicam de forma igual, formulando assim, o racismo institucional. Dessa forma os pais, os professores, a escola, precisam preocupar-se mais, de como são tratados esses assuntos no cotidiano, essas práticas, essas subjetividades precisam ser (re)construídas afim de podermos ter uma pratica pedagógica descolonizante e inclusiva.

SEXUALIDADES E SUAS LIMITAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Como falado anteriormente, tiramos um dia na semana para falar sobre alguns problemas que permeiam a escola, um deles, as sexualidades. Se falar sobre racismo já não foi fácil, falar sobre sexualidade seria mais um grande desafio, por ser sempre um assunto considerado tabu na sociedade, mostrando-se sempre como algo perverso, maledicente, vulgar, mas com o passar dos tempos essas questões foi-se tornando mais visível e discutidos nas mídias.

Um dos casos que sempre houve, há e haverá na escola são as pirraças com pessoas que se mostram diferente de um padrão, sendo chamados de viadinhos, baitolas, mulherzinha, o que acarreta na vítima desconforto, causando a inibição ou a agressão, tornando-se preocupante.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Inspirado pelo pós crítica e pelos entraves pessoais vividos por mim, enquanto estudante e profissional, decidi jogar a ideia no grupo, deixando clara a importância e o meu descontentamento com as atitudes dos professores, frente a esses comportamentos, pensando um pouco sobre a interculturalidade que “ *se enraíza en el reconocimiento de la diverssidade y diferencia culturales, con metas a la impulsar de la misma al interior de la estructura social estabelecido*” (WALSH,2004,p. 03) e foi exatamente dessa forma que decidi falar, a interculturalidade é um processo desafiador porque trata de um problema histórico e de poder. Dispositivo e padrão de poder institucional que mantem a desigualdade e a interculturalidade crítica parte de um problema de poder.

Sendo assim o desafio foi a resistência e ignorância do corpo de professores para falar sobre sexualidade (hétero, gay, transexual e etc.) “como falar?” foi a pergunta central, isso porque tivemos dois professores que recusaram-se a falar de “tal coisa” afirmando “que isso é demais para mim”.

É preciso que os próprios educadores desconstruam seus próprios preconceitos para que não perpetue uma educação de exclusão. A escola ainda continua sendo um ambiente heteronormativo, e hegemonicamente masculino, sendo a violência, o *bullying* a principal forma de exclusão.

As práticas no ambiente escolar são cotidianamente atravessadas por discursos os quais naturalizam a concepção binária do sexo e gênero, concepção que por sua vez, naturaliza a expressão heteronormativa de sexualidade como saudável e patologiza as que dela divergem” (MARCON, PRUDÊNCIO, GESSER, 2016, p.295).

Dessa forma, podemos concluir dizendo que a prática heteronormativa continua a perpetuar dentro desse contexto, ficando assim a escola sem trabalhar sexualidade,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



consistindo numa estratégia biopolítica do controle das sexualidades .Pode-se notar, que infelizmente não houve um diálogo que pudesse fazer essas discussões, deixando a sexualidade para depois quando precisamos falar dela agora, a resistência da maioria impossibilitou que naquele momento, houvesse trocas de saberes de psicólogo- professor, e de professor- aluno, deixando-nos preocupados de como são construídas essas subjetividades e dos impactos sociais futuros que poderão ocorrer. Pensando de uma forma intercultural e otimista, pensamos numa práxis pedagógica crítica, que pense na produção e construção de modos “outros” de poder, saber, ser e viver (WALASH,2009).

Que possibilite discussões Rizomáticas, que liguem e façam conexões com outras questões, a escola precisa preocupar-se com a formação de seus alunos ao que se refere sobre direitos humanos, deixando sempre a desejar (DELEUZE, GUATARRI, 1996) O futuro começa agora, as práticas engessadas como já salientado afeta e afetará a nossa sociedade, perpetuando os discursos de ódio e misóginos que construímos em torno das sexualidades.

Foi possível perceber que fatores religiosos ainda afetam essas discussões na classe de professores, não reconhecendo que o estado é laico e que religião no momento não convém, mas infelizmente não houve maiores apoios. Assim, a linguagem preconceituosa, concretiza-se em práticas cotidianas na escola, assumindo um jogo simbólico de como esse sujeito é interpretado por outro, perpetuando o *bullying* (LIMA, 2015).

(IN)CONCLUSÕES

A partir das análises coletadas, foi possível perceber o quanto a escola ainda continua sendo um ambiente “minado” em relação aos assuntos sociais, deixando de discutir questões de impacto social importante, esquecendo da máxima, que é a valorização social inclusiva, demonstrando impotência não só do corpo da escola como dos pais, manipulando para uma visão binária das problemáticas discutidas a cima.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Percebeu-se, que sobre o *bullying* muitos professores tem conhecimentos e dizem punir esse tipo de comportamento, no entanto quando esse *bullying* está ligado a questão de raça/cor, ele não é valido da mesma maneira quando comparado ao *bullying* com pessoas obesas, por exemplo, demonstrando assim uma contradição sobre o que entende-se por *bullying* e desconhecendo essas questões como tal, “configurando um processo de exclusão, alimentado pelas práticas pedagógicas, tendo no professor\|a um desses agentes desse processo” (LIMA, 2015 p, 24)

Sobre sexualidade, observou-se que a escola encontra-se como um ambiente conservador, mesmo havendo informações advindas de diversas fontes, devendo haver uma prática mais oportuna para conhecimentos como sexualidade, deixando-nos preocupados sobre a qualidade do ensino e de como são, e se temas como esses são discutidos, é relevante monitorar de como esses assuntos são tratados nas escolas, a fim de compreender como andam as qualidades podendo usá-los como instrumento de discursos sobre essas classes minoritárias e vulneráveis

Aponta-se como desafio, a distância entre relações pessoais e profissionais, de modo que os temas sejam trabalhados na escola como possíveis modos de subjetividade que os alunos venham a aprender, (MIGNOLO 2008), nos alerta, que mesmo que não sejamos racista e nem patriarcal, negamos sempre a “existência” dessas pessoas, dessas classes minoritárias, em termos de Gênero, raça, sexualidade.

Salienta-se a importância desse artigo para os dias atuais, mostrando que o diálogo, psicologia- escola, devem andar unidos, com intuito de desmitificar e valorizar crenças, culturas, que estão e estarão presentes nos nossos cotidianos, auxiliando a escola a pensar e fazer uma prática pedagógica inclusiva.

É preciso pensar na necessidade de estudos mais amplos com relação a direitos humanos nas escolas e suas consequências em nível nacional, e os fatores que o limitam para sua execução. Essas práticas se minimizam nesses ambientes, porque são construções de relações com outros, e na intersecção com questões de gênero, raça, religião e classes



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sociais dentre outros e “como não há dissociação entre pensar, sentir e agir é necessária a construção de estratégias que englobem todas essas dimensões” (MARCON, PRUDÊNCIO, GESSER, 2016, p.298) .

Com efeito, verificou-se que os diálogos entre a psicologia escolar e a crítica cultural são imprescindíveis para a composição de um projeto político-pedagógico com viés descolonial e, assim, interferir na construção da subjetividade dos sujeitos presentes no núcleo da escola, posto que ela ainda continua sendo um ambiente hegemonicamente colonialista, agindo pelo processo de reprodução e produção de estereótipos civilizatórios, perpetuando discursos de desqualificação dos que se mostram diferentes, sendo essa uma prática desafiadora para o psicologia junto a escola.

REFERÊNCIAS

DELEUZE.G; GUATTARI.F. **Mil platôs capitalismo e Esquizofrenia**. V edição. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996. Volume3

FANTE, C. (2005). **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz** (2a. ed.). Campinas: Verus Editora

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.** São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, Junho 1995. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Out de 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>

GIL. A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo. Editora ATLAS. S.A, 2002. p. 173.

LIMA, Mota. **Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens**. I edição, salvador. ED.UNEB.2015.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDENCIO, Luísa Evangelista Vieira e GESSER, Marivete. **Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola**. Psicol. Esc.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Educ. [online]. 2016, vol.20, n.2, pp.291-302. ISSN 2175-3539.
<http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150202968>.

MINGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: A opção descolonial e o significado de identidade em política. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de and CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.15-40. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.

RIBEIRO, S. L. (2004). **Espaço escolar**: um elemento (in)visível no currículo. *Sitientibus*. Feira de Santana, n. 31, 103-118.

REIS, I. C. R.; CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Lei 10.639/2003: **pela descolonização da prática pedagógica docente**. *Revista Fórum Identidades*, v. 14, p. 173-190, 2013.

SOUZA, C.E. **Auto biografias, história de vida e formação**: pesquisa e ensino. I edição, Porto Alegre/Salvador. Ed. Eduneb/Edipucrs. 2016.

TREVISOL, M, CAMPOS, C, **Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar**. *rev. Psicologia Escolar e Educacional, SP*. Volume 20, Número 2, Maio/Agosto de 2016: 275-283...

WALASH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Instituto interacional de integración del Convenio Andrés Bello. Lá paz. 9-11 de março, 2009.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ARTICULAÇÃO ENTRE O
SABER PSI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**

Jaqueline de Lima Braz Santos
Especialista em Psicologia clínica
jaquelinelbraz@gmail.com

Carlla Jamile de Brito Santos
Especialista em Psicopedagogia
SESI – Serviço Social da Indústria
jamilе_brito@outlook.com

Ingrid Santana Dias
Psicóloga
ingridsdias@ymail.com

Luana Pimenta de Souza
Psicóloga
luahpimenta@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas Públicas voltadas para o contexto educacional no Brasil tardaram a começar, apenas no final do século XIX e início do século XX, que a educação começou a ser tratada como necessária ao “desenvolvimento do país”. Na era Vargas, a partir de 1937, criaram-se as Leis Orgânicas do Ensino, mas ainda em um contexto muito conservador. A



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1961, frustrou a esperança de muitos educadores da época que já pensavam em uma educação mais progressista e democrática, pois tal lei causou prejuízos para educação, especialmente no que se refere à sua ampliação, pois fortalecia o setor privado e limitava a expansão do ensino público (SANTOS,2011,p.4).

É importante frisar que o período pós guerra teve muita influência para os países emergentes, visto que grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e outros passaram a interferir ativamente nas ações de educação, atribuindo diretrizes e metas para diminuição das desigualdades.

No Brasil, após a ditadura as questões sociais passaram a ser tratadas como questões políticas e o discurso da segurança nacional cedeu lugar ao da integração social. Através de uma ideologia compensatória e seguindo a orientação do Banco Mundial, desta forma os recursos para a área de educação foram pulverizados dentre tantos programas sociais. (SANTOS,2011,p.6).

Shiroma, Moraes & Evangelista (2011, p.44) salientam que no anos de 1980, aproximadamente 50% das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da 1ª série do primeiro grau; 30% da população era constituída de analfabetos; 23% dos professores eram leigos; e 30% das crianças estavam fora da escola. Foi neste período que uma nova ordem de pensamento democrático foi se ampliando dentro de diversos setores da sociedade.

Esses fatos resultaram em uma pauperização do sistema educacional público brasileiro. Assim, no final da década de 1980, em meio ao trâmite que resultou na segunda LDB (lei n. 9.394/96), o espaço educacional estava sedento por reformas que voltassem a educação para fins não apenas quantitativos (da expansão e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



organização de mais espaços educacionais), mas também qualitativos. (CASTRO & STAMATTO, 2015,p.73)

Na educação este movimento trouxe algumas reivindicações, como: melhoria da qualidade na educação, valorização e qualificação dos profissionais da educação, plano de carreira nacional, democratização da gestão, financiamento, ampliação da escolaridade obrigatória abrangendo creche, pré-escola, primeiro e segundo graus. Estes movimentos levaram a aprovação da Constituição de 1988, que versa sobre diversos direitos civis e dentre eles, contemplam as reivindicações de educadores da época. Nos anos 1990 as atenções voltaram-se para a LDB que foi novamente discutida para implementação de melhorias, já que a aprovada em 1996 não atendeu aos anseios gerados na década anterior. Durante os governos destes períodos os órgãos internacionais pressionavam os países emergentes a cortarem custos e com isso houve o movimento das privatizações e empobrecimento da máquina pública, impactando diretamente a educação.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação que trazia 52 ações voltadas para todas as áreas do ensino, formação docente e plano de carreiras dos professores assim como o piso salário para o magistério. Saviani (2007,p.1232) salienta que o plano é deveras grandioso e que poderia deixar de lado a questão da qualidade do ensino em detrimento de ações em contextos vários e complexos.

Atualmente, as discussões sobre as políticas públicas continuam a serem discutidas. O novo Ensino Médio já foi aprovado e as escolas tem até 2022 para se adequarem a nova lei, que inclui mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes.

Sendo assim, a psicologia precisa se inserir nestes contextos participando ativamente dos debates na sociedade, já que é convidada a construir e colaborar com o campo educacional, frequentemente. Os Grupos de Trabalho do Sistema Conselho de Psicologia discutem novas diretrizes para o campo, assim como buscam a interlocução com a categoria a fim de orientar e buscar elementos para as mudanças. O grupo de trabalho

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Psicologia e Educação do CRP-03 (GTPE) promove eventos que discutam a realidade da educação do nosso país e de que forma podemos, enquanto psicólogos, auxiliar a mitigar as mazelas do Sistema Educacional e promover uma sociedade mais justa. Professores e psicólogos devem contribuir para o entendimento das questões referentes à política educacional e suas implicações no trabalho docente. A realização dessas iniciativas reafirma os objetivos do GTPE de promover espaços de discussões coletivas para a difusão das referências técnicas e das políticas relacionadas à atuação do psicólogo no campo escolar/educacional, e garantir o debate das políticas educacionais.

Uma das ações realizadas pelos psicólogos no âmbito escolar/educacional é, com frequência, a participação na formação dos professores, seja nas instituições de ensino básico onde atuam ou no período de formação acadêmica desses docentes. Por isso, com o objetivo central de trazer as contribuições da Psicologia na e para a formação de professores que o evento, II Colóquio de Psicologia Escolar/Educacional, organizado pelo GTPE contemplou a temática: A atuação *psi* na formação de professoras (os); problematizando a formação dos professores para dar conta de aspectos subjetivos que escapam as referências de normalidades instituídas pela sociedade.

A PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A escola adota ao longo de sua história uma postura de responder à capacidade de desempenhar funções específicas, criando circunstâncias para a aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos envolvidos dentro destes contextos. Entendemos que a educação é a práxis social e humanizadora, onde sua intenção é poder difundir a cultura e o pertencimento histórico- social que irá ocorrer pela incorporação desse mundo em si mesmo. A pedagogia deve ser compreendida pela fundamentação, sistematização e organização da prática educativa, sustentada através de concepções filosóficas.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Antunes (2008, p.470) afirma que a Psicologia Educacional é entendida como uma área de conhecimento, que visa a produção de saberes no processo educativo. Ela visa se definir pelo âmbito profissional, onde iremos estabelecer um campo de ação determinada, ou seja, o objeto de estudo é a escola e as relações que esta estabelecem nela. Enquanto a Psicologia Escolar irá tratar dos fenômenos psicológicos que são fundamentados em saberes produzidos da educação.

A psicologia escolar inseriu-se no campo da educação com uma forte tendência clínica e patologizante, focando sua atenção na dimensão individual do educando e em seus “problemas”, atendendo, as demandas da escola que atribuíam, “problemas de aprendizagem” ou outras manifestações consideradas como “distúrbios” próprios ao educando. Em 1970 essa tendência passou a ser criticada pelos pedagogos e psicólogos, já que se utilizava a aplicação de testes e a interpretação dos seus resultados, construindo assim o “aluno-problema”, pautado apenas nas suas deficiências, reforçando estigmas e produzindo social e pedagogicamente a deficiência intelectual (ANTUNES,2008,p.472). Portanto, a psicologia adotava uma visão reducionista de questões social e historicamente constituídas ao âmbito individual ou, mais especificamente, com “enfoque estritamente psicológico que ignora o efeito das condições sociais e políticas sobre o comportamento, tornando subjetivos problemas gerados pela estrutura social e econômica” (LIBÂNEO *apud* CHECCHIA, 2015,p.1).

No século XX, os campos de atuação da Psicologia se desenvolveram e tornou-se campo tradicional da profissão, a atuação clínica e a intervenção da organização do trabalho e suas raízes foram na educação, pela criação dos Serviços de Orientação Infantil nas Diretorias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo e da Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, onde a finalidade era atender crianças com dificuldades escolares.

Patto (1997) define a psicologia escolar como responsável por auxiliar a aumentar a qualidade e a eficiência do processo educacional através da aplicação dos conhecimentos psicológicos é generalizada e baseia-se num termo ambíguo, sem a preocupação de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



explicitar conceito de eficiência do ensino. Portanto cabe ao psicólogo trazer para o bojo da educação reflexões a respeito de sua história e caráter mantenedor da estrutura social.

Larocca acrescenta:

A condução do ensino de Psicologia através de problematizações temáticas, potencialmente, sugere um desenvolvimento profissional mais crítico e reflexivo, porque, ao fundamentar-se na pesquisa sobre a prática, aprende-se a reconhecê-la, a refletir sobre ela com a ajuda dos instrumentais teóricos da Psicologia e do mirante de questionamento sobre a relação educação-sociedade para, finalmente, erigir teorizações próprias que constituirão a base da intervenção no real. (LAROCCA, ,p.4)

A psicologia contribui de forma significativa na formação dos docentes, pois é imperativa na luta pela humanização das relações escolares. (CHECCHIA,2015,p.1) A psicologia escolar contribui ainda, trazendo discussões relativas ao processo de escolarização, com a finalidade de explicitar o caráter ideológico de teorizações psicológicas naturalizantes e a problematização de preconceitos cientificamente legitimados que atravessam as relações escolares. Desta forma, visa modificar a antiga visão da psicologia ao ser inserida no campo da educação e assim questionar o reducionismo de questões socialmente constituídas no âmbito individual, propiciando que estes professores sejam também aliados nesta missão e agentes de mudança.

A formação de professores irá se pautar na concepção de uma educação que remete o compromisso da concretização das políticas públicas de educação, significando o pleno acesso à permanência de todos os educandos na escola. Fazendo necessário aplicar currículos, entendidos como uma educação para pessoas. Cabe, portanto discutir as possibilidades e limites da Psicologia Escolar e Educacional na construção destes profissionais, compactuando com múltiplos determinantes, com uma psicologia capaz de compreender o processo de ensino-aprendizagem e fundamentar a concretização da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



capacidade humana, social da criança, compreendida com a mediação e superação.

A ATUAÇÃO PSI NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DO II COLÓQUIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL

O II Colóquio de Psicologia Escolar/Educacional, promovido pelo Grupo de trabalho Psicologia e educação (GTPE), do CRP 03 - sede Salvador, contou com as contribuições da psicóloga convidada Larissa Bulhões, professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras-MG, que iniciou o discurso com uma breve concepção histórica da psicologia na área educacional. A psicóloga evidenciou como desde os primórdios de efetivação dessa ciência no Brasil, ela se utiliza de justificativas meritocráticas para justificar as desigualdades sociais, singularizar processos políticos, pedagógicos e sociais; ou ainda se ocupar de um discurso médico higienista para culpabilizar o indivíduo pelos seus problemas, além de utilizar a justificativa da carência cultural do indivíduo que vive numa família vista como desestruturante e/ou patologizante - para justificar tais desigualdades.

De acordo com a visão histórico cultural, a ciência psicológica no Brasil naturalizou o mundo psicológico, abolindo, da Psicologia, as reflexões sobre o mundo social. (BOCK,2001,p.89) A convidada problematiza em sua fala: “Como fazer a articulações das diferentes teorias de modo que se caracterize de fato quem é o aluno nos vários momentos de desenvolvimento?”. Em sua prática profissional como docente, destaca a importância do viés histórico cultural, como teoria norteadora, numa proposta de intervenção que tem um olhar diferenciado sobre cada ser humano, através de uma visão crítica sobre quem é aquela criança, tentando retirar os rótulos já preestabelecidos, com um olhar desmedicalizante sobre as queixas escolares levando em conta a história do aprendente no processo educativo e buscando reconhecer suas potencialidades. Destacando o homem como ser ativo, social e histórico. (LUCCI,2006, p.5)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No campo educacional, ela salienta a importância de práticas pedagógicas que atendam o momento específico da criança; pensando numa educação da diversidade de gênero, racial, necessidades educativas especiais; e que busquem desenvolver a zona de desenvolvimento proximal iminente do aluno, que seria o conjunto de habilidades onde o sujeito pode ter sucesso se assistido por um adulto ou alguém mais experiente; como processos de combate à desigualdade social, buscando ir contra a concepção excludente da escola e não nos paralisarmos enquanto profissionais diante dessa dinâmica social.

O professor de Psicologia da Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana, Iron Alves destaca a importância da herança filogenética entre espécies na questão da aprendizagem, afirmando que todas as espécies compartilham a aprendizagem, mas que o processo de ensinar é típico da natureza humana. Ressalta que o ensino é uma cognição natural, que é importante pra perpetuação da espécie nos processo de adaptação da mesma, pois necessitamos dele para viver, desenvolve-se de maneira implícita sem exigir esforços conscientes, acontece de forma semelhante em crianças com algum tipo de transtorno e com as que não tem; e nessa perspectiva a teoria da mente que trata da habilidade de atribuir e representar, em si próprio e nos outros, os estados mentais independentes - crenças, intenções, desejos, conhecimento, e outros - e de compreender que os outros possuem crenças, desejos e intenções que são distintas da sua própria. (JOU e SPERB, 1999, p.2) tem um papel decisivo na capacidade ensinar, pois é nesse processo de avaliar a capacidade que o outro tem para aprender e desenvolver, que acontece o ensino; quando ensinamos, avaliamos o que o outro sabe ou não, e desenvolve-se em nós também a empatia, e esse processo se inicia por volta dos 3 anos de idade.

Dessa forma, de acordo com ele, que faz uma relação direta à teoria sócio histórica, faz-se necessário acessar a linguagem do outro para termos acesso a zona de desenvolvimento proximal. A linguagem é o principal mediador na formação e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, sendo o principal instrumento da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



interação social, que contempla diversas formas de expressão: oral, gestual, escrita, artística, musical e matemática (VIGOTSKY apud LUCCHI,2006,p.5).

Iron ainda destaca 3 tópicos, que são considerados como requisitos para o aprender: conhecimentos prévios dos alunos, motivação e avaliação; ressaltando a importância no momento do ensino, de partir do que é significativo para o aprendente, para que ele possa compreender o sentido, que é fundamental para seu desenvolvimento, bem como socializar suas dúvidas com os demais; olhando para o aluno e suas dificuldades, de forma a minimizar possíveis desigualdades existentes; nesse ponto se percebe a importância de buscar entender e respeitar as características e história prévia desse aluno, que chega à instituição de ensino já com conceitos espontâneos sobre o mundo, e a partir da mediação com o professor, vai adquirir conhecimentos científicos para alavancar seu processo de desenvolvimento.

Seguindo o cronograma proposto, a psicóloga convidada Carmen Virginia Moraes da Silva, professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, inicia sua fala com o relato de suas experiências profissionais a partir das oportunidades que foram surgindo desde sua formação até os dias atuais, destacando a importância da formação continuada, para lidar com demandas do cotidiano que são encaradas muitas vezes como dificuldades, a exemplo, as dificuldades institucionais no processo de ensinar do professor, que ao trabalhar efetivamente disciplinas que tenham parte teórica e prática, sentem dificuldade nessa articulação. Outro exemplo seria como convidar os alunos a se pensarem professores, uma vez que estão na licenciatura e por vezes não sabem que estão ali no processo de formação de professores ou pretendendo seguir tal carreira.

Como atividade de valorização e promoção as igualdades sociais, salienta-se a importância da observação, construção de projetos pautados no resgate histórico e cultural da comunidade com a qual nos propomos a trabalhar, diálogo do campo científico da Psicologia com as demais áreas do conhecimento. Ter consciência da realidade dos alunos e estar disponível a aprender com os mesmos, bem como desenvolver o papel de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



intermediário nessa relação; pois é pela função comunicativa que o sujeito se apropria do mundo externo, sendo capaz de fazer negociações, reinterpretações, planejamentos e autorregulações (LUCCI,2006,p.9).

Levando-se em consideração a formação de professores voltada ao público infantil, a professora traz a importância do brincar no processo de aprendizagem e desenvolvimento, fazendo um breve relato sobre o projeto que coordena, intitulado: Vivência de brincadeira com sucata, onde percebe e exercita o desenvolvimento da criança a partir da zona de desenvolvimento proximal; o brincar é considerado elemento fundamental no processo de aprendizagem, desenvolvimento e constituição do ser humano. Há uma distinção entre os brincames com forte caráter simbólico e àquelas marcadas por regras externas e impostas socialmente, e emprega ora o termo ‘brinquedo’, ‘brincadeira’, ou ‘jogo de papéis’ para aludir às ações lúdicas infantis (RAMOS,1998,p.34).

Para finalizar o evento, a convidada Leticia Chaves, consultora em projetos de atuação de formadores, pela Associação Redsolare Brasil – pelo método educacional Reggio Emilia, delinea sua trajetória profissional enquanto formadora de professores, e destaca um período no qual seu trabalho estava voltado a unidades prisionais; salientando a importância da construção coletiva, com profissionais de diferentes áreas, para o ensino desse público específico. Ressaltou-se que na maioria das vezes a educação, serve para a manutenção da lógica do controle, da normatização das regras, não para a transformação propriamente dita. O que fica claro que o ser participa de uma organização cumprindo as obrigações que lhes são apresentadas e que delinham padrões de bem estar, valores, incentivos e sanções; eles têm que seguir a ideologia institucional (GOFFMAN,2001,p.281).

Logo em seguida, a ênfase foi dada a uma proposta educativa, de experiências inovadoras em educação, que se baseia em princípios de respeito, responsabilidade e participação na via comunitária. A exploração e a descoberta, em um mundo seguro e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



enriquecedor, que privilegia o desenvolvimento da criatividade e é pautado pelo respeito na relação com a criança. Esse método nasceu a partir das experiências de habitantes da cidade italiana Reggio Emilia, onde a ideia de criança é concebida como um ser que é potente, participativo e capaz e não como ser frágil e incapaz, e nesse entendimento, repensar o cotidiano dentro da escola como fluido e não segregado; sendo o brincar, nesse processo uma das principais potências para a aprendizagem.

As crianças experienciam e aprendem no mundo através dos relacionamentos socioafetivos, elas também se beneficiam de suas próprias ações em relação as pessoas com que convivem e aos objetos que utilizam em seu cotidiano e nas brincadeiras; (MACEDO,2014,p.6) dessa forma podem ser consideradas como pequenos pesquisadores, que tem hipóteses, e as testam, a partir de referências prévias. Dessa forma, se parte de perguntas e não de conteúdos programáticos já prontos, para ampliar a experiência do sujeito aprendente.

Os professores por sua vez, bem como toda a comunidade escolar, também desempenham papel ativo e dinâmico nessa escola de sistema fluido, pois ela é um espaço de pesquisa para todos. Esses são convidados a repensarem suas práticas constantemente, de modo a não perderem a motivação para o ensinar, e conhecer outras áreas do conhecimento, relacionando nesse processo os diversos campos do conhecimento científico ou não, que determinada experiência pode oferecer, principalmente para o aluno. A recusa à atos de discriminação, rotulação, ou desigualdade fica clara nessa prática que convida a todos da comunidade a trabalharem em conjunto e não como profissionais independentes que atuam de formas distintas sem olhar e entender a práxis do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de problematizar a formação dos professores no que se aos aspectos subjetivos que permeiam o processo ensino-aprendizagem, o II Colóquio de Psicologia Escolar/Educacional, visou fomentar a discussão sobre o que os psicólogos têm construído

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ao atuarem na formação docente, direcionando as falas dos convidados às atuações *para e na* formação de professores. Buscou-se na escolha dos participantes contemplar os diferentes âmbitos formativos, a saber: formação acadêmica na graduação e pós-graduação, consultoria e formação na escola.

Percebe-se, ainda, que o evento contemplou os objetivos propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014/2024), em seus pressupostos quanto à formação continuada dos docentes, já que o evento, além dos psicólogos, convocou os profissionais de educação para a construção coletiva da temática. Essas políticas públicas de educação visam garantir ao profissional da educação oportunidades de reflexão contínua dos processos de escolarização e aprendizagem.

Por fim, ressalta-se que o evento também contempla a Referência técnica para atuação de Psicólogos (os) na educação básica (CREPOP, 2013) que prevê que juntos professores e psicólogos (os) devem contribuir para o entendimento das questões referentes às políticas educacionais e suas implicações no trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) vol.12,n.,Campinas Dez. 2008.

BOCK, Ana Mercês et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2001.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). **A gestão da educação brasileira: políticas e programas**. Natal: Edufrn, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22611/3/A%20Gest%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20%20Vers%C3%A3o%20digital.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CHECCHIA, Ana Karina Amorim. **Contribuições da Psicologia Escolar para a Formação de Professores**; 37ª Reunião Nacional da ANPEd – Out. 2015, UFSC – Florianópolis.

COMITÊ CIENTIFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2014), estudo nº1: **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**. Disponível em < <http://www.ncpi.org.br> > acesso em 20 dez. 2018.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

II COLÓQUIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL, **A atuação PSI na formação de professoras (os)**, 2018, Salvador.

JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. Teoria da Mente: diferentes abordagens. **Psicol Reflexo. Crit.** Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 287-306, 1999.

LAROCCA, Priscila. O saber psicológico e a docência: reflexões sobre o ensino de psicologia na educação. **Psicologia Ciência e Profissão**. vol.20, n.2, Brasília, jun 2000.

LUCCI, Marcos Antônio. A proposta de Vigotsky: a psicología socio-histórica. **Revista de currículum y formación del profesorado**. n.10, p. 01- 10, fev.2006.

PATTO, Maria Helena Souza (organizadora). **Introdução à psicologia escolar**; 3. ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1997.

RAMOS, Rosemary. Como pode um peixe vivo viver fora d'água fria: formação de professores para uma prática pedagógica lúdica. Salvador: UFBA. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação. 2003.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo fios. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO E 2º CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAVIANI, Demerval. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol.28, n. 100- Especial, p. 1231-1255, out. 2007.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA SEGUNDO GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

Hétone Rodrigues Rocha

Wallace Sousa Cruz

Igor Andrade Santos

Lígia Maria Portela da Silva

INTRODUÇÃO

O advento da pós-modernidade trouxe consigo o ambiente propício para o desenvolvimento de linhas teóricas que discutem o senso comum dando-lhe um caráter de maior destaque nos estudos científicos. Esse movimento se consolidou sem o escopo de atribuir a esse campo do saber o status de produtor de verdades, enquanto conhecimento sistematizado e, com isso, detentor de validade, mas compreendendo-o como conjunto de significações capaz de construir, decerto, realidades sociais (SPINK, 1993). É nesse sentido que são orientados os estudos que buscam a compreensão, enquanto processo e produto, das formas de apreensão da realidade de indivíduos sociais.

Por esse viés, predomina a compreensão de que o homem está imerso em um meio social antes mesmo de seu nascimento (LANE, 2004) e é mediante essa condição inerente que ele vai se constituindo enquanto sujeito estruturado e estruturante da sociedade (SPINK, 1993). Dessa forma, as experiências e relações que os indivíduos desenvolvem ao longo de suas vidas vão compondo um sistema de valores complexo, dinâmico e flexível que guiam suas práticas.

Essa concepção se alinha aos pressupostos condutores dos estudos que se baseiam na Teoria das Representações Sociais (TRS). Utilizando, então, desse recorte teórico de caráter transdisciplinar, situado em uma abordagem psicossocial, é que se instrumentalizou teórica e qualitativamente esta pesquisa.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Objetivando associar os conhecimentos provenientes das ciências psicológicas sob a perspectiva das políticas públicas de educação, o presente estudo se propôs a discutir e descrever as Representações Sociais (RS) de cinco gestores de escolas públicas a respeito da adolescência e do adolescente.

Compreender, destarte, as representações que os gestores componentes da amostra deste trabalho têm em relação ao público alvo das instituições pelas quais eles respondem, concretiza-se enquanto o principal elemento da relevância social deste estudo. Ainda mais, sob a ciência de que em torno de dois mil jovens são impactados diretamente pelas concepções desses profissionais.

Em síntese, pesquisar as RS se alinha à intenção de compreender quais elementos os indivíduos utilizam para guiar as suas práticas, haja vista que, conforme afirma Jodelet (1998), o existente sistema interdependente de práticas e representações é responsável direto por muitas das ações tomadas pelos sujeitos frente a determinados fenômenos. Entender, pois, as representações desses educadores, converge com o intento de verificar quais possíveis maneiras de enfrentamento às questões relacionadas ao público adolescente, e encontra sua importância ao proporcionar, através da psicologia, um apoio às iniciativas públicas que atendam a instituições públicas no que se refere a melhoria de seu trabalho frente aos adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O aporte teórico empregado para a discussão dos dados aqui apresentados provém da Teoria das Representações Sociais (TRS) desenvolvido por Serge Moscovici em 1961 (SÁ, 1993; FARR, 2010), com a finalidade de repensar o objeto da Psicologia Social da sua época. Para Moscovici, citado por Oliveira e Werba (2005, p. 104-106), o conceito de representação social se origina na Sociologia e na Antropologia e pode ser entendido como “um conjunto de conceitos, explicações e proposições originado na vida cotidiana no curso



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de comunicações interpessoais”, apresentando-se como verdadeiras teorias do senso comum, ferramentas imprescindíveis para a construção da realidade social (SÁ, 1993).

De acordo com Moscovici, nas sociedades contemporâneas existem simultaneamente dois universos de pensamento: o *consensual* e o *reificado* (SÁ, 1993). Cabe, então, discutir do que se trata e qual o papel de cada um desses universos de pensamento na formação das RS. O *universo consensual* abarca as atividades intelectuais produzidas no cotidiano, mediante a interação social (SÁ, 1993). Desse modo, ainda segundo este autor, é a partir desse *universo* que as RS são produzidas. Nesse âmbito, os membros de uma sociedade compreendem-se enquanto iguais, tendo os mesmos direitos de apresentar uma opinião a respeito de determinado tema (MOSCOVICI, 2012). Já o *universo reificado* compõe a produção de conhecimento bastante sistematizado, especializado e estratificado, mediante o rigor de sua lógica e de seus métodos (SÁ, 1993). Segundo este autor, é nesse contexto que circulam as ciências e o conhecimento erudito. Assim, para o próprio Moscovici (2012), as ciências dispõem de maior autoridade e são as principais produtoras dos conhecimentos desse *universo*. A dinâmica de produção das RS depende desses dois *universos de pensamento*. Apesar de elas serem advindas diretamente do *universo consensual*, sua legitimidade depende das relações sociais e cotidianas, bem como da inegável influência do conhecimento científico ou erudito sobre tais representações.

Estabelecidos, então, os universos de pensamento e seu papel no processo de formação das RS, cabe elucidar a composição das duas etapas pertinentes à dinâmica da construção do conhecimento: a *ancoragem* (enraizamento) e a *objetivação* (dar forma). A primeira diz respeito à adequação de algo estranho ao indivíduo, para algo “menos perturbador”, com base em parâmetros que a pessoa considera apropriados (MOSCOVICI, 2003). Já a segunda, envolve a “materialização” daquele conhecimento. Trata-se, assim, de sua concretização (SÁ, 1993).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Moscovici (2003), sintetizando todo o processo, ainda argumenta que as RS têm a função de transformar o *não-familiar* em *familiar*. Dessa forma, devem ser vistas como “um sistema de valores, noções e práticas que dão ao indivíduo formas de se orientar no mundo” (MOSCOVICI apud ARPINI, 2003, p. 22). Na mesma perspectiva, porém num sentido mais amplo, Jodelet, principal colaboradora de Moscovici, pondera que as RS são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET apud SÁ, 1993, p. 32). Ou seja, as representações sociais concretizam cognitivamente as conexões entre o indivíduo e o mundo social (MOSCOVICI, 2003). Jodelet (1998) também considera a existência de um sistema interdependente, uma imbricação que correlaciona as práticas e as representações. Nesse sentido, compreende-se que os aspectos abstratos das RS são determinantes na adoção de determinadas condutas e práticas (CAMPOS apud ESPÍNDULA e SANTOS, 2004), não sendo exceção, então, para os educadores entrevistados nesta pesquisa.

METODOLOGIA

Os cinco entrevistados foram contatados via e-mail ou telefone celular e, nesse momento, já correspondiam às escolas indicadas pelos pesquisadores como interessantes campos de pesquisa, devido às suas localizações geográficas e ao público atendido, predominantemente integrante das camadas mais populares. A eles requereu-se a concessão de uma entrevista gravada em áudio sob a temática *educação e adolescência*. A recolha dos dados foi agendada e realizada entre os meses de abril e maio de 2018, nos municípios em que os profissionais trabalhavam na época da execução dessa pesquisa (Quadro 1). Os participantes desse estudo requisitaram e tiveram acesso prévio ao roteiro semiestruturado da entrevista, composto por vinte perguntas. Dois dos respondentes da amostra estavam indisponíveis para a concessão de entrevista. Em decorrência disso, eles escreveram suas respostas e enviaram-nas para a equipe condutora da pesquisa.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Das questões do roteiro previamente elaborado, foram selecionadas apenas oito, visto que esse subconjunto atendia mais diretamente ao objetivo deste trabalho. Desse modo, esse recorte abarcou três subtemas: *visão geral da adolescência*, *comportamento dos adolescentes* e *expectativa de futuro*. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas para o processador de texto Word de forma literal, sem nenhuma alteração nos termos utilizados pelos participantes, preservando inclusive, os vícios de linguagem.

Finalmente, seus conteúdos foram analisados sob pressupostos do método de Análise de Conteúdo de Bardin, de acordo com a discussão de Campos (2004). Dessa maneira, trechos que caracterizavam RS correspondentes aos três subtemas foram destacados e agrupados para integrar as categorias referentes às Representações Sociais da adolescência de cada localidade.

GRUPO AMOSTRAL

INDIVÍDUO	IDADE	FUNÇÃO	LOCALIDADE CORRESPONDENTE	SEXO	ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
I1	36 anos	Coordenadora pedagógica	Iguaí	F	Ensino Fundamental I e II
I2	44 anos	Diretor	Iguaí	M	Ensino Médio
I3	45 anos	Diretora	Vitória da Conquista	F	Ensino Fundamental II



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



I4	45 anos	Diretora	Pradoso	F	Ensino Fundamental II
I5	----	Vice-diretor	Pradoso	M	Ensino Médio

Quadro 1 - Grupo Amostral

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No subtema *visão geral da adolescência*, os entrevistados de Iguai, apresentam com maior frequência as RS vinculadas à percepção de *Confusão* e *Mudança*, como pode ser evidenciado nas seguintes frases retiradas das entrevistas: “*é uma fase difícil e eu diria até que um pouco turbulenta*”, “*os adolescentes estão numa fase de enorme ebulição*”, “*onde a gente não tem certeza de nada*”, “*é a fase da mudança*”, “*causa insegurança*”, “*é uma fase onde tudo é novo, onde a cabeça do jovem, acho que tá exacerbado de sentimento*”. Estas ideias também estão presentes em outros estudos sobre RS da adolescência. Como exemplo, Espíndula e Santos (2004), que estudaram as RS de adolescentes em conflito com a lei, segundo assistentes de desenvolvimento social, encontraram a concepção mais positiva de uma fase de *Mudança* e, negativamente, a atribuição de *Confusão* ou conflito, de modo que tais representações se apoiavam em perspectivas teóricas da própria Psicologia. Esse alicerce reificado pode ser destacado das postulações de Aberastury e Knobel (ASSIS et al, 2003), que indicaram ser a adolescência um período de reestruturação da emoção do indivíduo, repleto de instabilidade.

Por outro lado, em Vitória da Conquista, a entrevistada expressa as ideias de adolescência como *Fase Difícil* e de *Construção da Identidade*, como elucidado nos seguintes trechos: “*Parte mais difícil da vida de qualquer cidadão*”, “*é uma fase*



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



extremamente complicada”, “*tentando tomar suas próprias decisões*”, “*não sabe se você é criança ou se você já é adulto*”, “*a parte emocional deles ainda não tá formada*”. Novamente, é cabível uma correlação ao estudo de Espíndula e Santos (2004), visto que essa pesquisa também encontrou concepções “produzidas no âmbito das ciências psicológicas [...] ao tratar a adolescência como [...] caracterizada pela busca de identidade” (p. 363). Por outro lado, Erikson (1987) atesta que o desenvolvimento cognitivo e social presente na adolescência tende a ser conflitante com as demandas sociais impostas aos adolescentes, assim como as expectativas que eles próprios têm de si. Soma-se a essa complexidade o enorme espectro de possibilidades de “veredas” pelas quais eles podem caminhar, apesar dos condicionantes socioeconômicos de cada um. A identidade em (trans)formação encontra na adolescência o momento de maior complexidade naquilo que Marie Jahoda, referida por Erikson (1987), chamou de *unidade de personalidade*.

Os entrevistados do Pradoso apresentaram uma maior diversidade de representações, no entanto se destacaram as ideias de adolescentes como sendo *Difíceis de Lidar* e *Rebeldia*. Corroboram com essas categorias os seguintes trechos: “são aborrescentes”, “(os adolescentes são) Sem Limites”. A comum percepção dos adolescentes como *pessoas rebeldes* apresenta ancoragens em aspectos socioculturais, mas também perspectivas biologizantes. Essas representações sociais podem afetar negativamente o modo como tais profissionais lidam com os adolescentes, visto que, conforme Abric, as RS regulam as práticas dos indivíduos (ABRIC apud ESPÍNDULA e SANTOS, 2004).

Em relação ao subtema intitulado *comportamento dos adolescentes*, os entrevistados de Iguai manifestaram opiniões que correspondem às ideias: *Mudança e Desinteresse em um Crescimento Profissional*. Essas concepções podem ser depreendidas a partir das seguintes falas: “*a inquietação própria das mudanças corporais e hormonais*”, “*estão em constante mutação de ideias*”, “*a grande maioria não tem perspectiva de construir carreira*”, “*querem voltar ao pensamento literário do Carpe Diem*”, “*eles não*

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



têm uma perspectiva de crescimento, de sucesso”. O destaque aqui fica restrito à Representação Social a respeito do *Desinteresse em um Crescimento Profissional*. As conclusões desses profissionais baseiam-se em suas percepções sobre o empenho que os estudantes de suas respectivas instituições de trabalho apresentam em relação ao estudo. Contudo, segundo Arpini (2003), para muitos adolescentes das classes populares a “escola perde o sentido a que se propõe e eles não se sentem motivados a frequentá-la, abandonando-a assim que podem[...]” (p. 159).

Nesse sentido, os adolescentes oriundos das camadas populares, necessitam de um retorno financeiro imediato para suprir suas necessidades individuais e/ou familiares. Assim, o trabalho, seja ele qual for, é a opção mais viável e recompensadora, pois possibilita a tal público ter acesso aos recursos (mesmo que limitados) pertinentes às suas famílias, tanto para sua subsistência, quanto para atividades de lazer (ARPINI, 2003). Desse modo, esses adolescentes abandonam a escola mediante os empecilhos em conciliar a atividade laboral, as atividades escolares, uma vez que pela via da escola o retorno financeiro é algo a ser alcançado a longo prazo (ARPINI, 2003).

Nesse contexto, o trabalho passa a ser algo com mais sentido para tais adolescentes e a escola, ao não se implicar com a realidade desse público, os exclui “[...] fazendo parecer que saíram espontaneamente, quando, na verdade, a instituição não cria as condições para garantir sua permanência [...]” (ARPINI, 2003, p. 158).

A gestora da escola da cidade de Vitória da Conquista salienta que o comportamento adolescente é *Confuso e Influenciável*. Como pode ser identificado nas seguintes expressões: “*Alguns confusos*”, “*meio perdidos*”, “*a gente percebe aquelas famílias mais presente, que o menino, ele, ele consegue é, é reproduzir aquilo*”, “*alguns se deixam influenciar negativamente*”. A segunda ideia que mais aparece nesse grupo está contemplada na entrevista com a profissional ao discutir o aspecto da formação “incompleta” dos adolescentes. Essa perspectiva de origem biológica confere a esse período da vida um caráter de limbo entre a infância e a fase adulta. A categoria *Confuso*,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que mais uma vez aparece, também pode ser pensada à luz da discussão conduzida por Erikson (1987) sobre o papel da adolescência na formação da identidade do sujeito. Segundo o autor, vários elementos convergem para aquilo que seria uma instabilidade no comportamento desses jovens e a infinidade de possibilidades de futuro que se colocam diante desses indivíduos ocasionam, decerto, momentos conflitantes. Nesse sentido, por exemplo, o autor pondera que “é a incapacidade para decidir uma identidade ocupacional o que mais perturba os jovens” (ERIKSON, 1987, p. 132).

Por sua vez, os entrevistados do Pradoso apresentam as representações: *Rebeldes*, *Relaxados* e *Intensos*. Tais visões podem ser identificadas nos seguintes fragmentos das entrevistas: “*detestam seguir normas e regras*”, “*rodeados de oportunidades e muitas vezes não sabem lidar ou abraçar*”, “*adolescentes de hoje são muito jogados*”, “*eles se jogam mesmo na vivência do mundo deles*”. A concepção de *Relaxados* pode ser, na verdade, uma apreensão resultante do comportamento desinteressado dos adolescentes frente à escola e aos estudos. Esse comportamento, contudo, pode certamente ser decorrente dos fatores socioeconômicos discutidos por Arpini (2003). Por outro lado, a RS de os adolescentes serem *intensos* pode estar relacionada a postura que apresenta autoestima elevada, de acordo o que comentam Minayo et al (apud ASSIS et al, 2003), sobre ser essa postura um mecanismo de defesa dos adolescentes frente à sociedade, a qual possuiria uma visão pejorativa da juventude.

No que diz respeito ao subtema *expectativa de futuro* dos adolescentes, os profissionais de Iguai expressam as RS *Brilhante e Ético*, como evidenciado nos trechos: “*futuro brilhante*”, “*torcer para que eles escolham o lado ético e moralmente correto*”. Essas ideias, todavia, contrapõem as RS mais comuns da adolescência que indicam futuros pouco promissores para esses indivíduos. Outra ponderação pertinente aqui deve ter como referência as ideias que mais apareceram no subtema *comportamento dos adolescentes*, da localidade de Iguai. A mesma entrevistada que defende a existência de um *Desinteresse em um crescimento profissional* constrói, nesta categoria, a projeção de um futuro

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



brilhante aliado à ideia de uma estabilidade financeira mediante uma carreira. Percebe-se então uma intensa contradição, como já postulava Guareschi, citado por Arpini (2003). Esse autor comenta que, do mesmo modo que os saberes populares, as RS não são construídas sob a preocupação da existência de uma coerência, no sentido de não serem contraditórias.

Já a entrevistada de Vitória da Conquista desenvolve suas expectativas sobre o futuro dos adolescentes sob o ideal de *Sucesso*, conforme as expressões “*você vê o sucesso da pessoa e é o que a gente deseja pra eles, né? Que eles se encaminhem na vida*”. Ao longo da entrevista dessa gestora pôde-se perceber que o “sucesso” que ela projetava para os alunos de sua instituição de ensino é marcado pelo valor que a sociedade dá ao trabalho. Pouquíssimas vezes a entrevistada projetou profissões receptoras de maior prestígio social para seus alunos. Nesse sentido, as ocupações citadas, em sua maioria, não requerem a formação de nível superior e correspondiam a ocupações mais braçais. A compreensão desse padrão simbólico é aqui erigida ao se recordar do contexto social de atuação dessa profissional. O simples fato de os estudantes que passam por ali alcançarem um posto no mercado de trabalho já se configura como uma vitória, dado que, conforme seu discurso permitiu inferir, trata-se de uma realidade dicotômica preenchida pelo duelo bandido X trabalhador, na qual a violência e a identificação dos adolescentes com os criminosos que comandam as facções já são latentes em seus comportamentos dentro das escolas.

Finalmente, a visão sobre o futuro dos adolescentes é representada pelos profissionais do Pradoso como *Promissor* e *Marginal* como pode ser observado nestas falas: “*promissor de sucesso*”, “*Abrimos um leque de oportunidades na escola para que eles sigam a carreira acadêmica ou o mundo do trabalho, porém muitos deles se perdem pelo meio do caminho para o mundo da marginalidade*”. Aparentemente contraditórias, as duas representações desta localidade correspondem, cada uma, à expectativa de cada gestor entrevistado. Carregam consigo, pois, o simbolismo de entendimentos distintos sobre realidades bastante similares. Assim como na entrevista com a gestora da cidade de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Vitória da Conquista, as menções sobre a influência do crime organizado no comportamento dos alunos também se fazem presente nas projeções dos diretores da localidade de Pradoso. Além disso, somam-se às percepções de desinteresse por parte dos alunos frente às atividades escolares propostas. Comportamento este, que pode refletir a influência de uma série de outros fatores como questões familiares ou econômicas, principalmente quando envolvidos em processos de *exclusão* (ARPINI, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados aqui levantados e, baseando-se nas postulações da Teoria das RS, percebe-se que os cinco entrevistados mesclam experiências presentes tanto no universo reificado quanto no universo consensual. Apoiam-se, desse modo, em saberes das ciências naturais e sociais, bem como em suas experiências de vida. Nesse sentido, guardam consigo as contradições intrínsecas ao senso comum. Com isso, cabe listar as RS que mais apareceram: no subtema *visão geral da adolescência* apresentam-se, em Iguai, as percepções de *Confusão e Mudança*, em Vitória da Conquista, de *Fase Difícil* e de *Construção da Identidade*, e no Pradoso, de *Difíceis de Lidar* e de *Rebeldia*; quanto ao subtema *comportamento dos adolescentes*, em Iguai, *Mudança* e *Desinteresse em um Crescimento Profissional*, em Vitória da Conquista, *Confuso* e *Influenciável*, já no Pradoso, *Rebeldes*, *Relaxados* e *Intensos*; enfim, para o subtema *expectativa de futuro* dos adolescentes, em Iguai, expressam-se as RS *Brilhante e Ético*, em Vitória da Conquista, *Sucesso*, e no Pradoso, *Promissor* e *Marginal*.

Essas categorias listadas carregam noções compartilhadas pela maioria dos sujeitos participantes dos estudos sobre RS mencionados no presente trabalho, ao se discutir a adolescência. Dessa forma, neste estudo, a predominância dos sentidos de uma *fase de mudança* e na qual está se *construindo a identidade* demarcam claramente a percepção da adolescência como um limbo, caracterizada fortemente pela moratória. Por outro lado, a realidade social dos contextos nos quais os entrevistados atuam perpassa as representações



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



voltadas para as *expectativas de futuro e comportamento dos adolescentes*. Têm-se projetado sobre os alunos que eles devem consolidar carreiras profissionais como caminho para um “sucesso” – marcadamente financeiro. Não obstante, os dois entrevistados do distrito de Pradoso apresentaram considerações opostas, entre si, quanto ao futuro dos alunos de suas instituições. Enquanto uma diretora sugeriu um futuro promissor, aliado à inserção dos jovens no mercado de trabalho, e distante da criminalidade, o outro gestor dessa localidade deu maior ênfase ao possível *não aproveitamento das oportunidades* por parte dos alunos, devido à aproximação desses indivíduos ao *mundo da marginalidade*. Nesse sentido, é nítido então, que esses profissionais lidam com o desinteresse de estudantes pelas atividades escolares, ao passo que veem o avanço da violência em toda a sociedade, sobretudo nas camadas mais populares. É demasiadamente relevante pontuar nessa consideração que está a se tratar de localidades que convivem diariamente com índices alarmantes de homicídios e de conflitos entre facções criminosas rivais.

Outrossim, ressalta-se que não integra o escopo dessa pesquisa generalizar as RS aqui discutidas para todos os gestores ou coordenadores pedagógicos de escolas públicas de nível médio e fundamental II das localidades nas quais se realizou essa pesquisa. No entanto, os elementos presentes nessas representações são diversos e mutantes, sendo também, perpassados pela influência da dinâmica da interação social.

Nessa perspectiva, observa-se a importância das políticas públicas de educação no âmbito da educação básica e da participação do conhecimento psicológico em sua elaboração, implementação e acompanhamento. Tais políticas, atuando como promotoras de diálogo entre os sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar contribuirão para o desenvolvimento de relações sociais em sintonia com a promoção e garantia de direitos.

Espera-se, por fim, que novos estudos possam ratificar ou superar as considerações aqui propostas, alimentando, assim, o movimento dialético de produção do conhecimento científico.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares**. Bauru: EDUSC, 2003.

ASSIS, S. G. et al. A representação social do ser adolescente: um passo decisivo na promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8(3): p. 669-680, 2003.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4.

ESPÍNDULA, D. H. P.; SANTOS, M. de F. de S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, set./dez. 2004.

ERIKSON, E. H.; O Ciclo Vital: Epigênese da Identidade. In: _____; **Identidade – Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FARR, R. M. Psicologia social moderna: um fenômeno caracteristicamente americano. **As raízes da Psicologia Social Moderna**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.). Representando a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 47-67.

LANE, S. T. M. Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: _____; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004, p. 11-19.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 3. ed. trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.
_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 9. ed. trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, F. O. de; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JAQUES, Maria da Graça Corrêa et al. **Psicologia Social Contemporânea: livro-texto**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 105-117.

SÁ, C. P. de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M.

J. P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 19-45.

SPINK, M. J. P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SEXUALIDADE EM ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN NA PERSPECTIVA DOS PAIS

Karla Santos Meira

Larissa Meira Santana

O presente estudo aborda como tema a sexualidade em adolescentes com Síndrome de Down na perspectiva dos pais. Optou-se falar sobre esse tema por ser um assunto pouco pesquisado e de grande interesse acadêmico. Esse estudo visa conhecer melhor como esses adolescentes vivenciam a sexualidade e qual a percepção dos pais diante dessa situação. É necessário compreender como o adolescente com síndrome de Down expõe sua sexualidade e desejos e como é a compressão dos pais em relação a isso.

Trazer esse assunto para a sociedade é uma forma de contribuir para o conhecimento da mesma acerca desse assunto. Entender as verdades e mitos que esses adolescentes vivenciam sobre sua sexualidade, pois, através do crescimento do número de pessoas com síndrome de down aumenta a necessidade de falar ainda mais sobre essa temática.

O interesse em pesquisar essa temática surge da minha experiência de estágio na APAE, onde tive o contato com os alunos com síndrome de down, participando de suas vivências, como na construção de vínculos, formação educacional, desempenho psicomotor e habilidade na fala. Constatei que existe uma diferença entre o ritmo dos adolescentes com síndrome de down e os outros adolescentes que não têm necessidades especiais, percebendo que, por conta disso existe um tabu ao se falar sobre sexualidade.

Compreendendo que o sujeito com necessidades especiais em específico com Síndrome Down é uma pessoa que tem voz, que não está isento de suas escolhas, tem seus direitos de cidadão, mas neste momento esse recorte é relacionado aos pais. Tal recorte é

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



relevante, pois enquanto estagiária na APAE, pude observar pais que não tinham habilidade para conversar com seus filhos sobre a sua sexualidade e em muitos momentos, estes eram infantilizados pelos seus genitores. Desta forma é nítida a importância de uma discussão como esta, pois os pais são responsáveis pela socialização primária do sujeito, na qual os mesmos recebem as primeiras orientações sociais em relação a vários aspectos do cotidiano.

O tema proposto é de grande relevância acadêmica por ser pouco pesquisado e traz uma oportunidade de aumentar o conhecimento, atingindo diversas áreas profissionais: saúde, social, cultural, educacional, dentre outras. Tendo em vista que a um pequeno número pesquisadores têm dado uma importância a esse assunto, no qual existem limitadas pesquisas sobre o tema em, mesmo tendo um índice considerado de pessoas com síndrome de down, a falta de conteúdo sobre o assunto é perceptível ao buscar em vários sites acadêmicos. Como estudante de psicologia e futura profissional, é de grande importância entender as particularidades dos sujeitos.

A pesquisa propôs a seguinte pergunta: quais as perspectivas dos pais em relação à sexualidade dos adolescentes com síndrome de down? Trazendo como objetivo geral: analisar quais os significados que os pais atribuem à sexualidade dos adolescentes com síndrome de down; e como objetivos específicos: Identificar as estratégias de abordagem dos pais em relação à sexualidade dos filhos com síndrome de down; Verificar como é vivenciada a sexualidade dos adolescentes com síndrome de down através da perspectivas dos pais; Examinar se os pais dos adolescentes com síndrome de down planejam um projeto de vida para seus filhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Síndrome de Down



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A síndrome de down foi reconhecida pelo médico John Langdon Down em 1866, está é uma alteração genética, relacionada à presença de um cromossomo extra, no número 21. Essa cromossomopatia provoca mais deficiência mental que qualquer outra doença. (CASTELÃO, 2002)

Gusmão mencionando Catilla (1995) traz a questão sobre a idade materna que frequentemente são todas acima dos 35 anos de idade, onde notou-se que está relacionado com a origem da trissomias cromossômicas. A trissomia é a presença de três cromossomas de um tipo específico, sendo cromossomos extra. Segundo dados do Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformação, 40% dos nascidos com Síndrome de Down, tem mães com a faixa etária entre 40 e 44 anos. (GUSMÃO, 2003)

Compreende-se, que o sujeito com síndrome de down tem um progresso diferente do sujeito que não tem a síndrome, entre esse processo o desenvolvimento da linguagem é um deles. O desenvolvimento da linguagem do sujeito com síndrome de down é algo que gera dúvidas em algumas pessoas, como funciona esse processo, e os motivos que colabora para a demora da fala. (PIRES, 2016).

Pires (2016) cita também em seu livro sobre Vygotsky (1989) que apresenta sobre o desenvolvimento humano, não se resume apenas o biológico, mas, abrange na cultura que o indivíduo está inserido, entendendo que o biológico tem suas atribuições, porém, a forma que esse sujeito é visto e aceito pela sociedade. Diante do conceito de Vygotsky, reafirmou o interesse pelas possibilidades e não nas dificuldades, que o sujeito com deficiência intelectual possui, visto que, suas relações sociais irá contribuir no seu desenvolvimento. (PIRES, 2016).

2.2 Sexualidade

A sexualidade humana apresenta a seguinte temática em relação da forma que era vista, na XX Conferência de Viena (1915-1916), Freud (2006) nos traz sobre o assunto “A vida sexual dos seres humanos”, ele descreve em relação dos obstáculos que enfrentava



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



para poder esclarecer sobre energia sexual, por ser um tema polêmico para ser discutido, principalmente pelo período em que estava vivendo, não se falava nem se discutia sobre assuntos que estavam relacionados à sexualidade. (COSTA, 2011)

Segundo Freud (1905) em “Três ensaios de sexualidade” fala a respeito do desenvolvimento psicosssexual, que é o prazer encontrado no próprio corpo, através de zonas erógenas, desde os primeiros momentos de vida, essa ligação está relacionada a sua sobrevivência. O autor discute sobre o corpo erotizado, desejos sexuais, de acordo com sua teoria psicossocial seguindo fases segundo o desenvolvimento, onde cada fase possui uma zona erógena. As fases do desenvolvimento psicosssexual são: oral, fase anal, fase fálica, período latência e fase genital. (FREUD, 1905).

O período da latência não é uma fase psicosssexual, é um momento marcado na puberdade, é uma pausa em relação às pulsões sexuais, que se encontram adormecidas. Nessa fase o foco está nas atividades sociais e aprendizagens onde se descobre habilidades e as desenvolvem, sejam elas em atividades esportivas, escolares, dentre outras atividades. Em seguida se inicia uma das fases mais importantes segundo o tema proposto, a fase genital, que acontece na adolescência e vai até a morte, é a adaptação a sociedade em relação as expressões sexuais, sendo a erotização que está no objeto sexual do outro, construindo a sua identidade sexual, procurando satisfazer os desejos eróticos e amadurecendo sua sexualidade, a partir do sexo oposto. (FREUD, 1905).

A fase genital é marcada pela puberdade, compreender sobre o amadurecimento sexual é saber a sua ligação com o autoerotismo, onde Knobel cita em um dos seus textos, a questão da masturbação, que é o autoerotismo, que acontece na adolescência, é início dos exercícios genitais, havendo um desequilíbrio até se chegar à vida adulta. Conforme o sujeito vai conhecendo sua genitalidade descobri o contato, o toque, buscando se aprofundar nas questões do autoerotismo, que ele está vivenciando, e ao se descobrir o adolescente começa a procurar um parceiro de uma forma mais íntima, a parti daí os

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



desejos são desencadeados através de carinhos mais intensos. (ABERASTURY apud KNOBEL, 1981).

2.3 Adolescência e Puberdade

A puberdade é um fator universal, pois são mudanças biológicas que acontece em todo ser humano, Coutinho (2009) relata que a puberdade são as mudanças biológicas e hormonais que acontecem com todos indivíduos que estão entrando nela, contudo a adolescência é um fator cultural, tendo um amadurecimento sexual pelo desenvolvimento dos órgãos de reprodução, ocorre também mudanças perceptíveis como crescimento físico, por conta do aumento de hormônios há um crescimento os pêlos, mudança de voz, desenvolvimento no corpo, ovulação e a espermatogênese e as áreas sexuais.

Entender sobre a puberdade, é que ela proporciona um novo corpo, Knobel citando Freud, fala sobre essas mudanças corporais que acontece na puberdade para a reinstalação fática da capacidade genital do sujeito trouxe também as transformações biológicas que a puberdade traz. (ABERASTURY apud KNOBEL, 1981)

Entende-se que a adolescência é construto cultural, não existe em todo lugar a mesma aceitação, ou interação em relação à fase da adolescência, essa fase no Brasil segue um limite cronológico que segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na Lei 8.069, de 1990 que considera dos 12 aos 18 anos de idade período da adolescência. A adolescência é um período de mudanças, de transformações físicas, psíquicas, emocional, sexual e social, uma adaptação ao novo, a esse desenvolvimento que acontece na puberdade sinalizando a chegada da adolescência, é uma fase que o individuo tenta se integrar a m grupo social, buscando a sua identidade. (BRASIL, 1990)

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa analisa a questões subjetivas de cada um, não é algo que pode ser quantificado, pois são as ciências sociais, sendo analisado o todo que esse indivíduo esta inserido, entre seus valores culturais, crenças e atitudes, não podendo se limitar a apenas variáveis operacionais mais aprofunda cada processo.

Para Gil (2002), a pesquisa descritiva é destacada por descrever as principais características das pessoas ou fenômenos, e uma de suas especialidades são as utilizações das técnicas padronizadas na coleta de dados, bem como os questionários e a observação.

3.2 Local da pesquisa

Essa pesquisa se realizou uma na instituição Associação de Pais e Amigos - APAE dos Excepcionais e no Espaço Down – de Vitória da Conquista.

3.3 Sujeito

O objeto dessa pesquisa foram os pais de adolescentes com síndrome de down que frequentam a APAE e o Espaço Down, dos quais foram selecionados quatro pais segundo a disponibilidade e aceitação dos mesmos em participar da entrevista. Os pais selecionados foram 2 mães de 52 anos e uma mãe com 49 anos, um pai com 49 anos, sendo três dos entrevistados com ensino fundamental não concluído e uma concluindo o ensino superior.

NOME DO ENTREVISTADO	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	NOME DO FILHO	SEXO DO FILHO	IDADE DO FILHO	INSTITUIÇÃO
Joana	49	F	Cursando ensino superior	Carol	F	13	Espaço Down
Valentina	52	F	Fundamen	Mateus	M	17	APAE



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



			tal completo				
Vera	52	F	Fundamental incompleto	Ana	F	14	APAE
João	49	M	Fundamental incompleto	Felipe	M	18	APAE

3.4 Procedimentos e instrumentos

Foi enviado um ofício e o projeto de pesquisa à coordenadora da APAE e um ofício para a coordenadora do Espaço Down, a fim de viabilizar o contato com os pais dos adolescentes atendidos pelas respectivas instituições, onde constavam informações acerca da realização de uma entrevista semiestruturada que se encontra no apêndice II e a disponibilidade dos mesmos para a cooperação com o projeto.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Entendendo que a entrevista semiestruturada ou entrevista despadronizada, segundo Lakatos (1985), traz sobre a liberdade que o entrevistador tem para a realização desse tipo de entrevista, podendo expandir de maneira adequada que vem contribuir para a coleta de informações, seguindo as perguntas, sendo elas abertas, porém não necessariamente precisa de uma ordem.

3.5 Tratamento dos resultados

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Com base em Minayo (1994), citando o mesmo autor em 1992 podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social. (Minayo, 1992, pg. 69).

3.6 Aspectos éticos

Resolução nº 510/2016 do CNS considera que ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural. A ética entre o pesquisador e o entrevistado, responsabilidade e integridade, usa-se termos para a garantia que o entrevistado esteja ciente de que está participando de uma pesquisa, e ela só é realizada com a concordância e aceitação do mesmo.

Há um procedimento ético ao realizar todo o processo de pesquisa, onde inicialmente foi apresentado um requerimento para a instituição APAE e no na instituição Espaço Down, solicitando a autorização para conhecer os pais dos alunos com Síndrome de Down atendidos pela mesma, também já enviado um termo de consentimento ao grupo pesquisado. Sendo assim submetido a uma pesquisa e uma análise do comitê de ética, onde todos os entrevistados receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE autorizando a participação da entrevista, todos os sujeitos da pesquisa receberam nomes fictícios, sendo uma forma de preservar a identidade de cada um dos entrevistados, sendo tudo realizada de uma forma sigilosa sem comprometer nenhum participante.

4. ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa propõe responder o questionamento em relação as perspectivas dos pais sobre a sexualidade dos filhos com Síndrome de Down. A entrevista foi realizada com três pais que os filhos frequentam a Instituição APAE e o Espaço Down, sendo três dos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



participantes do sexo feminino e um do sexo masculino. A temática pesquisada aborda sobre a vivência da sexualidade em adolescentes com Síndrome de Down, a partir da percepção dos pais. Através dos objetivos da pesquisa foram criadas categorias para melhor analisar cada resposta dos sujeitos, ressaltando que os nomes dos entrevistados serão fictícios.

1. Transformações corporais e autonomia

Vera e Joana, ao serem questionadas sobre as mudanças corporais vivenciadas por suas filhas, apresentaram perspectivas parecidas.

“É, é, a menstruação foi mais um pouco difícil ne?! por que ela num, num, até hoje eu ainda ensino ela colocar, não sabe trocar absorvente eu tenho que ficar ensinando, nessa parte foi mais difícil, ne.” (Vera).

“Já!! tá se cuidando já, eu ajudo ainda sabe, mas a maioria das vezes, ela tira o absorvente, ela troca, já está aprendendo mesmo.” (Joana).

É perceptível na fala das mães, como ambas se comportam de formas parecidas, Vera traz uma preocupação referente à chegada da menstruação, que ela de certa forma vem gerenciado com a filha, criando uma dependência até mesmo na troca de um absorvente, inibindo o desenvolvimento da adolescente em se cuidar sozinha. Em contrapartida Joana relata sobre ter explicado para a filha, porém ela permite deixar a filha se trocar sozinha, trabalhando a independência da mesma, não deixando de está atenta, caso a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adolescente precise de algum auxílio. Joana aprofunda sobre essas transformações, como foi para ela e também relata como foi para a sua filha.

“Assim, ela não teve muita, não teve muita assim, percepção, eu fui percebendo, ela foi crescendo, aumentando as mamas, foi crescendo os peitinhos, foi nascendo pêlos nas partes genitais, mas ela mesmo não teve essa percepção, quando ela começou a perceber já tinha uns 11 anos, com 12 anos que ela percebeu mesmo.” (Joana).

“Foi assim um susto né, porque a mãe já fica, assim, achando que vai ser criança a vida toda e tal, mais depois quando a gente começa a conviver a gente ver que não é assim, que realmente ela tem a parte da sexualidade vai despertar pra esse lado, tudo isso ela vai desenvolver, normal igual os outros meninos.” (Joana).

1.1 Desenvolvimento e Autonomia com o corpo

Foi possível analisar nas entrevistas realizadas, a questão da autonomia que esses adolescentes têm perante seu corpo ao longo do desenvolvimento, é evidente a forma que Joana trabalha perante o desenvolvimento corporal da sua filha, criando possibilidade de sua filha se tornar aos poucos independente dela. É constatado nos demais entrevistados que ocorre uma interferência na independência dos seus filhos, infantilizando e limitando que estes sejam capazes de realizar atividades simples perante seu próprio corpo. Quando é questionado aos entrevistados sobre o desenvolvimento do corpo de seus filhos, eles apontam que seus filhos estão vivenciando a chegada da adolescência, porém de fato a maioria dos pais entrevistados não ensinam aos filhos a se cuidarem sozinhos, como uma

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



forma de cuidado excessiva e de achar que não tem a habilidade de executar alguma atividades sozinhos.

2. Perspectivas dos pais sobre a sexualidade dos filhos

2.1 Sexualidade

Ao realizar as entrevistas foram percebidas algumas dificuldades da maioria dos pais em relatar sobre a temática, quando é perguntando sobre o que se entende sobre sexualidade, é expresso um constrangimento em descrever. Os pais não apresentam um conhecimento amplo sobre o assunto, onde nas falas são relatadas resumidamente e uma das entrevistadas fala um pouco mais sobre o que ela compreende que seja sexualidade.

“Os hormônios, né!?” (Valentina)

“Assim! como assim?” (Vera)

“Normal né!? normal.” (João)

Em geral a sexualidade é uma coisa que todos nós temos, pra mim é uma coisa que todos nós temos, é um desenvolvimento que é do humano, é do ser humano né, tanto humano como animal tem né a sexualidade, e a sexualidade é uma coisa que deve ser trabalhada, pra não virar banal, pra não o pessoal ficar achando que pode fazer em qualquer lugar né, de forma inadequada tudo tem que ter seu lugar.” (Joana).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Outro questionamento que surgiu foi a forma de abordagem que os pais utilizam para conversarem sobre sexo com os filhos, dois entrevistados relataram que seus filhos têm um relacionamento amoroso, porém nunca houve uma conversa com os filhos sobre sexo. De acordo com os mesmos, os filhos nunca suscitaram questionamentos referentes à sexualidade.

3. Vivência da sexualidade

3.1 Masturbação

Ao questionar os entrevistados sobre a masturbação dos seus filhos, foi perceptível um espanto pela maioria dos pais entrevistados, como se fosse algo que não acontecesse com seus filhos. Ao direcionar para Valentina a pergunta das transformações corporais, a sua resposta deixa entender que com as transformações corporais foi notado também o autoerotismo, porém não é algo claro para ela. Ao ser questionada se já presenciou seu filho tocando as partes íntimas, ela nega e demonstra espanto. Em contrapartida Joana esclarece o que ela consegue perceber em sua filha, no tocar do corpo, compreendendo que é uma descoberta da sua filha.

“Não!!! ele não falou isso não! não fala desse negocio não.”
(Valentina).

“Não!! não, nunca tocou.” (Vera).

“Não, não!! Não. nunca vi! agora o sinal que eu to dando nele, é quando eu dou banho nele, lavar né, ele ir se lavando, ir aprendendo. né.” (João).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“Não, aleatório, ela não tinha assim, assim essa intensão do prazer ainda, mais uma curiosidade de pegar, de descobrir, se descobrindo ne, descobrindo o sexo, o órgão genital dela.” (Joana).

3.2 Namoro

Ao perguntar aos entrevistados se seus filhos namoram, Valentina e Vera confirmaram que sim e Joana já planeja, e João diz que seu filho não namora. Valentina e Vera relatam como é o namoro, é explícito uma aceitação com restrição.

“De namoro ele fala! namora uma até uma daqui da APAE, namorada dele. Aceito assim né. Tem que ficar de olho né! As mães tem que está de olho aberto né, ele é muito assim, muito assim, ansioso.” (Valentina).

“Ela tem uma paixão por um menininho aqui!! desde pequenininho que eles dois fala que namora e ela ciuma ele, é só chegar aqui e só ver ele que gruda na mãozinha, os dois tanto ele como ela!” “Aahh eu num! eu permito! casar e tudo eu permito! se prender é pior.” (Vera).

Valentina ao relatar sobre o namoro do filho demonstrou preocupação, aceitando o relacionamento do mesmo de uma forma limitada. Vera traz com mais ênfase sobre o namoro, relatando de forma empolgante, aceitando e respeitando os desejos e sentimentos da filha. A permissão dessas mães em aceitar seus filhos namorar é visto de como uma evolução, perante o contexto que elas trazem em que seus filhos vivem.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



4. Projeto de Vida

Falar sobre essa liberdade, talvez futura na vida desses adolescentes, foi de grande importância para pesquisa, compreender como esses pais reagem e a sua forma de aceitação perante a vida futura dos seus filhos. Vera e Joana relatam um pouco sobre como é esse planejamento na vida de suas filhas e sua aceitação perante a isso.

“É meu sonho sabe! ela se casar, eu tenho o maior desejo assim, as vezes o pessoal fala assim, as mais ela não vai conseguir, eu falo, vai, nada pra Deus é impossível, ne!! Eu sinto assim, que ela fala que vai casar, ela passa na rua, ver o vestido de noiva, ela fala, eu vou casar, eu vou comprar aquele vestido ali, a senhora vai comprar pra mim? E tudo, na cabecinha dela ela só vai casar com E, que é o menininho que ela gosta, só vai casar com E, e vai pra casa dele, e vai ter a casa dela, ela mesmo, na cabecinha dela programa, e eu incentivo, é o desejo dela e meu também.” (Vera).

“Pra mim uma aceitação normal! pra mim eu tenho assim ah não vai namorar não, pra mim ela vai fazer tudo que os outros fazem! eu não tenho essa distinção de jeito nenhum, eu vou pra congresso, nos congressos a gente ver os casais, é maravilhoso, os casais, eles namorando, os casados já que vão para os encontros, você precisa de ver, é muito bom, então vale apenas investir mesmo, pra eles, que eles tem condições de fazer tudo, tudo mesmo, normal.” (Joana).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Vera e Joana descrevem esse planejamento de uma forma entusiasmada em verem suas filhas terem um futuro como o dos demais adolescentes sem necessidades especiais, a conquista dos sonhos almejados para as filhas, tendo uma expectativa que suas filhas desenvolvam uma autonomia e a constituição de uma família.

5. Considerações finais

Diante da discussão apresentada no decorrer do trabalho, a sexualidade ainda é um assunto de difícil aceitação. É explícito que a temática proposta na pesquisa, possui dois tabus: falar sobre sexualidade e relatar a sexualidade de sujeitos com necessidades especiais. Mesmo diante dos avanços que a sociedade vem alcançando, de acordo com mudanças históricas e políticas, ainda existem limitações sobre a sexualidade de pessoas com necessidades especiais, pois o assunto ainda é visto por muitos como questões incompatíveis.

Ao iniciar a coleta de dados foi observada a dificuldade dos pais em falar sobre sexualidade com a condutora da entrevista, bem como, com seus filhos, a maioria dos entrevistados não conversam com os filhos sobre desejos sexuais ou o que é sexo. Alguns dos entrevistados infantiliza seus filhos adolescentes, alguns até por conta das necessidades especiais que seus filhos têm, esquecendo que esse sujeito também é sujeito com desejos, que sente prazer e vontades como outras pessoas que não tem necessidades especiais.

Diante o resultado analisado na pesquisa, é proposto como sugestão às instituições APAE e Espaço Down, realizar um trabalho com os pais sobre a sexualidade em geral e específica em pessoas com necessidades especiais, posteriormente, para que os mesmos trabalhem com os filhos sobre seus desejos, suas transformações corporais, sobre relações sexuais e um planejamento de vida, para esses adolescentes.

Uma das possibilidades de desdobramento apontado pela pesquisa seria investigar quais são as questões psíquicas e emocionais que fazem com que esses pais não tenham



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



um diálogo direto com seus filhos, onde pode ser trazido se é uma questão da infantilização desses adolescentes ou se por acreditarem que seus filhos por terem necessidades especiais não têm desejos sexuais, seria uma proposta de uma nova pesquisa a parte da que foi realizada.

Diante da análise da pesquisa, conclui-se a importância do diálogo, e da busca do conhecimento, entendendo que a sociedade ainda passa por tabus e preconceitos que interfere na construção de sujeitos. Compreendendo que o indivíduo com síndrome de down sente desejos sexuais e pode ser vivido como qualquer outro indivíduo sem a síndrome.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. Livro: **ADOLESCÊNCIA NORMAL - Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981. Acesso em: 27/10/2017.

BRASIL. Decreto (1990). **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 28/10/2017.

CASTELÃO, Talita Borges; SCHIAVO, Márcio Ruiz; JURBERG, Pedro. Artigo - **Sexualidade da pessoa com síndrome de Down**. Centro Universitário Adventista de São Paulo, SP, 2002. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102003000100007&script=sci_arttext&tlng=#ModalArticles. Acesso em: 04/04/2018

COSTA, Elis Regina da; OLIVEIRA, Kênia Eliane de; **A SEXUALIDADE SEGUNDO A TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA E O PAPEL DOS PAIS NESTE PROCESSO**. Revista, v.2, n. 11, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20332>. Acesso em: 23/10/2017.

COUTINHO, L. G. **Adolescência e Errância: destinos do laço social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nau, 2009. Acesso em: 10/11/2017.

FREUD, Sigmund. Livro - **Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901 – 1905)**. Publicada em 1925.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GIL, Antônio Carlos. Livro - **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 27/04/2018.

LAKATOS, Eva Maria. Livro – **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º Ed. São Paulo, 2010. Acesso em: 09/05/2018.

MINAYO, Cecília de Souza, livro – **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 21ª edição, Petrópolis, J: Vozes, 1994. Acesso em: 23/10/2017.

MOREIRA, Lília MA. Gusmão Fábio AF. Expectativas de desenvolvimento: visão panorâmica. In: Pueschel SM, org. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Tradução Lúcia Helena Reily. Campinas: Papyrus; 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v24n2/a11v24n2>. Acesso em: 24/0/2017.

OMS - Organização Mundial da Saúde; **Definição: o que é adolescência** – Disponível em: <https://m.suapesquisa.com/ecologiasaude/adolescencia.htm>. Acesso em: 18/10/2017.

PIRES, Carla Salati Almeida Ghirello-. Livro - **Síndrome de down: Perspectivas Atuais**. Edições UESB, Vitória da Conquista-BA, 2016. Acesso em: 27/04/2018

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15/11/2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE GUANAMBI E CAETITÉ BAHIA E SUAS
IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE APRENDER**

Andressa Laiane Santos Oliveira

Dalva Araújo de Jesus

Edilene Magalhães Nunes

Edth de Paula Bonfim de Matos

Keila Patrícia de Souza Lacerda

Graduandas em Psicologia

Centro Universitário FG - UniFG

E-mail: paulaa2b.mattos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação infantil de qualidade é um direito firmado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), lei 9.394/96. Para fazer com que este direito seja garantido na prática, o Estado necessita desenvolver ações que se materializam por meio das políticas públicas. Estas são entendidas como um conjunto de ações e decisões por parte do governo, no âmbito nacional, estadual e municipal, voltadas para a solução de problemas e demandas da sociedade (LOPES; AMARAL, 2008).

Conforme Brito (2012), as políticas públicas para Educação Infantil visam assegurar um atendimento de qualidade às crianças, o que requer por parte do poder público o planejamento de infraestrutura, espaços, mobiliários e materiais apropriados. É

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



necessário que haja também investimentos na capacitação de professores e demais profissionais, bem como a elaboração de planos curriculares. Por outro lado, a garantia legal destes direitos não significa, necessariamente, a sua efetivação. O que acontece na maioria das vezes, é que estas instituições não cumprem com a finalidade para a qual foram criadas, atuando como um “alojamento de crianças”.

Partindo do ponto de que as políticas públicas para educação infantil atuam visando oferecer as condições necessárias para a promoção de uma educação de qualidade, que facilite os processos de aprendizagem, o motivo sob o qual nos debruçamos nesse trabalho foi o de avaliar se as creches dos municípios de Guanambi-Ba e Caetité-Ba fornecem as condições estruturais necessárias para a promoção de uma educação conforme o previsto na legislação.

METODOLOGIA

O presente artigo foi realizado com base nos dados coletados em duas creches e nas Secretarias de Educação situadas nos municípios de Guanambi-BA e Caetité-BA, no mês de novembro de 2015. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura existente sobre o tema abordado e, após esclarecimentos com relação ao objetivo da pesquisa, foi aplicada a entrevista para coleta dos dados. Em seguida foi realizada a análise dos dados obtidos. Foi utilizada também a abordagem de cunho marxista que focaliza as instituições como ferramentas de transformação social e efetivação de direitos, conforme assinala Rodrigues (2013). Buscou-se informações sobre a quantidade de alunos usuários da política pública; sexo; existência ou não, nas creches mencionadas, de espaços adequados para a implementação desta política, mobiliário adequado, materiais didáticos apropriados e profissionais capacitados para a função exercida.

DESENVOLVIMENTO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Segundo Lopes et al (2008) o papel incumbido ao Estado na sociedade brasileira sofreu modificações com o decorrer do tempo. Nos séculos XVIII e XIX, sua principal tarefa era a de promover a segurança pública e a defesa contra ataques inimigos. Entretanto, com a ampliação da democracia as responsabilidades do Estado também se ampliaram. Recentemente, seu papel está voltado para a promoção do bem-estar social. O autor afirma ainda que, em seu artigo 23, a Constituição de 1988 estabelece o cumprimento de uma série de direitos e garantias à sociedade, dentre eles o direito à Educação Infantil (inciso V) para crianças de 0 a 6 anos. De igual modo, ao tratar sobre a Educação Infantil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, assegura em vários de seus artigos, a prioridade do atendimento a esse direito.

O marco fundamental na educação infantil ocorreu em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei 9.394/96, que unificou a educação infantil ao sistema educacional brasileiro, como sendo a primeira etapa da educação básica (MOREIRA; LARA, 2012). A LDB em seu artigo 29º garante que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (MOREIRA; LARA, 2012, p. 133).

Neste sentido, Nascimento (2012) afirma que foi a partir da lei supracitada que a criança passou a ser concebida como um sujeito de direitos, e não mais como objeto de tutela como previa as leis anteriores.

Segundo Mathias e Paula (2009), a educação infantil, sendo a primeira etapa da Educação Básica, forma as bases para o desenvolvimento da personalidade, da vida emocional, da inteligência e da socialização da criança, sendo que as experiências infantis marcam profundamente o sujeito. Quando tais experiências incidem de maneira positiva, trarão resultados positivos ao longo de sua vida.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Além disso, Barbosa e Souza (2012) trazem que o processo de aprendizagem é influenciado por uma multiplicidade de fatores intervenientes, como os citados anteriormente, políticas públicas educacionais, organização do espaço escolar, formação do profissional docente, material didático, entre outros. Deste modo, o “não aprender” está relacionado a toda uma produção do fracasso escolar, mas que muitas vezes é materializado sob forma de uma queixa por parte da escola sobre o indivíduo que “não aprende”.

Brito (2012) afirma que as políticas públicas para Educação Infantil visam, neste contexto assegurar um atendimento de qualidade às crianças e um desenvolvimento integral, o que requer por parte do poder público o planejamento de espaços, mobiliários e de materiais apropriados e a promoção de instituições para atender ao público infantil. É necessário também que haja investimentos na capacitação de professores e profissionais qualificados e elaboração dos planos curriculares, entre outras ações que necessitam de recursos públicos para o seu cumprimento.

Para a criação e o gerenciamento das Políticas Públicas é necessário contar com recursos financeiros e um planejamento em longo prazo (LOPES et al., 2008). Para tanto, os municípios contam com o apoio de importantes ferramentas tais como o Plano Diretor, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento, criados para este fim.

Ainda segundo a autora supracitada, com a divulgação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no ano de 2007, os municípios passaram a receber amparo para essa primeira etapa da educação.

Lopes et al (2008) afirma ainda que a Constituição Federal de 1998 antevê a participação ativa de todos os entes que integram a federação, União, Estados e Municípios. Brito (2012) corrobora neste sentido, afirmando que, constitucionalmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem estabelecer um regime onde



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



todos possam cooperar com seus sistemas de ensino. Isso implica em uma definição de políticas públicas de modo articulado com a colaboração de todos.

No entanto, a questão que se coloca é que, na prática, o processo de implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas cumprem apenas um aspecto formal, pois as determinações e decisões finais ficam em poder dos gestores municipais no que se refere à ampliação do atendimento à educação infantil no nível municipal. Sendo assim, o poder público municipal, muitas das vezes, tem negligenciado a efetivação do direito à educação infantil garantido por leis e, desta forma, o público infantil tem ficado desassistido.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que embora ambas as creches possuam um local público e disponibilizado pela prefeitura, este local não possui estrutura física adequada, com espaços para diversas atividades. Na cidade de Caetité-Ba a creche atende a um número maior de crianças 82/83, ao passo que na cidade de Guanambi, com quase o dobro da população, atende apenas a 70/75 alunos, pois a estrutura do local não comporta um número maior.

No que dizer respeito à mobiliária, esta se mostrou bastante defasada na creche da cidade de Guanambi-Ba, poucas carteiras, quadro a giz e faltam espaços para armazenamento do pouco material didático possuído. Já na creche da cidade de Caetité-Ba a mobiliária se mostrou adequada. Os recursos didáticos são escassos em ambas as instituições e não contemplam as necessidades dos alunos.

Com relação ao número de funcionários percebe-se uma equivalência entre as duas creches. No entanto, esta quantidade aparenta ser insuficiente se considerarmos a quantidade de alunos que fazem uso desta política.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No que tange à capacitação profissional, verificamos que tal aspecto se efetua nas instituições avaliadas, pois os profissionais que atuam no cuidado às crianças, segundo as informações coletadas, são todos qualificados para os cargos exercidos.

No que se refere aos recursos financeiros, estes se mostram insuficientes para a manutenção das creches, pois o Fundo Nacional de Educação (FNDE) repassa uma quantia que varia apenas entre 2.000 e 2.700 reais (anual) em ambas as creches.

Tais resultados corroboram com a ideia trazida por Pereira (2012), segundo a qual o poder público tem negligenciado a efetivação do direito a uma educação infantil de qualidade, conforme garantido por leis, desta forma, o público infantil tem ficado desassistido. Percebe-se também que não foram constatadas em ambas as creches as condições necessárias descritas por Brito (2012) para uma educação de qualidade, que facilite o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

O espaço físico destinado às crianças da Educação Infantil deve ser planejado conforme a faixa etária das crianças, possibilitando a elas usufruir do mesmo de uma maneira lúdica e prazerosa, sem que essa aprendizagem seja comprometida pela falta de adequação dos espaços. Da mesma forma, a carência de materiais didáticos que correspondam com a proposta pedagógica influencia negativamente sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil (MOREIRA; CONSIGLIO, 2012).

Lopes et al (2008) afirmam que para a criação e gerenciamento das Políticas Públicas é necessário, por parte do poder público, de recursos financeiros e um planejamento a longo prazo. Para tanto, os municípios contam com o apoio de importantes ferramentas tais como o Plano Diretor, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento, criados para este fim.

No entanto, o que se verifica é que na prática o processo de implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas cumprem apenas um aspecto formal, pois as determinações e decisões finais ficam em poder dos gestores



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



municipais no que se refere à ampliação do atendimento à educação infantil no nível municipal.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou avaliar se as creches dos municípios de Guanambi-Ba e Caetité-Ba fornecem as condições estruturais necessárias para a promoção de uma educação conforme o previsto na legislação. É sabido que na esfera das Políticas Públicas educacionais, as creches desempenham uma importante função na promoção de uma educação de qualidade. Este direito foi firmado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo concretizados através das políticas públicas.

As políticas públicas se caracterizam por ações desenvolvidas pelo Estado e influenciadas por diversos setores da sociedade, visando atender às demandas sociais, ocorrendo de modo articulado com os diversos entes da federação.

Diante dos resultados obtidos conclui-se que o poder público municipal tem negligenciado a efetivação do direito à educação infantil garantido por leis. As creches analisadas apresentam deficiências que acabam por retratar o descaso governamental, o que acarreta prejuízos aos educandos, pois não têm acesso a espaços adequados, mobiliária, materiais didáticos, profissionais suficientes recursos financeiros, aspectos essenciais para a promoção de uma educação que promova um desenvolvimento e aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rabello. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/18.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2015.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BRITO, Cintia Falcão. **Políticas Públicas para Educação Infantil: Uma relação entre entes Federado.** Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/CintiaFalcãoBrito_GT5_resumo.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. p. 48.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio; PAULA, Sandra Nazareth de. A Educação Infantil no Brasil: Avanços, Desafios e Políticas Públicas. **Revista Interfaces: Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2009. Disponível em: <

http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170419175323.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

MOREIRA, Adriana Martins; CONSIGLIO, Iraê Liliana da Silva. Creches enquanto espaço de aprendizagem: desafios, limites e possibilidades do trabalho com cantos no desenvolvimento de crianças do berçário. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade.** São Cristóvão- SE/Brasil, 2012. Disponível em:<

http://educonse.com.br/2012/eixo_10/PDF/5.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001).** Maringá: Eduem, 2012. 246 p. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/kcv6j/pdf/moreira-9788576285854.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2015.

NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso. As Políticas Públicas de Educação Infantil e a Utilização de Sistemas Apostilados no Cotidiano de Creches e Pré-Escolas Públicas.

Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 17 n. 49, 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a03v17n49.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. **Políticas Públicas.** 1ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013. p. 79.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO D - PSICOLOGIA E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(RE) PRODUZINDO CUIDADO: ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O JUNTO AOS FAMILIARES CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Flávia dos Santos da Silva de Oliveira

Psicóloga CRP 03/ IP 17936, Pós-graduanda em Atenção Psicossocial no SUS e SUAS

Faculdade de Tecnologia e Ciências -

Jequié

Flavia.s02@hotmail.com

Juliane dos Santos Almeida

Psicóloga, Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC/Jequié. Especialista em Atenção Psicossocial no SUS e SUAS. Mestranda em Saúde Pública – UESB

INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica no Brasil surge como proposta de construção de um novo estatuto social para a pessoa com transtorno mental, ou seja, o de cidadão com direitos e garantias como os demais cidadãos brasileiros (SANTOS; EULALIO; BARROS, 2015). Através da luta em favor de mudanças no modelo de atenção e gestão das práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços e protagonismo dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde mental (BRASIL, 2001; BRASIL, 2005).

Este processo, no entanto, conforme aponta Bezerra (2007) não é apenas um processo complexo que busca desfazer o aparato e a cultura manicomial que ainda se mantém hegemônica, mas, sobretudo, construir uma nova maneira de olhar e lidar com o sujeito louco, como aquele que pensa, sofre, sonha, sente e deseja estar na vida.

Alguns autores como Soares e Munari (2007), Santos, Eulalio e Barros (2015) pontuam que com o advento da Reforma psiquiátrica, a Família da pessoa com transtorno



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mental torna-se protagonista do processo do cuidado, uma vez que representa a extensão mais importante no tratamento terapêutico, na reabilitação psicossocial, podendo contribuir para a efetivação e resolutividade dos serviços substitutivos como co-responsáveis pelo cuidado.

Neste aspecto Kebbe et al., (2014) afirmam que a aproximação da família no processo do cuidado foi uma relevante conquista da desinstitucionalização, pois a partir de então a família pôde auxiliar junto ao sujeito com transtorno mental em suas atividades cotidianas, como por exemplo, o autocuidado e o lazer, exercendo papel colaborativo na assistência ao paciente junto aos profissionais de saúde mental.

Diante de tais considerações, cada família deve ser considerada em sua singularidade, dinâmica e estrutura própria para que se possa constituir um “bom vínculo” instituição- família. Neste caso, é imprescindível oferecer orientação sobre como lidar com a pessoa com transtorno mental, cujas intervenções junto aos familiares perpassam caminhos emocionais significativos (SANTOS; EULALIO; BARROS, 2015). Uma vez que, “quem cuida também precisa de cuidado”. Visto que, o processo de adoecimento vai além de um conjunto de sintomas, perpassando outras representações, de ordem simbólica, moral, social ou psicológica tanto para o portador como para a família. Neste sentido, é fundamental ressaltar as mudanças advindas da própria concepção de saúde, não mais entendida como ausência de doença, mas, como um processo relacionado a diversos fatores como as condições de vida e o lugar ocupado por cada sujeito social em um dado campo subjetivo e abrangente, resultando conseqüentemente na valorização da subjetividade e inclusão social desses sujeitos (SANTOS, 2014; AMARANTE, 2009).

Isso posto, emerge a psicologia nos serviços públicos de saúde, no final da década de 1970, com a finalidade de construir modelos alternativos ao hospital psiquiátrico. Mediante vários movimentos e debates com objetivo de romper com o saber hegemônico dominante de atenção à saúde e, produzir uma reforma nas políticas e práticas de saúde



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que vigoravam no Brasil, possibilitando a efetivação da saúde por toda a população, com participação ativa no processo de formulação e implementação das políticas públicas (DIMENSTEIN, 1998).

Nesse sentido, o que se pretende problematizar nesse artigo são atuações desvinculadas do contexto social que estão desde a história da Psicologia associada ao controle, higienização, segregação, que era direcionada apenas à manutenção do estado das coisas. Para tanto, este trabalho tem como objetivo discutir sobre atuação da/o psicóloga/o nas políticas públicas de saúde, especificamente no que cerne a produção de cuidado junto aos familiares cuidadores de pessoas com transtornos mentais.

Desta forma, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de discutir a oferta de cuidado aos familiares cuidadores de pessoas com transtorno mental, mediante as políticas públicas de saúde e a inserção da/o psicóloga/o neste contexto, considerando todos os aspectos vivenciados por este núcleo familiar. Especificamente, observa-se fundamental relevância de mais estudos acerca da importância da atuação da/o psicólogo neste cenário, que possam aproximar-se gradativamente do fenômeno. Além disso, atribui-se relevo ao fato de que estudos como o do presente trabalho auxiliam na reflexão da produção do cuidado orientadas para a promoção da qualidade de vida dessas pessoas. Ademais, tem o potencial de sugerir ideias fecundas em Psicologia para novos estudos e delineamentos metodológicos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto que não se preocupa com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014), de cunho bibliográfico desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de artigos científicos, livros, periódicos e cartilhas. A principal



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



vantagem da pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2008) reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Tem caráter descritivo, pois visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo (PEROVANO, 2014), cujo objetivo primordial, conforme preconiza Gil (2008) é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O método de análise foi baseado na revisão narrativa, que é segundo Rother (2007), apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou conceitual, além de permitir ao pesquisador estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Buscando discutir sobre a atuação da psicologia no campo da saúde mental, mediante o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, a fim de compreender a família como cuidadora de pessoas com Transtornos Mentais, foi realizada uma busca minuciosa de artigos em sites específicos a partir dos descritores: Desinstitucionalização; Saúde Mental *and* Psicologia e Cuidadores *and* Saúde mental, relacionados com o tema proposto, como também a busca manual de livros e cartilhas referentes ao tema, optando-se por publicações mais recentes.

A pesquisa foi realizada a partir da busca em diferentes bases de dados, como a Biblioteca Virtual em Saúde - BVSScientific Electronic Library Online – Scielo, e no Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePSIC, onde foram encontrados na Biblioteca Virtual em Saúde 54 artigos, no Scielo 20, e nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia 40 artigos que abordam sobre o tema apresentado.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para a coleta de dados, foram utilizados como critérios de inclusão artigos completos com recorte temporal de 2012 a 2017¹¹ disponíveis gratuitamente, periódicos indexados nas bases de dados virtuais, de acordo com a temática, artigos disponíveis na íntegra, cujo idioma fosse o português. Já nos critérios de exclusão, refutaram-se estudos que não foram disponibilizados na íntegra, títulos não condizentes com os descritores e artigos duplicados. A escolha dos artigos se deu através da leitura dos resumos e texto completo. Ao todo foram encontrados 114 artigos e realizado o afunilamento, chegou-se a quantidade de 20 artigos, três cartilhas e três livros – Cartilhas e livros busca manual. Convém salientar que o tempo de coleta das informações para a realização do presente trabalho, ocorreu no período entre Agosto a Outubro de 2017.

RESULTADO E DISCUSSÕES

“Pois a vida não é o que se passa apenas em cada um dos sujeitos, mas principalmente o que se passa entre os sujeitos, nos vínculos que constroem e que os constroem como potência de afetar e ser afetado” (BRASIL, 2010).

Como distinguir um louco, se a loucura é confusa e imperceptível para os olhos humanos? “A loucura só existe em relação à razão” (FOUCAULT, 1972 p. 184). A loucura entendida numa perspectiva Foucaultiana, durante muitos anos relacionava-se à existência de demônios, feitiçaria, religiosidade, desatino, paixões avassaladoras, crenças religiosas, ao crime e etc. Nesta perspectiva, corrobora Foucault para a loucura como “um sutil relacionamento que o homem mantém consigo mesmo” (1972, p. 24), ou seja, não

¹¹ Cabe ressaltar que foram utilizados alguns materiais com recorte temporal anterior ao citado acima, como por exemplo, de 2001 a 2010 por se tratarem de artigos fundamentais para o embasamento teórico e autores renomados no quesito Saúde Mental.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



necessariamente como a realidade do mundo, mas sim uma realidade em que o homem acredita existir.

Diante desta prerrogativa, a loucura foi considerada como um distanciamento entre a razão e a não razão, tratada de uma forma “ignorante”, sem tratamento nem internação adequada, o que gerou conseqüentemente, formas de tratamento, sabidamente, desumanas e humilhantes. No entanto, aponta-se para o rompimento dessa visão com a contribuição da obra de Pinel que acreditava que o “louco” necessitava de cuidados, remédios e principalmente do suporte de outras pessoas (FOUCAULT, 1972). Tal desconstrução foi fundamental para que pudesse desenvolver um novo olhar para a loucura e para inserção das famílias no processo de cuidado.

Assim, mudanças foram conquistadas e o espaço social foi renovado, de forma que as práticas em assistência foram repensadas, desdobrando-se sobre a percepção do sistema familiar como parte do processo, prestando inicialmente apoio sentimental, responsabilizando-se pela vigilância do familiar acometido de transtorno mental, de forma que o impedisse de cometer desordens sociais.

Porém, esses sujeitos passaram a ter liberdade de forma disfarçada e sutil, estando o “louco” sob as ordens da família, ao invés de estar enclausurado ou internado. O discurso do médico permanece aceito *a priori* como verdadeiro e detentor do saber. E mesmo que a repressão física e os maus-tratos contra a loucura estivessem mascarados, o conceito social em relação ao predomínio da loucura ainda prevalecem mantidos e reproduzidos até hoje.

É notório, que vários avanços foram conquistados mediante o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil impactando significativamente no investimento da desinstitucionalização psiquiátrica, desde a redemocratização do país até a implantação de políticas públicas, coadunando com as dimensões jurídico-política conforme apontada por Amarantes (2007) no que tange às mudanças na legislação sanitária, penal e civil, e nos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conceitos sobre doença mental (AMARANTE, 2007; BRASIL, 2009; MELO, 2012; SANTOS, 2014).

Com a implantação das políticas públicas e as respectivas mudanças no modelo de atenção à saúde, visando objetivar a qualificação e ampliação do cuidado às pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2009), o modelo biomédico deixa de ser o centro, como anteriormente determinado e passa a ser complementar, configurando uma perspectiva multidimensional do sujeito, biopsicossocial e espiritual (SILVEIRA, 2009).

É fundamental ressaltar mudanças advindas da própria concepção de saúde, não mais entendida como ausência de doença, mas, como um processo relacionado a diversos fatores como as condições de vida e o lugar ocupado por cada sujeito social em um dado campo subjetivo e abrangente, resultando consequentemente na valorização da subjetividade e inclusão social desses sujeitos (AMARANTE, 2009; SANTOS, 2014). Que anteriormente eram retidos do convívio social, pois denotavam desordem, incômodo e periculosidade, submetidos às práticas higienistas excludentes em ambientes insalubres e desumanizantes, mascaradas como cuidado.

Diante do exposto acima, é sabido que durante muito tempo, a saúde mental se constituiu como um campo de exclusão, porém com o desenvolvimento de práticas, serviços e concepções humanizadas, pôde ser considerada como um dispositivo de potencialização da relação entre usuários e trabalhadores em saúde mental. Desta forma, foi possível colocar a doença entre parênteses não como negação da sua existência, mas, tendo como foco principal o sujeito portador de transtorno mental (BASAGLIA, 1985), sendo este participante ativo do seu processo de adoecimento, capaz de desenvolver a sua autonomia e perceber as suas potencialidades.

Deste modo, olhar para realidade compreendendo a pessoa em relação ao processo de adoecimento e sofrimento psíquico amplia-se os modos de oferecer o cuidado, aproximando-o da sua rede social – família, ambiente social e cultural – gerando

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



consequentemente uma melhor compreensão do seu processo saúde-doença e de sua história de vida (BRASIL, 2009).

Compreender a pessoa com transtorno mental, dentro do seu contexto familiar, é compreender o impacto produzido nos envolvidos (NAVARINI; HIRDES, 2008), tendo em vista assumir a corresponsabilização do cuidado de forma que possa promover a autonomia e o empoderamento dessas pessoas, configurando-se como atividade complexa, pois envolve laços afetivos que independe de consanguinidade (LIMA; AGUIAR; SOUSA, 2015; SANTOS; EULÁLIO; BARROS, 2015).

Mediante tais considerações, alicerçado ao processo de mudança do paradigma de atenção à saúde mental e da desinstitucionalização psiquiátrica, desdobra-se sobre a família¹² o papel de protagonista, como o principal agente com forte potencial de cuidado, participante ativo no processo de tratamento e reabilitação psicossocial, fazendo-se necessária assisti-los no processo de tratamento (SOARES; MUNARI, 2007; LIMA; AGUIAR; SOUSA, 2015; SANTOS; EULÁLIO; BARROS, 2015).

Ao passo que o familiar vai se apropriando da função de ser cuidador, em muitas situações vai se envolvendo no cuidar descaracterizando-se até que não haja mais pertença em sua vida, sentindo-se sobrecarregados e consequentemente renunciam suas necessidades e vontades para atender integralmente aos interesses do sujeito acometido de transtorno mental, tornando-se seu “objetivo de vida” (MONTEIRO; LANG, 2015).

A multiplicidade de papéis atribuída ao familiar provedor do lar e cuidador informal gera consequentemente uma sobrecarga¹³ (BANDEIRA; SANTOS, 2015).

¹² “Núcleo formado por pessoas que convivem em determinado lugar, durante um espaço de tempo mais ou menos longo e que se sentem unidas. Pode ser composta por todos aqueles que estão próximos e que exercem influência direta, negativa ou positiva sobre os seus membros. São muitas vezes ascendentes, descendentes, colaterais e até vizinhos” (SANTOS; EULÁLIO; BARROS, 2015).

¹³ O conceito de sobrecarga se refere ao impacto negativo do papel do cuidador na vida do familiar e envolve duas dimensões: objetiva e subjetiva. A objetiva se refere às conseqüências concretas e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Diante desta realidade, é importante ressaltar a especificidades nas formas com as quais cada grupo familiar reagirá, podendo utilizar estratégias de enfrentamento adaptativas ou não, desenvolvidas a partir de fatores como subjetividade, vivências e interações construídas a partir do contato social com outras pessoas (MONTEIRO; LANG, 2015).

Percebe-se que as estratégias são desenvolvidas de acordo com as vivências de cada sujeito e o modo como eles entendem e lidam com a sobrecarga de ter um paciente psiquiátrico na família. Em contrapartida, alguns fatores estão associados a uma melhor capacidade de enfrentamento dos familiares, quando desenvolvem atividades fora de casa com maior frequência, quando dispõem de uma profissão gratificante, pertencem a um grupo de ajuda mútua, ao colocarem limites no comportamento do paciente, bem como possuir uma religião como fonte de apoio social (BANDEIRA; BARROSO, 2005). Neste aspecto, compreende-se que é de fundamental importância as famílias estarem inseridas em outras atividades fora do ambiente doméstico, de maneira significativa em prol da diminuição da sobrecarga sentida.

Conforme essas novas configurações advindas da Reforma Sanitária e consequente Reforma Psiquiátrica, no que tange o processo de desinstitucionalização e surgimento dos modelos substitutivos, bem como o papel da família no processo de cuidado e a própria concepção de saúde/doença, foi necessário à psicologia se apropriar dessas nuances (BRASIL, 2004). Inserindo-se no contexto das políticas públicas, rompendo com a ideia de clínica tradicional, que desde a sua origem estava atrelada a uma perspectiva individualista, ligada aos interesses de uma camada detentora de poder político, econômico e social, ou seja, a Burguesia (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007), cuja prática profissional ainda era desvinculada do contexto social.

observáveis. Já a sobrecarga subjetiva, envolve reação emocional do familiar, incluindo o sentimento de incômodo ao realizar as tarefas de assistência (BANDEIRA & SANTOS, 2015).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dessa forma, a história da Psicologia nos evidencia uma tradição associada a uma perspectiva higienista, associadas às práticas sociais e políticas à manutenção do *status quo*. Deste modo, historicamente e contextualmente a falta de capacitação dos profissionais inseridos no atual modelo de atenção à saúde mental, impacta consequentemente no desenvolvimento do trabalho ao tentarem reproduzir modelos clínicos, dentro dos serviços substitutivos. Fazendo-se necessário romper com conceitos padronizados e enraizados em nossa sociedade sobre patologias e diagnósticos de doença mental, ampliando a visão de cuidado, levando em consideração a subjetividade e a singularidade de cada pessoa com transtorno mental (BOCK, 2010; MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007).

Longe de uma crítica no sentido de anular ou desconsiderar a Psicologia enquanto terapia convencional, visto que seus pressupostos teóricos embasam a atuação e compreensão do ser humano, mas, no sentido de compreendê-lo enquanto relacional e contextual fruto de um encontro social, e por entender, que a “produção de saber” não deve se restringir apenas a técnicas e/ou reprodução de técnicas, mas que devem ser articuladas ao processo de valorização da subjetividade, propiciando serviços mais acolhedores e com maiores possibilidades de vínculos, produzindo sujeitos ativos e atuantes no processo de adoecimento.

No que tange a articulação e valorização da subjetividade, destaca-se a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) estabelecida através da Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011, em substituição ao padrão hospitalocêntrico e manicomial, pautado nos princípios da Reforma Psiquiátrica e Reforma Sanitária, tendo como objetivo geral a ampliação do acesso à atenção psicossocial da população em geral, produzindo e ofertando informações sobre os direitos das pessoas, medidas de prevenção e cuidado e os serviços disponíveis na rede (BRASIL, 2011).

Como um modelo substitutivo a RAPS é composta por serviços variados, tais

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidade de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III) (BRASIL, 2013).

Compreende-se que esse modelo busca a inserção das pessoas com transtorno mental, ao convívio social e não a segregação, através da integração dos sujeitos, famílias, comunidade e equipe multi e interdisciplinar, trabalhando em conjunto, propiciando o acolhimento e cuidado, possibilitando a atenção integral aos envolvidos dentro da rede.

Diante de tais ponderações, qual têm sido o papel da psicologia e quais ações desenvolvem nesta dimensão técnico-assistencial do cuidado em saúde mental, de fato? Neste aspecto, a Psicologia é convidada a desenvolver estratégias que possam adequar o seu “instrumento teórico-prático” de modo a promover a reintegração e ressocialização dos usuários por meio do cuidado contínuo e do desenvolvimento de abordagens participativas, onde usuários, familiares e comunidade sejam reconhecidos como atores e protagonistas, coparticipes na gestão de políticas públicas voltadas a saúde, motivando a promoção de “serviços descentralizados, flexíveis e apropriados aos interesses dessa clientela” (BRASIL, 2004; CANTELE; ARPINI, 2012).

Estratégias estas pautadas na política do humaniza SUS, no sentido de promover modelos de cuidados efetivos, não focalizados no processo de adoecimento, mas na oferta de espaços acolhedores e facilitadores de ações e troca de experiências entre os próprios usuários e seus familiares, possibilitando o compartilhamento de suas dúvidas, angústias e alegrias, fazendo com que estes possam se aproximar com maior facilidade do tratamento das pessoas com transtorno mental (SOARES; MUNARI, 2007).

Nessa mesma direção Jorge et al., (2011) ratifica que a responsabilização deve ser mútua, ou seja, uma corresponsabilização entre terapeuta/usuário/serviço/família na

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tentativa de minimizar os efeitos nocivos da doença mental e estimular a capacidade do usuário e família para o enfrentamento de seus problemas.

Para tanto, concorda-se com Santos (2014), sobre a necessidade de promover ações na dimensão técnico-assistencial, no que diz respeito à (re) formulação de lugares e conceitos cristalizados na sociedade, de modo que os próprios profissionais inseridos na saúde mental possam reconhecer cada sujeito em sua singularidade e potencial.

É importante destacar que o contexto social, cultural, econômico onde esses sujeitos estão inseridos deve ser levado em consideração, possibilitando a sua própria reinserção na sociedade. Produzindo e desenvolvendo práticas e saberes que potencialize e articule no território os diferentes recursos disponíveis no sistema de saúde e na comunidade, investindo cada vez mais nos sujeitos em seus recursos possíveis, e não meramente como reprodução de modelos engessados e estereotipados, enquadrando-o num lugar onde não há possibilidade de ser, promovendo a ampliação da clínica do cuidado de uma pessoa para outra pessoa (BRASIL, 2010).

Diante disso, entende-se que a/o profissional psicóloga/o pode auxiliar os familiares a desenvolverem estratégias de enfrentamento para lidarem melhor com o processo de adoecimento, não reproduzindo modelos prontos e cristalizados, mas trabalhando as incapacidades, os medos, as necessidades, angústias e os sonhos desses sujeitos para que eles possam conquistar a sua autonomia. Como também, acolhendo e promovendo o empoderamento desses familiares, para que eles possam se empoderar, e consequentemente empoderar os sujeitos com transtornos mentais (VASCONCELOS, 2013).

E ao possibilitar essa potencialização na relação família - doença - pessoa que sofre Jorge et al, (2011) traz que o profissional consequentemente integra estratégias de aproximação e efetivação de uma prática resolutiva voltada para o modo de vida de cada usuário. Sendo assim, cabe a/os psicóloga/os expandirem suas práticas inserindo-se em



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atividades referentes à promoção da saúde e a qualidade de vida, ancorados aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, respectivamente a Universalidade, equidade e Integralidade (LEI 8.080/1990). Do mesmo modo que articulado aos objetivos do funcionamento das instituições, desenvolvendo/criando projetos e programas conforme as demandas da população, construindo saberes com outros profissionais envolvidos na área em prol do cuidado, reconhecendo a família como suporte fundamental, não apenas como instrumentalizadora de cuidado, mas, como pessoas que também precisam de cuidado (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, perceber-se que a Reforma psiquiátrica gerou importantes mudanças no campo da saúde mental no Brasil, desde a alteração aos modelos hospitalocêntricos até os serviços substitutivos (RAPS), como também a inclusão de outros sujeitos na assistência às pessoas com transtornos mentais. A partir disso, a família se inseriu no campo da saúde mental e passou a ser vista como corresponsável pelo cuidado, como também sujeito merecedor de tal.

Através deste estudo percebeu-se que o olhar para os familiares cuidadores de pessoas com transtornos psiquiátricos passa a ser diferenciado, como sujeitos que precisam ser acolhidos em seu sofrimento e sobrecarga, para que se sintam amparados e compreendidos. Entretanto, algumas práticas no campo da saúde mental desconsideram a importância de acolher os familiares percebendo-os como sujeitos coparticipes do processo de adoecimento, e quando o reconhecem, reproduzem modelos cristalizados e clínicos dentro das políticas públicas, ao invés de produzir práticas e saberes no campo psicossocial, de modo que empoderem os sujeitos envolvidos, escutando e considerando todas as informações relacionadas às suas demandas. Pois considerá-las significa também enxergá-los enquanto autônomos e não meros receptores de informações, em prol da produção de cuidados efetivos.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A inserção das famílias nesse cenário aponta para um desafio a/o profissional psicólogo/a que atua no campo da saúde mental, visto a necessidade de análise de cada família em sua especificidade, acolhendo e oferecendo orientações para que estas desenvolvam estratégias de enfrentamento eficazes para melhor lidarem com o familiar acometido de transtornos psiquiátricos, considerando a interdisciplinaridade, bem como, a intersetorialidade como potencial na garantia da assistência e cuidado integral, tanto ao usuário quanto às famílias, dispendo-se em desbravar novos horizontes que não somente aos enquadres clínicos da psicologia convencional.

Deste modo, a promoção do cuidado só será possível a partir do momento que todos os autores sociais (profissionais da saúde, familiares, usuários, território e etc.) perceberem-se como (co) responsáveis pelo processo já que a responsabilidade é de todos os envolvidos, mediante serviços articulados e disponíveis no sistema de saúde e na comunidade, inserindo o usuário cada vez mais no seu contexto social, reformulando lugares e conceitos cristalizados na psiquiatria, de modo que a singularidade de cada usuário seja respeitada, pois quem cuida também precisa de cuidado.

Para tanto, através de uma discussão teórica, o presente artigo buscou problematizar uma temática de relevância social e que possui desdobramentos diretos na vida das pessoas, bem como, demonstrar as possibilidades de atuação da/o psicólogo/a no contexto da saúde mental, tanto para o usuário e seus familiares. Com isto, espera-se que o presente trabalho possa auxiliar a prática de estudantes e profissionais de Psicologia, principalmente no que tange a atuação deste profissional nas políticas públicas de saúde. Espera-se ainda, fomentar as discussões seja no meio acadêmico ou na sociedade civil acerca da produção do cuidado na saúde mental. Contudo, vale ressaltar a carência e a importância de estudos na área da psicologia em relação à produção de cuidado no que tange a saúde mental. Tendo em vista essa realidade, atribui-se relevo ao fato de que estudos como o do presente trabalho, auxiliam na reflexão de quais são as estratégias de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



enfrentamento utilizadas pelos familiares que experienciam a tarefa de cuidar do familiar com transtorno mental, além de refletir sobre a atuação da/o psicóloga/o frente às essas demandas, cujas ações se articulem à promoção da qualidade de vida dessas pessoas e seu sistema familiar. Ademais, tem o potencial de sugerir ideias fecundas em psicologia gerando hipóteses para novos estudos e delineamentos metodológicos

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Reforma Psiquiátrica e Epistemologia**. Cad. Bras. Saúde Mental, v. 1, n.1, jan/abr. 2009.

_____. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

BASAGLIA, F. **A Instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

BOCK, A. **“A Psicologia no Brasil”**. A Psicologia como Profissão: Entrevista com Ana Bock. Psicologia Ciência e Profissão, 2010, p. 246-271.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde. **Atenção em Saúde Mental**. Marta Elizabeth de Souza. Minas Gerais, 2006. 238 p.

BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde. **Atenção em Saúde Mental**. Marta Elizabeth de Souza. Minas Gerais, 2006. 238 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **O HumanizaSUS na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 40 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicossocial. Brasília: 2004.

. 2011. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº- 3.088, de 23 de Dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 2011.** p. 9.

CANTELE, J; ARPINI, D. M. A Perspectiva da Psicologia No âmbito da Saúde Mental na Visão dos Psicólogos. **IV Jornada em Pesquisa em Psicologia, Desafios atuais nas praticas da Psicologia**, 2012, p.11-19.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão.** Brasília: CFP, 2010. p. 196.

DIMENSTEIN, M. D. B. O Psicólogo nas Unidades Básica de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos em Psicologia.** v. 3, n.1, 1998, p. 53-81.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972. GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6ª. Ed. - São Paulo, Atlas, 2008.

GUERRA, E. L. de A. **Manual de Pesquisa Qualitativa.** Grupo Ânima Educação. Belo Horizonte, 2014.

JORGE, M. S. B; PINTO, D. M; QUINDERÉ, PH. D; PINTO, A. G. A; CAVALCANTE, C. M. Promoção da Saúde Mental - Tecnologias do Cuidado: Vínculo, acolhimento, co-responsabilidade e autonomia. **Ciênc. saúde coletiva.** v.16. 7º Rio de Jan/Jul 2011.

KEBBE, L. M; RÔSE, L. B. R; FIORATI, R. C; CARRETTA, R. Y. D. Cuidando do familiar com transtorno mental: desafios percebidos pelos cuidadores sobre as tarefas de cuidar. **Saúde Debate.** Rio De Janeiro, v. 38, n. 102, 2014, p. 494-505.

LIMA, M. SILVA DA; AGUIAR, A.C. LEITE D; SOUSA, M. M. O cuidado compartilhado em saúde mental como potencial de autonomia do usuário. **Psicologia em Estudo.** Maringá. v. 20, n. 4, 2015, p. 675-686.

MELO, A. M. C. **Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil.** Cadernos Brasileiros de Saúde Mental ISSN 1984-2147, Florianópolis, v. 8, n. 9,2012, , p. 84-95

MONTEIRO, S; LANG, C. S. Acompanhamento psicológico ao cuidador familiar de paciente oncológico. **Psicologia Argumento,** v. 33, n. 83, 2015, p. 483-795.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MOREIRA, J. de O; ROMAGNOLI, R. C; NEVES, E. de O. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia ciência e profissão**, v. 27, n. 4, 2007, p. 608-62.

NAVARINI, V; HIRDES, A. A família do portador de transtornos mental: Identificando recursos adaptativos. **Texto contexto enferm.** Florianópolis. v. 17, n.4, 2008, p. 680-688.

PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia Científica**. – 1º ed. – Curitiba: Juruá editora, 2014.

SILVEIRA, G. M. Psicoterapia Humanista-Existencial. In: MEDEIROS, M. (Org). **Fazer Psicologia: uma experiência em clínica-escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 43-59.

SANTOS, D. C. S; BANDEIRA, M. Estratégias de Enfrentamento e sobrecarga dos familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos: revisão de literatura. Juiz de Fora. **Psicologia em Pesquisa**. v. 9, n.1, 2015, p. 88-104.

SANTOS, C. F; EULÁLIO, M. DO C; BARROS, P. M. O sentido do Cuidar para familiares de pessoas com transtornos mental: um estudo descritivo. Paraíba. **Mudanças – Psicologia da Saúde**. v. 23, n. 2, 2015, p. 28-35.

SANTOS, R. C. A. **Papéis e funções dos profissionais dos serviços e política de saúde mental em Natal (RN)**. 2014. 165 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2014.

SOARES, C. B; MUNARI, D. B. Considerações acerca da Sobrecarga em familiares de pessoas de pessoas com transtornos mentais. **Ciência e Saúde**, v.6, n.3, 2007, p.2825-2835.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem. v. 20, n. 2, 2007.

VASCONCELOS, E. M. Empoderamento de usuários e familiares em saúde mental e em pesquisa avaliativa/interventiva: uma breve comparação entre a tradição anglo-saxônica e a experiência brasileira. Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, v.18, n.10, 2013, p.2825-2835,.

VOSGERAU, D. S. RAMOS; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, 2014, p. 165-189.; 2014.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**DESINSTITUCIONALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA EM MUNICÍPIO DE GRANDE
PORTE DA BAHIA: O OLHAR DE GESTORES DA RAPS**

Gabriela Andrade da Silva

Professora Adjunta

Universidade Federal do Sul da Bahia

gabriela.silva.ufsb@gmail.com

Antonio José Costa Cardoso

Professor Adjunto

Universidade Federal do Sul da Bahia

antoniojccardoso@gmail.com

Caio Rudá de Oliveira

Professor Assistente

Universidade Federal do Sul da Bahia

caioruda.o@gmail.com

Daniela Viana da Silva

Estudante de Medicina

Universidade Federal do Sul da Bahia

dani_dvs@hotmail.com

Jaqueline Leu Santos

Bacharelada em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



jaque.leu@hotmail.com

Laís Ferreira Soares

Estudante de Medicina

Universidade Federal do Sul da Bahia

laisf.soares@hotmail.com

Renê Luís Moura Antunes

Bacharelado em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia

renemoura09@gmail.com

Samuel Martins de Jesus Branco

Estudante de Medicina

Universidade Federal do Sul da Bahia

samuelbranco2013@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica se consolidou como uma política do Estado entre os anos de 2002 a 2005. Muito mais do que apenas a desospitalização, a desinstitucionalização busca desconstruir saberes e práticas da psiquiatria que tendem à patologização e ao modelo hospitalocêntrico, centrado na doença. Dessa forma, faz emergir o sujeito, a pessoa que sofre. Para tanto, um conjunto de iniciativas políticas, sociais e culturais, administrativas e jurídicas têm sido empregadas, objetivando uma transformação nos campos assistencial, conceitual, cultural e político (AMARANTE,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



1996).

Para a implementação desse modelo assistencial em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil adotou algumas estratégias. Entre elas, destaca-se a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como solução organizativa que compartilha dos princípios do SUS: pública, de base comunitária e submetida ao controle social, de caráter fiscalizador e gestor. A territorialização baseia-se na área geográfica, nas pessoas, nas instituições, das redes e dos cenários da vida em comunidade. A RAPS estrutura-se em serviços e dispositivos variados, que articulam a Atenção Básica, a Atenção Psicossocial, a Atenção de Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, a saber, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto-Atendimento (UPA), leitos e enfermarias em hospitais gerais, Serviços Hospitalares de Referência, Unidades de Atenção em Regime Residencial, Centros de Convivência e o Programa de Volta para Casa.

Também é pertinente, no âmbito da Reforma Psiquiátrica, a articulação da Estratégia de Saúde da Família às ações de saúde mental, juntamente com a redução dos leitos psiquiátricos e o fortalecimento, qualificação e expansão de serviços substitutivos. Nesse sentido, conforme a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, políticas específicas devem ser garantidas aos egressos de instituições totais que passaram por um grande tempo de hospitalização (BRASIL, 2001).

Criados pela Portaria 106/2000 do Ministério da Saúde, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), são casas inseridas na comunidade com o objetivo de cuidar dos egressos de internações em hospitais psiquiátricos e custódia de longa permanência, acompanhados por CAPS e que não possuam alternativas de inserção social (FURTADO, 2006)

Engajado no processo da Reforma Psiquiátrica, o Ministério da Saúde, a partir de orientações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), e seguindo os

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



critérios estabelecidos pela Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, cria o Programa De Volta para Casa (PVC). O Programa funciona como um meio de evitar o agravamento do caso clínico e o abandono social dos usuários, revertendo gradativamente o modelo de atenção à saúde mental pautado nas hospitalizações. Desta forma, objetiva contribuir com a inserção social efetiva dessas pessoas e a mudança do modelo assistencial em saúde mental, fomentando uma rede ampla para o cuidado global do usuário a fim de estimular o exercício de seus direitos (BRASIL, 2003).

O principal componente do programa é o auxílio-reabilitação psicossocial, destinado a usuários que vieram internação em hospitais psiquiátricos, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, por um período ininterrupto igual ou maior que dois anos. Os beneficiários, vivendo em residências terapêuticas (RTs), com seus familiares ou em novos lares, são acompanhados pelos CAPS e/ou Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família do SUS (BRASIL, 2003).

No campo assistencial, foram criados, em todo o país, novos serviços com propostas de tratamentos diferenciados dos serviços tradicionais, levando-se em consideração a singularidade e as condições concretas de vida das pessoas que buscam ajuda. No campo conceitual, a experiência de sofrimento mental é percebida também em sua complexidade e não mais pela objetivação diagnóstica e terapêutica comumente promovida pela psiquiatria. E no campo cultural, multiplicam-se movimentos sociais, como as associações de familiares e de usuários, além de cooperativas e eventos para sensibilizar a sociedade acerca da Reforma Psiquiátrica.

OBJETIVO

Compreender a percepção de gestores da RAPS de um município de grande porte do estado da Bahia sobre a desinstitucionalização psiquiátrica.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa multiterritorial (11 municípios) e multimétodos com objetivo de avaliar o PVC no Brasil. Tendo tido aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fiocruz – Brasília (CAAE 57627316.4.3001.0086, Parecer: 2.055.684). Adotou-se um delineamento qualitativo, com inspiração etnográfica por meio da observação participante nas RT, realizado por dois pesquisadores, e a realização de entrevistas semi-estruturais com alguns profissionais da RAPS. Em seguida ocorreu a análise dos dados coletados com apoio do comitê de acompanhamento da pesquisa (CAP).

A compreensão da RAPS deu-se em um município de grande porte, cuja extensão e eficiência são reconhecidas, contando com CAPS, SRTs, Ambulatório de Saúde Mental, rede de atenção básica e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, apresentando ainda um hospital psiquiátrico em funcionamento. As entrevistas foram realizadas com três gestores, sendo dois da coordenação da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde e um do CAPS III.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que é desinstitucionalização para você?

Dentro da temática sobre o significado de desinstitucionalização para os entrevistados, duas diferentes interpretações sobre esse conjunto de práticas foram observadas. Em algumas falas esta é entendida como sinônimo de desospitalização, enquanto em outras a desinstitucionalização é considerada no seu sentido mais amplo.

Desinstitucionalização no sentido exato em que ele é usado, é retirar pessoas que

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



são moradoras de longa permanência do hospital psiquiátrico para que retornem ao seio da família, para que estejam em residência terapêutica. (E2)

É um passo importante para se efetivar as políticas de saúde mental. (E1)

Voltar para uma residência terapêutica aí fica uma interrogação. Será que é realmente uma desinstitucionalização? É sair de uma instituição e ir para outra? (E2)

Se sua avó fosse acamada e tivesse uma ferida na região sacral, por exemplo, você não sabe fazer curativo, mas você acha que sua avó deve morar no hospital geral porque lá tem uma equipe mais apropriada? Não... a gente pega nossa avó, bota dentro de casa, acamada ou não, e procura estratégias de cuidar. Mas, o último lugar que minha avó deveria ficar era morando no hospital. Então por que que as pessoas com transtorno mental têm que morar no hospital? (E1)

Não cabe discussão se deve ou não acontecer a desinst, o que cabe é discutir como fazê-la do ponto de vista prático. (E1)

O entendimento da desinstitucionalização, relacionando-a apenas à desospitalização, não considera o seu real conceito de uma transformação além dos muros dos hospitais, abrangendo toda a sociedade e a forma que esta encara a loucura, bem como a mudança nos campos assistencial, conceitual, cultural e político (AMARANTE, 1996).

Além dos efeitos que a exclusão asilar traz dentro das instituições e seus institucionalizados, Foucault (1978) enfatiza e problematiza os efeitos destas instituições nos saberes e práticas da sociedade. Deste modo, o processo de assujeitamento e poderes disciplinares vão além das instituições de cárcere. Entendendo a RT, bem como os seus trabalhadores, como parte da sociedade e seus efeitos disciplinadores, a prática da análise constante dos pensamentos e ideias deve ser realizada mesmo naqueles que estão

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



engajados com a desinstitucionalização para que não sejam reproduzidos pensamentos excludentes e disciplinadores do modelo hospitalocêntrico (BARROS, 1994).

Franco e Van Stralen (2015) destacaram que a proximidade do contato urbano nas RTs motivou os pacientes a compartilharem suas histórias e a participarem da construção e ressignificação do modo de ver e viver a vida. Essa ressignificação ocorrida nas RTs são contrárias à mortificação do "eu", presente nas instituições totais, entendida como "os processos pelos quais o 'eu' da pessoa é mortificado sendo relativamente padronizados nas instituições totais" (GOFFMAN, 1961, p.24-39).

Opiniões sobre possível fechamento do hospital psiquiátrico

O município apresenta uma RAPS bastante desenvolvida, contando com CAPS, SRTs, ambulatório de saúde mental, rede de atenção básica e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, mas ainda apresenta hospital psiquiátrico em funcionamento. Os moradores das RTs são egressos, majoritariamente, desse hospital de grande porte que, atendendo ao movimento de Reforma Psiquiátrica ocorrida no Brasil, teve uma grande parte dos seus internos contemplados nas RTs.

Quando questionados sobre o possível fechamento do hospital psiquiátrico do município, os entrevistados apresentaram resistência, com alguns questionamentos quanto à prática em si da desinstitucionalização.

Fechar serviço e não dizer o quê que vai substituir, né, é muito complicado. (E1)

Então eu não posso ser irresponsável em concordar que, por exemplo, o [nome do hospital] feche; uma vez que, nós, só o serviço de base comunitária como o CAPS, vai dar conta e não vai dar. (...) Então eu não posso dizer: você prefere o CAPS ou o [nome do hospital]? Eu prefiro os dois. Agora, que cada um seja utilizado quando for necessário o acionamento. (E1)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A proposta era de uma requalificação daquele hospital, de um remodelo, um tratamento humanizado, a criação de uma unidade para atendimento a drogadicotos. Né, a diminuição dos leitos de internação, mas não o fechamento. Porque CAPS não é para atendimento de urgência e emergência, ele é um serviço complementar. (E2)

Desde o ano de 2002 o Brasil apresenta uma redução gradual dos leitos psiquiátricos do SUS (BRASIL, 2015). Embora haja um investimento na desinstitucionalização, o hospital psiquiátrico ainda está em funcionamento no município, com cerca de 80 pessoas internadas. A incapacidade e a periculosidade associadas aos pacientes psiquiátrico estão historicamente presentes na sociedade, sendo utilizadas como justificativa para o seu isolamento em forma de cárcere, entendido como uma forma de cuidado adequado, com vistas à proteção da saúde do paciente psiquiátrico e da população como um todo (FERIGATO; CAMPOS; BALLARIN, 2007).

Os pontos de atenção de urgência e emergência são responsáveis pelo cuidado e acolhimento daqueles com sofrimento e transtorno mental (BRASIL, 2011). Entretanto, como encontrado em pesquisas anteriores, os hospitais psiquiátricos e seu tratamento especializado, são vistos, pelo senso comum, como única alternativa para a estabilização das possíveis crises, dado o risco associados a esses pacientes (MINOZZO; COSTA, 2013). A dificuldade do entendimento acerca do papel da RAPS para atender os pacientes em crise, demonstra uma falha no processo de capacitação dos profissionais atuantes, bem como a repetição do senso comum relacionado ao medo da aproximação de pacientes psiquiátricos (FERIGATO; CAMPOS; BALLARIN, 2007).

Autonomia vs. Opressão

Defende-se aqui um conceito de autonomia cuja prerrogativa principal é o sujeito em liberdade, através do "reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



diferenças, suas dores, suas alegrias, seus modos de viver, sentir e estar na vida" (BRASIL, 2010, p. 6).

Autônomo é aquele que vai na rua... sabe administrar o seu dinheiro... chega no caixa eletrônico e saca o seu dinheiro, e aí na hora H ele sai pagando algumas pessoas que ele fez débitos. (E3)

Numa residência terapêutica, lá eles não têm a autonomia né. Justamente por conta dos muitos anos internados né, por conta do transtorno mental. Por conta da idade, das comorbidades, então, eles necessitam, de qualquer forma, de pessoas ali junto deles para cuidar. É preciso dos cuidadores. (E2)

Hoje a gente não pode passar os cartões [do PVC] pra eles porque a autonomia deles poderem comprar seria totalmente desnecessária. Desnecessária, penso assim... que muitos são diabéticos, outros hipertensos... e eles têm aquela vontade, né, de tá comendo doce... muito refrigerante... e também o fumo e café, que são a paixão da vida deles. (E3)

Os moradores, acho que na sua maioria absoluta, não têm a condição de autonomia em gerenciar [o PVC]. Já houve esse experimento no passado. Um dos moradores sacava sozinho os dois benefícios e tocava fogo no dinheiro, rasgava dinheiro, acumulava dinheiro, daqui a pouco o dinheiro tava com bolor, isso é exemplo real. (E1)

A Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para os egressos de internações psiquiátricas, no âmbito do PVC, determina que os valores serão pagos diretamente aos beneficiários. Segundo relato dos entrevistados, o cartão do PVC fica com gestores do CAPS que entregam uma “semanada” aos beneficiário. Essa “semanada” é administrada diretamente pelos usuários, podendo ser gasta com o que quiserem. Ou seja, o PVC permite aos beneficiários o poder de decisão



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sobre o que comprar, levando ao desenvolvimento da autonomia e da identidade por meio da compra de suas próprias roupas, objetos decorativos, brinquedos, doces e cigarros.

A autonomia varia entre indivíduos, sendo associada à condição ou não de gerenciamento do benefício. Entre os entrevistados a autonomia dos moradores das RTs, por vezes, se confunde com uma opressão, repercutindo o ideal do cuidado confundido com a disciplina. Esse é um dos pontos controversos, em que é possível questionar até que ponto o cuidado efetiva-se como tal e quando ele se torna um mecanismo de controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aparente contradição entre discurso e ação prática aparece em todos os entrevistados, na medida em que por mais que alguns discursos sigam a linha de uma desinstitucionalização restrita à desospitalização, o trabalho realizado dentro das RT do município seguem, em geral, a desinstitucionalização propriamente dita, ou seja, com seu sentido amplo, transformador e em busca da autonomia dos seus moradores, um processo de mudança com as práticas atuais distantes das práticas manicomiais.

Uma outra contradição pode ser observada com as falas e atitudes favoráveis à desinstitucionalização e, ao mesmo tempo, contrário ao fechamento do hospital psiquiátrico do município, demonstrando uma não apropriação dos conceitos e práticas da desinstitucionalização em si.

O trabalho da equipe tem sido bem sucedido em realizar a desinstitucionalização psiquiátrica, construindo juntamente aos sujeitos, a autonomia, desde que compreendida na perspectiva de interdependência com a rede. Nas intervenções da equipe, as ações muitas vezes fundem – ou ainda, confundem – estratégias de cuidado e mecanismos de controle e vigilância do cotidiano.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1996.

BARROS, Denise Dias. Cidadania versus periculosidade social: a desinstitucionalização como desconstrução de um saber. In: **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 1994. p. 171-94.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.708.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Manual do Programa “De Volta Para Casa”. Brasília, dezembro de 2003.

_____. Ministério da Saúde. Saúde Mental em Dados – 12, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico. Brasília: outubro de 2015

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. ed. 5. reimp. Brasília, 2010.

FERIGATO, S. H.; CAMPOS, R. O.; BALLARIN, M. L. G. S. O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos. Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 31-44, 2007

FOUCAULT, Michel. História da loucura. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1978.

FRANCO, Renato Ferreira; VAN STRALEN, Cornelis Johannes. Desinstitucionalização psiquiátrica: do confinamento ao habitar na cidade de Belo Horizonte. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 6, 2015.

FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 785-795, 2006.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 1961.

MINOZZO, F.; COSTA, I. Apoio matricial em saúde mental: fortalecendo a saúde da família na clínica da crise. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 438-450, set. 2013.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ENTRE O IDEAL E REAL DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ESTÁGIO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Maria Gabriely Souza

Graduanda em Psicologia

UNIME

souzamgabriely@gmail.com

Eurisa Maria de Santana

Psicóloga

UNIME

asirue@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira (Lei 10.216/01), o Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei 8.080/90) e as Políticas Públicas de Redução de Danos (Portaria nº 1.028) vêm sendo cada vez mais utilizadas e estudadas, bem como o consumo de álcool e drogas também vem se elevando. Historicamente os seres humanos e o uso de substâncias psicoativas têm uma ligação: interligada ao opio no mundo; e em um Brasil povoado por indígenas podemos lembrar-nos do uso do tabaco e cauim (bebida feita a partir da mandioca utilizada em rituais e festas), e com a chegada dos portugueses foi também apresentada à cerveja e o vinho, e dessa forma podemos perceber a ligação das substâncias psicoativas a história da humanidade e como elas se relacionam.

Segundo o CREBID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2010) alguns dos fatores psicossociais mais estudados em relação ao consumo de álcool e drogas são relacionados ao ambiente familiar, autoestima, religiosidade, percepção de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



risco, facilidade de acesso e informação sobre drogas, perspectiva de futuro, entre inúmeros outros.

Neste presente trabalho visamos compreender a atuação do Psicólogo a partir de uma vivência de estágio no parâmetro do real e ideal das nuances e seus impedimentos como instituição pública que atende exigências legais, trabalhando com recursos muitas vezes insuficientes e atender uma demanda muitas vezes maior que o ambiente comporta e criando um laço maior de dependência do usuário com a instituição.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTOS HISTÓRICOS DO CAPS-AD E REDUÇÃO DE DANOS

O primeiro serviço que temos como referência de instituição com similares objetivos do CAPS-AD foi uma Unidade de Internamento que visava atender crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas seguindo o exemplo das Comunidades Terapêuticas, mas logo em seguida teve seu fechamento por interferência da Reforma Psiquiátrica em 2001, e durante esse processo de adaptação das instituições de saúde mental as novas leis, houveram alguns outros projetos destinados a esse objetivo, mas nenhum com aplicabilidade necessária.

Apenas em 2002 foi criado o então CAPS-AD com objetivo de atender pacientes com transtornos mentais devido ao uso de substâncias psicoativas oferecendo serviço diário de segunda-feira a sexta-feira das 08h: 00min até as 18h: 00min, com atendimento individual e em grupo a médicos generalistas, médicos psiquiatras, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogos, além de atividade e oficinas, pois a multidisciplinaridade nesses serviços é de fundamental importância para que os atendimentos possam ser mais humanizados, visando à liberdade e autonomia das pessoas e não a reprodução de discursos (Alverga & Dimenstein, 2006; Ministério da Saúde, 2003, 2004, 2005). O



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviço dispõe de modelos: intensivos e semi-intensivos, sendo o primeiro uma opção para aqueles pacientes que tem a necessidade de tratamento diário; e o segundo sendo uma opção para pacientes com flexibilidade no tratamento podendo escolher dias alternados para sua presença no centro.

A Redução de Danos no Brasil já uma forma de estratégia desde 1989 a partir dos altos índices de HIV relacionados às substâncias psicoativas injetáveis e compartilhados. E um ano depois da instalação dos CAPS-AD, em 2003 as políticas de Redução de Danos deixaram de ser destinadas apenas aos projetos de prevenção de DST e AIDS e passaram a ser incluídas também nos programas de CAPS-AD.

As políticas de Redução de Danos visam:

Baseia-se nos modelos teóricos sócio-culturais e geopolíticos estruturais que consideram a problemática das drogas como uma questão social, cujas intervenções têm por objetivo principal minimizar os efeitos danosos das drogas, buscando a melhoria do bem-estar físico e social dos usuários e ajudá-los a atuar socialmente. (Spricigo JS e Alecanstre, 2004, 32)

Spricigo JS, Alecanstre MB. O enfermeiro de unidade básica de saúde e o usuário de drogas: um estudo em Biguaçu-SC. Rev Latino-am Enfermagem. 2004; 12:427-32

A partir disso, os profissionais que trabalham nos centros devem estabelecer uma postura profissional mais humanizada e empática com os usuários, principalmente quanto as suas recaídas durante o processo de tratamento, sendo compreensivos e inclusivos com esses pacientes, não se utilizando dos desejos de manicômios, que são:

Eles (desejos de manicômio) se expressam através de um desejo em nós de dominar, de subjugar, de classificar, de hierarquizar, de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



oprimir e de controlar. Esses manicômios se fazem presentes em toda e qualquer forma de expressão que se sustente numa racionalidade carcerária, explicativa e despótica. Apontam para um endurecimento que aprisiona a experiência da loucura ao construir estereótipos para a figura do louco e para se lidar com ele. (Machado & Lavrador, 2001, p.46)

Logo é muito importante o processo de quebra desses paradigmas que envolvem os sujeitos em situação de dependências de substâncias psicoativas no processo de tratamento nos CAPS-AD. O processo de desinstitucionalizar o sujeito dos programas e torná-los empoderados, trazendo-os para a sociedade de forma que sintam-se úteis e importantes nesse processo de desconstrução e construção.

2.2 ATUAÇÕES DO PSICÓLOGO NESSE CONTEXTO

A entrada dos psicólogos no Sistema Único de Saúde norteou um novo paradigma na saúde pública, adotando o paradigma biopsicossocial que pressupõe ações interdisciplinares e integrativas. A proposta norteadora dos programas CAPS postula que a atuação ideal do psicólogo deve ser baseada em:

Um atendimento diuturno às pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias. (Brasil, 2004, p. 12)

Logo intuimos que se deve proporcionar, além de um tratamento de cuidado e a reinserção desse sujeito na sociedade, além de cingir o sujeito no modelo biopsicossocial,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tecendo também o trabalho na rede matriarcal na atenção básica, e abrangendo além do indivíduo, mas também sua família.

Kubo e Botomé identificam diversas atribuições do psicólogo, dentre elas,

A preparação do doente mental para sua reinserção social e sua manutenção na comunidade, a orientação da família dos pacientes, a preparação e orientação profissional do doente mental, a realização de pesquisas e avaliação de programas, a participação na formação dos demais trabalhadores de saúde mental e a produção de informação à sociedade sobre aspectos relacionados à saúde mental. (2001, p. 4)

Após compreendermos a necessidade do psicólogo nesse contexto e suas atribuições nesse processo de trabalho terapêutico com os usuários do CAPS-AD, não apenas aos usuários, mas também o auxílio aos outros profissionais ali presentes.

3 METODOLOGIA

Este trabalho acadêmico apresenta como metodologia de trabalho uma lacônica exploração acerca de pressupostos e atividades encontradas na literatura, e articula-os às práticas e/ou intervenções identificadas/realizadas durante o estágio; embasados na psicologia ciência e profissão (LARANJEIRA, 2012).

Os dados são procedentes de observações participantes, relatos dos usuários, registros dos prontuários, e analisados correlacionando com os princípios e diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), da política e prática da Redução de Danos (BRASIL, 2004; BRUSCATO, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Segundo Bianca Acampora (2015), a dependência química se caracteriza pela relação entre a pessoa e objeto do seu vício. Logo um tratamento adequado e que respeite a dignidade humana se torna estritamente necessária, afinal trata-se de uma demanda de difícil manejo. O CAPS-ad de Itabuna-BA, no qual se desenvolveu o estágio, tem um público em sua maior parte de poli-usuários (pessoa que utiliza combinações de várias drogas simultaneamente ou dentro de um período curto de tempo).

Porém na nossa curta vivência no CAPS-ad, notamos a existência do chamado "desejos de manicômio" encoberto pelo o que se deveria ser a proposta: redução de danos, segundo Machado e Lavrador (2001), essa lógica se expressa "através de um desejo em nós de dominar, de subjugar, de classificar, de hierarquizar, de oprimir e de controlar. Esses manicômios se fazem presentes em toda e qualquer forma de expressão que se sustente numa racionalidade carcerária, explicativa e despótica" (p. 46).

Na prática de estágio em um CAPS-AD no município da Bahia, que subsidiou a construção desse estudo, foi possível compreender do que se é esperado da atuação do Psicólogo, e do que de fato acontece. Foi destrinchado aqui do que se é proposto a esse profissional como atribuição, mas indo além, e problematizando o que é real ficou visível a ausência do que se é proposto, e da presença daquele profissional Ali no processo de redução de danos proposta, que ficou claro que não acontecia, havendo nesse CAPS-AD segundo os prontuários usuários que utilizavam o serviço há mais de oito anos.

O processo de redução de danos no CAPS-ad segundo Sabrina A. Pretrini (2016):

Trata-se de um conjunto de estratégias e medidas que visam minimizar os danos à saúde que ocorrem em consequência de práticas de riscos como aqueles relacionados ao uso indevido de drogas e álcool. Na saúde pública essa proposta de redução de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



danos vem para ser aplicado diretamente para os dependentes químicos apresentando por sua vez um desdobramento abrangente.

A partir disso, podemos entender que a proposta desse local de atenção psicossocial é minimizar qualquer risco e dificuldade, não trabalhando com a abstinência total do usuário, mas fazendo uma prevenção e minimizando os riscos a qual os usuários são expostos. Advindo disso, é necessário que o profissional da equipe multidisciplinar tenha seu trabalho desempenhado no acolhimento e cuidado desse sujeito. Não apenas do usuário, mas também incluindo no processo seus familiares que nesse processo se tornam co-dependentes ou escolhem o abandono daquela pessoa. Segundo Cecilia Beig (2016), o processo de recuperação envolve várias habilidades do indivíduo para se afastar das drogas e se perceber novamente no mundo, reaprendendo e restabelecendo um estilo de vida positivo. A ressocialização desse indivíduo na sua família e na sociedade é de suma importância para o tratamento, tornando o manejo ainda mais complexo.

Cecilia Beig (2016) postula que:

A reinserção social não deve ser considerada apenas uma ação isolada, pois envolve diversos ambientes, vai muito além de oferecer um emprego ao dependente em recuperação ou proporcionar-lhe uma qualificação profissional. No processo de reinserção social, o governo, sociedade civil, iniciativa privada e cidadãos comuns devem mostrar ao dependente que ele merece apoio e uma nova chance para recomeçar longe das drogas.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sendo assim, não basta apenas lhe oferecer um curso, um emprego, a reinserção social precisa acontecer com a quebra de paradigmas da sociedade que muitas vezes excluem esse usuário em tratamento, sendo muitas vezes o motivo para que o sujeito desista do tratamento e da tentativa de reinserção. O trabalho desenvolvido no CAPs-ad tem que ir além daquele ambiente fechado e muitas vezes recluso no qual a sociedade fecha os olhos e prefere não pensar em sua existência, trazendo novamente à tona os "desejos de manicômio". A redução de danos desenvolvida não depende exclusivamente de a motivação interna do usuário permanecer no tratamento, envolve muitas outras variáveis. A motivação extrínseca gerada pelo ambiente no qual o sujeito está inserido também é um estimulante para o prosseguimento do tratamento.

Segundo Prata (2009), o dependente químico, deve ser considerado no modelo biopsicossocial de saúde, o tratamento é sempre difícil e lento. Dessa forma, podemos ver que o trabalho da equipe multidisciplinar vai além do modelo atual, precisa-se de estratégias de acolhimento para que o sujeito se sinta motivado e apoiado, para que o processo de mudança ocorra.

A atuação do Psicólogo nesse contexto fica visivelmente encurralada pela ineficácia e falta de fazeres a esses usuários com demandas tão frágeis, que lidam duplamente com os estigmas de *"loucos e dependentes químicos"*; trazendo questões de quais fazeres estão realmente sendo propostos por nós profissionais nesse contexto.

CONCLUSÃO

Como foi observado no estágio, o papel do Psicólogo e do estágio no CAPs-ad torna-se de suma importância para garantir integralidade, humanização, e realizando um trabalho em conjunto para que o usuário não se torne vista apenas com parte do sistema, mas como um indivíduo que precisa de respeito, do cuidar e da empatia. Sendo necessário



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



toda equipe multidisciplinar sair do CAPs-ad, e atingir vários níveis da comunidade, para uma ação conjunta.

A atenção psicossocial CAPs-ad traz uma demanda da quais muitos profissionais não estão habituados ou capacitados para tal; é preciso fazer o diferente, o novo e sair do convencional para que o trabalho seja efetivo e eficiente, porém esse é ainda um longo caminho.

A atuação do psicólogo ali deixando de ser passiva e passando a ser ativa e presente, trabalhando de forma que saia do usual, o centro de atenção psicossocial para álcool e outras drogas traz uma demanda da quais muitos profissionais não estão habituados ou capacitados para tal. É preciso fazer o diferente, o novo e sair do convencional para que o trabalho seja efetivo, porém esse é ainda um longo caminho e necessário a produção de conhecimentos para tal prática, muitas vezes não acolhida e tão reclusa com seus paradigmas e estigmas sociais.

REFERÊNCIAS

ACAMPORA, Bianca. **Fenômeno entre as mulheres**. Revista Pique saúde e vida. São Paulo, v. 9, n. 113, p. 58-63. Maio. 2015.

BRASIL. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2004). Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

BRASIL. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2004a). Residências terapêuticas: o que são, para que servem. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2007). Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006

BEIG, C. et al. **Técnico em reabilitação de dependentes químicos**. São Paulo: Etb.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DIMENSTEIN, Magda. **O Desafio da política de saúde mental:** a (re)inserção social dos portadores de transtornos mentais. Barbacena, v.4, n.6, Jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000100007>

FREGONESE, A.A. et al. **A Psicologia na saúde:** da atenção primária à alta complexidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

KUBO, O. M., & BOTOMÉ, S. P. (2001). **Formação e atuação do psicólogo para o tratamento em saúde e em organizações de atendimento à saúde.** InterAÇÃO, 5, 93-122. Recuperado em 26 ago., 2009, de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/3319/2663>.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. Loucura e subjetividade. In: MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C.; BARROS, M. E. B. (Orgs.). **Texturas da psicologia:** subjetividade e política no contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p.45-58.

SPRICIGO JS, ALENCASTRE MB. **O enfermeiro de unidade básica de saúde e o usuário de drogas:** um estudo em Biguaçu-SC. Rev Latino-am Enfermagem. 2004; 12:427-32

PASSOS, Elizabete. **Ética e psicologia:** teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2007.

PERES, F.P. et al. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia.** São Paulo: Revista psiquiátrica clínica. vol. 34. 2007.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NA ARTE O FORTALECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE ALAGOINHAS-BA

Ariel Dantas Barbosa

PPG Crítica Cultural, UNEB.

A população em situação de rua constitui um grupo marcado por uma extrema vulnerabilidade social e sofre cotidianamente situações de discriminação, exclusão e violência. No intuito de tentar dar conta a essa condição, muitos moradores de rua encontram no uso e/ou abuso de substâncias psicoativas uma saída precária diante das mazelas da vida, pois muitas vezes a droga é o que possibilita a existência e a identidade dos sujeitos. A rua surge para estes sujeitos enquanto espaço de convivência e moradia. Observa-se o espaço rua enquanto um lugar de viver, uma referência domiciliar fixa e/ou transitória, que por sua vez promove a integração e relações de socialização entre os sujeitos que compartilham esse mesmo espaço (NEIVA; KOLLER, 2002).

Na cidade de Alagoinhas, não há uma afirmativa de quantas pessoas vivem na rua, atualmente não existem políticas públicas direcionadas para essas pessoas o que nos preocupa e demonstra um desinteresse sob esse público, que estão expostas a problemas de saúde, física e psíquica. A este contexto, aponta-se um alarmante uso de substâncias psicoativas para o enfrentamento desta realidade, ações afirmativas, a exemplo dos projetos respaldados na Política de Redução de Danos, surgem para impulsionar e concretizar as políticas nacionais, que tem como princípio promover o cuidado a esses sujeitos. Essas Ações consistem em medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas, que podem ser temporárias ou não, mas que pressupõem em práticas que promovam a reparação, o acesso a informação e a garantia de oportunidades, possibilitando, o cuidado ampliado àqueles que historicamente estiveram à margem da sociedade (PALHARES, 2012).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As ações focadas no conceito de redução de danos atuam na perspectiva da prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas visando, conforme Andrade (2004), minimizar riscos, sem necessariamente requerer a redução de consumo de tais substâncias, propiciando in loco uma prevenção possível, no lugar da prevenção idealizada.

Assim, alguns projetos existentes tentam promover um cuidado e assistência a essas pessoas, por meio de diversas estratégias, dentre elas as artes que versa sobre rapps, pinturas, crochês, poemas, dentre outros além da própria narrativa de vida dessas pessoas podendo sustentar o paradigma da redução de danos e possibilitar uma melhoria da autoestima, do autoconceito, da imagem corporal, das funções cognitivas e socialização. Espera-se que o produto deste relato traga alguma contribuição para a literatura sobre o tema e incentive novas alternativas e propostas de práticas corporais para profissionais que estão inseridos no contexto da saúde mental.

Este trabalho tem por intervenção a base qualitativa como objeto a arte e narrativas em população em situação de rua sua inter-relações com os princípios da política de redução de danos em uma atividade territorial do município de Alagoinhas-Ba. O estudo qualitativo “considera uma relação dinâmica, um vínculo indissociável entre o mundo e a subjetividade do sujeito, fato que não pode ser traduzido em números”. (CRUZ,2000, p 195). Ainda sobre a utilização do método é possível ver sua aplicação em:

Estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Este tipo de método (...) além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2008, p.57)

Nesta construção de conhecimentos e descobertas, a intervenção foi respaldada a partir de um relato de experiência, que se constitui “uma ferramenta da pesquisa descritiva

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica” (CAVALCANTE e LIMA, 2012, p.96). Convém destacar que nesse artigo nosso objeto compreende a arte da existência, as histórias de vida, como principal objeto, que configurem narrativas do “eu” dessas pessoas, envolvendo nesse ceio, a arte e as narrativas.

A análise da experiência envolveu observações participante, anotações em diário de campo, registro de falas dos participantes e de recursos imagéticos realizados (vídeos e fotografias). Todos estes procedimentos serão acordados com os gestores, profissionais e demais pessoas envolvidas no Projeto, incluindo os sujeitos participantes, em sua maioria, população em situação de rua e em uso de substâncias psicoativas. As ações acontecerão na frente do estádio Carneirão, localizada no bairro, Jardim Petrolar, Alagoinhas, Bahia.

Para a inserção no campo, objetiva-se a relação interdisciplinar entre técnicas etnográficas, antropologia visual, e o método de história oral para compreender a história de vida desses sujeitos. Convém destacar que nessa dissertação, nosso objeto compreende a arte da existência, as histórias de vida, como principal objeto, que configurem narrativas do “eu” dessas pessoas, sendo a (auto)biografia, portanto, o método que mais se aproxima do objetivo do trabalho. Sendo assim, o objetivo central é explorar de que forma essas narrativas destes sujeitos e arte “conversam” entre si, enfatizando a relação entre sujeito, subjetividade e escrita de si, analisando essa tríplice relação do sujeito.

Concordamos com Souza (2006) quando ele nos diz que a (auto) biografia é um método de investigação valioso, somente ela é capaz de se referir à construção da subjetividade, por expressar um conjunto de significados construídos pelo sujeito. De acordo com o autor, “a disposição para narrar é inerente a natureza humana, e está ligada a necessidade de conversar a experiência, imprimir ordem, estabelecer vínculos casuais entre os eventos vividos, de qualquer modo o si confere a sensação de controle” (SOUZA,2006,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



P. 272). Analisando por uma linha Foucaultiana, estabelece-se no ato narrativo a relação de poder sobre sua vida, que nos expressa como indivíduos de forma natural.

Percebe-se que a arte nesse ambiente, apresenta-se como um espaço ainda mais subjetivo e também movediço, mas também de grande importância, em estreita ligação com as histórias de vida, que já estamos tendo contato.

1.0 AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E AS RUAS

Trata-se de uma reflexão sobre a população em Situação de rua¹⁴ que resiste a uma vida cercada de perigos e desafios cotidianos, em meio as cidades e de um tema ainda pouco discutido no ambiente científico, por ser uma parcela que ainda é esquecida por sua condição. Nessa perspectiva, entende-se que a desigualdade é ainda a principal fonte desse espetáculo diário que se passa nas ruas em um cenário de extrema subalternidade. Existem, segundo BATISTA (2011), diversos fatores que levam essas pessoas à rua: brigas familiares, uso de substâncias psicoativas, desemprego, dentre outros. Assim, no cenário da rua estão essas pessoas pouco conhecidas e estudadas que causam nos demais o medo e o nojo da proximidade. Dessa forma, não é difícil reconhecer pessoas em situação de rua, afinal é lá onde elas sempre vão estar, é de lá que virá a sua sobrevivência. Essas pessoas, que por motivos diversos tiveram que nela habitar, e a partir daí ter uma vida sem reconhecimento, vivendo literalmente nas ruas, ocupam lugares como coberturas de prédios, pontes, viadutos, lugares onde possam se proteger dos eventos ambientais, fazendo desses espaços suas “casas, assim como também adotam objetos menosprezados para o uso diário como estofado velho, panelas, papelão, dentre outros. E é a partir dessa

¹⁴ Neste projeto optamos pelo termo “População em situação de rua” por trazer uma representação discursiva de estado transitório, momentâneo, que envolve fatores sociais e econômicos dentre outros como nos salienta (Batista, 2011). Sendo assim defendemos a ideia de que ele não mora na rua, ele está “vivendo uma situação de rua”, que nos leva a acreditar que esse sujeito pode novamente ser (re)inserido noutras redes, que o tire da sua situação atual.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



perspectiva, de um olhar inverso do que é socialmente construído que tratará esse capítulo em questão.

Historicamente visões conservadoras compreendem que as substâncias psicoativas, principalmente as ilícitas, são as únicas responsáveis pela fragmentação das famílias, aumento da violência, destruição da sociedade e, principalmente, no processo de desorganização psicossocial do sujeito (ESPINHEIRA, 2004; TRAD, 2004). Nesse contexto, as políticas de cuidado sempre foram pensadas de forma proibicionista e repressiva, e seu uso entendido como doença, cujo tratamento necessita de uma intervenção medicamentosa, onde a abstinência é percebida como uma necessidade.

As substâncias psicoativas- SPA são compreendidas de formas diferentes na sociedade e exercem funções e sentidos muito singulares a cada indivíduo. Neste contexto, Espinheira (2004, p. 23) afirma que “os efeitos das drogas podem ser quimicamente parecidos, mas são culturalmente diferentes, o que equivale dizer, socialmente diferenciados porque as ações que eles resultam não tem o mesmo significado e, assim sendo, são também quimicamente outros”.

No cenário de base capitalista, o uso dessas substâncias, cada vez mais abusiva, mantém parâmetros de consumo que refletem a lógica de mercado e as transformações socioeconômicas deste modelo (ESPINHEIRA, 2004). Classificadas em lícitas ou ilícitas são regulamentadas seguindo parâmetros conservadores pautados em conceitos éticos-políticos e jurídicos, que discriminam, punem e marginalizam os usuários das substâncias ilícitas.

Nesse contexto, as substâncias ilícitas, de forma hegemônica é compreendida de forma reducionista e atrelada, sempre, a malefícios da humanidade. Nesse sentido, propostas de intervenção são apresentadas por meio de políticas de combate e prevenção enraizadas em preceitos proibicionistas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O uso das substâncias psicoativas está associado às pessoas de classes economicamente baixas, com pouca renda familiar e pessoas que vivem em vulnerabilidade social. “O uso abusivo de álcool e drogas é apontado pela Organização Mundial de Saúde como um dos maiores desafios” (VARANDA, 2009, p. 185). Uma das grandes preocupações da OMS é exatamente de como é feito o consumo e de que forma ela é utilizada, no entanto quando se refere as pessoas em situação de rua essa é uma prática bem presente e está associada ao enfretamento desse ambiente. A droga na rua proporciona ao sujeito diversas sensações, suprimindo no indivíduo aquilo que foi perdido, por exemplo, a família, as amizades, a confiança, o respeito e a identidade. Nesse contexto, a mesma adentra como maneira de ocupar o que foi perdido, por isso é tão utilizada e compensatória nesse contexto. Os efeitos gerados nessas pessoas mesmo que de curto prazo, proporcionam uma viagem para diversas esferas da sua consciência, possibilitando a saída da realidade ao mundo de fantasias, gerando uma imensurável satisfação momentânea nesse ambiente, mesmo sendo paradoxal.

A vida da população de rua requer estratégias para que nelas se possam viver. Pedir alimentos e água, ficar em grupos como forma de proteção, limpar automóveis pra garantir algum dinheiro e a mais frequente de todas as estratégias é o uso de substâncias psicoativas como meio de obter prazer e amenizar o sofrimento. “Os psicoativos têm sido, desta forma, apresentados como uma trilha que, passando pelos campos místicos, leva ao paraíso” (VARANDA, 2009, p.139). Dessa forma os campos místicos denotam a vida precária vivenciada cotidianamente nas ruas, o uso da droga surge como conforto desse mundo, dando formas agradáveis no contexto de exclusão.

2.0 A ARTE NA RUA COMO UMA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Quando começado o projeto, que até então tinha uma outra finalidade, por fazer parte de um programa de pós Graduação que trabalha mais de cunho social, histórico e cultural¹⁵, mas observando de maneira mais atenta, percebeu-se que todas as quartas que íamos ao encontro deles, havia uma diminuição do uso de substâncias psicoativas e como uma luz que se acende percebi que aquela intervenção versava não só no sentido de mostrar que na rua existem pessoas que fazem arte mas também como ela pode ser de extrema contribuição para uma diminuição do uso\abuso de drogas.

Dessa forma, o trabalho apresenta-se como elemento singular para um novo olhar acerca desse público, uma nova forma de pensar, que se constrói através desse trabalho, que trará elementos importantes das histórias destes sujeitos, através de narrativas, artes, pontuando elementos de suas trajetórias e desenvolvendo conhecimentos sobre esses sujeitos, através da sua própria produção. “A questão individual ampliada ao microscópio, torna-se muito mais necessária, porque uma outra história se agita no seu interior”. (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 39). Assim o trabalho destina-se a discutir inquietações maiores, dispositivos debilitantes e estruturas maquinicas de destruição daqueles que se revelam diferentes do padrão instituído.

Dentro desses espaços eram possíveis articular-se ações de múltiplas imagens, como Rapps, poemas, textos, que serão anexados como forma de mostrar que dentro desses espaços podem acontecer essas ações que são de extrema importância. Por meio de abordagens dialógicas e problematizadoras, levantávamos questões que nos levavam a discussões ricas, sobre sexo, diretos humanos, violências, Dst, onde esses sujeitos eram sempre protagonistas envolvendo homens e mulheres sendo esta ultima a minoria dos que estavam nas ruas, ambos fazem uso de substâncias psicoativas.

Esses encontros culminaram em pautas mais ligadas à sua própria trajetória de vida, culminando numa produção rica e empoderada, fazendo um ensinamento dualista,

¹⁵ Refiro-me ao programa de pós Graduação da UNEB CAMPUS II, Crítica Cultural, localizada na cidade de Alagoinhas, ao qual sou aluno regular.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



buscando envolver os participantes para a efetivação desse trabalho. Vale ressaltar que dentro da cidade de Alagoinhas não há políticas públicas voltadas para essas pessoas, o que nos deixa entristecidos e preocupados, o que são fornecidos é uma cesta básica segundo relato de um participante, *“mas nem fogão para cozinhar nois não tem Ariel, como faz comida? A gente compra ou carvão ou pega lenha quando acha”* (SIC).

Em baixo da a Arvore ,

A verdade é nua e crua,

A vida cheia de altos e baixos

Porém é preciso saber viver

Tem coisas na vida que é passageira

Mas tem que saber a vida viver

(Antônio, morador de rua)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:

CREPOP
CENTRO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conselho Regional
de Psicologia
3ª REGIÃO - BA

APOIO:

UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA

Aqui na rua, podemos ser
reconhecido como nada,
Mas temos cônica
ninguém é melhor que ninguém
e a humildade prevalece.
Refrão: A cima de mim, só
Deus e a baixo só o chão 2X
E se um dia a luz da nossa
amizade apagar,
foda-se. a gente a acende uma
vela
E aprenda meu irmão
Não viva que sua sua presença
seja notada
mas sim sua falta seja sentidae
lembre meu irmão
A cima de mim, só Deus e a
baixo só o chão 2X
(autor: Alan, 19 anos)



FIGURA 1 (artista: ALAN, integrante do grupo)

A relação oblíqua entre arte e vida é passível de intervenção entre as duas instâncias, sem que o lastro biográfico se defina pela empiria e pela interpretação textual baseadas em soluções fáceis e superficiais. A preservação da liberdade poética da obra na reconstrução de perfis dos escritores reside no procedimento de mão dupla, ou seja, reunir o material poético ao biográfico,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



transformando a linguagem do cotidiano ao ato literário. (SOUZA, 2011, P.24.)

Assim, ouvir essas vozes silenciadas e refletir sobre elas junto a suas artes de existência, é enfrentar um sistema que sempre oprimiu esses sujeitos dando-lhe lugar de utilidade. ARFUCH (2010) em seu livro, *O espaço autobiográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea*, nos diz que a autobiografia entra em contato com o “eu” que ainda não foi explorado e esse “eu” tem várias faces, cada história é íntima e particular, que se agitam no seu interior. É através da linguagem e só dela, que o sujeito se funda e apresenta seu “ego” assim como o exercício da subjetividade. O que está em jogo é o alcance dessas voz(es) que partilham de experiências semelhantes, fazendo assim narrativas do “eu” político. Assim, vamos sendo levados a perceber nas narrativas, nas artes, nas histórias de vidas de sujeitos em situação de rua em Alagoinhas-BA, a desconstrução e reconstrução de um eu que resiste. A forma como a linguagem se manifesta na rua, através das letras, dos textos, nos fazem (re)pensar esse sujeito num novo lugar de saber, de conhecimentos e de valores.

(IN) CONCLUSÃO

É preciso ressaltar que a temática, pessoas em situação de rua ainda vem sendo pouco discutidas nos mundos acadêmicos, o que nos impulsionam ainda mais para a discussão através de um novo olhar que não foge do cuidado, mas que potencializa sua existência a partir de um olhar mais amplo e singular, que é pensar a arte nesse contexto.

Com isso, também levamos também esse sujeito a pensar seu próprio posicionamento social enquanto cidadão, além da disseminação de uma nova ordem sobre esse público, através da sua produção. Os autores discutidos acima nos auxiliam e fomentam novos modos de “fazer diferente” que refletem em nós, enquanto pesquisadores,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma visão diferente de pensar esse sujeito. Sabemos desde já sobre as dificuldades dessa luta, “ou seja, nem a luta armada nem o conformismo lambe botas, pois se a luta armada investe necessariamente na destruição da vida, o conformismo anula o ser e sua potência de resistir e de criar” (SANTOS, 2016, P. 56.) Como argumenta o referido autor, as dificuldades dessas lutas continuam solicitando de nós visibilidade e não acomodação, acreditando que os problemas das classes menos favorecidas estão todas resolvidas.

Foi possível perceber uma grande carência afetiva, onde foi possível construir laços afetivos em que auxiliou também na questão de redução de danos, em relação ao uso de substâncias psicoativas, onde foi possível notar de maneira explícita esses resultados que hoje tem como consequência esse artigo. A partir deste trabalho, foi possível perceber do quão enriquecedor são esses momentos, oportunizando uma integração maior entre eles e um novo olhar que se atenta de maneira diferente para essas pessoas, oportunizando a sociedade a conhecer um lado inverso da história.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço Biográfico: Dilemas da subjetividades contemporânea.** EDURJ, 2010.

CAVALCANTE B.L.L e LIMA U.T.S. Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. **J Nurs Health**, Pelotas (RS) 2012 jan/jun;1(2):94-103.

COSTA, João. **Histórias de vida de pessoas em situação de rua da cidade de Natal\RN: Fotografias do trabalho em construção identitária individual.** 2016. 280.f.tese (doutorado em Linguística aplicada) Centro de Ciências Humanas, letras e artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. NATAL\RN.

SANTOS.O. M. **A luta desarmada dos subalternos.** Belo Horizonte. EdUFMG. 2016

NEIVA, S., L.; KOLLER,S.H. Adolescentes em situação de rua.In CONTINI,M.L.J et al.(orgs). **Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas.** Brasília, Ministério da Saúde, 2002.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ESPINHEIRA, G. Tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, Luís Alberto (coord) et. al. **Drogas : tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo**. EDUFBA/CETAD/UFBA.2004

TRAD, Sérgio. Mídia e drogas: confrontando texto e contexto da publicidade comercial e de prevenção. In: TAVARES, L. A.; et al. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: CETAD/ EDUFBA, 2004.

VARANDA, W. **Liminaridade, bebidas alcólicas e outras drogas**: funções e significados entre moradores de rua. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs capitalismo e Esquizofrenia**. V edição. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996. Volume 3.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo. Ed. Edições Loyola, 2014

SOUZA, Eneida. **Ensaio de crítica biográfica**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011.

HALL, Stuart. **Da Diáspora** identidades e mediações culturais. IN. Notas sobre a desconstrução do “popular”. Ed. UFMG. 2003.

KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro**: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea. 2006. 206 f. Tese (doutorado em Letras) Instituto de Letras, Universidade do Rio de Janeiro, RJ.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



OS DESAFIOS DO CUIDADO COM O CUIDADOR EM SAÚDE MENTAL UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Thâmara Souza Andrade Cafezeiro
Especialista em Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas
CAPS AD III – Vitória da Conquista - Bahia
thamara.psi@hotmail.com

Jefferson Silva Paiva
Especialista em Neuropsicologia
CAPS AD III – Vitória da Conquista - Bahia
jeffersonpsipaiva@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir as questões envolvidas no processo de cuidado necessário ao profissional de saúde que realiza o cuidado na área de saúde mental. Os questionamentos que geraram essa proposta são os elencados abaixo:

- Existe a necessidade do cuidado com o cuidador de saúde mental?
- O cuidado com esse profissional contribui ou não para a qualidade de vida no trabalho e para a saúde desse cuidador?
- A falta de cuidado com esse profissional, cuidador de saúde mental, traz prejuízos e adoecimento?

Inicialmente precisamos entender o contexto em que esse trabalhador está inserido. O trabalho tem a possibilidade de gerar sentido na vida das pessoas e também de ser fonte tanto de saúde, como de doença. Trabalhar na área de saúde faz com que o trabalhador dessa área esteja exposto de forma constante às fragilidades e sofrimento do ser humano. (BRASIL, 2010).

O profissional de saúde mental é uma figura muito importante no processo do cuidado nessa área e as mudanças no modelo de assistência que ocorreram com a reforma



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psiquiátrica também geraram mudanças no processo de trabalho desses profissionais e uma necessidade constante de se atualizar, de compartilhar experiências e de refletir sobre sua forma de cuidado. (BELLENZANI, PARO, OLIVEIRA, 2016)

A qualidade de vida no trabalho (QVT) começou a ser discutida em meados dos anos 50 e diz respeito as esferas do trabalho que envolvem o indivíduo e a organização, relacionando fatores psicológicos, físicos e sociais e produzindo satisfação e motivação do trabalhador, fato que interfere diretamente na produtividade da empresa e na qualidade do serviço prestado (ANDRADE, 2017)

Um profissional qualificado, motivado, reconhecido e cuidado, reflete sem dúvida alguma essa positividade no modo em como exerce o seu trabalho. Investigar como é realizado o processo de cuidado ao cuidador em saúde mental se torna primordial na busca de serviços melhores e mais eficazes, pois Ferro (2012) afirma que o desempenho dos trabalhadores está intimamente relacionado com a qualidade de vida no trabalho.

Alguns autores já estudam a respeito do cuidador de saúde mental, principalmente os trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS, e percebem adoecimento nesses profissionais por conta da falta de ações que previnam o adoecimento do cuidador.

Conforme Silva,

A tarefa de criar estratégias e qualificar a saúde dos trabalhadores é complexa e implica decisões de várias instituições e órgãos competentes. A garantia por melhores condições de trabalho e de saúde mental revela os dilemas e desafios enfrentados pelos diferentes atores sociais envolvidos com a construção de políticas públicas para a área de saúde do trabalhador. (Silva, 2007)

Portanto, discutir e investigar questões relacionadas aos cuidados necessários com o cuidador que trabalha na área de saúde mental e os desafios envolvidos nesse cuidado é o objetivo principal desse estudo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No intuito de alcançar esses objetivos acima citados, o recurso metodológico utilizado foi de pesquisa bibliográfica, realizada através de levantamento de artigos científicos, dissertações e outros estudos já publicados no meio eletrônico, com essa temática.

DESENVOLVIMENTO

Os CAPS, Centros de Atenção Psicossocial, são serviços substitutivos que privilegiam a humanização, acolhimento e cidadania dos usuários e são a principal estratégia no processo da Reforma Psiquiátrica (Ministério da Saúde, 2004).

Por se tratar de serviços multidisciplinares, necessitam da interação de várias especialidades de trabalho o que resulta numa maneira mais complexa de cuidar, exigindo uma prática interdisciplinar. Essa prática muitas vezes pode dificultar o trabalho dos profissionais que não estão habituados a interagir dessa forma, que inclui estudos e discussões de casos diariamente. Muitos dos profissionais que atuam nesse serviço não receberam o conhecimento e o treinamento necessários para lidar com essa prática interdisciplinar e não consideram que possuem o perfil necessário para trabalhar com o público dos CAPS.

Existem algumas pesquisas que demonstram o sofrimento psíquico, estresse e sobrecarga emocional dos trabalhadores em saúde mental. Uma delas é a pesquisa de Silva e Costa (2007 e 2008), sobre a saúde mental dos trabalhadores em saúde mental dos CAPS de Goiânia. Ela discorre sobre alguns fatores que influenciam o sofrimento psíquico e também sobre ações que podem promover o cuidado com a saúde mental desses trabalhadores. Belenzzani, Paro e Oliveira (2016) em pesquisa que visava investigar o estresse em uma equipe de CAPS, foi verificado que os dados apontavam para uma situação-limite com risco de adoecimento e mal-estar em curto e médio prazo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Iniciando pela vida acadêmica dos profissionais de saúde, observa-se que as preocupações sempre são direcionadas para ações que podem amenizar o sofrimento psíquico do cliente e que é muito raro ocorrer discussões voltadas às angústias e preocupações por parte do profissional. Os autores afirmam que existem poucas ações voltadas à preservação da saúde mental dos cuidadores em saúde, o que reflete a necessidade de olhar de forma mais atenta para esses profissionais, agindo inclusive de forma preventiva.

Pode-se observar que o cotidiano de trabalho que é vivenciado por uma equipe de saúde mental, diz respeito a uma rotina diária complexa, principalmente quando estamos falando de instituições públicas onde podemos encontrar grande demanda de atendimento e falta de tempo, além de condições precárias para o funcionamento, problemas técnicos, conflito nas relações interpessoais, falta de supervisão clínica e institucional, jornadas duplas de trabalho, entre outros. Também observa-se que muitos profissionais inseridos na saúde mental muitas vezes não se encontram preparados para esse campo de atuação e adoecem por não se sentirem seguros ou simplesmente não saberem como agir.

Silva e Costa (2007) citando Benevides – Pereira (2001) dizem:

No contato com o usuário os profissionais de saúde defrontam-se com angústias, depressões e conflitos que os deixam imersos no complexo mundo dos outros, muitas vezes perdendo o contato com o seu próprio. Dessa maneira, o cotidiano dos profissionais de saúde, possui características que os expõe à sobrecarga emocional, sendo as vivências permeadas pela dor, sofrimento, angústia, medo, desesperança e desamparo, podendo refletir em suas próprias questões, testando continuamente a sua capacidade de equilíbrio. (SILVA E COSTA, 2007).

Os autores lembram que os princípios e diretrizes da Política de Saúde Mental já preconizam a importância do trabalhador da área de saúde mental e cuidados próprios voltados a estes profissionais. O Relatório da III Conferência Nacional de Saúde Mental



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que ocorreu em 2001 descreve algumas ações necessárias para o cuidado com esse trabalhador. São elas: remuneração justa aos profissionais; garantia de condições de trabalho e de planos de cargos, carreiras e salários; capacitação e qualificação continuada; garantia de supervisão clínica e institucional; avaliação de desempenho; garantia de jornada de trabalho adequada para todos os profissionais de nível superior; democratização das relações e das discussões em todos os níveis de gestão, contemplando os momentos de planejamento, implantação e avaliação; criação de programas de saúde mental no âmbito da administração municipal para os funcionários e servidores portadores de sofrimento psíquico e desenvolvimento de estratégias específicas para acompanhar e tratar da saúde mental desses trabalhadores (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

Após essas recomendações e a avaliação nacional dos CAPS realizada em 2005, onde foi observada a ausência de acompanhamento e supervisão clínico-institucional, foi publicada a Portaria 1174/GM em 07 de julho de 2005 pelo Ministério da Saúde. A portaria destinava incentivo financeiro emergencial para o Programa de Qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS citando as ações que deveriam ser realizadas.

Em 2010 um novo estudo sobre o profissional de saúde mental foi realizado, também por Silva e Costa, que teve como foco o profissional de referência e suas responsabilizações e sofrimento psíquico. Esses profissionais de referência relataram se sentirem responsáveis pelos usuários que estavam sob seus cuidados, incluindo a necessidade de tomar decisões a respeito do projeto terapêutico do usuário, e relatos adquiridos através da pesquisa demonstraram que essa era uma experiência que causava a esses profissionais conflitos e inseguranças.

A precarização das condições físicas e materiais no cotidiano de trabalho mais uma vez foram citadas como fatores que causam desmotivação, cansaço, estresse no trabalho, entre outras.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Também em 2010 uma nova Conferência Nacional de Saúde Mental ocorreu e mais uma vez o trabalho em saúde mental foi pauta e princípios e diretrizes gerais para a gestão do trabalho nessa área foram reestabelecidos e reiteradas as orientações anteriores, no intuito de combater a precarização do trabalho em saúde e para garantir que em todos os equipamentos de saúde mental exista uma equipe completa e qualificada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Um dos pontos da IV Conferência fala sobre a necessidade de ampliação da equipe mínima de trabalho e da manutenção da mesma, repondo a equipe quando algum trabalhador estiver de licença e de férias. Parece uma coisa óbvia, mas ao nos depararmos com essa situação, percebemos o quanto as equipes de trabalho em saúde mental devem estar sobrecarregadas, pois a demanda de serviço e quantidade de usuários aumenta a cada dia, enquanto o quantitativo de profissionais continua o mesmo.

Citando a Portaria GM/MS nº 1996/2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, o relatório da IV Conferência fala, mais uma vez, sobre a necessidade de capacitação e educação permanente em Saúde Mental, e nesse contexto garantir a implementação da supervisão Clínico-Institucional em todos os serviços de saúde mental.

Enquanto a III Conferência descreve ações necessárias para o cuidado do trabalhador de saúde mental, o relatório da IV Conferência no tópico de Ações de Atenção aos trabalhadores fala da criação de políticas públicas nesse intuito, como podemos observar abaixo:

314. Criar políticas e buscar estratégias de atenção integral à saúde dos trabalhadores da rede de saúde mental, garantindo o cuidado dos mesmos.

315. Criar políticas de incentivo ao trabalhador: treinamento em serviço; gratificação especial para atividades no âmbito da saúde mental; supervisão; interface com outros serviços para assistência terapêutica voltada às necessidades físicas e psicológicas do trabalhador; criação de um programa de incentivo ao lazer, cultura



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



e esporte; e aposentadoria especial (após 25 anos de trabalho) para os trabalhadores de saúde mental. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 65)

Sabemos que políticas públicas tornam a questão mais séria e denota a obrigatoriedade de se criar e colocar em prática ações que contribuam para o alcance dos objetivos de tais políticas.

Infelizmente não foi localizada nenhuma política pública que atenda a essas orientações da IV Conferência em Saúde Mental que aconteceu em 2010 e até o momento não foi realizada nova conferência e não se sabe quando ocorrerá.

Paralelamente estudos mais atuais como o de BELLENZANI, PARO, OLIVEIRA, 2016 e o de SILVA e KNOBLOCH também em 2016, continuam alertando sobre a importância do cuidado com esses profissionais e sobre as atividades necessárias para minimizar o processo de estresse ocupacional e sobrecarga de trabalho.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa, portanto, identificou que existe a necessidade de ações voltadas para a atenção da saúde do trabalhador, juntamente com a identificação de inexistência ou fragilidade dessas ações e que os gestores precisam se responsabilizar pelo cuidado da saúde do profissional, com o objetivo de cuidar desse profissional e melhorar o cuidado que é ofertado ao usuário do serviço de saúde mental.

Percebeu-se também através dos relatos dos profissionais nas bibliografias pesquisadas, especialmente por Silva (2007), a importância de grupos de estudo entre os profissionais, que segundo eles diminuiriam a sensação de falta de preparo que alguns profissionais sentem ao trabalhar em um CAPS, proporcionaria o apoio mútuo e sensibilidade entre os colegas, e que existe muita insatisfação e desmotivação com a baixa



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



remuneração, a dupla jornada de trabalho e por muitas vezes a falta de reconhecimento do trabalho.

Em pesquisa realizada por Almeida e Furegato, foi verificado a dificuldade de comunicação e troca de informações entre as diversas especialidades impossibilitando uma postura multidisciplinar e resultando em uma atuação isolada do profissional, consequentemente maior responsabilização por tomadas de decisão por este, realidade que pode ser minimizada através de reuniões de equipe no qual o coordenador possa esclarecer a importância de cada categoria na atenção ao paciente considerando sua integralidade.

As ações preconizadas pelo Ministério da Saúde em relação aos trabalhadores da área foram reforçadas como importantes para promoverem a qualidade de vida no trabalho dos profissionais de saúde mental, mas o próprio Ministério não criou as políticas públicas que propôs.

Identificamos que esse assunto já vem sendo discutido, mas que as ações que objetivam a prevenção e promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho do trabalhador de saúde mental ainda são muito poucas, verificado também uma escassez de trabalhos que tragam indicadores sobre a prevalência de sofrimento mental desse público, limitando-se a pesquisas isoladas sobre estresse e ansiedade no ambiente de trabalho.

Mais pesquisas-ação devem ser realizadas no intuito de colaborar com a qualidade de vida no trabalho e a saúde desse profissional cuidador e o que o que já vem sendo discutido deve ser transformado em intervenções práticas para que o adoecimento e sofrimento desses profissionais possam ser prevenidas e até mesmo minimizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. D; FUREGATO, A. R. F. **Papéis e perfil dos profissionais que atuam nos serviços de saúde mental.** Rev. Enferm. Atenção Saúde [Online]. jan/jun 2015; 4(1):79-88

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANDRADE, Vivian Maria Sandri. **Qualidade de vida de profissionais que atuam na saúde mental**. 2017. 63 f. Dissertação (Mestrado em odontologia - Área de Concentração: Saúde Coletiva) - Universidade do Sagrado Coração, Bauru, 2017.

BELLEZANI, R; PARO, DM; OLIVEIRA, MC. **Trabalho em saúde mental e estresse na equipe: questões para a Política Nacional de Humanização/SUS**. Rev psicol saúde. 2016; 18(1):32-43.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool, crack e outras drogas**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** - Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 242 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS ; v. 1)

BRASIL. Ministério da Saúde. (2001). **Relatório final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2010). **Relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV CNSM.

BRASIL. Presidente da República. **Relatório brasileiro sobre drogas/Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**; IME USP, Brasília: SENAD, 2009, 364p.

FERRO, F. F. **Instrumentos para medir a qualidade de vida no trabalho e a ESF: uma revisão de literatura**. 2012. 92 f. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Curso de especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais. Brumadinho, Minas Gerais. 2012.

SILVA, E. A. **Dores dos cuida-dores em saúde mental: estudo exploratório das relações de (des)cuidado dos profissionais de saúde mental em centros de atenção**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicossocial de Goiânia-GO. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, E. A., COSTA, I. I. **Saúde mental dos trabalhadores em saúde mental: estudo exploratório com os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia/Go.** *Psicol. rev.*, v. 14, n.1, p. 83-106, 2008. ISSN 1677-1168.

SILVA, E. A.; COSTA, I. I. DA. **O profissional de referência em saúde mental: das responsabilizações ao sofrimento psíquico.** *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 13, n. 4, p. 635–647, dez. 2010.

SILVA DLS, KNOBLOCH F. **A equipe enquanto lugar de formação: a educação permanente em um Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas.** *Comunicação saúde educação.* 2016; 20(57):325-35.

SILVA, M. B. B. E. **Atenção psicossocial e gestão de populações: sobre os discursos e as práticas em torno da responsabilidade no campo da saúde mental.** *Physis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 127-150, June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000100008&lng=en&nrm=iso>. acessado em 21 Agosto de 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**POR UM ENCONTRO DOS AFETOS: O BRINCAR LIVRE ENQUANTO
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DA SUBJETIVIDADE**

Laelson Matos Ribeiro Júnior

Graduando em Psicologia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

laelsonmrj@gmail.com

Carmem Virgínia Moraes da Silva

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela UNEB

Professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

carmem.virginia@gmail.com

ELEMENTOS NORTEADORES

Brincar livre: não é a emergência do novo, tampouco o retorno do mesmo. É a configuração e reconfiguração ao infinito de algo há muito já posto, mas que ganha novos contornos pelos atravessamentos constitutivos da contemporaneidade e sua tentativa de edificar um corpo dócil assujeitado; algo se delineia no horizonte: o levantar de um ponto de luz que ilumina o sujeito apagado numa engrenagem tecnicista e utilitarista: resistência, singularidades – a produção contínua de novas modalidades de existência pelo encontros dos afetos.

Este trabalho toma, enquanto algumas de suas bases (apesar de não nos restringirmos a isso), uma experiência de Estágio Específico vivenciada por um grupo de alunos do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. As

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atividades foram realizadas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE durante o segundo semestre letivo do ano de 2017.

Faz-se importante pontuar que tal estágio foi executado sob a supervisão e orientação da Professora Dr.^a Carmem Virgínia Moraes da Silva; em nossa atividade, tínhamos, enquanto proposta, a utilização do brincar livre – uma prática do lúdico – pensada enquanto um movimento erigido em defesa do sujeito e também, por consequência, proposição de uma ação inscrita sob a ordem de um fazer que é possibilitador da emergência de subjetividades.

Nosso objetivo, neste escrito, é mostrar algumas das linhas teóricas e metodológicas que nos possibilitaram a proposição da ideia e implementação da prática de um brincar livre; aliado isto, nos lançamos na tarefa de pensar de que maneira podemos relacionar tal prática com movimentos de resistência e produções de subjetividade na contemporaneidade. Entendendo estes como movimentos que se constituem através de uma lógica que é promotora de (e promovida por) uma torção no olhar e abertura dos ouvidos – alterações das frequências de recepção do corpo a fim de captar e vislumbrar o ranger das máquinas desejantes: uma clínica dos encontros e dos afetos.

LINHAS DE CORTE, PONTOS DE ATRAVESSAMENTOS

A quem quer que seja familiar o estudo da teoria psicanalítica, o contato com o texto freudiano chamado “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920) não é nada novo. Por várias razões esse texto produzido por Freud, tendo sido fortemente influenciado pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, tornou-se uma das pedras fundamentais da teoria psicanalítica; são muitas as questões às quais podemos pensar a partir dessa obra, mas propomos utilizá-la, aqui, para pensar uma questão bem específica que se relaciona



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



com a brincadeira e sua vertente de ação possível enquanto possibilidade de expressão de subjetividade.

Freud (1920) propôs uma análise de uma brincadeira que seu neto realizava. A brincadeira era simples, e podemos resumi-la aqui do seguinte modo: quando esse neto ainda estava na fase em que começava sofrer os primeiros barramentos em relação a mãe, ele brincava com um carretel, lançando-o para longe, enquanto bradava “Fort” – sendo que a pronúncia do “o” se dava de forma bem alongada; em seguida, quando o carretel já se encontrava distante e escondido atrás ou em baixo de algum móvel, ele puxava-o de volta pelo barbante e gritava “da”.

Para Freud, essa brincadeira, aparentemente sem sentido, não era tão sem sentido assim. Isto pois, “fort” é a palavra em alemão que, na sua forma de interjeição, significa “fora” e, quando é utilizada enquanto adjetivo, também pode marcar algo que está “ausente” ou “afastado”. A palavra “da”, por sua vez, significa, literalmente, “aqui”. Desse modo, para Freud (1920), o que essa atuação mostrava era uma criança que, através da linguagem, tentava dar conta de algo que dela se ausentava – e tinha na brincadeira, o empréstimo de um simbolismo para externar questões que lhe atravessavam.

Se pensarmos com Walter Benjamin (1984), por exemplo, e saindo um pouco da teoria psicanalítica, nós podemos ver o brincar enquanto invenção do mundo a partir de uma apreensão sempre única do mundo: temos o despontar de uma singularidade. Benjamin (1984) lança a defesa de que as crianças têm a potência de transformar o mundo ao qual tem acesso, por mais diversa que seja sua natureza, em brincadeiras: um cabo de vassoura se metamorfoseia em um cavalo, uma noz se transforma em peão.

Tudo isso está relacionado com uma forma de expressão de algo que é específico do sujeito e que aparece através do simbolismo que lhe é emprestado pela brincadeira; demonstrando o quão desnecessário é que os adultos tentem, a seu modo, criar brinquedos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que se esforçam para materializar fantasias (claro que as suas próprias) e poupar as crianças do “terrível” trabalho de terem que fantasiar.

O brincar auxilia nos processos de simbolização da criança, atuando como um instrumento intermediador que doa a sua realidade à fantasia, possibilitando-lhe falar da sua realidade psíquica. Neste espaço, torna-se possível, além de muitas outras coisas, vislumbrar quais as relações que a criança performa com o mundo, com o outro, com as questões que lhe atravessam e as modalizações afetivas que ela performa.

DINÂMICAS DA CONTEMPORANEIDADE

Este breve percurso teórico – o qual acabamos de realizar – serve a um propósito: mostrar que há uma longa tradição teórica, e também filosófica, que nos permite pensar e trabalhar a brincadeira (especialmente quando modalizada na forma de um brincar livre) como uma forma de expressão de subjetividade: um ponto de irrupção em que é possível observar o aparecimento do sujeito.

No entanto, o que presenciamos na contemporaneidade, apesar de não surgido agora, é a utilização da brincadeira enquanto apenas mais um meio para um fim de adequação. A brincadeira que poderia ser trabalhada como um ponto de emergência do sujeito, passou a ser empregada principalmente com função pedagógica, operando na forma de uma técnica de aprendizagem e adequação técnico-funcionalista.

Pensando especificamente no Estágio Específico ao qual nos referimos anteriormente e nas experiências que por nós foram vivenciadas, gostaríamos de propor o início de nossa defesa a partir de um determinado aspecto, o qual cabe a nós escavar as bases sobre as quais ele se sustenta e dissertar a respeito de seus desdobramentos. Começemos pelo seguinte: quando a criança chega à instituição, para que seja aceita, é



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



necessário, cobra-se, exige-se que ela já padeça sob o signo da lógica universalizante de um diagnóstico.

Para ser acolhido como indivíduo que estará sob os cuidados daquela instituição, e que sofrerá os efeitos dos poderes que ali agem, é preciso que um diagnóstico tenha sido realizado por algum profissional da área da saúde. Demanda-se uma operação que o insira e ponha para funcionar segundo a lógica estrutural de uma categoria diagnóstica, um código no DSM V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013) ou CID 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997) – isso persiste e mostra seus efeitos perversos, principalmente, quando o próprio diagnóstico reside sob um estatuto de incerteza absoluta, como é possível ver nos casos diagnosticados como “retardo mental não especificado”.

A partir desse colocar da criança a funcionar sob uma lógica estrutural já dada, uma série de estratégias adjacentes são pensadas para o seu tratamento: todas pensando em torná-lo apto para realizar tarefas X ou/e Y com um certo grau de funcionalidade, o que traz como implicação uma adequação a certas exigências. Assim, todas as atividades que serão utilizadas com as crianças, inclusive as brincadeiras, passam a ser focadas para que desenvolva uma gama de habilidades, tais como as cognitivas ou sensório-motoras.

A brincadeira passa a operar com uma função pedagógica técnico-funcionalista de adequação. O que nós temos, no sentido foucaultiano do termo (FOUCAULT, 2008, 2005, 1987) pensado no sentido forte da expressão, é uma tecnologia de treinamento: a operação dos poderes biopolíticos e disciplinares a fim de fazer o sujeito funcionar segundo padrões ótimos (no sentido de otimizar: extrair o melhor rendimento e desempenho possível) a partir dos atravessamentos constitutivos de uma ideia de adequação, funcionalidade e previsibilidade – sejam com corpos dóceis e treinados, ou mesmo pensando em seus processos vitais enquanto organismos constitutivos de uma população.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A teoria foucaultiana (1999) propõe que há um jogo de poderes que é operado dentro da sociedade; esta relação de forças que vemos agir no meio social, em diferentes níveis, modos e medidas, se faz sentir sobre o sujeito, produzindo certas maneiras de subjetivação ao mesmo tempo que realiza uma negativa de outras. Vemos ainda que tal poder se constitui e é exercido, justamente, a partir – e através – de uma série de saberes que se constituem.

A defesa realizada por Foucault (2008, 2005) é que, da metade para o fim do século XVIII, ocorre uma viragem no modo como o poder é exercido: se antes o poder tinha sua máxima de ação representada na figura do soberano, que o exercia sob a lógica de um funcionamento materializado pela possibilidade de fazer morrer, condicionando sempre os corpos segundo tecnologias de treinamento e funcionalidade, o que passa a ocorrer é uma mudança que vem para tomar o indivíduo não mais como corpo, e sim enquanto uma população.

Os jogos de poderes e relações de força continuam a se fazer, e como uma estratégia a fim de conseguir um funcionamento previsível e otimizado, vemos a centralização da medicina enquanto um dos saberes central do organismo social; há então o lançar mão de dados, medidas estatísticas e demográficas, laudos e exames, tudo isto para gerir o sujeito e todos os seus processos vitais: sexualidade, fecundidade, taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, doenças, epidemias e endemias.

Nesse sentido, ao focarmos a contemporaneidade, o que temos é a operação desses poderes sobre o indivíduo, a partir – mas não apenas – das instituições que compõem a nossa sociedade como um todo e (a seu modo) fazem gerir a vida dos sujeitos e suas relações. As instituições, a partir dessa tecnologia de controle, buscam inserir o sujeito sob um véu de previsibilidade, para que caibam dentro da lógica estatísticas dos processos vitais sobre os quais se pode operar com uma certa margem de segurança.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para que tal intuito seja bem sucedido em sua execução, as instituições buscam, a todo instante, promover um apagamento de tudo aquilo que pode emergir sob a ordem de uma singularidade – pois, para todo controle, o singular é ponto fora da curva: são encontros contingenciais, torções, rangidos das máquinas desejanter, algo que se apresenta na ordem e estatuto do incontrolável: não pode haver preparação e gerência sobre aquilo que não se pode prever. Para gerir o indivíduo, é preciso apagar o sujeito.

LEVANTAR E RESISTIR

Ao pensarmos sobre tais questões – e conjecturarmos quais suas implicações práticas na constituição dos sujeitos e suas subjetividades enquanto potência de construção existencial ao infinito –, não é difícil imaginar por quais razões a tentativa de promoção de um brincar livre pode ser entendida como um movimento de resistência em defesa da subjetividade na contemporaneidade.

Mas, a título de traçarmos contornos mais concretos àquilo que já se delinea, temos a seguinte linha de pensamento: tal perspectiva de trabalho encontra seu eco de validação, principalmente, pois diante de uma realidade institucional que trabalha a todo instante para apagar o sujeito numa engrenagem de adequação funcionalista, toda ação que vise possibilitar o aparecimento dessa singularidade, que tanto é solapada, se mostra como uma forma de resistir – no sentido proposto por Foucault (2001) – às forças que mutilam a subjetividade.

O brincar, pautado em uma atividade livre, assumia essa vertente de movimento de resistência pois, em nossa prática, aquilo do que abríamos mão era um direcionamento da criança a partir do nosso olhar, indicando sobre o que e como ela deveria operar. Quase que como uma paráfrase da orientação feita por Freud ao propor seu método de associação livre (quando dizia a seus pacientes que falassem aquilo que lhes viesse à cabeça), a nossa



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“metodologia”, por assim dizer, se baseou em propor, e deixar, que as crianças brincassem daquilo que encontrasse em seus desejos a sua força motriz.

Tínhamos enquanto objetivo, durante este período de interação marcado pela lógica prática-teórica de um brincar livre – a partir dessa possibilidade de se relacionar com a brincadeira sem direcionamentos concretos advindos de um exterioridade –, pelo modo dela se portar para com a fantasia, para com o outro, com seus desejos e com a lei, que algo emergisse; manifestando, assim, leves contornos do despontar de uma singularidade, ainda que fosse como um lampejo na escuridão.

O que propomos não é uma reinvenção da roda, pois as bases estruturais nas quais nos apoiamos já foram postas há muito. Não é a defesa de um método pautado em protocolos construídos e atravessado por técnicas universais e generalizantes, edificadas em metodologias fixas e expressas em passos 1, 2, 3 e 4, todos rigidamente delineados, os quais vão nos dizer, exatamente, como cada profissional deve operar em todos os casos – como se tudo que pudesse aparecer já estivesse dentro do espectro do previsível.

A proposta aqui, por outro lado, é a de uma alteração de perspectiva, uma mudança no olhar; é a promoção de um deslocamento, uma torção que mire as emergências de toda uma série de mobilizações subjetivas que estão relacionadas com uma ética do desejo. Temos a proposição de que olhemos para aquilo que fala, mas também, e muito importante, um olhar para o que se manifesta naquilo que cala.

Pelo jogo simbólico que vemos a criança operar em sua relação com a fantasia e os empréstimos que dela toma, é possível vislumbrar as mais diversas produções de subjetividade que se relacionam com a possibilidade de construção de novos modos de existência – todos relacionados com produções de um maquinaria desejante sempre a pulsar, mesmo com as mais diversas tentativas de atar-se o nó da mordação. É aqui que uma clínica dos encontros e dos afetos surge como linha fundamental de pensamento.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



UMA CLÍNICA DOS ENCONTROS E DOS AFETOS

A fim de que possamos pensar uma clínica que se proponha, de alguma maneira, a trabalhar o encontro dos afetos enquanto choques contingenciais a partir dos quais novos modos de existências são possíveis de serem construídos, temos de realizar uma breve discussão teórica – tentaremos não ser, por demais, entediante. Para que tal discussão seja viável, e para que alcancemos os objetivos aos quais almejamos em nossa empreitada, é necessário trazer para o diálogo aquele que foi um dos filósofos mais polêmicos de seu tempo: Spinoza.

O diferencial da filosofia spinozana, quando cunhada – e que é um dos principais motivos para ser entendido como um filósofo o qual a obra provocou muitas agitações entre seus contemporâneos –, foi a retirada de Deus de uma ordem transcendente, passando a colocá-lo no nível da imanência. O pensamento da imanência traz consigo a implicação de que Deus é Natureza (*Deus sive Natura*), e todas as coisas seriam formas de expressão de sua potência e, ao mesmo tempo, as coisas o expressariam. As coisas não existem sem Deus, nem Deus sem as coisas (SPINOZA, 2007).

Ao longo de sua obra, isto que Spinoza chama de “coisas”, podem tanto ser uma árvore ou um animal, um indivíduo ou uma pedra, um planeta gigantesco ou um minúsculo átomo – as coisas são “modos” da substância se apresentar. Tais modos, as coisas singulares, não possuem uma identidade a priori, mas se constituem e definem-se nas relações que estabelecem umas com as outras, intermediadas por uma potência de afetar e ser afetado: tudo se constitui nos encontros dos afetos.

A fim de produzir melhores definições sobre tais questões, Spinoza (2007) dedicou a terceira parte da “Ética” para dissertar sobre qual seria a origem e a natureza dos afetos. Assim, o autor supracitado, então definiu que: por afeto, nós podemos compreender “as



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2007, p. 163).

Tendo isso em mente, Deleuze e Guattari (2010), para começar a esculpir aqueles que seriam os traçados fundamentais da esquizoanálise, lançam mão de um arregimentar do pensamento spinozano para a constituição de sua prática dos encontros e dos afetos. O autor propõe que os corpos, os sujeitos e até mesmo os pensamentos, não são substâncias a priori; na verdade são modos – aqueles mesmos aos quais Spinoza (2007) se referia.

As consequências desse pensamento podem ser esquematizadas, brevemente, da seguinte maneira: os sujeitos não existem a priori e por si mesmos¹⁶, pelo contrário, se constituem nas, e pelas, relações que estabelecem. Tais constituições apenas são possíveis pois todas as coisas são atravessadas por um potência de afetar e ser afetado, a qual entra em ação em cada encontro, sempre de forma singular. Estamos falando, em suma, de um poder de afetar e ser afetado existente enquanto potência do corpo e do pensamento.

De modo concreto, se passarmos encarar os corpos e os pensamentos como modos das substâncias se apresentarem, e pensarmos que estes modos se constituem com – e por – uma lógica das afecções, então uma série de mudanças de perspectivas se fazem possíveis. Segundo Deleuze, “definiremos um animal ou um homem não pela sua forma, seus órgãos e suas funções, e tampouco como um sujeito: nós o definiremos pelos afetos de que é capaz” (DELEUZE, 1977, p. 129).

Seria justamente por essa lógica das afecções que novas produções de modos de existência, um contínuo de singularidades, seriam possíveis – precisamente, pois a variedade de produções de modos de existência, a partir de um encontro dos afetos, estaria sempre da ordem das irrupções contingenciais, sua constituição seria fruto de colisões nucleares inscritas sob o signo da imprevisibilidade; teríamos enquanto resultado dessa equação, uma incógnita que tende ao infinito.

¹⁶ Na filosofia de Spinoza, apenas Deus possui a faculdade de existência sem o outro (SPINOZA, 2007)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Desse modo, se pensarmos a produção de uma clínica ampliada, a qual toma enquanto suas bases uma lógica dos encontros e dos afetos, somos capazes de conceber uma ideia de ação que ultrapassa a visão da clássica atuação profissional, a qual acorrenta os fazeres dos psicólogos e terapeutas às quatro paredes de seu consultório. Tal proposta de ação se constitui no instante em que há o posicionamento diante do outro aberto à possibilidade afetar e ser afetado, encarando-o enquanto uma força afetiva, vontade de potência, capaz de produzir novas modalidades de existência.

Indo mais além, é possível pensar a atuação de uma psicologia, dentro dessa linha, enquanto um estar diante do outro como uma presença que mobiliza. A atuação possibilitadora de que esse outro constitua sua existência segundo uma ética do desejo que toma corpo, ecoa e ressoa nas relações que estabelecemos – o sujeito torna-se capaz de elaborar, assim, um paradigma ético estético político (GUATTARI, 2000) que se relaciona com toda uma série de atravessamentos e produções desejantes inconscientes.

Isto, pois há ali algo que permite este soar, ecoar e ressoar de produções desejantes que tanto foram caladas – o sujeito do inconsciente passa a ser ouvido. Temos a possibilidade de constituição de uma forma de existência que resiste, esquiva-se dos jogos de poderes, e jamais pode ser apreendida nas relações de força disciplinares e biopolíticas que tentam a todo instante lhe enclausurar.

As existências se constroem nos encontros que nos atravessam – brincar também é resistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo operado por uma série de saberes e poderes em nossa sociedade, e executado magistralmente sobre humano, tem nos conduzido a uma tentativa constante de enclausurar o sujeito dentro de uma engrenagem mecanicista, funcionalista e previsível. A



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



criança não escapa a essa tentativa de tragar para dentro da lógica do controlável tudo aquilo que é da ordem das irrupções contingenciais.

Armados com tudo aquilo que arregimenta o ideal da previsibilidade, da estatística, da medida e do controle, as formas de exercício de poder biopolítico tomam para si uma série de saberes, incluindo a medicina, enquanto meio de fazer seu poder se exercer. E partindo desses saberes que possuem – muitas vezes operados nas, e pelas, instituições –, devoram até mesmo aquilo que poderia ser acionado como uma forma de expressão de subjetividade, desvirtuam e transformam numa tecnologia de treinamento.

Nesse cenário, todas as tentativas de resistir ao apagamento das subjetividades se fazem necessárias: demanda-se de nós a produção constante de dobras nas práticas pensadas pela psicologia em defesa do sujeito. É preciso produzir certas fissuras, fazer ranger certos saberes, suscitar os estranhamentos, desencadear a crise; é um imperativo categórico que realizemos uma torção nos pontos de vista, a fim de observarmos não mais os resultados dos treinamentos, mas o ranger das máquinas desejanças.

A clínica dos encontros e dos afetos produz todo tipo de irrupção e revolução. Ultrapassa os espaços pré-estabelecidos que, em alguns casos, buscam transformar certas práticas – por natureza seriam subversivas – em mais mecanismos de controle e adequação; é nesse jogo de posicionar-se diante da criança, olhando-a como potência ativa, que algo emerge. É preciso restituir à criança o caráter de sujeito: é por um encontro dos afetos que o sujeito consegue emergir, esquivar-se e resistir às forças que a todo momento trabalham para apagá-lo.

O estudante ou profissional em Psicologia que se abre, lança-se nessa empreitada e busca uma vertente diferente do olhar, tanto afeta quanto é afetado; nesse jogo que se dá por uma clínica do encontro, algo marca, resiste, pulsa e faz barulho. Ali, no espaço do encontro, em que um olhar reconhece o outro enquanto potência de existência, pelo brincar, ao passo que afirma uma alteridade do eu, a criança pode



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



demarcar seus contornos e despontar como singularidade que escapa ao tragar de um mero diagnóstico.

Por mais lentos que possam ser os progressos, o esforço se valida, pois algo resiste, algo fica, algo permanece.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BENJAMIM, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza: Philosophie Pratique**, Paris: Minuit, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O pensamento do exterior. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 219-242.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer, 1920. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-75.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 3a ed. - São Paulo: Ed. 34, 2000.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2007.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**REFLETINDO SOBRE EXPECTATIVAS DE COMPORTAMENTOS
SOCIALMENTE COMPARTILHADAS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS
USUÁRIOS DO CAPS ACERCA DE SUAS POTENCIALIDADES PARA A VIDA
EM SOCIEDADE**

Lívia Guimarães Farias

Psicóloga, docente e mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Centro Universitário - UNIFG

livinhafarias@yahoo.com.br

Vanessa M. Barbosa*

nessinhapsico@hotmail.com

Jucelia P. Sousa*

Jucelia2sousa@gmail.com

Simone S. Mamédio*

Simone_lic@hotmail.com

Mônica F. Pinheiro*

monicafernandes20@hotmail.com

Maísa V. F Oliveira*

mais_rs16@hotmail

Sibele Aparecida S. Oliveira*

Sibele719@gmail.com

*Discente do Centro Universitário - UNIFG



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



INTRODUÇÃO

O(s) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) “são instituições destinadas a acolher pessoas com sofrimento psíquico grave e persistente, estimulando sua integração social e familiar, apoiando-os em suas iniciativas de busca da autonomia” (CFP, 2013, p. 12), logo se figuram como unidades de saúde mental que trabalham em regime aberto e comunitário pelo Sistema único de Saúde (SUS). Aquele(s) acolhem pessoas que têm os mais variados transtornos mentais nos mais variados níveis de severidade ou persistência. Esse novo modelo de atenção à saúde mental se dá através dos movimentos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve seu início na segunda metade da década de 1970 (NASI; SCHNEIDER, 2011) e ainda hoje continua diariamente reformulando estruturas físicas, políticas, sociais e culturais para promover mudanças de paradigmas e de posturas junto às pessoas que tem sofrimento mental.

Para se lograr o objetivo supracitado, os CAPS disponibilizam assistência especializada a fim de ajudar aos usuários do serviço a se inserirem e/ou se reinsereirem na sociedade e no seu meio familiar (BRASIL, 2004). Isso implica em dizer que os CAPS têm de assistir e atuar não só junto às pessoas que tem transtorno mental, mas também junto aos familiares destes, na comunidade onde aqueles residem e ainda nas instituições que de algum modo estabelecem relações com as pessoas que tem transtorno mental severo. Logo, o trabalho do CAPS não acontece só dentro da unidade, mas sim na unidade, na sociedade, na cidade e em parceria com as famílias dos usuários do serviço.

Sendo assim, o tratamento da pessoa que tem transtorno mental não se restringe a medicamentos e eventuais internações, mas sim num conjunto de estratégias que visem promover reinserção dessa pessoa em sua família e no meio social, visando uma melhor qualidade de vida não só dos assistidos, mas de todos. (SCHRANK; OLSCHOWSKY, 2008). Assim sendo, família, entendida como uma unidade de cuidado, e também um



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



recurso terapêutico que necessita de constante apoio profissional, pois não são raras as vezes que esta se encontra em situação de fragilidade e “perdida” frente às imprevisibilidades que acontecem durante os períodos de crise/surto de seu ente. Se deparar com imprevisibilidades, incertezas e não explicações, faz emergir na família e na comunidade sentimentos medos, rejeições, frustrações, cansaços que potencializam e retroalimentam preconceitos, discriminações e estigmas que a mais de quarenta anos a reforma psiquiátrica brasileira vem tentando erradicar de nossa sociedade.

Os CAPS são serviços que tem um público alvo bem específico e trabalham com “as portas abertas”, ou seja, as pessoas podem sair e/ou entrar na unidade sem restrição, como também buscar atendimento por livre demanda ou via referenciamento de outra instituição pública e/ou particular. Desse modo, o CAPS se figura como uma política pública indispensável não só para o público assistido diretamente com as oficinas terapêuticas, com os atendimentos psiquiátricos e psicológicos, com os encontros de família e das atividades interativas, mas também a sociedade como um todo, pois é nesta que o conhecimento é difundido, que as pessoas assistidas se ressocializam, que as famílias melhor orientadas e acolhidas expressam suas potencialidades e as ressignificações frente a fenômenos psicopatológicos que convivem por determinados momentos.

Para contribuir com a perspectiva de mudanças de paradigmas relacionados aos estigmas associados a quem tem psicopatologias severas na nossa sociedade, em uma proposta de estágio no CAPS II de uma cidade do interior da Bahia, tivemos oportunidade de realizar, com aproximadamente 15 usuários deste serviço um grupos operativos no formato de oficinas terapêuticas, possibilidade de trabalharmos com estes as temáticas: habilidades interpessoais e emoções. Os resultados foram muito positivos, pois os beneficiários do CAPS demonstraram que se interessam pelos temas, refletiram criticamente sobre a realidade que vivemos e sobre as patologias que possuem, demonstraram que percebem suas limitações, mas também suas potencialidades e sobre o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



quanto os CAPS são necessários para ajudá-los a terem melhor qualidade de vida e a proporcionar na comunidade discussões que potencializem reduções de estigmas, preconceitos e discriminações.

O PASSO A PASSO

O estágio teve duração de 20 semanas e aconteceu no segundo semestre letivo de 2017. O CAPS é do tipo II e situa-se em uma cidade do interior da Bahia que possui aproximadamente 90 mil habitantes. Atualmente o número de usuários cadastrados naquele serviço está em torno de 220, no entanto, a quantidade de beneficiários que frequentam a unidade diariamente é bem menor. O serviço possui equipe multidisciplinar: um guarda, um motorista, uma enfermeira, dois técnicos de enfermagem, uma farmacêutica, dois psiquiatras, dois médicos clínicos, um psicólogo clínico, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, duas artesãs, uma psicopedagoga, uma coordenadora, um auxiliar administrativo e cinco auxiliares de serviços gerais.

Dentro da unidade são oferecidas três refeições, atendimento psiquiátrico, psicoterapia grupal, atendimento às famílias dos usuários, oficinas terapêuticas de arte-terapia, assistência farmacêutica, atividades psicoeducativas e de acolhimento a qualquer cidadão que procure a unidade. Extramuros do CAPS, a equipe técnica realiza visitas domiciliares e atividades psicoeducativas em instituições públicas e privadas. O CAPS supracitado possui a seguinte estrutura física: recepção, cozinha, refeitório, salas de consultórios, salas administrativas, posto de enfermagem, duas salas de oficinas terapêuticas, banheiros, amplos espaços de convivência e um pomar.

O estágio foi uma experiência singular em nossas vidas e formação acadêmica, pois foi concretizado em num clima de parceria e reciprocidade. Em nosso passar pelo CAPS, durante todos os momentos buscamos interagimos com usuários, com os familiares destes e com a equipe técnica a fim de, diuturnamente, construir e manter vínculos positivos e de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



confiança para com estes. Como consequência deste bom *rapport* com a equipe técnica, tivemos autorização para realizar acolhimentos, escutas, aplicar anamnese nos usuários do serviço, acompanhar visitas domiciliares, participar de oficinas de arte-terapia e de criar e coordenar um grupo operativo com aproximadamente 15 usuários do serviço que não estavam em surto/crise durante o período de estágio cujo objetivo foi discutir sobre expectativas de comportamentos socialmente compartilhadas e emoções. Todos os encontros foram mediados por técnicas de dinâmica de grupo.

Percebemos que todas as oficinas foram bem aproveitadas pelos usuários, pois estes demonstraram espontaneidade, colaboração e criticidade nas discussões e atividades propostas. A participação foi voluntária, cada encontro durou cerca de 30 a 40 minutos, com periodicidade de uma vez por semana - durante oito semanas. Infelizmente não apresentaremos neste trabalho todas as intervenções realizadas, mas somente a oficina onde trabalhamos o tema habilidades interpessoais por meio de um *Role Play* de entrevista de emprego e construção de currículo.

As oficinas foram previamente planejadas e seguiram a seguinte estrutura: aquecimento – uma atividade de lúdica -, desenvolvimento - aplicação de uma técnica de dinâmica de grupo que foi previamente pré-selecionada - e compartilhamento ou processamento, que consistiu em um resumo das discussões e de exposição de uma versão de sentido por parte de cada usuário que participou do encontro. Faz – se pertinente ressaltar que para cada oficina, nós somente aplicamos uma técnica de dinâmica de grupo, entretanto, também previamente planejamos um possível “Plano B” para substituímos a primeira proposta caso achássemos pertinente não aplicar a técnica de dinâmica de grupo que fora previamente planejada. (Em nenhuma oficina o “plano B” precisou ser utilizado)

**TRABALHANDO HABILIDADES INTERPESSOAIS E A TEMÁTICA EMOÇÕES
EM GRUPO OPERATIVO.**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Durante as 20 semanas de estágio tivemos contato direto com a equipe, com a comunidade, com familiares e com os próprios usuários do CAPS. Fato que nos foi riquíssimo pessoal e academicamente falando, pois isso nos possibilitou oportunidades singulares de encontros e de aprendizagens significativas, pois conseguimos não só ver como os sintomas das psicopatologias se expressam, mas também como é conviver com pessoas que os vivenciam durante um período de suas vidas, ouvimos relatos de preconceitos e de discriminações descritos com tanta vivacidade que nos permitiu de certo modo também experiência lós, pois estes nos foram relatados por pessoas que diretamente os sofreram em casa, na comunidade, em relações trabalhistas. Essa oportunidade também nos propiciou viver situações de enfrentamento de preconceitos e estigmas ao realizarmos trabalho psicoeducativo junto às famílias e conseqüentemente na comunidade.

Frente a tantas demandas e com o desejo de realizar o máximo possível de atividades que a instituição comportasse e/ou nos permitisse experimentar, propomos a criação de um grupo operativo para trabalharmos temas relacionados às emoções e a expectativas de comportamentos socialmente compartilhados por meio de discussões de temas. Optamos por esta estratégia porque um grupo operativo tem como objetivo promover um processo de aprendizagem por meio de partilha de experiências e de um trabalho em prol de um objetivo comum que se processa por meio de identificações, trocas de posições e de lugares, como também por participações criativas e críticas cujas reflexões propiciam transformações pessoais e conseqüentemente na realidade (BASTOS, 2010).

Para maximizar os efeitos de trabalho com grupos operativos, utilizamos algumas técnicas de dinâmica de grupo, pois segundo Keglenvich e Pereira (2009) estes são instrumentos que tem como finalidade propor reflexão sobre determinado tema, no intuito de se construir vínculos, expor sentimentos e mediar discussões. Também escolhemos este instrumento porque o mesmo permite a utilização de materiais concretos – lápis, canetas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



coloridas, recortes cola, tesouras, sucatas, bola de soprar, música, palitos etc -, como também o próprio corpo na operacionalização da técnica. Percebemos que o auxílio de recursos concretos ajuda nosso público alvo a melhor expressar seus pensamentos e sentimentos.

Depois que descobrimos junto aos beneficiários do serviço quais temáticas deveriam ser trabalhadas nas oficinas, as estagiárias se subdividiram em três duplas e cada uma desta elaborou duas propostas de oficina para o tema que lhe fora direcionado. Apesar de a proposta de atividade ter sido elaborado em subdupla, todas as seis estagiárias participaram ativamente das oficinas junto aos usuários do CAPS. Também acordamos que cada oficina teria a seguinte estrutura: aquecimento – atividade lúdica -, desenvolvimento – a discussão do tema por intermédio de uma técnica de dinâmica de grupo - e por último, um compartilhamento - recapitular de modo sintético as discussões vivenciadas e por fim solicitar aos participantes que expressassem sua versão de sentido sobre o encontro.

A experiência a ser relatada foi vivenciada na oficina que trabalhamos o tema habilidades interpessoais por meio de um *Roly Play* de entrevista de emprego e construção de currículo. Para operacionalizar a oficina, utilizamos: rádio, música, bolas de soprar, uma folha de cartolina, canetas coloridas, fita adesiva, palitos de dente, folhas de ofício, uma sala ampla, arejada e bem iluminada que ficou de portas abertas e com os bancos compridos dispostos de um modo a formar um “circulo” e os próprios usuários do serviço (15 pessoas participaram da oficina naquele dia e que teve duração de 40 minutos).

Nesta oficina propomos aos usuários do CAPS presentes, a discussão do tema mercado de trabalho, bem como sobre a atual crise econômica e política que o país vem enfrentando. Nesta oficina podemos perceber o quanto esta temática interessa aos usuários – tanto os desempregados que não recebem o benefício do BPC (Benefício de Prestação Continuada) quanto os desempregados que recebem o BPC – pois podemos perceber

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



através de suas verbalizações que eles compreendem que o Brasil estava entrando em uma crise econômica e por isso ambos os grupos sentiam angústia:

O primeiro subgrupo, supracitado no parágrafo anterior, porque não tem renda fixa, depende da família e/ou do trabalho informal e precarizado que, esporadicamente, um membro ou outro deste subgrupo realiza. Outra preocupação que aflige diretamente as pessoas que compõem este subgrupo é o temor de não conseguir entrar no mercado formal de trabalho e/ou de não conseguir o BPC por causa da crise econômica que o país vem vivenciando. E o segundo subgrupo supracitado no parágrafo anterior, também por este mesmo motivo – a crise econômica – demonstra temor em perder o BPC que recebe, e também temem continuar sem se inserir no mercado de trabalho produtivo, pois ainda segundo os usuários do CAPS, se já está difícil para quem não tem transtorno mental conseguir um emprego, mais difícil fica para quem carrega o estigma de louco e/ou incapaz.

Independentemente de qual subgrupo pertença, todos os usuários do serviço presentes interagiram com a atividade de modo espontâneo, foram colaborativos e demonstraram criticidade nas discussões. Participaram da oficina com intenção congruente com o objetivo da mesma - discutir sobre expectativas de comportamentos socialmente compartilhadas e emoções - e não como se estivessem se preparando para uma entrevista de emprego a ser realizada num futuro próximo. Nesta oficina, escolhemos como instrumento uma técnica de dinâmica de grupo conhecida como Roly Play, que consiste em criar uma situação, onde os personagens a dramatizam, trocam de papéis com os personagens e discutem situações da vida real.

Como aquecimento, escolhemos a dinâmica da bola e do palito. Entregamos estes materiais a cada um dos usuários e enquanto uma música animada tocava, pedimos para cada um proteger a sua bola. De pronto, cada um teve a iniciativa de estourar a bola do colega. Todos participaram com alegria, descontração e cuidado para não se machucarem



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



nem machucar ao colega. Foi muito divertido! Utilizamos a vivência para discutirmos sobre: o comando dado e as ações deles frente a este, como também sobre competitividade, meritocracia, relações de clientelismo, capitalismo, motivação e temas da atualidade relacionado com a política nacional.

Ainda neste contexto, fixamos uma cartolina na parede e nos propomos a junto com os presentes a construir o currículo de um profissional fictício. Para ajuda-los a melhor entender o que seria um currículo, não só os explicamos, mas também apresentamos alguns modelos de currículos. O personagem inventado foi de um vendedor. A seguir iniciamos o Roly Play, uns usuários simularam ser o vendedor, outros os gestores de uma empresa também fictícia criada por eles. A dramatização aconteceu com fidelidade a uma entrevista de emprego real, apesar das digressões que usuários participantes faziam, ou seja, paravam a cena e consultavam os colegas que não estavam atuando diretamente no roly play naquele instante sobre como a trama deveria se desenrolar. Perguntavam o que dizer, como proceder, foi muito espontâneo e significativo, pois tais atitudes proporcionaram integração e criticidade. Por fim, ainda em clima de muita descontração, recapitulamos sinteticamente tudo que vivenciamos e por último cada um dos presentes disse uma frase e ou palavra como versão de sentido. “Gostei”, “diversão”, “aprendizado” foram algumas das palavras que apareceram como versão de sentido e também a partir delas inferimos que o objetivo almejado foi alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estágio proporcionou tanto para a docente quanto para as discentes uma enriquecedora experiência de vida, de aprendizado, de descobertas e de desafios que foram muito bons para nós. Tivemos oportunidade de experienciar, operacionalizar e melhor entender, na vida real, teorias e constructos que estudamos em muitos momentos do curso

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de Psicologia, tais como: acolhimento, empatia *rapport*, manejo e técnicas de trabalhos com grupos, preconceitos, discriminação, psicopatologias e outros.

Entendemos que vivências como estas propiciam aprendizagem significativa, interação entre academia e comunidade, e também como os estagiários podem contribuir com o fazer do CAPS. O grupo operativo criado se mostrou uma iniciativa pertinente para aquele contexto, tanto que os usuários aderiram à iniciativa e demonstraram que as discussões lhes foram impactantes. Trabalhá-lo por meio de técnicas de dinâmica se mostrou como muito eficiente.

A ludicidade os acessaram os usuários do CAPS de modo assertivo, deixando-os a vontade para falar e se expressar conforme suas singularidades lhes impeliavam. Ajudou-os a se mostrar e entrar em contato com suas potencialidades. Oportunidades como estas possibilitaram reflexões sobre o sofrimento mental e mostra para a sociedade e para os próprios usuários do CAPS que estes não são uma doença, mas sim que estes apresentam sinais e sintomas entendidos como patológicos, durante alguns períodos/momentos de suas vidas, logo este não define estas pessoas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo informação**, v. 14, n. 14, p. 160-169, 2010.

BRASIL. **Legislação em Saúde Mental**: 1990-2004. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_mental.pdf > Acesso em: 24 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CAPS - **Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2013. 100 p.

KEGLEVICH, Estevão; PERREIRA, Ivonete. Dinâmicas Aplicadas ao Ensino. **Instituto Conhecer**, 2009.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NASI, Cíntia; SCHNEIDER, Jacó Fernando. O Centro de Atenção Psicossocial no cotidiano dos seus usuários. **Rev Esc Enferm USP**, Porto Alegre, RS, v. 45, p. 1157-63, 2011.

SCHRANK, Guisela; OLSCHOWSKY, Agnes. O centro de Atenção Psicossocial e as estratégias para inserção da família. **Rev. esc. enferm. USP** [online]. 2008, vol.42, n.1, pp.127-134.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**SOFRIMENTO PSÍQUICO, POTÊNCIA NARRATIVA E PROCESSO DE
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)**

Milena Maria Sarti

Doutora em Psicologia

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde

misarti@hotmail.com

Beatriz Germana da Silva Cruz

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde

beatrizcruz@hotmail.com.br

Adhiria Moreno Barbosa

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde

adhiriamoreno@gmail.com

Danilo Oliveira Sales

Graduando em Psicologia

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde

danielosales58@gmail.com

Victória Pereira da Cruz

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pereira7479@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica (RP) brasileira, movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, iniciou-se em 1978 a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), formado por pessoas com histórico de internações psiquiátricas longas, integrantes do movimento sanitário, associações de familiares, sindicalistas e membros de associações de profissionais. O MTSM denunciou as violências que ocorriam nos manicômios, a mercantilização da loucura e a hegemonia de uma rede privada de assistência em detrimento da pública. Além disso, fomentou uma discussão crítica acerca do saber psiquiátrico e do modelo hospitalocêntrico (BRASIL, 2005). Foi no importante ano de 1987 que surgiu em São Paulo (SP) o primeiro CAPS do Brasil. No ano de 1989, o deputado Paulo Delgado (PT/MG) apresentou o Projeto de Lei 3.657/89 que propõe, entre outros tópicos, a extinção progressiva dos manicômios no país e a criação de recursos assistenciais substitutivos. Apesar de tal Projeto só ter sido sancionado anos depois, ele representou o início de uma série de mobilizações em todo o país (ALVES e col., 2009).

O movimento denominado Luta Antimanicomial busca a superação do manicômio não apenas no que diz respeito à sua estrutura física, mas, sobretudo, no que se refere à sua estrutura ideológica. Ambiciona-se, portanto, a desconstrução da lógica manicomial e a construção de um novo lugar social para a loucura, oferecendo à pessoa com transtorno psíquico a possibilidade de exercitar a sua cidadania (ALVES e col., 2009).

Através da Portaria nº 3.088/2011 foi instituída uma importante conquista para o campo da saúde mental: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Com sua instituição, foi estabelecido os critérios de organização e implementação em todo o país. A Rede tem como finalidade a criação, a ampliação e a articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental (BRASIL, 2015).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A RAPS fundamenta-se nos princípios da autonomia, respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania; busca promover a equidade e reconhecer os determinantes sociais dos processos saúde-doença-sofrimento-cuidado; desfazer estigmas e preconceitos; garantir o acesso aos cuidados integrais com qualidade; desenvolver ações com ênfase em serviços de base territorial e comunitária; organizar os serviços em rede com o estabelecimento de ações intersetoriais, com continuidade do cuidado; desenvolver ações de educação permanente; ancorar-se no paradigma do cuidado e da atenção psicossocial; além de monitorar e avaliar a efetividade dos serviços (MACEDO, 2017).

Nessa perspectiva, através da RAPS e dos seus dispositivos de cuidado, a reinserção social passa a ser o principal objetivo da Reforma Psiquiátrica. Isso significa potencializar a rede de vínculos do sujeito através do resgate da noção de complexidade do fenômeno humano, reafirmação da capacidade de contratualidade do sujeito e produção de autonomia possíveis para cada sujeito, criando assim um ambiente favorável para que aquele que sofre psicicamente possa ter o suporte necessário para reinscrever-se no mundo como ator social (TENÓRIO, 2001; ALVES e col., 2009).

No contexto de Vitória da Conquista (BA), com a recente ação de fechamento do Hospital Afrânio Peixoto, referência da região no que diz respeito ao cuidado em saúde/doença mental e, também, à perpetuação da lógica manicomial/hospitalocêntrica, o Projeto de Extensão “Entre falar e sofrer: outros (dis) cursos para o sofrimento psíquico”, do curso de graduação em Psicologia do IMS-UFBA, propôs-se a discutir a referida conjuntura de desinstitucionalização da loucura, a hegemonia do saber biomédico e a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



potência narrativa dos sujeitos através de duas metodologias dialógicas: o Grupo de Estudos Chiaroescuro e as Tendências Narrativas.

A hegemonia do saber biomédico na sociedade e a gramática de reconhecimento implicada à sua narrativa patologizadora do sofrimento psíquico interpelam os sujeitos a, de forma geral, representarem e expressarem seu sofrimento a partir de significantes próprios a esse saber. Tal enlaçamento social que modula o (dis)curso do sofrimento à sua forma psiquiatrizada, tornando-o assim um sofrimento elegível e reconhecível socialmente (DUNKER, 2015), conduz, de forma inconsciente, à alienação dos sujeitos ao que se perfaz historicamente como o Outro da medicalização. Ou seja, atuam como dispositivos e produzem subjetivação (AGAMBEN, 2005).

Alguns efeitos concretos dessa interpelação/alienação são: a própria modulação da experiência de sofrimento (que ganha uma determinada representação, visibilidade e destinação uma vez inscrita nesse discurso/Outro da medicalização); a modulação da relação entre sujeito que sofre e dispositivo de escuta/linguagem que a ele se dedique, conduzindo o sujeito a expressar o que sente de acordo com quem irá ouvi-lo (o que implica a antecipação imaginária de que para ser tratado pela medicina e reconhecido por serviços de saúde e socioassistenciais é preciso sofrer a partir de significantes reconhecidos pelo saber médico); um encurtamento da queixa e da capacidade narrativa dos sujeitos contarem a história de seu sofrimento (já que há a prevalência de um endereçamento a que o discurso/Outro da medicalização nomeie esse sofrimento e sobre ele detenha o saber pela via diagnóstica) (DUNKER, 2015).

Para Clavreul (1983), há uma propensão por parte dos profissionais médicos em desconsiderar a individualidade dos sujeitos e desvalorizar outros saberes. Porém, a escuta médica, limitada aos sintomas e ao olhar ao fenômeno patológico (aspectos também inerentes à própria formação profissional), não contém tudo que há de verdadeiro a ser dito sobre o sofrimento. Com isso, ainda segundo Clavreul (1983), a ordem médica tem o poder



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de ser ordenadora de qualquer consideração que possa ser feita sobre a doença, mas seria impotente, não teria nada a dizer/conhecer/intervir sobre o *sofrimento*, a não ser adaptando-o às suas determinações. Logo, um ato social de referenciação dessa experiência ao discurso médico-científico inaugura uma certa discursividade e um certo enlaçamento social ao sofrimento psíquico: *ser-do-ente*, morador ou hóspede do domínio de um Outro/discurso, o da medicalização, que o inscreve no verdadeiro e lhe designa uma identidade, um eu com forte força performativa, segundo aspecto discutido por Safatle (2013).

Entretanto, ainda que o sujeito esteja capturado por um determinado dispositivo e seja reprodutor de uma subjetividade ali agenciada, ele ainda é capaz de singularizar essa experiência, pois a captura nunca é integral, o sujeito sempre pode dar outros sentidos e escapar à uma possível norma, isto é, profanar (AGAMBEN, 2005). Profanar, assim, não é meramente contrapor, mas sim implodir, a partir de seu interior, a hegemonia de um discurso homogeneizante e redutor de experiências singulares e socioculturais de sofrimento (significantes normativos/categoriais do campo biomédico), apropriando-se de contradispositivos (AGAMBEN, 2005) e dos outros usos que se pode fazer de um discurso (DE CERTEAU, 2008). A potência narrativa pode ser uma função importante a esses outros usos, a essas “linhas de fuga” aos saberes e discursos hegemônicos, de que fala De Certeau (2008), e para isso, elas têm que ser oportunizadas como lugares de linguagem possíveis para o reconhecimento intersubjetivo inerente à experiência de sofrimento.

Na medida em que a construção narrativa é um “[...] processo de mediação entre o vivido e a possibilidade de inscrevê-lo no social, inserindo a experiência subjetiva em um campo político” (MIRANDA e CAMPOS, 2010), profanar a hegemonia biomédica no campo do sofrimento psíquico através de dispositivos de escuta, cuidado e atenção em saúde mental que oportunizem o reconhecimento de outras narratividades significa permitir o resgate das marcas subjetivas-sociais próprias a história de cada sujeito em

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sofrimento. Estas narratividades, baseados em Ricoeur (1997), são capazes de articular a forma que se fala do sofrimento com a forma com que se age e se vive com ele, e o fazem não de maneira universal e dessubjetivadora, mas de maneira compartilhável e inteligível dentro do eixo central de memória, de temporalidade e de pertencimento social e afetivo dos sujeitos. Eduardo Coutinho (1997), cineasta-documentarista e admirador da capacidade narrativa dos sujeitos e das oralidades, enfatizava: “Todo mundo constrói a sua trajetória, a sua narrativa, com um eixo central que organiza a memória”.

Logo, uma escuta que potencialize essa dimensão organizadora que caracteriza a narrativa, como a que se aposta nesse projeto piloto, se apresenta como uma grande aliada no processo de desinstitucionalização. O sofrimento psíquico pode apresentar-se ao sujeito como algo estranho a ele, que o invade e o fragmenta desde dentro, mal-estar este que o conduz hoje ainda, e sobretudo, aos dispositivos de subjetivação assentados no saber biomédico, já que estes, de forma hegemônica, lhe devolverão alguma integração de si e determinação do que sentem. Porém, as nomeações atribuídas pelo campo normativo biomédico, por se tratarem de nomes que geram classe e categorias de sujeitos de forma paradoxalmente universalizadoras e individualizantes, alicerçados que estão no imaginário (VIEIRA, 2001), não operam como alinhavos subjetivo-sociais ou enredos possíveis e compartilháveis à história de cada um, o que, enquanto pertencimento simbólico, permitiria ressignificações das vivências, (re)construções singulares e participação de cada um na história de seu tempo e de seu lugar (MIRANDA e CAMPOS, 2010). Como afirma Vieira (2001, p. 171):

Todo diagnóstico é uma classificação. [...] Trata-se de, ao diagnosticar, inserir o sujeito em um grupo, de definir algumas propriedades que passarão a representá-lo, com todos os efeitos de mortificação que daí advém. [...] Nesse ponto, perde-se algo do sujeito, *fixado sob um nome e esvaziado de seu caráter*

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



evanescente e fugidio, e ganha-se algo de um eu, pois o território do eu é o território das qualidades que se agrupam em constelações imaginárias, constituindo uma classe [...] Percebemos então que no diagnóstico há sempre um aspecto de objetivação do sujeito que consolida o peso do eu em detrimento da flutuação subjetiva [...].

Sendo uma lógica para o sofrimento psíquico que o forja como dependente dos saberes-poderes instituídos e do Outro da medicalização, o discurso biomédico opera mais como (re)produtor do binômio *doentes-experts*, e furta da experiência de sofrimento a sua essência de ser “uma experiência de reconhecimento intersubjetivo” (DUNKER, 2015) *em potencial (in)determinação*. E atua menos como motor de autonomia, contratualidade e inserção social já que, assim, tornam unívocas as possibilidades de enlaçamento social condensadas nessa experiência, determinando-a e destinando-a de forma redutora a uma ordem de visibilidade social regulada por “uma série de prescrições, interdições, hospitalizações e cuidados” (DUNKER, 2015) que produzem identidades *doentes* e fragilizam o processo de desinstitucionalização.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consistiu no diálogo entre um viés teórico e outro prático, sendo o primeiro o Grupo de Estudos Chiaroescuro e o segundo as atividades de intervenção urbano-rural, denominadas Tendas Narrativas.

O Grupo de Estudos Chiaroescuro possuiu 24 integrantes, sendo eles psicólogos, técnicas do CAPS II, graduandos em psicologia, enfermagem e medicina. Teve como principal propósito instrumentalizar seus membros politizando o campo discursivo acerca do sofrimento psíquico e caracterizou-se pela horizontalidade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento, que se dá de forma interativa e dialógica com o intuito de fomentar a discussão crítica. Buscou-se com isso dar visibilidade e protagonismo a outros



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



discursos e outras possibilidades de narração e nomeação do sofrimento psíquico, a despeito da hegemonia dos significantes normativos do campo biomédico em seu efeito performativo (ético e político) sobre a experiência do sujeito que sofre. Os encontros aconteceram quinzenalmente, sendo realizados dezessete encontros num período de um ano.

As Tendas Narrativas ocorreram, fundamentalmente, a partir do uso de um gazebo, uma câmera e um gravador. Montada quinzenalmente em diferentes regiões de Vitória da Conquista (zona urbana e rural), a Tenda teve o objetivo de captar narrativas sobre a questão do sofrimento psíquico. Assim, as pessoas que transitavam pelas adjacências eram convidadas a entrarem na tenda e narrarem sobre sua experiência de sofrimento. Os horários eram escolhidos com base na disponibilidade do grupo e da movimentação da região escolhida. Estruturalmente, a intervenção consistia em uma cadeira centralizada no interior da tenda e outra no lado exterior, na entrada, paralela a uma câmera apontada para a cadeira interna. Havia também a montagem de um pequeno quadro negro contendo palavras em giz colorido indicando que a tenda narrativa estava ocorrendo.

Ao abordarmos os transeuntes, perguntávamos se teriam um momento disponível e, em caso de resposta afirmativa, explicávamos a proposta da nossa intervenção. Aos interessados em participar, líamos o termo de consentimento livre e esclarecido e, após a assinatura, as pessoas se dirigiam em direção à tenda. A pessoa que seria ouvida sentava-se na cadeira do interior da tenda, enquanto o integrante da equipe que havia feito a abordagem sentava-se na cadeira externa, disposta ao lado direito da câmera. Outro componente, responsável pelo conteúdo e material audiovisual, entregava ao participante o equipamento de gravação de áudio instruindo sobre sua forma de utilização. Em seguida, posicionava-se atrás da câmera e dava-se o início ao dispositivo de fala/escuta na tenda.

Durante esse processo, além de possuir um roteiro semiestruturado bem enxuto para tão somente incitar a fala dos sujeitos acerca de seus sentidos e experiências de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sofrimento psíquico, o espaço de fala/escuta foi eminentemente aberto/livre para que o voluntário falasse espontaneamente sobre a temática, não sendo preenchido ou sugestionado por significantes dos entrevistadores e tentando minimizar o efeito de indução e intuição acerca do que deve ser dito, do que o entrevistador quer ouvir, que toda situação de entrevista comporta (COUTINHO, 1997).

Procurava-se, assim, nortear essa abordagem tanto pelas prerrogativas da escuta clínica em psicanálise, adaptadas a esse contexto, como pela técnica de entrevista do cineasta-documentarista Eduardo Coutinho (1997), para o qual a presença do entrevistador e da câmera trazem à cena do falante uma visibilidade pública, um sair da clandestinidade para recuperar e revelar dados de sua história. Como pontua Coutinho (1997): “Porque a câmera é simplesmente uma intermediária para o público todo [...]”, desvela-se o valor ético e político da situação de filmagem que o projeto lançou mão. Por fim, a escuta findava quando aquele que está sendo escutado sente-se contemplado em relação à sua narração, não havendo tempo determinado para isso acontecer.

DISCUSSÃO

Logo no primeiro dia em que a Tenda Narrativa ocupou uma praça, pôde-se observar alguns fatores importantes, um deles foi a resistência por parte da comunidade em participar. É importante salientar que alguns pontos da cidade eram mais movimentados que outros. É o caso, por exemplo, da Avenida Olívia Flores. Nessa avenida, por haver uma maior circulação de pessoas, houve também um maior número de abordagens; no entanto, a despeito do fluxo de pessoas, o número de participantes da Olívia Flores e de São João da Vitória — local em que havia menor volume de pessoas — manteve-se muito similar, sendo a média de quatro pessoas ouvidas por intervenção realizada. Isso significa que em alguns espaços da cidade houve maior resistência por parte dos transeuntes em



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



participar. Do público resistente, a maioria argumentava que era tímido ou que estava com muita pressa.

Entretanto, apesar da resistência observada, esse não foi um fator que prejudicou a atividade, visto que o público que aceitou participar das gravações estava dentro da média previamente planejada. Além disso, as pessoas que aceitaram queriam e precisavam falar, dado que, ao fim de suas falas, algumas expressaram se sentirem gratas pelo espaço ofertado, por terem podido “desabafar” (sic). Isso tornou o processo de escuta ainda mais significativo.

No que diz respeito ao processo em si, surgiram muitas perspectivas diferentes a respeito do sofrimento psíquico. Com uma fala angustiada, um rapaz relacionou esse sentimento à resiliência: “resistir a algo que você não é fisicamente nem psicologicamente capaz de suportar, mas por alguma imposição, seja da sociedade ou sua, você continua aguentando aquilo” (sic). O fato de estar com 32 anos e sentir que já deveria estar graduado o causava imenso sofrimento. Não ter apoio e afeto por parte da família e se sentir sozinho são outros fatores que ampliavam esse sentimento. Uma moça definiu sofrimento como “algo que deixa as pessoas tristes, desconfortáveis... algo que mexa um pouco com a vontade de existir”. Em sua fala, foi observado que o seu sofrimento também era atravessado por questões acadêmicas e familiares. Ela queria trancar a faculdade, mas estava relutante por cursar o sétimo semestre: “para mim, isso é um sofrimento muito grande porque vai afetar o meu futuro e afeta a minha família porque a minha família está esperando que eu seja alguma coisa” (sic). Para ela, o sentimento de incapacidade causa grande sofrimento, além do “medo de não conseguir ser alguém” (sic) e decepcionar as pessoas ao seu redor.

Uma mulher, com os olhos marejados, associou o seu sofrimento às mortes da avó, do avô e da mãe. Um rapaz compartilhou sua perspectiva de sofrimento dizendo que “é a pessoa necessitar e ser abandonado pela família, não ter um lugar de acolhimento” (sic).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Um outro entrevistado, que possuía dificuldades na fala, relacionou o sofrimento à fome. Ele também mencionou nomes de pessoas conhecidas: “Seu E., Dona D... já *passou* fome... N... fome, dificuldade” (sic). Um senhor, ao ser questionado sobre o que é sofrimento para ele, contou sua história. Disse que andou a pé mais por mais 40km em uma BR no estado de Minas Gerais. A caminhada durou entre sete horas da manhã e oito da noite, onde, nesse período, não achou nada para comer, sendo que até água era difícil conseguir. Dormiu no chão até, enfim, conseguir carona com um caminhoneiro que ia a caminho de Uberaba. Passando dificuldades semelhantes, sem lugar para descansar ou um agasalho para minimizar o frio e com medo de morrer na rua, chegou à Belo Horizonte. Nesta cidade, teve seus documentos roubados e, segundo ele, seu sofrimento multiplicou. Passou um longo período dormindo na rua, sem ter o que comer ou onde dormir, até encontrar uma assistente social que o encaminhou para um albergue. A partir daí, teve auxílio de serviços socioassistenciais para dar entrada na aposentadoria e melhorar sua situação socioeconômica.

Ainda que algumas pessoas não tenham participado das gravações por timidez — ou por algum outro motivo menos corriqueiro —, nós também nos colocamos à disposição para ouvi-las caso elas demonstrassem interesse em compartilhar suas histórias conosco. Um desses casos envolve uma senhora de cerca de 65 anos que apontou o amor como o motivo do seu sofrimento. Ela se apaixonou aos vinte anos por um rapaz com quem não teve qualquer envolvimento amoroso, não vê desde essa época, não sabe onde está ou se ainda é vivo, porém, ainda hoje, não deixa de pensar nele um dia sequer. Ao contar sua história, a senhora mencionou que, quando a abordamos, ela estava, inclusive, pensando nele. Ela percebia o amor que ela sentia por esse homem como a razão do seu sofrimento. Outro caso diz respeito a um rapaz que observava a equipe durante a montagem da tenda. Após um tempo observando, se aproximou e perguntou sobre o que se tratava aquele momento. Ao explicar a proposta da intervenção, foi perguntado o que para ele é

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sofrimento. Ele, imediatamente, respondeu com uma pergunta: “você está falando daquelas pessoas que são cegas, *né?!?*”, fazendo uma associação muito particular entre sofrimento e cegueira.

Eventualmente, também pôde-se observar a presença do discurso biomédico em algumas falas. Uma moça se preocupou com a terminologia correta para se referir às doenças mentais e expressou entender o sofrimento psíquico como algo diretamente associado à necessidade de tratamento psicológico. Duas entrevistadas, que também são estudantes de medicina, relacionaram o sofrimento a um estado de perda de ânimo, “uma *bad*” (sic). Essas percepções também são importantes porque dizem sobre a história dessas pessoas. É importante salientar que em ambas as escutas também emergiram outros significantes não pertencentes ao discurso biomédico. Á nível de exemplificação, uma das estudantes, que perdeu a mãe quando era criança, resgatou essa história para demarcar o seu sofrimento.

A partir das intervenções, foi observado o quão as percepções dos sujeitos acerca do sofrimento são permeadas por suas trajetórias de vida, reforçando a premissa de que, em contraponto à alienação aos significantes normativos do campo biomédico, a potência narrativa dos sujeitos de transcrever o que sentem como sofrimento pode emergir à medida do dispositivo de escuta que a eles se dedique. Assim, uma vez que se facilita que a capacidade narrativa dos sujeitos emerja sobre aquilo que sentem e sofrem, bem como seus pontos de vista a respeito disso, resgata-se a trajetória subjetiva-social deles, a partir de suas próprias memórias e pertencimentos, o que está na contramão da alienação à significantes e discursos medicalizantes, dado que restitui através da escuta um lugar de autoria narrativa ao sofrimento. Desse modo, escutá-los a partir de seus lugares simbólicos próprios se constitui como uma importante ferramenta no processo de desinstitucionalização.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de intervenção, concretizadas sob a forma de Tendas Narrativas, proporcionaram a vivência de aspectos discutidos no Grupo de Estudos Chiaroscuro, principalmente no que diz respeito à grande problematização do projeto: a forma como a hegemonia da narrativa biomédica no campo da apreensão, compreensão e reconhecimento social do sofrimento psíquico produz a própria experiência individual de sofrimento. O fato de estarmos atravessados pelo discurso biomédico faz com que as pessoas utilizem significantes inerentes a essa lógica para nomear/narrar/viver a sua experiência de sofrimento, por vezes, traduzindo-a como uma patologia a ser tratada.

Tendo em vista o objetivo do projeto em suscitar a produção e visibilidade de outros (dis)discursos para o sofrimento psíquico, a partir das tendas narrativas foi possível observar que, apesar do atravessamento pelo discurso biomédico, as pessoas tendem a narrar seu sofrimento utilizando significantes próprios à sua história de vida. Assim, ainda que o sujeito esteja capturado por um determinado dispositivo e seja reprodutor de uma subjetividade aí agenciada, ele ainda é capaz de singularizar essa experiência, pois a captura nunca é integral, o sujeito sempre pode dar outros sentidos e escapar à uma possível norma, isto é, profanar.

Destarte, pôde-se articular que, em contraponto à alienação aos significantes normativos do campo biomédico, a potência narrativa dos sujeitos de transcrever o que sentem como sofrimento emerge à medida do dispositivo de escuta que a ela se preste. Isto posto, é importante que esteja presente nas novas formas de cuidado dos dispositivos de saúde mental uma escuta que vise o sujeito do desejo e que potencialize a produção de outros (dis)discursos singulares às experiências de sofrimento psíquico, de forma a este ser nomeado/narrado/vivido para além (ou aquém) do constrangimento à lugares e destinos dados pelo Outro da medicalização.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Por serem contemporâneas as ações de desinstitucionalização da loucura, nos encontramos em um processo de transição no que diz respeito ao cuidado em saúde mental na cidade de Vitória da Conquista. Isso significa que práticas manicomiais podem se confundir às práticas progressistas. Como mencionado anteriormente, mais do que mudar os espaços, é preciso extinguir práticas manicomiais e construir práticas humanizadas e, segundo aqui se aposta, alargar as possibilidades de reconhecimento social para a experiência de sofrimento através da valorização da potência narrativa dos sujeitos desde as ruas, como prática de prevenção, aos espaços institucionais de atenção em saúde mental, como prática de cuidado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Revista Outra Travessia**, n. 5, Ilha de Santa Catarina: 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 12 dez 2018.

ALVES, Carlos Frederico de Oliveira; RIBAS, Valdenilson Ribeiro; ALVES, Eliana Vilela Rocha; VIANA, Marcela Tavares; RIBAS, Renata de Melo Guerra; MELO JÚNIOR, Lamartine Peixoto; MARTINS, Hugo André de Lima; LIMA, Murilo Duarte Costa; SOUGEY, Everton Botelho; CASTRO, Raul Manhaes de. Uma breve história da reforma psiquiátrica. **Revista Neurobiologia**, 72 (1) jan./mar., 2009. Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/303783165> Uma breve historia da reforma psiquiatrica>. Acesso em: 08 dez 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**.

Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 08 dez 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento**



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf>. Acesso em: 08 dez 2018.

CLAVREUL, Jean. **A Ordem Médica:** poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COUTINHO, Eduardo. A verdade da filmagem. **Projeto História**, n. 15, PUC-SP, abr. 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma:** uma psicopatologia do Brasil entre muros. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, Escrita e Poder.** 1º reimpressão. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MACEDO, João Paulo; ABREU, Mariana Marinho de; FONTENELE, Mayara Gomes; DIMENSTEIN, Magda. A regionalização da saúde mental e os novos desafios da reforma psiquiátrica brasileira. **Revista Saúde e Sociedade.** São Paulo, v.26, n.1, p.155-170, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n1/1984-0470-sausoc-26-01-00155.pdf>>. Acesso em: 09 dez 2018.

MIRANDA, Lilian; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Narrativas de paciente psicóticos: notas para um suporte metodológico de pesquisa. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental,** São Paulo, v. 13, n. 3, p. 441-456, setembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-47142010000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez 2018.

QUINDERÉ, Paulo Henrique Dias; JORGE, Maria Salete Bessa; FRANCO, Túlio Batista. Rede de Atenção Psicossocial: qual o lugar da saúde mental? **Physis Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 24 [1]: 253-271, 2014. Disponível em:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n1/0103-7331-physis-24-01-00253.pdf>> Acesso em: 09 dez 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SAFATLE, Vladimir. O poder da psiquiatria. **Revista Cult**, 2013. Disponível em: <<http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/ponto-vista/82-o-poder-da-psiquiatria>>. Acesso em: 18 dez 2017.

TENÓRIO, Fernando. **A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

VIEIRA, Marcus André. Dando nomes aos bois: sobre diagnóstico na psicanálise. In: Ana Cristina Figueiredo. (Org.). **Psicanálise – pesquisa e clínica**. 1 ed. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, v. 1, p. 171-181, 2001.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO E - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ABANDONO FAMILIAR: ATENÇÃO E CUIDADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Jéssica Menezes Mattos

Psicóloga CRP 03/ IP18430, Pós Graduada em Neuropsicologia Clínica e Institucional.

Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC

jessica.menezes.mattos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem um longo histórico. O abandono familiar se dava pela falta de recurso das famílias para manter seus filhos, diante das situações de vulnerabilidade social, gestações resultantes de violência, uso de drogas, entre outras questões. Na maioria das vezes, tinham um caminho praticamente certo, eram encaminhadas para instituições, levadas quase sempre pela própria família. Percebe-se que ao longo dos anos o acolhimento de crianças nas instituições era o maior instrumento de assistência no país (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

As políticas sociais de assistência à população pobre sempre foi de segregar, recolher as crianças e adolescentes em instituições fechadas, onde a educação era voltada para o trabalho, visando à exploração da mão de obra. Contudo, em meados de 1990 tem-se avaliado o problema da infância como um problema associado à pobreza, mas em nenhum momento esse problema foi cogitado ser reparado, para isso, era necessário a criação de políticas voltadas para distribuição de renda, educação e saúde (PILOTTI; RIZZINI, 1995).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Constituição Federal estabelece que a família seja à base da sociedade e que pertence a ela, junto com o Estado, a sociedade e a comunidade, assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais (BRASIL, 2006). Diante disso, a Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, mostra o papel da Família na vida da criança e do adolescente, sendo este um elemento importante na proteção integral e na promoção e defesa dos seus direitos (BRASIL, 1990).

Vale ressaltar que este artigo traz um conceito de família ampliado, onde o termo família tem denominado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, no que diz respeito a sua estrutura e função. Assim, o conceito atual de família não está mais ligado essencialmente à concepção de família tradicional, composta de mãe, pai e filhos. A ideia de família tem se ampliado à medida que busca abranger e envolver as diferentes relações entre os seus membros (SIQUEIRA; SCHWARZ; TURBINO; DELL'AGLIO, 2009).

De acordo com Cartilha da Política Nacional de Assistência Social (2009), "a família é entendida como grupos de pessoas que se entendem unidos por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, independentemente das características assumidas" (p. 11). A institucionalização apresenta-se como uma das possíveis alternativas para garantir a sobrevivência dos filhos de muitas famílias. De acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, configura-se como responsabilidade da Família, do Estado e da Sociedade, garantindo direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

Sawaia (2001), refere-se à exclusão como uma característica intrínseca da institucionalização, onde ressalta a desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento. A instituição familiar pode ser considerada um dos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



lugares mais importante para o desenvolvimento dos indivíduos, no entanto, sabe-se que nesse mesmo lugar, a violência, o desamparo, a negligência e os abusos podem se alojar, de forma a desestruturar essa família de tal forma que a saída é No que tange a inserção da/o Psicóloga/o nesse contexto, se faz necessário tendo em vista seu trabalho em instituições de acolhimento junto à equipe multidisciplinar, buscar superar as necessidades básicas, com objetivo de suavizar o sofrimento das crianças e dos adolescentes institucionalizados (BRASIL, 2009).

Sendo assim, entende-se que o trabalho da/o psicóloga/o deve ultrapassar a atuação individualizante, com ações participativas, integradas, políticas públicas e sociais, onde a visão seja voltada para o sujeito biopsicossocial e espiritual as suas vivências (STEGANI, 2015). O significado do abandono atribuído pelas crianças e adolescentes é singular, então a questão norteadora que envolve o trabalho surgiu a partir do interesse de entender como às crianças e adolescentes vivenciam o abandono familiar. Contudo, pode-se observar, que a vivência da separação ou privação da criança do seu convívio familiar, e posteriormente a sua institucionalização, podem estar relacionados a prejuízos no seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico e social (ZEANAH; NELSON; FOX; SMYKE; MARSHALL; PAKER; KOGA, 2003).

Com isso, os objetivos desse trabalho são proporcionar uma discussão a acerca das significações do abandono familiar em crianças e adolescentes institucionalizados, bem como problematizar os possíveis conflitos no desenvolvimento biopsicossocial de crianças/adolescentes institucionalizados, tendo em vista a problemática de como as crianças e adolescentes vivenciam o abandono familiar. Além disso, será discutido o papel da/o psicóloga/o no contexto da institucionalização, revisitando o processo histórico de institucionalização de criança e adolescente no Brasil.

A presente discussão tem grande relevância no âmbito acadêmico e profissional da Psicologia e de outras ciências humanas, levando em consideração informações



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



apresentadas sobre os principais aspectos da institucionalização no Brasil e a atuação da/o psicóloga/o nesse contexto.

Para elaboração deste trabalho utilizou-se revisão de literatura narrativa-descritiva, que segundo Rother (2007) pode contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo. Para a produção desta pesquisa foi realizada um levantamento de abordagem qualitativa, configurada em estudos de artigos científicos para uma interpretação e atribuição de significados expressivos para a contemplação dos resultados almejados.

Pesquisou-se artigos indexados no Google Acadêmico e na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, utilizando palavras e frases referente ao tema, como crianças e adolescentes institucionalizados, abandono familiar de crianças e adolescentes, o papel da/o Psicóloga/o no contexto de abandono, a psicologia nas instituições de acolhimento. A partir daí foram encontrados livros, teses, artigos, periódicos, legislação e cartilhas que abordam o tema apresentado. Quanto às fontes de informações pode-se dizer que são constituídas de estudos bibliográficos, pesquisas documentais, fichas de leituras e artigos que contemplem a problematização e discussão da temática. Estes materiais foram lidos na íntegra, categorizados e analisados criticamente. Por fim, a discussão teórica foi organizada em tópicos referentes aos objetivos propostos, na intenção de responder a cada um deles.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.2 O desenvolvimento biopsicossocial de Crianças e Adolescentes Institucionalizados

A institucionalização é uma medida de proteção, utilizada para crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, onde teve seus direitos violados. De acordo com o ECA esta medida deve ser provisória, visto que é direito fundamental de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



toda criança e adolescente conviver em família e em comunidade (SIQUEIRA et al, 2009). Tendo em vista que as crianças e adolescentes estão em formação de sua personalidade, estas tornam mais vulneráveis aos traumas que sofreram durante seu crescimento sem vínculo afetivo (FACHINETTO, 2009).

Zeanah et al., (2003), trás que a partir do século XX, alguns debates sobre os efeitos psicológicos, cognitivos, sociais e físicos que podem acarretar em efeitos irreversíveis no desenvolvimento biopsicossocial das crianças e dos adolescentes institucionalizados por tempo prolongado foram ganhando espaço nas pesquisas científicas. A separação ou privação da criança do seu convívio familiar e posteriormente a sua institucionalização, podem estar relacionados a prejuízos no seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico e social.

A descontinuidade dos vínculos e a falta de uma figura de base contribuem para uma possível formação insegura dos padrões de apego, podendo levar a danos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais. Marcas profundas e dolorosas afetam a criança institucionalizada e podem se refletir na vida adulta, com efeitos significativos na formação do desenvolvimento do indivíduo (CUNEO, 2007).

Quando são abandonadas por suas famílias, elas sentem falta do sentimento de amor, dedicação, afeto, isso pode acarretar uma não aceitação de si mesmo, bem como um problema no seu desenvolvimento biopsicossocial, no qual possibilitará uma série de dificuldades em suas vidas futuras e a convivência familiar é fundamental para que a criança se adapte a vida em sociedade (CARDOSO, 2010).

Com isso, as crianças e os adolescentes institucionalizados precisam interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos e com um mundo externo acolhedor. Diante disso, o abrigo se tornar um ambiente afável, para que os mesmos se sintam apoiadas, acolhidas. O abrigo precisa fazer parte da rede de apoio social e afetivo, somente assim



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



oferecerá um ambiente alternativo para o pleno desenvolvimento dessas crianças e adolescentes (BRASIL, 2006).

Os rompimentos afetivos que levaram ao abandono muitas das vezes implicam em transtornos emocionais que agoniam os indivíduos durante toda a sua vida. É através da família que a criança obtém um ambiente ideal para que se tenha um desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social adequado.

Weber (2005), mostra sua visão negativa quanto ao papel das instituições. O autor relata que a criança e o adolescente institucionalizado é o modelo dos resultados da deficiência do vínculo afetivo e dos prejuízos causados por um ambiente pobre e angustiante. Os efeitos psicológicos do abandono e da institucionalização interferem diretamente no desenvolvimento da criança.

Como fato precedente pode-se destacar que, em geral, essas crianças possuem um histórico de rejeição e violência familiar. Já os fatos que sucedem a institucionalização implica o de não possuir referência de um núcleo familiar no ambiente de acolhimento institucional. Esse fato de não possuir alguém que assuma os seus cuidados além da separação e da perda, implicará no desequilíbrio e em sentimentos aversivos e de culpa tendo efeitos adversos sob o desenvolvimento biopsicossocial da criança ou adolescente (BOWLBY, 1990).

Entretanto, estudos recentes tem se baseado em teorias atentas ao processo de desenvolvimento. Isso tem identificado resultados positivos na institucionalização, em que os abrigos podem se constituir como um contexto saudável e propício para acolher crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

As instituições de acolhimento funcionam como instrumento da política social, quando apresenta subsídio à criança e ao adolescente que se encontra em situação de vulnerabilidade, sem moradia, alimentação, atenção à saúde e educação, ou mesmo diante

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



da incapacidade dos pais ou responsáveis cuidarem de sua guarda e sustento (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

O abrigo representa proteção às crianças e adolescentes que vivem situações de risco à sua integridade física, psicológica e sexual. Diante disso, o atendimento em abrigos precisa ser reconhecido como uma medida de proteção à infância vulnerável ao abandono e à violência (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Com relação ao direito à convivência familiar e comunitária, devem ser oferecidas condições para apoiar, proteger e educar seus filhos, para que tenham um desenvolvimento suficiente na sua vida social, devendo ser papel do Estado oferecer-lhe esse apoio (BRASIL, 2006). É necessário o apoio ao reconhecimento da realidade que essas famílias vivem, bem como criar programas de reconstrução de vínculos das famílias (PEREIRA, 2000).

2.3 O papel do Psicólogo no contexto a Institucionalização

A atuação psicológica em instituições é pouco explorada, especialmente pelo fato de a/o psicóloga/o ainda estar se ajustando a essa demanda. Alguns artigos trazem como problema a atuação da/os psicóloga/os em redes de serviços que atendem crianças e adolescentes. Segundo Alberto; Almeida; Dória; Guedes; Souza; França (2008, p. 1),

foi verificada a inconsistência entre o modelo clínico, individualizado e autônomo da/o psicóloga/o, e o modelo assistencialista de atendimento das entidades. Esse modelo clínico, individualizante, impede que a/o psicóloga/o acompanhe as novas singularidades decorrentes das mudanças e os processos de integração de diversos protagonistas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Isso significa que os profissionais de Psicologia que trabalham em instituições de acolhimento de atuam numa perspectiva voltada para as políticas sociais básicas, garantindo seus direitos fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. O que se torna necessário ultrapassar as necessidades básicas de alimentação e conforto da criança, a fim de propor um ambiente afetivo e acolhedor (ANTONI; KOLLER, 2001).

Diante às situações de risco, as políticas públicas de assistência social carecem do trabalho de profissionais de vários setores, tais como saúde, educação, assistência social e sistema de Justiça. Dentre as áreas de atuação, é de suma importância que se tenha principalmente psicólogo/a e assistente social (ALBERTO et al., 2008). Quando se fala da atuação da/o psicólogo/a, o ECA traz papéis a serem exercidos por esse profissional nas políticas públicas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, papéis esses voltados para a assistência social da criança e do adolescente, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica (BRASIL, 2010).

Estes profissionais devem realizar um trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade em que a criança e o adolescente fazem parte, tendo como objetivo reintegrar a família, assegurando aos mesmos ao seu convívio familiar, garantindo seus direitos e proteção (BRASIL, 2006a). Deve-se propiciar um ambiente de apoio afetivo e acolhedor e sempre buscar amenizar as marcas da violência que sofreram durante sua vida (ANTONI; KOLLER, 2001).

O trabalho da/o Psicólogo/a dentro do abrigo é voltado também para a avaliação da criança e sua família, apontando as mudanças necessárias para a reinserção da criança no lar, mantendo o vínculo familiar, além do suporte à equipe (CECIF, 2005). Segundo o CFP, quando psicólogo/os integram a rede, vão se tornando importantes socialmente e vão



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



se tornando necessários para que essa rede funcione plenamente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

Além de estabelecer o fortalecimento de vínculos com a família e comunidade, o papel da/o psicóloga/o é de capacitar a equipe. A/o mesma/o deve se colocar como mediador/a da criança e do adolescente com o abrigo, com a família e também com o Poder Judiciário. Para realizar essas mediações, é importante que a/o psicóloga/o e a equipe do acolhimento institucional propiciem a comunicação de saberes, técnicas e olhares multiprofissionais e interdisciplinares com intuito de compreenderem o acolhimento institucional (BENTO, 2010).

É importante que o profissional e a equipe de acolhimento institucional possibilitem a junção de saberes, técnicas e olhares multiprofissionais e interdisciplinares a fim de compreender o acolhimento a partir de suas características implicadas sob um olhar amplo e integrador do contexto. Sendo possível um trabalho interdisciplinar, que se torna um meio facilitador para a prática dos métodos participativos¹⁷ no campo das medidas socioeducativas e de proteção infanto-juvenil (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005).

De acordo com Soares; Sarmiento; Tomás (2005), as metodologias participativas estabelecem um ambiente intersubjetivo, para onde ocorrem várias formas pragmáticas, conceituais, simbólicas e empáticas de conhecimento. Com isso, a proposta se dá através da reflexão da atuação da Psicologia, em consenso com a equipe de acolhimento institucional, considerando a criança e adolescentes abrigados como intérpretes sociais significativos e interlocutores potenciais das realidades sociais a que pertencem. Segundo o CFP (2009), existem algumas dificuldades em realizar um trabalho multidisciplinar referente às diferenças na formação e no tempo de experiência profissional. Além de

¹⁷ **Métodos Participativos-** Entende-se como métodos participativos, ações de intervenção promovendo incentivo quanto à participação dos usuários de vários serviços e instituições em políticas públicas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



questões pessoais que podem dificultar o trabalho do psicólogo, os desafios são mediante a falta de clareza acerca de atribuições, contribuições e limites de cada membro da equipe. Todavia, é nesse contexto, que se mostra a necessidade da competência profissional e do desenvolvimento interdisciplinar, pois, permitir a mudança de diferentes saberes e práticas no acolhimento institucional possibilitará a ampliação de um olhar sobre os processos psicossociais e de desenvolvimentos da criança e do adolescente.

Diante disso, concorda-se com o CFP (2003), onde diz que o papel do psicólogo não é mais o de técnico que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, mas sim, do profissional que pode atuar inserido na atenção e proteção integral, considerando a criança e o adolescente sujeito de sua história, sujeitos de direitos. Ainda dentro da visão da proteção integral, o papel do/a psicólogo/a junto ao de outros profissionais, passa a ser o de um condutor de direitos, devendo ter a legislação, seu principal aliado, pois seu trabalho lhe exige sempre novas competências, como por exemplo, ampliar seu olhar quanto condutor de direitos (BRASIL, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, ao se propor discutir concepções presentes na literatura sobre instituições destinadas a crianças e adolescentes em situação de abandono familiar, não apenas evidenciou as distintas formas de se pensar e se compreender essa modalidade, mas também as várias faces de uma realidade tão antiga quanto atual.

São notórios os avanços que o processo de institucionalização veio sofrendo com o decorrer dos anos, e em razão disso, ocorreram discussões acerca do que seria importante e crucial na vida da criança e do adolescente. Percebeu-se uma ambiguidade em relação ao processo de institucionalização, pois de um lado, o abrigo é visto como importante medida de proteção social à infância vulnerável ao abandono e à violência, e do outro, o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



acolhimento institucional é recomendado apenas em situações excepcionais e em caráter provisório, principalmente, em função dos riscos colocados à construção e à preservação dos vínculos familiares na infância.

No que tange o conceito de proteção a crianças e adolescentes, entende-se que parte de uma visão ampla, e indiscutivelmente, estas têm direito a conviver com sua família e com sua comunidade. Antes de tudo, é importante, pensar em políticas públicas, que possibilite assistência às famílias, prevenção ao abandono, assim como minimizar o preconceito e promover campanhas de esclarecimento sobre a adoção.

É de grande importância que as políticas públicas funcionem tanto para os direitos da criança e do adolescente, quanto para as famílias, possibilitando assistência e o apoio. Percebe-se também que o papel da/o psicóloga/o no acompanhamento de crianças e adolescentes institucionalizados é o de ofertar um ambiente para que os abrigados possam expressar seus sentimentos e desenvolver seu autoconhecimento, levando-o a diminuição das angústias e sofrimentos do sujeito, bem como ajudar na compreensão do processo de institucionalização e de abandono.

É importante saber que a/o psicóloga/o tem promovido espaços de acolhimento à população na construção das soluções aos problemas, em acordo com as características do contexto público e das políticas sócioassistenciais. As iniciativas de trabalhos multidisciplinares, de incentivo ao controle social e de práticas de acolhimento devem ser monitoradas e problematizadas, buscando a reflexão das possibilidades e desafios das equipes na modificação do padrão sócioassistencial para criança e adolescente.

Diante disso, o presente trabalho teve seus objetivos alcançados, foi possível obter resultados favoráveis quanto às significações do abandono familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, bem como o processo histórico dessa institucionalização, além do papel que a Psicologia exerce nesse contexto de institucionalização e abandono. Através dos estudos encontrados o abandono familiar é tido como subjetivo e pode

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



acarretar prejuízos no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Foi possível compreender, que o processo de institucionalização no Brasil vem deixando marcas ao longo dos anos e que crianças e adolescentes que nasceram em situação de vulnerabilidade social eram quase sempre encaminhadas para instituições. Além de cunhar uma problemática acerca da institucionalização de crianças e adolescentes que vivem em famílias em situação de pobreza.

Vale ressaltar, aqui que as políticas são pensadas para famílias em situação de vulnerabilidade para além da pobreza, como os casos de violência, trabalho de menores, descuido, abandono de incapaz entre outras situações que vem acometendo as crianças e os adolescentes ao longo da história. Estes fatores atravessam qualquer família independente da sua questão social.

Diante disso, no decorrer do trabalho foi surgindo inquietações, principalmente, na ênfase dada, de que somente crianças pobres eram encaminhadas para instituições de acolhimento. Estes resultados nos permitiram refletir que enquanto pensarmos em políticas públicas como se fossem restritas a pobres, no tocante a situação econômica, não teremos políticas públicas para todas as crianças em situação de vulnerabilidade de fato, independente de classe. Por sua vez, teremos políticas públicas defasadas e que não assumem seu fundamental papel na sociedade que é dá o suporte social que as famílias, crianças e adolescentes precisam.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. de F. P.; ALMEIDA, D. R. de.; DÓRIA, L. C.; GUEDES, P. C.; SOUSA, T. R. de.; FRANÇA, W. L. P. de. O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 28, n. 3, p. 558-573. 2008.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANTONI, C.; KOLLER, S.H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicologia Ciência e Profissão**. v.21, n.1, p. 14-29, 2001.

BENTO, R. **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP: São Paulo, 2010.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento de laços afetivos**. Martins Fontes: São Paulo, 1990.

BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2009a.

_____. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. Curitiba, 2010.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. v. 7 n. 2, p. 329- 352, 2007.

CARDOSO, A. P. C. **Danos Morais: Crianças Devolvidas em Face da Adoção Frustrada**. Monografia - Universidade Católica de Brasília: Distrito Federal, 2010.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CECIF (Org). **101 perguntas e respostas sobre reintegração familiar:** o trabalho a partir dos sistemas de acolhimento institucional e familiar. CECIF: São Paulo, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório do II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas.** Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social. Conselho Federal de Psicologia: João Pessoa, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias:** referências para a atuação do psicólogo. Brasília, 2009.

CUNEO, M. R. **Acolhimento prolongado:** Os filhos do esquecimento. A institucionalização da criança e as mudanças que ficam. Publicação do Ministério Público do Estado: Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, T. da S. **O Melhor Interesse da Criança:** um Debate Interdisciplinar. Renovar: Rio de Janeiro/São Paulo, 2000.

PILOTTI, F; RIZZINI, I. **Arte de governar crianças:** a história das políticas, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1995.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Criança no Brasil:** Percurso Histórico e desafios de presente. Editora Loyola: São Paulo, 2004.

ROTHER E.T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem.** v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007.

SAWAIA, B.B. **As artimanhas da exclusão:** na análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes: Petrópolis, 2001.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência:** uma revisão de literatura. Psicologia e Sociedade: Rio Grande do Sul, 2006.

SIQUEIRA, A. C.; TUBINO, C. de L.; SCHWARZ, C.; DELL'AGLIO, D. D. Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** v.61, n.1, p. 176-190, 2009.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SOARES, N. F.; SARMENTO, M. J.; TOMÁS, C. Investigação da infância e crianças como investigadoras: Metodologias participativas dos mundos sociais das crianças.

Nuance: Estudos sobre educação. v. 12, n. 13, p. 1-16, 2005.

STEGANI, M. M. **O Papel do Psicólogo nas Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes sob Custódia Judicial em Situação de Vulnerabilidade Social.**

Monografia da FACEL - Faculdade De Ciências, Educação e Letras: Paraná, 2015.

WEBER, L.N.D. Abandono, Institucionalização no Brasil: problemas e soluções. **O social em questão.** v/s, n.14, p.53-70, 2005.

ZEANAH, H. C.; NELSON, C. A.; FOX, N. A.; SMYKE, A. T.; MARSHALL, P.; PARKER, S. W.; KOGA, S. **Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project.** Development and Psychopathology: United States of America, 2003.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF/CRAS EM UM MUNICÍPIO DE
PEQUENO PORTE: A PRÁTICA PELO OLHAR DO PSICÓLOGO**

Ailena Julie Silva Conceição

Psicóloga- CRP03/15296

Prefeitura Municipal de Maraú/BA – CRAS

ailenajulie@hotmail.com

Aléxia Raiana Barbosa de Souza

Psicóloga - CRP03/11754

Prefeitura Municipal de Maraú/BA - CRAS

psicologaraiana@gmail.com

Objetivo

Refletir sobre desafios presentes nas intervenções da/o psicóloga/o em relação à efetivação das diretrizes estabelecidas para a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, no acompanhamento das famílias cadastradas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de um município de pequeno porte.

Referencial Teórico

O CRAS é uma política pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão do governo federal responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social; de segurança alimentar e nutricional; de assistência social e de renda de cidadania no país, sendo também o gestor do Fundo Nacional de Assistência



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Social (FNAS). (MDS, n.d). É também uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (MDSCF, 2009). É a materialização de uma unidade pública pertencente ao ,SUAS, é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica SUAS, no seu território de cobertura. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. (MDS,2009. p.9).

Representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.(MDS,2009. p.9).

Destacam-se como principais funções do CRAS:

- Ofertar o serviço PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Fica evidente que em sua operacionalização, o CRAS oferece diversos serviços no acesso a direitos socioassistenciais aos usuários que encaixam-se nas condicionalidades, e/ou perfil dos mesmos.

METODOLOGIA DO TRABALHO TÉCNICO:

O trabalho deve ser baseado no conhecimento das especificidades do território, limitações e potencialidades, além de em seu planejamento incluir as situações de risco que afetam a população. Exemplo, falta de saneamento básico, dificuldade para acesso a condicionantes e determinantes de saúde, área de conflito, violência, escassez de recursos naturais, ideologias religiosas, étnicas, etc.

Possui duas funções fundamentais, quanto ao tipo de abordagem do usuário em suas ações a de efetivar a **referência e a contrarreferência** do usuário na rede socioassistencial do SUAS:

A função de **referência** se materializa quando a equipe processa, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). (MDSF, 2009.p10). A contra referência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica). Existem diversas políticas e dispositivos, benefícios, serviços e ações no SUAS, o que diferencia o CRAS das demais políticas é sua capacidade e função de realizar atividades sociais exclusivas, junto as famílias. Como a de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



social básica, esta última demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. (MDSCF, 2009. p.10). Através do CRAS, está à oferta do Programa de Atenção Integral às famílias – PAIF, principal serviço ofertado no equipamento e preconizado na Política de Assistência Social – PNAS, onde se consideram as diversas configurações familiares e seus aspectos políticos, econômicos, éticos e culturais, e o acesso às outras políticas públicas. Através do PAIF que é o desenvolvimento do trabalho social com as famílias, e que a partir de toda uma metodologia de intervenção são identificadas as situações de vulnerabilidade social e que nesse segmento inicia-se um planejamento das ações que serão feitas em conjunto a esta família para que se alcance a superação das vulnerabilidades. No que permeia toda essa realidade, através do PAIF e que a partir de uma metodologia baseada em programação de encontros por meio de visitas domiciliares, no próprio equipamento e em espaços culturais, são identificadas as situações de vulnerabilidade social e que nesse segmento inicia-se um planejamento das ações que serão feitas em conjunto a esta família para que se alcance a superação das vulnerabilidades, garantindo sua autonomia. Sabendo que a família é a centralidade nas políticas públicas, entendida como matricialidade familiar, e que a ela se deve assegurar a participação e o protagonismo em todo processo de acompanhamento, a Política Nacional de Assistência Social (2004) destaca que:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (p.40/41).

Nesse sentido, para se efetivar o que diz a PNAS, todo trabalho realizado deve ter a família como foco principal, e através da oferta do PAIF, é seguido todo um percurso por meio do atendimento e acompanhamento das famílias com objetivos precisos a serem alcançados, buscando a superação progressiva das fragilidades vivenciadas. Muitos são os desafios encontrados para garantir a participação das famílias nesse processo, além das inúmeras dificuldades encontradas pela equipe de referência para realizar o acompanhamento familiar, como: ter o acesso a essas famílias, pela difícil locomoção e extensão territorial, também a grande demanda apresentada no cotidiano do CRAS, que se torna obstáculo para a concretização de muitas ações devido à insuficiência de recursos financeiros, humanos e materiais oferecidos pela política sendo muitas vezes insuficiente para a resolutividade das situações de vulnerabilidade social, a fragmentação do trabalho em rede, como também as diversas funções que são atribuídas aos profissionais e que abarcam outros serviços e atividades que não são ligados ao acompanhamento familiar, dando destaque ao profissional de Psicologia que muitas vezes tem sua prática de atendimento limitada ou confundida com atendimento clínico.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Metodologia

Utilizaremos como metodologia científica a revisão bibliográfica, como instrumento de coleta de dados, já a abordagem de investigação científica, optou-se pela qualitativa. Esta pesquisa, quanto a sua finalidade, pode ser considerada como pura, por buscar expandir os conhecimentos sobre seu objeto de estudo, e aplicada, devido a sua intencionalidade de pensar soluções para os problemas vivenciados pelo técnico de referência na operacionalização dos objetivos e metas da organização pública em questão. Trata-se ainda de uma análise descritiva, aceitando o desafio de descrever o que é o CRAS em suas características, dispositivos, programas, função. Por fim, utilizaremos o método indutivo, partindo do particular para o geral: Nossas experiências como técnicas de referência em um município de pequeno porte.

Resultados

Partindo da reflexão e literaturas de documentos e materiais existente, nota-se que há muito o que se fazer para efetivar as ações e trabalho proposto na LOAS, no que se diz respeito a operacionalização dos serviços, como o PAIF, programas e benefícios socioassistenciais. Faltam recursos, técnicos, humanos e financeiros, para fazer tornar realidade, o que está posto nas diretrizes, normas regulamentadoras, e demais legislação da PNAS. Suprir estas demandas, tem a ver com investir nos recursos acima descritos, considerados como escassos: fomentando a dispensação de verbas aos fundos da assistência social nas três esferas, fundamentais a sustentação da PNAS, para que isso ocorra, é imprescindível a derrubar a PEC 55, que limita a utilização de gastos públicos, inclusive para o SUAS; investir no planejamento das ações; na educação permanente e orientação metodológica da equipe técnica e demais colaboradores; fortalecer e criar políticas de valorização dos mesmos; adequar o tamanho da equipe as demandas de cada território, de maneira a evitar a sobre carga desta; fortalecer a articulação Inter-setorial;



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



incentivar o conhecimento dos documentos norteadores na PNAS; capacitação dos profissionais com orientação metodológica para desenvolver estratégias de participação das famílias no serviço PAIF. É essencial, despertar na equipe, a habilidade de construção, análise, avaliação das PP's, já que o CRAS como toda política, carece de contínuas avaliações; investir na politização e engajamento dos usuários e derivadores, fomentando a participação destes, nos processos democráticos, com os Conselhos de Assistência Social nas três esferas; aperfeiçoar a escuta-ativa dos profissionais, quanto as demandas do público da A.S, intervindo segundo essa escuta; oferecendo serviços, conhecimentos que contribuam para a consolidação de sujeitos de direitos. Estas são algumas das ações necessárias à efetivação da PNAS, para continuar produzindo mudança social positiva, gerando mais qualidade de vida ao público a que se destina.

REFERÊNCIAS:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.(MDSCF) Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.2009. Disponível em: www.mds.gov.br/suas/protecaosocialbasica protecaosocialbasica@mds.gov.br 0800-7072003. Acessado em 20/062018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)- Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS). Brasília: MDS-SNAS, 2005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: o Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF. Brasília: MDS-SNAS, 2012

MDS. 2015. II Plano Decenal da Assistência Social. Disponível em : http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf. Acessado em 23 de junho de 2018.

Constituição Federal, 1988. Art. 195. Disponível em : https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_195_.asp. Acessado em 24 de Junho de 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**O CRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PERSPECTIVAS DE GESTORES,
EQUIPE TÉCNICA E COMUNIDADE: *RELATO DE EXPERIÊNCIA.***

Ovídio Ribeiro da Anunciação Júnior

Graduando em psicologia pela Faculdade Regional da Bahia – UNIRB, estagiário no

CRAS no município de Catu.

juniordomingos@gamil.com

Givanildo da Silva Nery

Doutorando em psicologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

givanildogsn@hotmail.com

Danilo Conceição Carvalho

Graduado em psicologia pela Faculdade São Bento da Bahia, Especialista em Saúde da

Família.

daniloconceicaoc@outlook.com

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto dispositivo de efetivação da Política de Assistência Social, ganha notoriedade técnica com irrupção da Lei orgânica de assistência social (LOAS) influenciando na regulamentação do sistema único de assistência social (SUAS) nas quais refletiram numa importante transição cidadã no que diz respeito a acessibilidade do direito social, promovendo uma ruptura no caráter caritativo e clientelista, advindos da própria seguridade social, enquanto conceito a legitimar a estabilidade de direitos que minimizem e previnam as situações de risco e vulnerabilidade social (COUTO, 2012; CREPOP, 2007; FERREIRA, 2011).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASÍLIA, 2009, p.11).

Nesse sentido o CRAS é institucionalizado pelo SUAS, como política de proteção social básica, na qual manifesta o fundamento de intervir a prevenção de fenômenos, relacionados a vulnerabilidade riscos sociais, através do fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, afim de minimizar a hipossuficiência para assegurar um direito social, econômico, jurídico, necessários no combate de problemas relacionados a insuficiência alimentar, renda, moradia que através deste dispositivo pode haver a salvaguarda destes direitos (COUTO, 2012; CREPOP, 2007; FERREIRA, 2011).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi observar como são compreendidos as políticas e os serviços de assistência na perspectiva de gestores, profissionais e comunidade atendida pelo CRAS de um município de pequeno porte; é válido entender o funcionamento deste dispositivo enquanto mecanismo que permite o primeiro acesso ao sistema único de assistência social (SUAS) de maneira a efetivar esta articulação da gestão e equipe técnica (COUTO, 2012; FERREIRA, 2011).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DESENVOLVIMENTO

É notório uma articulação em rede na consolidação de Políticas Públicas locais e intersectorializadas a fim de ofertar programas, projetos e serviços disponibilizados a fim de promover uma melhoria na qualidade de vida socioeconômica, através da inserção destas atividades para que haja a emancipação social, profissional e crítica sobre as diferentes realidades no que tange a participação política e popular dos próprios usuários, possibilitando uma construção de autonomia coletiva que permita a contribuir para efetivação do estado democrático de direito, garantia da promoção da cidadania e ao mesmo tempo o protagonismo de diferentes sujeitos, permitindo por essas razões o compartilhamento de visões e perspectivas diversas de variados atores sociais (COUTO, 2012; FERREIRA, 2011).

Em muitos casos o dispositivo do CRAS é associado a um programa específico de grande abrangência, programa bolsa família (PBF), no qual se estabelece um caráter que visa minimizar distorções econômicas, através de um recurso de renda mínima que garanta a superação da vulnerabilidade e risco socioeconômico, pelos quais estão expostas diversas famílias brasileiras; nesse sentido faz necessário a inserção de diferenciados instrumentos, socioeducativo, técnico, de acompanhamento, visitas e reuniões, com a finalidade de estimular a compreensão do perfil familiar, das realidades complexas, os problemas emergenciais, bem como, as possibilidades de intervenção e resolução (COUTO, 2012).

É importante levar em conta que os serviços socioassistenciais e os programas de transferências de renda são direitos dos usuários, embora tenham critérios de acesso [...] é fundamental para que no cotidiano profissional não sejam feitas discriminações [...] como se fosse o profissional pudesse estabelecer uma hierarquia das necessidades das famílias (FERREIRA, 2011, pg. 23).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ou seja, problematiza-se a necessidade de uma sincronia da atuação em rede a gestão e formação das equipes técnicas, postas nos territórios, a fim de reafirmar os princípios da Política de Assistência Social associado aos valores éticos, de responsabilidade social, de transparência das informações e respeito ao controle social, minimizando assim, situações onde possam haver uma opressão e/ou desvio no delineamento hierárquico que articula o trabalho entre equipes, gestores e usuários, para que não ocorra o incentivo, apologia, muito menos promoção do assistencialismo e clientelismo a fim de que o usuário não associe a figura deste ou gestão a concessão de determinados benefícios (COUTO, 2012; FERREIRA, 2011)

METODOLOGIA

O trabalho é resultado de uma experiência de sete meses de estágio no CRAS, considerando a participação crítica em reuniões, visitas e atendimento junto a gestores, equipe técnica de referência e comunidade atendida por este serviço. Sendo utilizado acervo vasto, almejando discutir o objetivo aos achados em plataformas digitais, bibliotecas privadas, selecionado o maior número de materiais disponíveis para a pesquisa. Nesse sentido identificando nos periódicos, livros digitais e impressos, conteúdos existentes que estejam consolidados ao tema, a fim de revistar essas fontes para melhor analisar e fundamentar o presente trabalho (PRESTES, 2011; XAVIER, 2010).

O relato de experiência é um método de domínio público e social que descreve com pertinência, riqueza de detalhes, impressões e inovações sobre o fenômeno, a fim de divulgar resultados vivenciais fruto das reflexões críticas, análises e discussões sobre os fatos relatados. A escolha por este método reflete a importância no tocante a pesquisa construída, através da experiência, participação do pesquisador possibilitado na busca de novos achados e evidências sobre o conteúdo pesquisado (LOPES, 2012).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível observar neste período uma dificuldade de alinhamento entre a política e as práticas compartilhadas entre os atores (gestores, técnicos de referência e comunidade). Manifestado entre o conflito da equipe técnica que busca materializar as prerrogativas legais, técnicas e ética nas práxis intersetoriais.

Torna-se explícito a dificuldade de atuação entre o técnico de referência e os demais atores envolvidos, pela reprodução assistencialista em razão da própria cultura do município, é nítido também o incentivo através dos serviços prestados pelos gestores em suas atividades que busquem objetivar o fortalecimento do clientelismo na comunidade de usuários que carecem do despertar crítico para que estejam comprometidos com sua própria realização política, econômica e social.

Segundo Couto (et al, 2012) Traz como resultado na sua pesquisa feita por vários municípios, que ainda a municípios que inúmeros técnicos tem dificuldade no exercício da suas funções, atividades, bem como na articulação da rede socioassistencial em seus territórios devido o conflito na sincronia da gestão que possuem comportamento fortemente arraigados na cultura política, o que por consequência acarreta sucateamento no serviço na prática de conhecer e envolver-se no próprio território, refletidos déficit na execução da políticas socioassistencias que envolvam as populações usuárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foi possível observar no relato de experiência a dificuldade de articulação entre os atores (gestão, comunidade, técnicos de referência). Devido agregação de resquícios culturais provenientes de assistencialismo, clientelismo ainda ativos e que por vezes ainda se complementam na realidade do CRAS.

Atribui-se relativos avanços pela forma de resistir da equipe técnica de referência, por não ceder a políticas que visem a troca de favores de maneira a tornar o público em



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



privado, ávidos na desconstrução ideológica coronelista, vencendo a ótica da concessão do benefício e direitos associados a terceiros, gestão.

Por fim ressalta-se a efetividade da emancipação e protagonismo social dos indivíduos assistidos pelo serviço de proteção social básica como desafios e contraponto ao controle social e sua ineficácia atribuída aos notórios conflitos de caráter político, intersetorial e relacionado aos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1º. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

COUTO, Berenice Rojas [et al.]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3º. Ed rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2012.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS /** Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB – RH Anotada e comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23.

LOPES, de O.M.V. **Sobre estudos de casos e relatos de experiências.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste [em linea] 2012, Disponível: > <https://www.redalyc.org/html/3240/324027983001/>> Acesso: 18 Dez 2018.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola a academia. – 4º ed. – São Paulo: Rêspel, 2011. 312 p.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos:** [ciência humanas e sócias aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide]. – Recife: Editora Rêspel, 2010.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO F - PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES DE
ESTAGIÁRIOS(AS) NO HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA,
BAHIA**

Isis Malta Cairo Fonsêca

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal da Bahia

isismcfonseca@gmail.com

Elder Jeferson da Silva

Graduando em Psicologia

Universidade Federal da Bahia

elderjs08@gmail.com

INTRODUÇÃO

As mudanças contemporâneas e pós-modernas do mercado de trabalho exigem do profissional cada vez mais flexibilidade cognitiva e habilidades sociais distintas. Porém, obter essas qualidades é um grande desafio para estudantes universitários, pois, hoje, os grandes centros acadêmicos estão focados cada vez mais em formações generalistas. Assim, pensar a construção da identidade profissional do jovem em formação, é pensar toda a complexidade que está em volta tanto da formação da identidade individual quanto profissional.

Partimos do pressuposto de que a identidade é, então, um estado de constantes transformações que afeta o sujeito em formação tanto em nível individual quanto social, recebendo influência e influenciando outras identidades. Desta forma, o presente trabalho



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tem por objetivo explorar as percepções de dois estagiários acerca da atuação do Psicólogo num hospital de Urgência e Emergência do município de Vitória da Conquista, Bahia, visando trazer contribuições às práticas de assistência à saúde e aos saberes construídos a partir dessas práticas, em especial em dispositivos da atenção terciária.

Este foi um estágio profissionalizante integrante da grade curricular obrigatória do curso de psicologia da UFBA, com carga horária de 170 horas. Nos momentos de supervisão, foram realizadas atividades relacionadas com a discussão dos casos, formulação de possíveis estratégias de intervenções, leitura de protocolos e cartilhas, além de discussões fundamentadas na literatura referentes à Psicoterapia Breve Focal, avaliação do estado mental do paciente, teorias da personalidade e do comportamento, suicídio, noções de corpo, depressão e ansiedade, o luto e seus determinantes, cuidados paliativos, atuação no contexto intensivista entre vários outros.

O Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC), também, conhecido como “Hospital de Base”, foi inaugurado em 02 de março de 1924, é caracterizado como um hospital de urgência e emergência, sendo referência para o sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais. Atende através da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) mais 73 municípios (SAQUETTO, 2013). Com uma área de 24.190 m², é considerado o segundo maior hospital do interior da Bahia. É caracterizado como uma unidade hospitalar gestora (UHG), com classificação tipo 4, com nível de atenção em média e alta complexidade. O HGVC está localizado na Rua Filipinas, s/n - Jardim Alvorada, em Vitória da Conquista, na Bahia.

O referido hospital é composto por setores como: UTI I, UTI II, UTI III, UTI Pediátrica, UTI Neonatal, Pronto Socorro, Salas de observação pediátrica, masculina e feminina, Sala de medicação, Sala Vermelha, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Clínica Pediátrica, Farmácias satélite e central, Refeitório, Bioimagem, Banco de sangue dentre outros setores.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O hospital conta com o serviço de psicologia composto por funcionários concursados, profissionais da Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase em Urgências e recentemente com dois terceirizados, além de nós, estagiários, oferecendo um maior suporte psicológico no hospital, tendo em vista a complexidade e quantidade de pessoas atendidas no HGVC.

PSICOLOGIA E SAÚDE/PSICOLOGIA HOSPITALAR

As teorias psicológicas durante o curto período de existência da(s) psicologia(s) tem demonstrado sua importância em diferentes áreas, a saber: no científico, social, educacional, político, da saúde dentre outras. Esta última por sua vez, segundo Almeida e Malagris (2011) teve início por volta dos anos 70 e “Seu interesse está na forma como o sujeito vive e experimenta o seu estado de saúde ou de doença, na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo.” (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

Apesar da psicologia em saúde oferecer um campo vasto de trabalho para os psicólogos, a inserção destes profissionais em ambientes hospitalares tem sido cada vez maior. Assim, este profissional, apesar de estar inserido num contexto marcado pelo cuidado dos aspectos biológicos da doença, volta seu olhar para as questões subjetivas do paciente. Este, então, torna-se sujeito de seu próprio cuidado.

No contexto hospitalar, o psicólogo busca intervir não apenas no cuidado ao paciente, mas, também, ao seu familiar e à própria equipe de saúde, “O psicólogo deve facilitar, criar e garantir a comunicação efetiva e afetiva entre paciente/família e equipe.” (ALMEIDA; MALAGRIS, 2015). Sua atuação no contexto hospitalar pode ser prestada na “assistência no ambulatório clínico, nas unidades de emergência ou pronto-socorro, unidades de internação ou enfermarias e nas unidades e centros de terapia intensiva - UTI e CTI.” (ALMEIDA, & MALAGRIS, 2011 citado por ALMEIDA; MALAGRIS, 2015).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O *setting* terapêutico no qual o psicólogo hospitalar atua é diferente do contexto clínico, onde se tem um contexto “apropriado” para a escuta e cuidados terapêuticos. Angerami-Camon (2010) levanta a esta questão, afirmando que não há um *setting* terapêutico específico na psicologia hospitalar, pois nestes espaços o atendimento ao paciente é realizado em seu leito, estando assim, sujeito a inúmeras interrupções, seja por parte da equipe de saúde, dos familiares e até outros pacientes. Geralmente o paciente é encaminhado por outro profissional que percebe a demanda, por busca ativa realizada pelo próprio psicólogo ou a pedido do paciente ou familiar. É importante destacar que o paciente é um sujeito autônomo em seu cuidado, devendo o psicólogo respeitar sua vontade em casos em que este recuse sua intervenção.

METODOLOGIA

O método utilizado na construção deste trabalho é o relato de experiência, onde as vivências e as diferentes perspectivas dos estagiários foram exploradas e relacionadas com a teoria, a saber, estudos que abordam o tema da atuação do Psicólogo Hospitalar e a epistemologia da Psicologia da Saúde, utilizando como fundamentação teórica os estudos de Almeida e Malagris (2011) e Angerami-Camon (2010) acerca da psicologia hospitalar e suas especificidades, e estudos que contemplam a construção da identidade e identidade profissional, onde podemos elencar os seguintes autores: Gondim, Bendassolli, Peixoto (2016) visando fazer a interlocução com as práticas desenvolvidas.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Pensar a construção da identidade profissional do jovem em formação é pensar toda a complexidade que está em volta tanto da formação da identidade individual quanto profissional.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Terminar uma graduação e ingressar no mercado de trabalho é uma tarefa pela qual todos os graduandos terão que passar um dia. Estas experiências, muitas vezes, podem afetar diretamente a forma como este sujeito irá se relacionar com o mundo de trabalho e construir sua identidade profissional.

Estudos como os desenvolvidos por Gondim *et al* (2016) apontam para a complexa teia que está em volta da construção da identidade profissional de universitários, mostrando que essa “Situa-se entre a afirmação e a oposição no nível pessoal e social.” (GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.2).

A identidade é, então, um estado de constantes transformações que afetam o sujeito em formação tanto em nível individual quanto social, recebendo influência e influenciando outras identidades, “As contínuas trocas que estabelece com o seu meio fazem com que os significados e sentidos sejam reatualizados ou se modifiquem à luz de novas interpretações, com repercussões nas suas identidades”.(GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.2), isto ficou evidenciado em nossas práticas no HGVC, como explicitado a seguir:

Minhas trajetórias pessoais anteriores a minha entrada na universidade sempre estiveram ligadas ao campo da saúde e políticas públicas. Ao iniciar meus trabalhos no hospital, pude conhecer *in loco* as entrelinhas do funcionamento de um serviço público de saúde, bem como se dá a atuação do psicólogo no contexto hospitalar. A partir desta atuação, construí paulatinamente o interesse em atuar nesta área de trabalho, e passei a me inserir em outro hospital da região com o intuito de conhecer novas técnicas de intervenção e de atuação. (EJS)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O Estágio Profissionalizante II em contexto hospitalar nos proporcionou o fortalecimento da identidade profissional - já em construção antes mesmo da inserção na universidade, em virtude de nossas histórias pessoais - e o sentimento de pertencimento (afirmação) a este grupo que, ainda hoje, e, muitas vezes, pelos próprios colegas das equipes multiprofissionais, é tão desvalorizado e subestimado no tocante às suas atribuições e contribuições numa melhoria na qualidade de vida do paciente em processo de hospitalização.

Pudemos vivenciar o sentimento de pertencimento junto aos estagiários e residentes nos momentos em que éramos solicitados frente à diferentes queixas e demandas, muitas delas equivocadamente relacionadas ao papel do psicólogo hospitalar. Como exemplo, muitas vezes, nos momentos da comunicação da má notícia, o psicólogo era requisitado para ocupar este papel que, na verdade, deve ser atribuído à equipe médica responsável pelo diagnóstico clínico do paciente, visto que são os mais capacitados para sanar possíveis dúvidas e dar informações da forma mais acurada possível.

Diante do exposto, nosso sentimento de pertencimento emergia nos momentos em que discorríamos acerca do papel do psicólogo no sentido de orientar os profissionais acerca da melhor forma de dar esse tipo de notícia, utilizando de ferramentas como o Protocolo SPIKES que fornece orientações tanto verbais como ambientais de como acolher o paciente e seus familiares nesses momentos tão difíceis. Nesse sentido, o exercício de esclarecer e delimitar as práticas do profissional psicólogo nesses momentos alimentavam o sentimento de pertencimento e, também, de diferenciação (oposição), visto que pontuávamos o que nos era atribuído, como profissionais da psicologia, e o que não nos era atribuído, ou seja, o que era, na verdade, função dos profissionais da medicina, enfermagem, farmácia, ou demais componentes da equipe multidisciplinar.

Outro aspecto da construção da identidade pertinente em se comentar, é a identidade do estagiário em psicologia hospitalar entre estagiários atuantes em outros



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



espaços. Durante as aulas nas universidades frequentemente relatávamos nossa experiência à luz do que fazíamos no Hospital Geral que se diferenciava do que faziam os demais. Comparávamos os *settings* terapêuticos e seus aspectos, como o tempo de atendimento, sua modalidade, os horários determinados *versus* os indeterminados; o atendimento em leito *versus* o atendimento em divã ou poltrona, como também os tipos de demandas atendidos por nós e suas especificidades. Todas essas experiências, hoje, fazem parte da nossa identidade profissional no sentido de nos identificarmos com esta dinâmica de atuação em detrimento de outras.

A supervisão também teve papel importante na construção da identidade profissional dos estagiários, visto que a didática e orientações oferecidas pela supervisora atuavam de forma norteadora nos momentos de estudos e nas discussões. Sua experiência também tinha papel fundamental na forma como passamos a compreender as especificidades da prática nesse contexto, onde pudemos ter acesso a relatos acerca de demandas como tentativa de suicídio, pacientes amputados, queimados, crianças e parturientes atendidos pela supervisora em sua trajetória profissional. A própria figura da supervisora também foi fator influenciador na construção da identidade enquanto referência de profissionalismo. A supervisora em questão, não atuara apenas em contexto hospitalar e, como Psicóloga da Saúde, atuou em outros dispositivos da rede de atenção básica e pôde nos esclarecer acerca do papel do psicólogo hospitalar articulado com essas outras instâncias.

Destarte, após o nosso primeiro contato com o que viria a ser nossa atuação profissional no HGVC podemos perceber que as escolhas formativas podem modelar e reforçar as escolhas de atuação de acordo com suas experiências anteriores, tendo uma grande ênfase para as áreas de conhecimentos estatísticos e filosóficos.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**
Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Após o término da graduação, o que se espera alcançar é a inserção no mercado de trabalho, o que faz com que suas expectativas estejam voltadas para a busca do primeiro emprego, como aponta Gondim *et al* (2016) quando diz

O jovem que termina o seu curso universitário, e está prestes a se inserir no mundo do trabalho, coloca no primeiro plano da hierarquia de identidades o papel profissional, demandando a construção de uma identidade que pode estar fundamentada em diversas fontes, como o processo de formação especializada (técnica ou universitária), e a experiência direta (pessoal) ou indireta de trabalho (e.g.: profissão e trabalho dos pais, parentes e amigos). (GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.2).

Porém, essa inserção vem cercada de diversos impasses da qual, na maioria das vezes, impossibilita essa entrada no mercado de trabalho.

A partir do momento que se insere no mercado, começa a ser consolidada a identidade profissional, que já vem surgindo a partir da trajetória acadêmica e experiências em estágios profissionalizantes. Assim, como apontam os autores Gondim *et al* (2016)

A identidade profissional pode ser concebida como parte da identidade do trabalho, manifestando-se na vinculação a um grupo social em torno de um determinado domínio de conhecimento técnico, que oferece qualificação para a prestação de serviços especializados em troca de remuneração ou de outras formas de recompensa (GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.3).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Porém, uma questão que vigora é se a formação universitária foi suficiente para dar conta das exigências do mercado, que apresentam demandas complexas e as relações trabalhistas e de poder envolvendo, também, a remuneração como reflexo da valorização do profissional ali inserido.

Ainda, para os autores,

universitários em final de curso estão fortemente interessados e preocupados com a inserção no mercado de trabalho, e por não se perceberem preparados, seguem em busca de mais estudos especializados para melhorar sua capacidade de inserção. (GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.9)

No trecho acima exposto, os autores expressam que aquele que não se sente preparado para atuar em certas áreas dentro da sua profissão, pode buscar estudos especializados para contemplar algumas das áreas que lhe falta preparo após seu egresso da universidade.

As forças do capitalismo alinhadas com o desenvolvimento tecnológico encontraram um fértil terreno na contemporaneidade que tem permitido uma maior flexibilização das leis trabalhistas, deixando a disputa pelo emprego cada vez mais acirrada. Dessa forma, profissionais recém-formados vêm buscando diversas alternativas para se inserirem no mercado de trabalho. Assim, percebemos que este, por sua vez,

oferece um amplo repertório de ofertas que alimenta os sonhos de realização profissional, mas por outro lado impõe restrições às escolhas, por contingências socioeconômicas,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



culturais e geracionais” (GONDIM; BENDASSOLLI; PEIXOTO. 2016, p.13).

RESULTADOS ENCONTRADOS/PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

Foi possível observar, como resultado da vivência em ambiente Hospitalar a crescente familiarização com os papéis atribuídos ao Psicólogo Hospitalar e como a inserção neste espaço contribuiu para a mudança da percepção de dois estudantes munidos de bagagem teórica e expectativas sem nenhuma experiência para a percepção de dois estagiários articulando dia após dia o saber adquirido em sala de aula com o saber adquirido na prática profissional acerca de rotina, atribuições, desafios e potencialidades da atuação do psicólogo neste contexto, implicando na construção de uma identidade perpassada por frustrações, sentimentos de pertencimento e valorização/desvalorização da classe psicológica dentro do Hospital Geral.

Diante do exposto, é mister salientar que os obstáculos encontrados durante a trajetória dos estagiários serviram de mote para a consolidação de uma vontade em continuar atuando nesse contexto profissionalmente. Percebemos, também, como a população desconhece a função e importância da psicologia em contexto hospitalar, onde, muitas vezes, nossa presença era relacionada à presença de uma psicopatologia de base, estigmatizando, para os familiares, alguns pacientes que eram acompanhados por nós. Nesses casos, víamos a oportunidade de trabalhar essas fantasias acerca da psicologia e melhorar a relação paciente-família. Percebemos, também, a dificuldade de alguns pacientes em descrever os seus sentimentos, no sentido de lhes faltar vocabulário para que o fizessem.

Diante disso, ampliamos nossa percepção acerca das possíveis dificuldades que por ventura pudéssemos encontrar durante nossa atuação em um Hospital Geral de alcance regional, cujo principais pacientes se configuravam como moradores rurais e de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



comunidades adjacentes. Todas essas experiências nos serviram para caracterizar a Psicologia Hospitalar e, em consequente, a nossa identidade como estagiários e futuros Psicólogos atuantes nesse contexto, desmistificando algumas fantasias e evidenciando a valorização e desvalorização, em diferentes momentos, desse profissional no Hospital Geral.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a atividade de estágio teve grande importância no processo de construção da identidade dos sujeitos do presente estudo, entendendo esta atividade como uma oportunidade de contato com a práxis da Psicologia Hospitalar desenvolvendo uma identidade profissional a partir do processo de socialização promovido pela atividade, onde emergiu, nos estagiários, vínculos afetivos e profissionais onde puderam compartilhar saberes e experiências entre eles e entre os funcionários do Hospital Geral. Nesse sentido, vale salientar a importância dos Estágios Profissionalizantes supervisionados em hospitais a fim de preparar esses futuros profissionais e, ao mesmo tempo, retornar o investimento da população, visto que se trata de um Estágio em instituição pública, na forma de capacitação profissional e oferta de serviço qualificado.

O Estágio Profissionalizante II também serviu para constatar que as teorias estudadas durante a nossa trajetória acadêmica na universidade divergem bastante das práticas observadas no contexto hospitalar. Muito dessa divergência se dá pelo afastamento do contexto social, econômico e cultural dessas teorias à realidade brasileira. Dessa forma, percebemos escassa a literatura que trata de problemas contemporâneos e culturais próprios de uma sociedade onde a saúde, embora seja direito de todos e dever do Estado, ainda a trata de forma mercadológica, como pudemos presenciar em diversos momentos na UTI discursos do tipo “precisamos nos livrar da paciente do leito 08 pois



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



cada dia de internação custa 8 mil reais” (sic) dando a entender que, em alguns momentos, os pacientes são vistos como despesas e prejuízos.

É mister haver trabalhos que discorram sobre a bioética levando em consideração nossa realidade de um Sistema de Saúde que beira à falência em decorrência da má gestão e das péssimas práticas de profissionais que não raro nos deparamos no cotidiano hospitalar, salvo exceções que, à duras penas, fazem o Sistema sobreviver e oferecer serviço de excelência em alguns Hospitais do país. A escassez de literatura acerca de determinadas demandas específicas da nossa realidade também apareceu como obstáculo a ser superado na nossa prática como estagiário, nos convocando a trabalhar no sentido da pesquisa e produção de conhecimento a fim de contribuir com a prática da Psicologia Hospitalar no Brasil.

Com a realização desse estágio, foi possível enriquecer o aprendizado referente à atuação do psicólogo hospitalar e à construção da identidade desse profissional em fase final de formação, como estagiário, bem como os elementos constitutivos e influenciadores desta identidade.

REFERÊNCIAS

GONDIM, S. M. G. ; BENDASSOLLI, P. F. ; PEIXOTO, L. S. A. . A construção da identidade profissional na transição universidade-mercado de trabalho. In: Adriana Benevides Soares; Luciana Mourão; Marcia Maria Peruzzi da Mota. (Org.). **O estudante universitário brasileiro: Características cognitivas, habilidades relacionais e transição para o mercado de trabalho**. 1ed.Curitiba: Appris, 2016, v. 1, p. 219-234.

ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, p. 183-202, dez. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



08582011000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 dez. 2018.

ANGERAMI-CAMON, V. A. (2010). **Psicologia Hospitalar. Teoria e Prática**. São Paulo: Cengage Learning.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A IMPORTÂNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: EXPERIÊNCIA EM UMA ESF SITUADA NA CIDADE DE GUANAMBI-BA

Gilvanete da Silva Souza

Principal titulação

UNIFG-Centro Universitário

gilvanete.psi@outlook.com

Maria de Lourdes Silva

UNIFG-Centro Universitário

malugbi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O plantão psicológico tem como objetivo proporcionar uma escuta qualificada, onde o profissional de mostra inteiramente disponível em casos emergenciais (CURY, 1999). Se baseia no modelo de Carl Rogers, não restringindo-se somente ao modelo clínico tradicional visando psicoterapia, mas sim o modelo do aconselhamento psicológico (MORATO, 1999).

Vale ressaltar que o plantão psicológico não substitui nem faz o papel da psicoterapia, visa acolher a angustia emergencial do indivíduo no momento da procura nas unidades de saúde, utilizando seus próprios recursos (MORATO, 1999). O plantão se diferencia da psicoterapia devido seu caráter focal, emergencial e de urgência, é um atendimento reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia (FREIRE, 2004). Segundo Small (1974) uma ajuda qualificada no momento de crise pode encurtar o sofrimento, proporcionando maior realização para o indivíduo.

O plantão psicológico é um modelo singular de prática em Psicologia, procura facilitar o processo de significação e superação da crise (ROCHA, 2009). O profissional



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que atende no plantão deve estar preparado para lidar com o inesperado, e a possibilidade de ter poucos encontros com o cliente, embora para muitos o “ouvir” pareça uma atitude passiva, ela demonstra que o psicólogo deve estar atento, empenhado, e de presença inteira para aquele paciente (MAHFOUD, 1999).

Para Rabelo e Santos (2006) o plantão tem caráter emergencial, são atendimentos individuais com duração de no máximo uma hora, com intuito de auxiliar, orientar no momento de extrema ansiedade. Porém, em algumas situações o plantão não pode ser aplicado devido suas limitações, como por exemplo, em casos de surto psicótico, neuróticos graves, entre outros, onde a fala, o raciocínio e a criatividade estejam comprometidos (BARTZ,1997).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história do plantão psicológico no Brasil deve ser vista como paralela ao desenvolvimento do aconselhamento psicológico não diretivo, as influências do modelo de aconselhamento já se mostravam no Rio de Janeiro entre 1940-1950 (SCORSOLINI-COMIM, 2014). Em São Paulo, Oswaldo de Barros Santos deu início a difusão desse mesmo modelo de Carl Rogers, (ROSENBERG, 1979). Segundo Rosenberg (1979) foram dois os principais motivos que a levaram, o primeiro foi a crítica as técnicas diretivas da psicanálise restringindo-se somente as motivações ocultas para refletir as vivências sócias, e a segunda foi a necessidade de propiciar ao indivíduo que procura ajuda a condições dele mesmo organizar o seu mundo, de acordo as experiências e vivências que somente ele tem a capacidade de visualizar. O modelo de plantão iniciado por Rosenberg (1977) no Brasil muito se assemelha com o atual, ela já apontava para em psicoterapia, reformulando os modelos clássicos da clínica.

Alguns estressores são comumente encontrados como demanda no plantão psicológico, segundo Fherty, Channon e Davis (1990) essas demandas podem ser conjugal



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(noivado, casamento, discórdia) parental (nascimento de um filho, dificuldades com a criança), ocupacional (trabalho, escola, lar), financeiro, legal (detenção, julgamento) , desenvolvimento (puberdade, menopausa), etc.

Para um plantonista ter excelência em seu trabalho, são necessárias algumas disponibilidades, como por exemplo, estar preparado para enfrentar as mais variadas demandas sem ter planejamento prévio, consideram um número de encontros variados ou únicos, perceber a necessidade de encaminhamentos para outros profissionais ou psicoterapia, e a necessidade ou não de um retorno (Mahfoud, 1987). Segundo esse mesmo autor, o plantão da autonomia ao plantonista, o que o distingue do modelo clássico de triagem, vem como uma proposta de promoção de saúde, como uma alternativa para o atual contexto da saúde mental, onde se prioriza somente casos mais graves.

Em 1990 o Conselho Federal de Psicologia considerou o plantão psicológico como uma técnica e não mais como uma prática alternativa, nesse mesmo período ele se expandiu para outros ambientes, como hospitais e escolas, não se restringindo apenas a clínica escola (Mahfoud, 1999).

O plantão surge como uma prática que visa a promoção da saúde o que agrega também aos princípios do SUS. Tendo a visão integral do ser humano, ou seja, analisando o indivíduo como um ser subjetivo e com histórias de vida diferentes, que necessita de uma articulação por parte do sistema de saúde, onde as redes se comunicam (Brasil, 2009). E o plantão psicológico não poderia ter um papel diferente, o acolhimento e o encaminhamento necessário faz com que esse sistema integrado de saúde se torne cada vez mais possível.

Existem casos em que há a necessidade do encaminhamento, porém, mesmo quando não tem essa necessidade o acolhimento feito no plantão já é considerado uma intervenção (Peres, et al. 2004; Yamamoto, 2006).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A vivência no plantão psicológico coloca o estudante de Psicologia em contato com realidades e demandas distintas (MAHFOUD, 1987). Essas experiências deu oportunidade de ampliação do “fazer psicologia”, desmitificando a ideia de uma psicologia pronta e singular para todos, mostrando ao aluno que é necessária flexibilidade e adaptação as necessidades de cada comunidade e demanda específica (MENDES, 1996).

O plantão surge também com o objetivo de oferecer ajuda aquele que não se encaixam na “urgência” necessária para serem atendidos em serviços públicos onde a prioridade são casos mais graves (MAHFOUD, 1987). O plantonista deve focar sua atenção na pessoa e não no problema, pois o plantão não está para solucionar problemas, e sim ajudar a refletir sobre os significados de seus anseios e angustias. Estando assim preparado para lidar com o inesperado.

ESTUDO DE CASO

A paciente P1, sexo feminino, 26 anos, possui três filhos. Chegou ao ESF em uma manhã de terça-feira, pedindo atendimento para seu filho pois o mesmo estava com comportamento agressivo, no entanto, o P1 foi informada que o plantão era destinado a adultos, mas que o seu filho poderia ser encaminhado para a clínica escola de psicologia, nos colocamos a disposição para atende-la, e a mesma aceitou. Fisicamente desorganizada com sua aparência (cabelos e roupas desconsertados e fisionomia cansada) com seguinte queixa: relata estar extremamente estressada e isso está fazendo com que desconte agressivamente em seus filhos. Diz também que seu filho mais velho de 11 anos de idade está copiando seus comportamentos agressivos e batendo em seus colegas na escola. P1 diz que precisa de ajuda profissional apesar de nunca ter procurado antes pois achava que psicólogos era só para pessoas “loucas”, mas que agora decidiu procurar ajuda pois não consegue sozinha.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Na primeira sessão foi feito o acolhimento, a ficha de cadastro e isso deu abertura para a paciente aprofundar em sua fala. Relatou não ter amigos, somente uma amiga (sua ex-cunhada) que a apoia em todos os momentos e fica olhando seus filhos quando precisa sair para trabalhar. Atualmente P1 está desempregada, às vezes é chamada para trabalhar em um salão de cabeleireira, mas somente em épocas festivas, quando o salão precisa de mais mão de obra. Em alguns momentos P1 se emocionava, e chorava quando falava de sua relação com sua família. Seu filho mais velho fica com grande parte da responsabilidade da casa, já que em alguns momentos precisa sair e não tem outra pessoa para ficar com seus filhos mais novos. A paciente foi ouvida e acolhida.

Na próxima semana a paciente chegou ao atendimento com aparência notavelmente mudada, portava trajes diferentes da anterior, estava sorridente e usando batom. A pergunta inicial foi como tinha sido a semana, ela disse que tinha sido boa, que estava tomando coragem para mudar algumas coisas na sua vida. Relatou estar surpresa com o resultado do atendimento, disse que quando foi a primeira vez, não achou que resultaria algum efeito, mas que agora ela se sentia muito bem, e disse que ninguém nunca tinha a ouvido quando ela precisava.

Por ter um caráter emergencial e não se caracterizar como psicoterapia, a paciente foi encaminhada para o acompanhamento na clínica escola. Foi feita a escuta, o acolhimento de dor emergencial, no entanto surgiram demandas que necessitavam de um acompanhamento contínuo, o que demandou a psicoterapia. Existem casos em que há a necessidade do encaminhamento, porém, mesmo quando não tem essa necessidade o acolhimento feito no plantão já é considerado uma intervenção (Peres, et al. 2003).

REFERÊNCIAS

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BARTZ, S. Plantão Psicológico: atendimento criativo à demanda de emergência. V Encontro Estadual de Clínicas-Escola. Caderno de Resumos, São Paulo, Universidade São Judas, p.69. 1997.

BRASIL. A clínica ampliada e compartilhada. Brasília, Ministério da Saúde, 68 p. 2009.

CURY, V. E. Plantão psicológico em Clínica Escola. 1999.

FLAHERTY, J. A., CHANNON, R. A; DAVIS, J. Psiquiatria: diagnóstico e tratamento: trad. De Dayse Batista – Porto Alegre: Artes Médicas, pg19. 1990.

FREIRE, P.S.G.L. Pronto atendimento psicológico em um serviço universitário: compreendendo os processos sob o olhar da Psicologia Analítica. Dissertação de Mestrado. PUC, Campinas. 2004.

MAHFOUD, Miguel. ROSENBERG, R.L. A vivência de um desafio: Plantão Psicológico. São Paulo. 1987.

MAHFOUD, M. Plantão psicológico: novos horizontes. São Paulo, Companhia Ilimitada. 1999.

MENDES, E. Uma Agenda para a Saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORATO, H. T. P. Aconselhamento psicológico: uma passagem para a transdisciplinariedade. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

PERES, R.S.; SANTOS, M.A; COELHO, H.M.B. Perfil da clientela de um programa de pronto-atendimento psicológico a estudantes universitários. Psicologia em Estudo, 9 (1), 47-54. 2004.

RABELO, I. S; SANTOS, L. M. S. P. O desafio do Plantão Psicológico para o plantonista. In: C. Ramos; G. G. Silva & S. Souza; (Org). Práticas psicológicas em instituições: Uma reflexão sobre os serviços-escola. (pp. 379-387). São Paulo: Editora Vetor. 2006.

ROCHA, M. C. Serviço de Aconselhamento Psicológico: 40 anos de história. São Paulo: SAP/IPUSP, 2009.

ROSENBERG, R. Apêndice – um trajeto brasileiro. São Paulo, Martins Fontes, p. 162-179. 1979.

ROSENBERG, R. Terapia para agora. São Paulo, EPU, p. 49-68. 1977.

SMALL, L. As psicoterapias breves. Rio de Janeiro: Imago. 1974.

SCORSOLINI-COMIM, F. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. Contextos Clínicos, 7(1):2- 14. 2014.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



YAMAMOTO, B.S.; et al. Plantão psicológico no curso pré-vestibular Psico-USP: Uma intervenção possível em um cursinho popular. 2006.

PERES, R.S. et al. Atendimento psicológico a estudantes universitários: Considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. Estudos de Psicologia (PUC-Campinas), 20 (3), 47-57. 2003.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO DE UMA FAMILIAR EM PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Isis Malta Cairo Fonsêca
Graduanda em Psicologia
Universidade Federal da Bahia
isismcfonseca@gmail.com

Paulo Coelho Castelo Branco
Doutor em Psicologia
Universidade Federal da Bahia
paulocbranco@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da experiência de um estágio em Psicologia Hospitalar pela Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira, na cidade de Vitória da Conquista, tendo como *locus* o Hospital Geral da cidade, que atende também à grande demanda da região. O estágio se deu entre os anos 2017 e 2018, durante a disciplina Estágio Profissionalizante I da respectiva universidade. A dinâmica do estágio se configurou em duas etapas, chamadas de rodízio, onde cada dupla de estagiária se responsabilizou por um setor do hospital no primeiro rodízio, e por outro no segundo. No primeiro rodízio fiquei responsabilizada por atender à emergência, no segundo, a pediatria, onde acompanhei o processo de hospitalização da paciente e da genitora que será, particularmente, abordado nesse trabalho.

Neste sentido, a proposta deste estudo é a de descrever o processo terapêutico da genitora, acompanhante da paciente em ala pediátrica do Hospital Geral de Vitória da Conquista, Bahia, à luz das 12 (doze) fases do processo psicoterapêutico presentes no livro *Psicoterapia e Consulta Psicológica*, de Carl Rogers, relacionando-os e apontando suas aproximações e distanciamentos, em vista das especificidades do contexto hospitalar e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



suas diferenças em relação à clínica, *setting* utilizado por Rogers para atuar e desenvolver suas pesquisas.

Diante da escassez de trabalhos que relacionem a Abordagem Centrada na Pessoa com a prática do psicólogo hospitalar, vejo como relevante compartilhar a minha experiência na atuação da psicologia com o aporte desta abordagem que embasou minhas intervenções e evolução dos atendimentos e, assim, poder fomentar a discussão a partir dos resultados obtidos com a articulação teórico-prática.

Acredito que os beneficiados dessa discussão são os estudantes, estagiários e profissionais da psicologia que têm o compromisso de atualizarem seu arcabouço teórico com novas práticas e novas formas de atuar dentro e fora da clínica, sobretudo no contexto hospitalar, e principalmente aqueles que construíram afinidade pela Abordagem Centrada na Pessoa e sentem dificuldade em encontrar trabalhos científicos que foquem na atuação do psicólogo humanista inserido nesses espaços.

AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

Em 1974, Rogers desenvolveu as 12 fases características do processo psicoterapêutico, contidas no livro *Psicoterapia e Consulta Psicológica*, onde formula em sessões as diferentes fases desse processo exemplificando-as com gravações clínicas, recurso muito frequente nos trabalhos do autor. Ele destaca que,

Embora estes diferentes aspectos da terapia sejam descritos isoladamente e colocados numa ordem específica, deve-se sublinhar que são momentos isolados. O processo terapêutico os faz convergir e funde-os entre si. E apenas de uma maneira aproximada que se sucedem na ordem que indicamos a seguir. (ROGERS. 2005, p.25)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A partir do exposto, a primeira fase característica desse processo é, por mais simples que pareça, uma das mais importantes em terapia: o indivíduo vem procurar ajuda. A importância dessa fase está justamente na atitude de buscar a terapia, assumindo uma ação de responsabilidade consigo mesmo. Rogers explica ainda que, nesta fase, pode acontecer que o indivíduo não reconheça essa ação independente, pretendendo até negá-la, porém, se for estimulado, pode dar início à terapia propriamente dita.

A segunda fase se caracteriza quando a situação de ajuda está normalmente definida. O autor pontua que, desde o princípio, o indivíduo está ciente que o psicólogo não tem as respostas, mas que a situação de ajuda oferece um espaço para que o indivíduo possa elaborar as soluções de seus próprios problemas, com o auxílio da terapia.

A terceira fase se encontra no momento em que o psicólogo estimula a livre expressão dos sentimentos em relação ao problema. Rogers afirma que essa liberdade é, de certa forma, provocada pela atitude amigável, interessada e receptiva do psicólogo e, também, devido ao aperfeiçoamento da técnica da entrevista terapêutica, onde o psicólogo foi gradativamente aprendendo a evitar o bloqueio da corrente de hostilidade e de ansiedade, sentimentos de inquietação e culpa, ambivalências e indecisões que se exprimem livremente se o psicólogo for capaz de levar o cliente a sentir que esse momento é verdadeiramente seu e pode usá-lo como quiser. O autor supõe que foi neste ponto onde os psicólogos puderam aperfeiçoar suas técnicas de catarse.

Na quarta fase, o psicólogo aceita, reconhece e esclarece os sentimentos negativos advindos da livre expressão dos sentimentos relacionados à situação-problema. Rogers esclarece que, se o psicólogo o fizer, deve estar preparado para responder ao sentimento que está subjacente ao conteúdo intelectual do que o indivíduo traz. Ele esclarece, ainda, que em alguns momentos, os sentimentos podem ser profundamente ambivalentes, podendo ser tanto sentimentos de hostilidade quanto de inadequação. De todo modo, o autor declara que o psicólogo deve esforçar-se, através do que diz e do que faz, para criar

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma atmosfera em que o indivíduo possa reconhecer esses sentimentos negativos e também que é capaz de aceitá-los como parte de si mesmo ao invés de projetá-los nos outros ou de ocultá-los através de mecanismos de defesa.

O psicólogo esclarece frequentemente esses sentimentos através da expressão verbal, sem procurar interpretar a sua causa ou discutir a sua utilidade – reconhecendo simplesmente que existem e que os aceita. E assim que frases como: “você se sente mal com isso”, “quer corrigir esse defeito, mas ao mesmo tempo não quer”, “pelo que diz parece sentir-se muito culpado” surgem com muita frequência neste tipo de terapia e quase sempre, se descrevem fielmente os sentimentos, permitem ao indivíduo avançar livremente. (ROGERS. 2005, p.31)

Quando os sentimentos negativos do indivíduo se exprimirem totalmente, segue-se à quinta fase: a expressão receosa e hesitante dos impulsos positivos que promovem a maturidade. Em relação à esta fase, Rogers (2005) afirma que este é um dos aspectos mais certos e previsíveis de todo o processo. Para o autor, quanto mais violentas e profundas forem as expressões negativas, mais certas serão as positivas de amor, impulsos sociáveis, autorrespeito profundo e desejo de maturidade.

Da mesma forma que na quarta fase, na sexta, o psicólogo aceita e reconhece os sentimentos, dessa vez positivos, que se exprimem. Rogers (2005) pontua que eles não devem ser aceitos com aprovação ou elogios visto que os valores morais não fazem parte da psicoterapia. Os sentimentos positivos são aceitos tanto quanto os negativos como parte da personalidade do indivíduo. E, de acordo com o autor,

É esta aceitação, tanto dos impulsos de imaturidade como os de maturidade, das atitudes agressivas e de sociabilidade, de sentimentos de culpa e de expressões positivas, que dá ao indivíduo oportunidade pela primeira vez na vida de se compreender a si próprio tal como é. (ROGERS. 2005, p. 33)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Na sétima fase, esta compreensão, aceitação e apreensão de si constituem, para Rogers (2005), o aspecto mais importante de todo o processo. É nessa fase que se estabelece a base a partir da qual o indivíduo é capaz de alcançar novos níveis de integração.

Confundido com este processo de compreensão, entendendo que as fases demarcadas não se excluem, mutuamente, nem se sucedem numa ordem rígida, como aponta o autor, segue-se um processo de esclarecimento sobre possíveis decisões e linhas de ação que podem ser tomadas pelo indivíduo diante da situação problema que o trouxe à psicoterapia. Segundo Rogers (2005), muitas vezes isso se relaciona à uma atitude de desespero. Para ele, a função do psicólogo, neste momento, é ajudar a esclarecer as diferentes opções que podem ser tomadas e reconhecer os sentimentos de medo e falta de coragem para avançar, experimentadas pelo indivíduo. Neste sentido, não é função do psicólogo impedi-lo numa determinada direção ou lhe dar um parecer sobre a situação.

A partir da oitava fase, se dá o início de ações positivas, restritas, mas altamente significativas, caracterizando a nona fase do processo psicoterapêutico, a qual Rogers (2005) julga ser um dos aspectos fascinantes da psicoterapia.

A partir deste ponto, as fases seguintes constituem-se em elementos de um maior crescimento como consequência da obtenção de uma compreensão considerável e tentativa receosa e hesitante do indivíduo de realizar algumas ações positivas. Na décima fase, Rogers (2005) pontua que “há, em primeiro lugar, o aprofundamento da compreensão - uma autocompreensão mais completa e mais precisa à medida que o indivíduo ganha coragem para ver as suas ações em um nível mais profundo”. (ROGERS. 2005, p. 35)

Na décima primeira fase, observa-se no indivíduo uma ação positiva cada vez mais integrada. Ele expressa menos medo em relação às suas escolhas e mais confiança na ação



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



autodirigida. O psicólogo e o indivíduo, como aponta o autor, passam a trabalhar num novo sentido, onde a relação entre ambos torna-se mais intensa e, com muita frequência, o indivíduo quer, pela primeira vez, conhecer aspectos pessoais do psicólogo e exprime um interesse autêntico e amigável que é muito característico. As ações continuam sendo postas por ele para que sejam analisadas, mas com menos dependência e receio em relação ao que ocorria antes.

Assim, na última fase, há um sentimento de uma decrescente necessidade de ajuda, como pontua Rogers (2005), e o indivíduo passa a reconhecer que a relação deve chegar ao fim. Não raro apresentam-se desculpas por parte do indivíduo por ter tomado tanto tempo do psicólogo, onde este, por sua vez, ajuda a esclarecer este sentimento como nas fases anteriores, aceitando e reconhecendo o fato de que o cliente enfrenta agora a sua situação com mais segurança e que, assim, deseja finalizar os contatos. Diante disto, o autor explana que, mais uma vez, não deve haver nenhuma pressão sobre o cliente para terminar nem nenhuma tentativa de retê-lo.

Tendo estes elementos como possivelmente os essenciais do processo terapêutico, Rogers (2005) explana que as análises desses aspectos poderiam se organizar de formas muito diferentes, tendo em vista a sutileza do processo, onde qualquer tentativa para decompô-lo em etapas ou elementos tem muito mais de subjetivo e de aproximado do que de objetivo e de exato. Todavia, ele vai dizer que, no seu conjunto, a terapia que acaba de ser descrita é um processo ordenado e coerente.

METODOLOGIA

O método julgado mais adequado para se obter os objetivos deste trabalho foi o de estudo de caso, de caráter qualitativo, visando ampliar a compreensão acerca de fenômenos sociais complexos. Segundo Yin (2001), o estudo de caso permite uma



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Para Lima (2008), o estudo de caso é um exemplo de abordagem qualitativa e possibilita a realização de pesquisas empíricas acerca de um determinado fenômeno, explorando de forma intensa e exaustiva uma unidade de estudo.

Neste trabalho foi feita uma análise dos processos psicoterapêuticos da genitora acompanhante de uma paciente de 12 anos da ala pediátrica do Hospital Geral de Vitória da Conquista à luz dos elementos essenciais presentes no processo psicoterapêutico desenvolvidos por Carl Rogers no livro *Psicoterapia e Consulta Psicológica* escrito pelo autor em 1974, mas que possui relevância e validade bastante atuais.

O sujeito a ser relatado no referido estudo de caso encontra-se sob sigilo, tendo, portanto, seu nome e dados pessoais alterados para sua maior segurança e ética para com o mesmo. A identidade utilizada trata-se de um nome fantasia, permanecendo somente seu gênero feminino, a idade de 36 anos e o quadro clínico da paciente de insuficiência respiratória seguida de parada cardiorrespiratória.

A GENITORA E AS FASES DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

O Hospital Geral, *locus* deste estudo, está localizado na Macrorregião Sudoeste e Microrregião de Vitória da Conquista, sede de módulo assistencial. Realiza atendimento médico-hospitalar de média e alta complexidade à demanda espontânea (população residente, flutuante) e a referenciada pactuada com outros municípios, nas especialidades de Clínica Médica, Cirúrgica, Obstétrica e Pediátrica, em regime ambulatorial, emergência e internação. No tocante ao Ensino e Pesquisa, o HGVC conta com o Núcleo de Educação Permanente – NEP, que coordena Ensino e Pesquisa na instituição. Ele é o responsável pelo gerenciamento do espaço hospitalar enquanto campo de estágio para estudantes dos cursos superiores e técnicos. Através da organização e alocação de grupos de estudantes



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em cada setor, normatização dos estágios, supervisão do cumprimento das normas hospitalares e auxiliando as escolas técnicas, faculdades e universidades nas questões relacionadas ao estágio obrigatório.

Neste sentido, foi através do NEP e da Universidade Federal da Bahia que realizei meu primeiro Estágio Profissionalizante de caráter obrigatório na referida instituição e tive a experiência de oferecer acompanhamento psicológico à mãe da paciente do sexo feminino de 12 anos de idade diagnosticada insuficiência respiratória seguida de parada cardiorrespiratória de longa duração, que evoluiu para um prejuízo severo das capacidades cognitivas e motoras da paciente, impedindo que esta estivesse apta a receber atendimento psicológico devido às sérias lesões neurológicas que derivaram um rebaixamento acentuado em seu nível de consciência, afetando seus processos psicológicos básicos e, por conseguinte, sua orientação espacial e temporal, além de uma traqueostomia realizada no intuito de restabelecer as capacidades respiratórias da paciente no momento em que esta foi admitida no Hospital. Dessa forma, o atendimento se deu, durante todo o tempo em que a paciente esteve internada na instituição, com a sua mãe, única familiar que a acompanhou durante todo o processo de hospitalização.

Diante do exposto, o que se segue é a descrição dos atendimentos realizados com a genitora, onde se observam as aproximações e os distanciamentos de aspectos de seu processo psicoterapêutico com as fases anteriormente explanadas neste estudo, tendo em mente as especificidades características do contexto hospitalar que se diferem do contexto da clínica explorado por Rogers (2005) em seu trabalho.

O primeiro momento já se dá como um distanciamento da primeira fase explanada por Rogers (2005). Onde, na clínica, o indivíduo busca por ajuda, no ambiente hospitalar é muito mais frequente que o psicólogo procure por um paciente que demonstra para a equipe que o acompanha e até para o próprio psicólogo a necessidade de ser atendido pelo serviço de psicologia do hospital devido à algum elemento que indique dificuldade de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adaptação ao processo de hospitalização, adoecimento ou tratamento da doença que o trouxe ao hospital.

O caso da genitora em foco – cujo nome utilizado para identificá-la será o nome-fantasia Esmeralda – não se deu de forma diferente: a equipe multidisciplinar responsável pelo atendimento da sua filha – identificada aqui pelo nome-fantasia de Rubi – solicitou do serviço de psicologia do hospital acompanhamento psicológico para Esmeralda devido ao fato desta estar tendo dificuldade em aceitar o diagnóstico de Rubi. A equipe relatou que a relação entre eles e a genitora estava bastante conflituosa por conta deste fato, onde Esmeralda insistia em culpá-los pelo fato de Rubi não estar contactante. Dessa forma, os primeiros momentos do atendimento psicológico foram destinados a estabelecer um *rapport* eficaz para que, além de evitar que ela transferisse os conflitos entre a equipe para nossa relação, favorecer uma ação independente por parte de Esmeralda para que ela assumisse uma atitude de responsabilidade por seu estado de sofrimento. Neste sentido, ofereci minha ajuda esclarecendo qual o serviço que eu poderia e não poderia oferecer. A partir daí, pude, de fato, observar a primeira fase característica do processo terapêutico de Rogers (2005) quando Esmeralda não apenas aceitou, mas solicitou ajuda.

Logo após este momento, de forma fluida e não muito delimitada, observei a segunda fase presente neste processo: a situação de ajuda estava normalmente definida. Assim, esclareci a Esmeralda que não podia dar as respostas que ela solicitava, mas que poderia auxiliá-la na elaboração de seu conflito afim de que ela pudesse lidar melhor com o que lhe estava gerando sofrimento.

Doravante este ponto, passei a estimular a livre expressão verbal de Esmeralda, permitindo que a torrente de emoções encontrasse vazão naquele espaço e acolhimento que eu lhe estava proporcionando. Nesse momento, Esmeralda narrou sua história de vida, da sua filha, seus vínculos sociais e familiares, bem como sua relação conflituosa com o pai da paciente. Ela relatou, ainda, seu medo de não ver a filha andando novamente e sua



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



perspectiva em relação à culpa que acreditava ter a equipe responsável pelo atendimento da filha na UTI em que foi admitida quando deu entrada no Hospital, com insuficiência respiratória.

Seguindo este relato, deu-se o que pude identificar como a quarta fase descrita por Rogers (2005), quando a genitora passou a exprimir sentimentos negativos e eu, de forma acolhedora, os aceitei e reconheci. Neste momento, Esmeralda passou a culpar, também, a si mesma, pelo estado em que a filha se encontrava, relatando sentimento de frustração e fracasso em relação à maternidade, acusando a si mesma de não “ter cumprido seu papel” (sic) de mãe. A partir daí, segue-se expressões de autojulgamento e depreciação em relação ao seu papel de protetora, acompanhados de momentos longos de choro e silêncio.

Neste momento, busquei intervenções que acolhessem e validassem suas emoções e, a partir daí, observei a presença da quinta fase: a expressão receosa e hesitante dos impulsos positivos que promovem a maturidade, onde Esmeralda, após ter exprimido totalmente seus sentimentos negativos, passou a exprimir sentimentos positivos em relação à si mesma, dizendo ter consciência de que havia feito tudo que estava a seu alcance e de que a filha sabia de seu amor por ela, o que a confortava, e que tinha a noção de que ainda havia muito o que fazer pela paciente durante e após o processo de hospitalização. Todos esses sentimentos foram acolhidos e reconhecidos da mesma forma que os sentimentos negativos anteriormente expressos pela genitora, sendo esta caracterizada como a sexta fase do processo terapêutico.

Tendo em vista que foi delimitado apenas 1 (uma) hora para atender cada paciente, devido à carga horária do estágio, essas fases ocorreram em diferentes atendimentos.

Em um outro atendimento, mais adiante, Esmeralda passou a considerar algumas decisões e linhas de ação que poderiam ser tomadas, a partir de um processo de esclarecimento diante da situação-problema que lhe gerava sofrimento, o que pode ser identificado como a sétima fase. Assim, passou a refletir sobre sua relação com a equipe e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em como desejava melhorá-la, além de solicitar por parte da Assistência Social do HGVC o Internamento Domiciliar no momento em que o médico clínico responsável pela paciente julgasse necessário. Essas duas linhas de ação, para Esmeralda, significavam continuar lutando pela paciente, atitude esta que ela relacionava a seu papel como protetora e mãe, fazendo-a perceber que, embora ainda sentisse o sentimento de fracasso, era capaz de exercer a maternidade e dar suporte à paciente.

Em seguida, se dá o início de ações positivas, restritas, mas altamente significativas, como aponta a nona fase. A genitora se voluntariou a melhorar sua relação com a equipe médica, criando vínculos com estes e chegando a receber presentes das enfermeiras como forma de demonstração de afeto. Esmeralda conseguiu, ainda, que a Internação Domiciliar fosse liberada após se dirigir à Assistência Social, embora ainda precisasse esperar pela liberação do benefício do INSS. Essas ações, embora restritas, estimularam Esmeralda a continuar demonstrando comportamentos de cuidado e afeto para com a paciente e consolidando sua autonomia e sentimento materno, elementos esses que estavam bastante prejudicados pelas suas inseguranças e fantasias que puderam ser trabalhadas durante o processo terapêutico.

A partir deste ponto, o que se seguiu foi um processo terapêutico cujas etapas constituíram-se em elementos de um maior crescimento como consequência da obtenção de uma compreensão considerável e dos esforços de Esmeralda em realizar algumas ações positivas. Neste sentido, a décima fase pôde ser observada quando a genitora demonstrou um aprofundamento da compreensão acerca de sua demanda em relação à maternidade, reconhecendo e aceitando que, tanto seus sentimentos negativos quanto os positivos faziam parte de si e constituíam sua personalidade e a pessoa quem era, demonstrando, também, mais coragem para ver as suas ações em um nível mais profundo, ou seja, analisando de forma mais objetiva suas atitudes e as motivações que estavam por trás de cada uma delas.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nos atendimentos finais, observou-se em Esmeralda uma ação positiva cada vez mais integrada, demonstrando mais segurança em tomar suas próprias decisões e em ações autogeridas, como a solicitação de uma cadeira de rodas para que pudesse passear com a filha pelos corredores do hospital, feita sem a necessidade da minha orientação, que pode ser identificada como a décima primeira fase. Ainda sobre esta fase, outro elemento característico pôde ser observado no momento em que Esmeralda passou a me fazer perguntas de cunho pessoal, demonstrando curiosidade sobre a pessoa por trás da estagiária que a acompanhou por mais de 2 meses.

Nos últimos atendimentos, percebi em Esmeralda a vontade de trazer novas demandas pessoais relacionadas à sua relação conflituosa com o pai da paciente e com sua mãe, evidenciando que a *gestalt* da demanda deste processo terapêutico já estava se fechando. A mãe de Rubi buscou, também, se desculpar pelo tempo tomado e por qualquer que tenha sido o inconveniente que ela acredita que pudesse ter causado, elementos esses presentes na décima segunda fase descrita por Rogers (2005) como característica do processo psicoterapêutico.

Dessa forma, investiguei a existência de algum ponto de urgência ou outro foco relacionado ao processo de hospitalização, adoecimento ou tratamento da paciente. Não identificando nenhum, prossegui para a alta da familiar.

RESULTADOS ENCONTRADOS

O atendimento psicológico realizado à acompanhante Esmeralda, bem como pela paciente seguiram os critérios da clínica pediátrica. Esta unidade oferece serviços relacionados à prestação de atendimento/tratamento aos pacientes menores de 14 anos de idade acometidos por adoecimento de baixa, média e alta complexidade.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O serviço de psicologia concentrou-se no auxílio à elaboração do diagnóstico obtido pela paciente por parte da genitora afim de fortalecer seus mecanismos de enfrentamento, auxiliando numa melhor forma de lidar com seu sofrimento e estimulando uma readaptação eficaz ao processo de hospitalização e adoecimento da paciente.

A partir das experiências aqui compartilhadas e da análise baseada na articulação teórico-prática realizada, foi possível identificar que, em diferentes contextos, como o hospitalar, é presente tanto quanto na clínica o movimento terapêutico em sua totalidade apresentada por Rogers (2005), visto que se observou no sujeito da pesquisa a presença de todas as fases, de forma fluída, porém perceptível, mesmo que adaptada ao contexto.

Embora o tempo do acompanhamento terapêutico tenha sido atípico para o contexto hospitalar, o que colaborou para a presença de todas as fases do processo apontadas por Rogers (2005), é possível identificá-las, mesmo que incompletas, em muitos atendimentos à pacientes hospitalizados pois, mesmo que o autor tenha construído as etapas a partir de atendimentos realizados pelo mesmo em sua clínica, é possível reconhecer que o processo psicoterapêutico independe do *setting* onde está inserido, sendo este responsável apenas pela forma como vai influenciar este processo e nos tipos de demandas que serão apresentadas à ele.

Foi possível, também, identificar que há muito mais aproximações que distanciamentos entre o processo terapêutico da clínica tradicional e do contexto hospitalar, havendo apenas alguns pontos onde as especificidades se fazem presente, tais como: na primeira fase, onde observamos ser tomada por parte do psicólogo a iniciativa de buscar por um paciente que esteja apresentando possível necessidade de atendimento por parte do serviço de psicologia, denominado de busca ativa. No hospital, inclusive, é comum que muitos pacientes e/ou familiares e acompanhantes neguem atendimento mesmo que estejam apresentando necessitá-lo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Assim, o que, para a clínica, é uma fase mais suscinta e objetiva, para o psicólogo hospitalar demanda um processo mais longo e por vezes complexo até que o paciente ou acompanhante exprima uma ação responsável e aceite a ajuda do psicólogo. Outro ponto um tanto divergente é a decisão do paciente ou acompanhante de dar fim ao atendimento psicológico. Enquanto que na clínica o encerramento da demanda é um tanto mais nítido, no contexto hospitalar ela é perpassada por pontos de urgência como um temor repentino derivado de uma atualização indesejada no diagnóstico, ou pelo aparecimento de uma demanda extrafocal, como por exemplo, o luto inesperado advindo da perda de um familiar até então paciente do hospital. Todas essas novas informações podem se tornar foco no atendimento e fazer com que a alta hospitalar seja adiada mesmo que a demanda principal esteja devidamente resolvida.

Além dessas especificidades, há, também, o fato de algumas fases serem atropeladas ou acontecerem simultaneamente devido ao caráter imprevisível e dinâmico do atendimento hospitalar. Alguns atendimentos acontecem em poucos dias e, ainda assim, é possível identificar as fases aqui descritas, porém, de forma mais ativa, respondendo ao caráter de brevidade da maioria das hospitalizações.

Em síntese, a análise evidenciou a relevância de trazer para a prática hospitalar teóricos pouco utilizados nesses contextos, além de demonstrar que existe um campo vasto a ser explorado pela Abordagem Centrada na Pessoa dentro deste ambiente, o que nos leva a conclusão explanada a seguir.

CONCLUSÃO

Constatou-se a importância em trazer para a Abordagem Centrada na Pessoa saberes que são construídos além do *setting* clínico habitual, onde esses saberes possam tratar da população que utiliza os dispositivos de saúde como o Serviço Único de Saúde (SUS) e se encontram desamparados no que concerne à sua Saúde Mental, entendendo que



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



o trabalho do Psicólogo Hospitalar é, entre outros, fomentar a Pesquisa diante da realidade que vivencia diariamente.

A partir do exposto, é mister salientar que quanto mais trouxermos a realidade para a academia, mais eficaz e assertivas serão nossas intervenções enquanto profissionais em atuação e cientistas em produção de conhecimento inseridos em nossa comunidade e oferecendo nossos serviços e saberes.

A Psicologia Hospitalar ainda carece de trabalhos científicos realizados no Brasil, dessa forma, a prática do estagiário nesse contexto infelizmente tem um caráter empirista e adaptativo, tentando trazer conceitos da clínica clássica ao ambiente hospitalar. Minha intenção, com este estudo, foi demonstrar que é possível desenvolver uma nova psicologia utilizando-se das abordagens já consolidadas dentro desses novos espaços tão importantes quanto a clínica para a prestação de serviços e ajuda psicológica para a sociedade.

Quanto ao estágio, reforço a ideia de que este ainda enfrenta dificuldades em sua prática devido à escassez teórica na literatura brasileira que dê conta das diferentes demandas e dos diferentes focos de atuação, bem como dos diferentes perfis biopsicossociais atendidos pelos hospitais gerais do Brasil. Entretanto, ponto, também, que ele é de fundamental importância na formação do psicólogo, pois ele possui elementos significativos da prática psicológica que contribuem de forma enriquecedora e valiosa para a atuação do futuro psicólogo inserido em sua comunidade.

De forma sucinta, o estágio se mostrou benéfico atuando como um intermediário entre o campo teórico e prático, na articulação e experimentação de conhecimentos específicos, além de redimensionar a visão da prática psicológica e proporcionar valiosas experiências que podem contribuir de forma significativa para a construção de conhecimento e a ampliação de novos horizontes dentro das abordagens humanistas no âmbito hospitalar.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REFERÊNCIAS

LIMA, C. M. **Monografia: A engenharia da produção acadêmica**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROGERS, Carl. **Psicoterapia e consulta psicológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O HOSPITALAR NUMA PERSPECTIVA
PLURAL E DE GARANTIA DE DIREITOS: EXPERIÊNCIA EM BARREIRAS,
BA**

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos¹⁸

Introdução

A atuação em Psicologia Hospitalar se reverte de importância precípua, pois abre possibilidades diversas para ressignificar a hospitalização, minimizando os sofrimentos psíquicos que atravessam o momento de crise marcado pelo desequilíbrio da saúde. Entretanto, apesar da importância da/o psicóloga/o hospitalar ainda se percebe muitas resistências e lacunas para o desenvolvimento de uma prática multiprofissional dentro das unidades hospitalares, além de um foco constante somente nas problemáticas físicas, em larga e constante manifestação do modelo biomédico, em detrimento das manifestações psicológicas e sociais.

Ciente de tal realidade, como psicóloga do Hospital Municipal Eurico Dutra, em Barreiras, Bahia, iniciei uma prática profissional em que busco constantemente exercer com zelo e ética a função que me compete, com um olhar crítico da Psicologia Hospitalar, atuando numa perspectiva plural que vislumbre não somente o processo saúde-doença imediatamente visível quando da hospitalização, contudo que abarque o sujeito como um

¹⁸ Psicóloga CRP03/5427, especialista em Psicopedagogia (FIJ), especialista em Psicologia Social (título profissional CFP), mestra em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, ênfase em Processos Educativos e Psicologia Escolar (UnB). Dez anos de experiência profissional atuando nos âmbitos da assistência social, educação, judiciário e saúde. Atualmente é psicóloga hospitalar do Hospital Municipal Eurico Dutra em Barreiras Bahia, psicóloga escolar do Centro de Atendimento Educacional Especializado de São Desidério, Bahia, e psicóloga jurídica do Centro Judicial de Solução e Conciliação de Conflitos em Barreiras, Bahia.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



todo, em suas complexidades e inconsistências, adentrando os cenários familiares e sócio-comunitários para resolução de problemáticas e garantia de direitos.

Destarte, neste texto, apresento um relato de experiência de intervenção em Psicologia Hospitalar em um caso específico, objetivando refletir sobre a necessidade de se desenvolver intervenções psicológicas no hospital numa perspectiva plural, que diminua o sofrimento provocado pelo estabelecimento da doença e alcance a garantia de direitos, minimizando as possibilidades de novas internações e empoderamento do sujeito.

O trabalho possui grande importância nos níveis teórico e prático, vez que temos carência de literatura que busca articular a atuação em Psicologia da Saúde, Psicologia Hospitalar e Psicologia Social, mesmo com a existência do modelo biopsicossocial; porquanto permite responder a demandas constantemente construídas no fazer profissional e que se imbuem de características e afetos subjetivos que perpassam as relações ainda que profissionais, possibilitando um enriquecimento humano e profissional; e social, pois pode abrir espaço a novas discussões, articulando diferentes saberes e asseverando a relevância do trabalho em rede para a efetiva garantia de direitos.

Breves explicações teóricas

A inserção da/o psicóloga/o no hospital se confunde com a área clínica, algo comum em relação à maioria dos âmbitos de atuação em Psicologia. Yamamoto e Cunha (1998), na segunda metade da década de 90, criticaram o uso excessivo da atuação clínica no âmbito hospitalar. Marcon, Luna e Lisbôa (2004) também verificaram que o uso da Psicologia Clínica tem sido comum no hospital. Em ambas as produções as/os autoras/es apontaram a necessidade de se estabelecer direcionamentos mais específicos para a atuação em Psicologia Hospitalar.

Compartilho da análise das/os autoras/es e entendo ser necessário discutir o uso da clínica no ambiente hospitalar e demarcar diferenciações, pois a confusão entre a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Psicologia Hospitalar e a Psicologia Clínica ainda é tão forte que o atendimento clínico é, inclusive, uma solicitação constante no hospital e em outros diferentes espaços em que a/o psicóloga/o se insere. Por isso é sempre necessário especificar “os limites da atuação do psicólogo no contexto hospitalar bem como questões que tornam totalmente inadequada a intenção de muitos profissionais da área de tentarem definir a atuação no contexto hospitalar como sendo uma prática psicoterápica” (Angerami-Camon, 2003, p.19)

Apesar de algumas confusões em relação à condução da atuação da/o psicóloga/o hospitalar, não há dissensos no que concerne ao objetivo principal da atuação da/o psicóloga/o no hospital, pois o propósito sempre será o de minimizar as manifestações do sofrimento ocasionadas pela condição patológica. Angerami-Camon afirma que esse objetivo consiste em minimizar o sofrimento que a hospitalização provoca. Dialogando com Angerami-Camon, Simonetti define que a “Psicologia Hospitalar é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento” (2018, p.15).

A Psicologia Hospitalar como área de conhecimento e campo de atuação atua, portanto no campo da subjetividade humana, buscando compreender melhor as dinâmicas psíquicas do processo do adoecer, a fim de diminuir as angústias provocadas pela desestabilização da saúde. Nesse cenário, “a Psicologia está interessada mesmo em dar voz à subjetividade do paciente, restituindo-lhe o lugar de sujeito que a medicina lhe afasta” (Moretto, 2001, apud Simonetti, 2018, p. 19).

Para alcançar seu objetivo de atuação a/o psicóloga/o hospitalar pode desenvolver diferentes atividades devendo atuar junto ao sujeito em situação de adoecimento, sua família e a equipe hospitalar (Angerami-Camon, 2003; Simonetti, 2018). Segundo o Conselho Federal de Psicologia são atividades que a/o psicóloga/o hospitalar pode desenvolver:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Atender a pacientes, familiares e/ou responsáveis pelo paciente; membros da comunidade dentro de sua área de atuação; membros da equipe multiprofissional e eventualmente administrativa, visando o bem estar físico e emocional do paciente; e, alunos e pesquisadores, quando estes estejam atuando em pesquisa e assistência. Oferecer e desenvolver atividades em diferentes níveis de tratamento, tendo como sua principal tarefa a avaliação e acompanhamento de intercorrências psíquicas dos pacientes que estão ou serão submetidos a procedimentos médicos, visando basicamente a promoção e/ou a recuperação da saúde física e mental. Promover intervenções direcionadas à relação médico/paciente, paciente/família, e paciente/paciente e do paciente em relação ao processo do adoecer, hospitalização e repercussões emocionais que emergem neste processo. (CFP, 2007).

Entretanto o alcance dessa prática contextualizada que desemboca em ações com diferentes sujeitos dentro da unidade hospitalar é muito difícil de ocorrer, atribuo isso especialmente à ainda fortíssima influência do modelo biomédico no contexto da saúde brasileira. Marco (2006) refere que há um interesse atual pela humanização na busca em romper com o modelo biomédico adotando uma intervenção que vise aspectos psicossociais. No mesmo sentido Traverso-Yépez defende que há “necessidade de superar essa visão antropocêntrica e individualista do modelo vigente, acreditando que o agir do profissional de saúde deveria ser forçosamente mais humilde, baseado na escuta, no diálogo e não na imposição de ‘receitas” (2001, p.54).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para Angerami-Camon romper com o modelo biomédico implica também em deixar de naturalizar a forma de agir de profissionais da saúde, que desconsidera a subjetividade humana e os diversos processos, geralmente dolorosos, que acompanham a situação de adoecimento, sendo preciso romper com a lógica histórica de achar que práticas negativas da saúde sejam normais. Segundo o autor é comum que as pessoas em estado de adoecimento sejam pressionadas a acharem normal

“as formas de agressão com as quais se deparam em busca de saúde (...). Passa a ser normal seis horas numa fila de espera em busca de atendimento médico, e muitas vezes após vários retornos à instituição hospitalar derivadas de encaminhamentos feitos pelos especialistas decorrentes de exames realizados especulativamente. Também passa a ser normal o fato de serem atendidos um número imenso de pacientes num período de tempo absurdamente curto. E tudo passa a ser normal. E os profissionais que atuam na área de saúde assistem desolados e conformados a esse estado de coisas. Tornam-se praticamente utópicas outras formas de atendimento que não essas que impiedosamente são impostas à população” (Angerami-Camon, 2003, p. 23).

É uma responsabilidade da/o psicóloga/o hospitalar deixar de achar todo esse cenário normal, sendo importante até mesmo que reveja “seus valores acadêmicos, pessoais e até mesmo sócio-políticos” (Angerami-Camon, 2003, p. 23). A luta para desenvolver essa atuação contextualizada em Psicologia Hospitalar, como antes afirmando, não é fácil, tanto devido a ainda presente busca de muitas/os pelo modelo clínico, quanto pelo uso contínuo do modelo biomédico, pela normalização de padrões históricos nos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atendimentos de saúde no Brasil e pela cristalização dos comportamentos que despersonalizam o sujeito hospitalizado. Todavia, mesmo não sendo fácil a busca por uma atuação na perspectiva crítica, com adoção do modelo biopsicossocial, e para além dele, é uma constante em minha prática profissional.

Por este motivo o relato aqui trazido enfoca uma intervenção calcada no modelo biopsicossocial, contudo ultrapassando sua lógica que ainda é muito mais teoria do que práxis. Isso porque “o modelo biopsicossocial tem sido apenas uma postura paliativa com relação ao modelo biomédico, acrescentando as dimensões psicológica e social muito mais como retórica, que como prática real” (Traverso-Yépez, 2001, p.52). No relato apresentado avançamos adotando uma atuação com uma perspectiva plural, fundamentada nas teorizações da Psicologia Hospitalar crítica e também na Psicologia Social, alcançando a garantia de direitos.

Metodologia

Para a apresentação do relato pautei-me numa metodologia qualitativa, tendo a análise documental como técnica de coleta das informações de pesquisa. Por tratar-se de pesquisa desenvolvida com base em fenômenos que surgiram espontaneamente na prática profissional, não se configurando como uma pesquisa previamente planejada, pautando-se na resolução CNS 510/2016 não foi necessária submissão da pesquisa ao comitê de ética e pesquisa. Independente disso, todos os cuidados para preservar os direitos do sujeito foco da pesquisa foram tomados, incluindo a não identificação.

A análise documental foi utilizada como técnica da pesquisa, considerando que “o uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural” (Chechinél, 2016, s/p, apud Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A opção por essa técnica também ocorreu por tratar-se de um relato de experiência que se pensou em produzir após a intervenção ter sido finalizada, não podendo ser pensadas técnicas prévias. Não obstante, para desenvolvimento da intervenção foram utilizadas diferentes técnicas no âmbito da ciência psicológica, tais como: observação, entrevista, escuta psicológica. Os documentos analisados foram o prontuário médico e o prontuário psicológico. A análise da pesquisa foi construída a partir da interpretação das informações obtidas no documento, em sua relação com as teorizações e a prática desenvolvida.

Descrição das especificidades do caso e da condução interventiva

Inicialmente é importante caracterizar o espaço institucional onde ocorreu a intervenção. Tratou-se do Hospital Municipal Eurico Dutra (HMED), instituição pública localizada no município de Barreiras, extremo oeste baiano. À época o HMED atuava no nível da média complexidade trabalhando com atendimentos de urgência e emergência, internações hospitalares para tratamento no contexto de clínica médica e saúde mental, realização de cirurgias eletivas e ambulatório de ortopedia. Atualmente o HMED não atende mais urgência e emergência.

O sujeito foco da pesquisa ao qual chamaremos de S.N.S. ficou internado na clínica médica devido a um diagnóstico de desnutrição e astenia, além de não deambular. Posteriormente foi diagnosticado um quadro de tuberculose. S.N.S possui sexo e identidade de gênero masculino, tinha 51 anos quando do atendimento, estava em situação de rua há anos devido ao rompimento dos vínculos familiares com parentes consanguíneos e por afinidade. Além do diagnóstico médico que levou à internação o usuário era alcoolista, apresentava-se extremamente emagrecido.

Ao primeiro contato com S.N.S. provocou surpresa o seu nível de emagrecimento, a impressão visual apresentada era de um esqueleto coberto pela pele. Aquele cenário, de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



imediatamente, aumentou o desejo de envolvimento naquela história de vida e, já no primeiro momento, busquei mergulhar na história de S.N.S. Mas essa não foi uma tarefa tranquila, pois o sujeito mostrava resistência inicial ao contato, supus tratar-se de uma dificuldade em acreditar que realmente poderia conseguir ajuda. De tomo modo, imediatamente ficou perceptível que as funções cognitivas e psicológicas superiores encontravam-se preservadas, apesar de algumas leves distorções mnemônicas e confusões mentais esporádicas. Psicologicamente S.N.S demonstrou, logo no primeiro momento, que tinha humor irritado, padrão comportamental rígido e opositivo.

Tais verificações iniciais ao invés de gerarem qualquer resistência, aumentaram o desejo de, como antes pontuado, mergulhar naquele universo subjetivo. Assim, o primeiro desafio foi estabelecer um vínculo realmente positivo com S.N.S, o que foi possível demonstrando a ele que poderíamos estabelecer uma relação de confiança, acolhendo-o em suas queixas e deixando que ele fizesse transbordar suas angústias e trouxesse à tona sua história.

O entendimento da complexa teia familiar e social em que S.N.S se inseria ocorreu gradativamente. A cada novo contato elementos de sua história eram trazidos à tona, contendo cargas emocionais específicas. A gama de informações colhidas no período não interessa ao nosso trabalho, bastando apenas pontuar o cenário geral. S.N.S tem ex-esposa e filhas/os, além de irmã residindo na cidade de Barreiras e irmão residindo em outro município da região, no entanto os vínculos familiares estavam esfacelados.

Analisou-se que um dos principais motivos para o esfacelamento dos vínculos familiares era o comportamento rígido e opositivo de S.N.S., que inclusive enfatizava preferir as ruas à casa da irmã ou do irmão, pois não gostaria de estar “de favor”, bem como não se adaptava às regras e ao limite comportamental que tentavam impor-lhe. As diversas tentativas, especialmente da/o irmã/o, em ajudá-lo resultavam-se frustradas e o usuário retornava às ruas recorrentemente.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sobre o retorno às ruas avaliei que havia duas variáveis interferindo, sendo a facilidade de manutenção do vício e a rede social ali encontrada. Todo o cenário indicava que antes da problemática de saúde, existia uma problemática social que interferia diretamente no quadro, estimulando as internações recorrentes de S.N.S no HMED. Assim, tornou-se premente a realização de uma leitura não só no campo da Psicologia Hospitalar, mas no campo da Psicologia Social.

Ao mesmo tempo em foi percebida a necessidade dessa leitura contextualizada com o cenário social para promover uma atuação que provocasse ruptura no modelo biomédico e transcendesse o modelo biopsicossocial, tornando-o práxis, a partir de uma atuação numa perspectiva plural e de garantia de direitos; foi verificado como havia lacunas na forma como o quadro S.N.S era avaliado e direcionado no ambiente hospitalar. Foi perceptível que devido ao comportamento rígido e opositivo e à recorrência das internações, algumas/ns profissionais da unidade hospitalar tratavam-no com certa resistência, o que, obviamente, acentuava seu comportamento opositivo.

Restou comprovado que o comportamento e o humor de S.N.S. oscilavam de acordo com a equipe do dia. Quando a equipe plantonista era acolhedora, S.N.S. diminuía o humor irritado, apresentando-se mais risonho e comunicativo, e não apresentava comportamento opositivo, demonstrando-se colaborativo (o que não significa docilizado), ainda que negasse, coerentemente, intervenções que não lhe agradassem e eram entendidas por ele como desnecessárias. Quando a equipe plantonista era resistente S.N.S. também demonstrava acentuada resistência e contrapunha a equipe, inclusive fazendo suas necessidades fisiológicas básicas no chão. Muitas vezes, S.N.S justificava alguns de seus comportamentos, como fazer necessidades fisiológicas de dejeção no chão, devido à dificuldade de deambulação, contudo foi perceptível que não era o caso, pois o comportamento realmente mudava de acordo com a equipe plantonista.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os comportamentos opositivos, como de costume, geravam ainda mais resistência na equipe, o que dificultava as intervenções. Para trabalhar essas especificidades, desenvolvi intervenções verbais diretas junto a S.N.S. buscando fazer com que ele mesmo avaliasse as relações que foram estabelecidas ao longo dos anos em diferentes internações, estimulando-a a analisar tanto as suas responsabilidades, quanto às responsabilidades da equipe em relação às construções negativas de vínculo. Concomitantemente, também eram realizadas orientações com a equipe em relação ao perfil de personalidade e comportamental.

Nesse cenário seguiu-se ao cuidado hospitalar de S.N.S. Num primeiro momento o usuário teve alta hospitalar, mas diante do ainda visível emagrecimento, da não deambulação e de suas queixas constantes de fraqueza, foram envidados esforços para que fosse realizada a avaliação ortopédica, desta foi solicitada uma avaliação com reumatologista, e daí com o pneumologista. Este diagnosticou a tuberculose que foi inicialmente tratada na unidade, o que fez com que S.N.S. apresentasse melhora no contexto clínico. O usuário então recebeu alta hospitalar novamente, contudo ainda estava mantido o alto nível de emagrecimento e não havia resolução do quadro social. A rede de assistência social do município já tinha sido acionada para tentar articulação com a família, porém não obteve sucesso. Quando da alta, S.N.S. foi levado à residência da irmã, vez que devido ao fato de não deambular, necessitando de cuidadora/or, não havia no município unidade para abrigamento; mas retornou às ruas no mesmo dia, o que gerou uma mobilização midiática local, fazendo-o retornar à unidade hospitalar.

O retorno hospitalar foi extremamente positivo. Do ponto de vista médico foi dada continuidade ao cuidado e investido na resolução total do quadro de emagrecimento, desnutrição e de maior recuperação em relação ao diagnóstico de tuberculose. Do ponto de vista psicológico, investi no autoconhecimento de S.N.S., estimei-o a refletir sobre suas relações, comportamentos, emoções e sentimentos, vislumbrando o fortalecimento



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psíquico. Além disso, foram feitas as articulações sociais com acionamento do CentroPop, CRAS e CREAS.

Realizando uma avaliação contextualizada do quadro, emiti três relatórios durante a internação que, entre altas e revogações de altas, durou 96 dias. As articulações com a rede de assistência social do município foram feitas diretamente com as unidades CentroPOP, CREAS e CRAS, porquanto o setor do serviço social foi devidamente implantado na unidade após a internação de S.N.S. e estava consolidando-se durante esse período. Nos relatórios eu expunha tanto sobre o quadro médico, conforme informações do prontuário, quanto sobre o quadro psicológico e apontava sugestões de intervenções sociais. No processo foi mediada a obtenção de direitos básicos como documentos, os quais S.N.S. não possuía e solicitação do Benefício de Prestação Continuada. Para solicitação do BPC motivada pelo diagnóstico médico de Síndrome da Imobilidade (paraplégica), o relatório psicológico teve importância precípua, pois desnudou as fragilidades físicas, psíquicas e sociais, argumentando sobre as barreiras e especificidades que situavam S.N.S. como público para requerer o BPC.

Desenrolando-se uma perspectiva plural da atuação em Psicologia Hospitalar e com foco na garantia de direitos, primando pelo adequado suporte hospitalar envolvendo inclusive as orientações à equipe, realizando a mediação social, o quadro clínico foi resolvido, o padrão comportamental foi ressignificado, todos os documentos foram retirados e o BPC foi deferido.

Análise crítica da condução interventiva

Tendo compreendido como se deu, em linhas gerais, o direcionamento da intervenção, vale realizar a análise crítica da condução interventiva. Para fazê-lo, opto por referenciar passagens específicas durante a intervenção, elucidando as minhas reflexões

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como psicóloga hospitalar durante o processo, na realização com teorizações que fundamentam minha prática profissional no hospital.

De imediato, destaco a importância de manter uma postura aberta ao sujeito analisado, mesmo diante de seu comportamento opositivo e de seu humor irritado. É sempre de extrema relevância não compactuar com avaliações prévias de quem já mantém resistência diante do sujeito por conhecê-lo de interações anteriores, bem como é indispensável compreender o que leva o usuário a apresentar determinados comportamentos, buscando entender e minimizar as suas angústias. Essa é função essencial da/o psicóloga/o hospitalar que precisa cuidar, primeiramente, do bom desenvolvimento do vínculo. Sem isso, as intervenções possivelmente não serão bem sucedidas.

Como pontua Angerami-Camon (2003) precisamos entender que a maior parte das intervenções no hospital se torna invasiva e que a despersonalização do sujeito, apesar de ser temática comumente trabalhada junto às profissões da saúde, continua comum no ambiente hospitalar. Ainda hoje “os hospitais são instituições eficientes e despersonalizadas, onde é muito difícil viver com dignidade – não há tempo nem lugar, dentro da rotina, para conviver com as necessidades dos enfermos” (Angerami-Camon, 2003, p. 99). A/o psicóloga/o hospitalar precisa, então, lutar contra a despersonalização do sujeito permitindo que sua subjetividade se manifeste das mais variadas formas.

É preciso realizar a leitura dos comportamentos, incluindo as manifestações agressivas, mas não julgando o sujeito e sim tentando construir estratégias de fazê-lo liberar suas emoções, reorganizá-las e redirecionar comportamentos quando necessário. Foi essa condução que busquei construir junto a S.N.S. Iniciando pela análise do nível de suas funções cognitivas e funções psicológicas superiores, passei a analisar e compreender seu padrão comportamental e de personalidade e emergir profundamente em sua história.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse processo descobri os indicativos dos porquês das atitudes mantidas por S.N.S. junto à equipe. Considerando que a atitude trata-se de “uma organização duradoura e crianças e cognições em geral dotada de carga emocional afetiva pró e contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto” (Rodrigo, Assmar e Jablonski, 2009 p. 81) e entendendo facetas da história de S.N.S. que levaram ao desenvolvimento de atitudes negativa em relação à equipe, foi possível orientar as/os profissionais de saúde sobre especificidades atitudinais e comportamentais e de personalidade do sujeito.

Ainda foi possível compreender que as recorrentes internações com presença de comportamento opositivo, fizeram a equipe construir estereótipos específicos sobre S.N.S. Rodrigo, Assmar e Jablonski (2009) apontam que o estereótipo é a base cognitiva do preconceito e S.N.S. era interpretado não especificamente como sujeito de direito, mas como um indivíduo carregado de estereótipos em relação à situação de rua, ao alcoolismo, às recorrentes internações hospitalares sem adesão ao tratamento. Compreender toda essa relação institucional e social foi indispensável para alcançar avanços, e isso foi feito com êxitos com base numa leitura pluralista da conjuntura apresentada. A perspectiva plural da atuação em Psicologia Hospitalar levou ao trabalho psicológico com o sujeito, com a equipe e à mediação social, vez que a família não estava presente no acompanhamento hospitalar.

Importante leitura desenvolvida durante a condução interventiva foi a análise sobre os vínculos familiares e a situação de rua. O esfacelamento dos vínculos familiares possuía nuances que não poderiam ser trabalhadas no ambiente hospitalar, inclusive por envolver direitos de outras/os sujeitos, contudo a resignificação das vivências familiares e da história de vida foi trabalhada no nível intrapsíquico e a situação de rua foi analisada através do percurso histórico percorrido por S.N.S.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



É sabido por diálogos constantes no acompanhamento e casos no hospital que a rua traz sensação de liberdade, ainda que haja contradição nessa afirmação dados os preconceitos e as coações pelos quais as pessoas em situação de rua passam; mas a sensação de liberdade está ali, presente. Andrade, Costa e Marquetti (2014) confirmam a ideia da sensação de liberdade nas ruas e afirmam que os problemas nas relações familiares e abuso de álcool e drogas são fatores diretamente ligados à situação de rua. Foi necessário compreender todo esse contexto para direcionar o acompanhamento de S.N.S.

Desta forma, para além do entendimento sobre Psicologia Hospitalar, conhecimentos sobre Psicologia Social e política de assistência social foram essenciais ao sucesso obtido na intervenção. Conseguir compreender, a partir da leitura em Psicologia Hospitalar, que a problemática de saúde estava diretamente relacionada a uma questão social e que a resolução desse quadro permitiria a construção de novos passos na história de S.N.S. foi o que levou ao êxito na intervenção.

Durante a intervenção, aos poucos, S.N.S. modificou seus comportamentos, resultando também na modificação de comportamentos por parte de membros da equipe. S.N.S. demonstrou maior envolvimento em seu processo quando começou a perceber que realmente estava sendo considerado como sujeito de direitos. O requerimento do BPC teve importância mister nesse processo, pois o desemprego também é uma das grandes causas da situação de rua, como elucidado por Andrade, Costa e Marquetti (2014). Além do desemprego de S.N.S. ocasionado por diversos fatores, o sujeito se encontrava impossibilitado de trabalhar ainda que tivesse a oportunidade, o que tornou indispensável o BPC. Porém o requerimento do benefício só se tornou possível pela atuação crítica e contextualizada de um médico clínico que especificou um diagnóstico crucial para produção dos argumentos para solicitação do BPC.

A solicitação do BPC com essa percepção de resolução de uma problemática de anos teve também um impacto extremamente positivo na psique de S.N.S., visivelmente

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ele percebeu que todas as articulações desenvolvidas cuidaram em oferecer a ele o mínimo de dignidade.

Ao buscar a resolução do quadro social, trabalhando continuamente pelo fortalecimento psíquico, também foi estimulado o empoderamento do sujeito e reflexões sobre as diversas relações em sua vida. Com o deferimento do BPC S.N.S. pode ter de volta sua autonomia psíquica e social, ainda que a autonomia motora estivesse comprometida. Na articulação social a equipe da assistência conseguiu sucesso nos contatos com a irmã de S.N.S. e este alugou imóvel próximo à residência da irmã que passou a oferecer-lhe suporte. Assim, S.N.S. não teve que opor-se a sua estrutura de personalidade, podendo ser livre no seu espaço privado e se manteve próximo à irmã, tendo perto alguém que lhe ajudasse no cuidado ante à situação motora.

Após a alta, como comum em minha condução prática em Psicologia Hospitalar, além das solicitações da continuidade do acompanhamento social, segui acompanhando o caso e S.N.S. evoluiu cada vez mais, tendo abandonado a situação de rua e, inclusive, deixado de abusar de álcool, o que representou um grande feito para a manutenção do seu quadro de saúde.

Considerações finais

O relato de experiência aqui trazido deixa evidenciadas as possibilidades de intervenções críticas no âmbito da Psicologia Hospitalar, demonstrando como uma intervenção plural com foco na garantia de direitos, que transcenda inclusive o modelo biopsicossocial que é teoria, mas quase nunca práxis; pode mudar a vida das pessoas, impactando positivamente no desenvolvimento psicológico, social, melhorando a qualidade de vida e minimizando as possibilidades de novas interações.

O trabalho demonstrou inequivocamente que é comum que problemáticas de saúde, especialmente na rede pública, sofram interferências contundentes dos fatores psíquicos e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sociais e que a condução da/o psicóloga/o hospitalar é primordial para um adequado direcionamento do quadro. Foi possível direcionar como relevantes fatores interventivos no âmbito da Psicologia Hospitalar: a leitura contextualizada do quadro apresentado, o adequado desenvolvimento do vínculo, a análise das funções cognitivas, psicológicas superiores e dos padrões comportamentais de personalidade, o trabalho com a equipe e a mediação social com fulcro nos conhecimentos da Psicologia Social e da política de assistência social.

Sem dúvida alguma a experiência comprova que a atuação da/o psicóloga/o hospitalar numa perspectiva plural e de garantia de direitos pode levar a êxitos diversos na atuação hospitalar. Como ponto de análise para práticas futuras fica a necessidade de maior articulação com o serviço social dentro da unidade hospitalar, o que não foi possível quando da condução interventiva aqui apresentada, devido à organização do serviço quando do desenrolar da experiência, contudo atualmente essa articulação já é realizada de modo muito positivo, devendo sempre vislumbrada.

Ainda ressalto a necessidade de desenvolvimento de trabalhos que desnudem práticas em Psicologia Hospitalar, primando por um modelo que adote a perspectiva plural e de garantia de direitos, porque a busca pela consideração da subjetividade no espaço hospitalar deve ser constante, alcançando muito além do espectro saúde-doença, mas com foco na promoção da dignidade humana.

Referências

Andrade L.P., Costa, S.L. & Marquetti, F.C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde Soc.* 23(4): 1248-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1248.pdf>

Angerami-Camon, V.A. (2003). O psicólogo no hospital. In: Angerami-Camon, V.A. (org). *Psicologia hospitalar: Teoria e prática*. São Paulo: Pioneira, pp.15-28.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Angerami-Camon, V.A. (2003). Pacientes terminais: um breve esboço. *In: Angerami-Camon, V.A. (org). Psicologia hospitalar: Teoria e prática.* São Paulo: Pioneira, pp.99-113.

Cechinel, A., Fontana, S.A.P., Della, K.G.P., Pereira, A.S. & Prado, S.S. (2016). Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação/ PPGE - UNESC.* 5(1). Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>

Conselho Federal de Psicologia (2007). *Resolução CFP 13/2007.* Brasília, DF. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/lei/titulo-de-especialista-cfp-2016-02-05-versao-compilada>

Conselho Nacional de Saúde (2016). Resolução Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Brasília, DF. Disponível em < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>

Marco, M. A. de. (2006). Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 30, n. 1, pp.60-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v30n1/v30n1a10.pdf>

Marcon, C., Luna, I., & Lisboa, M. (2004). O psicólogo nas instituições hospitalares: características e desafios. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 24(1), 28-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a04>

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L e Jablonski, B. (2009) *Psicologia social.* 27ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Simonetti, A. (2004). *Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Yamamoto, O. H. & Cunha, I. M. O. (1998). O Psicólogo em Hospitais de Natal: uma Caracterização Preliminar. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 11, n. 2, pp. 345-362. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EDUCAÇÃO PERMANENTE, GRUPOS OPERATIVOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA¹⁹

Danilo Conceição de Carvalho²⁰

Moacir Lira de Oliveira²¹

1. INTRODUÇÃO

Com a mudança do modelo de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde a partir da atenção Básica, a Estratégia de Saúde da Família tornou-se a principal proposta, que fundamentada na Promoção da Saúde, prevenção de doenças e reabilitação, reorganiza os serviços e reorienta as práticas profissionais a partir dos princípios da Vigilância à Saúde, integralidade do cuidado e multidisciplinaridade, operacionalizada a partir da territorialização e adscrição de clientela de equipes compostas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS), enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, odontólogos e auxiliares ou técnicos de saúde bucal (TEIXEIRA, PAIM E VILASBOAS, 1998).

A expansão da Estratégia de Saúde da Família gerou muitos resultados positivos, porém evidenciou grandes desafios referentes à ordenação das redes de atenção e coordenação do cuidado. Assim, na perspectiva de ampliar a capacidade da Atenção Básica de responder à maioria dos problemas de saúde, o ministério da saúde, através da portaria 154/2008, criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que se caracterizam como equipes multiprofissionais que devem atuar de maneira integrada,

¹⁹ Recorte do Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde da Família PERMUSF/ESP-BA

²⁰ Psicólogo, Especialista em Saúde da Família (ESP-BA), Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde (Fiocruz-RJ). Residente em Saúde da Família (2015-2017)

²¹ Psicólogo, Doutor em Família e Sociedade Contemporânea (UCSal). Preceptor de psicologia PERMUSF (2016-2017)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



apoiando os profissionais das Equipes de Saúde da Família, compartilhando práticas e saberes em saúde nos territórios onde essas equipes atuam. O fazer do NASF se orienta pelo referencial metodológico do Apoio Matricial, uma estratégia de organização do trabalho a partir da integração de equipes envolvidas na resolutividade de situações problema (BRASIL, 2014).

Durante a vivência enquanto residente em Saúde da Família no Município de Alagoinhas-BA, junto à equipe NASF e às equipes de Saúde da Família, foi possível identificar um conjunto de tensões que se perpetuam de maneira sutil entre os profissionais, acarretando desconforto e sofrimento no processo de trabalho permeado por relações conflituosas, sobretudo entre os Agentes Comunitários de Saúde. Somadas a essa realidade estão as queixas recorrentes de exaustão diante das exigências burocráticas do processo de trabalho.

As insatisfações e queixas refletem um mal-estar que repercute na prática do cuidado e dificultam o desenvolvimento do trabalho em equipe, afrouxando os vínculos, gerando distanciamento e esfriamento dos profissionais que em seus relatos descrevem o quanto sua atuação tem se descaracterizado e se limitado com as indisposições produzidas a partir de antigos desafios ou crises da equipe.

Segundo as diretrizes do NASF (BRASIL, 2009), faz parte da atuação da equipe de apoio a criação de espaços para suporte aos profissionais das equipes de Saúde da Família

É fundamental a promoção de espaços de escuta das angústias e dificuldades dos profissionais em relação ao seu cotidiano de trabalho com essas famílias. (...) Ressalta-se que esses espaços não devem se configurar como psicoterapia para os profissionais/equipes, mas sim como momentos de trocas, construções mútuas que visam auxiliar na condução de casos e das



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



situações complexas vividas no cotidiano do trabalho. (BRASIL, 2010, p.40).

O NASF, portanto, pode oferecer suporte às equipes, promovendo espaços de diálogo e convidando-a a um repensar constante sobre seu fazer e seus objetivos, ao passo que pode estimular através da reflexão compartilhada para uma tomada de consciência sobre os fatores subjetivos que interferem na dinâmica das relações e sobre como isso impacta o bem estar de cada um e de toda a equipe, repercutindo na qualidade do processo de trabalho e na saúde da população sobre a qual é responsável.

Porém, qualquer intervenção no sentido de promover a integração e fortalecer o vínculo das equipes, não pode se restringir a uma proposta estritamente terapêutica, de modo que isso envolve uma disposição subjetiva dos envolvidos no processo e, portanto, o foco da intervenção precisa partir do olhar e da reflexão sobre seu processo trabalho. Desse modo, a proposta dos Grupos Operativos, de Pichon Reviere, se apresenta como um arcabouço teórico e técnico que possibilita trabalhar no nível das relações da equipe compreendida como um grupo que possui uma tarefa em comum.

O contexto problemático aí constatado e as possibilidades de intervenção fizeram despertar o interesse em adotá-lo como objeto de intervenção do Trabalho de Conclusão de Residência, cujo objetivo geral foi desenvolver, junto à equipe NASF, a estratégia Cuidando do Cuidador com duas equipes de Saúde da Família do Município de Alagoinhas a partir da perspectiva da Educação Permanente, fundamentada na teoria dos Grupo Operativos.

1.2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Atenção Primária à Saúde no Brasil está estabelecida como nível de atenção, que seguindo a lógica do trabalho em rede, deve funcionar com equipes que estejam mais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



próximas da população atendida, se responsabilizando pelo acesso ao sistema de saúde sendo porta de entrada principal. Prevê que os problemas de saúde sejam abordados respeitando as singularidades das comunidades, promovendo cura, reabilitação e prevenção (BRASIL, 2014).

A Estratégia de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde estão entre as medidas prioritárias do Ministério da Saúde para reorganizar o modelo de atenção à saúde no Brasil, transformando as práticas, sanitárias e melhorando a qualidade de vida da população (FIGUEIREDO, 2012). O “PSF elege como ponto central o estabelecimento de vínculos e a criação de laços de compromisso e de corresponsabilidade entre os profissionais de saúde e a população” (BRASIL, 2007, p.7)

A reorganização dos modelos de atenção implica uma nova postura e o desenvolvimento de novas tecnologias de trabalho que superem o modelo biomédico. Segundo Merhy e Franco (2005), a produção de saúde se realiza, sobretudo, pelo trabalho vivo em ato, o que significa o trabalho humano realizado no momento do encontro entre trabalhadores e usuários do serviço de saúde, através de relações por esses estabelecidas, tendo a atuação em equipe como princípio fundamental.

Araújo e Rocha (2006) defendem que a viabilidade do trabalho em equipe necessita de interatividade nas relações entre os trabalhadores, de modo que tais interações sejam mediadas por troca de informações e conhecimentos num ambiente de produção do cuidado comum a todos. Implica o compartilhar e o planejamento e divisão de tarefas com cooperação e colaboração. Nesse sentido, a carência de reuniões, de discussão de casos e a existência de barreiras entre alguns profissionais que não se envolvem nas atividades dos outros por motivos pessoais, são evidências de que a atuação em equipe está ainda longe de se efetivar.

Fortuna, et al (2005), afirmam que a equipe não se faz apenas pela convivência de trabalhadores num mesmo estabelecimento de saúde. Precisa ser construída e entendida



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como uma estrutura em permanente desestruturação/ reestruturação. Atuar em equipe é aprendizado e demanda mudança de práticas, rupturas e reflexão. Nesse sentido, a Política de Educação Permanente lançou luz sobre essa proposta de intervenção.

A Educação Permanente em Saúde se define como processo educativo em que o cotidiano do trabalho ou da formação em Saúde é colocado em análise utilizando-se de ferramentas reflexivas sobre as práticas dos serviços ao passo que produz mudanças nas relações e processos de trabalho e nas atitudes de saúde das pessoas. (CAROTTA, KAWAMURRA e SALAZAR, 2009).

Baseada na Pedagogia da Problematização, no trabalho reflexivo grupal e na transformação das práticas dos serviços, a Educação Permanente objetiva a aprendizagem para a transformação das atividades profissionais mediante a reflexão crítica sobre as práticas dos serviços de saúde, consistindo em um processo amplo, não se limitando a treinamentos formais (BRASIL, 2007).

Como fundamento para o plano de ação proposto foi escolhido a Teoria dos Grupos Operativos da Escola Argentina. A construção do conceito de grupo está diretamente relacionada com o conceito de homem, implicando o processo de interação entre os seres humanos.

Para Pichon-Revier (1975 apud Cunha e Lemos, 2010, p.17),

grupo é um conjunto restrito de pessoas, que ligadas por constantes no tempo, espaço, e que articuladas por sua mútua representação interna, se propõe a realizar de forma explícita e implícita uma tarefa, que constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção atribuição de papéis.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O conceito de grupo aqui apresentado está diretamente relacionado ao conceito mais específico de Grupo Operativo, aquele que produz que é criativo, sendo uma das ferramentas do trabalho social e podendo também ser desenvolvido com o objetivo de produzir saúde, portanto aplicável no contexto da equipe de Saúde ou de qualquer outro agrupamento de pessoas com objetivos a serem realizados, metas a serem alcançadas ou uma causa a ser defendida.

Os fatores articuladores de um grupo são: primeiro a tarefa, que seria o conjunto de ações destinadas ao alcance de um objetivo comum e que pode se referir a um resultado concreto que o grupo se propõe a atingir (explícita) ou o conjunto de medos e ansiedades que circulam em torno do desenvolvimento da tarefa explícita (tarefa implícita). A tarefa explícita seria o “por que” e “para que” da existência do grupo, sua razão de existência.

Para Pichon-Riviere (1980), a tarefa abrange três momentos respectivamente evolutivos que aparecem num interjogo constante, são eles: a pré-tarefa, a tarefa e o projeto. A pré-tarefa, tem a finalidade de adiar a elaboração dos medos básicos diante da realização da tarefa, através de resistência às mudanças, com postura defensiva e presença de ansiedades de perda e ataque. Já a tarefa abrange a elaboração dessas ansiedades, uma tomada de consciência que permite melhor contato com a realidade a ser transformada, implicando modificação a partir do sujeito e para o sujeito, resultando assim no projeto, ou seja, a construção de táticas pra intervir nas situações e modifica-las.

Um segundo fator articulador é o vínculo, este gerado a partir das relações que ocorrem no grupo e que são permeadas pelas histórias pessoais e experiências de vida dos seus integrantes. O vínculo pressupõe entendimento do outro que é diferente, mas que possui necessidades comuns e complementares, que são atendidas a partir do processo de comunicação e de aprendizagem com ele. Para que ocorra vínculo é preciso sair do mundo narcísico e mover-se em direção ao outro (CUNHA E LEMOS, 2010).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A existência de um vínculo frágil pode trazer algumas dificuldades para o desenvolvimento da tarefa. Algumas situações são reveladoras da necessidade de exame do processo vincular do grupo: individualismo, intolerância, desqualificação do outro, formação de subgrupos, competição acentuada (CUNHA e LEMOS, 2010, p. 20)

O terceiro fator articulador são os papéis dentro do grupo. As pessoas atribuem ou assumem certas expectativas de comportamento em relação às outras de modo formal ou mesmo informal. A maioria dos papéis funcionam em nível implícito. O papel serve para satisfazer as expectativas individuais e do grupo e também estabelece as relações uma vez que cada papel tem seu par interdependente: pai-filho, esposa-marido. Para Pichon-Riviere (1980) o grupo operativo atua na “análise e funcionalidade dos papéis, caracterizada por uma plasticidade que permite assumir papéis complementares e suplementares” (p.142).

Na medida em que um grupo operativo, (...), centrando-se na ruptura dos estereótipos da comunicação e dos mecanismos de adjudicação e assunção de papéis, permite aos pacientes uma modificação dos vínculos internos e externos. Essa ação corretora possibilitará uma abordagem mais plástica da realidade, uma conduta adaptativa criadora, com capacidade de planificação e projeto pessoal (PICHON-RIVIERE, 1980, p.142).

Um dos papéis mais fáceis de identificar e mais conhecido é o “líder”, este, dependendo da maturidade do grupo pode ganhar diferentes conotações, porém se compreende como aquele que tem a capacidade de articular o grupo para a execução da



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



tarefa explícita (sem ele o grupo não funciona). No caso da Estratégia de Saúde da Família, o líder normativamente instituído é o enfermeiro, uma figura que em diversas situações se apresenta limitado devido ao vínculo frágil com o território, resultante de vínculo empregatício precário, o que possibilita uma fragilização do seu papel diante daqueles que já estão estabelecidos na área, os Agentes Comunitários.

Em síntese, o objetivo de uma abordagem pautada no modelo dos grupos operativos pretende romper com os estereótipos e diminuir o índice de medos básicos e ansiedades de perda e ataque através de métodos que buscam a “reaprendizagem da realidade, a normalização das redes de comunicação e a capacidade de enfrentar a exacerbação desses medos no momento que aborda uma situação de mudança” (PICHON-RIVIERE, 1980, p.155). É sobre esses parâmetros que a intervenção aqui apresentada foi desenvolvida em seus aspectos metodológicos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência que pretende descrever o percurso metodológico de uma intervenção programada desenvolvida junto à equipe NASF e uma equipe de Saúde da Família do município de Alagoinhas-BA ao longo da vivência prática da Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

O estudo de caso é uma abordagem de pesquisa que se debruça sobre a história de um fenômeno vivido no passado ou no presente, dentro de um contexto real, orientado por uma teoria e que pode possuir enfoque holístico quando está delimitado a analisar o contexto global de um programa ou projeto (FREITAS e JABBOUR, 2011).

Optou-se inicialmente por abordar uma equipe NASF tipo 1, composta por um nutricionista, uma assistente social, um psicólogo, um educador físico e dois fisioterapeutas. No segundo momento, foi envolvida uma equipe de saúde da família composta por 5 ACS, 1 enfermeiro, 1 médico, 1 odontólogo e 1 auxiliar de saúde bucal.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Foram desenvolvidos 3 encontros com a equipe NASF e 4 encontros com a equipe de Saúde da Família. Na sessão resultados a experiência será apresentada de modo descritivo apresentado cada etapa desenvolvida, bem como seus recursos, materiais e métodos.

3. RESULTADOS

Sensibilizar os profissionais sobre a necessidade de qualificar o processo de trabalho e envolvê-los nas atividades, são condições fundamentais para que a proposta de intervenção funcione e alcance os resultados esperados. Para tanto, foi necessário o contato prévio com as equipes de modo a apresentar o projeto, seus objetivos, estabelecer datas e horários, sanar dúvidas e identificar possíveis resistências. A contratualização ocorreu durante as reuniões entre NASF e ESF. Além disso, foi necessário buscar autorização formal junto ao Núcleo de Educação Permanente e Gestão Municipal de modo que as equipes estivessem autorizadas a disponibilizar o tempo necessário durante seu expediente de trabalho sem ônus.

A fim de desenvolver uma postura de acolhimento, escuta sensível e envolver a equipe NASF na realização das atividades de Educação Permanente junto às Equipes de Saúde da Família, foram realizados três encontros preparatórios, dirigidos pelo Residente em Saúde da Família.

Tabela 1: Encontros com equipes NASF

	Objetivo	Atividades
1º encontro Refletindo	Compreender a teoria dos Grupos	-Dinâmica de apresentação: jogo de auto apresentação por desenho ²² .

²² O diretor distribui papel e lápis de cera. Pede que todos desenhem na primeira folha um desenho livre que represente quem são aqui e agora e em seguida escrevam atrás da folha palavras que o representem. Na segunda folha pede-se que desenhem o que gostariam de ser mas não conseguem, escrevendo atrás da página sobre desejo de mudança. Em seguida pede-se que cada um assuma o papel da imagem desenhada na

sobre os Grupos Operativos	Operativos e seus principais conceitos.	-Exposição à teoria dos grupos operativos com textos de referência e material multimídia. - Jogo da pérola ²³ -Avaliação do encontro.
2º encontro Repensando o Apoio Matricial	Avaliar como tem sido a prática do apoio matricial no NASF, suas possibilidades e limites.	-Leitura prévia do capítulo 3 do Caderno de Atenção Básica nº 39: Colocando em Prática o Apoio Matricial - Estudo de caso com técnica GVGO ²⁴ -Reflexão com preenchimento de quadro em painel sobre sucessos, limites e possibilidades da prática do matriciamento. -Avaliação do encontro
3º encontro Falando sobre Educação Permanente	Buscar apropriação e compreensão em comum sobre a educação permanente e refletir de que forma essa	-Leitura prévia da política de Educação Permanente. -Discussão e construção de um painel sobre limites e possibilidade da prática de Educação permanente no NASF. -Criação de propostas de prática de educação permanente.

segunda folha e se apresente no tempo presente na primeira pessoa. Podem ser formadas duplas para se entrevistarem (RAMALHO, 2010, p.99).

²³ São expostas e oferecidas ao grupo muitas pérolas dentro de conchinhas do mar. Pede-se para cada um escolher uma pérola e uma concha. Depois, passam a trocar com todos os elementos do grupo, dizendo: - "Eu, ..., o que tenho de melhor para oferecer neste grupo é minha... Por que ...?" (criatividade e paciência, por exemplo). Cada um coloca sua pérola na concha do outro e recebe a pérola dele. Passa em seguida para outra dupla, até que todos troquem suas pérolas. No final, faz-se um compartilhar breve (RAMALHO, 2010, p. 100).

²⁴ O grupo é dividido em dois subgrupos, o primeiro grupo GV (de Verbalização) é organizado no centro em círculo, e o segundo grupo GO (de Observação) organizado ao redor do GV. O GV recebe uma situação/problema por escrito e deve discutir esse caso elaborando estratégias para intervenção, ao final o GO é convidado pelo dirigente a dar suas contribuições ao caso e expor suas observações (ANASTASIOU e ALVES, 2000).

17, 18 e 19
 Outubro de 2018
UESB
 Vitória da Conquista

**II MOSTRA
 DE PRÁTICAS EM
 PSICOLOGIA E POLÍTICAS
 PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
 e resistência nos
 territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



	estratégia pode contribuir para qualificar a prática do NASF	-Avaliação do encontro
--	--	------------------------

A equipe NASF participou dos encontros em clima formativo/reflexivo, com posturas de interesse e envolvimento durante os encontros. A equipe compreendeu que os encontros tinham objetivo preparatório para uma intervenção junto à Equipe de Saúde da Família – ESF e a co-construção do plano com envolvimento na escolha das temáticas contribuiu para a aderência à proposta e para a coesão da equipe.

À medida que esta intervenção pretendeu trabalhar no nível das relações e dos vínculos em equipe, de modo acolhedor e motivador, ao mesmo tempo em que se propunha a qualificar os processos de trabalho da equipe de saúde da família por ele alcançado, foram realizados quatro encontros subsequentes com periodicidade previamente pactuada, dirigidos por três profissionais da equipe NASF e o Residente em Saúde da Família. No último encontro foi realizado um levantamento das necessidades que a equipe de Saúde da Família elencou durante as dinâmicas, a partir das quais o grupo traçou um planejamento de atividades de Educação Permanente.

Tabela 2: Encontros com as ESF's

	Objetivo	Atividades
1º encontro Trabalhando	Promover a reflexão sobre a grupalidade e avaliar os vínculos	-Mapeamento do cotidiano grupal através de paródias ²⁵ .

²⁵Este é um jogo de apresentação do grupo como um todo, para avaliar a atmosfera grupal. Dividir o grupo por setores ou subgrupos e cada um cria uma música (ou seja, uma paródia) que retrate o cotidiano do seu grupo. Após apresentação dramática de cada subgrupo, os diretores compartilham com o grupo a respeito dos conteúdos emergentes (RAMALHO, 2010, p. 100).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em Equipe	existentes na equipe, refletindo como estes podem colaborar ou atrapalhar nos processos de trabalho e identificar os papéis que cada um tem exercido atualmente na dinâmica da equipe.	-Reflexão sobre o trabalho em equipe (limites e desafios). -Construir painel lúdico com posturas que auxiliam o trabalho em equipe. -Avaliação oral e escrita do encontro.
2º encontro Cuidar e ser cuidado	Refletir sobre o cuidado em saúde de forma humanizada e pensar sobre os sentidos que a assistência que prestamos podem ser produzidos pelos usuários pensando sobre o significado da tarefa/missão da equipe.	-Dinâmica: Caixa de apresentações ²⁶ -Chuva de significados sobre a palavra cuidado -Reflexão: Quando estamos e quando não estamos cuidando? Construir painel após reflexão. -Jogo de feedback com balas ²⁷ -Avaliação do encontro
3º encontro Falando sobre	Buscar apropriação e compreensão em comum sobre a educação permanente e refletir de que forma	-Tempestade cerebral sobre dificuldades do cotidiano de trabalho ²⁸

²⁶ O grupo deverá colocar numa caixa objetos pessoais que não contenham nomes. Os objetos são misturados e cada um escolherá um ou mais objetos com os quais se identifique ou que o atraia. Em seguida procurarão os donos dos objetos para conversarem e se reconhecerem (RAMALHO, 2010, p. 99). Importante solicitar no primeiro encontro que todos levem os objetos mantendo-os em segredo.

²⁷ O diretor dá três balas a cada um e pede que escolham 3 pessoas para dar um feedback: uma para agradecer, outra para desculpar-se e outra para pedir parceria. Usar balas vermelhas para pedir desculpas a alguém, balas verdes para pedir a parceria de alguém e balas amarelas para agradecer a alguém (RAMALHO, 2010, . 117).

²⁸ O facilitador lança a pergunta sobre os principais problemas e dificuldades encontrados pela equipe e pede que cada um escreva sem identificar em folhas de papel, em seguida recolhe as folhas redistribui de modo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Educação Permanente	essa estratégia pode contribuir para qualificar a prática da ESF	-Construção do painel sobre limites e possibilidade da prática de Educação permanente na ESF. -Propostas de prática de educação permanente. -Avaliação do encontro
4º encontro Para abrir horizontes	Realizar planejamento de um ciclo de capacitações à luz da educação permanente segundo os nós críticos do processo de trabalho levantados pelos profissionais das ESF'S	- Jogo da pérola. -Construção do painel das principais necessidades que a equipe identifica. -Construção de um calendário de encontros de formação.

Um dos desafios que foram encontrados ao longo dos encontros com as Equipes de Saúde da Família foram as resistências de alguns profissionais quanto à participação nas atividades. Foi importante acolher a resistência de modo empático, escutar, compreender. Tal postura resultou numa adesão e abertura gradativa da equipe e evitou embates, permitindo a emergência de angústias que estavam subentendidas entre os profissionais das diferentes categorias. O suporte oferecido nos encontros contribuiu para que o diálogo com foco na compreensão do outro fosse estabelecido.

Questões políticas, econômicas, culturais e ainda outras relativas à gestão também fazem relação direta com os problemas abordados nos encontros e nesse sentido, a articulação dos profissionais e o compartilhamento das dificuldades comuns permitiu a criação de uma pauta de demandas a serem negociadas com a gestão municipal da saúde,

aleatório e lança a pergunta sobre as possíveis soluções que podem sugerir pra os problemas que estão na página que receberam. Por fim são recolhidas as páginas e lidas e discutidas destacando em lousa ou painel os principais pontos apresentados (ANASTASIOU e ALVES, 2000).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



assim, a equipe entrou em consenso sobre a importância da inclusão da comunidade da vida do serviço.

Esta intervenção, conforme parâmetros técnicos do trabalho no território, se traduz em trabalho vivo em ato, “isto é, o trabalho humano no exato momento em que é executado e que determina a produção do cuidado” (MERHY e FRANCO, p. 282), portanto, foi importante que os facilitadores estivessem conscientes do seu objetivo, do seu papel, suas motivações e de seu lugar diante da equipe, buscando desenvolver postura de empatia e escuta, valorizando a realidade apresentada pelos outros profissionais a quem se dirigia a intervenção. Neste sentido, a equipe NASF avaliou como positiva a experiência dos encontro preparatórios. Nestes, os profissionais de apoio abordaram em grupo suas próprias dificuldades em prol de qualificar sua intervenção, reverberando num encontro mais produtivo, aberto e acolhedor com a Equipe de Saúde da Família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que os encontros possibilitaram o compartilhamento de angústias entre os profissionais quanto aos desafios do trabalho no território, fator que contribui para emergência de resistências ao desenvolvimento de práticas da promoção da saúde e tem gerado desgastes nas relações entre os profissionais.

O envolvimento dos participantes foi alcançado gradativamente a cada encontro, à partir das reflexões, com estímulo à escuta e à construção coletiva de alternativas às questões significativas para a equipe. As equipes criaram o compromisso em manter encontros mensais para reflexão de problemas identificados e refletidos ao longo do trabalho e também para programação de estratégias de promoção da saúde.

A equipe NASF avaliou que os encontros evidenciaram o caráter participativo e articulador do seu processo de trabalho junto à equipe de Saúde da Família, quando se criaram ferramentas práticas para mobilizar, negociar e construir em grupo com base nas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



necessidades da ESF e da saúde da população, dentro das possibilidades de cada serviço e considerando as interferências políticas inerentes ao Trabalho nas Políticas Públicas de Saúde.

Por fim, esta experiência corrobora uma concepção da Educação Permanente em Saúde como processo no qual o cotidiano do trabalho é colocado em análise utilizando-se de ferramentas reflexivas sobre as práticas dos serviços ao passo que produz mudanças nas relações de trabalho. Os resultados podem ser efetivos se norteados por posturas teóricas que viabilizem a escuta, a construção compartilhada e a problematização de circunstâncias reais para desenvolvimentos de alternativas concretas sem pressupostos de sobre como a equipe deve ser ou agir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marize Barros de Souza; ROCHA, Paulo de Medeiros. Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 455-464, Apr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família: Ferramentas para a Gestão e para o Trabalho Cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Volume 1

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS no 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 68 p. – (Série E. Legislação de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 4);



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAROTTA F; KAWAMURA D; SALAZAR J. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. Saúde Soc. 2009; 18(supl.1):48-51.

CUNHA, Carlos Henrique L.. Lemos, Denise Vieira da Silva. Grupos: o poder da construção coletiva. Rio de Janeiro: Qualitynark, 2010. p. 3-21.

FIGUEIREDO, E.N.A. Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS. Especialização em Saúde da Família. Unidade Básica de Saúde de Conteúdo. UNIFESP. UNA-SUS 2012.

FORTUNA, C.M. O trabalho de equipe numa unidade básica de saúde: produzindo e reproduzindo-se em subjetividades: em busca do desejo, do devir e de singularidades. Ribeirão Preto, 1999. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

FREITAS, WRS; JABBOUR, CJC. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. Estudo & debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

MERHY, EE; FRANCO, TB. Dicionário da Educação Permanente em Saúde: O trabalho em Saúde. EPJV/FIOCRUZ. Novembro de 2005.

PICHON-RIVIÈRE, E. (1998). O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes.
RAMALHO, CMR. Psicodrama e dinâmica de grupo. Aracaju, 2010. Disponível em: <<https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2015/10/psicodrama-e-dinamica-de-grupo.pdf>>Acessado em: 05/12/2016.

TEIXEIRA, Carmem Fontes; PAIM, Jairnilson Silva; VILASBOAS, Ana Luiza. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. Inf. Epidemiol. Sus, Brasília, v. 7, n. 2, p. 7-28, jun. 1998.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**ESTÁGIO EM PSICOLOGIA PELO PROGRAMA COTIDIANOSUS:
REFLEXÕES DENTRO DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE
PESSOAS**

Janaina Nery Celestino de Carvalho

Psicóloga

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

janaina.carvalho@live.com

Júlia Biasin Scopel

Psicóloga

Centro Estadual de Prevenção e Reabilitação de Deficiências - CEPRED

INTRODUÇÃO

Este trabalho configura-se como um relato de experiência de estágio não-obrigatório realizado dentro de um Centro de Referência Especializado na cidade de Salvador, Bahia, sob a coordenação da Escola Estadual de Saúde Pública do Estado (ESP/BA).

O Centro Estadual de Prevenção e Reabilitação da Pessoa com Deficiência (Cepred) está sob a gestão direta da Diretoria de Gestão da Rede Própria (Dgrp) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) e funciona como referência para o Estado. Foi inaugurado no mês de janeiro de 1999, passando por várias fases institucionais, sendo categorizado como Centro Especializado de Reabilitação (CER) III com o intuito de atender três tipos de deficiência: física, auditiva e intelectual. Tem como missão “Reabilitar para a vida” e como visão “constituir-se como um centro de excelência na

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



assistência a pessoas com deficiência”. O Cepred adota uma composição Multiprofissional das equipes e suas práticas são orientadas pela interdisciplinaridade em saúde.

Os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional da Pessoa com Deficiência, da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e da Política de Humanização do SUS, bem como a Política Estadual de Humanização, são seus principais direcionadores. Os (as) usuários (as) do Cepred são acolhidos pela equipe do Grupo de Orientação (GO), que oferece informações gerais sobre a unidade e escuta suas demandas, encaminhando-os aos serviços internos de reabilitação e/ou recursos externos, de acordo com o perfil e necessidades de cada um (a), de “modo a promover a ampliação efetiva do acesso à atenção [...] e aos demais níveis do sistema, eliminando as filas, organizando o atendimento e buscando adequação da capacidade resolutive [...]”(BRASIL, 2013).

O estágio foi realizado dentro da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (Codep), responsável por formular, planejar, organizar, executar, monitorar e avaliar ações relacionadas à Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Nugtes) da Unidade.

No espaço da Codep é desenvolvida, em parceria com a Diretoria, a Pesquisa de Satisfação do Usuário. O objetivo principal da mesma é proporcionar aos usuários a participação no aperfeiçoamento dos serviços prestados através de suas opiniões acerca dos mesmos, garantindo o direito à informação e à qualidade dos atendimentos. Além de uma estratégia interna de gestão do SUS, passou a fazer parte do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, proposta pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb), com intuito de modernização da gestão das unidades de saúde a fim de produzir melhorias nos cuidados à população (Cepred, 2015). A pesquisa é um dos instrumentos que garantem a participação social enquanto construtora do Sistema de Saúde Pública, promovendo autonomia e verificando a inserção das políticas de saúde nos atendimentos prestados.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Codep também é responsável por elaborar as normas referentes às atividades de estágios na Unidade e de manter intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior - IES e a Escola Estadual de Saúde Pública - Eesp/Sesab. A partir disso, a coordenação pleiteou uma vaga de estágio em Psicologia, dentro do Núcleo de Educação Permanente, que fora ligada à Pesquisa de Satisfação. O estágio foi desenvolvido com base no Programa de Estágio não Obrigatório - Cotidiano SUS, um projeto dentro do programa de estágios não obrigatórios e tem um princípio educativo, isto é, a proposta é potencializar os espaços de gestão do SUS-BA:

O Cotidiano SUS tem por finalidade precípua aproximar os estudantes, das diversas áreas do conhecimento, à realidade do SUS levando-os a compreendê-lo como uma política social e espaço voltado a produção de conhecimento e preparo para a futura inserção no ambiente de trabalho no setor saúde. Considera o trabalho enquanto princípio educativo em suas dimensões político-técnica e pedagógica no que tange ao desenvolvimento de suas ações (BAHIA, 2013, p.10).

No programa são ofertadas bolsas de estágios para todos os cursos de graduação da área da saúde, bem como para aqueles considerados como estratégicos para a gestão do SUS, a exemplo dos cursos de: administração, economia, direito, comunicação social e outros. A Eesp é a reguladora dessa modalidade de estágio entre IES e a rede de serviços da Sesab. O período do estágio é de 12 meses, podendo ser renovado mediante novo processo seletivo ou prorrogado por mais 03 (três) meses por termo aditivo.

Diante das informações apresentadas, o objetivo do trabalho é apresentar a Pesquisa de Satisfação do Usuário dentro do Centro de referência em Prevenção e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Reabilitação da Pessoa com Deficiência como forma de avaliação dos serviços de saúde pública, e de garantir a participação dos usuários na construção do mesmo a partir da perspectiva do estágio realizado. Além disso, propõe-se fazer uma reflexão das práticas de trabalho e ensino que são concebidos na Unidade referentes à Pesquisa e o olhar da Psicologia frente às demandas percebidas durante o estágio.

METODOLOGIA

O estágio compreendia ao curso de Psicologia e era realizado com carga horária de 20 horas semanais, distribuídas de segunda à sexta-feira, das 7:00 às 11:00. Na primeira semana foi realizado o treinamento introdutório, que consiste numa apresentação da Unidade, leitura de textos e discussões acerca do Sistema Único de Saúde, pessoas com deficiência (PD) e do trabalho a ser realizado. Todos os dias, sob orientação da supervisora, os formulários da pesquisa eram entregues aos usuários, sendo recolhidos no fim da semana para computação dos dados. No fim do mês, era elaborado um relatório a ser entregue em reunião com a diretoria para avaliar as possíveis melhorias e os avanços observados a partir da pesquisa. Para a elaboração deste trabalho foram utilizados diário de campo e documentos oficiais disponibilizados pela Unidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei Orgânica da saúde, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições, ações, objetivos e organização referentes ao SUS. Nesse regulamento estão dispostos alguns princípios e diretrizes a serem tomados como referência nas atuações no SUS (BRASIL,1990). Mesmo com essas orientações, ainda há muitos problemas em termos de qualidade, principalmente no que se refere aos atendimentos dos usuários nos Centros de Saúde. A partir disso, os processos de avaliação da qualidade em saúde surgem



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como resultado dos questionamentos da sociedade quanto o uso dos recursos públicos, bem como a necessidade de melhorias (GOUVEIA, 2009).

No âmbito da saúde, Vuori (1991 apud GOUVEIA, 2009) aponta que a qualidade vai ser referida como a utilização adequada dos conhecimentos clínicos disponíveis e da tecnologia no cuidado com o paciente. Entre algumas propriedades que faz reconhecer a qualidade em saúde são: eficiência, eficácia, aperfeiçoamento, equidade, legitimidade e aceitabilidade. Ao se referir aos atendimentos dos usuários, na maioria das vezes, o qualitativo é negligenciado, dando-se ênfase, por exemplo, aos custos excessivos das tecnologias e *agilização* do cuidado (SERAPIONI, 2006). Os projetos voltados para a satisfação do usuário iniciaram-se por volta dos anos 90, quando “a partir desse momento, a visão do paciente é considerada essencial junto à perspectiva técnica e à organizacional” (SERAPIONI, 2006, p. 69).

Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (Pnass) – reformulado em janeiro de 2015 – e tem por objetivo:

Avaliar a totalidade dos estabelecimentos de atenção especializada em saúde, ambulatoriais e hospitalares [...] quanto às seguintes dimensões: estrutura, processo, resultado, produção do cuidado, gerenciamento de risco e a satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido [...] Entre essas atribuições se incluem o Planejamento, o Controle e a Avaliação das Ações e Serviços de Saúde, que buscam garantir os princípios e as diretrizes do SUS, e consequente melhoria das condições de saúde dos indivíduos e da coletividade (BRASIL, 2015, p. 05).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O referido Programa foi base na construção do atual modelo da Pesquisa de Satisfação dentro do Cepred, e foi implantada como ação de melhorias e fortalecimento da gestão transitando entre os princípios e diretrizes do SUS, sendo um deles o de participação da comunidade. O usuário tem a oportunidade de opinar sobre os atendimentos recebidos e suas impressões sobre a Unidade, na tentativa de garantir o direito à participação na construção de melhorias em conjunto com a gestão (Cepred, 2015).

Uma característica fundamental da Pesquisa no Cepred é a diferenciação das coordenações explicitadas nos questionários que são distribuídos. Os espaços físicos e cartões de consulta são demarcados por cores diferenciadas e cada questionário possui a cor referente à coordenação que responsável pelo atendimento avaliado. Esta condição elaborada pela Unidade marca um ponto importante quando se trata do atendimento e cuidado a pessoas com deficiência, no que diz respeito à acessibilidade à informação e comunicação. Garantir acessibilidade é proporcionar que o usuário consiga se localizar e percorrer o ambiente sem necessariamente depender que outra pessoa faça por ele.

A Pesquisa de Satisfação também enquanto forma de diálogo e exposição de ideias é ferramenta indispensável, e pode ser considerada como forma de acolhimento, no sentido de que:

O acolhimento implica no estabelecimento de relações de aproximação de modo humanizado, na perspectiva do desenvolvimento da autonomia e sua efetivação estará relacionada com a utilização dos recursos disponíveis que se adequem e concorram para a resolução dos problemas dos usuários (MEDEIROS, 2010, p. 412).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



É visto que esse instrumento de comunicação, apesar de apresentar um viés de gestão e objetividade – imprescindível para lidar com o usuário que busca a Unidade por conta de um sofrimento ou para potencializar suas capacidades - demanda sensibilidade. O profissional de saúde deve buscar compreender não só a logística da Instituição, mas também o perfil de usuários que a mesma atende, sendo que a forma de aproximação para com estes deve levar em consideração sua integralidade enquanto sujeito. Nos espaços de saúde, deve-se cuidar e acolher o indivíduo nas questões em que ele coloca, focando em promover a autonomia do mesmo, sem perder de vista as influências externas que este usuário tem.

Durante a aplicação dos questionários, é comum que os usuários exponham suas demandas de forma oralizada, cabendo ao profissional de saúde da pesquisa acolher e ter essa escuta sensível, fazendo as intervenções e orientações que estejam disponíveis no momento. Além disso, a Pesquisa perpassa pelos direcionamentos da Política Nacional de Humanização (PNH) (BRASIL, 2013). A PNH tem como princípios a transversalidade e comunicação entre gestão e atenção, pontos que são avaliados no opinário no que corresponde ao diálogo entre as equipes de profissionais na Unidade, e no que tange em como a gestão lida com as demandas da assistência e suas propostas de melhorias no atendimento a pessoas com deficiência.

RESULTADOS

A pesquisa, além de instrumento de avaliação individual dos usuários, permite verificar se dentro da Unidade os princípios e diretrizes propostas na Lei Orgânica de Saúde estão sendo respeitados e seguidos por outros setores. Isto pode ser visto nas questões do opinário/2016 construído pela Codep e Diretoria, por exemplo, uma das questões do novo opinário é referente à informação obtida sobre o estado de saúde do usuário, verificando-se um dos princípios sobre direito à informação, às pessoas assistidas,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sobre sua saúde. Outra questão proposta pela PNH e utilizada na presente pesquisa, é a de avaliar os resultados esperados dentro das Unidades de Saúde relativa a respeito dos profissionais que cuidam de saúde do usuário (BRASIL, 2013). No questionário distribuído outra pergunta se refere a identificação dos profissionais pelos quais o usuário foi atendido, isso porque, inicialmente, não se havia essa preocupação da população em diferenciar as categorias e identificação do profissional. Com o passar do tempo e incentivo a participação na pesquisa, o quadro referido anteriormente foi se modificando, principalmente nas respostas de qualidade subjetiva, e, espontaneamente, passou-se a identificar sua equipe de referência.

Inicialmente, os usuários olhavam para pesquisa com desconfiança, e alguns se recusavam a responder. Após alguns meses, eles não só respondiam, como incentivavam que outros respondessem e procuravam o setor quando a equipe não passava nos corredores. Diferentemente do que eram, as pessoas atendidas passaram a nomear os profissionais que os atendiam, sabendo as especialidades e tendo muito mais segurança sobre o seu tratamento, além de desenvolverem maior conhecimento sobre o trabalho da unidade. Vale pontuar que murais com as respostas dos questionamentos dos usuários foram colocados nas recepções, além das informações repassadas pela equipe da pesquisa como forma de retorno às colocações no questionário.

Neste sentido, a pesquisa foi um aproximador entre os usuários e os profissionais, favorecendo vínculos mais satisfatórios e incentivando posturas protagonistas do usuário em seu tratamento. Somado a este fato, insere-se o acesso a informações sobre a unidade que o indivíduo possa não encontrar-se incluso. Portanto, a pesquisa para além de questionamentos, também tem o papel de informador:

O usuário destaca também os pontos críticos do sistema para que os gestores possam, analisando-os, sanarem os problemas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



advindos, seja da inadequada construção ou implementação das políticas, seja da inadequada divulgação e explicitação dos objetivos do SUS para os usuários (CASTRO et al., 2008, p. 115).

Ao se fazer uma relação com a Psicologia, pode-se destacar quatro pontos essenciais para a pesquisa fundamentais no trabalho do psicólogo. O primeiro refere-se à escuta e acolhimento. O profissional *psi* deve, antes de tudo, observar todo o processo de abordagem do usuário. É comum no Cepred, a presença de usuários com baixo nível de escolaridade ou de poucas condições financeiras. Embora isto de imediato não seja algo que impeça a realização da pesquisa, deve ser considerado, pois são características que vão influenciar diretamente na resposta e na disponibilidade de adesão ao trabalho. Isto porque, é possível que algumas vezes o usuário se recuse a participar da pesquisa justamente por não saber ler, e/ou sentir-se constrangido em revelar isso, ou ainda, fazer uma recusa mais incisiva.

Diante dessas situações, é preciso ter o olhar para além do que está sendo dito ou demonstrado, e compreender o comportamento que cada indivíduo está tendo diante do convite que é feito. É fundamental saber respeitar as suas limitações, a partir de sua realidade, entendendo que, naquele momento, não existem condições favoráveis para ele demandar suas questões. Algumas estratégias do segundo ponto de Orientação foram elaboradas pela equipe para que essa ‘não implicação’ diminua. Consistem em explicar primeiramente para o usuário a importância da pesquisa e suas contribuições para a melhoria da Unidade, explicitar a disponibilidade do profissional em auxiliá-lo caso ele precise e informar que seu acompanhante, se tiver presente, também pode opinar. Por fim, fazer algumas devolutivas acerca do que já foi resolvido anteriormente a partir da análise das respostas de outros usuários.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A devolução referida das respostas perpassa pelo campo da Mediação, que se insere também no trabalho do psicólogo. Levar as demandas para os gestores, propondo formas de melhoria, e posteriormente dar o retorno e orientação aos usuários significa acolher, sabendo escutar os lados participantes do processo, afim de que o trabalho se desenvolva e todos possam se beneficiar e se comprometer. E por último a Interdisciplinaridade que, no Cepred, é fundamental e consta como uma das principais características da Instituição. Na Pesquisa, o pesquisador precisa compreender o trabalho realizado pelos outros profissionais para melhor conduzir os usuários no momento de preenchimentos dos questionários. Por vezes, algumas pessoas, por não terem atendimento em alguma área específica, tinham o interesse de questionar sobre o serviço prestado por esta, e enquanto instrumento de mediação e orientação é necessário que se tenha uma visão ampla das atividades desenvolvidas na Unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se que a Pesquisa de Satisfação do Usuário é um instrumento importante no processo de construção de melhorias dos serviços, garantia da participação do usuário e fortalecimento das práticas da gestão. É necessário considerar as dificuldades institucionais e financeiras existentes, e ter consciência de que a pesquisa não implica em resolução de todos os problemas, mas um espaço de escuta e é a ferramenta mais acessível, no formato escrito, para que as pessoas se posicionem.

Algumas questões relativas aos formulário de pesquisa e ao processo de trabalho foram levantadas durante o período, como por exemplo, a identificação do usuário e seu número para contato, uma vez que não há uma equipe ou uma quantidade significativa de profissionais para dar um retorno direto ao usuário sobre a sua queixa/sugestão; ou ainda, a real necessidade de se fazer a devolutiva de todas as demandas colocadas, uma vez que



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estas se repetem ou não estão bem colocadas. Outro ponto foi a viabilidade de acesso dos profissionais às respostas do usuário, a exemplo de elogios em que se há a identificação do usuário, bem como a necessidade de uma equipe quantitativamente favorável para atender esse serviço. Temos assim, alguns dos desafios que o âmbito da pesquisa de satisfação do usuário tem a enfrentar. Todos esses questionamentos ainda são inviáveis por conta da falta de recursos materiais e de uma equipe quantitativamente favorável para atender esse serviço, tornando-se assim, alguns dos desafios.

Por fim, é preciso que cada um, envolvido no processo, convide profissionais e outros usuários a refletirem sobre as práticas vivenciadas, propondo e realizando mudanças dentro das reais possibilidades, garantindo que as diretrizes e princípios do SUS possam ser cumpridos e alcançados.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Saúde. Superintendência de Recursos Humanos na Saúde. Escola Estadual de Saúde Pública. **Manual de estágio não obrigatório na rede SESAB** / Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Superintendência de Recursos Humanos da Saúde. Salvador: Coordenação de Integração da Educação e trabalho na Saúde, 2013.

BENEVIDES, R. **A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?**. Revista Psicologia & Sociedade n. 17 vol. 02. p. 21-25. 2005 Universidade Federal Fluminense.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**: Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **Pnass: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. PNH: **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CEPRED. Diretoria Geral. **Projeto de Reformulação do Instrumento de Pesquisa de Satisfação do Usuário do Cepred**, 2015.

CEPRED. Diretoria Geral. **Regimento Interno do Centro de Prevenção e Reabilitação da Pessoa com Deficiência** – Cepred, 2011.

CASTRO, H. C. O. et al. A satisfação dos usuários com o sistema único de saúde (SUS). **Sociedade em debate [online]**, Pelotas, v. 14, n. 2, p.113-134, dez. 2008. Disponível em <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/375/332>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

GOUVEIA, G. C. **Avaliação da satisfação dos usuários com o sistema de saúde brasileiro**. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2009. Disponível em <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2009gouveia-gc.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

MEDEIROS, F. A. et al. **Acolhimento em uma Unidade Básica de Saúde: a satisfação do usuário em foco**. Revista Salud Pública, vol. 12 n. 3, 2010, p. 402-413.

SERAPIONI, Mauro. Avaliação da qualidade em saúde. Reflexões teórico-metodológicas para uma abordagem multidimensional. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, Petrópolis, v. 85, p.65-82, jun. 2009. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/343>>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A SUA RELAÇÃO COM AS RUAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anna Carla Ribeiro Moreira

Discentes do Curso de Psicologia da Universidade do Sul da Bahia (UESB)

a_carlamoreira@hotmail.com

Lorena de Oliveira Rossoni

Discentes do Curso de Psicologia da Universidade do Sul da Bahia (UESB)

lorena-580@hotmail.com

Nelma Dias Ribeiro

Discentes do Curso de Psicologia da Universidade do Sul da Bahia (UESB)

nelma_ribeiro16@hotmail.com

Silier Andrade Cardoso Borges

Psicólogo, Professor Assistente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UESB)

silier@outlook.com

Raíssa Felix Almeida Bittencourt

Discente do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (UESB)

raissafelix.adv@gmail.com

INTRODUÇÃO

A situação de rua amplia e se relaciona a outras vulnerabilidade das pessoas que se encontram nessa condição, principalmente para as adolescentes e mulheres, quando compreende-se esses riscos como o início precoce da vida sexual, o sexo sem proteção, e as maiores chances de se ter uma gravidez sem planejamento e o aborto. Costa et al. (2015) apontam que em muitos casos a mulher encontra no sexo uma forma de obter proteção e garantia da sobrevivência. Não que o sexo não seja uma fonte de prazer para essa mulher/adolescente, mas é não raras vezes dotado de rispidez e pouco afeto.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A gravidez precoce é tradicionalmente vista como risco tanto para mãe quanto para o bebê. No entanto, há estudos que discordam e apontam que pode variar de acordo com o significado de maternidade ganha para as mulheres que se encontram no período gestacional. No caso da gravidez de adolescentes em situação de rua, muitas vezes a chegada do filho é vista como uma oportunidade de recomeço, uma chance de mudar de vida e proporcionar uma realidade diferente das ruas para o bebê (GONTIJO E MEDEIROS, 2008). Castro (2016) salienta que a gravidez na adolescência possui conotações diferentes para as adolescentes que se encontram em situação de rua e para as que são pertencentes à classe média. A gravidez precoce é um fator comum para a maioria destas adolescentes, embora para a classe média seja considerada um desvio da “normalidade”.

Dados da ONU (2017) apontam que um em cada cinco bebês que nascem no Brasil é filho de mãe adolescente. Entre estas, de cada cinco, três não trabalham nem estudam; sete em cada dez são afrodescendentes e aproximadamente a metade mora na região Nordeste. Em outro relatório publicado em fevereiro deste ano, a ONU pontuou que é preciso reduzir a gravidez precoce através de programas multissetoriais de prevenção destinados aos grupos expostos a maiores vulnerabilidades, bem como proporcionar acessibilidade à educação sexual e aos métodos contraceptivos.

O presente estudo objetiva apresentar uma revisão de literatura sobre as adolescentes em período gestacional e a relação que as mesmas possuem com a rua.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa será uma revisão de literatura que apresenta um estudo sobre a situação de adolescentes grávidas em situação de vulnerabilidade. De acordo com Noronha e Ferreira (2001), uma revisão de literatura é entendida como um



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estudo de análise de literatura com base em artigos publicados em periódicos científicos por meio de um recorte de tempo, que possibilite uma visão geral do tema que está sendo abordado, dando ênfase às novas ideias, métodos e subtemas que possuem maior e menor destaque dentro das literaturas escolhidas. Assim, foram consultados os bancos de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online – SciELO, as buscas foram realizadas no período do mês de junho à agosto. Devido à dificuldade de encontrar estudos sobre o assunto foram considerados nos critérios de inclusão as literaturas que apresentavam pesquisas tanto da gravidez na adolescência, quanto de adolescentes grávidas em situação de rua. A procura nas plataformas de pesquisas foi conduzida a partir das seguintes **Palavras-chaves:** adolescência, gravidez, situação de rua e vulnerabilidade. Os artigos selecionados foram publicados após sancionada em 1990 a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), incluindo obras literárias completas disponíveis em artigos publicados em português, utilizando-se no total de 17 artigos para elaboração da pesquisa. Os critérios de exclusão para a revisão foram teses, dissertações e material não publicado em revista científica e artigos não relacionados ao tema de pesquisa especificamente, uma vez que muitos estudos tratam da situação de rua relacionada a outros elementos e a partir de outras abordagens, totalizando 7 artigos excluídos. A estratégia de pesquisa foi à procura por artigos cujo título referia-se a temática e posteriormente, os resumos eram lidos e, em seguida, o artigo completo era lido, dessa forma foram incluídos 10 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na maioria dos casos, os relatos contidos nos artigos apresentam que são diferentes os fatores causais da condição de situação de rua, dentre os quais estão a violência doméstica (física e/ou sexual); condições econômicas precárias; envolvimento com substâncias psicoativa; ruptura de laços familiares; busca de obtenção de alguma renda, e a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



procura por liberdade e diversão (Medeiros; et al, 2001). Está em situação de rua, tornam essas meninas mais suscetíveis a se tornarem usuárias de substâncias psicoativas e à engravidar precocemente. Autores como, Nunes e Andrade (2009), vão salientar que essas adolescentes ao estarem nas ruas, se tornam frequentemente alvos de violência e exploração sexual, comércio e tráfico de drogas.

A gravidez na adolescência em relação às ruas, geralmente é resultado de relacionamentos curtos e de vínculos fragilizados, tendo como consequência uma mãe adolescente sem o acompanhamento do progenitor e de qualquer contato com o mesmo. Segundo Schwonke, Fonseca e Gomes (2009) a gravidez na adolescência também seria resultado do não uso do preservativo ou o mesmo utilizado de forma inadequada e a pouca ou a ausência de informações sobre saúde sexual. Estes mesmo autores afirmam a gravidez precoce não é o único resultado do sexo desprotegido, as doenças sexualmente transmissíveis seriam uma das consequências, sendo HIV o principal.

A maioria dos autores vão apontar que a gravidez na adolescência é vista como uma situação de risco pela Saúde Pública, Pantoja (2003), destaca que a gestação precoce tem sido popularizada pelas mídias como um fenômeno negativo, fator de mudanças bruscas na vida das adolescentes e como um fator oriundo da pobreza, e da falta de acesso aos serviços públicos. Pessalacia, Menezes e Massuia (2010), apontam que a gravidez também é vista como um quadro de gravidade tanto de natureza clínica, como de natureza comportamental, biológica, sociocultural, ambiental e econômica.

Costa et. al (2015), ressalta que as ruas expõe as gestantes a dificuldades de acesso aos serviços de atenção básica para a realização do pré natal, pois este é um serviço territorial, que utiliza de endereço residencial. No entanto, o Art. 2º da Portaria nº 569, de 1 de Junho de 2000, estabelece que “toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério”, assim independente de se

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



encontrarem em situação de rua é direito da gestante ser assistida por uma Unidade de Estratégia da Família (ESF).

É importante considerar as significações que um filho tem na vida dessas adolescentes, Gontijo e Medeiros (2008), colocam que em alguns casos o filho é visto como o fim da solidão, e que elas consideram que os mesmos representam a criação de vínculos de troca de amor; o filho também seria um “salvador”, que veio proporcionar um novo futuro. Contudo, autores como Costa et al (2015), vão assinalar que nem sempre o filho é desejado, e que em alguns casos gera insatisfação. Já Castro (2015) pontua que a gravidez é algo inevitável e não planejado, no caso das adolescentes e mulheres em situação de rua.

Dados do Ministério da Saúde de 2010 apontavam que apesar da diminuição da fecundidade no território brasileiro, a gravidez de adolescentes em situação de vulnerabilidade permanecia aumentando (BRASIL, 2010). No entanto, esses dados tiveram uma mudança em 2017, o próprio Ministério da Saúde trouxe que houve uma queda de 17% de adolescentes grávidas na faixa etária entre 10 a 19 anos, essa queda se deu devido a ampliação dos programas e Saúde da Família, Saúde na Escola (BRASIL, 2017). Araújo et al (2017), destaca outro fator importante para essa diminuição de gestações entre as adolescentes em situação de rua, que foi a criação das políticas públicas de saúde para a População em situação de Rua (PSR), que tem como um de seus objetivos trabalhar a Redução de Danos (RD), e garante acesso dessa população a atendimentos no SUS (Sistema Único de Saúde), e esse acesso ocorre por meio das equipes de Consultório na Rua, que promove a promoção de direitos humanos e da inclusão social.

Uma outra razão para a busca da diminuição da gravidez na adolescência são os riscos que as mães correm devido a pouca idade, e pode-se destacar também a procura tardia pela assistência ao pré-natal, o que pode acarretar consequências irreversíveis para um prognóstico positivo tanto do parto, quanto do nascimento, pois o pré-natal, é o período



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em que a gestante recebe informações sobre o bem-estar e a saúde tanto do bebê, quanto dela.

Assim, os dados coletados na maioria dos artigos indicam que adolescentes em situação de rua estão mais propensas a engravidar, e também estão mais sujeitas a situações de violência. Pode-se notar que a ausência de políticas públicas mais efetivas, que possam proporcionar assistência às adolescentes que já estão grávidas e educação sexual para aquelas que ainda não estão proporcionando prevenção tanto da gravidez indesejada e de infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

CONCLUSÃO

Esta revisão de literatura encontrou poucas pesquisas epidemiológicas que focalizam o tema. Além disso, essas análises foram realizadas utilizando-se diferentes estruturas metodológicas e revelou diversos campos carentes de mais pesquisas. Não foram encontrados estudos, considerando os efeitos que a situação de rua tem sobre o desenvolvimento do bebê e a paternidade e como se dá às relações entre pais e filhos. Além de questões como o estigma agregado a ser um adolescente em situação de rua com filhos, as políticas públicas, os resultados da gravidez, a maternidade e o desenvolvimento da criança ainda necessitam de futuras investigações.

Através dessa revisão, nota-se também a ausência de estudos que abordam a discussão da cor/raça das adolescentes que se encontram em situação de rua, apesar dos dados da ONU (2017), revelarem que a maior parte das adolescentes que engravidam são afrodescentes e nordestinas os estudos sobre o tema não consideram esses dados.

Neste contexto, de acordo com Araújo et al (2017) a gravidez é uma estratégia de afirmação e identidade das adolescentes em situação rua, já que a mesma é uma realidade esperada. No entanto, a condição de vulnerabilidade requer um cuidado assistencial,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



levando em consideração as formas de promoção à saúde e prevenção aos danos da gestação, além do cuidado regular no puerpério.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L dos et al. O contexto da gestante na situação de rua e vulnerabilidade: seu olhar sobre o pré-natal. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 11(Supl. 10):4103-10, out.2017

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM nº. 569/2000. Instituiu o programa pré-natal e nascimento.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

COSTA, S. L. da et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saude soc. [online]**. 2015, vol.24, n.3, pp.1089-1102.

DE CASTRO, C. Meninas de rua e gravidez: um ideal de valorização social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, América do Norte, 122 07 2016.

GONTIJO, D. T; MEDEIROS, M. "Tava morta e revivi": significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 469- 472, fev. 2008.

NUNES, E. L, G. DE ANDRADE, A. G. ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: PROSTITUIÇÃO, DROGAS E HIV/AIDS EM SANTO ANDRÉ, BRASIL. **Psicologia & Sociedade [en linea]** 2009.

MEDEIROS M., et al. A Sexualidade para o adolescente em situação de rua e.m Goiânia. **Rev Latino-am Enfermagem**. 2001 março; 9(2): 35-4

Ministério da Saúde. <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>. Acesso em 22/08/2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília, 2010.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em 22/08/2018.

NORONHA, D. P. FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PANTOJA, A. L. N. (2003). “Ser alguém na vida”: Uma análise sócioantropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 19(2), 335- 343. 2003.

PESSALACIA, J. D. R. de MENEZES, E. S. MASSUIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista - Centro Universitário São Camilo** - 2010; 4(4):423-430.

SCHWONKE, C. R. G. B. DA FONSECA, A. D. GOMES, V. L. O. Vulnerabilidades de adolescentes com vivências de rua. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, Rio de Janeiro, V. 13, v. 4, p. 849-855, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Brasil tem sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul. Disponível em <https://nacoesunidas.org/brasil-tem-setima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-america-do-sul/>. Acesso em 22/08/2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



INTERVENÇÃO GRUPAL: CUIDADO DE PACIENTES COM PARKINSON, SEUS FAMILIARES E CUIDADORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Ana Carolina de Souza
Graduanda em Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
anac.9@hotmail.com

Patricia Morales Monteagudo
Bacharel em Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
psicopamm@gmail.com

Karla Soares Pereira Valvieste
Doutora em Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
karlavalvieste@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Psicologia Hospitalar no Brasil ganhou espaço após a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). A consolidação do SUS, segundo Marcon, Luna e Lisbôa (2004), marca a ampliação da inserção do psicólogo em serviços junto à comunidade e em instituições públicas, uma vez que os principais serviços ocupados até então pelos psicólogos eram consultórios e instituições particulares.

Carvalho & Yamamoto (1999) revelam que o número de psicólogos participantes da rede pública de saúde no Brasil passou de 726 em 1976, para 3671, em 1984, o que significa um crescimento de empregos de 21,47% em Psicologia na área da saúde. Os espaços ocupados por esses psicólogos foram

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ambulatórios e hospitais psiquiátricos, hospitais (gerais e especializados) e unidades básicas de saúde (MARCON, LUNA, LISBÔA, 2004, p. 29).

Considerando a atuação do psicólogo hospitalar como uma atividade relativamente recente e considerando também as relações de poder advindas do discurso médico, o fazer do psicólogo nesse cenário ainda é pouco delimitado e causa dúvidas aos próprios profissionais. Meiado, Fadini (2014) acreditam que a atuação do profissional da psicologia nessas instituições se refere à atenção ao paciente, mas também à família e a equipe de saúde, com o objetivo de atenuar o sofrimento causado pela sintomatologia da doença e melhorar a qualidade de vida do indivíduo e daqueles ao seu redor. “Isso significa ampliar e diversificar a assistência aos pacientes, ‘inventando’ outros espaços e modos de intervenção e transformando a instituição em um lugar de produção de novas relações [...]” (LO BIANCO, 1994; CAMPOS, 1992 apud MARCON, LUNA, LISBÔA, 2004, p. 32)

Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar a atuação da equipe de estagiários de Psicologia da Divisão de Psicologia Aplicada (DPA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), na cidade do Rio de Janeiro. Na instituição hospitalar, as atividades que serão aqui descritas acontecem no Ambulatório de Fisioterapia Neurofuncional (AFN), que recebe, dentre algumas outras especificidades, pessoas com a Doença de Parkinson (DP). A chegada do paciente ao Ambulatório se dá através de uma consulta em uma Clínica da Família de seu bairro e posteriormente um encaminhamento gerado por seu cadastro no Sistema Nacional de Regulação (SISREG). Os estagiários trabalham em três atuações principais: 1. Psicoterapia clínico-grupal a pessoas com DP; 2. Acompanhamento de familiares e cuidadores; 3. Humanização das práticas de cuidado dos profissionais da saúde que participam do ambulatório.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



METODOLOGIA

O trabalho da Psicologia realizado no Ambulatório é orientado pelo referencial teórico da Análise Institucional Francesa e guiado pelo método Cartográfico. O método da Cartografia, segundo Passos e Kastrup (2013) possui alguns fundamentos básicos: entendimento do conhecimento como invenção, entendimento da pesquisa como intervenção, entendimento da pesquisa como acompanhar processo mais do que descrever as coisas, investigação da produção de subjetividades e processos de individuação, mapeamento do coletivo de forças, avaliação crítica das diretrizes da pesquisa. Assim, o clínico em campo deve estar disposto a fazer análise das problemáticas ali presentes, dos dispositivos criados para trabalho e também das reverberações da clínica nos indivíduos.

A partir dessa análise do campo, foram desenvolvidos vários dispositivos que pudessem facilitar a expressão dos presentes no campo e potencializá-las, bem como dar conta das demandas trazidas por todos. Nesse contexto, o dispositivo está inserido como um conceito de Deleuze (1996), que consiste em máquina de fazer ver e fazer falar, isto é, aquilo que possibilita trazer para realidade o invisível e o indizível. Assim, na Psicoterapia clínico-grupal com as pessoas com DP utilizamos como principal ferramenta o Dispositivo Grupal. Ferreira Neto e Kind (2010), além de defenderem que as práticas grupais ajudam a desfocar a patologia e também trazer à tona outras dimensões da vida, apresentam quatro efeitos desse dispositivo: o primeiro é o de suporte para condições de vida difíceis, o segundo é a criação de espaços de sociabilidade, o terceiro é a troca de informações entre os pacientes e também entre pacientes e profissionais e o quarto é o fortalecimento de vínculos entre os membros do grupo. Através do trabalho em grupo com os pacientes, conseguimos realizar atividades como rodas de conversas, sensibilizações corporais, e outras atividades do campo das Artes (pintura, teatro, dança, música, performance etc).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Quanto aos dispositivos utilizados no acompanhamento de familiares e cuidadores, o mais comum é o atendimento de sala de espera. Neste sentido, considerando as necessidades dos usuários, a sala de espera tem o intuito de garantir um cuidado humanizado, efetivando a aproximação cada vez maior entre a comunidade e os serviços de saúde (RODRIGUES et al, 2009). Ainda segundo os autores, os atendimentos em sala de espera proporcionam o acolhimento daqueles que frequentam a instituição, melhorando a relação entre usuário e cuidador.

Por fim, os dispositivos para a humanização das práticas de cuidado dos profissionais da saúde que participam do ambulatório são referenciados pelo Método da Tríplice Inclusão, encontrado no Caderno HumanizaSus (BRASIL, 2010). Esse dispositivo permite que através de atividades problematizadoras e rodas de conversa se analise a implicação de todos os sujeitos participantes do AFN, de todas as tensões produzidas no campo e da inserção do coletivo no espaço hospitalar.

PSICOTERAPIA CLÍNICO-GRUPAL COM PESSOAS COM DP

A Doença de Parkinson é uma das doenças neurológicas mais comuns. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), estima-se uma prevalência de 100 a 200 casos por 100.000 habitantes. Considerada uma doença crônica e degenerativa, o tratamento a essas pessoas visa a redução da progressão dos sintomas e a melhora na qualidade de vida. A doença atinge o sistema motor, tendo como principais manifestações o tremor de repouso, a bradicinesia, a rigidez e as anormalidades posturais. Entretanto, é uma doença que possui também uma série de expressões não motoras, como alterações do olfato, distúrbios do sono, hipotensão postural, constipação, mudanças emocionais, depressão, ansiedade, sintomas psicóticos, prejuízos cognitivos, demência, entre outros.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Pela alta complexidade da doença, o tratamento deve ser por uma equipe multiprofissional, já que uma só área não é capaz de dar conta de tudo que a DP abarca.

O processo de avanço da DP, atrelado na maioria dos casos ao envelhecimento, constitui uma série de perdas, sendo elas físicas, subjetivas, materiais e afetivas. Dentre as questões mencionadas, o aspecto das perdas físicas é um dos mais frequentemente retratado pelos pacientes. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda (SCHNEIDER, IRIGARAY, 2008). Assim, ao mesmo tempo em que muitos dos pacientes precisam lidar com esse corpo da velhice estereotipado como improdutivo, demarcado por características como, por exemplo, diminuição da estatura, mudanças na pele, na visão, na audição, eles precisam vivenciar um corpo em degeneração por conta da DP, que é cada vez mais enrijecido, mais agitado, com a fala menos articulada, olfato menos sensível, postura mais instável, dentre outras modificações.

Outro aspecto mencionado, o das perdas subjetivas, diz respeito à perda da autonomia e do protagonismo da própria vida, vivenciadas no ambulatório através de um assujeitamento em relação aos profissionais de saúde, representando uma certa passividade no processo de cuidado. De acordo com Valcarenghi et al. (2017), os pacientes com DP vivem, a cada novo dia, uma luta constante para manter a autonomia e independência, na busca de superar seus sintomas e limitações. Esse fator é estritamente relacionado ao corpo, já que a progressão da doença os torna, muitas vezes, dependentes de uma outra pessoa para a realização de atividades básicas do cotidiano, dando espaço para que tomem decisões em seus lugares.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Quanto às perdas econômicas, percebemos que a situação financeira de muitos pacientes sofre uma instabilidade após o diagnóstico, pelo fato de, por vezes, precisarem parar de trabalhar em decorrência da doença, e entrarem no processo lento de aposentadoria e a renda familiar precisar se adequar à um novo valor, e também pelo fato de todo gasto com medicação e tratamento, já que alguns deles não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Estima-se que o custo anual mundial com medicamentos antiparkinsonianos esteja em torno de 11 bilhões de dólares, sendo o tratamento cerca de três a quatro vezes mais caro para os pacientes na fase avançada da doença (BRASIL, 2017, p.3).

Por último, quando nos referimos às perdas afetivas queremos falar sobre o processo de isolamento social e sobre o afastamento de pessoas próximas. Navarro-Peternella e Marcon (2012) defendem que o aumento das incapacidades, as limitações diárias e os estigmas que a doença de Parkinson carrega socialmente podem desencadear isolamento social. Percebemos que alguns dos sintomas expressos nos corpos dos pacientes são motivos de intenso constrangimento, levando-os a evitar situações de visibilidade, como por exemplo comer em público, ou até mesmo andar pela rua. Já o distanciamento de alguns amigos e familiares acontece principalmente em razão de uma aposentadoria, em que se perde o contato com profissionais que conviveram por muitos anos, ou então pelo fato de alguns indivíduos não suportarem o compartilhamento do cuidado, uma vez que a DP exige muito do cuidador (fisicamente e emocionalmente). Assim, o paciente com DP, muitas vezes, se percebe sozinho nesse adoecimento, o que entendemos como prejudicial, pois o suporte social é uma das formas de enfrentamento da progressão da doença.

Dadas tais circunstâncias, o trabalho da Psicologia com esse público tem o intuito de refletir sobre outras formas de habitar o mundo, possibilitando, assim, a aceitação da doença e questionando o que denominamos normalidade. Buscamos o incentivo ao

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



protagonismo social e a retomada de decisões de sua própria vida, uma vez que as condições cognitivas são majoritariamente preservadas. Além disso, estimulamos uma vivência que trabalhe constantemente com os preconceitos sociais e o resgate de atividades sociais e comunitárias. Dessa forma, temos percebido reverberações positivas no campo, sendo elas: o reconhecimento e ressignificação do corpo enquanto capaz de produzir afeto, produzir arte; a criação de uma rede de suporte; o fortalecimento de vínculos entre o grupo e profissionais; a troca de informações quanto a formas de enfrentamento e construção de uma luta coletiva pela garantia de direitos no âmbito de política pública; o aumento da autonomia e protagonismo da própria vida; a proatividade no processo do cuidado/tratamento.

ACOMPANHAMENTO DE FAMILIARES E CUIDADORES

Entendemos que o serviço deve ser voltado para os familiares e cuidadores também pelo fato deles compartilharem a vivência do diagnóstico com a DP, uma vez que acompanham todo processo de perdas que o paciente passa, seja ela física, afetiva, material ou subjetiva e por serem corresponsáveis no processo de cuidado. O Ministério da Saúde define o cuidador da seguinte forma:

A ocupação de cuidador integra a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO sob o código 5162, que define o cuidador como alguém que “cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida”. É a pessoa, da família ou da

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



comunidade, que presta cuidados à outra pessoa de qualquer idade, que esteja necessitando de cuidados por estar acamada, com limitações físicas ou mentais, com ou sem remuneração. (BRASIL, 2008, p. 8)

Ainda segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), a tarefa do cuidador é algo complexo, e sua relação com a pessoa a ser cuidada é permeada por sentimentos diversos e contraditórios, como: raiva, culpa, medo, angústia, confusão, cansaço, estresse, tristeza, nervosismo, irritação, choro, medo da morte e da invalidez. Uma característica importante dessa prática é a alta alternância de cuidador de um mesmo indivíduo, em razão da intensa exigência da tarefa. Por isso que se faz tão importante um espaço em que o cuidador possa ser compreendido, seja por outros cuidadores que compartilham de tais experiências, pelos profissionais da saúde e pelos próprios pacientes.

Desse modo, o acompanhamento dos familiares e cuidadores, realizado enquanto esses esperam os pacientes a serem atendidos, proporciona um solo comum entre eles, em que compartilham experiências de sofrimento, mas também formas de enfrentamento. Nessa atenção a quem se cuida, demarcamos a importância de eles cuidarem de si e da relação que possuem com o paciente

HUMANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE PARTICIPAM DO AMBULATÓRIO

Ao considerarmos toda complexidade das inúmeras doenças que acometem as pessoas que frequentam o serviço público, somado às atuais circunstâncias de desafios na atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), os trabalhadores precisam lidar diariamente com situações que afetam sua própria saúde e conseqüentemente a forma com que

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



trabalham. Assim nasce a Política Nacional de Humanização (PNH), para atender esse público: os profissionais da área da saúde. Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010, p. 7):

os princípios da PNH são, o exercício do método – a inclusão - deve considerar, necessariamente, que não se separe a gestão da clínica, que se promovam processos de comunicação para além da hierarquia e do corporativismo, e que se aposte que os sujeitos são capazes de produzirem deslocamentos desde seus interesses mais imediatos, construindo processos de negociação, permitindo a criação de zonas de comunalidade e projetos comuns.

Ainda conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), a PNH propõe o método da tríplex inclusão: de pessoas, de coletivos e movimentos sociais e da perturbação, da tensão que estas inclusões produzem nas relações entre os sujeitos nos processos de gestão e de atenção, tomados como indissociáveis. Também pensando na Humanização do Serviço, a PNH propõe cinco diretrizes para orientar os profissionais da saúde: Acolhimento, Gestão Democrática, Clínica Ampliada, Valorização do trabalho, Garantir os direitos dos usuários.

O Acolhimento corresponde à construção de um campo de cuidado compartilhado, de corresponsabilização. Isto é, cuidar de quem precisa de cuidado e também de quem cuida e a partir daí produzir novos movimentos, desvios. A Gestão Democrática diz respeito ao compartilhamento de poder, da tomada de decisões, ou seja, horizontalizar o poder entre gestores, familiares, usuários, e demais profissionais. A Clínica Ampliada critica as estratégias de cuidado baseadas somente no biológico, considerando importante também o social e o subjetivo. A Valorização do Trabalho é trabalhar em conjunto para garantir formas dignas e bem remuneradas de trabalho. Por fim, Garantir os direitos dos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



usuários significa um trabalho respeitoso diante de suas opções sexuais, religiosas e políticas, que não podem ser discriminadas.

A partir da Política Nacional de Humanização, pensamos o nosso trabalho no AFN. A equipe é composta por profissionais de Fisioterapia, Nutrição, Assistência Social, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, caracterizando um trabalho multiprofissional, que tem o intuito de atender a maior parte das demandas do paciente com a DP. Nesse sentido, instituímos algumas reuniões de equipes para discussões dos casos e demais demandas que viessem a surgir, rodas de conversas entre profissionais e pacientes, bem como realizamos atividades que problematizam a hierarquia e a sensibilização no processo de cuidado, além de incentivarmos as relações interpessoais entre os membros da equipe.

Como resultado de nosso trabalho, temos observado as seguintes situações: Corresponsabilização de profissionais e pacientes no processo de cuidado; Promoção de autonomia e protagonismo nos diversos trabalhadores; Escuta qualificada e crítica dos profissionais no que diz respeito à performance no trabalho; Conciliação das demandas dos pacientes e dos agentes de saúde; Fortalecimento da comunicação e articulação entre as diferentes áreas da saúde; Diagnósticos e terapêuticas compartilhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrevermos as três principais frentes do trabalho da Psicologia no Instituto de Neurologia Deolindo Couto, podemos perceber o quão complexa é a atuação dos psicólogos na rede pública, repleta de condições específicas e singulares a serem analisadas. Assim, o mapeamento do campo é fundamental para posteriormente se pensar em estratégias de cuidado e de enfrentamento das demandas que ali surgem. Além disso, concluímos o quão importante é a Psicologia nessa função de articular as demandas de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



diferentes grupos, no intuito de produzir um campo mais integrado e consequentemente que produz saúde de forma mais eficaz e humanizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanizar a formação para humanizar. **Cadernos HumanizaSUS**. v.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 63-71. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUS.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **Cartilha da Política Nacional de Humanização**. Brasília: Premium, 2013.

_____. **Guia prático do cuidador**. Brasília, DF, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018

_____. Secretaria de atenção à saúde. **Portaria Conjunta nº 10, de 31 de outubro de 2017**. Aprova o protocolo clínico e diretrizes terapêuticas na doença de Parkinson. Brasília, 2017. Disponível: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/14/Portaria-Conjunta-PCDT-Doenca-de-Parkinson.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.

FERREIRA NETO, J. L.; KIND, L. Práticas grupais como dispositivo na promoção da saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1119-1142, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n4/a04v20n4.pdf> >. Acesso em: 21 set. 2018

MARCON, C.; LUNA, I. J.; LISBOA, M. L. O psicólogo nas instituições hospitalares: características e desafios. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p. 28-35, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a04>>. Acesso em: 21 set. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MEIADO, A. C.; FADINI, J. P. O papel do psicólogo hospitalar na atualidade: um estudo investigativo. **RECIFIJA**, Jaú, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<http://www.fundacaojau.edu.br/revista11/artigos/7.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

NAVARRO-PETERNELLA, F. M., MARCON, S. S. Qualidade de vida de indivíduos com Parkinson e sua relação com tempo de evolução e gravidade da doença. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 1-8, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692012000200023&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 21 set. 2018.

PASSOS, E.; KASTRUP, P. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal: Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/11.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

RODRIGUES, A. D. et al. Sala de espera: um ambiente para efetivar a educação em saúde. **Vivências**, v. 5, n. 7, p. 101-106, maio 2009. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_007/artigos/artigos_vivencias_07/Artigo_13.pdf>. Acesso em 21 set. 2018.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

VALCARENGHI, R.V. et al. O cotidiano das pessoas com a doença de Parkinson. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 71, n. 2, p. 293-300, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO PARA SAÚDE DA MULHER COMO FERRAMENTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MALFORMAÇÃO DO BEBÊ

Ramon Pereira Lima

Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental

Faculdade Nobre de Feira de Santana

ramonlimapsi@gmail.com

Áquila Thalita Sampaio Costa

Especialista em Psicologia Clínica

Faculdade Nobre de Feira de Santana

aquila_thalita@hotmail.com

Jaqueline França de Almeida

Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental

Faculdade Nobre de Feira de Santana

jaquelinefranca@gmail.com

Introdução

A decisão de ter um filho provoca uma relação amorosa importante com a esperança da imortalidade, segundo Maldonado (2013). Para a autora, o filho é visto como extensão dos pais, que preenche suas lacunas e o vazio interno, logo o processo gravídico só pode ser entendido com a percepção de fatores como a história da grávida, em que contexto a gravidez se desenvolveu, aspectos socioculturais, econômicos, a assistência que a mãe possui e a evolução do processo gravídico.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Essa autora ainda afirma que, a gravidez é um período de transição, da mulher e, também do homem, pois ambos assumem novos papéis, alterando a composição familiar e perturbando o equilíbrio ali existente. Além de, que as condições socioeconômicas devem ser levadas em considerações, porque a vinda de um filho acarreta gastos, privações, tensões e preocupações com o futuro, esclarecendo que a gravidez é um período de alteração biopsicossocial.

Segundo Mehoudar (2012), no primeiro trimestre na gravidez, que é marcado por ambivalências, o sentimento de confusão se faz presente em muitas mulheres nesse período, pois, elas temem a perda da liberdade já que a maternidade é vista como “para sempre”. Diferente do primeiro trimestre da gravidez, o segundo é considerado mais estável emocionalmente, o evento central dessa fase é a possibilidade de sentir os movimentos do feto, dessa forma a mulher percebe o filho como outro ser (MALDONADO, 2013). Seguindo essa linha de pensamento, Maldonado (2013) reflete que no terceiro trimestre o evento central é a ansiedade que se torna, mais do que nunca, perceptível, esse evento se deve a proximidade no nascimento do filho.

O filho fantasia ou filho ideal, se refere a ideia que a mãe tem do seu filho, ocorre durante todo o processo gravídico, entretanto no terceiro trimestre ocorre, de forma mais clara, o medo de uma malformação, onde ter um filho sadio representa um prêmio, e um malformado um castigo (MALDONADO, 2013). Segundo Fernandes, Ramos, Filho e Alves (2015), a malformação faz parte de um grupo de alterações congênitas que são divididas em cinco, deformidades, complexos malformativos, síndromes malformativas, associações e a malformação, esta última é caracterizada por ser uma anormalidade estrutural. Assim, pode vim a gerar prejuízos orgânicos significativos na vida do sujeito.

Com a chegada da criança, o puerpério se torna o quarto trimestre da gravidez o qual, a mulher se torna sensível e confusa, com episódios de ansiedade e depressão, nesse período ocorre a mudança de fase da ansiedade, comum nos períodos finais da gravidez,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



para assumir uma nova realidade, com novas responsabilidades e tarefas, limitando de atividades anteriores (MALDONADO,2013).

Buscando, articular ideias, nesse sentido, percebe-se que a construção do bebê ideal que começa ser construído no primeiro trimestre é confrontado com o bebê real com a malformação. Existe então um choque dos pais pela enorme discrepância do que se foi fantasiado e do que lhe é apresentado. Esse choque tende a reverberar em um processo de luto, que para Freitas (2000), o luto não se refere apenas à perda de um ente querido, mas contempla aquilo que a pessoa considera como sendo uma perda.

Nesse sentido, esse estudo se propõe a discutir quais as implicações do preparo da mãe no processo gravídico-puerperal, dando ênfase em casos de malformação do bebê, destacando, a relevância da utilização do Pré-natal Psicológico (PNP) na atenção básica a saúde.

O estudo se faz necessário por ser a realidade de muitas mães, e o entendimento desse construto pode contribuir para o processo de autoconhecimento materno. Compreender como a mãe enfrenta e ressignifica a malformação do filho pode auxiliar, também, os cuidados prestados por diversos profissionais de saúde como psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e médicos.

Tendo em vista localizar o estudo com uma discussão pertinente ao serviço que dever ser prestado à mulher grávida em casos de malformação do bebê, e se este serviço contempla as dimensões estabelecidas, destaca-se que as mães recebem um apoio pré-determinado. O pré-natal para as mães, oferta no mínimo seis consultas na unidade de saúde ou em casa (em casos especiais), sendo preferencialmente uma no primeiro trimestre, duas no segundo trimestre e três no terceiro trimestre, além disso, ações educativas que visam esclarecer dúvidas das gestantes para que as mesmas possam aderir ao tratamento proposto. (CALDAS, et. al. 2010). Ainda cabe ressaltar que algumas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



malformações necessitam de cuidados únicos, como a microcefalia, variando, assim, cuidados exigidos em cada caso.

Pensando, ainda, em possibilidades de estabelecer uma assistência psicológica no pré-natal, esse estudo é construído, possibilitando articular contribuições para o entendimento de outras problemáticas, como a construção da relação mãe-bebê e o luto materno diante de crianças malformada, já que, segundo Klaus e Kennel (1993) só a partir do entendimento da relação existente que se pode entender o luto vivenciado pelas mães, pois o luto é proporcional à intensidade da relação.

O Pré-Natal Psicológico (PNP) é compreendido aqui como segundo Arrais, Mourão e Fragalle (2014), um apoio psicológico no período gravídico-puerperal, é uma prática pouco utilizada nas obstetrícias do Brasil, trata-se de uma técnica voltada para a humanização, com caráter psicoterapêutico, que busca integrar a mulher e a família ao processo gravídico-puerperal. Dessa forma, ela é indicada para diversos casos, como: malformação fetal, risco de perda do feto, medo do parto, transtorno psicossomático, transtornos depressivos, ansiedade, dentre outros. Ainda segundo Arrais, Mourão e Fragalle (2014), o PNP busca oferecer uma escuta qualificada e diferenciada, permitindo que a mãe expresse seus medos, suas ansiedades e preocupações.

Contemplando o papel do psicólogo na atenção a saúde, que ainda encontra-se em processo de formação já que, Franzese (2011 apud Polejack et al., 2015, p.32-31), destaca que a psicologia, como ciência e profissão, tem sido estimulada a se posicionar perante as instigações dentro da atualidade. Um desses corresponde a entender as ligações no que concernem forças e interesses, como também reconhecer demandas e possibilidades dentro de áreas complexas que são abarcados pela diversidade das subjetividades.

Além disso, Macedo (2012 apud Ferrazza, 2016, p.38) aborda em seu estudo que a inserção da psicologia no campo das Políticas Públicas, ocorre essencialmente, no que correspondem as unidades de atenção primária a saúde e nos serviços de saúde mental

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dentro da profissão de psicologia, na qual se vincula a uma realidade ainda longe do que é familiar dentro da própria formação, que por sinal se encontra enviesada no modelo clínico clássico, privatista e de atendimento voltado para psicoterapia de maneira individualizada. Tornando evidente que a psicologia precisa se empoderar de manejos terapêuticos, como o PNP, para assegurar seu papel na atenção à saúde do sujeito, e assim, nas políticas públicas.

Método

Essa pesquisa é classificada como qualitativa, porque segundo Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa se preocupa com a atribuição de significado e interpretação dos fenômenos estudados, fazendo uma análise individualizada, onde os processos e suas definições são o foco.

Em relação aos objetivos, essa pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, já que segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias tendem a proporcionar maior familiaridade com o problema para construir hipóteses ou deixá-lo mais explícito, enquanto que a descritiva visa descrever fenômenos e encontrar uma relação entre situações diferentes.

O estudo foi realizado a partir de uma revisão sistemática de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002), é feita a partir de materiais já elaborados, como artigos científicos e livros, a pesquisa bibliográfica permite uma investigação mais ampla dos fatores envolvidos.

Este estudo teve seu início em março de 2017, como proposta de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado como “A Falta de prognóstico em casos de malformação neurológicas: Os impactos na relação mãe-bebê”. Deste, surgiu o interesse segundo a perspectiva dos cuidados voltados para o PNP, assim, a pesquisa foi reformulada, utilizando uma base teórica similar, contudo mudando o método, objetivos,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



resultados e discussão, pois a ótica de leitura dos espectros foi alterada para o cuidado psicológico para com as mães.

A pesquisa foi feita utilizando a busca do Google acadêmico, coletando artigos publicados pelo BVS-PSI, PEPSIC, SCIELO, LILACS, utilizando como termos chaves: malformação e relação mãe-bebê, ludo do bebê imaginário e real, malformação e qualidade de vida, pré-natal psicológico e malformação, e malformação e gravidez. Foram lidos os cem primeiros títulos dos artigos que apareceram na pesquisa, destes foram selecionados oitenta e nove artigos, após ler o resumo de todos foram selecionados vinte e um artigos, para serem lidos o texto completo. Ao final foram utilizados quinze artigos nessa revisão. Os artigos que foram excluídos não contemplavam a temática da pesquisa. A pesquisa foi realizada entre os meses de março de 2017 e outubro de 2018.

Como critério de inclusão, os artigos tinham que ser publicados no período de 2009 a 2018. A partir disso, os dados foram coletados dos resultados e discussões dos artigos selecionados, os resultados contemplaram diversos achados, contudo, nem todos foram levados para discussão por não contemplarem os objetivos, a discussão foi realizada a partir do referencial teórico e o que foi encontrado nos resultados, levantando pontos que para serem pensados e discutidos.

Essa discussão ocorreu segundo o modelo de atribuição de sentido, que para Appolinário (2009), é quando o pesquisador faz interpretações dos achados, a partir da sua referência teórica e subjetiva, construindo um texto de análise e não somente de descrição.

Resultados

Para Lunardi, Cirico e Coldebella (2011) e Silva, et. al. (2015), no momento do diagnóstico o senso de percepção das mães são alterados e assim estas não conseguem assimilar de fato a notícia. Gomes e Piccinini (2010) acreditam que o diagnóstico provoca elevadas projeções futuras para o bebê real que, complementando essa ideia, Amorim e Magalhães (2016), discutem que esse fato provoca a diminuição de projeções para o bebê

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



imaginário.

Em muitos casos o diagnóstico é feito ainda durante a gestação, e para Roecker, et. al. (2012b), após essa notícia as mães acreditam na possibilidade do erro médico até o nascimento. Em relação ao diagnóstico precoce ainda na gestação, Roecker et. al. (2012a), discutem que este é favorável para a mãe, por outro lado, Silveira, et. al. (2015), colocam que ainda é discutível se este fato é favorável para a mesma.

Os autores Fleck e Piccinini (2013), colocam que o confronto com o filho real gera um choque intenso entre a relação da mãe com bebê imaginário e a relação com o bebê real. Concomitante a esse confronto, ocorre o luto do filho ideal, que pode ser sentido como qualquer outro luto (GOMES e PICCININI, 2010; MARCHETTI e MOREIRA, 2015; ROECKER, et. al. 2012b; SILVEIRA, et. al. 2015).

Os estudos de Gomes e Piccinini (2010) e Lumardi, Cirico e Coldebella (2011), em relação ao luto do filho ideal apresentado no parágrafo anterior, concordam que o processo do luto vai depender de como é dado à notícia para os pais pelo profissional de saúde.

Em relação aos cuidados recebidos pela mãe, pensando num aspecto referente ao PNP, Nardi, et. al. (2015), refletem que dentro do hospital, o foco é no desenvolvimento infantil, enquanto que a saúde da mãe não tem atenção adequada, nesse sentido, Roecker, et. al. (2012a), salientam que a mãe no contexto hospitalar, não recebe as informações suficientes sobre a situação do filho, da equipe de saúde.

Baldissarella e Dell'Aglio (2009), complementam falando que essa falta de informações e serviços de saúde se perpetua fora do contexto hospitalar, e a mãe vai para casa sem instruções, nem acompanhamentos necessários, fato esse que também é percebido por Carneiro e Medina, (2014); Lazzarotto e Schmidt (2013); Silva, et. al. (2015). Os últimos autores, no entanto, acrescentam que as mães passam por momentos assustadores, por não saberem lidar com as suas crianças, muitas das vezes frágeis.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Carneiro e Medina (2014) e Silva, et. al. (2015), discutem em seus estudos sobre a importância do apoio psicossocial, que vem da equipe médica, e por sua vez é fundamental para a vinculação mãe-bebê. Caldas, et. al. (2013), também, sugere que o PNP oferece uma possibilidade ampla para o apoio psicossocial as mães e famílias.

Continuando nesse contexto familiar, Lazzarotto e Schmidt (2013); Lumardi, Cirico e Coldebella (2011) e Milbrath, et. al. (2008), concordam que o apoio que a família dá para essas mães é insuficiente, onde na maioria das vezes as mães assumem o papel de principal cuidadora, o que gera sobrecarga emocional e física.

Diante disso, os autores refletem acerca do planejamento materno com a malformação do filho, planejamento esses que perpassam o PNP. Silveira, et. al. (2015), acreditam que os planejamentos para o futuro da criança são limitados, pois em determinados casos os bebês apresentam limitações reais, os planejamentos variam de acordo com a malformação que a criança apresenta.

Lumardi, Cirico e Coldebella (2011), não falam de planos para o futuro, mas trazem a ideia de expectativas para o futuro do filho, sejam estas positivas ou negativas, que podem depender do nível de entendimento das mães sobre aquilo que o seu filho apresenta. Em relação a esse entendimento da malformação, Gomes e Piccinini (2010), abordam as distorções que as mães tendem a ter sobre o futuro, com previsões de acontecimentos negativos, e visão de incapacidade da criança que perpassa a malformação.

Discussão

Maldonado (2013), em sua obra, discute a importância da gravidez e a percepção materna diante desse processo, onde a mãe interpreta o filho como uma extensão sua tornando possível que a mesma seja imortalizada, a criança vem ao mundo para preencher diversas lacunas da vida. A notícia da malformação, diante desse fato, rompe esse



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



processo, pois a criança pode não contemplar a imortalização ou o preenchimento de lacunas da mãe.

Nesse sentido é possível compreender porque os estudos de Lunardi, Cirico e Coldebella (2011) e Silva, et. al. (2015), constataram que a percepção da mãe é alterada no momento da notícia, pois o significado da gravidez deve ser redefinido. Acrescentando a esse fato, Maldonado (2013), destaca que a malformação pode ser sentida como um castigo, denunciando os pais como imperfeitos. Diante dessa consideração é inevitável que a mãe tenha sua autoestima rebaixada, ou como coloca de Amorim e Magalhães (2016), a mulher desenvolve uma ferida narcísica.

Arrais, Mourão e Fragalle (2014), afirmam que o PNP busca oferecer uma escuta qualificada e diferenciada, permitindo que a mãe expresse seus medos, suas ansiedades e preocupações, além disso, o mesmo possui caráter preventivo oferecendo um acompanhamento regular para essas mães. Assim, o PNP tem a possibilidade de suprir as demandas da mãe melhorando sua qualidade de vida, e ainda, prevenindo o adoecimento psíquico.

As pesquisas também chamaram atenção para o questionamento se o diagnóstico precoce da malformação (ainda na gestação), pode ser favorável ou não para a mãe, controversa que foi exposta nos resultados, pelos autores Roecker, et. al. (2012a) e Silveira et. al. (2015). Maldonado (2013), deixa claro que a construção do vínculo entre a criança e o filho começa ainda no primeiro trimestre da gravidez, essa relação é fortalecida durante todo o processo gravídico, a mãe fantasia o filho a partir das características da sua história e da gravidez, ou seja, a mãe cria representações para o feto na medida em que a gravidez avança. Klaus e Kennel (1993), ainda apontam que o luto é proporcional a intensidade da relação.

É vital considerar que o processo de luto está ligado a diversos fatores como: a forma que é dada o diagnóstico, a assistência que a mãe vai ter após a notícia e as



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



condições psíquicas maternas para enfrentar a nova realidade. Contudo, o luto do bebê ideal será sentido independente do momento que é dado à notícia, esse luto é sentido como qualquer outro, como foi apontado por diversos autores, entre eles Gomes e Piccinini (2010) e Roecker, et. al. (2012b).

Em relação a um diagnóstico precoce é necessário considerar os riscos do mesmo. Segundo Maldonado (2013), muitas mães são acometidas pela depressão pós-parto que tende a ser mais intensa se o filho tiver alguma malformação. Essa autora, ainda acrescenta pontuando em relação à rejeição do filho real, a mãe nunca vai aceitar completamente a criança independente de ter ou não uma malformação. Ferreira, Gois, Faria e Correia (1990), acrescentam discutindo sobre o luto do filho ideal que pode ser sentido como uma morte de uma criança perinatal.

Diante disso, é necessário considerar os riscos que a criança e a mãe são submetidas diante de um diagnóstico ainda na gestação, caso a rejeição profunda do filho venha a ocorrer, a vida de ambos pode ser colocada em risco devido a práticas de aborto não convencionais, assim é necessário considerar as questões éticas que envolvem tais casos.

Nesse sentido, o diagnóstico precoce é favorável para a mãe e a criança, caso estes recebam o acompanhamento necessário diante da realidade que se encontram. E o PNP oferece uma boa possibilidade para tal caso, pois segundo Arrais, Mourão e Fragalle (2014), o PNP tem como objetivo oferecer apoio emocional frente às demandas que surgem no período gravídico, preparando as mães psicologicamente através de informações, orientações e preparações para que as mesmas aceitem e saibam lidar com a realidade que se encontra o filho. O que torna essa assistência adequada para casos de malformação, pois as mães seriam acolhidas, amparadas, e orientadas durante o processo gravídico e o diagnóstico da malformação, possibilitando que as mesmas se preparem para a chegada dessa criança.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Essa assistência pode, ainda, proporcionar um problema que ficou evidente nos resultados, em relação ao desconhecimento da mãe sobre a situação real do filho, que repercute não somente durante o processo gravídico, mas durante a gravidez, o puerpério, no contexto hospitalar e ainda dentro de casa, realidade essa destacada por diversos autores como Nardi, et. al. (2015) e Roecker, et. al. (2012a).

Silva, et. al. (2015), nos resultados, pontuou que as mães vivenciam situações que não sabe como lidar com o filho, além disso, as mães não possuem apoio de seus familiares, o que perpetua numa sobrecarga emocional, prejudicando, não somente a mulher, mas como também a criança, esse fato foi apontado por diversos autores, dentre eles Lazzarotto e Schmidt (2013).

O PNP segundo Arrais, Mourão e Fragalle (2014), oferece a possibilidade de que as mães possam compartilhar experiências com outras mulheres que vivenciam essa situação. Favorecendo a construção de uma rede de apoio, esse grupo deve ocorrer segundo uma mediação de um profissional capacitado e preparado para acolher e ajudar nas ressignificações das demandas que surgirem, contribuindo ainda, que as mães em meio à troca de informações tenha a possibilidade de adquirir novos saberes de manejo e cuidado com seus filhos. Salientando o que foi exposto nos resultados por tal, em que, o conhecimento de cada mãe é essencial para o processo, a inserção em um grupo requer conhecer demandas específicas para que as mães sejam acolhidas da melhor forma possível.

Apesar do PNP oferecer a possibilidade de acolhimento e ressignificação de um diagnóstico, é necessário considerar que o apoio e o cuidado é dever de toda a equipe de saúde que lida com essas mães, o PNP, assim, oferece uma possibilidade frente a outro contexto de apoio e cuidado frente a demanda que é estabelecida pela mãe.

Por fim, o PNP, também oferece possibilidades no que diz respeito a idealização do futuro, pois Lumardi, Cirico e Coldebella (2011), traz nos resultados um importante ponto



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em relação a planejamento e expectativa para o futuro, estes dependem diretamente do nível de entendimento que as mães têm da malformação.

Maldonado (2013), traz um ponto importante em relação aos temores que a mãe tem em relação ao filho durante o processo gravídicos, muitos desses temores acompanhado de fantasias acerca da criança, especialmente envolvendo malformação, Gomes e Piccinini (2010), nos resultados, discutem sobre as fantasias da mãe no filho, com uma visão negativista que muitas das vezes perpassam a malformação. É sugerido diante disso que as fantasias que começaram no processo gravídico e continuam no puerpério, não amenizam, pelo contrário, continuam e se torna mais intensa, fato esse que também está atrelado à escassez de conhecimentos da mãe acerca do problema. Assim, o PNP por oferecer assistência contínua com informações e acolhimentos tem a possibilidade de suprir, tais demandas.

Considerações finais

O PNP oferece cuidados às mães em um contexto psicológico, sendo inegável, que como aponta os resultados, tal cuidado, tende a ser dispensado nos cuidados maternos, esse fato não faz referência apenas às mães com filhos malformados, mas a realidade de diversas mães. Dessa forma, é importante salientar a necessidade de atenção psicológica do parto ao puerpério.

A maternidade é um período difícil e de intensa transformação para a família, especialmente para a mãe, um filho malformado abala a maternidade em diversos aspectos, como foi elencado nesse artigo, o PNP oferece ampla possibilidade de prevenção e tratamento para problemas psicológicos derivados dessa situação. Além disso, oferece ainda à possibilidade de contato de mães que vivem em situações parecidas, favorecendo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma rede de apoio as mulheres, contemplando suporte psicossocial que se mostra escasso em muitos casos.

No entanto, o PNP, deve contemplar uma esfera de cuidado materno que ofereça suporte biopsicossocial para a mãe, ou seja, a saúde da mulher é contemplada a partir de uma equipe multidisciplinar, com atenção as peculiaridades de cada caso. Por fim, no que se refere às pesquisas e iniciativas voltadas para o PNP, ainda são insuficientes, dessa forma, é reconhecido à necessidade de novas pesquisas e projetos nesse campo, para garantir a promoção de espaços que as mães precisam, que por sua vez, podem favorecer amplamente a família e contribuindo, assim, para o desenvolvimento do filho malformado.

Referências

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo. Cengage Learning, 2009. Cap. 14.

AMORIM, N.C; MAGALHÕES, S.B. A interferência da notícia de fetos malformados na família: atuação do psicólogo. **Revista Psicologia Diversidade e Saúde**. 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1066/775>. Acesso em: 22/09/2017.

ARRAIS, A.R; MOURÃO, M.A; FRAGALLE, B. O pré-natal psicológico como programa de prevenção da depressão pós-parto. **Saúde Soc**. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00251.pdf>. Acesso em: 18/10/2017.

BALDISSARELLA, L; DELL'AGLIO, D. D. No limite entre a vida e a morte: um estudo de caso sobre a relação pais/bebê em uma UTI neonatal. **Rev, Estilos da clínica**, V.14, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1415-71282009000100005>. Acesso em: 22/09/2017.

CALDAS, D. B; SILVA, A. L. R; BÖING, E; CREPALDI, M. A CUSTÓDIO, Z. A. O. Atendimento psicológico no pré-natal de alto-risco: a construção de um serviço.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Psicologia Hospitalar, 2013, 11 (1), 66-87, disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ph/v11n1/v11n1a05.pdf> acesso em: 17/06/2018

CALIFE. K, LAGO. T, LAVRAS. C, **Atenção à gestante e à puérpera no SUS – SP: manual técnico do pré natal e puerpério**. São Paulo – 2010, disponível em
http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/destaques/atencao-a-gestante-e-a-puerpera-no-sus-sp/manual-tecnico-do-pre-natal-e-puerperio/manual_tecnicooii.pdf

CARNEIRO. V. M. S. P; MEDINA. G. S. Impacto do diagnóstico em cuidadores de crianças com malformações congênicas e possibilidades de intervenção. **Rev. CFCH**, 2014. Disponível em: <http://revista.cfch.ufrj.br/images/edicao-jic2013/carneiro-vanessa.pdf>. Acesso em: 23/09/2017.

FERNANDES. A. C, RAMOS. A .C, FILHO. M. C. M, ARES. M. J. J. **Reabilitação**. São Paulo, Manole, 2015. Cap. 3.

FERREIRA, L. M; GOIS, G. M; FARIA, M. C; CORREIA, M. J. O luto por morte perinatal e/ou malformação do bebê. **Análise psicológica**. 1990 disponível em:
http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2908/1/1990_4_399.pdf acesso em: 28/02/2017.

FERRAZZA, Daniele Andrade. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas: Psicologia e políticas públicas: desafios para la superación de prácticas normativas. **Rev. Polis e Psique**, Paraná, v. 6, n. 3, p.36-58, 2016.

FLECK. A; PICCININI. A. O bebê imaginário e o bebê real no contexto da prematuridade: do nascimento ao terceiro mês após a alta. **Revista Pepsic**. Aletheia no.40 Canoas abr. 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000100003. Acesso em: 22/09/2017.

FREITAS, N. K. **Luto materno e psicoterapia breve**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2000. Cap. 1. P. 36-47.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002. Cap. 4.
GOMES. A. G; PICCININI. C. A. Malformação do bebê e maternidade: aspectos teóricos e clínicos. **Psicol. clin.** vol.22, 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100002. Acesso em: 23/09/2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



KLAUS, M. H., KENNEL, J. H. & KLAUS, P. H. **Vínculo – Construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

LAZZAROTTO, R; SCHMIDT, E. B. Ser mãe de crianças com paralisia cerebral: sentimentos e experiências. **Rev. Perspectiva**, V.37, p. 61-72. 2013. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_373.pdf. Acesso em 22/09/2017.

LUNARDI. B; CÍRICO. L. J; COLDEBELLA. N. Vivências, sentimentos e experiências de mães frente a deficiência de seus filhos. **Congresso nacional de psicologia escolar e educacional**. 2011. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/252.pdf>. Acesso em: 22/09/2017.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da Gravidez – parto e puerpério**. 17ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARCHETTI. D; MOREIRA. M. C. Vivências da prematuridade: a aceitação do filho real pressupõe a desconstrução do bebê imaginário?. **Revista psicologia e saúde**. 2015. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/408/529> . Acesso em 23/09/2017

MEHOURDA, A. **Da gravidez aos cuidados com o bebê: Um manual para pais e profissionais**. São Paulo. Summus, 2012. Cap. 3.

NARDI. C.G.A; RODRIGUES. O.M.P.R; MELCHIORI. L.E; SALGADO. M. H; TAVANO. L. D'A; Bebês com sequência de pierre robin: saúde mental materna e interação mãe-bebê. **Estudos de Psicologia**, 32(1), 129-140, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v32n1/0103-166X-estpsi-32-01-00129.pdf>. Acesso em: 23/09/2017.

POLEJACK, Larissa et al. Atuação do psicólogo nas políticas públicas de saúde: caminhos, desafios e possibilidades. In: POLEJACK, Larissa et al (Org.). **Psicologia e Políticas Públicas na saúde: experiências, reflexões, interfaces e desafios: série Atenção Básica e educação na saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. Cap. 1. p. 31-39.

PRODANOV, C.C. FREITAS E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

ROECKER. S; MAI. R.D; BAGGIO. S. C; MAZZOLA. J. C; MARCON. S.S. A vivência de mães de bebês com malformação. 2012b. **Revista Scielo**. Vol. 16 Disponível em:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100003.
Acesso em: 23/09/2017.

ROECKER. S; MAI. R.D; BAGGIO. S. C; MAZZOLA. J. C; MARCON. S.S. Demandas assistenciais frente a gestação e o nascimento de bebês com malformação. **Rev Enferm UFSM(2)**, 252-263, 2012a. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/4614/3749>. Acesso em: 22/09/2017.

SILVA. P. L. N; SOARES. A. B. A; FERREIRA. T. N; ROCHA. R. G. Percepção materna sobre neonato com malformação congênita: estudo descritivo. **Online Brazilian journal of nursing**. 2015. Disponível em:
http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/viewFile/5199/pdf_506. Acesso em: 23/09/2017.

SILVEIRA. M. M. M; MOTA. M. C; FERNANDES. T. M; TELES. G. A. Do imaginário ao real: os impactos das malformações fetais nas relações parentais Investigação Qualitativa em Saúde. **Rev. Intervenções qualitativas em saúde**. Vol. 1, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/59/57> . Acesso em: 22/09/2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



OFICINAS DE CONTAÇÃO DE ESTÓRIAS NA PEDIATRIA: PSICANÁLISE, FANTASIA E HOSPITALIZAÇÃO

Otávio Ribeiro Lago Netto

Psicólogo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

otaviolago1@hotmail.com

Daniela Rodrigues Goulart Gomes

Psicóloga

dddgoulart@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia

Thauany Martins Viana

Psicóloga

thauany.mv@gmail.com

Faculdade Maurício de Nassau

INTRODUÇÃO

A estruturação da cena hospitalar atual constitui-se por processos sócio-históricos em que confluem o aparecimento de técnicas disciplinares e transformações radicais de saberes e práticas médicas. Observadas na distribuição espacial dos indivíduos, vigilância, controle sobre o desenvolvimento de uma ação, registro contínuo e transferência de informações, que se voltam para os fenômenos naturais que circundam a doença (Foucault, 1979).

Há uma transformação radical da instituição hospitalar iniciada no século XVIII na Europa. Se, por um lado, o hospital era lugar de transição, lugar de recolhimento dos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



doentes pobres aos últimos cuidados e sacramento para a morte, é a partir do século XVIII e início do século XIX que se funda o lugar de controle e evitação de epidemias. Nesse ínterim, os atores modificam-se, e ao saber médico é destinado à função de controle da cena, ensejando num apagamento também de problemáticas que não fossem da ordem corporal (tais como questões emocionais, sociais e culturais, por exemplo). O hospital torna-se um laboratório de observação e controle de variáveis biológicas na evolução da doença, cujo foco é o saber biomédico.

Observa-se, a partir de então, um processo ascendente de tecnologização com intervenções ditadas por equação custo/benefício de variáveis biológicas, frutificando na consolidação da área de saber médico no campo da saúde humana, sobretudo na instituição hospitalar.

A cena hospitalar enquanto instituição médica - disciplinar, positivo-cientificista, racional – se fortalece e expande suas bases como uniformizadora (e não múltipla) de discursos e de práticas diagnóstico-curativas. Portanto, lugar de destituição da subjetividade por excelência (CLAVREUL, 1983), instituindo dessubjetivação.

A dessubjetivação diz respeito à destituição do sujeito do saber sobre si, implicando na perda do referencial próprio. Isso se dá devido à diminuição de espaços para que o sofrimento apareça. Há, nessa uniformização de discursos e práticas, uma priorização de fala e de escuta dos sinais e sintomas como signos únicos e possíveis de obtenção de diagnósticos e, com isso, verifica-se a desqualificação de sentimentos, de sensações, de subjetivações do espaço corporal, da experiência de adoecimento e das consequências pessoais da hospitalização. Assim, o adoecimento resulta em um grande mal-estar, que em última instância produz sintoma, encerrado no corpo emocional.

Toda essa dinâmica resulta e reforça a Alienação do sujeito à doença quando não há possibilidade de significação que faça cadeia em direção outra que não seja da doença.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O sujeito passa a ocupar lugar de objeto impossibilitado de construir novas significações frente ao adoecimento.

A narratividade aparece como possibilidade para novas composições do indivíduo fragmentado, dessubjetivado, alienado à sua doença, à condição de objeto. Benjamim (1985) vem pensar a narrativa como capacidade de compartilhar experiências e conselhos, que são sempre tecidos na substância viva da existência, constituindo o que chama de sabedoria. Com a tecnicização, a narrativa perde espaço, os saberes decorrentes da experiência expressos conjuntamente, são desassociados. A produção de saber perpassa por outro processo que não a narratividade. A narrativa enquadra-se em outro campo, o romanceamento. E o saber distingue-se enquanto informação, fundando a estrutura da experiência na modernidade.

Portanto, torna-se extremamente relevante dar voz à posição que este sujeito ocupa frente às impossibilidades expostas pela hospitalização e pelo adoecimento. Essa é uma compreensão de saúde disruptiva (pois rompe com a lógica da unicidade do corpo biológico, trazendo entre corpo/psiquismo outras produções possíveis de promover impactos significativos na prevenção, promoção e reabilitação em saúde – pela multiplicidade de lugares ocupados quando se narra um sofrimento, uma doença, uma hospitalização).

A fantasia, em Freud (2010/1930) aparece como alternativa inconsciente de acesso do sujeito à realidade. Acesso que permite satisfação parcial da pulsão, tanto na obtenção de prazer quanto na evitação de desprazer, ou seja “A fantasia é o reino intermediário que se inseriu entre a vida segundo o princípio de prazer e a vida segundo o princípio de realidade” (FREUD, 2010/1930). Novas fantasias são produzidas para dar potencialidade ao corpo enfermo, para sustentar o sujeito diante da contingência. Para tal, é preciso vivificar a fantasia, tão desqualificada no mundo das quantificações. É ela, a fantasia, o romance escuso que encena no psiquismo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Deste modo, o sujeito ao fantasiar oscila entre registros conscientes e inconscientes na fala, na escrita, na imagem pictórica apresentando-se como, em palavras de Násio (2007, p. 12)

Uma curta cena dramática, extremamente rápida, quase como um flash, que se repete sempre a mesma, sem nunca ser nitidamente percebida pela consciência. É então uma cena que não vemos mentalmente, mas cujos efeitos sentimos emocionalmente sem saber que é ela a causa de nossa emoção.

Pensando em novas estratégias de cuidado às pessoas adoecidas que a contação de estórias infantis com perspectivas artísticas e estéticas significativas possibilitam aos internados vivificar a fantasia que na psicanálise lacaniana é elemento imprescindível de acesso ao psiquismo, onde acontecem “a satisfação do desejo e descarrega sua tensão” (Násio 2007, p. 10). Neste processo, damos lugar à narrativa possibilitando que os internos ocupem posição de sujeito, ou seja, ocupem postura ativa em seu processo de adoecimento.

O artigo apresentará, portanto, a experiência do projeto de extensão ESTORI(a)RTE - Uma proposta psicanalítica de narração e escuta na cena hospitalar. Refere-se a um conjunto de atividades articuladas de extensão no Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC) onde acontecem oficinas de contação de estórias e escuta analítica. Tais ações são justificadas pela importância em se restabelecer a função da fala e campo da linguagem em crianças e acompanhantes ocorrido com a internação frente a todo processo de dessubjetivação que diz respeito à destituição do sujeito do saber sobre si ocorrido com a internação.

MÉTODO

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O método utilizado para obtenção dos resultados foi análise qualitativa dos relatos de experiência dos alunos contadores de estórias em supervisão clínica pelo dispositivo psicanalítico de associação livre e atenção flutuante.

Os alunos relataram os acontecimentos ocorridos durante as oficinas de contação de estórias realizados na semana anterior e o supervisor/coordenador do grupo valeu-se do método interpretativo/indiciário (Ginzburg, 1939) para análise dos indícios tomados como zonas privilegiadas da interpretação de uma ou mais realidades opacas, não-transparentes e múltiplas (não unívocas) dos discursos das crianças e dos acontecimentos frente às estórias e histórias contadas na atividade.

O projeto de contação de estórias foi aprovado previamente pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEP) do Hospital Geral de Vitória da Conquista, que autorizou sua execução. O mesmo foi realizado por 06 (seis) alunos de Graduação dos Cursos de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (IMS-UFBA), da Universidade Estadual da Bahia (UESB) e da Faculdade Maurício de Nassau., por período de 08 (oito) meses.

O grupo de 06 alunos foi dividido em dupla, sendo que cada dupla realizava a contação uma vez na semana. As supervisões ocorriam em grupo, também semanalmente.

RESULTADOS

Das oficinas realizadas ao longo do projeto por uma das duplas foram extraídos três fragmentos de falas, que no contexto de escuta analítica são interpretados como distintos entre si, pois além das singularidades de cada narrativa, apontam para modos próprios de constituição da fantasia para lidar com a irrupção do real no processo de hospitalização.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Criança de 11 anos acompanhada pelo pai. Internamento por gastroenterite e colite. Fala que aponta para uma fantasia moralizada, a criança ao dizer que gostou da estória ocupa posição pedagogizada acerca de como se deve ser e o que se deve fazer.

T.: Gostei da estória e aprendi que a gente tem que ser quem a gente é [] é muito importante fazer novas amizades conhecer pessoas e ter amigos de todos os jeitos.

Criança de 12 anos acompanhada pelo pai. Internamento por fratura exposta na tíbia decorrente de acidente de moto. Fala que sinaliza um processo de fantasia realística, ligada a compreensão racional e compartilhada dos fatos.

C.: Na hora não doeu porque o sangue estava quente.

C.: Eles no hospital arrumaram uma carne e costuraram no lugar [...] tem gente que morre e amputam e eles pegam a carne e coloca no lugar [...] deve ser fácil eles conseguir.

Criança de 1 ano acompanhada pelo pai. Internamento por queimadura com água fervendo. A fala do pai aponta para a fantasia sobrenatural, que diante da dureza de pensar a dor sofrida pelo filho se posiciona num processo de negação do sofrimento do filho.

P.: Ele é guerreiro não chorou quando se queimou.

As falas não se encerram em si, fazem parte de uma escuta analítica e abertura para a narrativas dos sujeitos. Postura esta que, no processo de hospitalização permite ao sujeito ressignificar os traumas e se desalienar da doença ao dizer sobre si.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DISCUSSÃO

Os fragmentos de falas distintos em três eixos são fortes e comportam formações do inconsciente que se insinuam em cadeias significantes no campo da linguagem (Lacan, 1998/1966). A narrativa do sofrimento e a historicização das experiências pessoais são tentativas reiteradas de nomeação de sentidos possíveis à existência alicerçadas sob o plano fantasístico. Portanto, narrativa e historicização, são possibilidades de que, do sujeito cindido diante do Real, advenha em estado de busca, desalienado.

As distinções em eixos são apenas para versar sobre um dos pontos que se deixam entrever na fala. Pois a fantasia enquanto formação inconsciente é fluida, não dá para categorizar, são aportes temporários e efêmeros, entes de uma paisagem que se transmuta.

Os pacientes criam tais narrativas pelo confronto com o Real, o inimaginável, o impossível do corpo, da carne, da dor. E apontam para ressignificação do evento traumático e enfermidade. Tal processo permite o escape do automatismo e repetição da posição de objeto fragmento a disposição de procedimentos médicos. As oficinas ofertam a possibilidade de instaurar novos lugares psíquicos frente às mesmas situações de sofrimento e de dor.

A análise qualitativa dos relatos inova ao potencializar a inserção de elementos inconscientes no plano fantasístico pela verbalização: (endereçamento) x escuta: (acolhimento da demanda).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Diante de todo o exposto, verifica-se um projeto de extensão que busca construir novos espaços de produção de singularidades mediante a oferta de oficinas de narrativa e escuta psicanalítica na cena hospitalar.

As oficinas são dispositivos clínicos muito utilizados desde a Reforma Psiquiátrica no campo da Saúde Mental porque ampliam e tecem conexões intersubjetivas que admitem diversas lógicas discursivas na esfera das artes: música, dança, poesia, teatro, pintura, desenho (Romera & Nocam, 2012; Domingues & Paravidini, 2012; Frayze-Pereira, 2003).

As artes, em geral, descentralizam o saber instituído admitindo interlocuções entre a ficção e a realidade fabricada – criando, por sua vez, novas realidades.

No hospital, o desafio amplia-se à desconstrução da lógica positivo-científica ao convocar a historicização/simbolização das experiências a partir de contos infantis. Há, neste pressuposto, o desafio de concatenar outras estratégias de cuidado que considerem a resposta singular, a diversidade, a emergência e a escuta do apelo, uma vez que “o sofrimento é uma experiência alteritária” (Birman, 2006, p. 192).

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nickolai Leskov. Obras Escolhidas. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- Birman, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.
- Clavreul, J. **A ordem médica**: poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- Domingues, M. A; Paravidini, J. L. Psicanálise a arte: repetir, recriar e subjetivar. p. 66-78. In: Amarante, P. & Nocam, F. (Org). **Saúde Mental e Arte**. São Paulo: Zagodoni. 2012.
- Foucault, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Frayze-Pereira, J. A. Nise da Silveira: imagens do inconsciente, entre psicologia, arte e política. **Estudos Avançados**. p. 197-208, 2003.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Freud, S. O Mal-Estar na civilização. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

Lacan, J. Função e campo da fala e da linguagem. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Násio, J-D. **A fantasia: o prazer de ler Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Romera, M. L. C; Nocam, F. Oficinas de teatro de clínica da reforma: outras cenas.. In: Amarante, P.; Nocam, F. (Org). **Saúde Mental e Arte**. p. 112-125. São Paulo: Zagodoni, 2012.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



OLHARES SOBRE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Raquel Rocha

Eurisa Maria de Santana

INTRODUÇÃO

Trata-se de relato de experiência de estágio básico em Psicologia, realizado em única unidade de nível secundário do sistema único de saúde, em município no interior da Bahia, que atende usuários em tratamentos de reabilitação e transtornos de desenvolvimento. É resultado de primeira prática de estágio dos alunos do Curso de Psicologia e entende a observação como fator elementar à psicologia como ciência, passo antecedente aos objetivos de explicação, previsão e controle, basilares à profissão.

A instituição integra a rede de assistência a saúde do município, é referenciada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na região sul da Bahia. Realiza, segundo informações da prefeitura municipal, cerca de 100 atendimentos diariamente. A área de abrangência alcança município sede e mais 21 municípios pactuados.

Atende a pacientes que chegam através de encaminhamentos. Os familiares de pessoas com distúrbios de desenvolvimento neurológico comparecem primeiro na sua unidade básica de saúde de referência, são avaliados por um clínico geral e só então encaminhados para a unidade de estudo onde, após uma anamnese, o paciente passará a ser assistido pelos profissionais da instituição. Esta, atende pacientes de todas as idades, de segunda à sexta, das 7h às 17h.

OBJETIVO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Apresentar a os resultados (olhares) da prática da observação no estágio básico I em Psicologia, em ambiente e contexto de saúde pública de média complexidade.

METODOLOGIA

O estágio básico I proporcionou aos alunos de Psicologia a possibilidade de correlacionar teoria e prática através de discurso de textos e visitas à instituição de saúde pública. O estudo exploratório, foi desenvolvido a partir da observação assistemática, também referida como descrição narrativa, ou registro de amostra, ou ainda registro corrido (Bentzen, 2012). A observação assistemática é uma observação feita de forma livre, sem planejamento prévio, anotando as impressões do que foi observado bem como fazendo registros fotográficos (Moraes Monta'lvaio 2003). O método foi aplicado para obter informações sobre o ambiente e comportamentos apresentados pelos sujeitos, usuários e funcionários. Foram ao todo 9 momentos de observação, realizados no mesmo horário/turno, em três dias diferentes da semana. Envolveu o ambiente e dois momentos (chegada e sala de espera), com duração de 20 minutos cada. A coleta de dados foi individual (registro cursivo) e coletiva (confrontação dos dados observados individualmente). Também foi utilizada a entrevista para obtenção de dados sobre a unidade e identificação/categorização dos sujeitos (funcionários, usuários).

Teve como quadro teórico para a análise e categorização dos dados em 'olhares' os pressupostos sobre: a) observação, como processo de compreensão da realidade (Bentzen, 2012); b) sistema único de saúde e gestão da saúde pública no Brasil, como dinamizador e contexto dos comportamentos e competências para a formação do psicólogo (BRASIL, 2011) e c) contribuições da psicologia social para a saúde coletiva.

MARCOS TEÓRICOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A observação enquanto método de pesquisa - Segundo Lakatos & Marconi(1992), a observação direta intensiva é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”.

A instituição segue os Princípios Organizativos que regem o Sistema Único de Saúde- SUS. São eles: Regionalização e Hierarquização: “os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região.” Descentralização e Comando Único: “descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.” O terceiro princípio organizativo, é a Participação Popular: “a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.” (Ministério da Saúde do



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Brasil).

A instituição também está de acordo com os princípios básicos que regem o SUS, São eles: “Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior. Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.” (Ministério da Saúde do Brasil)

De acordo com a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, todo profissional que trabalha com saúde deve procurar contribuir para maior bem-estar do paciente contribuindo para que este possa perceber-se acolhido e escutado, possibilitado de compreender e ressignificar seu adoecimento e suas implicações. Esse escopo/olhar traz/enseja a compreensão da ressignificação do sintoma no contexto da saúde coletiva à luz da psicologia social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado foram organizadas as descrições dos eventos observados e articuladas com as diretrizes da política de humanização da saúde percebendo-se que o ambiente é amplo e aberto, favorecendo o contato entre usuários, entre usuários e equipe, e



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



entre os membros da equipe; O ambiente possibilita ainda atuação humanizada, havendo proximidade física e cordial, com semblantes e gestos acolhedores, compreendidos no sentido de minimizar o sofrimento do sujeito em processo de incapacitação, com espaço para estabelecimento de relações e diálogo com os pacientes.

Em relação ao sistema único de saúde, constataram-se práticas desta unidade em consonância com os princípios organizativos (regionalização e hierarquização); com princípios básicos (universalização, equidade e integralidade); com as diretrizes do HumanizaSUS (acolhimento, gestão participativa, ambiência, clínica ampliada e compartilhada, defesa dos direitos dos usuários) e com Princípios do HumanizaSUS (transversalidade, indissociabilidade entre atenção e gestão). Observou-se a corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos, consoantes à Política Nacional de Humanização (PNH) de 2003 do Ministério da Saúde, de incentivar trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários no cotidiano das práticas de atenção e gestão.

Por outro lado, foram observadas fragilidades na gestão do ambiente físico que podem pôr em risco a saúde do usuário, dos cuidadores e usuários: higienização, insalubridade (mofo, umidade elevada), manutenção precária dos equipamentos, descarte inadequado de perfurocortantes. Ainda quanto aos pressupostos basilares à prática, diante da amplitude de sujeitos e comportamentos situados no ambiente, eventos podem não ter recebido a atenção do observador. Destaca-se possibilidade de repetição da prática para trabalho comparativo bem como de estudos aprofundados voltados para a Psicologia na média complexidade, considerando limitações do conhecimento da Psicologia ciência e profissão neste cenário.

Durante o período de observação percebeu-se um atendimento humanizado por parte da equipe, os membros da equipe cumprimentam os usuários de forma cordial, auxiliam os mesmos na locomoção, mostram conhecimento sobre a vida do sujeito. Os



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estagiários de fisioterapia da ala infantil são afetuosos com os pacientes, usam linguagem lúdica e efetua seu trabalho com motivação e comprometimento.

O espaço físico encontra-se comprometido, parede sujas, banheiros sujos com mau cheiro, bebedouros sem funcionar, instalações elétricas com risco de choque, jardim interno necessitando ser revitalizado. Também encontramos seringas em caixas nos corredores da unidade, uma situação inadequada de acordo com a Resolução RDC n 306 do Ministério da saúde, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, publicado em 7 de dezembro de 2014.

Percebemos, no entanto, que a equipe multidisciplinar não ainda não trabalha com a interdisciplinaridade. “A interdisciplinaridade é conceituada pelo grau de integração entre as disciplinas e a intensidade de trocas entre os especialistas; desse processo interativo, todas as disciplinas devem sair enriquecidas. Não basta somente tomar de empréstimo elementos de outras disciplinas, mas comparar, julgar e incorporar esses elementos na produção de uma disciplina modificada” (COSTA, 2007). Os profissionais não estão totalmente cientes dos serviços que o centro oferece e parecem não dialogar entre si a respeito dos pacientes, comprometendo o objetivo de atender o usuário do serviço como um todo, em todas as suas necessidades.

Foi verificado nesta instituição o espaço para o diálogo com os pacientes levando em conta que por trás do diagnóstico há um nome, uma história, uma pessoa que deseja, que sente, que sofre. O ambiente aberto favorece contato entre usuários, entre usuário e equipe, e entre os membros da equipe; atuação humanizada, havendo proximidade física e cordial, com semblantes e gestos acolhedores, compreendidos no sentido de minimizar o sofrimento do sujeito em processo de incapacitação, com espaço para estabelecimento de relações e diálogo com os pacientes. É preciso que equipe de saúde veja o paciente como um todo indivisível. De acordo com a Política de Humanização da Assistência à Saúde “Uma das diferenças entre o ser humano os animais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



irracional é que seu corpo biológico é envolvido, desde a infância, por uma rede de imagens e palavras, apresentadas primeiro pelos pais, pelos familiares e, em seguida, pela escola, pelo trabalho, enfim, por todas as relações sociais. É esse ‘banho’ de imagem e de linguagem que vai moldando o desenvolvimento do corpo biológico, transformando-o em um ser humano, com um estilo de vida singular.”

De acordo com as diretrizes da Política de Humanização da Assistência à Saúde lançada 2002: “Humanizar é garantir à palavra a sua dignidade ética. Ou seja, para que o sentimento humano, as percepções de dor ou de prazer sejam humanizadas, é preciso que as palavras que o sujeito expressa sejam reconhecidas pelo outro. É preciso, ainda, que esse sujeito ouça do outro palavras de seu reconhecimento. É pela linguagem que fazemos as descobertas de meios pessoais de comunicação com o outro. Sem isso, nos desumanizamos reciprocamente.”

De acordo com o PNH, todo profissional que trabalha com saúde deve procurar contribuir para maior bem estar do paciente percebe-se acolhido e escutado, possibilitado de compreender e ressignificar seu adoecimento e suas implicações, o que também traz a compreensão da psicologia social em relação à ressignificação do sintoma no contexto da saúde coletiva. Ainda em relação ao sistema único de saúde, constataram-se práticas desta unidade em consonância com os princípios organizativos (regionalização e hierarquização); com princípios básicos: universalização, equidade e integralidade, com as diretrizes do HumanizaSUS: acolhimento, gestão participativa, ambiência, clínica ampliada e compartilhada, defesa dos direitos dos usuários e com Princípios do HumanizaSUS: transversalidade, indissociabilidade entre atenção e gestão, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos, consoantes à Política Nacional de Humanização (PNH) de 2003 do Ministério da Saúde, de incentivar trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários no cotidiano das práticas de atenção e gestão. Por outro lado, foram observadas fragilidades na gestão do ambiente físico que podem por em

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



saúde do usuário, dos cuidadores e usuários: higienização, insalubridade (mofo, umidade elevada), manutenção precária dos equipamentos, descarte inadequado de perfurocortantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, há muitos aspectos que precisam ser melhorados no ambiente e no serviço observados. Alguns dependem do poder público, como a necessidade de uma reforma de forma a deixar o espaço revitalizado trazendo mais qualidade na permanência tanto da equipe de trabalho quanto dos usuários do serviço. Outras melhorias específicas como a revitalização do jardim, poderiam ser feitas pela própria comunidade, junto com equipe e usuários, de forma voluntária. Há ainda as mudanças que podem ser feitas a partir de ações da própria equipe como reuniões para elaborar estratégias interdisciplinares de forma a olhar para o usuário do serviço em sua integralidade.

Apesar de todas as inadequações verificadas a experiência de observação nos permitiu perceber que no espaço existe o que há de mais importante no atendimento da saúde: A Humanização.

É importante que as atuações dos profissionais de saúde objetivem minimizar o sofrimento do sujeito em processo de adoecimento e incapacitação. O foco do atendimento não deve estar somente na patologia, mas nas consequências emocionais do adoecimento. O sujeito em sua integralidade e subjetividade precisa ter autonomia e significado próprio. Os pacientes atendidos pela instituição, amputados, com paralisia cerebral, microcefalia, por exemplo, muitas vezes já enfrenta em seu dia a dia estigmatização e preconceito.

Todo profissional que trabalha com saúde deve procurar contribuir para maior bem estar do paciente que se percebe acolhido e escutado, possibilitado de compreender e ressignificar seu adoecimento e todas as implicações do mesmo. Para isso é integração entre toda a equipe porque diálogo, o vínculo, o respeito e a valorização entre os



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



profissionais implica em maior qualidade de trabalho e maior eficácia no atendimento ao paciente.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Política de Humanização da Assistência à Saúde (PHAS)

COSTA, Rosemary. Interdisciplinaridade e equipes de saúde: concepções. Universidade Presidente Antônio. (2007) <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1679-44272007000100008> Acesso em: 05/06/2018

Resolução Anvisa http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res_0306_07_12_200.html Acesso em 06/06/2018

Ministério da Saúde do Brasil- Política do SUS <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus> Acesso em: 01/06/2018



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PROPOSTAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRÉ-NATAL PARA OS CUIDADOS À SAÚDE MENTAL DE GESTANTES ADOLESCENTES

Lorilay Borges de Farias

Psicóloga

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

lorilayfarias@gmail.com

Maria Antonieta Nascimento Araújo

Psicóloga

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

Antonieta.araujo@bahiana.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho surge com o desdobramento no âmbito de uma pesquisa abrangente sobre uma intervenção com o foco na saúde mental - **A Prática da Loga com gestantes adolescentes: percepção da prática e efeitos em parâmetros de estresse, ansiedade e depressão** - sob o número de CAEE 54733716.1.0000.5544. O referido projeto foi aprovado no Comitê de Ética da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e desenvolvido a partir do Programa de doutorado da EBMSP. Ele abordou uma população de gestantes adolescentes atendidas em um serviço público de referência pré-natal em Salvador (Bahia).

As práticas que englobam os cuidados em saúde mental, no contexto do atendimento pré-natal com adolescentes devem servir como campo de prática e também de pesquisa para a Psicologia, visto que trata de importante fase do desenvolvimento da mulher. A preocupação em reduzir as taxas de morbimortalidade materna e neonatal



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



permeiam as políticas de atenção à saúde dessa população, bem como a preocupação com o desenvolvimento saudável da criança. Este trabalho pretende trazer as perspectivas de saúde mental que são abordadas nessas políticas e programas do Ministério da Saúde, e a ênfase que dão à gravidez na adolescência.

A assistência pré-natal e seus protocolos de acompanhamento foram se estruturando, inicialmente, nos cuidados à saúde da mulher, como forma de reduzir as taxas de morbimortalidade materno-infantil. Esta assistência foi sendo construída e organizada de acordo com necessidades identificadas em cada período da História e, de acordo com os avanços da tecnologia.

No Brasil, constantes mudanças permearam o sistema de saúde no século XX. Apenas em 1960, no nível da Atenção Básica, houve a implementação de ações prioritárias para a assistência à mulher, com ênfase nos cuidados relativos à gravidez, ao parto e à criança. (Cruz, Caminha & Filho, 2014). Em 1983, através da mobilização do movimento feminista, houve a publicação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, ampliando o cuidado à mulher para além do atendimento gravídico-puerperal, e por isso é considerada um marco conceitual para os princípios que norteavam as políticas de saúde das mulheres (Brasil, 1984).

O acompanhamento pré-natal tem por objetivo assegurar o desenvolvimento da gestação, permitindo o parto de um recém-nascido saudável, sem impacto para a saúde materna, abordando inclusive aspectos psicossociais e as atividades educativas e preventivas. (Brasil, 2013). Pesquisa de Cruz, Caminha & Filho (2014) conclui que o pré-natal busca promover a saúde da gestante e do feto, identificar situações de risco e, quando necessário, fazer intervenções oportunas. Tem, portanto, caráter decisivo no rumo que a gestação pode tomar.

Direcionando o foco do pré-natal para a população de adolescentes, sabe-se que 70 mil adolescentes, em países em desenvolvimento, morrem a cada ano por complicações

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



durante a gravidez ou o parto (UNFPA, 2013) e, em paralelo as questões biomédicas relativas à gravidez, a adolescente passa por uma vivência subjetiva da maternidade, de forma diferente de uma mulher adulta. Esse fator precisa também ser considerado nos protocolos de atendimento e está relacionado à saúde mental, que envolve questões psicológicas, psiquiátricas e/ou psicossociais.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar nas propostas oficiais de assistência pré-natal, os cuidados específicos à saúde mental de gestantes e, as referências sobre a gestação na adolescência. Inicialmente, em uma análise documental, foram selecionados aqueles que norteiam as práticas de cuidado pré-natal. Depois foram identificadas, em tais documentos, ações de atenção a aspectos psicológicos, psiquiátricos e/ou psicossociais dados a esta população. Finalmente, foi levantado o que está proposto neste tipo de assistência para os cuidados à gestante adolescente e de que forma são abordados nos documentos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRÉ-NATAL

Espera-se que o conteúdo abordado e as orientações fornecidas pelos documentos analisados nesta pesquisa sejam norteadores das ações assumidas pelos profissionais de saúde das equipes do pré-natal no Sistema Único de Saúde (SUS). São eles: *Manual Técnico - Gestação de Alto Risco*, o *Programa de Humanização: pré-natal e nascimento*, a *Rede Cegonha (RC)* e o *Caderno de Atenção Básica (CAB) – Atenção ao pré-natal de baixo risco*.

O **Manual Técnico de Gestação de Alto Risco (2010)** traz que deve haver uma relação de compromisso entre o Ministério da Saúde e a maternidade segura. O objetivo desse Manual, lançado inicialmente em 1991, é nortear os profissionais de saúde sobre o diagnóstico e sobre o tratamento de doenças - que possam acometer mulheres no período gestacional -, além de uniformizar as condutas realizadas pela equipe de saúde, oferecendo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dessa forma um serviço mais eficaz. A necessidade de um serviço humanizado é enfatizada e também reforçada, quando se visa uma atenção especial nos casos de mulheres que possuam doenças no período gestacional, caracterizando-se como gestantes de alto risco (Brasil, 2010).

O Ministério da Saúde com base na análise das necessidades de atenção específica à gestante, ao recém-nascido e a mãe no período pós-parto, lançou em 2000 o **Programa Humanização do Parto - Humanização no Pré-natal e Nascimento (2002)**. Ele traz como prioridades a redução da morbimortalidade; a ampliação da cobertura e a melhoria na qualidade do pré-natal; a ampliação de ações do Ministério – investir na assistência à gestação de alto risco, custeio de procedimentos específicos, treinamento e capacitação de profissionais – entre outras ações. O objetivo primordial desse Programa é assegurar que o acesso seja melhorado, assim como a cobertura e a qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido (Brasil, 2002).

Em 2011, instituída no Sistema Único de Saúde, chega a **Rede Cegonha** como uma estratégia do Ministério da Saúde, com a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no país, fomentando um novo modelo de atenção. A Rede visa assegurar direitos à mulher, como o planejamento reprodutivo e a atenção humanizada na gestação, no parto e no puerpério e, à criança, o direito ao nascimento seguro e o desenvolvimento saudável até os 24 meses (Brasil, 2011).

Deriva da Rede Cegonha o **Caderno de Atenção Básica – Atenção ao pré-natal de baixo risco (2013)**, um material que deve contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica, continuamente. Ele aborda a organização do serviço de saúde, planejamento, acompanhamento da gravidez, intercorrências, promoção da saúde, assistência ao parto e questões legais da gestação, do parto e do puerpério (Brasil, 2013).

Através dessa ferramenta ofertada, o caderno tem como objetivo apoiar as equipes de atenção básica (EAB) na qualificação tanto do cuidado quanto na articulação em rede,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



contribuindo para a contínua melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica (AB), mas contando com a capacidade prévia tanto das equipes quanto dos gestores. Esta iniciativa está apoiada na constatação de que apesar da redução considerável da mortalidade infantil no Brasil, ainda faz parte da realidade social os indicadores elevados de óbito neonatais, distantes do desejado, principalmente pelo fato de suas causas serem evitáveis – através de ações dos serviços de saúde e da atenção pré-natal, ao parto e ao recém-nascido.

3. PERSPECTIVAS DA SAÚDE MENTAL

A saúde mental é um campo de conhecimento e de atuação técnica no âmbito das políticas públicas de saúde – destacando-se de outros campos por ser complexa, plural, intersetorial e transversal nos saberes. A saúde mental não deve ser diminuída apenas ao estudo e tratamento das doenças mentais, senão perderia todas as características citadas anteriormente (Amarante, 2013). Além disso, não deve ser também diminuída aos espaços específicos da saúde mental.

As políticas nacionais de saúde mental devem perceber e abordar as questões mais amplas que a promovem. Devem também se inserir em mais espaços, e não se ater apenas aos transtornos mentais, ou seja, deve haver integração da promoção da saúde mental às políticas e programas em setores governamentais e não governamentais principalmente da saúde, mas também de educação, trabalho, justiça, transporte, meio ambiente, habitação e bem-estar. (OMS, 2016).

4. ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ

Existe na atualidade, segundo Birman (2006), um alongamento da adolescência, que hoje começa mais cedo e se prolonga pelo período anteriormente denominado idade



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adulta. O século XXI é marcado por atrativos tecnológicos e pela busca desenfreada de bens de consumo, dessa forma a contemporaneidade caracteriza-se pela dissolução de certezas, fomentando um estado de desamparo coletivo, que implicam uma experiência complexa e plural de adolecer (Grossman, 2010).

A adolescência, vista pela teoria sócio histórica, não é tida como uma fase natural do desenvolvimento, ou seja, como uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. É um momento significado, interpretado e construído através da relação com o mundo ao redor (Bock, 2004). Essa perspectiva vê a adolescência como uma construção social que irá repercutir na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno. Ou seja, a partir da significação social o jovem tem referência para poder construir sua identidade e sua individualidade (Bock, 2007).

É sob esta visão sócio-histórica que será considerada a adolescência neste trabalho. Silva (2012) pontua que os profissionais de saúde pública que atuam com adolescentes devem avaliar se as estratégias de ações correspondem à realidade da saúde reprodutiva e sexual do adolescente de acordo com cada local e região, embasados na escolaridade, costumes, cultura, crenças e valores morais, norteando para uma prática que preze a subjetividade e, questionando sobre a eficiência e eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelos municípios, estados e governo federal.

Considerando o peso que a representação social possui, a gestação na adolescência deve ser vista como um evento complexo e único, que envolve aspectos psicológicos, fisiológicos e sociais, vivenciados tanto pela mulher quanto por sua rede afetiva e de apoio.

É importante conhecer os aspectos emocionais relacionados à gravidez já que esse período é fundamental para o desenvolvimento das relações familiares e para a saúde do bebê. Nesse sentido, a equipe de saúde do pré-natal tem um importante papel e pode orientar adequadamente a gestante (Zimmermann, et al, 2001).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sobre as especificidades da gestação na adolescência Correia, Santos, Calheiros & Vieira (2011) avaliam que a gravidez na adolescência não deve prescindir de cuidados com a saúde mental da gestante já que, geralmente, existem riscos da gravidez nesse período que muitas vezes estão relacionados a aspectos psicológicos como a ausência de apoio familiar, elevados níveis de estresse, presença de sintomas depressivos.

Em estudo sobre a presença de estresse em adolescentes grávidas foi identificado que apenas 19,3% não apresentavam estresse. Entre as adolescentes que apresentaram, 80,7% no total, 57,1% estavam na fase de resistência e 18,6 na fase de exaustão. Esses dados mostram a necessidade do desenvolvimento de trabalhos direcionados à promoção da saúde mental dessas adolescentes (Correia, Santos, Calheiros & Vieira, 2011) afinal, não se pode obter saúde na ausência de saúde mental.

5. METODOLOGIA

Este estudo desenvolve uma pesquisa documental de cunho exploratório com análise temática do conteúdo de um acervo de documentos – manual técnico, programa, portaria e caderno de atenção básica (2010, 2002, 2011 e 2013, respectivamente). A busca dos dados foi realizada nos sites oficiais do Ministério da Saúde (MS) e o do Departamento de Atenção Básica (DAB).

Inicialmente foram identificados os documentos oficiais que norteiam, através de orientação técnica, as práticas de cuidado pré-natal. A apuração dos documentos foi realizada mediante leituras iniciais nas quais se buscou identificar se os respectivos documentos descreviam as ações de cuidado previstas.

Depois de selecionados buscou-se identificar se havia, em tais documentos, ações de atenção a aspectos psicológicos, psiquiátricos e/ou psicossociais voltados para esta população e se traziam as especificidades da adolescência. O critério para inclusão dessas ações centrou-se, na conduta da equipe com relação a esses aspectos relativos à

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adolescência e à saúde mental, como dito anteriormente. Os parágrafos dos documentos que descreviam alguma ação (realizada, preconizada ou instituída como meta) foram destacados.

Foi realizada, então, uma releitura desses parágrafos destacados, e organizada uma planilha para cada documento, utilizando o programa Microsoft Word, na qual foram transcritos os parágrafos correspondentes às ações apresentadas no documento, categorizando-as quanto ao tipo de cuidado ao qual eles pertenciam.

Finalmente, foi realizada análise crítica das ações previstas nos documentos, identificando o que está proposto neste tipo de assistência para os cuidados à gestante adolescente e de que forma são abordados.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *Manual Técnico - Gestação de Alto Risco*, o *Programa de Humanização: pré-natal e nascimento*, a *Rede Cegonha (RC)* e o *Caderno de Atenção Básica (CAB) – Atenção ao pré-natal de baixo risco* foram os documentos analisados neste trabalho.

É importante considerar que apesar da portaria nº 1.459 de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha (RC) no SUS, não apresentar informações específicas acerca da adolescente grávida, o Caderno de Atenção Básica (CAB) – Atenção ao pré-natal de baixo risco é uma publicação realizada em 2013, inserida no âmbito do componente pré-natal da Rede Cegonha, que traz um capítulo acerca da gravidez na adolescência.

Tendo em vista o objetivo deste estudo de analisar nestas propostas oficiais de assistência pré-natal, os cuidados específicos à saúde mental de gestante e as referências sobre a gestação na adolescência, chegamos aos resultados abaixo.

Dentre os quatro documentos analisados, o **Programa de Humanização (PH)** não traz especificidades acerca da gravidez na adolescência e, as referências relativas aos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



cuidados à saúde mental se concentram no parto e puerpério. No entanto, deve estar assegurada nestes cuidados a perspectiva dos direitos da cidadania:

O objetivo primordial do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) é assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania (PH).

A Portaria que consolida a **Rede Cegonha (RC)** traz diretrizes e princípios que, se atendidos, indicam cuidados com aspectos relativos à saúde mental: atenção humanizada a gravidez; o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos; o direito a diversidade cultural, étnica e racial; e a promoção da equidade. Entretanto, também não faz qualquer referência ao período da adolescência.

O **Manual Técnico – Gestação de Alto Risco (MT)** traz, nas suas bases gerais, uma citação sobre a adolescência como uma condição de possível risco psicossocial. Além disso, ao longo dos capítulos, faz três referências outras com ênfase na terapêutica biomédica, indicando a adolescência na categoria de paciente de risco para hipertensão, HIV e anorexia, sem, no entanto ressaltar os aspectos psicológicos nestes quadros, necessários de intervenção. Especificamente sobre a saúde mental foram encontrados diversos tipos de ações de cuidado psicológico recomendadas em situação de assistência a diversos agravos tais como a própria gestação de alto risco, situação de óbito fetal, de neoplasia maligna e de hiperemese.

Já o **Caderno de Atenção Básica (CAB) – Atenção ao pré-natal de baixo risco** traz um capítulo específico sobre a adolescência, sendo possível elucidar o conceito de adolescência; a gravidez nesse período; o atendimento diferenciado; questões que podem auxiliar o profissional na abordagem; além dos aspectos específicos do pré-natal e do puerpério, trazendo ações que favorecem a promoção de saúde mental.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Uma vez analisadas as ações de cuidado sugeridas pelos documentos, os resultados foram categorizados de acordo com a natureza de cada uma, sendo encontradas ações relacionadas à **assistência** e à **acolhimento**. Além das ações de cuidado, emergiu a categoria **considerações**.

A categoria denominada **considerações** se refere, neste trabalho, aos trechos em que o Manual e/ou o Caderno trazem informações teóricas acerca da gravidez, circunscrevendo a adolescência e a saúde mental, ressaltando de alguma forma os aspectos referentes a essa articulação para os leitores.

Foram encontrados os seguintes temas nas considerações analisadas: aspectos da adolescência; saúde mental; intercorrências durante a gestação como o óbito fetal e a neoplasia maligna; transtornos psiquiátricos e aspectos emocionais da gestação de alto risco.

Sobre a saúde mental e os transtornos psiquiátricos, esta consideração embasa e ratifica a necessidade de assistência à saúde mental de forma qualificada e estruturada, convocando a atuação da Psicologia e trazendo possíveis impactos quando há um transtorno mental:

Sabe-se que a presença de transtornos psiquiátricos pode impactar de forma direta na gestação, por exemplo, com o aumento das taxas de abortamento, de prematuridade e de depressão pós-parto materna. Também há possíveis implicações indiretas, como negligências nos cuidados pré e pós-natais (MT).

A categoria **assistência** se refere a um conjunto de ações – promoção, proteção, tratamento e recuperação – que em sua totalidade oferece assistência à saúde do usuário.

Os temas encontrados na categoria *assistência*, analisada com mais especificidade, foram divididos entre: prevenção; trabalho integral/equipe multiprofissional; assistência específica a determinadas patologias; avaliação de risco psicossocial; avaliação de sintomas psiquiátricos e encaminhamento.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse trecho, é descrita a assistência a pacientes que apresentam náuseas e vômito na gravidez, com o intuito de prevenir o desenvolvimento da hiperemese. O apoio psicológico é identificado como parte importante da conduta:

O apoio psicológico e educativo desde o início da gestação, assim como o tratamento precoce das náuseas e vômitos, com reorientação alimentar e antieméticos, são as melhores maneiras de evitar os casos de hiperemese (MT).

Neste outro exemplo, a assistência indica avaliação de risco psicossocial e o encaminhamento para o atendimento psicológico:

A Adolescência, em si, não é fator de risco para a gestação. Há, todavia, possibilidade de risco psicossocial, associado à aceitação ou não da gravidez (tentou interrompê-la?), com reflexos sobre a vida da gestante adolescente que podem se traduzir na adesão (ou não) ao preconizado durante o acompanhamento pré-natal. O profissional deve atentar para as peculiaridades desta fase e considerar a possível imaturidade emocional, providenciando o acompanhamento psicológico quando lhe parecer indicado (MT).

A Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (2008) define o **acolhimento** como uma Diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH). Sendo uma diretriz, não precisa de local nem de hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazê-lo: faz parte de todos os encontros do serviço de saúde. O acolhimento é, portando uma postura ética que implica em escutar o usuário em suas queixas, reconhecer o seu protagonismo no processo de saúde e doença, e responsabilizar-se pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. É um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que buscam os serviços de saúde.

Fica claro que o acolhimento é um aspecto ético e deve estar envolvido em todas as ações dos profissionais. Além disso, a prática quando embasada pelo acolhimento causa efeitos benéficos à saúde mental, na medida em que um ambiente acolhedor seja aquele



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais, que são fundamentais para a promoção da saúde mental, ainda que essa necessite de um conhecimento e uma atuação técnica.

Após citar as especificidades que devem ser consideradas na assistência à saúde, o Manual reforça a acolhimento como uma postura ética, de compromisso com o usuário e imprescindível à equipe:

O acolhimento da gestante pela equipe de saúde, independentemente dos fatores acima relacionados e, despojado de julgamentos, além de qualificar a assistência, possibilitará o estabelecimento de vínculos, maior responsabilização pelo processo de cuidado, e o manejo sobre situações de vulnerabilidade relacionadas ao processo saúde doença, sejam elas individuais, sociais e até mesmo programáticas (MT).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental é um aspecto do desenvolvimento humano que necessita de uma atuação técnica no âmbito das políticas públicas de saúde. Este estudo demonstra que as ações preconizadas nos documentos podem favorecer aos cuidados no âmbito da saúde mental através de vários aspectos, mas essas ações não estão estruturadas de forma objetiva nos documentos. Nos protocolos do atendimento pré-natal, os cuidados biomédicos são mais enfatizados e os marcadores para a saúde são claros (peso; pressão arterial; índice glicêmico, etc) ao contrário dos aspectos psicológicos e emocionais. Não são citados marcadores de risco para estes, a não ser para os quadros psiquiátricos que são evidentes.

Não aparece nos manuais, sugestões de procedimentos e condutas nos cuidados com a gestante para acompanhamento também de sua saúde mental, com ações preventivas. Isto mostra que os cuidados ainda estão centrados nos riscos biomédicos e pouco nos riscos à saúde mental. Ao se discutir os cuidados em saúde mental que vem

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sendo realizados nos pré-natais, juntamente com a relevância que o tema da gestação na adolescência possui – tema ainda pouco discutido no campo da psicologia – isso pode favorecer a reflexões e a ampliação deste campo de atuação profissional. Ampliar este tipo de cuidado nos serviços pré-natais pode favorecer tanto à promoção da saúde mental da gestante adolescente durante sua vivência, como servir de prevenção a questões futuras de vínculo na relação mãe/filho.

8. REFERÊNCIAS

Amarante, P. (2007). Saúde Mental, territórios e fronteiras. In: Amarante, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Birman J. (2006). Tatuando o desamparo. In: Cardoso, M.R. *Adolescentes*. São Paulo: Escuta.

Bock, A. M. B. (2004) A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos CEDES*, vol. 24 (62), p. 26-43.

Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76.

Brasil. Ministério da Saúde. Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases de ação programática. Brasília: MS, 1984. 26p.

Brasil. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996. Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil-BEMFAM, Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde: 1996. Rio de Janeiro: A Sociedade; 1997.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Programa de humanização no pré-natal e nascimento. Brasília, 2000a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente: competências e habilidades. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: MS; 2013.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Gestação de alto risco: manual técnico*, Brasília: MS; 2010a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Nota técnica mortalidade materna no Brasil. In: BRASIL. Presidência da República. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília, 2010b.

Correia, D.S.; Santos, L.V.A.; Calheiros, A.M.N.; Vieira, M.J. Adolescentes grávidas: sinais, sintomas, intercorrências e presença de estresse. *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre (RS), 32(1):40-7, mar 2011.

Cruz, R. S. B. L. C., Caminha, M. F. C. & Filho, M. B. (2014). Aspectos históricos, conceituais e organizativos do pré-natal. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 18 (1), 87-94.

Freitas, G. V. S., & Botega, N. J. (2002). Gravidez na adolescência: prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 48(3), 245-249.

Fundo de População das Nações Unidas. 10 fatos sobre gravidez na adolescência no mundo. *Situação da População Mundial*, 2013.

Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no ocidente. *Adolescência & Saúde*, 7(3), 47- 51.

Ministério da saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. *ABC do SUS. Doutrina e Princípios*. Brasília, 1990.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Portaria nº 1.459*, 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2011e. Seção 1.

Ministério da Saúde. (2008). *Acolhimento*. Recuperado em 08 de Junho de 2017 em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html>

Nações Unidas no Brasil (2016). *Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial*. Recuperado em 08 de Junho de 2017 de <https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>

Silva, C. A. B. (2012). *Gravidez na adolescência x Políticas Públicas: Análise contextual*. *Revista Eletrônica da Univar*, nº7, p. 15 – 20.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. 16, p. 20-45.

Zimmermann, A., Zimmerman, H., Zimmermann, J., Tatsch, F. & Santos, C. (2001) Gestação, Parto e Puerpério. In Eizirik, C. L., Kapczinski, F. & Bassols, A. M. S. (2001). O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodiâmica. (pp. 29-40). Porto Alegre: Artmed Editora.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RELATO DE EXPERIÊNCIA: OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO LUGAR DA PSICOLOGIA NO NASF

Isadora Santos Oliveira Teixeira

Psicóloga

isadora.sot@hotmail.com

Vlândia Jamile Santos Jucá

Psicóloga

Universidade Federal da Bahia – UFBA

vladiajuca@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família a Psicologia passa a ter um lugar diferente na Atenção Básica, sendo relançado o desafio de construir a atuação psicológica nesse cenário. Atuando no NASF a psicologia funciona simultaneamente, na retaguarda como apoio para as equipes da Estratégia de Saúde da Família e na assistência direta aos usuários.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família surgiram com o propósito de apoiar a Estratégia de Saúde da Família para ampliar a abrangência, a resolutividade e o escopo das ações da Atenção Básica. A equipe NASF atua dentro de algumas diretrizes relativas à Atenção Primária, são elas: ação interdisciplinar e intersetorial, educação permanente em saúde, desenvolvimento da noção de território, integralidade, participação social, educação popular, promoção da saúde e humanização (Brasil, 2010, p. 7).

A equipe do NASF funciona como uma estratégia de apoio para as equipes de Atenção Básica. O conceito de apoio matricial é central na proposta do NASF e aponta

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



para a compreensão de uma tecnologia de gestão que se complementa com o processo de trabalho em equipes de referência. O apoio matricial apresenta duas dimensões de suporte: assistencial e técnico-pedagógica. A dimensão assistencial é aquela que vai produzir ação clínica diretamente com os usuários e a ação técnico-pedagógica vai produzir ação de apoio com e para a equipe de trabalho. O NASF, como organismo vinculado à equipe de Saúde da Família, compartilha dos desafios inerentes à prática da Estratégia de Saúde da Família e deve contribuir para o aumento da resolutividade e efetivação da coordenação integrada do cuidado na Atenção Primária à Saúde.

A cartilha de referências técnicas “Práticas Profissionais de Psicólogos e Psicólogas na Atenção Básica à Saúde” (2010) é um relatório fruto de uma pesquisa nacional realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (Crepop/CFP) sobre as práticas dos(as) psicólogos(as) no campo da Atenção Básica à Saúde (ABS) e apresenta os resultados da análise qualitativa das informações sobre o dia a dia desses profissionais. No que tange às dificuldades de estabelecer ações da psicologia na Estratégia de Saúde da Família a pesquisa revela que os desafios relatados pelos(as) psicólogos(as) dizem respeito às dificuldades no estabelecimento das atividades de matriciamento e articulação da rede de serviços, também são citados problemas relacionados à construção do lugar da Psicologia junto aos outros profissionais da equipe.

O LUGAR DA PSICOLOGIA NO NASF

A experiência da atuação da Psicologia na equipe NASF ocorre em um município de pequeno porte no interior da Bahia, com pouco mais de quinze mil habitantes. A cobertura territorial da Atenção Básica no município é quase total. A equipe NASF do município pertence a modalidade de NASF 2 e é composta por uma psicóloga, uma assistente social e coordenadora da equipe e duas fisioterapeutas. A equipe NASF dá



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



suporte a seis equipes mínimas da Estratégia de Saúde da Família, essas equipes mínimas são compostas por médico generalista, enfermeiro, técnico de enfermagem e os agentes comunitários de saúde. Das seis equipes de saúde da família, três localizam-se na sede do município, duas equipes num distrito e uma equipe de saúde da família numa localidade rural do município.

O aumento do número de equipes de saúde da família foi um acontecimento recente no município, de cinco para seis equipes, sendo assim, já está em fase de transição a mudança do NASF do município da modalidade tipo 2 para a tipo 1, que é a modalidade de NASF para referenciar a partir de seis equipes de saúde da família.

A equipe do NASF do município iniciou os trabalhos com essa composição da equipe em janeiro de 2017, antes a equipe havia ficado um período sem o profissional de psicologia. A partir da inserção da psicóloga na equipe as demandas direcionadas para a psicologia começaram a surgir. Os encaminhamentos realizados pelas equipes de saúde da família para a psicologia em sua grande maioria são demandas para atendimento individual. Por se tratar de um município pequeno também há a constante procura do serviço para atendimento individual. E direcionada para a psicologia do NASF há também um crescimento dos encaminhamentos para atendimento individual vindo de algumas instituições do município, como por exemplo o Conselho Tutelar e escolas.

A partir dessas demandas de atendimento individual que chegam para a psicologia do NASF foi surgindo o tensionamento entre garantir o espaço de atendimento clínico e a constatação da necessidade de estratégias de cuidado coletivas.

Pensar o espaço do atendimento clínico se coloca como importante principalmente por se considerar a realidade de um município pequeno, onde a rede de dispositivos assistenciais na região é insuficiente para atender as demandas específicas de atendimento especializado. E mesmo se tratando de um município pequeno, surgem as demandas que necessitam de uma intervenção específica e especializada. A psicologia no NASF pode

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atender às demandas individuais mais urgentes que surgem, porém, a metodologia do NASF prioriza a realização de intervenções interdisciplinares e ações coletivas. Então, aqui se coloca o tensionamento vivido na experiência como psicóloga do NASF, quando as ações individuais e coletivas não estão em equilíbrio.

Na prática cotidiana do trabalho da psicologia no NASF é possível perceber a necessidade de se pensar as ações no âmbito coletivo. As próprias demandas individuais que surgem sinalizam essa necessidade, como por exemplo as demandas que vem das escolas solicitando atendimento individual de adolescentes revelam uma urgência de intervenções coletivas com esse público.

O tensionamento que surge entre as demandas de atendimento individual e as ações no âmbito coletivo demanda a reflexão sobre o papel da psicologia no NASF e faz pensar sobre aspectos que estão envolvidos nessa questão. Destacam-se, então, dois aspectos relevantes para a discussão: o modelo biomédico como lógica dominante que rege a assistência na Atenção Básica e a dificuldade apresentada pelas equipes para compreenderem o papel da psicologia do NASF. Para além dessa discussão, vale ressaltar que o trabalho de ressignificar junto à equipe e à comunidade sobre o papel do psicólogo é também uma tarefa de cada profissional no campo de atuação.

O primeiro aspecto trata sobre as ações na Atenção Básica ainda serem pautadas no modelo biomédico fundamentado na clínica individual e na medicina curativa, centrada no paradigma de tratamento das doenças em detrimento da promoção da saúde. Esse modelo está enraizado na cultura e em muitos profissionais e, apesar dos esforços para mudar esse cenário, ainda é o modelo dominante. Quando a lógica dominante é a médico-assistencial centrada na clínica individual, o NASF é convocado a operar como um ambulatório de interconsulta.

O segundo aspecto traz a questão referente as equipes da Estratégia de Saúde da Família que apresentam uma grande dificuldade de compreender qual o papel do NASF e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



qual papel da psicologia e quais ações podem ser desenvolvidas em parceria para além do encaminhamento individual. O profissional da psicologia é associado à prática do atendimento individual e curativo e isso dificulta enxergar esse profissional dentro de outras práticas de vertente coletiva, de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Então, diante dessas dificuldades que se apresentam, a lógica dominante do modelo biomédico e a dificuldade de as equipes compreenderem o papel da psicologia do NASF, se faz necessário refletir, pensar estratégias de enfrentamento e fazer surgir novas possibilidades e as potencialidades do fazer da psicologia diante dos impasses.

Quando se realiza o acolhimento dos encaminhamentos para atendimento individual é necessário pensar estratégias para que aquela demanda individual não se esgote nessa possibilidade. Na experiência da psicologia no NASF, ao receber os encaminhamentos individuais uma estratégia adotada tem sido devolver a demanda ao profissional como um convite para um cuidado compartilhado, para uma discussão de caso e então vão surgindo outras possibilidades que produz rompimentos com a lógica dominante. A discussão de caso é um momento importante onde é possível construir o cuidado compartilhado, realizar o matriciamento e pensar a construção de projeto terapêutico singular de alguns casos.

Trazer à tona o cuidado compartilhado faz pensar o processo de trabalho baseado na clínica ampliada e compartilhada. De acordo com Campos (2014) nessa prática a escuta, o saber, o desejo e o interesse das pessoas se colocam em destaque, sendo uma prática menos prescritiva e com mais negociação, como por exemplo indagar o que é possível para cada caso e em determinado contexto, produzindo responsabilização e autonomia no cuidado em saúde. Campos (2014) afirma ainda que

o exercício da clínica ampliada e compartilhada pressupõe a existência de espaços coletivos, nos quais os profissionais em

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



equipe, possam exercitar sua capacidade de analisar e intervir em conjunto, refletindo sobre os efeitos de suas práticas, sobre o que se passa na relação entre a equipe e entre a equipe e os usuários e deliberando coletivamente sobre isso. (Campos, 2014, p. 991)

Então, a cada oportunidade que surge de trocas e conversas em reuniões com a equipe de Estratégia de Saúde da família são discutidas as possibilidades de atuação da psicologia na assistência aos usuários no âmbito coletivo e de promoção da saúde. Esses momentos de troca com a equipe são propícios para romper com o paradigma de que a única forma da psicologia atuar é realizando atendimento individualizado, sendo que este pensamento tem também relação com a lógica do modelo biomédico.

Os momentos de discussão com as equipes ocorrem tanto no cotidiano do trabalho como também em reuniões com os profissionais e a equipe NASF. Nesses momentos é que o matriciamento se faz acontecer e se colocam as potencialidades de construir o fazer da psicologia no trabalho em equipe. O matriciamento traz o fundamento de oferecer o suporte técnico dos profissionais das áreas especializadas para as equipes de saúde da Atenção Básica. De acordo com Campos (2014) o fio condutor do trabalho de uma equipe de referência é o compartilhamento de saberes, competências, responsabilidades e ações. O autor traz os conceitos de núcleo e campo para pensar o apoio matricial, sendo núcleo referente ao saber de cada profissional e o campo como o espaço de interseção entre os saberes, espaço do apoio e de atuação para além dos limites de cada saber do núcleo, espaço de reforçar a interdisciplinaridade.

A necessidade de se pensar as estratégias de intervenção coletiva foi algo que sempre esteve presente na experiência como psicóloga do NASF. A demanda individual que chega funciona como um sinalizador de quais são as necessidades no âmbito coletivo. Como citado anteriormente, por exemplo as demandas que chegam para atendimento



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



individualizado de adolescentes que praticam automutilação tem revelado a grande necessidade de se realizar um grupo com esse público no espaço escolar e assim realizar também um trabalho de cuidado e prevenção. Nesta perspectiva, insere-se o Programa Saúde na Escola (PSE) que tem sido uma estratégia importante no caminho da construção das ações coletivas da psicologia do NASF. Vem sendo construída uma parceria muito produtiva com as escolas com o objetivo de pensar os grupos não só com os alunos, mas também na realização de grupos com os professores seguindo a lógica da proposta de matriciamento, esse apoio também tem sido ampliado e realizado com os professores no espaço escolar.

O trabalho realizado pelo NASF na campanha setembro amarelo de prevenção ao suicídio nas escolas foi uma experiência muito interessante que originou o grupo “jovens conversando com jovens”. O grupo foi uma iniciativa de um grupo de jovens que a partir da campanha do setembro amarelo resolveram criar um espaço de conversa entre os próprios jovens para debater questões da adolescência. O grupo buscou a Psicologia para apoiar o projeto e para ter um suporte na execução do projeto. Inicialmente o espaço de conversação foi o espaço virtual e depois surgiu a ideia de realizar encontros de grupo presenciais. A experiência está em andamento e tem sido um espaço de produção subjetiva importante para os adolescentes e a Psicologia tem atuado na retaguarda do projeto.

O trabalho com grupos é um espaço bastante importante dentro do NASF. Em parceria com a fisioterapia já foi realizado grupo com os pacientes com dores crônicas, que foi um espaço terapêutico para trabalhar as questões relacionadas ao processo saúde/doença e sobre a dor crônica e também de orientações fisioterapêuticas. O grupo com esses pacientes foi uma importante estratégia que possibilitou reorientar as demandas de atendimento individual para o trabalho em grupo.

Nas unidades básicas são realizados os grupos com as gestantes, que tem sido um espaço muito importante de produção de subjetividade e de promoção da saúde.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Geralmente o grupo é realizado com formato de roda de conversa, onde são discutidos temas relacionados à gravidez e com a parceria da enfermagem e assistência social são realizadas orientações para as gestantes. O grupo com as gestantes caracterizam-se também como uma ferramenta importante de construir a parceria com a equipe de saúde da família para além do atendimento individual, sendo uma estratégia que mostra a importância de espaços coletivos para trocas e de promoção da saúde e prevenção de doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar da Psicologia no NASF vem sendo construído no cotidiano do trabalho e os desafios e potencialidades vão moldando essa constante construção. O presente trabalho teve como principal objetivo refletir sobre o fazer da Psicologia no NASF e na Atenção Básica trazendo os questionamentos e possibilidades vivenciados na prática do trabalho.

As estratégias que vem sendo realizadas para implementar os caminhos coletivos tem se mostrado de grande relevância na construção do fazer da psicologia dentro da equipe do NASF, por serem estratégias que permitem romper com a lógica dominante do atendimento individual e por possibilitarem redimensionar as demandas individuais, revelando novas formas de fazer a psicologia no âmbito da Atenção Básica.

Os desafios para a prática da Psicologia seguem e em meio a eles surgem também as potencialidades e novas formas de construção do fazer da psicologia. As discussões trazidas no presente trabalho trazem à tona também a relevância do compartilhamento das experiências de atuação dos psicólogos, abrindo possibilidades de trocas e de redes entre os profissionais.

REFERÊNCIAS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BRASIL. (2009). **Diretrizes do NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família.** (Cadernos de Atenção Básica, 27). Brasília, DF: Ministério da Saúde.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. **A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada.** Revista Interface comunicação saúde educação, Botucatu SP, 2014; 18 Supl 1:983-95.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA / CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde.** 1ª edição. Brasília DF: 2010.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



TRIAGEM PSICOLÓGICA: ANÁLISE DO PERFIL DOS ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA

Hortência Pessoa Pereira
Graduação Superior Incompleta
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
hortenciapesoa2@gmail.com

Roberta Bolzan Jauris
Mestrado em Educação e Contemporaneidade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
robertajauris@hotmail.com

Carmem Virgínia Moraes da Silva
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
carmem.virginia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo de caráter exploratório/descritivo e natureza qualitativa documental, faz menção aos índices dos dados: idade, sexo, escolaridade, fonte encaminhadora e demanda que foram levantados com base nos registros das triagens que ocorrem na clínica-escola NUPPSI com o público infantil no período que corresponde desde agosto a dezembro de 2017. Neste sentido, um dos objetivos iniciais do projeto concerne em realizar a caracterização do perfil dos triados no serviço, o que subsidia a elaboração de propostas interventivas e de promoção de saúde específicas para o público apontado.

Com isso, inicialmente, faz-se necessário ressaltar que a clínica-escola, bem como os serviços que são prestados à comunidade, são vinculados à Acadêmica e consequentemente, são atravessados pelos eixos de desenvolvimento de pesquisas, formação de alunos e serviços de extensão.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesta perspectiva, Borsa, Oliveira, Yates e Bandeira (2013) apresentam que o principal objetivo destes espaços concerne em promover um adequado processo de formação profissionalizante ao alunado, possibilitando uma articulação das competências teóricas desenvolvidas na graduação em Psicologia, com o campo de atuação respectivo da área. Desta forma, tais serviços-escolas oferecidos à população em geral também constituem o processo de formação do estudante/estagiário, com o intuito de capacitá-lo para a prática e a reflexão do exercício profissional. Em vista disso, as clínicas-escola de Psicologia são serviços obrigatórios segundo a Lei nº 4.119 (BRASIL, 1964), que dispõe sobre os cursos de formação e regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil.

Acerca dos atendimentos que geralmente são oferecidos nestes serviços Herzberg e Chammas (2009) indicam que as clínicas-escola de psicologia ofertam, entre outros serviços, triagem, psicodiagnóstico, psicoterapia individual, de casal, familiar, de grupo, atendimentos preventivos, plantão psicológico e grupos de espera.

Deste modo, com o objetivo de promover as diretrizes que norteiam e disciplinam os estágios e serviços que serão prestados às comunidades interna e externa pelo curso de Psicologia da UESB, foi implantado pela Universidade, em julho do ano 2016, o Núcleo de Práticas Psicológicas (Nuppsi). Atualmente o Núcleo conta com uma variada gama de serviços e projetos que atendem em turno integral a população de Vitória da Conquista gratuitamente, sendo oferecidos atendimentos como: triagem, plantão psicológico, psicoterapia, psicodiagnóstico, atendimentos psiquiátricos, programa “sala de espera”, programa PROEPSI, entre outros.

A triagem por sua vez, é considerada como a “porta de entrada” da clínica-escola, sendo esta, primordial para o encaminhamento dos clientes às outras modalidades de atendimento, possuindo um relevante papel dentro deste espaço dada sua função de escuta inicial, avaliação e encaminhamento. Assim sendo, cabe ressaltar que a avaliação deve manter um compromisso ético e humanitário.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Segundo a Resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003b), a avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos através de estratégias, métodos, técnicas e instrumentos. Neste âmbito, a triagem também é vista como um importante aferidor de dados ao que compete ao processo de avaliação psicológica, sendo compreendida como uma via de obtenção inicial de aspectos da composição biológica, afetiva, social, familiar e cultural da vida do cliente, bem como, a sua demanda e fatores correlacionais à esta.

METODOLOGIA

No Núcleo de Práticas Psicológicas – NUPPSI/UESB, após marcação via contato telefônico, os clientes são inicialmente triados pelas graduandas em Psicologia responsáveis pelo processo da triagem. Um cadastro no sistema Gestor Psi, contendo os dados pessoais necessários é aberto para cada cliente, posteriormente, com o auxílio de um formulário competente (vide anexo I) o cliente tem seu o primeiro atendimento através da triagem psicológica, onde também há a apresentação e assinatura do termo de consentimento TCLE (vide anexo II) pelo cliente ou responsáveis, nos casos de atendimentos com crianças.

Os dados foram extraídos dos roteiros de entrevista preenchidos no momento da triagem, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa descritiva quanto a seus objetivos e delineada como documental quanto ao levantamento. No presente estudo foram consideradas as variáveis sexo, idade, escolaridade, fonte de encaminhamentos e demanda principal para a caracterização do perfil dos atendidos a partir das triagens realizadas com 90 clientes do público infantil entre o período de agosto a dezembro de 2017.

Nesse processo de apurar os resultados da ação desempenhada, pelos registros dos formulários e transformar em dados de pesquisa, uma das dificuldades foi a tabulação das



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



demandas, pois procurou-se valorizar os relatos originais (falas dos pacientes registradas nos formulários de triagem), embora, neles, as queixas apareçam com diferentes tipos de registro, ora em linguagem popular (leiga), outras vezes com terminologias técnicas, equivocadas ou não. Para tanto, foi necessário agrupar as queixas em categorias. A opção foi por identificar a demanda pela perspectiva do acompanhante, ou seja, qual aspecto da criança ou em relação à criança se caracterizava como o motivo da ida ao serviço-escola NUPPSI.

Para a classificação e análise das queixas, necessitou-se uma reformulação das classes discriminatórias a partir dos códigos propostos por Barbosa (1992, apud CAPITÃO E ROMARO, 2003, p. 114) e em concordância com as falas descritas nos formulários das triagens, sendo reagrupadas em 12 categorias: Imaturidade e Atraso do Desenvolvimento (dificuldade na fala, de aprendizagem de hábitos rotineiros, lentidão); Dificuldades Escolares (dificuldade na aquisição da leitura e escrita, mau desempenho, resistência em ir à escola); Comportamento Agressivo (agressividade, brigas, comportamento destrutivo); Ansiedade/Insegurança (medos excessivos), Problemas de Conduta (comportamento de manipulação, comportamento de mentir, pequenos furtos, comportamento sexual aflorado); Queixas Psicossomáticas (desmaios, dores de cabeça, dores de estômago, dores em geral); Problemas Neurológicos; Dificuldades em Lidar com Frustrações; Dificuldade nos Relacionamentos Interpessoais (desobediência, teimosia, fechado, tímido, quieto, problemas de interação com colegas, comportamento solitário); Dificuldade no Controle dos Impulsos (comportamento agitado, inquieto, hiperativo, irritabilidade, oscilação de humor, nervosismo); Depressão/Tristeza/Luto (choro excessivo, choro fácil) e Dificuldade de atenção/concentração (dificuldade em manter o foco, fácil distração, fácil dispersão).

RESULTADO E DISCUSSÃO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

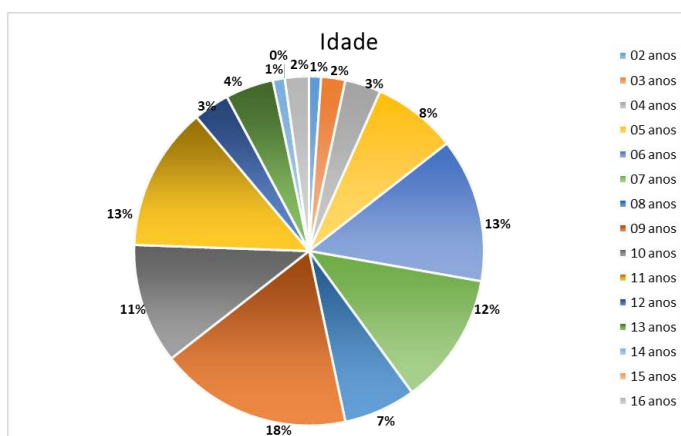


O registro da entrevista de triagem, bem como, entrevistas de anamnese e prontuários, são considerados como um instrumento documental que possibilita, entre outras coisas, a caracterização da clientela. Com isso, os dados obtidos são apresentados de acordo com as variáveis levantadas e analisados por meio do método descritivo.

No primeiro gráfico é possível visualizar a variável idade dos atendidos na triagem. Como verificado, as maiores frequências de procura por atendimento infantil seguem a seguinte ordem: 06 anos (13%), 07 anos (12%), 08 anos (7%), 09 anos (18%), 10 anos (11%) e 11 anos (13%). Sendo assim, a faixa etária que apresenta maior demanda está entre os 06 aos 11 anos, apresentando um maior índice de concentração na procura pelo serviço crianças com 09 anos de idade.

Gráfico 01:
Atendidos na
de 2017

Idade dos
triagem no ano



(agosto/dezembro):

Fonte: Acervo dos registros das triagens – Nuppsi

O quadro 01, apresenta a distribuição dos dados segundo a variável sexo das crianças triadas no NUPPSI no segundo semestre de 2017:



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Tabela 01: Sexo dos atendidos na triagem no ano de 2017 (agosto/dezembro):

VARIÁVEL - SEXO:	
MASCULINO	FEMININO
65 crianças	25 crianças
Total: 90 crianças	

Fonte: Acervo dos registros das triagens - Nuppsi

Como podemos observar, uma significativa parcela dos triados da clientela infantil corresponde ao sexo masculino, sendo então, uma minoria equivalente ao sexo feminino:

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

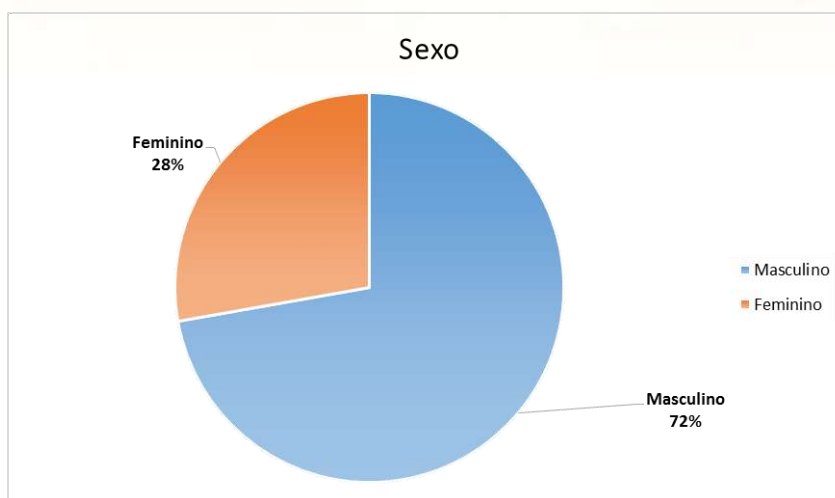


Gráfico 02: Sexo dos Atendidos da triagem no ano de 2017 (agosto/dezembro):

Fonte: Acervo dos registros das triagens - Nuppsi

Diante ao dado apresentado acima, observa-se que os meninos constituem 72% da população atendida na triagem psicológica enquanto as meninas, 28%. O sexo masculino aparece como predominante na população clínica infantil em uma proporção de dois meninos para cada uma criança do sexo feminino que buscam atendimento no NUPPSI.

Neste sentido, a partir do que nos revela as variáveis sexo e idade e estabelecendo interlocução com o trabalho de Cunha e Benetti (2009) acerca da análise de prontuários de 499 crianças atendidas no período de 1999 a 2006 em uma clínica-escola em Porto Alegre -RS, vemos que:

As características desta clientela nas clínicas-escolas apontam para um perfil de crianças do sexo masculino, entre 6-10 anos de idade com problemas escolares e provenientes de famílias de baixa renda. A investigação pioneira de Ancona-Lopez (1984) há quase três décadas atrás já havia identificado a clientela infantil masculina como a mais frequente nos encaminhamentos às

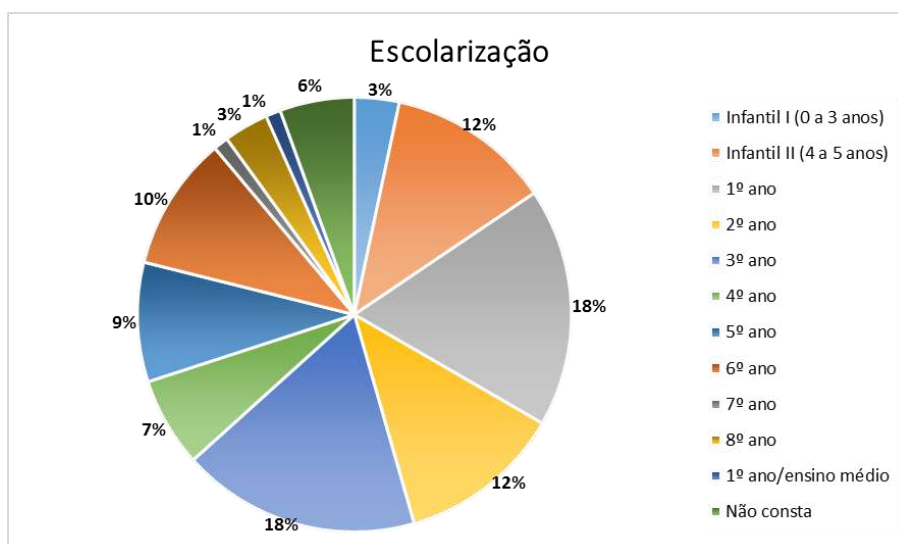
clínicas-escola devido a problemas escolares. (CUNHA E BENETTI, 2009, p. 124)

Podemos constatar que há ainda hoje, em se tratando da procura do público infantil aos atendimentos psicológicos em clínicas-escolas, a clientela predominante é composta por crianças em sua grande maioria do sexo masculino, estando na faixa etária de 6 – 10/11 anos de idade.

Quanto à escolarização dos atendidos, é visto que, a maior concentração se dá no 1º ano, sendo esta correspondente à 18%, tal escolaridade compreende crianças de 6 – 7 anos, o mesmo percentual de procura também se equivale ao terceiro ano escolar, contendo assim, a maior concentração de crianças com 9 anos.

Vale ressaltar que incluso no item infantil II contém o nível pré-escolar, ou seja, seriação que compreende crianças de 4 a 5 anos de idade, apresentando também um considerável índice de procura respectivo a 12%, mesma porcentagem relativa à busca de crianças que estão no 2º ano de escolaridade, como é observado no gráfico abaixo:

**Gráfico 03: Escolaridade dos Atendidos da triagem no ano de 2017
(agosto/dezembro):**





17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Fonte: Acervo dos registros das triagens – Nuppsi

Deste modo, podemos visualizar que as demandas por atendimentos psicológicos surgem já nos primeiros anos escolares. Acerca deste fator escolarização, podemos estabelecer interlocução com os estudos de Melo e Perfeito (2006), acerca dos atendimentos infantis realizados entre 2000 a 2002 em triagem no Centro de Psicologia Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, onde é detectado que:

A escolaridade dos pacientes também foi levantada e pôde-se observar que a maior concentração se dá na pré-escola (28,0%), lembrando que dentro do item pré-escola constam crianças que frequentam desde a escola maternal até o terceiro período ou alfabetização, ou seja, abaixo ou igual a seis anos de idade. Em seguida, vem a primeira série, que apresentou (18,0%) e, logo após, a quarta (14,0%) e terceira série (12,0%). (MELO E PERFEITO, 2006, p. 244)

Em relação aos locais de encaminhamento e motivo de procura foram identificadas as seguintes características, dos encaminhamentos 51% são de origem familiar, seguidos por encaminhamentos da escola (24%), CRAS (I, II E III) (9%), CAPS IA (6%), amigos/conhecidos da família (6%), Pediatra/Neuropediatra (5%) e Psicólogo(a) particular (2%), como assim mostra o gráfico 04.

**Gráfico 04: Fonte de encaminhamento dos Atendidos da triagem no ano de 2017
(agosto/dezembro):**

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

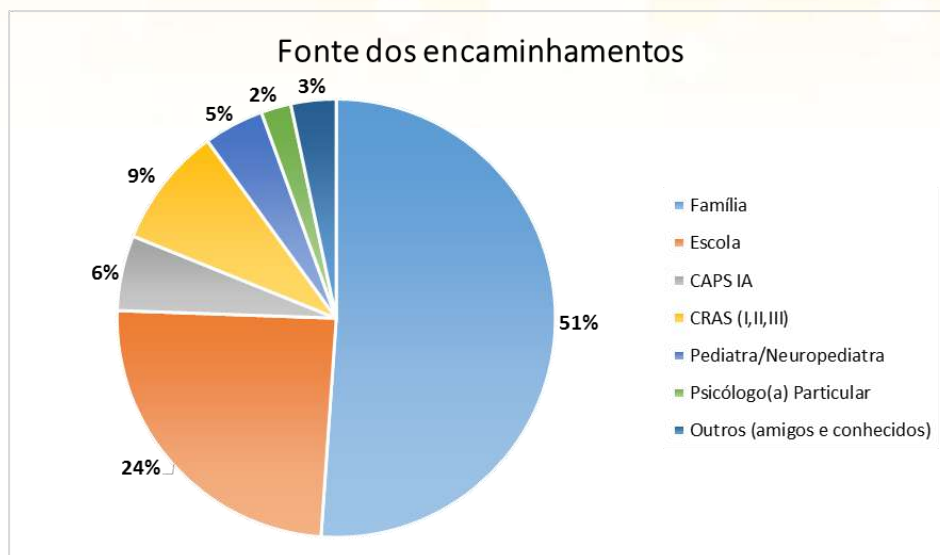
II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Fonte: Acervo dos registros das triagens – Nuppsi

Neste sentido, o maior índice é relativo à procura espontânea dos responsáveis, sendo a escola a segunda maior fonte de encaminhamentos. De acordo com Melo e Perfeito (2006) observa-se que tem havido um grande aumento da procura dos atendimentos psicológicos por parte da família, enquanto nas pesquisas bibliográficas anteriores tais encaminhamentos eram feitos por terceiros, principalmente, advindos pela área médica. Em relação aos encaminhamentos de origem escolar, Cunha e Benetti (2009, p. 124) apontam que:

Quando questionaram professores e diretores sobre os motivos dos encaminhamentos dos alunos para o atendimento psicológico, identificaram preocupações destes profissionais referentes a questões emocionais das crianças associadas a famílias desestruturadas, o que, para eles, justificam os sintomas das crianças na escola. Segundo as autoras, ainda que a escola seja o local de encaminhamento predominante nas séries iniciais do ensino fundamental, a predominância dos motivos escolares é, na

REALIZAÇÃO:



APOIO:



maioria das vezes, incoerente com o problema real latente (problemas emocionais). (CUNHA E BENETTI, 2009, p. 124)

Nesta perspectiva, ao analisarmos os principais motivos de procura desta clientela ao serviço NUPPSI, foram identificadas uma grande predominância das queixas relacionados às dificuldades escolares (dificuldade na aquisição da leitura e escrita, mau desempenho, resistência em ir à escola) correspondendo à 31% das demandas identificadas, seguida por comportamento agressivo (agressividade, brigas, comportamento destrutivo) equivalente à 11% e Dificuldade de atenção/concentração (dificuldade em manter o foco, fácil distração, fácil dispersão) com 10% de representação

das demandas citadas, como vemos no gráfico 05.

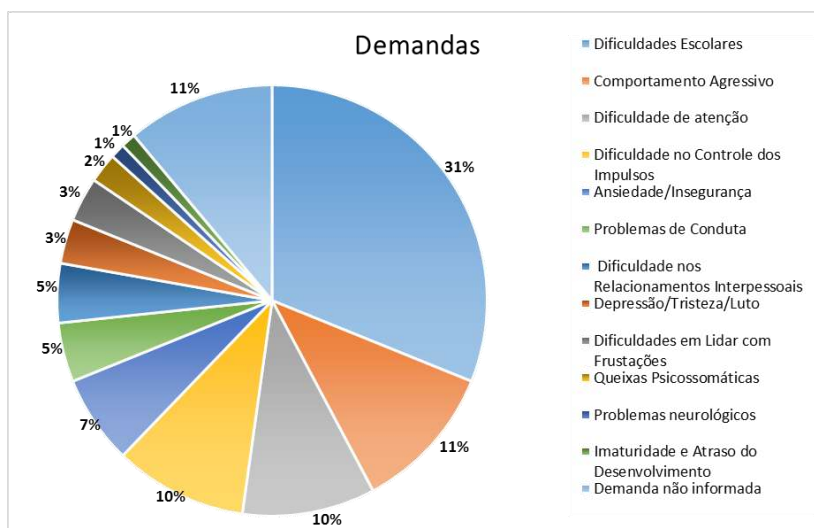


Gráfico 05: Demanda dos Atendidos da triagem no ano de 2017 (agosto/dezembro)

Fonte: Acervo

dos registros das triagens – Nuppsi

Para Melo e Perfeito (2006) é verificado que a incidência das queixas se concentram nos comportamentos e condutas e sintomas emocionais das crianças. As queixas ligadas à escola perfazem grande maioria dos casos e em geral não aparecem isoladas. Assim, o que parece angustiar e incomodar os pais são questões relacionadas à normalidade ou não dos seus filhos, e conseqüentemente, a possibilidade de fracasso, principalmente no que diz respeito ao âmbito escolar.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Com isso, vale ressaltar que a alta demanda de serviços nas faixas etárias iniciais da infância, como também, nos primeiros anos escolares, faz valer um alerta importante para questões socioculturais e econômicas vinculadas fundamentalmente à nossa perspectiva contemporânea do ser criança, do que seja infância e do que seja cuidado, sendo este, em razão da família, escola ou comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reafirma, tanto pelas questões levantadas, quanto pelas conclusões que foram passíveis de serem obtidas, a importância da realização de pesquisas, que encontram nas clínicas-escola um espaço de oferta dos serviços e ao mesmo tempo de condições para a realização de investigações sistematizadas. Diante dos dados expostos e da discussão aqui desenvolvida conclui-se que é essencial investigar dados que permeiam a avaliação psicológica, entre eles as características da clientela, a fim de verificar as reais necessidades do público que busca a clínica-escola. Neste sentido, o profissional precisa estar atento tanto aos fatores intra quanto inter-psíquicos no atendimento infantil.

Se faz necessário que nos voltemos primeiramente para as realidades dos usuários destes serviços, com isso, estudar, questionar e conhecer o público usuário é uma forma de introduzir neste espaço investigações voltadas para a clínica psicológica que subsidia um maior conhecimento e melhor planejamento do atendimento que pode ser oferecido nos serviços.

REFERÊNCIAS

BORSA, Juliane Callegaro; OLIVEIRA; Sérgio Eduardo Silva de; YATES, Denise Balem; BANDEIRA, Denise Ruschel. Centro De Avaliação Psicológica – CAP: Uma Clínica-Escola especializada em Avaliação e Diagnóstico Psicológico. Rio de Janeiro: **Rev. Psic. Clin.**, vol. 25, nº.1, 2013, p. 101-114.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BRASIL (1964). Decreto-lei nº 53.46 regulamentador da lei nº 4.119. Dispõe sobre a profissão de psicólogo. Brasília, DF. Agosto de 1962. Disponível em <http://www.pol.org.br/arquivos_pdf/decreto_n_53.464-64.pdf> Acesso em 12 de julho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2003b). Resolução nº 07/2003. Disponível em <<http://www.pol.org.br>> Acesso em 10 de julho de 2018.

CUNHA, Tatiane Regina Dos Santos; BENETTI, Silvia Pereira Da Cruz. Caracterização da clientela infantil numa Clínica-Escola de Psicologia. **Boletim De Psicologia**, vol. 59, nº 130, 2009, pp. 117-127.

HERZBERG, Eliana; CHAMMAS, Débora. Triagem estendida: serviço oferecido por uma clínica-escola de Psicologia. **Paideia**, vol. 19, nº. 42, jan.-abr. 2009, pp. 107-114.

MELO, Sandra Augusta de; PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva. Características da população infantil atendida em triagem no período de 2000 a 2002 numa clínica-escola. Campinas: **Estudos de Psicologia**, vol. 23, nº. 3, jul./set. 2006, pp. 239-249.

ROMARO, Rita Aparecida e CAPITÃO, Claudio Garcia. Caracterização da clientela da clínica-escola de psicologia da Universidade São Francisco. **Psicol. Teor. Prat.**, vol.5, nº. 1, 2003, pp. 111-121.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO G - PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A PSICOLOGIA EM UM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO *ON-LINE*: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

Caio Dultra

Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental

Universidade Salvador (UNIFACS)

caiobatd@hotmail.com

Bianca Orrico

Mestre em Psicologia do Desenvolvimento

Universidade de Coimbra

biancaorrico@safernet.org.br

1) INTRODUÇÃO

Para iniciar, alguns dados importantes: o uso da Internet está totalmente integrado na vida quotidiana das crianças: 93% dos utilizadores dos 9 aos 16 anos acessam pelo menos uma vez por semana. 60% usam todos ou quase todos os dias. A média de idade do primeiro acesso é de 8 anos em boa parte da Europa. 80% dos jovens entre 15 e 16 anos acessam a Internet diariamente. Esses são dados apresentados pela rede *EU Kids Online*, financiado pelo Programa Safer Internet da Comissão Europeia de modo a consolidar a base empírica para políticas de segurança na Internet. Foram entrevistadas crianças e jovens entre os 9 e 16 anos que usam a Internet em diversos dispositivos. Alguns riscos *online* fundamentais foram identificados: pornografia, *bullying*, mensagens com teor sexual, contato com pessoas desconhecidas, conteúdos nocivos e abuso de dados pessoais.

É notório o impacto proporcionado pelas novas tecnologias e, mais especialmente a Internet, nas relações humanas, na dinâmica da sociedade e na relação estabelecida com o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



conhecimento. As representações não apenas se encontram na tela de um dispositivo, mas se transforma na própria experiência. Todas as mensagens de todos os tipos e objetivos são possíveis tornando a experiência *web* tão maleável que absorve no mesmo texto multimídia toda a experiência humana, o passado, o presente e o futuro. Essa é a “cultura da virtualidade real”, como foi denominada e descrita pelo sociólogo Manuel Castells, é a cultura do mundo digital (CASTELLS, 2003)

As oportunidades de relacionamento social no ciberespaço são promissoras no âmbito do trabalho, do lazer e da aprendizagem. Porém, como toda tecnologia que propõe aproximar pessoas, também pode oferecer situações de risco para crianças, jovens e adultos, quando não orientados sobre o uso ético e responsável da rede. Quando definimos a Internet não apenas como rede de computadores interligados, mas sim como uma rede de pessoas conectadas por meio de computadores, adota-se um foco nas pessoas e não nas máquinas. Assim, o uso das máquinas e o tipo de relação social estabelecida no espaço virtual precisam respeitar os direitos e deveres que também valem em outros espaços para todo e qualquer cidadão.

2) USO SEGURO DA INTERNET

Com dinâmica própria, a Internet tem sido incorporada ao cotidiano dos brasileiros de todas as idades e de diferentes níveis socioeconômicos. A rede criou novas e surpreendentes possibilidades para se comunicar, estudar, jogar, educar, se relacionar e acessar informações variadas com muita agilidade. Como novo espaço público, a Internet não pode ser identificada como uma terra sem lei e do “posso tudo e ninguém me acha”.

Por essa razão, o uso da Internet pelas crianças e adolescentes precisa ser estimulado conjuntamente com ações efetivas de orientação e acompanhamento de pais e educadores. É urgente uma mobilização massiva da população brasileira para promover o uso da Internet em condições que evitem prejuízos individuais e coletivos. Da mesma



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



forma que pais e educadores orientam as crianças para certos cuidados em relação às ruas, à prática de esportes e relacionamento com estranhos no parque ou na escola, precisamos mobilizar a população sobre os cuidados necessários quanto ao uso da Internet em casa, nas lan houses, telecentros e celulares.

Nosso programa tem a intenção de contribuir para que crianças utilizem as novas tecnologias de forma ética e segura. Espera-se que a difusão de informações sobre o uso seguro possa contribuir para minimizar os riscos que envolvem o público infantil on-line, além de possibilitar que as próprias crianças participem ativamente de todo o processo, construindo estratégias para se protegerem no ciberespaço.

3) SAFERNET BRASIL

A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil.

Naquela época, era urgente a necessidade de oferecer uma resposta eficiente, consistente e permanente no Brasil para os graves problemas relacionados ao uso indevido da Internet para a prática de crimes e violações contra os Direitos Humanos. Aliciamento, produção e difusão em larga escala de imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, homofobia, apologia e incitação a crimes contra a vida já eram crimes cibernéticos atentatórios aos Direitos Humanos presentes na rede.

O Brasil, no entanto, carecia de políticas e ações concretas de enfrentamento a estes fenômenos complexos, que envolvem variáveis econômicas, sociais e culturais, com desdobramentos e implicações nos campos da ética, da moral, da educação, da saúde, do direito, da segurança pública, da ciência e da tecnologia.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Logo que foi criada, a SaferNet Brasil se consolidou como entidade referência nacional no enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet, e tem se fortalecido institucionalmente no plano nacional e internacional pela capacidade de mobilização e articulação, produção de conteúdos e tecnologias de enfrentamento aos crimes cibernéticos e pelos acordos de cooperação firmados com instituições governamentais, a exemplo do Ministério Público Federal.

i. ATUAÇÃO DA SAFERNET

Somos reconhecidos como o Safer Internet Center do Brasil, operamos em três braços estratégicos simultaneamente: ações de Educação em cidadania digital, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (hotline) e o Canal Nacional de Orientação sobre Segurança na Internet e helpline Brasil.

Desenvolvemos um conjunto de ações focadas na área de prevenção, buscando contribuir com políticas públicas educacionais que atualmente promovem a inclusão e letramento digital de crianças e adolescentes nas instituições de ensino formal e não formal. Além disso, para contribuir com a promoção do uso responsável e seguro da Internet no Brasil, a SaferNet está desenvolvendo uma série de pesquisas e formações para educadores e alunos de escolas públicas e privadas em diferentes regiões do Brasil, disponibilizando gratuitamente Recursos Educacionais Abertos multimídia que facilitem a incorporação desta temática de forma transversal nos Projeto Pedagógicos das diferentes instituições.

Para garantir uma educação plena para o uso seguro e ético da Internet no Brasil, é fundamental o comprometimento conjunto dos diferentes setores da sociedade, especialmente das empresas que atuam na Internet, provedores de acesso e serviços de segurança, das empresas publicitárias, da imprensa, dos gestores e instituições públicas e das organizações da sociedade civil, engajando todos na promoção dos Direitos Humanos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



no ciberespaço. Usando a Internet com respeito e educação, podemos garantir que a rede continue sendo um espaço público livre e aberto para todos se expressarem e se informarem em um mundo cada vez mais globalizado e interativo. A SaferNet também atua em cooperação com empresas de tecnologia e telecomunicações para ampliar as ações multissetoriais, a exemplo da cooperação com o Google Brasil, GVT e Twitter, dentre outros atores relevantes do setor.

Além disso, criou e mantém, desde 2006, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (www.denunciar.org.br) que é operada em parceria com a Polícia Federal, Ministérios Públicos e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) para fortalecer as ações de combate aos crimes contra os Direitos Humanos. Utilizamos-nos de diversas ações de mobilização, sensibilização e educação para promover um uso ético e cidadão da Internet, especialmente entre as crianças e adolescentes. Além das ações de formação de educadores, pais, alunos, operadores do direito e atores do Sistema de garantia dos Direitos da Criança e do adolescente, a SaferNet Brasil disponibiliza um serviço online gratuito único e inédito no Brasil para orientar crianças, adolescentes, pais e educadores que estejam enfrentando dificuldades e situações de violência em ambientes digitais, a exemplo dos casos de intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O canal HelpLine Brasil está disponível on-line, permitindo aos internautas brasileiros obter informações e ajuda em tempo real com a equipe especializada da SaferNet Brasil.

4) CONCLUSÃO

Nosso ideal é transformar a Internet em um ambiente ético e responsável, que permita às crianças, jovens e adultos criarem, desenvolverem e ampliarem relações sociais, conhecimentos e exercerem a plena cidadania com segurança e liberdade. A prioridade é para aumentar a conscientização dos pais para a natureza dos riscos que os filhos podem



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



encontrar *online*, encorajando ao mesmo tempo o diálogo e uma melhor compreensão sobre as atividades *online* dos jovens.

É importante destacar que a medida que o uso da Internet se torna mais personalizado, o papel de pais e dos professores torna-se mais difícil. Isto delega a indústria uma grande responsabilidade para gerir os possíveis riscos na rede. Além de privar crianças de terem maior responsabilidade por aquilo que compreendem dos conteúdos virtuais e, mais ainda, sobre aquilo que fazem dentro dela. Assim, toda mensagem de segurança virtual deveria privilegiar sempre promover a confiança, a resistência e as competências da cidadania digital entre os usuários. Promover um *empowerment*, enfatizando um comportamento assertivo.

As atividades dedicadas a crianças dentro da escola, nos meios de formação, familiar, comunitário precisam atuar e fiscalizar politicamente as medidas de apoio e segurança na Internet. Tais informações precisam de uma ênfase e uma atualização frequente em termos de formação, dispositivos de segurança e de aplicações, para garantir que todas as crianças alcancem um nível básico mínimo e para evitar que existam crianças digitalmente isoladas e despreparadas.

Promover a gestão dos comportamentos virtuais sejam eles responsáveis, preocupantes ou de risco, disponibilizar um espaço de denúncias e encaminhamento dos crimes virtuais, provocar uma mudança de posicionamento sobre o espaço virtual através da garantia dos Direitos Humanos são formas da SaferNet Brasil “caminhar” no sentido de uma nova forma de existir virtualmente. No entanto, a mudança mais importante inicia na prática de cada usuário que protagoniza o uso virtual e a vida dentro deste ambiente.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manoel; Borges, Maria Luiza. **A galáxia internet**. São Paulo: Jorge Zahar,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



2003

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

Safernet Brasil (<https://new.safernet.org.br/>)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL

Anna Luiza do Sacramento
Faculdade Anísio Teixeira
psiannaluiza@outlook.com
Autora

Joyce Jesus Brito
Faculdade Anísio Teixeira
joybrito@outlook.com
Coautora

Professora Me. Thaís Díniz
thaisufrb@gmail.com

INTRODUÇÃO

A justiça restaurativa tem práticas, relacionada a raízes gregárias que são muito antigas tanto quanto a organização das comunidades humanas, na medida em que uma comunidade para se manter e conviver precisa ter uma ética, moral e justiça em seu modo de ser, também precisam de um sistema de manutenção de relações que evite e repare os danos e ofensas causados entre os envolvidos do conflito. Nos anos 70 em diante cresce a estruturação de práticas que contorna este afastamento ocorrido na instituição da justiça tradicional composta por regras e punições e sua institucionalização do Direito Penal. Atualmente no Brasil, tem um movimento crescente pela recuperação de práticas restaurativas de justiça, que são utilizadas tanto em escolas para mediação de conflitos como em instituições penitenciárias. (PELIZZOLI, 2014)

Nos últimos anos, temos um crescimento surpreendente de publicações, pesquisas, usos e institucionalizações da chamada Justiça Restaurativa, no mundo e no Brasil. Temos Centrais inteiras de Práticas Restaurativas funcionando em conjunto com o sistema judiciário, como no caso pioneiro de Porto Alegre na Vara da infância e juventude temos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



institucionalizações crescentes na junção entre o sistema judiciário e o sistema educativo, como em São Paulo, Caxias do Sul e outros lugares. (PELIZZOLI, 2014)

Atualmente a sociedade está completamente indignada com atuação do sistema judiciário. A insegurança é um sentimento muito forte na população brasileira e hoje em dia, é a partir disso que se intensificam os pedidos de punições mais severas para os criminosos. Este comportamento é totalmente ineficaz, pois aponta um retrocesso para procedimentos que já foram utilizados em épocas passadas como calabouços, tortura, enforcamento, decapitação, entre outros, que acabaram sendo abandonados ao longo do tempo. (SILVA, 2011)

O sistema carcerário, atualmente encontra-se em crise, por conta das superlotações, o total desrespeito dos direitos humanos, no processo de higienização, a presença de grupos organizados dentro das penitenciárias, exposição as violências físicas, sexuais e psicológicas que acaba resultando no baixo índice de recuperação dos indivíduos e no alto índice de reincidência criminal. (SILVA, 2011)

A justiça restaurativa, possui uma nova forma de enfrentar e enxergar o crime. O modelo restaurativo é uma oposição ao modelo Retributivo, que mantém a idéia de que o crime é uma violação ao Estado e às normas penais por ele estabelecidas. O processo penal consiste numa disputa entre Estado e o ofensor, para que o primeiro imponha ao segundo a culpa pela prática do crime e lhe inflija dor e sofrimento em decorrência do que foi praticado. O modelo Restaurativo de justiça vem propor que o crime é uma violação de pessoas e relações interpessoais e que a justiça deve buscar a reparação do dano causado, seja ele de qualquer natureza, envolvendo nesse processo a vítima, ofensor e a comunidade (ZEHR, 2008).

É importante ressaltar que as práticas de justiça restaurativa busca desenvolver um processo que não seja exclusivo para atribuir a punição ao ofensor, mas sim restaurativo. O processo foca tanto no sofrimento da vítima como no ofensor, sem desconsiderar os aspectos sociais que está presente no comportamento criminoso. A justiça restaurativa, de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



uma forma geral, se preocupa com a vítima, fazendo com que ela tenha um atendimento adequado, mediante a situação e que o ofensor possa ter condições de fazer uma reparação, se não concreta, então simbólica. Nesse sentido as partes principais são a vítima e o ofensor e não apenas o ofensor e o estado. A justiça restaurativa utiliza de diversas práticas que não buscam a exclusão e a segregação do infrator, mas, muito pelo contrário, buscam a participação deste da vítima e da sociedade como um todo para buscar soluções restaurativas para o ocorrido. (SILVA, 2013)

O crime é uma violação que pode levar a danos psicológicos tanto para a vítima, quanto para o ofensor. A vítima pode desenvolver sentimentos de raiva em relação ao ofensor e desenvolver algum trauma logo após o delito. Caso o sentimento de raiva se estenda, a vítima leva para frente uma série de consequências do momento do crime, as quais afetam diversas áreas da sua vida, sono, apetite, interesse sexual, relacionamentos e a saúde de forma geral, muitas vezes o dano psicológico chega a ser maior do que o físico. (SILVA,2013).

O trauma refere-se a um fato que realmente foi acontecido, são situações reais, que ultrapassam a capacidade do ego de sabe lidar com a angústia e a dor psíquica devido a esse acontecimento. O psiquismo na tentativa de elaborar a neurose traumática, faz uma incansável repetição do trauma original, seja ela através de desenhos (crianças), sonhos ou repetidas narrativas. (Silva 2011, apud Zimerman 2005)

A frase dita por Zimerman retrata a forma como a vítima pode se sentir, logo após a execução do crime, então é de suma importância a participação da vítima durante o processo judicial para que ela possa expor seus sentimentos e possa a superar ocorrido fazendo a liberação dos seus sofrimentos reprimidos.

No ofensor, cabe a nós refletimos sobre qual é a necessidade deste infrator para superar esse comportamento gerador de sofrimento para sí mesmo e para o outro e para aprender a lidar com a culpa.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os infratores necessitam que questionem suas racionalizações e estereótipos, necessitam ser mais responsáveis, podem estar precisando adquirir habilidades profissionais e interpessoais, necessitam de apoio emocional, podem estar precisando aprender a lidar com suas frustrações, com a raiva, pois é comum os ofensores também já terem passado pelo papel de vítima em suas vidas (normalmente na infância). Buscam através do crime o empoderamento, uma forma de ser visto com uma pessoa. (Silva, 2013 apud Zehr 2008)

Os ofensores prejudicam suas vítimas e são prejudicados pelo o sistema judicial, que trabalha com o papel de penalizá-lo, para que o comportamento antissocial desapareça. É preciso possibilitar que as falhas em seu desenvolvimento possam evoluir em um nível mais saudável e construtiva. O trabalho da sociedade de poder fornecer oportunidades ao invés de ter um olhar estigmatizante e de marginalização nesse indivíduo, seria de suma importância para o desenvolvimento de reinserção social. (SILVA, 2013)

A justiça restaurativa ela visa reparar os danos causados na relação entre vítima e ofensor através de uma mediação, para que os crimes não voltem a serem repetidos, e o ofensor tenha consciência do dano que foi causado a vítima. O modelo restaurativo prioriza a saúde mental e a pacificação das relações sociais.

Objetivo

A pesquisa busca apontar os estudos sobre o atual sistema de justiça e do sistema prisional. Destacando a ineficácia da justiça retributiva. Conhecendo o modelo restaurativo de resolução de conflitos que se configura como uma possível via para a humanização da justiça, trazendo um olhar psicológico, que é sanar o relacionamento vítima e ofensor, sem deixar de responsabilizá-lo por suas ações. Mostrando o quanto a dimensão psicológica de uma situação danosa pode afetar os indivíduos e causar adoecimento psíquico.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Metodologia

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas e artigos científicos, da justiça restaurativa como fenômeno em processo de construção e reconstrução frente a justiça retributiva tradicional.

Justificativa

O trabalho proposto pretende contribuir para que as pessoas tenham um conhecimento sobre a eficácia das práticas restaurativas. E para que possam ter consciência do quanto essas práticas podem contribuir para o bem-estar psíquico da vítima e do ofensor.

Resultados e Discussões

Ao compreender que o crime constitui-se como uma quebra da relação entre indivíduos, pautada no devido respeito para garantir uma convivência saudável na sociedade, as práticas restaurativas demonstram que o principal ofendido dessa violação é a própria vítima, uma vez que rompe com seu sentido de ordem, de significado e de confiança nos seus relacionamentos com o outro, surgindo para ela, uma série de necessidades que precisam ser supridas (ZEHR, 2008).

A vítima do crime necessita de uma reparação do dano que lhe foi causado, mas também precisa de respostas. Por que foi ela a escolhida? O que de fato aconteceu? Será que ocorrerá novamente? De que forma ela se sente em relação ao criminoso? Como seguir em frente diante dessa situação? A resposta a essas perguntas são essenciais no processo de recuperação da vítima, pois lhe darão suporte para superar a vitimização e poder seguir em frente. (SILVA, 2017)

Nesse caso, é preciso que a vítima tenha o seu próprio espaço para que ela possa externar a sua própria experiência do crime, para que lhe seja possível atribuir significado aquela vivência. Entretanto, na estrutura processual adotada pelo modelo Retributivo, no

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



qual o Estado é o principal ofendido com a prática do crime, a participação da vítima é relativizada, pois esta somente recebe atenção quando necessário o seu testemunho dos fatos e, frequentemente, não é convocada para acompanhar o desenrolar e o desfecho do caso. A experiência de justiça no modelo Retributivo, tão essencial no processo de recuperação da vítima, é negligenciada. Desta forma, a Justiça Restaurativa objetiva resgatar o papel da vítima dentro do processo penal, pois a vítima é a que possui o papel mais importante diante dessa situação, ela vai poder expor o que está sentindo e amenizar a sua dor. (NOBRE, 2009)

A justiça restaurativa compõe a proposta, que é o olhar diferenciado sobre o infrator. Sem entrarmos muito nessa discussão acerca dos fatores que contribuem para a formação do ofensor na visão da Justiça Retributiva, que é destacar, o papel que o criminoso exerce no contexto do processo penal. (SILVA, BRAGA, SILVA 2017, APUD ZEHR, 2008).

Na ótica Restaurativa, o ofensor, assim como a vítima, também é parte do processo. O intuito será fazer com que o ofensor se responsabilize pelo seus atos para que ele possa ter consciência do que cometeu e não reincidir no mundo do crime. O processo restaurativo possui etapas que deverão provocar a desconstrução de racionalizações por parte do infrator, tais quais: de que a vítima mereceu o acontecido, que o seu comportamento foi legítimo e está justificado em resposta à marginalização e à negligência das suas necessidades pelo Estado e pela sociedade e de que a violência e a violação do direito alheio são as únicas formas de obter aquilo que deseja e de retribuir todo os danos que lhe foi causado. As práticas restaurativas se caracteriza pela internalização da responsabilidade pela infração praticada e pela busca, juntamente com o ofensor, dos meios para reparar o dano que foi causado. (SILVA, BRAGA, SILVA 2017, APUD ZEHR, 2008).

No mesmo limiar de restauração, segue a ideia de que a comunidade também necessita de uma experiência de justiça. Quando um crime é praticado e as relações sociais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos indivíduos são rompidos, a sensação de convivência harmônica de direitos é perdida. A insegurança e a ausência de confiança nas relações sociais nos fazem constatar a indignação frente a uma possível situação de impunidade. Desta forma as práticas restaurativas de justiça, permite a participação da comunidade na escolha da melhor forma de reparação ao crime. Sendo assim a participação da comunidade é fundamental uma vez que o ofensor necessite desse apoio coletivo que lhe forneça oportunidade para que eles possam enxergar o mundo com menos preconceito e com mais atitudes e para que eles possam se sentir um cidadão com direitos, como qualquer pessoa. (SILVA, BRAGA, SILVA 2017, APUD ZEHR, 2008).

O principal ponto do processo restaurativo é estabelecer que o crime é uma lesão e, desse modo, a justiça deve ser compreendida como a reparação dessa lesão e não apenas como punição do ofensor, pois a punição pode fazer com que o comportamento desse ofensor se torne mais agressivo o que impossibilitaria a reinserção social desse sujeito. Nesse contexto, promove-se a interação da vítima, do ofensor, dos familiares e da comunidade na busca da solução do conflito, para buscar uma harmonia social (NOBRE, 2009).

Considerações finais

A pesquisa reforça que o modelo penal ainda é aquele que estigmatiza o indivíduo. Que a comunidade ainda não oferta oportunidade para que esses indivíduos possam se sentirem fazendo parte dela e que não se sintam excluídos. Por tanto a justiça restaurativa aparece com a intenção de fazer com que a sociedade se sensibilize com a situação e enxergue a vítima como uma pessoa que necessita de apoio e o ofensor com um indivíduo que necessite de incentivos para a mudança de seus comportamentos. E assim trazer a resolução dos conflitos sociais.

A psicologia possui grande influência como mediadora de conflitos, e infelizmente a parceria entre direito e psicologia ainda não é bem vista socialmente por uma visão



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



errônea de retirar a culpa do ofensor. Exige a necessidade de grandes avanços no pensamento social para que a justiça restaurativa seja melhor compreendida, onde o psicólogo atue com garra e crença de evolução de seu trabalho a cada dia.

Referências

NOBRE. Maria Coeli. *Justiça da proximidade: instrumento de proteção e defesa dos direitos humanos para a vítima*. Curitiba. Juruá, 2009.

PELIZZOLI. MARCELO. *A importância da justiça restaurativa: em direção a realização da justiça*. Recife, 2014

SILVA. EDUARDO. *Justiça restaurativa II – a vítima e as implicações psicológicas*. Teresina, 2011

SILVA. EDUARDO. **Justiça restaurativa III – implicações psicológicas para o ofensor**. Teresina, 2013

SILVA. BRAGA. SILVA. **Justiça restaurativa: construção de um novo paradigma no Brasil**. Paraíba, 2017.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça – Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2008

ZIMERMAN, D. **Teoria do trauma: modelo I – teoria do trauma**. 2006



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE
PSICOLOGIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO PARA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES**

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Mestre em Psicologia (UFBA)

Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Bahia

pablojacintopsi@gmail.com

INTRODUÇÃO

A princípio, a atuação do psicólogo em interface com a justiça se limitava ao trabalho pericial (LAGO, 2009). Para tanto, estes profissionais se baseavam em procedimentos médicos, que eram os trabalhadores que dominavam o campo jurídico, neste quesito.

Tomando como foco o Brasil, percebe-se que a partir do desenvolvimento de legislações e políticas públicas mais compromissadas com a realidade social, gradativamente a atuação dos psicólogos é requerida em outros equipamentos do sistema jurídico e instituições que mantêm inter-relação com este sistema. Fortalecem-se, então, outros espaços onde a prática psicológica pode ser desenvolvida e aprimorada. Dentre os possíveis campos de atuação do psicólogo em interface com a justiça, encontra-se a área de acolhimento institucional.

Cabe a todos os profissionais que atuam em interface com o sistema jurídico terem conhecimentos acerca do contexto legal que envolve o seu campo de trabalho. Para tanto, é válido destacar alguns marcos legais que englobam a situação de adoção. Portanto, tanto o documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009a), quanto a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) apontam a necessidade da atuação da psicologia neste contexto.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça-se a posição da criança e do adolescente enquanto sujeito direitos. É cobrado que lhes sejam asseguradas todas as “oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990). É neste intermédio que a psicologia pode contribuir, buscando garantir o cumprimento desta determinação.

Mais tarde é aprovada a lei Nº 12.010, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. É nesta lei que se regulamenta como deve ocorrer o acolhimento institucional, dentre outros pormenores. Por referenciar-se à necessidade da produção de relatórios por parte da interprofissional ou multidisciplinar que atende estas crianças e adolescentes, para fins judiciais, é importante que estes profissionais estejam atentos e preparados para tais determinações.

Além do conhecimento jurídico acerca do campo de adoção, os psicólogos devem estar atualizados no quesito teórico e técnico, estando sempre pautados no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO

Ao trabalhar com este público, é necessário ter em mente que

“as crianças e os adolescentes que são encaminhados às entidades de abrigamento apresentam um quadro de fragilidade física e/ou emocional, configurando a necessidade de um acolhimento que não se limite aos procedimentos administrativos, mas de atenção e cuidados para que não sejam revitimizados.” (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Em geral, estas crianças passaram por graves situações de abandono e algumas até vivenciaram situações de violência física ou em outras configurações. Parreira e Justo (2005) reiteram que mesmo após acolhida, as experiências de abandono continuam recorrente, pois se repetem toda vez que uma criança deixa a instituição ou quando algum profissional se desvincula. Cabe ao profissional de psicologia que atua junto a estas crianças compreender como elas experienciam tais situações, no intuito de promover o melhor suporte possível.

Outro fator a ser observado são as questões identitárias, pois muitas vezes a história das crianças abrigadas é negligenciada, embora elas frequentemente procurem elaborar o seu percurso anterior à sua chegada no abrigo.

Ainda Parreira e Justo (2005) apontam o sofrimento decorrente da esfera social, já que ser reconhecido como uma pessoa abrigada em geral abarca representações negativas. Estas vivências ocorrem de modo diferente, a depender da etapa do desenvolvimento, porém podem ser percebidas nos relatos clínicos tanto de crianças quanto de adolescentes.

Embora nem todas as crianças se deem conta da condição de abrigamento, em especial as mais novas, já na vivência escolar passam a entrar em contato com diferentes configurações familiares, em geral com a presença da figura materna, e aos poucos notam que vivem sob um regime diferente. Não é a mãe, por exemplo, que vai buscá-lo na escola. A mãe não participa das comemorações escolares nem ajuda nas atividades de casa.

Já as adolescentes, no que tange à representação social negativa associada à condição de abrigamento, em geral sofrem com as palavras dos colegas de escola – já que este período é marcado pela necessidade de aceitação dos grupos de semelhantes.

Dentro desta perspectiva, Parreira e Justo (2005) afirmam que

“A desfiliação que as crianças abrigadas vivem no plano afetivo em relação às figuras parentais não pode ser dissociada de outras que afetam adolescentes, adultos e velhos em áreas tão variadas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como as do trabalho e da convivência com grupos identitários, por exemplo.”

Como visto, trabalhar com crianças e adolescentes abrigados exige do profissional de psicologia um olhar atento tanto aos aspectos sociais quanto aos aspectos individuais. É preciso compreender as relações de troca estabelecidas entre os jovens abrigados e os espaços institucionais que ele convive – inclui-se aí, o próprio abrigo. Em paralelo, é importante compreender que cada sujeito possui uma história particular e simboliza as suas experiências de maneira diferenciada.

É neste contexto que o psicólogo se insere no espaço de abrigamento e estas e outras questões emergiram durante a minha inserção na instituição mencionada.

DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Fundada oficialmente em 1994, a Instituição na qual atuo é uma organização não governamental sem fins lucrativos que tem como missão

“prestar assistência primordialmente, ao menor carente, abandonado ou órfão em regime de internato, contribuindo para a sua manutenção, educação, formação moral e apoio às famílias pobres, mediante a prestação de auxílio material e orientação psicossocial.”

(Lar Irmã Benedita. Blog destinado à Unidade de Simões Filho)

A instituição possui duas unidades, sendo uma localizada em Simões Filho, abrigando prioritariamente meninos, e uma localizada em Salvador, no bairro de Cidade Nova. Foi nesta unidade que este estágio se decorreu. Em Cidade Nova, as crianças são em sua maioria meninas, porém alguns meninos com idade reduzida estão acolhidos lá de modo provisório.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As crianças e adolescentes abrigadas que estão em idade escolar frequentam as aulas, em sua maioria, no turno matutino. O turno vespertino é reservado para a realização de tarefas escolares, encontros com profissionais voluntários e demais atividades.

Há profissionais voluntários na área da psicologia, do serviço social, do direito e outras especialidades. Há também frequentes visitas orientadas por escolas, faculdades e projetos sociais.

A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Observou-se, ao longo da atuação, a necessidade de regulamentar o fluxo de atendimento psicológico na instituição no intuito de produzir resultados mais perenes e registros que permitissem efetivo diálogo com o sistema de justiça. Na construção do projeto do serviço de psicologia da instituição, buscou-se considerar os aspectos apontados pelas legislações e orientações oficiais aqui citadas, bem como as normativas específicas da psicologia (em especial, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução 007/2003).

Foi fundamental delinear um trabalho que tivesse como foco a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos na instituição com base nos marcos legais. Dada a diversa possibilidade de configuração da atuação da psicologia, não há uma orientação padrão para a estruturação dos serviços. Buscou-se, entretanto, adequar este serviço às orientações apontadas pela Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola, no que tange aos aspectos estruturais e éticos. O diálogo com as universidades foi fundamental em um serviço não governamental, já que uma atuação conjunta e supervisionada pode suprir a necessidade de atendimento e produção de documentos demandada pelo sistema de justiça. Portanto, foi relevante demarcar esta possibilidade de trabalho.

Houve uma preocupação, na definição das metodologias de trabalho, em garantir uma liberdade profissional para elencar metodologias com as quais este se sente



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



confortável sem com isso ferir os objetivos da política e desconsiderar a especificidade do público.

Trabalhar com crianças e adolescentes é algo instigante e complexo. É preciso o tempo inteiro criar estratégias que os mantenham interessados no processo dos atendimentos. Para tanto, foi preciso explorar ao máximo os recursos materiais da instituição, buscando sempre melhorar as formas de comunicação entre psicólogo e jovens.

Uma dificuldade evidente é a necessidade de romper com a visão inferiorizadora que sugere o aspecto assistencialista que permeia as instituições filantrópicas, como um todo. É necessário fazer o esforço de enxergar as crianças não como coitadinhas, mas como sujeitos com potencial de se desenvolverem.

Entretanto, entrar em contato com as diversas realidades e histórias de cada criança gera angústias e preocupações, que tiveram que ser trabalhadas em mim, como pessoa e como profissional.

Outra dificuldade constante era a necessidade de estabelecer vínculos institucionais e compreender a sua repercussão no desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigadas. Entender o papel da escola e da gestão do abrigo em todo o processo foi fundamental e demandou esforço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível, enfim, organizar um serviço que contemplasse as atividades planejadas e encabeçar outras, conforme as demandas surgiam. Os relatórios individuais foram realizados e encaminhados ao sistema de justiça. A gestão do abrigo apontou avanços nas crianças, diante de questões que elas apresentavam anteriormente (em especial, de comportamento e desenvolvimento escolar). Isso se revela já que aos poucos fui reconhecido como profissional de referência por acompanhar as crianças.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009**. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009a.

BRASIL. **LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional da Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009b.

Conselho Federal de Psicologia CFP. **Resolução CFP nº 007/2003**. Institui o manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. 2003.

FELICE, Eliana Marcello de. O lugar do brincar na psicanálise de crianças. **Psicol. teor. prat. [online]**. 2003, vol.5, n.1, pp. 71-79. ISSN 1516-3687.

LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, dez. 2009.

Lar Irmã Benedita. Blog destinado a Unidade de Simões Filho. **Quem Somos**. Disponível em: <http://larirmabenedita.blogspot.com.br/p/ha-mais-de-50-anos-chegou-aos-bracos-da_18.html>, acessado em 05 de julho de 2016.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Abrigo para Crianças e Adolescentes: Manual de Orientações.** Ed. Via Brasília.

PARREIRA, Stella Maris de Castro Pipinis; JUSTO, José Sterza; A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicol. estud.**, Ago 2005, vol.10, no.2, p.175-180. ISSN 1413-7372



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PSICOLOGIA JUNTO A UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Edilene Magalhães Nunes

Graduanda em Psicologia

Centro Universitário FG – UNIFG

E-mail: edilenenunespsi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma experiência de estágio não obrigatório realizado no Serviço de Psicologia Jurídica (SPJ) junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) de um centro universitário do interior da Bahia, entre o período de fevereiro de 2017 a outubro de 2018.

O NPJ tem como objetivo oferecer assistência jurídica à comunidade que não dispõe de recursos financeiros para custear as despesas processuais. Além disso, desempenha um papel muito importante perante a comunidade na assistência às mulheres vítimas de violência doméstica, contribuindo, dessa forma, para a democratização do acesso à justiça.

Já o SPJ se insere nesse contexto como um dispositivo de apoio psicológico às pessoas que se encontram fragilizadas em decorrência de demandas jurídicas e processuais. O NPJ é um contexto muito rico para a atuação da Psicologia tendo em vista a presença marcante de aspectos emocionais e psicológicos subjacentes às demandas jurídicas e que os operadores do Direito não estão habilitados para intervir. Nesse sentido, Cúnico et al., (2012) afirmam que as demandas jurídicas estão impregnadas de componentes emocionais e psicológicos, o que justifica a colaboração da Psicologia junto ao Direito.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Além de se configurar como um serviço de utilidade pública, o SPJ também se caracteriza como um campo de estágio em Psicologia que tem como objetivo fazer uma interlocução entre os elementos teóricos do campo da Psicologia Jurídica e a prática, a fim de preparar o futuro profissional para atuar frente às demandas desse campo de atuação, especialmente aquelas que dizem respeito ao Direito de Família.

O estágio em psicologia tem sua importância justificada por possibilitar ao estudante fazer uma articulação entre os elementos teóricos da sua profissão, aqueles conteúdos que são estudados ao longo da formação e a componente prática, na qual o aluno possa aplicar seus conhecimentos frente às demandas apresentadas no campo de estágio, o que leva a compreender que é uma prática que elucida e instrumentaliza o aluno para sua profissão (FARIA; ANASTÁCIO; SANTOS, 2017).

METODOLOGIA

O estágio foi realizado entre fevereiro de 2017 a outubro de 2018, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais. Durante este período foram realizadas as seguintes atividades: acolhimento de pessoas que se encontravam fragilizadas em decorrência de demandas jurídicas e processuais, atendimento psicológico na modalidade de psicoterapia para adolescentes filhos de pais divorciados, cujas relações familiares estavam estremecidas e para mulheres vítimas de violência doméstica. Foram realizadas também mediações de conflitos familiares, onde as demandas variaram entre pensão alimentícia, divórcio, dissolução de união estável, guarda e regulamentação de visita.

Os acolhimentos eram realizados por demanda espontânea, já os atendimentos psicoterapêuticos e as mediações de conflitos ocorriam por agendamento prévio. Importante salientar que todas as atividades realizadas contavam com a supervisão de um profissional devidamente habilitado para o serviço.

REFERENCIAL TEÓRICO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A articulação entre a área da Psicologia e do Direito é um desafio que tem se concretizado no Núcleo de Práticas Jurídicas, local onde foi realizado o estágio. Cúnico et al (2012) afirmam que um dos principais desafios quando se trata da junção entre essas duas áreas de conhecimento se relaciona à compreensão dos aspectos emocionais e subjetivos presentes nos conflitos familiares que envolvem violência doméstica, divórcio, dissolução de união estável, pensão alimentícia, guarda e visitação. Por esta razão entende-se que a presença da Psicologia no âmbito jurídico seja tão importante.

A Psicologia Jurídica é uma especialidade da Psicologia, reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2001. No entanto, a sua atuação no Brasil antecede a este período, tendo início com o reconhecimento da profissão, na década de 1960. Os primeiros trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos jurídicos eram de natureza voluntária e voltados para a avaliação de pessoas em situação prisional e de adolescentes em conflito com a lei (LAGO et al. 2009).

Segundo Referencia Técnica para atuação do psicólogo em Varas de Família, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2010, dentre as atribuições da Psicologia Jurídica, atualmente, estão: a avaliação psicológica, perícia, orientação, atendimento psicológico individual e com a família, elaboração de laudos, pareceres técnicos e trabalho com grupos.

Para Brito (2005), o trabalho da Psicologia Jurídica hoje não mais se restringe à elaboração de laudos periciais, mas está voltado também para práticas que visem atender o sujeito em sua totalidade e, para isso, é necessário a aproximação e unificação entre as duas ciências, Psicologia e Direito.

O trabalho do psicólogo, nesse contexto, visa atingir uma demanda que precisa ser ouvida além dos fatos, como propõe Cúnico et al (2012), pois as pessoas necessitam ter seus sentimentos acolhidos, uma vez que, quando buscam um terceiro para resolverem seus conflitos, é sinal de que já tentaram e não conseguiram fazê-lo de forma privada.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Trindade (2011) afirma que a resolução do conflito jurídico não significa, necessariamente, a resolução do conflito emocional, pois ambos não começam e terminam ao mesmo tempo. Assim, uma sentença judicial que põe fim a um processo jurídico, não necessariamente resolve o processo psicológico presente, e que, muitas das vezes, se iniciou bem antes da ação jurídica. Essa ausência de sincronia entre os processos jurídico e o psicológico pode resultar em um descumprimento, pelas partes, das sentenças proferidas judicialmente.

Além das já citadas, outras práticas foram sendo incorporadas ao fazer da Psicologia Jurídica recentemente, como é o caso da mediação, uma das práticas alternativas de resolução de conflito. Trata-se de uma prática milenar que, segundo Marondin e Breitman (2002), tem sua história atrelada à própria história da civilização, onde líderes comunitários idosos auxiliavam as pessoas a resolver seus conflitos.

A mediação de conflito familiar pode ser definida como um procedimento que busca promover o protagonismo e participação das pessoas na identificação e resolução de seus problemas com o auxílio de um terceiro, denominado mediador. Este, por sua vez, deve ter uma escuta diferenciada e qualificada, isenta de qualquer julgamento, imparcialidade, neutralidade, ética, habilidade para negociação e para a resolução de conflitos (CÚNICO et al., 2012).

Entende-se que a família é o lugar onde o sujeito estabelece suas primeiras relações e onde se aprende a conhecer e dar sentido ao mundo. É também um lugar onde se fazem trocas afetivas intensas e, portanto, pode apresentar dificuldades (CÚNICO et al., 2012). Nesse sentido, a mediação familiar pode intervir junto à essas demandas no sentido de possibilitar um reajuste e resgate de suas potencialidades e, principalmente, na manutenção de suas funções, dentre elas, o exercício da parentalidade.

Trabalhar com a família, portanto, é um grande desafio, requerendo a articulação entre saberes a fim de superar o olhar individualizado ao sujeito, contribuindo para o resgate da harmonia no contexto familiar.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DESENVOLVIMENTO

As pessoas que chegavam ao NPJ à procura de atendimento jurídico, inicialmente passavam por um processo de triagem para verificar se a demanda realmente se enquadrava no serviço oferecido. Uma vez realizada essa etapa, era feito o agendamento do atendimento. Era dada preferência para a resolução da questão através do processo de mediação que era realizado pelos estagiários de Psicologia.

A mediação é um espaço de diálogo, onde o mediador, que é um terceiro neutro na relação, deve ser colaborador deste processo possibilitando que as partes assumam uma posição de protagonistas nas soluções de seus conflitos e que possam refletir e gerar soluções para suas controvérsias (HIGHTON; ÁLVAREZ, 1999).

As pessoas que chegavam à procura de atendimento jurídico, na grande maioria das vezes, apresentavam-se conflituosas, desorganizadas emocionalmente, indecisas e era feito o processo de mediação para que elas pudessem se organizar, ter uma maior clareza da decisão que estavam tomando e, quando necessitavam de um tempo maior para isso, a audiência era remarcada para outra data.

Nos casos onde a demanda era divórcio, por exemplo, era comum um que dos conjugues estivesse magoado com o outro, dificultando o estabelecimento de acordos. Em muitos casos, as partes carregam “impedimentos psicológicos”, devido ao grau de ressentimento com a outra parte, o que dificultava a resolução do conflito de forma pacífica e construtiva. Sobre essa questão Melo (2013) afirma que os aspectos emocionais não podem ser colocados de lado, uma vez que são eles, em sua maioria, os próprios propulsores do conflito.

Quando existem filhos envolvidos a questão se torna ainda mais complexa. Muitos pais que chegavam ao serviço, na tentativa de atingir ou magoar o ex-cônjuge, colocavam seus interesses e a vaidade pessoal acima do bem-estar dos filhos. Estas disputas, devido às

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



questões emocionais envolvidas, acabam se revelando como problemas para o exercício da parentalidade de forma madura e responsável, conforme afirma Melo (2013).

A prática mediação, além de proporcionar esse espaço de diálogo, muitas vezes acontecia na perspectiva de uma psicoeducação, ou seja, de uma orientação com os pais a respeito de como lidar com a situação, visando sempre o melhor benefício da criança ou do adolescente.

Durante o período de estágio foi realizado também acompanhamento psicológicos na modalidade de psicoterapia com adolescentes filhos de pais que se divorciaram no NPJ e com mulheres vítimas de violência doméstica. Segundo Souza, Santos e Junes (2013) o acompanhamento psicológico nesse contexto é essencialmente um processo de resiliência, onde se busca trabalhar a ressignificação das experiências vivenciadas pelos sujeitos diante desses momentos de crise.

Em relação às mulheres vítimas de violência doméstica, a atuação da Psicologia acontecia no sentido de auxiliá-las a romper com o ciclo de violência e a se recuperar dos possíveis danos emocionais ocasionados pela violência. As marcas “invisíveis” deixadas pela violência são as que mais causam prejuízos à autoestima das mulheres e é um dos principais campos de intervenção dos atendimentos.

Eram realizadas intervenções voltadas para o favorecimento da tomada de consciência dessas mulheres sobre as variáveis que as mantinham no relacionamento com o agente da agressão, bem como voltadas para o resgate da autoestima e o incentivo à construção de sua autonomia.

Também foram realizadas discussões e análises de filmes e casos de violência doméstica junto com os estagiários de Direito, prática que permitiu a troca de saberes e o aprendizado mútuo.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia, em norma técnica publicada em 2010 sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família, o psicólogo, nesse contexto, trabalha com paradigma da interdisciplinaridade, o que pressupõe que as demandas atendidas no



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



âmbito da Justiça são complexas e precisam ser conhecidas em suas diversas dimensões. Por isso é necessário que haja essa interlocução entre o campo da Psicologia e do Direito, onde os saberes e as práticas se complementam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de estágio no referido contexto contribuiu para o entendimento sobre a necessária participação do psicólogo no âmbito da justiça, especialmente nas demandas relativas ao Direito de família, além de possibilitar a capacitação de futuros profissionais de Psicologia para atuar frente às demandas deste campo de atuação.

A cooperação entre a área da Psicologia e do Direito se faz necessária a fim de proporcionar uma compreensão holística sobre as demanda que chegam ao sistema da justiça, objetivando uma intervenção mais qualificada e mais humanizada.

Embora a Psicologia Jurídica não seja um campo novo de atuação, apenas recentemente vem ganhando destaque no contexto brasileiro, evidenciando a necessidade de trabalhos que possam divulgar práticas exitosas a fim de fortalecer esta área de atuação, especialmente no que tange à participação da psicologia no processo de mediação, que ainda é um campo em construção.

REFERÊNCIAS

BRITO, Leila Maria Torraca de. Reflexões em torno da Psicologia Jurídica. In: R. M. Cruz, S. K. Maciel, D. C. Ramirez (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 9-17.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica; MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira; SILVA, Milena Leite; BOPP, Maria Ester Toaldo. Psicologia e Mediação familiar em Núcleo de Assistência Judiciária. **Boletim de Psicologia**, v. LXII, n. 137, 2012, p. 141-154.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



FARIA, Andréia Barbosa de; ANASTÁCIO, Fernando Dório; SANTOS, Maxleila Reis Martins. Manual de Estágio Supervisionado. Belo Horizonte: **Newton**, 2017.

HIGHTON, Elena Inés; ÁLVAREZ, Gladys Stella. Mediação no cenário jurídico: seus limites: a tentação de exercer o poder e o poder do mediador segundo sua profissão de origem. In: SHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. **Novos Paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.187.

LAGO, Vivian de Medeiros; AMATO, Paloma; TEIXEIRA, Patrícia Alves; ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; BANDEIRA, Denise Ruschel. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Estudos de Psicologia, Campinas, n. 26, v. 4, 2009, p. 483-491.

MARODIN, Marilene; BREITMAN, Stella. A prática da moderna mediação: Integração entre a Psicologia e o Direito. In: Zimerman, D.; Coltro, A. C. M.. (Orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millennium, 2002, p. 471-488.

MELO, Kécia Alessandra de Lima. **Mediação De Conflitos Familiares**: relações entre os saberes da Psicologia e no Direito no campo jurídico. Recife: O autor, 2013.

Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família / **Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2010.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SOUZA, Larissa Paula Briglia de; SANTOS, Carime Lima dos; JUNES, Renata Hirano. Dinâmica da dissolução conjugal: Psicólogo jurídico e o direito. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 108, 2013. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/materias.asp?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12715>. Acesso em ago. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO I - PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**“SOZINHO/A ANDO BEM, MAS COM VOCÊS ANDO MELHOR”:
INTERVENÇÃO GRUPAL NO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE**

Larissa Fonseca de Souza
Estudante de Psicologia
Luciana Brito Marques
Estudante de Psicologia
Maria Márcia de Jesus Rodrigues
Estudante de Psicologia
Marta Aparecida dos Santos Mamédio
Estudante de Psicologia

UniFG-Centro Universitário
psicologia@centrouniversitariounifg.edu.br

*Márcio Ramos Ferreira
Psicólogo e docente na UniFG*

INTRODUÇÃO

De acordo com Vasconcelos (1985), a Psicologia Comunitária é uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social, busca explicitação de um compromisso social e político. Dessa forma, compreendemos a importância de uma Psicologia Comunitária dentro do movimento social, no Levante Popular da Juventude, que é uma organização composta por sujeitos jovens, negros, mulheres, LGBTs, periféricos, camponeses, estudantes, jovens esses que acreditam nos mesmos valores e ideais. Essa organização pauta e trabalha princípios que acreditam serem necessários para uma vida em uma sociedade igualitária, com o objetivo de romper com as barreiras impostas pelo sistema capitalista-patriarcal-racista-LGBTfóbico.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O referido movimento social é independente e apartidário, visando a obtenção de direitos para a juventude. Conforme a atual conjuntura política em constante retrocessos, tem exigido cada vez mais a articulação e atividades teóricas e práticas dos militantes, o que por vezes sobrecarrega esse grupo. Acreditamos que a Psicologia Comunitária possa trazer contribuições importantes para um melhor desempenho dessa organização, por meio de observações e identificando questões a serem ponderadas, reorganizadas e/ou modificadas.

Ao considerar o público que compõe a militância, além das atividades que estão sobre eles, somam-se as opressões diárias sofridas pelos mesmos, que vêm afetando a saúde mental. Juntando-se às demandas individuais, para além das opressões, como dificuldades interpessoais, familiares, entre outras, que afetam diretamente a autoestima, saúde física e mental.

Segundo Filha et al. (2009), a Terapia Comunitária não se propõe a resolver problemas, mas a formar redes solidárias de fortalecimento da autoestima de pessoas, famílias e comunidades, de onde a mudança decorre. Portanto, acredita-se que a Psicologia Comunitária tenha contribuições importantes para um melhor funcionamento das organizações, no caso do Levante, poderá fortalecer os vínculos entre os membros, buscando saídas no coletivo para questões individuais e grupais, melhorando assim a saúde mental de seus membros.

Dito isso, o presente trabalho tem como foco principal trabalhar a saúde mental dos membros da organização Levante Popular da Juventude, ancorados pela base teórica da Psicologia Comunitária, uma vez que as demandas individuais podem refletir no trabalho grupal. Então, abriu-se o espaço para que pudessem falar de suas demandas e assim procurar minimizar o sofrimento através da fala e encontrar possíveis formas de soluções juntos, estreitando as relações entre os membros.

JUSTIFICATIVA

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Tivemos a pretensão de melhorar as relações estabelecidas dentro desta organização ouvindo as demandas individuais dos integrantes, deixando-os livres para falar de suas questões, Vasconcelos (1985) vem trazendo que o psicólogo comunitário exerce o papel de facilitador sugerindo situações onde os participantes possam falar de suas demandas e dar palpites sobre as possíveis soluções. O intuito é que se sintam acolhidos pelo grupo, visto que as mesmas podem interferir no coletivo, ao passo que os integrantes encontram neste espaço um lugar de afirmação de sua identidade, compartilham crenças, regras, valores entre outros.

Com isso, a intervenção, tem como finalidade avaliar os problemas, buscar possíveis soluções, a articulação entre os membros do grupo e, estes são nossos objetivos no nosso projeto, para buscar alcançar a finalidade do referido movimento social sem maiores e futuros danos para os militantes. Vasconcelos 1985, diz que a ênfase da Psicologia comunitária está nas pessoas enquanto seres sociais, onde o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, culturais, políticas e vice-versa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante muito tempo o debate em saúde mental esteve intrinsecamente ligado ao modelo hospitalar, onde eram tratados os considerados doentes mentais, com internações prolongadas e mantendo o sujeito longe do seu convívio social. Com a reforma psiquiátrica, após 1970, vem se desconstruindo essa ideia institucionalizada, para se construir uma promoção de saúde mental entre trabalhadores, famílias, comunidades em geral (JORGE, 2011).

Com os avanços da reforma psiquiátrica, hoje, é possível muito mais se debater sobre a saúde mental de grupos específicos, visando o bem estar dos mesmo, sem ser necessário algum diagnóstico de doença mental. Nesse sentido, esse trabalho visou a promoção da saúde mental de um grupo específico composto por jovens, por compreender que a juventude está vulnerável a muitos sofrimentos psíquicos, segundo a Organização

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Mundial da Saúde (OMS), algumas situações são prioridades na adolescência/juventude, como depressão, suicídio, onde são frequentes também transtornos de ansiedade, abuso de substâncias.

Além da juventude estar vulnerável a muitas desordens psicológicas, estamos vivendo um momento de crise econômica, política, social e ambiental que afetam diretamente a vida desses jovens na maioria estudantes, trabalhadores e periféricos, sendo essa crise mais um fator estressor que afeta a saúde mental desse grupo específico. Para Margis et al, 2003, os fatores estressores são situações ambientais que podem provocar estresse em acontecimentos da vida, podendo ser de forma agrupada esses fatores, em acontecimentos cotidianos menores ou em situações de tensão crônica.

A juventude dessa geração é permeada por muitas questões de ansiedade, onde há muitos fatores importantes para tal, como a cobrança acadêmica para com o mesmo, ou até mesmo a cobrança para se estar dentro da universidade, passar no vestibular, de conseguir um emprego e para dentro da militância ainda existem fatores de ansiedades, como tarefas a serem cumpridas, cobranças, a preocupação com o rumo que o país está tomando, sendo assim a ansiedade um agravante da saúde mental dessa juventude organizada. Castillo et al (2000), considera a ansiedade como “um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho”.

Nesse sentido, pensando uma juventude com todos os riscos para ter uma saúde mental afetada, sendo um agravante também todas as opressões que os mesmos sofrem pelo sistema capitalista-patriarcal-racista-LGBTfóbico, é necessário levar esse grupo a falar sobre as angústias que os permeiam, compreendendo que o falar é terapêutico, que de acordo com a descoberta de FREUD (1893-1895) no caso de Anna O., “a cura se dá pela fala”, logo, no momento em que levamos esse grupo a falar sobre si e sobre suas angústias, os levamos simultaneamente a elaborar suas questões, dando a oportunidade ao sujeito de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



se criar uma conexão com suas ideias recalçadas que produziram os sintomas que estão os afligindo no momento atuais. (FOCHESATTO, 2011)

A intervenção nesse grupo, se constrói no sentido de se pensar os problemas como de ordem coletivas e não apenas individual, assim construindo um espaço onde essas questões também possam tentar ser resolvidas de forma coletiva, ou acolhida no coletivo, construindo assim uma espécie de terapia em grupo, um grupo de autoajuda, onde se possa ter um cuidado mútuo dentro do grupo. E uma das questões que contribuem para esses grupos de autoajuda darem certo é a otimização de fatores terapêuticos, como o altruísmo, a esperança, apoio mútuo, e a compreensão de que os sujeitos são agentes transformadores da história. (BECHELLI, 2004)

METODOLOGIA

Este estudo teve como base uma pesquisa qualitativa, realizada no movimento social Levante Popular da Juventude. A partir das observações das demandas existentes, como também da observação participante em uma reunião de planejamento, pôde se perceber que, além das demandas de opressões, há sobrecarga de tarefas. A militância traz consigo demandas pessoais da sua vida cotidiana que afetam ou podem vir afetar sua saúde mental, como consequência o baixo desempenho na militância.

A intervenção contou com a participação de mulheres e homens entre faixa etária de 18 anos 26 anos. A mesma foi estruturada partir de três passos, o primeiro a observação da dinâmica do grupo, frente a interação entre os membros. A segunda etapa teve como objetivo promover um ambiente místico, em que os participantes se envolvessem e entendessem a importância do cuidado. Nesta etapa, os participantes foram divididos em dois grupos, um grupo permaneceu sentado com os olhos fechados e o outro de pé. O grupo que permaneceu sentado recebeu uma massagem dos que ficaram de pé, esta etapa só foi finalizada depois que os dois grupos passaram por ambas as situações, massagear o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



companheiro e ser massageado. Ao final, foi ressaltada a importância do cuidado físico, para assim passar para a terceira etapa, que ocorreu com todos sentados em colchonetes.

Nesta etapa, foi levada a proposta do cuidado pela fala, sugerindo que cada membro se sentisse à vontade para falar das suas angústias, como também das suas alegrias. Tendo como propósito o falar como um alívio daquilo que pode estar causando um sofrimento, e um apoio e possível sugestão para o encorajamento e enfrentamento frente às situações vivenciadas.

A intervenção foi finalizada após as falas serem cessadas. Então, foi cantada, em conjunto, o refrão de uma música: “Escuta, escuta. O outro, a outra, já vem, escuta, acolhe. Cuidar do outro faz bem”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo colocada em prática a intervenção descrita anteriormente, observou-se a importância do momento inicial com a música cantada coletivamente, entrando no campo da partilha de atividade e compreensão do outro. Assim como, o momento de cuidado direto, corpo a corpo, sendo utilizado como um recurso de aproximação e relaxamento, em que proporcionou, aos participantes, a entrega de si ao momento e a sensibilidade de sentir o toque diferenciado de cada pessoa, como uma forma de cuidado singular. Conforme refere a participante Aline Dourado “para mim, foi muito importante ter esse momento em que a gente compartilhou o que estamos passando, teve também o momento de relaxamento o momento de reflexão. Foi tão bom que, se tiver outras vezes, todo mundo vai gostar”.

A experiência dessa intervenção grupal corrobora com os achados de Munari, Ribeiro e Lopes (2002), que, em sua pesquisa, constataram a intervenção em grupo como uma facilitadora do cuidado emocional acarretando na minimização os desconfortos que o sujeito está a vivenciar.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Munari, Ribeiro e Lopes (2002) descrevem que, em seus trabalhos grupais, assim que o sujeito confiava nas pessoas ao seu redor, no grupo, demonstravam sentir-se mais à vontade para falar sobre sua dor. Assim aconteceu na intervenção do presente trabalho, no momento em que as pessoas sentiam-se seguras com o grupo, foram expressando suas questões. Cada relato exposto tinha também o papel de encorajar o outro, ficando no centro da atividade o momento de partilha, tanto de questões que afligem — sendo, nesses momentos, explícito o acolhimento e apoio por parte dos demais que ouviam —, como as conquistas — nos relatos desse teor, os membros do grupo validaram e reforçaram os objetivos alcançados pelo companheiro/a.

Porém, o participante Danilo Seixas expressa que “a intervenção tem que ter mais continuidade, mais constante, fazer regularmente. Isso ajuda muito, eu acho assim, particularmente, que ajuda muito as pessoas, talvez, com o tempo, isso irá me ajudar também, eu vou conseguir expressar mais meus sentimentos e tal, essas coisas”. Assim, nota-se a importância da confiança ser fortalecida no grupo, por meio de momentos de compartilhamentos nas intervenções, fazendo com que, nas próximas, os participantes estejam mais à vontade e engajados, a fim de que trabalhem a fala de suas demandas e a escuta empática para com o outro, sendo um recurso de apoio e cuidado entre os membros da comunidade.

Por se tratar de um público que é considerado como comunidade por terem características e objetivos em comum, estarem no mesmo movimento social, considera-se que, os indivíduos participantes da intervenção, já tenham em si o sentimento de pertença do grupo. Sentimento esse descrito por Munari, Ribeiro e Lopes (2002) que em suas intervenções proporcionaram para os participantes o sentir-se incluído, assim como notar a valorização de suas questões individuais, subjetivas. Ou seja, em nosso público já havia o sentimento de inclusão, porém, o interesse do grupo pela valorização da subjetividade, das dificuldades e conquistas individuais foi demonstrada e explorada a partir da referida intervenção grupal.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Em relato, a participante Mariana Sintra expressa “a importância que é a gente falar e a gente saber ouvir, como é bom isso, ter alguém para ouvir a gente e alguém que a gente possa falar”. Com isso, percebe-se que a intervenção foi sentida pela participante como um momento de partilha mútua, em que houve a valorização das questões individuais, assim como a sensibilidade para o apoio e compreensão da importância do saber ouvir, além do falar de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que uma das características da militância está diretamente associada à procura por meios que possam trazer a igualdade e justiça, o próprio corpo integrado do Levante Popular da Juventude se vê cada vez mais engajado em práticas, articulações e atividades teóricas de interesse grupal. Situações como estas podem levar toda a comunidade da instituição a manter um pensamento de cultura grupal o que, a longo prazo, poderá invalidar o caráter subjetivo dos membros do grupo. E foi procurando contornar a hipótese de que tal ocorrência não viesse a pairar sobre o referido movimento social que a intervenção foi realizada. Dessa forma, buscou-se a escuta empática visando fortalecer os vínculos entre os militantes e buscando saídas no coletivo sobre questões para além dessa comunidade, assim como, as que infligiam o corpo da militância de forma individual, ou seja, suas demandas familiares e queixas subjetivas.

Logo, podemos afirmar a importância do trabalho aqui descrito como divisor de águas dentro da comunidade em que foi realizada a intervenção. Uma que vez, como o Levante Popular da Juventude se posiciona frente a interesses comuns entre os jovens que compartilham do mesmo espaço buscando reivindicar uma vida em sociedade igualitária, reservar algum tempo para que a subjetividade e singularidade de seus membros fossem ouvidas e recepcionadas por seus integrantes, obteve resultados favoráveis e positivos no que diz respeito ao bem estar físico e mental dos envolvidos.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Tais eventualidades supracitadas podem ser confirmadas dentro das falas dos membros participantes, que trouxeram relatos pessoais favoráveis à intervenção. Mariana Sintra, uma das militantes que estava presente na intervenção relatou: “Inclusive acho necessário rolar mais desses debates, dessas conversas, dessas trocas de experiências. Seria incrível!”. Posicionamentos como estes, confirmam o caráter positivo que a intervenção proporcionou aos membros alcançados dessa comunidade e como estes, doravante, se mostraram mais atentos em como as questões individuais e subjetivas podem afetar todo grupo, bem como fortalecer os vínculos afetivos frente à luta em busca de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BEHELLI, L. P. C.; SANTOS, M. A. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 242-249, 2004.
- CASTILLO, A. R. GL.; et al. Transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, p. 20-23, 2000.
- FILHA, M. O. F., et al. A terapia comunitária como estratégia de promoção à saúde mental: O caminho para o empoderamento. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 11, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/33252>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- FOCHESATTO, W. A cura pela fala. **Estudos de Psicanálise**, n. 36, p. 165-171, 2011.
- FREUD, S. **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**. In: Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. 2. p. 70, 1996.
- JORGE, M., et al. Promoção da Saúde Mental-Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3051-3060, 2011.
- MARGIS, R., et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 65-74, 2003.
- MUNARI, D. B.; RIBEIRO, V.; LOPES, M. M. Intervenção grupal com enfoque no cuidado emocional: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Brasília, v. 55, n. 4, p. 449-451, 2002. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v55n4/v55n4a16.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cuidar de crianças e adolescentes com transtornos mentais. Definir as direções da OMS. Genebra: **Organização Mundial da Saúde**, 2003.

VASCONCELOS, E. M. **O que é psicologia comunitária**. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA DINÂMICA DE
PRAZER E SOFRIMENTO PSÍQUICO DE FEIRANTES DA FEIRA DE SÃO
JOAQUIM, SALVADOR-BA**

Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Mestre em Psicologia (UFBA)
Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Bahia
pablojacintopsi@gmail.com

Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis
Doutora em Saúde Coletiva (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia
anapellegrinireis@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As feiras livres ocupam uma posição de importância comercial na maioria das cidades brasileiras. É nestes espaços que serviços são ofertados e as mercadorias produzidas nas regiões próximas são comercializadas.

Dentre os atores da feira, destaca-se o feirante. Profissional já reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas que ainda sofre com as questões estruturais presentes em uma ocupação informal: falta de regularização dos espaços de trabalho, das jornadas de trabalho e dos salários (GONDIM, 2006). Todos estes aspectos, estando relacionados com o trabalho, impactam na saúde física e psíquica destes trabalhadores.

Apesar da importância da Feira de São Joaquim bem como o fato de a feira já ter sido objeto de estudo por diversos pesquisadores, não foram encontradas pesquisas dentro da perspectiva da saúde mental.

Considerando estes aspectos, este estudo busca compreender a influência da organização do trabalho na dinâmica de prazer e sofrimento psíquico de feirantes da feira de São Joaquim em Salvador - Bahia.

METODOLOGIA



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Elegeram-se a abordagem qualitativa, pautada no referencial ‘teórico-metodológico da psicodinâmica do trabalho. O local de pesquisa foi a Feira de São Joaquim, na cidade de Salvador. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme indicado por Dejours (1991), com oito feirantes, as quais foram posteriormente gravadas e transcritas. Foi também elaborado um diário de campo para registro das impressões do pesquisador durante sua inserção na feira. A interpretação dos dados foi feita com base no processo de análise do núcleo dos sentidos (Mendes 2007). Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos tornaram possível a investigação das seguintes temáticas, que são centrais dentro da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho: a) organização do trabalho expressa pelos trabalhadores; b) sentimentos relacionados ao trabalho, incluindo fatores de prazer e sofrimento; c) modos de enfrentamento à organização do trabalho, estratégias para superar/transformar o sofrimento

Por meio da técnica da análise do núcleo dos sentidos, estas unidades foram subdivididas em núcleos mais específicos que se mostram significativos nas falas, revelando ocuparem um posto de importância dentro do discurso dos trabalhadores.

1-Organização do Trabalho do Feirante: As entrevistas revelaram que a maior parte dos feirantes inicia seus trabalhos antes mesmo da abertura da feira, pois organizam e transportam as mercadorias. O trabalho dos feirantes não se limita a vender. Eles relatam a realização de outras atividades, como por exemplo a execução de limpeza do local e dos produtos e a carga e descarga de produtos, bem como atividades não diretamente relacionadas com o ofício, acumulando funções mesmo durante o horário de trabalho na feira. Muitos feirantes ultrapassam 10 horas de trabalho diárias, incluindo a preparação para o dia de trabalho e a execução da atividade em si. A maioria deles almoça em menos de uma hora, sendo que alguns fazem suas refeições enquanto trabalham. A maior parte

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos feirantes trabalham pelo menos seis dias na semana, porém muitos deles laboram de domingo a domingo.

Outras instituições exercem influência sobre os feirantes, pois seus posicionamentos afetam diretamente na organização da feira como um todo: o sindicato e os governos do estado e municipal.

2-Sentimentos relacionados ao trabalho:

2.1-Sofrimento e Trabalho: Quatro temáticas se tornaram recorrentes nas falas dos entrevistados, em relação ao sofrimento no trabalho: a) sofrimento relacionado às hierarquias; b) sofrimento relacionado ao ritmo e intensidade de trabalho; c) sofrimento relacionado à desvalorização do trabalho; d) sofrimento relacionado ao desenvolvimento econômico do país.

2.2 – Prazer e Trabalho - os elementos dos discursos que indicavam prazer relacionado ao trabalho foram agrupados em três núcleos: a) gosto, apesar de: os trabalhadores relatavam aspectos do trabalho associados ao prazer, porém às vezes sustentavam estas afirmativas diante de uma oposição a algum aspecto negativo do trabalho; b) orgulho e superação: o trabalho é apresentado por alguns feirantes como a via que tiveram para superar dificuldades. c) gratidão: diferente dos núcleos de sentido anteriores, elementos do discurso de alguns feirantes revelaram prescindir de apresentar algum caráter negativo do trabalho ou algum obstáculo a ser superado. O trabalho é apresentado, nestes trechos das entrevistas, como agregador de bons elementos e os feirantes que assim o definiram relataram estar gratos por estarem desenvolvendo aquela atividade.

3 – Formas de enfrentamento: Em consonância com a psicodinâmica do trabalho, esta ambiguidade de vivências de prazer e sofrimento psíquico relacionados ao trabalho se revela as estratégias de defesa individuais e coletivas que emergem pelos trabalhadores.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



3.1 - Formas de enfrentamento individuais: Alguns trabalhadores demonstraram apegarem-se na fé e no divino como forma de motivação para enfrentar as dificuldades do trabalho. Outros feirantes apontaram a necessidade de se aprimorar enquanto profissional para poder lidar com as dificuldades. Para eles, estar preparado para o que o mercado exige é um fator que os farão evitar possíveis formas de sofrimento, vindos do trabalho.

3.2 - Enfrentamento coletivo: Foram identificadas duas formas. A primeira versa sobre a recorrência dos trabalhadores à coletividade. Verificou-se que muitas das vezes os feirantes recorriam ao coletivo diante de dificuldades que surgissem no trabalho real. O apelo à coletividade é recorrente e se configura de variadas formas. Às vezes, o grupo é citado como espaço de comunicação e diversão. Outras vezes, ocorre um processo de ajuda mútua, no qual os feirantes executam atividades em prol de outros. Há situações em que eles auxiliam no transportes de mercadoria dos colegas de trabalho; chegam a fornecer materiais caso o colega esteja em falta; outra possibilidade é a oferta de serviço, quando um feirante está afastado da sua barraca e o colega acaba assumindo o seu posto, chegando a atender a freguesia da barraca alheia.

A segunda forma de enfrentamento coletiva é a esquiva quando o tema se relacionava às hierarquias. Diferente dos outros conteúdos de análise, as conclusões acerca desta forma de enfrentamento encontram-se mais no que não foi colocado nos discursos do que no que propriamente foi relatado. Um grande quantitativo de feirantes se recusou a falar alegando que o que dissessem poderia chegar em espaços que os prejudicassem. Outros chegavam a falar, porém quando o assunto tornava-se tais estruturas, diziam que não continuariam falando a respeito. Já outros citaram estas instituições, mas ao fim solicitaram que essas partes da entrevista fossem removidas.

Ao negarem-se a adentrar em tais questões, os feirantes demonstram não acreditar que abordar estes aspectos trará algum retorno positivo. Ou a situação permanecerá como está, ou alguma consequência ruim será instaurada. Assim, cada vez menos se envolvem em entrevistas, principalmente quando elas tocam nesta temática.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CONCLUSÕES

Foram identificados conteúdos acerca dos sentimentos do feirante relacionados ao trabalho, envolvendo prazer e sofrimento psíquico, assim como estratégias de defesa individuais e coletivas utilizadas por estes trabalhadores para lidar com as vivências de sofrimento no trabalho. Os feirantes relataram conteúdos de sofrimento relacionados à organização do trabalho que executam. Foi de fato identificado que essa organização não é totalmente livre, apesar de estes trabalhadores serem classificados como autônomos. Os feirantes carregam aspectos de precarização presentes no contexto informal de trabalho. Há também instituições que regulam o funcionamento básico do trabalho dos feirantes, apesar da autonomia possível dentro desta atividade.

Entretanto, também foi possível identificar que o feirante de São Joaquim experimenta sentimentos positivos no seu cotidiano de trabalho, e muitos se valem destes aspectos de modo a conseguir motivação e reafirmação identitária enquanto trabalhadores. Adotam então maneiras de enfrentar as situações aversivas presentes no trabalho real, objetivando sustentarem-se psicologicamente diante do inusitado e do gerador de sofrimento. Conseguem, assim, levar adiante cada dia de trabalho dentro dos limites estabelecidos, esbaldando criatividade para encarar desafios diários dentro do seu contexto de trabalho.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 4. ed São Paulo: Cortez, Oboré, 1991.

DEJOURS, C. Uma resposta durante o seminário “Sofrimento e prazer no trabalho”. IN: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte. **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília, 2004.

GONDIM, Sônia Maria Guedes et al. Carteira de Trabalho, artigo de luxo: o perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. **Estud. psicol. (Natal)**, Abr 2006, vol.11, no.1, p.53-64.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SATO, L. **Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos trabalhadores que participaram da pesquisa, as professoras Ana Portela e Edileuza Garrido pelas contribuições e a GESPEC pelo apoio

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTE HOSPITALAR E ESTRESSE OCUPACIONAL

Edina Daiane Ramos / autora²⁹

Zuneide Batista Paiva / autora³⁰

Mirtes Santos Oliveira / coautora³¹

Regiane Lacerda Santos/ orientadora³²

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido devido a necessidade de se estudar como o estresse é um dos agentes que mais acometem os profissionais da área da saúde. O estresse é uma reação do organismo diante uma exigência do ambiente em que o indivíduo está inserido, com isso Lentine, Sonoda, e Biazin (2003, p.103), define o estresse como “a resposta fisiológica, psicológica e comportamental de uma pessoa, visando adaptação a mudanças ou situações novas, geradas por pressões externas ou internas.” Costa, Lima e Almeida (2003, p. 64) definem o como uma “síndrome caracterizada por um conjunto de reações que o organismo desenvolve ao ser submetido por uma situação que dele exija um esforço para se adaptar.

Esse processo de adaptação a novos contextos está presente o tempo todo no ambiente hospitalar, pois esses trabalhadores têm como principal objetivo salvar vidas, mas, no entanto, eles vão lidar também com a perda do paciente, os casos que na sua maioria são de complexidades diferentes, e também a corrida contra o tempo para tentar reanimar um certo paciente. Ao fazermos o trabalho de observação e aplicação de

²⁹ Estudante de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia edinadaianneramos@gmail.com

³⁰ Estudante de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. analiticopaiva@gmail.com.

³¹ Estudante de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mirtes_17@hotmail.com.

³² Professora mestre da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Regiane.lacerd@gmail.com.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



questionário no Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC) ficou claro o quanto os funcionários estão expostos por fatores estressores tanto a partir da observação feita quanto das falas desses trabalhadores. Dessa forma os motivos que levam o profissional da saúde a um processo de estresse são muitos, como acrescenta Linch, Guido e Umann (2010, p.544):

O ambiente hospitalar pode constituir um importante estressor para os profissionais devido aos possíveis sofrimentos vivenciados nesse local, as condições de trabalho, as demandas requeridas pela assistência, e também pela grande responsabilidade exigida no trabalho.

O estresse é considerado pela legislação brasileira previdenciária desde 1999 como doença ocupacional (lei n 3048 de 06/05/1999), pois como foi visto anteriormente ele pode incapacitar um certo profissional na realização de seu trabalho, Silva e Melo, (2006, p. 16-18) considera que devido a demanda de profissionais acometidos, esse fato pode vir a tornar-se um grave problema de saúde pública.

A partir do momento que o profissional fica exposto aos eventos estressores e não é dada a devida atenção para tal situação ele pode ser acometido por perturbações tanto física, quanto psíquica. De acordo com Grazziano (2008, p. 232), o estresse quando é relacionado ao trabalho pode levar ao desenvolvimento de várias doenças que trazem complicações aos profissionais, como a hipertensão arterial, doença coronariana, além de distúrbios emocionais e psicológicos, como a ansiedade, depressão, baixa autoestima entre outras.

Ainda em relação aos problemas psíquicos do estresse no trabalho o indivíduo pode desencadear o estado ou síndrome de Burnout, termo que descreve a realidade de estresse crônico em profissionais que desenvolvem atividades que exigem alto grau de contato com pessoas. Murofuse, Abranches e Napoleão, (2005, p. 259) discorre que as “consequências



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ao psiquismo dos trabalhadores geradas pelas mudanças implementadas, resulta no surgimento do termo Burnout, designando aquilo que deixou de funcionar por exaustão energética, expresso por meio de um sentimento de fracasso e exaustão.”

Sabendo dos efeitos causados pelo estresse é importante buscar medidas que auxiliem esses profissionais a lidar com as pressões e ocorrências do ambiente de trabalho. Com isso, Paschoalini, (2008, p.491) destaca a importância de ser realizado com os profissionais, palestras educativas sobre agentes estressores e o seu enfrentamento, desenvolvimento de pesquisa de clima organizacional quanto a hierarquia e papéis profissionais. A primeira vista talvez essa intervenção não seja tão viável devido às horas extras que os trabalhadores em sua maioria já fazem, mas seria interessante os chefes dos setores darem incentivos aos profissionais para que possam participar da discussão. Como o ambiente de trabalho é um dos principais agentes de estresse, Miquelim (2004, p.30) avalia que devem ser priorizadas condições de trabalho mais satisfatórias como melhora no ambiente físico, nas escalas de trabalho diário, normal e férias e melhora na relação entre chefia e subordinados.

Metodologia

Em um primeiro momento utilizamos a observação como um método para nos familiarizar com a instituição, pois não poderíamos chegar ao ambiente de pesquisa já aplicando os questionários e/ou entrevistas sem termos uma primeira visita e nos apresentarmos para eles falando dos nossos objetivos ali.

A observação foi feita no dia 22/Setembro/2017 fomos em uma sexta pela manhã ao Hospital Geral de Vitória da Conquista, nesse dia conversamos com alguns setores sobre a nossa proposta de trabalho, logo no início percebemos como aquele ambiente iria enriquecer nossa pesquisa, ficamos alguns minutos visitando algumas alas do hospital.

Utilizamos também o Questionário de Diagnóstico Organizacional (QDO) para podermos produzir dados sobre como aqueles funcionários daqueles setores percebem a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



organização HGVC, ao todo foram aplicados quarenta e cinco questionários, e ao final adicionamos uma questão aberta sobre a importância da psicologia sob o olhar daquele sujeito, a partir dessa pergunta ficou mais evidente a importância de trabalhar o estresse no ambiente hospitalar. O QDO busca avaliar sete itens: estrutura, objetivos, liderança, relacionamento, recompensas, mecanismo de apoio e propensão à mudança. Trinta e cinco itens compõem o Questionário de Diagnóstico Organizacional, cinco para cada uma das sete variáveis. Solicita-se aos respondentes indicar suas opiniões sobre a organização e/ou instituição numa escala de um a sete, com um resultado de quatro, representando um ponto neutro.

O QDO pode ser aplicado numa unidade de trabalho, numa organização como um todo ou em uma amostra tirada ao acaso de ambas. Poderia também ser usado para analisar o funcionamento de assessorias ou de uma linha, bem como auscultar o pensamento de diferentes níveis de gerência ou supervisão. Esse método é útil para trabalhos de diagnóstico na medida em que fornece dados sobre a percepção das pessoas no que concerne a sua organização.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao analisarmos os dados obtidos pelo questionário foi possível realizar um diagnóstico organizacional da instituição em questão. E para cada dado avaliado verificamos que grande parte como estrutura, liderança, relacionamento e mecanismo de apoio não apresentaram média acima de três, logo, é notório que os mesmos não são dificuldades que os funcionários enfrentam no ambiente de trabalho.

Tabela 01 Médias das variáveis até 3.0

17, 18 e 19
Outubro de 2018

UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Variáveis	Média Geral
Estrutura	3.0
Liderança	3.0
Relacionamento	2.5
Mecanismo de apoio	3.0

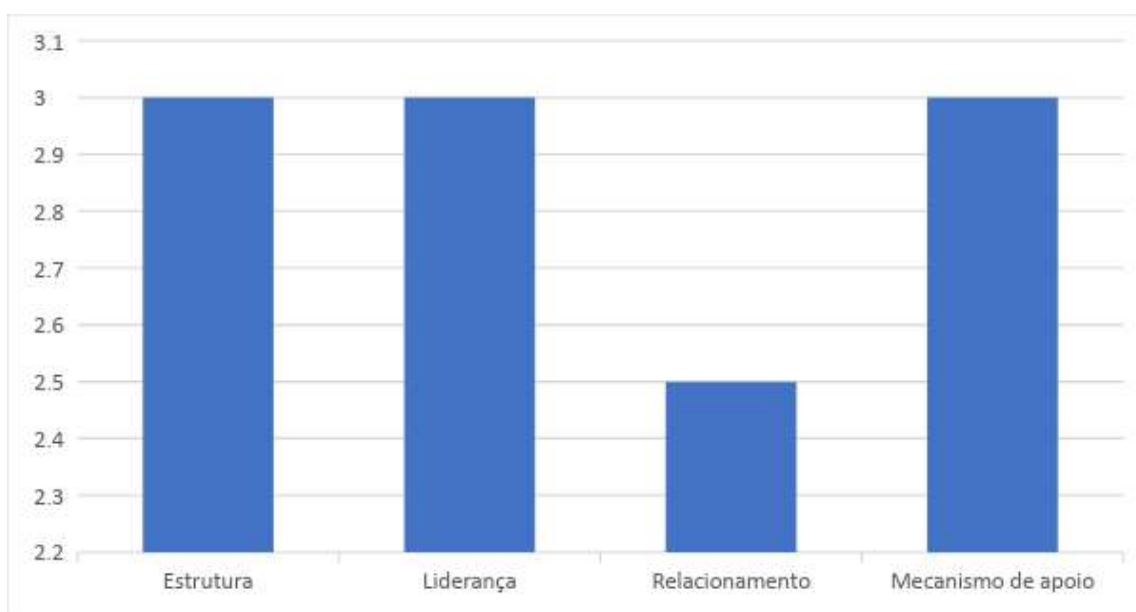


Gráfico 01- Gráfico das variáveis até 3.0

No que concerne a estrutura hospitalar, pensamos no espaço físico, no qual pessoas circulam e máquinas e equipamentos estão instalados, como também a estrutura organizacional dessa instituição. Para Bergue (2011, p.224 apud ... p.25), estrutura, em

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sentido amplo, pode ser definida como uma combinação de elementos, formando um conjunto de partes integradas.

A legislação ampara a qualidade do edifício e do arranjo de interiores da área de saúde o que maximiza a motivação para o trabalho e ajuda na recuperação do paciente. Tais regulamentações são de fundamental importância para resguardar a segurança dos trabalhadores e usuários do serviço, a qualidade de vida dos funcionários e o bem-estar dos pacientes e acompanhantes.

Como observamos até o momento o hospital possuem estruturas complexas, desde seu espaço físico com ambientes distribuídos e compartilhados, com estrutura organizacional heterogênea o que dificulta o trabalho das lideranças que tem o dever de planejar, organizar e executar ações que promovam um serviço assistencial eficiente e de qualidade. Por tudo isso, é de fundamental importância que os envolvidos nesse processo se relacionem bem. O relacionamento entre os funcionários com os demais membros das equipes multifuncionais deve ser harmonioso e integrado, para promover corretamente o funcionamento adequado no que concerne a sua finalidade, prestação de serviço de qualidade ao paciente.

É pouco provável que exista outro tipo de empresa que exige tanto que o trabalho seja executado em equipe quanto um hospital. Não é impossível imaginar um médico executando tudo o que seja necessário para o restabelecimento do paciente (ou sua cura) sem a participação da enfermagem, da fisioterapia, da nutrição, da farmácia, do almoxarifado, da tecnologia, do psicólogo etc.

Assim, além do bom relacionamento entre os colegas e as demais equipes, faz se necessário uma rede de apoio entre os mesmos, pois no hospital é vital que os profissionais trabalhem em completa sintonia, visto que, as atividades hospitalares, dificilmente iniciam e terminam na mesma área ou são realizadas por uma só pessoa.

Podemos inferir a partir do que foi exposto das variáveis estrutura, liderança, relacionamento e mecanismos de apoio que estes são fatores que regem o funcionamento



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



adequado do hospital. Sem esses elementos o andamento do hospital estaria comprometido, pois estes se complementam e compõem um todo e não uma parte desagregada.

Com relação às variáveis Objetivos, Recompensas e Propensão à Mudança, a maioria dos funcionários atribuíram ponto próximo sete, fazendo nos compreender estes três quesitos como problemas que adentram o ambiente de trabalho.

Tabela 02: Média das variáveis de 3 a 3.9

Variáveis	Média geral
Objetivos	3.1
Recompensas	3.9
Propensão à mudança	3.2

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:

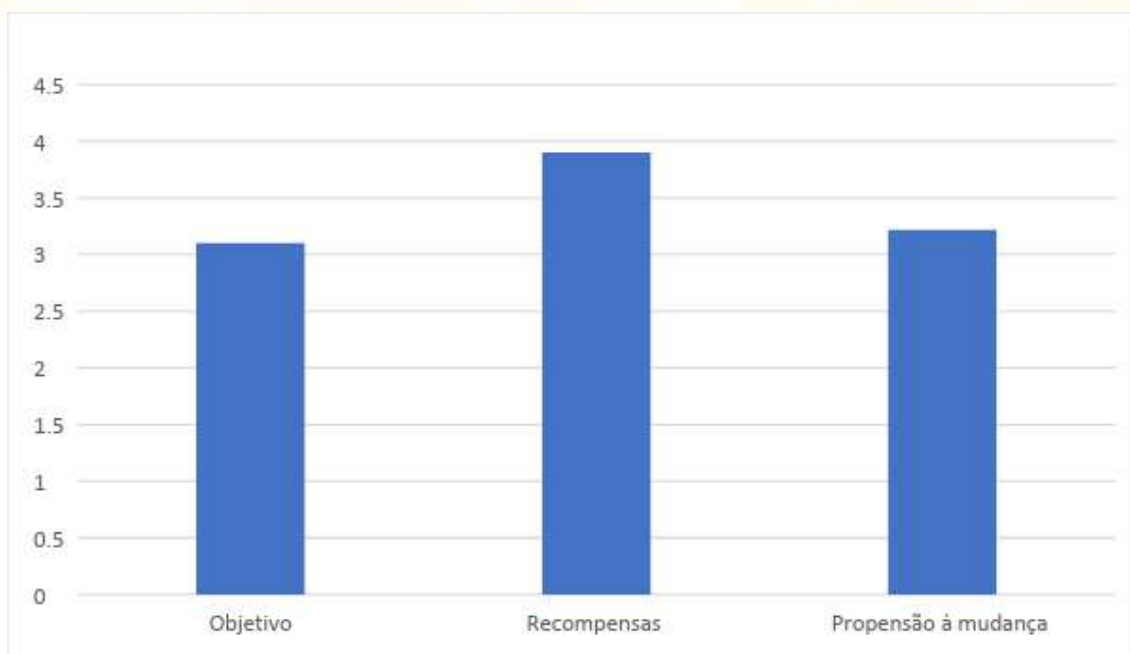


Gráfico 02 - das variáveis de 3 a 3.9

O objetivo do trabalho em saúde ainda não existe uma consonância fazendo dessa variável um tema não consensado entre os profissionais. Mais estudos apontam duas suposições, e sobre elas Souza, (2010), afirma que, uma primeira concepção a de que o objeto de trabalho em saúde são os seres humanos (pacientes/clientes) usuários do serviço, e uma segunda concepção de que o objeto de trabalho é a assistência à saúde.

O sistema de recompensa não se adequa a filosofia do hospital, pagar funcionários pelo desempenho, planos de carreira, e demais incentivos, seja individual ou por equipes (departamentos) não se adequa na instituição hospitalar, onde as pessoas precisam de ajuda e da colaboração mútua.

Por fim, as mudanças estratégicas que ocorre em âmbito mundial, cresce também no cenário hospitalar devido a busca por bons resultados de seus serviços. Para que as mudanças ocorram em uma organização necessita dos líderes formais e informais e também da aprovação dos liderados.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



No ambiente hospitalar tais mudanças parecem ser sutis, possivelmente, por se tratar de uma organização complexa, compostas por vários setores, as mudanças restringem a cada espaço ordenada sobretudo pelos gestores responsáveis por cada departamento e não de um líder formal.

Um dos funcionários que trabalha como maqueiro no momento que estava respondendo o questionário reclamava bastante da unidade em que atuava, pois só tinha ele como responsável por levar os pacientes, “aumenta o trabalho, mas o salário é o mesmo”, com isso e a partir dos resultados do QDO a maioria dizia que os objetivos não estavam claramente delineados, além do mais que grande parte dos funcionários não compreendiam qual era o objetivo da instituição. Como visto anteriormente o ambiente em questão não trabalha com incentivos para as tarefas, descobrimos também na instituição que se por exemplo, um funcionário que entra como técnico de enfermagem e com um tempo consegue fazer uma graduação em enfermagem, não vai ter aumento no salário, terá o reconhecimento da graduação e a diminuição de carga horária. No que diz respeito a propensão à mudança vimos que por ser uma instituição ligada a política pública torna-se difícil a implantação de novas mudanças.

Em relação a última questão acrescentada no questionário nos deparamos com quase uma unanimidade com a necessidade de se ter naquele ambiente de trabalho um psicólogo para poder atuar, mas os funcionários relatavam a necessidade de acompanhamento psicológico para eles, da urgência que seria essa escuta, esse apoio, pois como foi dito por uma médica pediatra que a presença do psicólogo é “essencial, importante”. No entanto outro médico cirurgião ao falar sobre a importância da psicologia naquela instituição disse que “disse que a atuação do psicólogo deixa a desejar”. Dos quarenta e um entrevistados somente um disse não ser necessário a presença do profissional da psicologia naquela organização, porém sabemos que ainda existe uma certa resistência quando se discute a necessidade de psicólogos no ambiente hospitalar.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dados do Questionário	Média total
Objetivo	3.1
Estrutura	3.0
Liderança	3.0
Relacionamento	2.5
Recompensa	3.9
Mecanismo de Apoio	3.0
Propensão a Mudança	3.2

Tabela 03: Média das variáveis gerais do questionário QDO

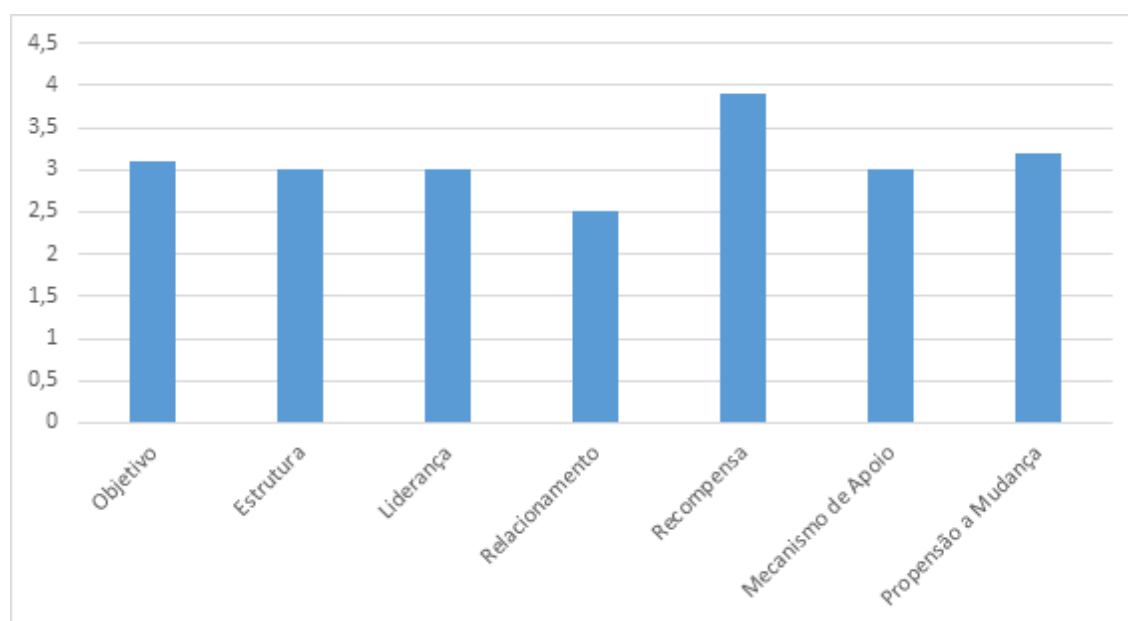


Gráfico 3 das variáveis gerais do questionário QDO.

Considerações Finais



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os profissionais da área de saúde atuam em um ambiente reconhecidamente estressor, o que acarreta diversos tipos de distúrbios e doenças, assim como interferências na vida social e pessoal do trabalhador.

Sendo o estresse encontrado no trabalhador, identificado como estresse ocupacional, este passa a ser de responsabilidade do empregador, das organizações, o que dificulta a atuação do profissional psicólogo. No modelo atual de relações empregador/trabalhador, as organizações resistem em assumir esta responsabilidade, como identificado nas respostas dos entrevistados.

O presente trabalho resultou de várias visitas ao HGVC, com aprovação prévia do Núcleo de Educação Permanente (NEP) e do SIAST (Serviço de Assistência a Saúde do Trabalhador), e aplicação de questionários com os profissionais dos setores Emergência, UTI 2, Clínica médica, clínica cirúrgica e UNACON (Unidade de tratamento aos pacientes com Câncer).

Através das visitas de observação e coleta de dados por meio de questionários e análises destes resultados foi possível identificar alguns fatores estressores na unidade pesquisada e que está de acordo com a literatura usada neste trabalho.

Foram considerados como fatores estressantes a falta de funcionários, as grandes demandas, sobrecarga de trabalho, precariedade nas relações de trabalho, falta de perspectiva de melhorias, ou mudanças devido ao modelo de administração estatal. Em resposta ao questionário (QDO) em sua última questão sobre a importância do profissional psicólogo na unidade, foi quase uma unanimidade as respostas, sendo identificado que a grande maioria dos trabalhadores sentem a necessidade de ter uma escuta profissional, que mesmo sendo preparados profissionalmente, o lidar diário com a dor, com a impossibilidade de atender e resolver todas as demandas, as complexidades das necessidades dos pacientes e acompanhantes e por fim o lidar diário com a morte.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A partir da identificação das necessidades e dos fatores estressores, foi possível idealizar um modelo de intervenção com uma cartilha de orientação sobre os sinais e sintomas do estresse, como também com endereços de onde encontrar ajuda.

REFERÊNCIAS

COSTA, J.R.A; LIMA, J.V; ALMEIDA, P.C. **Stress no trabalho do enfermeiro**. Rev. Esc Enferm USP. São Paulo. P. 63-71, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n3/08.pdf>>. Acesso em: 22 set. de 2017.

GRAZZIANO, E.S. **Estratégia para redução do estresse e burnout entre enfermeiros hospitalares**. São Paulo, 2008, 232 p. Disponível em: <http://pandora.cisc.usp.br/teses/disponiveis/7/7139/tde-14052009101907/publico/Eliane_Grazziano.pdf>. Acesso em: 16 set. de 2017.

LENTINE, E.C; SONODA, T.K; BIAZIN, D.T. **Estresse de profissionais de saúde das Unidades Básicas do município de Londrina**. Rev. Terra e Cultura. Ano 19, n 37. Londrina, p. 103-123. 2003. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-10.pdf>. Acesso em: 16 set. de 2017.

LINCH, G.F.C; GUIDO, L.A; UMANN, J. **Estresse e profissionais da saúde: produção do conhecimento no centro de ensino e pesquisas em enfermagem**. Santa Maria, p. 542-547. 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/viewFile/18901/12209>>. Acesso em: 16 set. de 2017.

MIQUELIM, J.D.L. et al. **Estresse nos profissionais de enfermagem que atuam em uma unidade de pacientes portadores de hiv-aids**. DST – J bras Doenças Sex Transm. São Paulo, p. 24-31. 2004. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br//revista16-3-2004/3.pdf>>. Acesso em: 22 set. de 2017.

MUROFUSE, N.T; ABRANCHES, S.S; NAPOLEÃO, A.A. **Reflexões sobre estresse e burnout e a relação com a enfermagem**. Rev. Latino-am Enfermagem. São Paulo, p. 255-261. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104116920050002000191n&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. de 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PASCOALINI, B. et al. **Efeitos cognitivos e emocionais do estresse ocupacional em profissionais de enfermagem.** São Paulo, p. 487-492. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n3/pt_17.pdf>. Acesso em: 21 set. de 2017.

SILVA, J. L. L; MELO E.C.P. **Estresse e Implicações para o Trabalhador de Enfermagem. Informe-se em promoção da saúde,** v.2, n.2. Rio de Janeiro. p.16-18. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/promocaodasaude/estr.trab.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HGPV EM JEQUIÉ

Aida Lomanto Couto

Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC / JEQUIÉ

aida.lot.cot@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades práticas do estágio supervisionado II com ênfase na área de atuação Psicossocial, realizadas no Hospital Geral Prado Valadares no Município de Jequié (HGPV), localizado na Rua São Cristóvão, s/n – Centro, Jequié - BA, no período de março a junho de 2018, sob a supervisão semanal da docente Elzeni Damasceno de Souza, no módulo de Psicologia da FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências, campus de Jequié, situada na Praça Professor Firmo Nunes de Moraes, 07. Bairro São José.

O HGPV como instituição atende a população de Jequié e cidades circunvizinhas da região sul e sudoeste da Bahia, possuindo mais de 200 leitos operacionais, proporcionado internamento nas especialidades de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria, Psiquiatria, Terapia Intensiva, Urgência e Emergência 24 horas. O HGPV possui relação direta e inserção na área de ensino e pesquisa, pois é campo de estágio e pesquisa científica para estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Cursos de Enfermagem e Fisioterapia), Faculdade de Tecnologia e Ciência (Curso de Enfermagem e Curso de Psicologia) e Escola Técnica de Enfermagem de Jequié (Curso Técnico de Enfermagem).

A área específica de atuação do Estágio referido é a Saúde Ocupacional do HGPV, com o objetivo de traçar estratégias para a promoção à saúde mental do trabalhador, tendo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como uma demanda interna sinalizada pelos servidores à necessidade ao cuidado de sua saúde psíquica devido a diversos fatores, viabilizando a oportunidade aos estudantes do Curso de Psicologia ao desenvolvimento das atividades com foco na Disciplina Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Zanelli e Bastos (2014) em estudo para identificar movimentos emergentes nas práticas dos psicólogos brasileiros nas organizações de trabalho, observaram como principal eixo de transição do trabalho do psicólogo, a mudança de um fazer tido como técnico para uma atuação estratégica. Essa transição traz em seu bojo a realização de práticas integradas ao contexto atual e dirigidas na busca da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores.

Para este ambiente de trabalho é proposto como intervenção à implantação do Plantão Psicológico destinado exclusivamente aos servidores efetivos e terceirizados do HGPV, serviço disponibilizado na própria instituição, na sala do serviço de psicologia do hospital, com o objetivo de acolher o trabalhador em suas questões subjetivas que causam sofrimento psíquico no contexto do trabalho, ou em sua vida como um todo.

A proposta do plantão psicológico se iniciou, aproximadamente, na década de 1970 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, inspirada no modelo norte-americano de atendimento imediato à comunidade intitulado walk in clinics, e constitui uma prática reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (MOZENA, 2009; ROSENBERG, 1987). Há mais de 40 anos no contexto brasileiro, a produção científica na área ainda, se mostra em construção e a ampliação dessa modalidade de atendimento se consolida em suas diferentes ofertas em universidades, instituições e comunidades, que revelam novas possibilidades de apoio psicológico em situações de urgência (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

Segundo Mahfoud (2012), o que define o plantão é a não delimitação ou sistematização dessa oferta de ajuda, de modo que o profissional esteja disponível para a escuta dessa urgência, oferecendo-lhe suporte emocional, espaço para a expressão de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sentimentos e angústias, bem como possibilidade de reorganização psíquica e de análise de suas ferramentas de enfrentamento no momento.

De maneira resumida, o plantão se caracteriza por três pontos de vista: o da instituição, da qual se exigem a sistematização dos serviços, com a organização e o planejamento do espaço físico, os recursos disponíveis (humanos ou materiais, rede de apoio externo e outros); o do profissional, cuja exigência se refere à “disponibilidade” ao novo, ao não planejado, ao inusitado, à possibilidade de acolher a demanda daquele que o procura, e o do cliente, que constitui uma referência, um porto seguro para a sua necessidade (MAHFOUD, 1987).

Há diferentes perspectivas teóricas e metodológicas acerca de como deve ser operacionalizado o atendimento em plantão psicológico, embora predomine, no Brasil, as abordagens humanistas e fenomenológicas existenciais, fruto da tradição da implantação dos primeiros serviços de plantão por parte das universidades e voltados à comunidade (SOUZA; SOUZA, 2011).

DESENVOLVIMENTO

No Hospital Geral Prado Valadares – HGPV localizado na Rua São Cristóvão, s/n – Centro, Jequié – BA existe uma demanda evidente para o trabalho com a saúde do trabalhador, constatada a partir da queixa dos próprios profissionais e do setor de Saúde Ocupacional. Alguns afastamentos são causados por doenças ósseas, musculares (provocados pela atividade profissional desenvolvida), transtornos ansiosos, psicossomáticos, dentre outras patologias como síndrome de dependências. Essa realidade, portanto, pode vir a comprometer tanto a qualidade de vida dos profissionais quanto os serviços prestados aos usuários.

Diante desta demanda houve uma solicitação direta do setor de saúde ocupacional para a Coordenadora do Serviço de Psicologia do HGPV, para que pudessem ser desenvolvidas ações estratégicas no cuidado da saúde dos servidores, com sinais de sofrimentos de ordem psíquica. Surgindo a possibilidade de um novo campo de estágio

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



específico na área de atuação da Psicologia Ocupacional da instituição, sendo convocados os discentes da instituição de ensino superior do Curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, campus de Jequié, situada na Praça Professor Firmo Nunes de Moraes, 07. Bairro São José, de forma que juntos traçassem tais estratégias.

Assim posto, a comissão do setor responsável pela saúde ocupacional do HGPV, realizou uma reunião tendo em pauta discutir demandas institucionais e o cronograma de ações voltadas para a promoção ao cuidado do servidor. Nesta reunião os estagiários do curso de psicologia foram apresentados aos membros da comissão como agentes de um projeto que pudesse atender melhor os servidores na promoção a saúde mental. Com a oportunidade da palavra, os estudantes pontuaram que para amenizar o sofrimento dos profissionais de saúde e favorecer uma melhor qualidade na atividade laboral, algumas estratégias vêm sendo avaliadas e se revelam eficazes.

Dentre estas, a literatura descreve o serviço de Plantão Psicológico, cujo objetivo é favorecer o alívio da angústia ou ansiedade imediata, a fim de promover um acolhimento respeitoso e empático, o qual poderia ser uma estratégia que se adaptaria melhor a instituição sem interferir em sua rotina, portanto buscando o melhor atendimento sem causar constrangimento ao servidor, por ter como princípio o livre arbítrio da procura pelo serviço. Assim foi proposta a implantação do Plantão Psicológico como ação inédita na promoção a saúde mental dos seus trabalhadores da referida instituição.

Enquanto ação terapêutica, o plantão pode ser espaço fértil para os processos de ressignificação de experiências emocionais, na verdade um legítimo espaço de compreensão e construção de significados, no qual se revelam novos horizontes, e um fazer diferente tornando-se possível, emergir novos jeitos de ser. O atendimento psicológico pode ser caracterizado com um encontro dialógico que permite ao cliente (o trabalhador) assumir novos posicionamentos diante de si mesmo e do mundo, legitimando seu modo de ser e de sentir.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Para obtermos êxito em nossas ações, elaboramos um pequeno projeto o qual se fundamenta tal intervenção, aqui levamos em consideração que neste processo de construção fomos estimulados a pesquisa intensiva nos periódicos acadêmicos, para uma fundamentação teórica consistente, que norteasse com exemplos de aplicação sistemática da ação terapêutica com o plantão. O primeiro passo das atividades foi à divulgação do serviço por todo hospital, sendo executada pela própria equipe de plantonistas composta por seis estagiários do curso de psicologia, com a realização de comunicação oral nos postos de atendimento e clínicas, além de mídia escrita com panfletos e cartazes, e a propaganda de boca em boca com a ajuda de alguns profissionais do hospital.

Esta etapa foi uma atividade que podemos considerar árdua, pois trabalhamos nela por algumas semanas, encontrando muita resistência entre alguns servidores, em momentos tivemos recepção hostil em alguns postos de atendimento, outros ouvimos dentre algumas falas de colaboradores com tons pejorativos que “isto é para pessoas fracas”, em outros os servidores nos recebiam com total indiferença, sem nem se quer olhar para a nossa face diante da abordagem, até o insight levar o nível de compreensão que se tratava de um serviço com exclusividade para o servidor, ocorrendo assim uma mudança imediata na expressão, manifestando interesse pelo assunto.

Após este trabalho intenso que durou pouco mais de quatro semanas, surge assim o primeiro fruto deste relato de experiência da estagiária, responsável pela escala do plantão no dia de quarta-feira com o horário disponível para o serviço das 16 às 20 horas. O primeiro atendimento caracterizou-se no dia 18 de abril, sendo sequenciado dos demais entre os dias 18 de abril até o dia 14 de junho, totalizando nove semanas de serviço, com cinco clientes atendidos, sendo levado em consideração a estes acolhimentos não somente os fatores objetivos, mas também os aspectos subjetivos da dor e do adoecer do trabalhador.

A delimitação de até quatro atendimentos por pessoa foi sistematizada a partir de informações encontradas em pesquisas bibliográficas a respeito do Plantão Psicológico,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estendendo-se no máximo de cinco atendimentos por cliente. Para tanto, considerou-se a necessidade de cuidado psíquico das pessoas que buscavam este serviço. Foi percebido neste ambiente mesmo com a resistência de alguns servidores referente à ação do serviço do plantão, é notório que existe uma carência por parte dos mesmos, de terem um espaço acolhedor para uma escuta especializada, para que pudessem expor suas demandas de sofrimento psíquico.

Contudo a grande maioria das pessoas que foram abordadas, para falar sobre o serviço do Plantão Psicológico, observou-se uma manifestação positiva entre as falas “que seria de grande valia este serviço, pois os servidores precisam de cuidados com sua saúde mental”, tratando-se de um local de trabalho em que é comum o desenvolvimento de suas atividades laborais sob pressão, citando também fatores como longas jornadas de trabalho, horários pouco flexíveis, problemas de relacionamento interpessoal dentro da equipe dos profissionais da saúde, mudanças ocasionadas pelo clima organizacional devido à expansão do Hospital.

Nesse sentido, entendemos o Serviço de Plantão Psicológico como uma atividade de promoção da saúde, já que a escuta do plantonista visa possibilitar que a pessoa se situe melhor naquele momento e consiga verbalizar sua urgência, clareando para si mesma aquilo de que necessita, podendo, portanto, evitar o acúmulo da ansiedade. Acreditamos que uma pessoa ao ser atendida no momento de sua necessidade, por iniciativa própria, estimula o cuidado consigo mesma, atingindo, assim, os objetivos da prevenção primária.

Assim buscaram o serviço do Plantão Psicológico trabalhadores com algumas patologias, como a fibromialgia, doença autoimune (esclerose), depressão, crise de ansiedade e fobia social. Ocorreu que, abriram precedentes de alguns serem atendidos por mais de uma sessão, devido à queixa de depressão, ansiedade, irritabilidade, descontrole e instabilidade emocional, tanto no ambiente de trabalho como fora dele. Por isso, foi necessário um acompanhamento psicológico mais longo para a exploração dos sintomas,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



de forma que pudesse ser elaborado o contexto da responsabilidade do trabalhador em relação ao seu sofrimento.

Neste contexto buscamos uma visão holística deste trabalhador como pessoa, para isso a abordagem centrada na pessoa de Carl Rogers foi empregada no delineamento dessa proposta e nos atendimentos realizados. Entre as principais ideias subjacentes a essa abordagem está à concepção do ser humano integral e que caminha no sentido de sua auto-realização. Referindo-se à tendência ao crescimento experimentada por todas as pessoas, de modo que o psicólogo deve se colocar como um facilitador do processo de autodescoberta, de tomada de consciência e de busca pela mudança.

Rogers (1974) destaca, nesta abordagem, a atitude básica que devem ser desenvolvidas pelo psicólogo ao entrar em contato com a pessoa que busca ajuda: (a) congruência ou autenticidade, que se refere ao fato de o psicólogo tentar, ao máximo, ser ele mesmo naquela situação, pensando sobre os relatos a partir de seu mundo, seus valores, ou seja, considerando seu universo de sentimentos e práticas para que possa se colocar à disposição de uma pessoa em sofrimento; (b) consideração positiva pelo outro, que envolve a aceitação de uma pessoa em sofrimento sem atitudes de pré-julgamento ou de valorização sobre os comportamentos da pessoa que busca ajuda; (c) postura empática, que se refere ao fato do profissional tentar, ao máximo, colocar-se no lugar do outro, não julgando suas atitudes e comportamentos, mas acompanhando-o ao longo do processo de crescimento pessoal, compartilhando sentimentos, experiências e escolhas.

Essas três atitudes básicas, em linhas gerais, foram responsáveis pela eficácia nos atendimentos, pois mostraram ao trabalhador que buscou ajuda a possibilidade de receber apoio de uma pessoa concreta, capaz de compreender o sofrimento do outro e se colocar à disposição, para ouvi-lo, compreendê-lo e ajudá-lo ou, simplesmente, de estar genuinamente com ele por meio de sua presença autêntica. Para isso buscou-se restituir os indivíduos a congruência que é medida pelo grau de exatidão entre a experiência (o que



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



está acontecendo?), a comunicação (de que estamos falando?) e a consciência (o que estamos percebendo!) Uma construção de ação terapêutica não-diretiva.

Percebemos a falta de equilíbrio emocional e a predominância de sentimentos desagradáveis como ansiedade, medo, estresse, fragilidade, desesperança, insegurança e angústia, que tendem a desestabilizá-los e que geralmente ocasionam incapacidades temporárias no local de trabalho. Levando-nos a referenciar o conceito de Rogers sobre a Tendência Atualizante, a qual propõe um aspecto básico da natureza humana que leva uma pessoa em direção a uma maior congruência e a um funcionamento realista. É esta tendência que é evidente em toda vida humana e orgânica; expandir-se, estender-se, tornar-se autônomo, desenvolver-se, amadurecer a tendência a expressar e ativar todas as capacidades do organismo, na medida em que tal ativação valoriza o organismo ou o Self.

Aqui destacamos algumas situações que necessitou de uma elaboração a respeito desta tendência, como a do trabalhador portador de fibromialgia, tratando-se de uma síndrome invisível, inexplicável e imprevisível, onde a qualidade de vida tende a ser baixa inclusive no trabalho, necessitando de jornada de trabalho flexível, ritmo mais lento e suporte médico disponível. Entendemos também que a baixa autoestima somada à fobia social facilita pensamentos distorcidos sobre a realidade de um evento social, o que eleva consideravelmente a ansiedade. Desta forma, as emoções desagradáveis surgem quando a pessoa supõe que outras pessoas podem ou estão a desaprovando, rejeitando ou excluindo.

Quando a pessoa tem sua autoconfiança alterada, como consequência da baixa autoestima, ela entra num círculo vicioso: passa a produzir menos e com menor qualidade e aí começa a ser mais cobrado, desencadeando outros sintomas relacionados com quem vive sob pressão o tempo todo. Rogers (1983) sugere que em cada um de nós há uma tendência inerente em direção a sermos competentes e capazes quanto o que estamos aptos a ser biologicamente.

Trazemos assim uma correlação entre as angústias pontuadas pelos clientes no plantão e suas experiências vividas, fazendo parte da constituição da vulnerabilidade do

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



estado psíquico, pois essas experiências, para que sejam corretamente representadas na consciência, precisam passar por um crivo que é a autoimagem que a pessoa faz de si. A autoimagem é fluida e está sempre se modificando. É construída por meio das relações com os outros e com o mundo, ou seja, é formada a partir das experiências pessoais (ROGER; KINGET, 1977).

E essa construção ocorre praticamente a todo instante, é como se a cada momento a imagem de si se confirmasse com o que está acontecendo no organismo, e se isso não acontece, ou seja, se a autoimagem encontra-se estática, isso constitui um desajuste. Ainda de acordo com Rogers; Kinget (1977) relatam que a pessoa não é livre psicologicamente no momento em que se vê forçada a recusar ou alterar as suas experiências com a finalidade de conservar ou a estima daquelas pessoas que lhes são importantes ou a sua autoestima.

Isso acontece porque certas mensagens punitivas e julgadoras das pessoas que são positivamente consideradas, chamadas de pessoas-critério, atingem o indivíduo de uma forma bastante negativa podendo ele reagir de forma a abandonar a expressão desse sentimento, expressá-lo de forma indireta ou disfarçá-lo. Buscou-se compreender a pessoa (o trabalhador) com sua subjetividade sobre a luz destes conceitos exposto acima, fundamentados na Abordagem Centrada na Pessoa, colocando-se em prática na escuta psicológica a fim de realizar atitudes facilitadoras, tentando criar uma atmosfera de um ambiente em que o cliente se sentiu livre para expressar sua dor, com o intuito de ajudá-lo ao crescimento.

Podemos assim perceber como a teoria se concretiza de forma clara ao ponto que o fenômeno de fato se releve, mesmo que não seja em uma clínica com modalidade de atendimento tradicional. Com isso através da escuta reconhecemos dentre as falas dos clientes a inconsistência da autoimagem e a eleição de pessoas critérios em suas experiências. Para isso foi fundamental ouvir atentamente o que o cliente está trazendo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sem criticá-lo, e olhá-lo com atenção, enxergando o não visto e também olhando a situação pelos olhos do cliente, experimentando seu mundo.

Parafraseando suas falas por alguns momentos, isso possibilitou que o cliente pudesse ouvir melhor o fluxo de suas experiências, por isso, os contatos verbais e quando preciso até não verbais apresentam-se como fundamentais para que o processo se desenvolva em direção ao crescimento do cliente. Essa escuta compreensiva em que o plantonista procurou ouvir o significado pleno, ao ser comunicado pelo cliente, pôde levá-lo a uma maior compreensão de si mesmo. Compreendemos este fenômeno como duplo movimento de ouvir e ser ouvido, pois na medida em que ocorre uma escuta de si mesmo, não deixa de haver uma escuta do outro, da relação por estabelecida no atendimento.

Nos atendimentos percebemos também algo em comum nos clientes, a evidência de sinais de alto nível de estresse e crises de ansiedade, que estavam diretamente relacionados com a incerteza de como ficariam com as mudanças estabelecidas na organização do trabalho, com a reinauguração do Hospital. Para que experiências ameaçadoras possam ser adequadamente simbolizadas na consciência e integradas na estrutura do self, tem de haver uma diminuição das condições de valor que o indivíduo se impõe a si mesmo e um aumento na incondicionalidade do seu olhar próprio.

O olhar positivo incondicional é uma genuína aceitação do outro que se mantém constante independentemente daquilo que o cliente revela sobre si, um respeito pela forma como este conduz o processo terapêutico (temas abordados, ritmo do processo, decisões, etc.), o reconhecimento do seu direito à diferença e à autonomia. A percepção desta atitude resulta no enfraquecimento ou dissolução das condições de valor e aumenta o olhar próprio incondicional: as experiências antes ameaçadoras podem então ser abertamente perceptivas, exploradas e integradas no conceito de si.

Por fim foi vivenciado momentos de troca simultânea entre o terapeuta e os clientes que foram em busca dos atendimentos do Plantão nesta instituição hospitalar, pois para alguns um único plantão foi suficiente e para outros foram necessários mais de três



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



retornos; no entanto, o Plantão Psicológico proporcionou uma maior abertura e receptividade por parte do cliente para vivenciar suas questões emocionais e seus sentimentos emergentes. Isto se deu principalmente, pelo fato de o cliente procurar espontaneamente por ajuda psicológica no momento de grande sofrimento, percebendo o quanto este serviço poderia ajudá-lo a refletir sobre questões que o afligiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os momentos vivenciados em um Estágio de Plantão psicológico possibilitaram a aproximação do sofrimento do outro. Através dos acolhimentos realizados e dos casos expostos em supervisão, percebeu-se a necessidade de se ter o cuidado como um dos fatores primordiais na escuta o sigilo e livrar-se de julgamentos foi essencial.

Diante dessa realidade, o Psicólogo Hospitalar Centrado na Pessoa atua na tentativa de atingir e resgatar a pessoa, compreendendo-o e aceitando-o incondicionalmente, buscando “junto” com o outro alcançar uma responsabilidade que somente a pessoa tem consigo mesma, construindo através da sua autenticidade, um caminho à ser percorrido em direção a autocompreensão, no intuito que este aceite-se enquanto indivíduo, crescendo, aprendendo e reconhecendo cada vez mais sua experiência de vida.

Estabelecer esse processo, e principalmente chegar a essa perspectiva de congruência realmente não é fácil, ainda mais quando se tratam de clientes internos, como os trabalhadores do Hospital, onde a escolha e a vontade são de certa maneira limitadas, por causa das normas institucionais. Entretanto diante de uma situação de relação empática entre Terapeuta\Cliente, mesmo que por um momento, o cliente poderá dividir sua dor com alguém, tendo a oportunidade de perceber-se por inteiro e de conhecer-se melhor.

Esta experiência enquanto plantonista nos levou ao encantamento por tal abordagem terapêutica, justamente por sua fundamentação ao encontro dialógico e verdadeiro entre cliente\terapeuta, permitindo uma reflexão o quanto você afeta o outro e é afetado pelo o outro. Tal reflexão punctionou no site terapêutico de forma interventiva a

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



indagação aos clientes “O que me pertence? E o que pertence ao outro! ”. Pois foi percebido nos encontros o quanto este outro possui o lugar de representatividade na vida das pessoas, na forma de ser e de representar suas emoções, evidenciando o quanto elegemos pessoas critérios em nossas ações, relevando os prejuízos ao verdadeiro eu, ou os conflitos entre o eu ideal e o eu real.

Mais, contudo a instalação do plantão no HGPV sendo uma ação inédita abre espaço para algumas reflexões a respeito do seu desenvolvimento, o qual pode citar como dificuldade vivenciada, a falta de sistematização do serviço, pois a literatura nos oferece como suporte através de outros relatos de implantação do plantão psicológico tais procedimentos como: preenchimento de fichas dos dados sócio demográficos dos clientes, a descrição dos atendimentos realizados e a redação da Versão de Sentido (VS) dos plantonistas, ao final das sessões para serem utilizadas como ferramentas para as supervisões. As VS possibilitam aos plantonistas expressarem os seus sentimentos e os sentidos que aquele atendimento propiciou.

Como também a grande dificuldade de um bom funcionamento de uma rede articulada para os encaminhamentos dos casos que necessitam de um acompanhamento psicoterápico mais específico. Pois tais informações têm grande relevância de serem coletadas, haja vista, que pudessem ser utilizadas durante as supervisões, compreendidas enquanto estudo de casos, realizados pelo grupo com a participação do coordenador-supervisor e ainda que para a elaboração de relatórios periódicos, nos quais se justifica a necessidade da existência desse tipo de assistência psicológica, a partir de dados concretos, mantendo a identidade das pessoas atendidas em sigilo.

Mais acreditamos que existe tempo hábil para o desenvolvimento de melhorias referente a sistematização do serviço, tratando-se do primeiro semestre de atuação do plantão, para isso tem se mostrado uma experiência desafiadora e estimulante em função do crescimento do projeto e conseqüente um campo de aprendizado profissional de uma escuta clínica, atenta e profunda, muitas vezes com desafios que não estão escritos nos

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



livros, mas que a partir da implicação com os clientes, as descobertas tem sido compartilhadas em meio a dores, angústias, mais também alegrias e satisfação, sentimentos inerentes a todo aquele que se propõe a sair de uma zona de conforto para novos desafios.

Concluimos assim, que é de suma importância que as instituições sejam elas, públicas ou privadas, tenham acesso a profissionais como o psicólogo, para atuarem na criação de espaços para minimizar ou até mesmo sanar o sofrimento psíquico e melhorar a qualidade de vida do trabalhador, dentro e fora das organizações. Por meio de estratégias que busquem auxiliar o trabalhador a se tornar uma pessoa capaz de construir estratégias, modificando seu cotidiano, suas relações e com capacidade de decidir sobre novas situações nos diversos âmbitos de sua vida: profissional, pessoal e social.

REFERÊNCIAS

- CURY, V.E. (1999). **Plantão Psicológico Em Clínica-Escola**. In M. MAHFOUD (Org.). *Plantão Psicológico: Novos Horizontes*. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada, 2004a. P.115-133.
- DEJOURS, C. (1992). **A Loucura Do Trabalho: Estudo De Psicopatologia Do Trabalho**. (A. I.Paraguay E L. L. Ferreira, Trad.; 5ª Ed.). São Paulo: Cortez-Oboré.
- MAHFOUD, M. (1987). **A Vivência De Um Desafio: Plantão Psicológico**. In R. L. Rosenberg (Ed.), *Aconselhamento Psicológico Centrado Na Pessoa* (Pp. 75- 83). São Paulo, SP.
- MAHFOUD, M. (Org.) **Plantão psicológico: novos horizontes**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012.
- MAHFOUD, M. **A Vivência de um Desafio: plantão psicológico**. In: ROSENBERG, R. L. (org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987. p. 75-83.
- MENDES, A.M & CRUZ, R.M. (2004). **Trabalho E Saúde No Contexto Organizacional: Vicissitudes Teóricas**. In: A. Tamayo (Org.), *Cultura E Saúde Nas Organizações* (Pp. 39-55). Porto Alegre: Artmed.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MOZENA, H. **Plantão psicológico**: estudo fenomenológico em um serviço de assistência judiciária. 2009. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2009.

PALMIERI, T.H. ; CURY, V.E. (2007). **Plantão Psicológico Em Hospital Geral**: Um Estudo Fenomenológico. *Psicol. Reflex. Crit.* [Online]. Vol.20, N.3, Pp. 472-479. ISSN 0102-7972.

RAMOS, C.; SILVA; G. G.; SOUZA; S. (Org). **Práticas Psicológicas Em Instituições**: Uma Reflexão Sobre Os Serviços-Escola. São Paulo: Editora Vetor, 2006.

REBOUÇAS, M. S. S; DUTRA, E. **Plantão psicológico**: uma prática clínica da contemporaneidade. *Rev. Abordagem Gestalt*, Goiânia, v. 16, n. 1, jun. 2010.

ROGERS, C. R. (1997) **Torna-Se Pessoa**. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

ROGERS, C. R. (1983). **Um Jeito De Ser**. São Paulo: EPV.

ROGERS, C. R & KINGET. M. (1977). **Psicoterapia E Relações Humanas**: Teoria E Prática Da Terapia Não-Diretiva. 2ª Ed. Belo Horizonte: Inter livros.

ROGERS, Carl R. & ROSENBERG, Rachel Léa. **A Pessoa Como Centro**. São Paulo: EPU. O Homem E Suas Idéias. São Paulo: Martins Fontes.

ROSENBERG, R. L. Introdução: biografia de um serviço. In: ROSENBERG, R. L. (org.). **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: EPU, 1987.

ROGERS, C. R. (2005). *Psicoterapia E Consulta Psicológica*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

SELIGMANN-SILVA, E.; et al. **O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

OMS - Organização Mundial da Saúde. About WHO. Genebra: OMS. Disponível em: http://www.who.int/topics/mental_health/es/ . Acesso em: 10 maio 2011.

ZANELLI, J. C. **Estresse Nas Organizações De Trabalho**: Compreensão E Intervenção Baseadas Em Evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**
Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EMPREENDEDIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO DO LIXO AO LUXO

Roberta Scaramussa da Silva

Mestre em Psicologia

Universidade Federal do Sul da Bahia

roberta.scaramussa@ufsb.edu.br

Mydiã Falcão Freitas

Mestre em Ciência da Computação

Universidade Federal do Sul da Bahia

mydia.freitas@ufsb.edu.br

INTRODUÇÃO

PSICOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Psicologia Social Comunitária atua tendo como referência, a construção de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel como agentes transformadores da realidade em que vivem. Com o objetivo de romper com um modelo de psicologia individualizante e a-histórica apresenta uma nova concepção de homem pautada no entendimento da subjetividade como construção social e histórica e, portanto, em constante transformação. Deste modo, a Psicologia Social Comunitária oportuniza a construção de um novo campo de práticas para o psicólogo que vai muito além de um fazer clínico tradicional. Ao tomar o sujeito como ativo no processo de construção de si mesmo e do mundo e apresentar uma concepção de subjetividade constituída por elementos do mundo externo, possibilita repensar as relações do homem com o meio ambiente e, conseqüentemente as suas relações com o trabalho. (CAMPOS, 2015).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Campos (2015) destaca que em termos teóricos a Psicologia Social Comunitária acredita que o conhecimento é produzido na relação entre profissionais e sujeitos da investigação, do ponto de vista metodológico pesquisador e sujeitos trabalham juntos na construção de saídas para a problemáticas da comunidade e do ponto de vista dos valores enfatiza a ética da solidariedade, os direitos humanos e a qualidade de vida das populações assumindo, portanto, um compromisso ético e político com a realidade na qual está intervindo.

Esse novo paradigma em Psicologia tenta romper com a herança capitalista que leva essa ciência a dedicar-se a uma busca por produtividade e por adequação dos sujeitos ao mercado de trabalho. Esse deslocamento permitiu a Psicologia se aproximar do campo da Economia Solidária que se configura como um movimento interdisciplinar e de luta dos trabalhadores por uma outra forma de operar os modos de produção material oferecendo uma alternativa ao modo de produção capitalista e pautado numa perspectiva ética, inclusiva, justa e colaborativa (SINGER; MELLO, 2008).

Neste sentido, Singer e Mello (2008) apontam que a economia solidária aciona dimensões que vão além da perspectiva econômica pois objetiva uma mudança de comportamentos e valores até então, impregnados das relações produtivas estabelecidas pelo capitalismo. O autor destaca que a autogestão, a solidariedade, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável são as principais diretrizes do movimento. Para o autor, as primeiras gerações que aderem a esse modelo de economia têm que passar uma radical mudança nos modos de operar suas relações com o trabalho. Seria uma mudança de modos de pensar, mudança de valores e também de atitudes. Esse processo não acontece sem uma certa dose de sofrimento vivenciado de modo singular por cada sujeito a partir de sua história de vida.

A forma mais comum de organização dos empreendimentos de economia solidária (EES) são as cooperativas, mas também são considerados como EES os empreendimentos econômicos e as iniciativas solidárias. Dentre as iniciativas solidárias estão os Clubes de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Trocas que têm como objetivo favorecer a interação das pessoas e coletivos no sentido de construir uma alternativa a lógica do capital. A intenção dessas iniciativas é de viabilizar um mercado alternativo ao oficial no qual as pessoas trocam produtos, serviços, conhecimentos, sem o uso do dinheiro formal e investem em formas cooperativas, solidárias, éticas e ecológicas de consumir (REDLASES, 2006).

O clube de trocas favorece novos contatos, o início de novas amizades, traz oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas. Em sua dinâmica, o clube atrai novos membros e permite que vários se associem em outros empreendimentos solidários, tais como cooperativas de produção, de crédito, de compras e vendas, etc. (COSTA, 2003, p.13).

Importante destacar que o modo de produção capitalista além de produzir relações de exploração do trabalhador e exclusão social também gera efeitos na degradação ambiental produzidos pela corrida desenfreada por desenvolvimento técnico e econômico e tem despertado a preocupação, cada vez maior, com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável também é um dos compromissos assumidos pela economia solidária.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESÍDUOS URBANOS E VESTUÁRIO

Desenvolvimento Sustentável é um termo consolidado na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro (ECO-92). Foi pensado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, o desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro (CANEPA, 2007).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Um dos principais desafios apresentados ao projeto de sustentabilidade na atualidade é o crescimento populacional que leva, conseqüentemente, ao crescimento na produção de resíduos sólidos urbanos e gera grandes impactos aos centros urbanos, dentre eles a destinação final desses resíduos. Os aterros sanitários e os lixões têm sido o principal destino destes resíduos, entretanto, os municípios brasileiros possuem pouco ou nenhum plano de tratamento e gerenciamento desses resíduos. Neste contexto, Teixeira de Freitas - jovem município baiano no qual se situa o campus Paulo Freire da Universidade Federal do Sul da Bahia - vêm crescendo em ritmo acelerado junto com poder de compra e consumo de sua população. Tal crescimento desordenado produz como uma de suas conseqüências toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados diariamente por seus cidadãos. De acordo com pesquisa realizada por Rocha (2012) que investigou o programa de coleta seletiva implantada na região central do município de Teixeira de Freitas não foi desenvolvido junto ao projeto um plano de conscientização da população, ou seja a falta de educação socioambiental e ausência de parcerias e convênios estabelecidos com as associações de catadores do município levaram a não funcionalidade do programa de coleta seletiva.

Dentre os resíduos sólidos urbanos destaca-se os resíduos têxteis, resultantes da indústria de vestuário. Tais resíduos são capazes de impactar de forma nociva no desenvolvimento socioambiental nos diversos setores da sua cadeia produtiva, da produção da matéria-prima até o varejo e descarte das roupas.

São muitos os impactos negativos do atual sistema de moda. Entre os principais danos causados à natureza e ao ser humano está o uso de agrotóxicos nos cultivos de algodão e a utilização de produtos químicos durante todo o processo de fabricação de uma roupa, além de outros problemas como o uso de mão-de-obra infantil, escrava e semiescrava (SCHULTE, 2015).

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Schulte (2015) ainda destaca que numa escala menor os resíduos domiciliares também incluem o descarte inadequado de roupas. A popularização do comportamento consumista desenfreado foi nomeado *Fast fashion* – movimento iniciado na década de 1970 nos EUA como incentivo dado as indústrias têxteis como alternativa a crise econômica do petróleo. A lógica do *Fast fashion* é a produção de roupas em larga escala que são distribuídas ao redor do planeta e transformadas pela mídia em objeto de desejo. Com a produção em larga escala há o barateamento das peças e o aumento do descarte precoce daquilo que foi consumido pois logo, será substituído por outro item. As roupas costumam ser descartadas pelos usuários ainda em boas condições, ainda que tenham possibilidades de uso por muito tempo. A ideologia capitalista de busca pela felicidade através do comportamento de comprar é movida pela engrenagem de produção e procura pelo novo e nesta busca pela novidade são incentivadas a trabalhar mais para obterem mais dinheiro para consumir mais.

Schulte (2015, p. 57) ainda destaca que:

A indústria da moda é baseada num modelo de crescimento econômico contínuo alimentado pelo consumo cada vez maior de recursos naturais. A insustentabilidade desse modelo é amplamente reconhecida. No entanto, também se reconhece a importância do papel desempenhado pelos produtos de moda para o vestuário na nossa cultura, mas para criar um futuro com mais responsabilidade socioambiental, mais construtivo para o setor de moda, é preciso que se aprofunde o debate sobre os valores, regras e objetivos do setor.

Nessa lógica, seria necessário primeiro construir novos modos de subjetivação capazes de produzir novas formas de pensar, sentir e se comportar diante do consumo da moda. Mas por onde começar? Do ponto de vista macro a Políticas Nacional de Resíduos Sólidos, a Logística Reversa, por exemplo, tem forçado uma contrapartida das grandes e médias empresas. Do ponto de vista micro é necessário produzir o desejo por um consumo



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ético, consciente e sustentável. As roupas de segunda mão, por exemplo, têm sido uma opção para muitas pessoas que não têm condições de comprar roupas novas, mas também têm sido uma opção para pessoas que querem se vestir com menos o impacto socioambiental. Bazares, brechós, feiras de trocas têm sido uma alternativa tanto à inclusão social quanto ao consumo sustentável. De acordo com Anicet (2011) esse fenômeno de reutilização em lugar da reciclagem é chamado *upcycling* e significa utilizar um material já usado para que o produto não perca a qualidade inicial e nem gere outros impactos ambientais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Este artigo objetiva relatar a experiência de implantação do Empreendimento Social Solidário Do Lixo ao Luxo como projeto de extensão da Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Paulo Freire (CPF).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir espaços de discussão comunitários a respeito do consumo ético, consciente, sustentável e inclusivo.
- Incentivar o consumo de base comunitária com responsabilidade ambiental, ética e inclusiva.
- Sensibilizar a comunidade acadêmica e não acadêmica acerca da responsabilidade com o lixo por ela produzido e de seu valor de troca.
- Acionar modos de subjetivação alternativos ao modelo tradicional de relação com o consumo a partir da inclusão de sujeitos historicamente excluídos desse processo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- Desenvolver nos discentes participantes além da fundamentação teórica e prática específica, também, habilidades e competências que os tornarão profissionais críticos e comprometidos com transformação da realidade social
- Consolidar parcerias com outros empreendedores solidários estabelecendo uma rede de desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

O projeto de extensão Do Lixo ao Luxo da UFSB-Campus Freire iniciou suas atividades em maio de 2018 e envolveu uma série de ações entre as quais destaca-se a organização do Bazar Do Lixo ao Luxo e o Banco Social. O Bazar do Lixo ao Lixo é uma loja na qual são expostos vestuários que foram descartados por seus donos e onde ocorrem as trocas dos créditos sociais por mercadorias. Já o Banco Social é um sistema de informação construído para transformar o material reciclável em créditos sociais, além de registrar todas as movimentações do Bazar como cadastro de vestuário, clientes, roupas vendidas, quantitativo de material reciclável arrecadado. De maio a dezembro de 2018 as atividades aconteceram semanalmente incluindo grupo de estudo, planejamento das ações e execução. As etapas descritas a seguir apresentam de forma sistematizada as ações necessárias para efetivação do projeto:

Etapa 1 – Sensibilização e captação de recursos

- Construção de espaços coletivos de discussão a respeito do consumo ético, consciente e sustentável.
- Divulgação do projeto nas redes sociais (WhatsApp, Instagram, Facebook, e-mails).
- Sensibilização da população local para a arrecadação de bens duráveis e não duráveis que seriam descartados por seus donos e orientar sobre seu valor de troca no Empreendimento Social Solidário do Lixo ao Luxo.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



- Organização, higienização e customização dos objetos arrecadados.

Etapa 2 – Banco Social

- Desenvolvimento de um sistema de informação para cadastro do público-alvo e controle dos créditos sociais.
- Sensibilização da população local sobre o valor de troca de materiais recicláveis e de reuso e orientar sobre o funcionamento do Banco Social, sistema de créditos e Bazar Do Lixo ao Luxo.
- Implantação de um espaço permanente e/ou itinerante, Banco Social, para que a comunidade possa efetuar as trocas dos bens duráveis e não duráveis, materiais recicláveis e de reuso por créditos sociais.
- Pactuação com associações de catadores de material reciclável parceiros da universidade para descarte adequado do material arrecadado.
-

Etapa 3 – Bazar do Lixo ao Luxo

- Implantação de um espaço permanente e/ou itinerante para que a comunidade possa efetuar as trocas dos créditos sociais por bens de consumo denominado Bazar Do Lixo ao Luxo.
- Expansão do projeto Do lixo ao luxo para populações institucionalizadas e moradores de rua.
- Avaliação das atividades desenvolvidas a partir de dados coletados com o público alvo e análise da equipe executora.
- Elaboração de relatórios de pesquisa e extensão para publicação e apresentação em eventos.

Atualmente, o Bazar funciona quinzenalmente às sextas-feiras em parceria com a Feira da Agricultura Familiar da UFSB no Campus Paulo Freire.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os participantes do projeto foram três bolsistas das Bolsas de Apoio a Permanência (BAP) e cinco discentes voluntários de diferentes cursos de formação: Psicologia, medicina, bacharelado interdisciplinar em saúde, bacharelado interdisciplinar em ciências além de professores das áreas de psicologia e ciências da computação.

Os recursos materiais utilizados foram tendas (para ações itinerantes), cabides, pregadores, varal, material de limpeza e customização, etiquetas, grampeador, computadores, internet. Em novembro foi cedido um espaço físico na própria universidade para funcionamento de uma loja física permanente e espaço para armazenamento do material reciclável arrecadado.

O público alvo desse projeto inicialmente foi a comunidade acadêmica da UFSB e, posteriormente estendido a toda comunidade e em especial as populações socialmente e historicamente excluídas do processo de consumo e produção como idosos, crianças e adolescentes institucionalizados e população em situação de rua.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

PRIMEIRA BARREIRA: O ASSISTENCIALISMO

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre os objetivos do projeto do Lixo ao Luxo e captar as primeiras roupas para composição do bazar, foram espalhadas pela universidade caixas de papelão com cartazes explicativos sobre o projeto. O convite era para que a comunidade acadêmica – ao compreender o propósito do projeto – descartasse seu vestuário em desuso nas caixas de coleta. A proposta não funcionou bem, as roupas depositadas se perdiam, misturavam doação de roupas com descarte de material reciclável ou não doavam por preferirem “dar” a pessoas necessitadas. Nesse momento nos deparamos com nosso primeiro desafio a cultura assistencialista que gera fatalismo e impotência. Para Freire (2000):

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



[...] o fatalismo paralisa o homem diante da história e o faz renunciar à capacidade de pensar, de escolher, de decidir, de projetar e de sonhar. Diante da impossibilidade de se fazer qualquer coisa pelo poder determinante que fatores têm sobre nossas vidas, o homem perde seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se predestinado ao seu destino e incapaz de agir sobre ele (FREIRE, 2000, p.32).

Pensar dentro dos princípios da economia solidária e da Psicologia Social Comunitária significa, entre outras coisas, garantir a autonomia dos sujeitos nos processos de trabalho e de consumo. As pessoas são entendidas como ativas no processo de construção de si mesmas e do mundo a sua volta. Nesta perspectiva o projeto tem o desafio de desconstruir as relações de piedade e caridade pois entende que todos os atores sociais podem atuar como agentes socioambientais e fazer do material reciclável moeda de troca para consumir conforme sua necessidade.

Foi necessário desconstruir também entre nós, extensionistas, a cultura assistencialista. Por muitas vezes fomos conduzidos a doação por caridade. Foi um exercício difícil, mas recompensador a medida em começávamos a perceber os resultados. Como pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

Minha funcionária doméstica, tem uma filha da idade da minha, mas eu já não dou as roupas, ela precisa trocar por materiais recicláveis. Ela junta, separa e leva pra mim. Eu conto os pontos e troco pelas roupas que ela escolheu. No começo foi difícil, parecia tão fácil apenas dar, mas quando vi o retorno em lixo e a mudança no valor que ela dava ao que comprava vi que estávamos no caminho certo (relato de um extensionista).

Durante uma ação do Bazar um rapaz se aproximou e disse que sua calça havia rasgado e que precisaria trocar para retornar ao trabalho, avisou que não tinha dinheiro, mas que se vendêssemos “fiado” pagaria no dia seguinte. Mais uma vez nos deparamos com a piedade que quase nos fez colocar esse sujeito no lugar fatalista, afinal, podíamos dar a calça para ele. Mas não demos, vendemos fiado, explicamos como funcionava o projeto e que ele poderia trazer o material reciclável no dia seguinte. Para nossa surpresa ele trouxe o material no mesmo dia, trocou por créditos sociais e no dia seguinte trouxe um sapato que não cabia mais. Fez muitos pontos e virou cliente fixo da loja (relato de um extensionista).

17, 18 e 19
 Outubro de 2018
UESB
 Vitória da Conquista

**II MOSTRA
 DE PRÁTICAS EM
 PSICOLOGIA E POLÍTICAS
 PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
 e resistência nos
 territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O BANCO SOCIAL

O Banco Social é um sistema web que foi construído utilizando a linguagem de programação PHP e banco de dados MySQL. Sua função é gerenciar as ações do projeto com registros de entradas, saídas, quantitativos, número de créditos acumulados por clientes. O sistema permite ter as ações do Lixo ao Lixo em números para maior controle das atividades e avaliação dos resultados das ações bem como seus impactos sociais e ambientais. Considerando que o material reciclável funciona como uma moeda de troca, o Banco Social faz essa conversão em créditos e gerencia todas as ações do bazar. As Figuras 1 e 2 mostram algumas das ações executadas pelo aplicativo que ainda passa por muitas adaptações em função das demandas que vão surgindo na prática.

Material	Valor
Espuma de prato	1 ponto
Garrafa pet ou de vidro P (300/400ml)	1 ponto
Garrafa pet ou de vidro M (500/600ml)	2 pontos
Garrafa pet ou de vidro G (1L/2L)	3 pontos
Papelão (Kg)	10 pontos
Cabide	5 pontos

Figura 1. Valor para cada resíduo sólido aceito pelo projeto



PROJETO DO LIXO AO LUXO
 Ação: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Campus CPF
 Data da ação: 15/10/2018 a 19/10/2018

Relatório

Materiais Recicláveis	
Item	Quantidade recolhida
Espuma de prato	15
Garrafa Pet P (até 200 ml)	54
Garrafa Pet M (500 ml à 600 ml)	68
Garrafa Pet G (1L à 2L)	104
Papelão	70,6 Kg
Cabide	36
Caixa de Leite	22
Lata de Leite	0

Dados Gerais	
Item	Quantidade
Peças cadastradas	1.021
Trocas efetuadas	321
Clientes cadastrados	60

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Figura 2. Relatório de resíduos sólidos arrecadados, peças cadastradas e trocas efetuadas gerado pelo aplicativo

A tecnologia da informação é uma área de conhecimento que está em constante evolução e auxiliando em várias outras áreas, com ela podemos otimizar o tempo, criar melhores condições de vida, sendo instrumento importante para auxiliar na solução dos problemas sociais. No entanto, há sinais evidentes de que as tecnologias dominantes estão integradas a um contexto de desenvolvimento econômico que promove abismos sociais e esgotamento dos recursos do meio-ambiente (SANTOS, 2000). Entretanto, uma nova forma de tecnologia surgiu com metodologias transformadoras que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida, designada como Tecnologia Social.

A tecnologia social do aplicativo web Do Lixo ao Luxo que tem sido testada na Universidade Federal do Sul da Bahia e pretende ser uma alternativa tecnológica que responda tanto aos aspectos técnicos que lhe cabem quanto uma ferramenta de transformação social. A intenção é que, ao atuar como um Banco Social possibilite uma mudança de perspectiva da comunidade usuária a respeito do valor de troca que o “lixo” pode possuir e ampliar o olhar para o consumo sustentável e ético. Espera-se, sobretudo, que essa tecnologia possa ser replicada em diferentes contextos e ressignificada por outros grupos a partir de suas demandas sociais, econômicas e ambientais.

O BAZAR DO LIXO AO LUXO

Para realização do Bazar foram, primeiramente, arrecadadas um número significativo de peças de vestuário a partir de doações para formar um capital inicial de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



giro. Essas roupas foram higienizadas, customizadas e catalogadas no Banco Social. De modo geral, o bazar é onde ocorrem as trocas tanto do material reciclável por créditos sociais - no Banco Social - quanto dos créditos acumulados pelas roupas. A loja tem as roupas expostas para a comunidade universitária que pode provar e escolher o que será consumido.

Compreendendo que a moda é uma construção social e representa uma realidade cultural que modela subjetividades optamos por transformar o vestuário de reuso do projeto em objetos de desejo dos possíveis clientes. Para isso foram importantes a utilização das redes sociais como Facebook e Instagram. Também foi realizado um desfile de lançamento do projeto que aconteceu no espaço de convivência do CPF. Neste momento de descontração foi possível apresentar para os participantes os objetivos da ação e também mostrar que as roupas e acessórios podem ser reutilizados incentivando um consumo ético e sustentável.

As pessoas, ao se vestirem, conseguem passar por meio da roupa sentimentos, sensações, conflitos, vontades, além de posições sociais. A constante mudança na moda, a transição presenciada por nós a cada vez que uma tendência nova é lançada, nos faz pensar em como se dá essa relação do sujeito com a roupa. Em busca de estar “por dentro” das tendências de moda, os sujeitos na era contemporânea estão cada vez mais vivenciando com veículos comunicacionais, desde revistas, jornais, televisão e redes sociais em busca de novas informações acerca de assuntos diversos. Podemos afirmar que esses veículos são produtores de subjetividade nessa sociedade, são utilizados para mostrarem as pessoas, estilos de vida diferenciados, para que se enxerguem de diferentes formas (XAVIER, 2009, p. 45).

O impacto do uso das redes sociais pôde ser confirmado pelas fotos enviadas por clientes usando os produtos comprados. O comportamento consumista tão incentivado pelo capitalismo, no caso Do Lixo ao Luxo, levou a comunidade participante a ter um novo olhar sobre o resíduo produzido pois o até então, lixo, virou moeda de troca. Ao longo das

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ações do bazar foi possível identificar a adesão de três tipos de clientela: os consumidores excluídos do processo de consumo formal (seja pela condição econômica ou por processos de institucionalização), o consumidor socioambiental (engajado no consumo sustentável) e o consumidor comum (consome tanto no bazar quando no mercado tradicional).

AS AÇÕES EM NÚMEROS E SEUS EFEITOS

Foram realizadas duas ações teste em parceria com a UFSB. A primeira aconteceu no mês de setembro durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) onde tanto o Banco Social como o Bazar do Lixo ao Luxo estiveram em pleno funcionamento. Durante todos os dias do evento foi possível divulgar e explicar as ações do projeto. Em quatro dias de atividade foram cadastrados 60 clientes, recebidas mais de 1.000 peças roupas usadas (doação ou troca), efetuadas em torno de 320 trocas e arrecadados mais de 70 kg de papelão, 250 garrafas pet entre outros resíduos sólidos. Na SNCT as coordenadoras do projeto também participaram de uma mesa redonda com o tema Vestuário Sustentável na qual pode-se apresentar o projeto para comunidade acadêmica dos três campi universitários que compõem a UFSB.

A segunda ação aconteceu em dezembro no Primeiro Encontro de Ciências Agrárias (ECA) e durante os dois dias de evento foram cadastrados 11 novos clientes e realizada em torno de 125 trocas (entre novos e antigos clientes) foram arrecadadas 62 novas peças de roupa, mais de 100 kg de papelão e 60 garrafas pet.

Importante destacar que todos o material reciclável arrecadado, exceto as roupas e acessórios, foram destinados a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Teixeira de Freitas.

Tendo como referências os resultados obtidos nas ações de divulgação e sensibilização foi disponibilizado um espaço permanente para realização do Bazar do Lixo ao Luxo cujo funcionamento acontece quinzenalmente, as sextas-feiras, junto as ações da Feira de Agricultura Familiar (projeto de extensão universitário). O espaço foi cedido –



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



provisoriamente - pela Universidade para funcionamento da loja. O espaço da Feira tem possibilitado que o Projeto do Lixo ao Luxo atinja tanto a comunidade ao redor da universidade quanto aos membros do Movimento Sem Terra (MST) e microempreendedores rurais que frequentam o local além disso tem produzidos encontros capazes de acionar novas parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as primeiras ações que compõem o projeto Do Lixo ao Luxo foram bem-sucedidas e atenderam aos objetivos delimitados. O Bazar e o Banco Social, após implantados, possibilitaram a criação de vínculos com a comunidade interna e externa a universidade produzindo significativa adesão a um novo modo de olhar o material descartado (lixo). A transformação do material reciclável ou de reuso e do vestuário descartados em moeda de compra possibilitou, entre outras coisas, o acesso ao consumo de forma ética, consciente, sustentável e inclusiva. A intenção, a partir da agora, é ampliar a sensibilização comunitária e investir em parcerias com instituições que contribuam para a construção de uma rede de desenvolvimento sustentável no município. Assim, observa-se que o projeto de Extensão do Lixo ao Luxo vem ao encontro dos objetivos propostos pelo Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia em relação ao desenvolvimento de uma prática comunitária, solidária e comprometida com o meio ambiente e capaz de contrapor as práticas hegemônicas de consumo.

REFERÊNCIAS

ANICET, A.; BESSA, P.; BROEGA, A. C. **Ações na área de moda em busca de um design sustentável.** Anais do 7º Colóquio de Moda, Maringá, 2011.

CAMPOS, R. H. F A psicologia social comunitária. In: FREITAS, R. H (Org) . **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.** 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2015, p.9-16



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade.** São Paulo: Editora RCS, 2007.

COSTA, D. S. **Como criar uma rede de trocas,** ONG Voluntários pela verdade ambiental, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 15a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REDLASES, Rede Ibero Americana de Socioeconomia Solidária. **Moeda Social e democracia. Manual para compreender e fazer.** ABC da Socioeconomia Solidária, Buenos Aires, 2006.

ROCHA, D.L. Uma análise da coleta seletiva em Teixeira de Freitas – BAHIA **Caminhos de Geografia Uberlândia,** v. 13, n. 44 Dez/2012 p. 140–155.

SANTOS, M. **For another globalization: from single thought to universal consciousness** [Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal], Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000.

SCHULTE, Neide Köhler. **Reflexões sobre moda ética: contribuições do biocentrismo e do veganismo.** Florianópolis: Editora UDESC, 2015.

SINGER, P.; MELLO, S.L. **Prefácio.** In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. (Org) **Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

UFSB. **Plano Orientador da Universidade do Sul da Bahia.** Itabuna/Porto Seguro/Teixeira de Freitas: 2014. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

XAVIER, Monalisa. **Tecendo saberes, articulando alianças: um estudo sobre as subjetividades contemporâneas a partir das contribuições de Adorno e Guattari,** 2009, (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2009.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**ESTRESSE OCUPACIONAL ENTRE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA**

Jamília Brito Gomes
Psicóloga

Mestre em memória, linguagem e sociedade, com ênfase em envelhecimento e dependência funcional.

UESB

Jamíliabritopsi@gmail.com

Maiana Sousa Santos
Estudante de Psicologia
Faculdade Maurício de Nassau
anaiam_sousa@gmail.com

Noelia Regiane Aguiar Fernandes
Estudante de Psicologia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
noeliaaguiarf@gmail.com

Ramon Pereira Oliveira
Estudante de Psicologia
Faculdade Maurício de Nassau
rpo12377@gmail.com

Kaio Alexandre Sena Santos
Estudante de Psicologia
Faculdade Maurício de Nassau

Analice Viana da Silva
Estudante de Psicologia
Faculdade Maurício de Nassau
analiceviana12@gmail.com

INTRODUÇÃO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



As doenças ocupacionais são uma realidade cada vez mais presente na vida do trabalhador atual, causadas pelo esforço físico e psicológico que lhe são exigidos ao assumirem responsabilidades e obrigações provenientes de cada profissão. O ritmo acelerado e o nível de exigência a que essas pessoas são submetidas podem gerar doenças e transtornos. Dentre as várias patologias procedentes das atividades profissionais, o estresse é o problema mais comum entre as distintas classes de trabalhadores da indústria. Segundo a cartilha de Saúde do Trabalhador, desenvolvida pela CREPOP, o bem estar do trabalhador não focaliza apenas a saúde dos trabalhadores com vínculos formais de trabalho. Ela se ocupa de qualquer tipo de atividade de trabalho, formal e informal, que ofereça riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Dentre as várias patologias procedentes das atividades profissionais, o estresse é o problema mais comum entre as distintas classes de trabalhadores da indústria.

LIMONGI-FRANÇA e RODRIGUES (2005, p.25) definem o estresse como o “estado do organismo, após o esforço de adaptação, que pode produzir deformações na capacidade de resposta, atingindo o comportamento mental e afetivo, o estado físico e o relacionamento com as pessoas”. Segundo o autor o estresse é um problema de múltiplos fatores e que afeta a pessoa na sua integralidade, alterando as funções biopsicossociais.

Desta forma então fatores psicológicos como sonolência, acordar cedo demais, insônia, falta de concentração e fastio são um dos sintomas que demonstram que o indivíduo está com estresse ocupacional, além dos sintomas fisiológicos que também podem denunciar esse tipo de patologia, como: tonteira, dor de barriga, enjoo, falta de ar, dores nas costas, queimação no estômago, coceira no corpo e arrepios denunciam fisicamente que o indivíduo não está bem e precisa de cuidados psicológicos e médicos para que possa melhorar a qualidade de vida, tanto na vida social como na profissional, pois, assim o trabalhador conseguirá desfrutar de uma boa saúde e um rendimento satisfatório na indústria em que trabalha.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



É possível então compreender que o estresse em si é uma experiência do ser humano que esta ligada a existência de cada sujeito em suas relações profissionais, sociais, pessoais e histórica.

Quanto à realidade do trabalhador da indústria é possível que viva a experiência do estresse como rotina e que pode desencadear uma série de outras doenças dado as exigências a que são submetidos.

Para FIORELLI (2001), as causas do estresse no ambiente de trabalho podem ser de diversas naturezas e devem ser pesquisadas em quatro áreas que se inter-relacionam: (a) fatores relacionados às tarefas; (b) fatores relacionados às normas da organização; (c) fatores relacionados ao processo de trabalho e (d) fatores relacionados às relações interpessoais. Desta forma é de grande importância para o bom funcionamento de uma indústria, ofertar meios que proporcionem qualidade de vida aos seus trabalhadores.

Fica clara então a necessidade da criação e implantação de políticas que visem levar para os espaços industriais ações que produzam qualidade de vida nos trabalhadores, desenvolvimento profissão, criação de relação interpessoal, ambiente de conforto e bem-estar aos trabalhadores a despeito do estresse que esses indivíduos enfrentam e que podem gerar transtornos e prejuízos para ambos os lados.

BERTANI (2006) argumenta que quando não há relação satisfatória com o trabalho, a vulnerabilidade do sujeito a doenças aumenta, assim como suas dificuldades em enfrentar seus problemas. Na colocação do autor ele argumenta de forma sucinta que a relação trabalho indivíduo, quando não é elaborada de forma harmoniosa e satisfatória, a relação indivíduo o organismo fica vulnerável o que conseqüentemente pode gerar problemas em todas as áreas.

Assim as indústrias perdem mão de obra por absenteísmo, e em contra partida perde muito mais o indivíduo que não encontra mais sentido nem razão de ser na atividade que exercia por conta da sobrecarga e do estresse que enfrenta sem apoio ou cuidado.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O estresse ocupacional tem sido fonte de estudos e pesquisas, em razão disso CANOVA E PORTO (2010), argumentam que grande parte da literatura específica descreve que o estresse ocupacional seja resultante de um complexo conjunto de fenômenos e não consequência de apenas um fator externo que age sobre o trabalhador. Para o autor o estresse ou a causalidade dessa doença ocupacional não é (em absoluto) meramente proveniente de um fator isolado, mas de uma relação de causas e problemas que se acumulam sobre o trabalhador gerando assim a exaustão e consequentemente o estresse.

Essa problemática em torno do estresse deve ser observada e estudada segundo RIBAS (2009), por alterar a produtividade e saúde dos trabalhadores, ocasionando dificuldades de atenção e concentração, confusão mental, perda temporária de memória, irritabilidade, fadiga, mal-estar generalizado e acidentes de trabalho. Para o autor as múltiplas patologias geradas pelo estresse ocupacional são ameaças diretas a saúde e qualidade de vida do trabalhador industrial. Através deste estudo É possível identificarmos alguns sintomas provocados pelo estresse no trabalhador industrial, mas é preciso que compreendamos os possíveis fatores que desencadeiam o adoecimento do trabalhador na sua vivência cotidiana. Em função disso Zanelli (2010), afirma que:

Dentre os agentes estressantes no contexto de trabalho, destacam-se: as demandas acima das condições efetivas de produção ou prestação de serviços com qualidade; pouco reconhecimento profissional; reduzida participação dos trabalhadores nas decisões da organização; longas jornadas de trabalho; dificuldades de promoção; pressão de tempo, excesso de burocracia, entre outros. (ZANELI, 2010)

São múltiplos os fatores que provocam o estresse ocupacional influenciando diretamente na qualidade de vida do indivíduo e deve ser fonte de estudo dentro das grandes indústrias que têm como base de produção e fonte de renda e mão de obra do trabalhador. Nesse processo de atividade laboral o trabalhador precisa estar bem consigo mesmo e motivado para que minimize os efeitos nocivos do estresse.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sabendo da relevância desse tema as avaliações da Organização Mundial de Saúde, (OMS), descrevem que patologias mentais menores arremetem cerca de 30% dos trabalhadores em atividade ocupacional, e os transtornos mentais mais agravados afetam entre 5% e 10% desses indivíduos. Já no Brasil com base em dados do INSS o Ministério da Saúde (Brasil, 2002), sinalizou atenção as condições de insegurança no trabalho, subemprego e segmentação crescente do mercado de trabalho, compreendendo que o despontamento de novas formas de adoecimento com estresse, a fadiga física e psíquica entre outras ocorrências de sofrimento relacionadas ao trabalho tem intensa relação com os processos internos de produção, com o enxugamento de quadro dos funcionários e com a implantação tecnológica. Com a percepção desta realidade, o Ministério da Saúde tem estimulado a realização de pesquisas para que medidas possam ser tomadas no que tange ao cuidado do estresse ocupacional e melhoramento da qualidade de vida do trabalhador.

OBJETIVO

O objetivo deste artigo é analisar o que tem apontado a literatura sobre estresse ocupacional, os principais sintomas e as políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores que atuam na indústria.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica na qual se realizou uma busca em bases de dados científicos em: GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO E ANAIS. Foram utilizados para buscar os artigos os seguintes descritores, estresses, doenças ocupacionais, indústrias, saúde física e mental. Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: Artigos publicados nos últimos dez anos, artigos publicados em português e por fim artigos que retratam a temática das doenças do trabalho. Foram selecionados cinco artigos



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



sendo que a análise dos dados extraídos dos artigos foram realizados de maneira descritiva, pois permitiu observar, analisar e descrever os dados localizados sobre o tema problematizado na revisão.

RESULTADOS

TÍTULO	PERIÓDI CO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Trabalho e estresse: Identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em trabalhadores de uma unidade administrativa de uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES).	Revista GUAL, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 01-17, jan. 2014.	O artigo apresenta pesquisa que teve como objetivo diagnosticar a presença do estresse, a fase do estresse em que os indivíduos se encontram e a predominância de sintomas, se físicos ou psicológicos.	Os resultados revelaram a avanço da presença do estresse nessa amostra e a necessidade de ações adequadas de políticas e práticas de gestão de pessoas que visem atuar para minimizar esse fenômeno.
Estresse e Fatores Psicossociais	Psicologia ciência e profissão, 2010, 30 (4), 712-	Tendo em vista a importância do tema, o presente trabalho se propõe a analisar os modelos teóricos sobre	Neste artigo, portanto, apresentaremos os princípios dos principais modelos que discutem a relação entre os fatores



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



	725	estresse ocupacional e fatores psicossociais. Neste artigo, portanto, apresentaremos os princípios dos principais modelos que discutem a relação entre os fatores psicossociais do trabalho e o estresse ocupacional: modelo demanda-controle-apoio social, modelo do desequilíbrio esforço-recompensa.	psicossociais do trabalho e o estresse ocupacional: modelo demanda controle, modelo demanda-controle-apoio social, modelo do desequilíbrio esforço-recompensa, modelo ecológico e a proposta do National Institute for Occupational and Health (NIOSH).
Estresse ocupacional: causas e conseqüências	Rev Bras Med Trab. 2016;14(3):285-9	Apresentar os fatores relacionados ao estresse ocupacional, ressaltando os mecanismos desencadeadores da doença, os principais sintomas e as medidas adotada para melhorar a produtividade e a qualidade de vida do trabalhador.	Define uma revisão integrativa e apresenta os fatores relacionados ao estresse ocupacional, ressaltando os mecanismos desencadeadores da doença, os principais sintomas e as medidas adotadas para melhorar a produtividade.
O trabalhador com estresse e intervenções para	Trab. Educ. Saúde, Rio	O artigo aborda o fenômeno do estresse e sua relação com o trabalhador	Destacou-se a necessidade de identificar, sanar ou



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



o cuidado em saúde.	de Janeiro, v. 13,supl. 1, p. 201-214, 2015	e seu sistema.	amenizar os fatores que causam esse fenômeno, a fim de que sejam propostas ações de promoção de saúde dentro do ambiente de trabalho para torná-lo uma fonte de prazer ao trabalhador.
Análise da percepção da fadiga, estresse e ansiedade em trabalhadores de uma indústria de calçados.	J Bras Psiquiatr. 2012;61(3):133-8.	Descrever e correlacionar os aspectos envolvidos com a percepção de fadiga e estresse laboral que é percebido em trabalhadores de ambos os sexos, em função do setor de trabalho e traço de ansiedade.	A percepção de fadiga afeta principalmente os trabalhadores que apresentam traço de ansiedade alto. Contudo, percebe-se, por meio dos testes de correlações, que as variáveis sexo, setor de trabalho e traço de ansiedade podem modular os níveis de fadiga e estresse laboral e percebido entre os trabalhadores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O estresse é uma patologia orgânica e mental proveniente de estímulos e esforços excessivos decorrentes das exigências do ambiente social e de trabalho. Partindo dessa premissa é possível compreender que o estresse ocupacional afeta o comportamento e a produtividade do trabalhador, o que ocasiona o adoecimento. A seguir será apresentada uma síntese sobre os trabalhos encontrados.

1-Conforme resultados obtidos por (JUNIOR, 2013), o presente artigo teve como objetivo caracterizar o quadro sintomatológico da população que experimenta estresse e os principais estressores do contexto de trabalho onde os participantes atuam. Os resultados revelaram o avanço da presença do estresse nessa amostra e a necessidade de ações adequadas de políticas e práticas de gestão de pessoas que visem atuar para minimizar esse fenômeno.

2- Segundo (REIS, 2010), o interesse pelo estudo do estresse no trabalho tem sido crescente na literatura científica, particularmente nos últimos anos. Uma razão para o aumento de pesquisas sobre esse tema está nas repercussões das condições e da organização do trabalho na saúde e no bem-estar dos empregados e, em consequência, no funcionamento e na efetividade das organizações. Neste artigo, portanto, foram apresentados os princípios dos principais modelos que discutem a relação entre os fatores psicossociais do trabalho e o estresse ocupacional: modelo demanda-controle, modelo demanda-controle-apoio social, modelo do desequilíbrio esforço-recompensa, modelo ecológico e a proposta do National Institute for Occupational and Health (NIOSH).

3-De acordo com o estudo realizado por (PRADO, 2016), teve como apresentação, os fatores relacionados ao estresse ocupacional, ressaltando os mecanismos desencadeadores da doença, os principais sintomas e as medidas adotadas para melhorar a produtividade e a qualidade de vida do trabalhador. Realizou-se um estudo descritivo com consulta às bases de dados nacionais LILACS e SciELO, e internacionais MEDLINE e PubMed, considerando-se o período de 1996 a 2015 e os critérios de inclusão e exclusão

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos artigos. Os principais agentes estressores podem ser os fatores ambientais e organizacionais, no entanto o diagnóstico é essencialmente clínico baseado nos sintomas da doença, que podem ser físicos, psicológicos e comportamentais. Para se intervir na saúde do trabalhador, torna-se imperiosa a combinação de abordagens e enfoques, transformações organizacionais do trabalho, mudanças urbanas e fatores de riscos industriais e ambientais

4- Baseado na análise de (SILVA, 2015), teve como objeto o trabalhador com estresse e intervenções para o cuidado em saúde. A finalidade deste trabalho é abordar o fenômeno do estresse e sua relação com o trabalhador e seu sistema. Destacou-se a necessidade de identificar, sanar ou amenizar os fatores que causam esse fenômeno, a fim de que sejam propostas ações de promoção de saúde dentro do ambiente de trabalho para torná-lo uma fonte de prazer ao trabalhador. Levando-se em conta o que foi abordado, a influência da organização do trabalho na qualidade de vida e na saúde mental dos trabalhadores é de extrema importância para a boa produtividade do mesmo. Ainda não existem investimentos significativos em trabalhos de promoção à saúde em estratégias em prevenção ao estresse ocupacional.

5- De acordo com (NETO, 2012), descrever e correlacionar os aspectos envolvidos com a percepção de fadiga e estresse laboral e percebido em trabalhadores de ambos os sexos, em função do setor de trabalho e traço de ansiedade. A percepção de fadiga afeta principalmente os trabalhadores que apresentam traço de ansiedade alto. Contudo, percebe-se, por meio dos testes de correlações, que as variáveis de sexo, setor de trabalho e traço de ansiedade podem modular os níveis de fadiga e estresse laboral e percebido entre os trabalhadores. Podemos dizer que, o estresse no trabalho, é considerado alto, pois os sintomas físicos e psicológicos são bastante semelhantes. Contudo, o objetivo de gerenciar os níveis pessoal e organizacional é apropriar a necessidades humanas, ativas e prazerosas. Os trabalhadores industriais sofrem um impacto relevante com as mudanças sociais,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



econômicas e tecnológicas que atualmente a sociedade enfrenta o que gera assim um novo sentido ao trabalho.

Trazendo essa realidade para a indústria, pôde-se observar que mesmo com o passar do tempo e a modernização do sistema, ainda há um nível elevado de estresse e insatisfação no ambiente de trabalho, levando o trabalhador ao adoecimento e afastamento laboral. A automação, o acesso aos bens de consumo e as demandas da sociedade alternam com o tempo, alterando o comportamento resultante do estresse. (AMORIM, 2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas na elaboração deste trabalho foram em localizar artigos que tratassem especificamente do “estresse no trabalhador industrial”, também achar fontes de dados atuais sobre as políticas públicas criadas e direcionadas para o acolhimento do trabalhador que convive com as doenças ocupacionais, haja vista que essa temática é muito relevante e atual no contexto vivencial do trabalhador industrial brasileiro.

Portanto fica clara então a necessidade da criação e implantação de políticas públicas e medidas socioeducativas que visem levar para os espaços industriais ações que produzam qualidade de vida nos trabalhadores, desenvolvimento profissão, criação de relação interpessoal, ambiente de conforto, lazer e bem-estar aos trabalhadores a despeito do estresse que esses indivíduos enfrentam e que podem gerar transtornos e prejuízos para ambos os lados, Zanelli (2010) enfatiza essa afirmação quando argumenta que as condições de trabalho têm evidentes implicações na saúde e na qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, E.G. CARDOSO, H.F. DOMINGUES, L.C. GREEN, R.M. LIMA, T.R.
Trabalho e estresse: Identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



trabalhadores de uma unidade administrativa de uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES). **Rev. GUAL**, v. 7, n. 1, p. 01-17, 2014. Acesso em /08/2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2014v7n1p1/26333>

REIS, A.L.P.P. FERNANDES, S.R.P. GOMES, A.F. Estresse e Fatores Psicossociais. **Psicologia ciência e profissão**, 2010, 30 (4), 712-725. Acesso em 28/08/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n4/v30n4a04>

Prado, C.E.P. Estresse ocupacional: causas e consequências. **Rev Bras Med Trab.** 2016;14(3):285-9. Acesso em 28/08/2018. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/v14n3a14.pdf>

SILVA, D.P. SILVA, M.N.R.M.O. O trabalhador com estresse e intervenções para o cuidado em saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 13, supl. 1, p. 201-214, 2015. Acesso em 28/08/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000400201&lang=pt

NETO, C.F.M. ALMEIDA, G.A. RAMOS, B.C. COSTA, S.K.P. SILVA, H.P.A. SOUSA, M.B.C. Análise da percepção da fadiga, estresse e ansiedade em trabalhadores de uma indústria de calçados. **J Bras Psiquiatr.** 2012; 61(3): 133-8. Acesso em 28/08/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852012000300003

KILIMNIK, Z. M.; BICALHO, R. F. S.; OLIVEIRA, L. C. V. & MUCI, C. B. M. R. (2012). Análise do estresse, fatores de pressão do trabalho e comprometimento com a carreira: um estudo com médicos de uma unidade de pronto atendimento de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Revista Gestão e Planejamento Unifacs**, 12(3), 668-693. Acesso em 20/09/2018 Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/2010/1863>

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP) Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo (a) / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, **CFP**, 2008. 74p. ISBN: 978-85-89208-02-4. Acesso em 20/09/2018. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2010/11/saude_do_trabalhador_COMPLETO.pdf

FERREIRA, C. A. A., REIS NETO, M. T., KILIMNIK, Z. M., & SANTOS, A. S. dos.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



(2016). O contexto do estresse ocupacional dos trabalhadores da saúde: estudo bibliométrico. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS**, 5(2. Julho/ Dezembro), 84-99. DOI: <http://dx.doi.org/10.5585/rgss.v5i2.233>.

ZANELLI, J. C. **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2014v7n1p1/26333>

MONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: Uma abordagem psicossomática**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. Acesso em 21/09/2018. Disponível em:

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/viewFile/771/552>

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. Acesso em 25/09/2018.

BERTANI, I. F. **Retratos da Saúde: O relatório QUA VISSS**. Franca: Legis Summa Ltda, 2006. Acesso em 25/09/2018.

CANOVA, C. R.; PORTO, J. B. **O impacto dos valores organizacionais no estresse ocupacional: um estudo com professores do ensino médio**. Revista de Administração Mackenzie, v. 1, n. 5, p. 4-31, 2010. Acesso em 25/09/2018.

RIBAS, M. C. **Vulnerabilidade ao stress no trabalho: Investigação com auxiliares e técnicos de enfermagem**. 2009. Acesso em 25/09/2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2014v7n1p1/26333>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças relacionadas ao trabalho - manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília. 2001. Acesso em 26/09/2018.

Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/seguranca%20e%20saude%20no%20trabalho/Sausedotrabalhador.pdf>



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MODO DE GESTÃO E ESTRESSE

OCUPACIONAL: ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Ana Lucia Pellegrini Pessoa dos Reis
Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA

UNEB – Campus I
anapellegrinireis@yahoo.com.br

Sônia Regina Pereira Fernandes
Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA

UFBA
sonregina@gmail.com

INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, tecnológicas e institucionais que vêm ocorrendo nas últimas décadas, têm impactado profundamente a forma de gerir as organizações nos vários setores econômicos e sociais. O sistema SESI-Ba, buscando sintonizar com este novo contexto organizacional, implantou em 1996 um novo modelo de gestão, classificado como modelo da excelência (CHANLAT, 1995), implicando novos fatores psicossociais no trabalho, com repercussões na saúde do trabalhador.

Embora o foco seja o modelo de gestão contemporânea, referimos as teorias tradicionais por se considerar que, no Brasil, características deste padrão estão presentes em novas práticas, implicando modelos heterogêneos, antigas e novas tecnologias, com repercussões diferenciadas na saúde do trabalhador e no perfil de morbimortalidade.

Este estudo teve como objetivo geral analisar o modelo de gestão adotado atualmente no SESI-BA e suas repercussões na produção do estresse ocupacional. De forma específica buscou identificar os fatores psicossociais do trabalho que estão



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



associados ao modelo de gestão adotado por essa organização; analisar a relação entre os fatores psicossociais inerentes ao modelo de gestão do SESI-BA e a produção do estresse ocupacional e identificar as estratégias de *coping* utilizadas pelos trabalhadores e sua relação na produção do estresse.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido em duas etapas interligadas: na primeira, a análise documental e, na segunda, o estudo empírico.

Na primeira etapa, foi realizado o levantamento de dados por meio de documentos institucionais, o que permitiu recolher informações para caracterização da empresa e do seu modelo de gestão.

Como fonte de informação, foi utilizado o relatório de autoavaliação da gestão do SESI-BA do ano de 2015, desenvolvido conforme os critérios do sistema de avaliação da gestão do Programa Nacional de Qualidade (PNQ), elaborado pela Unidade Central, e os relatórios de autoavaliação da gestão, elaborados pelas unidades de negócio Gilberto Mendes de Azevedo-GMA, Feira de Santana e Vitória da Conquista, com base no sistema de avaliação da gestão do Programa Qualidade Bahia (PQB), que é baseado nos mesmos critérios do PNQ, entretanto com metodologia simplificada.

Entre as onze unidades de negócio da Bahia, estas foram selecionadas por terem em comum a adoção dos modelos de referência de gestão o Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ, o Prêmio Qualidade Bahia (PQB) e a busca de certificação ISO 9002 do seu principal serviço, que é o Programa de Saúde e Segurança no Trabalho – PSST.

Nesta fase, procedeu-se à análise dos relatórios de autoavaliação da Gestão do SESI-BA, para caracterizar o modelo de gestão adotado, base para análise e interpretação dos fatores psicossociais no trabalho e sua associação ao estresse psíquico, no respectivo contexto. O modelo foi caracterizado pelos aspectos da organização, conforme o conceito de modelo de gestão, adotado por Chanlat (1995): filosofia de gestão; política de gestão de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



pessoas; valores adotados; objetivos definidos; condições de trabalho; natureza das relações hierárquicas; estrutura organizacional e sistema de avaliação e controle. Para evidenciá-lo, estes aspectos descritos foram comparados com a literatura vigente, procedendo à sua caracterização.

Também nesta etapa foram colhidas informações para o desenvolvimento do estudo empírico, tais como o número de trabalhadores da organização, conforme os setores ou unidades, suas gerências e lideranças, negócio e características.

Realizou-se o estudo empírico mediante questionários, quando foram avaliados os fatores psicossociais inerentes ao modelo de gestão do SESI-Ba, através dos níveis de estresse psíquico nas unidades eleitas para estudo.

Para a avaliação de fatores psicossociais no ambiente de trabalho, foi utilizado o Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ), desenvolvido por pesquisadores da Dinamarca, do National Institute of Occupational Health (NIOSH), liderado por Tage S. Kristensen (2002). Embora o COPSOQ contenha dimensões que avaliam o estresse psíquico, considerando que o instrumento ainda não está validado no País, optou-se também pela utilização do General Health Questionnaire (QSG) para avaliar estresse psicológico. O instrumento foi desenvolvido por Goldberg, em 1972, para *screening* de sintomas não psicóticos, indicado para uso em estudos transversais e validado no Brasil por Pasquali et al., em 1996.

Para os objetivos deste estudo, foi utilizado apenas o fator 1, que avalia estresse psíquico, no qual se destacam experiências de tensão, irritação, impaciência, cansaço e sobrecarga, que tornam a vida uma luta constante, desgastante e infeliz. (PASQUALI et al, 1996).

Considerando que o COPSOQ ainda não é um instrumento validado e utilizado no Brasil, alguns procedimentos foram adotados para adequação à população-alvo, tomando como base a proposta de Guillemin (1995) para adaptação transcultural de instrumentos e avaliação da saúde.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Os participantes constituem o total de trabalhadores efetivos das unidades eleitas para pesquisa (n=145), excluídos os trabalhadores afastados por motivo de licenças regulamentares e/ou doenças ou férias (n=22), sendo contemplados 69,7% (n=101) destes (Tabela 1). Dos trabalhadores em exercício, não responderam ao questionário, aqueles que desenvolviam suas atividades fora da organização, seja por atuarem na função de captadores de serviços, seja por desenvolverem atividades nas empresas clientes (técnicos das áreas de educação, lazer e saúde – 30,3%).

Na análise de dados coletados por meio do COPSOQ e do QSG, utilizou-se o Statistical Package for Social Science (SPSS). FOR WINDOW, Versão 11.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que a maioria dos trabalhadores são mulheres (70,3%), tem entre 25 e 34 anos (39,6%) e, pelo menos, o segundo grau completo (92,0%). Do total, 37,6% têm o curso superior, sendo que, destes, 76,3% têm pós-graduação na modalidade especialização ou mestrado, configurando-se, portanto, uma população feminina, jovem e com escolaridade elevada, comparativamente ao grau de instrução alcançado pelos chefes de domicílio no Estado da Bahia. Dados do IBGE (BRASIL, 1996) indicam que menos de 10,0% concluíram o primeiro grau.

Quanto às atividades desenvolvidas pode-se observar que, na grande maioria, os trabalhadores atuam como auxiliar de atividade fim (31,7%) e técnico de atividades fim (26,7%), realizando, respectivamente, tarefas de apoio técnico, controle, suporte logístico e procedimentos técnicos especializados. Estes dados, somados a percentuais menores de trabalhadores nas funções de gerência (7,9%) e assessoria (4,0%), sugerem uma estrutura com poucos níveis hierárquicos, com prioridade para a atividade fim, ou seja, o atendimento ao cliente externo, característica do modelo de excelência.

As funções de gerência (7,9%) assessoria (4,0%) e técnicas, tanto da área meio (13,9%) quanto da área fim (26,7%), têm como principais atribuições a criação, o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



planejamento, a redação e a avaliação. No que se refere ao conteúdo da tarefa do grupo estudado, caracteriza-se predominantemente pelo trabalho informacional. Vale ressaltar que grande parte dos trabalhadores participantes do estudo realizam atividades na área fim (59,6%), vinculadas à prestação de assistência (educação, saúde e lazer) e que de acordo com Codo (1999), exigem investimento afetivo, em decorrência da relação direta com clientes ou cuidado com o outro.

Quanto ao tempo de serviço, verifica-se que 23,2% trabalham há menos de 2 anos na empresa e 47,5% trabalham há pelo menos cinco anos, portanto vivenciaram o modelo de gestão do trabalho denominado de excelência (CHANLAT, 1995) implantado em 1996, dado relevante, considerando a vivência dos fatores psicossociais inerentes ao modelo de gestão.

Trabalho e Estresse psicológico

A média de estresse psicológico encontrada neste estudo entre os homens e mulheres foi de, respectivamente, 1,73 (percentil 47) e 1,62 (percentil 36), o que demonstra, de acordo com a padronização do estudo de Pasquali et al. (1996), que ambos se situam abaixo da média populacional (1,77 para homens e 1,92 para mulheres), ou seja, nenhum trabalhador apresenta perfil sintomático, situando-se portanto acima do percentil 90.

Se compararmos esses resultados com os estudos desenvolvidos por Fernandes (1998, 1999 e 2000) e Esteves (2004), utilizando instrumentos semelhantes para avaliação do estresse psicológico em organizações de trabalho, dentro dos parâmetros definidos por Pasquali et al. (1996), podemos observar que se trata de um grupo com indicadores positivos de saúde, já que os índices de estresse psicológico são baixos em relação à média de Pasquali et al. (1996) e aos demais estudos da nossa realidade.

Como Esteves (2004), para a análise das relações entre características sócio-demográficas e do trabalho, foram considerados como indicadores de baixos níveis de estresse psíquico os valores que se encontram abaixo do percentil 60, definido por

Pasquali et al. (1996), e alto aqueles que se encontram acima deste percentil, que corresponde à média de 1,92 para homens e 2,08 para as mulheres.

Dentro desses parâmetros, evidenciou-se que 20,0% das mulheres e 16,7% dos homens apresentam escores acima do percentil 60, ponto de corte estabelecido neste estudo (Figura 1).

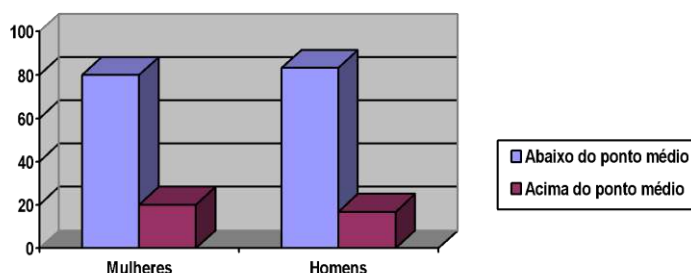


Figura 1 – Distribuição percentual dos trabalhadores com indicativo de estresse psíquico

Quanto ao gênero, embora o número de casos com indicativo de estresse neste estudo seja reduzido, vale ressaltar os estudos que têm referido maiores níveis de estresse, entre as mulheres (ROCHA; DEBERT-RIBEIRO, 2001; GOMES; TANAKA, 2003; SALIM, 2003), associados tanto às exigências do trabalho como ao papel da mulher na sociedade, enfatizando a importância da análise da interrelação entre a esfera produtiva e a doméstica. Pasquali et al. (1996), ao tecerem considerações sobre o estudo de saúde mental do brasileiro, também observam que as mulheres apresentam índices mais elevados que os homens, demonstrando que, em relação à saúde mental, a mulher apresenta maior labilidade que os homens. Enfatizam, entretanto, a necessidade de estudos mais aprofundados para averiguar estes resultados.

Considerando que o modelo de gestão da excelência foi implantado em 1996, a partir desses dados, pode-se supor que um maior tempo na organização pode implicar

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



maior vivência dos fatores psicossociais inerentes ao modelo de gestão, com possíveis repercussões na saúde.

Outro aspecto relevante a considerar é a função ocupada pelos homens (gerência) com maior indicativo de estresse, corroborando a afirmação de Couto e Moraes (1999), que incluem o trabalho de gerentes entre aqueles caracterizados como trabalhos de alta densidade, requerendo uso constante da memória imediata, grande número de micro decisões diárias e carga afetiva na tarefa.

Fatores Psicossociais no Trabalho e Estresse Psíquico

Embora a média geral do nível de estresse psíquico encontrada neste grupo situe-se abaixo da média populacional, conforme padronização de Pasqualli et al.(1996), este estudo empírico evidencia que os fatores psicossociais inerentes ao modelo de gestão da excelência, adotado pelo SESI-Ba, tem repercussões na saúde do trabalhador, avaliados pela relação entre níveis de estresse psicológico e características do trabalho.

Foi visto que, as altas/médias exigências no trabalho (demandas quantitativas, cognitiva, emocional, para supressão de emoções e sensorial), tanto entre as mulheres quanto entre os homens estão associadas a ocorrência de estresse psíquico.

Quanto ao controle no trabalho, avaliado neste estudo pelas dimensões possibilidades de desenvolvimento e influência no trabalho, observou-se que a indicação de haver médio/baixo nível em pelo menos uma destas dimensões no contexto de trabalho está associada à ocorrência de estresse psíquico (as mulheres avaliam ter média possibilidade de desenvolvimento e alta influência no trabalho, e os homens consideram ter média/baixa possibilidade de desenvolvimento e baixa influência no trabalho).

No que se refere às variáveis mediadoras, apoio social e *coping*, supôs-se que o baixo grau de apoio social está associado à ocorrência de estresse.

Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, a indicação de possuir médio/baixo apoio social no contexto de trabalho está associada à ocorrência de estresse



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



psicológico.

As estratégias de *coping* foram avaliadas a partir de três dimensões: *coping focado no problema*, *coping seletivo* e *coping de resignação*. Observou-se, neste estudo, que o tipo de estratégia de *coping* utilizada pelo trabalhador influenciou na indicação de estresse psíquico entre estes. Tanto as mulheres quanto os homens com indicativo de estresse psíquico apontam baixo nível de uso de *coping focado no problema* e alto nível de uso de *coping de resignação*.

Como evidenciado por Torpe, Riise e Moen (1999), os estudos sobre estresse no trabalho têm demonstrado que o comportamento de *coping* influencia a ocorrência de sintomas de estresse. Referendam estudos que constatarem que, em trabalhos ativos (alta demanda e alto controle), como descrito por Karasek (1990), busca-se modificar o ambiente usando estratégia de *coping focalizado no problema*, como também indicam associação positiva entre fatores psicossociais e estratégias de *coping focalizado no problema*.

Karasek e Theorell (1990) enfatizam que a criação de times de trabalho é uma importante estratégia de redesenho no trabalho para a obtenção de bons resultados na saúde e segurança. Ressaltam que, adotar procedimentos regulares para lidar com situações e treinar pessoal, pode constituir-se como um fator que encoraja os trabalhadores a usarem estratégias de *coping focado no problema*, contribuindo para lidar com demandas internas e externas. De acordo com esta abordagem, evidenciou-se que o SESI-Ba incentiva a criação de times e equipes de trabalho, assim como a promoção de um sistemático programa de T&D, inclusive para o uso de ferramentas e técnicas de GQT que são utilizadas pelos trabalhadores para análise, correlação e prognóstico sobre o que fazer quanto aos sistemas de trabalho.

Observou-se também que tanto as mulheres quanto os homens avaliam como alta as demandas quantitativas, o que, de acordo com Ramos, Pieró e Rippol (2002), pode influenciar na avaliação das demandas qualitativas, como mais ou menos intensas, já que,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



como apontado anteriormente, se inexistir limitação de tempo e duração, ainda que haja sobrecarga, a tarefa será processada. Verificou-se ainda maior tendência das mulheres deste grupo a avaliarem as demandas como altas. Como já apontado, este dado sugere que, no estudo da relação entre trabalho, saúde e gênero, a análise da interseção entre a esfera produtiva e a doméstica é relevante (ROCHA; DEBERT-RIBEIRO, 2001).

Ainda no que se refere às características de ocorrência dos fatores psicossociais, evidenciaram-se entre as mulheres, resultados conflitantes nas dimensões possibilidades de desenvolvimento, que é avaliada como média, e influência no trabalho, já que este subgrupo avalia possuir alta influência a respeito de quando, como, e o que fazer no trabalho.

Conforme Kristensen, Borg e Hannerz (2002), ao modelo JDC proposto por Karasek, no controle no trabalho inclui as dimensões influência e possibilidades de desenvolvimento. Isto pode sugerir que a ampliação do uso e desenvolvimento de habilidades especiais ou conhecimentos e a realização de atividades que requerem iniciativa e criatividade, podem influenciar nos níveis de estresse psíquico, ao adequar as exigências do trabalho às capacidades, os recursos ou às necessidades do trabalhador. Quanto aos resultados apresentados pelos homens, verificaram-se tanto altas e médias demandas quanto média/baixa possibilidade de desenvolvimento e baixa influência no trabalho.

De acordo com Karasek (1979), trabalhos caracterizados como ativos, alta demanda e alto controle, estão associados a indicadores de saúde, ainda que sejam mais demandadores. Para o autor, é possível melhorar a saúde mental sem sacrificar a produtividade, aumentando o controle no trabalho, independente das mudanças nas demandas. Recomenda também mudanças na estrutura administrativa para melhorar a habilidade do trabalhador na tomada de decisão e aumentar sua influência nas decisões organizacionais, permitindo o uso do seu potencial. Também resultados de estudos (TORPE; RIISE; MOEN, 1999) que têm como suporte teórico o modelo JDCA, ressaltam



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



que altas demandas podem conduzir a *coping* inapropriado. Entretanto, o efeito negativo das altas demandas pode-se transformar em uma ferramenta positiva do trabalhador se estiver aliado a alto controle e/ou apoio social no trabalho. Já Doef e Maes (1999), com base em uma pesquisa que fez uma revisão de 20 anos de estudos empíricos sobre o JDCS, concluem que a influência do apoio social como efeito moderador não é consistente. Também Siegrist (1998) adverte que a falta de reciprocidade entre alto custo e baixo ganho pode gerar estados de aflição com propensão a reações associadas de tensão, com efeitos de longo prazo na saúde, apontando como exemplo a falta de perspectiva de promoção ou trabalhos mantidos em condições inconsistentes de *status*. Nesta perspectiva, ter um trabalho que demanda, mas instável, que não oferece perspectiva de promoção, caracteriza também contexto de trabalho estressante.

Não obstante este estudo tenha priorizado a identificação das fontes de risco no contexto de trabalho, destacando assim o desenvolvimento de ações no ambiente organizacional para sua melhoria ou o desenvolvimento da capacidade de enfrentamento do trabalhador diante de trabalhos onde os riscos são inerentes, vale ressaltar, como já apontado, que estes fatores não se constituem em únicas causas do estresse ocupacional. Deve-se também estar atento a fatores externos ao ambiente de trabalho e a outras diferenças individuais de vulnerabilidade ao estresse psíquico.

A partir destas constatações, pode-se sugerir ainda que o modelo de gestão do trabalho adotado pela organização condiciona as políticas de gestão de pessoas com repercussões diretas na saúde do trabalhador. Entre as premissas que norteiam a política de gestão de pessoas do SESI-Ba estão a ética, o autodesenvolvimento, o aprendizado contínuo, o bem-estar e a satisfação do trabalhador. Tais premissas podem tanto estar favorecendo a vivência do indivíduo no trabalho, quanto a indicação de que o método de gestão prescrito se aproxima do real, o que pode justificar os baixos níveis de estresse encontrados nos trabalhadores desta organização.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



COMENTÁRIOS FINAIS

Ainda são insuficientes, na literatura nacional, os estudos sobre as repercussões dos modelos de gestão na saúde do trabalhador. Como enfatiza Chanlat (1995), há necessidade de ampliar a visão limitada e tecnicista para apreender a questão em toda a sua complexidade e reajustá-la, em sua dinâmica organizacional, ao que ele denomina de modo de gestão. Assim, o estudo dos seus impactos ganha importância ao considerar que, com as mudanças no trabalho ocorrida nas últimas décadas, o setor de serviços vem-se tornando dominante, estando o trabalhador diante de um ambiente laboral mais “limpo”, com menores ou inexistentes riscos físicos, químicos, biológicos ou mecânicos, mas submetidos a novos fatores psicossociais e organizacionais que têm repercutido na saúde, como analisado em vários outros estudos.

Esta pesquisa também agrega como contribuições, tratar-se de uma investigação de caráter descritivo, estudo de caso, para obter conhecimento do contexto estudado, com abordagem quali-quantitativa, por meio de estudo documental (etapa 1), cujo material coletado e analisado contribuiu para corroborar e acrescentar informações às evidências obtidas através do tratamento empírico do contexto de trabalho (etapa 2), possibilitando maior concretude às argumentações e estratégias de intervenção preventivas apropriadas.

Vale acrescentar que os fatores psicossociais são relatados pelos trabalhadores mediante suas percepções e experiências no trabalho, o que implica que, na sua mensuração, há necessidade de focalizar os fatores que são comuns à percepção e à experiência da maioria dos trabalhadores em uma dada situação, em concordância com a prática psicométrica (COX,1995). Neste sentido, optou-se também pela abordagem de natureza quantitativa, por meio de um estudo transversal. Este possibilitou descrever características do grupo quanto as variáveis estudadas, seu padrão de distribuição e verificar a associação entre os fatores psicossociais ao estresse psíquico.

É relevante a constatação de que a busca de aperfeiçoamento do SESI-BA, através do seu modelo de gestão do trabalho, incorporando boas práticas de relacionamento com



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



os trabalhadores na implementação do modelo da excelência (PNQ, 2003), tem proporcionado ambiente de proteção à saúde do trabalhador, evidenciado nos indicadores de estresse psíquico.

Deve-se, entretanto, considerar a existência de possíveis vieses neste estudo, decorrentes das estratégias metodológicas adotadas. Além do critério adotado para elegibilidade dos participantes, pode também constituir outro viés a adoção de rigoroso processo de seleção de pessoal na empresa, que possivelmente inclui aqueles trabalhadores mais saudáveis, o que pode ter contribuído para o efeito trabalhador sadio, impedindo assim a generalização dos resultados para além do grupo estudado.

Ainda que o levantamento de dados por meio de documentos institucionais tenha permitido a caracterização do modelo de gestão, base para análise e interpretação dos fatores psicossociais no trabalho e sua associação ao estresse psíquico, a opção pelo uso de dimensões do COPSQ (demanda quantitativa, cognitiva, emocional, para supressão de emoções e sensorial; possibilidade de desenvolvimento; influência no trabalho; *coping* e apoio social), questionário ainda não validado no Brasil, causou limites aos tratamentos estatísticos utilizados na análise dos dados.

Embora o desenho deste estudo permita a avaliação dos FPT e suas repercussões na produção do estresse psicológico, não é possível avaliar a natureza da relação entre variáveis antecedentes e consequentes, qual destas se manifesta primeiro ou quando o estresse psicológico surgiu pelo fato de serem avaliadas ao mesmo tempo. Porém, para fatores que permanecem inalterados no tempo, como características individuais, a exemplo do gênero, os resultados podem oferecer evidências válidas através de uma associação estatística.

Também, como evidenciam Codo, Sorrato e Menezes (2004), a abordagem do estresse tem como limite a não inclusão de todos os conceitos e relacionamentos que permitem compreender as origens, a natureza e as consequências do estresse gerado na

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



vida organizacional, ainda que o investimento na sistematização dos achados empíricos seja importante na busca de suprir a carência de explicações causais.

Outros aspectos a serem considerados na opção pelo estudo transversal é que este permite apenas identificar os trabalhadores expostos às condições presentes. Estudos longitudinais têm sido recomendados para avaliar esta complexa temática, assim como a necessidade de novos *designs* que privilegiem a implantação de estudos de prevenção e intervenção, como também estratégias de triangulação ou multimétodos para avaliar o estresse ocupacional (COX; FERGUSON, 1994; KOMPIER, 2002).

Apesar de tais considerações, os resultados apontados são consistentes com outros estudos que avaliam os fatores psicossociais no trabalho, concebidos como elementos do ambiente organizacional, que, ao serem vivenciados pelos trabalhadores, sofrem influência de variáveis de caráter individual e de variáveis mediadoras – *coping* e apoio social –, que podem modificar a forma como as experiências são percebidas e vivenciadas, com repercussões negativas ou positivas sobre a saúde. Ainda que tais variáveis intervenham na produção do estresse, são consideradas a intensidade e a qualidade dos fatores psicossociais, a partir dos seus efeitos nos grupos, ou melhor, se um elemento estiver presente em determinado contexto histórico-social e repercutir negativamente na saúde de um grupo de trabalhadores, ele se sobrepõe à interferência de peculiaridades individuais, ainda que estas exerçam influência. Vale ressaltar também a importância deste desenho para a tomada de decisões no planejamento da saúde do trabalhador.

Ainda que em tese os novos modelos de gestão apresentem características positivas, como mudanças nas condições, organização do trabalho e qualificação do trabalhador para a saúde do trabalhador, há que considerar que a lógica e os objetivos de tais modelos constituem o aumento da competitividade, visando sua respectiva sobrevivência e/ou ampliação de mercado trazendo, em seu bojo, a reestruturação do poder no local e mercado de trabalho, com impactos negativos para o trabalho e os trabalhadores (COUTO; MORAES, 1999; AKTOUF, 2001; ANTUNES, 2002). Assim, a



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



política de gestão de pessoas deve estar fundamentada prioritariamente, na gestão da saúde e segurança no trabalho.

Finalmente, considerando os limites deste estudo, os aspectos apontados sugerem outras investigações a partir desses resultados: a realização de estudos longitudinais, na empresa estudada, para avaliação de ações de intervenção; a validação do COPSOQ e a avaliação dos fatores estudados não apenas em segmentos ocupacionais como também em diversos ramos de atividade e em outras empresas que adotam o modelo da excelência.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, Osmar. Administração e Teoria das Organizações Contemporâneas: rumo a um humanismo radical crítico. **O&S** v. 8, n: 21, p. 8 –29, maio/ago. 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar**, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas com o trabalho: diagnóstico e condutas: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília, 2002.

CHANLAT, Jean-François (org). Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho. In: DAVEL, Eduardo Paes Barreto; VASCONCELOS, João Gualberto Moreira (Org.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 118-128.

CHANLAT, Jean-François (Org). **O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. v.1. 104

CODO, Wanderley; JACQUES, Maria das Graças. Uma urgência, uma busca, uma ética. In: JACQUES, Maria das Graças; CODO, Wanderley (ORG). **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-28.

COUTO, Hudson de Araújo; MORAES, Lúcio Flávio Reanult de. Limites do homem. **Revista Proteção**. São Paulo, p. 40-44, jan. 2000.

COX T, Griffiths A. Psychosocial hazards: assessment issues. In from research to prevention – managing occupational and environmental health hazards. **Proceedings of the first international symposium**. Fioh, p. 46-56, 1995.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DOEF, M. V. der; MAES, S.; The job demand-control (–support) model and psychological well-being: a review of 20 years of empirical research. **Work & Stress**, v.13, n.2, p.87-114, 1999.

FOLKMAN, Susan; LAZARUS, Richard S. An analysis of coping in a middle aged community sample. **Journal of Health and Social Behavior**, n.21, p219-239, sep.1980. 106

FUNDAÇÃO PARA O PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE – FPNQ. **Critérios de excelência do desempenho e o aumento da competitividade**. Brasília, 2003.

GOLDBERG, David P. **Questionário de saúde geral de Goldberg**: manual técnico QSG: Adaptação brasileira de David P. Goldberg. Tradução Luiz Pasquali, Valdiney Y. Golveia e Wagner Bandeira Andriola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

GOMES, Keila R. O.; TANAKA, Ana Cristina. d’A. Morbidade referida e uso dos serviços de saúde por mulheres trabalhadoras, **Revista Saúde Pública**, v.37, n.1, São Paulo, Fev, 2003.

GUILLEMIN, F. Cross -cultural adaptation and validation of health status measures. **Scand J. Rheumatol**, n.24, .61-63, 1995.

KARASEK Jr., R. A.; THEORELL, T. **Healthy Work**: stress productivity and the reconstruction of working Life. New York: Basic Books, 1990.

KARASEK Jr, Robert A. Job Demands, Job Decision Latitude, and Mental Strain: implications for job redesign. **Administrative Science Quarterly**, v., p.285-308, june, 1979.

KRISTENSEN T.S. A new tool for assessing psychosocial factors at work: the Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ). **Tutb Newsletter**, v.19, n.20, p. 45-47, sep. 2002.

KRISTENSEN, T. S.; BORG, V. **Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ)**: English version. Disponível em: www.etuc.org/tutb/uk/copsoq.pdf. Acesso em agosto/2003.

KRISTENSEN, T. S.; BORG, Y.; HANNERZ, H. Socioeconomic status and psychosocial work environment: results from a Danish National Study. **Scand J. Public Health**, n.40, p.41-48, 2002.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NIOSH EUA. – National Institute for Occupational Safety and Health. **Stress at Work**. Disponível em: <http://stress.cdc.gov/niosh/stresswk.html>. Acesso em: 26 jul. 2004.

PASQUALI, Luiz et al. Questionário de saúde geral de Goldberg (QSG): adaptação brasileira. Brasília, **Teoria e Pesquisa**, v. 10, n. 3, p.411- 420,1996.

RAMOS, José; PEIRÓ, José Maria; RIPOLL, Pilar. **Condiciones de Trabajo y Clima Laboral**. In: SILLA, José Maria Peiró; ALONSO, Fernando Prieto **Tratado de psicología del trabajo**. Madrid: Editorial Síntesis, 2002 v 1: Actividad laboral en su contexto, p 37-91.

ROCHA, Lys Esther; DEBERT-RIBEIRO, Myriam. Trabalho, saúde e gênero: estudo comparativo sobre analistas de sistemas. Rev. Saúde Pública, São Paulo, dec., v.35, n.6, 2001.

SALIM, Celso Amorim. Doenças do trabalho, exclusão, segregação e relações de gênero. São Paulo. **Perspectiva**, v. 17, n.1, jan./mar., 2003.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Relatório de Gestão do SESI DR/BA: PNQ 2003** – Prêmio Nacional da Qualidade. Salvador, 2003.

SIEGRIST, Johannes. Adverse health effects of effort: reward imbalance at work. In: COOPER, Cary L. (Org.). **Theories of organizational stress**. USA: Oxford University Press. 1998. p.205-218.

TORPE, Steffen; RIISE, Trond; MOEN, B. E. How the psychosocial work environment of motor vehicle mechanics may influence coping with musculoskeletal symptoms. **Work & Stress**, v.13, n. 3, p.193-203, 1990.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO J - PSICOLOGIA, MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



“ISSO EU NÃO QUERO PRA MIM”:

**REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E AUTONOMIA POR MULHERES QUE
INTERROMPERAM GESTAÇÕES**

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Professora Assistente - Universidade Federal do Sul da Bahia

Doutoranda em Psicologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais

paularitagonzaga@gmail.com

**INQUIETAÇÕES DE UMA PESQUISADORA NEGRA NO CAMPO DOS
DIREITOS SEXUAIS**

Historicamente as mulheres negras estiveram no incomodo lugar de *Outro*. Outro sobre quem se fala e quase nada se escuta. Outras cujos corpos são explorados laboralmente e sexualmente, mas que não se escuta quando falam sobre violência. Outras no feminismo branco ocidentalizado que vigora e reifica a estratificação racial entre quem é pesquisadora e militante, entre quem faz ciência e quem faz tumulto, entre quem é a patroa/mãe e quem é a empregada/babá. Apesar de séculos dessa história, proponho compreender essas estruturas de desigualdade a partir da análise das possibilidades de agência de mulheres negras (que se auto declararam pretas e pardas) no que tange a gestão dos seus direitos sexuais e dos seus direitos reprodutivos.

Ao contrário do que se pleiteia de tempos em tempos esses não são temas superados, nem tampouco demasiado fisiológicos para serem abordados pela Psicologia. Os direitos reprodutivos passam a ser concebidos como direitos num passado recente, ainda mais recente é a admissão dos direitos sexuais como tais. Como todos os demais direitos, sua implementação demanda reconhecimento das desigualdades sociais que atravessam os sujeitos em sua busca pela garantia dos mesmos, muitas vezes atravessam,



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



inclusive negando conhecimento da existência de tais direitos. Como pesquisadora do campo dos direitos reprodutivos deparei-me inúmeras vezes em espaços de produção acadêmica onde as mulheres negras eram largamente mencionadas a partir da negação desses direitos, do desconhecimento desses e da passividade diante do fatalismo sobre o qual nossos corpos são abatidos em unidades de saúde cotidianamente. Meu corpo negro na maioria das vezes foi o único nesses espaços onde falavam sobre nós como aquelas que não podem falar sobre si.

Os efeitos simbólicos da negação de voz e de histórias onde mulheres negras produzem e conduzem suas vidas reificam um lugar subalterno na sociedade e nas organizações feministas onde falam sobre nós sem que sejamos escutadas. Proponho nesse texto falar a partir de outras mulheres negras como criamos estratégias de subversão das normas patriarcais e racistas que nos dizem que nossos corpos estão fadados a violência ou a algum destino inevitável que se repete num círculo vicioso. Esse trabalho é sobre a ruptura desse círculo e sobre a correnteza que já escorre e que insistimos em não escutar, seja na Psicologia, seja no Feminismo.

A história das mulheres latino-americanas é perpassada por distintas normativas de opressão - classe, raça, heterossexualidade compulsória, colonialidade e gênero - e compreender a luta que estabelecem pelo direito ao próprio corpo requer compreender a imbricação dessas estruturas.

“Uma proposta de intervenção orientada pelo feminismo e pela interseccionalidade precisa propor um trabalho em conjunto com esses grupos, no sentido de construir equivalências entre essas posições, atentando para as diversas hierarquias que passam a ser naturalizadas a partir de dinâmicas de poder muito semelhantes...Vale destacar, uma vez mais, que esse exercício exige uma posição de contínua reflexividade, pois não estamos trabalhando nem em termos epistemológicos e tampouco políticos com a noção de neutralidade. A interseccionalidade é um exercício analítico que estabelece a necessidade de revelar quem o faz, de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



quais lugares e diante de quais problemas”. (CLAUDIA MAYORGA, 2014, p.231,232)

Ao realizar a pesquisa de mestrado *“Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador”* defendida no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo deparei-me com formulações complexas e existenciais sobre como maternidade, abortamento, contracepção e sexualidade atravessam a construção de si nas narrativas das 12 interlocutoras que foram entrevistadas. Dessas 5 autodeclararam-se pardas, 5 autodeclararam-se negras e 02 autodeclararam-se brancas, eram majoritariamente de classe popular que em algum momento tiveram acesso à educação superior e por isso estavam em situação de ascensão sócio econômica. Ao todo elas me narraram 22 itinerários abortivos, atravessados pela solidão, pelo medo de represálias dos profissionais de saúde, pela vergonha da desaprovação familiar e divina e pela certeza de que aquele não era o momento de terem um filho – ou outro filho, no caso das que já eram mães – ou que não queriam ser mães e não iriam revogar seus planos até então em prol desse imperativo social. A interrupção voluntária da gravidez é, nesses casos, a possibilidade de gerenciar um aspecto da vida que até então era lido como um destino atrelado ao corpo, inevitável: a reprodução. Para algumas dessas mulheres a recusa pela maternidade não foi apenas pontual, mas uma escolha amadurecida antes ou após terem optado por interromper uma gestação. Engana-se quem reduz essas mulheres a algum termo pejorativo que nega ou diminui sua racionalidade, são reflexões sobre classe, raça, gênero, desigualdade social, ambições pessoais, modalidades de família, heteronorma e divisão do trabalho doméstico que embasam a decisão pela não reprodução biológica e a negativa subversiva de existirem a despeito de uma pretensa prole. É sobre essas três mulheres, suas problematizações e

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



interpelações, que esse texto discorre, Tanit, Sarasvati e Zarina³³ inspiram um dos escassos textos em psicologia sobre a possibilidade da não maternidade voluntária, possibilidade ainda negada e invisibilizada pelo silêncio das disciplinas acadêmicas.

SÓ CORPOS, SEM MENTE: REFUTANDO FICÇÕES PODEROSAS

Lugones (2008) propõe que as análises sobre o gênero em sociedades onde o capitalismo eurocentrado moderno/colonial foi imposto através da violência seja complexificada a partir de um giro paradigmático, haja vista que essa imposição não apenas condicionou modos de produzir e comercializar, mas principalmente, condicionou modos de viver, pensar e relacionar-se. Se o modelo europeu de família burguesa pressupunha a mulher branca como modelo de feminino associando-as a passividade e submissão, o marco civilizatório colonial vai deparar-se com corpos lidos anatomicamente como femininos, mas que vivam sobre outros modelos e que tinham na pele a cor dos povos ditos bárbaros, dito primitivos, daqueles que o europeu dizia que iria domesticar (LUGONES, 2008). Nesse sentido a negação de autonomia no que tange a reprodução e a sexualidade se articulam como ratificação de um corpo irracional, hiperssexualizado e refém da domesticidade e da maternidade como destino pré-determinado.

Nesse sentido não está superada a premissa ‘O pessoal é político. Como apontou Scott (1990) em tempos de avanço conservador e retrocessos políticos, serão sobre os direitos das mulheres que os homens retirarão seus espólios de guerra. No contexto brasileiro a interrupção voluntária da gravidez é tema recorrente no cenário público, instrumento de apelação midiática e religiosa para alavancar carreiras políticas que se pretendem defensoras da moral e dos bons costumes (ALMEIDA e BANDEIRA, 2013; GONZAGA, 2015; MACHADO, 2010). Essa conformação se estende por toda América

³³ Os nomes foram substituídos por nomes fictícios respeitando os critérios de confidencialidade em investigação científica e os aspectos éticos de não maleficência às participantes da pesquisa.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Latina que desde a redemocratização vivencia um grande protagonismo de atores religiosos como influência na negação dos avanços dos direitos reprodutivos na região (RUIBAL, 2014). O argumento religioso atualiza e despolitiza o discurso colonial de que o corpo feminino é passivo e destinado ao ambiente doméstico, invocando a necessidade de contenção das fêmeas através da heterossexualidade compulsória e da maternidade imposta. Quando consideramos as contribuições de Hill Collins (2000) sobre a tripla estrutura de opressão que atravessa experiências de mulheres negras, é notório que no cenário latino-americano o racismo, o classismo e o sexismo afetam mulheres negras e indígenas e precisam ser considerados quando escutamos a naturalização do pessoal, da sexualidade e da maternidade.

O pessoal é político e para as mulheres que tem sua vida marcada por estruturas que as designam como não humanas, o pessoal é um ato de resistência que fissa o político todos os dias. Assim, coadunamos com Lugones, p. 35, 2008 quando esta afirma que:

“La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como ‘engenerizada’ y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no- blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género -ambos son ficciones poderosas.” (LUGONES, P. 35, 2008).

Se ainda é difícil a compreensão do caráter fictício do conceito de gênero pelos teóricos que insistem em naturalizar diferenças supostamente inatas nos aspectos físicos e psicológicos entre homens e mulheres, sendo que para essas últimas a maternidade é um aspecto lido como biologicamente e psicologicamente central, as mulheres pretas e pardas estão a todo momento fissurando essas verdades universais em busca de caminhos onde possam existir plenamente, sendo autoras de suas histórias, quebrando ciclos de repetição



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



histórica e responsabilizando por suas escolhas, inclusive quando isso implica em escolher pela não maternidade através de uma interrupção gestacional:

Eu sei que eu fui assim mais diretiva, né? Porque eu falava assim: ‘É meu corpo, minha vida e eu quero ser independente. E tendo um filho agora eu não termino essa universidade do modo que eu termino, que eu terminaria, eu não tenho dúvida que eu teria outra trajetória, entendeu? Eu não sairia da universidade aos vinte e dois, entraria aos vinte e dois, sairia em cinco anos, entraria no mesmo ano no mestrado e depois cumpriria um doutorado. Porque eu vejo várias pessoas que ou negligenciam e tem dificuldade de criar os filhos e aí leva a carreira assim, mais com dificuldade do que outras que não tem. E na verdade eu acho que o meu grande medo era olhar pra trás e culpabilizar o meu filho ou minha filha, entendeu? Por conta de não ter conseguido o que na verdade sempre foram meus planos, que era na hora que der eu me pico daqui, na hora que der eu saio da casa dos meus pais, na hora que der eu já tenho meu trabalho, na hora que der eu já pago sozinha as minhas contas. E hoje eu sou uma mulher completamente independente, ainda que eu dependa de todas as relações que eu tenho, do meu pai e da minha mãe terem me dado toda oportunidade de mesmo sendo de uma classe popular, mas não trabalhar muito cedo e ter que enfrentar tantas dificuldades no sentido de não poder estudar e devo isso a eles, no sentido dessa coisa, mas não sei. Não vislumbrava que eu pudesse fazer essas duas tarefas ao mesmo tempo, então eu acho que foi mais isso que fez dizer não. Sinceramente, nunca me arrependi. Nunca me arrependi. *(Sarasvati, parda, 45 anos, 02 interrupções gestacionais)*

NEM PRINCESAS, NEM PRÍNCIPES: “MEU CORPO, MINHA DECISÃO”

Não é recente a constatação de que a estruturação racializada da sociedade brasileira implica, entre outras coisas, no preterimento de mulheres negras no mercado afetivo (CARNEIRO, 2002; PACHECO, 2008). A solidão como possibilidade- e muitas



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



vezes como probabilidade – faz parte da construção da subjetividade de meninas pardas e pretas desde a mais tenra infância numa perspectiva gradual de desqualificação nas interações escolares e familiares. A vivência da exclusão no campo afetivo tem sido associada a complacência de mulheres negras no que tange a experiências conflituosas de conjugalidade, ou ainda, como propõem Souza e Alvarenga (2007) a um maior investimento nos relacionamentos afetivos que ocupam uma centralidade na sua própria noção de liberdade e auto realização. As narrativas que foram produzidas na pesquisa de mestrado que baseia esse trabalho apontam para outra direção. A experiência da interrupção voluntária da gravidez aparece como um evento de protagonismo feminino e que muitas vezes é realizado a despeito dos conflitos que essa decisão produz na relação afetiva com o genitor:

“Inicialmente quando eu contei ao suposto pai ele ficou em choque, desesperado, sumiu durante uma semana, só que eu não podia ficar uma semana parada, o tempo corre [risos], né? Principalmente nesses casos. A gente tinha o quê? Três anos juntos, e já sabia, né? Que eu não queria, nem ele queria, só que quando aconteceu: “É contra os meus princípios”, é como se ele tivesse se isentando desse pecado, vamos dizer assim. Eu me sentia assim, sabe? Eu falei assim: “Independente do que você pense, do que você faça, eu vou fazer nem que eu tenha que pedir um empréstimo no banco o que for, eu vou fazer isso”, né?... tem mulheres que precisam disso, tem mulheres que acha muito importante que o homem esteja presente naquele momento, eu acho que se eu tivesse ficado desse jeito na época, eu não teria feito nada, porque [pausa] psicologicamente, afetivamente ele não me deu apoio nenhum, nenhum, nenhum, nenhum.” (*Tanit, negra, 32 anos, 02 interrupções gestacionais*)

A autorização autoconcedida pelo namorado de Tanit de ausentar-se para processar a notícia da gravidez, implica que ela efetive e encaminhe sua decisão solitariamente, haja vista que não é possível a ela eximir-se de um processo que ocorre em seu próprio corpo. A relação afetiva aqui é secundarizada frente a decisão que Tanit já havia tomado. A

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



autonomia de decidir pela não maternidade se confirma com a ocorrência da gravidez indesejada, ao passo que o não desejo pela paternidade do seu namorado é suplantada pelo conflito que os desejos dele implicam em seus princípios religiosos. No caso de Zarina o reconhecimento da vinculação religiosa do parceiro é suficiente para aliena-lo do processo:

É, mas nunca contei a ele sobre o aborto não, não contei ... Ele era da adventista, aí ele nunca ia admitir isso... O cara ia assumir porque ele era uma visão muito boa, mas eu não tava também querendo assumir, casar, porque ele era da igreja adventista, ele era contra aborto, por isso também que ele nem participou, nem soube, claro que ele queria assumir, mas eu não estava segura desse sentimento pra constituir uma família. (*Zarina, parda, 62 anos, 03 interrupções gestacionais*)

É coerente a defesa de Heilborn et al. (2012) de que a decisão não é definida individualmente, mas elaborada a partir da trajetória e do contexto de cada mulher e da análise que elas produzem quando se encontram diante de uma gestação inesperada. No entanto um fator que se destacou nesse processo investigativo foi a assunção das mulheres de que a manutenção ou não de uma gravidez é impreterivelmente uma decisão que cabe a elas, muitas vezes sem que houvesse espaço para uma deliberação com o parceiro, elas revelam a radicalidade da máxima: meu corpo, minhas regras.

Também na segunda vez ele, eu falei 'tô grávida' e tipo eu não lembro dele ter dito 'você quer ter?'. Não, eu já falava assim: 'eu não vou ter'. Não, eu já falava assim, 'como é que a gente vai resolver?'. Quase masculino, isso, né? 'como é que a gente vai resolver?' (*Sarasvati, parda, 45 anos, 02 interrupções gestacionais*)

MULHERES. SUBSTANTIVO INCOMPLETO NO SISTEMA DE GÊNERO MODERNO/COLONIAL

Um ser
Um corpo só

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte³⁴

Mãe é um significante presumido da palavra mulher, tornando aquelas que não são mães estrangeiras no próprio substantivo que as nomeia, que reduz um rol de experiências generificadas a presença ou ausência da prole; estrangeiras em seus próprios corpos, definidos como fontes obrigatórias de vida. Um exemplo disso é que para falar de mulheres que decidiram não ser mães, nós as identificamos pela negativa do que não são, como se essa função fosse intrínseca ao substantivo mulher, ao corpo feminino e a existência daquelas que nasceram com útero. Mulheres que não são mães, não maternidade voluntária, não desejo pela maternidade, não mães, inúmeras conformações linguísticas para apontar nossa falha de gênero, quando deveria ser apenas mulher e que se incluísse mãe quando fosse para se referir a quem exerce essa função, afinal, ninguém diz dos homens que são homens que não são pais. Os homens são homens, as mulheres são presumivelmente mães.

Tem aquela coisa que mais me irrita ainda, que é achar que toda mulher deve ser mãe, que toda mulher quer ser mãe, você achar que toda mulher deve ser mãe é uma coisa, agora você achar que toda mulher quer ser mãe é outra completamente diferente, mas existem essas coisas e achar também: “Ah, a mulher só é realizada quando ela é mãe”, tem mulher que até hoje pensa nisso, e vai propagando essa ideia e acredita nisso não sei porquê. Porque existe mulheres que são mães infelizes, do jeito que tem mulheres que não são mães e são infelizes por diversos motivos que não tem nada a ver com o filho, mas a parte do julgamento é basicamente cultural, na minha opinião, né? (*Tanit, negra, 32 anos, 02 interrupções gestacionais*)

³⁴ Trecho da canção ‘Um corpo no mundo’ da cantora e compositora soteropolitana Luedji Luna.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O julgamento cultural que Tanit nos aponta é reforçado por um apagamento sintomático dos saberes disciplinares que se ocupam de teorizar sobre a maternidade, entre estes a Psicologia. Zeidi Trindade, Sabrine Mantuan e Miriam Cortez (2016) em levantamento sobre as produções acerca da maternidade e não maternidade nas publicações de Psicologia, identificaram 559 artigos dos quais apenas 32 abordavam a questão da não maternidade, sendo que desses 14 abordavam o tema do sofrimento (feminino ou do casal) diante da impossibilidade de ter filhos. A opção pela não maternidade foi tema de apenas 3,2% - 18 publicações - do total analisado, retratando a incipiência dos estudos sobre essa temática na psicologia, principalmente quando comparado ao montante da produção sobre maternidade (ZEIDI TRINDADE, SABRINE MANTUAN, MIRIAM CORTEZ, 2016). Esses números sinalizam o lugar marginalizado que as mulheres ocupam quando optam pelo não exercício da maternidade, ao passo que se atualiza cotidianamente os discursos que retomam a maternidade como experiência primária da existência feminina.

De acordo com Rocha-Coutinho (2004) existe um incentivo ao exercício profissional das mulheres, desde que isso não impacte em suas funções primárias como mãe e esposa. Assim, essa fictícia identidade feminina não foi alterada em seu núcleo, mas ampliada no campo do que se entende como competências a serem desenvolvidas pela mulher. De modo que para muitas mulheres brasileiras a família e a prole continuam sendo prioritárias, ainda que a custo da abdicação de sonhos e planos individuais, a diferença é que agora elas acreditam que isso é uma escolha pessoal, enquanto reforçam – sem perceber – uma estrutura machista e heteronormativa de família e divisão do trabalho doméstico (ROCHA-COUTINHO, 2004). Assim, considerando o contexto patriarcal onde se impõe que as mulheres são naturalmente aptas a função materna e que cabe a elas lidar com isso a custo da abdicação de todos e quaisquer outros projetos que tenham, recusar a maternidade é recusar um papel pré-estabelecido num roteiro onde ter um útero é uma sentença a secundarizar a própria existência.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Eu vejo casos de pessoas que levaram adiante a gravidez e não estão felizes, porque não era aquilo que ela queria, não era aquilo que ela queria no momento, eu tenho uma amiga que fala assim: “Minha filha é a coisa que eu mais amo na vida, porém, eu preferia uma vida sem ela”, não é que ela não goste da filha ela não queria ser mãe, entendeu? E eu respeito muito isso, porque eu respeito as mulheres assim, eu acho que ninguém na vida precisa ser obrigado a fazer algo que não goste, então imagine é como se eu fosse, eu digo isso, sinceramente me julgue quem quiser [risos], mas é condenar, me condenar a infelicidade: “Mas quando nasce fica diferente, você ama sim” mas eu não quero mudar minha vida nesse ponto, sabe? Eu sei que é egoísmo da minha parte, quero viver e morrer egoísta, não quero mudar minha vida desse jeito, tipo eu gosto de fazer o que eu quero na hora que eu quero, já basta eu ter que vim trabalhar no horário pré-determinado pela empresa, sabe? Mas outras coisas eu não vou fazer obrigada na minha vida, não vou mesmo [risos]. *(Tanit, negra, 32 anos, 02 interrupções gestacionais)*

Creio que tenho resolvido essa ideia que uma interrupção de gravidez é muito melhor do que você criar um filho ou uma filha que você não tem como, que você até deseja, mas que você não tem como se segurar, assegurar que essa pessoa vai ficar bem. Talvez porque eu acredito muito no inconsciente hoje, quer dizer já faz tempo, que você não tem às vezes o controle pra dizer: ‘merda, a minha vida tá uma merda e não é por causa do meu filho ou da minha filha’. Porque tem gente que tem um filho aos vinte e quatro, vinte e dois, ‘ah, porque eu quero ter, não vou fazer isso, ou porque, se lá, por causa de religião’, seja lá porque for, e depois tá tratando o filho ou a filha como se fosse o culpado por sua vida não ter dado certo. Eu penso assim, se minha vida vai dar certo ou não vai dar certo eu só vou dever a mim, entendeu? *(Sarasvati, parda, 45 anos, 02 interrupções gestacionais)*

Como nos narram Sarasvati e Tanit a experiência da maternidade não se reduz a reprodução biológica, nem tampouco é sempre bem-sucedida devido a sentimentos inatos de amor a prole. Contrariando a reprodução imagética que o sistema de gênero

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



moderno/colonial associa a mulheres não brancas, elas apresentam reflexões pertinentes e densas sobre o que significa assumir a parentalidade como projeto de vida e quais responsabilidades implicam a decisão de criar outra pessoa as custas dos próprios sonhos. Num país onde cinco milhões de crianças não tem o nome do pai na certidão de nascimento e tantas outras convivem com relações de omissão e descuido por parte de seus genitores, reflexões como as de Tanit e Sarasvati propõem a necessidade de se complexificar o que consideramos como processo decisório pela reprodução e reforçam como a naturalização da maternidade como um destino factual, ancorado no corpo, silencia inúmeros fatores raciais, econômicos, sociais, subjetivos, familiares, históricos que tornam mulheres seres complexos, multifacetados, diversas e que, portanto, podem e vão discordar sobre o desejo ou ausência de desejo pelo exercício da maternidade.

Nesse sentido cabe retomar que o espelho onde se aprende a maternidade, além dos recursos culturais, sociais, midiáticos, jurídicos, psicológicos e biomédicos que reiteram essa função, é o espelho da própria figura materna e as formulações analíticas que essas mulheres elaboram sobre suas próprias experiências como parte da díade mãe-filha:

Por muito tempo eu pensei assim: ‘será que eu quero realmente ter filho?’. Eu vivia uma coisa um pouco conflituosa, de, apesar da minha família, meus pais são casados há 53 anos, né? Minha família, meu pai e minha mãe serem um casal tradicional e talvez até por isso minha mãe teve que ficar muito tempo cuidando da gente, deixando de trabalhar fora, mas trabalhando muito e depois teve que, eu tive que fazer as pazes com minha mãe simbólica, né, no sentido assim, eu nunca tratei mal minha mãe, por entender mais o que passava ali, porque ela estava naquela condição, e aí eu acho que de alguma forma a universidade ou o tratamento psicológico, não nessa época, nessa época eu não tinha essa noção, eu só achava que eu não podia ser igual a minha mãe, eu não podia estar me submetendo a vida que ela teve. E claro, depois é que eu fui entender que não era a vida que ela teve, era a vida que ela podia ter, por todas as dificuldades, pouca escolarização, sete filhos, e tal, todos os desafios que estavam postos para ela e que na época eu só via assim: *‘isso eu*

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



não quero pra mim'. (Sarasvati, parda, 45 anos, 02 interrupções gestacionais)

Naquele tempo eu ganhava muito bem e eu ajudava indiretamente todo mundo da minha família, há outras que foram pelo mesmo caminho de minha mãe de ter tido 10 filhos, que fez a ligação com três filhos pra ter uma vida melhor, porque ter filho é maravilhoso, mas desde que você tenha condições de dar uma-uma educação de qualidade, num mundo perverso como hoje que o governo pouco ajuda, né? e ela (a mãe) foi uma-uma heroína, com 10 filhos, criou como operária, ganhava um salário mínimo, então eu comecei logo cedo com 21 anos eu já estava trabalhando, ajudando, imagine se eu fosse pensar em ter filhos, claro que ia ser uma coisa maravilhosa, mas eu tinha que interromper tudo pra me dedicar a minha família e eu ia ficar insatisfeita, porque eu não podia fazer o que eu fiz, porque eu ia ter que constituir minha família e acho que ia além disso ia ter que abrir mão de muita coisa na minha vida pra criar um filho, se não os filhos, acho que é por isso que eu não me arrependo, porque teve uma compensação, por mais que tenha sido dolorosa a época, teve uma compensação. (Zarina, parda, 62 anos, 03 interrupções gestacionais)

De acordo com Rinaldi (2003) cada menina constrói o que a identidade de mulher a partir da relação que estabelece com sua mãe e com a mãe de sua mãe. É essa dinâmica relacional que irá permitir o questionamento da simbiose maternidade e feminilidade ao longo das gerações. Em alguns casos esse questionamento irá produzir manutenção e reprodução dessa simbiose, em outros, como nos narram Zarina e Sarasvati, ele irá produzir rupturas significativas e que podem culminar em alterações significativas nos sentidos que as mulheres atribuem para si. No caso das interlocutoras, conformações distintas de família (Sarasvati criada por ambos os pais casados há 53 anos e Zarina criada pela mãe viúva e segunda filha entre 10 irmãos) produzem análises similares: a maternidade implica em anulação da mulher como tal para que se emerja a mãe como figura de sacrifício. Essa mãe produz admiração e respeito, mas não necessariamente



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



inspira as filhas para que elas ocupem seu lugar quando elas ambicionam voar por outras paisagens, quando elas podem decidir não querer repetir essa história.

LONGE DE ACABAR, MAS PERTO DE ALGUM LUGAR

Enveredo-me por areias movediças e temas malditos. Mulheres que interromperam gestações. Mulheres que recusaram a tão sacralizada tarefa de maternar. Mulheres pretas que dizem não, que rompem com a ideia racista colonial que seus corpos estão a serviço da exploração laboral, sexual e reprodutiva a que nossas antepassadas foram submetidas. Mulheres que dizem não a lugares e papéis ocidentalmente definidos como seus lugares. Somos muitas e somos todas consideradas malditas. O silêncio sobre possibilidades de existência feminina que subvertem lugares pré-estabelecidos reforça o apagamento histórico que tentou silenciar as muitas narrativas de resistência.

“...a produção científica mantém a reprodução do pensamento social dominante sobre a maternidade ser um ideal a ser alcançado pela mulher para se realizar. Pensamento esse embrenhado em mitos e ideias machistas sobre a mulher e o feminino, e que impactam diretamente em como a não-maternidade é discutida. Verificamos, nos dados dos estudos analisados, a manutenção da perspectiva de que a maternidade é uma normativa na vida das mulheres, que permanece regida por valores morais e culturais socialmente instituídos, baseados em aspectos biológicos, religiosos e de controle da sexualidade e do corpo (re)produtivo feminino. A mensagem, de um modo geral, é a de que “não é proibido não ser mãe”, porém, fica claro que as consequências disso são culpa, estigma social e sensação de incompletude. É com base nesse contexto que a mulher ainda hoje precisa fazer suas escolhas e sustentar seus planos de futuro pessoal e de relações afetivas (ZEIDI TRINDADE, SABRINE MANTUAN, MIRIAM CORTEZ, P. 161, 2016).”

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse sentido esse texto ficará ainda por muito tempo inconcluso, incompleto e inquieto. Porque ainda falta muito para sermos consideradas humanas, completas, indivíduos pensantes, reflexivos, complexos. Então esse texto não oferece verdades totais, nem intenciona universalizar que sequemos nossos úteros. Não é sobre criação de novas normativas, mas sim, sobre reconhecer que somos muitas, somos múltiplas e que não é só pela escassez, pela fome e pela pobreza que mulheres pretas e pardas interrompem gestações. Interrompem também porque não depositam na maternidade a realização de suas vidas, porque não querem atrelar suas vidas a um homem com quem se relacionam, mas que não lhes inspira confiança para tal. Interrompem porque concebem seu corpo como um instrumento para sua própria existência e não como um cárcere que define seus passos. Esse texto é sobre histórias que ecoam por aí, ecoam em murmúrios, sussurros e gritos de dor em maternidades públicas que evisceram entranhas quando as mulheres buscam ajuda diante de uma hemorragia ou outra complicação pós abortamento. Esse texto é um convite para que a nossa categoria profissional apure a escuta, que reconhecemos como nossa principal função, e escute com atenção essas histórias que são dignas da nossa atenção, do nosso cuidado, do nosso respeito, do nosso acolhimento profissional e da nossa produção intelectual, histórias essas que não podem permanecer em silêncio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes Maria. O aborto e o uso do corpo feminino na política: a campanha presidencial brasileira em 2010 e seus desdobramentos atuais. Cad. Pagu, Campinas, n. 41, p. 371-403, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000200018&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Feb. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. 2nd ed. New York: Routledge, 2000. – Review of Black Feminist Thought in the Matrix of Domination.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. “Eu quero ter esse direito a escolha: formações



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



discursivas e itinerários abortivos em Salvador”.2015. Dissertação (mestrado no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero, e Feminismo. - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HEILBORN, Maria Luiza et al . Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração nos processos decisórios. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 12, p. 224-257, Dec. 2012

LUGONES, MARÍA. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

MAYORGA, Claudia Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 221-236 Universitat Autònoma de Barcelona Barcelona, España

PACHECO, Ana Cláudia Lemos P115b “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. / Ana Cláudia Lemos Pacheco. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

RINALDI, Doris. Mistérios da feminilidade: a relação mãe e filha no difícil caminho do "tornarse mulher". Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 3, n. 2, jul. 2003 .

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, jun. 2004.

RUIBAL, Alba M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 111-138, Aug. 2014.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. ” **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990, p. 5-22.

SOUZAS, Raquel; ALVARENGA, Augusta Thereza de. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. **Saude soc.**, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 125-132, Aug. 2007 .

TRINDADE, Zeidi A.; COUTINHO, Sabine S. Mantuan e CORTEZ Mirian B. Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In: Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia/ ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. 178p



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA, UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA

Paola Damascena Possari

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

p.possari@hotmail.com

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Doutoranda em Psicologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais

Professora Assistente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

paularitagonzaga@gmail.com

INTRODUÇÃO

A esterilização faz parte da história de muitas mulheres no contexto Brasileiro, essas experiências são transversalizadas por trajetórias singulares, e coletivas, de maneira que, as relações e instituições de poder da nossa sociedade, normatizam inúmeras violências, físicas e psicológicas, que atravessam o processo de esterilização, sendo fundamental compreender, o papel da psicologia no processo, e como a mesma vem se debruçando diante do fenômeno.

O método consiste da ação de esterilizar por meio de intervenção cirúrgica onde torna indivíduos infecundos ou estéreis, na maioria dos casos irreversíveis (ALBUQUERQUE, 2003). Segundo Vasquez, (2006). A esterilização compulsória diz respeito a um conjunto de estratégias governamentais que tentam induzir a submissão da cirurgia de esterilização, sendo que, a esterilização forçada trata-se da ação de esterilizar sem o consentimento da/o individua/o (VASQUEZ, 2006).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A Lei brasileira de planejamento familiar, Nº 9263 DE 12 de janeiro, admite que a esterilização voluntária apenas quando preenchidos os seguintes requisitos: Em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 25 anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso ao serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar.

Embora o projeto de lei não especifique, em grande medida a rede é formado por médicos, psicólogos e assistentes sociais, entre outros, visando desencorajar a esterilização precoce; e quando houver risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro concepto, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos. (BRASIL,2010)

Quando ocorrido sem o consentimento informado do paciente e contrariamente à sua vontade, pode ocorrer em duas situações, sendo elas: o indivíduo é compreendido como incapaz de exercer sua autonomia legalmente, nesse sentido a família são os responsáveis por autorizar a cirurgia, o estado não exercendo um papel direto na decisão. Se não houver voluntariedade, nem autorização da família, a execução da esterilização é compreendida segundo o artigo 15 da Lei n. 9.263, de 23 de janeiro de 1996, como crime, com pena de dois a oito anos (BRASIL,2010).

Nesta perspectiva, espera-se mapear os discursos que pressupõem e autorizam suposta incapacidade dessas mulheres no gerenciamento da própria fecundidade, compreendendo que de acordo com a Lei 9.263/1996, referente ao planejamento familiar o Estado brasileiro prevê a autonomia dos indivíduos de escolha a composição familiar. Desta maneira, o objetivo dessa proposta é sistematizar a produção acadêmica sobre esterilização compulsória no Brasil com ênfase na Psicologia, mapeando como as desigualdades de gênero, raça e classe transversalizam essa problemática e como o saber psicológico tem se debruçado sobre isso.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MIGALHAS PELO CAMINHO: A ÁRDUA BUSCA PELA PRODUÇÃO SOBRE ESTERILIZAÇÃO

A realização da pesquisa, ocorreu no âmbito do Programa Integrado de Pesquisa, Extensão, Criação e Inovação – Janaína Aparecida, no qual se discute direitos reprodutivos e direitos sexuais, na Universidade Federal do Sul da Bahia, compreendendo o fenômeno a partir da psicologia social e o feminismo decolonial. É imprescindível pontuar que, o PIPEC: Janaina Aparecida, é o primeiro a ser aprovado pela UFSB, e suas atividades ocorrem semanalmente.

Para realizar esta revisão, utilizou-se inicialmente a base de dados SciELO, por meio das **Palavras-chave**: mulheres em situação de rua, esterilização compulsória e violência ginecológica, com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos originais publicados no Brasil; língua portuguesa e publicados nos últimos 10 anos. Foram descartados artigos de revisão; artigos não relacionados ao objetivo deste trabalho; resenhas; bem como publicações fora do período adotado para essa pesquisa. Foram encontrados somente 6 publicações, sendo que uma destas não encontrava-se mais disponível, e os demais estavam de acordo com os critérios de inclusão.

Mediante ao número reduzido de resultados, buscou-se no Google Acadêmico, compreendendo que a plataforma comporta uma maior expansão de busca. Repetindo as **Palavras-chaves** da primeira busca encontramos aproximadamente 278 artigos e destes, apenas 26 foram selecionados por atenderem os critérios de inclusão.

É importante pontuar que, a maioria dos resultados foram descartados porque a temática central do documento não fazia parte da finalidade desta pesquisa, destes, foram descartados em 6 categorias, 1-Aproximadamente 60 resultados, referente a violência sexual contra mulher, criança e adolescente. 2-Aproximadamente 40 resultados, diz respeito a esterilização de instrumentos cirúrgicos 3-aproximadamente 40 resultados, sobre Aborto. 4-Aproximadamente 30 resultado, sobre mulheres e infecções sexualmente transmissíveis. 5-Aproximadamente 20 resultados, sobre esterilização de animais. 6-



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Documentos que ao longo do texto algumas das palavras chaves aparecem aleatoriamente, exemplo, editais e/ou publicação fora dos critérios estipulados, computaram aproximadamente 50 documentos.

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se de 32 artigos científicos, dos resultados 4 foram encontradas em revistas de enfermagem, 4 em ciências sociais, e apenas 2 em revista de psicologia.

Após a leitura dos resumos e avaliação das datas de publicação, foi realizada a leitura completa dos textos e em seguida esses textos foram devidamente fichados para melhor sistematização no que concerne à construção deste trabalho.

A ESTERILIZAÇÃO É O MÉTODO MAIS DESEJADO ENTRE AS MULHERES (?)

Em grande proporção, os estudos que abordam a temática da esterilização, são produzidos por instituições públicas, visando o planejamento familiar. De cunho quantitativo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de maneira que foi possível identificar o crescimento da esterilização no Brasil e a diminuição da produção científica entre 2008 a 2018.

É possível compreender o método como o mais desejado entre as mulheres, principalmente de classes mais baixas. Quadros (2017) salienta sobre o desejo de esterilização, em mulheres que fazem uso de programas sociais, como o bolsa família. Seus estudos, demonstram que estas, estão na fila de espera, em busca da esterilização, e que, para reforçar a condição de pobreza, e necessidade de esterilizar-se, um argumento usado por elas, é receber algum benefício do governo.

Segundo dados do IBGE (2017), o número de esterilização na última década no Brasil, (2008/2017) apresentaram algumas alterações, a serem pontuadas, como por exemplo, o aumento do número de notificação de esterilização com urgência, de 59,47%



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



em 2008, para 70,37% em 2017 no Norte, de 43,94% em 2007, para 52,31% em 2017 no Sudeste, de 41, 86% em 2007, para 48,91% em 2017 no Sul, de 34,63% em 2008, para 59,64% em 2017 no Centro Oeste, e de 33,20% em 2008, para 44,75% em 2017 no Nordeste, somando o aumento de 33,33% em todo o país. Entretanto, na lei de planejamento familiar quando trata-se de esterilização feminina, não consta nenhuma sinalização das diferenças entre a esterilização eletiva e de urgência (BRASIL, 1996).

De maneira que, mesmo que pesquisas apontem que a maioria das solicitações foram feitas pelas próprias clientes Barroso, 1982, pg 171 salienta que “*O crescimento da esterilização representa realidades muito diferentes para diferentes grupos sociais e muitas vezes os dados não mostram as divisões de classe, de raça e de sexo que estão por trás das estatísticas.*”

As produções científicas analisadas nesse trabalho, são majoritariamente produzidas no sul e sudeste do país, das 5 que fizeram algum recorte por região, apenas 1 foi realizada no Nordeste, sendo que as outros atuam em uma perspectiva nacional. As 5 tem caráter quantitativo (NEPOMUCENO, BENUTE et al, 2012; SANTOS, BENUTE et al, 2014). Isso proporciona uma análise estatística do crescimento da esterilização no Brasil, mas deixa lacunas a compreensão de como essa experiência é vivenciada pelas mulheres.

Dos textos encontrados nas revistas de psicologia, Nepomuceno (2012), discute através de uma amostra, realizada com mulheres e homens, onde pretende compreender a representação do feminino, e como a esterilização afeta essa construção, através de entrevistas e testes projetivos, identificou que, a representação feminina tanto para homens, quanto para mulheres estão intrinsecamente ligado à reprodução, de maneira que, segundo a autora. “Para algumas mulheres, assumir a responsabilidade decisória é tão difícil que terminam por remeter ao outro ou às condições externas à responsabilidade pela sua decisão racional.”

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Santos (2014) Buscou compreender as questões que perpassam o arrependimento de mulheres em situação de gravidez de alto risco, pós-cirurgia, estas foram associadas a falta de informação, sentimento de impotência diante da situação. Após a cirurgia, as entrevistas relataram que, se encontravam ainda mais frustradas, por saberem que não conseguiriam gerar mais um filho, muitas também sinalizaram um pior desempenho sexual com os parceiros pós cirurgia.

De maneira que se faz necessário pontuar, que dentre as 32 publicações analisadas neste trabalho, apenas 05 (CARVALHO, SCHOR, et al, 2005; BARBOSA, FREITAS, et al, 2009; QUADROS, SANTOS, 2017; SANTOS, BENUTE, 2014; NEPOMUCENO, BENUTE, 2012) apresentam narrativas de mulheres esterilizadas, são as únicas onde essas vozes apresentam a complexidade que implica a experiência desse processo. Nos achados de Freitas, (2009); Carvalho, (2005) relatos de arrependimento, majoritariamente atribuídos a falta de informação como determinante para essa decisão, para muitas dessas mulheres nenhuma outra forma de contracepção foi apresentada em suas buscas por serviços de saúde.

Desse modo, faz-se fundamental reconhecer que muitas das decisões perpassam as possibilidades objetivas e subjetivas dessas mulheres, entendendo a cultura na qual são inseridas, isso significa dizer que no contexto brasileiro, mulheres são lidas como naturalmente responsáveis pela contracepção e pela criação dos filhos, onde muitas vezes se opera uma perversa redução da conduta moral a conduta sexual. SWAN (2010) e GONZAGA (2015) compreendem a imposição da reprodução como destino sobre os corpos femininos e sobre o controle desses corpos, em nossa sociedade, ao passo que, ascensão social da mulher, só é possível através da maternidade, intrinsecamente ligados a, esposa ideal, mãe de família, sexo domesticado para fins reprodutivos, e sexualidade reprimida ao privado. De maneira que, o discurso associado à mulher com a natureza, produz no imaginário social, funções biológicas, associadas à maternidade, e ao desejo materno, sendo estas reduzidas a um corpo e ao sexo biológico.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O discurso da incapacidade nesse sentido tem recorte de gênero, raça, e classe socioeconômica, perpassando questões morais. Oliveira, (1988) traz a reflexão de que muitas instituições que visam planejamento familiar tendem a pressupor que as mulheres, em sua maioria, negras, pobres e de baixo nível escolar, não são capazes de conduzir métodos anticoncepcionais que prevejam sua participação ativa, de maneira que, justifique a esterilização feminina seja o método mais usado (OLIVEIRA, 1988).

Os efeitos dessas estruturas, segundo Lugones é a normatização da inferioridade que mulheres negras atravessam ao longo de suas trajetórias, sendo os efeitos em muitas instâncias governamentais, com a utilização de seus corpos como massa de manobra. (LUGONES, 2008). A compreensão dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais é produzida a partir da articulação de mulheres do movimento feminista ao redor do mundo (SOUZAS e ALVARENGA, 2007). É através da luta que o controle sobre os corpos femininos passa a ser denunciado e a máxima: nossos corpos nos pertencem ascende a posição de lema da 2ª Onda feminista. No entanto, é preciso compreender que a desigualdade de gênero não é universal e que manifesta articuladamente com outras estruturas de poder, como raça, classe, geração e sexualidade.

Foi possível identificar o recorte “classe” presente na maioria dos estudos, como fator predominante à decisão da laqueadura, entretanto é fundamental pontuar a ausência do recorte racial nos estudos, apenas Costa e Stotz (2006); Hita (2016); Vieira (2009) fazem alguma menção às especificidades de mulheres negras. De acordo com Gonzaga (2015) a despeito das problematizações e dos avanços que a segunda onda feminista produziu no norte global, ainda vivenciamos realidades de negação e invisibilidade na América Latina, onde, no que tange às mulheres negras e indígenas a desumanização que a colonialidade impôs continuou e continua sendo corporalmente devastadora.

Diante disso, Oliveira (2008) aponta sobre lentes culturalmente distorcidas, e da importância da representatividade, de maneira que é imprescindível que mulheres falem sobre suas próprias experiências, e neste sentido, o feminismo negro contribuiu com

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



especificidades que norteiam a produção de decisões até a esterilização de mulheres negras.

Werneck (2004) compreende que em muitas esferas mulheres negras, são usadas como massa de manobra, no controle da natalidade. de maneira que, em 1993, foi realizado o primeiro evento no país destinado a promover diálogos e reflexões sobre esterilização cirúrgica, com recorte racial, o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, em São Paulo (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012). Werneck (2004) defende ainda que, o racismo mais que o sexismo tem sido fator na determinação de limites e possibilidades de pessoas, visto que, o sexismo dentro do movimento tentou limitar as vozes das mulheres negras. De modo que a transição do regime escravocrata para a liberdade, significa também a forma como a nossa sociedade se estrutura, exemplo disso, os reflexos da eugenia social, e a política de melhoramento da raça, ainda são presentes, mesmo há mais de 130 anos de fim da escravidão no Brasil.

São muitas as estratégias de ratificação da impotência da mulher perante o saber e poder biomédico. A negação da violência obstétrica pela classe médica, a desautorização constante das narrativas das mulheres e a negação do conhecimento destas sobre seus próprios corpos. Como foi o caso em Mococa, interior de São Paulo, com Janaína Aparecida, mulher negra, em situação de rua, e uso de substâncias psicoativas, que mesmo sem consentir em 14 de fevereiro deste ano, ao realizar o parto do seu oitavo filho, na Santa Casa de Mococa, após uma cesariana foi submetida à laqueadura, solicitada pelo promotor de justiça Frederico Barruffini, e concedida judicialmente, pelo juiz Djalma Moreira Gomes, compreendendo Janaina como “hipossuficiente”, justificando na petição que visava defender os direitos individuais e coletivos, destacando a medida como: “*eficaz para salvaguardar a sua vida, a sua integridade física e a de eventuais rebentos que poderiam vir a nascer e ser colocados em sério risco pelo comportamento destrutivo da mãe*”. Janaina que procurou o serviço de saúde para realização do parto saiu estéril, sem qualquer direito sobre a autonomia do seu corpo.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Janaína não é um caso isolado. Em Belo Horizonte, entre 2014 e 2017, 359 mulheres perderam a guarda de seus filhos logo após o parto, sob o argumento de quem eram usuárias de substâncias psicoativas e/ou estavam em situação de rua. Em prol da saúde essas ações ratificam a subalternização da mulher, tornando-se um corpo público, sendo propriedade tanto do estado quanto da sociedade. (DE QUEM É ESTE BEBÊ?, 2017)

Sem defesa diante da justiça elas inspiraram a campanha “De quem é este bebê?” com o tema “Por mais saúde e menos abrigamentos em BH”, na defesa e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres.

CONCLUSÃO

Foi possível identificar através da revisão, que embora o crescimento da esterilização no Brasil, o meio científico não tem se debruçado a fim de refletir sobre saúde sexual, e saúde reprodutiva na última década. A psicologia não tem compreendido a problemática como questão de responsabilidade também da categoria, mesmo que, em grande medida, o processo de esterilização prevê a participação de profissionais da saúde mental. Foi possível refletir também, que embora haja a Lei de planejamento familiar para assegurar, a autonomia de indivíduos, que resguarde os direitos universais dos direitos humanos, as instituições de poder, como o governo, profissionais da saúde, família, e sociedade, ainda refletem preconceitos, e estigmas relacionados ao corpo de mulheres, e nesse sentido, mulheres negras e indígenas em uma maior dimensão. De maneira que, faz-se necessário mais estudos que reflitam sobre a problemática, e que garantam a participação das mulheres como protagonistas nessas escritas, e também no direito do seu próprio corpo.

REFERÊNCIAS



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ALBUQUERQUE, A. (2013). Esterilização compulsória de pessoa com deficiência intelectual: análise sob a ótica do princípio da dignidade do ser humano e do respeito à autonomia do paciente. *Bioethikos, São Paulo*, 7(1), 18-26.

BARBOSA, Luciana Freitas; DA COSTA LEITE, Iúri; DE NORONHA, Marina Ferreira. Arrependimento após a esterilização feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 9, n. 2, 2009.

BARROSO, Carmen. Esterilização feminina: liberdade e opressão. *Revista de Saúde Pública*, v. 18, p. 170-180, 1984.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. **Cadernos de saúde pública**, v. 19, p. S441-S453, 2003.

CETOLIN, Sirlei Favero et al. Esterilização Feminina no município de São José do Cedro/SC: Planejamento Familiar como método contraceptivo?. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 1, n. 5, 2015.

COSTA, Tonia et al. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, p. 363-380, 2006.

Costa, T., Stotz, E. N., Grynszpan, D., & Souza, M. D. C. B. D. (2006). Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 10, 363-380.

CUNHA, Antônio Carlos Rodrigues da; WANDERLEY, Miriam da Silva; GARRAFA, Volnei. Fatores associados ao futuro reprodutivo de mulheres desejosas de gestação após ligadura tubária. 2007.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, maio 2012. ISSN 1806-9584.

DE QUEM É ESTE BEBÊ?, Por mais Saúde e menos abrigamentos em BH, 2017. Disponível em: <<https://dequemeestebebe.wordpress.com/>> Acesso em: 13, de fevereiro de 2019



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MARCOLINO, Clarice. Representações de uma equipe de saúde acerca de planejamento familiar e esterilização feminina. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 38, n. 4, p. 422-428, 2004.

GONZAGA, Paula Rita Bacella. Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador. 2017.

GUTERRES, Dayanne Maria Boás. Realização da laqueadura e vasectomia no planejamento reprodutivo no município de São Luís/Ma. 2018.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira et al. Laqueadura tubária: caracterização de usuárias laqueadas de um serviço público. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 1, p. 55-61, 2011.

HITA, Maria Gabriela. Esterilização e raça: pontos para refletir sobre a sexualidade brasileira. **Anais**, p. 1-25, 2016.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 229-246, jan. 2008. ISSN 1806-9584.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira; PENNA, Cláudia Maria de Mattos. O DISCURSO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA VOZ DAS MULHERES E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. Texto contexto – enferm. Florianópolis, v. 26, n. 2, e06500015, 2017

PIROTTA, Katia Cibelle Machado; SCHOR, Néia. A mulher e a esterilização: a trajetória rumo à laqueadura tubária. **Anais**, p. 121-149, 2016.

SANTOS, Amanda Maihara dos et al. Arrependimento da realização da esterilização tubária em gestação de alto risco. **Psicologia Hospitalar**, v. 12, n. 1, p. 49-68, 2014.

SIMON, Caroline Simões. Vantagens e desvantagens da laqueadura tubária. 2005.

SOUZAS, Raquel; ALVARENGA, Augusta Thereza de. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. *Saude soc.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 125-132, Aug. 2007.

SWAN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: *Feminismo e Maternidade: Diálogos Interdisciplinares*. Org: Cristina Stevens. - Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



QUADROS, Marion Teodósio de; SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00152515, 2017.

Vasquez del Aguila, E. (2006). Invisible women: Forced sterilization, reproductive rights, and structural inequalities in Peru of Fujimori and Toledo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 109-124.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. Acesso à esterilização cirúrgica pelo Sistema Único de Saúde, Ribeirão Preto, SP. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 398-404, 2009.

VIEIRA, Elisabeth Meloni et al. Características do uso de métodos anticoncepcionais no Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 263-270, 2002.

VIEIRA, Elisabeth Meloni et al. Características dos candidatos à esterilização cirúrgica e os fatores associados ao tipo de procedimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 1785-1791, 2005.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. O arrependimento após a esterilização feminina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. S59-S68, 1998.

WERNECK, Jurema; ROMERO, Sylvio. Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. **Sob o Signo das Bios: Vozes Críticas da Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. Disponível



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MULHERES E MATERNIDADE: LIVRE ESCOLHA

Júlia Ataíde Fagundes

Mariana Tomaz Canjerana

Catiana Nogueira dos Santos

Nátaly Ellen das Graças

Mega Ramos

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia

juliataidefagundes@outlook.com

marianacanjermana@gmail.com

nataly.meega@gmail.com

catianansantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização as mulheres sempre foram vistas como objeto de reprodução, porém até hoje essa concepção não foi mudada. Sabemos que a maternidade ao longo do tempo era compreendida como uma consequência inevitável do casamento e que deveria seguir o percurso do ciclo de vida do ser humano. Esse ciclo da vida é composto por períodos e conforme Papalia, Olds e Feldman (2006):

O conceito de períodos do ciclo de vida é uma construção social: um ideal acerca da natureza da realidade aceito pelos integrantes de uma determinada sociedade em uma determinada época com base em percepções ou suposições subjetivas compartilhadas (p.51)



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Atualmente, existe um olhar diferenciado sobre este papel, pois, “um número crescente de mulheres está descobrindo que a vida pode proporcionar outras experiências emocionantes e gratificantes além da maternidade”. (ROCHA-COUTINHO apud BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007, p.5).

Neste contexto, percebemos a existência de mulheres que sofrem preconceitos impostos pela sociedade no que refere à condição da mulher, e esta tem sofrido intensas transformações - fruto da luta feminista, no sentido de libertar o feminino do domínio machista enraizado pelo modelo patriarcal que segundo Safiotti (2015), deseja a todo tempo manter o pensamento hegemônico de dominação dos corpos sem considerar a subjetividade e a identidade do sujeito feminino, como se “fossem programadas geneticamente para cuidar de seus filhos e estes nascessem com aspectos e comportamentos capazes de aliciar nelas o chamado comportamento materno.” (RAPPAPORT et al, 2014, p.5).

Por outro lado, muito se tem discutido sobre o desejo dessas mulheres quererem ou não de tornarem-se mães, já que este sentimento é “encarado mais como uma opção de vida que envolve diferentes questões, como encontrar o parceiro certo, investir em uma carreira profissional, conquistar estabilidade financeira e afetiva, manter a liberdade, entre outros.” (BARBOSA E ROCHA-COUTINHO, 2007, p.6).

Nesta pesquisa contextualizamos este processo, refletindo sobre gênero, afetividade e sexualidade e em como faz se necessário repensar o papel que a mulher ocupa na sociedade contemporânea através de cidades de grande e pequeno porte que perpassa pelo debate entre escolha e condição, através dos moldes da estrutura patriarcal e seu poder sobre o corpo feminino.

LIVRE ESCOLHA E CONDIÇÃO DO CORPO FEMININO



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A maternidade está tomando outros olhares na contemporaneidade e deixando para trás os padrões sociais e possibilitando às mulheres flexibilidade sobre sua escolha. De acordo com Clemens; Pereira e Assis (2018, p.2-3), as mulheres são identificadas por uma demanda de geração, na qual há uma espécie de fome de gerar e um desejo de procriar que definiria infalivelmente seu ser.

Contudo, as mesmas não se sentem mais obrigadas a procriar e o papel de ser mulher-mãe se torna uma escolha, uma vez que, “o desejo de ter ou não filhos é, sem dúvida, complexo e, inspira sentimentos contraditórios difíceis de precisar e isolar de toda uma rede de fatores, tanto psicológicos quanto sociais.” (BARBOSA, ROCHA-COUTINHO, 2007, p.5).

Conforme as mudanças que ocorreram na civilização, foi necessário dialogar sobre questões de gênero, afetividade e sexualidade no contexto da sociedade patriarcal que diariamente enfatizam a objetivação do corpo feminino. Cabe ressaltar que, gênero é o que difere socialmente o homem da mulher, o que segundo Saffioti (2015):

Para manter o rigor conceitual, entretanto, pode-se adotar a expressão categorias de sexo para se fazer referências a homens e a mulheres como grupos diferenciados, embora a gramática os distingua pelos gêneros masculinos e femininos e apesar de o gênero dizer respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo. (SAFFIOTI, 2015, p.117).

Ainda segundo a autora, “o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.”, mas é perceptível que o ideal de gênero feminino vem sendo desconstruído, e podemos colocar o feminismo como o maior auxiliar nesse processo de desconstrução, assim:

O movimento feminista [...] contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. (FARAH, 2004, p.51).

Devido às consequências desta sociedade patriarcal - contrário ao movimento democrático, à mulher ainda é submisso ao homem sem se empoderar de seu próprio corpo e como conseguinte não conseguem se posicionar ou definir suas escolhas. Convém lembrar, no entanto que:

(...) podemos pensar que muitas mulheres se constituem em um espaço social em que a percepção de si é marcada pelas pedagogias do “amor romântico” e do casamento heterossexual, de modo que uma sensibilidade específica é produzida, onde subalternidade e dependência são centrais. Tais pedagogias atuam na produção de modos de ser, pensar e sentir, e apresentam mundos, performam mundos que se apresentam como universos possíveis ou ideais. (PEREIRA, 2015, p.154)

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Nesse sentido, o patriarcado é entendido historicamente como uma valorização da figura masculina com a autoridade sobre a família, mulher, filhos, política, e qualquer outra instituição social. Uma leitura atenta sobre os princípios básicos do patriarcado demonstra que além da autoridade estabelecida pelo sexo masculino este tem o poder sobre todas as escolhas.

Mesmo sabendo que muitas mulheres desejam ter autonomia para falar sobre suas escolhas, estas decisões sobre ter filhos, a quantidade e quais métodos anticoncepcionais utilizar, continua sendo decisões pessoais tomadas no encoberto dos quartos ou dos consultórios médicos, determinados por motivações individuais e não pelo contexto social mais amplo como descrito por Barroso (1983), o que afeta diretamente a construção da identidade do sujeito feminino.

Barbosa & Rocha-Coutinho (2007, apud Trindade e Enumo, 2002, p.5), assegura que as mulheres pertencentes à classe média são as que mais sofrem pressão social para que sejam mães e que dentro deste espaço apenas se enxerguem como mulheres de sexo inferior e sem autonomia de decisão.

A identidade do sujeito feminino ao longo da história foi reprimida por uma sociedade patriarcal, onde o poder de escolha da mulher sempre lhe foi negado, não só no âmbito da maternidade, como aqui está sendo discutido, mas em muitos outros cenários, como políticos, sociais e econômicos. A construção da sociedade pautadas em um conceito patriarcal reforça essa ideia de um exercer de poder e manipulação sobre a mulher. Conforme Safiotti (2015), ao fazer uma análise do patriarcado, este “dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres”, e partindo desse viés, percebemos que o direito de escolha da mulher sobre os atos sexuais ou sobre tudo aquilo que está atrelado sobre ela inclusive a concepção, tira abruptamente a escolha da mulher sobre ter ou não um filho, já que é o homem que está no controle.

Por uma ideia de proteção, o homem tem toda a obediência da mulher. É uma troca desigual, por ser uma ideia constituída na sociedade que o masculino protege o feminino,

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



com isso as mulheres ficam abaixo desse pacto que é a troca de proteção por obediência. Em outras palavras estão relacionadas a todos os aspectos do modo de vida de submissão dessa mulher, assim:

O conceito de patriarcado, compreendido por meio da história do contrato sexual, permite a verificação da estrutura patriarcal do capitalismo e de toda a sociedade civil. Focalizar o contrato sexual, colocando em relevo a figura do marido, permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. E *proteção*, como é notório, significa no mínimo a médio e longo prazos, exploração-dominação. Isto revela que as mulheres jamais alcançaram a categoria de indivíduos, com poder de contratar de igual para igual. E esta categoria é de suma relevância na sociedade burguesa, na qual o individualismo é levado ao extremo. (SAFFIOTI, 2015, p. 136-137)

Desta forma Pereira apud Swan,(2015) afirmam que a maternidade, uma função orgânica é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no que faz das mulheres este corpo fractal(...).

Podemos dizer que tudo aquilo que está inserido no sistema patriarcal, contribui para que a sexualidade e a afetividade da mulher continuem sendo afetadas por uma sociedade atravessada por tabus seguindo um sistema em que o gênero sempre será inferior, submisso, limitado a um objeto de uso. É válido ressaltar que:

A dificuldade em exercer a sexualidade, vem das escolhas feitas pelos indivíduos, quando estes sacrificam aspectos próprios para

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

II MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



atenderem as exigências da educação e da cultura, por exemplo, a cultura brasileira cultua a figura masculina e educa a mulher para servir o homem sem preocupar-se consigo mesma. (GOZZO; FUSTINONI; BARBIERI; ROEHR; FREITAS, 2000, p. 85-90)

Percebemos então que sempre havia a presença de uma figura masculina como forma de controle sobre a mulher para limita-la sexualmente, sendo esse controle sobre seu corpo e também sobre seus desejos sexuais, frutos de uma cadeia de submissão dentro do seu círculo familiar, sendo “passada” de pai para marido, pelas questões dogmáticas ao qual ela era submetida por consequência do seu gênero, totalizando que a heterossexualidade compulsória aconteça.

Segundo Souza (2013 apud Miskolci (2010) este conceito “denuncia” como todos nós estamos presos ao padrão binário (homem/mulher), já que eles ditam o que é “correto” sobre as sexualidades e geram as normas que regem nosso sistema educacional de que o sexo biológico deve ter determinado gênero da pessoa, que deverá desejar o sexo/gênero oposto e praticá-lo, ou seja, sempre que exigimos essa linha coerente para todas as pessoas, estamos reforçando a heterossexualidade como uma obrigação (compulsória).

Sendo assim, afetividade passa a ser compreendida pela:

(...) condição desigual em relação ao homem, que por muitos anos viveu sob a sua tutela, em primeira instância do pai e em segunda do marido, com sua sexualidade normatizada pelos padrões cristãos, legitimada pela instituição do casamento e pelo cumprimento da função reprodutora. (TRINDADE; FERREIRA, 2008, p. 418).



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Essas normas têm como objetivo fixar a linha entre sexo > gênero > desejo > prática sexual, como aponta Souza (2013 apud Miskolci, 2010 p. 109). Para além do órgão sexual a sexualidade feminina necessita incluir seus sentimentos, seus valores individuais e a forma como se percebem no contexto de uma relação, permitindo que a sexualidade esteja interligada a afetividade, evitando normatizar as relações de maternidade e naturalizando o amor romântico como determinantes nas mulheres de que apenas nasceram para ser mãe.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente estudo corresponde ao relato de experiência da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento I, que compreende estudos relacionados ao ciclo de vida, da gestação a primeira infância, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia, cidade de Santa Maria da Vitória, localizada na região oeste da Bahia. Compõe-se de uma Revisão bibliográfica de artigos e livros, ancorada pelos estudos de Rappaport , Safiotti, Bezerra & Rocha-Coutinho, que estudam a temática desta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semidirigidas para duas mulheres de faixa etária distinta e seus nomes foram substituídos por fictícios a fim de preservar a identidade das mesmas. Para a realização da entrevista, as mães assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tendo ciência da utilização das informações do portfólio para estudos relacionados ao tema.

Para a construção do questionário semidirigido foi-se necessário elaborar quantidade de perguntas diferentes conforme o perfil de cada mãe, mas que abordassem suas vivências sobre o puerpério, gestação, amamentação, relação mãe-bebê e o desinteresse pela maternidade.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Através do desenvolvimento da atividade o relato das duas mães desencadeou em nós o questionamento do porque existem poucas produções acadêmicas sobre a não maternidade, remetendo assim esta pesquisa pela ótica da livre escolha da maternidade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Abordaremos a seguir, separadamente os resultados coletados nas duas entrevistas com as mães a qual realizamos a pesquisa, a fim de analisar a percepção de cada uma sobre suas escolhas.

A primeira mãe tem 21 anos, solteira, possui dois filhos um de um ano e outro de sete meses, residentes na cidade de Santa Maria da Vitória e no momento está desempregada. Ambas as gestações não foram desejadas, entretanto foram aceitas pela mesma. Diante de seu perfil trouxemos as seguintes perguntas:

Pergunta 1: A sociedade mostra que ter filhos é como viver em um sonho, mas não mostra como é difícil a criação e os dias de lutas. Qual foi o momento mais difícil ?

Resposta 1: Até agora não tive nenhuma dificuldade que não pode ser resolvida. Porém, surgem momentos difíceis sempre.

Pergunta 2: Muita das vezes, a mãe tem que assumir as duas funções, a de ser pai e mãe ao mesmo tempo e isso aconteceu com você. Acha que as dúvidas, o medo, a insegurança e a solidão podem encontrar espaço para entrar? Você que atua nesses dois papéis, como se sentiu quando percebeu que teria que enfrentar tudo sozinha ?

Resposta 2- Fiquei preocupada, pois sabia que não seria fácil criar uma filha sozinha, mas, sempre acreditei em mim mesma e que tentaria fazer o melhor que pudesse.

Para a primeira mãe identificamos que por mais que seja mãe solteira a mesma alega não sentir tanta dificuldade que não pudesse ser resolvida, mas não nos contextualiza de forma mais ampla quais seriam os momentos difíceis que surgem, ou seja, será que o fato de ser mãe solteira traz sentimentos seguros em relação à maternidade?



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Mesmo assim apresenta nas suas questões emocionais de que a preocupação vinha constantemente permeando seu percurso de mãe solo mesmo se mantendo autoconfiante no seu potencial enquanto mulher, sem destacar que ter filhos naquele momento de sua vida pode ter ocasionado interferência nos seus objetivos.

A Segunda mãe tem 30 anos, mora com o companheiro, sua filha possui três meses e residem em Vitória da Conquista. Possui trabalho autônomo com decorações de festas, função a qual se adequou após o nascimento de sua filha, por ter sido demitida da escola onde atuava como professora de história. A gestação não foi planejada e não desejava ter filhos por agora.

Pergunta 1- Eu acompanho o seu blog, onde você escreve para a sua filha, e vi que o seu parto não foi como planejado. Isso mudou algo? Você se sentiu menos capaz?

Resposta 1- Menos capaz, de modo algum! Eu não sou incapaz de parir e nem era incapacitada para isso, nenhuma mulher é! Talvez incapazes sejam os médicos que não fazem seus protocolos de medicina baseada em evidências, eis aí o problema. A gente parir dentro de uma estrutura e essa estrutura é formado de uma perspectiva desumanizada, desrespeitosa e culturalmente desinformada. Eu não pari dentro do modo que eu planejava por uma sequência de erros da equipe médica e isso me mostrou o quanto é difícil humanizar o humano, como disse minha obstetra.

Eu passei por situações que não queria, nem devia passar se as pessoas compreendessem que o protagonismo do parto era meu e não do médico, da enfermeira ou de qualquer outra pessoa. Se tivessem feito silêncio no meu TP (trabalho de parto), me apresentasse um ambiente tranquilo, respeitoso e aconchegante... Talvez tenha me ocorrido uma sensação de impotência por saber que um procedimento errado e óbvio me levou a uma cesárea de emergência em um parto que tinha tudo para ser normal e que isso deve ocorrer com muitas mulheres. Isso me fez perceber que por mais que eu tenha lido e me preparado para o parto (natural ou humanizado) há outros fatores que impedem que isso ocorra, como por exemplo, a questão econômica e social. Houve uma porção de



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



interferências externas que por excesso de cuidados e também por protocolo não compreenderam o meu momento, o que me fez libertar menos ocitocina do que eu precisava.

Essa pergunta é bem complexa, porque me faz repensar esse todo, em que eu e todas as parturientes estamos inseridas. Estamos dentro de uma estrutura que nos leva a pensar que somos incapazes e tentarem de todas as formas minarem nossas forças para o parto e principalmente que nos dita como devemos parir. Eu tive dois partos num mesmo dia e isso só me mostrou o quanto eu sou forte. A cesárea me deixou angustiada além de uma recuperação mais demorada, ocorreu por descuido.

Pergunta 2: uma mãe na internet está revoltada com o desafio de postar cinco fotos com o filho e mostrar como a maternidade é ótima. Essa mãe afirma em seu relato que ama o filho, mas odiava ser mãe. Qual a sua opinião sobre tal afirmação?

Resposta 2: eu nunca romantizei a maternidade. Eu amo Rita, mas tem dias que eu não queria ser mãe. Vários dias inclusive. Nunca achei que a maternidade fosse linda, sempre encarei a maternidade como um trabalho difícil. Isso mesmo um trabalho! Invisível e não remunerado, bastante cansativo e com horário integral. Talvez seja fácil para quem pode terceirizar os cuidados dos filhos e tenha babás, mas não é o meu caso. Maternidade é solidão. O puerpério é um período muito difícil e pesado para uma mulher. Romantizar a maternidade é uma falácia! Costumo dizer que é como um jogo de vídeo game: quando a gente passa por uma fase, lá na frente nos espera um chefe! (risos).

Para a segunda mãe podemos identificar que a maternidade sempre foi vista como algo romantizado e sublime mesmo tendo toda a preparação para sua gestação a incapacidade de poder parir naturalmente traz sentimentos a mesma de impotência por ter que realizar uma cesárea, informando que muitas vezes as mulheres são negligenciadas de terem o direito a escolha até para o nascimento do seu bebê. Para ela, a maternidade é um trabalho como tantos outros executados na vida de uma mulher e que o sentimento de não desejar ser mãe surge constantemente em sua vida. Sobre esta percepção fica o

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



questionamento: será que todas as mulheres são permitidas a escolherem a opção de desejarem ter filhos?

Durante o estudo percebemos que há muitas demandas dessas mulheres envolvidas por questões subjetivas e questões sociais que as fazem repensar na condição de mulheres-mães.

As redes sociais também disseminam, na opinião de Bezzerra; Rodrigues (2016) essa visão de uma mãe perfeita. Uma mãe-mulher que não encontra desafios e que, instintivamente, coloca para a maternidade uma relação de encontro perfeito. É isso que grande parte da mídia e a própria sociedade nos seus mais diversos grupos querem que a mulher acredite, fazendo disso uma regra, se caso a mulher-mãe não se adeque está fora dos padrões, ou seja, marginalizada.

O desejo da não maternidade pode ser proveniente de um conhecimento empírico, de experiências vividas não diretamente pela mulher que não quer ter filhos, mas por alguém próximo a ela que resultou nessa escolha para sua vida.

A mulher tem um olhar que vai muito mais além da romantização da maternidade, comumente nas redes sociais, onde, na maioria das vezes, possuem uma visão distorcida e manipulada da maternidade ficando muito mais evidente de que elas amam seus filhos, mas negam a experiência de serem mulheres-mãe.

Para concluir, utilizaremos as palavras de Badinter (1985, p.25) “convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam”.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **UM AMOR CONQUISTADO: O MITO DO AMOR MATERNO**. 2°. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 355 p. Disponível em: <[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2018.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



BARBOSA, P.; ROCHA-COUTINHO, M. L. **MATERNIDADE: NOVAS POSSIBILIDADES, ANTIGAS VISÕES.** *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n.1, p. 1-10. 2007

BEZERRA, M. P. F.; RODRIGUES; H. F. **SOBRE CORPOS DO MUNDO REAL: A MULHER PARA ALÉM DA MATERNIDADE.** In: XII CONAGES. 2016. Campina Grande, Gênero e sexualidade: interfaces e discursos [Livro eletrônico]. Revista Realize. 2017.

BARROSO, Carmem. **ESTERILIZAÇÃO FEMININA: LIBERDADE E OPRESSÃO.** *Revista de Saúde Pública.* São Paulo. (jul.-nov. 1983), p. 1-13., 1983

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** *Estudos feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

CLEMENS, J. ; PEREIRA, E. R. ; ASSIS, N.. *Maternidade no território das Políticas Públicas de Saúde da Mulher.* In: Congresso ABPSA. II. 2013. Portugal.

GOZZO, T. O. ; FUSTINONI, S. M.; BARBIERI, M.; ROHER, W. M.; FREITAS, I. A.. *Sexualidade feminina: Compreendendo seu significado.* *Revista Latino Americana de Enfermagem.* Ribeirão Preto, 2000, v. 8 - n.3 - p. 84-90.

PAPALIA, D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 8°. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 888 p.

PEREIRA, Caetana de Andrade Martins. **HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: UMA ANÁLISE DE MODOS DE SUBALTERNIZAÇÃO NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS.** *Histórias,* Brasília, vol. 1, n. 5, 2015.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; HERZEBERG, E. **Psicologia do desenvolvimento: A infância inicial: o bebê e a sua mãe.** São Paulo: E.P.U., 2014. P. 90

SAFFIOTI, Heleieth. **GÊNERO PATRIARCADO VIOLÊNCIA.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. P.158

SOUZA; Deivide. **UM CORPO NEM TÃO ABJETO ASSIM: SUBVERÇÃO AS NORMAS EM UM AMBIENTE ESCOLAR.** In: **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, II, 2011. Salvador. Anais. UNEB, 2013.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Trindade W. R. ; Ferreira, M. A. **SEXUALIDADE FEMININA: QUESTÕES DO COTIDIANO DAS MULHERES.** Texto Contexto Enferm., Florianópolis, 2008 Jul-Set; 17(3): 417-26.

SAÚDE REPRODUTIVA E PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE LITERATURA

Leticia Ferreira da Silva

Bacharela Interdisciplinar em Saúde

Universidade Federal do Sul da Bahia

leehferreira18@gmail.com

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Doutoranda em Psicologia Social

Universidade Federal de Minas Gerais

paularitagonzaga@gmail.com

RESUMO

A interrupção voluntária da gravidez é uma realidade da experiência reprodutiva. No Brasil, a criminalização do aborto provoca riscos condizentes com o contexto de clandestinidade, agravados pelas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, agravando-se quando se trata de mulheres negras, indígenas e pobres que procuram os



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviços público de saúde devido a complicações decorrentes de procedimentos inseguros e insalubres. Dessa forma a criminalização do aborto se configura como um problema de saúde pública de grande magnitude. A Psicologia como campo disciplinar, está inclusa na norma técnica de atenção humanizada ao abortamento do Ministério da Saúde, devendo, portanto, considerar os efeitos dos discursos repressivos direcionados às mulheres que abortam, e assim, deter-se sobre a problemática da criminalização do aborto e seus efeitos na saúde psicológica destas. A metodologia se deu através de levantamento bibliográfico, utilizando-se a base SciELO e tendo como critério de inclusão artigos originais publicados entre os anos de 2000-2018, textos completos, publicados em português e espanhol e que estivessem alinhados ao tema da pesquisa. Como critérios de exclusão, foram descartados os artigos de revisão, que não abordassem diretamente o tema de pesquisa ou estivessem fora do período estipulado. Utilizou-se os indexadores: saúde reprodutiva, abortamento e pós abortamento, foram identificados 192 artigos e destes 31 foram aproveitados por atenderem aos critérios de inclusão. Com base nas análises da literatura, buscou-se identificar como ocorrem os atendimentos e o perfil das mulheres, considerando raça, geração e classe social, a fim de problematizar essas práticas profissionais e contribuir com o diálogo acerca do tema, tendo em vista a saúde física e psicológica das usuárias desses serviços, principalmente quando são considerados os significados atribuídos às mulheres que provocam o abortamento. Partindo dessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar a situação de saúde reprodutiva, bem como identificar a atuação dos e das profissionais de Psicologia, a partir da divulgação de produções científicas publicadas em periódicos. Nota-se, através dos artigos analisados, que o serviço público de saúde não está devidamente preparado para realizar os devidos cuidados em caso de abortamento, o que produz uma escala de violências nas experiências dessas mulheres. Outro ponto que merece destaque é o caso de profissionais da saúde que apresentam valores morais, religiosos e a criminalização do aborto propriamente, como parte do atendimento, resultando no negligenciamento, e por conseguinte, produzindo riscos à saúde mental



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dessas pacientes. Em concordância, os procedimentos que são realizados em clínicas particulares não garantem o atendimento humanizado ou ausência da violência institucional. No que tange a Psicologia os dados são periclitantes: apenas 3 dos artigos encontrados estão publicados em revistas da área e nenhum tem como primeira autora uma psicóloga, o que reforça a necessidade da discussão sobre aborto na formação e nas práticas da Psicologia. Concluiu-se a existência da desqualificação sobre os cuidados à saúde das mulheres em situação de abortamento e a urgência do diálogo sobre o tema, principalmente no que tange a produção de conhecimento da Psicologia, bem como a qualificação dos e das profissionais de saúde nos processos pré e pós-abortamento.

Palavras-chave: saúde reprodutiva; abortamento; pós abortamento; psicologia da saúde;

INTRODUÇÃO

No Brasil, as experiências de interrupção voluntária da gravidez é uma realidade recorrente para muitas mulheres. Desse modo, a legislação de 1940, bem como as Normas Técnicas do Ministério da Saúde garantem o atendimento humanizado dessas mulheres para que deste modo sejam assegurados não somente os cuidados em saúde, mas principalmente a garantia dos direitos reprodutivos.

A legislação brasileira determina sobre a criminalização do aborto, havendo somente 3 exceções: os casos de gravidez decorrente de estupro; risco de vida da mulher; e os casos de malformação fetal incompatível com a vida extra uterina. Os primeiros procedimentos realizados no serviço público de saúde foi na década de 80, mesmo os casos permissivos em lei tendo sido incorporados no ano de 1940 (SOARES, 2003).

Nessa perspectiva, a Portaria no 1.508, de 1º de Setembro de 2005, do Ministério da Saúde, dispõe sobre os procedimentos que justificam e autorizam a interrupção da gravidez no Brasil e, juntamente com ela, a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes, é um dispositivo capaz de orientar diferentes profissionais da saúde sobre o acolhimento das mulheres em situação de abortamento.

Em relação aos casos permitidos por lei, os procedimentos necessário para a realização inclui o tempo de gestação, considerando o período gestacional até a 12ª semana e a idade da gestante, entendendo que a partir dos 18 anos a mulher já é considerada capaz de consentir sozinha a realização do aborto. Para a realização do abortamento, é necessário uma equipe multiprofissional de saúde, incluindo profissionais da psicologia (BRASIL, 2012).

A Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes aponta que deve ser oferecido atendimento psicológico para as mulheres e adolescentes que tenham sofrido violência sexual, com a finalidade de ajudá-las a enfrentar os conflitos inerentes a situação vivida. Para além disso, profissionais da psicologia devem atuar no serviço de aborto legal, para garantir a integridade psicológica das mulheres em situação de abortamento (BRASIL, 2012).

Gonzaga e Aras (2017) apontam que ainda que profissionais da psicologia sejam parte integrante da equipe multiprofissional no serviço público de saúde, no que tange ao Programa de aborto legal, previsto nas Normas Técnicas, as produções bibliográficas por parte desses profissionais, no que concerne ao aborto no Brasil.

Com base nas análises da literatura, buscou-se identificar como ocorrem os atendimentos e quais os perfis das mulheres que buscam os serviços de saúde para realizar ou finalizar o aborto, levando em consideração a raça, a geração dessas mulheres e a classe social, a fim de problematizar as práticas de profissionais da saúde, bem como contribuir com o diálogo acerca do tema, tendo em vista a saúde física e psicológica das usuárias desses serviços. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar como a produção acadêmica reflete sobre a oferta de atenção humanizada para mulheres que buscam os



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



serviços de saúde para realização do abortamento em casos previstos por lei, evidenciando a psicologia enquanto campo científico.

Dito isso, este estudo se justifica na investigação sobre relação da atuação de profissionais da psicologia nos serviços público de saúde, quanto ao programa de aborto legal no Brasil. É correto afirmar, com base nas Normas Técnicas do Ministério da Saúde, que estes profissionais devem fazer parte da equipe multidisciplinar e, desse modo, considerar a atenção psicossocial das mulheres em situação de abortamento.

REPENSANDO A NATURALIZAÇÃO DA MATERNIDADE COMO DESTINO: ALGUMAS INQUIETAÇÕES

A ideia de maternidade como desejo, dom, ou algo inato e instintivo, ligados ao biológico feminino é uma questão ainda presente na sociedade brasileira, estruturalmente machista e patriarcal (SWAN, 2007). De modo que, quando o assunto é gravidez, há uma desassociação a sexualidade, mesmo que estas estejam diretamente ligadas, ao arquétipo da mãe perfeita e amorosa.

Tânia Navarro Swan (2007), fala sobre a ascensão da mulher a partir da capacidade da reprodução como uma forte característica feminina e, ao mesmo tempo, aponta para a construção social acerca da maternidade que resume as mulheres a um determinismo biológico. Entretanto, essas atribuições carregam um significado tão forte que nesta conformidade, as mulheres que não podem ou não desejam engravidar, são questionadas quanto a sua singularidade que não está pautada na que não está prevista no contexto de institucionalização da maternidade compulsória.

. Em concordância, são diferentes os motivos que levam à interrupção voluntária da gravidez. Cristina Mendes Borsari (2013), concluiu, através de um estudo realizado em hospitais da periferia de São Paulo, que o aborto provocado em mulheres que buscam atendimento nessas instituições, está relacionado à condição socioeconômica desfavorecida. Estima-se que 1 em cada 5 mulheres aos 40 anos, alfabetizadas em zona



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



urbana no Brasil, já provocou pelo menos um aborto (DINIZ e MEDEIROS, 2010) . Para tanto, no momento da decisão sobre interromper a gestação, essas mulheres buscam, clandestinamente, alternativas possíveis para a conclusão do procedimento, devido a ilegalidade e criminalização do aborto no Brasil.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA 2016), Débora Diniz aponta que a maioria da mulheres que provocam o aborto fazem uso do medicamento misoprostol - popularmente conhecido com *Cytotec*, sendo este o medicamento medicamento mais utilizado entre as mulheres que decidem pela interrupção da gravidez no Brasil, sendo este recomendado pelo Ministério da Saúde para a realização do aborto seguro (DINIZ. *et al.* 2016, p.656)

Da mesma maneira, Rozeli Maria Porto (2017) aponta, em uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Natal -RN, que o misoprostol originalmente tinha como finalidade prevenção e tratamento de úlceras gástricas e, após a publicação de uma pesquisa informativa sobre o medicamento, identificou-se que este era capaz de estimular contrações uterinas, levando então ao aborto provocado. Mesmo após a proibição de sua circulação por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em 1991, o medicamento permaneceu sendo utilizado institucionalmente nos casos de aborto legal e a sua proibição gerou um aumento no mercado clandestino, tendo por finalidade o aborto (PORTO e DANTAS, 2017, p. 598).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza sobre a utilização do medicamento misoprostol como sendo o método mais seguro para a interrupção da gravidez nos casos previstos por lei. Isso significa um avanço no campo da saúde reprodutiva, principalmente considerando os abortos mecânicos que eram realizados com a utilização de cabides e outros materiais contundentes, levando risco à vida dessas mulheres.

Embora legalmente existam casos onde a realização do aborto seja permitido, ainda é insuficiente visto que estes casos não atendem a todas as necessidades, ou seja, as

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



mulheres que não estão asseguradas pela lei de nº 2848/40 ou em casos de anencefalia fetal (ADPF 54, 2012), buscam métodos alternativos para realizar o abortamento. Tais métodos, combinados com o contexto de criminalização do aborto, colocam, automaticamente suas vidas em risco, uma vez que estas não possuem as informações necessárias sobre os cuidados necessários acerca da prevenção de agravos que devem ser utilizados durante o procedimento.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A construção metodológica deste estudo se deu, inicialmente, através de um levantamento bibliográfico realizado na plataforma digital SciELO. Para se chegar aos resultados, utilizou-se os indexadores: *saúde reprodutiva*, *abortamento* e *pós abortamento*. Foram encontrados 191 artigos, que por sua vez foram avaliados de acordo aos critérios de inclusão adotados nesta pesquisa. Adotou-se como critérios de inclusão, os artigos originais que foram publicados entre os anos de 2008-2018, bem como textos completos, publicados em português e espanhol que estivessem alinhados ao tema desta pesquisa. Como critérios de exclusão, descartou-se os artigos de revisão, teses, dissertações, revisões de literatura, os que não abordassem diretamente o tema central, bem como os que estivessem fora do período estipulado para esta pesquisa. O total de artigos considerados, após o filtro foi de 31 artigos. Inicialmente realizou-se a leitura dos resumos dos artigos encontrados, a fim de identificá-los com os critérios de inclusão aqui adotados. Posteriormente, realizou-se a leitura completa dos textos, desenvolvendo-se o fichamento destes para melhor sistematização no que concerne a construção deste trabalho. A construção deste trabalho se deu no Programa Integrado de Pesquisa, Extensão, Criação e Inovação - Janaína Aparecida, da Universidade Federal do Sul da Bahia, sob a orientação da co autora desta pesquisa. É importante destacar que este é o primeiro PIPEC aprovado pela UFSB, onde são desenvolvidas atividades semanais que incluem leitura e discussões de textos acerca da saúde sexual e saúde reprodutiva, utilizando-se a psicologia social e o



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



feminismo decolonial como lentes analíticas desses fenômenos e tem propostos intervenções psicossociais sobre saúde sexual, saúde reprodutiva, saúde menstrual e saúde mental no contexto do extremo sul da bahia.

SILÊNCIOS E SUSSURROS: PRODUÇÕES SOBRE ABORTAMENTO NA LITERATURA

O resultado final das buscas totalizou 31 artigos. Deste conjunto, 1 foi realizado na região Norte, 12 na região nordeste, 1 na região Centro-Oeste, 14 na região Sudeste e 3 na região Sul. Ainda sobre esse montante, apenas 3 foram publicados em revista da Psicologia e somente um dos artigos tem uma Psicóloga como primeira autora (SILVEIRA et al 2016) como primeira autora. Isso demonstra que a Psicologia enquanto ciência pouco tem produzido acerca do tema que merece atenção, devido aos motivos que já foram justificados nesse texto anteriormente.

Em concordância, dos artigos incluídos 5 versavam sobre a prática profissional (ROCHA, et al, 2015; STREFLING, et al 2015; STREFLING, et al 2009; FARIAS e CAVALCANTI, 2012; GESTEIRA et al, 2008), sendo a maior parte desenvolvidos por profissionais da enfermagem; 1 trabalhou com a perspectiva dos atendimentos realizados em clínicas clandestinas (SILVEIRA, et al 2016) ; 2 tratavam de abortamentos na adolescência (FARIA et al, 2012; CHAVES et al, 2012) e os demais consideraram as experiências vividas por mulheres que buscaram o serviço de aborto legal (MACHADO, 2015; VILLELA e LAGO, 2008), os procedimentos realizados no abortamento, e os desafios envolvidos no atendimento da mulher vítima de violência sexual. Todos estes se embasaram muito fortemente nas Normas Técnicas do Ministério da Saúde.

De acordo com as análises dos artigos encontrados, foi possível identificar que os profissionais de saúde que atuam em Hospitais que possuem o Programa de Interrupção da Gestação em casos previsto em Lei desconhecem total ou parcialmente o programa e que muitas mulheres que buscam estas instituições apresentando gravidez decorrente de

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



violência sexual podem ter os seus direitos violados, devido a falta de conhecimento por parte dos profissionais, ou influência religiosa sobre este serviço (ROCHA, et al, 2015;).

O contexto de criminalização do aborto empurra essas mulheres para a insegurança e clandestinidade, podendo causar sérios problemas à saúde, principalmente em casos de mulheres pretas e pobres, devido ao fato do procedimento realizado de forma segura em clínicas clandestinas terem alto custo não podendo ser pagos por essas mulheres (AZEVEDO, 2017).

As contribuições de Paloma Silveira et al (2016) nos estudos sobre os abortos que foram realizados em clínicas clandestinas no nordeste brasileiro, demonstrou que as mulheres que procuram por clínicas particulares a fim de realizar o aborto, não possuem a garantia de um serviço humanizado mesmo quando pagam valores relativamente altos. De acordo com as autoras, a maioria dos casos relatados apontam que a maioria deles utilizam métodos próprios, não fazem uma escuta qualificada ou oferecem orientações sobre os procedimentos a serem realizados. Isso significa que mesmo os serviços oferecidos em clínicas particulares apontam para um contexto de vulnerabilidade e negligência das mulheres que o procuram. Gonzaga e Aras (2017) reforçam sobre o cuidado que se deve tomar em relação a abordagem adotada e corroboram com a ausência de escuta que está presente na narrativa das mulheres soteropolitanas.

Cabe ressaltar que a Portaria de nº 1.508, de 1º de setembro de 2005 do Ministério da Saúde (MS), dispõe sobre os procedimentos que justificam o serviço de interrupção da gravidez nos casos previstos por lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Este documento aponta os requisitos para a realização do aborto humanizado, assegura juridicamente os/as profissionais envolvidos no procedimento. Em contrapartida, os casos encontrados nas pesquisas mostram a ausência do atendimento humanizado mesmo nos casos permissivos por lei.

Alguns dos artigos encontrado apontam para os modelos de atendimentos e a partir disso é possível identificar os pontos onde as orientações presentes nas Normas Técnicas

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



não fazem parte dos atendimentos. Seja por falta de conhecimento por parte dos profissionais que atuam no serviço, valores morais ou religiosos enraizados nestes profissionais, ou por comportamentos discriminatórios (STREFLING et al, 2015).

Considerando a importância de garantir acolhimento e atendimento profissional especializado e que se ancora nos princípios da bioética pautados na autonomia, beneficência e não maleficência, no que concerne às diminuições de riscos e danos e aumento de benefícios, o Ministério da Saúde em 2005 elaborou a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, com a finalidade de garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres. Para além disso, este documento serve como um guia para profissionais da saúde, no que concerne ao modo de abordagem, acolhimento e atenção de acordo com as necessidades das usuárias. Estes e outros documentos encontram-se disponíveis com a necessidade de serem seguidos, buscando, assim assegurar a saúde, a garantia dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos e minimizar os índices de morte materna no Brasil (BRASIL, 2005).

Em relação ao conhecimento acerca das políticas de atenção à vítimas de violência sexual, Carolina Leme Machado (2015) aponta que das 10 entrevistadas em sua pesquisa, apenas uma buscou o serviço de saúde privado, devido aos danos físicos graves. Por outro lado, as demais entrevistadas alegaram desconhecimento sobre o programa de atendimento à mulher vítima de violência sexual que garantem, além do atendimento em saúde, prevê também atendimento nas áreas jurídica, e de assistência social. Cabe ressaltar que este programa é oriundo da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

É importante que seja garantido o atendimento humanizado ao abortamento, devendo ser considerado, dentre outras coisas, o estado emocional dessas mulheres, uma vez que são muitos os sentimentos que podem envolvê-las durante todo o processo. Ester Correa Faria et al (2012) ressalta que as adolescentes que passaram pela situação de abortamento promoveu sofrimento, além de um significativo impacto nas suas vidas, muito embora este não tenha impedido o desejo de engravidar novamente. Esses e outros

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



impactos devem ser reforçadores no que concerne ao planejamento e realização de ações por parte de profissionais da saúde, para que seja possível atender as necessidades de cuidados apresentadas no atendimento.

AUSÊNCIA DA PSICOLOGIA NO CAMPO DE PRODUÇÕES SOBRE ABORTAMENTO: UM SILÊNCIO QUE GRITA

É sabido que o aborto se configura como um caso de saúde pública, como já apontado anteriormente. Na mesma medida, as Normas Técnicas do Ministério da Saúde apontam o profissional da psicologia como parte integrante da equipe multiprofissional, no que tange ao atendimento nos serviços de aborto legal no país. Embora esses documentos estabeleçam a prática da psicóloga nesse serviço, pouco se encontrou nas referências bibliográficas acerca do que vem sendo praticado por esses profissionais.

Em concordância, o Conselho Federal de Psicologia tem um posicionamento favorável à legalização e descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação e, de acordo com a carta aberta publicada no site no conselho: *“A autonomia das mulheres sobre seus corpos deve ser ampliada para que as mesmas tenham condições de decidir ou não interromper uma gravidez”* (CFP, 2018). Além da carta, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma audiência pública em agosto de 2018, onde o CFP teve espaço de fala para defender os princípios éticos da profissão. Um dos argumentos utilizados pela psicóloga e integrante do Conselho Federal de Psicologia Sandra Sposito, aponta para a leitura de movimentos e sociais e organizações internacionais de que a manutenção da criminalização do abortamento corrobora para a perpetuação das desigualdades sociais:

“uma das formas mais perversas e violentas de manutenção dessa vulnerabilidade e subalternidade, é o impedimento da construção



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



da autonomia das mulheres em relação aos seus direitos reprodutivos no tange ao nosso tema, especificamente o impedimento da escolha da interrupção de uma gravidez, acompanhado do processo de criminalização com o risco de privação da liberdade” (SPOSITO, 2018)

A partir desse posicionamento é possível compreender que existe um esforço por parte do CFP pela descriminalização e pela legalização do aborto, entretanto, é necessário que mais produções da nossa categoria profissional corroborem esse posicionamento e indiquem os desafios para oferta de escuta especializada junto a mulheres que vivenciaram interrupções voluntárias de gravidezes.

Nesse sentido, destacamos o pioneirismo do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da Bahia que em publicou no livro *Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões*, um capítulo intitulado “As Mulheres e a Autonomia sobre seus corpos: Discussões acerca do Aborto e dos Direitos Reprodutivos”(SANTOS E MIRANDA, 2013). O mesmo Grupo organizou em 2016 uma nova publicação intitulada *Gênero na psicologia: saberes e práticas*, onde mais uma vez um capítulo apresenta reflexões sobre o lugar da psicologia na escuta humanizada de mulheres que abortaram. Da autoria de Gonzaga e Aras (2016), o texto “*O silêncio e a escuta: Por uma psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações*” é o único que identificamos nesta pesquisa que está voltado para a prática profissional da psicóloga diante desse tema. Essas produções soma-se a publicação em 2017 do Conselho Federal em Psicologia intitulado ‘*Aborto E (Não) Desejo De Maternidade(S): Questões Para A Psicologia*’ organizado Valeska Zanello e Madge Porto, onde temos a primeira síntese de produções na área, abordando aspectos da nossa categoria enquanto ciência e profissão, diante da realidade de mulheres que negam a maternidade, seja pontualmente ou como escolha de vida.

17, 18 e 19
Outubro de 2018
UESB
Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Assim, o fortalecimento desse campo de conhecimento, por outro lado, se dará na medida em que psicólogos e psicólogas ocuparem cada vez mais esta área que ainda tem muito a ser explorada. A partir disso, teremos um discurso plural, no que tange não somente as produções científicas, mas principalmente em relação a nossa prática profissional. Em suma, após a análise dos artigos encontrados foi possível enxergar que ainda há muito a ser feito no campo da saúde sexual e reprodutiva, no que tange ao papel da psicóloga frente a negação da autonomia das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Freire. Direito ao aborto, os direitos e as questões jurídicas em direitos fundamentais. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 236-261, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000200236&lng=en&nrm=iso>

BAZOTTI, Kellen Daiane Valandro; STUMM, Eniva Miladi Fernandes; KIRCHNER, Rosane Maria. Ser cuidada por profissionais da saúde: percepções e sentimentos de mulheres que sofreram abortamento. *Texto contexto - enferm., Florianópolis*, v. 18, n. 1, p. 147-154, Mar. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000100018&lng=en&nrm=iso>

BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti et al. Aborto provocado em mulheres da periferia da cidade de São Paulo: vivência e aspectos socioeconômicos. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro*, v. 35, n. 1, p. 27-32, Jan. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032013000100006&lng=en&nrm=iso>

BRASIL. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54. Brasília-DF. 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiantociastf/anexo/adpf54.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento. Brasília-DF. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes. Brasília-DF. 2012.



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CHAVES, José Humberto Belmino et al . A interrupção da gravidez na adolescência: aspectos epidemiológicos numa maternidade pública no nordeste do Brasil. Saude soc., São Paulo , v. 21, n. 1, p. 246-256, Mar. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100023&lng=en&nrm=iso>

Conselho Federal de Psicologia. 2005 Código Ética Profissional. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia / ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. 178p. ISBN: 978-85-89208-78-9

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, Junho 2010.

FARIA, Ester Correa Rodrigues de et al . Abortamento na adolescência: vivência e necessidades de cuidado. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre , v. 33, n. 3, p. 20-26, Sept. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000300003&lng=en&nrm=iso>

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; DINIZ, Normélia Maria Freire; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Assistência à mulher em processo de abortamento provocado: discurso de profissionais de enfermagem. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 21, n. 3, p. 449-453, 2008 .

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de; O silêncio e a escuta: Por uma psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações. In: Gênero na psicologia: saberes e práticas / organizado por Alessa Denega; Darlane S. V. Andrade e Helena M. dos Santos. – Salvador: CRP-03, 2016. ISBN: 978-85-65208-05-5.

PORTO, Rozeli Maria; SOUSA, Cassia Helena Dantas. “Percorrendo caminhos da angústia”: itinerários abortivos em uma capital nordestina. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 25, n. 2, p. 593-616, ago. 2017 .



17, 18 e 19

Outubro de 2018

UESB

Vitória da Conquista

**II MOSTRA
DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NA BAHIA**

Fazeres profissionais
e resistência nos
territórios

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ROCHA, Wesley Braga da et al . Percepção de profissionais da saúde sobre abortamento legal. Rev. Bioét., Brasília , v. 23, n. 2, p. 387-399, Aug. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000200387&lng=en&nrm=iso>

SANTOS, Helena Miranda; ALMEIDA, Alessandra. As Mulheres e a Autonomia sobre seus corpos: Discussões acerca do Aborto e dos Direitos Reprodutivos. In: Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões. Org. Darlane Silva Vieira Andrade e Helena Miranda dos Santos. Salvador: CRP-03, 2013.

SILVEIRA, Paloma; MCCALLUM, Cecilia; MENEZES, Greice. Experiências de abortos provocados em clínicas privadas no Nordeste brasileiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 32, n. 2, e00004815, 2016 .

SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 19, supl. 2, p. S399-S406, 2003.

STREFLING, Ivanete da Silva Santiago et al . Percepções da enfermagem sobre gestão e cuidado no abortamento: estudo qualitativo. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 24, n. 3, p. 784-791, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000300784&lng=en&nrm=iso>

SWAN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: Feminismo e Maternidade: Diálogos Interdisciplinares. Org: Cristina Stevens. - Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.